



EDITORA
ANTROPUS

AS NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS
NA CONTEMPORANEIDADE

CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE



DÉBORAH GOMES OLIVEIRA
FÁBIO ALVES GOMES
JULIANA NASCIMENTO DE ALMEIDA
MATHEUS GLEYDSON DO NASCIMENTO SALES
MATUSALÉM ALVES OLIVEIRA
RAPHAEL BISPO MILHOMENS
WASHINGTON LUIZ MARTINS DA SILVA
(ORG.)

As Novas Tecnologias Aplicadas na Contemporaneidade: **Ciência, Educação e Sociedade**

Déborah Gomes Oliveira

Fábio Alves Gomes

Juliana Nascimento de Almeida

Matheus Gleydson do Nascimento Sales

Matusalém Alves Oliveira

Raphael Bispo Milhomens

Washington Luiz Martins da Silva

(Org.)



Conselho Editorial

Cleverton Lopes de Oliveira
Déborah Gomes Oliveira
Fábio Alves Gomes
Juliana Nascimento de Almeida
Matheus Gleydson do Nascimento Sales
Matusalém Alves Oliveira
Raphael Bispo Milhomens

Conselho Científico

Fábio Alves Gomes (UFCG)
Juliana Nascimento de Almeida (FUST)
Matheus Gleydson do Nascimento Sales (UEPB)
Matusalém Alves Oliveira (UEPB)
Washington Luiz M. da Silva (UFPE)

Expediente

Diretora Geral	Déborah Gomes Oliveira
Editor-Chefe	Matheus G. N. Sales
Revisor Geral	Matheus G. N. Sales
Capa	Lucinara de Souza Xavier



1ª Edição
Todos os direitos da obra
Editora Antropus
www.antropuseducacional.com.br
Copyright da obra © EDITORA ANTROPUS, 2023.
Arte da capa - Lucinara de Souza Xavier

Essa publicação foi realizada por pesquisadores do grupo de pesquisa A
Polissemia da Ação Humana - Uma abordagem filosófica das múltiplas
relações constitutivas da condição humana (CNPQ).



<https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1959097326802573>

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N936 As novas tecnologias na contemporaneidade [recurso eletrônico] : ciência, educação e sociedade / organizador, Débora Gomes Oliveira. [et. al] – 1. ed. – Campina Grande : Editora Antropus, 2023. 1261 p. ; 13,8 MB.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-84581-25-8

1. Educação. 2. Inclusão digital. 3. Teologia. 4. Projetos ambientais. 5. Ética. 6. Tecnologia informacional. I. Título.

21. ed. CDD 370

Elaborado por Estela F. P. Santos, Bibliotecária - CRB 15/841

SUMÁRIO

Prefácio.	16
A Efetividade das Múltiplas Inteligências no Processo de Ensino-Aprendizagem da Matemática no Ensino Médio no Município de Manaus - AM <i>Carlos Eduardo Mota & Deivila Alves Mota.</i>	30
Ensino e Aprendizagem da Escrita: Reflexões Acerca das Dificuldades de Escrita dos Alunos no Município de Cural de Cima-PB <i>Aldenice da Silva Caxias.</i>	37
Inclusão Digital e suas Implicações à Prática Docente no Século XXI <i>Clemilda B. de Andra da Silva & Deize Monteiro Barbosa.</i>	51
O Planejamento e a Avaliação como Forma de Desenvolvimento do Ensino <i>Amauri Leão Fagundes.</i>	62
O Desafio do Educador Frente as Mudanças na Educação: Tecnologia Digital e Sustentabilidade. <i>Maria Gorete Soares Fucale.</i>	72
A Educação Contemporânea Frente aos Novos Paradigmas da Sociedade Atual <i>Ivone Angela Silva Santos Andrade.</i>	81
A Teologia Pentecostal e a Sociedade Brasileira Contemporânea: Diálogos Necessários. <i>Francisco Samuel de Sousa e Silva & Raphael B. Milhomens.</i> ..	91
O Ensino da Matemática de Forma Dinâmica: Como a Monitoria Pode Melhorar a Aprendizagem. <i>Amauri Leão Fagundes.</i>	104
Desafios e Paradigmas do Ensino Médio: Como Motivar os Estudantes no Pós Pandemia <i>Janailson Vanderlei de Souza.</i>	110

Teorias e Práticas do Currículo. <i>João Evangelista M. de Azevedo & Alena Livramento de Azevedo</i>	119
Práticas Para Projetos Ambientais <i>João Evangelista M. de Azevedo & Alena Livramento de Azevedo</i> .	126
O homem e sua Relação com as Ciências e as Tecnologias ao Longo do Tempo. <i>Ivonete Ângela Silva Santos Andrade & Maria Gorete Soares Fucale</i> .	134
Ambiente, Educação e Sociedade. <i>Edilene Silva dos Reis & Jeovanildo Bezerra e Bezerra</i> .	145
Leitura Multimodal: A Construção de Sentidos nas Aulas de Leitura do Portal do Professor. <i>Jaciane Gomes Sousa de Lima Silva</i>	157
Tecnologia e Aprendizagem: Ferramentas Tecnológicas em Sala de Aula - Inimigas ou Aliadas?. <i>Sandra Eloisa Francelino Silva</i>	168
A Concepção de Corpo Humano para os Professores de Educação Física. <i>Leandro Fonseca Lima & Nadja Fonseca da Silva Campos</i>	179
O Protagonismo e Inovação do Professor como Competência no Contexto Escolar. <i>Antônio Carlos Magalhães de Menezes & Idjane Sueleyde das Neves Marinho</i>	193
O Uso da Tecnologia na Educação: Perspectiva e Entraves. <i>Newilton Gois de Araújo & Cintia Maria Aguiar dos Santos Ferreira</i>	203

A Relevância da Educação a Distância no Contexto Atual: Aspectos e Contribuições para o Fazer Eduacional Acessível a Todos. <i>Georgina Costa Gomes Filha</i>	216
Papel das Redes Educacionais na Promoção da Inclusão dos Estudantes com Deficiência. <i>Aline Wrege Vasconcelos & Marily Dilamar da Silva</i>	227
Currículo, Ensino e Aprendizagem <i>Maria Neusa Gomes de Souza & Maria José Pessoa de Andrade Araújo.</i>	241
Ensino Híbrido: Inovando a Pedagogia a Favor do Ensino Tradicional e da Tecnologia <i>Maria Neusa Gomes de Souza.</i>	249
A Eletiva como Forma de Imersão dos Estudantes ao Mundo Científico <i>Janailson Vanderlei de Souza.</i>	261
A Ética na Contemporaneidade <i>Josivania Maria de Sousa Araújo.</i>	266
Reflexões acerca das Tecnologias e sua Associação às Práticas Cotidianas Docentes <i>Gêneses Moçambique dos Santos.</i>	274
Tecnologias Educacionais Digitais no Processo de Ensino e Aprendizagem na EMEF Gov. Henocho da Silva Reis, Manacapuru - AM <i>Nivanira Ferreira da Costa.</i>	286
Educação Globalizada: As Contribuições da Neurociência no Processo Ensino e Aprendizagem <i>Rubervania Aparecida Freire Gomes Silva.</i>	303
Fundamentos Teóricos de Aprendizagem e os Desafios da Educação Contemporânea <i>Isa Mara Pimentel & Valmir Campos Gil.</i>	314

Representações Sociais do Estudo da Etnomatemática e sua Influência na Aprendizagem aos Alunos do Curso de Formação de Professores de Matemática <i>Joaquim Vaz Chamale</i>	322
Os Desafios do Uso das Tecnologias Digitais na Educação com Destaque ao Período da Pandemia da Covid-19 <i>Deize Monteiro Barbosa & Clemilda Barbosa de Andrade da Silva</i>	335
Raízes Históricas da Globalização: Imigração e Problemas Enfrentados pelos Imigrantes nos Âmbitos Educacionais, Sociais e Econômicos e Possíveis Soluções frente às Fragilidades <i>Ranusa de Kacia Freire Gomes & Rubervania Aparecida Freire Gomes Silva</i>	347
Planejamento, Currículo e Avaliação: Uma Didática Necessária para a Construção do Saber no Campo Educacional <i>Edileuza Gonzaga & Jane Rodrigues Batista</i>	356
A História da Educação na Dinâmica do Coronelismo e a Relação de Poder na Região Nordeste: O Coronel e o Professor no Ensino Público Baseado na Troca de Favores e o Clientismo Atualmente. <i>Ranusa de Kacia Freire Gomes</i>	366
Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional <i>Fábio Júnior Pereira & Luiz Paulo da Cunha</i>	375
Teoria e Prática do Currículo <i>Fábio Júnior Pereira & Luiz Paulo da Cunha</i>	383
A Regionalização do Material Didático no Processo de Comunicação no Ensino da Educação de Jovens e Adultos <i>Cristiana Tavares de Oliveira & Erlany Nazaré Silva Farias</i> ...	391
A Educação à Distância: Desbravando Fronteiras em Período da Pandemia do Covid-19 <i>Cristiana Tavares de Oliveira & Erlany Nazaré Silva Farias</i> ...	398

Interfaces entre Sociologia, Linguagem e Política <i>Arenilson Lima Moura & Aurisete Pereira da Silva Cunha.</i>	407
A Raiz Histórica da Educação a Distância: Explorando os Fundamentos do EAD nas Cartas dos Filósofos Gregos e dos Apóstolos de Cristo <i>Raphael Bispo Milhomens & Ana Carolina de S. Ferreira.....</i>	413
Marketing Estratégico como Ferramenta de Gestão na Administração de Instituições de Ensino Superior <i>Raphael Bispo Milhomens & Fátima Tailana Ribeiro Moreira.....</i>	425
Multiletramentos: Uma Análise Reflexiva dos Textos Multimodais ou Multissemióticos a Partir da Difusão da Cultura Digital <i>Rosilda Maria Silva & Ilenice Pereira da Silva.</i>	438
O Ensino da Língua no Contexto do Letramento e Multiletramento: Multimodalidade e Gêneros Textuais <i>Ilenice Pereira da Silva & Rosilda Maria Silva .</i>	453
Estratégia do Pensamento Crítico Para Investigação Educativa <i>Arenilson Lima Moura & Jacilene Barbosa Gomes Pereira.....</i>	468
A Educação na Perspectiva da Inclusão: Desafios Possibilidades <i>Cícera Gomes da Silva & Josefa Thatiane Nascimento da Silva Duarte.</i>	477
O Transtorno do Espectro Autista (TEA): do Preconceito Religioso a Educação Inclusiva <i>Berenice Francisca Santos Souza.</i>	488
Enfoque Teóricos e Práticas da Aprendizagem <i>Erinéia Cabral Trindade.</i>	497
Brincar e a Escola: Um Olhar para sua Aplicação em Escola Pública	

<i>Ivany da Costa Almeida & Maria Edwiges Tavares.</i>	504
Pensando a Produção do Aplicativo "Turista Campina" como Facilitador do Turismo na Cidade de Campina Grande-PB: Estudo de Caso <i>Jessica Kaline Vieira Santos.</i>	511
Avaliação Educacional e suas Contribuições no Processo de Ensino e Aprendizagem <i>Ranusa de Kacia Freire Gomes & Rubervania Aparecida Freire Gomes.</i>	519
Tecnologia na Educação: O Uso das TICS no Processo de Ensino e Aprendizagem <i>Solange Diniz de Oliveira & Juliana Nascimento de Almeida.</i> ..	530
A Ressignificação do Currículo Escolar no Combate à Segregação Social e Incentivo à Pluralidade Cultural <i>Giovana Matildes Silva Alexandre & Mauriceia Soares de Lima Brito.</i>	540
Autonomia do Aluno de EAD no Processo de Ensino e Aprendizagem <i>Sandra Maria Pereira Falcão.</i>	548
Planejamento, Projeto, Desenvolvimento e Avaliação Curricular: Ferramentas Indispensáveis na Orientação da Prática Docente/Discente <i>Jane Rodrigues Batista & Edileuza Pimentel Gonzaga.</i>	567
A Disgrafia em Sala de Aula: Um Olhar para a Realidade da Escola Pública <i>Ivany da Costa Almeida & Maria Edwiges Tavares.</i>	577
Perspectivas e Discussões Temáticas sobre Práticas Pedagógicas e Educação Ambiental <i>Isa Mara Pimentel & Valmir Campos Gil.</i>	592
Gestão Ambiental e Cidadania: Histórico e Análise da Responsabilidade Social	

Diego Ferreira da Silva & Luciana Maria Barreto Barbosa.... 600

Contribuições das TIC para gerar reserva cognitiva em
Adultos acima de 50 anos com baixa escolaridade
Nilce de Oliveira Lima. 610

Entre o Progresso e a Memória: Uma Análise Bibliográfica
sobre Impactos no Patrimônio Cultural de Itabiana -PB
(1980-2016)
Itamara Weskla Barbosa Alves de Brito..... 618

A Fotografia como fonte histórica: uma percepção do
sensível na construção historiográfica
Ítalo Pereira de Sousa. 627

Educação inclusiva na cidade de Penedo Alagoas: como as
conquistas ao longo da história foi importante para a
realidade atual
José Ronildo da Silva Torres. 639

Pornografia de vingança - a violência de gênero no âmbito
da cibercultura
Dayellen da Costa Jacinto. 650

Sínodo de Dort: um julgamento de cartas marcadas?
Francisco Samuel de Sousa e Silva &
Raphael Bispo Milhomens. 662

A Homossexualidade e o Protestantismo Histórico
Dayellen da Costa Jacinto. 671

A Contribuição das TIC na promoção da aprendizagem
intergeracional
Nilce de Oliveira Lima
Francisca Meire Do N. Moreira..... 678

Lugar da criança com necessidades especiais
no contexto escolar
Katja Leandra Cruz Santos Vieira. 685

O uso das tecnologias na educação como ferramentas de aprendizagem <i>Katja Leandra Cruz Santos Vieira</i>	695
Currículo e a Educação <i>Uytalo Gomes Soares</i>	705
Evasão no Ensino a Distância: desafios e possibilidades no período da pandemia <i>Giovana Barbosa Cavalcante</i>	711
O sexismo nos jogos digitais e o papel da educação no combate as desigualdades <i>Dayellen da Costa Jacinto</i>	727
Regulamentação da Inteligência Artificial na Educação: garantido ética, privacidade e equidade <i>Daniela Duarte Cordeiro</i>	733
Educação Contemporânea Fundamentos e Paradigmas <i>Edilene Silva dos Reis & Jeovanildo Bezerra e Bezerra</i>	743
Ciência, Tecnologia e Sociedade <i>Fábio Júnior Marques Pereira & Rodrigo Pontes de Mello</i>	754
Tecendo olhares sobre a formação de professores, competências digitais e as políticas nacionais de educação: um recorte à luz da legislação <i>Gercimar Martins Cabral Costa</i>	765
Práticas Ambientais na Educação <i>Uytalo Gomes Soares</i>	775
Trajetória Histórico-Empírica da Psicopedagogia: Uma revisão da literatura <i>José Ronildo da Silva Torres</i>	781
Educação a Distância: a tecnologia à serviço da formação do ser humano <i>Rogério Ferreira Terto & Teófilo Ferreira Terto Neto</i>	793

A educação permanente em saúde como estratégia para a promoção da saúde mental <i>Ítalo de Sousa Moraes & Iza Amanda Peixoto Muniz.....</i>	804
A Aplicabilidade das metodologias ativas para crianças diagnosticadas com TEA <i>Ítalo de Sousa Moraes & Iza Amanda Peixoto Muniz.....</i>	818
Planejamento, Projeto, Desenvolvimento e Avaliação Curricular <i>Rogério Ferreira Terto & Teófilo Ferreira Terto Neto.....</i>	828
Educação Comparada <i>Teófilo Ferreira Terto Neto & Rogério Ferreira Terto.....</i>	838
Ambiente, Educação e Sociedade <i>Teófilo Ferreira Terto Neto & Rogério Ferreira Terto.....</i>	851
Escravidão, capital humano e dependência econômica: consequências do sistema escravocrata sobre o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro <i>Sonir José Boaskevis.....</i>	859
Sobre o problema da história numa reflexão ameríndia de suas sociedades primitivas <i>Matusalém Alves Oliveira & Washington L. Martins da Silva... 845</i>	
A América na perspectiva de seus problemas epistemológicos da História <i>Matusalém Alves Oliveira & Washington L. Martins da Silva... 904</i>	
Alterações dimensionais da face e a correlação com o distúrbio da apneia obstrutiva do sono: uma análise neucientífica da respiração e da psique humana <i>Leonardo Cavalcanti dos Santos; Washington L. Martins da Silva; Matusalém Alves Oliveira.....</i>	909
Pré-vestibular solidário: ação de extensão e cidadania <i>Fábio Alves Gomes & Matheus Gleydson do N. Sales.....</i>	917

A construção do conhecimento: o ensinar e o aprender na perspectiva inclusiva <i>Andrezio Correia dos Santos & Márcio Pedro da Silva.....</i>	927
Educação: Fundamentos de uma prática educativa inclusiva <i>Andrezio Correia dos Santos & Márcio Pedro da Silva.....</i>	938
A Importância das adaptações curriculares frente a diversidade cultural na tríplice fronteira <i>Elizandra Oliveira Viana.....</i>	948
Impactos ambientais: os estudos e o processo de avaliação <i>Elizandra Oliveira Viana.....</i>	959
Teoria e Prática do Currículo <i>Dorivania Ferreira Cordeiro & Josivania Ferreira Terto.....</i>	968
Ciência, Tecnologia e Sociedade <i>Dorivania Ferreira Cordeiro & Josivania Ferreira Terto.....</i>	978
Educação comparada no Brasil <i>Fernanda Ferreira Terto de Luna & Josivania Ferreira Terto..</i>	990
Fundamentos e paradigmas contemporâneos da educação <i>Josivania Ferreira Terto & Fernanda Ferreira Terto de Luna..</i>	1000
Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional <i>Josivania Ferreira Terto & Fernanda Ferreira Terto de Luna..</i>	1009
Meio ambiente: educar para a sustentabilidade <i>Fernanda Ferreira Terto de Luna & Josivania Ferreira Terto..</i>	1020
A Ética e os desafios em face da contemporaneidade <i>Diego Ferreira da Silva & Luciana Maria Barreto Barbosa....</i>	1032
A Formação do pensamento crítico: função social da escola contemporânea <i>Mauriceia Soares de Lima Brito & Giovana Matildes da Silva Alexandre.....</i>	1042

Organização e gestão do planejamento de ensino: o caminho para o sucesso escolar <i>Mauriceia Soares de Lima Brito & Giovana Matildes da Silva Alexandre.....</i>	1049
As contribuições da tecnologias à educação <i>Rosilene Pedro da Silva & Miriam Paulo da Silva Oliveira.....</i>	1057
A contribuição da ciência e das tecnologias para uma sociedade inclusiva <i>Miriam Paulo da Silva Oliveira & Rosilene Pedro da Silva.....</i>	1069
Educação Comparada I <i>Josefa Vieira da Cunha Leite & Geilza Vieira da Cunha.....</i>	1083
Fundamentos e paradigmas contemporâneos da educação <i>Geilza Vieira da Cunha & Josefa Vieira da Cunha Leite.....</i>	1096
Teoria e prática do currículo <i>Josefa Vieira da Cunha Leite & Geilza Vieira da Cunha.....</i>	1105
Teorias educacionais e educação à distância <i>Geilza Vieira da Cunha & Josefa Vieira da Cunha Leite.....</i>	1116
Educação ambiental como prática interdisciplinar: A escola como mediadora na conscientização da construção de um mundo ecologicamente sustentável <i>Maria Eliene da Silva Rocha.....</i>	1130
Novas Tecnologias na Educação: A Escola Ontem e Hoje o que Mudou <i>Maria Eliene da Silva Rocha.....</i>	1141
Educação Ambiental: um elo entre o Homem e o Meio Ambiente <i>Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza & Luana Ferreira do Nascimento.....</i>	1150
Novos contextos e caminhos para o currículo escolar em tempos de pandemia <i>Fabiana Gomes da Silva Cabral & Luana F. do Nascimento....</i>	1159

A utilização das novas tecnologias como ferramentas para uma educação igualitária <i>Elidiane Vicente & Jacileide Caboca da Silva</i>	1169
Planejamento escolar: instrumento de consolidação da aprendizagem <i>Elidiane Vicente & Jaqueline Roberta Andrade Assis</i>	1183
Educação a Distância em tempos de Pandemia: avanços e entraves <i>Jacileide Cabocla da Silva & Jaqueline Roberta A. Assis</i>	1193
Planejamento e avaliação escolar no processo de ensino e aprendizagem <i>Jacileide Cabocla da Silva & Elidiane Vicente</i>	1204
Eu, Você e a Biblioteca: um admirável mundo "novo" <i>Luana Ferreira do Nascimento & Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza</i>	1216
O Lúdico na Educação Infantil: Uma brincadeira necessária <i>Luana Ferreira do Nascimento & Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza</i>	1228
O Protagonismo de um projeto de atletismo/paratletismo escola: relatando experiências dos benefícios <i>Emerson Felipe da Silva</i>	1244

PREFÁCIO

A pesquisa, a investigação e a mensuração dos impactos educacionais na sociedade globalizada em qualquer instância, seja ela pública ou privada, é de suma importância para a avaliação destes mesmos impactos e a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias para cada um, onde se possa eliminar ou diminuir a ação destes no indivíduo contemporâneo.

Assim, com o incremento e/ou fortalecimento da educação presencial, virtual ou híbrida, nota-se que é possível construir conhecimentos e habilidades, além de formar atitudes que serão transformadas em práticas de cidadania, auxiliando na garantia de uma sociedade mais justa e sustentável. A educação mundializada se dá tanto de maneira formal, quanto informal, sendo que a educação formal (na escola) permite um maior nível de aprendizado aos jovens, principalmente.

As linhas de pesquisa que envolvem nosso e-book são plurais haja vista porque reúne a educação às Novas Tecnologias aplicadas na contemporaneidade, convencendo ser a Ciência da Educação tão necessária para que se possa desenvolver um modo de vida mais saudável para a formação de uma sociedade justa e sustentável, especialmente ao se questionar qual o tipo de desenvolvimento que interessa à formação infantil e juvenil, principalmente, e qual o tipo de progresso que queremos e como podemos contribuir melhor para o aperfeiçoamento da nação, a qual pretendemos que seja humanamente correta, em consonância com o ambiente social onde vive cada povo.

Uma das missões de toda publicação científica supõe ser contribuir com a busca de inovações estratégicas para a progressão de uma humanidade livre, instruída e eticamente preparada, diante de novas realidades que surgem nos âmbitos da trilogia sócio/econômica/ambiental, a partir de incremento de novos conceitos, tudo com base na pesquisa científica, sendo ainda imperioso acrescentar que toda investigação amplia conhecimentos, constrói oportunidades e conscientiza as pessoas sobre suas formas de ver, pensar e sentir o progresso humano. Ademais, quando bem estruturada metodologicamente e bem fundamentada com conceitos teóricos é de essencial importância para o mundo acadêmico, especialmente no campo das atualidades pedagógicas, considerando o aumento significativo e desenfreado da população mundial e a conseqüente pressão humana sobre o mercado de trabalho. Assim, enxerga-se prementemente, e a cada dia, a necessidade de estudos relevantes que possam apresentar alternativas sustentáveis de

desenvolvimento, sem, necessariamente, prejudicar os seres humanos e suas respectivas culturas.

Outro fator preponderante na construção desse volume é conhecer a dimensão internacional das políticas públicas educacionais e a relevância na sua aplicabilidade em nosso cotidiano. E, por isso, pode ser também um instrumento de orientação e integração de todas as atividades que venham a ser planejadas a curto, médio e longo prazo, nas regiões brasileiras, determinando os objetivos gerais e específicos que se pretendem atingir; traduzindo-os em metas operacionais; selecionando as ações e estratégias mais viáveis e adequadas para atingi-las; marcando as etapas de realização, definindo processos de avaliação na área e atualização permanente.

Os artigos dos autores aqui inseridos foram construídos em um momento histórico significativo que não podemos deixar de assinalar, face o advento pandêmico no mundo, em parte superado, cabendo agora a reorganização sobretudo econômica de todos os países. E, a história demonstra que, quando sempre que essas anomalias ocorrem, fere a humanidade, fazendo a sociedade refletir também sobre a natureza e o meio ambiente. E essa longa jornada de trabalho, evidentemente, condiciona e em parte determina o tema do e-book. Ele, porém, se alimenta também de sonhos e esperanças de que, passada uma época de enfermidade mundial, onde realizou-se um processo de vacinação em massa, seguindo, como dito, a recuperação da economia nacional e mundial, geralmente carrega consigo desafios. É por essas razões que essa publicação, olha para as deficiências do passado, quando da construção do complexo, para poder construir um bom futuro para a comunidade principalmente do entorno de cada região. Nos períodos de crise e de angústia humana, procuram superar as dificuldades com um moderno espírito científico.

E, por essas razões, o fenômeno educacional, no mundo globalizado que vivemos, expõe novos pilares de políticas pedagógicas que requerem profissionais com uma formação multidisciplinar capazes de enfrentá-los.

Neste contexto, surgem novas demandas de políticas públicas e geraram necessidades, por sua vez, novos campos e contextos de sustentabilidade, diferentes dos convencionais, em que se fazem necessárias intervenções educacionais especializadas, dirigidas por profissionais com competências específicas. Competências com as quais, geralmente, não são encontradas nos profissionais na região; e muito especialmente aquelas que não receberam uma formação ambiental.

Verificamos, com muito entusiasmo que na atualidade, cada vez são mais os profissionais de diferentes áreas que em muitos países dedicam-se ou desejam dedicar-se às inovações pedagógicas e não tiveram ocasião ou oportunidade de receber uma formação apropriada para enfrentar os desafios do ensino e participar da ressignificação social do Brasil para a terceira década desse século.

Esses estudos também pretendem dar resposta às necessidades destes profissionais e atuar como um serviço de relevância para nossa sociedade. A proposta é melhorar o setor educacional, por sua vez, as habilidades e competências dos profissionais educadores no processo de ensino e aprendizagem tanto internos como externo a cada região.

A Efetividade das Múltiplas Inteligências no Processo de Ensino-Aprendizagem da Matemática no Ensino Médio no Município de Manaus, é competentemente analisada por *Carlos Eduardo Mota & Deivila Alves Mota* ao reportarem formas estratégica de gerir o raciocínio matemático, sobretudo no ensino médio. Quando, do mesmo modo, *Aldenice da Silva Caxias* projeta essa reflexão ao Ensino e Aprendizagem da Escrita baseada em Reflexões *Acerca das Dificuldades de Escrita dos Alunos no Município de Curral de Cima. A Inclusão Digital nas suas Implicações à Prática Docente no Século XXI* as pesquisadoras *Clemilda B. de Andrade da Silva & Deize Monteiro Barbosa* assinalam o momento da tecnologia adentrando em sala de aula, nas suas estratégias metodológicas inseridas em sala de aula. Assunto que de certa forma vem a calhar como um preocupante avaliativo quando *O Planejamento e a Avaliação como Forma de Desenvolvimento do Ensino* veem o autor *Amauri Leão Fagundes*. Nesses casos corrobora-se ao artigo de *Maria Gorete Soares Fucale* com o seu estudo intitulado *O Desafio do Educador Frente as Mudanças na Educação e no âmbito da Tecnologia Digital e Sustentabilidade*, quando as práticas de ensino adquirem nova roupagem.

É nessa diversidade de temas que instigou a autora *Ivonete Ângela Andrade* a realizar uma visão crítica a respeito da *Educação Contemporânea Frente aos Novos Paradigmas da Sociedade Atual*, cuja diversidade ultrapassa as dimensões pedagógicas, quando, nesse caso, bem o fazem *Francisco Samuel de Sousa e Silva & Raphael B. Milhomens*. ao refletirem a *Teologia Pentecostal e a Sociedade Brasileira Contemporânea* destacando o tema como um diálogo necessário, trazendo a luz o papel educativo de certa ordem religiosa. A autora *Ivonete Angela* também discute em outro artigo os *Paradigmas da Sociedade Atual ao longo do Tempo e O homem e sua Relação com as Ciências e*

as **Tecnologias** com a parceria, mais uma vez as autoras, *Maria Gorete Soares Fucale*, buscando ambas uma possível conciliação entre o mundo escolar real e o virtual. Que, de igual modo trata o artigo **Educação a Distância: a tecnologia à serviço da formação do ser humano** de *Rogério Ferreira Terto & Teófilo Ferreira Terto Neto*, ambos fortalecendo a discussão entre educação e tecnologia escolar.

Retoma-se outra vez **O Ensino da Matemática de Forma Dinâmica: Como a Monitoria Pode Melhorar a Aprendizagem** quando é trilhado por *Amauri Leão Fagundes* imbuído de um desenho de uma fa-
róis dedutivos e indutivos para melhor compreensão educativa ao analisar os **Desafios e Paradigmas do Ensino Médio**, sugerindo reflexos de **Como Motivar os Estudantes no Pós Pandemia** proposto no artigo de *Janailson Vanderlei de Souza*. O artigo **Representações Sociais do Estudo da Etnomatemática e sua Influência na Aprendizagem aos Alunos do Curso de Formação de Professores de Matemática**, de *Joaquim Vaz Chamale*, apresenta de forma bem dedutiva os passos de certa maneira cartesianos para o preparo da formação da docência matemática, onde prepondera quase que uma proposta antropológica para esse ensino das ciências abstratas.

Já as políticas pedagógicas são discutidas a partir do artigo **Teorias e Práticas do Currículo** quando os autores *João Evangelista M. de Azevedo & Alena Livramento de Azevedo* analisam as propostas dos principais teóricos sobre o assunto. Além desse debate os referidos pesquisadores nos encantam com mais um artigo que, de certa forma, é consequência do primeiro, mas, nesse caso especificando **a questão ambiental e a sustentabilidade**; já dos novos currículos que emanam discussões sobre a preservação da Gaia. E, seguindo o mesmo viés de discussão, unindo **Ambiente, Educação e Sociedade**. *Edilene Silva dos Reis & Jeovanildo Bezerra* demonstram a importância do assunto ao ser meta e trilha dos professores na formação dos jovens, principalmente.

A sociedade da diversidade e multicultural exige no campo educacional estratégias de ensino que dinamizem uma harmonia no conteúdo. Em vista disso, a **Leitura Multimodal: A Construção de Sentidos nas Aulas de Leitura do Portal do Professor**, realizada aqui por *Jaciane Gomes Sousa de Lima Silva*, nos insinua que é a partir da pluralidade que exige universalidade que, no âmbito da **Tecnologia e Aprendizagem pelas Ferramentas Tecnológicas em Sala de Aula** se pode proliferar uma dicotomia: **Inimigas ou Aliadas?** Isso posto, parabenizamos a autora *Sandra Eloisa Francelino Silva*.

No campo da Biologia, **A Concepção de Corpo Humano para**

os **Professores de Educação Física** prevalece como um estudo das ciências da saúde principalmente, considerando a existência no corpo como uma linguagem que transmite uma comunicação endógena entre os órgãos de nossa anatomia, cuja tarefa sugere um olhar meritocrático na visão dos autores *Leandro Fonseca Lima & Nadja Fonseca da Silva Campos* com uma grande harmonia com o artigo ***O Protagonismo e Inovação do Professor como Competência no Contexto Escolar*** de *Antônio Carlos Magalhães de Menezes & Idjane Sueleyde das Neves Marinho*, o qual liga o meritocrático à criatividade.

No seio das ferramentas tecnológicas adentradas em sala de aula, ***O Uso da Tecnologia na Educação: Perspectiva e Entraves*** é analisado também por *Newilton Gois de Araújo & Cintia Maria Aguiar dos Santos Ferreira*, noticiando os prós e os contra das competências tecnológicas; temática que se conjuga com o artigo ***A Relevância da Educação a Distância no Contexto Atual nos seus Aspectos e Contribuições para o Fazer Educacional Acessível a Todos.***, de *Georgina Costa Gomes Filha* defendendo a inclusão digital; o que nos remete ao artigo sobre o ***Papel das Redes Educacionais na Promoção da Inclusão dos Estudantes com Deficiência*** de *Aline Wrege Vasconcelos & Marily Dilamar da Silva* tão relevante para a importância da educação inclusiva; onde se pode fazer uma ponte de análise com o artigo sobre o ***Ensino Híbrido: Inovando a Pedagogia a Favor do Ensino Tradicional e da Tecnologia*** de autoria de *Maria Neusa Gomes de Souza*.

O debate ético e político é realizado no artigo ***A Ética na Contemporaneidade*** de *Josivania Maria de Sousa Araújo* onde problematiza os diversos problemas da sociedade contemporânea, a necessidade da ética no ensino-aprendizagem da escola para a formação infantil e juvenil principalmente. Esse texto vem, de certa forma, a calhar com as ***Reflexões acerca das Tecnologias e sua Associação às Práticas Cotidianas Docentes***; artigo produzido por um viés analítico dedutivo por *Gêneses Moçambique dos Santos*. E, de forma bem alinhada, conjuga-se com o artigo ***Tecnologias Educacionais Digitais no Processo de Ensino e Aprendizagem na EMEF Gov***, quando os autores *Henoch da Silva Reis e Nivanira Ferreira da Costa* discutem o processo emancipatório e de inclusão nessa proposta.

Os princípios neurocientíficos no âmbito educacional é refletido no artigo ***Educação Globalizada: As Contribuições da Neurociência no Processo Ensino e Aprendizagem*** de *Rubervania Aparecida Freire Gomes Silva*, onde o leitor poderá conhecer os laços entre o emocional e o racional no âmbito da mente humana, projetados nas fases da esco-

larização. Onde remete uma grande harmonia com a problematização aferida no artigo *A Disgrafia em Sala de Aula: Um Olhar para a Realidade da Escola Pública*, de Ivany da Costa Almeida & Elisângela Araújo Silva. Temas neurocientíficos que aproximam a educação e a Saúde, retratados no excelente artigo dos transtornos sobre as *Alterações dimensionais da face e a correlação com o distúrbio da apneia obstrutiva do sono: uma análise neucientificada respiração e da psíqué humana* elaborado pelos cientistas e pesquisadores doutores Leonardo Cavalcanti dos Santos; Washington L. Martins da Silva e Matusalém Alves Oliveira.

Numa época multicultural e plural, o artigo *Raízes Históricas da Globalização: Imigração e Problemas Enfrentados pelos Imigrantes nos Âmbitos Educacionais, Sociais e Econômicos e Possíveis Soluções frente às Fragilidades* de autoria de Ranusa de Kacia Freire Gomes & Rubervania Aparecida Freire Gomes Silva, sob a luz dos diversos teóricos e críticos sobre o assunto perfilam as conseqüências da tensão entre modernidade e pós-modernidade. Entretanto, vale ressaltar que *A Regionalização do Material Didático no Processo de Comunicação no Ensino da Educação de Jovens e Adultos*, é um artigo escrito por Cristiana Tavares de Oliveira & Erlany Nazaré Silva Farias, que provocam a necessidade de as escolas fazerem alusão em seus planejamentos um olhar sobre culturas da região e do seu entorno, para uma aprendizagem multicultural.

No artigo *Planejamento, Currículo e Avaliação: Uma Didática Necessária para a Construção do Saber no Campo Educacional*, de Edileuza Gonzaga & Jane Rodrigues Batista, devemos levar em conta que as autoras defendem para a construção de um currículo e seu atrelamento ao processo avaliativo do aluno, a tese de formas ao recolher um feedback realístico facilitador da planificação da classe e da escola com um todo. De igual modo, a *Ressignificação do Currículo Escolar no Combate à Segregação Social e Incentivo à Pluralidade Cultural* é proposta por Giovana Matildes Silva Alexandre & Mauriceia Soares de Lima Brito; assunto que corrobora com a proposta da análise de *Currículo e a Educação* do autor Uytalo Gomes Soares, que brilhantemente analisa o assunto de forma bastante pedagógica com uma linguagem e estilo claros e original. E no caso das políticas pedagógicas, o *Currículo, Ensino e Aprendizagem* são analisados também por Maria Neusa Gomes de Souza & Maria José Pessoa de Andrade Araújo, as quais confrontam as principais teorias e mostram a importância e tipos que se incrementam para a sociedade globalizada, do currículo oculto ao

interativo. Poucos são os estudos sobre a importância da maleabilidade de um conteúdo eletivo. Assim, o artigo *A Eletiva como Forma de Imersão dos Estudantes ao Mundo Científico*, de autoria de *Janailson Vanderlei de Souza* assume um protagonismo nesse tema, comprovando da permanência e necessidade desse elenco disciplinar que apenas visa ampliar o conhecimento científico correspondente às áreas diversas.

Mergulhado no escafandro da *História da Educação na Dinâmica do Coronelismo e a Relação de Poder na Região Nordeste: O Coronel e o Professor no Ensino Público Baseado na Troca de Favores e o Clientelismo Atualmente*; a autora *Ranusa de Kacia Freire Gomes* faz um apanhado histórico e político de um período em que o poder advinha de uma classe impositiva do mais autoritário possível para o domínio das regiões sobretudo a nordestina. Tema que vislumbra uma certa análise cultural da história, que nos leva a relacionar ao artigo *Educação Comparada* de *Teófilo Ferreira Terto Neto & Rogério Ferreira Terto*, que mostram a comparação cultural um dos espaços mais construtivos de confrontações culturais e resgates socio e antropológicos, ademais de históricos quando testemunhamos nos artigos: *Ambiente, Educação e Sociedade* de *Teófilo Ferreira Terto Neto & Rogério Ferreira Terto*; *Escravidão, capital humano e dependência econômica: consequências do sistema escravocrata sobre o desenvolvimento sócio-econômico brasileiro* de *Sonir José Boaskevis*; e, por fim, no artigo *Sobre o problema da história numa reflexão ameríndia de suas sociedades primitivas*, de *Matusalém Alves Oliveira & Washington L. Martins da Silva*; ademais do excelente artigo *A América na perspectiva de seus problemas epistemológicos da História* dos professores pesquisadores sênior *Matusalém Alves Oliveira & Washington L. Martins da Silva*.

Mais um artigo inserido na *Gestão, Planejamento e Avaliação Institucional* e, proposto pelos autores *Fábio Júnior Pereira & Luiz Paulo da Cunha*, como ser necessário na relação procedimental de uma instituição no aporte da avaliação qualitativa, ele vai resultar em uma espécie de aferimento às atividades relacionadas ao ensino, a pesquisa e a extensão. Esses mesmos autores, em mais um artigo abordam a *Teoria e Prática do Currículo* como segmento de aprimoramento qualitativo para a formação institucional tanto na distribuição de conteúdo, como de sua praticidade. Texto o qual se une ao artigo *Planejamento, Projeto, Desenvolvimento e Avaliação Curricular: Ferramentas Indispensáveis na Orientação da Prática Docente/Discente*, de *Jane Rodrigues Batista & Edileuza Pimentel Gonzaga*. *Avaliação Educacional e suas*

Contribuições no Processo de Ensino e Aprendizagem, de *Ranusa de Kacia Freire Gomes & Rubervania Aparecida Freire Gomes*, fazem um repensar das formas inclusivas de avaliação, que por sinal têm sido deixadas em segundo plano na escola do presente.

E mais uma vez nosso e-book apresenta em artigo outra contextualização das consequências aferidas na escola com ***Os Desafios do Uso das Tecnologias Digitais na Educação com Destaque ao Período da Pandemia da Covid-19***, cujas autoras *Deize Monteiro Barbosa & Clemilda Barbosa de Andrade da Silva*, com bastante senso analítico dedutivo e, por vezes indutivo, sinalizam a nova prática de ensinar com as ferramentas tecnológicas, cuja época ocasionou um ordenamento auxiliar na prática de ensino, apesar das grandes reservas nas aceitações. ***A Educação à Distância: Desbravando Fronteiras em Período da Pandemia do Covid-19***, de *Cristiana Tavares de Oliveira & Erlany Nazaré Silva Farias*, fazem esses autores a abordarem as Interfaces entre ***Sociologia, Linguagem e Política***, realizada também por *Arenilson Lima Moura & Aurisete Pereira da Silva Cunha*. Texto que faz engrandecer o debate através do artigo ***Evasão no Ensino a Distância: desafios e possibilidades no período da pandemia*** quando a autora *Giovana Barbosa Cavalcante* realiza um balanço histórico sobre as grandes dificuldades na prática do ensino a distância no período pandêmico, tecendo também aspectos positivos e construtivos nas atividades escolares. Nesse caso, ***A Raiz Histórica da Educação a Distância: Explorando os Fundamentos do EAD nas Cartas dos Filósofos Gregos e dos Apóstolos de Cristo***, escrito por *Raphael Bispo Milhomens & Ana Carolina Souza Ferreira*, quase que aproximam um estudo filosófico tecnológico como leitura hermenêutica da teoria construtivista para um bom entendimento desses textos pertencentes ao conhecimento teológico, mas visando suas concepções para os conhecimentos filosóficos e científicos.

No tocante ao ***Marketing Estratégico como Ferramenta de Gestão na Administração de Instituições de Ensino Superior***, ainda *Raphael Bispo Milhomens* fazendo dupla com *Fátima Tailana Ribeiro Moreira*, ambos nos empolgam a traçarem passos metodológicos de como o gestor poderá aferir qualitativamente os requisitos de cumprimento acadêmico na gestão da coisa pública e/ou privada, norteando a defesa da tese de que todo educador é um gestor. Tema que nos anima a uma leitura do artigo ***Planejamento, Projeto, Desenvolvimento e Avaliação Curricular***, escrito por *Rogério Ferreira Terto & Teófilo Ferreira Terto Neto*, onde demonstra a importância e necessidade imperativa do zelo curricular para a planificação das formações estudantis.

O debate do ***Multiletramentos: Uma Análise Reflexiva dos Textos Multimodais ou Multissemióticos a Partir da Difusão da Cultura Digital***, Rosilda Maria Silva & Ilenice Pereira da Silva nos contemplam com uma reflexão integrada entre o tradicional e o inovador, tecendo uma proposta de equilíbrio entre duas vertentes de aprendizagem. Isso emana uma linha harmônica de discussão com o artigo ***O Ensino da Língua no Contexto do Letramento e Multiletramento: Multimodalidade e Gêneros Textuais***, de Ilenice Pereira da Silva & Rosilda Maria Silva, nesse aspecto plural da sociedade hodierna, cuja escola também segue esse reflexo, porém com mais dinamicidade.

A Estratégia do Pensamento Crítico Para Investigação Educativa, de autoria de Ademilson Lima Moura & Jacilene Barbosa Gomes Pereira., nos fazem realizar uma releitura de diversos temas explorados pela Escola de Frankfurt; o que une com ***A Educação na Perspectiva da Inclusão: Desafios Possibilidades***, de Cícera Gomes da Silva & Josefa Thatiane Nascimento da Silva Duarte, quando estudam as conquistas e os impedimentos dessa prática de formação de níveis de ensino. Uma visão em estado da arte é o que apresenta o artigo ***Fundamentos Teóricos de Aprendizagem e os Desafios da Educação Contemporânea***, de Isa Mara Pimentel & Valmir Campos Gil fazendo um enfoque onde se reúne as diversas vertentes metodológicas de ensino na escola contemporânea e suas tendências para o ensinar e o aprender.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA): do Preconceito Religioso a Educação Inclusiva, de Berenice Francisca Santos Souza, é analisada de forma histórico crítica quando a autora emana a defesa de no passado a Igreja interpretava o TEA como filho do pecado ou castigo, gerando um dos maiores dos atos humanos de discriminação. Assim, a Educação inclusiva, vai no século 21 desconstruir esse nocivo lado da história, mostrando os portadores do TEA como sujeito na sala de aula. Tema que sintoniza com o artigo ***O Lugar da criança com necessidades especiais no contexto escolar*** onde a autora Katja Leandra Cruz Santos Vieira, problematiza as peculiaridades da educação especial e dá caminhos para novas estratégias de ensino. O que corrobora com o artigo ***Trajetória Histórico-Empírica da Psicopedagogia: Uma revisão da literatura*** de José Ronildo da Silva Torres que traça um balanço atualizado da bibliografia reinante no assunto vinculando harmonicamente com o tema do artigo ***A educação permanente em saúde como estratégia para a promoção da saúde mental*** de Ítalo de Sousa Moraes & Iza Amanda Peixoto Muniz, fazendo uma interligação entre a educação e a saúde ; o que instiga uma boa leitura em cima do artigo ***A Aplicabili-***

dade das metodologias ativas para crianças diagnosticadas com TEA de Ítalo de Sousa Moraes & Raphael Bispo Milhomens ampliando mais ainda o debate sobre transtornos infantis e a formação escolar.

No artigo sobre o *Enfoques Teóricos e Práticas da Aprendizagem*, a tese de Erinéia Cabral Trindade é a pluralidade de métodos de uso em sala de aula a partir de aproximações lúdicas que humanize o educando. Nesse espectro o *Brincar e a Escola: em um Olhar para sua Aplicação em Escola Pública* de Ivany da Costa Almeida & Maria Edwiges Tavares, explica o uso do lúdico na prática institucional pública de forma peculiar. Lazer e aprendizagem, remontam-se no artigo *Pensando a Produção do Aplicativo "Turista Campina" como. Facilitador do Turismo na Cidade de Campina Grande-PB*, que, em se tratando de um *Estudo de Caso*, a autora Jessica Kaline Vieira Santos nos oferece de forma científica as aplicabilidades em todos os campos das ciências sociais e aplicadas, incluso a educação, imersas nesse setor.

Tecnologia na Educação: O Uso das TICS no Processo de Ensino e Aprendizagem Solange Diniz de Oliveira & Juliana Nascimento de Almeida demonstram ser a tecnologia filha da necessidade, permitindo uma brecha para compreendê-la como nem boa, nem má, porém neutra. E que o artigo *Contribuições das TIC para gerar reserva cognitiva em adultos acima de 50 anos com baixa escolaridade*, de Nilce de Oliveira Lima igualmente reflete em seu oportuno artigo. Inclusive ampliando a discussão realizada competentemente no artigo *Autonomia do Aluno de EAD no Processo de Ensino e Aprendizagem*, de Sandra Maria Falcão. E, do mesmo modo, o artigo *A Contribuição das TIC na promoção da aprendizagem intergeracional*, de Nilce de Oliveira Lima realiza os diversos contrapontos de distinções e semelhanças entre as gerações que receberam os impactos das mudanças tecnológicas, inseridas entre as gerações x, y, z e alpha propondo *modus operandi* de ensino e aprendizagem em seus comportamentos e atitudes. E, na sequência, segue-se esse mesmo debate no artigo *O uso das tecnologias na educação como ferramentas de aprendizagem* de Katja Leandra Cruz Santos Vieira, concebendo passos para o ensinamento pela via tecnológica de forma edificante e amena nas suas compreensões.

No campo dos estudos dos monumentos históricos, o artigo *Entre o Processo e a Memória: Uma Análise Bibliográfica sobre Impactos no Patrimônio Cultural de Itabiana -PB (1980-2016)* de Itamara Weskla Barbosa Alves de Brito, abre uma nova vertente na história das cidades, sendo necessária para os campos das ciências humanas, sociais e aplicadas e as engenharias. Onde, sem dúvida, concilia-se com o

artigo *A Fotografia como fonte histórica: uma percepção do sensível na construção historiográfica* de Ítalo Pereira de Sousa faz ressurgir certas discussões da escola de Frankfurt quando o Walter Benjamin analisa as sequências e consequências temporais da fotografia.

Um pensar historiográfico urbano é visto no artigo intitulado *A Educação inclusiva na cidade de Penedo Alagoas*. O autor José Romildo da Silva Torres analisam competentemente como as conquistas ao longo da história foram importantes para a realidade atual da cidade. Prazerosamente em uma época em que o regionalismo é desconstruído pela sociedade globalista. *Perspectivas e Discussões Temáticas sobre Práticas Pedagógicas e Educação Ambiental*, de Isa Mara Pimentel & Valmir Campos Gil, mostra a importância dessa linha de estudo para as novas gerações de estudantes; tal qual defendem no artigo *Gestão Ambiental e Cidadania: Histórico e Análise da Responsabilidade Social*, os autores Diego Ferreira da Silva & Luciana Maria Barreto Barbosa. Tema que oferece uma consistente discussão no artigo *Práticas Ambientais na Educação* de Uytalo Gomes Soares, mostrando a importância do trato ambiental na sala de aula do ensino fundamental e médio.

O e-book vai se construindo com a excelente publicação *Sínodo de Dort: um julgamento de cartas marcadas?* De autoria de Francisco Samuel de Sousa e Silva & Raphael Bispo Milhomens, onde questionam e narram o respectivo advento e lugar em Dordrecht, na Holanda, de 1618 a 1619 pela Igreja Reformada Holandesa, com o objetivo de regular algumas controvérsias nas Igrejas Holandesas iniciada pela ascensão do arminianismo. Um texto de relevante estudo e tão oportuno para a Teologia, a Filosofia da Religião e Filosofia da História, principalmente.

O artigo *A Homossexualidade e o Protestantismo Histórico* de Dayellen da Costa Jacinto realiza em hora oportuna um debate histórico sobre a confrontação entre dilemas do protestantismo a respeito de elementos categóricos da homossexualidade em seus reflexos para uma época da diversidade cultural e as consequências homoafetivas na sociedade hodierna. Também, sobre tema da sexualidade e educação sexual o artigo *Sexismo nos jogos digitais e o papel da educação no combate às desigualdades* de Dayellen da Costa Jacinto alude as diversas conflituosidades e consequências da aprendizagem na era tecnológica numa crise desconstrutiva dos jogos eletrônicos ante a formação infantil e juvenil. Assunto que nos remete ao artigo deontológico da Regulamentação da Inteligência Artificial na Educação: garantido éti-

ca, privacidade e equidade que oportunamente escreve Daniela Duarte Cordeiro sobre os limites da empiria e formação de conceitos, que também alerta o artigo *Educação Contemporânea Fundamentos e Paradigmas* de autoria de *Edilene Silva dos Reis & Jeovanildo Bezerra e Bezerra* que traçam uma discussão dos paradigmas entre ser e dever-ser da educação em tempos de ferramentas tecnológicas. E, também no artigo *Pornografia de vingança - a violência de gênero no âmbito da cibercultura*, de *Dayellen da Costa Jacinto*, nos instiga a realizar o irracionalismo da pós-modernidade quando põe em xeque o caminho construtivo da educação contemporânea ao testemunharmos a decadência moral da sociedade.

Quando também vem a ser pauta de análise no artigo *Ciência, Tecnologia e Sociedade*, de *Fábio Júnior Marques Pereira & Rodrigo Pontes de Mello*, quando põe em confronto as dimensões dos paradigmas científicos e tecnológicos na sala de aula. Nesse caso, incide no que trata o artigo *Tecendo olhares sobre a formação de professores, competências digitais e as políticas nacionais de educação: um recorte à luz da legislação* de *Gercimar Martins Cabral Costa*, quando a pauta é discorrida da legislação e procedimentos normativistas de ação. Assunto que de certa forma vem se harmonizar com o artigo *Pré-vestibular solidário: ação de extensão e cidadania* dos pesquisadores *Fábio Alves Gomes & Matheus Gleydson do Nascimento Sales*, fomentando o espírito cidadão a partir da prática de alteridade da docência no ato do ensinar e do aprender para ser.

Ao tratar de inclusão na educação os dois artigos intitulados *A construção do conhecimento: o ensinar e o aprender na perspectivas inclusiva* e *Educação: fundamentos de uma prática educativa inclusiva dos autores Andrezo Correia dos Santos & Márcio Pedro da Silva* no qual versam como a inclusão no ensino é crucial para promover igualdade e respeito à diversidade, proporcionando oportunidades educacionais a todos, independentemente de suas diferenças. Ao integrar alunos com diferentes habilidades e backgrounds, cria-se um ambiente enriquecedor que prepara os estudantes para uma sociedade diversificada. Além disso, a inclusão no ensino contribui para o desenvolvimento de empatia, tolerância e habilidades sociais essenciais para o convívio humano.

A autora *Elizandra Oliveira Viana* apresenta dois artigos, a saber, *A Importância das adaptações curriculares frente a diversidade cultural na tríplice fronteira* e *Impactos ambientais: os estudos e o processo de avaliação* no qual ambos versam sobre a importância de

um olhar consciente e responsável para a educação ambiental no Brasil.

Já *Dorivania Ferreira Cordeiro & Josivania Ferreira Terto* escreveram ***Teoria e Prática do Currículo e Ciência, Tecnologia e Sociedade*** no qual abordam aspectos importantes para a educação.

Uma outra parceria de sucesso foi a *Fernanda Ferreira Terto de Luna & Josivania Ferreira Terto* que produziram: ***Educação comparada no Brasil, Fundamentos e paradigmas contemporâneos da educação, Gestão, planejamento e avaliação institucional e Meio ambiente: educar para a sustentabilidade*** no qual o debate sobre aspectos contemporâneos à educação são fomentados.

Outro artigo muito relevante é o ***Organização e gestão do planejamento de ensino: o caminho para o sucesso escolar*** das autoras *Mauriceia Soares de Lima Brito & Giovana Matildes Silva Alexandre* que explora as possibilidades de organização educacional.

Dois artigos interessantes sobre inclusão são ***As contribuições da tecnologia à educação*** e ***A contribuição da ciência e das tecnologias para uma sociedade inclusiva***, das autoras *Rosilene Pedro da Silva & Miriam Paulo da Silva Oliveira*.

No âmbito especificamente da teoria e estudo comparado, temos os artigos ***Educação Comparada I*** e ***Teoria e prática do currículo*** das autoras *Josefa Vieira da Cunha Leite & Geilza Vieira da Cunha*, outra produção delas é ***Fundamentos e paradigmas contemporâneos da educação*** e ***Teorias educacionais e educação à distância***, o qual nos traz uma reflexão indispensável a qualquer educador.

Assim como outras produções já citadas, o artigo ***Educação ambiental como prática interdisciplinar: a escola como mediadora na conscientização da construção de um mundo ecologicamente sustentável*** da autora *Maria Eliene da Silva Rocha*, reforça a importância do debate de um tema o qual vai se tornar cada vez mais caro ao mundo contemporâneo.

Enfim, pode-se dizer que esse conjunto de investigações, positivamente, possa oferecer uma excelente oportunidade de se perceber o quanto é possível implantar uma política de desenvolvimento sustentável até mesmo em pequenas comunidades, na formação e superação individual às pessoas que, por suas razões de pessoais, sociais e geográficas, e apesar de seu interesse e suas capacidades, não podem dedicar-se aos meios de preservação ambiental. Ainda mais, com isso, acenamos a um tipo de educação contínua profissional que hoje em dia é fundamental para aquelas pessoas que procuram um desenvolvimento

peçoal de excelência. A sociedade, atualmente, requer de políticas com capacidade de administrar e iniciar mudanças, com preparação, formação, habilidades e conhecimentos específicos.

Se é a Academia a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão... podemos afirmar que esse e-book é o grande sinônimo dessa tríade formativa institucional.

Matheus Gleydson do Nascimento Sales

Matusalém Alves Oliveira

Washington Luiz Martins da Silva

Fábio Alves Gomes

Juliana Nascimento de Almeida

Déborah Gomes Oliveira

Raphael Bispo Milhomens

Campina Grande, 16 de fevereiro de 2023.

A EFETIVIDADE DAS MÚLTIPLAS INTELIGÊNCIAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO NO MUNICÍPIO DE MANAUS - AM

Carlos Eduardo Mota Lopes¹
Deivila Alves Mota²

Resumo:

A pesquisa foi motivada pela constatação dos baixos índices de aprendizagem da Matemática por parte dos estudantes das escolas públicas do Ensino Médio no Brasil nas avaliações de Pisa, 2018 e Saeb, 2019. A Matemática sempre foi carregada de barreiras, crenças e dificuldades para sua aprendizagem, seja pelas metodologias utilizadas, seja pelas lacunas nos processos de formação inicial dos professores, notadamente no tocante aos novos conceitos que facilitem uma abordagem mais eficiente, principalmente as relacionadas aos diferentes perfis de inteligência. Desta forma, optou-se como temática dessa pesquisa “A efetividade das Múltiplas Inteligências no processo de ensino-aprendizagem da Matemática: Um Estudo de Campo na Escola Estadual Vasco Vasques, localizada no Município de Manaus/AM-Brasil, no Período de 2023”. Tendo como objetivo discutir a importância do uso das inteligências múltiplas para contribuição na efetividade do processo de ensino-aprendizagem na disciplina de Matemática com os estudantes da 3º série “B” do Ensino Médio. A pesquisa partiu de uma metodologia exploratória-descritiva com o enfoque qualitativo, através da realização de questionários, observações e entrevistas aplicadas para os professores e estudantes. Constatou-se que, conhecer os diferentes perfis intelectuais e de aprendizagem auxiliam o professor para fazer abordagens pedagógicas individualizadas respeitando as características de cada estudante. Evidenciou-se que há uma relação promissora entre as inteligências múltiplas com a aprendizagem da Matemática em sala de aula e com isso, os professores precisam criar condições para um aprendizado significativo e pautado nas diferenças individuais e em um ambiente acolhedor onde o estudante é o protagonista nesse processo.

Palavras-chave: Inteligências múltiplas; Aprendizagem; Matemática, Escola Pública.

1 Mestrando do curso de Ciências da Educação da Universidad de La Integración de Las Américas - UNIDA, carlos_edumota@yahoo.com.br;

2 Mestranda do curso de Ciências da Educação da Universidad de La Integración de Las Américas - UNIDA, deivila.alvez@gmail.com;

Abstract:

The research was motivated by the observation of low Mathematics learning rates among students in public high schools in Brazil in the Pisa, 2018 and Saeb, 2019 assessments. Mathematics has always been fractious with barriers, beliefs and difficulties in its learning., either due to the methodologies used, or due to gaps in the initial teacher training processes, notably with regard to new concepts that facilitate a more efficient approach, especially those related to different intelligence profiles. Therefore, the theme of this research was chosen as “The effectiveness of Multiple Intelligences in the teaching-learning process of Mathematics: A Field Study at the Vasco Vasques State School, located in the Municipality of Manaus/AM-Brazil, in the Period of 2023”. Aiming to discuss the importance of using multiple intelligences to contribute to the effectiveness of the teaching-learning process in the mathematics discipline with students in the 3rd “B” grade of High School. The research started from an exploratory-descriptive methodology with a qualitative focus, through questionnaires, observations and interviews applied to teachers and students. It was found that knowing the different intellectual and learning profiles helps the teacher to make individualized pedagogical approaches, respecting the characteristics of each student. It was evident that there is a promising relationship between multiple intelligences and Mathematics learning in the classroom and therefore, teachers need to create conditions for meaningful learning based on individual differences and in a welcoming environment where the student is the protagonist. in this process.

Keywords: Multiple intelligences; Learning; Mathematics, Public School.

INTRODUÇÃO

A Matemática é uma disciplina obrigatória nos currículos escolares e seus objetivos fundamentais são: desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de abstrair, racionalizar, analisar, generalizar e projetar coisas. Para atender e cumprir todos esses objetivos, a Matemática escolar deveria possuir uma linguagem fácil e que buscasse dar conta de aspectos concretos do dia a dia dos estudantes, sem deixar de ser um instrumento formal de expressão e comunicação para diversas ciências (SILVA, 2005). Entretanto, a forma como vem sendo trabalha-

da no processo de ensino-aprendizagem no nível básico da educação, continua apresentando resultados indesejados, o que reflete nos baixos índices de aprendizagem nas escolas do Brasil, como os que se observa nos índices de aprendizagem divulgados pelos Programa Internacional de Avaliações de Estudantes (PISA) de 2018 e do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) de 2019 e isso tem sido motivo de questionamentos e de grande preocupação tanto para professores quanto para estudantes, familiares e todos os profissionais que trabalham na Educação.

Dentre tantas razões para insucesso da aprendizagem da Matemática estão relacionadas a existência de diferentes perfis intelectuais e das formas espaciais, específicas, particulares de conhecimentos, em especial, na Matemática, conforme apresentadas por Gardner (1995; 2000; 2011) onde discute a estrutura da mente, a teoria das inteligências múltiplas e as diferentes dimensões da inteligência, não se limitando a estratégias e propostas educacionais voltadas especificamente para o estímulo das inteligências verbal e lógico-matemática, que estão relacionadas às habilidades cognitivas e racionais, deixando de lado, especialmente o estímulo das inteligências de forma plural e individualizada e não considerando assim, o estudante de forma integral.

OBJETIVOS

Este estudo busca compreender a atualidade da teoria de Gardner no contexto atual de uma unidade educativa no Município de Manaus-AM, o que possibilitará ampliar as discussões de modo a contribuir para o fortalecimento da mesma ao mesmo tempo em que se estará ampliando situações de mudanças que favoreçam o desenvolvimento dos estudantes e das formas de produção de conhecimentos, pois ao se reconhecer as várias capacidades cognitivas, abre-se espaço para utilizá-las da melhor forma possível.

Desta forma, optou-se como temática dessa pesquisa “A efetividade das Múltiplas Inteligências no processo de aprendizagem da Matemática: Um Estudo de Campo na Escola Estadual Vasco Vasques, localizada no Município de Manaus/AM-Brasil, no Período de 2023”. Tendo como objetivo discutir a importância do uso das inteligências múltiplas para contribuição na efetividade do processo de ensino-aprendizagem na disciplina de Matemática com os estudantes da 3ª série “B” do Ensino Médio.

MATERIAL E MÉTODOS

Adotou-se a seguinte tipologia de pesquisa neste estudo: quanto aos objetivos do estudo, ela foi descritiva, caracterizada pela observação, registro, descrição e análise do fenômeno estudado; quanto aos procedimentos adotados, ela foi bibliográfica e documental, caracterizadas, respectivamente, pela consulta aos principais estudos dos teóricos de referência publicados – livros e artigos científicos e documentos de primeira e segunda mão da escola em questão e da Secretaria de Estado da Educação do Amazonas – SEDUC-AM; quanto à abordagem do problema, optou-se pela qualitativa, caracterizada pela busca de compreensão da complexidade envolvida no fenômeno estudado (GIL, 2019). As observações se deram na Escola Estadual Vasco Vasques, localizada na Rua Nova Esperança, nº 474 no Bairro de Jorge Teixeira, no município de Manaus – AM, Brasil. A amostra foi censitária para os estudantes da turma da 3º série “B” do Ensino Médio, ou seja, foram selecionados para coleta de dados os 38 alunos que estão matriculados na turma em foco desta pesquisa.

No estudo foi utilizado o questionário físico baseado nos testes (MIDAS), entrevistas e observações simples.

O questionário utilizado como instrumento foi baseado no teste MIDAS (Multiple Intelligences Developmental Assessment Scales) uma vez que constitui a operacionalização do conceito teórico das IM (Inteligências Múltiplas).

As entrevistas foram realizadas de forma individualizadas com toda a amostra da pesquisa. No procedimento de recolha dos dados privilegiou-se o recurso à internet, com utilização das facilidades proporcionadas pela plataforma Google Forms para a realização de trabalhos desta natureza.

Depois de recolhidos todos os dados, deu-se início à preparação através de uma análise rigorosa que objetivou a identificação de valores válidos, inconsistentes, omissos ou redundantes.

RESULTADO E DISCUSSÃO

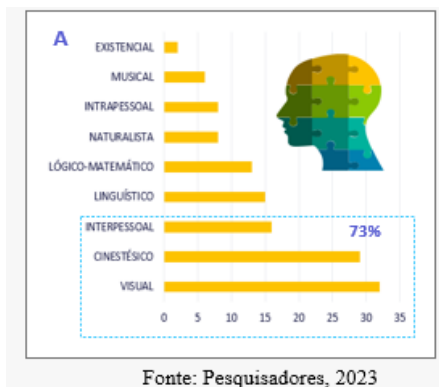
Para buscar as respostas necessárias baseadas no objetivo da pesquisa, foi inicialmente aplicado um questionário de autorrelato baseado no teste MIDAS (Multiple Intelligences Developmental Assessment Scales) que tem como referência a teoria de Gardner para avaliação dos diferentes perfis de inteligências do objeto da pesquisa.

Após Avaliação e estratificação dos dados do questionário da turma do 3º ano “B”, e de acordo com a teoria das inteligências múltiplas proposta por Gardner, 1995 as inteligências predominantes em detrimento às 9 inteligências abordadas, foram: A Inteligência Visual/Espacial, Inteligência Corporal/Cinestésica e Inteligência Interpessoal.

Dessa forma, observando o gráfico 1, verifica-se que 73% das inteligências conforme definida por Gardner, 1995 da turma objeto da pesquisa são predominantemente as Inteligências Visual/Espacial, Cinestésica/Corporal e Interpessoal.

Nesse contexto e baseando-se nos autores de referência, e dessa forma prevendo que as principais aptidões específicas dos alunos são: As relações interpessoais, aprendizado através do movimento corporal com experiências e de forma predominantemente visual, é de se esperar que com esses conhecimentos prévios o docente de Matemática use as ferramentas mais adequadas para abordagens de metodologias, práticas e dinâmicas pedagógicas que auxiliem uma aprendizagem mais significativa.

Gráfico 1 - Estratificação das Inteligências



Para buscar as respostas necessárias baseadas ao objetivo da pesquisa e relacionar a teoria das Inteligências Múltiplas para contribuir no desempenho dos alunos objeto da pesquisa, foi avaliada as notas da disciplina de Matemática referente a primeira unidade da matéria (abril de 2023) e comparada aos melhores desempenhos com relação às teorias propostas por Gardner (Inteligências Múltiplas).

Após a estratificação e análise dos dados relacionados às Inteligências Múltiplas, é possível observar na Tabela 2 (Relação de desempenho e as inteligências múltiplas) os desempenhos dos alunos da turma correlacionado com as principais inteligências.

Para realizar esta relação foi definido 4 classes/Níveis de notas para o desempenho (A,B,C e D), onde A (8,0 – 10,0), B (7,0 – 7,9), C (6,0 – 6,9) e D (<6,0).

Dessa maneira o grupo “A” que apresenta os alunos que obtiveram o melhor desempenho na disciplina de Matemática para o período pesquisado e que tem como principais perfis intelectuais o Lógico-Matemático, Visual e Linguístico. Com base no Autor Gardner 1995, pode-se inferir que para disciplina de Matemática (Disciplina onde exigem um raciocínio voltado a números, cálculos e formas) e perfil de prática aplicada pela docência (Visual, Cinestésico e linguístico) em sala de aula mencionadas no autorrelato dos alunos, há evidências que possam ser levadas em consideração para inferir estas relações na contribuição dos diferentes perfis de inteligência e de aprendizagem para potencializar o processo de aprendizagem e assim maximizar o desempenho dos alunos na disciplina abordada na turma objeto da pesquisa.

Ainda no contexto do tema, os alunos que apresentaram os desempenhos mais baixos (C e D) têm os perfis de inteligência e de aprendizagem diferentes da turma e da abordagem da docência em sala de aula o que corrobora ainda mais para possível contribuição desses perfis na potencialização do processo de aquisição do conhecimento conforme relatado pelos autores pesquisados, podendo inferir o potencial positivo da hipótese da pesquisa relacionada a teoria das Inteligências Múltiplas e de aprendizagem propostas pelo teórico Gardner.

Tabela 2 - Relação de desempenho e as inteligências múltiplas

GRUPO	INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS	%	QTD	MÉDIA
	Lógico-Matemática	100		
A	Visual/Espacial	88	9	8,0 - 10,00
	Linguístico	88		
	Visual/Espacial	100		
B	Cinestésico	80	17	7,0 - 7,9
	Interpessoal	70		
	Naturalista	80		
C	Visual/Espacial	100	10	6,0 - 6,9
	Interpessoal	70		
	Musical	100		
D	Intrapessoal	50	2	<6,0
	Visual/Espacial	100		

Fonte: Pesquisadores, 2023

CONCLUSÃO

A pesquisa apontou que cada indivíduo aprende de forma diferente, de acordo com suas habilidades. Nesse sentido, reafirma-se a importância de conhecer as inteligências múltiplas no aprender de cada discente, identificadas por Gardner.

Diante do que já foi exposto, pode-se concluir que não existe apenas uma inteligência geral, mas os indivíduos possuem nove inteligências distintas, que são relacionadas e podem ser abordadas de forma variadas frente aos desafios impostos em resolver problemas mais complexos da Matemática.

Em Síntese, e após correlacionar os diferentes perfis intelectuais com o desempenho da turma para a disciplina de Matemática, há evidências que possam ser levadas em consideração para inferir que estas relações possam potencializar e contribuir de forma positiva no processo de ensino-aprendizagem e assim maximizar o desempenho dos alunos na disciplina abordada na turma objeto da pesquisa.

REFERÊNCIAS

GARDNER, H. **Inteligência: um conceito reformulado**. O criador da teoria das inteligências múltiplas explica e expande suas ideias com enfoque no século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GARDNER, H. (2011b). **Leading minds: An anatomy of leadership**. Hachette UK.

GARDNER, H. (1983). **Frames of mind: The theory of Multiple Intelligences**. Basic Books. GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, J. A. F. **Refletindo sobre as dificuldades de aprendizagem na matemática: algumas considerações**. 2005. 11 f. Monografia (Graduação), Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005. Disponível em: . Acesso em: 13 jan. 2023.

ENSINO E APRENDIZAGEM DA ESCRITA: REFLEXÕES ACERCA DAS DIFICULDADES DE ESCRITA DOS ALUNOS NO MUNICÍPIO DE CURRAL DE CIMA-PB

Aldenice da Silva Caxias¹

Resumo:

O presente estudo objetivou investigar e compreender os motivos pelos quais os alunos do município de Curral de Cima – PB estão chegando ao final dos anos iniciais do Ensino Fundamental sem saber escrever com competência. A pesquisa foi desenvolvida com base numa abordagem qualitativa e quantitativa, de caráter analítico, com base nos estudos de Osti (2004), Mortatti (2006), Morais (2012), Soares (2003) Ferreiro & Teberosky (1999), Brasil (2018), entre outros. Para efetivação da pesquisa, aplicamos questionários objetivos com os alunos e com os professores das turmas pesquisadas e uma avaliação da escrita. Buscamos nos estudos teóricos reflexões necessárias para análise e compreensão dos dados e constatamos que a aprendizagem da escrita é influenciada por diversas variáveis, para o qual há a contribuição de fatores pedagógicos, cognitivos e sociais.

Palavras-chave: Aprendizagem da Escrita. Processo de Alfabetização. Ensino Fundamental.

Abstract:

This study aims to investigate and understand the reasons why students in the municipality of Curral de Cima – PB are completing two years of Elementary School without knowing how to teach it competently. The research was developed based on a qualitative and quantitative approach, of an analytical nature, based on studies by Osti (2004), Mortatti (2006), Morais (2012), Soares (2003) Ferreiro & Teberosky (1999), Brazil (2018), among others. To carry out the research, we applied objective questionnaires to the students and teachers of the classes studied and provided written approval. We seek the reflective theoretical studies necessary to analyze and understand two data and confirm that written learning is influenced by several variables, to which there is a

1 Doutoranda em Ciências da Educação - FUST. E-mail: aldenice.caxias@gmail.com

contribution from pedagogical, cognitive and social factors.

Keywords: Writing Learning. Literacy Process. Elementary School.

INTRODUÇÃO

Aprender faz parte do cotidiano das pessoas e ocorre nas mais variadas situações e espaços, como em observações, conversas, leituras, escritas, gestos, ou seja, em diversas situações vivenciadas pelos seres humanos. Assim, a aprendizagem é parte integrante dos espaços, em especial das escolas, em todas as modalidades e níveis de ensino.

A aprendizagem da escrita inicia desde os primeiros contatos da criança com as letras sendo, portanto, um elemento de comunicação muito importante para o processo de aprendizagem, ela exerce um papel eficaz na vida em sociedade, representando assim um elemento de fundamental relevância para a cidadania. As dificuldades na aprendizagem na escrita é uma realidade presente nas escolas e que precisa ser mais observada, analisada e transformada, enfocando a interação ativa e simultânea das características e a natureza dos três elementos básicos dos processos de ensino-aprendizagem: o sujeito que aprende, o professor que intermedia o processo de aprendizagem do aluno e os conteúdos que compõem o objeto de ensino aprendizagem.

Tem-se presenciado, através de inúmeras pesquisas, de avaliações externas, bem como através de relatos de experiências de profissionais da área da educação, e constatado através da nossa prática de sala de aula, que são muitos os alunos que saem do ciclo de alfabetização e concluem os anos iniciais do Ensino Fundamental sem desenvolver as habilidades e competências necessárias da escrita e sem saber utilizá-la para atender às demandas sociais. O interesse pela realização desta pesquisa nasceu da preocupação com essa realidade, especialmente em nosso município, e com base em algumas inquietações relativas ao fraco desempenho de alunos que chegam ao 5º ano com uma escrita muito deficiente. Por isso, resolvemos pesquisar algumas escolas do município de Curral de Cima – PB, para tentar descobrir possíveis causas das dificuldades de escrita apresentadas pelos alunos ao concluírem os anos iniciais.

AQUISIÇÃO DA ESCRITA

Aprender e apreender o código linguístico é a condição que

oportuniza o acesso a todas as formas de conhecimento, em razão da transversalidade da linguagem, que permeia as relações sociais. Essa apreensão é contínua, efetivada nos contextos históricos, na relação com os outros. Por estas razões, a aquisição da linguagem em suas múltiplas manifestações apresenta-se como alvo de preocupação de programas de governos federal, estadual e municipal, que reconhecem a alfabetização como condição essencial e fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade no contexto da globalização da economia e do conhecimento.

Assim, o domínio do código escrito, apreendido no processo de alfabetização, torna-se o momento mais significativo na formação escolar dos cidadãos, uma vez que representa a incorporação de conhecimentos que irão ajudá-los a aprender a pensar sobre a escrita e sobre o que ela representa, auxiliando na formação da consciência reflexiva e assegurando aos alunos a apropriação do sistema alfabético ortográfico e das condições possibilitadoras do uso da língua nas práticas sociais de leitura e escrita. Como afirma Soares (2003), dominar o código escrito é compreender os significados sociais da língua em suas várias manifestações da oralidade e da escrita.

Ferreiro e Teberosky (1999), fazem a descrição das fases da escrita no seu livro *A Psicogênese da Língua Escrita*, no momento em que as autoras apresentam o desenvolvimento da escrita infantil a partir de uma evolução de sucessivas fases, numa dada ordem, até que a criança desenvolva a escrita alfabética. A BNCC, diante da complexidade da língua, nos apresenta as capacidades/habilidades envolvidas na Alfabetização. Segundo o documento, é preciso que os/as estudantes, nesse processo, consigam:

Compreender diferenças entre escrita e outras formas gráficas (outros sistemas de representação); Dominar as convenções gráficas (letras maiúsculas e minúsculas, cursiva e script); Conhecer o alfabeto; Compreender a natureza alfabética do nosso sistema de escrita; Dominar as relações entre grafemas e fonemas; Saber decodificar palavras e textos escritos; Saber ler, reconhecendo globalmente as palavras; Ampliar a sacada do olhar para porções maiores de texto que meras palavras, desenvolvendo assim fluência e rapidez de leitura (fatiamento). (BRASIL, 2018, p. 97).

O processo de Alfabetização precisa considerar, de acordo com a BNCC, as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); os tipos de relações fonó-ortográficas do Português do Brasil; e a estrutura da sílaba do Português do Brasil (perspectiva fonológica). Diante disso, compreende-se que, para o processo de alfabetização ser concretizado na idade certa, o/a estudante precisa dominar a linguagem por meio dos seus mais variados usos e reconhecendo suas particularidades.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A aprendizagem, seja na sala de aula, ou em qualquer outro ambiente, resulta das relações que intervêm no processo de construção e organização do conhecimento. As múltiplas relações entre professores, alunos e objetos de estudo constroem efetivamente a relação com o ensinar e o aprender, independente do tempo e espaço de aprendizagem.

De acordo com Tagliaferro (2020) durante o período modernista, o processo de ensino e aprendizagem se dava com o docente colocado no patamar de transmissor de conhecimentos, de modo que, era apenas o professor o detentor do conhecimento e apenas depositava esse conhecimento no aluno, sem que houvesse qualquer questionamento ou discussão, promovendo apenas uma reprodução do conteúdo. Essa prática recebeu o nome de educação bancária (FREIRE, 1987), uma educação conservadora, que tirava dos alunos a oportunidade de se envolver no aprendizado e de aprender somente o que o professor repassa. Esse tipo de ensino alargava as desigualdades existentes entre oprimidos (dominados) e opressores (dominantes) como trata Freire em “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 2003) podendo qualquer forma de pensamento, sem permitir que o aluno contribuísse para a construção do seu próprio conhecimento.

Com o passar dos tempos, foram surgindo vários questionamentos em relação a essa forma de ensinar, e como oposição, passou a ser discutido um outro tipo de educação, a libertadora. Essa forma de educar marcou a era pós-moderna, surgiu a oportunidade de o aluno expressar seu pensamento. Por esse caminho o professor assume um novo papel dentro da sociedade, sua função agora é de educador, mediando o processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno a pensar e a construir o seu próprio conhecimento. A partir de então a condução do ensino se daria por meio de trocas, num diálogo aberto do professor com seus alunos, que eram instigados a relatar suas experiências e ex-

por suas dificuldades e anseios, para que o professor pudesse auxiliá-los na sua aprendizagem.

Com o advento tecnológico, que tomou conta do mundo moderno e também do processo educacional, houve mudanças significativas no ensino. Muitas alterações aconteceram nas escolas, não apenas pelas tecnologias que chegaram a ela, de forma programada ou espontânea, mas também devido a fatores culturais e políticos. De fato, temos observado, nos últimos anos, um enorme crescimento dos recursos tecnológicos na educação, no entanto, é notório que a escola, enquanto espaço físico, precisa reunir as condições materiais necessárias para a implantação de equipamentos digitais, bem como investir na formação de professores para o uso das novas metodologias, pois esses novos recursos implicam em novas formas de comunicar, de pensar, ensinar e de aprender.

De acordo com Fava (2012), a tecnologia está mudando a educação, não apenas na organização, escolha e disponibilidade dos conteúdos, mas também na distribuição. Isso obriga instituições de ensino a se adaptarem, a fazer uma análise crítica dos recursos digitais que estão disponíveis e promover políticas públicas educacionais de orientação para o uso das tecnologias. É preciso planejamento bem estruturado, pois o uso das tecnologias desconectadas de um projeto pedagógico, dificilmente irá colaborar para uma aprendizagem significativa.

ALFABETIZAÇÃO

Sabemos que as concepções de alfabetização, bem como de estar alfabetizado, sofreram algumas variações ao longo do tempo. Conforme Moraes, “nas seis últimas décadas, mudamos radicalmente nossas concepções sobre esses temas” (MORAIS, 2012, p. 14). Em nosso país, a história da alfabetização começa no Brasil Império, e o termo alfabetização referindo-se ao aprendizado inicial da língua escrita, começou a ser usado no início do período republicano, estando relacionado à habilidade de codificar (escrever) e decodificar (ler) palavras. Por sua vez, a concepção de Alfabetização até a década de 1940 considerava alfabetizado quem sabia ler e escrever o próprio nome.

O Brasil apresenta altos índices de analfabetos e analfabetos funcionais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018 o país tinha 11,3 milhões de analfabetos funcionais. Esta classificação é aplicada a pessoas com 15 anos ou mais.

Diante do desafio de alfabetizar toda a população brasileira, dar-

-se início às definições dos métodos e das metodologias que constituem a história da alfabetização no Brasil. Apesar de muitas controvérsias entre educadores e leigos, não se pode deixar de destacar a influência dos diferentes métodos no processo de alfabetização que, inclusive, gerou um período de disputa de espaço pelo melhor método a ser usado na alfabetização de crianças.

Diante desse cenário, a alfabetização no Brasil sempre ocupou um lugar de destaque nos debates sobre a educação, com objetivo de sanar as dificuldades de aprendizagem da leitura e da escrita gerou várias disputas em relação a qual método seria o mais eficiente. Essa disputa dos métodos, conhecida conforme, (Buchkoski, 2021, p.28) como “querela dos métodos”

Contribuiu ainda mais para que o país não alcance seus objetivos em erradicar o analfabetismo, pois existe uma grande disputa política, social e econômica. Nessa perspectiva, não se mantém um trabalho consistente, se descartam os estudos, os programas e as políticas públicas com muita rapidez, sempre em busca de uma forma mais eficaz de ensinar a ler e a escrever. (BUCHKOSKI, 2021, p.28)

Nesse percurso histórico da corrida pelo melhor método de alfabetização, surge a partir de 1980 o *construtivismo e desmetodização*, que segundo Mortatti (2006) é resultado também da pesquisa da psicogênese da língua escrita desenvolvida pelas pesquisadoras Emília Ferreira e Ana Teberosky. Até este período, os registros históricos referentes às dificuldades de leitura e escrita eram alarmantes.

De acordo com Buchkoski (2021) mesmo com a implementação de diferentes métodos para alfabetizar crianças, a problemática continua a mesma: grande número de crianças chegando ao final do 5º ano do Ensino Fundamental sem saber ler e escrever. E essa dificuldade de leitura e da escrita está fazendo surgir vários questionamentos sobre a alfabetização nas escolas, pois a cada nova política pública implantada se idealiza uma falsa promessa quanto à aprendizagem dos estudantes que não sabem ler e escrever, mas isso acaba não ocorrendo, angustian-do ainda mais os profissionais que atuam nesta área.

METODOLOGIA

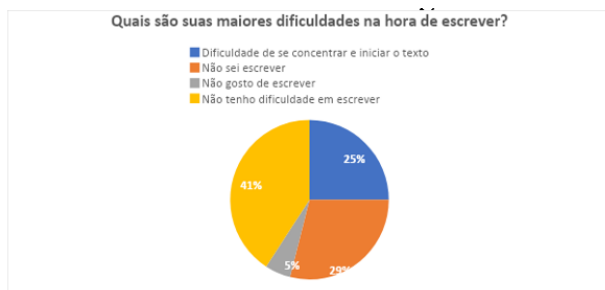
No que se refere ao processo de investigação, a presente pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, de caráter analítico, pois tem como propósito compreender os motivos pelos quais os alunos chegam ao final do Ensino Fundamental sem saber escrever com competência. Nossa opção por uma metodologia qualitativa se justifica pelo desejo de compreender um fenômeno específico da sala de aula. O termo qualitativo, conforme Chizzotti (2003, p.221), implica convívio com pessoas, fatos e locais que constituem objeto da pesquisa.

O universo da pesquisa é formado por alunos do 5º ano de escolas públicas do município de Curral de Cima-PB. A pesquisa foi realizada através de uma amostra composta por 76 alunos e por 10 professores. As técnicas de coleta de dados consistiram na aplicação de um questionário objetivo com os alunos e com os professores, aplicação de uma avaliação da escrita com os alunos. De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa é orientada para análise de casos concretos, em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais. De acordo com os autores (BOGDAN & BIKLEN, 1994), as estratégias que mais ilustram a investigação qualitativa são a observação participante e a entrevista.

ANÁLISE DOS DADOS

Analizamos os dados quantitativos, obtidos por meio dos questionários respondidos pelos alunos e pelas professoras das turmas pesquisadas e de uma avaliação da escrita.

Gráfico 1: Dificuldades na escrita na concepção dos alunos

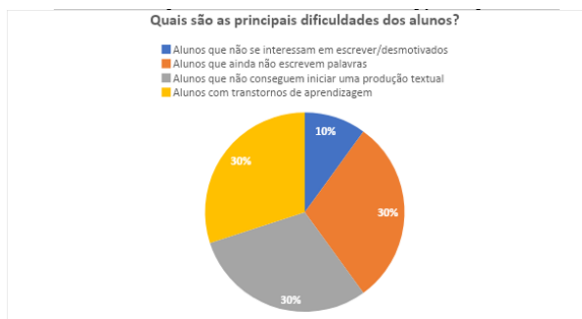


Fonte: Dados da pesquisadora

No gráfico acima podemos ver que 29% dos alunos participantes da pesquisa responderam que não sabem escrever, outros 25% responderam que sentem dificuldade em iniciar o texto. Essa é uma realidade preocupante no sentido de que temos alunos concluindo os anos iniciais do ensino fundamental, avançando para os anos finais sem saber escrever um texto. Ou seja, os alunos estão indo na contramão do que propõe os documentos oficiais que regem a educação nacional.

De acordo com Soares (2018), alguns elementos são essenciais no processo de alfabetização como por exemplo a escrita e a leitura. Uma criança que aprende a ler nos anos iniciais consegue completar o processo de alfabetização com maior rapidez, quando essa habilidade não é desenvolvida dentro dessa etapa da alfabetização ela leva essa dificuldade para os anos seguintes.

Gráfico 2: Principais dificuldades dos alunos na concepção dos professores



Fonte: Dados da pesquisadora

Quando questionados sobre quais são as principais dificuldades dos alunos na hora de escrever, 30% dos professores responderam que as maiores dificuldades se encontram nos alunos que ainda não escrevem palavras, outros 30% responderam que estão nos alunos que não conseguem iniciar uma produção textual.

Em relação às dificuldades em sala de aula, é necessário que haja capacitação adequada para os professores trabalharem com as dificuldades da sua sala, pois a utilização, por parte do professor, de uma metodologia inadequada pode interferir e impedir que o ensino atenda às necessidades e propicie possibilidades de aprendizagem para as crianças, sobretudo para aquelas que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Gráfico 3: Interferência na aprendizagem da escrita na concepção dos professores



Quando questionados sobre o que mais interfere na aprendizagem de escrita dos alunos, 90% dos professores responderam que as salas multisseriadas, com alunos de diferentes níveis de aprendizagem, dificultam muito o trabalho, principalmente para os alunos que apresentam alguma dificuldade de aprendizagem.

As salas multisseriadas, na maioria das vezes são organizadas pelo número reduzido de alunos para cada série, sendo assim, alunos de níveis, idades e séries diferentes são colocados em uma mesma sala de aula para que um único professor possa atender todas as demandas relacionadas ao ensino e aprendizagem desses alunos.

Todos os professores comentaram que essa realidade das salas multisseriadas contribui muito para que o aluno chegue aos anos finais do Ensino Fundamental sem saber escrever com competência, pois não conseguem aprofundar as habilidades previstas para cada ano/série devido estarem aglomerados em sala com alunos que precisam avançar nas habilidades previstas para cada série, mas que o professor não consegue trabalhar todas as habilidades de cada série, devido ao multisseriado e que isso interfere na aprendizagem dos alunos, apontaram os professores pesquisados.

De acordo com Osti (2004), a complexidade das turmas multisseriadas exige uma formação pedagógica e teórico-metodológica peculiar. Pois o trabalho do professor nessas turmas é pautado na heterogeneidade dos grupos de alunos, isso é positivo para o desencadear das relações e interações autônomas e cooperativas, mas pode ser um fator negativo para a aprendizagem dos alunos, considerando que em cada turma há os alunos com as mais diversas dificuldades de aprendizagem.

Figura 1: Avaliação da escrita - Aluno 1

ARRADO
POLÍCIA
UNIVERSIDADE
POLÍCIA
BOLA

Fonte: Dados da pesquisadora

Na figura 1, podemos observar um texto muito comprometido com as convenções da escrita previstas pela BNCC. É possível verificar que o Aluno 1 ainda está na fase inicial da escrita, conforme apresenta Moraes (2012). Aqui também nos referimos às fases de escrita de Ferreira e Teberosky (1991) porque acreditamos que a criança, durante o processo de aquisição da escrita, desenvolve a escrita através de etapas/fases muito semelhantes às descritas pelas referidas autoras no livro *Psicogênese da Língua Escrita*. Neste caso, o aluno escreveu algumas palavras na tentativa de produzir seu texto, após a explicação de como deveria ser realizada a produção textual do gênero autobiografia.

Entendemos que os primeiros anos do processo de escolarização são muito importantes na vida dos estudantes, mas a aprendizagem deve ser contemplada de maneira progressiva e sistemática, pois não termina com a alfabetização. Nesse sentido podemos ver as consequências de uma fase, a alfabetização inicial, que não se desenvolveu como deveria. Por isso, ressaltamos a importância da sistematização dos objetivos de ensino-aprendizagem de cada ano em razão das capacidades a serem desenvolvidas pelos estudantes.

Figura 2: Avaliação da escrita – Aluno 2

Eu me lembro muito que eu me lembro uma coisa da tia não tia Luis e não tia água mais meus vó de casa. Veteimora. Eu fui Tadeu de de Tricizeta. Eu te is Hamon. Eu nasci 30 de Dezembro.

Fonte: Dados da pesquisadora

Temos, na figura 2, uma projeção do que seria uma produção textual, ainda muito distante do esperado para um aluno de 5º ano, pois conforme a BNCC, à partir do 3º ano do ensino fundamental, ao produzir um texto o aluno precisa desenvolver habilidades de “planejamento de texto/progressão temática e paragrafação” (BRASIL, 2018, p.113). O texto acima se aproxima de uma escrita de alunos em processo de alfabetização, pois de acordo com a BNCC no 2º ano já é esperado, de acordo com as habilidades previstas para o ciclo de alfabetização que o aluno utilize “ao produzir o texto, grafia correta de palavras conhecidas ou com estruturas silábicas já dominadas, letras maiúsculas em início de frases e em substantivos próprios, segmentação entre as palavras, ponto final, ponto de interrogação e ponto de exclamação” (BRASIL, 2018, p.99). Sendo assim, ao que podemos observar na figura 2, o aluno 2 faz uso de poucos sinais de pontuação e uma escrita com muitos erros de grafia e de segmentação entre as palavras.

Aprender a escrever implica conhecer, compreender, usar e analisar as regras que estabelecem as normas ortográficas que constituem o código. Inclui também conhecer a gramática normativa, que possibilita o caráter durável e permanente do registro escrito. Mas é preciso registrar que este processo de aprendizagem do código escrito se concretiza nas relações sociais. Aprender a escrever implica, principalmente em sistematização das necessidades de relacionamento com o outro, dizer algo a alguém ou saber dele, seja para informar ou informar-se, documentar ou simplesmente escrever. Assim, escrever não significa apenas reconhecer os significados individuais dos símbolos, mas sim, a capacidade de relacionar todos os elementos em um universo cultural, social e histórico.

CONCLUSÃO

Os dados dessa pesquisa nos levaram a constatar que aprender a escrever é um processo longo de um campo amplo e é influenciado por diversas variáveis, para o qual há a contribuição de fatores pedagógicos, cognitivos e sociais. Portanto, entende-se, que a aprendizagem da escrita também está condicionada aos ambientes em que a criança vive, tanto familiar, social, como escolar, começando desde a educação infantil, passando pelo ciclo de alfabetização e ao longo dos anos iniciais

Nesse sentido, compreendemos que se uma criança aprende a escrever nos anos iniciais da sua escolaridade, ela consegue completar o processo de alfabetização com maior rapidez, do contrário, quando

essa habilidade não é desenvolvida dentro dessa etapa da alfabetização, ela leva essa dificuldade para os anos seguintes, como podemos constatar através das amostras de escrita, coletadas nesta pesquisa, em que alunos que estão no 5º ano sentiram dificuldade em escrever palavras, outros sentiram dificuldade em construir uma frase e havia os que sentiram dificuldade em iniciar ou concluir uma produção textual. Essas dificuldades foram apresentadas pelos próprios alunos e confirmadas pelas professoras das respectivas turmas, que em sua totalidade, relataram ter alunos que apresentam dificuldade na escrita, como foi constatado através dos dados dessa pesquisa.

Nesse sentido, o presente estudo nos fez compreender como está a realidade da aprendizagem da escrita nas escolas municipais de Cural de Cima. Com esta pesquisa foi possível perceber que há uma grande ansiedade por parte dos professores por melhorias tanto em termos de companheirismo entre escola e família como na qualidade e capacitação dos professores, quanto na organização e formação das turmas para melhor atender as dificuldades das crianças que ingressam nas escolas desde os seus primeiros anos escolares, pois tais dificuldades apresentadas permitem, não somente um baixo desempenho nas atividades de escrita, mas também culminam para um baixo desempenho de leitura e em atividades de matemática, pois um processo está ligado ao outro nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

É preciso que boas situações de aprendizagem sejam propostas e que projetos educacionais sejam desenvolvidos com objetivo de sanar as dificuldades de cada criança. A escola, direção, coordenação, pedagogos que fazem parte das instituições devem auxiliar, apoiar e dar subsídios ao professor que está em sala de aula trabalhando diretamente com estes alunos. Não podemos mais aceitar que alunos cheguem aos anos finais do Ensino Fundamental sem escrever com competência. As escolas precisam ser espaços de formação, de dignidade e, principalmente, de aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BUCHKOSKI, Neiva Maria. **Não Aprendizagem da Leitura e da Escrita ao Final dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Escolas Municipais de Erechim/RS**. 2021. Dissertação de Mestrado disponível em: <https://rd.uffrs.edu.br/handle/prefix/4644>.

CHIZZOTTI, Antônio. **A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e desafios**. *Revista Portuguesa de Educação*. Ano 2003 vol.16, número 002. Universidade do Minho Braga, Portugal. Pp. 221-236.

FAVA, Rui. **O ensino na sociedade digital**. 2012 Disponível em: se-mesp.org.br/portal/index.php Acesso em: 04. Mai. 2023.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **A psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 36ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. **História dos Métodos de Alfabetização no Brasil**. Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, 2006.

OSTI, Andréia. **As dificuldades de aprendizagem na concepção do professor**. Campinas, SP: [s.n.], 2004. Dissertação de Mestrado Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br>

PORTAL ESCOLA EDUCAÇÃO. 2019. **A história da educação no**

Brasil. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/historia-da-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas.** Revista Brasileira de Educação, 2003.

TAGLIAFERRO M. de F. G. A. (2020). **A Escola e os Desafios da Educação Contemporânea.** Revista Artigos. Com, 18, e3572. Recuperado de <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/view/3572>.

INCLUSÃO DIGITAL E SUAS IMPLICAÇÕES À PRÁTICA DOCENTE NO SÉCULO XXI

Clemilda Barbosa de Andrade da Silva¹
Deize Monteiro Barbosa²

Resumo:

O século XXI é marcado por grandes mudanças e avanços tecnológicos, oferece percursos inovadores, seja nas práticas sociais, educacionais, culturais, enfim, no em toda a sociedade. Assim, neste artigo propomos mostrar como se tem ocorrido a conexão entre a inclusão digital e suas implicações à prática docente século XXI. Buscando compreender as implicações do meio digital para a educação escolar. A internet pode funcionar como um atrativo a ser incorporado às estratégias de ensino na prática do professor, abrindo espaço para uma maior interação mediada pelos gêneros eletrônicos através da interdisciplinaridade. A escola necessita abordar um novo paradigma de ensino para suprir as necessidades existentes, por meio de gêneros digitais e uma linguagem multimodal e multifuncional, para isso exige-se um letramento digital. Os professores precisam repensar a sua prática de ensino e as estratégias que devem ser empregadas para auxiliar no processo docente. O presente trabalho evidencia que o uso dessas tecnologias desperta a reflexão e a autonomia crítica do educando. Portanto, é inquestionável a necessidade da adesão escolar à educação digital, levando em consideração que para isso o profissional da educação deve se reinventar e estudar, buscando se aperfeiçoar ao uso das mesmas para que tenha um resultado eficaz. Utilizaremos como suporte teórico autores que discutem sobre a relevância e as implicações da tecnologia para a educação escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Tecnologia. Professor. Aluno.

1 Clemilda Barbosa de Andrade da Silva . Pedagogia- UEPB. Pós graduação em Educação básica- UEPB. Pós graduação em gestão Escolar- Antropus. Mestra em Educação- FICS. clemildabarbosa18@gmail.com

2 Deize Monteiro Barbosa formada em pedagogia pela UEPB, pós graduação em supervisão e orientação pela FIP, e educação ambiental e sustentabilidade e mestrado. deize_monteiro@outlook.com

INTRODUÇÃO

A palavra do momento é “Inclusão Digital”, jornais, revistas, programas de televisão e discursos Políticos, sempre estão tratando desse tema, e acaba fazendo com que um grande número da população tenha acesso ao tema, o fato de afirmar que muitos têm acesso ao tema não é possível expressar quantos realmente conhecem o tema e suas implicações, para muitos a inclusão digital é vista como a entrada para o futuro e uma nova porta para o desenvolvimento dos povos.

Estamos vivendo a chamada era da Informação, e o mundo atual em que vivemos nos cobra o desenvolvimento de determinadas capacidades sociais, educacionais colaborativas e digitais, dessa forma temos que a “Inclusão Digital” é importante para o desenvolvimento do indivíduo e por isso vêm tomando grande força na mídia, a grande questão é até que ponto essa mídia não está agindo por interesse econômico próprio, ora como desenvolvedora de conteúdo, ora com propagandas consumistas etc.

O mundo digital nos mostra um novo cenário econômico, onde a televisão deixa de ser a única ferramenta formadora de opinião e vendedora de produtos. Se partirmos por essa análise capitalista temos que o maior número de pessoas deve ter acesso a essas novas tecnologias de informação para se tornarem novos consumidores de produtos e conteúdos tecnológicos, de certa forma seremos grandes rebanhos conduzidos por caminhos tortuosos sem ao menos termos o direito de saber quais as nossas opções.

Com a Nova Era digital temos a acesso a um grande número de informação a nossas mãos, teses científicas, livros, revistas, notícias, e agora a formação educacional via EAD, ao analisarmos essa vertente do mundo digital a Inclusão se faz necessária para que o indivíduo passe a ter acesso a informação que auxilie na sua formação educacional e pessoal.

A internet tem um papel fundamental na mudança de hábitos e de relacionamentos, criando um ambiente de ludicidade e de formação de identidades, vem sendo retratada como um novo espaço de atividade humana, seja nas práticas sociais, educacionais, culturais, enfim, no relacionamento com a sociedade. Desenvolvimento social. Promove uma situação dialógica virtual, já que os gêneros digitais instituem relações prazerosas entre os usuários e a linguagem.

É uma nova realidade cada vez mais discutida através da interação virtual intercedidos pelos gêneros eletrônicos ou digitais, segundo

Marcuschi (2004, p. 19) é uma forma de trabalho que cresce de maneira bastante complexa gêneros existentes, desenvolve alguns realmente novos e mescla vários outros.

É uma nova realidade cada vez mais discutida através da interação virtual intercedidos pelos gêneros eletrônicos ou digitais, segundo Marcuschi (2004, p. 19) é uma forma de trabalho que cresce de maneira bastante complexa gêneros existentes, desenvolve alguns realmente novos e mescla vários outros. A tecnologia assume vida própria e compõe uma identidade analógica do homem contemporâneo com as novas tecnologias de informação e comunicação em que são utilizadas como recurso cultural e de trabalho, nos tempos atuais.

2. O IMPACTO DAS NOVAS TIC'S NA EDUCAÇÃO

A tecnologia está cada vez mais entre nós e no nosso cotidiano, além de enunciar um futuro diferente de tudo que existe e se conhece. O processo de educação do homem foi fundamental para o desenvolvimento dos grupos sociais e de suas respectivas sociedades, razão pela qual o conhecimento de sua história e experiências passadas é essencial para a compreensão dos rumos tomados pela educação no presente.

Com as mudanças do século XXI, os educadores enfrentam um cenário radicalmente diferente de desafios. Hoje, temos que preparar os alunos para trabalhar e viver em um mundo que só podemos imaginar vagamente. A maioria dos estudantes que entra no jardim de infância hoje provavelmente atuará no futuro em categorias de trabalho ainda não criadas.

O ambiente virtual e as novas tecnologias não só facilitam o acesso dos educandos a materiais complementares como torna mais fácil e abrangente a busca por novos conhecimentos. O mundo online possibilita, em qualquer tempo, a visualização de uma infinidade de conteúdos de qualidade que complementam os estudos regulares e enriquecem a aprendizagem.

A tecnologia coloca os educandos em contato com ferramentas e recursos cada vez mais essenciais para o dia a dia pessoal e profissional, preparando-os assim para um futuro independentemente da carreira a ser seguida, conhecer as novas tecnologias e dominar a maneira como elas funcionam deixou de ser importante para ser exigência – e competência básica – nessa era cada vez mais conectada e digital.

As Vídeos aulas e aulas online possibilitaram não só a continuidade das aulas neste período de isolamento social como contribuí-

ram para que novas metodologias de ensino, mais flexíveis e adaptadas às necessidades dos estudantes, fossem criadas pelos educadores. Instituições e profissionais da educação estão cada vez mais utilizando recursos tecnológicos para tornar o processo de ensino mais dinâmico e interativo, facilitando a aprendizagem dos alunos.

2.1 A TECNOLOGIA NA PANDEMIA

Com a chegada da pandemia da COVID-19, logo de imediato pensamos nos reflexos negativos que ela causou, inclusive, na educação. Esses impactos são preocupantes não somente em relação à aprendizagem, mas, também, quanto ao número de crianças e jovens que abandonaram os estudos.

Se a pandemia tivesse nos afetado há 40 anos, provavelmente os alunos perderiam totalmente o ano escolar. Na atualidade, os estudantes podem contar com fácil acesso aos conteúdos das aulas por meio do computador, celular ou tablet, e ainda contam com a presença do educador. As plataformas em nuvem também possibilitam o compartilhamento de materiais a distância.

Tecnologia e educação sempre caminharam juntas, mas nunca estiveram tão conectadas com o mesmo propósito: disseminar o conhecimento. Em virtude da pandemia, quase todas as escolas optaram por aulas online, o que contribuiu para que muitas crianças e jovens ficassem sem aulas no último ano, já que 47 milhões de pessoas não têm acesso à internet, segundo estudo do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

De acordo com a UNICEF, entre os estados brasileiros que adotaram o ensino remoto, apenas 15% distribuíram dispositivos aos alunos, e menos de 10% subsidiaram o acesso à internet. Como consequência, 3,7 milhões de estudantes matriculados não tiveram acesso a atividades escolares e não conseguiram estudar em casa.

O acesso à educação de qualidade nos países em desenvolvimento ainda deixa a desejar e o nível de conscientização e interesse pelas questões públicas ainda precisam melhorar. No entanto, Lévy vislumbra no horizonte da “sociedade em rede” o potencial para uma mudança importante que repercutirá por todo mundo e pergunta se não seria o início desta tão proclamada “conexão global”, o pano de fundo para

a emergência de uma “inteligência coletiva”? Num sentido ainda mais abstrato, Lévy diz que poderíamos estar assistindo, já em nossa época, a ascensão da humanidade a um patamar evolucionário mais nobre. (SILVA, 2004, p.13)

Diante disso, passa-se a exigir um repensar sobre as práticas pedagógicas utilizadas, ou seja, a docência assentada nos paradigmas conservadores que levam à reprodução do conhecimento. Esse movimento de transição paradigmática exige um processo de mudança conceitual trazendo uma nova forma de pensar a educação e seus modelos vigentes.

Assim, se realmente ocorre a busca por estratégias para a integração da educação aos meios tecnológicos disponíveis - e que se encontram incessantemente surgindo deve-se ter a capacidade de, primeiramente, criar novas diretrizes e práticas capazes de promover ressignificações - profundas e relevantes - em nossos atuais processos e modelos de transmissão do conhecimento, bem como compreender e conferir flexibilidade às novas relações interpessoais que derivam destas transformações originadas.

Sabemos que a tecnologia é uma grande aliada nos tempos atuais, porém ela em contrapartida também pode distanciar os menos favorecidos das classes sociais a favorecer-se da educação que é um direito de todos e assim causar cada vez mais impactos sociais, o que não é relevante para nenhuma nação que busca sanar os índices de analfabetismo e pobreza.

3. A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO E A NECESSIDADE DO APERFEIÇOAMENTO DO PROFESSOR PARA SUA UTILIZAÇÃO

A educação a distância tem se mostrado um meio ao qual o professor teve a oportunidade de atuar na sua qualificação e especialmente atingir os docentes distantes dos grandes centros. Por outro lado, em cursos a distância que procuram romper com a abordagem pedagógica comportamentalista e que utilizam as novas tecnologias da informação e da comunicação, necessitam de professores que possam manejar os recursos tecnológicos e orientar consistentemente com a visão de ensino-aprendizagem. Por envolver uma série de elementos novos, na EAD tornam-se necessárias à formação e o acompanhamento desse professor que atuará como tutor, o que se constitui ao mesmo tempo em um in-

vestimento na sua formação continuada.

A formação e a formação continuada do professor é o ponto crucial para a modernização do ensino. A profissionalização do professor envolve uma série de questões educativas e requer decisões políticas e econômicas. Porém, não se pode negligenciar que um caminho para a concretização desta ideia é a formação continuada dos professores, entendida tanto na busca do saber como na tomada de consciência da sua prática e do próprio fazer pedagógico.

O papel do professor vem sofrendo mudanças e ao mesmo tempo estão sendo agregadas novas exigências à sua função. Segundo Ramal (2001) espera-se um novo perfil de educador e destaca três características:

- a) profissionais atualizados, contextualizados no debate sobre o pós-modernismo e suas implicações para a educação;
- b) usuários críticos da tecnologia, capazes de associar o computador as proposta ativas de aprendizagem;
- c) atentos aos desafios político-sociais que estão envolvidos no contexto pedagógico de hoje.

O grande desafio que se coloca diante dos docentes que atuam no ensino a distância consiste em aliar os novos recursos tecnológicos disponíveis a uma ação docente, pautada numa concepção pedagógica interativa, colaborativa e reflexiva, considerando as especificidades da modalidade. (SOUZA, 1996)

Reconhecimento da era digital como uma nova forma de categorizar o conhecimento traz novos rumos para a prática docente, que rompe as barreiras da sala de aula e passa a interagir e construir conhecimentos junto com seus discentes tendo todo o acesso com o mundo globalizado e à rede de informações disponível em todo o universo.

Considerando as novas demandas e a nova realidade que se encontram, aos poucos, se delineando e tomando forma, torna-se necessário a realização de um esforço conjunto, a fim de conferir novos sentidos às práticas educativas, bem como realizar concomitantemente uma revisão profunda nos atuais processos de aquisição do conhecimento humano.

3.1 AULAS VIRTUAIS E NOVOS CAMINHOS PARA AQUISIÇÃO DA APRENDIZAGEM

A expressão “ambiente virtual de aprendizagem” está relacionada ao desenvolvimento de condições, estratégias e intervenções de aprendizagem num espaço virtual na Web, organizado de tal forma que propicie a construção de conceitos, por meio da interação entre alunos, professores e objetos de conhecimento. Destaca-se que um ambiente virtual de aprendizagem não precisa ser um espaço restrito à educação à distância.

Embora frequentemente associado à educação à distância, na prática, o ambiente virtual é também amplamente utilizado como suporte na aprendizagem presencial. A finalidade é utilizar o computador como ferramenta para aprender por meio dele e não aprender sobre ele, isto é específico para quem desenvolve a máquina e não para aqueles que apenas querem utilizá-lo como um meio de aprendizado.

Há muitos críticos da utilização de tecnologia comunicativa na educação. Grande parte das observações contrárias à utilização de modernas tecnologias na educação é feita não por causa da tecnologia em si, mas principalmente pelo uso que dela se faz. Por um lado, de maneira geral não se prepara os profissionais da educação para tirarem o máximo proveito da tecnologia e, por outro, está, em várias ocasiões, tem servido simplesmente como meio de fixação de uma mensagem única e acrítica.

Assim, McCormack e Jones *apud* Torres (2003, p. 22-39) colocam como vantagens da Internet, em relação a outras mídias:

[...] o uso da Internet como meio distribuidor de informações em substituição de outros meios como CD-ROMs e material impresso, proporciona a vantagem da independência geográfica e temporal, possui velocidade para a transmissão de dados, é especialmente poderosa na propagação de informações e repassa essas informações até os pontos geograficamente mais distantes do globo de forma segura. Além disso, a Internet é um excelente meio para comunicações, podendo ser classificada tanto como uma tecnologia assíncrona como síncrona. (TORRES, 2003, p. 22-39)

Com esses recursos a sua disposição cabe ao professor procurar formas ótimas de aproveitar esses recursos à sua prática pedagógica, incorporando-as de tal forma que se constituam, enfim, parte da sua ação docente. O ambiente virtual de aprendizagem ajuda também na auto-organização do trabalho. Ao mesmo tempo, por ser um ambiente conveniente, flexível e sem horários pré-definidos, onde o aluno pode optar por fazer ou adiar determinada atividade para um outro momento, faz-se necessário ao professor organizar-se, no sentido de não perder-se no processo.

A educação online permite, ainda, que o aluno seja realmente ativo, responsável pela sua aprendizagem e, principalmente, aprenda a aprender. No entanto, como o aluno também tem uma cultura de espera por comando e orientação cabe ao professor reverter esse quadro, mostrando aos alunos a necessidade de busca pela informação.

Este docente, em programas na modalidade a distância intitulado de tutor, deve de acordo com Munhoz (2004, p. 3) considerar os seguintes aspectos:

- a aprendizagem individual auto dirigida;
- a forma como o estudante aprende, de acordo com as teorias das inteligências múltiplas;
- as formas de incentivo à participação do aluno no ambiente de aprendizagem colaborativa;
- a manutenção do interesse do aluno utilizando os conceitos da inteligência emocional;
- a forma de desenvolver as atividades de modo que a aprendizagem se torne significativa para as atividades pessoais e profissionais dos alunos;
- a orientação constante para que o aluno desenvolva seus estudos aprendendo a aprender;
- a orientação constante ao aluno no desenvolvimento da aprendizagem pela pesquisa, desenvolvendo a criticidade na escolha dos conteúdos e criatividade que permita transformar as informações em conhecimento.

As funções dos tutores também são sintetizadas por Munhoz (2004, p. 6), no qual se refere a sua atuação que está vinculada aos materiais disponibilizados aos alunos, sejam eles impressos ou não:

- Motivar e despertar o interesse dos alunos no desenvolvimento das práticas propostas;
- Orientar o aluno nas dificuldades que eles encontrem mantendo contato estreito com os professores especialistas;

- Ampliar o conjunto de informações sobre novos materiais, artigos, textos e endereços da internet. Desta forma, os alunos podem completar o material que necessitam para concluir com sucesso as tarefas propostas;

- Avaliar de forma contínua o progresso dos estudantes sob sua responsabilidade;

- Atuar junto a outros tutores e junto aos professores especialistas ampliando a visão da avaliação individual dos estudantes e identificando as falhas presentes nos materiais e nos trabalhos propostos.

Desta maneira, destaca-se a importância do papel dos professores nos sistemas educativos, especialmente na EAD. Quanto mais preparado o professor tiver melhor será a aquisição da aprendizagem, dessa forma garantindo o direito à aprendizagem e diminuindo os prejuízos causados pela pandemia em todo o país.

CONCLUSÃO

A tecnologia e a capacidade de se adaptar são aliadas para esse novo cenário, auxiliando nas mudanças e promovendo novas funcionalidades. O cotidiano mudou em quase todos os aspectos e são vários desafios para enfrentar na adaptação à nova realidade. Para entender melhor, observamos algumas das principais esferas.

Home office: O trabalho remoto, que antes era uma opção oferecida por algumas empresas, se tornou uma condição obrigatória nesse período pandêmico. Além de permitir a continuação das funcionalidades, esse modelo de trabalho pode apresentar outros benefícios para os trabalhadores, como menos deslocamento, economizando tempo e gastos com transporte, consequentemente aumentando a disponibilidade para ficar com familiares e amigos, se dedicar a hobbies, entre outras atividades. Essa medida teve uma aceitação tão positiva que é possível ver uma maior abertura de continuar nessa modalidade mesmo quando o cenário da saúde pública melhorar. Assim que iniciaram as recomendações de isolamento social, a Projedata tomou medidas para garantir a segurança da equipe, conforme contamos neste artigo.

Comunicação: Essa área é a que possui maior abrangência por afetar todas as organizações. A popularização de smartphones e tablets se antecipou em nos ajudar manter em contato por meio de mensagens de texto, voz e vídeo chamadas. Mesmo assim pode-se observar um aumento na demanda, com várias empresas desse ramo aproveitando a oportunidade para lançar períodos gratuitos e novas funcionalidades,

a fim de atrair novos usuários. É importante manter linhas de contato aberta de forma interna, para manter a comunicação entre as equipes alinhadas, assim como de forma externa, com clientes e fornecedores.

Eventos online: Para se adaptar a esse período onde aglomerações devem ser evitadas, os eventos passaram a ser digitais. Como reuniões de pais, palestras, casamentos, eventos religiosos, shows e muitos outros eventos que a reunião de pessoas não era permitida.

Comércio eletrônico: Cada vez mais em alta, as lojas online permitem vender e comprar sem a necessidade de ser presencial. Por meio desse modelo, o cliente recebe em casa o que precisa e realiza o pagamento em plataformas digitais. O comércio teve a oportunidade também de se superar e lançar novas propostas a fim de segurar o seu cliente e garantir as vendas.

Internet banking: Como vimos, os hábitos de consumo estão sofrendo mudanças nesse período e com a evolução da automação bancária, proporcionando praticidade na vida do consumidor. Além de fazer com que ele evite filas, aglomerações e outras questões desagradáveis que possam ocorrer no atendimento presencial.

A tecnologia se tornou aliada nesse período pandêmico, sofrendo novas versões para avançar e preparada para solucionar e promover ações que auxiliem nessa nova caminhada. É necessário se adaptar para manter o negócio ativo, além disso, estar atualizado sobre as mudanças dos hábitos e comportamento do consumidor. O novo cenário está se tornando cada dia mais dependente de inovações tecnológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUNHOZ, A. S. **A educação à distância e o tutor ideal**. Disponível em: <www.unesp.br/virtunesp/virtunews/01/cient_ficos/tutor_ideal.htm>. Acesso em: 2/10/2004.

RAMAL, A. C. **Internet e Educação**. 2001. Disponível em: <<http://www.instructional design.com.br>>. Publicado na Revista Guia Internet. Br, Ediouro, n.º4, 1996b.

SOUZA, M. de F. G. de. Universidade de Brasília - Experiência do CEAD. 1994/95. **Revista Educação a Distância**. INED - Instituto Nacional de Educação a Distância, n.º 7, 1996.

SILVA, Michelli Marlane da. **ENSINO À DISTÂNCIA: conceitos e implementação de uma hipermídia**. Trabalho de conclusão de curso – Ciência da Computação. 2004.

TORRES, P. L. (Org.) **Pioneirismo em educação a distância**. Natal: CEFET-RN. 2003.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

O PLANEJAMENTO E A AVALIAÇÃO COMO FORMA DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Amauri Leão Fagundes

Resumo:

Este artigo foi elaborado através de pesquisas bibliográficas e leituras complementares, e apresenta parâmetros que analisam a importância do planejamento e da avaliação no contexto escolar, através de ações significativas que advêm com a prática escolar. Tem o objetivo de analisar e esclarecer como se dá o processo de planejar e avaliar diante da complexidade dos problemas encontrados atualmente, associando a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a interação das competências e habilidades aplicadas, para o sucesso da aprendizagem significativa. Em todas as leituras realizadas certifica-se a necessidade de planejar as ações antes de executá-las, e essas sejam avaliadas continuamente para obtenção de sucesso, no processo avaliativo estudantil. Assim sendo, diante de vários conceitos do que seja planejar e avaliar, algo é certo: antes de planejar deve-se ter em mente os objetivos que se pretende alcançar, para que o planejamento e a avaliação não passem de uma metáfora e essas ações, não surja como estratégias sem êxito.

Palavras-chave: Planejamento. Avaliação. BNCC.

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem comentado sobre a importância do planejamento escolar, entretanto ainda constata-se dificuldades à sua aplicação. Nota-se, que planejar é o procedimento que determina a decisão quanto aos desígnios a serem alcançados e a presciência das atuações, tanto pedagógica como administrativa, que necessitam ser destacados por todo o conjunto escolar, para o adequado funcionamento da escola.

Do mesmo modo, que vários fatores sociais, profissionais e particulares podem colaborar para a deficiência de aproveitamento desse planejamento, o que, por consequência, afeta principalmente o professor, que enxerga os modos operantes do seu saber pedagógico sendo cometido por esses fatores.

A escola, como lugar de aprendizado e de convivência, necessita

de planejamento para alcançar êxitos, por essa razão a visão de futuro e a análise e reflexão para que se possa decidir a importância dos recursos e meios aceitáveis e imprescindíveis é essencial para que se torne fator de subsídio nas conquistas das metas. Essa maneira de prever é o fator que envolve um diagnóstico profundo da realidade, das probabilidades das circunstâncias, dos recursos humanos e materiais.

Ainda como fator primordial tem-se a ausência de perceptibilidade do uso da ementa que pode confundir tanto o professor, por compreender que ela tem a possibilidade de ser aproveitada como um planejamento, assim como o professor por entender que pode acompanhar as aulas pelos objetivos, conteúdo programático, avaliações etc.

As escassas pesquisas a respeito do uso adequado do planejamento, tendo como objetivo o desenvolvimento do estudante como aluno e cidadão, analisando suas implicações e considerando seu teor, permite ter ciência de como o professor está oferecendo de forma direta em seu planejamento e concretizar uma comparação entre a implicação que ambiciona apresentar e o que está alcançando dos estudantes. É importante também considerar de qual maneira o professor está agindo a respeito do conhecimento: na condição de mero repetidor ou transformador do conhecimento (HOFFMANN, 2009; LUCKESI, 2011).

A nova era educacional brada por independência e pela investigação constante de novidades nas práticas pedagógicas. A avaliação, da mesma maneira que foi imaginada e vivenciada na maior parte das escolas brasileiras tem se composto no mecanismo fundamental de conservação da lógica de coordenação do trabalho escolar e, deste modo, corroborando com o fracasso educacional, ocupando a função central nas analogias que estabelecem entre si e os responsáveis pela educação.

Sendo assim, não tem como desconhecer o tema da avaliação na metodologia educativa, pois esta é estimada como parte complementar de tal metodologia, indispensável em qualquer sugestão sobre a educação. No papel a avaliação está relacionada à metodologia de ensino e aprendizagem, entretanto, a prática pedagógica expõe que a avaliação permanece sendo desvinculada neste processo.

A avaliação no âmbito escolar, na maioria das vezes se resume na questão de conceder notas e conceitos, classificando o estudante por intermédio de uma característica quantitativa que não se consolida como uma atuação reflexiva, com referências importantes para que o professor tenha uma nova dimensão da sua prática pedagógica, revisando e ponderando seu desempenho didático, visando aprimorar-se.

Sabe-se que a compreensão de conhecimento como amontoa-

mento descontextualizado de informação, da educação exclusivamente como transferência de mensagens codificadas, e de aprendizagem quão intensamente propagação escrita do assunto passado pelo professor e pelo instrumento didático, não têm mais lugar em sugestões de educação que levem o ensino a sério. Se aprendemos a ciência dos cientistas, então o conhecimento não pode mais ser avaliado como alguma coisa estática, e tampouco ser algo exclusivo da escola. É imenso a quantidade de informações que acontecem e são espalhadas com rapidez a cada momento pelos veículos de comunicação, redes sociais, etc.

Essas modificações foram agradecidas pela maior parte das propostas curriculares conseguidas desde a década de setenta. Sugestões que destacam a configuração da avaliação da aprendizagem para poder: Na visão de Hernández (2000, p. 163-164) “Levar adiante uma avaliação da aprendizagem que pudesse dar conta e estar em consonância com as finalidades educativas”. Isso quer dizer que a sugestão atual de educação é a de transformar a evolução a artifício principal do ensino e da aprendizagem, consentindo que os professores apresentem limpidez do que seus estudantes estudaram e que os educandos tenham uma referência do que precisam estudar.

Assim sendo, a ascensão da observação no âmbito educacional é, desta forma, parte indispensável para abrir os olhos e conseguir as meditações imprescindíveis e incitar a criticidade, tal como colaborar com os elementos que compõem o campo de atuação do professor por meio da articulação entre teoria e prática. Esse ponto de vista passa a existir tendo em vista identificar os desafios a serem suplantados pela coletividade escolar, esse aprendizado nos deixa conseguir distantes pontos de vista, tal como as funções entregues aos gestores frente à procura de uma escola popular.

2. Planejamento Educacional

Para ser eficiente na realização da prática docente, é fundamental que o professor assuma determinadas praxes e mecanismos, para novas possibilidades de produção e de aquisição de conhecimentos. O planejamento de ensino é uma dessas praxes imprescindível, tornando-se base de sustentação para um bom desempenho das atividades docentes.

Vale salientar que planejar é uma das atividades mais complexas da docência, todavia, partindo dele encontra-se alternativas que facilitam a ação do professor para as mudanças indispensáveis à concretização da aprendizagem, possibilitando buscar novos caminhos entre

a escola e a realidade do aluno, objetivando transformar a realidade existente.

Conforme Piletti (1990), planejar é estudar, nesse sentido, estudar é assumir atitudes sérias diante de um problema, procurando pensar e refletir para escolher as melhores alternativas de ações possíveis para alcançar os objetivos que são determinados por certa realidade.

O planejamento de ensino muitas vezes apresenta-se desassociado da realidade social, sendo praticado por uma ação mecânica e burocrática do professor, e com pouca contribuição no aumento da qualidade de ação pedagógica desenvolvida na escola. É uma ação que parte da realidade do educando propiciando ao docente prever, racionalizar, orientar, organizar, melhorar e adequar os conteúdos às necessidades do processo de ensino-aprendizagem tornando-o eficiente e significativo.

O planejamento de ensino denota que o professor ao ministrar sua aula, possa alcançar os objetivos educacionais propostos, acontecidos em quatro etapas: conhecer a realidade, elaborar um plano, executar o plano e aperfeiçoar o plano.

São muitas as conceituações sobre planejamento de ensino e segundo Turra et al (1995),

Previsão inteligente e bem calculada de todas as etapas de trabalho escolar que envolvem as atividades docentes e discentes, de forma a tornar o ensino seguro, econômico e eficiente. Previsão de situações específica do professor com a classe. Processo de tomada de decisões bem informados que visam a racionalização das atividades do professor e do aluno, na situação de ensino aprendizagem, possibilitando melhores resultados e, em consequência, maior produtividade (TURRA et al, 1995, p. 19).

Assim sendo, o processo contínuo de tomada de decisões preocupa-se em para onde ir e quais as alternativas adequadas para chegar lá, considerando a atual situação e as possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda às necessidades do indivíduo e da sociedade, percorrendo o caminho de forma clara e objetiva.

Entende-se que o planejamento deve ser um conjunto coordenado de ações, visando alcançar determinados objetivos, prevendo o que deseja se realizar e podendo ser criado em um determinado tempo, efetivado e reformulado em outro, mas esse planejamento deve estar

inserido na realidade de cada região.

Portanto o planejamento participativo deve proporcionar a interação entre a escola e a realidade social, neste âmbito, é essencial a participação de todos os envolvidos na comunidade escolar, e ter como parâmetro a realidade histórica dessas pessoas. Dessa forma, o professor tem um papel preponderante, assumindo uma ação pedagógica consciente e comprometida, objetivando o processo transformador educacional, que venha a transformar a realidade existente em sua região.

Uma vez que o planejamento realizado na escola esteja vinculado a sociedade, este venha possibilitar a oportunidade de participação desse processo, no qual tem a necessidade e interesse do gestor, em abranger a comunidade e as demais pessoas interessadas, possam incluir-se nesse meio, para construir um planejamento possibilitando a colaboração de todos os envolvidos, proporcionando uma discussão participativa e tornado esse planejamento, relevante para a aprendizagem.

3. O planejamento e a BNCC

A BNCC compreende uma concepção de aprendizagem na qual os estudantes têm uma participação ativa no seu percurso escolar e acadêmico. Essa concepção é decorrente da ideia de protagonismo juvenil, ou seja, a visão de que os jovens, em suas diversidades, diferenças e especificidades, aprendam com as escolhas que fazem e na interação como o conhecimento e com os outros. Assim, em diferentes contextos, são consideradas as experiências e vivências cotidianas dos estudantes.

O protagonismo juvenil se inscreve em um contexto de ação e tomadas de decisões. No âmbito escolar, parte-se do pressuposto de que a aprendizagem ocorrerá mediante a ação do estudante, que por sua vez, demanda tomada de decisões, que é onde reside a cognição e a aprendizagem. O protagonismo juvenil desenvolve o autoconhecimento, a autoavaliação e as perspectivas de futuro.

Sendo assim, o planejamento tendo como subsídio a Base Nacional Comum Curricular, torna-se imprescindível ao desenvolvimento da aprendizagem no âmbito escolar e do cotidiano dos alunos, possibilitando que ele tenha uma visão otimista em relação aos temas abordados e sua aplicação.

O planejamento deve ser direcionado ao aluno, de maneira que o aluno tenha capacidade de mobilizar recursos visando a abordar e resolver uma situação complexa.

Ao planejar suas aulas, o professor atentará para a complementaridade das competências e habilidades, que estão inseridas na BNCC, como meio facilitador da aprendizagem do aluno, cujas competências são definidas como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos).

Atualmente, as competências são substanciais para que o indivíduo tenha desenlace em sua vida social e na carreira. O modo de nortear suas relações, responsabilidades e profissão são determinadas por sua aptidão de cada dia conviver e resolver as situações cotidianas. Os resultados, em consequência disso, são totalmente dependentes da forma com que os seus problemas são solucionados. O mercado ocupacional trabalhista necessita de pessoas capazes de: tomar decisões; liderar; resolver conflitos; utilizar conhecimentos adquiridos ao longo do processo acadêmico.

Ainda segundo o professor Vasco Moretto (1999), destaca-se que:

As habilidades estão associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades. Já as competências são um conjunto de habilidades harmonicamente desenvolvidas e que caracterizam por exemplo uma função/profissão específica: ser arquiteto, médico ou professor de química. As habilidades devem ser desenvolvidas na busca das competências.

É imprescindível que, junto com os conteúdos, sejam criadas situações para o desenvolvimento de habilidades. É importante salientar que um aluno, ao desenvolver competências e habilidades orientado por um educador, vai aprender a usá-las de maneira pertinente e propícia.

Ao focar seu trabalho nas competências e habilidades, a escola, estará dispondo seus alunos para lidar com as circunstâncias do seu dia a dia. Assim sendo, possibilitará a resolução dos conflitos do seu cotidiano, sendo um agente diligente em seu processo de ensino e aprendizagem, mediante a realização de atividades extraclasse.

Por tanto, as escolas que trabalham com a proposta de ensinar os alunos a entender e solucionar os problemas a sua volta, além de formar

estudantes mais preparados para lidar com os desafios da vida, estarão também preparando-os para ter um bom desempenho nas avaliações externas.

4. Avaliação escolar

A avaliação é um processo contínuo na relação ensino aprendizagem e é uma ação político-pedagógica e deve sempre considerar as percepções filosóficas de homem, de educação e de sociedade, o que provoca um pensamento crítico e contínuo da prática pedagógica da escola e deve ser analisada como fio condutor das ações que serão desenvolvidas no ambiente escolar.

Nessa conjuntura, há necessidade de algumas referências que fiquem claras no procedimento avaliativo, não só sendo capaz de se limitar à verificação da aprendizagem dos conteúdos programáticos ou atividades, utilizando-se tão exclusivamente como ferramentas para aplicação de provas e notas, ainda que sejam parte integrante desse processo. Sendo assim, a avaliação necessita contemplar uma percepção mais extensa, em razão de envolver formação de ponderações e análise de aspectos qualitativos. De maneira geral, essa ação deve ser pensada como uma atuação reflexiva da metodologia da aprendizagem, por isso que é uma ferramenta eficaz no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo.

Segundo Luckesi (2008, p.81):

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem

De início, pode-se considerar as ideias expostas e dizer que, a avaliação dá a possibilidade ao professor intervir na realidade e buscar melhores resultados. Nota-se que outro ponto importante nesse processo é que, a todo momento, o professor deve ter o olhar atento em relação ao erro do estudante. Ela segue todos os passos, fazendo referência ao acerto e à característica do planejamento e da atividade. Dessa maneira, ela necessita seguir, de uma configuração ou de outra, o desenrolar por completo o processo, não só do desempenho, mas também da preparação do planejamento.

Conforme Lindeman (1983, p. 52): “A avaliação é parcial, mas também deverá ser final, para verificar se os resultados foram alcançados”. Nesse ponto de vista, a avaliação não deve se limitar a um instante em um período isolado, no final do processo, mas estar presente em todo o processo.

A fim de que haja uma boa avaliação e, por implicação, consequência da ação desempenha formar critérios claros e apropriados, que aparecerão da conveniente circunstância real e dos valores envolvidos. A avaliação, diante disso, é sólida. Ela ressalta e julga o que está acontecendo e, principalmente, na construção do conhecimento.

Segundo Menegolla e Sant’anna (1995, p.57):

Avaliação é um momento de ensino de muita importância para o professor e para a escola, mas é muito mais importante para o aluno. Para o professor ela é um meio de diagnosticar a realidade dos seus alunos, a fim de poder realizar uma ação pedagógica, a partir da realidade e das necessidades dos seus alunos.

Portanto, a avaliação, para o professor, não necessita ter meramente o desígnio de buscar quantificar o conhecimento por meio de provas ou testes para impor notas ou conhecimentos, mas precisa ser um elemento para auxiliar o estudante a distinguir melhor a sua realidade e auxiliar na sua aprendizagem.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem por objetivo nortear o trabalho do professor por meio de competências e habilidades. A Lei 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e instituiu uma alteração na etapa do Ensino Médio, estruturando-o em, formação geral básica dos estudantes e itinerários formativos. Quando se pensa na avaliação como metodologia, surgem vários questionamentos com atenção voltada aos resultados aguardados e cobrados dos estudantes, e para os professores na função de mediadores, por ocasiões ocorrem algumas perguntas, principalmente quais seriam as ferramentas seguras e legítimas que podem utilizar para alcançar tais resultados.

É importante, a todo instante, o professor mediar o ensino e a aprendizagem com alicerce no avanço do estudante, acatando a finalidade do ensino médio e as competências e habilidades preconizadas na BNCC. Entretanto, compete mencionar que o professor necessita ter lucidez dos objetivos de aprendizagem durante a trajetória traçada para

beneficiar a aprendizagem e é fundamental que planeje e registre esse processo.

5. Considerações finais

Podemos perceber que o planejamento e a avaliação são elementos de uma conjuntura maior, chamados processos de ensino-aprendizagem, conseqüentemente, demandam cuidados e dedicação no planejamento e execução de sua opinião filosófico-político, desde o Projeto Político Pedagógico (PPP) do estabelecimento de ensino. São enxergados como componentes tem uma mútua dependência e que se correlacionam em busca da efetivação de um fim, em outras palavras, direcionados para o que se almeja que o estudante aprenda e em que se deseja que ele se transforme na sociedade em que está vivendo.

Quando se trabalha com o planejamento já acabado, sem que haja espaço a fim de que o professor pense nas estratégias de ensino-aprendizagem, nos conteúdos que irá dar prioridade e nas capacidades que pretende ampliar, tem-se bem menos ambiente para um ensino que se direcione para a Educação Integral, como recomendado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além do que, ocasiões como os horários de trabalho em grupo e de planejamento das avaliações ficam sem sentido. Sendo assim, sabemos que às vezes, para praticar a liberdade, é necessário mudar as próprias condições de trabalho, bem como essas condições restringem a autonomia do professor.

Conclui-se que o planejamento e a avaliação do ensino são meios que o professor dispõe como formas para somente assim alcançar a melhoria do processo ensino-aprendizagem; visto como, com a detenção do planejamento o professor alcança segurança em si mesmo, e, assim, agirá procurando a materialização dos objetivos norteadores.

Com essas conclusões, podemos observar a ampla importância de se estabelecer um planejamento e uma avaliação que seja, em seu contexto, simples, direto, coeso, adequado e que, basicamente, possa colaborar para o processo de ensino-aprendizagem de forma a conseguir alcançar os fins desejados, através de uma performance do professor que deve analisar de que forma trabalha com o conhecimento: se como apenas repetidor ou se transformador do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei no

9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CATELLI, R.J. **Indivíduo, natureza e sociedade: ensino médio**. 1. ed. São Paulo: Editora AJS, 2020.

HERNÁNDEZ, F. (2000). **Cultura visual. Mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed.

HOFFMANN, J.M. L. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 39ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2008a.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 30ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUCKESI, C. C. **A Avaliação da Aprendizagem componente do ato pedagógico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEGOLA, Maximiliano; SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** . Petrópolis: Vozes, 1995.

MORETTO, Vasco P. **Reflexões Construtivistas sobre Habilidades e Competências. Dois Pontos: Teoria & Prática em Gestão**, Belo Horizonte, v. 5, n. 42, p. 50-54, mai/jun. 1999.

PILETTI, Claudino. **Didática geral**. São Paulo: Ática, 1990.

TURRA, Clódia Maria Godoy et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. Porto alegre: Sagra, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. Ladermos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000.

O DESAFIO DO EDUCADOR FRENTE AS MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO: TECNOLOGIA DIGITAL E SUSTENTABILIDADE

Maria Gorete Soares Fucale¹

Resumo:

As abordagens apresentadas neste artigo trazem uma reflexão sobre o papel do professor frente aos avanços tecnológicos e sua contribuição no processo do ensino aprendizagem com ênfase no ensino híbrido, processo aliado as aulas remotas, mostrou-se também a importância de trabalhar a educação ambiental nas disciplinas curriculares, fazendo menção da sustentabilidade como fator importante na conscientização dos alunos e comunidade, aplicando desde o ensino infantil até o ensino médio. Foram discutidos assuntos relevantes como a missão do educador na formação das personalidades do aluno com relação ao meio ambiente e o uso das tecnologias para o bem da humanidade. Enfatizando que o professor precisa estar preparado para acompanhar e se inteirar com as mudanças ocorridas na educação.

Palavras-chave: Educação-Ambiental. Ensino-Híbrido. Avanços Tecnológicos.

Abstract:

The approaches presented in this article bring a reflection on the teacher's role in the face of technological advances and their contribution to the teaching-learning process with an emphasis on hybrid teaching, a process combined with remote classes, it was also shown the importance of working on environmental education in the discipline's curriculum, mentioning sustainability as an important factor in raising awareness among students and the community, from kindergarten to high school. Relevant issues were discussed such as the educator's mission in the formation of the student's personalities in relation to the environment and the use of technologies for the good of humanity. Emphasizing that the teacher needs to be prepared to monitor and learn about the changes that have taken place in education.

Keywords: Environmental Education. Blended learning. Technological advances.

¹ E-mail: mariafucale@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos contribuíram para que o professor se tornasse um eterno pesquisador, sua busca por entender as informações recentes e a maneira de lidar com os aparelhos digitais e modernos proporcionou ao educador uma maneira de estar sempre buscando caminhos para conhecer os desafios tecnológicos, é necessário que esse conhecimento aconteça, de forma gradual, proporcionado ao educador maneiras de lidar com todo que as inovações tecnológicas vem mostrando, o professor é um eterno pesquisador, sua busca incansável pelo conhecimento em diversas áreas. Outro fator que contribuiu para essa busca foi o ensino híbrido, que precisou ser aprimorado nas salas de aula, despertando no educador uma necessidade ainda maior de conhecer os recursos digitais que necessitariam ser usados nas aulas online e presencial.

Todo professor é um gestor de suas próprias ações, ele precisa estar envolvido com assuntos e teorias da geopolítica global, os acontecimentos do mundo e da sociedade são relevantes para que o professor possa contribuir com os questionamentos ou dúvidas do aluno, que necessariamente tem o educador como o responsável por solucionar dúvidas relacionadas a questões do meio social. O professor não é o dono do saber, no entanto não precisa saber de tudo, porém todo conhecimento adquirido no meio social é importante, um professor informado contribui na aprendizagem do aluno, o conhecimento faz parte da jornada pedagógica do professor, quanto mais ele busca informações mais está preparado para os desafios de sua profissão. O educador que não estuda e se acomoda com o que já sabe, torna-se ultrapassado e desacreditado pelos alunos.

Percebesse que as políticas criadas em função do ambiente por si só, não eram capazes de assegurar o controle de proteção ambiental, nem tão pouco proibir o homem de usufruir dos recursos e elementos existentes no meio, pensando em uma educação ambiental voltada para a sustentabilidade, criou-se a ideia de trabalhar o tema de forma interdisciplinar, o aluno precisava conhecer tudo que estava acontecendo com o meio ambiente, principalmente se tratando de falta da falta de compromisso com as gerações futuras, houve tempos em que não podia mais ficar apenas assistindo o planeta ser devastado pelas mãos humanas e ficar de braços cruzados esperando o pior acontecer, a prioridade seria no momento informar aos educados e conseqüentemente a toda sociedade o que estava acontecendo, se não houvesse uma conscien-

tização por parte de todos os habitantes, no futuro bem próximo os recursos não renováveis iriam acabar e as futuras gerações sofreriam com as consequências, surgiram daí a preocupação da BNCC colocar o tema meio ambiente para ser trabalhado dentro das disciplinas.

Foram citados alguns livros na elaboração desse artigo entre eles estão: PCNs (1997), BNCC (2018) e a Constituição (1988).

Dessa forma a contribuição dos autores serviram para proporcionar uma visão mais clara sobre o tema abordado, suas colocações perante o texto são fundamentais para direcionar o leitor em suas ideias e aprofundamento pessoal.

O PROFESSOR E AS NOVAS TECNOLOGIAS

O professor é um eterno pesquisador, com o avanço da ciência e as novas tecnologias surgindo e crescendo de forma gigante, necessitasse que o educador esteja em constante pesquisa e busca por novos conhecimentos e novas aprendizagem, todo aprendizado adquirido ao longo dos anos, através da jornada pedagógica do professor, necessita ser repensada e atualizada, por mais inovadora que pareça, as tecnologias estão ai trazendo a cada dia um vasto amontoado de conhecimento, que o educador além de se informar sobre a atualidade precisa selecionar e trazer para si o que melhor convém ao seu campo educacional, não é porque a tecnologia oferece infinitos conhecimento que o professor precise está pronto todos os dias para acessar e utilizar todos esses conhecimentos, precisa haver aquela seleção, entre o que é prioridade ou não. Muitas vezes o amontoado de ideias faz do educador um conhecedor sem pratica, nesse caso priorizar é fundamental, a ciência traz riqueza no conhecimento, o professor precisa estar atento a tudo que a ciência mostra como descoberta,

O conhecimento é algo que enriquece o homem, a busca por esse novo torna-se insaciável, nunca estamos prontos, precisamos aprender diariamente, o conhecimento faz parte da nossa existência e da nossa busca, a sede pelo conhecimento torna o homem em pesquisador da ciência, o professor é um eterno pesquisador, o conhecimento faz parte da missão do professor, sua missão é transmitir conhecimento ao aluno, neste caso ele precisa estar sempre atualizado com os acontecimentos atuais, tanto da ciência como tecnológico, o educador sabe que o conhecimento é uma ferramenta poderosa em sua profissão, nisso ele torna-se um pesquisador constante, para que assim possa desafiar o aluno e ser desafiado também.

O ENSINO HÍBRIDO COMO FERRAMENTA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

O ensino híbrido veio como forma de solucionar um cenário bem diferente daquele que havia sido vivido anteriormente, diante da situação em que a educação de encontrava no momento, precisou-se criar medidas para que o ensino fosse levado até o aluno, foi criado então o ensino híbrido como forma de atender aqueles alunos que no momento precisava de um olhar diferenciado diante do cenário presente, o ensino híbrido foi um desafio que para muitos professores deram certo e para outros houve questionamento sobre a falta de estrutura técnica, como internet, aparelhos elétricos, porém o advento do ensino híbrido não deixa de ser um avanço democrático na prática pedagógica, trazendo para a educação uma maneira inovadora de ensinar, contribuindo para que aprendizagem possa acontecer de várias maneiras, mostrando que a pedagogia precisa caminhar por vários caminhos na busca do conhecimento. Não é preciso ficar preso em uma metodologia por estar alcançando resultado e sim aprimorar com novos conhecimentos. O ensino híbrido abriu um leque de ideias mostrando que a aprendizagem pode acontecer de várias maneiras, o importante é traçar metas para alcançar os alunos, em qualquer modalidade de ensino o professor precisa estar atento para todas as novidades que o campo pedagógico vem oferecendo. BACICH; TANZI; TREVISANI.

Na educação, acontecem vários tipos de mistura, blended ou educação híbrida: de saberes e valores, quando integramos várias áreas de conhecimento (no modelo disciplinar ou não); de metodologias, com desafios, atividades, projetos, games, grupais e individuais, colaborativos e personalizados. Também falamos de tecnologias híbridas, que integram as atividades da sala de aula com as digitais, as presenciais com as virtuais. Híbrido também pode ser um currículo mais flexível, que planeje o que é básico e fundamental para todos e que permita, ao mesmo tempo, caminhos personalizados para atender às necessidades de cada aluno. (BACICH, et al., 2015, p. 42-43).

O ensino híbrido pode ser entendido como um desafio para a educação, apesar de já existir no Brasil, sem essa nomenclatura e sem

esse conhecimento, o próprio professor já realizava esse ensino em sua aula, aplicando em sua didática quando, quando o professor combina atividades presenciais com atividades digitais realizado através de uma pesquisa na internet, essa mistura de aprendizado na qual o aluno tem oportunidade de estudar presencialmente na sala de aula ou em casa de forma online faz da educação um novo modelo de aprendizagem, transformando o conhecimento em algo desafiador, as propostas são lançadas na expectativa que o aluno aprenda com eficácia e flexibilidade.

O ensino híbrido segue uma tendência de mudança que ocorreu em praticamente todos os serviços e processos de produção de bens que incorporaram os recursos das tecnologias digitais. Nesse sentido, tem de ser entendido não como mais um modismo que cai de paraquedas na educação, mas como algo que veio para ficar. (BACICH, et al., 2015, p. 22)

Esse modelo de ensino ganhou força com a evolução da tecnologia, que permitiu que outras ferramentas de ensino fossem aplicadas no processo de ensino e aprendizagem. aparelhos eletrônicos como: Notebooks, celulares, tablets passam a fazer parte do trabalho pedagógico do professor, dando oportunidade para que o aluno ganhe espaço em outros ambientes pra enriquecer sua aprendizagem.

Sem dúvida o professor precisa estar informado sobre os acontecimentos atuais, a pesquisa e o conhecimento fazem parte da jornada docente, informações que giram na mídia sobre acontecimentos globais, no qual o aluno tem acesso e curiosidade em saber, fluirá no discente uma certa procura por respostas e nessa dúvida o professor será questionado. Diante disso a preparação e o conhecimento por assuntos fora do cotidiano escolar é preciso, o domínio em áreas diversas como educação, políticas, guerras, situação financeira do país é muito importante para o professor, o acesso à informação faz do educador um conhecedor que valoriza e presa a profissão, quando o professor se envolve com assuntos geopolítico global, torna-se um conhecedor que está ligado a várias redes de informações. Lembrando que o professor não é o dono do saber, nem tão pouco tem todo conhecimento em suas mãos, porem toda informação que ele tiver em relação a assuntos atuais será de grande importância para atender as curiosidades do aluno. Todo conhecimento adquirido fora da escola é valido para o enriquecimento profissional do educador, não é necessário que ele esteja preparado só

para os conteúdos escolares, o ideal é que seus conhecimentos também estejam voltados para assuntos da atualidade, as informações que chegam através da mídia, são rápidas e tem o poder de transformar o mundo.

De acordo com Fazenda (2008, p.134):

Já não nos assustamos com as múltiplas transformações ocorridas a cada momento no âmbito das ciências. A posição do homem comum HOJE, medianamente bem informado, é de expectativa, é de espera. Já não carregamos o peso da defesa - seja lá em que grau for - da verdade indiscutível, da certeza absoluta. Os meios de comunicação inundam de informações variadas sobre as mais novas descobertas e os mais novos posicionamentos em todos os ramos do conhecimento.

A mídia joga a todo momento essas informações, muitas vezes distorcidas, porem cabe ao pesquisador verificar se a fonte é segura ou não, o professor pesquisador precisa procurar fontes seguras para suas pesquisas principalmente porque toda informação adquirida será utilizada em suas aulas ou em seus relatos com alunos, os autores que escrevem sobre o tema tem experiencias e já estudaram para criar suas hipóteses, o livro é uma ferramenta importante nesse campo além de levantar sugestões sobre o tema , proporciona ao leitor uma viagem através de seus relatos.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE ABORDADOS DE FORMA INTERDISCIPLINARIDADE

O tema meio ambiente e sustentabilidade, precisa ser vivenciado no contexto escolar, as disciplinas tem como requisito trabalhar de forma especificas as questões ambientais, focando a sustentabilidade como fator principal para o equilíbrio na terra, o propósito da BNCC introduzir temas ambientais e sustentabilidade no currículo escolar, tem uma impotência muito grande, não som para o educador mas também para o aluno e toda sociedade. Conhecer o que esta acontecendo com o planeta é assunto de todos e precisa esta envolvida em toda disciplina e em toda modalidade de ensino, os alunos precisam conhecer a importância de trabalhar ot ema desde a educação infantil, pois é educando a

criança que teremos adultos responsáveis e comprometidos com o meio ambiente

A proteção ao meio ambiente nos dias atuais é tema discutido nos mais diversos espaços sociais do mundo. Após as transformações vivenciadas pela sociedade denominada moderna e principalmente a partir dos avanços tecnológicos, o mundo tem voltado sua atenção para os cuidados ao meio ambiente. Os impactos ambientais resultantes das atividades humanas têm interferido diretamente na qualidade e na quantidade dos recursos naturais. O uso demasiado dos recursos naturais como petróleo, água e demais minerais têm contribuído para o esgotamento de muitos deles, bem como além de poluir o ambiente vêm contribuindo para o surgimento de doenças diversas, afetando a saúde das espécies vivas. No entanto, para se falar ou mesmo compreender a dimensão desta temática é preciso conhecer alguns conceitos de meio ambiente. Segundo Barbieri (2011, p.1), “Entende-se por Meio Ambiente, o natural e o artificial, ambiente físico e biológico originais, e o que foi alterado, destruído e construído pelos humanos. Além de ser o espaço onde os seres vivos existem, é também a própria condição para a vida na Terra.” Nesse sentido, o meio ambiente envolve todos os recursos presentes nele, seja minerais, artificiais, vivos e não vivos de modo que sejam condições essenciais para a sobrevivência das espécies vivas.

Contribuir para um ambiente agradável, é necessariamente um desafio para o professor que lida com alunos desde o ensino infantil, informações como essa é necessário ser ensinado desde a infância, para que, quando jovem possa entender e vivenciar aquilo que aprendeu, poder contribuir para a proteção dos recursos naturais é um compromisso de toda sociedade. O amor pelo meio ambiente se torna real quando a criança aprende desde cedo a importância desses recursos na vida cotidiana, as informações do professor não serão suficientes para garantir que o aluno terá mudanças em seu comportamento, a família e a sociedade também precisam estar inteiramente ligadas, pois a conscientização precisa ser geral, o conhecimento é coletivo, a causa é coletiva, pois os recursos pertencem a todos sem distinção. para que haja um progresso será necessário uma conscientização constate, um trabalho contínuo, neste caso é preciso mudar a realidade da escola, os alunos não precisam ser meros ouvintes, sua participação, suas ideias precisam ser trabalhadas para que possam se sentir cooperador e ativo nas atividades propostas.

Trabalhar as questões ambientais na escola é prazeroso quando o aluno tem conhecimento da importância desses recursos para sua so-

brevivência na terra. Para aprofundar o tema é preciso discutir com a turma todos os componentes envolvidos no meio ambiente, mostrando que somos totalmente dependentes deles e se vier a faltar seremos os primeiros prejudicados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo avanço ocorrido na educação nos últimos anos, pode-se constatar que um dos maiores desafiados foi professor, pois precisou aprender a lidar com a todas as informações e também com as barreiras que a tecnologia oferecia, durante as aulas remotas. Entre esses desafios estava o uso da internet que não era acessível a todos os alunos que necessitavam desse recurso para prosseguir com as aulas, porém o professor precisou se atualizar para dar suporte a toda essa demanda, não deixando de aplicar um ensino de qualidade onde, o tema meio ambiente, sustentabilidade e evolução tecnológica precisaram sempre está presente nas aulas. Nisso percebe-se quanto o professor é dinâmico e flexível em meio aos desafios que a vida proporciona. Todos os dias precisa estar atento e preparado para encarar as novidades que a ciência e a tecnologia vêm trazendo. As aulas híbridas também foi outro desafio que o professor precisou encarar como forma de atender as diferentes formas de vivenciar o ensino em épocas de aula remota, durante a pandemia ocasionada pelo Covid19 que teve início no ano de 2019 e se estendeu até os dias atuais. Nas inúmeras barreiras enfrentadas para dar prosseguimento ao ensino, foram criadas diferentes maneiras que proporcionasse ao aluno uma aprendizagem de qualidade. O professor vem desempenhado seu papel com sabedoria, mesmo enfrentando barreiras e passando por momentos difíceis, quando seu principal alvo é o aluno. Para desempenhar sua missão com eficiência o professor cria e recria suas habilidades procurando está informado dos melhores meios de levar o conhecimento ao aluno. É preciso está preparado e habilitado para aceitar as mudanças ocorridas na ciência tecnologia e principalmente na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACICH, Lilian et al. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo, Saraiva, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, senado. 1988.

_____, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Tradução de Rosineide Venâncio Majer. Disponível em: https://more.ufsc.br/livros/inserir_livros. Acesso em: 15 set. 2022.

FAZENDA, Ivani C. A. (org.) **Didática e interdisciplinaridade**. 13^a ed. São Paulo: Papirus, 2008.

A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA FRENTE AOS NOVOS PARADIGMAS DA SOCIEDADE ATUAL

Ivonete Ângela Silva Santos Andrade¹

Resumo:

A educação contemporânea enfrenta grandes desafios. As mudanças no modo de vida da sociedade a partir da expansão das informações por meio dos recursos tecnológicos digitais que provocaram uma mudança no modo de ser do aluno e no gosto por coisas novas e modernas, além do mais a pandemia o causada pelo COVID-19, colocou o aluno longe da escola, que não hesitou e não se deu por vencida, recorrendo ao novo modelo de ensino “o Ensino Híbrido”, além de tudo isso a escola ainda precisa buscar estratégia para lhe dá no seu contexto educacional e social com falta de tolerância que nunca foi tão visível quanto hoje na sociedade atual. Para melhor compreender esta abordagem recorreremos a leitura de autores como: JÚNIOR E CASTILHO (2016), COSTA (2019), ANDRADE E MONTEIRO (2019). A educação enquanto celeiro da humanidade precisa encarar-se parte integrante desse espaço de transformação que é a sociedade.

Palavras-chave: Tolerância. Ensino-Híbrido. Professor. Multiculturalismo.

Abstract:

Contemporary education faces great challenges. The changes in society's way of life from the expansion of information through digital technological resources that caused a change in the student's way of being and in the taste for new and modern things, in addition to the pandemic caused by COVID-19, put the student away from school, who did not hesitate and did not give up, resorting to the new teaching model “Hybrid Teaching”, in addition to all this, the school still needs to seek a strategy to give it in its educational and social context with lack of tolerance that has never been more visible than it is today in today's society. To better understand this approach, we will resort to reading authors such as: JÚNIOR E CASTILHO (2016), COSTA (2019), ANDRADE E MONTEIRO (2019). Education as a granary of humanity needs to see

1 E-mail: ivonetegenyross2017@gmail.com

itself as an integral part of this space of transformation that is society.

Keywords: Tolerance. Blended Learning. Teacher. Multiculturalism.

1. INTRODUÇÃO

O surgimento e a expansão tecnológica ocasionaram várias transformações que contribuíram para o progresso e o retrocesso da humanidade. Os povos antigos em sua existência se abstiveram ou pouco contato tiveram com instrumentos tecnológicos. Muito embora tenham tido contato com objetos pontiagudos, cortantes e até mesmo com o fogo, objetos esses que podem-se introduzi-los no surgimento da tecnologia primitiva, onde estes pouco influenciaram no modo de vida da época, não ocasionando mudanças no modo de viver e de se comunicar, resguardando aquele povo a conservação dos seus costumes ao longo de sua existência. No entanto, as civilizações posteriores às denominadas revoluções indústrias, vêm ao longo de sua existência sentindo os impactos positivos e negativos sofridos pelos avanços e a modernização da tecnologia industrial.

As constantes transformações e modernizações das tecnologias trouxeram ao homem alguns fatores positivos e alguns outros negativos. Certamente a modernização desses aparelhos ofertou aos povos maior conforto e muito mais agilidade na sua forma de produção, aproximou povos. Por outro lado acabou proporcionando mudança no modo de vida das pessoas, colocando-as em condições econômicas bem desproporcionais, o que em muitos casos acabou desenvolvendo atitudes de intolerância ou mesmo de discriminação, despertando um sentimento de superioridade de uns sobre outros. Contudo, esses sentimentos não são fruto apenas das desigualdades econômicas, más também de sentimentos oriundos do preconceito de um povo sobre outro, uma etnia ou mesmo da cor da pele, da posição religiosa, política etc. Aspectos dessa natureza têm se propagado todos os dias, agora mais que nunca devido ao surgimento da internet e propagação dessas imagens e mensagens que se propaga em questão de segundos pelo mundo. Hoje as escolas vêm enfrentando no interior de seu espaço grandes desafios oriundos da intolerância e vêm buscando constantemente estratégias que possam amenizar essa problemática.

Um outro fator de grande relevância dentro desse progresso tecnológico social se deu com a introdução da tecnologia digital no

meio educacional. Foi graças a esse avanço que a escola pode enfrentar um grande desafio de toda sua existência, levar o ensino até a casa do aluno durante a pandemia da COVID-19. Muito embora o ensino híbrido já fosse legalizado no Brasil para as escolas de nível superior, foi estendido a todo seguimento de ensino durante a pandemia e no pós-pandemia. O Ensino Híbrido não só inovou as práticas pedagógicas das escolas, como também contribuiu para uma inovação do professor, enquanto formador de opiniões que precisa sempre está acompanhando os fatos e as inovações sociais.

2- O que distingue a tolerância na modernidade e na pós-modernidade?

Falar sobre tolerância nos remete a necessidade de compreendê-la no seu mais amplo sentido. Assim várias são as concepções conceituais sobre a temática.

De modo geral, as diferentes concepções acerca da tolerância concordam que ela seria a aceitação e o reconhecimento de que os outros têm o direito de adotarem crenças, opiniões, visões de mundo e modos de vida diferentes daqueles que nós mesmos adotamos ou acreditamos serem os mais corretos. (LIMAS e SOUSA (2019) apud FORST, 2009; MACHADO, s/d; WLLIAMS, 2009; XAVIER, 2017).

Nesse sentido, a tolerância é vista como a harmonia entre os povos e o modo mais passivo de se viver em coletividade frente a sua individualidade. A tolerância tem sido tema de várias discussões ao longo dos últimos séculos, ainda na França no século XVI a intolerância enquanto controvérsia a tolerância se fazia presente por meio da perseguição aos protestantes, onde a estes eram imposto condições para que os mesmos pudessem ali permanecer por tempo determinado. Nesse sentido, foi a partir dos ideais iluministas influenciados por John Locke, Voltaire e outros, que o discurso de tolerância foi idealizado. Contudo, esse pensamento de justiça e sociedade harmoniosa foi frustrado ainda na idade moderna quando acontecia as duas grandes guerras mundiais que resultou nas maiores atrocidades já vividas pela humanidade, ocasionadas pela intolerância as etnias.

Na atualidade, período caracterizado como pós-modernismo, in-

fluenciado pela globalização das informações, expandido para o mundo por meio da internet e das telecomunicações ocasionaram a formação de um novo contexto contemporâneo, representado pela expansão da diversidade cultural, bem como, a expansão dos ideais religiosos, políticos, socioeconômicos e de identidade de gênero, levado ao alcance do conhecimento global. No entanto, até o momento atual não foram suficientemente capazes de internalizar todos os povos e nações na sua individualidade de ser como sujeito racional a prática da tolerância nas expressões de ideias, posicionamentos e ações do sujeito como ser social. Nunca houve na história da humanidade tantos movimentos sociais em prol da tolerância, Segundo Limas e Sousa (2019), “(...) o apelo pela tolerância tem se tornado cada vez mais forte e frequente. Não é raro, hoje em dia, ver manifestações públicas, debates em ambientes acadêmicos e discussões nas mídias sociais onde a temática da tolerância é o foco principal.

Nessa busca pela aceitação do outro, de si, da diversidade cultural e multicultural no mundo pós-moderno, caminha a humanidade na tentativa de combater as injustiças sociais causadas pela intolerância. Nesse contexto se encontra as escolas em buscas de projetos e práticas pedagógicas que buscam incansavelmente enfrentar os percalços causados em consequência da intolerância.

3- Concorda ou discorda: O advento do ensino híbrido, de fato não deixa de ser um avanço democrático na prática pedagógica.

Partindo dos diversos conceitos que há sobre a nomenclatura de hibridização, é possível definir que híbrido, é a junção de duas ações distintas numa mesma composição para a formação de uma terceira alternativa. Nesse sentido, é interessante ressaltar que o Ensino Híbrido é a junção da metodologia com aulas presenciais acrescidas de métodos de ensino online, num processo contínuo de atividades diárias. Segundo Andrade e Sousa (2016) apud Júnior e Castilho (2016) “A ideia central dessa metodologia tem a ver com educação embasada em projetos e pesquisa com o auxílio de plataformas virtuais.” Nesse modelo, o Ensino Híbrido favorece e oportuniza ao estudante um ambiente de aprendizagem de muitas oportunidades, tornando-o um sujeito participativo e atuante, pois valoriza o conhecimento que o estudante tem no seu espaço de vivência atual e acessível devido a existência dos meios tecnológicos presentes na sociedade atual e que o jovem estudante conhece muito bem por fazerem parte da chamada sociedade digital, bem como

desafia o educador a estarem em constante transformação, buscando sempre novas metodologias e conhecimentos, não sendo obrigados a usarem apenas os métodos tradicionais ou mesmo limitando-os as suas práticas metodológicas.

Além das oportunidades ofertadas pelo Ensino Híbrido, vale salientar também que outra condição bastante favorável é que os alunos podem realizarem suas atividades de acordo com o momento que for mais viável, conforme sua disponibilidade de tempo. Por outro lado, o Ensino Híbrido também tem seus empecilhos quanto à prática docente e discente. Para Costa et al. (2019), “(...) apresenta desvantagens, como o desconhecimento e dificuldades no uso das tecnologias digitais por parte de alguns alunos e professores em trabalhar com as diversas linguagens tecnológicas, principalmente o conceito da disciplina híbrida a qual envolve a autonomia do aluno em aprender, e até mesmo a responsabilidade em ter um momento de aprendizado.” Contudo, não é um fator suficiente para que o Ensino Híbrido seja considerado mais negativo que positivo, pois a gama de oportunidade ofertada por esse modelo supera qualquer outra condição adversa.

Afirmam que o modelo tradicional se encontra defasado no mundo contemporâneo pois o perfil do aluno é diferente. Este aluno não é mais ouvinte passivo devido a facilidade de acesso a informação que as tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) proporcionam, portanto, o aluno tem acesso a uma gama muito rica e diversificada de informações que lhes são apresentadas através de metodologias bastante atraentes. Necessitando assim, que o ensino atual tanto das escolas básicas quanto das universidades busque por metodologias que atendam as expectativas e as necessidades dos alunos. (ANDRADE; SOUZA, 2016, p.3).

Nesta perspectiva de mundo moderno que a sociedade vive hoje, cercada pelos mais diversos modelos tecnológicos de aparelhos de comunicação, interligados aos vários países mundiais, mediante a comunicação via internet. É certo dizer que o ensino tradicional não atende mais aos interesses da sociedade atual. No entanto, é notável a necessidade urgente de outras práticas de ensino e não resta dúvida que o Ensino Híbrido não possa ser uma alternativa ideal para o tempo atual,

uma vez utilizado para enfrentar os desafios educacionais ocasionados pela pandemia da COVID- 19 nos últimos dois anos e que foi o recurso utilizado para que as escolas pudessem ofertar o ensino até os alunos. O Ensino Híbrido regulamentado no Brasil pela Portaria do Ministério da Educação nº 1.134/2016, caracterizado pela modalidade semipresencial, diz em seu Art. 1º, § 1º que as disciplinas ofertadas não podem ultrapassar 20% da carga horária total do curso, situação que precisou ser revista durante a pandemia, uma vez que a única forma de manter o ensino acontecendo foi por meio do Ensino Híbrido, o que serviu como experiência para a sociedade educacional.

Contudo, mediante situação vivenciada pela sociedade como um todo, pode-se dizer que o Ensino Híbrido é o modo de ensino que prioriza o indivíduo discente e docente no que lhes garante uma prática livre e construtiva, priorizando oportunidades diversas de crescimento do sujeito aprendente tão quanto do sujeito ensinam-te. Destacando assim, uma educação democrática no sentido amplo de sua existência.

4- Concorda ou discorda: Todo educador é um gestor face todas as instituições no mundo se entrelaçarem numa grande “sociedade de rede”. Portanto cada vez mais o professor deverá se envolver com fatos e teorias da geopolítica global

O professor, enquanto formador, durante décadas manteve um papel centralizador do saber. A ele era atribuído a função da transmissão do saber. Colocado num lugar superior ao aluno, usando técnicas nunca contestadas, num processo de ensino que não tinha nenhuma relação com o dia-a-dia do aluno. No entanto, esse modelo de ensino já não atende aos interesses da sociedade atual. Segundo Andrade e Monteiro (2019), “o papel do professor na educação contemporânea deve ser de desconstruidor de um método tradicional para facilitador do conhecimento no processo ensino aprendizagem.” Atuando num espaço social, onde o convívio diário é frequente, o poder da comunicação oral e atitudinal é fundamental para influenciar decisões e ações sociais. Partindo desse contexto educacional, o professor hoje muito embora viva uma transição no seu modelo de ensino, ainda se apresenta como um agente influenciador no meio social. O professor da atualidade procura trabalhar em parceria com o aluno, buscando compartilhar saberes e descobertas, o que vêm aproximando ainda mais a relação professor aluno, saindo da condição de transmissor para a condição de mediador.

(...) a atualidade sugere romper as barreiras impostas pela metodologia tradicional o papel do professor passa a ser de mediador, facilitador da construção do conhecimento, adequando o currículo, propostas pedagógicas que possibilitem a interação do aluno com as tecnologias tornando-os sujeitos críticos e reflexivos, utilizando as ferramentas disponíveis com o fim de explorar o universo em que o aluno contemporâneo está inserido e dessa forma, garantir que o conteúdo a ser ensinado seja potencialmente significativo. (ANDRADE; MONTEIRO, 2019 p. 9-10).

Nesse sentido, percebe-se que o professor precisa ser cada vez mais atuante, um grande desbravador em buscar de novas descobertas, se atualizando de modo globalizado nos assuntos sociais, na busca da construção de uma sociedade mais justa e consciente de sua atuação frente aos fatores e aos novos paradigmas, aceitando a diversidade e as exigências estabelecidas em situações, épocas e contexto cultural.

5- Existe alguma distinção entre multiculturalismo e diversidade?

Pensar o Brasil, na sua proporção dimensional nos remete o pensamento de quão grande ele é, não apenas levando em conta suas fronteiras geográficas, mas também direcionando o pensamento à sua mais ampla composição histórica, cultural, econômica social, sócio política e natural. Para tanto, as escolas contemporâneas têm buscado de modo incansável, desenvolver suas atividades diárias, levando em conta a proporção cultural no seu mais amplo sentido, para isso a grande atenção no espaço educacional hoje é, desenvolver atividades onde seja atendida e garantida uma atenção especial para o multiculturalismo, bem como para a diversidade cultural existente nessa dimensão territorial.

Para adentrar melhor a compreensão sobre a ideia de multiculturalismo, pode-se dizer que ele tem uma relação muito próxima da diversidade cultural, muito embora esteja incluso nele um sentido mais amplo da cultura, pois aí se encontra não apenas a diversidade cultural, mas sim, tudo que se relaciona a elas, as políticas e programas empenhados na diversidade, os princípios essenciais para a proteção e conservação dessa diversidade. O multiculturalismo sustenta uma doutrina filosófica multicultural.

O termo multiculturalismo é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia específica ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. (SANTOS, 2020 p. 06 apud HALL, 2006, p. 50).

Nesse sentido percebe-se que o multiculturalismo é uma vasta área e campo de estudo para a sociedade escolar e para a sociedade como um todo. Por outro lado, a diversidade cultural direciona seu olhar para os grupos humanos no sentido mais limitado do multiculturalismo, tendo como foco os grupos étnicos, raças, culturas etc. É na verdade um conceito criado para entender melhor as diferentes culturas que existe no Brasil e no mundo.

É a partir dessas duas definições distintas que a sociedade educacional vem procurando desempenhar seu papel frente a dimensão da grandeza de formas diversas de culturas e políticas históricas culturais no Brasil e no mundo.

6- Considerações Finais

A sociedade contemporânea é oriunda de uma série de transformações de povos passados. Ao longo da existência da humanidade o homem parece buscar a realização e concretização do desejo do ego. Essa busca trouxe à humanidade grandes descobertas e realizações. Contudo o ser humano conseguiu além de muita conquista material a partir da expansão da capacidade intelectual, posições e ações que o descaracteriza como ser racional. A ganância, a falta de empatia, a busca incansável por mais e mais, transformou a espécie humana numa sociedade onde as desigualdades e as aversões são visíveis. Contudo, a educação por meio da formação do sujeito a partir da presença mediadora nas práticas educacionais do professor tentam reconduzir a humanidades em busca de ações mais humanitárias, onde cada um consiga viver em harmonia, respeitando o próximo na sua diversidade, enfatizando os aspectos do multiculturalismo. Nesse sentido, a escola junto a humanidade busca alternativa para as adversidades encontradas no dia-a-dia do aluno no meio social. O Ensino Híbrido sem sombra de dúvida foi e é um grande avanço na educação nos tempos atuais,

pois não só modernizou o ensino como condicionou a oferta das aulas online até a casa dos alunos num momento desafiador da existência da humanidade na terra.

Nesse contexto, o professor tem um papel fundamental, na formação do cidadão e na condução da humanidade, buscando despertar em cada ser um olhar mais humanitário, onde as diversidades culturais sejam compartilhadas e respeitadas por todos, independentemente da posição social, raça, posição política ou religiosa.

Na busca desse objetivo a escola também tenha buscado acompanhar as transformações da sociedade por meio da inovação de suas práticas, o ensino híbrido é amostragem dessa transformação no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M.C.F. , SOUZA de P.F. **Modelos de rotação do Ensino Híbrido: estações de trabalho e sala de aula invertida**. 2016. Disponível em: <http://etech.sc.senai.br/index.php/educacao01/article/view/773>. Acesso em: 04/10/2022

ANDRADE, Daniele Prates Cordeiro Moretti de. MONTEIRO, Maria Iolanda. **Educação Híbrida: Abordagens Práticas no Brasil**. Educação e Tecnologias/ Curso de Especialização. 2019.

COSTA, Priscilla Mota da; DIAS, Fátima Aparecida da Silva; JUNIOR, Osmar Pedrochi ; PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito; ROCHA, Ananda Mayara Batista; SILVA, Angélica da Fontoura Garcia; SANTOS, Henrique Alves dos; SILVA, Arthur Iorran Melo André da; CARVALHO, Diego Fogaça. **Ensino Híbrido com a Metodologia da Sala de Aula Invertida em uma Disciplina de Metodologia Científica**. LONDRINA /PR MAIO/2019.

FORST. R. **Os limites da tolerância**. Novos Estudos, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 15-29, jul. 2009. Disponível em: Acesso em: 30 de setembro de 2022.

HALL, Stuart. **A questão multicultural**. In. SOVIK, Liv (Org.). Da diáspora: Identidade e mediações culturais: Belo Horizonte: UFMG, 2006.

JÚNIOR, E. R.; CASTILHO, N. M. de C. **Uma experiência pedagógica em ação: aprofundando o conceito e inovando a prática pedagógica através do ensino híbrido**. SIED: EnPED - Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016. Disponível em: <http://www.sied-enped2016.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/view/1295/547> Acesso em: 04 de Out. 2022.

LIMAS, Yasmin Maciel. SOUSA, Francisco de Jesus Silva de. **Um Estudo Sobre a (In)Tolerância na Contemporaneidade. Civilização ou Barbárie: O futuro da Humanidade. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Cidade Universitária de UFMA, São Luís- MA, 2019.

SANTOS, Bruno Freitas. O Multiculturalismo na Educação. **MARGENS - Revista Interdisciplinar Artigos Variados**. Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.14. N. 22. Jun 2020. (p. 88-100).

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo: Escala: 2008.

WILLIAMS, B. **Tolerância: uma questão política ou moral?** *Novos Estudos*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 47-58, jul. 2009. Disponível em: Acesso em: 04 out. 2022.

XAVIER, D. J. **O conceito de tolerância em Paul Ricoeur**. *Rever*, São Paulo, ano 17, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/hR059> Acesso em: 04 out. 2022.

A TEOLOGIA PENTECOSTAL E A SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

Francisco Samuel de Sousa e Silva¹

Raphael Bispo Milhomens²

Resumo:

O presente estudo visa analisar a Teologia Pentecostal no Brasil, movimento este iniciado no início do século XX e que rapidamente se espalhou como labaredas de chamas por todo país e sua relação com a sociedade brasileira contemporânea. A justificativa para a presente pesquisa se fundamenta no crescimento exponencial dos pentecostais no Brasil e da influência que esta comunidade passou desenvolver, não apenas no âmbito religioso, mas, sobretudo nas relações sociais. A problematização desta pesquisa é: como o pentecostalismo tem influenciado a sociedade brasileira e, seguindo esta questão, o objetivo geral do artigo é analisar como a Teologia Pentecostal tem influenciado as relações sociais brasileiras. A metodologia utilizada para este feito foi um pesquisa qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica a partir de teóricos, como, Andrade (2015); Freston (2006); Gutierrez (1996); Horton (1996); Kuyper (2020); Lago (2018); Lasmar (2019); Oliveira (2018); Silva (2010) e Volf (2010). A partir desta pesquisa pode-se concluir que a Teologia Pentecostal no Brasil influenciou não apenas o ambiente religioso e a esfera eclesiástica na qual foi gestada e se desenvolveu, mas tem impactado a sociabilidade cultural e política do país. O Pentecostalismo no Brasil é nos dias atuais um movimento consolidado e influente na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Teologia Pentecostal. Pentecostalismo. Neopentecostais. Política. Sociedade brasileira.

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como objeto de estudo o a Teologia Pentecostal e a Sociedade Brasileira Contemporânea: Diálogos Necessários a

1 Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: samicks2@yahoo.com.br

2 Mestre em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos - SP, raphael.i9var@gmail.com;

partir da análise de cinco pontos, a saber: os pentecostais e a política; os pentecostais e questão ética; os pentecostais e os movimentos sociais; neopentecostalismo e o sincretismo religioso e, por fim, os pentecostais e o ecumenismo.

Ao estudar-se a História do Pentecostalismo é fundamental conhecer os seus fundamentos e características essenciais, todavia, faz-se pertinente e oportuno a realização de um diálogo contínuo entre os elementos fundacionais e a relação do Pentecostalismo com a sua contemporaneidade, isto é, com a sociedade do tempo presente.

A priori, faz-se necessário destacar a relação entre os pentecostais, com ênfase nos pentecostais brasileiros, com a política. Essa premissa por si só já é algo novo, pois a política e seus temas afins não eram pautas comuns na maioria das igrejas evangélicas, sobretudo as pentecostais por que acreditavam que a igreja não devia se envolver nas questões seculares (ou mundanas, como costumam chamar) conforme registra Guadalupe e Carranza (2020, p.18):

Há poucos anos, falar sobre ‘evangélicos e política’ era simplesmente um paradoxo, porque havia um entendimento claro de que ‘irmãos’ não deveriam se relacionar com o mundo e menos ainda com a política, uma vez que ela contaminava e sujava os cristãos (a “greve social e política” da qual falou Lalive D’Epinay no final dos anos sessenta).

Todavia, houve uma mudança de compreensão sobre essa questão e, conseqüente uma nova postura em relação ao envolvimento dos evangélicos na política, de forma mais acentuada a partir de 1980, como corroboram os autores supracitados ao asseverar que doravante os evangélicos não apenas se envolviam em questões políticas, mas indicavam que os irmãos votassem nos irmãos que representavam suas denominações.

Por exemplo, no Brasil, a partir de 1986, o entendimento tradicional de que crente não mexe em política transformou-se no entendimento de que irmão vota em irmão (cunhado por Josué Sylvestre e popularizado por Paul Freston). (GUADALUPE; CARRANZA, 2020, p.19).

O primeiro capítulo do presente artigo dedicou-se a analisar essa relação entre os evangélicos pentecostais brasileiros e a política, isto é, como as igrejas ligadas a esse movimento passaram de um estado de in-

diferença e, em muitos casos até oposição, à política para organização, engajamento e desenvolvimentos de pautas e programas políticos desta instituições religiosas.

1. OS PENTECOSTAIS E A POLÍTICA

Primeiramente, antes de discorrer sobre a relação entre os pentecostais e a política, faz-se necessário registrar que a abertura para a busca de uma representação política veio pela consciência do crescimento e da representatividade que os protestantes vinham alcançando na América Latina, convertendo-se na primeira expressão religiosa a fazer frente à Igreja Católica:

Edward L. Cleary, um sacerdote católico, disse que “... para cada praticante católico no Brasil, Chile e Guatemala, existe a possibilidade de que haja um número similar, ou maior, assistindo a cultos religiosos protestantes ou nativos”. E o arcebispo brasileiro Lucas Moreira Neves, secretário da Conferência Episcopal em 1985, levando em consideração todos esses acontecimentos, fez uma afirmação contundente: “A primavera das seitas poderá ser o inverno da Igreja Católica”. É evidente que, pela primeira vez na história, um movimento religioso desafia aberta e poderosamente a hegemonia da Igreja Católica latino-americana (GUTIÉRREZ, 1996, p. 10-11).

Considerando o contexto supracitado foi que Gutiérrez (1996, pp. 10-11) registra a declaração do teólogo Jean Sepúlveda que destaca o crescimento dos pentecostais na América Latina que até então era considerada uma região já evangelizada pelos Católicos:

Por outro lado, o teólogo pentecostal Juan Sepúlveda assinala: “Particularmente surpreendente para muitos é o forte crescimento do pentecostalismo na América-Latina, um Continente que, até 1910 - ano da Conferência de Edimburgo – era considerado, especialmente pelo protestantismo europeu, como área já evangelizada pela Igreja Católica”.

O crescimento numérico dos pentecostais converteu-se em representatividade religiosa e social, sobretudo pelo alcance dos programas de rádio e televisão que possuíam alcance nacional, falando-se do final de 1980 até o início de 2000 quando começou a uma expansão da internet e os programas outrora locais e nacionais passaram até alcance mundial.

As igrejas começaram a disputar as eleições não apenas apoiando candidatos externos, mas tendo os seus próprios candidatos. O primeiro deputado evangélico eleito foi Guaracy Silveira³ e após a redemocratização o número de deputados evangélicos já ultrapassava a primeira dezena e em 2018, este número se multiplicou exponencialmente.⁴

Atualmente, existe uma Frente Parlamentar Evangélica que é formado por Deputados e Senadores evangélicos e de outras expressões religiosas, cujo objetivo prioritário seria defender as pautas de interesses de suas comunidades religiosas sob o prisma bíblico:

Dessa maneira, a missão dos parlamentares evangélicos compreenderia a aplicação de suas interpretações bíblicas às matérias tratadas no Congresso Nacional, sendo ali colocados especialmente por seus fiéis, que acreditam em seus pastores, muitas vezes candidatos políticos (LASMAR, 2019, p. 74).

Essa Frente Parlamentar Evangélica é formada majoritariamente por representantes das Igrejas Assembleia de Deus no Brasil e da Universal do Reino de Deus que foram as igrejas que mais investiram nas conquistas de novos espaços sociais.

Estas igrejas fazendo valer sua representatividade, a Assembleia de Deus como maior Igreja Pentecostal Clássica do Brasil, e a Universal como representantes dos Neopentecostais, começaram a construir pautas e programas próprios para suas ações no âmbito político que vão de conscientização da responsabilidade cidadã de seus membros até a organização e apoio a partidos políticos. Destaque-se o exemplo da AD Brasil:

3 O pastor da Igreja Metodista foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte que fez a Carta de 1934, a primeira depois da revolução que acabou com Getúlio Vargas no poder.

4 Em 1986, primeira eleição para o Legislativo federal após a redemocratização, eram 12 evangélicos eleitos para a Câmara dos Deputados; em 2018, o pleito mais recente, foram 82 deputados que se intitulam evangélicos, 16% do total.

Desse modo, concomitante ao crescimento numérico e à penetração nos espaços públicos, os grupos evangélicos também passaram a se articular de modo mais organizado nos pleitos eleitorais. O projeto político Cidadania AD Brasil, da Conversão Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), de 2002, por exemplo, postulou três objetivos, tendo em vista as eleições daquele ano: permitir que as Assembleias de Deus tenham voz política para influir nas decisões tomadas nas casas legislativas e pelos os que governam o país; eleger candidatos comprometidos com a fé cristã e que sejam instrumentos de ação das Assembleias de Deus junto aos poderes constituídos; e lutar para que os imutáveis princípios da Palavra de Deus sejam o referencial dos que governam e daqueles que fazem as leis, “para que a justiça caminhe ao lado do progresso e não haja lugar para a corrupção em nosso país” (LAGO, 2018, p.39).

Um ponto destacado na ministração da disciplina em estudo é em relação à política, os pentecostais possuem uma tendência à direita e ao alinhamento conservador relacionado a este segmento. Sobretudo nos dias atuais essa preferência se torna mais perceptível. Todavia, isso não foi uma realidade linear e absoluta, pois em determinados momentos históricos houve um processo de alinhamento políticos de esquerda, como registra Paul Freston (2006, p. 119-120) e o mesmo apresenta possíveis justificativas para tal:

Um dos motivos da esquerdização da política evangélica é o contato com a realidade social. Dizia-se que as igrejas históricas haviam chegado ao Brasil com projetos sociais, que ao longo dos anos foram perdendo fôlego ou se secularizando, e que os pentecostais haviam surgido e crescido, mas praticamente sem projetos sociais. Já não se pode dizer o mesmo. Nos últimos anos, quase todas as igrejas entraram em peso na área social, embora em alguns casos esse esforço seja mais consciente do que em outros. De qualquer forma, um contato maior com a realidade social tende a trazer mudanças em médio prazo, uma das quais é maior abertura

para pensar a necessidade de transformações políticas (FRESTON, 2006, p. 119-120).

Dos de 1980 a 1990, houve uma atenção das igrejas para as questões sociais e, nesse período ganhou destaque a teologia da Missão Integral, mas Freston deixa claro que esse seria o ponto de convergência entre as igrejas e a esquerda e não qualquer tipo de reconhecimento ou ligação com as ideologias defendidas por esse segmento político. O referido autor também acrescenta, e não menos significativo, que outras razões para essa aproximações seriam por interesses particulares dessas igrejas.

Em contrapartida, o que chamo de esquerdição dos evangélicos pode ser também, em parte, algo interesseiro. É possível mudar de posição por interesses particulares e institucionais. Certos grupos evangélicos talvez estejam mais abertos hoje para a esquerda porque não ganharam tudo o que queriam com a direita, ou porque querem, a qualquer custo, estar perto do poder. (FRESTON, 2006, p.120).

Por exemplo, nas eleições presidências de 2001, o então candidato da esquerda, Luis Inácio Lula da Silva (PT⁵), contou o apoio de diversas igrejas evangélicas, entre elas a própria Assembleia de Deus, que teve participação no governo do primeiro mandato do referido presidente.

No entanto, registre-se que historicamente e, sobretudo nos tempos hodiernos, a relação dos evangélicos, sobretudo os pentecostais é com a direita e, no presente momento com a extrema direita representada pelo o atual presidente da República Jair Messias Bolsonaro (PL⁶).

Faz-se necessário registrar que o engajamento político da igreja ou mesmo a candidatura de pastores em exercício a cargos eletivos não é consenso entre todas as igrejas e tampouco entre os evangélicos. O saudoso pastor Antonio Gilberto, conforme registrado na Teologia Pentecostal faz severa crítica a tentativa de envolver a igreja em lutas políticas:

É postura condenável, portanto, envolvê-la na luta partidária, que gera facções e chega até

5 Partido dos Trabalhadores.

6 Partido Liberal.

mesmo a transformar indivíduos em inimigos mortais. Muitos menos prometer os votos do rebanho em troca de benefícios pessoais – evidência corrupção – ou coletivos, que são uma obrigação do Estado (GILBERTO, 2010, p. 434).

Já Spyer (2020, p. 196), apresenta alguns dos argumentos que tentam justificar esse engajamento político pelas igrejas:

A instrumentalização da fé com finalidade eleitoral se dá a partir do argumento de que a igreja e o plano de evangelizador Deus correm perigo. Ricardo Mariano, sociólogo da USP, explica que “o argumento de que ‘a liberdade religiosa está em xeque’ é um trunfo decisivo para defender candidaturas evangélicas nos próprios cultos”.

2.OS PENTECOSTAIS E A QUESTÃO ÉTICA

Neste segundo capítulo a pesquisa buscou analisar como os pentecostais brasileiros lidam com as questões éticas, tema este muito pertinente e oportuno para compreender o papel e relevância do testemunho do cristão em sua relação com os irmãos e a sociedade de sua época. O pastor Claudionor de Andrade traz uma definição da compreensão cristã da ética, a saber: A Ética cristã é a ciência que tem por objetivo orientar não apenas o cristão, mas também o não cristão, quanto às reivindicações da Bíblia Sagrada acerca de sua conduta pessoal, familiar e pública (ANDRADE, 2015, p.15).

No que tange a ética sobre a família, sobre sexualidade, casamento e divórcio. Reiterando, como já mencionado, que os pentecostais possuem uma tendência ao conservadorismo. Que se convertem em uma natural oposição às ações que propunham programas voltados para as questões de ideologia de gênero e quaisquer outras ações que se opunham ou ameace os princípios e valores que embasam a família natural.⁷

Ao analisar a postura de alguns pastores que usam a defesa da

⁷ Nesse ponto, faz-se necessário registrar que é preferível a expressão família natural à família tradicional, pois esta se remete a uma construção social enquanto àque-la aponta para essência natural da família, cuja origem provém da natureza (Um homem e uma mulher e sua prole) provém de Deus.

família cristã para rebater tais ideologias externas que ameaçariam as igrejas, todavia, tem-se feito mudos e

apáticos quanto à banalização do divórcio entre os evangélicos. Causa estranheza essa seletividade, pois se mostram ferrenhos contra pecados que escolhem como alvo e ignoram ou relativizam outros como se houvesse uma classificação de pecados toleráveis e pecados não toleráveis.

No que refere aos deveres civis, foi destacado que os primeiros pentecostais eram objetores de consciências, isto é, não apoiavam que os cristãos participassem de guerras. Postura que mudou durante a segunda Guerra mundial. No que se refere a este ponto, estou de acordo com os primeiros pentecostais, isto é, de que os cristãos não devem participar de guerras ou mesmo fazer uso de qualquer tipo de armas.

3.OS PENTECOSTAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O terceiro capítulo desta pesquisa visou investigar a relação entre os pentecostais e os movimentos sociais, isto é, como se relacionam os cristãos na/com sociedade contemporânea. Como conciliar a profissão de fé e os valores e princípios cristãos que norteiam à práxis e prática religiosa com as inversões de valores e armadilhas que existem no mundo pós-moderno.

Um destaque que já se pode observar foi feito por Volf (2018, p. 148-149), a saber, que os cristãos não restringem mais sua fé ao lar, mas expressam suas crenças onde quer que estejam.

Os crentes também estão cada vez mais dispostos a introduzir suas preocupações religiosas no escritório ou no chão da fábrica. Antes o que costumava acontecer era que os trabalhadores penduravam sua religião junto com o casaco no cabide da entrada. Em casa, a religião era importante; no trabalho, ela ficava ociosa. Esse não é mais o caso. Para muitas pessoas, a religião tem algo a dizer acerca de todos os aspectos da vida, inclusive o trabalho (VOLF, 2018, pp.148-149).

Outro fator preponderante no que concerne a relação entre os pentecostais e os movimentos sociais, já foi citado no primeiro ponto,

a saber, a preocupação com os pobres e os mais necessitados. O reformador holandês Abraham Kuyper, já alertava sobre a necessidade do envolvimento dos cristãos para atender essa demanda:

O propósito dos que aqui se encontram é que, em reunião reservada, como irmãos reunidos em nome de Jesus, seja discutida de maneira séria a pergunta: Como crentes em Cristo, de que maneira devemos agir, com vistas às necessidades sociais de nosso tempo? (KUYPER, 2020, p.93-94).

Enquanto para Horton (1996: p.605), a justificativa para o envolvimento dos pentecostais com as pessoas mais pobres e suas periferias se deveria, sobretudo ao fato de que as igrejas pentecostais tiveram um crescimento mais expressivo nessas camadas sociais:

Como pentecostais, devemos reconhecer que nosso crescimento explosivo entre os setores mais indigentes da humanidade exige que consideremos com seriedade como poderemos participar de modo mais poderoso e marcante no ministério de servo. O fato de estarmos crescendo de modo sem precedentes nalgumas partes não-ocidentais do mundo é por acaso. É justamente nesses lugares que a população, de modo geral, está oprimida e sem dignidade (HORTON, 1996, p. 605).

Uma questão social que se tornou pauta entre os pentecostais é sobre a participação e liderança das mulheres nas igrejas, isto é, uma discussão sobre o ministério feminino e sobre as controvérsias e polêmicas que a envolvem. A Assembleia de Deus no Brasil, não aderiu ainda a consagração de mulheres ao ministério. Todavia, isso não significa de forma alguma que as mulheres não tenham espaço e nem voz nas igrejas pentecostais. Ao contrário, em muitas das igrejas elas se convertem em fortes pilares na obra de Deus.

O amargo desta celeuma é justamente o reducionismo equivocado daqueles que reduzem o ministério feminino somente a consagração ministerial, isto é, é como se as mulheres só teriam o ministério reconhecido se fossem consagradas a pastoras ou seus afins. No entanto, nada está mais longe da verdade do que tal suposição, pois as mulheres

nas igrejas pentecostais, reitero, possuem grande relevância.

Um ponto em destaque é que essa questão do ministério feminino nas igrejas pentecostais não possui qualquer ligação com o movimento feminista, mas ampara-se em interpretações do livro de Joel cap.2. Que declara que nos dias o Senhor derramaria do seu Espírito sobre toda carne (Homens, Mulheres, Anciões, Jovens, etc).

Para o autor da presente pesquisa, não se encontram embasamentos bíblicos que justifiquem a ordenação feminina e, nem tampouco considero que o ministério feminino se restrinja a tais consagrações eclesíásticas. Pois as mulheres possuem espaços de liderança nas igrejas pentecostais, como líderes de departamentos, missionárias, professoras e também na ministração da Palavra de Deus. De modo que, condicionar o ministério feminino à ordenação eclesíastica é questionável.

4.NEOPENTECOSTALISMO E O SINCRETISMO RELIGIOSO

O Neopentecostalismo e o sincretismo religioso são temas muito oportunos, haja vista que o Brasil é um país continental e com uma grande diversidade cultural e social. A liberdade de expressão religiosa e culta é garantida por lei na Carta Magna de nosso país o que propicia a existência de uma pluralidade religiosa.

Em função da liberdade religiosa constante em nossa Constituição Federal, encontramos em nosso território uma ampla pluralidade religiosa, permitindo, pelo menos no plano jurídico, uma tolerância às mais variadas manifestações de fé (OLIVEIRA, 2018, p.77).

O sincretismo religioso, de forma sintética, seria aplicação ou incorporação de práticas de uma determinada religião nos cultos e práticas de outra religião. Não é fato novo que algumas igrejas pentecostais fariam práticas sincréticas de forma inconsciente, isto é, não intencional.

Pois igrejas neopentecostais trabalham práticas e símbolos comuns a outras expressões religiosas, por exemplos, como o uso de sal grosso, banho de água com arruda ou unção de objetos que vendidos nas igrejas.

Ademais, a adoção de campanhas nomeadas e embasadas nas tradições judaicas visa promover um apelo emocional dos membros

para aderirem a tais campanhas.

As igrejas pentecostais clássicas são muito criteriosas e atentas as armadilhas que o sincretismo religioso pode causar a instituição e, por conseguinte, aos seus membros.

No entanto, também deve-se evitar o equívoco de presumir que os ensinamentos e princípios que foram registrados no Antigo Testamento não teriam mais validade para igreja cristã hodierna. O que não se aplica aos nossos dias e cultos são a observâncias dos ritos e liturgias judaicas. De modo que, não nos podemos tornar judaizantes e nem tampouco antissemitas.

5. PENTECOSTALISMO E O ECUMENISMO

Neste quinto, e derradeiro capítulo, abordou-se uma temática que simplesmente ao ser nomeado entre os evangélicos, e, sobretudo os pentecostais, causam um alvoroço, a saber, o ecumenismo⁸. Em síntese, pode-se falar de um ecumenismo intradenominacional, isto é, o diálogo entre as religiões com um radical em comum, por exemplo, uma pessoa relação entre os cristãos católicos, protestantes e ortodoxos.

Já a proposta de ecumenismo entre religiões com características distintas é chamada de ecumenismo inter-religioso. Esta proposição em particular é que causa um maior receio ou temor entre os evangélicos. Pois quando pensam em ecumenismo, o que compreende na prática é um sincretismo exacerbado onde imagina ritos e práticas de várias religiões se aplicados aleatoriamente nos cultos.

O diálogo entre as igrejas evangélicas, e incluo aqui entre os pentecostais, seria algo muito benéfico para a comunidade cristã. Na prática, todavia, sabemos que existem muitas divergências mesmo entre esse segmento religioso e que inviabilizaria qualquer aproximação mais efetiva.

Por exemplo, os próprios pentecostais em seu início foram marginalizados pelas igrejas históricas que tinham, e muitas ainda têm, seria restrições quanto a Pneumatologia adotada pelas igrejas pentecostais.

Compete, portanto, às lideranças trabalharem, e empenharem-se na busca por um diálogo com as demais igrejas protestantes visando o fortalecimento do próprio Cristianismo. Deve-se evitar a criação de guetos eclesiásticos ou aprisionamento das igrejas por muros erguidos

8 A palavra “Ecumenismo” vem do grego e οἰκουμένη (oikouménē), significa “mundo habitado” - “casa comum” - “lugar de habitação”. É um termo exclusivo para a proposta de união entre os cristãos. Expressaria o desejo do Senhor Jesus de que TODOS fossem UM (Jo 17:21).

por elas mesmas. Como diz aquele antigo: se o teu coração é igual ao meu, dá-me a mão e meu irmão serás. Se chamarmos Jesus Cristo de Senhor, todos nós somos servos e ovelhas do seu rebanho.

6. CONCLUSÃO

No primeiro capítulo, analisou-se a relação entre os pentecostais brasileiros e a política, bem como, este movimento mudou de posicionamento sobre a participação de seus membros e líderes em campanhas políticas, sejam como apoiadores ou mesmo como candidatos. De modo que, os púlpitos se converteram em palanques políticos.

Neste sentido, faz-se coerente que o segundo capítulo tinha discorrido sobre os pentecostais e as questões éticas. Pois a inserção da política, bem como dos sujeitos e elementos a ela ligadas, nas igrejas fomentou entre membros de tais igrejas quais os limites do que se deve a Deus e do que se deve à César.

No terceiro capítulo desenvolveu-se um exame sobre o papel e a responsabilidade dos pentecostais com a sociedade, representada por sua relação com os movimentos sociais. Nesse ponto existem questões paradoxais, pois se de um lado tem-se ações sociais com doações de alimentos e atendimentos em comunidades carentes, existem embates ferrenhos contra alguns grupos minoritários, como, o movimento LGB-TQIA+⁹ e movimentos políticos ligados a orientações de esquerda.

Já no capítulo quarto os focos de estudos foram os neopentecostais e sincretismo religioso, pois este se manifesta de forma distinta nessas igrejas. Os neopentecostais utilizam, integral ou parcialmente, em seus cultos ritos e práticas pertencentes a outras igrejas ou manifestações religiosas. Enquanto quinto capítulo os pentecostais vão censurar e criticar quaisquer tentativas de ecuminismo em suas igrejas, pois para os pentecostais tais tentativas de reuniões entre igrejas de orientações e matrizes distintas poderiam causar danos e prejuízos à identidade e doutrinas de suas igrejas.

Por fim, a partir das questões analisadas na presente pesquisa e dos fundamentos e aportes teóricos elencados pode-se apreender que a Teologia Pentecostal tem suas exerce influência e traz significativas contribuições não apenas para o cenário religioso das igrejas pentecostais, mas para a sociabilidade brasileira.

9 É um acrônimo para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal + para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Claudionor de. **As Novas Fronteiras da Ética Cristã**. 1.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2015.
- FRESTON, Paul. **Religião e política, sim. Igreja e Estado, não - Os evangélicos e a participação política**. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.
- GUTIÉRREZ, Benjamín E; CAMPOS, Leonildo Silveira. **Na Força do Espírito - Os pentecostais na América-latina: um desafio às igrejas históricas**. São Paulo, SP: Associação Literária Pendão Real, 1996.
- HORTON, Stanley M. **Teologia Sistemática – uma perspectiva pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.
- KUYPER, Abraham. **O problema da pobreza: a questão social e a religião cristã**. Tradução: Minka Lopes. 1.ed. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2020.
- LAGO, Davi. **Brasil Polifônico: os evangélicos e as estruturas de poder**. 1.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.
- LASMAR, Mônia Medeiros. **A influência da religião na política brasileira: da colonização indígena pelos jesuítas à bancada evangélica do congresso nacional**. Belo Horizonte: Casa do direito, 2019.
- OLIVEIRA, Ivan de. **Mercantilização do Sagrado – Capitalismo religioso: uma análise crítica do neopentecostalismo**. São Paulo: Editora Reflexão, 2018.
- SILVA, Antonio Gilberto da et al. **Teologia Sistemática Pentecostal**. Rio de Janeiro: CPAD, 2010.
- VOLF, Miroslav. **Uma fé pública: como os cristãos podem contribuir para o bem comum**. Tradução: Almiro Pisetta. 1.ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2018.

O ENSINO DA MATEMÁTICA DE FORMA DINÂMICA: COMO A MONITORIA PODE MELHORAR A APRENDIZAGEM

Amauri Leão Fagundes

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio em escolas públicas depara-se, gradualmente, com estudantes que externam dificuldades para atingir o aprendizado esperado, visto que há a necessidade de o aluno desenvolver capacidades e habilidades requisitadas pelo mundo moderno. Com certa constância, as escolas juntamente com a secretaria de educação de Pernambuco têm apresentado certa preocupação para desenvolver projetos educacionais e pedagógicos que envolvam estudantes provenientes de diferentes grupos, proporcionando melhor engajamento e acolhimento no âmbito escolar.

A sociedade atualmente vem passando por grandes transformações, com claros reflexos na educação. São muitas as formas de interação entre os estudantes, sendo assim, a escola deve se moldar como um ambiente para a edificação de competências e aptidões dos estudantes nas mais diversas áreas do conhecimento. Entende-se que o professor pode desempenhar influência de maneira positiva nas mais diversas situações da aprendizagem da matemática por meio da monitoria aluno-aluno no ensino médio. Para que haja uma contribuição significativa espera-se que, por meio deste estudo de caso, consigamos entender os conceitos abordados, relacionar os fenômenos naturais com o cotidiano, fundamentados em referenciais teóricos da área de ensino de matemática.

As dificuldades apresentadas no Ensino Médio têm significado uma pauta de muita discussão, e conseguimos entender que a metodologia de ensino-aprendizagem das disciplinas não tem se mostrado como um ambiente que possibilite a construção de capacidades e habilidades que consigam ser empregadas à vida prática e habitual dos estudantes. Além do mais, podemos mencionar diversos problemas que transpassam o Ensino Médio, assim como nos outros níveis educacionais, como a ausência de apoio dos pais, falta de objetivos e esperanças dos estudantes, além da falha no que diz respeito ao respaldo da escola aos educandos com maiores dificuldades, segundo descrevem os próprios estudantes e professores da EREM Solidônio Leite, local em que se desenvolveu este trabalho.

Essas situações, especialmente da escola pública, conseguem ser confirmadas por meio das avaliações administradas pelos governos estaduais e federal, como o SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco), que avalia Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática, para estudantes da 2ª série/3º ano, 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio/Normal Médio, das redes estadual e municipais. Já o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que afere as disciplinas Português e Matemática, e o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que faz a avaliação de todas as disciplinas do currículo do Ensino Médio, assim como a avaliação de produção escrita dos estudantes.

O professor ensina os conteúdos da área de conhecimento que atua e, mesmo que exista alguma harmonia com os interesses dos estudantes, por exemplo, quando essas informações se encontram com um dos conhecimentos prévios dos estudantes, observa dificuldade para entender se eles continuam aprendendo verdadeiramente. A forma como o professor explana nem sempre é compreendida por todos, e é quase impossível entender o que acontece na cabeça de cada um dos estudantes (Monereo, 2007). Nessa circunstância, o trabalho efetivado com uma parceria entre professores e estudantes ou entre os próprios estudantes ganha força, especialmente no que diz respeito à monitoria. Imagina-se que ela pode colaborar para que todos os estudantes estudem e consigam um aprendizado considerado, pois se espera que a forma das relações e a interatividade incite, de maneira mais efetiva, o aumento das capacidades intelectuais.

Mas o que é a monitoria? A monitoria de estudante para estudante é uma estratégia para que o educando possa entender melhor o conteúdo com uma linguagem mais acessível, além de uma abordagem mais simples e direta dos conteúdos das disciplinas. Precisará ser desempenhadas pelo estudante monitor, sob a orientação pedagógica da coordenação e professores da Escola EREM Solidônio Leite. Trata-se de uma forma diferente, devendo o estudante ter a possibilidade de estudar com seus colegas. A monitoria vem despertando o interesse e motivando, tanto os monitores quanto os estudantes da escola de maneira geral, pois são de livre escolha do aluno do sistema Integral, para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que completem a formação escolar. A monitoria, assim sendo, “baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos” (Bastos, 1999, p. 97)

É necessário, todavia, praticar novas maneiras de ensino, pen-

sando a respeito da necessidade de investir em estratégias de ensino/aprendizagem para que o estudante tenha o melhor aproveitamento do tempo pedagógico. Hoje em dia, pensa-se, com mais constância, que se deve considerar que os docentes devem incentivar os estudantes, devindo à premissa de que a educação transforma-se para o desenvolvimento da autonomia e da inclusão do estudante, ficando capaz de esquematizar, executar e avaliar seu método de aprendizagem (Rosário; Veiga; Simão; Chaleta; Grácio, 2008).

A alternativa por tratar sobre a monitoria de matemática surgiu com a observação das inúmeras dificuldades que, como professor, encontra-se no ensino médio, com as disciplinas “exatas”. Com isso, espera-se, contribuir com professores que querem transformar seu modo de ensinar as disciplinas de matemática no ensino médio, trazendo uma forma diferente, menos hostil, com o referencial do ensino da matemática e da etnomatemática, procurando um diálogo entre professores, na busca constante de compreender a sua função social que pode transformar a vida dos estudantes que venham a ter contato com essa forma de ensino.

Dessa maneira, considera-se a necessidade de estudos mais bem-acabados para um Ensino Médio de qualidade, assim sendo, teríamos uma melhoria que atenderia tanto as escolas, como a sociedade, as famílias e especialmente os estudantes.

Sendo assim, é com essa abordagem e perspectiva que tende a se desenvolver este estudo de caso de maneira investigativa com a colaboração ativa dos estudantes e professores no procedimento de construção do conhecimento. Posto isso, esta pesquisa trata sobre: a monitoria aluno-aluno, no processo de Resolução de Problemas do dia-a-dia e a relação entre ambas.

Percebe-se que é inegável que os estudantes chegam ao primeiro ano do ensino médio da Escola Solidônio Leite com poucos conhecimentos em matemática e com muita dificuldade em aprender e compreender o que o professor ensina. O ensino de matemática passa por amplos desafios e precisa despertar a curiosidade por meio da monitoria e da investigação, abordando conteúdos e experimentos que aproximam os conceitos ao dia-a-dia dos estudantes.

Deste modo, é considerável que se dê significado aos conceitos envolvidos no conteúdo da matriz curricular do ensino médio. Desse modo, a ação de aprender esses conceitos será mais completo, e o estudante se apropria dele, incorporando-o na sua realidade particular (SILVA, 2008, p.18).

Nesse cenário é que a monitoria é uma maneira de deixar os estudantes mais próximos e familiarizados com o ensino da matemática. A ciência verbal e a ciência estudada nas salas de aula precisam trilhar lado a lado em benefício de um bem maior, pois o principal objetivo é conseguir que os estudantes, exercitando o saber fazer, demonstrando a eles que, para cada proposição estudada em sala, existe uma aplicação na vida real e que logo é ou equivale ao do conhecimento anterior deles, necessitando apenas a consolidação do saber.

2. Metodologia

A proposta deste estudo se caracteriza inicialmente por um levantamento bibliográfico, contudo, o enfoque principal se dá em uma pesquisa de campo de caráter qualitativa, assim sendo, tem-se a oportunidade de fazer uma interpretação dos dados, delinear os participantes e os ambientes onde a pesquisa se realiza.

Com isso, a pesquisa será apoiada em percepções da Pesquisa Qualitativa com propriedades Etnográfica de imersão no campo de estudo. Empregarei como instrumentos de análise e registros de dados: a observação dos estudantes e professores em sala de aula, perguntas com questões abertas, as fotografias, os testemunhos e entrevistas com os participantes, e em seguida determinar os conhecimentos científicos da área de matemática que serão abordados. Considerou-se, nesta pesquisa, a maneira como a monitoria é aproveitada para intensificar o ensino colaborativo e conduzido pelos estudantes da EREM Solidônio Leite.

3. Resultados e discussões

O trabalho realizado pelos alunos e alunas monitores, tiveram um resultado significativo na aprendizagem, uma vez que ao mesmo tempo que eles estudavam para ensinar, aprendiam ainda mais. As diferentes estratégias adotadas para ensinar os conteúdos da disciplina de matemática, davam-se em reuniões frequentes com os professores orientadores. Os avanços na aprendizagem são percebidos, tanto pelos alunos, quanto pelos próprios monitores, ao assimilarem com facilidade os conteúdos trabalhados, tornando-se um trabalho mútuo.

Vale salientar que os monitores não substituem os professores, apenas sistematizam, organizam e ensinam de acordo com as estratégias adotadas com os professores.

Por conseguinte, esta modalidade de estudo, desmistifica a di-

ficuldade que os alunos têm, possibilitando a eles uma condição de aprendizagem sem os preconceitos estabelecidos anteriormente.

4. Conclusões

A relevância da monitoria fica comprovada quanto a potencialização dos conteúdos abordados através de pequenos grupos. Percebe-se uma melhoria do empenho e dedicação na realização das atividades escolares. Além de representar uma prática pedagógica inovadora, a monitoria exige do aluno monitor uma postura séria no ambiente escolar, visando estimular a busca dos alunos por este.

A experiência da monitoria é de suma importância, pois proporciona aos alunos, uma visão das vivências das atividades em sala de aula, possibilitando a ele bons resultados nas atividades.

Contudo, não se pode apenas acrescentar todos os créditos da aprendizagem apenas na monitoria, pois o desempenho e esforço do aluno em sala de aula tem que ser diário.

Espera-se que a monitoria escolar desperte nos alunos a importância de se dedicarem aos estudos, e que em um curto espaço de tempo, possa perceber que todo o esforço culminou em bons resultados e uma melhoria na sua aprendizagem, assim como nos monitores e monitoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M. H. C. (1999). **O ensino mútuo no Brasil (1808-1827)**. In M. H. C. Bastos, & L. M. de Faria Filho (Orgs.), *A escola elementar no século XIX* (pp. 95-118). Passo Fundo: Ed. UPF.

BATISTA, J. B. & Frison, L. M. B. F. (2009). **Monitoria e aprendizagem colaborativa e autorregulada**. In D. Voos & J. B. Batista (Orgs.), *Sphaera: sobre o ensino de matemática e de ciências* (pp. 232-247). Porto Alegre: Premier.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2001a.

FIorentini, D. **Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente?** In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 47-76.

ROSÁRIO, P., VEIGA SIMÃO, A. M., CHALETA, E., & Grácio, L. (2008). **Auto-regular o aprender em sala de aula.** In M. H. M. B. Abrahão (Org.), **Professores e alunos: aprendizagens significativas em comunidades de prática educativa** (pp.115-132). Porto Alegre: EDIPUCRS.

SCHNEIDER MSPS. **Monitoria: instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula.** Revista eletrônica espaço acadêmico, 2006; Mensal (65).

DESAFIOS E PARADIGMAS DO ENSINO MÉDIO: COMO MOTIVAR OS ESTUDANTES NO PÓS PANDEMIA

Janailson Vanderlei de Souza

Resumo:

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica com parecer e estudos em artigos, relatórios, livros, sites e leituras complementares, visando refletir e discutir acerca da motivação dos professores e alunos no pós-pandemia do covid-19 e que causou transtornos e fechamento das instituições de ensino. A motivação envolve fatores biológicos, emocionais e sociais. Sem motivação o ser humano se sente apático a realizar e alcançar seus objetivos pessoais e/ou profissionais. Nesse sentido, é imprescindível a retomada das atividades escolares, uma vez que as aulas remotas não foram suficientes para suprir a necessidade do aluno, visando a melhoria da autoestima de ambas as partes e a realização de projetos por parte dos órgãos educacionais, que motivem o desempenho escolar.

Palavras-chave: Motivação discente. Pandemia. Educação remota.

INTRODUÇÃO

Atualmente tem-se vivido uma época de muitas mudanças e dilemas em meio a uma sociedade marcada por um período de afastamento e distanciamento social, com isso, observa-se um novo desenho nas escolas com as relações interpessoais voltando a acontecer, se dando de maneira diferente, ou seja, necessita ser observada por um olhar mais atento. Inúmeros problemas vêm surgindo em decorrência do distanciamento social e tem eclodido no ambiente educacional, como ansiedade, depressão, autoestima baixa entre outros.

Nos últimos tempos, tem-se ressaltado a experiência e a tentativa dos movimentos educacionais de conseguir acompanhar os desenvolvimentos sociais e as novas percepções de ensino e aprendizagem. Contudo, embora com essas transformações, permanece sendo um desafio produzir estudantes independentes e responsáveis por sua aprendizagem, tal como proporcionar condições para desenvolver e guiar a sua motivação para aprender.

No atual contexto educacional de uma era de retomada das ativi-

dades presenciais a motivação dos estudantes é de extrema importância e um grande desafio com que deve enfrentar, em razão das implicações diretas na qualidade da envoltura do estudante com a metodologia de ensino/aprendizagem. O estudante motivado busca entender e explicar a ciência buscando novos conhecimentos e o seu próprio crescimento intelectual, comprovando implicação com o processo de aprendizagem, ajuda e participa dos trabalhos com ânimo e manifesta disposição para novos desafios (Alcará; Guimarães, 2007).

A motivação do estudante precisa ser considerada e analisada como uma variável proeminente da metodologia de ensino e aprendizagem, na avaliação que é o momento de cobrança pelo rendimento escolar não pode ser esclarecido exclusivamente por conceitos como inteligência, conjuntura familiar e classe social e econômica..

No entanto, bem como se analisa a motivação para a aprendizagem por parte do estudante é imprescindível a fim de levar em consideração as características do contexto escolar. De maneira geral, os trabalhos e atividades vivenciadas no âmbito escolar estão anexas a métodos cognitivos, especificamente com a capacidade de atenção, de centralização, do tratamento de informações, de entendimentos e de resolução de problemas. Com isso, observando a estas características, determinados autores como Brophy (1983) e Bzuneck (2002) mencionam que aplicar conceitos genéricos sobre a motivação humana no ambiente escolar não constituiria muito apropriado sem a autoridade das características deste ambiente.

Sendo assim, os professores têm amplos desafios já que se propõe a ser mediador do conhecimento, sabe-se que, existem diversos métodos de ensino. Essa circunstância é a implicação de outra, que é o caso de que as pessoas não são iguais, cada um com suas características peculiares, o que faz com que constitua impróprio um professor usar sucessivamente a mesma metodologia de ensino. A instrução seja ela na esfera escolar ou em qualquer lugar onde haja aprendizagem, o professor necessita buscar aperfeiçoar seus conceitos e métodos no sentido de aprimorar a assimilação apropriada dos conteúdos ensinados em situação didática.

Apesar disso, o empenho pelo entendimento e aspectos motivacionais no ensino é comparativamente recente, as hipóteses mais remotas acerca da aprendizagem abordavam a motivação a uma premissa importante. Atualmente as verificações admitem concluir que a analogia entre o ensino e a motivação para uma melhor aprendizagem vai além desta premissa, é plausível ressaltar uma harmonia, a motivação

pode intervir na aquisição do conhecimento e no desempenho pessoal e coletivo, tal como a aprendizagem pode dar um resultado na motivação (Mitchell apud Pfromm, 1987).

Sendo assim, considera-se a importância desse artigo para a investigação e para o desenvolvimento das práticas de ensino/aprendizagem nas escolas de ensino médio por meio da motivação do estudante. Pondera-se que esse estudo é básico para avaliar as casuais estratégias pedagógicas usadas pelos professores com analogia à motivação, pois a partir disso provavelmente terão um olhar diferente para com os estudantes.

O presente artigo tem como principal característica, quanto à finalidade, como um estudo de estrutura exploratória, uma vez que “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (Prodanov, 2013, p.127). Assim como as metodologias utilizadas, foram realizadas fundamentalmente a pesquisa bibliográfica, com parecer e estudos em artigos, relatórios, livros, sites e demais publicações.

Nesse contexto, este artigo apresenta uma reflexão sobre os estudantes nas escolas públicas estaduais de Pernambuco, onde se tem notado que as escolas têm algumas dificuldades, ainda que estejam conquistando grandes avanços, no que se refere às suas práticas, teorias e estratégias metodológicas. O ambiente escolar ainda necessita de caminhos que lhe permitam avaliar dimensões relevantes do conhecimento da motivação por parte dos estudantes, principalmente pelas provocações de preparar os professores e pelas dificuldades socioeconômicas que determinadas escolas estão inseridas.

Nesse ponto de vista, o presente artigo pretende gerar uma reflexão sobre a as escolas de ensino médio no estado de Pernambucano e o valor da motivação e sua relação com a aprendizagem dos estudantes, seu entendimento deve trazer melhorias para o ambiente escolar, além da maneira que o estudante pode ajudar se estiver motivado. Pode-se observar, que é imprescindível, a adesão da comunidade reunida (políticas públicas, projetos ambientais, políticas ambientais, apoio às iniciativas sociais, ongs, práticas ecológicas etc.), e ações sensíveis para o enfrentamento desta situação. Apesar disso, com cada indivíduo fazendo a sua parte, seguramente, terão novamente um ambiente mais saudável, sustentável e construtor de um futuro melhor para a população escolar, como um todo.

O tema motivacional ocasionalmente pode explicar a razão de determinados estudantes adorarem e aproveitarem o convívio escolar,

despontando desempenhos apropriados, conseguindo novas aptidões e crescendo com toda a sua potencialidade. Alguns outros evidenciam que tem pouco interesse nas atividades, em muitas ocasiões fazendo-as por obrigação, ou de maneira insuficiente e meio irresponsável e, quase sempre, abandonando uma boa parte da vida escolar (Garrido *apud* Lens, 1994).

2. Desafios da aprendizagem em meio a retomada dos estudos presenciais

Na conjuntura atual, em que o mundo foi pego de surpresa desde o final do ano de 2019 com uma nova doença, de rápido contágio que é causada por um tipo de Coronavírus, também conhecido por Covid-19, que se propaga em passo acelerado pelos países em forma de “Pandemia”. Com isso sabe-se que a educação não é mais a mesma. Da noite para o dia professores e estudantes tiveram que se reinventar na forma de ensinar e de aprender.

A precaução e o enfrentamento à doença (Covid-19) estabeleceram que a população, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), obedeça ao distanciamento social, o uso de máscara, a higienização das mãos com álcool em gel, fechamento de escolas, do comércio e de outros setores da economia, além de outros cuidados. Com isso, a pandemia mostrou também, ainda mais, as dificuldades do ensino público.

No experimento de tentativa de diminuir a disseminação do vírus, países tomaram diferentes táticas de isolamento social que implicaram no fechamento de estabelecimentos de ensino, na qual exigiu contornos alternativos para a assiduidade dos procedimentos de ensino e aprendizagem (SENHORAS, 2020).

Posto isso, a alternativa mais compreensível aos professores e estudantes foi o uso de plataformas virtuais, com a finalidade de tornar mínimo os impactos motivados pela Pandemia e prosseguir com o ensino mesmo que à distância. Na visão de Senhoras (2020), à Pandemia proporciona algumas consequências críticas a respeito da Educação, que se acena “aos impactos negativos manifestado pelo comprometimento do processo de ensino e aprendizagem e pelo aumento da evasão escolar” (p. 132), visto que vários estudantes não possuem acesso à internet e aos meios tecnológicos.

As escolas tiveram de lidar com o fechamento dos seus espaços físicos de ensino, com isso, precisou-se adaptar o ensino presencial para

o virtual, segundo Flores; Lima (2021) essa nova organização não conferiu um ensino online de qualidade, já que procurava somente favorecer o promoção rápida e emergencial, a qual é suscetível a fragilidades já que foi arquitetado em um período anômalo.

O reinício das aulas presenciais vem acompanhada de conforto por parte das famílias, que, se por um caminho auxiliaram a um bem recebido ganho de independência dos jovens, de outro observaram a dificuldade de se aplicarem e acondicionar em um hábito de estudos em meio a várias distrações em suas residências.

As vantagens das aulas presenciais ao vivo e em cores são amplamente comprovadas e ambicionadas. Uma delas é o convívio e a familiaridade com os companheiros e com o próprio professor, que acarreta uma extensão diferente à cognição do saber.

Entretanto, às complexidades são várias, desde pequenos adversidades com conexões para o acesso à internet por parte dos estudantes e a pouca experiência e dificuldades com às plataformas digitais, da mesma forma que, há complicações para entender os conteúdos comunicados, de maneira diferente ao que os estudantes eram acostumados a estudar. Segundo Carvalho; Cunha; Quiala (2021, p. 5).

“Entende-se que toda mudança promovida pelas instituições de ensino, adotadas pelos seus docentes visam o melhor para os estudantes. Contudo, como as pessoas além de serem diferentes, muitas vezes estão em ritmos e momentos diferentes de suas vidas fazendo com que as mesmas informações e/ou oportunidades sejam recebidas como oportunidades para uma parcela dos envolvidos e como desafio ou obstáculo para outras.” (CARVALHO; CUNHA; QUIALA, 2021, p.5).

Nos últimos anos, tem-se ressaltado a tentativa das escolas e sistemas de ensino de acompanhar as inovações e transformações sociais, além das novas percepções de ensino e aprendizagem. Contudo, a despeito das mudanças, continua sendo uma provação transformar nossos estudantes em estudantes independentes e responsáveis por sua aprendizagem, assim como proporcionar-lhes condições para desenvolver e guiar a sua fundamentação para aprender.

Todavia, sabe-se da importância da motivação para que o estudante esteja disposto a aprender e dar resultados melhores no contexto

escolar, de maneira que, se tem o interesse em envolver os estudantes para entender o seu contexto social e psicológico a fim de saber o que os leva a ter um melhor aprendizado.

3.A escola como uma ferramenta de motivação para os estudantes e professores

No decorrer da história da humanidade, observa-se que a escola vem evoluindo gradativamente sendo modificada com o surgimento de novas ferramentas, assim como, as relações do indivíduo, com o meio o qual habita, muitas vezes é necessária uma motivação para que essas transformações ocorram.

Motivação é um termo habitualmente empregado no nosso dia-a-dia. Em revistas, livros, artigos e na fala comum que se costuma ouvir em todo lugar principalmente quando se deseja evoluir. Entretanto, enfim, de que se trata essa motivação? A origem da palavra mostra que ela surge do latim, *movere*, a qual se correlata com o substantivo *motivum*, desta maneira, pode-se entender motivação como “aquilo que move uma pessoa ou a põe em ação ou a faz mudar de curso” (BZUNECK, 2009a, p. 9).

Neste artigo, entende-se que a motivação para aprender encontra-se coerente com a mesma maneira de pensar que Brophy (1987), isto significa, da forma que um condicionamento lento que leva o estudante a encorajar-se para estudar determinados temas, em uma circunstância de ensino/aprendizagem. Na visão deste conhecedor, a motivação para estudar acontece, quando o comprometimento do educando é conduzido pelo desígnio de construir o conhecimento que a prática da situação propõe instruir.

No entanto, na origem da motivação, geralmente está uma construção de um ser que exibe uma precisão, um anseio, um desígnio, um interesse, uma ambição ou uma inclinação para atuar. Na motivação está além disso contido na atmosfera que estimula a construção e que ajuda com o elemento de contentamento. E, finalmente, na motivação está compreendido o componente que nasce como a probabilidade de contentamento da necessidade. (BOCK, 1999).

Ao sentir-se motivado, o estudante tem ambição de buscar determinada coisa e se torna adequada para alimentar a coragem necessária no decorrer do tempo imprescindível para alcançar o objetivo proposto. Bock (1999, p. 121) também assegura que:

A preocupação do ensino tem sido a de criar condições tais, que o aluno “fique a fim” de aprender. Diante desse contexto percebe-se que a motivação deve ser considerada pelos professores de forma cuidadosa, procurando mobilizar as capacidades e potencialidades dos alunos a este nível.

Entende-se que a empreitada principal dos professores seja identificar e aplicarem os objetos que atraem os estudantes, que eles curtem, como jeito de contribuir com seus interesses. Motivar acaba sendo, ainda, uma maneira de convidar, cativar, conectar a aplicação, seduzir os estudantes, empregando o que eles preferem buscar como maneira de engajá-los na escola.

Quando se compreende como a motivação exerce influência na vida dos estudantes e no ambiente escolar é formidável para que assim o professor possa aperfeiçoar a metodologia de ensino/aprendizagem, especialmente das disciplinas exatas, matérias cujo teor é considerado complexo e que exige um maior interesse por parte dos estudantes.

Contudo, a motivação para estudar não é alguma coisa específica apenas ao estudante. Ela tem a possibilidade de ser cultivada por meio do conhecimento e da socialização, por interferência da família e da escola.

4.Considerações finais

A escola nem sempre é caracterizada somente pelo sucesso e admissão. No transcorrer do tempo pedagógico, nos deparamos com a complexa situação da falta de motivação por parte de alguns estudantes, que muitas vezes ficam inertes perante o processo de aprendizagem, mostrando grande dificuldade de assimilação durante o processo educativo.

Analisando a situação a partir da investigação alcançada, avaliando a situação no contexto da Pandemia, entende-se que os professores estão tentando acertar, já que, estão passando por um período adverso ao lidar com as provações iminentes, que chegaram de maneira adjacente com o ensino remoto e com o passar do tempo a volta às aulas presenciais em meio a tantas restrições, enfrentando assim à falta de recursos tanto físicos quanto psicológicos para que possam acolher de um jeito apropriada seus estudantes.

Os professores ressaltam que muitas das dificuldades encontra-

das pelos estudantes já existiam no sistema presencial, entretanto com a alteração para o ensino remoto esses contratemplos se intensificaram. Além do mais, a insegurança do ensino a distância, por causa da carência de aparelhos tecnológicos e acesso à internet, esses eventos colaboraram para a precariedade nesse período de ensino.

Fica aparente que os professores exibem muitas dúvidas em como se dará a retomada e as consequências desse período de ensino remoto, uma vez que, os resultados já estão sendo vistos, mas a real implicação se dará a médio e longo prazo. Nesse período, buscou-se suprir o distanciamento social entre os estudantes e entre as turmas aderindo a uma estratégia emergencial que os órgãos de saúde exigiram, no entanto após um ano de escolas fechadas essa retomada trouxe efeitos que precisam ser entendidos e enfrentados para que os estudantes possam estar motivados de fato para desenvolverem a aprendizagem e os professores diminuam os contratemplos enfrentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCARÁ, A.R. e GUIMARÃES, S.E.R. (2007). **A Instrumentalidade como uma estratégia motivacional**. *Psicologia Escolar Educacional*, 11 (1), 177-178.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BZUNECK, J.A. **A motivação do aluno: aspectos introdutórios**. Em: Boruchovitch, E. 2002.

_____, **A motivação do aluno aspectos introdutórios**. In: BORUCHOVITCH E. BZUNECK J.A (Orgs.). *A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009a. cap.1, p.9-36.

BROPHY, J. **Conceptualizing student motivation**. *Educ. Psychologist*, 18, 200-215, 1983.

_____, **Syntesis of Research on strategies for Motivating Students to Learn**. *Educational Leadership*, v.45, n.2, p.40 – 48, out. 1987. Disponível em:<<http://www.ascd.org/ASCD/pdf/journals/>

ed_lead/el_198710_brophy.pdf> Acesso em: 10 mai. de 2022.

BOCK, Ana M. Bahia (org). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FLORES, J. B.; LIMA, V. M. do R. Educação em tempos de pandemia: dificuldades e oportunidades para os professores de ciências e matemática da educação básica na rede pública do Rio Grande do Sul. **Revista Insignare Scientia**, Cerro Largo v. 4, n. 3, p. 94-109, 2021.

GARRIDO, I. **Motivacion, emocion y accion educativa**. Em: Mayor, L. e Tortosa, F. (Eds.). *Âmbitos de aplicacion de la psicologia motivacional* (pp. 284-343). Bilbao: Desclee de Brower, 1990.

PFROMM, S.N. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU, 1987.

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

MITCHELL, Jr., J.V. **Interrelationships and predictive efficacy for indices of intrinsic and extrinsic, and self-assessed motivation for learning**. *J. Res. Develop. Educ.*, 25, 149-155, 1992.

SCHUNK, D.H. **Self-efficacy and academic motivation**. *Educ. Psychologist*, 26, 207-231, 1991.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.LOCKMANN, K. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, 2020.

SENHORAS, E. M. **Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos**. *Boletim de Conjuntura, Boa Vista*, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020.

TEORIAS E PRÁTICAS DO CURRÍCULO

João Evangelista Marques de Azevedo
Alena Livramento de Azevedo

Resumo:

A discussão sobre currículo é hoje um tema presente nos projetos político-pedagógicos das escolas, e que é aplicado de acordo com o público alvo, podendo sofrer mudanças devido ao ciclo educativo, como pra quem é feito, como pode ser feito e etc. Segundo as diretrizes curriculares nacionais, o currículo é organizado em áreas de conhecimentos e saberes, podendo garantir o acesso aos saberes científicos e culturais a todos aqueles que estão inseridos nesse processo de ensino-aprendizagem. O que essa discussão demonstra é precisamente o caráter cultural e discursivo de ambos os termos, que corresponde a um conjunto organizado de análises, interpretações e compreensões acerca do currículo.

Palavras-chave: Currículo. Teorias. Práticas na Educação.

INTRODUÇÃO

Podemos definir o currículo como uma ferramenta indispensável na vida dos profissionais da educação, isto é, quando ele é considerado como uma ferramenta pedagógica na educação, ele se faz presente de forma organizada perante a sociedade, e dessa forma podemos compreendê-lo como produto de um processo de conflitos culturais dos diferentes grupos de profissionais que o elaboram. Lopes compreende, ainda que é necessário conhecer as várias formas de conceituação de currículo que são elaboradas para nortear os trabalhos dos professores em sala de aula. Para (Lopes, 2006), o currículo é elaborado em cada escola, com a presença de intelectual, cultural (...)

Considerando a complexidade da história do currículo, não é possível conceber uma teoria única, mas um conjunto de teorias e saberes, ou seja, o currículo desatrelado do aspecto de simples listagem de conteúdos passa a ser um processo constituído por um encontro cultural, de saberes e de conhecimentos escolares na prática da sala de aula, local de interação professor e educando.

Nesse sentido cabe aos que conduzem o destino do país, e especificamente aos que gerem o destino da educação de cada estado encon-

trar o melhor caminho para o norteamento do que é necessário, considerando a realidade de cada local, a realidade regional e a nacional. E, ainda sem deixar de considerar os professores, os gestores, os educandos, os pais e a comunidade em geral. Não basta apenas, a fundamentação teórica bem alicerçada, mas o seu entendimento e a sua aplicação à realidade dos envolvidos nesse processo, buscando sempre a melhor forma de aplicação desse instrumento que é a prática curricular.

Currículo e suas complexidades

Conforme os requisitos estabelecidos pelos currículos, há se uma preocupação em seguir a risca os seus conteúdos por haver uma diversificada forma de estruturas envolvidas nesse processo de aprendizagem, sobre tudo, por considerar a realidade de cada indivíduo ou mesmo o local onde será aplicado tal conteúdo por não ser compatível a realidade da sociedade construída.

Nesse sentido, a existência de diversas teorias não é um fator que diminui a importância dos estudos curriculares, tão pouco pressupõe a necessidade de uma teoria unificadora, muito pelo contrário, conhecer as diferentes teorias nos dá argumentos a favor da diversidade e da problemática do currículo.

Sabemos que o currículo tem as finalidades sociais, culturais e políticas que se atribui à escola. É o sistema de governo que instrumentaliza o currículo escolar, a partir da seleção de conteúdos, missão, correntes filosóficas, condicionamentos históricos, processos políticos e determinações sociais. Portanto, dizemos que o currículo não pode ser compreendido, sem levarmos em conta os processos que os permeiam.

Nesse sentido, é importante lembrarmos que o currículo não é um elemento neutro nem inocente na transmissão de seus conhecimentos. Nóvoa 1897 afirma que o currículo:

[...] tende a legitimar certos grupos e tendências em desfavor de outros. Nesse sentido, ele deve ser visto como parte dos jogos de interesses que definem os trabalhos acadêmicos e os processos de legitimação das diversas correntes científicas (NÓVOA *apud* PACHECO, 2005, p. 19).

Percebemos então que o currículo reflete o conflito de interesse de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos. Assim devemos olhá-los com as lentes do relativismo e da pro-

visoriedade, considerando-o enquanto uma resposta às necessidades e interesses historicamente situados, que interessam a determinados grupos, mas que nem sempre favorecem a totalidade da população escolar.

Conhecer a história do currículo é um processo importante para conhecer os momentos históricos e seus arranjos que vão sendo concebidos por nós de forma natural. A história do currículo se constitui ainda como base imprescindível para podermos questionar a ordem presente na disciplina escolar.

Sabemos que as disciplinas estão inseridas no currículo por razões históricas, por conveniências administrativas, por motivos de emprego ou mesmo por pressões dos grupos profissionais, e que existe ainda um sério descompasso com as transformações ocorridas na sociedade, na natureza e no processo de elaboração do conhecimento.

O currículo resulta de um conceito essencial para compreender a prática educativa institucionalizada e as funções sociais da escola. Não podemos esquecer que o currículo supõe a concretização dos fins sociais e culturais, de socialização, que se atribui à educação escolarizada, ou de ajuda ao seu desenvolvimento, de estímulo e cenário, o reflexo de um modelo educativo determinado, pelo que necessariamente tem de ser um tema controvertido e ideológico, de difícil concretização num modelo de proposição simples. Pretende reduzir os problemas de que se ocupa sobre a teoria e as práticas relacionadas com o currículo a problemas de índole técnica que é preciso resolver é, no mínimo, uma ignorância culpável. O currículo relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social, pois é através dele que lhe dota de conteúdo, missão que expressa por meio de usos quase universais em todos os sistemas educativos, embora por condicionamento históricos e pela peculiaridade de cada contexto, se expressa em ritos e mecanismo, que adquirem certa especificidade em cada sistema educativo.

Os currículos de fato, desempenham distintas missões em diferentes níveis educativos, de acordo com as características destes, à medida que refletem diversas finalidades desses níveis. Isto é uma dificuldade incorporada na pretensão de obter um esquema claro e uma teorização ordenada sobre o currículo. Ao mesmo tempo, é uma chamada de atenção contra as pretensões de universalizar o esquema de análise.

Todas as finalidades que se atribuem e são destinadas implícita ou explicitamente à instituição escolar, de socialização, de segregação ou de integração social, acabam necessariamente tendo um reflexo nos objetivos que orientam todo o currículo, na seleção de seus componen-

tes, desembocam numa divisão especialmente ponderada entre diferentes tipos de alunos com diferentes origens e fim social e isso se reflete nos conteúdos a serem cursados a um tipo ou outro de educação. A formação profissional paralela ao ensino secundário segrega a coletividade de alunos de diferentes capacidades e procedência social e também com diferente destino social, e tais determinações que podem ser vistas nos currículos que se distribuem num ou em outro tipo de educação.

A própria complexidade dos currículos modernos no ensino obrigatório é reflexo da multiplicidade de fins aos quais a escolarização se refere. Isso é um fato consubstancial à própria existência da instituição escolar; conseqüentemente, a análise do currículo é uma condição para conhecer e analisar o que é a escola como instituição cultural e de socialização em termos reais e concretos. O valor da escola se manifesta fundamentalmente pelo que faz ao desenvolver um determinado currículo, independentemente de qualquer finalidade.

A concepção dos estudos culturais percebe os processos do conhecimento como uma construção social. Nessa visão, o conhecimento não é uma revelação nem um reflexo da natureza, mas um resultado de criação e interpretação social onde devem ser levados em conta os aparatos discursivos, as práticas pedagógicas, os instrumentos, os paradigmas e as próprias instituições de educação que fizeram com que o conhecimento fosse instituído como tal.

Portanto, percebemos que essas teorias enfatizam o caráter construído e interpretativo do conhecimento. O conhecimento para esses estudos possuem significação social e são culturalmente construídos, influenciando e modificando as pessoas, buscando produzir certos tipos de subjetividade e identidade social que se deram dentro de relações complexas de poder.

Teoria tradicional

Para compreender o currículo, é preciso saber que ele se modifica com o movimento histórico, ou seja, é flexível dependendo da época e pra que sociedade, que indivíduo pretende formar e para quem pretende formar. Assim, o contexto sociopolítico- econômico influencia o campo educacional.

Pode-se afirmar que o currículo é resultado de uma escolha entre o que deve ou não ser ensinado na escola. A forma de desenvolver esse currículo está vinculada a necessidade de saber como é o que se aprende na escola hoje. “Além disso, postula outras dimensões sobre o que

se ensina, entre elas a qualidade dos conteúdos que lhes são carentes de sentidos e significados na formação humana e profissional” (MAL-DANER, 2007, p. 114-115).

Compreendemos assim, o quanto é importante reconhecermos o processo social e histórico que permeou a construção dos currículos escolares. Sabemos que esse processo sofreu diferentes reformas que foram sendo implantado com o propósito ajustar os processos pedagógicos às demandas sociais, políticas e econômicas da sociedade em transformação.

Então, é preciso saber que as alterações econômicas e sociais influenciaram largamente a elaboração de teorias sobre currículos, e que o conhecimento e progresso se tornaram bandeira de frente das reformas, mas não exatamente das mudanças educativas.

Após a Segunda Guerra Mundial com as revoluções industriais precisamente nos Estados Unidos com a imigração de estrangeiros por conta da facilidade de trabalho, houve a necessidade de uma construção de um currículo devido à diversidade de culturas e novos comportamentos sociais e culturais, como também a livre competição à produção industrial em larga escala.

Nesse sentido, precisamente no século XIX, que a tradição disciplinar humanista foi retomada e introduzida sobre as populações que faziam parte dos trabalhadores das fábricas nos Estados Unidos daquela época, no propósito de planejar cientificamente as atividades pedagógicas e controlá-las, de modo a evitar que os comportamentos e os pensamentos do aluno se desviarem das propostas do atual modelo e contexto social americano.

Tal modelo humanista estava obsoleto para os propósitos da vida moderna e para as atividades laborais, assim como o latim e o grego que se apresentavam supostamente inúteis para a preparação para o trabalho na vida contemporânea naquela sociedade, ou seja, na elite americana.

Segundo Moreira e Silva (2001), duas tendências impulsionaram o currículo daquela época, uma centrada no pensamento de Bobbitt em seu livro *The Curriculum* (1918) e outra representada nos pensamentos de Dewey em seu livro *The childreyn and the curriculum* (1902).

O tradicionalismo da concepção de Bobbitt via o currículo como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosamente e rigorosamente medidos e especificados. (Silva, 2007). O modelo seguido por Bobbitt era o fabril, cuja inspiração teórica provém de Taylor (1949), precursor do movimento da administração científica, cuja teoria defendia a administração do tempo nas fábricas, planeja-

mento e divisão do trabalho.

Vale ressaltar que esse modelo de currículo estava muito além de que se esperavam outros teóricos tradicionalistas sobre o currículo, sabendo que o currículo humanista só beneficiava a classe dominante, ou seja, aos interesses da elite. Durante esse período a democratização escolar, pois fim ao currículo de modelo humanista, sobretudo com o pragmatismo de Dewey, que fez fortes críticas aos valores, às crenças, às instituições e aos costumes humanistas em prol de uma educação democrática.

No entanto não houve outra tendência que rompesse com a essência da teoria tradicional, associada à racionalidade instrumental e técnica do currículo, que em suma, coloca a ênfase na construção científica de um currículo que desenvolva os aspectos da personalidade adulta considerada desejável, preconizando, para o efeito, a especificação dos objetivos e conteúdos, bem como uma particular atenção ao como fazer e controlar o processo educativo (métodos e avaliação).

Todas essas visões ou perspectivas da teoria tradicional tem como denominador comum uma visão redentora do currículo, em que a escola está ao serviço da ordem socioeconômica e política dominante, cabendo lhe por isso, ainda com resposta diferenciada na forma, corresponder às exigências da sociedade e do mundo do trabalho, com base nos princípios de ordem, racionalidade e eficiência.

Deste modo, as questões centrais do currículo prendem-se com os processos de seleção e organização dos conteúdos e das atividades de aprendizagem, mediante uma planificação rigorosa, baseadas em teorias científicas do processo de ensino-aprendizagem.

Considerações finais

Nesse contexto, o currículo se torna uma ferramenta muito importante na elaboração e organização de um sistema histórico, no processo político e socioeconômico de uma sociedade em transformação. Assim devemos olhá-lo com as lentes que visam estabelecer os interesses de grupos, mas que nem sempre favorecem a totalidade da população escolar. A história do currículo se constitui ainda como base imprescindível para podermos questionar a ordem presente na disciplinaridade escolar. Nessa mesma medida, o currículo é um elemento que dá referência para analisar o que a escola é de fato como instituição cultural e na hora de elaborar um projeto alternativo de instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIT, J. F. (1918) **The curriculum** (Tradução portuguesa e introdução de João Menelau Paraskeva. Lisboa Didática Editora, 2004.

DEWEY, J. (1902) **A Escola e a Sociedade e a Criança e o Currículo**. Lisboa: Relógio d'Água. Trad. de "The School and Society" e "The Child and the Curriculum"(1902).

LOPEZ, R. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MADANER, O. A; ZANON L. B. **Fundamentos e Propostas de ensino de Química para a Educação básica no Brasil**. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Curriculo, Cultura e Sociedade**. 9ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

PACHECO, J. A. **Estudos Curriculares: Para a compreensão crítica da Educação**. Porto Editora, 2005.

PRÁTICAS PARA PROJETOS AMBIENTAIS

João Evangelista Marques de Azevedo
Alena Livramento de Azevedo

Resumo:

No processo de projetos ambientais podemos imaginar os nossos ancestrais no momento em que eles ainda eram nômades procurando sempre preservar a natureza, haja vista que eles sobreviviam diretamente dela, mas sem degradá-la, pois ainda quando ele se torna sedentários mesmo assim existe o preservacionismo e o conservacionismo, garantindo o ecossistema intocável, em que o ele garanta seu sustento de forma consciente, sempre buscando a preservação do meio em que vive. Para iniciar essa reflexão é importante considerarmos o uso do adjetivo ambiental ao lado da educação como todo o processo de educação ambiental e sustentabilidade no que tange recentemente que a educação ambiental se tornou um assunto bastante abordado pelo sistema de ensino em virtude da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Palavras-chave: Educação. Preservação. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos abordar a necessidade de preservação do meio ambiente e dos recursos dele extraído. Por isso a necessidade de preservação dos recursos naturais deu origem a um esforço em prol ao meio ambiente, pois parte da sociedade, algumas empresas, governos e ONGs vem atuando no desenvolvimento de soluções sustentáveis, como projetos ambientais inovadores que foram concebidos no Brasil e até mesmo no exterior, para solucionar com urgência os problemas que o meio ambiente vem enfrentando com os descasos por uma parte da sociedade e das grandes empresas que atuam na extração de recursos naturais sem a devida consciência que ela precisa para se manter viva.

Nesse contexto, podemos afirmar que há várias maneiras de conscientização para a preservação e conservação do meio ambiente, buscando o sistema de ensino que em virtude da elaboração, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) pelo ministério da Educação (MEC) e da promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27/04/1999), que entre outros pontos, dispõe

sobre a sua inserção no ensino formal.

Existe um conjunto de temas chamado transversais que inclui meio ambiente que desenvolvem diferentes aspectos relacionados a construção da cidadania e democracia atingindo diferentes dimensões da vida social. No entanto, o trabalho desenvolvido com a educação ambiental nas escolas deve ser visto para além do cumprimento de um dispositivo legal.

É na escola que o aluno irá dar seqüência ao seu processo de socialização, como comportamentos ambientais corretos devendo ser aprendido na prática, no decorrer da via escolar com intuito de contribuir para a formação de cidadãos responsáveis, sendo que a escola deve oferecer a seus alunos os conteúdos necessários referentes aos meios da educação ambientais de forma que contextualiza com a realidade dos alunos.

Educação ambiental

Trabalhar com o tema meio ambiente nas escolas traz a ela uma necessidade de está preparada para trabalhar esse tema e juntos com os educadores, adquirir conhecimentos e informações para que possa desenvolver um bom trabalho com os alunos. Os professores têm o papel de ser o mediador das questões ambientais, mas isso não significa que ele deve saber tudo sobre o meio ambiente, por isso é preciso que se busquem outras formas de pesquisas para que se possa desenvolver um trabalho de qualidade com seus alunos, mas que ele esteja preparado e disposto a ir à busca de conhecimentos e informações e transmitir aos alunos a noção de que o processo de construção será constante.

Nessa dinâmica de estudos sobre o meio ambiente nas salas de aula, é importante salientar que a educação ambiental se faz presente quando incorpora a preocupação com a qualidade de vida e investiga as relações interdependentes dos elementos do ambiente, relacionando o conhecimento com a complexidade das questões sociais ambientais.

Carvalho (2004, p.82) discute uma noção, a de sociobiodiversidade, como uma tentativa de aprender essas complexas interações, associando as idéias de biodiversidade (diversidade biológica da vida natural) e sociodiversidade (diversidade social formada pelos diferentes grupos sociais e culturais que habitam o planeta). Com essa noção, percebemos que a sociedade e a natureza não são independentes e se modificam mutuamente.

O debate sobre o conceito de sociobiodiversidade pode ser moti-

vado nas diferentes atividades planejadas para o espaço escolar. Como ressalta Bizzo (1998), o planejamento das aulas é o melhor momento para a previsão dos espaços de integração entre as diferentes áreas, facilitando um trabalho interdisciplinar com os temas de educação ambiental.

Trata-se de convidar a escola para uma aventura de se transitar entre os saberes e áreas disciplinares, deslocando-a de seu território já consolidando rumo a novos modos de compreender, ensinar e aprender. Carvalho, 2004, p.125.

O caráter interdisciplinar é a base para a inserção da educação ambiental nas escolas de ensino fundamental. Dessa forma, ela será considerada como essencial a todas as disciplinas, incorporada ao cotidiano escolar, incorporada como valor para os professores. Não será reduzida a mais uma disciplina do currículo ou a um tema tratado excepcionalmente em projetos escolares.

Com a educação ambiental, o papel de aluno e professores é redimensionado, envolvendo uma relação dialógica em que ambos aprendem. Nessa situação o conhecimento científico não é prescindível, mas tampouco tem maior valor que os saberes cotidianos trazidos por cada um. O saber científico deve ser visto como uma das muitas formas de leitura do mundo (Delizoicov, 2002). Além disso, são conhecimentos que não mostram suficiente para a resolução dos graves problemas socioambientais advindo da própria expansão tecnológica e do modelo de sociedade em que nos inserimos. Considerando que o papel transformador do conhecimento é irreversível e que não tornaremos a forma como vivíamos no passado, devemos pensar em um futuro onde essas transformações sejam em prol à qualidade de vida. Nesse sentido é preciso que saibamos lidar com as possibilidades e os limites desses conhecimentos para garantirmos a continuidade da vida.

Nesse contexto, surge a proposta da educação ambiental. Uma educação para contribuir com a formação de cidadãos críticos, que compreendam a necessidade de estabelecer uma nova dinâmica de relação com seu ambiente. Tendo a clareza sobre essas questões, nossa prática cotidiana em sala de aula será conduzida com os valores agregados na educação ambiental.

Nas escolas de ensino fundamental, é preciso muita atenção com os trabalhos nos anos iniciais, fase em que as crianças estão repletas de curiosidades e trazem saberes diversos, articulados em momentos distintos de sua socialização. Que perspectiva temos para desenvolvimento da educação ambiental nessas escolas? Em primeiro lugar, conforme

já citado, precisamos incorporar os seus valores. Precisamos de projetos que nos façam ter prazer em caminhar com nossas crianças nesse aprendizado. É muito envolvente a proposta de educação ambiental ativa de Magnólio de Oliveira (2003), denominada por ele de educologia, que une o sabor ao saber. Isso significa investir em sensibilização e em atividades que despertem nossa vontade de transformação da realidade. Sua proposta, aqui incorporada, é assim resumida: tratar os temas ambientais com alegria, com motivação, com esperança na mudança de atitude diante dos problemas socioambientais (Magnólio, 2003, p. 28).

Para o educador, a alegria não tira a seriedade das questões, mas permite maior envolvimento com elas. Oficina pedagógica, jogos, música teatro, arte, passeio são alternativas para o trabalho. E, com criatividade, as situações que se apresentam em nosso cotidiano podem ser bem aproveitadas. Para isso, só é preciso ter clareza de onde queremos chegar, sem medo de ser ousado.

Nesse contexto, é que esse tema deve ser trabalhado com grande frequência nas escolas, principalmente com projetos voltados à educação ambiental, pois é na escola o lugar por onde passam os futuros cidadãos, ou que pelo menos deveriam passar e quando se é criança, tem mais facilidades para aprender. Antes de pensar que os problemas ambientais estão tão distantes do homem, é muito bom que se possa observar com mais atenção o ambiente que os cercam.

Para que se possa conscientizar um grupo, primeiro é preciso delimitar o que se quer e o que se deseja alcançar. Para que o interesse desperte no aluno, é necessário que o professor utilize a bagagem de conhecimentos trazidos do cotidiano. Em seguida explicar o que os impactos ambientais existem no mundo, atinge todos os seres vivos, por causa das atitudes de alguns que pensam que somente eles não adianta tentar preservar o planeta. A partir do momento em que o indivíduo perceba a existência de um todo, deixe de lado a existência única e comece a notar a presença do outro, o planeta vai caminhar para o equilíbrio natural.

Educação Ambiental na escola

A origem dos temas transversais no currículo, entre os quais se encontra o tema meio ambiente, está diretamente ligada a questionamentos de diferentes grupos da sociedade acerca do papel da escola. Ao longo dos anos, os sistemas de ensino vêm priorizando os conhecimentos clássicos das disciplinas, mas que já atendam às necessidades da re-

alidade atual. O país que mais aprofundou essa proposta foi a Espanha, a partir da reestruturação de seu sistema escolar em 1989, objetivando a diminuição da distância entre o desenvolvimento tecnológico e o da cidadania (Araújo, 2001). Ao se questionar o descaso da ciência em relação aos conhecimentos da vida cotidiana, abriu-se a possibilidade da incorporação dos temas transversais aos currículos, valorizando outros saberes além dos científicos.

Na apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais os temas transversais são aqueles considerados amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira de hoje, correspondendo a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana. Ainda assim, a introdução no currículo não significa que tenham sido criadas novas áreas ou disciplinas, devendo seus objetivos e conteúdos ser incorporados nas áreas já existentes e no trabalho educativo da escola. É essa forma de organizar o trabalho didático que recebeu o nome de transversalidade.

Os PCN fazem o delineamento do trabalho com o tema transversal meio ambiente em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, conceito que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, visando a não comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas necessidades. Essa concepção vem sendo questionada por diversos autores, que consideram o modelo de desenvolvimento vigente incompatível (Leme, 2006). No entanto, o tratamento dado à temática pode ser considerado positivo por trazer a descaracterização de educação ambiental como disciplina e por valorizar conteúdos atitudinais e procedimentais, além dos conceitos.

Considerando que os temas transversais propostos pelos PCN podem servir como importantes instrumentos de debates nas instituições escolares, devido à possibilidade de atuarem como eixos norteadores e à importância sociopolítica das questões que apresentam. Destacamos também que a efetiva inclusão dos temas transversais nos currículos ainda carece de um caminho, que pode contar com a contribuição das próprias instituições de ensino que estão aderindo à prática da educação ambiental em seus currículos.

É vasta a literatura que trata sobre o histórico da educação em meio ambiente no Brasil. A partir dos anos 1970, esta vem sendo chamada de educação ambiental, embora haja registros da utilização desse termo desde 1948, em um Encontro da União Internacional para a conservação da natureza, em Paris (Leme, 2006). Atualmente está presente tanto na educação não formal como na educação formal pela ação de

entidades e professores que consideram esse tema essencial na contemporaneidade. Essa inclusão se dá por meio de uma diversidade de práticas que advém, especialmente, pelas diferentes concepções desses agentes sobre o meio ambiente e sobre o papel da educação no meio ambiente.

Podemos pensar o meio ambiente como algo dominado pelo homem, ou seja, sua propriedade, onde historicamente são valores ligados a uma crítica antropocêntrica do próprio pensamento científico moderno que foram incorporando nas estruturas conceituais da sociedade moderna, onde essa valorização da ética antropocêntrica é uma das principais causas da degradação ambiental. De acordo com Grun, 1996 observa que as raízes desse pensamento datam do antigo testamento, ilustrando com um de seus trechos:

Deus disse: Fazamos o Homem à nossa imagem e semelhança, e que ele domine sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra (Gênesis 26: 28 apud Grun, 1996, p.23).

A lógica do homem como possuidor da natureza dominou o conhecimento científico moderno e influenciou os currículos escolares, inserindo a idéia de natureza por seu valor utilitário e reforçando uma postura antropocêntrica, pela qual o homem quer dispor de todas as coisas, dominá-las e transformá-las. Essa visão predominante na sociedade contribui para manter a crise ambiental que presenciamos.

Para separarmos concepções ambientais dualistas, do tipo homem/natureza, precisamos modificar nosso modo de encarar os acontecimentos, percebendo-os como problemas complexos e dinâmicos, inseridos numa teia de saberes e relações. Precisamos compreender que a resolução desses problemas envolve aspectos diversos e a participação de diferentes instâncias da sociedade. Portanto não basta dominarmos a tecnologia, mas também estarmos atentos às questões éticas e políticas. É fundamental modificarmos a relação que temos com os outros elementos do ambiente e nos colocarmos como parte desse ambiente para avançarmos na luta pela melhoria ambiental e qualidade de vida da sociedade.

Sabe-se que educação ambiental surgiu como uma resposta às necessidades que não estavam sendo completamente correspondidas pela educação formal. Em outras palavras, a educação deveria incluir valores, capacidades, conhecimentos, responsabilidades e aspectos que promovam o progresso das relações éticas entre as pessoas, seres vivos e a vida no planeta. No entanto, o problema do descuido com o meio

ambiente, é uma das questões sociais que tem deixado a humanidade preocupada, por isso talvez, seja um dos fatores, mais importante, a ser estudado nas escolas, porque tem haver com o futuro da humanidade e com a existência do planeta.

Nesse contexto escola e meio ambiente, a educação ambiental é um tema bem aceito e estabelecido que enfatiza a relação dos homens com o meio natural e dessa forma devemos conservá-lo e preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente sem degradá-lo.

Assim incluindo a educação ambiental na escola pode-se preparar o indivíduo para exercer sua cidadania, possibilitando a ele uma participação efetiva nos processos sociais, culturais, políticos e econômicos relativos à preservação do verde no nosso planeta, que se encontra de certa forma em crise, precisando de recuperação urgente. O início de processo de conscientização, de que o meio ambiente solicita é o entendimento e a reflexão de uma condição básica para uma convivência humana. A educação ambiental tem muito a contribuir no sentido de construir relações e proporcionar intercâmbios entre as diversas disciplinas. Este intercâmbio depende exclusivamente da vontade dos docentes em participarem desse processo, e que esta vontade dificilmente acontece sem haver uma orientação e um preparo.

A educação ambiental busca assegurar que o futuro do planeta esteja equilibrado no que se refere à natureza. A sua Política Nacional tem como um de seus princípios, o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas na perspectiva da interdisciplinaridade. Essa lei determina que a educação ambiental não seja trabalhada na forma de disciplina específica, mas que permeia o currículo das disciplinas. Deve ter na perspectiva da transversalidade a estratégia metodológica, o que tem se revelado um desafio que as escolas vêm enfrentando com muitas dificuldades, seja pelo programa estritamente fechado em seus conteúdos e carga horária, seja pouco interesse, por parte dos professores, em atividades diferentes a que eles estão habituados a trabalhar.

Considerações finais

A inserção de práticas de projetos na educação ambiental, vem proporcionar o desenvolvimento e o conhecimento do indivíduo sobre o meio em que vive.

A inserção da educação ambiental no currículo é uma proposta alternativa à tradicional transmissão de conteúdo, trazendo para o âmbito da escola a ideia de um projeto que percebe os saberes em sua

complexidade. Para atingir suas finalidades, as atividades de educação ambiental devem abordar causas e consequências dos problemas, relacionando não só as responsabilidades individuais, mas enfatizando o envolvimento direto do modelo de sociedade na produção desses problemas. Por outro lado, é essencial mostrar que essa mesma sociedade é responsável pela busca de possíveis soluções.

Destacamos que a educação ambiental deve ser permanente abordada na escola através de projetos que visam a conscientização da sociedade. Os professores precisam envolver-se em estudos e reflexões para desenvolver os conhecimentos e saberes necessários à prática de uma educação ambiental e usar a criatividade para propor ações diversificadas. Da mesma forma que os alunos, os professores precisam atuar em equipe, aprendendo a diagnosticar possibilidades reais de trabalho e socializando suas reflexões e ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ulisses Ferreira. **Apresentação à edição brasileira**. In: Busquets, MariaDolors et al. *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BIZZO, Nélío. **Ciências: fácil ou difícil?**. São Paulo: Ática, 1998.

CARVALHO, Izabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André & PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 2. Ed. Campinas, São Paulo: Papirus. 1996.

LEME, Tarciana Neto. **Os conhecimentos práticos dos professores: (re) caminhos para a educação ambiental na escola**. São Paulo: Anablume, 2006.

MAGNÓLIO, Paulo Roberto Spósito de Oliveira. **Educologia: a educação ambiental ativa**. Guararema, São Paulo: J. Pádua Gráficos Ltda., 2003.

O HOMEM E SUA RELAÇÃO COM AS CIÊNCIAS E AS TECNOLOGIAS AO LONGO DO TEMPO

Ivonete Ângela Silva Santos Andrade
Maria Gorete Soares Fucale

Resumo:

Transformações ocorridas na ciência e na tecnologia ao longo da história, vem desafiando cientistas e pesquisadores, que no intuito de contribuir para novas descobertas e melhoramento da sociedade, buscam respostas para esse tão grande acontecimento histórico, estudando e pesquisando sobre esse avanço tecnológico observou-se que não aconteceu da noite para o dia, foi preciso voltar ao passado para descobrir onde tudo começou. Este estudo tem como requisito traçar um breve histórico entre o desenvolvimento da tecnologia desde a pré-história até os dias atuais. Para compreender melhor esse tema buscou-se subsídios em autores como: (MIRANDA, 2002), (CABRAL,2011) (PORTO,2017), (FREUD,1927) entre outros.

Palavras-chave: Tecnologia. Inovações. Sociedade.

Abstract:

Transformations that have occurred in science and technology throughout history, have challenged scientists and researchers, who intend to contribute to new discoveries and improve society, seek answers to this great historical event, studying and researching this technological advance that did not happen overnight, it was necessary to go back to the past to find out where it all started. This study is required to trace a brief history between the development of technology from prehistory to the present day. To better understand this theme, subsidies were sought from authors such as: (MIRANDA, 2002), (CABRAL, 2011) (PORTO, 2017), (FREUD, 1927) among others.

Keywords: Technology. Innovations. Society.

INTRODUÇÃO

Em nenhum momento da História da Humanidade observou-se uma relação tamanha do contato entre o homem e os conhecimentos

científicos e tecnológicos. A Sociedade moderna vive hoje o auge de suas invenções, nunca se viu algo semelhante. A ciência e a tecnologia estão em toda parte, desde os mais simples aos mais sofisticados serviços, o uso ou a existência dessas invenções estão presentes. Mediante esses avanços é notório os avanços conquistados. Os seres humanos recebem da sociedade uma carga de informações todos os dias, a sociedade cobra da ciência novas tecnologias que possam sanar ou amenizar as causas ambientais e sociais que vem ocorrendo, a ciência vem ajudando a entender a vida e o propósito da existência humana, a cada dia mais informados sobre a tecnologia e os efeitos que esse meio tem proporcionado. A ciência e a tecnologia trazem informações importantíssimas para a sociedade, é através desses meios que se entende o sentido da vida, o desequilíbrio emocional, à conduta dos seres humanos. A tecnologia também ajuda a compreender o porquê dos conflitos sociais e como se deve lidar com as situações que vem desequilibrando a sociedade como um todo. Por outro lado a tecnologia também traz consigo os riscos para a sociedade, a chamada sociedade do imediatismo têm preocupado muita gente, essa preocupação está relacionada ao fato de que nada será estável, culturas serão dizimadas, valores e condutas morais serão distorcidos, bem como se pode perceber o retrocesso provocado ao meio ambiente e também se percebe as conseqüências enfrentadas pela sociedade, resultantes destes avanços sobre o meio cultural, social e as relações humanas entre si.

Nesse sentido, num intuito de preservar a cultura dos grupos humanos alguns movimentos foram criados para banir a expansão da ciência e os avanços tecnológicos. Movimentos esses, como os ludistas que acreditavam que a humanidade precisava ser preservada dessas invenções, para que não fosse afetada, de modo a perder sua essência cultural. Muito embora o movimento tivesse uma visão de proteção aos povos e em especial aos trabalhadores daquela época, ele não teve êxito nem a curto nem a longo prazo, fracassando pouco tempo depois de sua criação. Contudo pode-se dizer que parte de suas reflexões sobre o progresso tecnológico para o futuro vêm ocorrendo, mesmo que de forma parcial sobre o contexto social atual, numa visão geral de seus argumentos é notório analisar que atitudes simples como gestos, costumes e ações são constantemente mudados, o passado tem sido destruído em muitos sentidos, o presente é visto com muitos questionamentos e a visão que se tem do futuro é de muitas incertezas. O que mais o homem pode criar?

Perguntas dessa natureza são muitas, porém sabe-se

que o homem é um ser criativo nato. Os avanços tecnológicos e os conhecimentos científicos atuais seriam uma conquista da humanidade nos dias de hoje ou num futuro bem próximo, porque o homem é um ser conquistador e que buscou e busca sempre meios para se adaptar melhor ao seu espaço e é graças a essa busca que ele tem sobrevivido até os dias atuais. Foi assim que a sociedade do acaso enfrentou os vários desafios vividos na sua época, desta forma sociedade artesã aperfeiçoe seus objetos e utensílios e é assim que a sociedade atual vem tentando enfrentar os mais diferentes desafios, desde as mais sérias doenças infectocontagiosas bem como criações dos mais modernos instrumentos que possam lhe trazer um mínimo de conforto e agilidade. Uma coisa é certa, seja qualquer for à sociedade ou a época vivida, o homem sempre fez uso dos recursos tecnológicos. E muito embora os luditas pensassem em pôr um fim na tecnologia do século XIX, imaginando ser uma criação daquela época, eles não sabiam é que esta, sempre, esteve ligada a ao homem, vindo desde os primeiros homicídios, e o que as sociedades posteriores fizeram, foi apenas aperfeiçoá-la.

Técnicas desenvolvidas ao longo da história que impulsionaram o uso da tecnologia.

Analisando as descobertas arqueológicas, alguns historiadores afirmam que foi com a habilidade de lascar pedras umas nas outras para torná-las pontiagudas, com intuito de caçar e pescar que o homem descobriu o fogo. Essa técnica utilizada na pré-história podemos denominar como o começo da tecnologia, onde o homem buscava subsídios para saciar seus desejos, foi através dessas descobertas que o homem percebeu que poderia facilitar sua vida apenas com o uso de suas habilidades. É comum o ser humano buscar na natureza e ao seu redor meios para facilitar sua vida, essa busca vem desde o início. Quando ele percebeu que poderia facilitar seu trabalho utilizando os próprios recursos da natureza como matéria prima, para construir ferramentas para caça pesca e até armar artesanais para suas lutas. Foi com essa conquista que as coisas foram acontecendo, ou seja, pela necessidade humana. Primeiro veio o período paleolítico ou era da pedra lascada a incrível descoberta do fogo, anos mais tarde surge o período neolítico, em que constrói suas ferramentas para lidar com a agricultura, em seguida a idade dos mentais onde o homem produz suas armas de caça e para se defender de grupos rivais. Observando todo avanço tecnológico desenvolvido desde o início. Pode-se constatar o quão desafiador é o ser humano.

O domínio do fogo, o cozimento dos alimentos, a domesticação dos animais, a agricultura, o tear, a cerâmica, a construção de moradias, a fundição de metais... são somente alguns dos elementos significativos da longa cadeia de atos técnicos que têm caracterizado a evolução cultural dos humanos. Por tudo isso, é amplamente aceito que o ser humano é antes de tudo um homo faber, e mais (e talvez antes que), um homo sapiens. Inclusive cabe estabelecer que a própria racionalidade humana seja, ela mesma, uma consequência do desenvolvimento técnico. CTS (2003 p. 37).

Grandes conquistas e descobertas foram surgindo ao longo dos anos em 1837 Samuel Morse criou e registrou a patente do telégrafo em 1876 Alexander Graham Bell inventou o telefone um recurso que foi se aprimorando a cada dia e hoje temos os mais variados smartphones graças a essa descoberta em 1879 Thomas Alva Edison e Joseph Swan inventaram a lâmpada elétrica umas das maiores descobertas da história da humanidade e em 1885 O alemão Karl Benz desenvolveu o primeiro veículo com motor a gasolina. Alguns acontecimentos vivenciados ao longo da história foram impulsionados por problemáticas do cotidiano, através de testagens laboratoriais ou foram descobertos por acaso, como mostra o exemplo do forno micro-ondas pelo engenheiro estadunidense Percy Lebaron Spencer.

A facilidade, a economia de tempo e praticidade fez com que os recursos tecnológicos fossem se modernizando. Se paramos para imaginar como será o mundo daqui a dez anos, imaginamos ônibus espaciais carros voadores como nos filmes, e um mundo dominado pelos robôs. Sabemos que na última década houve um excesso de informações e novidades tecnológicas, não temos acesso as informações que os cientistas estão planejando para o futuro, porém, temos a clareza que são inovações ainda mais atualizadas, na nossa visão humana pensamos que o que tinha de ser criado já foi, porém para o pesquisador essa busca é insaciável, não tem como parar e pensar que tudo que tinha que ser feito já foi. Sempre há algo a se fazer.

O uso da ciência se tornou prioridade em todos os campos da história com o crescimento da população e a necessidade de procurar soluções para os problemas realizando a busca para solucioná-los. Com o passar dos anos a ciência tornou-se uma prioridade para os cientistas

que vivem em constantes pesquisas, na busca por descobertas incríveis. Quando se utiliza o termo “cientificamente comprovado” estamos falando da veracidade do fato. Esse termo sempre é usado para mostrar que o que se fala é verdadeiro. Para se ter uma noção de como a ciência é importante na nossa vida olhamos para o avanço da medicina. O que seria da medicina sem a ciência, digamos que a ciência é quem sustenta esse campo.

O ser humano é cheio de necessidade, ele procura buscar soluções no seu meio e para saciar suas buscas ele recorre a ciência, se hoje já estamos pasmos com evolução da tecnologia, imaginamos daqui a dez anos o que sucederá, só imaginamos o quão insaciável é o homem, procurando sempre evoluir ninguém quer retroceder tecnologicamente, imaginasse o que falta ser criado. Estamos atravessando o ano de 2021, ano marcado pela pandemia do covid19 que se iniciou aqui no Brasil no início de 2020, e trouxe para nós professores um uso significativo dos meios tecnológicos. Recursos foram aprimorados para atender a necessidade dos alunos e professores que precisam se isolar por causa do vírus transmissível. A educação não poderia parar com isso pensou-se em várias alternativas para atender os alunos de uma forma online.

Outra preocupação foi gerada de como atender os alunos carentes que não tinham acesso aos meios tecnológicos. Foram elaboradas atividades impressas e assim as coisas foram se ajustando. Atualmente estamos em época de pandemia o vírus ainda não acabou. A tecnologia e a ciência estão veementes procurando subsídio para ajudar a destruir esse vírus e acabar com o medo embutido na sociedade, cientistas tiveram que trabalhar ainda mais pois com o surgimento do vírus, precisava-se encontrar uma solução imediata pra isso. vacinas estão sendo criadas e elaboradas para solucionar o problema com isso a tecnologia e a ciência está diariamente presente neste cenário. De acordo com o livro verde de Ciência, tecnologia e inovação (2001).

Ciência e Tecnologia, mais do que nunca, fazem parte do cotidiano das pessoas. DNA, genoma, telefone celular, internet são expressões que passaram a integrar o vocabulário popular. As telecomunicações permitem acesso local e global a um número de brasileiros maior do que a população de muitos países do mundo.

Sabendo que a ciência e a tecnologia fazem parte das necessidades de informações, ou seja, o homem é um ser investigador por

natureza e para saciar seus anseios ele procura a ciência e a tecnologia para formular suas hipóteses

A relação da sociedade atual com a tecnologia em massa

O crescimento rápido das novas tecnologias e das mudanças que elas trazem à sociedade está gerando um desconforto por parte de muitos estudiosos, os aparelhos eletrônicos deram lugar aos diálogos e socialização entre as famílias. Psicólogos e terapeutas questionam essa geração dos smartphones, qual será o prejuízo com o uso desenfreado desses recursos. Para chegar até aqui o caminho foi longo, pessoas aderiram a movimentos sociais porque já previam que poderia acontecer a explosão tecnológica que está havendo hoje.

Durante a segunda mundial houve grandes acontecimentos que foi o ponta pé inicial para o advento da tecnologia. Nessa época o homem já tinha acesso a muitos recursos tecnológicos, porém não estavam atentos ao que poderia ocorrer com o uso descontrolado, houve derramamento de petróleo, acidentes nucleares, bondes que caíram com bombas de hidrogênio causando radioatividade, após esses eventos catastróficos que mataram milhares de seres humanos, foi preciso repensar em alternativas para uso desses meios tecnológicos, foi nessa época que começaram a surgir movimentos ambientais, na Europa surgiram os ativistas ambientais que estavam lutando para que houvesse um controle no uso das tecnologias, esse movimento foi ganhado adeptos e se expandiu para outros países, na década de 70 chega ao Brasil, na preocupação pelo futuro da nação e equilíbrio do meio ambiente, essa luta constante para que haja uma conscientização e pensamento

A tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica, a qual produziu a razão instrumental, como no dizer da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Esta aliança proporcionou o agir-racional-com-respeito-a-fins, conforme assinala Habermas, a serviço do poder político e econômico da sociedade baseada no modo de produção capitalista (séc. XVIII) que tem como mola propulsora o lucro, advindo da produção e da expropriação da natureza. Então se antes a razão tinha caráter contemplativo, com o advento da modernidade, ela passou a ser instrumental. É nesse contexto que deve ser pensada a tec-

nologia moderna; ela não pode ser analisada fora do modo de produção, conforme observou Marx. (MIRANDA, 2002, p.51).

A dependência pelos recursos tecnológicos tornou-se constatare nos dias de hoje, o momento que estamos atravessando com as aulas presenciais suspensas pelo agravamento da doença provocada pelo novo corona vírus, faz se necessário o uso desses recursos com muito mais frequência, os computadores e aparelhos celulares se tornaram-se um aliado nesse processo, é difícil imaginar como será viver agora sem esses recursos. De acordo com Cabral (2011) “em função de uma necessidade de mercado; pode-se afirmar então que a inovação é o produto de um momento, algo que é produzido, planejado e construído, não obtido pelo acaso”.

Como afirma PORTO é complicado imaginarmos sem os recursos tecnológico já que nos adaptamos a eles de forma dependente.

Ao passo que estamos cada vez mais conectados, mais associados aos ambientes on-line e com práticas culturais cada vez mais dependentes dos aplicativos e das tecnologias digitais e da internet, desenvolvemos modos de existência híbridos. O aplicativo WhatsApp Messenger, tem ganhado, cada vez mais WhatsApp, destaque nesse cenário, pois a possibilidade de trocar mensagens, imagens, vídeos, documentos e áudios, instantaneamente de modo gratuito tem garantido novas experiências que não se resumem as performances comunicacionais. (PORTO,2017, p.14).

Os aparelhos tecnológicos têm o poder de tornar pessoas dependentes e viciadas, um dos maiores consumidores são os jovens que a todo custo procuram a modernidade industrial para saciar seus desejos, tonando-se cada vez mais consumista e compulsivos.

A EDUCAÇÃO COMO ESPERANÇA PARA O MAL-ESTAR DA CIÊNCIA ATUAL

Muito embora, um grupo considerável da sociedade perceba os avanços científicos e tecnológicos atuais como uma conquista inigualável dos povos modernos, esse progresso embora tenha atingido os

vários setores da sociedade, trouxe junto consigo consequências irreparáveis, onde algumas, poderão ser superadas ao longo do tempo, outras nem mesmo o tempo será capaz de reparar os danos causados. Situação dessa natureza tem sido bastante criticada por parte da sociedade, como estudiosos e ambientalistas que percebem esses campos de conhecimento desempenhando uma função distorcida da que deveria desempenhar. Para esses, Ciências e Tecnologia devem trabalhar em função das necessidades sociais e preservação do meio.

Apesar do otimismo proclamado pelo modelo linear, o mundo tem sido testemunha de uma sucessão de desastres relacionados com a ciência e com a tecnologia, especialmente desde os finais da década de 1950. Vestígios contaminantes, acidentes nucleares em reatores civis de transportes militares, envenenamentos farmacêuticos, derramamentos de petróleo etc. Tudo isso nos ajuda a confirmar a necessidade de revisar a política científico-tecnológico do *laissez-faire* e cheque-em-branco e, com ela, a concepção mesma da ciência-tecnologia e sua relação com a sociedade. (PALACIOS, LINSINGEN, GALBARTE, CEREZO, LUJAN, PEREIRA apud GORDILLO, OSÓRIO, VALDÉS, BAZZO. 2003).

Para os autores é urgente uma revisão na política de proposta de estudo e técnica no meio científico-tecnológico, pois as práticas e projetos realizados já não atendem mais os anseios sociais e ambientais. A velha política precisa ser transformada para que os povos e o meio ambiente deixem de sofrer as consequências dos erros científicos cometidos nos últimos tempos, o que tem provocado uma sensação de medo, desconfiança e insatisfação na grande massa da sociedade. Contudo, a educação é vista como um portal de inovação para implantação de uma ciência mais humanizada que seja voltada realmente para o bem-estar da humanidade, capaz de promover uma política que visem projetos com intuito de acabar com a fome, com as desigualdades sociais com a proteção e o desenvolvimento de projetos que beneficie o meio ambiente, que seja capaz de produzir para os mais necessitados e não mais apenas para o auto escalão como acontece nos dias atuais. O ser humano é um ser criador, que busca constantemente transformar o meio onde vive, na busca em obter uma vida de mais conforto e prati-

cidade. Certamente um dos propósitos mais intenso do ser humano é a obtenção da felicidade. “Todos querem ser felizes e assim permanecer”, diz Freud (1927, p.23). Percebe-se que tal desejo não está inscrito no plano da criação, e continua Freud:

O que chamamos de felicidade no sentido mais provém da satisfação (de preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão-somente um sentimento de contentamento muito tênue. Somos feitos de modo a só podermos derivar prazer intenso de um contraste, e muito pouco de um determinado estado de coisas (1927, p.24).

A advertência de Freud, (1930) apesar de todos os apelos ingênuos escancara a condição humana no sentido de que a sociedade de hoje banaliza, a felicidade é uma excepcionalidade aleatória, e a tentativa de evitar o sofrimento é uma constante luta que se traduz nos motivos da vida. Essa fuga constante para evitar o sofrimento, faz com que o homem moderno busque desesperadamente a felicidade, percebendo nos recursos tecnológicos atuais uma possibilidade de realização e felicidade imediata. Muitas vezes utilizando como estilo práticas e projetos que mais trazem infelicidade do que felicidade para a população mais necessitada de atenção. Nesse sentido, é função dos educadores despertar nos estudantes esse compromisso com a sociedade e com o planeta, de modo que estes se tornem novos cientistas capazes de assumir esse compromisso com o mundo, para que assim a sociedade seja contemplada pelos benéficos projetos científicos que virão acontecer, fazendo da ciência e da tecnologia uma parceira da sociedade que promove uma condição igualitária entre os povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender todo avanço tecnológico do século XXI, foi preciso voltar ao passado, estudar relatos que enfatizavam o homem da pré-história e o uso das habilidades manuais para fabricar instrumentos usados na caça e na pesca. Entender como a ciência e a tecnologia era aplicada no passado e como esses recursos vem sendo desenvolvidos

ao longo da história.

O homem vem buscando alternativas para aprender a lidar com tantas informações que chegam a todo momento, são centenas de novidade no meio tecnológico e para acompanhar essa infinidade de informações a sociedade precisa estar preparada. Como saber separar informações falsas de informações verdadeiras, as redes sociais estão a todo momento disponibilizando notícias que alarmam os espectadores, é comum ouvir pessoas relatando que não sabem lidar com determinados aplicativos. É notório que todo avanço científico e tecnológico ocorrido no decorrer dos anos trouxeram melhoramento para a sociedade, por outro lado também houve os prejuízos, o trabalho manual foi substituído pelas máquinas, isso trouxe para o homem um desconforto, e uma insegurança no trabalho, que com tantas inovações e criações tecnológicas, foram criados robôs programados que conseguem realizar tarefas humanas com mais agilidade.

Contudo a sociedade vive hoje um tempo de desafios, não pode viver sem o uso das ciências e dos avanços tecnológicos, além dessa, há ainda a preocupação de convive constantemente, sem saber onde vai parar esse progresso e quais consequências piores poderão advir de toda essa evolução. Nesse sentido é preciso um olhar atencioso e um maior envolvimento dos vários setores da sociedade em busca de projetos que visem uma maior atenção com o meio e com todas as camadas da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRAL, Giovana 2011 *Ciência, Tecnologia e Sociedade I* / Giovana Cabral e Guilherme Reis Pereira. – Natal: EDUFRN, 2011.

(Ciência, Tecnologia e Inovação: **desafio para a sociedade brasileira** - livro verde / Coordenado por Cylon Gonçalves da Silva e Lúcia Carvalho Pinto de Melo. – Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Academia Brasileira de Ciências. 2001.)

(Ed E. M. García Palacios, I. von Linsingen (Ed.), J. C. González Galbarte, J. A . López Cerezo, J. L. Luján, L. T. V. Pereira (Ed.). INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS CTS (Ciências, tecnologia e sociedade) in M. Martín Gordillo, C. Osorio, C. Valdés e W. A. Bazzo (Ed.). *Organização Dos Estados Ibero-Americanos Para A Educação, A Ciência E A Cultura (OEI)-2003.*

FREUD, Sigmund. (1927). **O futuro de uma ilusão**. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

_____, (1930). O mal-estar na civilização. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna**. 2002 pp. 161 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET).

PORTO, C., OLIVEIRA, K.E., and CHAGAS, A., comp. **Educação mediada pelo Whatsapp: ensinar e aprender por mensagens instantâneas**. In: Whatsapp e educação: entre mensagens, imagens e sons [online]. Salvador: Ilhéus: EDUFBA; EDITUS, 2017, pp. 9-14. ISBN 978-85-232-2020-4.

E. M. García Palacios, I. von Linsingen (Ed.), J. C. González Galbarte.

J. A . López Cerezo, J. L. Luján, L. T. V. Pereira (Ed.).

M. Martín Gordillo, C. Osorio, C. Valdés e W. A . Bazzo (Ed.).

Para A Educação, A Ciência E A Cultura (OEI) 2003.

AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Edilene Silva dos Reis
Jeovanildo Bezerra e Bezerra

Resumo:

Em uma abordagem sócio histórica de como o ambiente e suas mazelas entram em foco diante de uma sociedade que cresceu desordenadamente em população, tecnologia e poluição. Analisar como o desenvolvimento global trouxe consigo avanços não somente para beneficiar como para colapsar a vida no planeta, uma evolução em conjunto a destruição, pois quanto mais o homem evolui mais a perspectiva de vida diminui isto ocorre desde os primórdios da humanidade, este estudo perpassa pela linha do tempo global e nacional e pela criação de documentos importantes para enfatizar a preservação a partir da educação, para trabalhar a conscientização/ação da sociedade. Para mediar este estudo uma análise de cunho bibliográfico foi de extrema relevância para embasamento teórico, dentro de uma metodologia qualitativa. Enfim, ao pensar em ambiente, educação e sociedade é refletir e agir para construir um futuro melhor para as gerações vindouras.

Palavras-chave: Ambiente. Educação. Sociedade.

INTRODUÇÃO

O ambiente é relevante para a vida, mas por muito tempo ficou em segundo plano, pois não era visto como um problema diante de outros como, por exemplo, a economia, por isso sofreu grandes agressões para suprir demandas que corroboravam para o desenvolvimento econômico, que visavam lucros sem preocupações com os infortúnios que causavam ao ambiente. Infelizmente a degradação do ambiente serviu de impulso para a evolução da sociedade, felizmente a educação contribui para que o homem reveja e aja há tempo de mudar a vigente degradação.

A preocupação com este declínio eminente do ambiente surgiu primeiramente por teólogos e filósofos homens visionários que já alertavam para a relação homem e natureza. Os anos passaram e a problemática somente aumentou, o desenvolvimento que seria uma graça também se tornou uma desgraça.

Atualmente pensar, refletir e agir em prol ao ambiente é mais que necessário é uma questão de emergência, com o objetivo de abordar uma linha do tempo onde essa problemática começa a ganhar adeptos e documentos pertinentes nessa luta que é a conscientização para a preservação do meio ambiente, uma reflexão que precisa de ação para que aja uma solução imediata para este problema.

Enfim, ambiente, educação e sociedade são correlacionados em uma ação em que uma precisará da outra para continuar a existir, pois o ambiente é primordial para a sociedade, o local onde vivemos e dependemos de tudo que esse ambiente oferece, mas temos que cuidá-lo para que ele continue nos proporcionando uma vida de qualidade, e isso parti da educação, seres educados respeitam e cuidam de onde vivem com amor e carinho. O trabalho será dividido em resumo, palavras-chaves, desenvolvimento, considerações finais e referências.

DESENVOLVIMENTO

O homem e a natureza vivem uma relação de dependência, porém por muito tempo desrespeitada pelo homem, nessa relação houve a evolução que foi ocorrendo gradualmente, em um processo recíproco onde todos desenvolvimentos vieram em conjunto como, por exemplo, as instâncias educação e sociedade, porém pouco pensou-se nas consequências ao ambiente.

Uma questão levantada primeiramente por sábios que reconheceram muito previamente o valor da natureza para o homem.

Teólogos e filósofos, cujo pensamento fundamentado no foco sobre Deus e a Natureza. O pioneiro a dar início a esse movimento foi Francisco de Assis (1181 a 1226), que obteve reconhecimento mundial como amante dos animais e da Natureza, embasando suas ideias na fraternidade e vivência do homem com respeito a natureza. (Maia apud Silva; Silva e Borges, 2019, p, 595).

Reconhecer a importância desse bem que é o ambiente perpassa pela reflexão, algo que somente séculos mais tarde ganham repercussão, pois em meio a uma evolução advindos com as revoluções industriais. Mas que infelizmente custou a ganhar crédito, pois de um lado havia a ambição de uns e de outro a ignorância que dentro de um pensamento

deturpado de que tudo que Deus criou nunca acabará, perpetuado até os dias atuais, a visibilidade desse problema começou a ser um tema mais abrangente.

Marco nas ciências naturais aconteceu em 1859, quando Charles Darwin publicou seu livro 'A origem das espécies', buscando explicar a origem, transformação e perpetuação das espécies ao longo do tempo, a partir da seleção natural. Em 1863, o biólogo britânico, Thomas Huxley, trouxe em seu ensaio, "Evidence as to man's place in nature" (Evidências sobre o lugar do homem na natureza), a interdependência e sintonia entre os seres vivos. E no ano seguinte, o diplomata americano George Perkin Marsh relatou, em seu livro, "Man and nature: physical geography as modified by human action" (O homem e a natureza: a geografia física modificada pela ação do homem), os sinais de degradação do meio ambiente devido à ação antrópica, e também faz menção à percepção errônea e equivocada que se tem da natureza como algo a ser degradado e consumido. (Diegues apud Crispim; Rufino, 2015, p. 2).

Desse modo, essa relação homem natureza que inicia a partir da transformação e perpetuação das espécies ao longo dos anos, essa seleção natural como ressalta Darwin onde tudo no decorrer dos tempos transforma e evolui, vista também como uma via de mão dupla pelo britânico Huxley ou a interdependência entre homem/natureza, e que segundo Marsh acaba sendo uma via de mão única quando o homem transforma tudo o que tem na natureza degradando e explorando em uma ação de extrair até a raiz.

Uma situação degradante que teve grande avanço, com a:

Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial nos Séculos XVIII a XIX moveram as estruturas econômicas do período para a industrialização e urbanização baseadas em uma tecnologia exigente em termos energéticos e matérias-primas, aumentando o impacto do homem sobre a natureza em função das novas técnicas de produção e consumo predatórios.

(Camargo 2002, Oliveira et al., 2012 apud Costa 2019, p.9).

Nessa perspectiva, assim como a Revolução Industrial contribuiu efetivamente para o desenvolvimento tecnológico, também contribuiu para fomentar a Segunda Guerra Mundial e os estragos que vieram nesse embate entre nações, onde infelizmente a força valeu-se pela inovação tecnológica, culminando no ataque pelas bombas nucleares que foi devastador para as duas cidades atingidas Hiroshima e Nagasak.

Dentro de uma sociedade em ascensão não se pode deixar de pensar que ela cresce não somente em inovações como também em população e isto transforma-se em problema. Desse modo, ainda sob a luz dos pensamentos e fontes de Costa (2019, p. 8)

Um dos primeiros economistas a correlacionar o crescimento populacional com a escassez de recursos do meio ambiente foi Thomas Robert Malthus (1766–1834) ao escrever a Teoria Populacional, em 1798, na qual ele reconhece que, ao longo da história da humanidade, fatores regulatórios (doenças, fome, vícios e misérias) mantinham o crescimento populacional em consonância com as condições oferecidas pelo meio ambiente, entretanto, efeitos da Revolução Industrial e do crescimento acelerado da população estavam desproporcionais a reposição dos recursos utilizados e, com isso, no futuro a incapacidade de terras agrícolas disponíveis para alimentar a população em expansão poderia resultar na fome em massa (Svirezhev & Svirejeva-Hopkins, 1998; Mebratu, 1998; Mikhailova, 2004; Miller, 2007; Kuhlman & Farrington, 2010).

Infelizmente o aumento das pessoas acabam por culminar em mais consumo, no decorrer dos anos esse foi um dos crescimentos mais significativos, pois segundo Rufino e Crispim (2015, p. 2) “A população humana era de aproximadamente 27 milhões há 2.000 a.C., portanto, os impactos eram mínimos comparados a média populacional atual de 7 bilhões”. Um crescimento expressivo que teve uma parcela de contribuição para o que segundo Dias, (2013) apud Rufino e Crispim (2015, p. 2) gerou “O desgaste causado pela relação antropocêntrica de-

sencadeou grandes conflitos socioambientais, principalmente no Brasil que teve em sua colonização a exploração predatória e o contrabando de recursos naturais e de animais”.

Nessa perspectiva, o crescimento fez surgir no homem uma busca incessante por poder e riqueza, nesse processo, a expansão territorial foi inevitável, assim o Brasil tido como novo Éden, tornou-se uma mina de exploração para colonizadores que desde a primeira expedição começaram a procurar tudo que podia ser comercializado, e ainda fazer uma catalogação dos recursos que poderiam e serviram de fonte para a exploração ao longo dos anos de exploração.

Nesse mesmo tempo, ao observar as práticas abusivas e tráfico desordenado das riquezas, foi criado um dos primeiros documentos importantes do país, de acordo com Rufino e Crispim (2015, p. 2) “Em 1542, a primeira Carta Régia brasileira já estabelecia normas e punições para o corte da madeira. Isso é já se tornara rotineiro o descaso dos colonizadores em relação ao uso dos nossos recursos naturais”. Contudo, a teoria está no papel consumado em leis e normas, porém, o que se vê na prática é uma grande controvérsia de ideias e valores econômicos. Pois, a sensação de impunidade, é vigente quando as punições estabelecidas nas leis não são aplicadas de fato e direito aos transgressores.

Isso perdura em uma ação continua, pois ainda com as proibições impostas, “Em 1850 por D. Pedro II que proíbe a exploração florestal em terras descobertas, porém seu mando foi ignorado e continuou-se a tocar fogo nos terrenos para criação de monoculturas para exportação” Dias (2013) apud Rufino e Crispim (2015, p,2). Ou seja, novamente uma lei que serve somente para preencher o papel.

Desse modo, perpetuou-se tanto a impunidade quanto as concepções impregnadas pelo colonizador, que ressalta:

No Brasil, a análise pode ser mais profunda, pois herdamos dos colonizadores alguns (pré) conceitos como a concepção de que a floresta é “mato” e deve ser desmatado para dar passagem a civilização. E ainda, a concepção do índio como indivíduos incivilizados e incultos porque viviam na floresta. Rufino e Crispim (2015).

Uma análise que revela que há muito tempo, e por um tempo como já citado a não punição acaba por ensinar que pode de-

sobedecer às leis, dentro de uma sociedade que se mostra conivente aos abusos com o ambiente, pois sofreu com as más influências de um povo que via a flora como atraso para o desenvolvimento, assim foram arrebatando todos os empecilhos, ou seja, a floresta, pois segundo esta concepção elas atrapalhavam esse caminho.

Nesse processo, de destruição não demorou muito para que ficasse visível os impactos ambientais:

Em 1934, as autoridades brasileiras começaram a perceber os efeitos negativos do modo extensivo das formas de utilização da terra com o gado, a cafeicultura e a silvicultura. Desta forma, o até então Decreto de Lei 23.793 de 23/01/1934, que mais tarde se transformou na Lei nº 4.771, instituiu o “Código Florestal Brasileiro”. E como efeito do código, criou-se a 1ª Unidade de Conservação do Brasil, o Parque Nacional de Itatiaia localizado na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro. (Dias, 2013, apud Rufino; Crispim, 2015, p. 3).

Como os erros levam a uma reflexão, nessa ótica precisou uma observação enfática para as ações de governantes, que também serviram de marco para as políticas públicas voltadas para as problemáticas ao ambiente.

Nesse contexto, de preocupações e procura de soluções para a degradação ambiental eminente trouxe segundo Silva, Silva e Borges (2019) com o passar dos anos e a reflexão dos problemas o despertar ecológico mundial destacou-se principalmente nas décadas de 80 e 90 quando intensificaram, debates instigados em conferências que já ressaltavam mudanças climáticas e ambientais, abordadas por líderes políticos, movimentos ambientalistas e pesquisadores de vários campos de estudo. Assim temos uma linha do tempo e acontecimentos que foram de suma relevância para tais debates.

1962 em setembro a bióloga marinha Rachel Carson publica o livro “*primavera silenciosa*” que mostra o impacto na natureza através de ações das indústrias químicas de inseticida e outros derivados sintéticos que inspirou as futuras conferências.

1972 conferência em Estocolmo capital da Suécia nos dias 5 a 16 de junho, presidida pelo canadense Maurice Strong que reuniu 113 nações na conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento e

meio ambiente. Originando o documento que foi assinado pelos países e que resultou em um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA.

Os autores ressaltam que durante esse encontro foram criados dois documentos muito pertinentes e norteadores para ambientalistas e nações compromissadas com os ecossistemas mundiais, a Declaração Sobre Meio Ambiente Humano” e o “Plano de Ação Mundial”. Em 1980 o movimento ganhou mais força e mais adeptos do mundo inteiro.

1990 houve grandes progressões e conquistas em defesa do meio ambiente. Também a conferência conhecida como Rio’92 que continuavam a abordar os problemas do meio ambiente. Nessa conferência foi criada a carta de princípios pela preservação e conservação da vida na Terra; Declaração de princípios sobre o uso das florestas, que estabelece recomendações para conservação das florestas; Convenção sobre a Diversidade Biológica, um tratado internacional multilateral para a proteção e a regulação do uso da diversidade biológica em cada país signatário (MMA, 2000), a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, com o objetivo de estabilizar concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera para níveis aceitáveis impedindo alterações na dinâmica do sistema climático mundial. E por fim, também teve a confecção de um importante instrumento intitulado “Agenda 21”, um plano de ação.

Nesse processo, de conferências muitos outros documentos foram criados assim contribui:

E resultante de outros fóruns organizados pela sociedade civil, paralelos ao evento, surgiu a ‘Declaração sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente’, ‘Carta da Terra’, e o ‘Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global’. Santos (2022):

Tanta preocupação gerou planejamentos para ser trabalhado ao longo dos para tentar reverter em parte tais problemas, nesse processo de apreensão surgiram novas abordagens que admitiam que as inovações precisam continuar, mas tudo a partir de termos que agregavam tanto essa evolução quanto o cuidado com o ambiente, a partir do que Leal Filho (2000) apud Costa (2019, p.8) contribui “Os termos Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são eventualmente empregados como expressões teóricas direcionadas às políticas ou por tendências atuais que se distanciam do real propósito da Sustentabilidade”. Mais

uma vez, temos uma possível solução dessa vez chamada sustentabilidade, como o autor colabora uma proposta cheia de intenções, mas que também fica somente em teoria. Visto que, a própria significação literal já leva ao que se pretende ao refletir sobre sustentabilidade, mas ainda falta a parte prática, desse modo, recorre-se a luz dos pensamentos de Costa (2019, p.8):

Sustentabilidade é a característica ou condição de Sustentável; Sustentável, por sua vez, é qualidade daquilo que se pode sustentar; consoante isso, sustentar é criar e oferecer condições para que uma atividade tenha continuidade, garantir recursos materiais para a sobrevivência de uma nação, de uma sociedade (Michaelis, 2016). O conceito de Desenvolvimento, na economia significa crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população, enquanto que para a Ecologia é sinônimo de Sucessão, mudança gradual entre tipos de comunidades ou ecossistemas transitórios que envolvem modificações na composição das espécies vegetais e animais. Dados um período de tempo suficiente e uma falta de interrupções repetidas, a sucessão conduz finalmente a uma comunidade estável (Michaelis, 2016).

Neste contexto, é pertinente ressaltar o que essa nova tendência tem a contribuir para a conservação e preservação da natureza, destaca o que a sustentabilidade tem a oferecer e por que foi inserida no meio social. Como afirma Costa (2019, p.9) isto veio:

Como uma forma de reação aos desastres oriundos do processo de industrialização, a humanidade formulou uma nova estratégia de desenvolvimento onde o meio ambiente era considerado como parte fundamental do processo de evolução da sociedade (Pereira, 2009). Neste contexto, a teoria Malthusiana pode ser considerada precursora do desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998).

Nesse aspecto, de sustentabilidade, cria-se uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, onde o desenvolvimento precisa ser para todos, tanto para o homem, a sociedade quanto e mais importante para o ambiente. Enfim, pensar em ambiente, educação e sociedade, perpassa pela gênese da preocupação com o ambiente, e como a relação homem/natureza discorre para uma relação de poder onde a natureza é vista somente como objeto de exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação ambiental deve ser de todos, ao fazer uma análise das primeiras reflexões, percebe-se também que enquanto alguns já visavam está catástrofe outros ainda ignoravam tais problemas, infelizmente tais pensamentos ainda circulam, mesmo na atualidade, com o processo de informação mais conectada e mais esclarecedora. Ou seja, ainda falta conscientização, reflexão e ação para com o ambiente.

Ao pensar na relação homem natureza a partir do século XI Francisco de Assis já ressaltava para que o homem a tratasse com cuidado, pois um depende do outro, em uma perspectiva cristã, Charles Darwin também procurou por meio da ciência mostrar essa relação, outros ainda ressaltaram o desgaste dessa relação, e demorou um bom tempo para que o mundo abrisse os olhos e enxergassem a realidade do que estava acontecendo com o planeta Terra, pois estavam começando ocorrer fenômenos jamais vistos pela humanidade, tanta degradação. Então, a partir dessas observações começou-se em todo o mundo uma grande manifestação das lideranças dos países para tentar achar uma solução para aquela determinada situação, porém os anos, as décadas, os séculos passavam e não se tinha na realidade as ações esperadas.

No Brasil criaram-se vários documentos, isso desde do século XIV, mas que só serviram para enfeite. Muito já se abordava sobre a conservação do ambiente. Nessa perspectiva, a compreensão veio a partir do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson lançado em 1962, torna-se uma obra preponderante mostrando ao mundo como a vida e a natureza estava e está sofrendo, com os impactos que fábricas químicas de inseticida e outros produtos sintéticos.

Esse foi o marco que incentivou uma década de um dos mais importantes fóruns que aconteceu em Estocolmo a primeira conferência da ONU para denunciar a degradação da natureza naquele momento e que infelizmente com o passar dos anos só aumentou, e são inúmeras os motivos que contribuí para esses acontecimentos catastróficos no

meio ambiente e que afeta a vida em todos os biomas naturais em todo o mundo e que se não houver uma conscientização conjunta não só dos líderes mundiais, mais de toda sociedade para tentar frear esses acontecimentos que se nada for feito o planeta cada vez mais vai sofrer as consequências de nossos atos e de nossas ações.

Para tentar diminuir esses impactos que o meio ambiente vem sofrendo no decorrer dos anos, precisamos algo com extrema urgência não só no papel, mais por em práticas as ideias já existentes e pensar em outras para serem executadas partindo do agora. Precisamos de novos tempos, novas perspectivas, novas ações, políticas públicas voltadas ao tema principal em questionamento como reduzir o aquecimento global e evitar uma catástrofe mundial, ou seja, salvar o meio ambiente e seus biomas.

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável entram em pauta, resultados de políticas preocupadas em tentar agregar desenvolvimento com preservação da natureza, pois sabe-se que dependemos do meio ambiente para sobrevivermos, basta só tratarmos com respeito e responsabilidade o que a natureza nos oferece e que com certeza muitas gerações irão poder desfrutar das belezas naturais existente no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYES, G. (2003). **Médio ambiente, impacto y desarrollo**. Editorial Científico-Técnica, La HABANA. Bursztyn, M. (org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável, S. Paulo, Brasiliense/IBAMA/ENAP.

CEBALLOS-LASCURAIN, H (1995). **O ecoturismo como um fenômeno mundial**. In. LINDBERG, K & HAWKINS D.E. Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora SENAC, 1995.

Costa, Luana Folchini da et al. **SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XXI**. Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 6-19, Maio/Ago., 2019.

FOLADORI, G. (2001) **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas, Editora da UNICAMP/ Imprensa Oficial.

GARCIA DOS SANTOS, L. (1997) GUIMARÃES, R. (2001) **“La sustentabilidad del desarrollo entre Rio-92 y Johannesburgo 2002: eramos felices y no sabiamos”**, Ambiente & Sociedade, vol. IV, nº 9, 2º semestre, pp. 5-24.

GUIMARÃES, P. C. V.; MACDOWELL, S. F.; DEMAJOROVIC, J. (1996) **Fiscalização em meio ambiente no Estado de São Paulo**, Cadernos FUNDAP, nº 20, maio/agosto, pp. 59-75.

LIMA, G. F. da COSTA; PORTILHO, F. (2001) - **“A sociologia ambiental no contexto acadêmico norte-americano: formação, dilemas e perspectivas”**, Teoria & Sociedade, nº 7, junho, pp.241-76.

MARTINEZ-ALLIER, J. (1997) **“Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos”** in FERREIRA, Leila da C. (org.) A sociologia no horizonte do século XXI, São Paulo, Boitempo, pp.122-35.

PACHECO, R. S. et al.(1992) **“Atores e conflitos em questões ambientais urbanas”**, Espaço & Debates, nº 35, pp. 46-51.

PASSOS, Luiz Augusto & SATO, Michèle. **Currículo e educação ambiental**. In SAUVÉ, L. et al. (Orgs.) Monografia EDAMAZ. Montréal: UQÀM & CIRADE, Projeto EDAMAZ, no prelo.

PAVAN, C. (Coord.) **Uma Estratégia Latino-americana para a Amazônia**. Brasília: MAM, São Paulo: Memorial, 1996.

PETERS, F.E. **Termos Filosóficos Gregos: Um Léxico Histórico**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

REIGOTA, Marcos. **Por uma filosofia da educação ambiental** (244 - 256).

RIBEIRO, W. C. (2001) **A ordem ambiental internacional**, São Paulo, Contexto SACHS, I. (1993) **“Estratégias de transição para o século XXI”**, in BURSZTYN, M. (org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável, S. Paulo, Brasiliense/IBAMA/ENAP VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS – 23 a 26/11/2015.

RUFINO (*) Bianca; Crispim, Cristina. **BREVE RESGATE HISTÓ-**

RICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E NO MUNDO VI. IBEAS – Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais: Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Porto Alegre/RS - 23 a 26/11/2015.

LIRA, Maria Alice de Lira. Do global ao contexto nacional: evolução da política ambiental brasileira, **Rev. Bras. Gest. Amb. Sustent.**, 2019, vol. 6, n. 14, p. 593-608.

VARGAS, M. C. (1999) **O gerenciamento integrado dos recursos hídricos como problema socioambiental**, *Ambiente & Sociedade*, Ano II, nº 5, 2º semestre de 1999, pp.109-34.

VIGEVANI (1997) **Meio ambiente e relações internacionais**, *Ambiente & Sociedade*, Vol. 1, nº 1, pp. 27-61 VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. (1992) “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista ao multi-setorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável” in HOGAN, D.J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Editora da UNICAMP.

LEITURA MULTIMODAL: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS NAS AULAS DE LEITURA DO PORTAL DO PROFESSOR

Jaciane Gomes Sousa de Lima Silva¹

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma investigação das práticas de leitura envolvendo o letramento multissemiótico presente no Portal do Professor. Com as tecnologias de informação e comunicação tão presentes no cotidiano, tivemos um novo direcionamento no tratamento da significação. O ensino de língua passou a considerar não apenas o plano linguístico, mas também as multissemioses presentes nos textos. Adotamos uma metodologia de pesquisa exploratória e também a pesquisa qualitativa, que se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais. Foram escolhidas três sugestões de aula onde são evidenciadas as atividades que privilegiam textos multimodais para ampliação do letramento multissemiótico do estudante.

Palavras-chave: Portal do Professor. Leitura. Multissemioses.

INTRODUÇÃO

As formas de leitura e escrita, em uma sociedade cada vez mais visual, exigem dos indivíduos competências que lhes possibilitem a leitura de textos elaborados por diferentes semioses (escrita, imagem, som, música, cor). Assim, percebemos a necessidade de formação de um cidadão com capacidades múltiplas no uso das linguagens.

Para Rojo (2009, p. 107), é preciso que consideremos “os letramentos multissemióticos exigidos pelos textos contemporâneos, ampliando a noção de letramentos para o campo da imagem, a música, das outras semioses que não somente a escrita”.

Como salienta Vieira (2010), “não podemos ignorar que a modernidade inunda os nossos olhos com imagens e que a linguagem visual tem sido extremamente valorizada na construção do sentido” (VIEIRA, 2010, p. 55).

Conforme Rojo (2004), o ato de ler “envolve diversos procedimentos e capacidades (perceptuais, práticas, cognitivas, afetivas,

¹ Doutoranda em Educação Matemática e Tecnológica- UFPE/PE. Mestra em Linguística- UFPE/PE. Professora de Línguas Portuguesa e Inglesa e técnica pedagógica de Linguagens- SEE/PE. jacijaci2@gmail.com

sociais, discursivas, linguísticas), todas dependentes da situação e das finalidades de leitura” (ROJO, 2004, p. 2).

Assim, concebemos a leitura como um processo de compreensão ativa (BAKHTIN, 2004), em que se exige uma tomada de posição do leitor em relação ao discurso (texto) do outro (autor). Os sentidos do texto são instituídos a partir da relação dialógica que se estabelece entre autor e leitor, entre leitor e texto e entre a multiplicidade de linguagens sociais que permeiam essas interações.

E em consenso com as discussões dentro do escopo da Linguística Textual, concebemos o texto como uma unidade multissemiótica, e não apenas como uma unidade verbal. Assim, consideramos o texto como um elemento multimodal, com diversas semioses emergindo, atuando conjuntamente na construção dos sentidos. Dessa forma, a linguagem verbal é vista como um dos elementos que constitui o texto, e não o único.

Como salientam Cavalcante e Custódio Filho (2010),

Podemos dizer, então, que a já aludida natureza multifacetada do texto comporta em sua constituição a possibilidade de a comunicação ser estabelecida não apenas pelo uso da linguagem verbal, mas pela utilização de outros recursos semióticos. (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64).

Compreender essa dimensão do texto traz para o professor uma reflexão sobre sua prática pedagógica, já que, normalmente, temos vivenciado nas salas de aula propostas de leitura muito centradas no texto verbal.

Para Jewitt e Kress (2008), para que se tenha um trabalho com textos multimodais nas escolas, torna-se fundamental pensar em ações que busquem o letramento multissemiótico ou multimodal (*multimodal literacy*) dos estudantes. Assim, é importante proporcionar um letramento que considere os diferentes modos de apresentação da informação que esses estudantes utilizam para aprender, comunicarem-se e participarem satisfatoriamente das práticas de letramento na sociedade em que vivem.

METODOLOGIA

Adotou-se nesta pesquisa a pesquisa exploratória, para melhor

compreender o problema. Segundo Silva (2008), a pesquisa exploratória é um tipo de pesquisa que é interessante utilizar quando não se tem muito conhecimento sobre o tema a ser estudado.

Esta pesquisa também pode ser classificada como qualitativa que, conforme Silva (2008, p. 31), “em termos genéricos, a pesquisa qualitativa pode ser associada à coleta e à observação e análise de texto (falado e escrito), e à observação direta do comportamento”. Segundo o autor,

[...] pode-se dizer que as investigações qualitativas têm-se preocupado com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as movimentações, crenças, valores, representações sociais e econômicas, que permeiam a rede de relações sociais. (Silva, 2008, p. 29)

Ao optar-se pela pesquisa qualitativa, está se buscando analisar, observar, descrever e interpretar algum fenômeno a fim de um maior entendimento de seu significado. Para Oliveira et al. (2020, p. 02), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”.

O PORTAL DO PROFESSOR

Como meio de auxiliar o professor, oferecendo um material didático de apoio, o MEC lançou em 2008, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Portal do Professor. Esse Portal é uma plataforma online que funciona como uma comunidade virtual de docentes (figura 1).

Figura 1: Página do Portal do Professor



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/buscarAulas.html?busca=-texto+multimodal&x=17&y=6&tipopesquisa=1&modalidade=&componente=&tema=&uf=&ordem=0&ba=false#resultado>. Acesso em: 20 out. 2023.

Lançado em 2008, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, esse Portal tem como objetivo “apoiar os processos de formação dos professores brasileiros, e enriquecer a sua prática pedagógica” e busca também a “troca de experiências e ideias, o compartilhamento de conteúdos e atividades, o fomento à produção individual e coletiva de metodologias e materiais, o acesso a informações específicas da área, entre outras atividades” (BIELSCHOWSKY; PRATA, 2010, p.1).

O Portal é um espaço público e pode ser livremente utilizado por quem quiser. Nele há recursos educacionais que ajudam a potencializar o trabalho pedagógico do professor, podendo ser acessado no seguinte endereço: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>.

Acreditamos que um melhor material didático refletirá em uma prática pedagógica mais sistematizada e na aprendizagem do estudante no que se refere à construção de sentidos dos textos multissemióticos.

Nas avaliações externas, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Brasileira) e o SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco), geralmente encontramos questões que exigem do aluno a construção dos sentidos dos textos multissemióticos. Dessa forma, acreditamos que é necessário que o professor possa fazer uso de um material didático que restabeleça as formas de aprendizagem que enfatizem o letramento multissemiótico, que possibilite ao aluno compre-

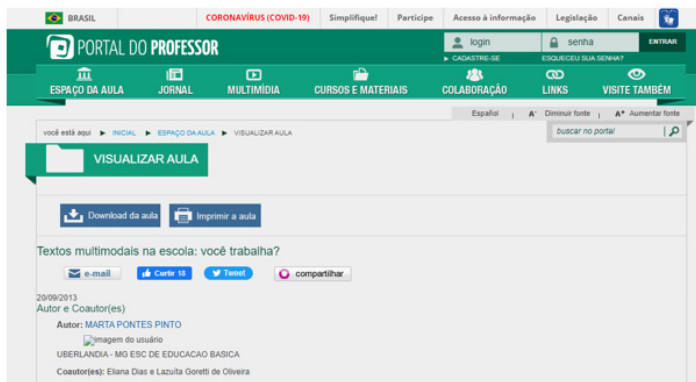
der textos de diferentes semioses.

Para Ribeiro (2016, p. 48), os letramentos estão “no rol das necessidades atuais relacionadas à cidadania”. Ela salienta que os textos multissemióticos “são pouco trabalhados nas escolas, sendo comum que apareçam apenas como “complemento” do texto escrito ou ilustração “em diálogo” com esse texto” (RIBEIRO, 2016, p. 48). Dessa forma, a escola precisa ampliar o poder semiótico dos alunos que consiste no “poder que temos de lidar com signos, produzir sentido, manejar linguagens, mais que apenas palavras, inclusive, tanto para ler quanto para escrever” (RIBEIRO, 2015, p. 114).

Logo, não podemos focar apenas na leitura do texto verbal. É necessário que os estudantes conheçam e façam uso dos diversos modos de significar. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), uma das competências específicas de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental é “ler, escutar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulam em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade (...)” (BRASIL, 2018, p. 87).

Exemplos de aulas do Portal do Professor que exploram a leitura multimodal:

Figura 2: Aula -Textos multimodais na escola: você trabalha?



The image is a screenshot of the 'Portal do Professor' website. At the top, there is a navigation bar with the logo 'PORTAL DO PROFESSOR' and several menu items: 'ESPAÇO DA AULA', 'JORNAL', 'MULTIMÍDIA', 'CURSOS E MATERIAIS', 'COLABORAÇÃO', 'LINKS', and 'VISITE TAMBÉM'. Below the navigation bar, there is a search bar and a 'VISUALIZAR AULA' button. The main content area displays the title of the lesson, 'Textos multimodais na escola: você trabalha?', along with options to download or print the lesson. Below the title, there are social media sharing buttons for email, Facebook, Twitter, and a general share button. The author information is listed as 'Autor: MARTA PONTES PINTO' and 'Coautor(es): Eliana Dias e Lazula Goretti de Oliveira'.

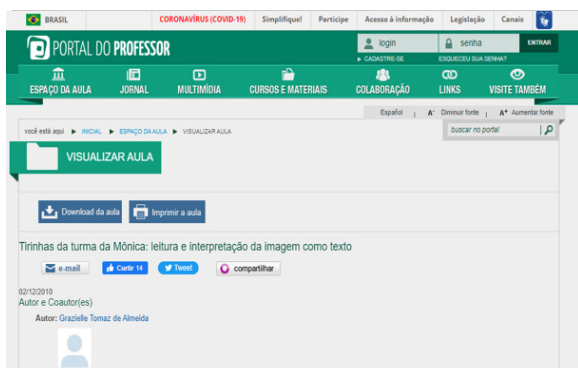
Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51782>. Acesso em: 15 out. 2023.

Figura 3: Atividade 1 da aula Textos multimodais na escola: você trabalha?



Fonte: <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=51782>. Acesso em: 15 out. 2023.

Figura 4: Aula- Tirinhas da Turma da Mônica: leitura e interpretação da imagem como texto



Fonte: <http://portaldoProfessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21247>. Acesso em: 15 out. 2023.


Figura 5: Atividade da aula Tirinhas da Turma da Mônica: leitura e interpretação da imagem como texto.

A screenshot of a web browser displaying a page from portaldo professor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21247. The page is titled "Atividade de interpretação de texto com tirinhas" and contains the following text:

Os almanques e revistas em quadrinhos são matérias nos quais as ilustrações, são componentes da construção de sentido do texto. A seguir, sugestões e indicações de atividades com tirinhas.

Dica: ao trabalhar com tirinhas é interessante pontuar com o grupo que, na sua maioria, as tirinhas não apresentam título.

A -



Retirado do site <http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira5.htm> (Acesso em 05 de junho de 2010).


1 - No primeiro quadrinho não temos texto escrito. Como conseguimos compreender o que está acontecendo?

2 - Sabemos que o Cebolinha sempre troca a letra R pela L. Sublinhe estas palavras no texto e reescrevas corretamente a seguir.

3 - Qual foi a proposta do Cebolinha, para resolver as diferenças entre ele e a Mônica?

4 - O que a Mônica compreendeu da proposta do Cebolinha?

B



Retirado do site <http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira10.htm> (Acesso em 05 de junho de 2010).

1 - Vamos interpretar a tirinha juntos. Para isso preencha as lacunas a seguir.

Fonte: <http://portaldo professor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21247>. Acesso em: 15 out. 2023.

Figura 6: Aula- Textos de jornal: aprender a relacionar título, texto e imagem

A screenshot of the Portal do Professor website. The page is titled "Visualizar Aula" and contains the following text:

Portal do Professor

BRASIL CORONAVÍRUS (COVID-19) Simplifique! Participe! Acesso à Informação Legislação Canais

login | senha | CADASTRE-SE | ESQUECEU SUA SENHA? | ENTRAR

ESPAÇO DA AULA | JORNAL | MULTIMÍDIA | CURSOS E MATERIAIS | COLABORAÇÃO | LINKS | VISITE TAMBÉM

Você está aqui: INÍCIO > ESPAÇO DA AULA > VISUALIZAR AULA

Visualizar Aula

Download da aula | Imprimir a aula

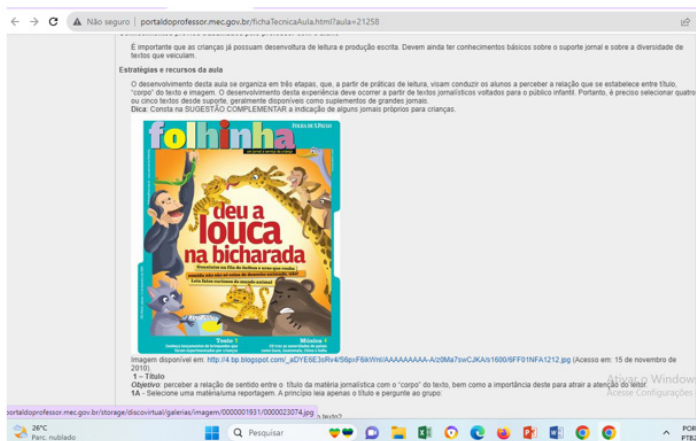
Textos de jornal: aprender a relacionar título, texto e imagem.

e-mail | Curtir 0 | Tweet | Compartilhar

02/12/2010
Autor e Coautor(es)
Autor: Grazielle Tomaz de Almeida

Fonte: <http://portaldo professor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21258>. Acesso em: 15 out 2023.

Figura 7: Atividade da aula Textos de jornal: aprender a relacionar título, texto e imagem



Fonte: <http://portaldo professor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=21258>. Acesso em: 15 out. 2023.

Em todas essas aulas e atividades apresentadas, são percebidas estratégias utilizadas para a construção de sentidos dos textos de diferentes semioses. Essas atividades auxiliam no desenvolvimento do letramento multissemiótico que possibilitam ao estudante a leitura de gêneros multimodais com diferentes linguagens ou modos de representação.

Ao promover essas atividades com essa diversidade de modos de significação, essa plataforma contribui para que o professor possa expandir o conceito de letramentos, com a utilização das novas tecnologias, reconhecendo os estudantes não apenas como ouvintes/receptores, mas produtores de significado.

Segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), (ou *Programme for International Student Assessment*) 2015 (BRASIL, 2016), comparando o desempenho dos estudantes de países da OCDE, nota-se que seis novos itens se destacam como pontos fracos, em leitura, dos estudantes brasileiros. Entre as características observadas, “vale ressaltar a necessidade de: inferir a relação entre informações apresentadas em suportes distintos, como texto verbal e imagem:(...)” (BRASIL, 2016, p.123).

Isso reforça a importância da leitura de diferentes semioses como foco nas práticas de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa. O material didático precisa ser visto como um artefato de mediação (VYGOTSKY, 2000) e, como “uma estrutura que visa a oferecer ao aprendiz uma possibilidade para que ele possa (re)construir seu comportamento por meio do estudo das atividades de linguagem” (DAMIANOVIC, 2007, p. 21). Logo, compreendemos que o Portal do Professor pode auxiliar os professores, ao trazer a multimodalidade/multissemiótica na elaboração das atividades das aulas de leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já não se pode trabalhar em sala de aula apenas com textos verbais e/ou impressos ou de uma forma unidirecional, mas com textos que estão na realidade dos estudantes, textos cada vez mais multimodais (com imagens e fotos, gráficos, vídeos, diagramas, infográficos, áudio etc.).

Essas práticas tornam a aprendizagem mais rica, pois trazem a leitura de diversos gêneros textuais, tornando a aula mais interessante e mais próxima da vivência dos estudantes. Por meio do uso de diferentes textos como jornal, tirinhas, revistas etc., o ensino da língua possibilita ao estudante sentir-se mais capaz para interpretar e construir novos textos, em uma sociedade tão comunicativa e de tantas semioses.

Acreditamos, portanto, que um trabalho voltado à leitura multissemiótica ajuda os estudantes no desenvolvimento das habilidades de leitura e produção de textos multimodais, tão importantes à inserção desses estudantes nas práticas e eventos de letramento na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. (V.N. Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 11ª. Ed. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 2004.

BIELSCHOWSKY, C. E.; PRATA, C. L. Portal educacional do professor do Brasil. **Revista de Educación**, 352, mai.-ago. 2010.

BRASIL. **Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desem-**

penho dos estudantes brasileiros / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. — São Paulo : Fundação Santillana, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, v. 12, n. 2, 2010.

DAMIANOVIC, M.C. Material didático: de um mapa de busca ao tesouro a um artefato de mediação. In: DAMIANOVIC, Maria Cristina (org). **Material Didático: Elaboração e Avaliação**. Taubaté-SP. Cabral Editora Universitária, 2007.

JEWITT, Carey; KRESS, Gunther (Orgs.). **Multimodal literacy**. New York: Peter Lang, 2008.

OLIVEIRA, G.S.; CUNHA, A.M.O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? In: **Cadernos da Fucamp**, UNIFUCAMP, v.19, n.41, p.1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.

RIBEIRO, A. E. Tecnologia e poder semiótico: escrever hoje. **Revista Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**. v.8, n.1, 2015, p. 112-123.

RIBEIRO, A. E. **Textos multimodais: leitura e produção**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

ROJO, R. H. R. **Letramento e capacidades de leitura para a cidadania**. São Paulo: SEE: CENP, 2004. Texto apresentado em Congresso realizado em maio de 2004.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SILVA, A. C. R. de. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações e teses. 2. ed. 2. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, J. Afinal, existem metáforas visuais? In: VIEIRA, J.; BENTO, A.; ORMUNDO, J. **Discursos nas práticas sociais**: perspectivas em multimodalidade e em gramática sistêmico-funcional. São Paulo: Anablume, 2010, p. 51-66.

VYGOTSKY, L. **Pensamento e Linguagem**. Martins Fontes, 2000.

TECNOLOGIA E APRENDIZAGEM: FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS EM SALA DE AULA - INIMIGAS OU ALIADAS?

Sandra Eloisa Francelino Silva

Resumo:

O presente trabalho pretende, através de uma revisão bibliográfica, demonstrar a contribuição do uso das ferramentas tecnológicas em sala de aula na construção do processo ensino-aprendizagem. As novas tecnologias usadas não como substituição ao educador e sim como ferramenta de alavancagem de resultados do profissional da educação, promove um desenvolvimento mais rápido, assertivo e atual. Pois, estamos na Era da Informação e o mundo está conectado. A educação não poderia ficar fora dessa evolução.

Palavras-chave: Tecnologias educacionais. Ensino-aprendizagem. Ensino à distância.

INTRODUÇÃO

Atualmente as informações são acessadas de maneira efetivamente fáceis e em rápida mudança, unificados a novas inovações que surgem após algum tempo. O educador tem novas estratégias que podem ser aplicadas no processo de ensino-aprendizagem, para além da hipótese de uma série de exercícios com interesse educativo e acadêmico.

Trocar informações científicas e sociais de várias qualidades, fomentando um clima de exibição zerado em exercícios de substituição, associação social e independência de substituição, por exemplo.

Ainda depende de o educador guiar o estudante para onde ele possa obter dados, informações, como tratá-los e utilizá-los com precisão, para ajudar no processo ensino-aprendizagem de qualidade. Assim, a utilização das novas tecnologias na educação espera engajar o estudante a aprender e proporcionar mudanças, que alteram a ligação entre o estudante e a escola. Esta melhoria acontece, basicamente, na adição de novas ferramentas para a aprendizagem e faz avançar o trabalho do instrutor no envio de informação de comunicação, mas também na sua obtenção através de novas estratégias.

A utilização destas ferramentas educacionais inovadoras dá poder a outra originarão de informação, para além de incitar o limite inovador do estudante e estruturar novas ideias de uma forma inesperada, que transformam as tarefas problemáticas em ciclos dinâmicos e mais simples.

As tecnologias na educação são ferramentas que podem ser utilizadas para melhorar a aprendizagem dos estudantes, bem como para apoiar as atividades de ensino. Neste aspecto, é importante notar que a educação está diretamente relacionada com os acontecimentos da sociedade e, portanto, também com a tecnologia e a globalização. A tecnologia na educação torna-se uma forma de fornecer mais informação e conhecimento aos estudantes.

Com a ascensão da Internet, novas dificuldades para a instrução formal. As aulas começaram a ser modernizadas e esperava-se que os aparelhos tecnológicos inovadores funcionassem para ampliar e facilitar a abordagem de ensino.

Como tudo que é novo, desconhecido, causa estranheza e, por vezes, certa resistência. O uso da tecnologia em sala de aula, a princípio era visto como distração, algo que prejudicava à concentração nas aulas. Essa visão está sendo substituída pela ótica de o profissional da educação deve acompanhar a evolução da sociedade e usar essas ferramentas em favor do processo ensino aprendizagem.

Agora, não mais se limitam à ideia de como utilizar tal tecnologia, tal ferramenta e sim em qual o problema está enfrentando e escolher a melhor ferramenta para tal solução. Como exemplo, podemos citar o momento atual, onde em época de pandemia mundial as escolas tiveram suas portas fechadas em favor da segurança da população e a educação teve de se reinventar com o uso do método EAD (Ensino à Distância) com aulas síncronas e assíncronas. Bem como, posteriormente, se adaptando ao sistema de ensino híbrido.

O presente trabalho visa, através de uma revisão bibliográfica, contribuir para o meio acadêmico demonstrando que o uso da tecnologia no processo de ensino aprendizagem em pode ser benigno e favorável ao desenvolvimento dos estudantes.

2 TECNOLOGIA E APRENDIZAGEM

A tecnologia tem a função de transformar conteúdos complexos em úteis e de melhor compreensão, tornando a prática mais dinâmica e

criativa e inspirando todos os participantes do processo educacional. Porém, é preciso enfatizar que a tecnologia não pode substituir o professor em sala de aula, mas deve ser explorada para auxiliar a prática docente. (MORAN, 1998).

Os recursos tecnológicos não devem ser usados apenas de forma específica, mas devem ser usados como uma ferramenta para promover a cognição e o desenvolvimento social dos alunos.

Para a implantação de um projeto pedagógico efetivo, faz-se necessária a aplicação de diretrizes preestabelecidas por órgãos competentes que visão orientar as ações, mas sem tirar a autonomia das instituições de ensino.

2.1 BNCC E AS TECNOLOGIAS

Segundo o Ministério da Educação:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

É um documento que visa orientar o processo de ensino desde a educação infantil ao ensino médio no Brasil. No entanto, não se trata de um modelo curricular pré-definido com normas específicas, mas sim de um guia orientador, que estabelece os objetivos de aprendizagem correspondentes a cada etapa escolar, tendo em conta as particularidades de cada local, sejam metodológicas, sociais ou até mesmo regionais.

A proposta significa que, desde que seja compatível com o BNCC, as unidades escolares possam desenvolver seus próprios cursos a partir das estratégias definidas em seus projetos políticos de ensino. Sua implementação ainda está em andamento, e os desafios atuais não estão apenas relacionados à expansão e diversidade do território do país, mas principalmente às medidas preventivas de saúde impostas pela pandemia Covid-19, como interromper ou suprimir face a face enfrentar as atividades escolares.

Segundo a ótica do BNCC:

“A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Ou seja, entre outros parâmetros, o BNCC caracteriza um conjunto de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, trabalhando de forma contínua e exercendo o papel de conduzir esse desenvolvimento através da educação básica.

No cenário atual, implementar o planejamento curricular têm sido um desafio aos profissionais da educação. O avanço tecnológico tem proporcionado ao ensino a possibilidade de expansão da sala de aula para além dos muros da escola e o uso das mais variadas metodologias de ensino permite o ensino híbrido (semipresencial) e à distância (EAD).

Deve-se atentar aqui, que possuir a ferramenta não implica necessariamente no uso desta para o desenvolvimento do aluno. Logo, é de extrema importância que se invista na formação continuada para professores, capacitando-os não só a usar a ferramenta e seu manuseio, mas também em como estas podem lhe auxiliar diante dos problemas comumente enfrentados em sala de aula.

Por vezes se tem o recurso, mas falta à capacitação ou se tem o conhecimento, mas falta recurso. Ou ainda uma terceira variável, onde há conhecimento, há o recurso, mas não há engajamento dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. É um processo constante de adaptação e evolução.

2.2 FUTURO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A evolução da sociedade é constante e a educação deve acompanhar esse desenvolvimento e se adaptar às mudanças atuais. É inegável que estando na era da informação e esta estando a um clique de distância, a busca por conhecimento pede uma resposta mais rápida. A tecnologia pode ser utilizada dentro do processo de ensino aprendizagem, com o intuito de acelerar o desenvolvimento e a construção desse

conhecimento.

A metodologia EAD (Ensino à Distância) é uma metodologia pedagógica que, como o nome sugere, oferece aos estudantes a oportunidade de estudar utilizando a tecnologia. As aulas, as atividades, avaliações (em alguns casos) e o suporte, acontecem de forma inteiramente remota, através da internet. Este tipo de metodologia vale muito a pena para estudantes que por algum motivo ou circunstância não têm a oportunidade de ir às aulas presencialmente. A exemplo disso tivemos a quarentena devido à pandemia causada pela COVID-19, doença que vitimou mais de 600 mil pessoas no Brasil até dezembro de 2021, onde o isolamento foi uma medida de contenção do alastre da contaminação da doença e impossibilitou estudantes ao redor do mundo de irem às escolas.

Segundo o informativo da Secretaria de Saúde:

“Isolamento se refere à separação dos infectados ou daqueles que apresentam sintomas característicos da doença, de indivíduos saudáveis. Quarentena significa separar e restringir a movimentação de indivíduos já expostos a situações com potencial de contágio.”

O ambiente escolar gerava uma aglomeração de pessoas o que poderia propiciar uma grande contaminação, e para evitar que a curva de contaminados aumentasse, essa foi uma das medidas do governo.

Diante dessas medidas, todos os envolvidos no processo de ensino foram afetados: alunos, professores, pais, gestores e demais funcionários do ambiente escolar, como porteiro, secretário, merendeiras, bibliotecários etc.

Consequentemente, o ensino à distância tornou-se progressivamente presente na formação, e diversas instituições de ensino colocaram recursos nesta metodologia. Essa implementação aconteceu de forma repentina e abrupta. Com isso, o corpo docente que não estava preparado para essa realidade, bem como os discentes, tiveram que se adaptar e inovar para que não tivéssemos danos maiores no âmbito educacional.

No início não foram analisadas as metodologias que melhor se encaixavam com a proposta do conteúdo que o professor preparou ou se estavam de acordo com o plano pedagógico. A meta era exclusivamente não parar.

Surgiram diversas estratégias também de como implementar o

ensino híbrido para dar continuidade as aulas. Ferramentas como *skype*, *zoom*, *meeting*, *google*, *classroom*, *google meet* eram os mais utilizados e, por vezes, atingiram um baixo aproveitamento e rendimento das aulas. Seja pela falta do recurso ou de engajamento dos envolvidos.

Deve-se haver uma seleção de estratégias remotas, onde se define um plano emergencial de ensino, respeitando as diretrizes nacionais, mas adaptando a realidade de cada instituição de ensino. Pois, deve-se avaliar características com ferramentas e conectividade do professor e dos alunos, para que as estratégias definidas sejam assertivas ou então adaptadas à realidade da instituição em avaliação.

As novas tecnologias são ferramentas importantíssimas na avançagem na aprendizagem dos estudantes, pois permite ao professor prender sua atenção, facilitar a linguagem de ensino, proporcionar o desenvolvimento de outros sentidos, visto que o professor agora possui, além de recursos audiovisuais, ambientes virtuais com uma infinidade de possibilidades a serem exploradas em aula.

Há três momentos que retratam o avanço dos recursos tecnológicos e das mídias utilizadas no âmbito pedagógico: modernização para a educação; otimização do processo de ensino aprendizagem e dos planos educativos para continuar a desenvolver a aprendizagem; e; abordagem sistêmica, com particularidades de progresso. Seja como for, após este retrato surgiu a Internet, o que trouxe novas dificuldades para a escolarização. (BLANCO; SILVA, 1993).

Blanco e Silva (1993) ainda chamam a atenção para o fato de que, na década de 80, a inovação tecnológica e seus recursos e contribuições ao ensino foram apresentados às escolas. O computador, câmeras de vídeo, retroprojetor (*datashow*), televisores, gravadores de som do tipo portátil e impressora são exemplos do que à época chegou até as escolas.

Com a criação do SEED/MEC, por volta de 1990, houve um aumento nos programas para a utilização de inovações na formação e educação à distância pautadas no uso da tecnologia, através de um esforço conjunto entre organizações mais burocráticas, estatais e de bairro, que foram impactadas pelos poderes políticos, que geralmente não se comparavam às suas maiores vantagens. (ALMEIDA, 2008)

Além disso, registaram três partes desta inclusão adicional: a utilização dos meios de comunicação no que diz respeito ao empreendimento curricular da escola; a preparação dos educadores e dos seus ambientes de funcionamento, a junção da combinação dos meios de comunicação na didática dos instrutores e; uma estratégia de redesenho

da escola.

O ambiente escolar vem abrindo espaço às tecnologias há alguns anos, mas de forma exponencial, no último ano houve um salto nesse espaço. Especialistas apontam que em alguns anos, poucos anos, a tecnologia dominará o ambiente escolar totalmente.

O ensino através de livro didático não são mais atraentes aos estudantes e exige do professor, gestor e demais envolvidos no processo educacional, que se atualizem e que estes estejam preparados para essa transformação.

A geração Z (nascidos entre 1995 e 2010, atualmente com 11 a 26 anos) e Alpha (nascidos a partir de 2010, atualmente com até 11 anos), estão conectados desde muito jovens. Vemos crianças destacando-se no mundo dos jogos ou até mesmo como influencers digital mi-rins.

Essa conectividade precoce possui algumas vantagens, como facilidade no uso de tecnologias, bem como acesso rápido às informações podem gera aprendizagem autodidata. Claro que deve haver um cuidado com as informações acessadas e que estas estejam de acordo com a faixa etária da criança/jovem, mas é inegável a influência da tecnologia na aprendizagem dessa geração.

A geração Alpha, principalmente, exige do corpo docente atividades criativas, objetivas, dinâmicas e que estejam de alguma maneira ligadas ao uso de tecnologia. Seja com o uso de aplicativos que facilitam na explicação e conseqüentemente no aprendizado do aluno, ou algum dispositivo eletrônico, como tablets, celulares etc.

É necessário que haja compreensão em relação à ineficácia de ensina conteúdos que permitem o fácil acesso na internet. O conteúdo deve permitir reflexões e que possa seja aplicado na prática. Portanto, a tecnologia não deve ser usada apenas para consulta e sim explorar as diversas vantagens que podem ser proporcionadas por estas.

O uso da tecnologia vem revolucionando o método de ensino e caminha para uma educação melhor no futuro. Ampliando a visão em relação ao centro do processo educacional percebe-se que o foco é o aluno e não mais o professor.

A educação e a tecnologia são complementares e os avanços na tecnologia refletirão no processo educacional. Plataformas online serão palco de encontro de diversos alunos, professores, coordenações e a comunidade educacional.

Onde antes víamos o professor como principal ferramenta para a construção do processo educacional, dá-se lugar a visão de que: O

professor é o agente mediador do processo de aprendizagem de aluno. É o responsável por definir as melhores ferramentas para desenvolver determinada competência e habilidade, com o intuito de mediar esse processo. O foco é o aluno.

Essa já é a realidade da educação atual e a comunidade educacional deve se adaptar e se preparar aos novos tempos. Investir em formações continuadas é ainda mais necessária.

Atenta-se aqui ao fato de que não são apenas formações de como manusear a ferramenta, que apesar de sua importância, não é o ponto crucial do uso das tecnologias em sala. O professor deve saber definir a melhor ferramenta de acordo com a competência, habilidade e objetivo da aula. Então, o questionamento não é como usar? A questão é: qual ferramenta e para quê?

Nessa holística, o professor poderá definir estratégias mais assertivas, visto que o planejamento pedagógico e uso de currículo já era um diferencial antes do avanço tecnológico em sala, mas agora se tornou primordial.

Uma definição de estratégias bem elaborada permite aprimorar e programar assertivamente os objetivos educacionais. Sejam estes definidos pelos órgãos regulamentadores ou pelos gestores da unidade ensino.

O protagonista na educação é o aluno, a implementação de um projeto educativo pautado na educação com uso de ferramentas tecnológicas, atividades dinâmicas e que promovam o engajamento destes, se tornam mais atrativos o que facilita na participação de todos os envolvidos e permite um aprendizado autônomo.

Usar ferramentas de seu cotidiano, como tablets, celulares, computadores, notebooks e até mesmo jogos, é uma estratégia com alto índice de eficácia. Falar o tempo todo não é mais atrativo e não faz mais parte do processo educacional. O professor deve incentivar, estimulando e proporcionando momentos de reflexão sobre o conteúdo e usando metodologias inovadoras.

O futuro permite aos professores cada vez mais oportunidades de estudar e se atualizar. Se adaptar as novas possibilidades é essencial para manter seu espaço no mercado de trabalho.

Além da metodologia de ensino mudar, mudou-se também a forma de avaliação do alunado. As avaliações estão sendo cada vez mais práticas e impactando também no tempo demandado para correções de prova e trabalhos, pois há ferramentas que permitem a correção automática, bem como a liberação de notas.

Diante da Era das Redes Sociais, há a possibilidade de engajar os alunos também usando destas ferramentas como *whatsapp*, *telegram* e *instagram*. Nesse ponto, as redes sociais são usadas para manter a conexão, nesse momento em que não há em alguns momentos a possibilidade do contato visual e presencial.

Possibilita assim que os professores promovam a criação de laços, mesmo com a distância física.

Portanto, a tecnologia pode e deve ser usada como ferramenta auxiliadora ao processo de ensino. Barreiras foram quebradas e a sala de aula vai além das paredes da escola. Só não consegue se adequar quem parar no tempo e não se adaptar. Atualização é primordial. A comunidade educativa é essencial nesse processo e cabe a eles buscar eficiência e qualidade.

3 CONCLUSÃO

O impacto de proporcionar experiências e utilização de recursos inovadores e tecnológicos para alargar e alavancar as mudanças no âmbito pedagógico, que não se restringem exclusivamente ao uso de computadores, notebooks, tabletes ou de

qualquer outro aparelho nas escolas. Mas também à utilização da inovação voltada para o conteúdo, redimensionando a realidade, tal como mudar a sala de estudos para onde o educador e os estudantes podem fazer trabalhos de forma diversificada, e identificando a informação e engajamento do estudante neste processo.

Contudo, salienta-se que o uso dessas ferramentas promove à educação um ambiente inovador de ensino. Permite também, que os profissionais da educação usem as práticas pedagógicas de maneira adequada, onde por resistência de alguns por um longo período o ensino aconteceu paralelo à evolução da sociedade. Os recursos tecnológicos são uma ferramenta a mais no processo ensino aprendizagem e não substitui o profissional. É, portanto, uma extensão das ferramentas pedagógicas.

Ainda que o EaD não alcance a metodologia tradicional de ensino em sala de aula, é perceptível o avanço desta metodologia que está cada vez mais sendo aceito pelos envolvidos no processo educacional, como país que não enxergavam como efetiva.

As dúvidas ou paradigmas em torno do Ensino à Distância que antes impediam que os estudantes fizessem suas aulas de casa, hoje foram dissipados. E vemos cada vez mais que a comunidade identifica,

agora, vantagens no EaD.

Ainda encontramos alguns empasses quanto à sua aplicação no ensino básico, a fase essencial em toda a carreira educacional do estudante. Os investimentos de capacitação e recursos nessa área são de extrema importância, visto que o ensino híbrido já é uma realidade no Brasil. Seja por medo dos pais ou determinação do governo, a participação dos alunos em sala de aula de maneira presencial não é e não será a mesma por algum tempo.

É importante salientar que o uso da tecnologia foi primordial durante as paralisações das atividades e agora mais ainda. Pois, se haviam prejuízos educação como um todo, desde o alunado com o corpo docente, estes impactos foram minimizados e amortizados pelo Ensino à Distância que só foi possível graças às novas tecnologias.

O cenário devastador à comunidade como familiares e para todos os envolvidos no processo educacional, trouxe inúmeras perdas e prejuízos, mas colaboração e adaptação aos novos tempos está sendo um impulso à avanço da educação também. Mudanças e dificuldades são essenciais no processo de transformação e a educação está sendo transformada, mais uma vez. Não há limites às possibilidades do professor para estimular seus alunos.

Reitera-se a necessidade de formação continuada para professores, inserindo os que ainda não conhecem as novas ferramentas e atualização dos que sabem como usá-las, mas ainda não encontraram a mecânica de usar para auxiliar em sala de aula, de uma maneira inovadora, articulada e atraente para corpo discente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Tecnologias na Educação: dos caminhos trilhados aos atuais desafios**. Bolema, Rio Claro (SP), Ano 21, n. 29, p. 99-129, 2008.

BLANCO, Elias; SILVA, Bento. **Tecnologia Educativa em Portugal: conceito, origens, evolução, áreas de intervenção e investigação**. Revista Portuguesa de Educação. Universidade de Minho - Braga. v. 6, n. 3, p. 37-55, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Acessado em 18 novembro 2021 às 19:22h. Disponível em

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#:~:text=A%20Base%20Nacional%20Comum%20Curricular,e%20modalidades%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica.>

BRASIL. Secretaria de Saúde. **A quarentena na COVID 19: orientações e estratégias de cuidado.** Acessado em 27 de novembro 2021, às 21:17h. Disponível em: www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/Sa%C3%BAde-Mental-eAten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-A-quarentena-na-Covid-19-orienta%C3%A7%C3%B5es-e-estrat%C3%A9gias-de-cuidado.pdf.

MORAN, José Moran. **Desafios da Internet para o Professor.** Disponível em: http://www.mat.ufrgs.br/~vclotilde/disciplinas/Site%20V%EDdeos/html/textos_pdf/desafios_da_internet_para_o_professor.pdf. Acesso em: 22 novembro. 2021.

A CONCEPÇÃO DE CORPO HUMANO PARA OS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Leandro Fonseca Lima
Nadja Fonseca da Silva Campos

Resumo:

O fenômeno do corpo humano é debatido por diversos momentos históricos da humanidade e vem sendo cada vez mais aprofundado pelos estudiosos da área. O objetivo desse estudo é refletir sobre as concepções de corpo para os professores de Educação Física. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica do tipo exploratória. A coleta de dados foi obtida por meio de artigos e livros de cunho acadêmico/ científico, revisão da literatura, aonde se buscou compreender como o corpo vem sendo conceituado dentro da área de Educação Física. Com os resultados obtidos constatou-se informações relevantes sobre a concepção do corpo humano junto ao curso de Educação Física, enfatizando o corpo e a produção de conhecimento na área, apontando a importância sobre a discussão da temática dentro das instituições de ensino para uma construção conceitual e metodológica docente e compreensão acadêmica mais aprofundada.

Palavras-chave: Professor. Educação Física. Corpo.

INTRODUÇÃO

O corpo é descrito como um objeto da cultura da humanidade, sendo inserido pelas tradições destas, além de ser modificado de acordo com as alterações do seu povo, em outras palavras, o corpo é considerado uma expressão da cultura de determinada comunidade, de forma que cada cultura consegue se expressar por meio de diferentes corpos, a expressão se diferencia enquanto cultura (BRACHT, 2018, p.12).

O autor Soares (1999, p.7), aponta a fragilidade de análises sobre o corpo na área educacional, podendo ser perceptível que não existe um aprofundamento na análise como é atribuído esse conhecimento do corpo, principalmente, dentro da faculdade.

É importante pontuar que os professores de Educação Física, estão diretamente envolvidos com as técnicas corporais e com a cultura de corpo nos diversos ambientes, bem como: academia de ginástica, fa-

culdades, colégios e outros lugares físicos. Portanto, professor de Educação Física, diariamente, trabalha com o corpo, entretanto são poucos os que procuram transportar essa relação da vivência prática para a área da pesquisa, que é de suma relevância para o meio científico (AZEVEDO, 2020, p.27).

Dessa forma surgiu a problemática do estudo: Como o corpo humano vem sendo apresentado pelos professores e o entendimento dos estudantes a cerca da temática?

O objetivo geral do estudo é descrever as concepções sobre o corpo humano pelos professores de Educação Física.

Essa pesquisa exploratória e bibliográfica foi produzida através de matérias já elaboradas, fundamentado principalmente de livros e artigos científicos. “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2019, p. 50). Os estudos exploratórios podem ser classificados também com pesquisas bibliográficas. Foram realizadas buscas nas plataformas científicas como Scielo e BVS de artigos científicos sobre como o corpo tem sido trabalhado pelos professores em Educação Física.

É de grande importância o estudo sobre o corpo e foi destacado nesse artigo com foco nos professores de Educação Física. Outra grande contribuição está no fato deste servir de insumo para discussões acerca da temática no campo da Educação Física, servindo como uma rica fonte de informação para os assistentes sociais em formação, tendo em vista que oferecerá informações atualizadas e servirá de base para futuros estudos.

2.CORPO E CULTURA

O autor Marcel Mauss (2017) consiste sobre as técnicas do corpo que:

As técnicas do corpo (2017), comunicação apresentada à Sociedade de Psicologia, o antropólogo francês Marcel Mauss (1872-1950) trata de um domínio até então nublado pela noção tradicional de tecnologia, entendida como instrumento envolvido no ato de manipulação. Às técnicas dos instrumentos, Mauss opõe um conjunto de técnicas do corpo, ao qual confere um papel preliminar: o corpo é o primeiro instru-

mento do homem, e ainda, o primeiro objeto e meio técnico do homem. Atribuindo à noção de técnica o que chama de ato tradicional eficaz, Mauss afirma não existir técnica nem transmissão se não houver tradição. Técnicas do corpo referem-se então aos modos pelos quais as pessoas sabem servir-se de seus corpos de maneira tradicional, o que varia de uma sociedade a outra (MAUSS, 2017, p.107).

Desta maneira, foi possível compreender o corpo não mais como apenas uma dimensão universal, igual e biológica do ser humano, mas compreendermos os seus diversos usos na sociedade. O autor Marcel Mauss diz que o corpo é o primeiro instrumento técnico do homem, antes mesmo de utilizar ferramentas, instrumentos, por exemplo, para o trabalho como: enxadas, pás, picaretas, utilizava-se o corpo humano, então o autor dá as primeiras técnicas para a subsistência (MAUSS, 2017, p.110).

Ainda de acordo com Mauss (2017) à quatro princípios para classificar o conjunto das técnicas do corpo:

Técnicas do nascimento e da obstetrícia: formas de parto e reconhecimento da criança; (2) técnicas da infância: modos de carregar o bebê, de mamar e desmamar; (3) técnicas da adolescência: contextos de iniciação dos jovens; (4) técnicas da idade adulta: modos de dormir e de repouso; técnicas de atividade e movimento: dança, corrida, salto, escalada, descida, nado; técnicas de cuidados do corpo: esfregar, lavar, ensaboar; técnicas de consumo: modos de comer e beber; técnicas da reprodução: posições sexuais; e técnicas de medicação (MAUSS, 2017, p.110).

Outro autor importante para a compreensão da dimensão social sobre o corpo foi Robert Hertz. O autor Hertz estudou a preeminência da mão direita, ou seja, o fato de ter-se a mão direita mais desenvolvida, mais forte e mais rápida, embora o autor reconheça que existem determinadas disposições biológicas que tornam esta mão privilegiada, ele vai mostrar os feitos históricos de estímulo à mão direita e, ao mesmo tempo, de restrição à mão esquerda que levaram a mão direita

a ser preeminente, isto mostra a historicidade impregnada em no corpo (BRACHT, 2018, p.12).

O autor Nóbrega (2019) descreve o corpo como:

O corpo não é uma massa material e inerte, mas o lugar de nossas ações originais. A originalidade do ser no mundo está expressa no corpo-próprio. O ser no mundo refere-se ao homem em sua unidade existencial, na qual não há separação entre o psiquismo e o biológico e também o humano ultrapassa os níveis sincrético (instintos) e amovíveis (sinais), tornando-se simbólico. Nessa perspectiva, o corpo não se coloca como objeto, ele é o próprio Ser, em sua identidade e expressão original. O domínio simbólico, propriamente humano, habita a unidade do corpo. (NÓBREGA, 2019, p.67).

Desta maneira, mesmo um corpo tendo uma dimensão física orgânica e biológica, entende-se que é impossível encontrar na sociedade um corpo que não seja, de certa forma, modificado pela cultura. Um bom exemplo disso é o próprio treino corporal, as formas que utiliza-se para deixar o corpo forte, o corpo magro, etc. Portanto, isso tudo é produto da cultura, precisa-se compreender o funcionamento do corpo, criar instrumentos, métodos, máquinas de treinamento, para ter-se os corpos que considera-se significativos na atual sociedade (AZEVEDO, 2020, p.30).

O corpo não fica forte ou fraco de forma espontânea, não fica magro ou gordo de forma imediata, ele o fica a partir dos sentidos, dos significados que produz a respeito dele e a partir de técnicas de instrumentos de métodos, tenta-se então, alcançar o pretendido corpo. Por exemplo, quando o músculo cresce, a uma explicação biológica e fisiológica, mostrando a capacidade em que a musculatura tem para hipertrofiar, a partir de um conjunto de conhecimentos oriundos das ciências da natureza (AZEVEDO, 2020, p.27).

Entretanto, quando fala-se em Educação Física e cultura, sobre o, por que o músculo cresce está se interrogando a respeito dos significados que um músculo fortalecido, trabalhado, tem na sociedade em que se vive. Este é o sentido, isto é, é um dos sentidos que pode-se atribuir a relação entre Educação Física, corpo e cultura. O estudo do corpo

e da cultura traz contribuições importantes para entender-se a cultura corporal, objeto de estudo da Educação Física (BRACHT, 2018, p.17).

2.1 O Corpo Anatômico

A palavra anatomia significa dividir em partes, pois estuda-se o corpo humano normal, seccionado por meio de dissecação, para que se possa entender não só a sua estrutura externa, mas também a sua estrutura interna e a anatomia normal é tudo aquilo que obedece aos conceitos idealístico e estatístico. Segundo o conceito idealístico normal é o que é melhor para o desempenho da função, por exemplo, para que a mão consiga desempenhar adequadamente a sua função de pinça fina, é necessário que o indivíduo tenha cinco dedos em cada mão. Já o conceito estatístico considera normal, aquilo que está presente na maioria dos indivíduos, por exemplo, a maioria das pessoas tem cinco dedos em cada mão, por isso é normal ter cinco dedos em cada mão (NÓBREGA, 2019, p. 65).

Todavia, quando se analisa diferentes pessoas, observa-se que existem diversas diferenças entre elas, algumas diferenças são causadas por fatores como idade, sexo, grupo étnico, biotipo ou outros, quando essas diferenças não prejudicam a função da estrutura anatômica, falasse que são apenas variações anatômicas, é o que acontece, por exemplo, com as diferentes tonalidades dos olhos dos cabelos, da pele, de diferentes pessoas (RODRIGUES, 2019, p.234).

Na segmentação do corpo humano, para facilitar os nomes usados em anatomia, uma posição anatômica de descrição foi padronizada. Nesta posição, imagina-se que o cadáver está em pé com o olhar no horizonte, os pés apontando para frente, os membros superiores ao lado do corpo, com as palmas das mãos voltadas para a frente. Então, nesta posição, pode-se identificar as regiões que formam o corpo, ou seja, cabeça, pescoço, tronco, membros superiores e membros inferiores (NÓBREGA, 2019, p. 65).

O plano sagital divide um corpo ou parte dele em porção direita e esquerda. Se esse plano passa exatamente sobre a linha mediana do corpo, ele começa a ser chamado de plano sagital mediano e divide o corpo em metades iguais, denominadas antímeros. Então, tem-se o antímero direito e o antímero esquerdo. Já o plano coronal divide o corpo ou parte dele em porção anterior e posterior, denominadas paquímetros, o lado da frente é o paquímetro anterior ou ventral, e o de trás é o paquímetro posterior ou dorsal. Por fim, o plano transversal divide o

corpo em partes ou parte dele em porção superior inferior, denominadas metâmeros, o metâmero de cima é o superior ou cranial, e o de baixo é o metâmero inferior podálico (LE BRETON, 2018, p.68).

O sistema esquelético é composto predominantemente pelos ossos, os ossos são peças rígidas com formas variáveis, que possuem a capacidade de se adaptar as estruturas vizinhas. Uma criança nasce com aproximadamente trezentos e cinquenta ossos, mas o adulto tem esse número reduzido para apenas duzentas e seis, isso porque alguns desses ossos se fundem durante o desenvolvimento e crescimento (BRACHT, 2018, p.12).

3. O CORPO NA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

No amanhecer da humanidade é despertada junto a ela, uma forte necessidade de sobrevivência, na era pré-histórica os homens eram nômades e coletores, para sobreviver, desenvolveram valências físicas, precisavam ser fortes, velozes e resistentes para fugir, casar, se defender e tudo mais para garantir a sobrevivência da espécie (RODRIGUES, 2019, p.234).

De acordo com o autor Nóbrega (2019) a especialidade do corpo é:

Em sua espacialidade própria, descontínua, o corpo disponibiliza desde componentes físico-químicos à signos que definem a condição humana e as possibilidades de comunicação, que tem conformado o interesse de diversas disciplinas científicas, filosofias e modelos de educação. (NÓBREGA, 2019, p. 65)

A inteligência humana e estrutura física lhe permitiram que pudesse criar ferramentas com o passar dos tempos, o homem dominou técnicas rudimentares de agricultura e domesticação de animais, dando início ao processo de fixação em determinados locais, às habilidades se aprimorarão e a concepção esportiva também, passando a ser induzida por valores hierárquicos, éticos e sociais (SOARES, 2019, p.50).

Os chineses foram os primeiros a racionalizar os movimentos corporais humanos, atrelando os à medicina oriental criaram um kung-fu, antigo sistema de ginástica terapêutica, do qual há um forte aspecto de religião com a essência da alma para curar enfermidades. Na Índia

a espiritualidade também esteve atrelada ao desenvolvimento físico, a yoga criação de indiana íntegra os aspectos físicos, intelectual e emocional do ser, além do yoga, foi na Índia que nasceu a base do jiu jitsu (LE BRETON, 2018, p.68).

O Egito foi à nação que na antiguidade, conquistou um alto grau de aperfeiçoamento esportivo, suas práticas eram bastante diversificadas e os treinamentos, rigorosos, visando às batalhas e as guerras constantes que enfrentava. Já na Grécia, o exercício físico era instrumento de formação moral e espiritual, por conta do culto aos seus deuses, foi lá que nasceu os Jogos Olímpicos, criados para homenagear Zeus, a maior divindade do Olimpo (RODRIGUES, 2019, p.234).

Na primeira edição dos jogos, por volta de 776 a. C. houve somente a prova da corrida de 192,27 m, disputada e vencida por Coroebus de Elis, o cozinheiro reconhecido como o primeiro campeão olímpico, depois da 13ª edição, outras modalidades foram inseridas, para participar, era necessário ser homem e cidadão livre, as mulheres não podiam nem participar ou assistir, com risco de punição com a morte, caso fosse casada (LE BRETON, 2019, p.95).

Como nos tempos atuais, os Jogos Olímpicos eram realizados de quatro em quatro anos, mas com o domínio do Império Romano sobre a Grécia a partir do ano 144 a.C. começou o declínio das olimpíadas na era antiga, a igreja viu os jogos como um culto a divindades pagãs até serem proibidos de vez por questões religiosas (SOARES, 2019, p.50).

Com a queda do Império Romano, houve também o fim dos esportes de espetáculo, já a igreja continuou forte e foi a principal propagadora da ideia de que o culto ao físico negligencia o culto ao espírito, assim contaminando a alma. Mesmo assim, existiram manifestações de Educação Física, porém elas não eram difundidas, somente toleradas (NÓBREGA, 2019, p. 61).

Foi na Renascença que a Educação Física voltou a ganhar força, nomes como o do humanista Vittorino da Feltre, que tinha em sua concepção pedagógica o ensino do exercício do corpo em comunhão com o exercício do espírito, Pedro Paulo que adotou o modelo espartano de educação, que inseriu os alunos em fortes programas de atividades físicas e do iluminista Jean Jacques Rousseau é tido como pai da Educação Física escolar, por idealizar a inserção da Educação Física na educação infantil. Todos eles ajudaram a resgatar valores perdidos desde a antiguidade (RODRIGUES, 2019, p.234).

Esse período histórico da Educação Física foi marcado pelo surgimento das escolas europeias de Educação Física, cada qual com

suas características e bases de influência. As principais foram à escola alemã, que foi o berço da ginástica olímpica atual, a escola Nórdica, que promoveu o desenvolvimento harmônico e racional, a progressão pedagógica da ginástica e a alegria nas aulas. A escola francesa que preconizou o método natural e difundiu globalmente a ginástica calistênica ou calistenia, destinada à população mais necessitada que foi amplamente praticada no Brasil, até a década de 70. Isso sem falar na escola inglesa, baseadas nos jogos e esportes, que incorporou o esporte no âmbito escolar com uma conotação educativa. Os ingleses sistematizaram as regras ou criaram diversos esportes, como o futebol e o rúgbi (LE BRETON, 2018, p.68).

No Brasil, a Educação Física passou a ganhar mais importância na chamada fase higienista, entre 1900 e 1930. Logo em seguida, na fase militarista de 1930 a 1945, a Educação Física é usada como meio para aprimoramento da raça e fortalecimento do Estado, promovia a disciplina moral e o adestramento físico, o objetivo dos militares era de formar homens fortes, disciplinados, com boa aparência física e resistente a doenças (SOARES, 2019, p.50).

A partir de 1945, a Educação Física brasileira entra na fase de pedagogização, foi nessa época que foi habilitado o profissional de Educação Física, as atividades esportivas ganham importância no currículo escolar e o desenvolvimento de habilidade passa a ser o principal foco da disciplina. A fase atual começa a partir da década de 1970, com estreitamento do esporte e o nacionalismo e é impulsionado pela obrigatoriedade da Educação Física nos ensinos fundamental e médio a partir de 1971 (NÓBREGA, 2019, p. 65).

Em tempos atuais, o esporte como negócio, a musculação de academias e personal trainers, aliado à perseguição do ideal do corpo perfeito, algumas vezes a qualquer custo, distanciam a Educação Física cada vez mais dos seus valores originais. Por outro lado, o acesso à informação à busca de boa parte da população pelo bem-estar físico, a democratização do esporte em todas as classes sociais e a prática de exercícios voltados para a saúde física e mental são algumas boas perspectivas para o futuro da história da Educação Física (LE BRETON, 2018, p.68).

4. EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA CORPORAL

Conforme Daolio (2004), a Cultura é o principal conceito para a Educação Física, porque todas as manifestações corporais humanas

são geradas na dinâmica cultural. Assim, a intervenção pedagógica na área trata do ser humano nas suas manifestações culturais relacionadas ao corpo e movimento.

Dessa forma, pensamos que o objetivo principal da Educação Física escolar é introduzir e integrar os alunos na Cultura Corporal de Movimento, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, formando cidadãos que irão usufruir, partilhar, produzir e transformar as manifestações que caracterizam essa área, como o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta.

As aulas de educação física devem fazer com que os alunos participem de atividades que acabem envolvendo a cultura corporal de movimento e, ainda, criar vínculos, valorizando-se às atitudes éticas, além de conduzir informações sobre uma vida saudável para despertar o gosto pela atividade física (PERES; MARCINKOWSKI, 2012).

5. METODOLOGIA

Esse estudo seguiu uma pesquisa bibliográfica que foi produzida através de documento já elaborado, fundamentado principalmente de livros e artigos científicos. “Bibliografia é um termo generalizado para designar a listagem das fontes de consulta utilizadas na pesquisa de determinado tema para elaboração de um trabalho escrito.” (GIL, 2018, p. 50). Os estudos exploratórios podem ser classificados também com pesquisas bibliográficas.

A realização do estudo se obteve através de revisão bibliográfica, sendo assim, tal pesquisa, será voltada à fundamentação teórica do mesmo, na perspectiva de descrever os aspectos teórico-conceituais acerca da temática do corpo, bem como aspectos gerais, além de evidenciara concepção do corpo humano para os professores de educação física. Simultaneamente realizou-se, ainda, o levantamento e a análise documental.

Os critérios para inclusão foram artigos originais disponíveis na íntegra e na língua portuguesa, publicados no período de 2017 a 2022, com pesquisa realizada no Brasil. Os critérios de exclusão passaram pela exclusão de todos os tipos de documentos que não se enquadraram na categoria artigo, que não tenham realizado a pesquisa no Brasil, que tenham publicação exclusiva em idioma estrangeiro e que tenham a data da publicação fora da compreendida entre 2012 a 2016.

Desta forma, serão utilizadas obras sobre Conselho Nacional de Educação (CNE), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), Lei de Di-

retrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Projeto Político Pedagógico (PPP), Organização das Nações Unidas (ONU), entre outras, mediante materiais gráficos e institucionais e noticiais relacionadas à temática.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o estudo entre corpo humano e Educação Física buscou-se, através da análise e interpretação dos dados coletados, compreender as concepções dos professores, assim como determinar vínculos com a prática pedagógica. Foram obtidos como referência os Projetos Políticos Pedagógicos já existentes e disponibilizados pelas organizações de ensino, podendo assim perceber a importância do estudo.

De acordo com o autor Lüdorf (2019) conceitua corpo como:

Em física, um corpo (algumas vezes chamado apenas de objeto) é a coleção de massas tomadas uma a uma. Por exemplo, uma bola de basquete pode ser considerada um objeto, mas ela também consiste de muitas partículas (partes de matéria). Tudo o que ocupa espaço e constitui unidade orgânica ou inorgânica. O que constitui o ser animal (vivo ou morto).

Ao longo da sua história, a Educação Física caracterizou-se de formas bastante distintas, em alguns momentos, focando na ideia de que seu objeto de estudo era a atividade física e o exercício físico, olhando para o corpo humano, com uma perspectiva bastante biológica, sob um olhar de influência biomédica, em outros momentos observou para o seu objeto de estudo como movimento humano, focando fundamentalmente um olhar a partir da ideia de aprendizagem de movimento, da aprendizagem motora (MONDIN, 2021, p.100).

O autor Alves (2018) contextualiza que:

A ciência tradicional que lida com o corpo, assim como as proposições científicas sugeridas na Educação Física, partem de concepções de corpo e movimentos centradas na dimensão anátomo-fisiológicas e lhes atribuem uma condição de objeto material, compreendendo-o como passivo, não-criativo, a histórico e desprovido de subjetividade. Para esta concepção

de corpo “físico” e movimento “físico”, é coerente utilizar os referenciais de uma física newteana ou de uma física social comteana, como temos acompanhado até hoje em áreas que vão desde a biomecânica até as proposições enquadradas sobre a denominação Atividade Física e Saúde (ALVES, 2018, p.33)

O autor Alves (2018, p.27) afirma que existem limitações e lacunas nas tentativas de se pensar o corpo no contexto da Educação Física:

O discurso dessas ciências não-exatas pouco enfrentou, apesar de todos esses conhecimentos, a idéia daquilo que havia de “natureza” no humano em toda em toda sua complexidade e as sínteses que se expressam em suas formas de comportamento, mantendo e reforçando um certo dualismo em sua compreensão. Nas ocasiões em que procurou enfrentar tal discussão, mostrou uma tendência de reduzir o corpo ao domínio da cultura, indicando que tudo é história e reforçando um certo relativismo multiculturalista (ALVES, 2018, p.33).

A área da Educação Física foi atravessada por viés higienista e focando na noção de saúde, como principal objetivo da Educação Física, militaristas, competivistas com foco no esporte, na seleção de talentos esportivos e ainda na seleção de talentos biológicos para o esporte, sendo aqueles que tinham mais habilidade, que possuíam um corpo mais forte e mais ágil, mais rápido (VAZ, 2018, p.168).

Compreender o objeto da Educação Física como cultura corporal, permite a ampliação da discussão sobre o ser humano em movimento, visto que, isso permite para além de entender o movimento humano, entender os seus sentidos e significados. Mesmo após ter avançado o debate sobre o corpo, o estudo do tema ainda é muito delimitado na nossa sociedade, sobretudo quando se fala na Educação. Dessa forma a autora Soares (1999, p.5) esclarece que:

O corpo como primeiro plano de visibilidade humana, como lugar privilegiado das marcas da cultura [...], tem sido pouco considerado no campo da Educação e, mais especificamente,

no campo da Educação Física. Nesta os estudos em torno do corpo são também incipientes. (SOARES, 1999, p.5).

Como foi exposto no referencial teórico, o corpo apresenta inúmeras vertentes a serem trabalhadas, na qual o profissional de Educação Física utiliza na sua prática, em todos os campos de atuação, seja na área esportiva, educacional, ou mesma da saúde (VAZ, 2018, p.168).

O autor Lüdorf (2019) descreve sobre o professor de Educação Física:

O professor de educação física vê-se, a todo tempo, envolvido com técnicas corporais e com a cultura do corpo nos mais variados ambientes, como: escola, academia de ginástica, clube, universidade e demais espaços sociais. Mais do que uma atuação de cunho essencialmente técnico, o professor de educação física é um educador, na medida em que desempenha um papel formativo e contribui, em sua prática pedagógica, para a formação de valores socioculturais, subjetivos e políticos. (LÜDORF, 2019, p.100).

Dessa forma, compreende-se a importância e a necessidade de se ter uma formação qualificada para os profissionais de Educação Física. A graduação é a base da formação acadêmica, por meio dela o acadêmico passa a fazer as primeiras observações e ter a prática diretamente a área de atuação (VAZ, 2018, p.168).

Conclui-se a importância do estudo na área da Educação Física, é indispensável a análise do corpo para os docentes, visto que, trabalham diretamente com a motricidade humana, e o corpo faz parte desse ser. Dessa forma, corpo se inclui na formação em Educação Física em todos os âmbitos, mesmo aqueles nos quais é raramente percebido e interpretado como tal (VAZ, 2018, p.160).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu a apresentação sobre a evolução nas concepções de corpo dos profissionais da Educação Física, já que a simplicista que era praticamente dominante na área, continua considerada, mas não é a única. O movimento e, por consequência, o corpo, com-

põe, por ápice, a matéria-prima da Educação Física.

Dessa forma, trabalhar com o ser humano provoca em conceber-se sob diversos aspectos, compreende-lo como um processo pertinente de construção sociocultural. Em outras palavras, os tópicos da Educação Física resultam em ideologias, valores e representações histórico-culturais que precisam ser minimamente considerados e estudados.

Conclui-se que o estudo foi realizado com êxito, obtendo todas as suas etapas realizadas de forma a atender os seus objetivos, podendo assim acompanhar o corpo e sua realidade sociocultural presente, principalmente nos estudos dos professores da Educação Física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **O corpo e as palavras**. In: BRUHNS, H. T. (org.) *Conversando sobre o corpo*. p.17-42. Campinas, SP: Papirus, 2018.

AZEVEDO, Ângela Celeste Barreto de. **História de educação física no Brasil: currículo e formação superior**. Campo Grande, UFMS, p.27-30, 2020.

BRACHT, Valter. Educação Física: a busca da autonomia pedagógica. **Revista da Fundação de Esporte e Turismo**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 12-19, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, p.50-76, 2018.

LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. **Corpo e formação de professores de educação física. Interface comunicação saúde e educação**, v. 13, n. 28, p. 99-110, 2019.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, p. 100-110, 2017.

MONDIN, B. **O homem: quem ele é?: Elementos de antropologia filosófica**. Tradução de R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. São Paulo:

Paulus, p.90-100, 2021.

NÓBREGA, T. P. **Corpo e Epistemologia**. In NÓBREGA, T. P. (ORG.) Epistemologia, saberes e práticas da Educação Física. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, p. 59-74. 2019.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. (Org.). **Escritos sobre o corpo: diálogos entre arte, ciência, filosofia e educação**. Natal: EDUFRN, p.317-322, 2020.

PERES, A. L. X; MARCINKOWSKI, B.B. **A motivação dos alunos do ensino médio: realização das aulas de educação física**. Cinergis, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 4, p. 26-33, Out/Dez, 2012.

RODRIGUES, J. C. **O corpo na História**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p.234-256, 2019.

SOARES, Carmen Lúcia. **Corpo e história**. Campinas: Autores associados, p.50-59, 2019.

SOARES, Carmen Lúcia. (Org.). **Corpo e educação**. Caderno Cedes, v. 19, n. 48, p. 5-108, 1999.

VAZ, A. Educação do corpo, conhecimento, fronteiras. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte – RBCE**. Campinas, SP, v.24, n.2, p. 161-172, jan. 2018.

O PROTAGONISMO E INOVAÇÃO DO PROFESSOR COMO COMPETENCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Antônio Carlos Magalhães de Menezes
Idjane Sueleyde das Neves Marinho

Resumo:

A importância da figura do professor é indiscutível, especialmente quando se atrela a inovação no cenário educacional. Sem dúvida, no campo da escolha do professor tem um papel de liderança por excelência. O espaço temporal em que o mestre se move em cada contexto sócio histórico tem sido decisivo para sua abordagem profissional. Desta forma, este artigo tem por objetivo identificar como trabalhar o protagonismo do professor como competência básica e primordial de destaque no cenário educacional, como foco especial para a inovação. Os resultados apontam o fato da avaliação da figura docente deve ser realizada com os mesmos critérios que rege a historiografia para processar eventos sociais passados. Conclui que a figura do professor merece total atenção na sociedade, embora sua liderança educacional tem sido importante já que são utilizados como um dos elementos fundamentais e indiscutíveis na aprendizagem, bem como a forma como eles interiorizam e vivenciam seu ser docente, permeiam o caminho em quais os alunos se aproximam, se motivam, se interessam e adquirem aprendizado.

Palavras-chave: Professor. Protagonismo. Inovação. Ensino-Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O processo de construção do conhecimento, tentados no diálogo de conceitos e episódios, em uma retroalimentação na recuperação e integração crítica e coerente do conjunto de representações e saberes que os educadores possuem o transforma em protagonista do processo educativo.

Na medida em que esse processo desenvolve em pequena escala está tomando forma em uma prática de pesquisa intensiva e profunda interação permanente com os próprios atores, resgate e articulação de suas categorias sociais, de onde se pode dizer que está próximo da experiência anterior e, portanto, é possível reavaliar as contribuições

teóricas e metodológicas.

O problema a ser investigado busca evidenciar o papel do professor e seu protagonismo no cenário educacional, a luz da inovação educacional frente às dificuldades encontradas para o seu fazer cotidiano, que nessa proposta envolve alunos e o ambiente escolar em que se encontra configurado.

O protagonismo do professor possibilita o desenvolvimento da autonomia no aluno, pois o mesmo se sentirá motivado a buscar novos conhecimentos, logo o professor se sentirá confortável no processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, buscando dessa forma atuar de forma autônoma em seu meio, e diante disso se estender à comunidade escolar em que o mesmo se encontra envolvido.

Esse projeto nasceu da inquietação com relação ao papel do professor do professor no processo de ensino e aprendizagem. Tanto esse tipo de pesquisa quanto os problemas que se tornam dignos de investigação ligados ao fazer concreto do professor com o cotidiano da sala de aula ou com mais problemas que, de alguma forma, são pontuais no contexto geral do sistema educacional, merecem reflexão na medida em que expressam uma modificação de certos “paradigmas” estruturais. Acredita-se que é uma busca que surge da insatisfação com os resultados do processo educativo e que, no caso das escolas de ensino médio começam a ser formulados para dar conta da incidência dos modelos tradicionais de educação. Daí o interesse dessa investigação para compreender e especificar tais condições objetivas e os significados e sentido que adquirem para os sujeitos envolvidos na perspectiva da construção de novas na vida escolar.

Assim, este estudo tem relevância científica pois o foco é a modificação da realidade escolhida do protagonismo de seus próprios atores na construção de alternativas possíveis. Nesse sentido, é o professor, pelo seu ritmo, que manem a organização dos conteúdos. Trabalhar o protagonismo do professor na atualidade é um desafio enorme, uma vez que o professor é a figura central do processo educativo.

2. PROTAGONISMO E INOVAÇÃO

A inovação educacional, ao longo dos anos, tornou-se um dos alicerces do modelo utilizado pelas escolas, por isso, desde o início da década de 1990, as práticas pedagógicas têm sido impulsionadas por esse poderoso meio que permite induzir transformações no sistema educacional até então conhecido. A partir daí alguns pesquisadores as-

sumiram a tarefa de indagar sobre o impacto que essas mudanças têm em todos os ambientes escolares e medir sua probabilidade de sucesso e enraizamento nas escolas (ESTEVEVES, 2006).

No entanto, as mudanças são provocadas e se propõem a afetar grande parte das escolas da região, o que corresponde à resistência à aplicação de novas tecnologias em alunos, professores, pais e gestores (ZANON; FREITAS, 2007).

Da mesma forma, González (2014, p. 68) aponta que:

A educação precisa de professores com atitude empreendedora e inovadora, capazes de gerar novos talentos, líderes que motivem outros a agir. A sua principal função é comunicar e ensinar novos conhecimentos, para que os alunos ou profissionais em formação consigam possuir as ferramentas necessárias, tanto sociais como técnicas, que serão úteis para serem aplicadas no trabalho e na vida pessoal de cada um.

Na América Latina, a pesquisa tem sido um tema cujo interesse aumentou ao longo dos anos, por outro lado, os países desenvolvidos já possuem grupos de pesquisa consolidados que lhes permitiram gerar mudanças significativas nas instituições às quais pertencem. Toda pesquisa permite a construção de mudanças educacionais, auxiliando na formulação de políticas para a reconstrução desses métodos nas escolas. Na aplicação e utilização das inovações tecnológicas, uma vez conhecidas as orientações, elabora-se o método de trabalho que propõe a alteração dos parâmetros existentes e que permite realizar propostas inovadoras (FERNÁNDEZ, 2009). FREIRE, afirma ainda:

Como professor crítico, sou um “aventureiro” responsável, predisposto à mudança, à aceitação diferente. Nada do que experimentei em minha atividade docente deve necessariamente repetir-se. Repito, porém, como inevitável, a franquia de mim mesmo, radical, diante dos outros e do mundo. Minha franquia ante os outros e o mundo mesmo é a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento. (FREIRE, 1996, p. 28-29).

Os alunos não adquirem o conhecimento, o processo de ensino deve ser reforçado e modificado para atingir o objetivo proposto. Nesse sentido, o papel fundamental é exercido pelo professor, que tem a função de gerar espaços para a inovação, e desta forma a construção do conhecimento. Conseqüentemente, Naranjo (2004, p. 67), afirma que:

Quando se fala em inovação educacional, isso implica uma série de transformações em todas as áreas, por isso sustenta que: Inovar não implica apenas fazer a partir do ambiente, mas também transformar as pessoas a partir de suas próprias concepções de aprender e saber, percebendo que a inovação ocorre nas estruturas cognitivas e no concepção que temos de aprendizagem em relação aos sujeitos conceber os sujeitos que aprendem a partir de diferentes perspectivas na aprendizagem, permite inovar as práticas educativas.

Gerada pela globalização, a globalização é um processo multidimensional, que contém algumas dimensões como econômica, financeira, tecnológica e de comunicação, considerando aspectos como educação, cultura e política, entre outros aspectos, para dar valor e qualidade ao ensino e à pesquisa, beneficiando um grupo de professores diante da geração das mudanças tecnológicas, desenvolvendo estratégias de inovação educacional. O papel do professor nos processos de mudança da educação é fundamental, uma vez que as críticas aumentam ao longo dos anos, tais como: quando um indivíduo não consegue emprego, permanecerão a maior parte do tempo na rua, se relacionando com gangues, e ainda mais se estiverem em setores vulneráveis, por isso é fundamental que as escolas ofereçam um ensino baseado em valores e, por sua vez, ofereçam um ensino acadêmico de qualidade (KIRCHNER et al., 1998).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que a qualidade do professor é um caminho dentro do indivíduo, portanto, o mais significativo é a prática do indivíduo, suas reflexões e a necessidade de se aprimorar (TIMBOÍBA, 2011). Os professores atendem às aulas com pontualidade, acomodam as aulas com antecedência, têm um estilo de ensino ativo, revisam as atividades e relatam os resultados aos pais e são o principal suporte no ensino (MARCELO, 2006).

Pelo exposto, pode-se afirmar que o professor deve conhecer e

ter clareza do papel fundamental e protagonista de acompanhamento que exerce sobre os alunos e deve estar familiarizado com a mudança de paradigma educacional, onde o papel do professor não é mais apenas a verificação do aprendizado, mas o ensino de sua aplicação na sociedade. Partindo da premissa de que a inovação é denominada um processo que se estrutura de forma premeditada e coordenada para ocorrer de diversas formas, nesse contexto, a teoria da inovação traz contribuições significativas (SUART; MARCONDES, 2018).

2.1 PROCESSOS DE INOVAÇÃO DO PROFESSOR PROTAGONISTA

O modelo de processo que inclui a resolução da pesquisa, evidencia o modelo como uma série de fases em que o processo de inovação não é analisado sob a ótica do usuário (elemento passivo); não mostra a exploração o que um conglomerado a partir de réplicas específicas para vários problemas, mas sim um conjunto de ideias que sofrem transformações para gerar produtos úteis para o desenvolvimento das instituições, de seus funcionários e do processo de ensino e aprendizagem (NARANJO, 2004).

Nesse modelo, o conhecimento é produzido em escala massiva e disseminada a todos que possam achá-lo útil, alcançando a inovação. O referido processo é apresentado através de um modelo com uma abordagem de inovação lógica e racional, apoiada em alguns pressupostos que, embora questionáveis, podem ser aplicados com um processo de planejamento bem definido que permita a articulação entre teoria e prática. O modelo de processo de interação social (humanista) inclui a difusão da inovação e dá relevância às redes interpessoais de informação, liderança (transformacional), opinião e outros aspectos. No modelo supracitado, a atenção está voltada para a interação entre os membros do grupo adotante, aqui a inovação faz com que os participantes se conscientizem e requeiram um processo de busca de informações que sejam úteis para sua própria situação e avaliação (TEDESCO, 2000).

NOVOA, ao se referir a identidade do professor destaca:

Adesão, porque ser professor implica a adesão a princípios e valores [...] Ação, porque na escolha das melhores maneiras de agir jogam decisões de fórum profissional e de fórum pessoal. [...] e Autoconsciência, porque em última análise tudo se decide no processo de reflexão

que o professor leva a cabo sua própria ação. É uma dimensão decisiva na medida em que a mudança e a inovação pedagógica são intimamente dependentes deste pensamento reflexivo. (NOVOA, 1995, p. 16)

Estas atribuições de um professor inovador fazem a diferença no ambiente escolar, o que o tornam protagonista de sua realidade. O modelo do processo de resolução de problemas começa inicialmente tendo o usuário como eixo central, e que há necessidade de inovar, e a partir dessa hipótese, gera-se um diagnóstico, aplicação e avaliação (ARROIO; GIORDAN, 2016).

Uma vez consideradas as variáveis mencionadas, são propostas possíveis soluções sobre estratégias para a execução dos processos com foco em atividades colaborativas com uma abordagem participativa e não manipulável. Para ele, a assessoria externa corresponde a um ponto de partida que permite estabelecer possíveis soluções que devem ser internalizadas pelos participantes e que respondam às reais necessidades dos usuários (SÁENZ-LOPEZ; DÍAZ, 2012).

Depois de ter processado e analisado toda a informação que emergiu deste processo heurístico, a próxima etapa é representada pela construção teórica, constituindo o contributo substantivo do investigador qualitativo. O papel do professor e pedagogo humanistas implica que o aluno aprenda e ele se torne o professor, uma questão de inspiração pelo exemplo, ao invés de imposição e obediência. Quanto à pedagogia humanista, assenta na avaliação pessoal, o ser humano é o centro de tudo, procura o bem-estar, fortalece as relações humanas e transmite os valores humanos através da formação cidadã num contexto de espiritualidade com visão de futuro (DRIVER et al., 2017).

Desenvolve-se no currículo integral através da transversalidade dos conteúdos, relacionando o desenvolvimento pessoal e profissional, através da orientação integral, autodesenvolvimento, inteligência emocional, gestão e resolução de conflitos, técnicas de estudo e serviço à comunidade (NARANJO, 2004).

De certa forma é uma realidade intangível, é como uma arte cênica, um encontro, é algo que se vive através da interação do líder com outros seres humanos. Com base em tudo exposto nestas linhas, construo teoricamente a conceituação do aluno como o centro da educação e o significado de toda ação pedagógica, o que requer a qualidade educacional dos professores para desenvolver uma aprendizagem constante. Eles estão comprometidos com os objetivos obtendo um crescimento

peçoal que consolida a sua formação como produto da maturidade. Do ponto de vista da escola, seja que de nível for universidade, busca-se reformar a proposta formativa já que ela continua rígida, ultrapassada, ultrapassada, e nela as unidades de ensino são estáticas, enquanto os planos de estudo são muito especializados e a formação aparece de forma maneira fragmentada (MARCELO, 2006).

Todas estas circunstâncias fizeram com que as casas de estudo se encontrassem numa encruzilhada de desconfiança que inspira no seio da sociedade. Porém, depende das ações que essa imagem tão negativa possa ser transformada em uma imagem muito mais positiva, em que se estabeleçam outros tipos de estruturas, metodologias, projetos, que restaurem a confiança nas instituições de ensino (FREITAS, 2016). LUCKESI, sobre a postura do professor inovador e protagonista afirma:

O educador, então, por si, será aquele que oferece condições que potencializam o processo de autodesenvolvimento do educando. O educador cria o espaço da receptividade viva para o educando, oferecendo-lhe condições para que se sinta num espaço seguro, sem ameaças, julgamentos ou desqualificações, tendo em vista, através de atos e de atividades educativas aprender e, conseqüentemente, desenvolver-se. Nesse contexto, o educando aprende e, por aprender, se desenvolve. Para tanto, necessita desse espaço acolhedor e seguro e de um tempo satisfatório. (LUCKESI, 2005, p. 7).

O professor é um diferencial na sala de aula , é ele quem dita a regra de como o conhecimento deve ser construído, porque ele precisa sair dos muros das escola e alcançar posições favoráveis para que o aluno seja protagonista em seu fazer pedagógico.

CONCLUSÃO

A aprendizagem, do ponto de vista do corpo discente, é enriquecida pela variedade de contribuições feitas por professores com diferentes pontos de vista, posturas e abordagens, que configuram experiências que, sendo valorizadas como positivas e até negativas, geram entre os alunos importantes aprendizagem que alimente seu corpo de saberes em relação ao ser professor.

A aprendizagem adquirida é multidimensional e dinâmica, abrangendo as esferas ideológicas/filosóficas (eu, professor, a ideia de educação, a ideia de corpo discente), funcional (papéis e funções), científica (construção, contraposição e geração de teorias) e competência (composta pelo conhecimento especializado, saber fazer e saber ser).

Para a aquisição desta aprendizagem, traçada pelos alunos sob uma abordagem multidimensional, o corpo docente conduz as suas atividades tendo como eixos a sua própria experiência e a dos outros, bem como os processos reflexivos numa perspectiva crítica atravessada pela ética profissional, que permitem passando do estado da questão, do contexto e dos conhecimentos teóricos, até à concepção de propostas pedagógicas que deem uma resposta apoiada numa sólida base psicopedagógica à situação problemática colocada, alterando e modificando a realidade. Assim, o ensino é definido onde a compreensão, o raciocínio, a transformação e a reflexão devem necessariamente constituir-se.

As aprendizagens relevantes são identificadas pelo corpo discente com base em critérios ligados à prática da sala de aula, o que implica que o conhecimento valioso para o futuro professor deve integrar em si recursos e estratégias de ação. Tornar mais fácil para o aluno aprender com a prática significa fomentar de sabedoria adquirida na prática e que durante a prática profissional equivale à quarta fonte de conhecimento base para professores competentes.

Das múltiplas facetas que o professor deve exercer como tal, é latente a falta de formação inicial ao nível da função de coordenação, comunicação e relacionamento na equipa docente e no contexto tanto escola como comunidade educativa.

Desta forma, entende-se que professores inovadores são resultados de fatores relativos aos contextos escolares e formativos, aliados a características intrínsecas aos sujeitos e que a sustentabilidade da inovação é garantida pela reflexão e transformação contínua da prática docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROIO, A., GIORDAN, M. **O vídeo educativo: aspectos da organização do ensino.** Química nova na escola. 2016, p. 8-11.

DRIVER, R.; LEARCH, J.; MILLAR, R.; SCOTT, P. **Imagens de ciência para jovens.** Open University Press, 2017.

ESTEVES, J. M. **A aventura de ser professor**. Cadernos de pedagogia, 226, 2006.

FERNÁNDEZ, M. R. Construindo nossa felicidade para ajudar a construí-la. **Revista Formação Interuniversitária de Professores**, 66 (23.3), 231-269, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, D. B. de S. **Impacto da qualidade do professor no desempenho acadêmico dos alunos do ensino médio em São Paulo**. European Journal of Social Sciences. 19:1, 2016.

GONZÁLEZ, F. **Pesquisa qualitativa sobre a vida cotidiana**. Meios para a construção do conhecimento sobre o social a partir do indivíduo. *Psicoperspectivas. Individual and Society*, 10(2), 35-59, 2014.

KIRCHNER, T.; TORRES, M.; FORNS, M. **Avaliação psicológica: modelos e técnicas**. São Paulo. 1998.

LUCKESI, C., C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática**. 2. ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.

NARANJO, C. **Mude a educação para mudar o mundo**. Belo Horizonte/MG: Chave, 2004.

MARCELO, C. **Professores como trabalhadores do conhecimento**. Certezas e desafios para a aprendizagem ao longo da vida. Em F. Barrosa e MD Jiménez (eds.). *Análise da profissão docente*. Porto Alegre: CAM. 15-43, 2006.

SÁENZ-LÓPEZ, P.; DÍAZ, P. A educação da felicidade. **Revista Wanceulen EF Digital**, 9, 25-36, 2012.

SUART, R. de C.; MARCONDES, M. E. R. **Atividades experimentais investigativas: habilidades cognitivas manifestadas por alunos do ensino médio**. XIV Encontro nacional de ensino de química, 21 a 24 de julho de 2008. Curitiba. Paraná: UFPR, 2018.

TEDESCO, J. C. **Educar na sociedade do conhecimento**. Brasília: Fundo de Cultura Econômica, 2000.

TIMBOÍBA, C. A. N. et al. A inserção das TICs no Ensino Fundamental: limites e possibilidades. In: **Revista Científica de Educação a Distância**, Vol.2 - Nº4 – ISSN 1982- 6109, 2011.

ZANON, D. A. V.; FREITAS, D. de. **A aula de ciências nas séries iniciais do ensino fundamental**: ações que favorecem a sua aprendizagem. *Ciência & Educação*, Campinas, vol.10, p.93-103, mar. 2007.

O USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVA E ENTRAVES

Newilton Gois de Araújo
Cintia Maria Aguiar dos Santos Ferreira

Resumo:

Em um cenário educacional em constante evolução, o uso da tecnologia tem se destacado como um elemento primordial. Este resumo aborda a perspectiva e os desafios associados ao emprego da tecnologia na educação. Explora-se como a tecnologia pode potencializar o ensino, tornando-o mais acessível e dinâmico, e ao mesmo tempo, discute-se os obstáculos que podem dificultar sua implementação eficaz. O resumo fornece uma visão panorâmica do tema, ressaltando a importância de equilibrar as vantagens da tecnologia com a necessidade de superar os entraves que surgem no caminho da educação moderna.

Palavras-chave: Tecnologia na Educação, Perspectivas, Desafios, Ensino, Aprendizagem, Inovação Educacional.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos sido testemunhas de uma transformação radical no cenário educacional, impulsionada pelo crescente uso da tecnologia. À medida que as sociedades avançam em direção a uma era cada vez mais digital, a educação não permaneceu imune a essas mudanças. O advento da tecnologia na educação representa uma revolução na forma como aprendemos e ensinamos. A integração de ferramentas digitais, como computadores, dispositivos móveis e a internet, reconfigurou as salas de aula, alterando fundamentalmente a dinâmica entre educadores, estudantes e o conhecimento.

A expansão do uso da tecnologia na educação é impulsionada por um otimismo notável, onde se acredita que as perspectivas são vastas. Essa revolução tecnológica oferece uma série de oportunidades, desde a personalização do ensino até a democratização do acesso à educação. A promessa de uma educação mais eficaz e inclusiva tem atraído a atenção de educadores, pesquisadores e formuladores de políticas educacionais em todo o mundo.

No entanto, esse entusiasmo pelas possibilidades da tecnologia

na educação coexiste com uma série de desafios e entraves significativos. À medida que adotamos novas abordagens de ensino mediadas pela tecnologia, surgem questões críticas a serem consideradas. A crescente disparidade no acesso à dispositivos e conectividade ameaça a equidade educacional. A resistência à mudança, a falta de capacitação dos educadores e as preocupações com a privacidade dos dados são apenas alguns dos obstáculos que enfrentamos ao buscar integrar efetivamente a tecnologia no processo educacional.

Este artigo tem como objetivo explorar o uso da tecnologia na educação, analisando tanto as perspectivas promissoras quanto os desafios intrínsecos a essa transformação. Ao abordar essa temática, pretendemos lançar luz sobre as questões-chave que permeiam o uso da tecnologia na educação e oferecer insights para orientar futuras pesquisas e práticas nesse campo em constante evolução.

2. O USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E ENTRAVES

Apesar das vantagens evidentes, a implementação bem-sucedida da tecnologia na educação não está isenta de desafios. A disparidade no acesso à dispositivos e à conectividade pode acentuar as desigualdades educacionais, levantando questões de equidade. A reflexão deste estudo, está justificado em compreender o uso das tecnologias na educação, suas perspectivas e entraves. Assim, se faz necessário, uma retrospectiva do processo de desenvolvimento humano, no tocante ao conhecimento e sua evolução.

“O uso das tecnologias no contexto escolar tem a finalidade de desenvolver no estudante melhores condições de aprendizado e conhecimento, assimilação do conteúdo de forma mais clara, objetiva e consistente.”(Klein et al., 2020).

A implantação e uso das tecnologias na educação é uma problemática notória, apesar de ser de suma importância a utilização desta ferramenta. Esta grande adversidade se dá, nos entraves existentes, principalmente no tocante à investimentos e capacitações nessa área, especialmente na rede pública municipal, fazendo com que a educação como um todo, tenha resultados deprimentes em todas as suas avaliações externas.

De acordo com dados do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), este sendo, um estudo realizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Dos

países da América do Sul (Chile, Uruguai, Colômbia, Peru, Brasil, Argentina), o Brasil foi o que mais investiu na Educação, mais de 6% do seu PIB nacional. Este, sendo o líder do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul, bloco econômico ao qual o Brasil representa), sua colocação nesta avaliação foi uma das piores entre os membros deste bloco, ficando no segundo pior colocado.

O Pisa oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países, vinculando dados sobre seus *backgrounds* e suas atitudes em relação à aprendizagem, e também aos principais fatores que moldam sua aprendizagem, dentro e fora da escola (Brasil, 2020).

Na avaliação realizada e divulgada para o ano de 2023, sendo prescrito uma pontuação de 500 pontos, acordados entre os países membros. Na média geral, o Brasil atingiu 419 pontos, dentre as 57 nações participantes deste estudo, onde alcançou apenas a 52ª colocação, ficando à frente apenas de 5 integrantes do estudo, entre eles o Irã, o Egito e a Jordânia, e atrás de outros componentes de pouca relevância, a exemplo: Albânia e Kosovo, Cazaquistão, Azerbaijão e Uzbequistão (Pille, 2023).

Com este resultado, provavelmente algo está errado, possivelmente, estes investimentos estejam sendo mal direcionados ou quem sabe até sendo conduzidos para lugares incertos. Desta forma, havendo a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa para estes recursos. Já na economia, em se tratando de competitividade, a situação do Brasil é ainda pior. Fundamentado nas informações disponibilizadas pelo IMD (Instituto Internacional de Desenvolvimento Geral) o mesmo está na colocação 60º no ranking, ao qual são analisados 64 países (Benevides, 2023).

Retomando ao pensamento anterior, este estudo foi desenvolvido em duas etapas, sendo a primeira voltada para alguns fatos históricos referentes à escrita, já a segunda parte, tratará acerca das tecnologias e suas inovações.

O processo de evolução do homem está marcado desde os seus primórdios, com a descoberta do fogo, este fato aconteceu no período neolítico, a aproximadamente 7mil a.C. (Lindomar, pag. 4-16, 2023) e a invenção da roda 4500 a 3300 a.C. Ainda nesta retrospectiva, em observação à estudos históricos, identificam-se figuras rupestres como forma de expressão de comunicação com uma escrita sistematizada, datada em 3.500 a.C.

O sistema de evolução da escrita aconteceu de maneira natural e autônoma, de acordo com estudiosos, possivelmente os achados de escrita mais antigos são os cuneiformes (utilização de argila e cunha, ferramenta de metal ou madeira em forma de prisma - Mesopotâmia) e hieróglifos, antiga escrita egípcia, 300 a.C. (Jean François Champollion, 1822), sem esquecer os pergaminho (pele de animais, utilizadas para escrita na Idade Média), composto de símbolos grafados que surgiu na Ásia Menor, pressupõe-se que o mesmo surgiu por determinação de Eumenes II, rei de Pérgamo (sem fonte confiável). Nesse período, era muito utilizado esse sistema de comunicação (antes da descoberta do papel, invenção dos chineses), principalmente pelos reis, o clero e a nobreza, que eram os detentores do conhecimento, já que o mesmo era restrito.

Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que se deu o desenvolvimento das tecnologias, com a corrida armamentista. Desde o final do século XIX o mundo vivia em tensão. O extraordinário crescimento industrial possibilitou a Corrida Armamentista, ou seja: a produção de armas numa quantidade jamais imaginada. A corrida armamentista é o processo desenfreado de compra, venda e fabricação de armas para emprego em guerras, demonstrações de força e pressões geopolíticas de intimidação, gerando, notadamente, armazenagem, aumento de arsenal bélico e hegemonia militar (Hellesheim, 2015).

Nenhuma mente que se abre para uma nova ideia voltará a ter o tamanho original.
- Albert Einstein

Einstein, destaca o poder da mente e seu processo de evolução natural, ao passo que, quanto mais for estimulada, mais tende a evoluir.

De acordo com o professor Maurício Parada (Jornal da PUC), a Guerra servia como “campo de experimentação de tecnologias”. As experiências carregadas pelos conflitos e combates anteriores, traziam reflexos para inovação e modernização dos sistemas de defesa e ataque. Esse período da Guerra, foi marcado pelo desenvolvimento de técnica com a utilização de aviões e navios, de maneira estratégica.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, com a derrota do Japão e da Alemanha nazista, os Estados Unidos, entrou em uma disputa pela conquista espacial. Esta, foi marcada pelo conflito travado com a ex – União Soviética na chamada Guerra Fria (Guerra não declarada), deixando o mundo dividido entre dois polos de Poder. Do lado ocidental os Estados Unidos da América (EUA), representando o Capitalismo e

do lado oriental a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), representando o Socialismo, dois sistemas econômicos, dos quais o Capitalismo prevaleceu.

Essa disputa visava conquistas não territoriais, mas o poderio bélico, econômico e tecnológico.

Em meio a demonstrações de superioridade bélico-científica envolvendo o desenvolvimento de mísseis intercontinentais, satélites de pesquisa e os pioneiros voos especiais tripulados, as superpotências se empenharam para instalar secretos sistemas orbitais de monitoramento dos arsenais nucleares (Siqueira, Leandro).

Com esse olhar, Siqueira aponta a supremacia de força e poder dessas duas Super Potências, no que tange os arsenais militares e sobretudo as tecnologias, destacando também, principalmente a questão econômica.

Atualmente com o avanço tecnológico das forças militares, são utilizados de drones e aviões tele guiados e não tripulados, capazes de lançar mísseis de precisão, que podem atingir qualquer alvo que esteja em sua rota de programação, todo esse procedimento se dá, através de monitoramento de Satélite.

Em meio a esse cenário de conflitos, o mundo foi beneficiado com esse avanço. Surgiram então, os primeiros computadores, estes, de uso exclusivo das Forças Armadas (para usos militares), demoravam em média 11 segundos para realizar um simples cálculo (Mark I), seus gabinetes eram um verdadeiro armário (literalmente), e com pouquíssima capacidade de armazenamento de memória. Já o Eniac, desenvolvido em 1946, pesando aproximadamente 30 toneladas, um computador eletrônico e digital automático, realizava 4.500 cálculos por segundo (Juliana Gadelha). O **Tradic** foi a primeira máquina desenvolvida para a Força Aérea Americana no ano de 1955, já com um sistema mais avançado, com a utilização de transistores, deixando a máquina mais rápida, leve e econômica. Atualmente existem micro chips com as chamadas nano tecnologias, que cabem na ponta da unha e com a capacidade de milhões de informações.

Nos anos 90 houve um boom tecnológico, com o lançamento vários aparelhos eletrônicos modernos para a época, (o Walkman, o discman, o toca fitas e o vídeo cassete, os primeiros aparelhos celulares, famoso “Tijolão”, jogos eletrônicos como o Atari, Sonic, entre outros). Nesse período, foram lançados vários filmes, que já indicaria o que estava por vir pela frente em se tratando de tecnologia, tais como: **Robocop, de volta para o futuro, o exterminador do Futuro I e II,**

além de desenhos como: os Jetsons, Capitão Planeta, Liga da Justiça, os Simpsons, entre outros.

A longo prazo, inteligência artificial e automação tomarão muito do que dá aos humanos um sentimento de propósito.

- Matt Bellamy

Apesar dos avanços tecnológicos e com a chegada da chamada, inteligência artificial (este sendo um dos fatos mais excepcionais, e também o mais perigoso nível de inteligência), esta, jamais tomará o lugar do homem, afinal, um dia essa máquina precisará de manutenção e esse suporte quem dará será a mente de um ser humano.

No que tange à Educação e ao processo de ensino aprendizagem, a mesma, também passou por várias fases de mudança.

A implantação e utilização das tecnologias estão ancoradas na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), a qual, destaca no tocante ao que concerne à parte da Educação Profissional e Tecnológica (pag.31), a mesma tem como objetivo, integrar diferentes níveis de modalidades e dimensões de trabalho, da ciência e da tecnologia. Desta

forma, percebemos que a LDB garante um novo sistema de ensino brasileiro, proporcionando qualificação profissional e voltado para o mercado de trabalho.

No Art. 39 do CAPÍTULO III deste caput, destacamos os parágrafos § 1º; § 2º e § 3º, que tratam dos cursos de educação profissional e tecnológica e suas abrangências tendo como ênfase os incisos a seguir e estabelecidos pelo CNE:

- I – Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – Educação profissional técnica de nível médio;
- III – Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Apesar do direito ao conhecimento e utilização das tecnologias estarem garantidos em Lei com base na LDB, esta realidade ainda é muito remota. Desta forma, destacamos alguns possíveis entraves nesse processo:

* Falta de estrutura adequada para a utilização e prática de atividades com equipamentos tecnológicos;

* Necessidade de capacitação dos profissionais da educação, de maneira inicial e contínua;

- * Ausência de equipamentos tecnológicos de qualidade.
- * Carência de Internet de qualidade para realização de pesquisas e elaboração de trabalhos;
- * Deficiência de suporte técnico adequado.
- * Privação de Data Show;

Com o desenvolvimento das tecnologias e a criação dos computadores, o mundo passou a tomar um novo rumo. O conceito da chamada Globalização, que é na verdade, uma ligação ou interligação de todos os países do Globo em todos os sentidos (Saúde, Educação, Transporte, Economia, Ciências e Tecnologia, entre outros). Foi a partir da criação da internet e o uso de redes sociais, que essa mudança ficou mais nítida, através da utilização de plataformas para estudos, da utilização desses recursos para compras e vendas de mercadorias, contratação de serviços, assim por diante.

Isso ficou mais evidente com a Pandemia da COVID 19, quando as pessoas se viram obrigadas a utilizar das tecnologias e do uso dos meios remotos para a realização de suas atividades (trabalho, estudos, negócios), pois, o mundo não podia parar, e aproveitaram desses meios, já que estavam disponíveis.

Da mesma forma, ficou evidente a necessidade de os professores inovarem e mudarem suas práticas de ensino, já que ninguém poderia sair de casa. Assim, passando a utilizar de métodos, com ferramentas tecnológicas (celulares, computadores, tablets e outros meios pessoais, para realizar suas atividades escolares), que proporcionassem aos estudantes oportunidades para que eles, mesmo de casa, pudessem adquirir conhecimento.

“Todas as descobertas humanas parecem ter sido feitas, como o único propósito de confirmar cada vez mais fortemente as verdades contidas nas Sagradas Escrituras”.

- Isaac Newton

Com este pensamento, Newton nos remete a refletir, que apesar de ter sido considerado um dos gênios da Ciência, ele demonstra que tudo o que acontece é com a permissão de Deus.

3. PERSPECTIVAS DO USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

A integração da tecnologia na educação tem gerado uma série de expectativas otimistas. O cenário educacional do século XXI é fortemente influenciado pela rápida evolução tecnológica e pela crescente demanda por uma educação mais flexível, acessível e eficaz. Nesse contexto, as perspectivas do uso da tecnologia na educação são diversas e inspiradoras.

Uma das expectativas mais significativas é a capacidade da tecnologia de personalizar a aprendizagem. Ferramentas e plataformas educacionais digitais permitem que os alunos avancem em seu próprio ritmo, adaptem o conteúdo às suas necessidades individuais e recebam feedback imediato. Isso cria oportunidades para abordagens de ensino mais centradas no estudante, atendendo às diversas habilidades e estilos de aprendizagem.

Além disso, a tecnologia possibilita o acesso a uma ampla gama de recursos educacionais, independentemente da localização geográfica. Isso impulsiona a democratização do conhecimento, permitindo que estudantes de regiões de difícil acesso ou com recursos limitados tenham acesso a materiais educacionais de alta qualidade.

A colaboração e a interação entre estudantes também são áreas beneficiadas pela tecnologia. Plataformas de aprendizagem on-line e ferramentas de comunicação facilitam a colaboração em projetos, discussões e atividades de grupo, mesmo que os alunos estejam distantes fisicamente. Isso enriquece a experiência de aprendizagem e promove habilidades importantes, como trabalho em equipe e resolução de problemas.

Outra perspectiva positiva diz respeito à motivação dos alunos. A tecnologia oferece a possibilidade de criar experiências de aprendizagem mais dinâmicas e interativas, utilizando elementos como gamificação, realidade virtual e simulações. Essas abordagens inovadoras podem aumentar o interesse dos alunos e mantê-los engajados em seus estudos.

Em suma, as perspectivas do uso da tecnologia na educação são promissoras e abrangentes. Elas oferecem a oportunidade de transformar o ensino e a aprendizagem, tornando-os mais flexíveis, acessíveis e eficazes. No entanto, é fundamental considerar que, para que essas perspectivas se concretizem, é necessário enfrentar os desafios inerentes à integração da tecnologia na educação, conforme discutido na se-

ção anterior deste artigo. Essa análise crítica é essencial para garantir que as expectativas sejam atendidas e que a tecnologia seja efetivamente usada como uma ferramenta para aprimorar a educação.

4.ENTRAVES DO USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Um dos desafios mais prementes é a disparidade no acesso à tecnologia. A falta de acesso a dispositivos como computadores e conexões de internet de qualidade pode acentuar as desigualdades educacionais. Alunos que não têm acesso aos recursos tecnológicos necessários ficam em desvantagem, limitando seu acesso a materiais educacionais, oportunidades de aprendizagem e até mesmo a participação em aulas remotas. Essas disparidades podem reforçar desigualdades já existentes e prejudicar a equidade educacional.

Outro entrave trata-se da resistência à mudança por parte de educadores e instituições de ensino é outro obstáculo significativo. Assim nos fala Coscarelli:

“Veja bem: o computador é uma máquina na muito bacana, mas não faz nada sozinho. É preciso que o professor conheça os recursos que ele oferece e crie formas interessantes de usá-las.” (Coscarelli, 2014, p. 25).

A integração da tecnologia exige uma mudança na cultura e nas práticas educacionais, o que nem sempre é bem recebido. Educadores e administradores muitas vezes se sentem desconfortáveis com a adoção de novas ferramentas e métodos, ou podem temer que a tecnologia substitua seus papéis. Superar essa resistência requer investimento em capacitação, apoio e diálogo contínuo entre todos os envolvidos.

5. DISTRATIVOS E SOBRECARGA DE INFORMAÇÃO

O uso indiscriminado da tecnologia na educação também pode resultar em sobrecarga de informação e distrações para os alunos. A profusão de aplicativos, redes sociais e estímulos digitais pode tornar difícil para os estudantes focar nas tarefas educacionais. A gestão eficaz do tempo e a promoção de um uso equilibrado da tecnologia são desafios que educadores e instituições precisam enfrentar.

“A quantidade de informações disponíveis na rede é surpreendente _ e potencialmente debilitante. Há limites, em termos cognitivos, para quantas informações as pessoas podem processar. Por exemplo, nossa memória de curto prazo pode reter mais ou menos sete itens ao mesmo tempo. Nossa mente tem uma capacidade de processamento máxima estimada de 126 bits por segundo. Evidentemente, há uma enorme lacuna entre o crescente mar de informações em uma extremidade e a limitada capacidade humana de atenção e de processamento de informações na outra.” (Palfrey, 2011, p. 209).

Em resumo, os entraves do uso da tecnologia na educação são multifacetados e complexos. Para superar esses desafios, é essencial adotar uma abordagem holística, abrangendo questões de acesso, resistência à mudança, privacidade e segurança. Somente por meio de um planejamento cuidadoso, formação adequada, políticas bem definidas e uma atenção constante às necessidades dos alunos, é possível maximizar o potencial da tecnologia na educação, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de se beneficiar das vantagens que ela oferece.

6. ANÁLISE CRÍTICA DAS PERSPECTIVAS E ENTRAVES

As perspectivas do uso da tecnologia na educação, como destacado na seção anterior, são claramente promissoras. A personalização da aprendizagem, o acesso universal ao conhecimento, a colaboração e a motivação dos alunos são benefícios inegáveis. No entanto, essas perspectivas não podem ser discutidas de forma isolada. É fundamental que haja uma análise crítica, levando em consideração os desafios intrínsecos.

Em relação à personalização da aprendizagem, embora seja uma perspectiva empolgante, a capacidade de implementá-la de maneira eficaz depende de uma infraestrutura tecnológica sólida e de uma formação adequada dos educadores. A resistência à mudança e a falta de acesso podem representar obstáculos significativos para a concretização dessa ideia.

O acesso universal ao conhecimento é, sem dúvida, uma meta

admirável. No entanto, a falta de acesso equitativo a dispositivos e conectividade continua sendo um grande entrave. Sem esforços para superar essa disparidade, o potencial da tecnologia na promoção da equidade educacional permanece limitado.

A colaboração e a interatividade podem enriquecer a experiência de aprendizagem, mas a supervisão e orientação adequadas são necessárias para evitar distrações e problemas de segurança. Além disso, a gestão eficaz do tempo e a promoção de um equilíbrio entre as atividades on-line e off-line são essenciais.

A motivação dos alunos é um ponto positivo, mas o uso inadequado da gamificação pode levar a uma busca excessiva por recompensas em detrimento do aprendizado real. Portanto, é necessário cuidado na implementação de estratégias motivacionais.

6.1. REFLEXÃO SOBRE SUPERAR OS ENTRAVES E APROVEITAR AS OPORTUNIDADES

Para superar os entraves e aproveitar as oportunidades apresentadas, é imperativo adotar uma abordagem holística e bem planejada. Isso inclui:

- **Investimento em Infraestrutura:** É fundamental garantir que as escolas e instituições de ensino tenham infraestrutura tecnológica adequada para atender às necessidades dos alunos, isso inclui acesso a dispositivos, conectividade confiável e segurança cibernética.

- **Formação de Educadores:** A capacitação de educadores é essencial para que possam aproveitar plenamente as ferramentas tecnológicas e integrá-las de forma eficaz em suas práticas de ensino.

- **Políticas e Regulamentações Claras:** É importante estabelecer políticas e regulamentações claras relacionadas à privacidade dos dados dos alunos, segurança on-line e uso ético da tecnologia.

- **Avaliação Contínua:** A avaliação contínua dos benefícios e desafios do uso da tecnologia na educação é necessária para ajustar as estratégias e garantir resultados positivos.

- **Enfrentamento da Desigualdade Digital:** Medidas devem ser tomadas para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à tecnologia, minimizando assim as disparidades educacionais.

- **Uso Responsável da Tecnologia:** A promoção de um uso equilibrado da tecnologia, evitando distrações e problemas de segurança, é fundamental para garantir que os alunos se beneficiem das oportunidades oferecidas.

Em resumo, a análise crítica das perspectivas e entraves do uso da tecnologia na educação é essencial para uma implementação bem-sucedida. Superar os obstáculos exige esforço, planejamento e colaboração, mas as oportunidades de aprimorar o ensino e a aprendizagem são inegáveis. Ao abordar os desafios de maneira eficaz, podemos aproveitar ao máximo o potencial da tecnologia na educação e trabalhar para alcançar uma educação mais inclusiva, eficaz e equitativa.

7. CONCLUSÃO

Neste artigo, explora-se as perspectivas e os desafios do uso da tecnologia na educação, bem como suas implicações na prática educacional. A análise crítica revelou uma complexa interação entre as promissoras perspectivas e os entraves que precisam ser superados para maximizar o potencial da tecnologia na melhoria do ensino e da aprendizagem.

Resumindo as principais descobertas e insights deste estudo, destaca-se que a tecnologia oferece oportunidades notáveis para personalizar a aprendizagem, democratizar o acesso ao conhecimento, promover a colaboração entre os estudantes e aumentar a motivação no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, a falta de acesso equitativo à tecnologia, a resistência à mudança, as preocupações com a privacidade dos dados dos estudantes e a sobrecarga de informações são desafios significativos que precisam ser abordados.

Em última análise, a tecnologia na educação é uma ferramenta poderosa que pode aprimorar o ensino e a aprendizagem. No entanto, para colher os benefícios, é essencial enfrentar os desafios de maneira proativa e estratégica. Ao fazer isso, pode-se trabalhar em direção a uma educação mais inclusiva, eficaz e equitativa, capacitando os estudantes para enfrentar os desafios do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. E. B. (2012). **Educação a distância na transição paradigmática**. Editora Senac.

BEZERRA, J. **Primeira Guerra Mundial 1914-1918**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/primeira-guerra-mundial/>. Acesso

dia 27 de Outubro de 2023 as 21:16.

BRASIL, 2020. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso no dia 27 de Outubro de 2023 as 19:36.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. **Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. 3º ed., 1ª reimp. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica Editora, 2014.

FILHA, L. G. F., et al. O ser humano e o domínio do fogo. **Revista Gestão & Tecnologia** 1.36 (2023): 4-16.

GADELHA, J. **A evolução dos computadores**. Disponível em: <http://profs.ic.uff.br/~aconci/evolucao.html>. Acesso no dia 27 de Outubro de 2023 as 20:29.

HILLESHEIM, G. **Corrida Armamentista**. Disponível em : Corrida Armamentista - Geraldo Hillesheim | Verbete da Conscienciologia (verbetoteca.info). Acesso no dia 27 de Outubro as 21:03.

KLEIN, D. R., et al. Tecnologia na educação: evolução histórica e aplicação nos diferentes níveis de ensino. **Educere-Revista da Educação da UNIPAR** 20.2 (2020).

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases de Educação de 20 de dezembro de 1996 - CAPÍTULO III Art. 39**.

PALFREY, J. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**; Porto Alegre: Grupo A, 2011.

PRANGE, N.; MADUELL, D. **Os avanços da tecnologia na primeira guerra**. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3547&sid=24>. Acesso no dia 27 de Outubro de 2023 as 22:02.

A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO CONTEXTO ATUAL: ASPECTOS E CONTRIBUIÇÕES PARA O FAZER EDUCACIONAL ACESSÍVEL A TODOS

Georgina Costa Gomes Filha

Resumo:

O presente trabalho intitulado “A relevância da educação a distância no contexto atual: aspectos e contribuições para o fazer educacional acessível a todos”, tem por objetivo discutir as perspectivas e contribuições da educação a distância para a educação brasileira, dando ênfase as diversas maneiras de entender essa modalidade, em meio a discussão trarei como pauta o contexto histórico da educação a distância, suas transformações e as principais iniciativas que norteiam esse modelo educacional, assim como essa modalidade é trabalhada na educação superior. Esta ideia de discussão se tornou possível apartir das leituras referentes ao componente curricular: Teorias Educacionais e Educação a Distância. Darei destaque ao entendimento do que é a educação a distância, assim como sua importância no quadro educacional. O estudo é de natureza qualitativa e a pesquisa é do tipo bibliográfica, trazendo autores que discutem sobre a temática abordada. Este estudo fundamenta-se nas teorias de: Neto (2017); Dus e Dumbra (2013) e Dornelles (2001). Desse modo, podemos constatar que a Educação a Distância possui sua importância no quadro educacional brasileiro, pois ela contempla alguns problemas não sanados pela educação presencial. Trata-se de uma modalidade em constante adaptações e mudanças, mas que pode contribuir positivamente para uma boa educação.

Palavras-chave: Ensino a Distância. Perspectivas. Contribuições.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema: Educação a Distância: perspectivas e contribuições para um processo educacional acessível a todos. Tem por objetivo discutir a importância da educação a distância para a educação brasileira, dando ênfase as diferentes maneiras de entender esse modelo educacional e aos processos histórico que culminaram na formação desse modelo de educação. O texto está estruturado em três momentos: o primeiro traz o contexto histórico da educação a distância,

e como ela veio sofrendo mudanças em seu modo de fazer educação.

O segundo momento discutiremos a importância da educação a distância, assim como ideias referentes ao entendimento do que se trata essa modalidade e o terceiro trago breves considerações finais referentes ao tema discutido.

No terceiro moento de discussão será enaltecida algumas experiências de ensino a distância nos cursos de ensino superior, em países como África do Sul; Estados Unidos e Brasil.

2. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Para analisarmos o processo histórico sobre a educação a distância, temos que rejeitar a ideia de que houve uma evolução histórica, pois isso nos faz entender que um período remanescente ao outro seja superior. Cabe a nós refletir a importância de cada momento e seu contexto vivenciado, desta forma entenderemos a importância de cada modo de produzir conhecimento através da EAD, em seus mais primitivos passos até a atualidade, entende-se que foi necessário o homem passar por constantes transformações para se chegar ao que temos como tecnologia digital. Segundo (Neto, 2017, p.18):

Na educação a distância, a ideia das gerações que se suplantam umas às outras em razão das novas tecnologias empregadas ainda é bastante defendida. Grandes projetos internacionais e brasileiros utilizam o meio impresso (como o que estamos usando nesse momento), o rádio, o vídeo e a televisão, e, nem por isso, são inferiores.

Diante deste contexto traremos alguns dos principais fatos e iniciativas históricas importantes para a educação a distância. Nos estudos de (Neto, 2017), umas das primeiras manifestação de estudo a distância trata-se correlação a atitude Caleb Phillips, em meados de 1728, professor de estenografia, “apregoava que todas as pessoas que desejassem aprender esse tipo de grafia poderiam receber em sua casa várias lições semanalmente, mesmo não morando em Boston” (Neto, 2017, p.20). Esse marco inicial, propôs outras iniciativas, onde se destacava o sistema postal como uma ferramenta de distribuição de material didático do ensino a distância (Neto, 2017).

Em meados de 1950 a 1960, ocorreu a propagação da metodologia chamada de “instrução programada”, baseada nas ideias de Skinner e sua teoria sobre “máquinas de ensinar”. Muitos pensadores da época repudiaram esta metodologia, pois segundo os mesmos, se tratava de um método tecnicista e impessoal. O acontecimento tido como mais importante na história da educação a distância segundo (Neto, 2017), é a fundação da Open University, na Inglaterra, em 1962, que até os dias atuais é considerada como referência em ensino a distância. Esta instituição colocou a modalidade EAD, como sendo uma das alternativas sérias com o processo educacional abrangente.

No Brasil, a primeira manifestação da modalidade EAD se apresenta por intermédio do curso de datilografia, realizada por carta, e em seguida pelo rádio. Hoje a EAD possui uma diversidade em sua modalidade, como exemplo o Instituto Universal Brasileiro, onde a educação é ofertada por correspondência, o Instituto Monitor, Projeto Minerva por rádio, o telecurso por televisão, a Universidade Federal de Santa Catarina por multimídia e vídeo conferência e outras mídias. (Dus e Dumbra, 2013).

Com o surgimento da internet a EAD obteve um impulso significativo em suas ferramentas de transmissão de conhecimentos, hoje há ambientes virtuais, que se assemelham com uma sala de aula, a grande maioria das universidades públicas ainda despertam suas iniciativas com cursos de especialização, de extensão e atualização curricular, já as particulares possuem um maior investimento nessa área.

2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUA IMPORTÂNCIA NO QUADRO EDUCACIONAL

Nos dias atuais discute-se bastante sobre novas tendências educacionais, metodologias abrangentes que contemplem o processo educacional de qualidade e que possa ser acessível a todos os indivíduos. Neste aspecto a educação a distância é mencionada como uma possibilidade real de renovação, tendo como base projetos de instituições de ensino.

A expressão educação a distância, refere-se ao processo peculiar de ensino por intermédio de tecnologias, no entanto existem algumas expressões que normalmente são empregadas como sinônimo dessa modalidade, como: ensino a distância; educação aberta; auto ensino ou autoinstrução; aprendizagem durante toda a vida; educação flexível; estudo online; ensino virtual; e-learning etc (Neto, 2017). Diante do

exposto esse conflito de ideias torna-se um ponto de discussão, como podemos analisar e entender a educação a distância?

Primeiramente a educação a distância enfrentou várias contradições, pois alguns pensadores analisavam a modalidade como não possível de se fazer educação, pois segundo essa perspectiva a presença física dos atores educacionais era primordial em um mesmo espaço. Hoje entende-se que a educação torna-se possível em frente ao diálogo e a troca de conhecimentos e experiências, se por meio de ferramentas tecnológicas é possível haver essa interação, então é possível de fazer educação (Neto, 2017).

O entendimento de conceitos como virtualidade, interação e de redes, refletem em uma nova maneira de entender a educação a distância. Onde a mediação é o fator principal entre os sujeitos, quebrando a ideia de aprendizagem individualizada, pois a comunicação destaca a relação social entre os atores do processo e a presença do professor é papel importante desse processo (Neto, 2017).

A modalidade da educação a distância distingue-se de várias maneiras, sua forma caracterizada como formação continuada, repercute em várias instituições com resultados positivos, esses resultados positivos combatem por exemplo a dificuldade existentes em países com vasta extensão territorial que precisam contemplar um número grande de pessoas (Dornelles, 2001). Dessa maneira compactuamos com (Dus; Dumbra, 2013, p.19), quando defendem:

Todos aprendem juntos, não em um local no sentido comum da palavra, mas num espaço compartilhado, um “ciberespaço”, por meio de sistemas que conectam em uma rede as pessoas ao redor do globo. Na aprendizagem em rede, a sala de aula fica em qualquer lugar onde haja um computador, um modem e uma linha de telefone, um satélite ou um link de rádio. Quando um aluno se conecta à rede, a tela do computador se transforma numa janela para o mundo do saber.

Há um imenso avanço na parte tecnológica de educação, hoje a EAD possui seu espaço e importância no quadro educacional, sua flexibilidade propõe as pessoas sem acesso ao ensino presencial uma maneira de ter acesso à educação e a profissionalização. Contudo a educação a distância é um campo importante no processo educacional, visto que

consegue complementar “furos” deixados pela educação presencial, dessa maneira as duas formas se complementam, cada uma com suas peculiaridades.

3. O ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E ALGUMAS EXPERIÊNCIAS PELO MUNDO

Em se tratando de tempo em que o ensino a distância começou a vigorar, pode-se considerar que esta modalidade é nova em comparação as universidades de ensino presencial. O investimento nessa área da educação só foi possível com o barateamento e regularização dos serviços postais, em torno de 1840, o fato relacionado ao primeiro serviço postal deu-se início na Inglaterra. Este passo foi essencial para torna-se possível envios de correspondências, com essa possibilidade começa a surgir experiências com cursos de extensão a distância em países como: Estados Unidos, Austrália e Canadá. Os cursos em níveis de graduação, tomou proporções em 1920, na antiga União Soviética e na África do Sul (Hack, 2011).

Nessa modalidade a África do Sul possui a mais antiga instituição de ensino superior em educação a distância, esta universidade até meados de 1970 era a única universidade a distância autônoma (*University of South Africa*), funcionando desde 1946, seus parâmetros educacionais buscaram aportes na *University of the Cape of Good Hope*, fundada em 1873. A trabalho metodológico da Universidade da África basea-se em cursos onde os professores são responsáveis pelas instruções, cartas de aconselhamentos, sendo que cada curso possui tarefas a serem cumpridas, para então serem corrigidas e avaliadas. Existe a possibilidade dos alunos terem contato com os docentes em caso de dúvidas, por meio presencial ou em contato telefônico ou email (HACK, 2009). Vale destacar as etapas percorridas no processo metodológico de ensino da modalidade a distância, na perspectiva de (Peters, 2001, p.43), ressalta:

- * redação do material para o curso;
- * correção das tarefas enviadas;
- * compilação das tarefas para exame;
- * atribuição de nota aos trabalhos de exame;
- * prestação de assistência e aconselhamento aos alunos;
- * mediação de grupos de discussão.

Observamos que nesses aspectos destacados, há uma preocupação com as estratégias de comunicação, entre o docente e o discente, esta comunicação abrange questões referentes ao material do curso, que exige do professor habilidade na escrita da comunicação e o planejamento e produção dos materiais e servirão como instrumentos de informação. Segundo (Hack, 2019, p.18) “o aconselhamento e a assistência – trazem a tona a importância da capacidade de conduzir de maneira diplomática comunicação interpessoal entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a distância”. Esta função requer habilidade de administrar, conduzir e sistematizar ações, requer uma boa logística pedagógica para execução e bom resultado.

É ressalvo destacar que a *University of South Africa* foi o lugar onde houve maior maturação do estudo por correspondência, a ponto de alcançar um método aceitável pela comunidade internacional. A concepção e as estratégias de estudo por correspondência ainda determinavam a estrutura didática e as práticas comunicacionais a distância da universidade.

Em sua fundação a procura por matrículas bateu os incríveis 24 mil estudantes, sendo que os números de vagas eram bem inferior, no início do século XXI, os números chegam a 210 mil estudantes matriculados (Peters, 2001).

Como característica da universidade destacamos as transmissões educativas, por intermédio de televisão, rádio ou formato de vídeo e áudio, essas transmissões tem como ponte com os alunos, tutores, que possuem o papel de intermediar, comunicar e exercer o papel presencial em reuniões com os discentes durante uma semana.

O ensino na universidade visa especificamente graduações, a comissão responsável é formada por docentes, cientistas e especialistas em tecnologia, juntamente com a equipe pedagógica, responsável pelos conteúdos aplicados. Salientamos nesse processo de construção de conhecimento em EAD, algumas características necessárias, como: a) espírito colaborativo, para atuar com equipes multidisciplinares que preparam os materiais do curso; b) habilidade de comunicação dialógica via tecnologias, para potencializar as estratégias utilizadas para socialização e discussão.

Outro país que podemos destacar em relação a esta modalidade é o Estados Unidos da América, exatamente em Nova York, foi fundada em 1971 o *Empire State College*, com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior para o público de adultos profissionalmente ativos, assim como minorias étnicas e donas de casa. Diferente da universida-

de da África do Sul, nos Estados Unidos de início não instituíram um campus para a instituição, no entanto, foram instalados 26 centros de apoio em Nova York (Hack, 2011).

Este projeto de educação visava motivar as pessoas à aprendizagem autônoma, mediada por professores e monitores. De início seria importante os profissionais se adequarem as situações e necessidades dos alunos, nesse processo o diálogo se tornou uma importante ferramenta neste processo, nessa acertiva (Peters, 2001), corrobora:

A estrutura da instituição funciona a partir de um contrato assinado pelo aluno quando ingressa na universidade. O documento visa garantir a adesão do estudante e o envolve com um docente. O contrato compromete as partes com serviços detalhadamente descritos. O estudante com a elaboração autônoma de determinadas tarefas, o docente com o aconselhamento e a assistência regulares, e a universidade com o reconhecimento de créditos, se as tarefas de estudo determinadas forem comprovadamente realizadas (Peters, 2001, p. 348).

O que há são termos acordados entre ambas as partes, no intuito de cada um realizar sua função de maneira correta, para que possa se chegar ao objetivo propota pelo colégio.

Algumas etapas deste ensino nos Estados Unidos destacam-se, como a exploração preparatória, que acontece em um diálogo entre o candidato a vaga e o acessor, nessa etapa irá ser discutida as oportunidades de desenvolvimento do futuro acadêmico, verificando dessa forma as necessidades do estudo autônomo. A orientação é a seguinte etapa, consiste em um seminário onde os candidatos poderam conhecer a universidade e a metodologia de trabalho, assim como há a oportunidade de entender os futuros alunos e sua mentalidades. O enquadramento vem como uma etapa em que há a verificação dos conhecimentos acadêmicos preliminares ou as qualificações profissionais, para haver uma adaptação ao estudo (Hack, 2011). Destaca-se nessa etapa do enquadramento, alguns processos:

a) os objetivos do estudo; b) os temas científicos a serem trabalhados; c) o tempo previsto para a execução do curso; d) a descrição da maneira como o trabalho deve ser avaliado e julgado;

e) uma lista de bibliografia; f) os dados sobre o desempenho que se espera do orientador; g) o número de créditos que serão reconhecidos depois do cumprimento do contrato, entre outras informações pertinentes” (Hack, 2011,p.38).

A última etapa é a avaliação, que consiste na verificação do trabalho do aluno, o desempenho é analisado por uma comissão que analisa os estudo e o nível científico do estudante e da universidade, com o objetivo de elevar o nível da graduação.

Em resumo, tanto educadores quanto estudantes se concentram na comunicação interpessoal, caracterizada pelo diálogo ativo, em que se constrói o saber, com a arte pedagógica e a experiência de vida de cada professor e aluno. Aqui é importante destacar uma característica curiosa do modelo: os professores somente aconselham a pedido dos estudantes individualmente. A iniciativa é dos alunos: eles planejam, dirigem e controlam seu estudo (Hack, 2011).

3.1- EAD NO BRASIL: ASPECTOS DISCURSIVOS SOBRE O ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da apoio legal para o ensino superior a distância, a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Em suas Disposições Gerais, Artigo 80, a LDB atribuiu ao Poder Público o papel de incentivar o desenvolvimento de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades, e de educação continuada (Brasil, 1996).

Essa lei enfatizou a responsabilidade, da União em credenciar as instituições que ofereceriam programas de ensino a distância, assim como os requisitos para a realização de exames e registros de diplomas relativos à cursos de educação a distância, assim dava-se um ponta pé inicial a construção e planejamento de uma nova modalidade de ensino.

Em sua gênese universitária a modalidade a distância iniciou seus trabalhos na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), este projeto tinha como objetivo formar professores que atuariam na rede pública, em licenciatura em Educação Básica.

Mesmo com o marco inicial de apoio as instituições que trabalhavam com ensino a distância, precisava regulamentar e dar um suporte legal mais coeso com a atuação das universidades a distância, nas palavras de (Hack, 2011), podemos entender essas mudanças essenciais para o aprimoramento do ensino a distância.

Mesmo com a abertura proposta pela Lei nº 9.394, ainda faltava regulamentar e normatizar o Artigo 80, o que aconteceu pelo Decreto nº 5.622, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 20 de dezembro de 2005 (que revogou o Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998), e pela Portaria Ministerial nº 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial nº 301, de 7 de abril de 1998). Em 3 de abril de 2001, a Resolução nº 1, do Conselho Nacional de Educação, estabeleceu as normas para a pós-graduação *lato e stricto sensu* (Hack, 2011, p.29).

Com o intuito de formalizar e obter um curso EAD de qualidade, logo após a legalização do ensino a distância, o Ministério da Educação apresentou em parceria com a Secretaria de Educação a Distância, um documento que rege os padrões de qualidade para os cursos de Graduação a Distância. Este documento apresentou alguns critérios base e obrigatórios que as instituições deveriam ter em seus projetos de EAD, a partir deste documento a comissão de especialistas analisariam as solicitações e julgariam se a instituição pretendente estava de acordo com as cobranças básicas. Entre 2003 e 2007, este documento passou por aprimoramentos e tornou-se Referenciais de qualidade para a Educação Superior a Distância. Com base nesta nova versão, há a cobrança de oito referenciais de qualidades que precisam estar presentes nos Projetos Políticos Pedagógicos nos cursos da modalidade a distância, são eles:

- * Concepção de educação e currículo no processo de ensino;
- * Sistemas de comunicação;
- * Material didático;
- * Avaliação;
- * Equipe multidisciplinar;
- * Infraestrutura de apoio;
- * Gestão acadêmico-administrativa;
- * Sustentabilidade financeira (Brasil, 2007).

O ensino a distância pode ser considerado uma modalidade nova no Brasil, visto que sua implementação é bastante recente e para uma melhor experiência, ainda vem acontecendo modificações no intuito de

melhorar este ramo da educação. Os documentos que regem a educação em EAD no Brasil, mostram que esta modalidade de ensino e aprendizagem é um grande desafio, visto as peculiaridades regionais que formação a educação brasileira e os desafios técnicos que cada região enfrenta.

3. CONCLUSÃO

A educação deve considerar todos os indivíduos, independentemente de sua classe econômica ou sua posição geográfica. A educação a distância pode contemplar falhas que a atual conjuntura educacional possui, pois em suas características se mostra como acessível a grande parte da população, pois rompe barreiras da educação presencial.

O ensino à distância deu seu primeiro passo com a chegada dos serviços postais, em 1840, com isso foi possível as primeiras experiências com cursos de extensão a distância, já em relação a cursos de graduação, partiram na frente os países da antiga União Soviética e África do Sul. A África do Sul, possui a mais antiga instituição de ensino superior em educação a distância. Nessa universidade houve uma maior maturação do processo educacional, ressaltamos algumas etapas: redação do material; correção das tarefas enviadas; compilação das atividades; atribuição de notas; prestação de assistência; mediação de grupos de discussão, vale destacar a importância do diálogo a importância do diálogo entre a universidade e o discente.

Outro país que se destacou foi os Estados Unidos, que em seu primórdio objetivou atingir o público adulto empregado, por meio da formação à distância, as etapas percorridas por esse projeto, resume-se em: traçar os objetivos do estudo; os temas científicos a serem trabalhados; o tempo previsto; a metodologia de como esse material deveria ser trabalhado e avaliado; as referências bibliográficas e a avaliação do próprio orientador.

No Brasil, essa modalidade apenas teve importância em 1996, com a (LDB), no entanto foi em 2005 que o artigo 0 ganhou novos decretos, que legalmente normalizava a educação a distância no ensino superior, são cobrados no projeto político pedagógico das universidades em EAD, alguns critérios: concepção de educação e currículo; sistema de comunicação; material didático; avaliação; equipe multidisciplinar; apoio; gestão; sustentabilidade financeira, afim que estes suportes possam oferecer uma educação de qualidade.

Hoje essa modalidade disponibiliza cursos de graduação, espe-

cialização entre outros, isso mostra seu crescimento e o grade aceitação da sociedade. Dessa forma concluímos que a educação a distância pode ser mais um elemento positivo na luta por uma educação acessível a todos, elemento este que juntamente com a educação presencial pode unir seus objetivos com o propósito de melhorar a educação brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Presidência da República. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/seed/ivescola/ftp/leis/lein9394.doc>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

DORNELLES, Ramão Jorge. **A utilização de tecnologias de Internet na educação a distância: o caso de uma disciplina de graduação da Escola de Administração da Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul**. Porto Alegre, julho de 2001.

DUS, Aparecida Farias dos Santos; DUMBRA, Soraia. **O Ensino a Distância e a Tecnologia: Democratizando a Educação**. UniSEB Interativo São Paulo, 2013.

HACK, Josias Ricardo. **Gestão da educação a distância**. Indaial: ASSSELVI, 2009.

_____. **Introdução à educação a distância** – Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

_____. Comunicação dialógica na educação superior a distância: a importância do papel do tutor. **Revista Signo y Pensamiento**, Bogotá, n.56, p. 114-123, 2019.

Neto, Antonio Simão. **Cenários e modalidades da EAD**. - 2. ed. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2017.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância**. São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

PAPEL DAS REDES EDUCACIONAIS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

Aline Wrege Vasconcelos¹
Marily Dilamar da Silva²

Resumo:

Este artigo apresenta uma revisão integrativa e aborda a importância da inclusão social de estudantes com deficiência no âmbito educacional, com foco na influência das redes educacionais nesse processo. O estudo delimita sua análise para investigar o papel das redes educacionais na promoção da inclusão social de estudantes com deficiência na educação básica, considerando os diferentes níveis educacionais. A metodologia da revisão integrativa foi adotada para examinar a literatura existente sobre o tema. Os resultados evidenciam que as redes educacionais desempenham um papel fundamental na conscientização das necessidades das pessoas com deficiência e na promoção de políticas inclusivas. A análise temática dos artigos selecionados revela tanto desafios enfrentados pelas redes educacionais quanto avanços significativos, incluindo a formação de professores especializados e a produção de conhecimento por meio de pesquisas científicas e atividades de extensão.

Palavras-chave: Redes educacionais. Pessoas com deficiência. Inclusão social. Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A inclusão social é um princípio fundamental dos direitos humanos, que desempenha um papel primordial na promoção da participação plena e efetiva na sociedade. Esse princípio, ganha especial relevância no contexto escolar, no qual a inclusão social tem se tornado essencial, para garantir que estudantes com deficiência possam exercer seus direitos e responsabilidades, sem restrições ou barreiras que prejudiquem o seu desenvolvimento. Além disso, a promoção da inclusão social contribui para a construção de uma sociedade mais consciente

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (EGC-UFSC). alinewrege@unir.br.

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (EGC-UFSC). tetedila@gmail.com.

das necessidades e desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência (MANTOAN, 2015).

Neste estudo é proposta a análise do papel das redes educacionais na promoção da inclusão social de estudantes com deficiência no âmbito da educação básica, que abrange desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96). Apesar de ser um princípio amplamente reconhecido, o processo de inclusão social ainda carece de uma consolidação científica definitiva, permanecendo como um movimento em constante evolução. A complexidade desse processo é evidenciada pela observação de VEIGA (2008), o qual demonstra que a inclusão social não foi plenamente compreendida teoricamente nem totalmente incorporada na prática, pelos estudantes com grupos socialmente excluídos, incluindo pessoas com deficiência.

Os ambientes educacionais estão em processo constante de mudanças e, para garantir o acompanhamento dessas evoluções, é preciso que o educador especial esteja preparado para a adaptação aos novos contextos vivenciados, a partir da integração frequente de novos conhecimentos e competências, geralmente adquiridos no âmbito de uma rede profissional, com potencial de gerar soluções inovadoras e contribuir para a implementação de novos projetos e adoção de novos desafios, impossíveis de realizar com ações individualizadas. (TUOMAINEN; PALONEN; HAKKARAINEN, 2012).

Portanto, pode-se dizer que a profissão de educador especial exige o domínio de conhecimentos complexos e compartilhamento contínuo de recursos no desenvolvimento dinâmico de relacionamentos colaborativos. Essa experiência parece estar ligada em rede e requer interação social, partilha de conhecimento e resolução partilhada de problemas na interação entre indivíduos, comunidades e redes mais amplas. (TUOMAINEN; PALONEN; HAKKARAINEN, 2012).

Com essa necessidade premente de articulações coletivas e integração de conhecimentos na educação especial, o objetivo deste estudo foi analisar o papel das redes educacionais na promoção da inclusão dos estudantes com deficiência, a partir da realização de uma revisão integrativa.

Para tanto, buscou-se responder à seguinte questão de pesquisa: Qual é o papel das redes educacionais na promoção da inclusão de pessoas com deficiência? Para responder a essa indagação, foi realizada uma análise minuciosa dos artigos publicados nas bases de dados selecionadas, visando identificar os principais resultados, desafios e contribuições das redes educacionais na educação especial.

Dessa forma, o estudo pode contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e práticas educacionais voltadas para a inclusão social de estudantes com deficiência na educação básica.

DESENVOLVIMENTO

As inúmeras reformas educacionais, promovidas devido à colocação das questões de inclusão no topo das discussões, vão além da garantia ao acesso à educação, visto que envolvem uma série de diversidades culturais e linguísticas, que promoveram a alteração das técnicas e estratégias, até então adotadas, e a reflexão sobre a necessidade de projetos de investigação colaborativa, que envolva professores, estudantes e investigadores e promova mudanças tanto culturais quanto das práticas institucionais. (ARGYROPOULOS; NIKOLARAIZI, 2009).

O processo de inclusão social ainda não alcançou uma consolidação científica, permanecendo como um movimento em constante evolução no contexto educacional. Diante disso, a sociedade tem buscado estabelecer parcerias colaborativas, para enfrentar os desafios associados à implementação das políticas de inclusão educacional. A Universidade desempenha um papel significativo nesse processo, ao dissipar a dicotomia entre educação inclusiva e educação especial, bem como entre teoria e prática. Isso é evidenciado não apenas no processo de formação de professores especializados, mas também na produção e aplicação de conhecimento, por meio de pesquisas científicas e ações de extensão. (GLAT; PLETSCH, 2010).

A inclusão não é algo concedido a alguém, mas uma mediação contínua. Também não tem um resultado linear, mas uma posição ideológica, que envolve o rompimento de barreiras hierárquicas tradicionais na educação. (BRANDON; CHARLTON, 2011).

As políticas de inclusão possuem um regime de responsabilização que é ineficiente, no qual as opiniões dos jovens deficientes e dos seus familiares, especialmente relacionadas aos ambientes desejáveis de inclusão, têm sido ignoradas. No entanto, na educação inclusiva, tem sido crucial não apenas ouvir as vozes dos participantes, mas realmente

se envolver com o que é falado, permitindo inclusive a participação nas tomadas de decisões, e todos os envolvidos precisam considerar até que ponto as suas próprias ações criam barreiras à inclusão. (ALLAN, 2003).

Por outro lado, o trabalho em rede ou networking, se caracteriza como ação em conjunto, com compartilhamento de informações e teorias, em uma equipe de pessoas que estão sempre em contato e abertas à comunicação, envolvidas em uma cultura de aprendizagem, na qual seus diferentes tipos de conhecimento são valorizados, em processos de trocas mútuas, que contribuem para a formação e manutenção de uma rede de relações, necessária para a produção de conhecimento e práticas compartilhadas, em um processo participativo de construção de conhecimento. Nesse contexto, familiares e professores participam de um projeto conjunto, no qual conhecimento e competência são adquiridos, partilhados e ampliados, em benefício dos estudantes, especialmente os com deficiência. (LALUVEIN, 2010).

Essa pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa da literatura, em três bases de dados: Scopus, Web of Science e Education Research and Information Center (ERIC), adotando a abordagem proposta por TORRACO (2016), com o intuito de assegurar a validade e a inserção da pesquisa no contexto científico.

Diante disso, este estudo se propõe a conduzir uma revisão integrativa, com o objetivo de analisar as pesquisas sobre as redes educacionais, voltadas para a inclusão social de estudantes com deficiência na educação básica, visto que as revisões integrativas representam uma abordagem específica de revisão, que sintetiza a literatura empírica e teórica existente, buscando oferecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno. Quando executadas de maneira rigorosa, tais revisões apresentam o estado atual do conhecimento, contribuem para o avanço teórico e têm aplicabilidade direta na prática. Nos últimos anos, tem havido um aumento na necessidade e produção de revisões de literatura devido às iniciativas de prática baseada em evidências. (WHITTEMORE & KNAFL, 2005).

Argumenta-se também que as revisões integrativas são mais abrangentes, permitindo a inclusão simultânea de pesquisas experimentais e não experimentais, para uma compreensão mais completa do fenômeno de interesse. Isso possibilita a combinação de dados da literatura teórica e empírica. As revisões integrativas são empregadas para diversos propósitos, incluindo a definição de conceitos, revisão de teorias, avaliação de evidências e análise crítica. (WHITTEMORE;

KNAFL, 2005).

Para analisar os dados, sobre o papel das redes educacionais para a promoção da inclusão social dos estudantes com deficiência, os artigos selecionados foram lidos e os dados relevantes registrados em uma matriz de síntese.

Na sequência, foi realizada uma análise temática, identificando os principais temas ou categorias emergentes, relacionadas ao papel e desafios das redes educacionais na promoção da inclusão social de pessoas com deficiência.

Os dados foram agrupados nas seguintes categorias de análise: equidade, justiça social, e políticas públicas. Para cada categoria, foram identificados os principais desafios e avanços das redes educacionais, bem como as possíveis soluções e estratégias para superar esses desafios, e o quanto os pesquisadores têm contribuído nesse processo.

A *String*, definida para a busca nas bases de dados utilizadas, foi a seguinte: ("Search networ*" OR "research networ*" OR "network education" OR "scientific network" OR "learning networ*" OR "community of practice" OR "research grou*" OR "investigation teams" OR "investigation team" OR "scientific grou*" OR "research communit*" OR "innovation center*" OR "knowledge networ*") AND (disabled OR disability OR deficiency OR retardation OR disabilities OR "special educational needs") AND ("inclusive education" OR "special education" OR "educational Inclusion").

Os resultados da busca nas bases de dados e seleção dos artigos analisados estão apresentados na tabela 1.

Tabela 1 - Seleção dos artigos nas bases de dados considerando os critérios de inclusão/exclusão

Bases de dados		Duplicados	Artigos com mais de 30 citações	Artigos analisados por aderência ao tema
<i>Scopus</i>	41	28	63	17
<i>Web of Science</i>	29			
<i>Dimensions</i>	149			
Total	219	191		

Fonte: Elaborado pelos autores.

A busca foi realizada em três bases de dados, a partir dos filtros pelo tipo de documento (artigos), e linguagem (inglês, português e espanhol), sendo retornados 219 artigos: 41 na Scopus, 29 na *Web of Science* e 149 na *Educational Resources Information Center (ERIC)*. No *EndNote*, foram excluídos 28 artigos duplicados, restando 191 trabalhos, para leitura e seleção dos textos que foram utilizados nesta pesquisa.

Estabelecendo-se a média de 30 citações ou mais como critério de inclusão, foram selecionados 63 artigos e, destes, 17 foram incluídos na análise, por terem aderência tanto relacionada às redes educacionais quanto à inclusão de pessoas com deficiência.

Os autores dos artigos analisados convergem com relação ao significado das redes de colaboração para a prática pedagógica dos professores, na reformulação de modelos, métodos, estratégias e técnicas de ensino, a partir da reflexão acerca de suas atividades, na busca por avanços qualitativos e disseminação de boas práticas que gerem soluções efetivas, integrando um grupo multiprofissional e a comunidade em geral. (ALLAN, 2003; ARGYROPOULOS & NIKOLARAIZI, 2009; BRANDON & CHARLTON, 2011; KRUMSVIK, 2009).

O Quadro 1 apresenta uma análise aprofundada dos temas que surgiram de forma proeminente durante a realização da revisão integrativa. Esta análise ressalta as principais áreas de concentração que emergiram da revisão, evidenciando o panorama temático que permeia as pesquisas relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência. Os temas identificados - Equidade, Justiça Social e Políticas Públicas - são amplamente explorados, indicando as preocupações centrais e as tendências notáveis que foram observadas nas investigações abordadas no estudo.

Quadro 1. Análise dos temas emergentes

Nº	Autores	Equidade	Justiça social	Políticas públicas
1	LALUVEIN (2010)	Importância do envolvimento mútuo e repertório compartilhado para a construção de comunidades de prática.	Enfase na colaboração e na participação pode ter implicações para a promoção de contextos mais igualitários.	Implicações para a discussão e desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à educação e à inclusão social.
2	LEKO et al. (2015)	Oportunidades de aprendizagem colaborativa.	Discurso colaborativo promove a participação de todos.	Maiores oportunidades para as propostas de políticas públicas.
3	MILES e KAPLAN (2005)	Promoção da educação inclusiva ligada à equidade independentemente de habilidades.	Educação inclusiva, equidade, acesso igualitário e participação ativa, uma conexão como princípios da justiça.	Fornecer informações gerais sobre políticas públicas e como elas se relacionam com a educação inclusiva.
4	MILES (2014)	Rede que fornece informações sobre a inclusão de todas as crianças na educação em países de baixa renda.	Mitigar a pobreza em áreas rurais. Enfrentar desafios significativos como as barreiras, a distância.	Sugere abordagens mais amplas como políticas públicas para promover a justiça social e a equidade na educação inclusiva.
5	TUOMAINEN, PALONEN e HAKKARAINEN (2012)	Relações de rede diversas, tanto dentro como fora da organização escolar.	As redes de colaboração com outros profissionais.	Integrar conhecimento e competência de vários domínios e estar prontos para enfrentar novos projetos.
6	SCHLESSINGER (2018)	Valorizar e abraçar a diferença, rompendo uma distinção entre normal e anormal.	Eliminar barreiras à educação e valorizar a diversidade como uma oportunidade de aprendizado.	Lideranças escolares e políticas organizacionais podem facilitar ou dificultar a adoção de práticas inclusivas.
7	MULHOLLAND e O'CONNOR (2016)	Práticas colaborativas promovem a equidade.	compartilhamento entre os envolvidos promove a justiça.	resultado das ações colaborativas podem gerar políticas públicas.
8	MORRIS et al. (2015)	O envolvimento de uma variedade de partes interessadas.	Preocupações e necessidades reais das pessoas afetadas.	O envolvimento público na definição de prioridades de pesquisa pode ajudar as políticas públicas.
9	LALUVEIN (2010)	Defende o acesso a todos independentemente de suas deficiências.	Compartilhamento entre toda a comunidade dos fatores inclusivos.	Geração de novas políticas públicas através das experiências assertivas.
10	ANDREOU et al. (2015)	Utilização de um sistema de apoio para auxiliar as pessoas com deficiência, igualar as oportunidades.	Trabalho em equipe, redes de colaboração e compartilhamento de práticas.	A abordagem colaborativa se relaciona com políticas públicas que possam promover a equidade.
11	ANGELIDES, GEORGIU e KYRIAKOU (2008)	Dá a importância da liderança distribuída para promover uma educação mais inclusiva.	Vários papéis de liderança, passam a observar melhor os problemas de injustiça.	A disseminação da liderança pode levar a mudanças e implementações nas políticas públicas.
12	LOPEZ-YANEZ e SANCHEZ-MORENO (2013)	Enfatiza a obrigação de melhorar suas comunidades e desenvolvimento social.	Transformar desafios em oportunidades e a construir uma identidade com um senso de justiça.	Participação em movimentos nacionais com foco nas políticas públicas para promover a inclusão.
13	LOCKTON (2019)	Práticas de colaboração entre os envolvidos para assegurar igualdade.	Promoção de práticas de colaboração mesmo em contexto desfavorecido.	Importância de redes de discussão, mesmo que informais.
14	ARGYROPOULOS e NIKOLARAZI (2009)	Diálogo e colaboração entre os envolvidos.	Interações dialógicas como promotoras da desigualdade.	A relação dialógica pode favorecer a implementação de políticas públicas.
15	ALLAN (2003)	Dar voz aos envolvidos para promover equidade.	Não focar apenas no individual.	Envolver toda sociedade para mitigar a desigualdade.
16	BRANDON e CHARLTON (2011)	Rede educacional, reunindo diversas organizações e indivíduos para trabalhar em direção a objetivos educacionais.	A rede permite a troca de conhecimento, experiências e práticas entre os membros, qualidade de vida.	Implementação de políticas públicas na promoção da educação inclusiva.
17	KRUMSVIK (2009)	Valorização das diferenças e uso das tecnologias como favorecedoras.	Melhoria da qualidade de vida através das tecnologias.	Facilidade na comunicação emerge com novas tecnologias.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um aspecto comum nos artigos analisados é a questão da necessidade de estruturação dos ambientes educacionais, de forma que as trocas de experiências sejam estimuladas, visto que é preciso existir um local de produção de conhecimento e práticas compartilhadas, que integre pais, professores e estudantes. Outro fator de destaque, nos textos, é a necessidade de de um tempo disponível para que os professores possam estabelecer redes de conhecimento e criar novas metodologias que sejam apropriadas para pessoas com deficiência. (ALLAN, 2003; ANDREOU et al., 2015; ARGYROPOULOS; NIKOLARAIZI, 2009; BRANDON; CHARLTON, 2011; LALUVEIN, 2010).

Além da estrutura e do tempo, para melhorar a qualidade da educação inclusiva, é preciso colocar no centro das discussões aspectos de justiça social, equidade e políticas de inclusão, visto que estas questões tem se apresentado distantes da política educativa inclusiva e da realidade educacional existente (ALLAN, 2003; ARGYROPOULOS; NIKOLARAIZI, 2009).

Ao analisar os artigos selecionados, na perspectiva da importância das redes educacionais, para a inclusão de estudantes com deficiência, foram identificadas, como temáticas abordadas pelos autores, as questões relacionadas à equidade, à justiça social e às políticas públicas, como eixos fundamentais para a promoção de valores inclusivos na educação.

A relevância da colaboração entre diferentes participantes é sublinhada por LALUVEIN (2010), evidenciando a necessidade de uma abordagem colaborativa, que não apenas reconhece a importância da participação de todos os envolvidos, mas também sugere implicações profundas para a promoção de ambientes educacionais mais equitativos e justos. Além disso, a promoção da colaboração surge como fator potencial para o desenvolvimento de estratégias educacionais sensíveis às necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

LEKO et al. (2015), destacam o discurso colaborativo como veículo para a participação ativa, acarretando em maiores oportunidades para a concepção de políticas públicas, que abordem a diversidade dos estudantes com deficiência. A proposta de promoção da educação inclusiva por MILES; KAPLAN (2005) defendem o acesso igualitário às oportunidades educacionais de qualidade.

A perspectiva de rede trazida por TUOMAINEN, PALONEN; HAKKARAINEN (2012) realça a importância de conexões amplas e diversificadas, dentro e fora das instituições, como ferramentas para soluções inovadoras e abordagem de desafios complexos, incluindo as

questões ligadas à equidade na educação inclusiva. Os autores também ressaltam a importância do compartilhamento de conhecimentos e práticas, entre profissionais da educação, para o estabelecimento de políticas públicas mais fortes e abrangentes.

SCHLESSINGER (2018) enfatiza a valorização da diferença e a superação da distinção entre categorias "normais" e "anormais", como elementos fundamentais da educação inclusiva. A autora também ressalta que a promoção da diversidade e equidade educacional demanda esforços coletivos compartilhados.

Nos pontos destacados, observa-se uma convergência de ideias no tocante à dimensão das redes educacionais, para a consolidação dos aspectos de equidade, justiça social e políticas públicas, pela inclusão de estudantes com deficiência.

A conexão entre teoria e prática, aliada à busca por soluções inovadoras, de forma conjunta, reflete um movimento contínuo, em direção a uma compreensão mais profunda de políticas eficazes de inclusão, o que é ressaltado por LALUVEIN (2010), quando trata da partilha de experiências assertivas, como instrumento para o estabelecimento de novas políticas públicas.

Neste cenário, a participação ativa do público, incluindo partes interessadas e indivíduos diretamente afetados, surge como componente essencial na definição de prioridades de pesquisa e na formulação de políticas públicas, apoiado por autores como MORRIS et al. (2015).

Na perspectiva colaborativa, as redes educacionais figuram como espaços propícios à partilha de conhecimentos, experiências e práticas, que ampliam a qualidade de vida das pessoas com deficiência, conforme proposto por LÓPEZ-YÁÑEZ; SÁNCHEZ-MORENO (2013).

As narrativas e diálogos, destacados por ANGELIDES, GEORGIOU e KYRIAKOU (2008), surgem como eficazes para transformar desafios em oportunidades e forjar uma identidade compartilhada, permeada por um senso de justiça social.

A disseminação da liderança, em conjunto com a participação da sociedade em geral, é considerada um fator-chave para impulsionar mudanças nas políticas públicas e promover a inclusão social, conforme apontado por BRANDON e CHARLTON (2011).

A análise conjunta destas perspectivas, evidencia claramente que a colaboração, o diálogo, a liderança compartilhada e as políticas públicas, desempenham papéis essenciais na promoção da inclusão social de estudantes com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da inclusão social emerge como um princípio fundamental ancorado nos direitos humanos, desempenhando um papel crucial na consecução da participação plena e efetiva na sociedade.

No contexto educacional, especificamente no ambiente escolar, a inclusão social se revela como um pilar essencial para garantir que estudantes com deficiência possam usufruir de seus direitos e obrigações, e não sejam limitados por obstáculos que comprometam o desenvolvimento máximo de suas potencialidades. A relevância desse princípio é ainda mais

destacada pela sua capacidade de sensibilizar a sociedade sobre as necessidades e desafios que as pessoas com deficiência enfrentam cotidianamente.

A presente pesquisa, direcionada à análise do papel das redes educacionais na promoção da inclusão social de estudantes com deficiência, no âmbito da educação básica, responde a uma demanda crescente por um entendimento mais profundo desse processo em constante evolução. Embora seja reconhecida como um princípio amplamente aceito, a inclusão social carece de uma consolidação científica definitiva, apresentando-se como um processo em desenvolvimento.

A complexidade inerente dessa temática é ressaltada pela falta de um entendimento completo em termos teóricos e sua aplicação prática entre aqueles que lidam com grupos marginalizados, incluindo indivíduos com deficiência.

A abordagem escolhida para essa pesquisa, a revisão integrativa, revelou-se altamente pertinente para a análise do impacto das pesquisas relacionadas à inclusão social de estudantes com deficiência na educação básica. As revisões integrativas representam uma ferramenta valiosa para a síntese de literatura empírica e teórica, proporcionando uma visão abrangente e aprofundada do fenômeno em estudo. Através dessa abordagem, foi possível identificar os principais resultados, desafios e contribuições das redes educacionais nesse campo, o que culmina em um panorama mais abrangente e esclarecedor.

A pesquisa revelou que as redes educacionais desempenham um papel significativo na promoção da inclusão social de estudantes com deficiência na educação básica. Essas redes atuam como plataformas que fomentam a colaboração e a troca de conhecimentos entre diversos atores, incluindo pesquisadores, educadores, profissionais de saúde e gestores educacionais. Através do compartilhamento de infor-

mações, experiências e melhores práticas, as redes educacionais contribuem para a implementação efetiva de políticas inclusivas, a criação de ambientes educacionais acessíveis e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas diferenciadas, que atendam às necessidades individuais dos estudantes com deficiência.

Por fim, este estudo se alinha à necessidade contínua de aprimoramento das políticas públicas e práticas educacionais, voltadas para a inclusão social de estudantes com deficiência na educação básica. Ao aprofundar a compreensão do papel das redes educacionais nesse processo, espera-se que os resultados desta pesquisa possam fornecer percepções para informar a tomada de decisões e orientar intervenções futuras.

A promoção da inclusão social é um desafio coletivo, que requer a colaboração de diversos setores da sociedade, e a pesquisa desempenha um papel fundamental de integração

dos atores sociais, para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e acessível para todos.

Com base na análise realizada, podemos sugerir temas para pesquisas futuras, voltadas para a promoção da educação inclusiva de pessoas com deficiência, como a composição de redes de pesquisa e o aprofundamento da análise das características específicas das redes educacionais, como estruturas, dinâmicas de comunicação e tipos de parcerias estabelecidas, devido à uma grande lacuna de conhecimento voltado para a composição das redes educacionais pela inclusão de pessoas com deficiência.

Também é recomendável conduzir estudos que avaliem de maneira mais detalhada os resultados educacionais alcançados por meio da participação em redes. Isso pode incluir a análise do desempenho, aquisição de habilidades sociais e emocionais, bem como a melhoria geral na qualidade da experiência educacional dos estudantes com deficiência. Considerando a diversidade de agentes envolvidos na educação de pessoas com deficiência, futuras pesquisas podem explorar as perspectivas de todos os envolvidos, incluindo professores, familiares, profissionais de saúde e os próprios estudantes, em uma abordagem multidisciplinar.

Dada a crescente incorporação de tecnologias digitais na educação, investigações futuras podem explorar como as redes educacionais podem ser potencializadas, por meio de plataformas online, ferramentas de comunicação virtual e recursos educacionais digitais. E, além de contribuir para a base de conhecimento acadêmico, é im-

portante disseminar os resultados das pesquisas para os formuladores de políticas e demais partes interessadas. Isso pode influenciar positivamente as práticas educacionais e políticas de inclusão em níveis mais amplos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLAN, Julie. Productive pedagogies and the challenge of inclusion. **British Journal of Special Education**, v. 30, n. 4, p. 175-179, 2003.

ANDREOU, Theresa E. et al. Critical incidents in sustaining school-wide positive behavioral interventions and supports. **The Journal of Special Education**, v. 49, n. 3, p. 157-167, 2015.

ANGELIDES, Panayiotis; GEORGIU, Renos; KYRIAKOU, Kyriaki. The implementation of a collaborative action research programme for developing inclusive practices: social learning in small internal networks. **Educational Action Research**, v. 16, n. 4, p. 557-568, 2008.

ARGYROPOULOS, Vassilios S.; NIKOLARAIZI, Magda A. Developing inclusive practices through collaborative action research. **European Journal of Special Needs Education**, v. 24, n. 2, p. 139-153, 2009.

BRANDON, Toby; CHARLTON, Joyce. The lessons learned from developing an inclusive learning and teaching community of practice. **International Journal of Inclusive Education**, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, p. 345-356, 2010.

KRUMSVIK, Rune. Situated learning in the network society and the digitised school. **European journal of teacher education**, v. 32, n. 2, p. 167-185, 2009.

LALUVEIN, Jackie. School inclusion and the 'community of practice'. **International Journal of Inclusive Education**, v. 14, n. 1, p. 35-48, 2010.

LEKO, Melinda M. et al. Envisioning the future of special education personnel preparation in a standards-based era. **Exceptional Children**, v. 82, n. 1, p. 25-43, 2015.

LOCKTON, Marie. Chasing joint work: Administrators' efforts to structure teacher collaboration. **School Leadership & Management**, v. 39, n. 5, p. 496-518, 2019.

LÓPEZ-YÁÑEZ, Julián; SÁNCHEZ-MORENO, Marita. Levers for sustainable improvement of Spanish schools in challenging contexts. **Journal of Educational Change**, v. 14, p. 203-232, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. Summus Editorial, 2015.

MILES, Susie; KAPLAN, Ian. Using images to promote reflection: an action research study in Zambia and Tanzania. **Journal of research in special educational needs**, v. 5, n. 2, p. 77-83, 2005.

_____, Susie. Exploring understandings of inclusion in schools in Zambia and Tanzania using reflective writing and photography. In: **Disability, Poverty and Education**. Routledge, 2014. p. 41-56.

MORRIS, Christopher et al. Setting research priorities to improve the health of children and young people with neurodisability: a British Academy of Childhood Disability-James Lind Alliance Research Priority Setting Partnership. **BMJ open**, v. 5, n. 1, p. e006233, 2015.

MULHOLLAND, Monica; O'CONNOR, Una. Collaborative classroom practice for inclusion: Perspectives of classroom teachers and learning support/resource teachers. **International journal of inclusive education**, v. 20, n. 10, p. 1070-1083, 2016.

SCHLESSINGER, Sarah L. Reclaiming teacher intellectualism through and for inclusive education. **International Journal of Inclusive Education**, v. 22, n. 3, p. 268-284, 2018.

TORRACO, Richard J. Writing integrative literature reviews: Using the past and present to explore the future. **Human resource development review**, v. 15, n. 4, p. 404-428, 2016.

TUOMAINEN, Jenna; PALONEN, Tuire; HAKKARAINEN, Kai. Special educators' social networks: A multiple case study in a Finnish part-time special education context. **Scandinavian Journal of Educational Research**, v. 56, n. 1, p. 21-38, 2012.

VEIGA, Márcia Moreira. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. Paidéia, 2008.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of advanced nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

CURRÍCULO, ENSINO E APRENDIZAGEM

Maria Neusa Gomes de Souza
Maria José Pessoa de Andrade Araújo

Resumo:

Este artigo descreve as contribuições norteadoras do currículo no contexto escolar por ser um tema relevante para discussões, estudos e análise visando aprimoramento de práticas pedagógicas que atendam as demandas existentes nas instituições escolares. O estudo mostra que as primeiras mediações acerca do currículo escolar surgem a partir das décadas de 20 e 30, momento em que o país passava por momentos de mudanças no âmbito social, político e econômico. O currículo na época, contou com contribuição proposta pelo então filósofo da educação, Anísio Teixeira. Os objetivos foram alcançados através da metodologia que teve caráter qualitativo do tipo bibliográfico indicado por Lakatos (2011) onde alguns documentos oficiais e teóricos foram selecionados por embasarem ideias sobre o tema. Entre eles: LDB (1996); Soares (2011); Lima, Zanlorenzi, Pinheiro (2012). Os resultados estão na compreensão da maneira como contribui o currículo como eixo norteador de todas as propostas escolares tendo como base, as reais necessidades e interesses dos alunos a aprendizagem significativa. E conforme Astubel (2015) entre outros, os educadores, precisam estar atentos às dificuldades dos alunos e compreender que a aprendizagem é muito mais significativa à medida que o novo conteúdo é incorporado às estruturas de conhecimentos prévios e que em sua prática pedagógica não pode ser omisso diante dos fatos. Aborda também a presença das diferentes tecnologias no ambiente educacional, novas exigências educacionais advindas da revolução tecnológica vivida neste milênio e daí a exigência do professor para o uso de novas habilidades e conhecimentos que o habilitem a atuar como mediador e facilitador na construção do conhecimento nesta nova Era. E cabe ao professor fazer essa mediação para promover a aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Currículo. Prática Educativa. Escola. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

É de conhecimento no meio educacional que a palavra currículo

já traz dentro do seu contexto que a sua função bem como suas diferentes concepções e sua influência neste âmbito diz que o mesmo é o núcleo que define a existência da escola.

Nesta perspectiva, este documento não se refere a um simples rol de listagens de fato, sua análise leva-se a concluir que currículo reduz-se a programas, relação de temas, ementas de disciplinas, proposta ou grade curricular, manuais didáticos ou qualquer outro texto que contenha uma proposta prescritiva de conteúdos e metodologias a ser seguida.

Trata o currículo só dessa intenção ou se faz necessário um maior conhecimento educativo sobre ele?

Assim com a justificativa de que se faz necessário maiores conhecimentos sobre o documento dentro do contexto escolar, não apenas da educação básica mas de toda estrutura educativa, o presente trabalho buscou uma breve discussão sobre tão importante documento, a nível de escolas de todos os níveis da Educação trazida pela Constituição Federal, (1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, no Brasil, desde a sua origem.

Para tanto os objetivos centralizaram-se nos seguintes itens:

- a) Identificar a trajetória do currículo escolar brasileiro;
- b) Analisar as várias definições sobre este termo, o que possibilitou que se desenvolvesse uma ideia sobre o mesmo; e
- c) Identificar qual é a sua função dentro do ambiente escolar.

A metodologia utilizada para realização do estudo teve a base em pesquisas bibliográficas e documentais, sendo que estas na concepção de Lakatos e Marconi (2011) consiste no levantamento de bibliografia já publicada em revistas, livros, publicações avulsas e imprensa escrita, tendo por fim colocar o pesquisador em contato com o material já produzido sobre determinado assunto.

Assim, os materiais utilizados para se fazer este trabalho foram livros, artigos entre outros, relacionados ao tema currículo. Para isso também se utilizou sites acadêmico como o Scielo e Google Acadêmico, onde buscou-se por materiais utilizando como palavra-chave o termo currículo.

Assim, está o presente estudo estruturado conforme o desenvolvimento em itens estabelecidos nos objetivos conforme citados, até chegar à contribuição social do trabalho que tem o interesse de trazer para o público educacional geral a importância desse tema que é Currículo, Ensino e Aprendizagem.

Como contribuição, apresenta este estudo em seu decorrer e também nas considerações finais, contribuições para repensar o trabalho pedagógico das escolas mostrando como explica Silva (2011) que currículo está relacionado ao poder pois não existe neutralidade nele, mas, é veículo de uma ideologia e de um contexto social de época.

No que se respeito a aprendizagem está aqui explicitada conforme os fundamentos de Ausubel (2003) e de Freire (1986) que esta deve acontecer de forma significativa por meio de aulas bem estruturadas que venham ajudar os alunos a utilizar o conhecimento para a vida.

O trabalho também mostra que o Ensino e Aprendizagem deve ser feito através da utilização da TIC Tecnologia da Informação e Comunicação e das metodologias inovadoras como meio para as aprendizagens significativas.

DESENVOLVIMENTO

Conforme a literatura, o termo currículo é derivado do verbo latino *currere* que quer dizer percurso a ser seguido ou carreira PACHECO (2007). No contexto educacional o currículo, de acordo com Roldão (2016), está em conformidade sobre o quanto os profissionais da educação sabem acerca de sua constituição e de sua função dentro da escola, objetivando nesse estudo o exame da configuração do currículo na realidade educacional brasileira.

Sabe-se que o processo educativo ocorreu no período inicial da colonização, com os padres jesuítas que tinham como meta a catequização dos nativos, instruindo-os sobre leitura, escrita e contagem. E partir daí visando chegar a uma compreensão sobre o que é currículo, este trabalho tem a intenção de ideia deste documento como redes de saberes e fazeres dos sujeitos que praticam, de diferentes modos, os múltiplos espaços e tempos das escolas (SCHIMIDT, 2013).

Nesse caso, aqui, currículo tem uma relação de temas, ementas de disciplinas, proposta ou grade curricular, manuais didáticos ou qualquer outro texto que contenha uma proposta prescritiva de conteúdos e metodologias a ser seguida.

Essa visão, ainda muito presente entre os educadores brasileiros, apresenta a ideia de currículo como algo onde se identifica o trabalho da escola através dos professores, alunos, auxiliares de serviços gerais, pedagogos, pais, secretárias, coordenadores, diretores, membros das comunidades, entre tantos outros.

Enfim o Currículo Escolar é uma organização que se fez ne-

cessária a partir do surgimento da escolarização em massa, na qual se percebeu a necessidade de uma padronização do conhecimento a ser ensinado.

2.1 CURRÍCULO ESCOLAR E SUA IMPORTÂNCIA NO ENSINAR E APRENDER

O texto anterior mostra que Currículo Escolar um relevante instrumento educacional pedagógico, elaborado e pensado a fim de proporcionar às instituições formais de ensino um eixo norteador do processo educacional.

Este representa "a caminhada que o sujeito irá fazer ao longo de sua vida escolar, tanto em relação aos conteúdos apropriados quanto as atividades realizadas sob a sistematização da escola". (LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2012, p, 25).

Surge para suprir as necessidades de sistematização de conceitos e disciplinas escolares, observados a partir dos anos 20 e 30, quando naquele momento se percebia relevantes mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas no Brasil.

Em 1938 o INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas criado para desenvolver campos de pesquisa relacionados às questões educacionais desenvolve o currículo baseados em questões ligadas diretamente aos modelos de Anísio Teixeira, que foi um grande teórico e educador, responsável por idealizar significativas mudanças na educação brasileira, sendo o primeiro a pensar e implementar as escolas de públicas de todos os níveis de ensino para oferta gratuita.

Anísio Teixeira com sua inquietação pensava numa educação capaz de transformação do sujeito passivo para um adulto bem preparado para solucionar seus próprios problemas, preocupava-se com a prática.

Na atualidade o documento em estudo tem sido objeto de constantes discussões, uma vez que abrange as experiências em sua totalidade, por ser uma proposta norteadora do processo educativo, transformando-se no eixo principal da escola, o espaço central em que se atua. É através dele que se planeja um ensino, com práticas educativas, capazes de oportunizar aos educandos uma educação de qualidade uma formação integral preparando-os para os desafios educacionais, sociais, morais, culturais e econômicos.

Diante do exposto percebemos o currículo como um instrumento norteador do processo educativo, com regras que levam a planejar

mediações do ensinar conhecimentos sistemáticos articulados de forma necessária para atender às exigências educacionais contidas na LEI de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

O Currículo, portanto, não pode ser entendido e trabalhado como um conglomerado de disciplinas isoladas. "É preciso transcender esse modelo reprodutivista de organização curricular para se adequar às necessidades da atual sociedade" (LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2012, p. 95).

É nesse pensar sobre as práticas pedagógicas inovadoras com uso das tecnologias da informação e comunicação que o professor deve se tornar o mediador desse processo de construção que o educando necessita de fato aprender

Assim, é imprescindível o preparo e afinidade do professor com o seu fazer pedagógico, afim de que esteja apto a atuar na sociedade que sofre com as influencias e é influenciada pelos indivíduos que nela atuam.

Faz-se necessário para tanto a busca constante por transformar conhecimentos teóricos em práticas modernas e capazes de atribuir um verdadeiro significado ao conhecimento e aprendizado escolar através do desenvolvimento de habilidades e competências inseridas na Base Nacional Comum Curricular a BNCC (2017).

É preciso preparação, competência, compromisso e disponibilidade para atuar de forma satisfatória no momento de construção e organização de currículo escolar voltado para as aprendizagens significativas.

2.1.1 CURRÍCULO ESCOLAR E IMPORTÂNCIA NAS APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

É verdadeiro afirmar que a aprendizagem significativa ocorre no momento em que o aluno é o sujeito participante do próprio aprendizado. No momento em que o professor aplica um conteúdo e com os conhecimentos prévios que ele tem é ativado o que sentido para ele (Ausubel 2015).

O autor acima citado em sua teoria da aprendizagem defende a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos possibilitando construção de estruturas mentais por meio da utilização de mapas conceituais que abrem um leque de possibilidades para descoberta e redescoberta de outros conhecimentos, viabilizando uma aprendizagem que dê prazer a quem ensina e a quem aprende e também que tenha eficácia.

É importante salientar que é neste vai e vem que se prepara a criança, o jovem e o adulto para o exercício da cidadania e formando-o em conhecimentos, habilidades, valores, atitudes, formas de pensar e atuar na sociedade (Ausubel 2015).

Considerando que a escola deve trabalhar com o conhecimento prévio e a experiência do aluno, a família precisa contribuir no processo, educando, assumindo responsabilidades e atuando em parceria com a escola, ressaltando que cada uma das partes deve preservar suas características próprias.

Essa ação conjunta facilitará a adaptação do educando no espaço escolar e sua relação com a aprendizagem, possibilitando uma educação satisfatória. Pode-se perceber que a escola e a família devem buscar parcerias, de forma que os alunos tenham oportunidades de construir um perfil de pessoa capaz de viver e conviver em situações novas e prazerosas para eles.

Rogers (2001) conceitua a aprendizagem significativa da seguinte maneira:

Por aprendizagem significativa entendo uma aprendizagem que é mais do que uma acumulação de fatos. É uma aprendizagem que provoca uma modificação, quer seja no comportamento do indivíduo, na orientação futura que escolhe ou nas suas atitudes e personalidade. É uma aprendizagem penetrante, que não se limita a um aumento de conhecimento mas que penetra profundamente todas as parcelas da sua existência. (Rogers, 2001, p. 101).

Cabe aqui ressaltar que para que uma aprendizagem ocorra, ela deve ser significativa; como já mostrou Paulo Freire, quando houver participação consciente da criança, como sujeito do processo. Quando a aprendizagem é significativa e a avaliação uma atividade formativa, ela estará sempre a serviço do sucesso.

Entretanto, para que isso aconteça é necessário que os educadores estejam preparados para interagir com as novas tecnologias no ambiente de trabalho, estimulando e facilitando a difusão da informática educacional e propiciando condições de aprimoramento quanto ao uso da informática no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos.

O educador deve fazer a ponte entre a teoria e a prática, refletir

sobre seu papel na constituição do conhecimento do aluno e a forma de desenvolver seu trabalho, a fim de leva-los a serem líderes de si mesmos e serem cidadãos que farão a diferença no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciando nessas considerações gerais o entendimento de que o currículo escolar surge para garantir uma educação de qualidade, é necessário lembrar que se deve sustentar um ensino e aprendizagem de forma significativa, sistematizando disciplinas e conceitos escolares com o objetivo de se chegar a um modelo social e econômico pretendidos para uma sociedade.

Por ser uma proposta norteadora, passa ser o eixo principal, o coração da escola, visto que sem ele não funcionaria, uma vez que esta só funciona de forma adequada e condizente com a sociedade em que se vive se forem apontadas as direções e os objetivos pré-definidos.

Para tanto concorda-se que o currículo escolar, como eixo norteador dos trabalhos da escola, tem grande importância, pois dá direcionamento para todos os seguimentos da escola, através de um projeto de trabalho, que define conceitos, disciplinas, formas de desenvolver todos os processos pedagógicos, a serem desenvolvidos durante o ano letivo.

Neste sentido, o currículo deve ser encarado a oportunizar conhecimentos e aprendizagens sistematizadas e a escola que eduque seja capaz de transformar os educandos em sujeitos ativos. É necessário também, antes de tudo, buscar orientações acerca da qualificação docente. Haja vista que se temos docentes qualificados e um ambiente escolar favorável, com certeza os educandos ficarão preparados e aptos a atuar na busca de sua própria transformação.

Assim deve ser considerado relevante o conhecimento de mundo do educando, para que a prática educativa seja concretizada e elevada além do contexto escolar. Entretanto, é necessário que os educadores estejam preparados para interagir com as novas tecnologias no ambiente de trabalho, estimulando e facilitando a difusão da informática educacional e propiciando condições de aprimoramento quanto ao uso da informática no processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos.

Sendo assim é impossível ensinar de forma autoritária, oprimindo participações e ditando verdades. Constatou-se neste artigo que para promover a aprendizagem significativa, precisa-se considerar a experiência de vida do aluno e seu conhecimento de mundo, respeitando as diferenças, o limite de cada um, baseando-se na generosidade e afeti-

vidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSUBEL, D. P. **A Aprendizagem Significativa: a teoria de David Ausubel**. São Paulo, Moraes, 2015.

BRASIL, **Constituição Federal 1988**, MEC, Brasília 1990.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/93 MEC**, Brasília 2016.

_____, **BNCC, Base Nacional Comum Curricular**, MEC, Brasília 1990.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz eTerra, 1996.

LAKATOS. E.M **Iniciação a Metodologia Científica**, São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LIMA, M F; ZANLORENZI, C M P; PINHEIRO, L R. **A função do Currículo no Contexto Escolar**. Curitiba: Inter saberes, 2012.

SHCMITH, M.V. **Organização e Gestão das Escolas - Teoria e Prática**. São Paulo Alternativa, 2013.

PACHECO M, A. **Aprendizagem Significativa**, Brasília, ed. da UnB, 2007.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 5. Ed São Paulo: Martins, 2000.

ROLDÃO, P.M **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, M. A. **O pedagogo e a Organização do trabalho pedagógico**. Rio de Janeiro: IbpeX, 2011.

ENSINO HÍBRIDO: INOVANDO A PEDAGOGIA A FAVOR DO ENSINO TRADICIONAL E DA TECNOLOGIA

Maria Neusa Gomes de Souza

Resumo:

A educação enfrenta desafios em seus níveis de ensino e modalidades. O Ensino Híbrido surge oferecendo uma personalização do ensino tradicional até então vigente, mesclando o que há de melhor no ensino tradicional aos novos métodos de ensino, utilizando as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC). Diante da situação da educação brasileira e da pandemia, este estudo foi realizado com o objetivo de apresentar a prática da metodologia Híbrida no Brasil no contexto da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio definindo conceitos, perspectivas de ensino e aprendizagem, os aspectos positivos e negativos dessa prática, e o papel do professor e aluno. Para isso, este estudo tem como metodologia aquela centrada na pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Tem como base de dados eletrônica o Google Acadêmico e a literatura específica, juntos à palavra-chave “Ensino-híbrido” para a revisão bibliográfica citada. Pode-se dizer que foi possível concluir que a metodologia híbrida se apresenta como um método eficaz para a substituições das práticas tradicionais em contextos de aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Híbrido. Metodologia Ativa. TDIC.

Abstract:

Education faces challenges in its teaching levels and modalities. The Hybrid Teaching appears offering a personalization of the traditional teaching until then, mixing the best in the traditional teaching with the new teaching methods, using the Digital Technologies of Information and Communication (TDIC). Given the situation of Brazilian education in the face of the pandemic, this study was carried out with the objective of presenting the practice of the Hybrid methodology in Brazil in the context of Basic Education, defining concepts, teaching and learning perspectives, the positive and negative aspects of this practice, and the role of teacher and student. For this, this study has as its methodology the one centered on bibliographic, qualitative and exploratory research. The Google Scholar electronic database and the specific literature were listed, linked to the keyword “Hybrid Teaching” for the cited biblio-

graphic review. It can be said that it was possible to conclude that the hybrid methodology presents itself as an effective method for replacing traditional practices in learning contexts.

Keywords: Blended Teaching. Active Methodology. TDIC.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem o eu início focando os dois termos híbrido e educação e trazendo o conceito de que O Ensino Híbrido é o emprego de metodologias do ensino presencial, unificados aos métodos de ensino online, no desenvolvimento diário do processo de ensino e aprendizagem. A ideia central dessa metodologia tem a ver com educação embasada em projetos e Educação, a grosso modo pode ser os frutos de um ensino aprendizagem envolvendo a pedagogia.

O desafio agora é entender a relação entre os termos: Híbrido e Educação que se constitui o tema dessa trabalho e responder a pergunta : o Brasil está pronto para vivenciar um ensino híbrido em todas as escolas brasileiras?

Júnior Castilho, (2016). O autor afirma que a Híbridização do ensino proporciona aulas aprazíveis, modernas, brandas, participativas e flexíveis, ou seja, aparta o aluno da inércia, da posição de ouvinte passivo, como ocorre em aulas tradicionais expositivas, para posição de aluno protagonista do seu aprendizado que o envolve em atividades complexas e desafiadoras motivando-o a participar da construção do seu conhecimento de forma ativa, ora interagindo com outros alunos em grupos, ora individualmente.

Deste modo, o professor assume seu papel de educador mediador, orientador e facilitador, o que viabiliza tempo maior de observação do desenvolvimento individual do aluno proporcionando interação durante o processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que o este adote a importância do domínio de aprender a apreender (ALMEIDA; VALENTE, 2011).

Assim, pode-se considerar como objetivo geral o de apresentar a prática da metodologia Híbrida no Brasil no contexto da Educação Básica e os específicos conhecer a metodologia híbrida como vantajosa nos resultados acadêmicos do aluno pois utiliza-se de técnicas e tecnologias diversificadas.

E ainda entre os específicos ressaltar que o uso de recursos

tecnológicos por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) promovendo ambientes de aprendizagem ferramentas pedagógicas flexíveis que facilitem o processo de ensino e aprendizagem. Reconhecer a importância da formação inicial e continuada para o docente que deseja trabalhar com o ensino híbrido e aqueles que já trabalham, isso porque é necessário eficiência na prática pedagógica.

Para tanto se faz necessário uma metodologia desenvolvida através de levantamentos bibliográficos que de acordo com Gil (2012), este tipo de pesquisa é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e obras de autores que abordassem o assunto, a fim de que se atingisse aos objetivos citados.

O trabalho encontra-se estruturado em itens sequenciados com os seus respectivos títulos, que formam o trabalho dissertativo com as citações dos autores mais consultados.

Concluindo o estudo pode-se afirmar conforme teóricos estudados que no atual momento os educandos são vistos como um marco no diz respeito ao reconhecimento e valorização do novo ensino a por parte das políticas públicas.

Torna-se relevante citar também o Plano Nacional de Educação (PNE), que em consonância com os princípios da Educação para Todos, estabelece metas relevantes de expansão e de melhoria da qualidade da educação.

A atuação, nesse sentido, tem como objetivo concretizar as metas estabelecidas no PNE e incentivar estados e municípios a elaborem seus planos locais de educação, contemplando as diferentes metodologias atualmente utilizadas tendo como base a presencial

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O tempo de pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) trouxe algo novo para educação nunca antes imaginada. É visto que a dor causada pela perda de pessoas, o afastamento, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema regular e presencial de ensino.

A crise sanitária está trazendo uma revolução pedagógica para o ensino presencial, e de acordo com (ALMEIDA; VALENTE, 2011) a mais forte desde o surgimento da tecnologia contemporânea de informação e de comunicação TIC. As conversações a distância se intensificaram com o advento da internet e, no Brasil, a comunicação digital ganhou força após a metade da década de 1990, com o aparecimento dos

canais de pesquisa e de conversação, especialmente das redes sociais.

A educação à distância (EAD) está oficializada e empregada desde 2005 e, mesmo antes, no Brasil. Como afirma a supracitada lei, essa modalidade educacional ocorre quando a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem se faz com a utilização de meios tecnológicos e de comunicação, com pessoal qualificado, também com acompanhamento e avaliações compatíveis e que contribuam para alunos que estejam em lugares distintos e tempos diversos.

Apesar do EAD já ser uma realidade na educação brasileira, ele estava direcionado quase que na sua totalidade para o Ensino Superior, sendo outra parte para os cursos técnicos profissionalizantes. Na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), a regra geral das escolas, quando utilizavam, tendia para o EAD apenas como forma de educação complementar, sendo autorizado o EAD para casos específicos do Ensino Médio, especialmente para cursos profissionalizantes.

Além disso, o parágrafo 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB) define que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. A COVID-19 nos levou a uma dessas situações emergenciais. A pandemia afastou os alunos presenciais, da educação básica e do ensino superior, das salas de aula.

Os gestores educacionais ficaram naturalmente atônitos e a reação demorou um pouco a ocorrer. Surgiram, então, as necessidades de adaptação e de superação, tanto por parte da gestão, dos docentes quanto pelos discentes, incluindo toda a sociedade.

Em momentos como atual, torna-se necessário repensar a educação e todos os seus processos. Paulo Freire escreveu que “O homem está no mundo e com o mundo” (1983, p. 30). Agora as pessoas estão no mundo e com o mundo. A educação está sendo modificada pela adaptação docente e discente, acerca de diversos programas, aplicativos, ferramentas que passaram a ser utilizadas na educação.

3. HÍBRIDO E EDUCAÇÃO

O termo “Híbrido” pode ser definido como: do grego *hybris*, cuja etimologia remete a ultraje, correspondendo a uma miscigenação ou mistura que violava as leis naturais (JÚNIOR; CASTILHO, 2016).

Nesse momento a educação vive o Ensino Híbrido que é o em-

prego de metodologias do ensino presencial, unificados aos métodos de ensino online, no desenvolvimento diário do processo de ensino e aprendizagem.

A ideia central dessa metodologia tem a ver com educação embasada em projetos e pesquisas com o auxílio de plataformas virtuais (JÚNIOR; CASTILHO, 2016). O mesmo autor afirma que a Hibridização do ensino proporciona aulas aprazíveis, modernas, brandas, participativas e flexíveis, ou seja, aparta o aluno da inércia, da posição de ouvinte passivo, como ocorre em aulas tradicionais expositivas, para posição de aluno protagonista do seu aprendizado que o envolve em atividades complexas e desafiadoras motivando-o a participar da construção do seu conhecimento de forma ativa, ora interagindo com outros alunos em grupos, ora individualmente.

Deste modo, o professor assume seu papel de mediador, orientador e facilitador, o que viabiliza tempo maior de observação do desenvolvimento individual do aluno proporcionando interação durante o processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que o aluno adote a importância do domínio de aprender a aprender (ALMEIDA; VALENTE, 2011).

Vale ressaltar que o uso de recursos tecnológicos por meio das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC) devem ser utilizados de modo que promovam ambientes de aprendizagem com interfaces amigáveis, ferramentas flexíveis que facilitem o processo de ensino e aprendizagem (Yu et al, 2010).

Assim, pode-se considerar a metodologia híbrida como vantajosa nos resultados acadêmicos do aluno pois utiliza-se de técnicas e tecnologias diversificadas, o acesso ao conhecimento em espaços e tempos distintos e independentes, e sua aplicação independe do nível e estilo de aprendizagem do aluno (Köse, 2010).

3.1.1. O ensino híbrido, sua aprendizagem em perspectiva

O modelo de ensino tradicional foi concebido há mais de um século, embasado no sistema industrial do século XX, criou-se um sistema de educação universal em que se agrupavam estudantes utilizando o critério de séries e idade, um professor para aplicar método expositivo de conteúdos pré-elaborados e, por fim, padronizou-se o ensino e a avaliação com o objetivo de nivelamento de ensino, ou seja, “as mesmas matérias, da mesma maneira e no mesmo ritmo” (HORN; STAKER, 2015, p.05).

Andrade e Souza (2016) afirmam que o modelo tradicional se encontra defasado no mundo contemporâneo pois o perfil do aluno é diferente. Este aluno não é mais ouvinte passivo devido à facilidade de acesso a informação que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) proporcionam, portanto, o aluno tem acesso a uma gama muito rica e diversificada de informações que lhes são apresentadas através de metodologias bastante atraentes.

Necessitando assim, que o ensino atual tanto das escolas básicas quanto das universidades busque por metodologias que atendam as expectativas e as necessidades dos alunos.

Diante do fato que o ensino tradicional não atende mais o aluno contemporâneo, é importante que ocorra a inserção de metodologias de ensino inovadoras. É nesse contexto que o ensino híbrido ou Blended Learning - Blend no inglês significa misturado ou combinado, ou seja, metodologia que une o que há de melhor entre o ensino presencial (tradicional) e o ensino on-line (e-learning) - surge como solução dessa transição pois está “diretamente relacionada às novas propostas educacionais” (ANDRADE; SOUZA, 2016, p.4).

3.2 MODELOS DE ENSINO HÍBRIDO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

As escolas ficaram com salas de aula, corredores e pátios vazios de um dia para o outro com o início da pandemia da covid-19 em março de 2020. A situação trouxe as claras um dos aspectos mais importantes da educação: a tecnologia.

Com alunos e professores em casa, as soluções tecnológicas se tornaram essenciais para que as instituições de ensino não parassem. O uso da tecnologia na metodologia do ensino híbrido na pandemia foi uma das recomendações no último ano, sendo uma tendência primordial para 2021 e será um legado para a sociedade.

3.2.1 Definindo modelos

Neste artigo, descobre-se através Honr; Staker (2015) que o ensino híbrido, na pandemia, ganhou muito destaque por ser uma tendência e um legado para a educação. Sendo assim, é importante conhecer alguns e diferentes modelos para colocar a metodologia em prática no plano de ensino.

Tabela 1.

TIPOS	CARACTERÍSTICAS
SALA DE AULA INVERTIDA	<p>E simples: o aluno estuda o material da aula antes do encontro presencial e já tem informações para tirar dúvidas e aprofundar o conhecimento.</p> <p>Diferente do que é feito no ensino tradicional, o aluno estuda sozinho primeiro para depois aplicar os conceitos e tirar dúvidas entre os colegas e com os professores.</p> <p>Este modelo de ensino híbrido na pandemia é sustentado, que mantém características do ensino tradicional.</p>
FLEX	<p>Muito usado como metodologia do ensino híbrido na pandemia, o Flex dá protagonismo ao aluno e coloca o professor na posição de tutor e mediador para tirar dúvidas, motivar e organizar o estudo.</p> <p>Sendo assim, as atividades podem variar entre individual e coletivo com toda a turma.</p> <p>Este modelo de ensino híbrido na pandemia é disruptivo, pois rompe totalmente com o ensino tradicional.</p>
À LA CARTE	<p>A pesar de manter a escola física tradicional, o modelo oferece disciplinas que devem ser feitas 100% no ambiente virtual.</p> <p>Sendo assim, a instituição de ensino pode oferecer cursos diferentes assuntos para que o próprio aluno escolha o que deseja estudar.</p> <p>Este modelo de ensino híbrido na pandemia é disruptivo, que rompe com o ensino tradicional.</p>
ROTAÇÃO POR ESTAÇÕES	<p>Neste modelo, os alunos são divididos por grupos baseado em estações de aprendizagem, ou seja, possuem objetivos de aprendizagem diferentes e complementares.</p> <p>Além de auxiliar no desenvolvimento do protagonismo dos estudantes, o professor atua como mediador e organizador do revezamento nas estações de aprendizagem.</p> <p>Este modelo de ensino híbrido na pandemia é sustentado, que mantém características do ensino tradicional.</p>

Fonte : HORN; STAKER, 2015.

O ensino presencial e o digital se complementam é necessário que ambos estejam focados no mesmo objetivo que é a formação crítica, reflexiva e autônoma do aluno, é importante que o professor durante sua prática em sala de aula ofereça ao aluno ferramentas e apoio para que ele seja capaz de realizar atividades fora da sala de aula, por meio das tecnologias em ambientes virtuais por exemplo, tornando-o protagonista de seu aprendizado. (HORN; STAKER, 2015).

Importante ressaltar que o aluno precisa estar ciente dos objetivos e práticas das novas metodologias. Como exemplo, a sala de aula invertida, quando as atividades são disponibilizadas on-line antecipando o acesso do aluno ao material que será estudado posteriormente em sala de aula, ele pode trabalhar com esse material no seu ritmo e tempo e tentar desenvolver o máximo de compreensão possível. Quando isso acontece, gera melhor aproveitamento nas atividades propostas em sala aula presencial. (CASTRO, 2015).

2.3 O PAPEL DO PROFESSOR: DA EDUCAÇÃO TRADICIONAL PARA EDUCAÇÃO HÍBRIDA

Como exposto, no modelo de educação tradicional, o professor possui papel centralizador, responsável pela transmissão dos saberes, das técnicas de ensino e como fonte de conhecimento, apenas sua base intelectual. Os conteúdos e disciplinas são expostos de forma fragmentada, enrijecidos em grade curricular. Castro et al (2015), caracteriza a educação tradicional por evidenciar o ensino humanístico, seus processos de ensinagem não têm relação com o cotidiano do aluno e desprezam a sua realidade social. John Dewey (1950) há mais de um século já criticava esse modelo de ensino e aprendizagem como ineficaz e desatualizado. Embora o modelo tradicional ainda seja utilizado no contexto universitário no Brasil, a educação tem se transformado tomando novos rumos devido às tecnologias digitais de informação e comunicação e acesso amplo à informação.

A tecnologia rompeu a barreira limitadora de conhecimento hierárquico fazendo com que o aluno não seja mais apenas um reprodutor do conhecimento, mas autor de saberes. Com isso, a responsabilidade de ensinar e aprender se abre para novas relações entre conteúdos, espaços, tempos e pessoas diferentes (KENSKI, 2011).

Nesse contexto de renovação e reestruturação da educação, o docente encontra vários desafios a serem superados tais como exigência de domínio de conhecimento que vá além do conteúdo específico das

matérias, outros saberes são necessários como a “compreensão do uso das tecnologias digitais de informação e comunicação”.

O engajamento do aluno em relação a novas aprendizagens, pela compreensão, pela escolha e pelo interesse, é condição essencial para ampliar suas possibilidades de exercitar a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivencia, preparando-se para o exercício profissional futuro. (BERBEL, 2011, p.45). Dai é necessário dizer a importância da formação inicial e continuada está voltada para novas metodologias que emprega o ensino online com uso de novos modelos que se afastam de maneira híbrida da sala de aula tradicional, e foquem inicialmente nos não consumidores que valorizam a tecnologia pelo que ela é e tem a oferecer: adaptabilidade, acessibilidade e conveniência. (CASTRO 2015).

3.A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

Diante a situação vivida no que diz respeito à educação nesse últimos três anos, aparece a certeza de que educar é cada vez mais uma tarefa exigente e de enorme responsabilidade que requer equilíbrio e coerência entre orientação formativa, procedimentos pedagógicos adotados e expectativas dos implicados no processo.

De acordo com Nóvoa (2015) continuar com a tarefa exige do professor ,um conjunto de saberes e competências que lhe permitam a construção de um ensino de qualidade capaz de atender às exigências da contemporaneidade, marcada pela multiculturalidade, complexidade, constante avanço científico e processos de permanente mudança.

Contudo, porque a construção dos saberes dos professores tem na formação inicial a sua base de apoio e na formação contínua a sua consolidação, reorganizar o ensino é repensar também a formação destes profissionais de educação.

O século XXI evidencia a importância, cada vez maior, da formação pessoal e profissional dos professores, para que estes possam pela sua competência e fatores pessoais, associados a níveis de rendimento e desempenho elevados, contribuir para uma educação que leve o aluno a pensar, a refletir, a formar conceitos, ao discernimento e a terem capacidade para aplicar o que foi elaborado para alterar a sua própria realidade, visando à inserção e o crescimento, isto é, indivíduos capazes de no futuro ajudarem a conduzir com sucesso os destinos do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar neste estudo que no Brasil, no contexto universitário, a Educação passa por profundo processo de mudança e enfrenta desafios no sentido de buscar meios e alternativas para ressignificar sua prática e repensar o modelo educativo vigente.

Essa mudança tem sido impulsionada principalmente pelos alunos da contemporaneidade que não aceitam mais um modelo de educação que o mantenha passivo e isso ocorre devido a facilidade de acesso à informação que esse aluno tem mediado pelas tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC).

Nesse contexto a modalidade híbrida, embora muito recente, surge como metodologia facilitadora do processo ensino e aprendizagem exigido por esse aluno oferecendo uma personalização do ensino tradicional até então vigente na educação.

Para que essa mudança seja efetiva é preciso que haja no âmbito educacional mútua colaboração, participação e envolvimento dos atores envolvidos, ou seja, o híbrido não apenas em técnicas para efetivação da aprendizagem, mas o híbrido de pessoas, ambientes, da sociedade, enfim, todo o espaço educativo com o entendimento de efetivação da aprendizagem por meio dessas novas práticas pedagógicas.

Quanto ao papel do professor na metodologia híbrida se faz necessária a desconstrução da posição de fonte única de conhecimento ou transmissor de informação em aulas expositivas. Como citado, a atualidade sugere romper as barreiras impostas pela metodologia tradicional o papel do professor passa a ser de mediador, facilitador da construção do conhecimento, adequando o currículo, propostas pedagógicas que possibilitem a interação do aluno com as tecnologias tornando-os sujeitos críticos e reflexivos, utilizando as ferramentas disponíveis com o fim de explorar o universo em que o aluno contemporâneo está inserido e dessa forma, garantir que o conteúdo a ser ensinado seja potencialmente significativo.

Sugere-se que os professores se mantenha atualizado e aberto às mudanças, aos novos paradigmas aceitando a diversidade e as exigências estabelecidas pela sociedade, onde situam-se diversidade de comunicação e linguagem, de uma maneira mais ampla e tecnológica, isso é o que a metodologia híbrida propõe.

O exercício de repensar o papel do professor considerando o ensino híbrido face às novas tecnologias pode ser muito enriquecedor para gerar novas ideias para a prática pedagógica no âmbito educacional.

Com isso, a responsabilidade de ensinar e aprender se abre para novas relações entre conteúdos, espaços, tempos e pessoas diferentes. Os profissionais que trabalham com a educação precisam ter confiança em si e no trabalho que realizam e experienciar de fato a modalidade híbrida juntamente com os alunos para que se possa ter e analisar os resultados reais dessas novas ações.

Para isso, é importante que a formação do professor ofereça ferramentas para que o mesmo se sinta seguro e capaz de mediar o processo de aprendizagem em sala de aula como a nova modalidade de ensino.

Foi possível observar também que ainda há a necessidade de investigação científica e conhecimento quanto às práticas pedagógicas referentes ao modelo de Educação Híbrida, em diversos aspectos desde a formação do professor até a adequação das instituições ao novo modelo e, a aceitação do mesmo por parte dos atores da educação e sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M.C.F. , SOUZA de P.F **Modelos de rotação do Ensino Híbrido: estações de trabalho e sala de aula invertida**, 2016.

ALMEIDA, M. E. B., VALENTE, J. A. **Tecnologias e Currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.

BERBYL, L.; **Ensino Híbrido: personalização e Tecnologia na Educação**. Porto Alegre: Penso. 2015.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Brasília 2016.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** 5ª a 8ª Séries. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BERBEL, Neusi A.N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Revista Semina**, Londrina , 2011

CASTRO J. M. **A EAD no Brasil: cenário atual e caminhos viáveis de mudança**. 2015.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. São Paulo: Nacional. 1959

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987

GIL, A **Introdução a metodologia Científica**, São Paulo, Atlas, 2012

HORN, M.; STAKER, H. **Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos**. Final.pdf Acesso em: 05 jan. 2019

_____, H. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso. 2015.

JÚNIOR, E. R.; CASTILHO, N. M. de C. **Uma experiência pedagógica em ação: aprofundando o conceito e inovando a prática pedagógica através do ensino híbrido**. Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2019

KOSÉ, E.H. **Ensino Híbrido no Ensino Fundamental: Possibilidades e desafios**. TCC. **Especialização em Educação na Cultura Digital**. Orientador (a): Gisele Gonçalves. Florianópolis: UFSC, 2016.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 8 ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.

NOVOA, A. **Educação a Distância: Uma análise da Prática Docente Segundo Pressupostos da Natureza do Conhecimento Científico**., 2015.

YU, J. C. **Democratização da Escola Pública: A pedagogia crítica-social dos conteúdos**. São Paulo, SP, 2010.

_____. **Mudando a educação com metodologias ativas e valores**. 2015.

A ELETIVA COMO FORMA DE IMERSÃO DOS ESTUDANTES AO MUNDO CIENTIFICO

Janailson Vanderlei de Souza

INTRODUÇÃO

A sociedade atualmente vem passando por grandes transformações, com claros reflexos na educação. São muitas as formas de interdisciplinaridade que são encontradas nos sistemas educativos e na sociedade em geral. Percebe-se que o professor pode exercer influência de forma positiva nas distintas circunstâncias da aprendizagem da matemática e de física por meio das disciplinas eletivas no ensino médio. Para que haja uma contribuição significativa espera-se que, por meio deste estudo de caso, consigamos entender os conceitos abordados, relacionar os fenômenos naturais com o cotidiano, fundamentados em referenciais teóricos da área de ensino de etnomatemática e etnofísica.

Mas o que são disciplinas eletivas? Define-se como as disciplinas eletivas aquelas constantes da matriz curricular para opção do aluno. Precisarão ser desempenhadas pelo estudante, sob a orientação pedagógica da coordenação e professores da Escola EREM Solidônio Leite. Trata-se de uma lista de disciplinas, devendo o estudante ter a obrigatoriedade de cumprir um determinado número de carga horária ao longo do semestre. As disciplinas eletivas são de livre escolha do aluno do sistema Integral, para fins de enriquecimento cultural, de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que completem a formação escolar. É parte integrante da matriz curricular, componente integrante do currículo pleno, para efeito de conclusão de cada ano do ensino médio.

A alternativa por tratar sobre a disciplina eletiva com esta temática surgiu com a observação das inúmeras dificuldades que, como professor, encontra-se no ensino médio, com as disciplinas “exatas”. Com isso, espera-se, contribuir com professores que querem transformar seu modo de ensinar as disciplinas de matemática e física no ensino médio, trazendo uma forma diferente, menos hostil, com o referencial teórico da Etnomatemática e etnofísica, procurando um diálogo entre professores, na busca constante de compreender a sua função social que pode transformar a vida dos estudantes que venham a ter contato com essa forma de ensino.

Dessa maneira, considera-se a necessidade de estudos mais

bem-acabados para um Ensino Médio de qualidade, assim sendo, teríamos uma melhoria que atenderia tanto as escolas, como a sociedade, as famílias e especialmente os estudantes.

Neste aspecto, com o entendimento da situação atual, a eletiva (A física nossa de cada dia) teve a proposta de colocar os estudantes em contato com situações e experimentos práticos, além de começar a colocar em prática um projeto que teve como foco a participação ativa dos estudantes, com a finalidade de que se sentissem incitados a desenvolverem e a produzirem o conhecimento matemático/físico em sala de aula.

Sendo assim, é com essa abordagem e perspectiva que tende a se desenvolver este estudo de caso de maneira investigativa com a colaboração ativa dos estudantes e professores no procedimento de construção do conhecimento. Posto isso, esta pesquisa trata-se sobre: Etnomatemática, Etnofísica, Resolução de Problemas do dia-a-dia e a relação entre ambas.

Percebe-se que é inegável que os estudantes chegam ao primeiro ano do ensino médio da Escola Solidônio Leite com poucos conhecimentos em Física e com muita dificuldade em matemática. O ensino de ciências naturais e da matemática passa por amplos desafios e precisa despertar a curiosidade por meio da investigação, abordando conteúdos e experimentos que aproxime os conceitos ao dia-a-dia dos estudantes.

Deste modo, é considerável que se dê significado aos conceitos envolvidos no conteúdo da matriz curricular do ensino médio. Desse modo, a ação de aprender esses conceitos será mais completo, e o estudante se aproprie dele, incorporando-o na sua realidade particular (SILVA, 2008, p.18).

Dessa maneira, os estudantes têm contato com a física no seu cotidiano, em suas próprias residências, nas construções, pontes, torres, mas não têm ciência do significado e nem esclarecimentos por parte de seus pais. Eles testemunham determinadas transformações físicas, como a passagem da água do estado líquido para o sólido, o equilíbrio estático, a densidade de alguns objetos, entre outros. Tais conceitos devem ser envolvidos com uma nova forma de abordagem na disciplina de física, a etnofísica. Logo, o tema da eletiva a ser usado no estudo está pertinente a esses conhecimentos físicos e matemáticos do cotidiano aplicado a estudantes do ensino médio da EREM Solidônio Leite da cidade de Serra Talhada-PE por meio de uma metodologia de ensino, utilizando-se de conceitos da etnomatemática e da etnofísica.

O conhecimento da etnofísica e da etnomatemática encontram-

-se anexo ao costume de entender, interpretar e anunciar de uma categoria específica de trabalhadores, chamada de mestres de ofício. Esses mestres de ofício são pessoas conhecedoras que têm grande conhecimento prático em movimentar saberes e ocupações procedimentais, dificilmente cometendo erros em seu trabalho. Essa característica se deve ao fato de eles terem técnicas elaboradas decorrentes dos extensos anos de experiência na profissão (SOUZA; SILVEIRA, 2015, p. 104).

Nesse cenário é que a etnofísica e a etnomatemática estão mais próximo dos estudantes do que se imagina. A ciência verbal e a ciência estudada nas salas de aula precisam trilhar lado a lado em benefício de um bem maior, pois o principal objetivo é conseguir que os estudantes, exercitando o saber fazer, demonstrando a eles que, para cada proposição estudada em sala, existe uma aplicação na vida real e que logo é ou equivale ao do conhecimento anterior deles, necessitando apenas a consolidação do saber.

2. Metodologia

A proposta deste estudo se caracteriza inicialmente por um levantamento bibliográfico, contudo, o enfoque principal se dá em uma pesquisa de campo de caráter qualitativa, assim sendo, tem-se a oportunidade de fazer uma interpretação dos dados, delinear os participantes e os ambientes onde a pesquisa se realiza.

Com isso, a pesquisa será apoiada em percepções da Pesquisa Qualitativa com propriedades Etnográfica de imersão no campo de estudo. Empregarei como instrumentos de análise e registros de dados: a observação dos estudantes e professores em sala de aula, perguntas com questões abertas, as fotografias, os testemunhos e entrevistas com os participantes, e em seguida determinar os conhecimentos científicos das áreas de física e matemática que serão abordados.

3. Resultados e conclusões

A escola nem sempre é caracterizada somente pelo sucesso e admissão. No transcorrer do tempo pedagógico, nos deparamos com a complexa inclusão de alguns conteúdos que deixam os estudantes inertes perante da metodologia de aprendizagem, mostrando grande dificuldade de apropriação durante o processo educativo.

Analisando que durante o período que as aulas da eletiva foram lecionadas foi observado de maneira investigativa, baseado nos discurs-

dos dos estudantes, entendemos que estes alunos para resolverem as situações-problema propostas, na maioria das vezes não se amparavam nos conhecimentos da matemática escolar.

Os progressos em relação ao conhecimento desses conceitos verificam-se quando os estudantes conseguem analisar criticamente e entender o sentido do que aprenderam, num processo em que podem expor e discutir ideias com outras pessoas, negociar significados, organizar conhecimentos e fazer registros.

No contexto da EREM Solidônio Leite, está eletiva agrega valores ao Projeto de Vida dos estudantes, assegurando-lhes conhecimentos capazes de direcioná-los para os cursos de Engenharias e cursos técnicos.

Levando em consideração que houve um avanço claro e que os estudantes aplicam o conhecimento matemático de forma prática e intuitiva, aproveitando-se de estratégias específicas, não somente utilizando as fórmulas matemática ensinadas na escola.

Constatou-se que ensinar física e matemática em sala de aula por meio de uma abordagem Etno, permita aos professores e estudantes instruir-se sobre a própria diversidade cultural dos elementos físicos e matemáticos do dia-a-dia. Além disso, espera-se que os resultados desta pesquisa ajudem no incremento de uma metodologia que colabore com o ensino dessas disciplinas, originando possibilidades de transformações na prática docente, aproximando a prática pedagógica escolar com a ciência produzida em conjunturas sensíveis da vida dos estudantes.

Com isso, analisando as situações propostas e seus resultados positivos em relação ao ensino/aprendizagem por parte dos professores e alunos, aspira-se provocar os leitores para a probabilidade da intervenção pedagógica, a partir da realidade do estudante, conectando-se teoria e prática na edificação do saber organizado. Acredita-se também que as ponderações decorrentes da leitura do texto aceitem uma nova visão sobre a realidade e sobre o ensino da física e da matemática, na perspectiva do estudo científico e do desenvolvimento do conhecimento a partir da prática cotidiana.

Finalmente, espera-se colaborar na construção dos conhecimentos do professor pesquisador de seu aprendizado, promovendo o aprender de forma contínua a ser professor, segundo as atuais situações educativas, tornando a sala de aula numa atmosfera de troca de saberes, desempenhando e desenvolvendo o método científico das ciências construídos pela humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática - da teoria à prática**. 5ª ed. Campinas-SP: Papirus, 1998.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e a modernidade**. Belo Horizonte - MG: Autêntica, 2001a.

FIorentini, D. **Pesquisar práticas colaborativas ou pesquisar colaborativamente?** In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 47-76

GASKELL, R. David. **Introduction to the thermodynamics of materials**. 4ª ed. New York, 2003. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentos de Física**. Vol. 2, 9ª. ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2012.

PINHEIRO, R. C.; ROSA, M. **Uma perspectiva etnomatemática para o processo de ensino e aprendizagem de alunos Surdos**. RPEM, v. 5, n. 9, p. 56-83, 2016.

PRUDENTE, T. C. A. **Etnofísica: uma estratégia de ação pedagógica possível para o ensino de física em turmas de EJA**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, v. 6, n. 10, 2010, p. 1-13.

A ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Josivania Maria de Sousa Araújo

Resumo:

Este artigo trata da ética na contemporaneidade. Por ética entende-se princípios, valores, hábitos e costumes que foram gerados pelo ser humano para poder viver em sociedade. Assim, podemos compreender que a ética é sempre relativa e se altera conforme o tempo, o espaço e a cultura. O que pode ser antiético para uma comunidade pode ser bem aceito para outra. A ética está sempre ligada ao cuidado com o outro, respeitando da forma como ele é, sem que possa ser alienado e instrumentalizado. Aqui são descritos alguns argumentos sobre a ética, como a ética na formação humana a ética de um ponto vista crítico-social, onde serão apresentadas as reflexões acerca da ética e de como é abordada no meio social nos dias de hoje. O presente artigo tem como objetivo geral, analisar a ética na contemporaneidade, bem como compreender a ética na formação humana e analisar a ética de um ponto de vista crítico-social. Os resultados mostram que a ética na contemporaneidade não tem sido muito valorizada em nossa sociedade e que ainda é necessário que as pessoas, entendam a importância da mesma para a boa convivência com a sociedade. A metodologia empregada para este estudo foi de cunho bibliográfico e de revisão de literatura.

Palavras-chave: Ética. Contemporaneidade. Sociedade

Abstract:

This article deals with ethics in contemporary times. By ethics we understand principles, values, habits and customs that were generated by human beings to be able to live in society. Thus, we can understand that ethics is always relative and changes according to time, space and culture. What may be unethical for one community may be acceptable for another. Ethics is always linked to caring for others, respecting them as they are, without being alienated and instrumentalized. Here some arguments about ethics are described, such as ethics in human formation and ethics from a critical-social point of view, where reflections on ethics and how it is approached in today's social environment will be presented. The general objective of this article is to analyze ethics in

contemporary times, as well as to understand ethics in human formation and analyze ethics from a critical-social point of view. The results show that ethics in contemporary times has not been highly valued in our society and that it is still necessary for people to understand its importance for good coexistence with society. The methodology used for this study was bibliographic and literature review.

Keywords: Ethic. Contemporary. Society

INTRODUÇÃO

A temática da ética, da moralidade humana, e da construção de valores pessoais, socialmente justificados, não tem sido muito valorizada em nossa sociedade, e até mesmo na estrutura de nossas escolas. De forma indireta, consciente ou inconsciente, as escolas trabalham valores com seus alunos e alunas, mas isso vem sendo feito de forma desarticulada, incipiente e, de fato, embasada em valores éticos de cada grupo ou de cada professor. Isso se torna problemático, já que os valores de um determinado grupo ou de um determinado indivíduo podem não estar de acordo com os interesses gerais da sociedade (Alves, 2020, p. 02a).

Por ética entende-se princípios, valores, hábitos e costumes que foram criados pelo homem para que pudesse viver em sociedade. A ética é sempre relativa e muda de acordo com o tempo, o espaço e a cultura. O que pode ser antiético para uma comunidade pode ser bem-aceito para outra. A ética também é sempre relativa, porquanto muda com o tempo (época), muda de acordo com a cultura e com crenças de diferentes grupos sociais ou civilizações.

Em relação ao tipo e enfoque de investigação, o artigo a ser desenvolvido trata-se de um estudo bibliográfico e de revisão literária. Nesse contexto, Gil (2009), pontua a pesquisa como: o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. (Gil, 2009, p.26).

A população a ser pesquisada neste serão artigos publicados na internet que tratam do assunto em questão. As amostras deste estudo serão apresentadas por meio de análises das leituras dos artigos publi-

cados, fazendo-se uma revisão de literatura.

Sobre os resultados obtidos serão compreendidas junto análises de documentos, uma revisão bibliográfica que trará base teórica construída através de estudos de diversos autores sobre temas específicos, demonstrando ainda que o objeto em estudo tem base científica e não apenas proposições e considerações, trará ainda, uma abordagem descritiva que terá o intuito de apontar conflitos e tensões emergentes no processo de avaliação de alunos do ensino fundamental (Lakatos; Marconi, 2011). Neste tipo de abordagem se implica em levantar amostras ou mesmo outras formas de contagem, que possam encontrar variáveis para o comportamento humano. Como maneira mais prática de operacionalizar e quantificar variáveis que são importantes para a compreensão do fenómeno. (Moreira, 2002).

Assim, mediante essa situação, buscam-se respostas para a seguinte questão: “Como é vista a ética na contemporaneidade?”. As respostas serão encontradas ao longo desta pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

O existir humano é marcado pelo ser e atuar com o outro no mundo e ao mesmo tempo atribuir significação, dar sentido a esta experiência. O homem é um ser de relação. A relação autêntica desvela-se por seu caráter envolvente e significante. Sendo o ser humano sujeito de sua própria educação, toda ação educativa deverá promover o próprio indivíduo e não ser instrumento de ajuste deste à sociedade. Será graças à consciência crítica que ele assumirá cada vez mais esse papel de sujeito, escolhendo e decidindo, mediado por uma perspectiva ética (Dias, 2023, p. 2).

Ética (do grego *ethos*) significa bons costumes, modo de ser ou caráter de uma pessoa, mas é também a teoria sobre o comportamento moral. A moral (do latim *mores*) significa costumes. Ela se refere às normas, aos valores e às leis que regem a vida em sociedade. Assim, o objeto da ética é o estudo da moral, que procura compreender o sentido e a validade dos costumes, valores, leis e condutas, tendo como função indicar quando o comportamento é bom, justo e humano. A moral surgiu nos primórdios da humanidade, quando o homem deixou de ser um ser apenas natural, vivendo isolado, ao arbítrio da força, para se tornar um ser social, convivendo em grupo (Peixoto; Rocha, 2022, p. 7).

O *ethos*(ética) é a casa, a morada, a acolhida, o abrigo protetor

da vida do homem em sociedade (Vaz, 1999). Com o ethos, o espaço do mundo humano (sociedade) torna-se habitável para o homem, torna-se espaço de afirmação do humano. Com o ethos, a solidariedade, a cooperação e a alteridade passam a ser as referências da vida em sociedade, contrapondo-se ao egoísmo e à barbárie. Para essa concepção, a excelência do agir humano ou o conjunto dos valores que forma um ideal de convivência em sociedade, é a referência fundamental. (Peixoto; Rocha, 2022, p. 8).

A Ética na Formação Humana

A ética, trata da formação do caráter das pessoas, das instituições e dos povos, nos permitindo ser conscientes de que ambas têm a capacidade de dialogar entre si, entretanto é fato que precisamos cultivar hábitos que nos transformem internamente mediante boas obras, porque como seres sociais precisamos uns dos outros para podermos sobreviver de forma digna e respeitosa, alimentando uma sociedade justa e igualitária, promovendo assim, a liberdade entre seus compatriotas. (Alves, 2020, p. 1).

Neste contexto repensar uma ética que proporcione uma melhoria na qualidade do ensino de forma plural e não só uma barreira contra a violência, mas um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico, promovendo assim uma educação direcionada aos diferentes grupos minoritários, mas também uma educação para a tolerância e para o respeito do outro, condição necessária à democracia. (Alves, 2020, p. 2b).

O fenômeno da educação é, pois, constitutivo do ser humano. É que o ser humano só se torna, efetivamente, humano, isto é, ele só vem a ser o que ele é graças ao empenho da educação. Kant (2006, p. 11 in Peixoto; Rocha, 2022, p. 11), tem razão quando diz: o “Homem é a única criatura que precisa ser educada”. O fenômeno da educação é constitutivo do ser humano. Ao contrário do homem, que nasce como ser dependente, que precisa de cuidados e de educação, os animais já nascem biologicamente programados. Mesmo quando adulto o homem continua precisando de cuidados, porque o ser humano só se torna o que vem a ser o que ele é por meio da formação familiar e escolar.

Como Aristóteles ensina, na obra *Metafísica* (2012 in Peixoto; Rocha, 2022, p. 12), sobre a relação entre ato e potência, que toda realidade em ato é potencialidade do surgimento de outra realidade, a formação é o trabalho para que o humano que está em cada indivíduo

como possibilidade se torne real. Cabe à instituição escolar e à sociedade criar condições concretas para que a pessoa possa desenvolver-se plenamente enquanto ser livre, independente, criativo, crítico e ético. Assim, os homens poderão criar uma sociedade mais igualitária, autônoma e justa. Assim, a educação como formação é auto constituição do ser humano. Ela ocorre como tal se for ao mesmo tempo ethos do cuidado, que realiza a tarefa da empatia, da alteridade, do respeito e da valorização do outro, independente de nacionalidade, cultura, idade, religião, crença, opção política e condição socioeconômica.

Pensar a formação é, sobretudo, como estamos apresentando, pensar o sentido da existência humana. Essa pergunta é a pergunta pela essência do fenômeno da existência. Essa essência teve sua origem com a alegoria de Hegino e as reflexões empreendidas por Heidegger sobre o cuidado, já que a alegoria diz que “o homem deve pertencer ao cuidado enquanto viver”. Portanto, o cuidado é a estrutura constitutiva da existência humana, é a sua essência. (Peixoto; Rocha, 2022, p. 13).

A formação enquanto afirmação da existência humana como contínuo vir-a-ser, como abertura, como constante recriação do humano, como espaço do rigor acadêmico, da crítica, da dúvida, do cultivo do pensamento, da criação, do universal, da empatia, do ethos como acolhida e como ruptura com a inautenticidade, com o mundo da alienação, do pragmatismo e da instrumentalização representa o esforço narrado pela alegoria de Higinio para imprimir ao homem sua essência, o cuidado, condição fundamental para transformarmos a nossa sociedade e o planeta em que vivemos em morada, casa, abrigo protetor da vida humana e da construção de uma sociedade mais humanizada, mais igualitária e mais justa, assim como a preocupação com a preservação do planeta em que vivemos. (Peixoto; Rocha, 2022, p. 14).

A Ética de um Ponto de Vista Crítico-Social

Segundo Brasil (1997, p. 51): “As pessoas não nascem boas ou ruins; é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E, naturalmente, a escola também tem. É preciso deixar claro que ela não deve ser considerada onipotente, única instituição social capaz de educar moralmente as novas gerações. Também não se pode pensar que a escola garanta total sucesso em seu trabalho de formação. Na verdade, seu poder é limitado. Todavia, tal diagnóstico não justifica

uma deserção. Mesmo com limitações, a escola participa da formação moral de seus alunos. Valores e regras são transmitidos pelo professores, pelos livros didáticos, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos, e assim por diante. Então, ao invés de deixá-las ocultas, é melhor que tais questões recebam tratamento explícito. Isso significa que essas questões devem ser objeto de reflexão da escola como um todo, ao invés de cada professor tomar isoladamente suas decisões. Daí a proposta de que se inclua o tema Ética nas preocupações oficiais da educação.”

As relações da escola com a comunidade também levantam questões éticas. De fato, a escola não é uma ilha isolada do mundo, da cidade ou do bairro. Ela ocupa lugar importante nas diversas comunidades, pois envolve as famílias. Cada lugar tem especificidades que devem ser respeitadas e contempladas. Algumas das atividades de professores e alunos estão relacionadas com questões e problemas do lugar onde está a escola. Como participar da vida da comunidade? Como articular conhecimentos com as necessidades de um bairro ou de uma região? Eis questões que envolvem decisões pautadas em valores que devem ser explicitados e refletidos. (BRASIL, 1997, p. 64).

Quando se fala que algo é bom ou que proporciona felicidade não se pode exigir que qualquer ser racional considere apenas sobre uma única ação, porque essa é uma opção subjetiva. Assim, é preciso reconhecer que cada sociedade possui uma forma singular de definir o que é moralmente e eticamente aceito por seus integrantes. (Alves, 2020, p. 3).

CONCLUSÃO

Discutir o referido tema é salutar para se desenvolver um pensamento crítico e refletivo, mas a formação do educando no ensino médio já é tardia, porque tal compreensão da ética e da moral deveria ser matéria basilar, com sua iniciação nas series iniciais. Assim, a formação do ser como um todo perpassa o ensino da Filosofia com tema obrigatório na sala de aula desde cedo (Alves, 2020, p. 14).

É importante afirmar que a formação enquanto afirmação da existência humana como contínuo vir-a-ser, como abertura, como constante recriação do humano, como espaço do rigor acadêmico, da crítica, da dúvida, do cultivo do pensamento, da criação, do universal, da empatia, do ethos como acolhida e como ruptura com a inautenticidade, com o mundo da alienação, do pragmatismo e da instrumentalização

representa o esforço narrado pela alegoria de Higinio para imprimir ao homem sua essência, o cuidado, condição fundamental para transformarmos a nossa sociedade e o planeta em que vivemos em morada, casa, abrigo protetor da vida humana e da construção de uma sociedade mais humanizada, mais igualitária e mais justa, assim como a preocupação com a preservação do planeta em que vivemos. (Peixoto; Rocha, 2022, p. 14).

Assim, deve-se fomentar em sala de aula a discussão dos valores éticos mínimos universais tais como respeito, dignidade, verdades, honestidade, companheirismo, solidariedade, amor, justiça, bondade etc., são reflexões que poderemos humanizar de forma coerente nas relações bilaterais para um bem conviver, mas também direcionam ao parecer de uma ética máxima que não necessariamente será a felicidade, porque cada indivíduo tem em si seu conceito de máximo. (Alves, 2020, p. 16).

Assim, essa apropriação de conceitos é essencial para que o desenvolvimento cognitivo dos estudantes possa ser melhor trabalhado e desenvolvido nas aulas. É notório que esta pesquisa não se finda por aqui, mas norteia para possíveis caminhos e questionamentos que transitarem neste viés temático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fernando José (2020). **A Ética na Formação do Educando Como Um Ser Social**. Disponível em <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/4459>.

CHAVES, Amanda Pires; GOERGEN, Pedro Laudinor. Ética e Estética na Formação Humana. **Revista Exitus**, Santarém/PA, Vol. 7, N° 2, p. 331-349, Maio/Ago 2017.

CREMONESE, Dejalma. Ética e Moral na Contemporaneidade. Campos Neutrais – **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais** Vol. 1 N° 1, Janeiro – Abril de 2019.

FERRIZ, José Luis Sepúlveda (et al). **Ética, Sociedade e Sustentabilidade na Contemporaneidade: interfaces interdisciplinares sobre meio ambiente, ecologia humana e educação socioambiental**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.8, p. 80971-80982 aug.

2021.

FREIRE, Roberto (2021). **Ética e Política Contemporâneas**. Disponível em https://setec.ufmt.br/ri/bitstream/1/65/3/Etica_Politica_Contemporaneas_2021.pdf.

NASCIMENTO, Tiago Gama do (et al). **Ética e Trabalho: desafios para a vivência na contemporaneidade**. **Rev. Mult. Psic.** V.12, N. 42, Supl. 1, p. 832-844, 2018.

PEIXOTO, Adão José; ROCHA, Matheus Alexandre. **Fenomenologia do Cuidado, a Ética e a Formação Humana**. RPD, Uberaba-MG, v.22, n.47, p.01-16,2022, ISSN 1519-0919.

POLLI, José Renato. **Ética e Contemporaneidade: entre práticas e princípios**. Revista da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Empresas Padre Anchieta. Ano III - Nº 5 - Março/2002.

RAINHA, Euza do Amaral Souza (2017). **Ética no Serviço Público: falta de conhecimento ou falta de ação?** Disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/>

SAROLDI, Nina. **A Ética e os Desafios da Contemporaneidade**. **Rev. do Depto. de Serviço Social PUC-Rio**, 2019.

SILVA, Sidney Rinaldo da. **Ética Pública e Formação Humana**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 645-665, out. 2016.

TAILLE, Yves de. **Moral e Ética no Mundo Contemporâneo**. **Revista USP**, São Paulo, n. 110, p. 29-42 - julho/agosto/setembro 2016.

REFLEXÕES ACERCA DAS TECNOLOGIAS E SUA ASSOCIAÇÃO AS PRÁTICAS COTIDIANAS DOCENTES

Gêneses Moçambite dos Santos¹

Resumo:

Através de um breve olhar reflexivo sobre a importância das tecnologias para inúmeros setores não é possível deixar de associá-las ao fazer pedagógico. Assim, o presente trabalho tem a finalidade de realizar uma reflexão sobre as práticas tecnológicas realizadas cotidianamente pelos docentes buscando inovar na realização das suas aulas, outros ainda tentando se inserir no atual mundo virtual e ainda alguns profissionais que não conseguiram se colocar ou se entender com essa nova realidade. No momento onde o retornar as atividades precisará de um preparo e esforço individual mais acentuado, o preparo profissional de acordo com a realidade existente, se torna cada vez mais necessário. Para tanto se faz preciso a conscientização pelo docente, que as tecnologias são uma realidade e que sua utilização se faz indispensável em tempos atuais mais que antes. É preciso associar as mesmas com as práticas pedagógicas desempenhadas, a fim de utilizá-la de forma mais acertada e oportuna. A metodologia será composta por busca teórica e observações cotidianas no convívio de escolas municipais de Tabatinga/Am. A relevância do tema se consolida pelo fato de não existir a possibilidade de se proporcionar o aprendizado sem considerar a utilização das tecnologias. Espera-se ao final deste estudo obter um entendimento mais abrangente sobre a importância das tecnologias e uma compreensão sobre as dificuldades de muitos docentes em se inserir no mundo tecnológico.

Palavras-chave: Educação. Fazer Pedagógico. Tecnologias.

INTRODUÇÃO

É evidente destacar a importância e a contribuição das tecnologias que desempenham um papel fundamental na sociedade, contribuindo de várias maneiras, como facilitando a comunicação, melhoran-

¹ Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade do Estado do Amazonas UEA. Especialista em Educação Infantil e Ensino Fundamental pela FAK. Especialista em Língua Portuguesa e Literatura em Contexto Escolar pela FAK. Mestrando em Ciências da Educação pela FICS. E-mail: genesesmocambite@gmail.com

do a eficiência em diversas áreas, proporcionando acesso à informação, impulsionando a inovação e criando novas oportunidades econômicas.

No entanto, as tecnologias desempenham um papel crucial na sociedade, pois têm contribuído significativamente em diversos aspectos. 1. Comunicação: As tecnologias, como smartphones e redes sociais, facilitaram a comunicação instantânea e global, conectando pessoas em todo o mundo; 2. Acesso à informação: A internet e os dispositivos digitais permitem que as pessoas tenham acesso a uma quantidade imensa de informações em tempo real, ampliando o conhecimento e a educação; 3. Eficiência e produtividade: As tecnologias automatizam processos e tarefas, melhorando a eficiência e a produtividade em vários setores, como indústria, agricultura, saúde e transporte; 4. Inovação: As tecnologias impulsionam a inovação, permitindo o desenvolvimento de novas soluções e avanços científicos em áreas como inteligência artificial, biotecnologias, energias renováveis e nanotecnologia; 5. Oportunidades Econômicas: As tecnologias criam novas oportunidades de negócios e emprego, impulsionando o crescimento econômico e a geração de renda; 6. Melhoria da Qualidade de Vida: Tecnologias médicas têm contribuído para diagnósticos mais precisos, tratamento mais eficazes e melhor qualidade de vida para as pessoas.

Neste sentido é preciso considerar que as tecnologias desempenham um papel transformador na sociedade, trazendo benefícios significativos em diversos aspectos da vida moderna.

A tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) é uma das ferramentas que possibilita a implantação da gestão do conhecimento, pois é um importante instrumento para acumular e recuperar informações; a TIC, entretanto, não deve ser confundida com a gestão do conhecimento propriamente dita, mas sim como uma ferramenta de apoio que permitirá a geração, não o controle, mas o armazenamento e a difusão do conhecimento (Martins, 2017, p. 27).

Em função dessa realidade, precisamos estar atento ao fato da evolução das tecnologias, pois, a cada momento surge então a necessidade de novas tecnologias para substituir às obsoletas, dando continuidade a busca desenfreada por novas descobertas tecnológicas, que venham suprir as necessidades da sociedade contemporânea, que as vezes ficam dependente desta ferramenta. Nesse sentido, ela tem contribuído

de diversas maneiras, como facilitando a comunicação, melhorando a eficiência em diversas áreas, aumentando o acesso à informação e promovendo avanços científicos e médicos. Nos dizeres de Bazzo (1998, p. 142), sobre a contribuição das tecnologias podemos destacar que:

É inegável a contribuição que a ciência e a tecnologia trouxeram nos últimos anos. Porém, apesar desta constatação, não podemos confiar excessivamente nelas, tornando-nos cegos pelo conforto que nos proporcionam cotidianamente seus aparatos e dispositivos técnicos. Isso pode resultar perigoso porque, nesta anestesia que o deslumbramento da modernidade tecnológica nos oferece, podemos nos esquecer que a ciência e a tecnologia incorporam questões sociais, éticas e políticas.

Em faces das rápidas mudanças, e necessário e importante fazermos uma breve referência ao contexto histórico sobre as transformações de caráter político, econômico, social e filosófico, podemos destacar as falas de Miranda (2002), afirmando que a tecnologia moderna não pode ser considerada um mero estudo da técnica. Ela representa mais que isso, pois nasceu quando a ciência, a partir do renascimento, aliou-se à técnica, com o fim de promover a junção entre o saber e o fazer (teoria e prática). Complementando seu raciocínio a autora diz que:

A tecnologia é fruto da aliança entre ciência e técnica, a qual produziu **a razão instrumental**, como no dizer da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Esta aliança proporcionou o **agir-racional-com-respeito-a-fins**, conforme assinala Habermas, a serviço do poder político e econômico da sociedade baseada no modo de produção capitalista (séc. XVIII) que tem como mola propulsora o lucro, advindo da produção e da expropriação da natureza. Então, se antes a razão tinha caráter contemplativo, com o advento da modernidade, ela passou a ser instrumental. É nesse contexto que deve ser pensada a tecnologia moderna; ela não pode ser analisada fora do modo de produção, conforme observou Marx. (Miranda, 2002, p. 51, grifo da autora)

Ao se realizar um passeio pelo histórico das tecnologias e possível entender que esta foi ao longo dos anos se ajustando de acordo com a necessidade de cada seguimento, novos estudos e investimento sendo realizados para que se alcançassem tais objetivos. Ora objetivos financeiros, ora intelectuais, mas sempre priorizado os lucros levando-nos a internalizar que a sociedade parece depender cada vez mais do conhecimento científico e tecnológico, para permanecer no processo da transformação.

É preciso ressaltar que as tecnologias são essências em todos os meios, no entanto existem seus pontos positivos e negativos como em qualquer outro seguimento, mas não será o foco deste estudo.

De acordo com o enunciado no resumo deste estudo, direcionaremos as atenções a uma reflexão sobre as práticas tecnológicas realizadas cotidianamente pelos docentes, onde os mesmos procuram se abastecer de novidades, inovando na realização das suas atividades educacionais, outros ainda tentando se inserir no atual mundo tecnológicos que nos rodeiam e ainda alguns profissionais que não conseguiram se inserir ou se entender com essa nova realidade, obtendo assim o aprendizado relevante para sua formação pessoal e profissional.

A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO

Com o surgimento da tecnologia sem sombra de dúvidas que o mundo passou por uma transformação sem precedentes. As inovações chegaram e cada seguimento precisou se adaptar providenciando adequações no propósito de acompanhar a evolução do momento.

No que se refere à relevância das tecnologias, nada foi diferente quando as adequações e aceitações. Para tanto, muitos pontos tiveram que ser observados, mensurando o impacto das descobertas. Um dos primeiros pontos a se referir trata-se de um dos objetivos estabelecidos nos PCNs:

A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a preparação e orientação básica para a sua inte-

gração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo; o desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos. (BRASIL, 1999, p. 23).

É importante salientar, que o indivíduo precisa ter condições para continuar aprendendo e se desenvolvendo, acompanhando os tempos, se integrando ao mundo e seus avanços. É bem verdade que boa parte do aprimoramento do indivíduo vem da sua própria força de vontade e interesse, sendo este um ponto importante quando pensamentos em tecnologia, educação e cotidiano escolar.

Embora desde o surgimento, há mais de três décadas, o campo educativo tem sido ao longo dos tempos um dos mais investigados pelos movimentos CTS, pois foi observado que existe a necessidade de renovação curricular dos conteúdos, no intuito de inserir a ciência e tecnologia em novas concepções atreladas ao contexto social.

Nas palavras de Medina e Sanmartín (1990), quando se pretende incluir o enfoque CTS no contexto educacional é importante que alguns objetivos sejam seguidos:

- * Questionar as formas herdadas de estudar e atuar sobre a natureza, as quais devem ser constantemente refletidas. Sua legitimação deve ser feita por meio do sistema educativo, pois só assim é possível contextualizar permanentemente os conhecimentos em função das necessidades da sociedade.

- * Questionar a distinção convencional entre conhecimento teórico e conhecimento

- prático - assim como sua distribuição social entre 'os que pensam' e 'os que executam' - que reflete, por sua vez, um sistema educativo dúbio, que diferencia a educação geral da vocacional.

- * Combater a segmentação do conhecimento, em todos os níveis de educação.

- * Promover uma autêntica democratização do conhecimento científico e tecnológico, de modo que ela não só se difunda, mas que se integre na atividade produtiva das comunidades de maneira crítica.

Analisando os objetivos citados pelos autores podemos comentar que nos pensamentos dos mesmos a CTS devem ser regularmente analisadas, observadas e questionadas para que se tenha certeza de que estas estão correspondendo no que se refere a contextualizar o aprendizado com o que a sociedade vem exigir de um profissional no meio. Caso isto não aconteça, esta tecnologia não estaria suprindo a necessidade do cidadão.

Outra observação segundo os autores seria a importância de não deixar se perder a rotina de se relacionar sempre a teoria com a prática, sendo fato que estas precisam caminhar juntas em busca da construção do conhecimento e dialogar de forma positiva nesse aprendizado. Para isso, a valorização do conhecimento prévio do aprendiz sobre o assunto deve ser aproveitado no intuito de enriquecer ainda mais os conhecimentos.

Não adianta tecnologia e inovação idealista se essa relação de poder e de validação de verdades não for superada e ela não pode ser ultrapassada tecnicamente, mas em práxis social, em vida cotidiana. Portanto, enquanto a vida cotidiana, ou a experiência de uma coletividade for dominada pela práxis burguesa todo hipertexto será linear e determinista, todos acabarão seguindo os registros de verdade morta da classe hegemônica, neste caso a burguesia, que resuscitada cada vez que sua práxis for aplicada, e junto dela as relações de domínio e controle que as constituem. (Matta, 2006, p. 41).

Com relação à descontinuidade do aprendizado, é sabido que o prejuízo se faz inegável no resultado final dos objetivos almejados, sendo esta uma prática de fato a ser evitada.

Promover a difusão da CTS de forma de se conscientize sobre a integração destaca com tudo que se refere à produção, evolução, crescimento do indivíduo e da sociedade qual este tenha influência.

Neste sentido, frente a um tema de extrema relevância é preciso direcionar as observações para de que forma as tecnologias foram inseridas no contexto educacional? Como foram recebidas pela comunidade escolar atuante em salas de aulas, ou se todas as comunidades escolares tem acesso a essa tecnologia? Se os profissionais da educação dominam essa “nova” ferramenta a seu favor.

Embora seja inegável a importância da tecnologia para a educação, a resistência que existiu na inserção da ferramenta e que persiste até os dias de hoje, não pode ser desconsiderada, uma vez que o reflexo desta negação afetará diretamente na aprendizagem. É importante relatar sobre o comportamento de resistência existente entre alguns profissionais da educação, que por muitas vezes já tem muitos anos de profissão, pois é preciso que esse comportamento seja analisado com cuidado, considerando a dificuldade de cada profissional. Muitas vezes a resistência contra as tecnologias se dão realmente por dificuldades individuais de se familiarizar, outras vezes por medos infundados e difundidos por quem não simpatiza com as tecnologias, também desinteresse de tais profissional.

Neste sentido no remetemos a reflexão de que pouco foi feito pelos profissionais da educação na intenção de atualizar a comunidade docente para tal tendência mundial. Para Belloni (2001, p.85):

Para fazer frente a esta nova situação, o professor terá necessidade muito acentuada de atualização constante, tanto em sua disciplina específica, quanto em relação às metodologias de ensino e novas tecnologias. A redefinição do papel do professor é crucial para o sucesso dos processos educacionais presenciais ou à distância. Sua atuação tenderá a passar do monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meio, e-mail, telefone e outro meio de interação mediatizada: do monopólio do saber a construção coletiva do conhecimento, através da pesquisa; do isolamento individual aos trabalhos em equipe interdisciplinares e complexos; da autoridade a parceria no processo de educação para a cidadania.

No entanto, é preciso que se analisem as questões envolvidas e como se deu todo o processo. Os mais dinâmicos buscaram por iniciativa própria formas de se capacitar e se inserir no meio tecnológico e é fato que estes profissionais adquiriram um maior destaque entre os outros. O domínio das tecnologias são o diferencial curricular inegável para em qualquer seguimento, e para a educação significa está com conteúdos atualizados e metodologias dinâmicas e diferenciadas, as quais proporcionarão um aprendizado imensamente significativo.

Neste sentido, a educação deve estar de acordo com as necessi-

dades e transformações da sociedade na qual está inserida, pois:

“A educação reflete as transformações da base material da sociedade e, por isso, não está acima da sociedade, mas consiste em uma dimensão concreta da vista material e que se modela em consonância com as condições de existência dessa mesma sociedade.” (Buena; Gomes, 2011, p. 54)

Baseado em observações cotidianas é possível relatar que profissionais engajados com as tecnologias proporcionam a sua clientela mais conhecimentos, não aparentam aspecto de cansados, pois diminuem a rotina enfadonha de montanhas de livros, podendo armazenar grande parte do seu material didático em pequenos dispositivos. O fato é que toda inovação que trás desenvolvimento do individuo deve ser melhor apreciada de acordo com as palavras do autor:

[...] promova no indivíduo, tanto em termos de desenvolvimento pessoal, quanto em termos do desenvolvimento social, quando ele poderá questionar e posicionar-se, por exemplo, quanto à hegemonia das nações que detêm o poder do conhecimento científico-tecnológico. (Grinspun, 1999, p. 28).

Partindo desse pressuposto, e necessário que os mesmo descertos do passado quanto à divulgação da importância das tecnologias sejam minimizados, se faz necessário que seja criado uma rotina de discussão com os alunos sobre os avanços da ciência e tecnologia, suas causas, consequências, os interesses econômicos e políticos envolvidos, de forma contextualizada, uma vez que a era digital está cada vez mais presente e fortalecida. É uma realidade que está intimamente ligada à evolução do ser humano, desenvolvendo-se permeada pela ação reflexiva de quem sofre/age as diversas crises inerentes a esse processo de desenvolvimento tão real para muitos, mas também ainda distante para tantos outros.

Faz-se necessário constituir uma relação entre as instituições que direcionam estudos voltados para o enfoque CTS ainda são em pequenas quantidades no nosso país, e quando nos referimos às instituições municipais, é mais raro ainda. Assim, reforça-se o fato que nem

os nossos docentes e nem os nossos estudantes foram ou estão sendo formados de acordo com a perspectiva da interdisciplinaridade, o que torna os objetivos do enfoque CTS algo que exige bastante reflexão antes que se possa agir. Não há como cobrar um conhecimento que o indivíduo não adquiriu.

AS AULAS REMOTAS DEVIDO A PANDEMIA DA COVID 19

Partindo desse pressuposto, a pandemia da covid 19 expôs diferentes facetas das fragilidades do nosso sistema educacional, mostrando as realidades camufladas em vários seguimentos. Direcionando o olhar para o município de Tabatinga- Am, cidade pequena com menos de cem mil habitantes, localizada em região de tríplice Fronteira, Brasil, Colômbia e Peru, no que se refere a educação, as perdas foram irreparáveis assim como no mundo, apesar dos esforços para que tais perdas sejam minimizadas, nenhuma tecnologia substitui a presença do professor na sala de aula mediando o aprendizado, proporcionando o conhecimento dos estudantes.

Convém salientar que o município possui rede federal, estadual e municipal de ensino, no entanto, as observações serão direcionadas para a rede municipal de ensino, do qual faz parte o realizador desde estudo. Nesse momento foram muitas as demonstrações de que ainda há uma longa caminhada a se percorrer no sentido de inserir de fatos as CTS, no currículo escolar das nossas cidades. O município não apresentou um plano viável e condições para que as aulas remotas tivessem o aproveitamento de fato. Entre tantas dificuldades, podemos destacar a falta de acesso às tecnologias educacionais oferecidas as instituições escolares do município e aos professores. Embora a Secretaria Municipal de Educação ponha em prática um projeto bastante interessante de aulas remotas, os estudantes em virtude das baixas condições financeiras, na grande maioria, tiveram dificuldades em adquirirem os materiais em mídia, através de celulares, pen drive ou outro dispositivo disponível. No final, as aulas remotas acabaram sendo repassadas de forma impressa e a escola acabou ficando sem saber o quanto se obteve efetivo de aproveitamento de aprendizagem.

Essa situação expôs outras questões, para alguns que são adeptos da comodidade pedagógica o projeto das aulas remotas foi perfeito, pois as atividades eram entregues prontas, só havendo a necessidade de impressão. Para outros, isso não foi o suficiente e estes, se debruçaram

nas redes sociais em busca de estratégias diferenciadas para alcançar seu alunado. Mesmo sendo com atividades impressas, mas que apresentassem algum diferencial.

Certamente, outro fator determinante para o sucesso de qualquer projeto desenvolvido na educação voltado para os estudantes é sem dúvida a participação e interesse dos pais e responsáveis. Através dos resultados alcançados e de observações feitas, a participação dos pais foi insuficiente desde o início do projeto até a sua conclusão no ano letivo de 2020. Uma vez que as atividades impressas ou em mídia eram entregues diretamente para os pais, a presença deles na escola nas datas marcadas através de cronograma organizados pelo corpo docente seria imprescindível. Muitos buscaram as atividades e desenvolveram, outros buscaram, mas não devolveram e outros nunca apareceram.

Diante dessa circunstância, o ano letivo de 2021 se iniciou com o retorno do projeto remoto da SEMED, com vídeos aulas gravadas e disponibilizada para as escolas, uma vez, que a expectativa da comunidade escolar foi depositada no maior interesse dos pais no aprendizado dos seus filhos, pois desta depende a maior parte de qualquer projeto pedagógico direcionado promovido.

Ao final das observações realizadas para a elaboração deste trabalho foi possível perceber algumas lacunas existentes na real utilização das tecnologias, fazendo desde um tema amplo e de discussão bastante relevante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convém salientar, a importância das CTS para a educação como um todo é inquestionável e também é uma constante entre a comunidade escolar. No entanto também se considerar que esta ferramenta foi inserida de forma rápida e que alguns profissionais não acompanharam essa evolução por diversos fatores.

Faz-se importante também a conscientização de cada profissional de que é preciso refletir de maneira minuciosa e que não existe uma outra alternativa, que não seja se familiarizar como conhecimentos com os quais trabalham e também sobre a importância do ensino aprendizagem alcançados através desses conhecimentos.

Muitos questionamentos surgem quando somos remetidos a analisar diferenciadas situações. No caso das tecnologias não se pode esquecer que as mudanças também requerem uma formação continuada dos docentes, não bastando apenas reformular os currículos das licen-

ciaturas, mas para ajustar situações criadas desde a inserção dessa ferramenta no meio pedagógico.

Finalmente, entendemos que se faz urgente a organização programas de capacitação profissional em benefício dos docentes. As tecnologias têm sido fundamentais para a educação, permitindo o acesso a recursos educacionais, facilitando a comunicação e colaboração entre alunos e professores, e proporcionando novas formas de aprendizado e engajamento. Para tanto é importante o engajamento e comprometimento de todas as instâncias educacionais: governo federal, estadual, municipal, escola, funcionários e professores em prol da mesma causa, não somente da vontade de se aprimorar da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAZZO, W. A. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da educação tecnológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 2ª ed., Campinas/SP: Autores Associados, p. 85, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: bases legais/ Ministério da Educação – Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Médio e Tecnológica, 1999.**

GRINSPUN, M. P. S. **Educação tecnológica**. In: GRINSPUN, M. P. S. (Org.). Educação tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 25-73.

MARTINS, W.L.S. **As TIC's aplicadas na educação**. Local: Editora, 2017. 182p.

MATTA, Alfredo. **Tecnologias para a colaboração**. Disponível em: http://www.matta.pro.br/pdf/prod_1_tecnologiascolabora.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2010.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnolo-**

gia moderna. 2002. 161f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2002.

TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EMEF GOV. HENOCH DA SILVA REIS, MANACAPURU - AM

Nivanira Ferreira da Costa¹

Resumo:

O presente trabalho aborda a temática as Tecnologias Educacionais Digitais no processo ensino e aprendizagem na EMEF Gov. Henocho da Silva Reis. Por isso, direcionamos esta pesquisa na verificação dos tipos de recursos tecnológicos que os professores utilizam em sala de aula, através das tecnologias da informação e comunicação - TICs. Assim, essa pesquisa tem como foco, demonstrar a importância das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, principalmente no que tange o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação. No que se refere aos fundamentos teóricos que permitiram a interlocução partem, dentre outros, Castells (1999), Vilaça e Araújo (2016), Rodrigues (2016), Dias Caetano (2015), Anjos e Silva (2018), Karnal (2012), Juliano (2018), que embasaram essa pesquisa. Em suma, a relevância dessa pesquisa, consiste em demonstrar para os professores e os alunos, que o uso das tecnologias educacionais se faz necessário para o aprimoramento no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Aprendizagem. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

A inserção das tecnologias digitais na sociedade tem provocado no cotidiano inúmeras mudanças, principalmente na interação e na comunicação das pessoas. Essas mudanças influenciam a maneira de ser, agir e se comportar em um determinado ambiente. Diante dessa realidade, o presente trabalho abordará a seguinte temática, Tecnologias Educacionais Digitais no Processo de Ensino e Aprendizagem na

¹ é Licenciada em Normal Superior e História, pela Universidade Estadual do Amazonas - UEA, e em Letras – Língua e Literatura Inglesa, pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de Educação da Serra - FASE. Faz parte da Academia de Literatura e Arte de Manacapuru - ALAM, imortalizada na Cadeira nº 25. Atualmente atua como professora do Ensino Fundamental II, na rede Municipal de Ensino, desde 2005. Mestranda em Ciências da Educação, pela FICS. Autora do livro Tucupi, Tacacá e outros poemas.

EMEF Gov. Henocho da Silva Reis, Manacapuru - AM.

A escolha do referido tema, foi devido as questões pertinentes no processo ensino e aprendizado, referente as dificuldades que os alunos demonstram no processo da leitura e da escrita, principalmente pós-pandemia. Em relação aos objetivos que propomos, baseou-se em uma investigação referente ao uso das Tecnologias Educacionais Digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Com o intuito de obtermos algumas respostas em relação a problemática, faz-se necessário levantarmos algumas hipóteses, que nos nortearão a prognosticar a nossa investigação, tais como: As Tecnologias Educacionais Digitais, podem auxiliar na prática pedagógica? Em relação a escrita e a leitura, como as Tecnologias Digitais podem contribuir no processo ensino-aprendizagem? Quais são as principais dificuldades em se trabalhar usando Tecnologias Digitais em sala de aula? Quais foram as ferramentas utilizadas durante o contexto pandêmico 2020/2021? As Tecnologias da Informação e Comunicação-TICs, pós-pandemia estão sendo mais utilizadas?

Entender o uso dos recursos tecnológicos como uma ferramenta que proporcione ao professor alternativas para a efetivação de sua prática é reconhecer que há uma necessidade de mudanças e transformações no que concerne o aprendizado. Por fim, esse trabalho foi organizado e dividido em dois capítulos.

O primeiro capítulo apresentamos, A Educação e as Tecnologias na História da Humanidade, que trazem como subcapítulos, A origem do Desenvolvimento da Linguagem e da Escrita. Ferramentas Tecnológicas na Educação: Estratégias e Demandas no Processo de Ensino e Aprendizagem e o Protagonismo Digital e a Educação. E por último, mostraremos as Considerações finais, a respeito das reflexões teóricas analisadas durante todo o texto sobre as Tecnologias Educacionais Digitais no Processo de Ensino e Aprendizagem.

1 A EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

1.1 A origem do desenvolvimento da linguagem e da escrita

A educação desde os seus primórdios tem como objetivo fornecer ao ser humano condições necessárias para o seu desenvolvimento intelectual, conforme as suas necessidades. Podemos constatar que no decorrer da história da humanidade, houveram várias invenções que

proporcionaram ao homem mudanças significativas. Dentre essas invenções podemos destacar o surgimento da linguagem que trouxe uma nova forma de expressar as ideias, os pensamentos de maneira autônoma, fazendo diferença no convívio dos grupos sociais.

De acordo com Schneeberger (2011), o desenvolvimento da linguagem foi fundamental para o processo humano. O ser humano evoluiu de uma linguagem gutural para uma linguagem articulada. Criou sons diferentes para identificar elementos da natureza, objetos, ações e sentimentos. Assim, uma pessoa podia transmitir suas descobertas, experiências e conhecimentos para outra de seu grupo, tornando suas ideias coletivas. Através dessa evolução os indivíduos começaram a se comunicar uns com os outros de maneira mais eficaz, tornando a linguagem acessível e carregada de significados, foi uma ferramenta imprescindível para o desenvolvimento cognitivo.

Além do surgimento da linguagem oral, os seres humanos iniciaram o processo da escrita, com o intuito de desenvolver um método para registrar a sua existência e o seu modo de vida. A princípio havia um interesse apenas para mostrar o seu cotidiano, seus hábitos e costumes, do mundo o qual fazia parte. Devido a esses registros feitos, podemos conhecer como viviam os nossos antepassados. Através dessas pinturas rupestres, o ser humano pode expressar a sua vivência, registrando momentos importantes no período chamado de Pré-história. Rodrigues (2016, p.15), menciona que,

A Comunicação é uma das principais necessidades do ser humano desde o surgimento da humanidade. No decorrer da história, existem relatos da evolução da comunicação, na troca de informação, no registro de fatos, na apresentação de ideias e emoções. A partir desses fatores, as tecnologias de comunicação e de meios de transmissão de informação evoluíram, passando das escrituras nas cavernas até os meios digitais, hoje utilizados em larga escala pela humanidade.

Podemos constatar que no decorrer da historicidade da humanidade os seres humanos, foram evoluindo através do surgimento da linguagem oral, depois começaram a registrar o seu cotidiano nas paredes das cavernas. Entretanto, a evolução da comunicação trouxe um novo significado para os homens da pré-história. O seu modo de co-

municação os levou das artes rupestres até os meios digitais, o qual foi se desenvolvendo conforme a evolução do ser humano. Como destaca Harari (2015, p.28),

A resposta mais comum é que nossa linguagem é incrivelmente versátil. Podemos conectar uma série limitada de sons e sinais para produzir um número infinito de frases, cada uma delas com um significado diferente. Podemos, assim, consumir, armazenar e comunicar uma quantidade extraordinária de informação sobre o mundo à nossa volta.

Diante dessa realidade, podemos observar que o surgimento da linguagem e da escrita, mesmo de forma tão rudimentar, ambas trouxeram para a humanidade uma nova concepção da origem de educação. Entretanto com o passar dos séculos, o ser humano foi evoluindo e houve a necessidade de registrar, isso ocorreu porque o homem se tornou sedentário, deixando de ser nômade e se fixando em um determinado local, principalmente com o advento da agricultura. Feldens (2018, p. 26) diz que,

Naquela época, a agricultura já era uma prática absorvida e fundamental para a sobrevivência da humanidade. Como meio de subsistência, a produção de alimentos, é, ao longo da história, a grande preocupação do homem. Esta preocupação se projeta pelos séculos afora, cruzando a pré-história, os povos antigos, gregos, romanos, fenícios, afundando e emergindo na Idade Média, explodindo na era da Revolução Industrial e se tornando ainda maior na era eletrônica dos tempos atuais.

Podemos verificar que nas primeiras civilizações surgia um tipo de escrita, é o caso da Mesopotâmia, o atual Iraque. Dentre os povos que se estabeleceram nessa região, estão os Sumérios, que desenvolveram uma escrita chamada de cuneiforme.

Conforme Rival (2009), a escrita suméria pertence a essa segunda classe de escrita: bem cedo ela passa de um estágio pictográfico para um estágio silábico, mas conservando um ou vários valores ideogramáticos para os signos fonéticos que emprega. Assim, os mais antigos

tabletes de inscrita encontrados, que provém da Suméria e datam de meados do IV milênio a.C. (período de Warka IV), contém pictogramas cuja função é tanto quanto se pode julgar, puramente ideogramática. Aos poucos, entretanto, os sumérios descobrem o valor fonético: este prepara a passagem para o silabismo, cujo uso se torna corrente no início do III milênio a.C.

Podemos destacar também na Mesoamérica a civilização Maia, que teve um grande avanço na astronomia, na matemática e no calendário, que permitiu a essa civilização um destaque peculiar na escrita dos povos que habitavam a Mesoamérica pré-colombiana. Além disso, esse povo fabricava livros e códices que tiveram uma importância relevante para a cultura, pois através da criação dessa escrita maia, tivemos informações desse povo, já que é o único sistema de escrita até o presente decifrado.

Como nos afirma Gendrop (1987), à Mesoamérica e ao modo como as datas eram registradas dentro do sistema de escrita glífica conhecido sob o nome de *Cálculo Longo* ou de *Séries Iniciais*, que os Maias continuariam a aperfeiçoar durante o período clássico.

Diante desse contexto, diversas civilizações no decorrer de sua história, criaram, inventaram um sistema alfabético ou um sistema de cálculo, para suprir as necessidades de uma sociedade em desenvolvimento. Essas invenções em um determinado tempo foi uma invenção tecnológica, que trouxe um novo pensar para os povos antigos.

Enfim, o ensino e a aprendizagem fazem-se presente na historicidade da humanidade, garantido aos indivíduos um novo olhar epistemológico, sobre uma dada realidade, decorrente das relações pessoais e interpessoais. Assim, o conhecimento humano consiste em agregar valores que facilitaram as condições necessárias para a sobrevivência, retirando da natureza os recursos naturais ou criando tecnologias que possibilitaram uma maior adaptação. Todavia, esse conhecimento, deu início a uma forma de educação, que trouxe um legado para as futuras gerações.

Ferramentas Tecnológicas na Educação: Estratégias e Demandas no Processo Ensino e Aprendizagem

Dentro do processo ensino e aprendizagem a educação é de suma importância para o ser humano, primeiro porque é através do ato de educar-se nas escolas que se aprende a ler e a escrever. Se apropriar dessas ferramentas (ler e escrever), traz um novo significado de per-

tencer a um mundo letrado, onde não usamos apenas mais a leitura de mundo, mas sim a leitura decodificada.

Nesse contexto escolar, o aluno precisa perceber e entender que a sua aprendizagem se dar no momento em que o ambiente escolar é preparado para atendê-lo, de forma clara e objetiva. Antes do início do ano letivo, cabe a escola avaliar, estruturar, objetivar, planejar e direcionar os seus objetivos e metas que almeja alcançar, propondo uma educação baseada no comprometimento tanto dos professores, quanto na realidade de seus educandos, por isso as reflexões sobre o currículo faz-se necessárias. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, em seu artigo 26, menciona que,

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Entretanto, no que tange a educação no processo de ensino e aprendizagem, podemos verificar que a escola vem paulatinamente se transformando, mas ainda não conseguiu se desenvolver tecnologicamente. Podemos perceber tal fato, que as tecnologias estão avançadas e a escola não consegue acompanhar as transformações que as tecnologias trouxeram para a sociedade. Conforme Bannell et al (2016, p. 57) afirma que,

Mesmo que tenha a aprendizagem como foco, a maioria das ações de inserção da tecnologia nas escolas desconsidera os estudos sobre cognição, que levam em conta as mudanças culturais produzidas pela onipresença das tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas. De modo geral, a formação de professores e os projetos e modelos educacionais associados a usos de computadores, internet e dispositivos móveis na educação formal segue ancorados em conceitos e pressupostos sobre cognição e aprendizagem formulados em contextos históricos muito distintos deste em que estamos vivendo e no qual estão sendo formadas as novas

gerações.

No processo ensino e aprendizagem, as tecnologias são uma alternativa para que possa auxiliar os alunos quando houver dificuldades em relação a leitura e a escrita. Por isso, é importante que as tecnologias digitais possam fazer parte desse processo de aprendizagem. As TDIC, vem sendo usadas com o intuito de fomentar nos alunos uma aprendizagem significativa, onde o mesmo possa se sentir um protagonista nesse processo educativo. Conforme Neto et al (2018, p. 36 e 37) enfatiza que,

Nesse contexto é que enfatizamos a fluência digital do professor como um elemento agregador na sua formação e que pode permitir usar as TDIC superando o sentimento de insegurança que ronda os professores em relação a essas tecnologias e que aflora com mais intensidade na tentativa de usá-las na escola. A fluência digital, linguagem específica para compreender as TDIC por meio de sua apropriação, nada mais seria que um conjunto de conhecimentos, não só tecnológicos, mas também pedagógicos, para lidar com as TDIC de modo a promover a segurança profissional entre os professores, em vez de simplesmente *treinamento ou capacitação*.

Nesse processo o professor é mediador ou facilitador, sempre fomentando nos alunos resolverem problemas e situações reais, partindo da realidade do discente, levando-os a pensarem e ao mesmo tempo a construção do seu próprio aprendizado. Nesse sentido, destacamos que as escolhas que fazemos para utilizarmos em sala de aula um determinado recurso tecnológico, nos permite uma mudança no desenvolvimento do objeto de conhecimento e conseqüentemente a aprendizagem se tornará mais atrativa para os educandos. Conforme Vilaça et al (2016, p.160) menciona que,

Estamos cientes de que as TICs não devem ser entendidas como sinônimo de educação escolar de qualidade, mas acreditamos que todos os recursos possíveis e existentes podem ser empregados para propiciar formação humana,

excedendo a ideia de uso de ferramentas tecnológicas apenas como demanda social ou de mercado de trabalho. Nesse sentido, compreendemos que, uma vez que professores e alunos trabalham juntos, ocorre a construção de saberes, resultando em benefícios não apenas a comunidade escolar local, mas toda a sociedade na qual estão inseridos e podem ser agentes de mudanças.

Desse ponto de vista, podemos simplificar que as Tecnologias de Informação e Comunicação-TICs, são necessárias sendo mais um recurso que pode ser usado no processo ensino e aprendizagem. Porém, não devemos entender que tais ferramentas, por si mesma, são capazes de fazer uma educação escolar de qualidade. Realmente podemos destacar que no ambiente escolar os recursos didáticos ou tecnológicos, são meios que o educador usa para facilitar a aprendizagem.

O que observamos no contexto escolar que usar tais recursos acarreta tempo e disponibilidade para aprender a usá-los. Para Guimaraes; Ribeiro (2007, p.33) destaca que,

Toda a mídia é viabilizada através de tecnologias próprias: a mídia escrita, por exemplo, exige o uso de lápis, caneta, papel. Essas tecnologias em si não garantem a construção de conhecimento pelos alunos em uma sala de aula, mas podem mudar e facilitar o processo de aprendizado. Uma pessoa dificilmente poderá ser alfabetizada sem o uso de lápis e papel. O mesmo acontece com as modernas tecnologias da informação, elas trarão modificações na forma como as pessoas se comunicam e constroem conhecimento.

O desafio que encontramos ao selecionar tais recursos didáticos ou tecnológicos, consiste em saber se esses recursos existem na escola ou se é possível o uso dos mesmos em sala de aula. Atualmente o que observamos no ambiente educacional, docente que demonstram dificuldade em manusear os recursos didáticos, principalmente os tecnológicos. Como ressalta Marcusso; Brito; Telles (2007, p. 12 e 13), em se tratando do uso das tecnologias em sala de aula diz que,

O Brasil tem um grande desafio a enfrentar para transformar a educação em alavanca de desenvolvimento. O uso do microcomputador em educação, um meio tecnológico inovador, provoca a transformação no processo ensino-aprendizagem. Para viabilizar esta mudança de paradigma, precisamos investir maciçamente na capacitação de professores, que estão entre os quais mais podem beneficiar - se pela adoção das tecnologias como um instrumento de mudança e a capacitação continuada é uma fonte constante de motivação para a melhoria da qualidade de materiais de aprendizagem a custos mais baixos que os envolvidos em outras modalidades mais tradicionais.

Em nosso país percebermos uma necessidade em proporcionar ao educador uma formação continuada em se tratando do uso das mídias e dos recursos tecnológicos. No ambiente escolar usa-se pouca tecnologia, porém constatamos que mesmo com os avanços tecnológicos, com o advento da internet, dentre outros, o professor busca dentro de sua limitação utilizar os recursos pedagógicos. Nesse sentido Karnal (2012, p.80) destaca que,

Quando eu comecei a dar aulas, o mimeógrafo que utilizava álcool era um aparelho universal e todos aprendíamos a utilizá-lo para reproduzir textos e provas. Ao mesmo tempo, difundia-se o retroprojetor, aparelho que projetava transparências na parede. Chegou a ser tão utilizado que, dizia-se (talvez como piada) que alunos convidavam o retroprojetor para paraninfo nas formaturas. Havia sido quem mais tinha conversado com eles. Por anos, o projetor de slides marcou sua presença e, a partir dos anos 1980, cresceu a utilização de filmes em videocassete com fins didáticos, quase ao mesmo tempo em que o xérox substituiu o mimeógrafo. Há dois aspectos a considerar agora. Um foi a transformação do computador e da internet como recursos didáticos. Essa mudança é visível e importante. O outro, menos palpável, é a transformação na cabeça dos alunos e na maneira de aprender. Essa é mais importante ainda.

Para Karnal o uso das tecnologias no contexto escolar foi desenvolvido gradualmente, passando pela utilização do mimeógrafo, do retroprojetor, projetor de slides, filmes, xerox, até o computador e a internet. Esses dois últimos tomaram uma proporção significativa em termos de recursos didáticos.

Portanto, cabe a escola preparar os alunos para que sejam protagonistas, onde esse educando seja também responsável pela sua aprendizagem, juntamente com o educador. Quando pensamos uma educação de qualidade, pensamos em um todo, desde o Currículo escolar, o Planejamento, a Proposta curricular, o Projeto Político Pedagógico e os demais envolvidos nesse processo educativo. Acreditamos que o ensino e aprendizagem requer da gestão escolar e a família um compromisso igual, pois a escola não se faz educação sozinha, nem tão pouco os pais.

Protagonismo Digital e a Educação: As Tecnologias da Informação e Comunicação-TICS e a contemporaneidade no contexto educacional

Em uma sociedade repleta de tecnologias, onde as informações e comunicações são algo de fácil acesso, somos desafiados no dia a dia aprender a usar os recursos tecnológicos. As mídias sociais ou redes sociais são ferramentas que os seres humanos utilizam em seu cotidiano, através da internet. De acordo com Castells (1999, p. 91) destaca que,

Esse sistema tecnológico, em que estamos totalmente imersos na aurora do século XXI, surgiu nos anos 70. Devido a importância de contexto histórico específicos das trajetórias tecnológicas e do modo particular de interação entre a tecnologia e a sociedade, convém recordarmos algumas datas associadas a descobertas básicas nas tecnologias da informação. Todas têm algo de essencial em comum: embora baseadas principalmente nos conhecimentos já existentes e desenvolvidas como uma extensão das tecnologias mais importantes, essas tecnologias representaram um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, devido a sua acessibilidade e custo cada vez menor com qualidade cada vez maior.

Nesse cenário de transformação surge uma revolução tecnológica, que transformou a sociedade juntamente com os meios de comunicação e informação. O advento da revolução tecnológica, trouxe um novo contexto histórico para essa sociedade, que teve que se adaptar a um ritmo acelerado, dinâmico e tecnológico.

Hoje vivemos em uma sociedade da informação, que tem como base as novas tecnologias que são usadas em todos os setores. As tecnologias fazem parte do nosso cotidiano em que há uma necessidade de usá-las e usufruir desses recursos com a finalidade de tornar a vida mais fácil e ao mesmo tempo conectada com os recursos tecnológicos, principalmente no ambiente escolar. Para Dias Caetano (2015, p. 307),

As escolas, os professores e os alunos passaram a ter novas formas de comunicar. Atualmente, a tecnologia coloca a sala de aula nos mais variados ambientes virtuais e possibilita que a “escola” possa assumir novas formas e novos espaços. Mas a integração da tecnologia na educação só será uma realidade se os professores forem reais atores da mudança e estiverem formados técnica e pedagogicamente.

Em meio a uma sociedade voltada para os recursos tecnológicos, podemos assim dizer que a tecnologia faz parte da nossa rotina. Mas a evolução tecnológica iniciou-se ao longo do século XX e se intensificou no século XXI. Esse avanço trouxe para essa sociedade um novo desafio que consistia em implantar os recursos tecnológicos na vida diária e nas salas de aulas tidas como tradicionais. Segundo Luchesi et al (2022, p.11) ressalta que,

A evolução tecnológica que aconteceu ao longo do século XX e intensificou-se no século XXI ressignificou diversas práticas cotidianas. No nosso dia a dia, temos crescente contato com aparelhos eletrônicos, informações, telas e luzes, entre outros aspectos que influenciam diretamente o aprendizado, ou seja, as maneiras de ensinar e aprender e os modos como os sujeitos aprendem estão cada vez menos associados a processos que ocorrem exclusivamente em salas de aula tradicionais. Concomitante a essa evolução, têm ocorrido transformações econô-

micas, políticas e sociais que vêm alterando, de forma significativa, a vida dos cidadãos e a maneira como se relacionam com a sociedade e buscam transformá-la.

Em uma sociedade contemporânea, as diversidades são constantes principalmente na questão das tecnologias. Ao assimilar os recursos tecnológicos, o professor coloca em prática o que aprendeu, compartilhando suas experiências no ambiente educativo. Desta forma o educador melhora o processo de ensino e aprendizagem, deixando mais significativo, inovador e produtivo. Porém, devemos compreender que no contexto escolar, o professor deve ser mediador, facilitador e articulador do conhecimento. O aluno por sua vez é o sujeito, o protagonista, nessa prática pedagógica. Como ratifica Pavão et al (2017, p.23 e 24),

Para que isso seja possível, serão necessárias ações de capacitação num processo de formação continuada e em rede, para que novas possibilidades sejam trabalhadas em sala de aula, novas metodologias utilizadas, com o intuito de obter resultados que inspirem ações em outras instituições educacionais, e que tenham como objetivo final, melhorias no ensino/aprendizagem.

Numa nova perspectiva em relação as tecnologias educacionais digitais, a prática educativa ganha um direcionamento mais abrangente com o uso dessas ferramentas. No ambiente escolar, essas tecnologias são concebidas como recursos tecnológicos que são utilizados no ensino e aprendizagem com o objetivo de contribuir e melhorar o processo educativo. Para Juliano et al (2018, p. 50) destaca que,

Vivemos na chamada “sociedade do conhecimento”, no qual a busca pela atualização, desenvolvimento de habilidades e competências com as TD tem sido fundantes. No entanto, muitos educadores preferem continuar lecionando como aprenderam com seus mestres, ou seja, de forma empirista ou apriorista. Tais posturas podem dificultar a aprendizagem de alguns discentes, que como nativos digitais, não se sentem pertencentes a uma escola estagnada,

parada no qual não avança rumo a inserção e inclusão das TD.

Partindo desse pressuposto do uso das TD, como mais um recurso tecnológico, cujo principal objetivo é fazer com que o aluno no processo educacional, tenha facilidade em assimilar os Objetos de Conhecimentos explorados em sala de aula. Por isso, devemos ter a compreensão que o uso dessas ferramentas deve ser concebida, como um facilitador no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Pavão et al (2017, p.22) argumenta que,

No entanto, para que essa formação seja possível, e para utilizar-se das novas tecnologias nessa ação, são necessários objetivos claros, entender o porquê e quais as vantagens que o uso de determinada tecnologia pode auxiliar no aprendizado, planejando quais competências e habilidades serão exploradas em cada atividade, valendo-se das inúmeras possibilidades que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) fornecem em prol de uma educação diferenciada.

Em se tratando das Tecnologias de Informação e Comunicação-TIC, devemos conhecer de que maneira vão auxiliar na aprendizagem do aluno. O uso das tecnologias digitais em sala de aula resulta em uma metodologia diferenciada, porque o novo, o inovador, quebra paradigmas que até então não havia mudanças. O que o aluno vivencia fora do âmbito escolar, ele poderá encontrar na escola, propriamente em sala de aula. Assim diz Anjos; Silva (2018, p.29),

Nesse cenário digitalizado, atuais processos educacionais são marcados pela inserção e constante atualização das TDIC como recursos que facilitam o processo de aprendizagem a fim de potencializar as tecnologias que estão conectadas em redes sociodigitais constituídas de ciberespaços.

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs, são tecnologias que englobam equipamentos digitais, tais quais computadores e a internet como instrumentos principais de informação e

comunicação. Nesse processo de ensino e aprendizagem, o docente sendo mediador viabiliza meios que possam lhe ajudar no ambiente educativo, trazendo as tecnologias que os alunos utilizam no cotidiano. Segundo Castro (2015, p.15) comenta que,

Por outro lado, como vivemos atualmente na sociedade da informação, em uma era que requer dos professores novas competências e habilidades para lidar com as novas ferramentas, ou seja, com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), muitos professores estão incluindo em seus planejamentos, recursos variados de forma a enriquecer suas aulas e agregar maior valor ao seu trabalho docente. Dessa forma, a utilização de determinado recurso didático como forma de mediar o conhecimento entre aluno e professor será determinante para o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos.

Ao aplicar as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação - NTIC, no processo educacional, o professor estará fazendo a utilização de vários aplicativos e recursos tecnológicos. Podemos destacar dentre inúmeros recursos que as NTIC, disponibiliza no ambiente educacional, um deles é a internet. Através da internet o ser humano pode fazer a relação entre o mundo real e o mundo virtual, apenas com um toque. Como destaca Yonezawa et al (2013, p.28),

Atualmente, a internet é a representação máxima da ideia de TIC. Na internet, podemos armazenar, manipular e transmitir conteúdos digitais. A evolução das tecnologias de comunicação de dados e o crescente desenvolvimento dos computadores e dos dispositivos de armazenamento possibilitam o acesso à internet e o surgimento de novas aplicações.

Como sabemos estamos numa geração que a tecnologia faz parte do convívio de todas as pessoas. A internet, por sua vez tem contribuído para a disseminação dos avanços tecnológicos. Na educação podemos constatar que, essas tecnologias se fazem necessárias, pois possibilita aos educadores uma nova prática educacional.

Em suma, nesse contexto, o professor não é visto como o detentor dos saberes, pelo contrário, cria espaços para a construção de ideias, promove debates construtivos e permite que o aluno possa se expressar, partindo sempre do diálogo e do respeito mútuo. Dessa forma, o uso das tecnologias em sala de aula, sugere um avanço tecnológico no ambiente escolar. Assim, podemos destacar que as tecnologias educacionais, são ferramentas que auxiliam os professores no ambiente educativo e a sua empregabilidade durante as aulas traz um novo fazer pedagógico, onde o aluno é motivado e impulsionado para aprender novos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a sociedade vem passando por inúmeras transformações, sobretudo na tecnologia. Os avanços tecnológicos trouxeram para o ser humano uma diversidade de informações e conhecimentos. O uso dessas tecnologias acarretou um novo jeito de se lidar com o mundo, já não precisamos sair de casa para fazermos uma compra, ou seja, com o advento tecnológico tudo ficou mais fácil

Acreditamos que a educação dentro de suas perspectivas é a seta que aponta para um futuro, onde o educando consiga colocar em prática tudo que aprendeu no ambiente escolar. Que a escola seja para esse aluno, um lugar que o conduza em uma aprendizagem que faça o diferencial em sua vida. Assim, professor e aluno vão conseguir caminhar juntos em prol de algo melhor, o da superação das dificuldades no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, podemos salientar que nas práticas educativas, o professor deve usar as TICs, como ferramentas digitais, tornando possível a empregabilidade desses recursos tecnológicos em sala de aula. As práticas pedagógicas, dentro do contexto escolar, requerem uma inovação. Não podemos mais usar os recursos didáticos, apenas por usar, a inovação é a palavra que determina o novo jeito de agir perante uma sociedade impregnadas de tecnologias. Nesse sentido que reiteramos a contribuição dessa pesquisa, no cenário educativo, partindo de uma reflexão sobre o uso das tecnologias digitais no processo ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Alexandre Martins dos; SILVA, Glaucia Eunice Gonçalves da.

Tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC) na educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Tecnologia Educacional, 2018.

BANNELL, Ralph Ings et al. **Educação no século XXI:** Cognição, Tecnologias e Aprendizagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB.** 4. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** Tradução: Roneide Venâncio Majer. Atualização para a 6ª edição: Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Laura Helena Pinto. **Análise e desenvolvimento de recursos didáticos em ciências e biologia.** Fortaleza: Ed. UECE, 2015.

DIAS CAETANO, Luís Miguel. **Tecnologia e Educação:** quais os desafios? Educação. Revista do Centro de Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil, vol. 40, núm. 2, maio - agosto, 2015.

FELDENS, Leopoldo. **O homem, a agricultura e a história.** 1ª ed. Lajeado: Ed. Univates, 2018.

GENDROP, Paul. **A Civilização Maia.** Tradução, Maria Júlia Goldwasser. 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

GUIMARÃES, Angelo de Moura; RIBEIRO, Antônio Mendes. **Introdução às tecnologias da informação e da comunicação: tecnologia da informação e da comunicação.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Tradução: Janaina Marcoantonio. Editora: L&PM, 2015.

JULIANO, Andréa Nóbrega. et al. **Educação e tecnologias na contemporaneidade.** (Coloção Ecologia Digital, v. 4). Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.

KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor.** (com a co-

laboração de Rose Karnal). São Paulo: Contexto, 2012.

LUCHESE, Bruna Moretti; LARA, Marina de Oliveira; SANTOS, Mariana Alvina dos. (orgs.). **Guia prático de introdução às metodologias ativas de aprendizagem**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2022.

MARCUSSO, Nivaldo; BRITO, Paulo; TELLES, Marcos. **A Tecnologia transformando a Educação - Casos de Aplicação**. 1ª ed. São Paulo: PRAXIS, 2007.

NETO, Alaim Souza. (org). **Educação, aprendizagem e tecnologias: relações pedagógicas e interdisciplinares**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2018.

PAVÃO, Ana Claudia Oliveira; ROCHA, Karla Marques da. (orgs.). **Tecnologias educacionais em rede: produtos e práticas inovadoras**. Santa Maria: Ed. Experimental pE.com UFSM, 2017.

RIVAL, Michel. **As grandes invenções da humanidade**. Tradução Antônio de Padua Danesi. Volume 1. São Paulo: Oceano Ind. Gráfica, Larousse do Brasil, 2009.

RODRIGUES, Ricardo Batista. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação**. Recife: IFPE, 2016.

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Manual compacto de história geral: Ensino médio**. 1º ed. São Paulo, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941- . **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico]. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa; ARAÚJO, Elaine Vasquez Ferreira de. (orgs.). **Tecnologia, sociedade e educação na era digital**. Duque de Caxias, RJ: UNIGRANRIO, 2016.

YONEZAWA, Wilson Massashiro; BARROS, Daniela Melaré Vieira. (orgs.). **Ead, tecnologias e TIC**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

EDUCAÇÃO GLOBALIZADA: AS CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Rubervania Aparecida Freire Gomes Silva

Resumo:

O presente artigo tem por finalidade abordar sobre a importância da neurociência e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem, numa perspectiva de transformação social e elevação do ser humano, buscando construir e reinventar de maneira minimizar as desigualdades sociais. Pretende-se abordar de forma sintética utilização das ferramentas da Programação Neurolinguística no cotidiano da sala de aula, sendo algo imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem e das relações interpessoais, fortalecimento as bases democráticas da educação. Evidenciamos, neste documento, a necessidade de desenvolver dentro do contexto educacional, uma proposta de ensino e aprendizagem baseada na mediação, de fazer com que os envolvidos no processo educativo sejam protagonistas da sua aprendizagem.

Palavras-chave: Neurociência. Ensino. Protagonismo.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional vem sendo atualmente permeado de transformações com o surgimento dos recursos tecnológicos no âmbito escolar. Para tanto, os estudantes e professores tem acesso ao mundo globalizado, recebendo estímulos visuais, nos quais proporcionam incentivos a viabilizar metodologias de ensino ativas, que buscam uma melhor qualidade no processo de ensino e aprendizagem, proporcionado ao educando aprendizagem significativa. Sendo assim, conviver com as diferenças não é uma tarefa fácil, muito menos com a diversidade de pensamentos e opiniões que permeiam no cotidiano escolar.

Diante do exposto, a Programação Neurolinguística surge como ferramenta educacional que busca compreender o funcionamento do cérebro humano, levando ao autoconhecimento e ao alcance de suas metas. Esse novo método auxilia a relação professor e aluno na construção do conhecimento, viabilizando a detecção do problema e aponta

novos direcionamentos a serem tomados, refletindo positivamente no clima educacional e aprendizagens dos educandos. Antunes ressalta que:

No entanto, aprender em sala de aula não é apenas copiar ou reproduzir a realidade, eleger modelos e conquistar novas habituações e novos condicionamentos. A verdadeira aprendizagem escolar deve sempre buscar desafiar o aprendiz e ser capaz de elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretende aprender. Enfim deve ser capaz de construir significados. (Antunes,2002 p.29).

A prática pedagógica deverá estar voltada para metodologias democráticas, capazes de promover a participação de todos os segmentos envolvidos no processo educativo, na busca pela construção de uma sociedade mais participativa. o ato de mediar conhecimentos exige reflexão sobre a realidade, carregando com ele todos os elementos que o compõem; desde o planejamento das aulas, passando pela execução dessas ações e pelo monitoramento dos conhecimentos mobilizados e apreendidos ou não, pelo replanejamento de ações para avançar, retroceder ou remodelar, até os novos momentos de observação, que assim como os anteriores, buscam o replanejamento, que podem incluir novas proposições mais desafiadoras. O educador deve proporcionar mecanismos de aprendizagem que tornem o estudante protagonista na construção do conhecimento, despertando o interesse por uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, Coll ressalta que:

Certamente, o aluno é o responsável final da aprendizagem na medida em que constrói o seu conhecimento, atribuindo sentido e significado aos conteúdos do ensino, mas é o professor quem determina, com sua atuação, com seu ensino, que as atividades nas quais o aluno participa possibilitem um maior ou menor grau de amplitude e profundidade dos significados construídos e, sobretudo, quem assume a responsabilidade de orientar esta construção numa determinada direção. (COLL, 1994, p.156).

No processo de construção do saber, o professor como mediador do saber, estabelece uma relação entre o educando e a aprendizagem,

facilita o processo, descentraliza o conhecimento e ambos aprendem juntos. O professor na tomada de decisão do trabalho pedagógico, busca promover a reflexão sobre progresso e dificuldade e possibilita ações proativas, ajudando o aluno a avançar na aprendizagem e na construção de seu saber. Sendo assim, o êxito na aprendizagem proporciona ao professor a reflexão sobre sua metodologia de ensino, aperfeiçoando assim a sua prática pedagógica.

Assim, buscando enfatizar as contribuições da neurociência como meio eficaz da promoção da autonomia e participação ativa do professor e aluno, assim como, a relevância da sua contribuição para a melhoria do processo de ensino aprendizagem, este artigo estará dividido em capítulos no desenvolvimento, além da introdução, resumo e considerações finais, assim distribuídos:

No capítulo 1, aborda-se a neurociência, aspecto histórico da programação neurolinguística, enfatizando sua importância no processo educativo, bem como a sua legitimidade na descentralização do saber, com a função de dinamizar e estimular o processo de participação dos sujeitos no processo ensino aprendizagem.

No capítulo 2, destaca-se as contribuições da programação neuro linguística no processo ensino aprendizagem, como instrumento para transformação e emancipação individual e coletiva do estudante, prática inovadora do contexto educacional.

No capítulo 3, enfoca-se a importância da programação neurolinguística nas relações afetivas no cotidiano escolar, enfatizando a grande relevância desse instrumento na sala de aula, bem como bem como sua contribuição aprendizagem do estudante.

Quanto às considerações finais, daremos ênfase, de forma sucinta, à conclusão desse trabalho, buscando enfatizar as contribuições da neurociência no processo de ensino e da aprendizagem.

1. NEUROCIÊNCIA: HISTORICIZANDO A PROGRAMAÇÃO NEURO LINGUÍSTICA

A globalização no sistema educacional veio permeada de transformações, principalmente no processo de ensino e aprendizagem, instrumento fundamental para uma aprendizagem significativa aos estudantes, que deverá estar voltada para práticas democráticas capazes de promover a participação de todos os envolvidos no processo educativo, sendo um desafio para o educador criar mecanismos de aprendizagem e saber como lidar com os conflitos internos e externos existentes na sala

de aula. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

O professor é visto, então, como facilitador no processo de busca de conhecimento que deve partir do aluno. Cabe ao professor organizar e coordenar as situações de aprendizagem, adaptando suas ações às características individuais dos alunos, para desenvolver suas capacidades e habilidades intelectuais. (PCNS,1997, p.31)

A terminologia Programação Neurolinguística teve sua origem, de forma experimental, na década de setenta por Richard Bandler e John Grindler, na universidade de Santa Cruz na Califórnia, Estados Unidos, com os estudantes dos cursos de psicologia e expert em lógica matemática. Esse mecanismo educacional surgiu com intuito de criar estados mentais que contribuam ao aprendizado, troca de conhecimento, relacionando de forma estratégica o cérebro do aprendiz, tornado mais eficiente o ato educativo. Assim sendo, a Programação Neurolinguística surge nesse contexto como uma ferramenta capaz de ajudar os professores e estudantes a alcançar resultados satisfatórios. A função primordial do educador é ser mediador do saber, reconhecendo que esse profissional deverá conhecer o educando e seu contexto, como também respeitar a sua individualidade para garantir uma aprendizagem eficaz. Conforme ressalta Prado:

A Programação Neurolinguística ajuda a tornar o professor mais eficiente na arte de ensinar. Por dispor de inúmeras metodologias práticas, ela tem muito a oferecer ao universo educacional, principalmente em sala de aula. A PNL contribui para que compreendamos mais facilmente o “mapa mundo” – ou o modo de pensar – de alunos. Ajuda-nos também a como melhor e mais facilmente estimulá-los a confiar na sua habilidade de aprender. (Prado, 2014, p. 138).

O professor, coordenador das ações na sala de aula, precisa ter clareza dessa ferramenta educacional para colocar em prática na sala de aula, buscando favorecer situações de aprendizagem que estimulem o interesse e confiança dos alunos, levando em consideração o conjunto de atores que fazem parte do processo e, que merece ser ouvido e respeitado. Contudo, estes precisam ser convidados e estimulados a

participar, a opinar, a sugerir para que se decida pelo bem de todos ou da maioria.

Essas mudanças significativas que levam os professores a refletirem e usarem no trabalho pedagógico as questões voltadas para democratização e afetividade. A Programação Neurolinguística (PNL) surge, nesse contexto como uma opção para os educadores no intuito de otimizar as aulas e garantir o aprendizado. Sendo assim, esse método permite entender melhor que se passa na mente humana, facilita a compreensão das necessidades e interesses dos estudantes, melhora a empatia, promove a autoexpressão e desenvolve habilidades de persuasão e influência, e mais importante ainda, ajuda a mudar ou aprimorar esses processos. Além disso, a PNL pode auxiliar na resolução de conflitos, na tomada de decisões e no estabelecimento de objetivos comuns, tornando a comunicação mais assertiva e eficiente.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DA PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

No sistema representacional, a comunicação interna e externa é feita com base dos sentidos para processar as informações sobre o que está acontecendo em torno dela, tornando a comunicação mais assertiva. Ele é responsável pela codificação do que ocorre no mundo externo por meio dos canais visuais, auditivos e cinestésicos. Dessa forma para o alcançar os estudantes visuais, o professor deve explorar escrita ou através de gráficos e desenhos, podendo usar também recursos áudio-visuais. Para atingir os auditivos, deve escolher mais discussões e usar músicas, eles aprendem a partir da escuta, enquanto os cinestésicos gostam de ação, toque e movimento, percebem as coisas por meio do contato do corpo e da experimentação. O registro dos elementos desta experiência é feito em nosso cérebro pelos seus componentes visuais, auditivos, cinestésicos, olfativos e gustativos, através desses componentes podemos conhecer a representação da realidade. Dias; Passos ressaltam que:

O ato de prestar atenção às formas de expressão dos alunos é de suma importância, uma vez que tende a fomentar o conhecimento do próprio educador. Desse modo, o mesmo adquire um maior domínio da situação necessário para poder enfrentar as adversidades em sala de aula. (Dias; Passos, 2008, p. 5).

Mediante ao exposto, a integração da linguagem utilizando os três sentidos mais importantes: visual, auditivo e cinestésico, ativa profundamente os cérebros dos alunos, despertando a atenção e tornando-os sedentos pelo conhecimento.

Segundo autor do artigo “Os benefícios da Programação Neurolinguística aplicada ao processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica.”, [...Podemos observar a classificação; 1% das pessoas por meio do gosto (gustativo), 1,5 % por meio do tato (cinestésico) 3,5 % por meio do olfato (olfativo), 11 % por meio da audição (auditivo), 83 % por meio da visão (visuais). Usando essa classificação, logo perceberemos que o uso de muitos e variados recursos visuais é estratégia das mais acertadas. Retemos: 10 % do que lemos, 20 % do que escutamos, 30 % do que vemos, 50 % do que vemos e escutamos, 70 % do que ouvimos e logo discutimos, 90 % do que ouvimos e logo realizamos...]

Sendo assim, utilizando essa ferramenta no âmbito escolar, o professor escolhe um sistema representacional para processar as informações sobre o que está acontecendo, podendo alcançar vários estudantes garantindo uma aprendizagem significativa. Medeiros ressalta que:

Os desafios em sala de aula não estão solucionados nem superados com a introdução da PNL, mas é a intenção de continuamente aumentar a melhoria do mestre em suas necessidades de comunicar-se e ser comunicado, seja com a turma e consigo própria que certamente contribuirá para o bom desempenho do professor. A PNL transforma para melhor, pessoas e profissionais, porque enquanto os pesquisadores e suas técnicas são praticadas há uma condução automática ou autoconhecimento, crescendo o poder nas comunicações nas salas de aula. (Medeiros, 2012, p.21).

Dessa forma, a educação democrática é constituída como meio eficaz para promoção da autonomia e participação ativa do professor e aluno, bem como, a relevância da sua contribuição para a melhoria do processo de ensino aprendizagem, em que educador procura atender as necessidades do estudante utilizando a linguagem adequada, considerando o contexto e necessidades dos alunos. De acordo com Sanchez, (2004) [...] "A linguagem e a terminologia utilizadas, que são precisas, exigem uma capacitação (nem sempre alcançada por certos alunos),

não só do significado como da ordem e da estrutura em que se desenvolvem" A linguagem tem um papel significativo na aprendizagem, através dela o professor conquista a empatia dos alunos, pois por meio dela o professor estabelece comunicação verbal, constituída através da fala e tom de voz e pode ser também uma linguagem não verbal ou corporal, que é expressa através de gestos e movimentos.

3. A PROGRAMAÇÃO NEUROLINGUÍSTICA E A AFETIVIDADE NO ÂMBITO ESCOLAR

A afetividade surge nas relações interpessoais dos diversos contextos onde o ser humano está inserido, nas influências recíprocas no âmbito escolar, entre todos envolvido no processo educativo, com sentimento de acolhimento e empatia. Essas interações sociais propiciam o desenvolvimento do cognitivo, estabelecendo um fator importante na relação entre os sujeitos e o objeto do conhecimento, contribuindo sobretudo na atuação durante a atividade pedagógica, estabelecendo uma aprendizagem eficaz. Dessa forma, o cognitivo não deve ser o elemento fundamental a ser considerado na escola, mas a qualidade das relações, valorizando o desenvolvimento afetivo e social que também são importantes para o pleno desenvolvimento do aluno como um todo. De acordo com Cunha:

Em qualquer circunstância, o primeiro caminho para a conquista da atenção do aprendiz é o afeto. Ele é um meio facilitador para a educação. Irrompem em lugares que muitas vezes, estão fechadas as possibilidades acadêmicas. Considerando o nível de dispersão, conflitos familiares e sociais e até comportamentos agressivos, na escola hoje em dia, seria difícil encontrar outros mecanismos de auxílio ao professor mais eficaz. (Cunha, 2008, p.51).

As ferramentas da Programação Neurolinguística no contexto escolar auxiliam o professor na organização das suas aulas, associando teoria e prática, pois estas contribuem para a efetiva construção e sedimentação do processo educativo, como também ajudam o professor no alcance do desenvolvimento socioemocional e cognitivo dos estudantes. As relações intensas entre professores e alunos, propiciam diversas experiências de aprendizagem, sendo que esses relacionamentos que

vão definir as possibilidades de aluno buscar no seu entorno e nas alternativas que são oferecidas, a concretização de suas potencialidades. Nesse sentido e de acordo Freire:

Como professor [...] preciso estar aberto ao gosto de querer bem aos educandos e à prática educativa de que participo. Esta abertura ao querer bem não significa, na verdade, que, porque professor, me obrigo a querer bem a todos os alunos de maneira igual. Significa, de fato, que a afetividade não me assusta que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre “seriedade docente” e “afetividade”. Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e “cinzento” me ponha nas minhas relações com os alunos, no trato dos objetos cognoscíveis que devo ensinar. (Freire, 1996, p. 159).

O aprender em sala de aula não é apenas copiar ou reproduzir a realidade, elege modelos e conquistar novas habituações e novos condicionamentos. A aprendizagem escolar deve sempre buscar desafiar o aprendiz elaborar uma representação pessoal sobre um objeto da realidade ou conteúdo que pretende aprender, levando em consideração a afetividade que consiste em uma ferramenta indispensável para auxiliar o professor e aluno na construção do saber, contribui na receptividade e participação no processo educativo e no desenvolvimento da sua integralidade.

CONCLUSÃO

Mediante ao exposto neste artigo, foi possível compreender a importância da Programação Neurolinguística no contexto educacional do século XXI, assim como os desafios a serem enfrentados para introduzir essa metodologia de ensino no cotidiano da sala de aula, pois ela norteia elementos fundamentais para o desenvolvimento do aluno como um todo, considerando que cada tem sua forma de aprender, e que nessa construção do conhecimento a habilidade interpessoal, equilíbrio

emocional e as competências, devem estar intrínsecos no processo de ensino e aprendizagem sendo tão mais importante quanto o desenvolvimento cognitivo, tornando-se essencial no processo de desenvolvimento do aluno. No processo de construção do conhecimento é primordial saber gerenciar e provocar situações de aprendizagem, que faça com que o aluno encontre alternativas de transformação tanto pessoal quanto coletiva e desenvolva seu autoconhecimento, gerenciando seus pensamentos, sentimentos e emoções.

Nessa perspectiva, faz-se necessário o entendimento dos princípios trabalhados na Programação Neurolinguística para serem trabalhados na sala de aula, pois os mesmos fornecerão subsídios para o professor na tomada de decisão do trabalho pedagógico, promovendo reflexão sobre os progressos e dificuldades e possibilitando ações proativas, que ajudam o aluno a avançar na aprendizagem e na construção de seu saber, como também proporciona ao professor a reflexão sobre sua metodologia de ensino, aperfeiçoando assim a sua prática pedagógica. “Em outras palavras, se alguém estiver disposto a atingir um certo objetivo, essa pessoa precisa ter um número de maneiras possíveis de chegar a ele. O número de diferentes maneiras necessárias para atingir o objetivo depende da quantidade de mudanças possível dentro do sistema no qual se está tentando mudar o objetivo.” Dilts, Robert (1994.p.29).

Assim, é importante que o ato educativo não pode ser considerado apenas a transmissão do conhecimento, mas o momento do diálogo em que tanto o professor como o aluno possam construir conhecimentos e garantir a eficácia no processo de ensino e aprendizagem. Nesse processo, Viabilizar condições para o conhecimento do objeto, levando em consideração os aspectos positivos e negativos, analisando se eles estão sendo realmente alcançados, como também orientar os estudantes a compreender as semelhanças, agregando o desconhecido às experiências já vivenciadas, visando contribuir para que a aprendizagem do aluno seja efetiva para todos os envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BANDLER, Richard. **A Estrutura da Magia**, 1ª ed. - São Paulo, 1982.

COOL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. 1ª ed. – Porto Alegre, 1994.

CUNHA, Antonio Eugênio. **Afeto e aprendizagem** - relação de amorosidade e saber na prática pedagógica. Rio de Janeiro: WAK, 2008.

DANTAS, H. (1992) **Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon**, em La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus Editorial Ltda.

DIAS, R. G.: PASSOS, J.S. Contribuições da Programação Neurolinguística no Contexto Educacional. **Revista Intersaberes**, Curitiba, ano 3, n. 5, p. 38-46. 2008.

DILTS, Robert. **Estratégia da genialidade**. São Paulo: Summus editorial Ltda, 1994.

Parâmetros curriculares nacionais: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

GUEDES, Olinda. **Pedagogia Sistêmica: O que traz quem levamos para a Escola?** 2.ª ed. -Curitiba: Appris, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. **Saberes Necessário e Prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, I. (1996) Henri Wallon. Petrópolis: Vozes.

PRADO, Alexandre. **PNL para professores**, 1ª ed. - São Paulo, 2014.

O'CONNOR, Joseph. **Introdução à programação neurolinguística: como entender e influenciar as pessoas**. 7ª ed. - São Paulo, 1995. *Revista Intersaberes*, Curitiba, ano 3, n. 5, p. 38 - 46, jan/jul 2008.

MEDEIROS, Ana Jarvis de Oliveira. **O uso da Neurolinguística na prática escolar**. Universidade Candido Mendes, 2012.

SANCHEZ, Jesús Nicasio García. **Dificuldades de Aprendizagem e**

Intervenção Psicopedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2004.

<https://docplayer.com.br/16236935-Programacao-neurolinguistica-aplicada-ao-ensino-e-a-aprendizagem-jairo-mancilha>.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DE APRENDIZAGEM E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

Isa Mara Pimentel
Valmir Campos Gil

Resumo:

Este artigo é produto de leituras, diálogo teórico com recepção de ideias, pensamentos, discussão e posicionamentos sobre fundamentos e paradigmas da educação contemporânea. De caráter bibliográfico pretende mostrar que ao longo de parte do século XIX, os fundamentos teóricos de aprendizagem desempenham um papel crucial na educação contemporânea, à medida que enfrentamos desafios importantes na era digital. A teoria do construtivismo, proposta por Jean Piaget, enfatizou a importância do aluno construir conhecimento ativo seu por meio da interação com o ambiente. Por outro lado, a teoria do behaviorismo, de Skinner, concentra-se no papel do estímulo e da resposta no processo de aprendizagem. Hoje, a educação contemporânea enfrenta desafios como a adaptação às tecnologias digitais, a personalização do ensino e a promoção da aprendizagem ao longo da vida. A tecnologia oferece novas oportunidades de ensino, mas também requer capacitação de professores para integrá-la de forma eficaz. Além disso, a diversidade de alunos e estilos de aprendizagem exige abordagens.

Palavras-chave: Teorias educacionais. Modelos mentais. Fundamentos teóricos.

INTRODUÇÃO

O estudo dos fundamentos teóricos são como janelas para o mundo. Como já dizia Rubens Alves: as palavras servem para melhorar os olhos – palavras, teorias, conceitos servem para melhorar os olhos, com o qual percebemos o mundo em torno. Então o estudo do cognitivismo, construtivismo, humanismo, teorias das emoções, são consideradas sempre janelas para o mundo, o que quer dizer: nossos conceitos, nossas ideias, nossas palavras ditas dependem da sintaxe que existe dentro de nós.

São essas teorias que vão enriquecer ou empobrecer nossa gramática – fazer argumentar nossas ideias, nossos conceitos, proferir nos-

sas palavras, fundamentar nossas teses. “*Se nossa gramática é rala, é superficial, se a nossa gramática é fraca, é pobre, os livros e o mundo também o serão. Por outro lado se a nossa gramática é rica, é profunda, é fundamentada, se a nossa gramática é bela, os livros e o mundo e todas as pessoas que habitam nele também serão.*” Perguntar pelos conceitos que vibram em nossa alma; pelos conceitos que vibram em nosso espírito, que dão esse acerto em nossa fala, em nossas palavras é mais do que curiosidade é responsabilidade com a nossa educação, como a nossa formação.

Como já dizia Victor Frankl em “*A responsabilidade é o único caminho da verdadeira felicidade.*” É o único caminho da verdadeira felicidade. Então é responsabilidade de cada um perguntar pelas palavras e pelos conceitos cultivados em sua alma, sabendo que através das palavras, dos conceitos que percebemos o mundo, as pessoas, o universo como um todo.

Ao longo do século XX foram construídas e estão sendo construídas muitas teorias da educação e esse artigo se propõe a pensar e discutir alguns estudos relevantes sobre essa abordagem. Entre esses estudos lembramos o grande educador do século XIX, Pestalozzi, considerado o pai da pedagogia do amor, o qual dizia que “*as escolas, fazendo que os homens se tornem verdadeiramente humanos, são sem dúvidas as oficinas da humanidade.*” Então a educação com a sua escola é sobretudo em essência a oficina da humanidade. Aquilo que faz do homem um ser humano. E isso já é desde muitos séculos, o maior desafio da educação.

Entre outras teorias traçamos uma discussão nos conceitos das teorias dos modelos mentais: “*a vida de um homem é aquilo que seus modelos mentais fizeram dele*”. O conjunto de regras, de valores, de crenças, de ideias nos faz compreender o mundo, e nos faz ter uma interação com o mundo a partir do que fica em nossas mentes. Tecemos ainda, alguns comentários sobre o condutivismo onde o que importa é determinar e controlar a conduta da pessoa, ou a conduta do aluno, ou do próprio sujeito enquanto a cultura. O que importa é o externo, por isso que é também conhecida como behaviorismo que significa comportamento.

Por outro lado enfatizamos sobre o cognitivismo que surge se contrapondo ao condutivismo ou ao behaviorismo. E o principal objetivo do cognitivismo é o estudo da consciência; é o estudo da mente do sujeito. É entender como determinada mente; como a estrutura cognitiva de um sujeito ela se adequa ou se adapta, como ela prende os co-

nhecimentos e como ela se movimenta. Então o cognitivismo vai estar preocupado com esse lugar com essa base de questão.

A INFLUÊNCIA DA PEDAGOGIA DE PESTALOZZI NA EDUCAÇÃO

Para Cambi (1999), o século XIX foi marcado por diversas transformações educacionais que visavam o crescimento da sociedade e a harmonia entre os grupos. Era preciso que todos fossem educados de acordo com os interesses dos novos grupos que se formavam. Ainda para Cambi (1999, p.408-409):

[...] As burguesias têm frequentemente uma visão paternalista da educação: o povo deve ser educado para evitar desordens sociais, formando-se pelos valores burgueses da laboriosidade, da poupança, do sacrifício. Mas existem também na própria burguesia pedagogos que visam à emancipação do povo, seus direitos sociais e políticos, entre os quais o da instrução, assim como o da educação (em idade infantil, em condições higiênicas melhores, em instituições não degradadas, etc), que não podem ser esquecidos.

Na ideia permeada por Cambi(1999), a educação paternalista mantida pela burguesia atenderia aos interesses da própria burguesia, o que garantiria a ordem entre os povos. Ao que se refere aos pedagogos, por exemplo, destacamos Pestalozzi, “*O amor é o eterno fundamento da educação*”, (...) *essência da educação, sendo ele, o único meio capaz de levar o indivíduo à plena realização moral.*”

De acordo com Cambi (1999), a relevância de Pestalozzi está na maneira como ele concebeu a educação, em suas diferentes nuances:

A grandeza de Pestalozzi reside na experimentação educativa constantemente retomada e aprofundada, e também na precisa finalidade antropológica e política que reconhece para a atividade educativa e a reflexão pedagógica. Podemos dizer que Pestalozzi, melhor que Rousseau, colhe a pedagogia e a educação em toda sua problematicidade, e também na sua centralidade e densidades históricas. (Cambi, 1999, p. 420).

“As escolas, fazendo que os homens se tornem verdadeiramente humanos, são sem dúvida as oficinas da humanidade.” Para Pestalozzi, o melhor caminho capaz de levar o homem à plena realização moral – isto é, encontrar conscientemente, dentro de si, a essência divina de lhe dá liberdade.

Por esta razão, Pestalozzi é considerado o pai da pedagogia do amor, o primeiro a propor, a pensar uma teoria para a educação, além na contemporaneidade nascente do século XIX.

Em toda obra de Pestalozzi é trabalhado o seu conceito de educação e de educador, uma educação que torne o indivíduo em um ser útil para a sociedade, que tenha os seus afetos e sentimentos religiosos aguçados e que, principalmente, tenha uma vida feliz, através de uma formação moral. Formação esta, passada primeiramente pela mãe, depois por preceptores e educadores preparados e formados a partir de preceitos religiosos e intelectuais, a fim de garantir a sobrevivência e felicidade do ser humano. Pestalozzi (2006, p.92).

JOHNSON LAIRD E A TEORIA DOS MODELOS MENTAIS

Segundo o entendimento de Laird, *o modelo mental é um conjunto de regras de ideias e de valores que herdamos que constituímos a partir de nossa existência e a partir de onde acontece toda a nossa interação com o mundo*. Compreende-se que a teoria dos modelos mentais criada por Jhonson Laird, são

Pressupostos profundamente arraigados, generalizações, ilustrações, imagens ou histórias que influem nossa maneira de compreender o mundo e nele agir. (Peter Sange)

Se agimos no mundo, a partir dos modelos mentais, dos conceitos mentais, das ideias, das crenças e das verdades que estão enraizadas em nossas mentes; enraizadas em nosso consciente e até no nosso inconsciente.

Para Laird, “o significado das frases dependia menos das regras gramaticais”, das formas como conhecemos ou da forma como a gente

se apropria e conhece sobre as regras gramaticais e ainda mais dos modelos mentais que as pessoas têm.

Como afirma Marco Aurélio, filósofo estoico do grande Império Romano, em suas meditações: *“A vida de um homem é aquilo que os seus pensamentos fizeram dele”*. Traduzindo para as teorias dos modelos mentais a vida de um homem é aquilo que seus modelos mentais fizeram dele.

Tudo que existe no mundo foi traçado num plano mental antes mesmo de sua concretude. Então nesse mapa mental determina a concretude da nossa vida. Ele determina os acontecimentos da nossa vida: determina os sucessos, as atitudes e os fracassos de nossas vidas. Um bom professor, uma pessoa que se relaciona bem em todas situações da vida será sempre a pessoa que se dispõe a reconhecer, a dialogar com o modelo mental do outro.

CONDUTIVISMO E O COMPORTAMENTO DO SUJEITO

Conhecido como o behaviorismo ou comportamentalismo que advêm de uma psicologia extremamente prática *e que no condutivismo, não importam as questões subjetivas, não importa entender a mente. Determinar e controlar a conduta da pessoa, ou a conduta do aluno, ou do próprio sujeito enquanto a cultura. O que importa é o externo, significa entender o comportamento.*

Dêem-me uma dúzia de crianças sadias, bem constituídas e a espécie de mundo que preciso para as educar, e eu garanto que, tomando qualquer uma delas, ao acaso, prepará-la para se tornar um especialista que eu selecione um médico, um comerciante, um advogado e, sim, até um pedinte ou ladrão, independentemente dos seus talentos, inclinações, tendências, aptidões, assim como da profissão e da raça dos seus antepassados (Watson).

No condutivismo a criança é considerada uma *“massinha de modelar”*: onde vai sendo modelada por impulsos externos, por estratégias que skinny chamava de *reforço ou punição, elas vão modelando a pessoa de acordo com aquilo que o outro deseja., sempre controlando*

a conduta do outro, exatamente por estratégias externas. No condutivismo,

Não vai estar preocupado com os esquemas mentais do sujeito – capacidade de cognição do sujeito; não vai estar preocupado com a forma como o sujeito aprende; ou com a estrutura cognitiva do sujeito; as emoções. Essa teoria somente preocupa-se com a ação externa sobre o comportamento de um determinado sujeito. Se diferenciando das teorias do cognitivismo e do construtivismo.

COGNITIVISMO E A CONCEPÇÃO PROATIVA DA NATUREZA HUMANA

A teoria cognitivista vai ter uma concepção proativa da natureza humana, diferente da concepção reativa – behaviorismo que coloca um reforço ou uma punição ao indivíduo. *O cognitivismo preocupa-se com a concepção proativa e não uma concepção mecanicista – behaviorista de um determinado sujeito.* E aí Carvalho pontua

Vai defender que a imagem do ser humano meramente reativa, primeiramente reativa, do behaviorismo é semelhante a uma passiva perdida sem responsabilidade para o seu próprio comportamento. Então o behaviorismo vai entender o sujeito como algo que apenas reage.

Nesse momento de Carvalho e Catanhon, vão chamar atenção que a *“motivação humana é sempre intencional”*, parte de mim e não do outro; é sempre alto motivada, minha motivação parte de mim e não do outro que impõe um reforço ou uma punição.

O comportamento humano nesse sentido como citado por Castanhon *“o comportamento ele é prospectivo”* e não reativo. E quando dizemos que o comportamento humano é prospectivo estamos dizendo que é um comportamento voltado para o futuro; se volta para mim; ele visa atingir e alcançar metas; ele tem planos e estratégias estabelecidas pelas minhas ações conscientes. Por isso o comportamento humano é prospectivo. Segundo Castanhon,

A raiz deste pensamento a gente pode encontrar

na verdade na própria filosofia estóica ali do mundo romano, “o que comove o homem não são as coisas mesmas, mas sim suas opiniões sobre elas”, nunca serão; mas a opinião que a gente tem sobre essas mesmas coisas.

Então no fim não é o estímulo em si, como o behaviorismo, o que comove não é o estímulo, mas o que penso daquele estímulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tanto, todas as teorias no fim das contas têm como meta possibilitar uma formação do ser humano e também levar o professor a se tornar educador, lembrando Rubens Alves, que professor não é educador. Professor é profissão e educador é vocação. Educador é aquele que comove; é aquele que transforma; é aquele que toca a alma humana.

Vimos que, segundo Pestalozzi, *o amor é o eterno fundamento da educação, por mais que tenhamos teorias, por mais que tenhamos conceitos.*

E parafraseando Pestalozzi, *o melhor caminho capaz de levar o homem à plena realização moral – isto é, encontrar conscientemente, dentro de si, a essência divina de Ihe dá liberdade.* Por isso que Pestalozzi é aquele considerado o pai da pedagogia do amor. O primeiro a propor a pensar uma teoria para a educação, além na contemporaneidade nascente do século XIX.

A teoria dos modelos mentais nos mostrou que um bom professor, uma pessoa que se relaciona bem em todas situações da vida será sempre aquele que se dispõe a reconhecer, a dialogar com o modelo mental do outro. Então me disponho a conhecer o recuo de citação modelo mental do outro na mesma medida e com a mesma intensidade e coragem que me disponho para compreender o modelo mental que habita em mim e a necessidade que tenho de modificar naquele mesmo modelo mental.

No entendimento sobre o condutivismo vimos que essa teoria esta somente preocupada com a ação externa sobre o comportamento de um determinado sujeito. Se diferenciando das teorias do cognitismo e do construtivismo que vão estar preocupadas com a forma a partir do qual o sujeito aprende. Essas duas teorias vão esta preocupadas com os esquemas mentais; com a estrutura de cognição. Essas duas teorias caminham juntas nesse processo.

Portanto, as teorias nos ajudam a caminhar por nossa própria jornada e a nos garantir em nossa vida sendo na formação pessoal quanto profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 4ª ed. SP: Atlas, 1997.

CASTANÕN, Gustavo A. **O cognitismo é um humanismo**. Psicologia Argumento. Curitiba, v. 25, n. 48 p. 51-64, jan./mar. 2007.

Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19907/19205>.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Editora Objetiva, 1996.

MIGUEZ, Eloisa M. **Educação em busca de sentido: Pedagogia inspirada em Viktor Frankl**. Editora Paulus, 2015.

CASTANÕN, Gustavo (2007). **O que é Cognitivismo? Fundamentos filosóficos**. São Paulo: EPU. 141.

SANGE, Peter. **A quinta disciplina - Arte e prática da organização que aprende**. Editora: Best Seller; 38ª edição, 2013.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ESTUDO DA ETNOMATEMÁTICA E SUA INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM AOS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Joaquim Vaz Chamale¹

Resumo:

O presente trabalho é resultante de uma pesquisa no âmbito do curso de Doutorado em curso. O foco do trabalho é a percepção dos alunos do Curso de Formação professores de Matemática sobre a Etnomatemática e sua Influência na Aprendizagem. Sua abordagem é qualitativa com caráter descritivo. Tem como objetivo, identificar e reflectir sobre as Representações Sociais que os alunos do curso de Formação professores de Matemática, sobre a etnomatemática e sua influência na aprendizagem. Como referencial teórico e metodológico, para coleta, análise e tratamento de dados obtidos, busquei a Teoria das Representações Sociais; e como sub-tópicos o estudo da Etnomatemática e a relação professor-aluno, refletidas como base estratégica no processo de ensino e aprendizagem da matemática. Contudo, para categorizar as respostas das questões abertas e da transcrições das entrevistas serão utilizados, os fundamentos da análise de conteúdo de Bardin.

Palavras-chave: Representações Sociais. Etnomatemática. Influência. Relação professor-aluno.

INTRODUÇÃO

A começar, quero afirmar que o presente estudo não é terminado, pois, contém resultados parciais, ainda em desenvolvimento. Tem como centro de abordagem o estudo da etnomatemática, aprendizagem dos alunos do curso de Formação de Professores de Matemática do ensino básico.

Se a visão da sociedade, da escola e dos educadores for transformadora e inclusiva, todos perceberão os alunos como seres diferentes, com problemas e dificuldades em vários ramos do saber e com ajuda e apoio especializado, poderão solucionar ou minimizar as dificuldades

¹ Doutorando na Faculdade de Ciências Sociais da UAN, curso de ciências Sociais, especialidade de Psicologia Social. E-mail: chamalevaz@hotmail.com.Faculdade de Ciências Sociais da U.A.N/Angola.

que encontram nos seus percursos educativos por serem os fieis depositários de variados conhecimentos e por serem os reais continuadores da acção educativa.

Suportando-se do pressuposto segundo o qual a aprendizagem matemática do ensino básico constitui pré-requisito para a formação académica de quase qualquer aluno, especialmente o de formação de professores de matemática; essa deve ter como asteio a etnomatemática. Daí, a necessidade do estudo sobre a Etnomatemática e sua Influência na Aprendizagem da matemática.

Sabendo dos desafios que o governo angolano tem no concernente a educação, realçando o processo de reforma educativa em vigor, importa refletir sobre suas representações sociais que possam proporcionar melhoria no processo de instrução-educação dos alunos cultivando deles:

- Cultura epistemológica, relacionada com o estudo do conhecimento;
- Cultura metodológica, relacionada com os métodos e técnicas a serem aplicados;
- Cultura hermenêutica que tem a ver com a interpretação dos fenómenos que ocorrem

O autor por ser psicólogo social e professor de matemática de uma Escola de Formação de Professores, refletindo no défice do conhecimento básico matemático aplicado no dia-à-dia e a ignorância da etnomatemática por maior parte de professores, desconhecimento dela pelos alunos e sociedade, colocam-se algumas questões que norteiam o estudo:

Do ponto de vista educacional, são suficiente os conhecimentos dos alunos do curso de formação de professores de matemática, para um bom desempenho profissional?

De que forma as Representações Sociais, sobre o estudo da etnomatemática têm influenciado a formação do aluno (futuro professor) nesse nível?

As questões ora colocadas constituem o problema a ser pesquisado.

O autor se propõem identificar as Representações Sociais que os alunos do curso de Formação professores de Matemática no ensino médio, sabem sobre a etnomatemática e a seguir reflectir sobre a sua influência na aprendizagem dos mesmos. A intenção que leva a

presente pesquisa surgiu da experiência como professor de matemática e metodologia de matemática e física na escola de formação de professores. Durante essa caminhada como professor percebi que a falta do conhecimento da etnomatemática por parte dos alunos e por alguns professores que lecionam matemática, se constituem em muitas vezes, num empecílio no processo de ensino e aprendizagem da matemática.

Dizer que, o conhecimento sólido da etnomatemática auxilia bastante na resolução de diversos problemas matemáticos e/ou situações da vida prática do dia-à-dia, tanto no quotidiano, na vertente empresarial, a gestão de pessoas, produção, propaganda e marketing, tal como na área financeira.

Logo, os fundamentos da etnomatemática fazem com que para além de constituir um centro do patrimônio cognitivo da humanidade, o ensino de Matemática é enriquecedor do ponto de vista do conhecimento intelectual, pois faz uso do pensamento lógico, do demonstrativo, do intuitivo, do criativo, da imaginação e do raciocínio, características essenciais ao administrador. (Santos, Capelari, & Sperandio, 1998).

No cômputo geral, é notável e bem identificado o fracasso escolar de muitos alunos, durante o percurso do ensino médio, em razão das dificuldades relacionadas à Matemática que trazem desde a educação básica (Santos, Capelari; Sperandio, 1998).

Silveira (2002, p. 04), verificou que existe um sentido pré constituído, evidenciado no pensamento dos alunos que, a Matemática é difícil, é complicada e chata; isto “foi reconhecido não apenas pelos alunos, como também no contexto histórico da disciplina, bem como, identificado em profissionais de educação”.

Reflite-se ser necessário que, se faça algo para dirimir tal problema educacional, logo, este trabalho investigativo propõem a compreensão de como os professores transmitem explicita ou implicitamente as concepções sobre etnomatemática, por outro lado, como os alunos do curso de formação de professores de matemática apreendem tais concepções, que influência a etnomatemática exerce na sua aprendizagem.

O autor ancora-se ao referencial teórico da Teoria das Representações Sociais como instrumento teórico-metodológico. tal aporte auxilia na identificação das Representações Sociais construídas pelos alunos do ensino médio do curso de formação de professores de matemática, tendo como amostra representativa a Escola de Formação de

Professores do Andulo-Bié, sobre o estudo da etnomatemática e sua influência na aprendizagem.

Todavia, deve o compromisso de trabalhar na identificação das representações sociais construídas pelos alunos, a cerca do estudo da etnomatemática relacionando o aprendido com situações concretas da vida tendo em conta a realidade objectiva, e depois, discutirmos e emitindo ideias tendentes a melhoria da aprendizagem matemática.

OBJETIVOS

Tem-se como objetivo geral da pesquisa: identificar e refletir sobre as Representações Sociais que os alunos do curso de Formação de Professores de Matemática da Escola de Formação de Professores, constroem sobre o estudo da etnomatemática e sua influência na aprendizagem da matemática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- * Identificar a competência dos alunos (futuros professores);
- * Saber as experiências vivenciadas pelos sujeitos sobre o estudo da etnomatemática, voltadas na relação professor-aluno dentro do processo de ensino-aprendizagem da Matemática;
- * Determinar o Núcleo Central das Representações Sociais construídas pelos sujeitos sobre o estudo da etnomatemática no ensino básico;
- * Identificar as principais dificuldades encontradas pelos sujeitos a cerca do processo de estudo da etnomatemática no ensino básico e seu impacto na aprendizagem do curso de formação de professores de matemática;
- * Relacionar o conhecimento matemático aprendido pelos alunos com relação a realidade objectiva do dia-à-dia dos mesmo, com vistas a contribuir na resolução dos problemas da sociedade.

METODOLOGIA

Suporta a pesquisa, o referencial teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais. Tendo feito a pesquisa bibliográfica, de seguida, tenho estado a colectar os dados, por via da aplicação dos inquéritos por questionários aos alunos e professores de matemática, feitos de perguntas abertas e fechadas; e depois, aplicar-se-ão entre-

vistas semi-estruturadas aos professores.

O enfoque de investigação empregue é fundamentalmente uma combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, onde se analisa cada situação a partir de dados descritivos, buscando identificar relações, consequências, opiniões, significados, categorias tendo em conta os resultados numéricos, tabelas e se possível gráficos que derivam dos inquéritos por questionário. Assim, o tipo de pesquisa utilizado é exploratório, já que seu fim radica na caracterização de um fenómeno já conhecido, onde se tem de observar, registar e analisar os factos ou fenómenos sem manipulá-los. (Goldenberg, 1999)

Assim, Tamaio (2002, p.41), “o estudo qualitativo-quantitativo desenvolve-se numa situação natural, é rico em dados descritivo-observável, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

O campo de ação da pesquisa é o curso de formação de professores de matemática, na Escola de Formação de Professores e os sujeitos são 97 alunos da 12^a e 13^a Classes do ano lectivo de 2023. Com relação à pesquisa bibliográfica ora realizada, sua relevância e significação assentam-se nos pressupostos defendidos por vários estudiosos, destacando Lakatos e Marconi (1987), de cujos estudos indicam que o seu propósito é aprofundar teoricamente as temáticas envolvidas como: Representações Sociais e Etnomatemática. No entanto subsidio-me com as reflexões de: Santos, Capelari, Sperandio, (1998), Silveira, (2002), Moscovici (2010), D’Ambrósio (2010), (Bachman, 1964, p. 277), (Secord, 1964), (TODD, 1998, p. 16), Abreu e Masetto (1980), entre outros.

Impõe-se uso do software que auxilie na identificação das Representações Sociais, os elementos centrais e periféricos, cujo se baseia no método Vergés (2002) – e que tem como finalidade combinar a frequência com a ordem de emissão das palavras). Esse segundo a exposição de vocábulos, ajuda no cálculo das médias simples e ponderadas e aponta as palavras constituintes do Núcleo Central e os elementos periféricos das representações.

De acordo a afirmação de (Seltiz et. al.,1967, p. 273), “A entrevista como técnica de investigação é considerada adequada para obter informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas”.

Para se categorizar as respostas das perguntas abertas e o processo de transcrições das entrevistas semi-estruturadas, usarei os fun-

damentos da análise de conteúdo defendidos por Bardin (1979, p. 42), nos quais, define-a como “um conjunto de técnicas de análise de comunicação, através da descrição do conteúdo das mensagens”.

De reafirmar que, partindo da pesquisa bibliográfica, ora realizada nessa etapa inicial da investigação, alguns resultados da mesma relacionados à Teoria das Representações Sociais; estudo da etnomatemática e sua influência na aprendizagem da matemática serão apresentados .

Teoria das Representações Sociais

Marcondes (2004, p. 38) diz que, a Teoria das Representações Sociais permite o “reconhecimento do papel do indivíduo, na sua singularidade e subjetividade, como produto e também como produtor da realidade social, bem como o reconhecimento do senso comum como reconhecimento legítimo, produzido no cotidiano das relações humanas”.

Saber como os professores de matemática e alunos do curso de formação de professores de matemática percebem a etnomatemática num processo feito de bifurcação de carácter (Objectivo e subjectivo) é imprescindível, já que essa mesma percepção serve de influenciadora na aprendizagem da matemática e na prática do quotidiano.

Para definir o conceito de Representações Sociais segundo o precursor desta teoria, Moscovici da sua obra *La Psychanalyse, son image et son public* publicada em 1961, cujo estudo se ocupava da difusão da psicanálise nos diferentes âmbitos da população de Paris.

Moscovici sustenta-se do conceito de Representações Coletivas construído por Émile Durkheim (1987), tendo retirado do mesmo as noções fundamentais de que as representações são construídas socialmente pelos grupos, as quais se revelam como imagens da realidade.

Apesar de que teoria de Emile Durkheim, ter servido de base para os estudos de Moscovici, ainda assim existe muita diferença nos seus postulados. Se para a sociologia durkeimiana, as representações coletivas eram encaradas como dados, como entidades explicativas absolutas, irredutíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que pudessem ser por eles próprios explicados; a psicologia social e segundo Moscovici, contraria o postulado de Durkheim e defende a penetração nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos.

No entender do autor aliado ao pensamento de Minayo (1994, p. 108) segundo o qual, “as Representações Sociais podem ser definidas como imagens construídas sobre o real. Elas são construídas no âmbito das relações entre os indivíduos e seu grupo social”; as representações de um fenômeno, enfatizando, o estudo da etnomatemática são construídas a partir dos interesses, experiências, necessidades e dificuldades dos professores de matemática e alunos do curso de formação de professores.

"Uma vez construídas as representações, tornam-se características, tanto individual quanto do grupo social em que se está inserido e passa a influenciar significativamente o modo de pensar e agir de cada um dos envolvidos". (Salerno; Vieira, 2013, p.8).

Por conseguinte, perceber as ideias concebidas pelos alunos a cerca da etnomatemática é imprescindível, uma vez que são relacionadas ao produto/resultado do processo de aprendizagem da matemática. Por tudo agora invocado e outros argumentos negligenciais a volta da etnomatemática, acabam influenciando negativamente no processo de ensino e aprendizagem da matemática.

A eleição do referencial teórico de Moscovici, radica no facto de que o mesmo facilita a compreensão das crenças, concepções, ideias, desejos e valores que os sujeitos constroem acerca de um determinado objeto social, concomitantemente, a importância do estudo da etnomatemática e sua influência na aprendizagem da matemática e não só.

Moscovici (2010), defende que, “as pessoas buscam diferentes formas de explicar a realidade que os cerca, por isso, constroem Representações Sociais que têm a finalidade de tornar familiar algo não-familiar, pois na diversidade cultural em que vivemos tentamos dar significados aos objetos”.

Estudo da Etnomatemática

Este item trata fala do estudo da Etnomatemática e sua influência no ensino e aprendizagem da Matemática. Apesar de ser abordado no campo da psicologia social, o conceito é melhor abordado na antropologia, sendo a “Antropologia um ramo das ciências sociais que estuda o ser humano e a sua origem de maneira abrangente.

A etnomatemática surgiu na década de 1970, com críticas sociais

voltadas ao ensino tradicional da matemática, como a análise das práticas matemáticas em seus diferentes contextos culturais. Mais adiante, o conceito passou a designar as diferenças culturais nas diferentes formas de conhecimento. Define-se a etnomatemática, como sendo a arte ou técnica (*techné* = tica) de explicar, de entender, de se desempenhar na realidade (*matema*), dentro de um contexto cultural próprio (*etno*).

A influência recíproca entre culturas muitas vezes não é relacionada na historiografia da matemática, por isso tem implicações na educação. A etnomatemática não é uma disciplina, é um conceito e uma proposta dinâmica de inovação em respostas as necessidades naturais, ambientais, sociais, culturais, que dá espaço para a imaginação e a criatividade, sendo uma pedagogia viva; D'Ambrosio (2010).

A Psicologia Social é o estudo científico da influência recíproca entre as pessoas e os processos cognitivo e afetivo gerados por esta interação, onde cada comportamento é influenciado pelo comportamento anterior e, ao mesmo tempo, influencia o comportamento subsequente. (Rodrigues, Leal Assmar, & Jablonski, 2015). Contudo, entende-se que a etnomatemática exerce bastante influência no processo de ensino-aprendizagem de matemática.

A origem da palavra influência (Dicio.com.br, 2017) provém do latim: *influentia*, e significa a ação ou efeito de influir. Ação que uma pessoa ou coisa exerce sobre outra(s); *influxo*: influência do poder sobre o indivíduo. Capacidade de ocasionar um resultado sobre algo ou alguém.

A influência é a ação de influir ou de influenciar. Este verbo refere-se aos efeitos que uma coisa produz sobre outra. Por isso, referindo-se às pessoas, a influência é o poder ou a autoridade de alguém sobre outro sujeito. Quando se diz que determinada pessoa é uma influência para as demais, significa que serve de modelo ou que exerce interferência sobre o modo de agir ou de pensar das outras pessoas.

Nota-se muita tendência de se fazer e ensinar a matemática de forma mecânica, sem a influência do ambiente cultural do aluno. Para inibir tal tendência, sugerimos o ensino da etnomatemática, que terá a finalidade de despertar sobre reconhecimento da cultura plural, responsável pela constituição das sociedades, e ser levada em consideração para a construção de ideias que respondam aos anseios da educação na preparação do alunos do curso de formação de professores de matemática.

nos sentem-se desmotivados com a forma como são ministradas as aulas, não veem sentido no que aprendem, pois, muitas vezes, a Matemática é apresentada descontextualizada da realidade em que vivem.

Alguns estudos realizados por Santos e Lima (2010, p. 10), mostram que partilham da mesma ideia. Tudo porque dizem que, “o ensino da Matemática ainda não está satisfazendo as necessidades básicas dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, tanto os docentes como os discentes, estão insatisfeitos diante das situações mecânicas de aprendizagem”.

Para dissipar esses equívocos, a etnomatemática traz uma abordagem histórico-cultural da matemática, em que a disciplina seja compreendida numa visão global, constituição social, construção histórica e política.

O autor defende que o estudo da etnomatemática no curso de formação de professores de matemática como disciplina ou como unidade temática da matemática, exigirá a transformação de atitudes nos professores e nos alunos no ensino e na aprendizagem da Matemática.

Leva-se a perceber que, fazer a matemática deve-se ter sempre em conta quem a faz, como é o caso daquela que é vivenciada pelos vendedores de praças públicas, pelos artesãos, donas de casa, costureiras, na geometria da cultura indígena etc.

Quanto às ações pedagógicas, D'Ambrosio (2010) afirma que, a etnomatemática enfatiza as ações construídas dentro do contexto socio-cultural dos educandos, levando-se em consideração os distintos grupos culturais. Assegura que, a etnomatemática valoriza as diferenças e defende que toda construção do conhecimento matemático que esteja intimamente relacionado com a tradição, sociedade e cultura de cada povo.

Costa (2024) entende que, o estudo das atividades fora da sala de aula proporciona um rico conhecimento prático do educando e que não perde o caráter acadêmico desta ciência dos números. A linguagem matemática está presente nas mais diversas atividades humanas, como nas artes, arquitetura, música, dança, esporte, engenharia etc., e faz parte do contexto da sociedade na qual o indivíduo está inserido, estando, assim, relacionada ao social e cultural.

Quer dizer, a etnomatemática é também um dos elementos influenciadores na aprendizagem da matemática, tendo em conta realidade segundo a qual a vida em si é matemática e todos seus passos são dados com auxílio da matemática, mesmo que sem o domínio da realidade.

Algumas pesquisas realizadas por (Todd, 1998, p. 16), certificam que, para compreender a diversidade das dinâmicas culturais e económicas, teremos de mergulhar nas profundezas ainda mais longínquas de um verdadeiro inconsciente social.

Para este cientista social, a capacidade de uma sociedade para atingir ou ultrapassar tal nível cultural não depende unicamente das suas instituições educativas, mas também, e talvez sobretudo, da sua organização familiar.

Para Ubiratan D'Ambrósio (2010), a educação matemática acaba sendo prejudicada por prioridades do período de transição, por uma civilização planetária. A igualdade na sociedade do futuro, onde a diversidade cultural será o normal, exige uma atitude sem arrogância e prepotência na educação matemática. O ideal é a não existência de excluídos.

A meta dos sistemas educacionais, deve ser coerente com busca de novas alternativas, não com reprodução do modelo atual, ancorado na matemática. Provavelmente, o modelo também deve se apoiar em uma nova matemática, que seu papel é inegável na busca desta nova ordem económica. O programa etnomatemática, através de uma ou outra reflexão sobre a história, a filosofia e a educação, pode contribuir para uma reformulação matemática.

Realidades sobre a etnomatemática em Angola

Uma das formas para compreender sobre a realidade da etnomatemática tem que ver com a Kixikila e Kiliapi como formas de poupança e financiamento. É inédita a forma como as pessoas de diferentes camadas sociais inovam para a vida social e económica. Os últimos tempos, actividade subterrânea dos valores e das formas familiares não se exerce só no domínio educativo. A própria vida económica é fortemente modelada, regulada por sistemas antropológicos, cada um dos quais constitui um quadro invisível e inconsciente no qual se move o homo oeconomicus, racional e calculista.

Daí que, trago para alguma reflexão, as questões da kixikila e do Kiliapi, uma realidade apenas angolana.

A Kixikila (Otchissikila), é um sistema informal e comunitário de poupança e financiamento, sem juros, em que um conjunto de indivíduos com salário ou outros rendimentos garantidos (geralmente familiares ou colegas de trabalho), contribuem periodicamente com determinado valor acordado entre todos, de modo a que, rotativamente, cada um deles receba a totalidade ou parte das contribuições arrecadadas pelo grupo. Como uma poupança, porque todos meses, tem a obrigação de transferir a sua contribuição para o beneficiário da vez. Como um crédito, porque o beneficiário recebe um empréstimo dos demais participantes e não paga nenhum juro por isso. Como uma dor de cabeça, porque os indivíduos integrantes da kixikila, correm risco de perder o dinheiro, por falta de honestidade de um ou outro beneficiário. A Kixikila é encarada de várias maneiras. Não como um investimento, porque a principal característica dos investimentos é a possibilidade de obter ganhos (lucros, o kilapi é muito diferente da kixikila (otchisikila).

Em Angola, Kilapi significa venda a crédito; fiado ou dívida. Do quimbundo kilapi, «lâpis grande», alusão ao registo das dívidas. Como referenciar: quilápi in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020

Relação professor- aluno

Hoje em dia, registam-se nas escolas tanto públicas, público-privadas, assim como privadas altos níveis de fracasso e absentismo escolar, muitos desses casos são motivados pela falta ou fraca relação entre os professores e alunos.

Para as explicações que a pesquisa impõe, recorreu-se na comunicação sobre a afetividade de Veras e Ferreira (2010, p. 221), “[...] a afetividade constitui um fator de grande importância no processo de desenvolvimento do indivíduo e na relação com o outro, pois é por meio desse outro que o sujeito poderá se delimitar como pessoa nesse processo em permanente construção”.

Defendem Abreu e Masetto (1980, p. 11) “o papel do professor desponta como sendo o de facilitador da aprendizagem de seus alunos. Seu papel não é ensinar, mas ajudar o aluno a aprender; não é transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer brilhantes preleções para divulgar a cultura, mas organizar estratégias para que o aluno conheça a cultura existente e crie cultura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se o professor, como um agente do ensino que serve de mediador ou facilitador dos conhecimentos, com o propósito de auxiliar o aluno na compreensão do conteúdo, por meio de boas práticas pedagógicas. Isso remete que se afine as boas relações entre os professores e alunos.

O problema da etnomatemática é pouco estudado nas escolas, apesar de ser já abordado por alguns autores, que enfatizam a sua importância, ou seja uma situação estimuladora da percepção da aprendizagem matemática. O autor desta investigação concorda também que em algumas circunstâncias as pessoas puderam ser influenciado por outrem e mudar um pouco em função da opinião daqueles por quem nutre respeito intelectual.

A inserção da etnomatemática nos programas curriculares de matemática poderá ter o impacto grande na sociedade para a construção dos saberes endógenos e contribuir para o desenvolvimento científico angolano na vertente das ciências exatas e sociais.

Portanto, tenho a certeza de que com a identificação das Representações Sociais, construídas pelos alunos do curso de formação de professores sobre a etnomatemática e sua influência na aprendizagem abre caminhos para reflexões, debates de conhecimentos endógenos que concorram para a melhoria da aprendizagem matemática e não só.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo: Cortez, 1980.

BACHMAN, P. F. 1964: **Social Psychology**. New York: Mc Graw-Hill, Inc.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 1979.

CARVALHO, J. M. 2011: **Estratégias docentes para estimular a aprendizagem significativa**. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0297.html>>. Acesso em: 18 Jul. 2023.

COSTA, F.J.Monteiro, 2014: **Etnomatemática: metodologia, ferramenta ou, simplesmente, etnorrevolução**. Disponível em: Zetetiké-
-FE/Unicamp- v.22, m, 42. Acesso 3 Out.2023.

D'AMBROSIO, Urbitan, 2010: **Educação Matemática**, S. Paulo: Springer.

DURKHEIM, E. 1987: **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.

GOLDENBERG, M. 1999: Como fazer a pesquisa, UFPB-CSSA-DCI.

GUERRA, I. Carvalho, 2006: **Pesquisa qualitativa e análise de Conteúdo. Sentido e formas de uso**. Estoril, Principia Editora.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, M Andrade, 1987: **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, Atlas.

OS DESAFIOS DO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO COM DESTAQUE AO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19

Deize Monteiro Barbosa¹
Clemilda Barbosa de Andrade da Silva²

Resumo:

O presente estudo intitulado “Os desafios do uso das tecnologias digitais na educação com destaque ao período da covid 19” de cunho qualitativo analítico baseado na observação da realidade educacional do município de Natuba-PB, cidade situada no estado da Paraíba, após inquietude gerada pelas dificuldades do enfrentamento do ensino híbrido imposto pela necessidade de conduzir o processo de ensino aprendizagem de forma remota e assim evitar a disseminação do corona vírus, busca em bibliografias de autores que tratam sobre o tema, dentre eles Moran (1998), Mercato (2001), PCN’s (2000), Dorigoni (2012), Freire (2001), tem como objetivo geral refletir acerca dos desafios enfrentados pelos atores educacionais com o uso das Tecnologias de Informações e Comunicações (TIC’s) com a pandemia da COVID 19; e como objetivos específicos analisar a necessidade e condições do uso das TIC’s como elementos primordiais ao ensino no formato híbrido, identificar ações e esforços dos atores educacionais à adaptação de sua prática para atender as necessidades impostas pelo ensino remoto e reconhecer a importância de investir em aparelhamento material e preparação profissional para o uso das TIC’s nas instituições educacionais. Como resultado, fica claro que as mudanças exigidas para adequação ao modelo híbrido de ensino, foi impactante. O sistema educacional e seus atores tiveram que se adaptar, se renovar, aprender para que o ensino pudesse acontecer. E aconteceu! Deixou ensinamentos. Principalmente, o entendimento que a educação deve se preparar, tanto material como profissionalmente para que possa atender as demandas do mercado e

1 Deize Monteiro Barbosa formada em Pedagogia pela UEPB, Pós graduação em supervisão e orientação pela FIP, e educação ambiental e sustentabilidade e Mestrado.deize_monteiro@outlook.com

2 Clemilda Barbosa de Andrade da Silva. Pedagoga- UEPB. Pós graduação em Educação básica- UEPB. Pós graduação em gestão Escolar- Antropus. Mestra em Educação- FICS. Clemildabarbosa18@gmail

zelar pelo respeito aos direitos sociais de cada cidadão brasileiro.

Palavras-chave: Ensino híbrido. Tecnologias da informação. Formação continuada.

INTRODUÇÃO

Atualmente a Educação, diante de tantos desafios, de tantas mudanças vividas, de inúmeras alternativas surgidas, mudanças vividas inclusive na vida cotidiana de estudantes e educadores, especificamente falando do uso das TIC's, Tecnologias da Informação e Comunicação, coloca todos informados e informatizados, aptos e ociosos por novas técnicas também na educação sistemática.

Com a pandemia da covid 19, que assolou o mundo, o uso de recursos tecnológicos expandiu-se significativamente entre as pessoas. A necessidade do distanciamento social que exigiu que todos ficassem em seus lares, com exceção para aqueles que exerciam alguma atividade emergencial, assim o uso de aparelhos tecnológicos intensificou-se mundialmente, seja para preenchimento do tempo ocioso, para distração, lazer, para busca de informação, ou para exercer funções home office. A tecnologia foi a grande aliada de cada cidadão.

Na educação, com o ensino remoto no formato híbrido, onde cada um de seu lar, profissionais da educação e estudantes realizavam atividades on-line, as TIC's foram essenciais para que o ensino aprendizagem pudesse acontecer. Tudo foi novo e, a princípio, desafiador. Escolas e famílias encontravam-se despreparadas para utilizar as TIC's de forma sistemática, por isso foi inevitável o estranhamento nesse momento, porém, sem outro caminho, todos se viram obrigados a se adaptar, a correr atrás de se equipar materialmente e pedagogicamente. Nesse contexto os professores tiveram que aprender a ser professores, tentando, acertando, errando, buscando... E o trabalho foi solitário, pouco pode-se contar com o apoio do sistema público educacional. Com recursos próprios, todos foram se aparelhando e com interação entre colegas, as experiências foram sendo compartilhadas. O sistema público não estava preparado para enfrentar todas as demandas surgidas, o que exigiu muito mais dos educadores e familiares.

No município de Natuba- PB, sendo parte do sistema público, rede municipal de educação, enfrentou inúmeros desafios para prosseguir com seu fazer pedagógico. Um processo difícil por encontrar

um cenário despreparado, inquietante por ser incompreensível por se tratar de questões que não eram mais para existir. O uso das TIC's não é algo novo, é realidade antiga, porém ainda não é parte contínua do fazer pedagógico. Fruto dessa situação surge a inquietação que conduz à realização do presente estudo, que tem como objetivo geral, refletir acerca dos desafios enfrentados pelos atores educacionais com o uso das Tecnologias de Informações e Comunicações (TIC's) com a pandemia da COVID 19; e como objetivos específicos analisar a necessidade e condições do uso das TIC's, como elementos primordiais ao ensino no formato híbrido, identificar ações e esforços dos atores educacionais à adaptação de sua prática para atender as necessidades impostas pelo ensino remoto e reconhecer a importância de investir em aparelhamento material e preparação profissional para o uso das TIC's nas instituições educacionais pós o período pandêmico.

O estudo realiza-se perante observação in loco e sustenta-se a partir da bibliografia de estudiosos do assunto como Freire (2001), Dorigoni (2012), PCN's (2000), Moran (1998), Santiago (2006), Mil (2014), Marques (2020) entre outros, que auxiliam no processo da reflexão sobre o assunto, bem como a necessidade de conhecer, reivindicar, lutar pela adequação entre o legal e o real, analisar o que já existe de melhoria e o que ainda precisa ser providenciado para que se alcance a equidade com o uso das TIC's, nas escolas públicas municipais de Natuba- PB.

O uso de metodologias que envolvam as tecnologias midiáticas no cotidiano de forma criativa, consciente e reflexiva, é necessário, compreendendo que a criança, o jovem e o adulto estudante já convivem diretamente com as mídias digitais em suas rotinas diárias fora da escola, não serão receptores passivos e tranquilos do conhecimento pedagógico mediado pela escola através apenas de técnicas tradicionais e pouco atrativas como o quadro negro, o livro, o caderno. É necessário que a educação renove, traga para sua prática o que seus estudantes já experimentam fora das paredes da escola. Morais e Varela (2006), corroboram que mais importante que o simples acesso à tecnologia é a criação de novos ambientes de aprendizagem e novas dinâmicas, que envolvam o uso das novas ferramentas das TIC's nos ambientes de aprendizagem.

2. EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Atualmente as Tecnologias da Informação e Conhecimentos

(TIC's), vem tomando o centro das discussões quando o assunto é Educação Escolar. Sua dada relevância se deve ao fato de que vivemos em um mundo tecnológico, onde tudo e quase todos estão mergulhados no mundo digital. Dorigoni (2012) a esse respeito, afirma que esse avanço tecnológico chegou em todos os setores sociais e nas instituições educacionais também, atingindo diretamente a vida do homem. Realidade incontestável, portanto, pertinente de muitos debates e adequações, especialmente no que tange à escola, espaço onde o conhecimento acontece de forma sistematizada, o que requer matéria-prima e mão de obra capacitadas.

Haja vista, na Educação, essa questão precisa de muitos investimentos para que a formação se desenvolva segundo os princípios da legalidade no que se refere às conquistas dos direitos e dos deveres pensando no uso das TIC's enquanto ferramentas/ técnicas de apoio ao fazer pedagógico, pois falando em seu uso à educação escolar onde o saber é desenvolvido de forma sistemática, é notório que o aparelhamento e a preparação do pessoal para uso dos recursos tecnológicos ainda caminham lentamente. Há vinte e um anos, em 1999, os PCN's já esclareciam sobre diretrizes para o uso das TIC's na educação. Esse documento norteador foi trabalhado com os professores de escolas públicas por todo Brasil, porém ao olharmos para a realidade de muitas escolas brasileiras não passou de mais um documento que pouco acrescentou à realidade do cotidiano escolar.

A verdade é que estamos em plena era digital e as escolas estão muito pouco alinhadas a esse momento, muito pouco preparadas para trabalhar segundo esse parâmetro. O despreparo profissional e a inexistência de recursos tecnológicos impedem o fazer pedagógico com qualidade social. O professor precisa se apropriar do saber que esse novo momento exige, para tanto se faz necessária uma constante inovação, pois o conhecimento não é estático, principalmente quando se trata de inovações tecnológicas. Segundo Mercado (2001, p.5) “O processo de formação continuada permite condições para o professor construir conhecimento sobre as novas tecnologias, entender porque e como integrar estas na sua prática pedagógica e ser capaz de superar entraves administrativos e pedagógicos”.

Sabendo que a educação escolar deve promover conhecimentos científicos que caminhem com a realidade e para a realidade e que todo homem está apto a aprender, homens e mulheres devem ter acesso a esse saber. É preciso superar os limites que colocam à humanidade diferentes saberes. As tecnologias digitais que o mundo vive nos mais

variados espaços sociais precisam chegar às escolas rompendo os limites, que restringem o desenvolvimento do saber e fatiam a produção do conhecimento escolar de acordo com o nível econômico, social e político do cidadão.

Da mesma forma que o professor aprendeu a usar outras tecnologias de informação, como o livro didático, o quadro, a tv, o vídeo cassete, ele aprendeu a usar alguns recursos midiáticos, aos quais, surpreendentemente, quando o país foi assolado pela pandemia da covid 19, exigiu o aparelhamento e as técnicas para fazer suas aulas de forma on-line. Muitas famílias também conseguiram se adaptar aquela realidade imposta. Segundo Moran (1998, p. 137) “Na sociedade da informação todos estamos reaprendendo a conhecer, a comunicar-nos, a ensinar e a aprender; a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social”.

É importante destacar a disponibilidade e capacidade do homem a aprender e destacar que é a escola o espaço responsável pela sistematização de todo conhecimento que a sociedade já dispõe de forma assistemática. O cotidiano de muitas crianças e jovens estudantes é vivenciado com uso de recursos midiáticos dos mais variados, a era digital realmente chegou a um grande número de lares com todo impulso possível, muitas crianças ainda bem pequenas tem grande fluência no uso de aparelhos celulares, tvs modernas e computadores, que causam estranhamento a muitos adultos que estão ali ainda com muitas dificuldades, porém a escola não tem condições de aproveitar esse saber em seu fazer pedagógico cotidiano.

Com a pandemia da covid-19 e a necessidade de conduzir o ensino de forma remota, o uso dos recursos midiáticos se intensificou muito. E os estudantes tiveram papel central em sua aprendizagem, pois na maioria dos lares eram eles que manuseavam os aparelhos para assistir/participar das aulas. O conhecimento adquirido com a pandemia da covid-19 permanece com cada criança, estudante, com cada profissional da educação, e a necessidade de estar alinhando o trabalho cotidiano com práticas sociais precisa ser constantemente vivenciada se a visão é progredir, porém a realidade agora é outra, voltamos para o ensino presencial e com o equipamento que dispomos, antes suficiente para atender à necessidade prática individual, agora já não atende mais a demanda que se tem.

Com o uso do aparelho de celular utilizado nos lares, era possível realizar diversas atividades pedagógicas. Na sala de aula ele já não atende mais a necessidade dos profissionais e dos alunos. A formação

do profissional também exige novas demandas, pois com outros recursos, os saberes precisam ser aprimorados. Toda a estrutura profissional e material precisa ser organizada. A este respeito, Santiago (2006, p.11) corrobora que:

A tecnologia na educação requer novas estratégias, metodologias e atitudes que superem o trabalho educativo tradicional. Uma aula mal estruturada, mesmo com o uso da tecnologia, pode tornar-se tradicionalíssima, tendo apenas incorporado um recurso como um modo diferente de exposição, sem nenhuma interferência pedagógica relevante.

A afirmação da importância da escola enquanto instituição se adequar à realidade e servir ao homem visando a sua melhoria, a sua adequação social, contribuir efetivamente para que todos se apossessem do saber como lhes é de direito, requer aprendizado, requer aparelhamento, requer investimentos políticos e econômicos, assim podendo romper os limites que assolam os direitos cidadãos constitucionais. Com o programa Escola Conectada, a internet chegou em 100% das escolas do município de Natuba-PB, porém faltam equipamentos adequados e mão de obra especializada para conduzir o processo educacional alinhado às necessidades do momento. É preciso investimento material e profissional.

2.1. A PANDEMIA DA COVID-19 E O USO EMERGENCIAL DAS TIC'S X IMPACTO NA VIDA DOS PROFESSORES, FAMÍLIAS E ALUNOS

Com a pandemia da covid-19 algumas questões se instauraram no mundo, a forma de viver sofreu um impacto que o mundo não esperava. Na perspectiva de evitar a disseminação do vírus foram implantados decretos que, entre outras determinações, instaurava o isolamento social, mantendo apenas os serviços essenciais de forma presencial.

Nesse cenário a escola não podia parar e uma das alternativas encontradas foi a realização de aulas no formato híbrido, com aulas online, utilizando o meio tecnológico como principal aliado do fazer educacional. Tal inserção não era mais uma questão de opção, de desejo, mas uma necessidade imposta pela condição que o atual cenário impunha, uma condição que exigiu que cada cidadão cumprisse seu

papel social na perspectiva de unidos se constituírem como sujeitos em busca de um bem comum, a educação para todos. Freire (2001, p. 46) corrobora que:

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros.

Assumir cada um seu papel no cenário dessa pandemia possibilitou viver essa necessidade de se assumir como ser social condicionado a, mesmo na distância provocada pelo isolamento social, a interação, intercomunicação, viesse a favorecer a continuidade do processo educacional à distância.

A proposta desse novo fazer educacional causou impacto na vida de todos. Escolas, famílias, alunos se viram obrigados a conduzir essa nova forma de ensinar/ aprender, onde a maioria não se encontrava preparada. Como tudo que é novo causa estranhamento, nesse cenário não foi diferente. O primeiro impacto foi “Não vou conseguir”, “Não vai dá certo”, “Vai ser difícil” ... E não foi fácil, inúmeros foram os desafios de implantar uma educação agora necessariamente tecnológica. Tanto às escolas, quanto às famílias, os obstáculos se apresentaram pela falta de acesso aos meios tecnológicos, continuaram pela falta de equipamentos e infraestrutura e solidificaram-se na falta de preparo pedagógico para o uso das ferramentas necessárias a esse novo fazer.

Para Mill (2014), o susto com o novo está no fato “desse novo” está fora da gente, não nos pertencer, ainda não termos aprendido, o que é natural, uma vez que por mais que o homem busque conhecimentos, nunca vai ser conhecedor de tudo, portanto, dada a necessidade da aprendizagem agora ser mediada pela tecnologia, pela interatividade através das mídias sociais, a dinâmica da docência tornou-se mais árdua, mais complexa se comparada ao ensino presencial; a atuação das famílias, da mesma forma. Se antes era possível muitas crianças tomarem posse da aprendizagem apenas pela ação da escola, agora já não era mais. Se inserir nesse novo cenário não foi mais questão de opção, a preparação dos participantes foi fator determinante para aquisição do conhecimento. Bazzo, (2003) salienta que nessa nova sociedade, a da informação, o conhecimento, a comunicação, a ensinar e aprender, a

integrar o homem e a tecnologia, o individual e o social, todos estamos aprendendo, e é na disponibilidade, no como ela acontece que está o segredo do sucesso.

Em tempos tão difíceis onde a sociedade esteve mergulhada em tantos desafios houve a necessidade do envolvimento de todos os cidadãos para que o ensino não parasse, para que a aprendizagem acontecesse. A ação de pertencimento e a presença social de todos os participantes foi o que determinou o grau de aprendizagem na vida de cada estudante, assim salienta Gunawardena (1995), porém nada foi mais determinante que a ação do professor. A esses a missão foi grande, muitos não conheciam, sequer, muitos termos usados pelo mundo tecnológico, desconheciam plataformas, sites, editores de vídeos para preparação de suas aulas, bem como também lhes faltavam aparelhos suficientemente equipados para prosseguir com o ensino conforme o novo cenário impunha.

Segundo Marques (2020, p. 5) “As mudanças que ocorreram no processo de ensino frente o atual contexto da pandemia causada pela corona vírus, levaram a adoção de metodologias, até então não adotadas por muitos professores em seus ambientes de ensino.” Escolas públicas e privadas se viram obrigadas a adotar novas metodologias em seu fazer pedagógico, o que trouxe a necessidade de preparação dos profissionais da educação, em especial dos professores que não tiveram outra alternativa, além de inovar os conhecimentos e a prática educacional na tentativa de atender as necessidades do ensino emergencial.

A docência agora exigida lhes pôs grandes desafios, porém a saída foi se preparar. Planejar cautelosamente as aulas, considerando o material do qual dispunha, considerando a capacidade de participação dos alunos, entendendo que para alguns as aulas síncronas seria uma possibilidade, para muitos outros apenas as aulas assíncronas e para outros apenas atividades em forma de portfólios, poderiam surtir alguma resposta, haja vista que muitas famílias não dispunham de acesso à internet e de aparelho para participar da aula online.

Tudo isso conduziu o professor a se reinventar ainda mais em relação ao ensino presencial, em razão de transformar o ensino em múltiplas atividades. Coube ao professor produzir o conteúdo do curso, o planejamento didático, converter o material para linguagem da mídia, além de coordenar todo sistema de tutoria, como o monitoramento das atividades, até a motivação aos estudantes e famílias para que não desistissem mediante às dificuldades surgidas. Como aborda Mill (2014), um trabalho de metaformação, uma prática profissional baseada na re-

flexão constante, o trabalho prático e reflexivo, que põe em questão a noção de autonomia docente, o domínio de uma base de saberes docentes, uma visão de todo o processo de produção na educação e na coletividade no trabalho.

Nesse contexto, apenas um planejamento não daria conta de tantas especificidades, em razão disso os docentes tiveram que reaprender a ser professores e a lidar com as angústias ocasionadas quando os resultados não vinham conforme o esperado. Behrens (2000, p.20) afirma que:

A inovação não está restrita ao uso da tecnologia, mas também à maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento e levem à produção do conhecimento.

A busca dos conhecimentos e técnicas inovadoras nunca foi tão necessária. O desafio de utilizar novas tecnologias de ensino, veio aliada ao desafio de vencer os problemas gerados pela pandemia. Aliado ao fazer pedagógico estava o desafio de atrair a atenção do aluno para esta nova forma de uso dos recursos tecnológicos mediado pelos transtornos emocionais ocasionados pelo sofrimento vivido pelo isolamento social. Produzir conhecimentos nesse cenário foi desafiador! Mas, mais uma vez o professor mostrou sua força e capacidade adaptativa, seu poder de se reinventar e vencer qualquer desafio que lhe é imposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto fica claro que a educação sistemática desenvolvida na rede municipal de ensino em Natuba-PB, enfrentou grandes dificuldades materiais e pedagógicas para atender a demanda do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) exigida para o período pandêmico, onde o recurso primordial para a promoção do ensino aprendizagem foram os aparelhos tecnológicos. Todos, escola, pais, famílias e alunos precisaram se arquitetar, se reinventar, se planejar para que o ensino pudesse acontecer.

Nesse contexto ficou claro que o sistema público educacional não estava preparado e nem havia preparado os seus atores educacionais tecnologicamente para o trabalho com o uso das TIC's. Segundo Barreto (2002), é necessário inserir nos cursos de professores, as diversas tecnologias das informações e comunicações e assim prepará-

-los, para que possa fazer seu uso em ambientes reais e virtuais. A nova forma de ensinar preconiza profissionais preparados, para que assim oportunizem aprendizagens reais a seus alunos.

A melhoria da qualidade da educação, nesse sentido, passa, primordialmente, pela preparação dos educadores para uso adequado das TIC's, focando no pedagógico e nas técnicas. Como afirma Moran (2003, p. 61) "Na sociedade da informação, todos estamos reaprendendo a conhecer, a nos comunicarmos, a ensinar, reaprendendo a integrar o humano e o tecnológico; a integrar o individual, o grupal e o social". Dada toda essa reflexão fica clara a necessidade da preparação profissional que deve ocorrer em formações iniciais e continuadas.

Além das formações profissionais, para que a inclusão digital ocorra, é necessário investimento material, pois equipamentos digitais são necessários para condução da prática pedagógica. A inclusão digital, necessariamente passa pela preparação dos profissionais da educação dos ambientes, que tecnologicamente equipados, oportunizam a melhoria da qualidade da educação. Segundo Moran (2003), conectar o ensino com a vida do aluno, por todos os caminhos possíveis, é importante. Conscientes que as tecnologias digitais não substituem o professor, mas que mediante todo avanço tecnológico faz-se necessária uma educação contextualizada, mediada por processos de interação e comunicação qualificados.

A pandemia nos mostrou a defasagem no uso das TIC's na educação, o despreparo para enfrentamento de qualquer eventualidade como a que vivenciamos e a necessidade de incorporá-las para bem conduzir o processo de ensino aprendizagem. Conforme Silva (2010, p. 4), compreendendo que "é necessário saber o que usar, como utilizar, e saber para que está usando". Destacamos aqui, para fixar, a importância de investir em aparelhamento para se ter o que usar e formação continuada para saber usar, tecnicamente e pedagogicamente. Para que essa inclusão aconteça são necessários investimentos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **Utilizando a tecnologia a seu favor**. 17ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

BARRETO, Raquel Goulart. **Formação de professores, tecnologias e linguagens**. São Paulo, SP.: Loyola. 2002.

BAZZO, Rosa Maria. **As novas Tecnologias na Educação: o computador e a internet no ambiente escolar**, 2003.

BEHERENS, M. A. **Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**, em MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**, Campinas: Papirus, 2000.

GUNAWARDENA, C. **Social Presence Theory and Implications for Interactive and Collaborative Learning in Computer Conferences**. **International Journal of Educational Telecommunications**, v. 1, n. 2/3, p. 147-166. 1995.

LÉVY P. (1999). **Cibercultura** (C. I. da Costa, Trad.). São Paulo: Editora 34. (Trabalho original publicado em 1997) [Links].

MERCADO, L. P.L. **Didática e ensino de informática**, 2001. Universidade Federal de Alagoas, Maceió- AL. <http://www.ufrgs.br/niece/ eventos/RIBIE/1996/O18>.

MARQUES, Romualdo. **A resignificação da educação e o processo de ensino aprendizagem no contexto da pandemia do covid-19**. **Boletim conjuntura (boca)**, ano II, vol 3, n. 7, 2020. Disponível em: [http:// revista.ufrb.br/boca/artiele/view/Marques](http://revista.ufrb.br/boca/artiele/view/Marques).

MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos Tarciso. E BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 7 ed. Campinas, SP. Papirus, 2003.

MORAN, José Manuel. **Ensino aprendizagem inovadores com tecnologias**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/tec.htm> Acessado em: 25 mar. 2011.

MORAES, C. R., VARELA, S. **A motivação do aluno durante o processo de ensino aprendizagem**, 2006. Disponível em [http://web.unifil. br/docs/revista///Artigo_06.pdf](http://web.unifil.br/docs/revista///Artigo_06.pdf).

MILL, D. **Escritos sobre educação: desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes**. São Paulo: Paulus, 2013.

SILVA, O. M. M da. Análise do uso das mídias na prática pedagógica dos professores de uma escola pública no estado de Alagoas, 2010.

RAÍZES HISTÓRICAS DA GLOBALIZAÇÃO: IMIGRAÇÃO E PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS IMIGRANTES NOS ÂMBITOS EDUCACIONAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES FRENTE ÀS FRAGILIDADES

Ranusa de Kacia Freire Gomes
Rubervania Aparecida Freire Gomes Silva

Resumo:

Com o início do processo da globalização as imigrações também se tornaram mais frequentes. Diversos estudos apontam que esses imigrantes, ao chegarem em outros países, enfrentam muitos problemas relacionados à diversos âmbitos, sendo eles sociais, econômicos, religiosos, entre outros. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi encontrar, através de busca bibliográfica, quais as dificuldades que os imigrantes encontram e também possíveis soluções para essa problemática. A partir da pesquisa foi possível observar que, diversos são os problemas encontrados pelos imigrantes no Brasil, como dificuldades na regulamentação dos documentos e acesso à educação, xenofobia, exploração sexual, preconceito religioso, tráfico humano, problemas com o idioma e situações análogas à escravidão. Algumas leis já existem para assegurar os direitos dessas pessoas, porém, é importante a busca e criação de novas leis que auxiliem ainda mais essa situação, além de fiscalização. Além disso, é necessário também a conscientização sobre a importância de respeitar o outro, independentemente de sua cor, raça, religião e língua.

Palavras-chave: Xenofobia. Preconceito. Educação.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização deu início com as grandes navegações aproximando a Europa de outros continentes. Esse acontecimento foi necessário e desenvolveu muitos lugares antes isolados. Para Santos (2008), a globalização não pode ser compreendida apenas como um processo de integração econômica e avanços tecnológicos. Ele enxerga como um sistema complexo que envolve uma série de relações sociais, políticas e culturais com profundas consequências para a organização espacial do planeta. Além disso, a globalização não é um processo homogêneo, mas sim, um conjunto de fluxos e redes que se inter cruzam e que geram desigualdades e assimetrias. Além disso, ele ainda aborda

que a reconfiguração dos fluxos migratórios e as novas formas de territorialidade são decorrentes da globalização, bem como suas implicações para a sociedade, a economia e as relações internacionais.

Um dos aspectos geográficos mais impactados pela globalização é a formação de territórios globais e locais, a expansão das redes de comunicação e transportes, que promoveu uma maior conectividade, tornando o espaço mais interdependente, no entanto essa intercomunicação nem sempre é igualitária. Enquanto algumas áreas se beneficiam da globalização, concentrando poder econômico e influência política, outras são marginalizadas e excluídas, aprofundando as desigualdades sociais e territoriais.

Dessa maneira, os processos de imigração tornaram-se uma realidade em decorrência da globalização, inclusive no Brasil. Na última década, um número de mais ou menos 181.385 imigrantes chegaram no Brasil. Ao chegarem aqui, enfrentam muitos problemas que vão desde a regulamentação dos documentos, racismo, falta de acesso à educação, xenofobia exploração sexual e tráfico humano.

Esses problemas devem ser discutidos e abordados para um melhor entendimento e para encontrar possíveis soluções para que haja harmonia entre os indivíduos imigrantes e aqueles que os recebem. Dessa forma, esse artigo de opinião tem como objetivo relatar o que passam os imigrantes no Brasil e quais as soluções podem ser tomadas a fim de auxiliar essas pessoas que se encontram com diversas fragilidades, para isso, foi feita uma busca bibliográfica sobre as temáticas de imigração e quais os problemas e fragilidades que essas pessoas encontram em diversas áreas de suas vidas como educação, saúde, oportunidade de emprego, dentre outras.

DESENVOLVIMENTO

Com o avanço das tecnologias nos meios de transportes, facilitou o processo migratório de pessoas que saem dos seus lugares por motivos diversos (questões religiosas, econômicas, culturais, políticas e ambientais) ou simplesmente de livre e espontânea vontade como foi o caso dos espanhóis, alemães, italianos, ou de pessoas que foram trazidas a força (os escravos africanos). Desde o início da humanidade até os dias de hoje, as migrações contribuíram para a formação da sociedade brasileira por diversos motivos (GIROTO; PAULA, 2020).

O avanço da humanidade no planeta está intrinsecamente vinculado aos padrões de deslocamento ao redor do globo terrestre. Seja de-

vido a fatores climáticos ou a disputas entre comunidades (seja por território ou recursos), os seres humanos estiveram e continuam a estar em movimento constante. Ao longo do tempo, mediante o desenvolvimento do conhecimento e do pensamento, diversos pensadores e teóricos se dedicaram a analisar esses deslocamentos, buscando compreender não apenas as motivações iniciais desses processos, mas também o próprio processo e suas repercussões na vida das pessoas e no ambiente em que estão inseridas. Isso reflete o propósito deste estudo (SILVA, 2018).

De acordo com a lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, o imigrante é “pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (BRASIL, 2017). Outros Autores afirmam que os imigrantes são aqueles que buscam melhores condições de vida, por isso saem dos seus lugares de origem (PRADO, 2016, p. 34).

Existem dois tipos de estrangeiros, os residentes no país e os não-residentes (aqueles que se encontram em trânsito). Entretanto, não importa o tipo, quaisquer estrangeiros devem possuir uma condição jurídica que respeite a dignidade da pessoa humana, possibilitando-lhes a capacidade de gozar de todos os direitos daí provenientes.

Na segunda metade do século XX houve uma mudança no perfil dos imigrantes no nosso país, agora eles vêm principalmente da América Latina, Ásia, África. Na esperança de encontrar melhorias na qualidade de vida, centenas de pessoas buscam as fronteiras brasileiras. Muitas acabam tornando-se imigrantes ilegais, seja por falta de informação e documentação ou por condição financeira. Na ilegalidade, esses imigrantes muitas vezes são explorados por empresas clandestinas, que os submete às condições análogas à escravidão, principalmente nos grandes centros do país.

Esses imigrantes muitas vezes enfrentam muitos problemas como o racismo, a xenofobia, preconceitos religiosos, entre outros. Basta uma observação simplória dos noticiários para perceber que as ofensas contra estrangeiros noticiadas, em sua grande maioria, são contra os negros, vindos do continente africano ou do Haiti. Esses imigrantes são discriminados simplesmente pela sua cor de pele e sua raça e religião. Além disso, não é raro encontrar denúncias de abusos de empregadores contra imigrantes que, em busca de maiores lucros, os submetem a condições de trabalhos análogas à escravidão. Quando isso acontece, o imigrante acaba se tornando encarcerado a essa situação, pois, sem condições financeiras e na ilegalidade, precisa trabalhar no que lhe é oferecido para poder sustentar a família, que agora vive no Brasil, ou,

mandar dinheiro para a família que deixou em sua terra natal.

As migrações afetam bruscamente a saúde mental e física dos migrantes pois: [...] ser um migrante, em si, não necessariamente leva a doença mental. Diversos outros fatores também são relevantes, incluindo fatores externos como status empregatício, condições de moradia, e reações da sociedade “hospedeira”. Fatores como xenofobia, discriminação, preconceito racial (individual e institucionalizado) [...] contribuem para a má saúde mental e física do imigrante, assim como as condições econômicas e políticas que prevalecem na comunidade hospedeira. (minha ênfase) (HELMAN, 2009, p.169).

Se os migrantes sofrem essas problemáticas, mesmo só migrando de uma região para outra, é possível imaginar que os imigrantes podem sofrer ainda mais diversos tipos de violências.

Outra dificuldade encontrada pelos imigrantes é realmente o idioma, em seguida vem o emprego, depois a habitação, a formação, a regularização imigratória, saúde, discriminação e a segurança social. Além disso, o imigrante atual encontra no Brasil um cenário econômico que não favorece nem aos nacionais, quanto mais aos imigrantes. Ocorre que a situação do país de origem é ainda pior, mas isso não é motivo para que eles não possam depositar a sua esperança de sobrevivência digna no Brasil. Então é necessário dar-lhes condições para isso, num esforço geral e conjunto.

Em estudos de Silva (2018), ao fazer várias entrevistas com diversos imigrantes, foi possível identificar que de um conjunto total de 45 páginas de entrevistas, foram identificados 42 trechos que fazem referência a alguma das categorias de violência. Dentro desse conjunto de 42 trechos, cinco abordam mais de uma forma de violência. Entre esses, um trecho destaca a conexão direta entre violência estrutural e cultural, três trechos relacionam a violência cultural com a violência psicológica, e um último trecho estabelece uma ligação entre a violência estrutural e a violência psicológica.

Nos achados desta mesma pesquisa, a violência cultural aparece associada às questões de gênero, estando intimamente ligada à violência estrutural, sobretudo no contexto brasileiro. Além disso, ela se

manifesta na naturalização e aceitação das violências enfrentadas pelas estudantes interlocutoras. Em alguns relatos onde a violência estrutural ou psicológica é evidente, surge também a percepção de que esses eventos ou situações são considerados como parte integrante da vida, sendo aceitos como uma condição inevitável (SILVA, 2018).

O acesso a educação também é uma dificuldade encontrada por esses povos. Quando esses imigrantes saem do seu país, levam consigo toda a sua família, inclusive as crianças e os jovens que ainda não terminaram seus estudos. Dessa forma, há uma procura de educação escolar dessas famílias, principalmente a procura de vagas nas escolas públicas. Esse aspecto deve ser levado em consideração, pois sabe-se que a educação é um dos subsídios para mudanças de realidades, como também, auxilia no processo de recomeço dessas pessoas no novo país. Diversos dados já notificam que as matrículas de alunos estrangeiros cresceram 112% no Brasil entre os anos de 2008 a 2016, de acordo com dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). (CORREA; ALMEIDA, 2018).

Além disso, de acordo com os parâmetros curriculares Nacionais:

[...] a educação escolar deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino aprendizagem. A escola, ao considerar a diversidade, tem como valor máximo o respeito às diferenças – não o elogia a desigualdade. As diferenças não são obstáculos para o cumprimento da ação educativa, podem e devem, portanto, ser fator de enriquecimento (BRASIL, 1997, p. 96-97).

Poucas pesquisas são estudadas para solucionar essa problemática em âmbito educacional. Silva e Braga (2019) identificaram em suas pesquisas que há poucos trabalhos acerca da educação e migração que tratem das políticas atuais e que enfatizem a importância da educação em Direitos Humanos, a teoria multicultural e sobre a prática docente. Esses mesmos autores afirmam que a relação entre os processos de migração e educação apontam alguns desafios, como, por exemplo, a necessidade de romper com a ideia de que a diversidade é um problema. Isso ocorre porque, na mentalidade predominante na cultura educacional, a homogeneização é vista como um facilitador do trabalho pedagógico

(ROSA, 2016).

Encontrar empregos também se torna um problema para essas pessoas que chegam no país. Conforme relatado por estudantes num estudo no qual essas pessoas participaram de um questionário, suas mães têm estado em busca de emprego desde sua chegada à cidade, mas até o momento não conseguiram uma colocação profissional. Quanto às estudantes, somente após se matricularem na escola e contando com a assistência do Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), conseguiram oportunidades de estágio nos moldes de um programa para menores aprendizes (SILVA, 2018).

Em relação à problemas psicológicos, imigrantes relatam ter experimentado medo e apreensão ao decidirem deixar suas cidades, amigos e famílias. Esse sentimento, que se desloca de um lugar para outro, acaba causando um desgaste emocional e se configura como uma forma de violência psicológica. A insegurança financeira, a adaptação desafiadora ao clima da nova cidade, as dificuldades com o idioma que impedem a comunicação eficaz, e a falta de recursos para atividades de lazer – todos esses fatores, somados às complicações inerentes ao processo de migração, representam um fardo considerável para essas jovens, que ainda têm toda uma vida pela frente.

A História da educação do Brasil foi constituída de uma sociedade multiétnica e multicultural, sendo permeada por questões étnico-culturais seculares e que carrega diversas raízes tanto dos grupos que delas eram tradicionalmente excluídos (escravos, negros, sítiantes, etc.), como pelos vários grupos de imigrantes que aqui chegaram (DE-MARTINI *et al.*, 2004). Dessa forma, é necessário reconhecer que todos os imigrantes que aqui chegaram trouxeram suas contribuições para a formação do nosso país desde a culinária, cultura, educação e diversos outros aspectos que vêm sendo ensinados até hoje.

O contexto histórico brasileiro de mobilidade de acordo com Herédia (2005, p.95) reforça que:

A própria identidade de nação brasileira é um produto da mobilidade internacional de diferentes povos, que ajudaram a construir a formação cultural do Brasil. Dessa maneira, a sociedade brasileira foi se constituindo numa sociedade que acolheu diversos fluxos migratórios possíveis.

No dia 18 de maio de 2017, o senado aprovou a nova lei da mi-

gração, definindo assim, os direitos e deveres do imigrante no Brasil. Tal aprovação representa uma inovação, já que o Brasil, ainda não tinha uma lei que desse segurança e proteção aos imigrantes (BAPTISTA; VILAR, 2017).

Para que essas pessoas tenham maior segurança, em todos esses aspectos (idioma, emprego, habitação, formação, saúde), é necessário que as autoridades procurem soluções para que essas pessoas tenham vida digna, pois eles deram grande contribuição com sua força de trabalho para o desenvolvimento do Brasil, tanto no setor rural, como nas áreas industriais, comerciais e culturais. Contribuíram ainda para a formação do povo brasileiro, desde o século 19, quando começou a se intensificar a imigração para o país.

Alguns exemplos de solução são: conscientizar as pessoas sobre a importância de respeitar as pessoas, independentemente de sua cor, raça, religião e língua. Para isso, palestras e discussões sobre o assunto devem acontecer em escolas, nos setores públicos e privados, em todas as comunidades, fazendo a população conhecer a real situação e perceber que essas pessoas passam por muitas fragilidades e necessitam de ajuda e empatia.

As autoridades também devem criar leis mais eficientes para assegurar os direitos dessas pessoas, já que sabemos que, o fluxo imigratório sempre acontecerá. Dessa forma, essas leis poderiam auxiliar essas pessoas, assegurando-as dos seus direitos e deveres.

Além da criação de leis eficientes, é necessário também uma maior fiscalização dessas leis. Não somente a criação delas trará a solução. É necessário que haja fiscalização para identificar se essas leis estão sendo cumpridas, além de apresentar punições às pessoas que, de qualquer maneira, venha a ferir a dignidade dessas pessoas, seja em forma de preconceitos, como também, em trabalhos análogos à escravidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos nós somos descendentes de imigrantes, temos um ancestral que veio de um lugar. Assumimos a nacionalidade e nos estabelecemos, no entanto, as imigrações continuam, o Brasil cresceu e se desenvolveu em grande parte porque recebeu imigrantes de várias nacionalidades, precisamos acolher e nos solidarizar com quem vem chegando ao nosso Brasil, esse país totalmente mestiço.

No artigo 3º da nossa constituição federal estabelece a solida-

riedade como um dos princípios fundamentais, não por obrigação, mas como uma regra constitucional ser solidário e buscar soluções pacíficas (BRASIL, 1988). Os imigrantes chegam em nosso país com diversas fragilidades sejam da língua, econômica e cultural de adaptação, então, dentro dos limites viáveis todos nós temos obrigação de solidariedade em acolher essas pessoas.

Não existe solução fácil, muito menos mágica em se tratando de comportamento humano, porém, expor o diálogo sobre esses problemas buscando sanar pensamentos preconceituosos muito enraizados no imaginário das pessoas é o começo. Além disso, as autoridades devem assegurar melhor essas pessoas a partir de criação de leis e fiscalização que definam melhor sobre essa problemática, a fim de diminuir as fragilidades dessas pessoas.

Além disso, devemos levar em consideração que desde a antiguidade, até os dias atuais, os imigrantes tiveram grande importância para a formação do nosso país, desde na culinária, festas, músicas e literatura que foram trazidas para o território brasileiro, fundindo-se com outros elementos de outros povos. Dessa forma, eles devem ter seus direitos respeitados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, Rodrigo; VILAR, Isabela. **Projeto da nova lei de migração segue para sanção presidencial**. 18 abril 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 mai. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

CORREA, Marina Aparecida Pimenta da Cruz; ALMEIDA, Valquiria. A migração haitiana no Estado De Minas Gerais: Um estudo sobre Políticas de Educação inclusiva para imigrantes haitianos No Município de Contagem. **Pensar Acadêmico**, v. 16, n. 1, p. 125-137, 2018.

DEMARTINI, Z. D. B. F. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa'. **Pro-posições**, 15(3), 215-228, (2004).

GIROTO, Giovani; PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira. Imigrantes e refugiados no Brasil: uma análise sobre escolarização, currículo e inclusão. **Rev. Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 164- 75, 2020.

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. Tradução: Ane Rose Bolner. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HERÉDIA, V. B. M., **Migrações Internacionais, O caso dos Senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2015.

PRADO, L. T. Xenofobia e os refugiados Sírios: O que a “crise dos refugiados” fala sobre a crise da humanidade. Grandes temas do conhecimento: **Psicologia nº29**. São Paulo, 2016.

ROSA, Édina dos Santos. **A inserção de alunos imigrantes africanos negros na rede estadual de ensino na cidade de São Paulo** (2014-2016). 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008 (15ª edição).

SILVA, D. C. A., & BRAGA, D. S. Educação e imigração contemporânea no Brasil: um silêncio bibliográfico (?). **Paideia**, 14(22), 55-76, 2019.

SILVA, L. R. D. A inclusão de imigrantes na educação básica em Caxias do Sul: um estudo de caso na perspectiva das violências de Galtung e Fanon (**Master's thesis, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**). 2018.

PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO: UMA DIDÁTICA NECESSÁRIA PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER NO CAMPO EDUCACIONAL

Edileuza Gonzaga
Jane Rodrigues Batista

Resumo:

Este trabalho visa amparar os sujeitos no âmbito educacional, para esclarecer os conceitos repassados para os docentes sobre o que vem ser Planejamento, uma didática que por ventura encontra-se presente em nosso cotidiano e que dependendo de sua estrutura, abordará uma linguagem que pode vim de modo formal, informal ou outra característica que seja do conhecimento ou não do indivíduo. Levando em consideração a modalidade de ensino a que pertence o Projeto Político-Pedagógico de cada Instituição, e para colocar em ordem as atividades mediante a realidade destes estudantes, fazendo desta forma que participem da proposta que irá ajudar a fomentar o aprendizado em relação ao ensino dos educandos enquanto ser em construção, pois, é uma necessidade de nós, seres de linguagem, nos comunicarmos seja pela oralidade, pela escrita ou pelos signos linguísticos, e, também, por ser uma questão social fazer uso dessas ferramentas. Neste sentido, usaremos como método de abordagem, o qualitativo, de autores com vasto conhecimento no assunto, como: Farias (2011), Freire (2017), Pimenta (2009), dentre outros estudiosos da temática.

Palavras-chave: Didática. Docente. Ensino/Aprendizado.

INTRODUÇÃO

Partiremos dos preceitos que define, porque a didática é uma disciplina necessária para o saber docente no campo educacional e social, uma vez que, este é o momento em que se une teoria e prática que servem de suporte para quem escolhe seguir a profissão árdua que é ser professor, enfrentar desafios e aprender a resolvê-los, haja vista, que poderá surgir situações de conflito.

Nesse contexto, a Didática também serve para que verifiquemos como os professores lidam com essas situações e se com isso extraem alguma forma de aprendizado, pois o profissional da educação deve

estar preparado para alguns imprevistos, que na visão de Menegolla & Sant'anna, 2001, "A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Portanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver".

O trabalho docente está em constante atualização, e devemos acompanhar este evento, por se tratar de uma experiência significativa para o procedimento de compreensão do ensino, constituído de um momento rico e importante que se concretiza no contexto de sala de aula.

Neste sentido, podemos considerar as normas e procedimentos estabelecidos pelo ramo que a disciplina didática abrange, e, é tão necessária para a construção do saber no campo educacional, como um processo que se inicia com os objetivos gerais que são em síntese, estabelecer contato direto com a realidade sociocultural e demonstrar, em situações práticas de sala de aula, as competências, habilidades e conhecimento adquiridos nas disciplinas teórico-práticas desenvolvidas ao longo do trabalho do educador. Possibilitando aos professores um contato direto com o espaço educativo, bem como suas relações estabelecidas entre os discentes, demonstrando assim, como se dá a atuação do professor preparado nos diversos contextos.

O professor deve buscar orientações junto a escola através do Projeto Político Pedagógico (PPP), de forma que este norteie o seu trabalho docente e o qual deve ser formulado em consonância com os pais, alunos, professores e outros membros da escola e a comunidade em geral. Essas normas existentes no PPP, apresentam componentes que contribuem para o processo educacional e o compromisso de desenvolver um processo de ensino-aprendizagem de qualidade que assegure a construção de competências e habilidades nos sujeitos sociais do educandário, para que este exerça de forma plena a sua cidadania.

A importância de uma didática voltados para o processo de formação do professor, dá-se porque ele está inserido em todas as disciplinas e, é no processo educacional que a teoria e a prática se entrelaçam, pois, a prática não funciona sem a teoria.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por se tratar de uma didática, onde uma de suas vertentes está ligado a um planejamento crítico e eficaz, e a missão da escola é contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes, éticos e cooperativos, capazes de interagir e atuar como agentes transformadores na

comunidade em que vivem.

Antunes (2003), enfatiza que;

[...] a intenção dos professores de querer adotar uma atividade pedagógica realmente capaz de oferecer resultados mais positivos e gratificantes. Como em muitos outros casos, discutir, refletir, para identificar os problemas e encontrar saídas, já é uma “ação”, já é parte do processo de mudança (ANTUNES, 2003, p. 34).

A autora vem reforçar a importância que a ação pedagógica tem para a atividade que o professor desenvolve, haja vista ser por meio dela que ele irá detectar suas limitações e ao mesmo tempo adquirir mais experiências, podendo, a partir disso, fazer uma reflexão sobre o seu trabalho e mudanças que possam significar melhorias tanto para ele quanto para o educando, amenizando as dificuldades nesse espaço.

Nesta perspectiva, as Instituições escolares e governamentais devem, por meio de seus representantes, disponibilizar mecanismo e ferramentas que propiciem ao professor a realização de cursos qualificadores para uma Didática que de fato alcance os anseios de seus colaboradores.

Pois conforme Ibérnon (2009);

[...] se quisermos que essa formação seja viva e dinâmica (além de útil, claro) temos de uni-la a uma carreira profissional ou estatuto da função docente que inclua incentivos profissionais e promoção que recompense, ou ao menos, não castigue, aqueles que mais se empenham para o melhor funcionamento dos centros e de sua prática docente não unicamente de forma individual, mas também coletiva, aqueles que realizam práticas alternativas de formação e inovação (IBERNÓN, 2009, p. 43 - 44).

Entendemos que as entidades governamentais muitas vezes não oferecem apoio aos educadores para um desenvolvimento satisfatório e um aperfeiçoamento profundo, no que tange a prática do planejamento, desenvolvimento curricular e avaliação, sem esses apoios, o educador perde a oportunidade de se aprimorar na sua área e, conseqüentemente melhorar sua prática docente tanto na instituição, quanto com os edu-

candos. Isso se apresenta como um grande obstáculo ao trabalho do professor que deseja uma boa qualificação profissional, mas não tem apoio nem estrutura para isso. Essa discordância contraria o que prega o Compromisso de DAKAR (2001), que diz;

Em todos os níveis da educação, os professores devem ser respeitados e adequadamente remunerados; ter acesso à formação e ao desenvolvimento e ao apoio profissional permanente, inclusive mediante o ensino aberto e a distância (DAKAR, 2001, p. 25).

Essa falta de apoio para o aprimoramento, influencia no desempenho tanto do aluno como do professor, quem tem a finalidade de desenvolver um melhor ensino e uma aprendizagem de maior qualidade, pois a falta deste aperfeiçoamento no trabalho docente exige mudanças significativas: na visão, participação e criticidade da comunidade escolar. A prática pedagógica, integrada com os componentes curriculares sem fragmentação é capaz de ressignificar a aprendizagem e habilitar os alunos.

Dorin destaca;

A primeira condição para que alguém se dedique à orientação de crianças e adolescente, é que saiba para onde pretende conduzir os seus discípulos e quais os problemas de ordem geral que precisam ser resolvidos pelas instituições sociais (DORIN, 1978, p. 183).

Um planejamento traz benefícios para a relação professor/aluno, pois o trabalho realizado dentro e fora de sala de aula por um o profissional preparado, que pode aplicar novos conhecimentos e ter uma melhor resposta dos educandos com o uso de novas metodologias de ensino, no qual o aluno não será somente receptor do conhecimento, mais sim protagonista e participativo no processo do ensino-aprendizagem. Pois a formação e informação trazida por este, muda o modo, a forma de ensinar e as aulas ficam mais interativas.

Oliveira (2010) enfatiza;

O interacionismo vê o aprendizado como um processo de interação que envolve três fatores: o aprendiz, os elementos de sua natureza bioló-

gica e o meio ambiente, sociocultural em que ele está inserido. Ao professor cabe a tarefa de propiciar aos alunos o ambiente e os meios necessários para que eles construam seus conhecimentos (OLIVEIRA, 2010, p. 28-29).

Mediante estas questões, notamos a relevância da busca por planejamentos de forma ininterrupta, já que este assunto está atrelado ao desempenho desses docentes ao ministrar suas aulas, pois não basta somente seus anos de experiência, mas é preciso que os órgãos educacionais reconheçam que se precisa muito de uma formação específica para esses educadores, sendo que seus trabalhos devem estar em conformidade com os componentes curriculares, trazendo um melhor aprendizado aos discentes, na promoção de sujeitos críticos e participativos tanto no ambiente escolar quanto na sociedade da qual fazem parte.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em toda as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da academia (BRASIL, 1990, p. 6).

Devido à complexidade na educação, a apropriação pelo professor do Projeto Político Pedagógico da escola garante a emancipação do aluno, todavia, não é garantia de sucesso, isso depende do educador e dos educandos, mais ele estará preparando o aluno para atuar no mercado de trabalho, desempenhando melhor suas competências. Este assunto relaciona a análise crítica que o aluno adquire a partir da continuidade que o professor dá em seus planos de estudo.

Para Bandura (2008);

Muitos dos comportamentos em sala de aula são afetados pelos resultados, não exatamente pelos estímulos precedentes. Dentre os resultados importantes estão aqueles sobre o controle

do professor, por exemplo, elogios e críticas (BANDURA, 2008, p. 389).

No entanto, nem todo desdobramento sobre o Planejamento do docente é garantia de um bom desempenho no seu trabalho, seja na forma de instigar seu aluno como um estudante crítico seja na forma de aplicar seu conteúdo.

Nesse contexto, Freire (2017) adverte;

No círculo de cultura, a rigor, não se ensina, aprende-se em “reciprocidade de consciências”: não há professor, há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo ao mínimo sua intervenção direta no curso do diálogo (FREIRE, 2017, p. 15).

Nesse sentido, a estratégia utilizada pelo professor é um requisito na medida que o mesmo busque despertar no aluno sua criticidade tanto na vida social como profissional. Portanto, a interação entre professor/aluno ajustará suas responsabilidades diante dos afazeres que se propôs a realizar, do contrário, essa formação não beneficiará nem a ele e nem aos educandos.

O exercício da atividade docente requer preparo. Preparo que não se esgota nos cursos de formação, mas para o qual o curso pode ter uma contribuição específica enquanto conhecimento sistemático da realidade do ensino aprendizagem [...]. Enfim, enquanto formação teórica (onde a unidade teoria e prática é fundamental) para a práxis transformadora (PIMENTA, 2009, p. 105).

Sob o ponto de vista do docente, no aspecto positivo que se encontra a preparação de um bom plano de aula condizem com o aumento de conhecimentos e traz novas oportunidades ao professor, priorizando os estudantes para que não se decepcionem com as aulas monótonas. Sobre esse pensamento Braga afirma, “[...]. É, sobretudo, durante a formação e no exercício da docência que o professor sistematiza e consolida um conjunto de saberes que dão especificidade ao seu trabalho (BRAGA, 2011, p. 73).

O contato e o acesso aos conhecimentos são requisitos necessários aos questionamentos das relações de dominação. No entanto, o acesso ao conhecimento explícito da dominação não é automática; requer a mediação dos professores que, na prática educativa tem como objeto de seu trabalho tornar viva e explícita a finalidade sócio – política da educação escolar. Isso exige que o professor em sua formação-ção tenha adquirido aguda consciência da realidade e sólida fundamentação teórica que lhe permita interpretar e direcionar essa realidade, além de suficiente instrumentalização técnica para nela intervir (PIMENTA, 2009, p. 58).

Os desafios encontrados no processo de ensino-aprendizagem, são inúmeros, mais a implementação de novas metodologias centrado no aluno para que o mesmo desenvolva sua autonomia, tirando o aluno do hábito passivo e transformando-o num aluno ativo, de forma que ele mesmo construa seu próprio conhecimento. Toda busca do professor por novos métodos na maioria das vezes não é eficaz, porque o aluno ainda está apenas recebendo conhecimentos, não tem a oportunidade de se manifestar diante do docente, devido ter sido reprimido diante dos seus questionamentos, impossibilitando que o mesmo desenvolva suas habilidades.

É preciso pautar nossa atividade docente na compreensão da aprendizagem como ato coletivo e contínuo, e além da ação metodológica restrita a exposição verbal e aos exercícios de fixação. Práticas orientadas para a atividade intelectual dos alunos por meio da problematização, análise e confronto da experiência social desses sujeitos com os conteúdos escolares podem transformar a rotina pedagógica em ação didática geradora de desafios à aprendizagem, em espaços de interação e livre expressão (FARIAS, 2011, p. 124, 125).

Nesse sentido, percebemos a ressalva que o autora faz referente a performance do professor em sala de aula, onde este local é tido como ambiente de interação e diálogo. E para obter esses benefícios para os educandos, devemos chamar a atenção para forma como se dá a Didati-

ca dos professores, e por meio dela, poder melhorar a relação professor/aluno e possibilitar um melhor desenvolvimento no aprendizado.

Nessa visão, podemos inferir, o quão se faz necessária a abordagem pautada no dialogismo, pois ela favorece o docente, mais o maior beneficiado com certeza é o aluno, pois conforme mencionado pela autora, é a partir dessa qualificação docente que o estudante se tornará apto ao conhecimento através de seus próprios interesses em participar de atividades tanto na escola como fora dela, pois conforme o Compromisso de Dakar (2001), “Os professores são atores essenciais na promoção da educação de qualidade, quer nas escolas, quer em programas comunitários mais flexíveis; são defensores e catalizadores da mudança” (DAKAR, 2001, p. 25), como se sabe, a comunidade oferece inúmeras oportunidades de aprendizado que vem a contribuir na formação cidadã desses estudantes. Da mesma forma que o convívio existente entre professor/aluno se estenderá para além da sala de aula.

Assim, prevalecerá o bom relacionamento que deve existir entre o educando e o educador, pois isso faz com que o aluno se sinta à vontade para interagir nos momentos das aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das experiências vivenciadas no contexto escolar é que se pode acreditar numa Didática comprometida com o ensino-aprendizado, apontando para as direções a serem seguidas, com objetivos a serem alcançados, uma vez que são educadores em constante formação. Também depende dos professores essa transformação, buscar enriquecer seus conhecimentos através de contatos que os coloquem dentro desses fatores que envolvem o ambiente escolar e a sociedade como um todo.

Para assim, realizar um processo de autorreflexão sobre a prática e a qualidade do Planejamento estabelecido pelas instituições escolares, pois o trabalho do profissional de educação dependi destes métodos pedagógicos para se concretizar não somente a teoria, mas também prática, na busca constante por atualizações tanto do currículo como das metodologias, de forma que espera-se a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, uma vez que a qualificação dos professores deve dar um retorno para comprovar que houve significância no processo entre ensinar e aprender.

Na atualidade, pode-se constatar que há uma grande necessidade

de os docentes inovarem suas aulas, no campo tecnológico, tornando-as atrativas e motivadoras. Também através da pesquisa realizada, desdobrou-se o olhar para a problemática da desvalorização em relação ao docente.

Para tanto, bons profissionais de educação, precisam estar em consonância com o aprendizado, por ser um momento onde a teoria e a prática se mesclam para poder apresentar resultados significativos. Pois, o que se aprende com a teoria, na prática não é tão fácil, como às vezes nos aparentam.

Assim, conclui-se, que esta pesquisa foi de suma importância por falar de um assunto que diz respeito a todos os educadores, visto que, ao explicitar os problemas enfrentados durante o processo de formação dos professores, estamos assegurando que a educação de qualidade não caia no esquecimento e à docência, em sua concretude, precisa de um amparo maior para ser fortalecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES. Irandé. **Aula de Português: encontro & interação** – São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/-** Brasília MEC/SEF. 1990.

DORIN, Lanoy. **Psicologia da educação: livro-texto** – São Paulo: Ed. Do Brasil, 1978.

Educação para Todos: **o compromisso de Dakar** – Brasília: UNESCO, CONSED, Ação Educativa. 2001.

FARIAS. Isabel Maria Sabino de, **Didática e docência: aprendendo a profissão/...** [et. al.]. – 3. ed., nova ortografia- Brasília: Liber Livro, 2011.

FERRAÇO, Carlos Eduardo (organizador) **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo – (Série cultura, memória e currículo)** – São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado: novas tendências**; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. – São Paulo: Cortez, 2009.

MENEGOLLA, M., SANT'ANNA, I.M., **Por que planejar?** Como planejar? 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática** – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PIMENTA Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?** – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência; revisão técnica** – José Cerchi Fusari – São Paulo: Cortez, 2009.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA DINÂMICA DO CORONELISMO E A RELAÇÃO DE PODER NA REGIÃO NORDESTE: O CORONEL E O PROFESSOR NO ENSINO PÚBLICO BASEADO NA TROCA DE FAVORES E O CLIENTELISMO ATUALMENTE

Ranusa de Kacia Freire Gomes

Resumo:

Durante um longo período, no período republicano no Brasil era possível observar diversas trocas de favores e práticas clientelistas. Essas práticas eram exercidas pelos donos de terras, os quais eram conhecidos como coronéis. Estes, queriam o poder para garantir um número significativo de eleitores para assim, obter benefício próprio. Esse estudo teve como objetivo identificar qual a relação do sistema de coronelismo na educação e em diversas esferas nas vidas dos sertanejos, da região Nordeste do Brasil. Para isso, foram feitas pesquisas bibliográficas com as temáticas relacionadas ao tema. Foi possível identificar que o sistema coronelista influenciou na formação da sociedade atual, além de trazer fortes traços ainda no âmbito educacional. Embora o coronelismo seja uma prática antiga, nos dias de hoje, as relações de cunho coronelista ainda persistem de diversas maneiras, manifestando-se na comunidade escolar, resultando na perda de sua autonomia como entidade participativa.

Palavras-chave: Coronelismo. Educação. Autonomia.

INTRODUÇÃO

O termo "coronelismo" é o conceito desenvolvido no Brasil para descrever as relações de poder vertical que foram historicamente reproduzidas pelas classes dominantes. Na Espanha, esse fenômeno é chamado de "caciquismo", enquanto na América Latina é referido como "gamonalismo". No contexto brasileiro, o termo utilizado é "coronelismo".

Durante esse período, o coronelismo se estabelece como uma força de concentração de poder e autoritarismo nas mãos dos proprietários de terras, indivíduos bem-sucedidos da época, sendo acima de tudo, um pacto, uma troca de benefícios entre o poder público, que se

fortalece progressivamente, e a influência social decadente dos líderes locais, especialmente dos proprietários de terras.

Esse sistema influenciou e formou diversos aspectos, principalmente o âmbito educacional, mesmo sendo uma prática antiga. As políticas públicas educacionais são postas em prática por meio dos programas implementados, e no contexto da educação, uma imposição é percebida como originária do poder local. Como resultado, a comunidade escolar e local se encontra obrigada a conformar-se às normas estabelecidas pelo sistema, o que acarreta a perda de sua autonomia enquanto entidade participativa.

Essa temática deve ser discutida e estudada para identificar as influências negativas do período do coronelismo na educação sendo possível encontrar possíveis soluções podendo melhorar o aspecto educacional brasileiro. Dessa forma, esse artigo tem como objetivo relatar a época do coronelismo e identificar quais as consequências e influências que essas práticas tiveram atualmente, além de buscar possíveis soluções para diminuição dessas atitudes. Para isso, foi feita uma busca bibliográfica sobre os temas de coronelismo e sua influência na educação atual, buscando esclarecer todo o processo ocorrido e os novos elementos que surgiram no contexto atual fazendo-se necessário apresentar o tema de forma clara e que venha enriquecer conhecimentos tirando dúvida e esclarecendo sobre o assunto.

DESENVOLVIMENTO

A história do coronelismo é algo impressionante e até hoje um assunto questionável. No cenário desse contexto histórico o mundo era extremamente rural, dominado pelo latifúndio, o engenho e a fazenda. Um universo próprio do interior afastado das cidades quase isolado do resto do país, onde as comunicações eram raras e bem difíceis e, quando existia, era feito através de transportes como : canoas, barcos, cavalos, mulas ou jericos. Nesse momento, o chefe de cada fazenda/região eram chamados de coronéis.

A ascendência do poder dos coronéis teve origem durante o período colonial, quando fazendeiros recebiam nomeações militares para desempenhar funções de autoridade estatal em regiões de difícil acesso, integrando a Guarda Nacional. Com a instauração da denominada Primeira República (1889-1930), esses coronéis fortaleceram sua estrutura de poder com base em um sistema eleitoral que não contemplava o voto secreto (DOS SANTOS, 2006).

O 'coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra [...] Desse compromisso fundamental resulta as características secundárias do sistema 'coronelistas', como sejam, entre outras, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais (LEAL, 1997).

A personificação do coronel mandava numa pequena região do qual era um imperador com poder de vida e de morte sobre os seus inimigos e agregados. O mundo dos coronéis do sertão era povoado pela escassez/pobreza quase absoluta, o que explica a enorme dependência que todos tinham dele. O coronel era uma espécie de pode tudo, um salvador dos pobres e oprimidos a quem era preciso recorrer nas diversas situações sendo compreensivo que exigisse daqueles que se qualificavam como afilhados o compromisso de fidelidade.

Na ausência quase absoluta do estado, era o coronel que exercia as mais variadas funções sendo simultaneamente o detentor do poder político, jurídico e legislativo do município. Os moradores eram obedientes ao coronel e poucos ousavam desafiar sua autoridade ou disputar o seu mandato. Era comum entre os considerados alfabetizados apenas assinar o nome no papel, sendo considerado suficiente para que se tornassem eleitores fiéis dos candidatos apoiados pelos coronéis. Eles não eram somente os grandes latifundiários como também, aqui no sertão do nordeste havia coronéis comerciantes, coronéis industriais e o coronel padre.

Eles costumavam prostituir meninas, animavam os prostíbulos, sustentavam amantes caras e luxuosas como demonstração pública de vigor físico e de prosperidade nos negócios. Nessa sociedade os coronéis eram verdadeiramente os donos do poder. Em suas fazendas tinham muitos empregados que recebiam salários miseráveis (quando recebiam) e para sobreviver esses trabalhadores precisavam de ajuda do coronel, dentre eles se destacavam: empréstimo de dinheiro, socorro na hora da doença, quase tudo dependiam do favor do coronel.

O poder dos coronéis espalhava-se pelas pequenas cidades próximas, pois as pessoas mais importantes delas procuravam uma ligação com o poderoso fazendeiro: o dono do armazém, o médico, o advogado,

juiz, padre e o professor. O sonho de muita gente era tornar-se compadre do coronel, conseguindo que ele fosse padrinho de batismo do seu filho.

O coronelismo no sertão nordestino segundo reiterava os escritores Luna e Barbalho (1983) descrevem com muita clareza o homem do campo como um sujeito criado num ambiente de humilhação do coronel sem discuti-las e no seu entender, as ordens dos donos das terras são para cumprir sem dizer nada.

Em geral, esses homens sofriam calados, pois consideram que isso é a ordem natural das coisas, ou seja, Deus queria que fosse assim. O vigário ensina que os nascidos pobres vão morrer usando o velho discurso que Jesus Cristo nasceu numa manjedoura e que era um homem humilde e dessa forma a palavra de Deus era deturpada para fortalecer e formar a mentalidade do homem rural que é sofrido e confortado.

Normalmente o coronel pertencia a guarda nacional e tinha a suas patentes compradas. Eram proprietários das grandes fazendas, indicavam os prefeitos das cidades (ou assumiam as prefeituras) o que é comum nas várias cidades sertanejas que foram governadas por coronéis políticos.

A cidade de Floresta, que fica no interior de Pernambuco, é um exemplo dessas cidades. Foi observando nos aspectos históricos que o seu primeiro prefeito foi o tenente coronel Fausto Serafim de Souza Ferraz, após isso, seguiu para o coronel Francisco Barros do Nascimento, eleito duas vezes prefeito da cidade e guarda nacional dos municípios de Tacaratu e Floresta (ambos localizados no interior de Pernambuco).

A lei orgânica dos municípios, nº 52 de 3 de agosto de 1892 veio para trazer uma autonomia municipal, dividindo o estado em municípios, para efeito de sua administração. A lei para esse fim foi precedida em 23 de janeiro de 1983, tendo sido eleito o primeiro projeto do município de Floresta (FERRAZ, 2003).

O sistema coronelista no sertão nordestino trouxe influência na formação social dos dias de hoje. Atualmente são observadas diversas consequências causadas em vários sentidos: no sentido político, educacional, religioso, social e econômico.

Um dos sentidos que mais sofreu consequências foi a esfera educacional. Os coronéis utilizavam de seu poder para escolher quem trabalharia nas escolas e quem também poderia estudar. O uso da escola pública como objetivo de barganha e moeda de troca. Essas escolas ficavam localizadas na propriedade do coronel e o professor geralmente era um apadrinhado do coronel, que controlava o processo de troca de

favores.

Diversos intelectuais afirma que os coronéis empregaram métodos convencionais na preservação das relações de poder, assegurando que seus privilégios e autoridade permanecessem inalterados (DOMINGOS NETO, 2010), tornando-se obstáculos significativos para o progresso da Região e, em grande medida, do Brasil. Sob essa perspectiva, consolidou-se a ideia generalizada de que os coronéis deliberadamente desencorajaram a educação formal, com o objetivo de manter os habitantes do sertão desinformados, controlados e sujeitos aos interesses políticos das elites agrárias retrógradas e contrárias à modernização.

Nesse contexto de desigualdades a educação era um privilégio de uma elite branca enquanto a maioria dos pobres era fadada ao analfabetismo total. A educação pública oferecida era de baixa qualidade e muitas vezes o corpo docente sem qualificação adequada para função além do estado não dar conta da demanda social. Outro fator agravante que esses profissionais enfrentavam era a mal remuneração, com salários atrasados e sem nenhum direito trabalhista assegurado.

Na história da educação da região nordeste pode ser encontrado muitas informações que possibilitam uma melhor compressão sobre como funcionava o sistema educacional na república velha, informações estas que atestam sem nenhuma dúvida a proximidade íntima entre o poder político e a educação, que estava atrelada a um jugo de dominação, sendo assim os fatos históricos podem comprovar que o ensino foi um dos poderosos instrumentos usados pelas classes dominantes para se manterem no poder político. Somente nas capitais existiam poucos movimentos intelectuais e dentre eles se destacou o positivismo filosófico.

Os coronéis criaram no âmbito municipal práticas político-clientelismo na educação fazendo o uso da escola pública um objeto de troca de favores e assim exercia influência para se sobrepor a classe docente muitas vezes por existir interesses recíprocos. Eles escolhiam os professores para que ensinassem as pessoas a escreverem principalmente seus próprios nomes para assim, poderem votar no próprio coronel ou em seus nomeados. Além disso, não somente podia nomear professores, mas sim, todos os cargos relacionados a educação, inclusive, a nível estadual (LEAL, 1997).

Mesmo existindo pessoas que eram educadas, o objetivo dos estudos não era trazer um pensamento crítico para os estudantes, mas sim formar pessoas que não podiam e nem deviam ter pensamento próprio e muito menos opinião, essas pessoas só tinham importância na hora

de votar e o eleitor era simplesmente um instrumento para depositar na urna o voto de preferência do coronel em cuja terra trabalha. Em véspera de eleições, o coronel apresentava-se como manso e fazia favores ao eleitorado, como dar dinheiro, mandar matar novilhos gordos para os padres, serviçais da casa grande, parentes e agregados influenciando os eleitores e incentivando o voto de “cabresto”.

Os padres, quando em papel de coronel, apresentava Deus como juiz rigoroso que premiava os bons com o reino do céu e castigava os maus com o fogo do inferno dizia a todos os povos que era o representante de Deus na terra (LUNA; BARBALHO, 1983).

Além do voto de cabresto os coronéis ainda praticavam muitas fraudes para ganhar as eleições, como por exemplo: documentos eram falsificados para menores e analfabetos poderem votar e pessoas que tinham morrido eram escritas como eleitores. Urnas eram adulteradas, muitas artimanhas eram feitas na contagem dos votos.

O coronel mais importante em cada município ou região estabelecia alianças com os fazendeiros para eleger um governador do estado e depois de eleito, ele retribuía o apoio dos coronéis destinando verbas aos municípios amigos para a construção de obras como: praças, estradas, escolas, entre outros (LEAL, 2003).

Assim era o retrato fiel do sertão nordestino “sem lei”, e os coronéis por sua vez mandavam através de instrumentos de pressão fortes e rigorosos: o de prender, julgar, assassinar, entre outros. Diante disso, surge no Nordeste movimentos sociais que são na verdade uma espécie de grito dos excluídos sendo destacados o cangaço e o movimento de reforma agrária de canudos.

No contexto social do sertão nordestino, o cangaço se proliferava como revolta ao mandário do coronel, o senhor feudal dos sertões. O cangaço foi uma consequência do poder autoritário que os coronéis impunham aos sertanejos. Criminosos espalhavam violência em quase todo o nordeste em meados do século 19 e viviam atravessando o estado em grupos, saqueando cidades, cometendo assassinatos, sequestros e estupros.

Virgulino Ferreira (o lampião) teve seu pai assassinado pelo comandante de uma força volante e então, desamparado e perseguido, sem meios para viver com dignidade, o sertanejo nessas precárias condições de vida passa a perseguir. Encarados como criminosos pelo estado e pelos coronéis, os cangaceiros era perseguidos, viviam fora da lei, sem direito a educação, saúde, segurança, justiça e cidadania. O cangaceiro era uma pessoa perfeitamente integrada a natureza e desin-

tegrado a sociedade daquela época ressaltando ter sido vítima de injustiça social, pretendendo defender um código de honra com um único artigo: a vingança.

Outro movimento importante na luta contra os coronéis baianos e a elite política foi a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, um homem sofrido e determinado que desde os tempos de império fazia pregações de emocionava os sertanejos nordestinos. Ele focava na importância de uma sociedade mais justa bem como com o fim do sistema coronelista. Sua figura impressionava a multidão dos sertanejos. Cruzando uma fazenda em 1893 a uma velha fazenda abandonada do sertão da Bahia deu início a formação de um povoado denominado Canudos, possuindo leis próprias e não obedeciam ao sistema que governava aqueles sertões, ou seja, uma alternativa de sociedade para os sertanejos que desejavam fugir da dominação dos grandes coronéis.

O Ceará, em meados do ano de 1911, estava entregue aos poderes dos coronéis em lutas furiosas, entrando em cena o coronel Padre Cícero, também amigo de outros coronéis e protetor de cangaceiros. Político habilidoso e conhecedor da sua gente, sabia explorar e melhor aproveitar a credence do povo que tinha sido mandado por Deus para salvar o sertão e conseguir convencer os sertanejos da autenticidade de seus pretensos milagres jogados para explorar a credence popular o que levou a prendê-los por ordem religiosa.

Com a revolução de 1930 houve um abalo nos alicerces do coronelismo, porém não acabou com o movimento. Os coronéis encontraram táticas para sobreviverem, já que os tempos agora eram outros. Além disso, sabe-se que, mesmo que não existam mais esses coronéis, o movimento pode ter interferido na grande taxa de analfabetismo do Nordeste. Dados do IBGE (Índice Brasileiro de Geografia e Estatística) mostrou que, no ano de 2022 o estado do Piauí ainda possui em torno de 41% dos idosos (a partir dos 60 anos) analfabetos, levando a ser considerado o estado com a segunda maior taxa do país, sendo uma realidade vista não somente nesse estado, mas sim, em toda a região Nordeste.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) se empenhou e fez progressos significativos em relação aos desafios que herdamos da referida época (BRASIL, 1996) A constituição de 1988 também garante que a educação é um direito universal (BRASIL, 1988), no entanto, a obscuridade do coronelismo é uma forma velada de fazer lembrar a importância de continuar com a luta por uma educação mais justa e de acesso para todos.

Nos dias de hoje, diversos aspectos são observados e é possível

identificar que a autonomia do povo nesta esfera "democrática" é inexistente. A classe dominante brasileira, segundo o autor, não defende a soberania do país e se submete aos pacotes impostos pelas instituições financeiras internacionais. Isso evidencia que as antigas práticas coronelísticas estão presentes nesse novo modelo político da república brasileira, embora de maneira dissimulada (TEODÓSIO, 2005).

O clientelismo através da política local ou regionalizada permite a garantia o apoio político do legislativo facilitando as tomadas de decisões no seu governo. Usar a educação pública como moeda de troca e no mínimo um retrocesso, uma realidade que não deveria mais acontecer. O sistema educacional que se deseja é aquele que deve estar livre das amarras e interferências, com autonomia e liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o coronelismo seja uma prática antiga, nos dias de hoje, as relações de cunho coronelista ainda persistem de diversas maneiras, manifestando-se através de imposições de agências internacionais de financiamento, bem como por meio de relações autoritárias no ambiente escolar, entre outras formas. As políticas públicas educacionais são efetivadas por meio dos programas implementados, e no âmbito da educação, existe uma imposição que se origina no poder local. Consequentemente, a comunidade escolar e local se vê compelida a seguir as normas estabelecidas pelo sistema, resultando na perda de sua autonomia como entidade participativa.

Ainda existem áreas degradadas ou pequenas comunidades no país com vestígios do coronelismo, porém, ao contrário do que ocorria no passado, observa-se agora uma nova tendência em desenvolvimento, que tem se expandido e gerado benefícios para a cidadania e a democracia na nação. A sustentação dessa evolução, evidentemente, está condicionada à maturidade e à estabilidade de nossas instituições federativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394,

Brasil, 1996.

DOMINGOS Neto, Manuel. **O que os netos dos vaqueiros me contam: o domínio oligárquico no Vale do Parnaíba**. São Paulo: Anna-blume, 2010.

DOS SANTOS, Suzy. E-Sucupira: **O Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras**. In: E-Com-pós. 2006.

FERRAZ, Álvaro. FLORESTA – **Memórias D'uma Cidade Sertaneja no seu**. Cinquentenário, 2ª edição, Floresta, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 3 ed.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

LUNA, Luiz; BARBALHO, Nelson. **Coronel dono do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra/Pró Memória, 1983.

TEODOSIO, Sheila de Sousa; OLIVEIRA, Gregório de Oliveira; RODRIGUES, Raissa Araújo de Souza. **Coronelismo: práticas sociais ainda vigentes na república brasileira. VII CONNEP**. 2012.

GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Fábio Júnior Pereira¹

Luiz Paulo da Cunha²

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo avaliativo no processo de ensino aprendizagem conforme entendimento de Cipriano Luckesi. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. A avaliação é, portanto constituída de instrumentos de diagnósticos gerando uma intervenção no sentido de melhorar a aprendizagem. Se de fato for obtido o aluno certamente será sempre aprovado, tendo adquirido as habilidades e conhecimentos necessários. A avaliação é na verdade inclusiva visto que o aluno vai ser ajudado a prosseguir. Essa concepção político-pedagógico é um ato dialógico por outro lado é para todos os alunos, implicando necessariamente uma negociação entre professor e aluno. O professor domestica seus alunos sem contribuir para o desenvolvimento do seu potencial. Os instrumentos de avaliação tem ênfase quantitativa acumulando informações, e as notas finais, são coletadas por meios de provas, que visam apenas aprovar ou reprovar, sem favorecer o crescimento do aluno.

Palavras-chave: Avaliação. Cipriano Luckesi. Escola. Ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Muitos são os sistemas educativos que declaram avançar para uma avaliação menos seletiva e mais formativa, já que a lógica formativa ganhou muita importância. Por isso, o período de transição está apenas começando, pois, a avaliação tradicional não satisfeita em fracassar ainda empobrece as aprendizagens e faz com que os professores utilizem didáticas conservadoras.

1 Mestrando em Ciências da Educação - FICS.

2 Mestrando em Ciências da Educação - FICS.

A regulação objetiva orientar o processo de aprendizagem para o domínio de um currículo e passa por intervenções corretoras, baseadas em uma apreciação dos progressos e do trabalho dos alunos - forma rudimentar e selvagem de avaliação formativa. Os efeitos de sua ação devem ser modificados para melhor atingir seus objetivos, quaisquer que sejam os sistemas educacionais - contrato didático. Mesmo em um ensino frontal, é capaz de ajustar o currículo real ao nível e ao ritmo de trabalho da turma.

Estamos bem distantes da pedagogia sistematicamente diferenciada necessária para lutar de modo eficaz contra o fracasso escolar e as desigualdades, porém nenhum ensino é completamente indiferenciado, o professor não age da mesma maneira com todos seus alunos, não exige deles exatamente a mesma coisa, personaliza a relação e individualiza o trabalho até certo ponto, o que se torna um dos aspectos da regulação das aprendizagens, já que a avaliação formativa é componente quase obrigatório da avaliação contínua (PERRENOUD, 1993).

O professor nem sempre consegue otimizar avaliação e intervenções. Ele deveria dispor de informações pertinentes e confiáveis, interpretá-las corretamente, em tempo hábil, imaginar a intervenção apropriada e conduzi-la de modo eficaz... Mas a avaliação e a intervenção são, em última instância, operações e ações realizadas por seres humanos... O professor está comprometido com interações densas e complexas, ele próprio inserido em uma organização impositiva.

A abordagem das práticas entrevê os agentes reais como pessoas apressadas, emotivas, distraídas, cansadas, irritadas, preguiçosas, esquecidas, fantasiosas ou tudo isso ao mesmo tempo.

Em contrapartida, podem ser intuitivos, imaginativos, inventar soluções inéditas ou encontrar palavras ou gestos mais sensatos. Comparando a um modelo cibernético, a regulação humana é, certamente, menos rigorosa, menos previsível, mas também usa a capacidade de gerir a complexidade cognitiva e afetiva de uma maneira que nenhum método codificado poderia prescrever, ou seja, o principal instrumento de toda avaliação formativa é e continuará sendo o professor comprometido na interação com o aluno.

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo avaliativo no processo de ensino aprendizagem conforme entendimento de Cipriano Luckesi.

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e

Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: Quais os processos avaliativos no ensino aprendizagem?

2 AVALIAÇÃO ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DE CIPRIANO LUCKESI

A avaliação no Brasil serve ao modelo social liberal conservador, então, por mais que a sociedade garanta liberdade e igualdade, cada indivíduo, de acordo com as leis, deve, através de seu próprio esforço, conseguir auto realização pessoal, conquistando e usufruindo bens e propriedade privada.

Conseqüentemente, a avaliação educacional em geral e da aprendizagem em específico, contextualizadas dentro dessas pedagogias, estiveram e estão instrumentalizadas pelo mesmo entendimento teórico-prático da sociedade. (LUCKESI, 2009).

Esse modelo produziu três pedagogias: a tradicional, renovada (escolanovista) e tecnicista. A primeira é centrada no professor, no intelecto e na transmissão de conteúdo. A segunda, tem seu ponto central no sentimento, na diversidade e individualidade, e espontaneidade da produção do conhecimento. Já a terceira, centra-se na relevância dos meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio do rendimento. Portanto, se as três pedagogias foram produzidas a partir do modelo social conservador, não há como superá-los (LUCKESI, 2009).

Tendo em vista, este atual modelo social anseia-se a real liberdade e igualdade, não somente com caráter legal. Educacionalmente, este anseio traduziu-se na pedagogia libertadora, de Paulo Freire, sua marca é a transformação que virá das classes sociais mais baixas através da emancipação das mesmas. Entretanto, prevalece a pedagogia libertária, a qual possui a ideologia de uma escola como instrumento de conscientização e organização política dos educandos; ainda, está se formulando a pedagogia dos conteúdos sociais, que é centrada na ideia de igualdade, de oportunidade para todos no processo de educação na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimentos sistematizados pela humanidade na aquisição de habilidades de assimilação e transformação desses conteúdos, contexto de uma prática social (LUCKESI, 2009).

Há um ritual envolvendo a prática da avaliação: o professor, após o fim de uma unidade de ensino ou até mesmo após um período de aulas, inicia o processo de atos e atividades que compõem a avaliação

da aprendizagem escolar provas ou testes, os quais são construídos a partir das unidades trabalhadas, dependendo da relação professor-aluno, desde que os alunos não sejam indisciplinados, do contrário, isso revelará o humor do professor, que elaborará provas a fim de punir esses alunos. Em seguida ele analisa novamente, caso perceba uma certa facilidade, ele remete-se ao comportamento trabalhoso de seus alunos e decide apertá-los, deixando o teste mais difícil, muitas vezes incompreensível. No dia da aplicação, os alunos não recebem explicações, nem auxílio, todavia, não permite que as avaliações sejam entregues em branco. Após o recolhimento, as provas são corrigidas e os resultados são passados para a caderneta, e os alunos são classificados em bons ou ruins. Sem contar a atribuição de pontos positivos e negativos. Todas essas notas são equacionadas em médias que comporão a nota final, a qual determinará aprovação ou a reprovação do aluno (LUCKESI, 2011).

Assim como diz Luckesi (2006) “entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão. Esse juízo incide sobre um objeto, os dados, os quais indicam a qualidade”.

Analisando cada estrato da avaliação temos: juízo de qualidade, que em função de um padrão, julga-se a qualidade do objeto; os dados relevantes da realidade são incididos pelo juízo de qualidade, a partir do objetivo que se obtém com o objeto a ser avaliado; a tomada de decisão, que corresponde às ações para chegar à qualidade em relação ao objeto a qual se objetiva, dado o juízo de qualidade. Logo, transformando a qualidade em quantidade, não permite que o professor diagnostique a verdadeira condição do aluno, conseqüentemente nem mesmo o aluno saberá sua condição em relação à aprendizagem.

Como já citado anteriormente a avaliação escolar atual não facilita o processo de democratização do ensino, pois, está ligado à expansão do ensino e não à qualidade. Primeiramente, a avaliação classificatória deveria ser alterada pela diagnóstica, compreendendo a etapa de aprendizagem que o aluno se encontra. Assim, averiguar-se-á conhecimentos e habilidades que ainda lhe são necessários nesse processo. Ainda, para fazer valer a avaliação diagnóstica, necessita-se compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica, histórico-crítica, visando à perspectiva do aluno. Logo, será um instrumento auxiliar da aprendizagem.

Segundo Luckesi (2009), a avaliação é um juízo de valor, por uma afirmação qualitativa a respeito de um determinado objeto e o ideal

é que o resultado seja aproximado do que se estabelece como satisfatório; segundo dados da realidade, isto é, indicadores específicos, com a finalidade de identificar na aprendizagem um posicionamento condizente a uma tomada de posição. Logo, a avaliação pode tomar arbitrariamente um caminho autoritário. Lembrando que atualmente a avaliação escolar ainda tem um caráter classificatório e não diagnóstico, quando se reflete sobre a prática, retornando a ela e a fim de consolidá-la. Todavia, a classificação não auxilia na aprendizagem, no avanço, pelo contrário, a aprendizagem fica estagnada, o aluno é julgado, estigmatizado.

Não há nenhuma atitude para que esse aluno saia dessa condição, mesmo que haja uma chance de recuperação, não existe um critério a demonstrar o real avanço. O julgamento de valor se dá pelo objeto da avaliação, logo não é inteiramente subjetivo, portanto, não analisa o aluno como um todo, de acordo sua condição social. Por fim, o julgamento de valor, finalidade do resultado da avaliação deve compor uma tomada de decisão, sobre o que se fazer para a aprendizagem daquele aluno.

As fases da avaliação pode ser imbuída de autoritarismo, principalmente na tomada de decisão, uma vez que todas essas fases estarão em posse do professor. As avaliações atuais são classificatórias não diagnóstica como seria mais adequado, isso classifica os alunos em inferior, médio ou superior. Por mais que os próprios professores defendam o crescimento, na prática não é o que ocorre. Dessa forma, o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retomar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada. (LUCKESI, 2009).

Com a avaliação diagnóstica há a possibilidade de visualizar o quanto falta para os objetivos estipulados. Do contrário, ao produzir médias para classificação não se possibilita produzir intervenções para o real avanço, nada se faz para modificar a situação do aluno classificado como inferior. Mesmo após uma recuperação, isto é, uma nova prova, o que não garante, pois não recupera fundamentalmente o que o aluno não alcançou, essa nota não é válida como progresso, mas média novamente, então, não considera o avanço desse aluno. Essa situação reproduz a condição social de médios, inferiores e superiores; traduzindo o pensamento liberal conservador. Tais resultados não modificam a situação social, mas sim, um meio autoritário, possibilitando a continuidade ou não desses alunos. Por tudo isso, a avaliação torna-se um instrumento disciplinador, enquadrando os alunos na normatividade social estabelecida.

Logo os resultados dependerão com o estado de humor do educador responsável, o qual pode até mesmo hostilizar os alunos com testes surpresas, como cita o autor pegando os despreparados e derrubando os indisciplinados. Ainda, há um outro porém, no caso de alunos capazes, ao serem coagidos pelo autoritarismo, não conseguem demonstrar seu desempenho, conclusão, o professor o classifica com incompetente. Existem problemas de ambiguidades geradas por determinadas questões não tão bem formuladas, geralmente, os alunos fazem uma leitura e, o professor autoritário quer exatamente outra. O castigo em forma de avaliação também é recorrente, punindo às vezes uma sala inteira pelo cometido dos indisciplinados (LUCKESI, 2011).

Outro ato arbitrário de um professor munido do autoritarismo é a concessão e retirada de pontos da nota, sem maiores critérios para com a real aprendizagem, reprimindo uns e agradando outros. Para a mudança social é imperativa a mudança primeiramente na pedagogia, traduzida em forma de avaliação, assumindo de vez por toda, seu papel diagnóstico para o crescimento, abrindo caminhos para perspectivas democráticas. Os elementos educacionais podem e devem ser ponto de partida para transformação da sociedade, em detrimento, em uma sociedade democrática não caberia uma pedagogia autoritária. Ainda, para uma mudança social, é preciso conscientização de todos os envolvidos para uma conversão da teoria em prática a fim de uma nova pedagogia (LUCKESI, 2011).

Entretanto o resgate da avaliação educacional deve ser em prol do julgamento de valor para uma tomada de valor eficiente em prol da transformação social. Para isso a avaliação há de ser um instrumento de identificação de novos rumos, diferente da avaliação autoritária que somente conserva a sociedade, domesticando os educandos.

Uma avaliação pode ser considerada uma crítica ao percurso de uma ação', pois subsidia a construção da aprendizagem e possibilita dois tipos de decisão. Primeiramente, através dela se pode perceber defasagens e necessidades de adequação do que foi projetado; também subsidia continuando a construção desse projeto, tendo em vista as mudanças e impasses, desde que esse projeto tenha essa mobilidade para esse tipo de ação.

Quando se fala em avaliação como crítica ao percurso de uma ação', crítica quer dizer que busca-se identificar as condições políticas e sociais do mesmo projeto, logo determina a análise e verificação de que falta, do que não está claro, ou até mesmo o que não está sendo relevado, conseqüentemente, aponta caminhos para melhoria (LUCKESI,

2006).

Mesmo que aja percalços, a avaliação crítica possibilita sanar esses desvios, portanto, o diretor deve manter um ambiente de relações dialógicas, saudáveis, sabendo ouvir a todos, trabalhando em prol a um consenso coletivo. Assim a avaliação crítica será um ato amoroso, trabalhando pelo crescimento do educando(LUCKESI, 2006).

A avaliação subsidia a verificação da construção do projeto, enquanto o planejamento é a etapa da decisão do que será construído. A avaliação como crítica, uma vez que subsidia a construção do projeto, é como se fosse um instrumento necessário nesse processo de construção, pois visa resultados planejados, assim como redireciona ações, portanto faz parte do modo de agir do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é, portanto constituída de instrumentos de diagnósticos gerando uma intervenção no sentido de melhorar a aprendizagem. Se de fato for obtido o aluno certamente será sempre aprovado, tendo adquirido as habilidades e conhecimentos necessários. A avaliação é na verdade inclusiva visto que o aluno vai ser ajudado a prosseguir. Essa concepção político-pedagógico é um ato dialógico por outro lado é para todos os alunos, implicando necessariamente uma negociação entre professor e aluno.

A avaliação classificatória é medida por ênfase na capacidade de reproduzir determinado conteúdo passado pelo professor, onde são considerados bons alunos os de maior capacidade mimética, nessa perspectiva, ela é realizada somente no final do processo de aprendizagem, afim de medir seu resultado, afinal, atuando como instrumento de coleta de nota, que classifica os alunos como bom, médio ou inferior sem levar em conta um processo de reflexão autônomo, não havendo processo do saber, mas, focado no avanço dos conteúdos previsto nas unidades do livro.

O professor domestica seus alunos sem contribuir para o desenvolvimento do seu potencial. Os instrumentos de avaliações tem ênfase quantitativa acumulando informações, e as notas finais, são coletadas por meios de provas, que visam apenas aprovar ou reprovar, sem favorecer o crescimento do aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e Proposições**. 22ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. CIPRIANO Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

TEORIA E PRÁTICA DO CURRÍCULO

Fábio Júnior Marques Pereira¹

Luiz Paulo da Cunha²

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as reflexões sobre o currículo apresentam-se em toda comunidade escolar. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. As reflexões sobre o currículo apresentam-se em toda comunidade escolar, e este corresponde tanto a questões de conhecimentos quanto a questões de identidade nas instituições de ensino. Dentro do convívio escolar professores, funcionários e de toda está comunidade vem já alguns anos expressando indagações e questionamentos sobre o que os alunos estão aprendendo, o como estão aprendendo e como estão as praticas educativas dos docentes dentro destas instituições. Durante todo o trabalho discutimos a importância da Proposta Curricular para o direcionamento da instituição escolar, este se configura como a bússola da escola, mas para que isso ocorra de fato é necessário que este processo seja coletivo e participativo, respeitando a regionalidade e identidade dos indivíduos de toda a comunidade escolar. A formação de profissionais competentes, entendidos como aqueles que sabem fazer bem o que é necessário, almejado e viável no âmbito de sua especialidade, tendo como meta a transformação da realidade em que atuam, encontra respaldo na metodologia embasada na solução de problemas identificados em contextos reais de vida e de trabalho.

Palavras-chave: Currículo. Prática Pedagógica. Ensino. Professor.

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre o currículo apresentam-se em toda comunidade escolar, e este corresponde tanto a questões de conhecimentos quanto a questões de identidade nas instituições de ensino. Dentro do convívio escolar professores, funcionários e de toda está comunidade

1 Mestrando em Ciências da Educação - FICS.

2 Mestrando em Ciências da Educação - FICS.

vem já alguns anos expressando indagações e questionamentos sobre o que os alunos estão aprendendo, o como estão aprendendo e como estão as praticas educativas dos docentes dentro destas instituições.

Diante dessas indagações, percebemos que observações devem ser feita a respeito do Currículo de cada escola e questões devem ser esclarecidas em relação a este assunto. Em que será que as escolas estão baseando-se para construir suas propostas curriculares? Essas propostas estão só se baseando em uma lista de conteúdos a serem trabalhados nas instituições?

Sabemos que algumas escolas ainda não possuem suas propostas curriculares o que dificulta ainda mais o processo de ensino e aprendizagem destas instituições. Outras ainda se orientam pelos Parâmetros Curriculares Nacionais não se adequando a sua regionalidade proporcionando um ensino alienado para seus educandos.

No entanto existem poucas instituições que construíram coletivamente suas propostas curriculares a partir dos documentos legais respeitando suas peculiaridades, garantindo aos seus alunos uma aprendizagem relevante e significativa para sua vida na sociedade.

Neste sentido o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as reflexões sobre o currículo apresentam-se em toda comunidade escolar.

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: Qual a importância do currículo para a comunidade escolar?

2 CONCEITO DE CURRÍCULO

Com base no texto de Berticelli, (2001) o qual inicia a conversa abordando a gênese do conceito sobre currículo, onde o coloca como uma construção. O autor faz um passeio pela história mostrando a origem da palavra currículo, o qual vem do latim *currere* (correr). Assim, a busca pela origem do currículo, como se compreende nos dias atuais como emaranhado de ideias durante toda a história. A palavra *curriculum* migrou da Inglaterra para os Estados Unidos como um produto da era industrial. Neste contexto é que surge o currículo como ordenadores de saberes educativos.

Como nos explica Moreira e Candau (2008, p. 18) sobre o con-

ceito de Currículo que para ambos o mesmo sofre influencia histórico-socioeconômico, político e cultural, como exemplo dessa influencia, estão os seguintes fatores: Conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares pelos alunos; os planos pedagógicos elaborados por professores e sistemas educacionais; os objetivos de ensinosa serem alcançados por meio do processo de ensino e os processos de avaliação nos mais variados graus de escolarização.

Percebemos nas palavras dos autores que currículo esta intimamente ligado ás intenções que está por traz de quem elabora ou “escolhe” um determinado conteúdo a ser transmitido para alguém, entendemos então que existe uma razão seja: social, politica, cultural, histórica ou econômica por traz dessas escolhas, no qual a pessoa que a escolhe também e influenciada por uma dessas razões. Omo podemos observar na citação abaixo:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal—ele tem uma historia, vinculada formas específicas e contingentes de organização da sociedade e educação (MOREIRA; TADEU, 2013, p. 14).

Portanto, currículo não pode ser analisado fora de sua constituição histórico social, não se pode pensar currículo como algo linear, assimétrico, essa constituição tem poder político de influenciar indivíduos em nossa sociedade de acordo com a Ideologia, a Cultura e o Poder que o mesmo tem.

Assim Moreira e Tadeu (2013, p. 29-39) nos mostram a ligação entre Ideologia e Currículo em três dimensões: a primeira nos mostra que a Ideologia dificilmente teria algum efeito se os envolvidos não assim o permitisse, ou seja a ideologia não existe de forma “original” ela surge a partir ideias já existente na cultura e na sociedade em geral do senso comum. Na segunda no diz que a ideologia está longe de ser homogênea e coerente de ideias, onde a mesma e quebrada de conceitos e “conhecimentos”, assim a mesma não sem oposições por parte dos envolvidos. Já na terceira nos fala especificamente no campo educacional onde aqui a Ideologia perde sua conotação idealista, para agora ser vista como existência material, onde a mesma está ligada a rituais, práticas, dispositivos materiais e etc., isso sem falar no próprio conhecimento dos signos e da linguagem.

Ainda com base nos teóricos acima mencionados, os mesmo nos

colocam que de forma geral a educação e o currículo estão sim envolvidos com o processo cultural. Na visão crítica curricular a Cultural pode ser transmitido oficialmente por uma única cultura, porém esse resultado nunca será realmente aceito, pois a cultura e o cultural não estão tanto naquilo que se transmite quanto que se faz com o que se transmite. Além disso, para essa concepção não existe uma única cultura, uma única verdade, onde possa ser passada pra outras gerações através do currículo. Já para a visão tradicional de cultura e educação/currículo não vê o campo cultural como um lugar contradito, acha-o normal a ser aceito pelas classes oprimidas.

Já no campo do Currículo e poder essa relação se coloca mais presente na teoria crítico curricular onde seu caráter e essencialmente político. O poder está presente nas relações sociais em que certos indivíduos ou grupos estão reprimidos á vontade e ao arbítrio de outros. Na visão crítica, o poder se manifesta nas divisões que existe entre os diferentes grupos sociais em termo de classes, etnia, gênero etc. Assim compõem a origem da relação de poder.

Dentro destas concepções ainda colocamos o currículo oculto, ou seja, como o próprio nome nos dias está oculto entre o currículo oficial, está presente nas relações sociais, refere-se as atitudes e valores transmitidos e pelas rotinas do cotidiano escolar. Efeitos alcançados na escola não explícitos nos planos e nas propostas e nem sempre percebidos pela comunidade envolvida, é algo que não está visível, está implícito nas ações e atitudes de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender. Ainda coloquemos o Currículo Formal que se refere ao currículo estabelecido pelos sistemas de ensino ou instituições. Acrescentemos também o Currículo Real, ou seja, é o que de fato acontece nas salas de aula é o que fica realmente na percepção do aluno.

3 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Compreendemos formação continuada como um processo dinâmico e ativo, pois não se adquire única exclusivamente formação em Academias. Encontramos essas formações em muitos espaços escolares, como aquelas proporcionadas pelas secretarias de educação, pela troca de experiências, principalmente quando são guiadas por alguém que tenham propriedade no que fala, nas palestras, nos congressos e seminários, entre outras formas. Ou seja, definimos formação continuada como propostas voltadas para qualificação dos docentes, tendo em vista as possibilidades de melhoria de sua prática pelo domínio do conheci-

mento e de métodos de seu campo de trabalho. Para melhor entender esse processo nos valem de:

Um outro entendimento sobre formação continuada é aquele que a compreende como voltado para realidade de cada escola, quando todos os envolvidos e principalmente os professores tem oportunidade de tomar consciência de sua realidade, decidir, instrumentalizar teoricamente, sobre a identidade que querem construir (RODRIGUES, 2006, p. 14).

Assim, compreendemos que a escola também é um lócus de formação continuada, tão valiosa quando a acadêmica, onde ambas torna-se importantes para formação profissional dos professores. Acreditamos que há possibilidade de realizar-se uma formação continuada que busque as soluções dos problemas reais, numa perspectiva reflexiva com ajuda de intervenções de vários parceiros.

Como nos coloca Rodrigues (2006, p. 16) apud Nascimento (1997) que nos elenca cinco importantes dimensões da formação continuada de professores: dimensão pessoal e social; dimensão da especialidade; dimensão pedagógica e didática; dimensão histórico-cultural e a dimensão expressivo-comunicativa.

Na dimensão pessoal social menciona-se aos valores e conhecimento pessoais adquiridos durante suas formações. A especialidade trata-se atualização dos conhecimentos escolares dos professores. A pedagógica e didática refere-se às formações que lhe ajudam a fazer a relação da teoria com a prática. A histórico-cultural envolve-se com a necessidade de permanecer com a identidade cultural do seu país. E por fim a dimensão expressivo-comunicativa, cita-se a apreciação da criatividade, da imaginação e da liberdade que o professor criando situações dentro e fora de sua sala de aula.

4 TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO

Para a construção de mediações entre situação escolar e situação de trabalho é importante compreender que, tanto uma como a outra, são constituídas pelos mesmos elementos que engendram aprendizagens baseadas nas experiências e aprendizagens baseadas na assimilação direta de conceitos.

Ainda é possível afirmar que todas as ações de um campo determinado comportam sempre elementos de orientação, elementos de execução e elementos de controle. Os elementos de orientação dizem respeito à definição do objeto que deve ser atingido, à identificação da

situação atual e à definição das estratégias a serem adotadas. Quanto aos elementos de execução é possível citar as ações de transformação efetiva da situação, como decorrência da orientação dada à ação. Já os elementos de controle podem ser categorizados como sendo a verificação da conformidade da execução, em relação ao objeto fixado, tanto no que se refere ao seu processo de desenvolvimento, quanto ao que se refere ao seu produto final (ZARAFIAN, 2001).

Uma ação em situação escolar não foge a esses princípios gerais: estabelece relação com uma atividade prática, na medida em que desencadeia sempre uma transformação, por meio de ações, de um objeto tangível, um produto ou, mais comumente, de um objeto intangível, uma situação ou um conhecimento. Assim, uma atividade, em situação escolar, é prática, no sentido pleno da palavra, da mesma maneira que, na contrapartida, a atividade em situação de trabalho cujo caráter prático não se contesta mobiliza uma orientação intelectual.

Portanto, segundo Zarfian (2001), a separação entre teoria e prática não se equipara a uma separação entre situação escolar e situação de trabalho, mas, antes disso, a separação entre a teoria e a prática configura-se em uma distinção interna em cada uma dessas situações.

Ao fazer referência às situações escolares, Zarfian (2001) ressalta a importância da utilização prática do saber dispensado. Quando a aquisição do conhecimento se dá pela escuta e memorização, a única prática a que o aluno será instado será de repetição, ou seja, de enunciação e de restituição. De onde se conclui que, apropriado dessa forma, o saber mantém-se formal e muito apartado das possibilidades reais de mobilização nas situações profissionais.

É imprescindível, segundo o autor, que os alunos sejam submetidos às práticas que engendram conhecimentos relativos a um saber capaz de orientar uma ação profissional. No desenvolvimento de tais práticas, os conhecimentos profissionais de referência, construídos de maneira formalizada ganham importância. É possível recorrer a eles para extrair as propriedades relativas à situação-problema e a partir delas definir os procedimentos de execução apropriados.

A aprendizagem da competência, na situação escolar, desenvolve-se por meio de uma representação da situação de trabalho, caracterizada pelas propriedades reais e submetida às intervenções práticas necessárias. Os alunos, nessa condição, serão, então, avaliados não somente no que diz respeito à sua capacidade de reproduzir enunciados abstratos, mas, e acima de tudo, por seu domínio de situações-problema, construídas pedagogicamente.

O indivíduo que aprende, aprende pouca coisa caso se limite a imitar. Ele só aprende no momento em que compreende as razões das escolhas que é levado a fazer, com ajuda de um professor orientador.

Situação escolar e situação de trabalho não se confundem. Entretanto, toda a atenção dos projetos pedagógicos deve estar no enriquecimento mútuo, no que diz respeito às categorias de problemas profissionais que o aluno deve ser capaz de resolver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o trabalho discutimos a importância da Proposta Curricular para o direcionamento da instituição escolar, este se configura como a bússola da escola, mas para que isso ocorra de fato é necessário que este processo seja coletivo e participativo, respeitando a regionalidade e identidade dos indivíduos de toda a comunidade escolar.

Ainda observamos que os professores destacaram temas relevante para seu cotidiano escolar e o principal êxito nesta formação foi os educadores terem consciência de sua responsabilidade na elaboração da Proposta Curricular de sua escola, saber que eram sim partes integrantes e atuantes neste processo.

A formação de profissionais competentes, entendidos como aqueles que sabem fazer bem o que é necessário, almejado e viável no âmbito de sua especialidade, tendo como meta a transformação da realidade em que atuam, encontra respaldo na metodologia embasada na solução de problemas identificados em contextos reais de vida e de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTICELLI, Ireno Antônio. **Currículo: Tendência e Filosofia**. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). *Currículo nos Limiões do Contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio e TADEU, Tomaz. (orgs.). **Currículo cultura e sociedade**. 12. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

RODRIGUES, Érika Viviane de Farias. **Formação Continuada na Construção da Identidade da Escola Cândido Regis de Brito- Zumbi Alagoa Grande-PB**. Campina Grande, PB: UEPB, 2006.

ZARAFIAN, Philippe. **Objetivo Competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

A REGIONALIZAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cristiana Tavares de Oliveira
Erlany Nazaré Silva Farias¹

Resumo:

Este trabalho apresenta discussões sobre a carência de material didático para o ensino da Educação de Jovens e adultos - EJA na cidade de Parintins do Estado do Amazonas nas escolas Municipais. A regionalização de materiais didáticos para EJA ainda é considerada como grande problemática, pois os livros didáticos produzidos não apresentam conteúdos voltados para a Região Norte. Assim, apresenta-se nas palavras de Freire na ótica de comunicação ou extensão o distanciamento da realizada dos estudantes que frequentam as escolas. Paulo Freire nos mostra como o conceito de “extensão” engloba ações que transformam o camponês em “coisa”, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo. Desta forma, a relevância deste processo precisa ser contemplada nos livros com temática pautadas na didática do regionalismo.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Regionalismo. Comunicação. Livro didático.

INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser vista de diferentes formas no que se refere à prática de ensinar, bem como a forma de como essa concepção foi idealizada e isso tem despertado muitas inquietações acerca do funcionamento e apoio desta modalidade na rede municipal de ensino. Tudo é necessário para o bom funcionamento das práticas pedagógicas em sala de aula encontram muitos obstáculos no que se refere a uso de materiais didáticos adequados a esta modalidade que é de suma importância para a construção de uma sociedade mais justa .Buscando inclusive recuperar um precioso tempo que a muito tinha sido perdido

¹ Mestranda da Facultad de Ciencias Sociales Interamericana, professora de língua portuguesa e inglesa. E-mail: ynalrefarias@gmail.com

em decorrência de várias situações que os impediram de concluir seus estudos na idade certa e para que estas pessoas não sentirem tanta dificuldade é necessário ter um material apropriado com questões regionalizadas para que o processo de ensinar e aprender torne – se de fácil compreensão para os discentes tornando o processo de aprendizagem mais significativo a eles.

Quando se fala em material regionalizado para a realização das atividades escolares, pensou-se em tornar a compreensão dos conteúdos acessível para o entendimento. O que poderíamos classificar como modelos de extensão para o entendimento da comunicação entre o estudante, o objeto de ensino e o professor. Assim, como o técnico agrônomo e o camponês citado por Paulo Freire, a educação também precisa ser organizada de modo que ambos possam ser completados e o conhecimento ser entendido.

Por se tratar de um público mais específico, pois a característica marcante nas histórias de vidas dos alunos, esta modalidade EJA visa dar parâmetros de conhecimento pautado nas normativas do Ensino Regular. Ao pensarmos na EJA, não podemos fazê-lo de forma abstrata, ignorando sua história que, tal como se configurou até hoje, é permeada por uma perspectiva negativa que a associa a algo semelhante a compensar, consertar ou curar, como destaca Fernández (op. cit.). Tal perspectiva desqualifica, a priori, os alunos jovens e adultos da classe trabalhadora que trazem para o espaço-tempo escolar tanto a marca da destituição de direitos, quanto a riqueza de suas experiências de luta pela vida. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010. pag465 Gramsci (2000), faz-se necessário que a escola se constitua em espaço de potencialização dos processos de aprendizagem vivenciados fora dela e impregnados de saberes socialmente construídos, pois como sabemos que esses discentes não chegam à escola sem nenhum conhecimento e sim trazem consigo uma bagagem enorme de conhecimento de mundo, os quais precisam ser aprimorados aos conhecimentos científicos para que assim possa existir de fato e de direito um aprendizado de qualidade, fato este que se espera em qualquer âmbito de ensino independente de idade ou classe social.

A construção do currículo sólido nesta modalidade pautado no regionalismo poderá trazer a ampliação da potencialidade do ensino aprendido. Focalizar o currículo, a partir de suas relações com o contexto sócio-político mais amplo, determina a necessidade do uso de categorias que se afastam do âmbito puramente prescritivo. As categorias cultura, trabalho, controle social, poder, hegemonia e ideologia consti-

tuem elementos fundamentais para explicitar essas relações CIAVATTA (2010), decore-se que a regionalidade da apresentação dos conteúdos por parte desta modalidade para alunos aproxima e desenvolve o conceito mais amplo favorecendo melhor a compreensão dos conteúdos nas disciplinas.

A Educação de Jovens e Adultos na cidade de Parintins- AM e as dificuldades e perspectiva quanto a carência de material didático A educação de jovens e adultos na cidade de Parintins atualmente é contemplada em três escolas que funcionam no período noturno com capacidade para 500 alunos localizadas nos uma central e duas na periferia da cidade. Contudo, atualmente, após o alto índice de casos de COVID – 19, houve baixa procura desta modalidade, estando atualmente com 245 alunos matriculados e organizados nas três escolas.

As propostas escolares passaram por mudanças atendendo as últimas normativas desenvolvias para o Ensino regular de 6º ao 9º ano os quais devido a acordo de parcerias entre a Prefeitura Municipal e SENAC institui acoplar a modalidade a extensão de cursos profissionalizantes, com o intuito de despertar o interesse dos alunos para a sua permanência nas escolas, evitando assim o aumento das desistência nos contextos escolares e com isso houve reduções de aulas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e inserção da disciplina de Ensino Religioso e mais o acréscimo de uma hora para o Ensino de Ciências nas séries de 6º ao 9º ano.

A baixa procura para esta modalidade atualmente tem preocupado professores, gestores e coordenadores e para tentar descobrir o real motivo que justifique a baixa procura ou permanência dos discentes em sala de aula buscou-se coletar informações por meio de aplicação de questionários abertos tanto aos docentes e discentes com o intuito de investigação sobre quais materiais didáticos são usados para a realização das aulas bem como verificar a forma como são realizadas as atividades acadêmicas neste Município.

A Coordenadora do Modalidade Municipal de 6º ano 9º ano, relata que os professores são os responsáveis da escolha do material para ministrar as aulas. Os materiais são os mesmos livros do ensino Fundamental Regular. A Educação de Jovens e Adultos não tem material específico. Durante o período da Pandemia do COVID -19 as aulas foram realizadas de forma remota e neste período de 2020-2021 foi construído apostilado pelos professores. Apostilado para atender as necessidades das aulas. Mas, este material por falta de recursos, não foi impresso dificultando ainda mis o desenvolvimento das atividades remotas dos

alunos que não disponham do material para acompanhamento das aulas que aconteciam por emissoras de rádio, visto que a carência dos alunos em ter acesso a internet para ter um acompanhamento via WhatsApp, meio mais rápido para orientação dos professores aos alunos para que fosse explicado os conteúdos e assim tentar amenizar as dificuldades que os mesmos pudessem apresentar nos conteúdos ministrados. Houveram vários encontros de professores para elaboração do material nas diversas disciplinas presentes no currículo escolar desta modalidade de ensino no qual foi organizado e repassado para a Secretaria de Educação Municipal com intuito de enviar para reprodução do material, o qual seria repassado para os estudantes.

Os professores que trabalham na EJA são os mesmos que trabalham na educação regular diurna, ao realizar a aplicação dos questionários pode-se observar por meio deles os relatos dos envolvidos foi que esta modalidade está necessitando de apoios por parte da Secretaria de Educação Municipal, pois antes eram oferecidos encontros de formação para troca de experiências, apresentação de propostas diálogos formativos que vinham agregar melhorias no planejamento das aulas e efetivação de projetos voltados para a esta modalidade.

Contudo, hoje há uma grande necessidade de retorno dos cursos formadores pois a clientela atendida são jovens e adulto que necessitam concluir a formação do ensino fundamental tendo como objetivo principal a apresentação de certificado para o mercado de trabalho. O material adequado para este público, a falta de incentivos da família e até mesmo o preparo dos professores são fatores que estão hoje evidenciados nesta pesquisa. Muitos se sentem idosos demais para estudar, trabalham e sentem-se cansados e a dificuldade de alguns se deve à carência afetiva e financeira e como alguns afirmam possuir dificuldade visual [...]

[...] as pessoas confrontam-se com novos desafios e novas exigências. As limitações físicas são acrescidas àquelas que a sociedade coloca, como os preconceitos e os estereótipos, e o grande desafio é construir permanentemente o próprio caminho e desenvolver atitudes que as levem a superar suas dificuldades, integrando limites e possibilidades de conquistar mais qualidade de vida (SANTOS; SÁ, 2003, p. 92).

Nesta perspectiva, professores e estudantes sentem necessidade de material didático adequado que possam ser instrumentos facilita-

dores para a compreensão dos conteúdos. Quando se fala em material regionalizado para a realização das atividades escolares se pensou em tornar a compreensão dos conteúdos a serem estudados mais significativo aos educandos, visto que o ser humano aprende mais quando ele associa algo novo a algo que faz parte da sociedade em que estes estão inseridos ou seja quando relaciona o assunto novo a algo que faz parte da sua realidade.

O trabalho com a Educação de Jovens e Adultos encontra muitas dificuldades para a realização de uma aula diferenciada na qual se busque um aprendizado de qualidade esbarra na falta de apoio pedagógico no que se refere à falta de materiais didáticos adequados para essa clientela, visto que os livros didáticos usados em sala de aula são os mesmos utilizados nas escolas de ensino regular, onde o processo de aprendizagem é diferenciada daquela que é efetuada nas demais séries do ensino regular e tudo isso torna o trabalho do professor um tanto difícil pela falta de apoio da secretaria de educação que não disponibiliza o material didático para que estes alunos se sintam apoiados nesse processo de aprender e não desistir dos estudos como se tem visto em dias atuais, onde a desistências tem aumentado consideravelmente nas escolas públicas municipais do município de Parintins.

Os professores são oriundos do ensino regular e seus planejamentos se baseiam no Ensino regular, com algumas atividades direcionadas para o público de jovens/adultos. Atualmente o número de alunos na faixa etária de 15 a 24 anos é bem maior que a faixa etária de 25 à 50 anos. O planejamento é realizado inteiramente com apoio dos livros da educação regular, a EJA não possui materiais que possam auxiliar nem o professor e nem aos alunos.

Para CIAVATTA e RUMMERT (2010) dessas reflexões deriva um terceiro pressuposto: a elaboração de uma proposta curricular não pode ser definida independentemente dos sujeitos envolvidos no processo, nem da dimensão histórica e política em que é elaborada. Focalizar o currículo, a partir de suas relações com o contexto sócio-político mais amplo, determina a necessidade do uso de categorias que se afastam do âmbito puramente prescritivo. Para há necessidade de aplicação de formações continuadas em que haja discussões do aprimoramento da comunicação será repassado estes conteúdos levando em consideração todo o pré-conhecimento de mundo globalizado e informatizado em que as informações são apresentadas em décimos de segundos.

Nesse contexto, Freire vem demonstrar que as facilidades da comunicação voltadas para o entendimento do alunado da educação de

jovens e adultos deve ser considerado como mediação ao seu mundo, havendo a necessidade de construção e materiais na forma regionalizada, na qual o objeto de comunicação seja plausível e concreta para a compreensão melhorada dos conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisas e levantamentos de dados na cidade de Parintins foi observado nos diferentes relatos que a Educação de Jovens e Adultos enfrenta inúmeras dificuldades desde dos materiais didáticos pedagógicos à carência de alunos que a cada ano esta diminuindo mais.

No campo de formação continuada desde de 2012 não houve mais o que leva a professores e equipe pedagógica a atuarem com seus planos igualando aos planos do ensino regular. Outro fator é decorrente ao alto índice de abandono escolar, o que levou a diminuição e redução do número de escolas. O abandono escolar levou o fechamento de várias escolas no turno noturno o que obteve como consequência a alta concentração de professores sem lotação.

Neste contexto, a educação de jovens e adultos vem acontecendo de forma reduzida sendo em média de 22 alunos por sala de aula. A reflexão nestes termos nos conduz a ver uma futura realidade em que que esta modalidade se concentrara em uma única escola central.

A falta de instrumentos facilitadores tais como livros, apostilados e materiais digitais referente ao Ensino da Educação de Jovens e Adultos é um fator que determinante principalmente na forma regionalizada, pois não há tais recursos disponibilizados nas escolas e o professor recorre a livros do Ensino Fundamental nos quais são usadas pequenas partes conduzindo a produção individual do professor.

Assim, buscou-se mostrar através deste trabalho o contexto real da educação de jovens e adultos com suas principais dificuldades que este município vem enfrentando para conclusão esta modalidade. Mas, mesmo assim, encontrou-se equipes escolares que abraçam as múltiplas maneiras de ensinar apesar de todos os desafios existente na perspectiva de organizar a condução de conhecimentos e repassar os conteúdos de forma prática e dinâmica fazendo com que o aluno não desista de concluir o ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Clavatta, M. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-60)**. Rio de Janeiro: Lamparina; CNPq; FAPERJ, 2009.

Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr.-jun. 2010.

Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Santos, A. T. & Sá, M. A. Á. S. **De volta às aulas: ensino e aprendizagem na Terceira Idade**. In: Neri, A. L.; Freire, S. A. E por falar em boa velhice. 2. ed., Campinas: Papirus, 2003.

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: DESBRAVANDO FRONTEIRAS EM PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

Cristiana Tavares de Oliveira¹
Erlany Nazaré Silva Farias²

Resumo:

Neste trabalho buscaremos falar sobre a Educação a Distância (EAD) com o intuito de fazer reflexões de como essa modalidade de ensino é desenvolvida e mostrar a real importância desse novo tipo de ensino para nosso contexto atual pandêmico da COVID-19, esta modalidade vem mostrando as novas possibilidades de ensino em território brasileiro, bem como no mundo, e nessa perspectiva podemos perceber que é possível um ensino de qualidade tal qual o ensino presencial, fazendo o uso das novas tecnologias na educação que ajudaram os professores e alunos nesse período de distanciamento social. O aporte teórico utilizado para essa discussão bibliográfica está baseado nos autores: Cardoso (2011), Demo (1994), Hack (2011), Freire (1975) entre outros. Dessa forma evidenciamos que o Ensino a Distância possibilitou os alunos e professores a continuação das aulas e chegou a diversos lugares, mas também mostrou os desafios e dificuldades que a falta de acesso à internet, a falta de habilidades tanto do professor e dos estudantes comprometem a uma aprendizagem de qualidade.

Palavras-chave: Ensino a Distância. Educação. Aprendizagem.

Abstract:

In this work, we will seek to talk about Distance Education (DL) in order to reflect on how this teaching modality is developed and show the real importance of this new type of teaching for our current pandemic context of COVID-19, this modality has been showing the new teaching possibilities in Brazilian territory, as well as in the world, and in this perspective, we can see that quality teaching is possible, just like face-to-face teaching, making use of new technologies in education that helped teachers and students in this period of distancing Social. The theoretical support used for this bibliographical discussion is based on

1 Mestranda da Facultad de Ciencias Sociales Interamericana, Profesora de Matemática e cristiana841@gmail.com

2 Mestranda da Facultad de Ciencias Sociales Interamericana, Profesora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa. ynalrefarias@gmail.com

the authors: Cardoso (2011), Demo (1994), Hack (2011), Freire (1975) among others. In this way, we show that Distance Learning allowed students and teachers to continue classes and reached different places, but also showed the challenges and difficulties that the lack of internet access, the lack of skills both of the teacher and students compromise the quality learning.

Keywords: Distance Learning, Education, Learning.

INTRODUÇÃO

A Educação à Distância nos últimos tempos tem sido amplamente utilizado em todo o Sistema Educacional, devido a expansão da pandemia do covid-19 instaurada no ano de 2020 as aulas das redes Municipal e Estadual ficara comprometidas, o que era para ser 15 dias de paralização se estendeu para 1 ano, havendo uma necessidade de o Ensino Brasileiro pensar em formatos de ensino remoto, as aulas passaram a serem transmitidas a distância. Os meios tecnológicos e redes de comunicação social tiveram um espaço amplamente abrangente neste cenário, sendo estabelecidos normativas que regulamentaram as normativas educacionais na esfera do Ministério de Educação brasileira.

Para Cardoso (2011) nas relações aluno-professor, aluno-aluno, aluno-escola, qualquer tipo formação a distância possui característica específicas por conta da distância e do tempo. O meio virtual comum nessa maneira de ensinar, é como uma extensão sem limite que anula a distância entre as pessoas e coloca a presença sem necessitar do corpo físico, criando outro espaço que não é real.

Nestas relações humanas que mescla o ensino-aprendizagem com tecnologia em que os personagens reais estão em espaços virtuais, é notório perceber as relações de interatividade entre as partes e a conexão que será definida pois neste outro formato haverá a necessidade do estabelecimento de organização, autonomia e desprendimento do conceito presencial do professor. Por outro, lado os professores neste ambiente, terão que fomentar muito mais saberes no campo virtual nos conhecimentos de manipulações com softwares, aplicativos, equipamentos que fazem parte do sistema de produção de áudio-vídeo, internet.

1.O ENSINO REMOTO E SUAS POSSIBILIDADES

O presente trabalho denominado Educação à distância (EAD) desbravando fronteiras, busca mostrar a real importância desse novo tipo de ensino que vem vencendo barreiras em todo território brasileiro, bem como no mundo, mostrando que é possível um ensino de qualidade tal qual o ensino presencial tem sido até os dias de hoje e portanto, abriu-se as portas para que muitas pessoas pudessem voltar a sonhar a ter um curso superior que pudessem coincidir com a realidade vivenciada por muitos, em relação à horário de trabalho, questões familiares e também por que não dizer questões financeiras que tem se tornado um dos maiores problemas na atual circunstâncias em que se vive nesta época de pandemia, onde o ficar em casa, tornou-se a maior prioridade no que se refere à conservação da vida e o bem estar do outro.

O ensino remoto possibilitou as pessoas conciliarem a vida do trabalho e o estudo e assim concluir o tão sonhado nível superior e essa forma o ensino em EAD foi adotado por muitas Universidades que se equiparam com tecnologias, profissionais preparados para essa nova realidade, montaram novas metodologias de ensino que dessem suporte necessários aos estudantes para se ter um aprendizado de qualidade, visto que é isso que tanto se busca e não somente um diploma de nível superior, pois o que realmente importa e é exigido no mundo do trabalho é conhecimento e mão de obra qualificada para acompanhar essa mudança tecnológica que se vive hoje que no momento o ensino presencial já não dá mais conta sozinho, então é necessário inovar na educação, mas inovar com responsabilidade e investimentos por parte dos envolvidos que vestem a camisa da educação à distância, dando assim aos estudantes confiança e respeito pelo novo método de ensino que vem se tornando uma febre neste processo educacional em que se vive no momento.

A Educação à distância tem se caracterizada por um mercado cada vez mais exigente no que se refere a qualificação profissional e como já foi dito esse novo olhar voltado para a educação, abriu os olhos de muitas pessoas que julgavam o sonho de conquistar o tão sonhado nível superior muito distante ou impossível de se realizar e agora isso os faz querer sonhar novamente e por que não dizer acreditar que o nível superior ou um curso técnico como queiram tornou-se realidade, pois as portas se abrem para essa nova conquista, visto que essa modalidade de ensino já vem rompendo barreiras a tempos e pelo que se mostra.

2. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

A Educação à distância em território brasileiro, teve seus primeiros registros de atividades em EAD por volta de 1904 com uma ação do jornal do Brasil, o qual começou a oferecer um curso voltado para datilógrafos por meio de correspondência. Essa prática começou a tornar-se comum entre outros jornais do século XX e grande parte da população se inscrevia para estes cursos com o intuito de se especializar em profissões que eram ligadas à indústria, dessa forma estariam preparados para a necessidade de mão de obra fosse necessária.

Outro ponto a destacar acerca desse desenvolvimento da educação à distância, seriam as transmissões efetuadas por algumas emissoras de rádio brasileiras, as quais transmitiam conhecimento e conseguiram com isso um grande e reconhecido papel neste novo método de ensinar, pois com o crescimento da evolução econômica e tecnológica, e com o fato do país ter tornado-se cada vez mais industrializado por volta da década de 1920 e desta forma o ensino em EAD foi ganhando espaço dentro do processo de ensinar que outrora só acontecia de forma presencial.

Não se pode esquecer que na década de 1960 a 1970, foi criado pelo governo o Código Brasileiro de Telecomunicações, no qual abrigava-se emissoras privadas de televisão com programações voltadas aos fins educativos, como foi o caso das Tvs Cultura e Escola.

Outro modelo de Educação a distância, deu-se com o Telecurso 2000, sendo sido ele também um importantíssimo precursor desta modalidade, oferecendo cursos a adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos e desta forma não podiam ir em busca de sua inclusão no mercado de trabalho, que ao ponto que crescia, exigia cada vez mais mão de obra qualificada.

O ensino à distância evoluiu consideravelmente com o passar dos tempos, mas o objetivo permanece o mesmo que é: disseminar conhecimento para a maior quantidade de pessoas que estão em busca de qualificação de acordo com suas necessidades e disponibilidade, pois este modo de ensino possibilita com maior facilidade e interatividade aos estudantes nos mais diversos conteúdos vem contribuindo para o ensino aprendizagem a distância.

A educação à distância será parte natural do futuro da escola e da Universidade. Valerá ainda o uso do correio, mas parece definitivo que o meio eletrônico dominará a cena. Para se falar em educação à distância é mister superar o mero ensino e a mera ilustração. Talvez

fosse o caso distinguir os momentos, sem dicotomia. Ensino à distância é uma proposta para socializar informação, transmitindo-a de maneira mais hábil possível. Educação à distância, por sua vez, exige aprender a aprender, elaboração e consequente avaliação. Pode até conferir diploma ou certificado, prevendo momentos presenciais de avaliação. (DEMO, 1994, p. 60).

Nos termos da significância do sentido da educação a distância se defende que não é o aluno isolado, mas sim a interatividade entre o aluno e mestres os quais exercem o diálogo usando as ferramentas digitais tais como o google sala de aula, google Meet, grupos de WhatsApp.

Este processo está sendo utilizado amplamente nos dias atuais, com instalação da Pandemia do COVID-19, o mundo teve que se adequar ao novo cenário. Assim as Secretarias estaduais criaram normativas que possibilitavam a legalização das aulas à distância, ministradas pelos grupos de WhatsApp, as escolas assumiram o cenário virtual.

2.1 O CEMEAM – Centro de Mídias do Estado do Amazonas

O CEMEAM foi apresentado como projeto pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC /AM) em 2005, porém suas atividades iniciaram em 2007 .Atualmente, estima-se que 40 mil estudantes do ensino fundamental, médio e da educação de jovens e adultos (1º e 2º fase do ensino médio e 4º e 5º fase do fundamental), localizados em comunidades rurais, áreas indígenas e ribeirinhos dos municípios do Estado do Amazonas sejam atendidos, a través de uma rede de serviços de comunicação multimídia (dados, voz e imagem) oferecida pelo CEMEAM.

O Centro de Mídias de Educação do Amazonas é uma iniciativa do Governo do Estado do Amazonas para ampliar e diversificar o atendimento aos alunos da rede pública de ensino do Estado do Amazonas, oferecendo uma educação inovadora e de qualidade, por meio das tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na interatividade. Seu principal objetivo é ampliar e diversificar o atendimento aos alunos da rede pública de ensino do Estado do Amazonas, oferecendo uma educação inovadora e de qualidade, por meio das tecnologias da informação e comunicação, com ênfase na interatividade o que alavancou e se tornou referência mundial no atendimento da Educação Básica com mediação tecnológica, via satélite, integradas aos ambientes virtuais de aprendizagem. Tendo como valores principais a inovação, inclusão e autonomia

Implantado em 2007, o Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM) é uma política de estado pioneira no país e a cada ano é ampliado pelo Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC).

Apresenta uma concepção pedagógica e comunicacional que, diferentemente da educação à distância, possui presencialidade dos estudantes às aulas, recursos de interatividade em tempo real e mídias estrategicamente planejadas para o desenvolvimento das aulas síncronas e assíncronas. Faz uso de um sistema via satélite de videoconferência com interação de áudio e vídeo.

As aulas são produzidas por professores especialistas e transformadas em peças televisivas em uma central de produção educativa para TV, com o uso de diversos recursos midiáticos e ferramentas de comunicação e transmitidas ao vivo, diariamente, para todas as salas de aula simultaneamente, em horário regular. Cada sala de aula conta com um kit tecnológico e com um professor presencial para mediar o processo de aprendizagem.

Além disso, o Centro de Mídias de Educação do Amazonas transmite palestras e cursos de alcance social em parceria com outros órgãos governamentais e também com outros departamentos da Secretaria.

Assim, durante o contexto pandêmico o CEMEAM realizou vários projetos educacionais que abrangeram muito mais no vasto território amazonense, dentre eles o Projeto aula em casa, foi formulado sob um calendário especial de aulas nos quais os alunos da cidade de Manaus e a seus arredores tinham o sinal da transmissão através da tv local rio das águas, e o sinal também era transmitido através do desenvolvimento do aplicativo aula em casa, aplicativo mano e pelo cadastro das plataformas digitais SABER+, AVAM. Nos quais foram organizados blocos de cadernos de estudos, planejamento semanal em que as escolas seguiam no período das aulas remotas.

O projeto Aula em casa é uma iniciativa do Governo do estado do Amazonas por meio da secretaria de estado de Educação e desporto (SEDUC-AM) em parceria com a Secretaria municipal de Manaus (SEMED) que em função da pandemia ocasionada pelo Corona vírus (COVID-19) ,com objetivo de disponibilizar a comunidade escolar conteúdos didáticos pedagógicos para possibilitar a continuidade dos estudos fora do ambiente escolar presencial com objetivo de ofertar ensino remoto/híbrido para todas as séries do ensino Fundamental, Ensino Médio, educação de Jovens e adultos (2º e 3º segmentos) e educação

infantil.

Contemplando as estratégias de:

- Organização de conteúdos por séries/etapas – de acordo com as propostas curriculares vigentes.

- Curadoria de recursos midiáticos – seleção de videoaulas e outros recursos digitais alinhados ao currículo escolar.

- Programação televisiva – com programação organizada em bloco mensal.

- Disponibilização de recursos digitais on-line – por meio de plataformas digitais e aplicativo de mensagens.

- Disponibilização de recursos digitais off-line – por meio de DVDs, HDs externos e pen drives.

- Caderno digital – para estudantes e professores contendo diversas atividades e de acordo com a programação

- Material formativos para professores – para orientações didáticos-pedagógicas de apropriação da organização curricular da aula em Casa, das plataformas digitais de disponibilização de conteúdos e estratégias de ensino aprendizagem durante o ensino remoto e ou híbrido.

Estratégias pedagógicas

- Videoaulas – acervo digital de aulas com a exposição de conteúdos e atividades de fixação (Dinâmica Local Interativa).

- Videoaulas ao vivo – aulas com transmissão ao vivo, permitindo interatividade síncrona.

- Atividade Interativa – proposta de aula com metodologias diversificadas tais como: Quiz, Talk Show, Games, Gincana online e outros.

- Cartelas – material de suporte a videoaula com elementos visuais e tópicos de conteúdos abordados pelo professor.

- Testes on-line (Exercitando) – lista de exercícios em formato de teste com questões de múltipla escolha e gabarito online.

- Caderno Digital para Estudantes e Professores – material de apoio às estratégias de ensino e aprendizagem no ensino remoto e/ou híbrido.

- Roteiros de estudos – disponível em plataformas digitais, visa ofertar aos professores sugestões de atividades para serem realizadas pelos estudantes.

- Tutoriais: material de apoio à prática docente frente às tecno-

logias digitais de informação e comunicação.

O planejamento visa alcançar os objetivos na aprendizagem e desenvolvimento das habilidades dos alunos, sendo assim essas estratégias foram pensadas pelo corpo docente para o ensino a distancia recorrendo aos recursos didáticos que pudessem instigar os alunos a acompanhar as aulas. Essas estratégias estão de acordo com o pensamento de Solé (1998) ao referir-se se a palavra estratégia, aproxima o conceito ao de habilidade, destreza ou técnica. Isto é, no ensino a distancia foi preciso traçar estratégias para os alunos compreender os conteúdos trabalhados explorando as ferramentas das novas tecnologias da educação.

Devemos pensar também sobre as formas avaliativas que os professores utilizaram considerando os aspectos cognitivos, a participação e dificuldades no acesso à internet. Ou seja, o professor nesse contexto busca considerar as especificidades de cada realidade, principalmente quando pensamos no nosso estado do Amazonas, os diversos locais que os alunos moram, não apenas na área urbana, mas também a rural, os interiores e comunidades ribeirinhas trazendo a tona os desafio do alunos e profissionais da educação na responsabilidade desse modelo de educação e s impactos para a vida dessas pessoas, o que nos traz a refletir acerca da democratização da educação nesse momento e quem realmente está sendo beneficiado com esse modelo a distância, ou se realmente a escola publica encontra-se preparada para esse ensino, o que precisa-se melhorar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposto essa breve discussão teve o objetivo de refletir o contexto da educação a distância o que ela possibilita enquanto modalidade de ensino e como o Brasil e o Estado do Amazonas utilizou essa modalidade e as ferramentas tecnológicas nesse período de pandemia identificando os principais desafios dos professores e alunos. Dessa forma, foi exposto que passamos por um período de adaptações no qual o ensino buscou estratégias para solucionar o problema do distanciamento social e continuar as aulas.

A reflexão aqui proposta evidenciou a necessidade de discussão e do posicionamento deste tema a partir dos principais sujeitos: escola, estudantes e professores, na expectativa de melhorar o ensino público fez-se normativas para dar suporte a escola “Projeto aula em casa”, possibilitou os alunos continuarem seus estudos.

Dessa forma consideramos que hoje com todas as mudanças que

vem acontecendo há uma necessidade de a escola pública e comunidade em geral na qualificação continuada para entender essas novas ferramentas educacionais que o ensino a distância propõe, assim, vamos conseguir ter uma maior habilidade e conseqüentemente a qualidade no ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Mara Yaskara. **Ética e a EAD** *apud* Educação a Distância. 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância** / Josias Ricardo Hack. – Flórida- nópolis : LLV/CCE/UFSC, 2011. 126 p. : il.

SOLE, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução: Cláudia Schilling revisão técnica: <Maria da Graca Souza. 6 ed. Porto alegre: Peso, 2014, e-pub. 1998.

NUNES, Francisca. **Educação física mediada por tecnologia: um fazer pedagógico inovador no Estado do Amazonas**, Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia. BIUS N.º 2 Vol. 8, 2017

INTERFACES ENTRE SOCIOLOGIA, LINGUAGEM E POLÍTICA

Arenilson Lima Moura¹

Aurisetete Pereira da Silva Cunha²

Resumo:

O trabalho a ser desenvolvido abordará sobre a linguagem aristotélica e as suas características essenciais, que podem ser manifestadas pelo homem na vida política. Contudo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os assuntos pertinentes a disciplina de interfaces entre sociologia, linguagem e política. No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. Ao término deste trabalho, foi possível perceber a grande relação da linguagem com a política. As três funções básicas (significação, persuasão e imitação) puderam esclarecer o quanto a linguagem é fundamental para que uma sociedade, mesmo com os conflitos políticos, seja mais justa, criativa e verdadeira, para uma vida política capaz de levar o homem a construir não somente a sua própria dignidade humana como cidadão, mas acima de tudo o bem de uma comunidade política. E na verdade, para que a vida política seja agradável e útil, requer cidadãos autênticos e virtuosos com capacidade para administrar não pelo status, e sim pela sua vontade de fazer o melhor para o bem comum.

Palavras-chave: Sociologia. Linguagem. Política.

INTRODUÇÃO

As pessoas são naturalmente sociais, e é por isso que ser humano significa interagir com outros membros da mesma raça. Indivíduos não são humanos até que se juntem à sociedade. As pessoas naturalmente se unem para criar um forte senso de unidade, o que as ajuda a se unirem para fins políticos ou sociais. Eles também se unem naturalmente para lutar pelo bem comum contra forças opostas. É por isso que compar-

1 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY, Coordenador Pedagógico Anos Iniciais em Cacimbas-PB. arenilsonmoura@hotmail.com

2 Mestranda em Ciências da Educação – FICS – Assunción-PY, Professora dos Anos Iniciais em Cacimbas-PB. aurisetearm@hotmail.com

tilhar a vida com os outros é imperativo para alcançar esses objetivos.

As pessoas se relacionam naturalmente devido à necessidade de se conectar com outras pessoas. Ao compartilhar anedotas e conquistas culturais, as pessoas aprendem umas com as outras e se fortalecem como sociedade. As pessoas também podem compartilhar avanços futuros por meio do uso da linguagem.

A visão de mundo de Aristóteles estabeleceu os valores éticos da vida política. Ele acreditava que os humanos são animais políticos porque existem em um estado governado por uma cidade ou sociedade política. As pessoas vivem em sua comunidade local, incluindo a família, antes de se mudarem para cidades maiores. E quando as pessoas se juntam nessas cidades, elas formam o estado e a nação.

Em outras palavras, a política e a sociedade estão completamente entrelaçadas com a condição humana. Se considerarmos apenas nossa necessidade de sobreviver como animal, eles se conectam naturalmente. Depois disso, o conceito de comunidade é formado. Isso então influencia o sistema político porque é nesse ponto que se cria a ideia de Estado e sociedade.

Contudo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os assuntos pertinentes a disciplina de interfaces entre sociologia, linguagem e política.

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

O HOMEM, SER SOCIAL E POLÍTICO

Desde que o homem apareceu pela primeira vez na Terra, ele sempre foi encontrado em um estado de coexistência com outras formas de vida. Sua primeira aparição resultaria em sua presença em pequenos grupos sociais como família, clã ou tribo. Depois disso, ele seria encontrado em grupos sociais maiores como vila, cidade e estado.

Um provérbio latino afirma que onde há homem, há associação. É inegável que os humanos se associam uns aos outros. Portanto, o significado dessa frase é evidente: onde há humanos, também há associação. As pessoas precisam viver juntas em paz umas com as outras. As pessoas pertencem a sociedades e existem em muitas sociedades.

O homem é um ser social e político; ele possui duas dimensões primárias. Podemos postular que o homem existe em duas formas: um

indivíduo “social” e um ser “político”. Sua primeira dimensão é compartilhada entre muitas outras; ele se conecta com as pessoas para expressar seus sentimentos, adquirir recursos e materiais e se conectar uns com os outros. O segundo aspecto da existência do homem está relacionado com as relações que mantém com os outros dentro de um grupo social.

As pessoas naturalmente se reúnem e se relacionam umas com as outras. Isso ocorre porque as pessoas naturalmente procuram associação com outras pessoas. Tendo ingressado em uma polis, cidade, estado ou outra organização política, as pessoas se tornam seres políticos e recebem direitos e responsabilidades.

INTERPRETAÇÕES DA DIMENSÃO SOCIAL DO HOMEM

Os filósofos antigos Platão e Aristóteles imaginaram o homem de maneira diferente em relação ao aspecto social de sua vida. Apesar disso, eles apresentaram opiniões opostas sobre o assunto. Uma era contingente, enquanto a outra a considerava uma característica fundamental.

Platão acreditava que o homem é uma alma; sua felicidade e perfeição vêm da contemplação de ideias encontradas no mundo celestial que ele nomeia metaforicamente. As pessoas não precisam interagir umas com as outras para se entenderem e perceberem sua perfeição. No entanto, como um ato de grande transgressão, as pessoas perderam seu estado espiritual original e caíram na Terra. Eles tiveram que assumir uma forma física para pagar por seus pecados e recuperar seu estado original de perfeição. Quando o corpo precisa de algo, só pode ser suprido com a ajuda de outras pessoas. As pessoas são sociáveis porque nossos corpos assim o exigem; esse estado de coisas termina quando separamos nossas almas de nossos corpos.

Aristóteles acreditava que a alma e o corpo eram a base de todos os seres vivos. Uma vez que todas as pessoas naturalmente desejam atingir seus objetivos desejados, elas precisam formar laços sociais. Eles não podem fazer isso sozinhos; tem que ser parte de sua natureza. Por natureza, os homens são animais políticos. As pessoas sem estado são superiores ou inferiores à natureza; eles são um deus ou um animal. Portanto, baseado em sua crença de que o estado era superior ao homem, ele considerava o público em geral inferior à condição humana.

São Tomás de Aquino, que viveu de 1225 a 1274, acreditava

que as pessoas naturalmente viviam em grupos. Ele afirmou que isso foi comprovado pela necessidade da natureza. Segundo Aristóteles e Tomás de Aquino, ser sociável é um instinto humano natural. Ambos os filósofos acreditavam que qualquer infortúnio faria com que alguém vivesse sozinho. Alternativamente, viver uma vida solitária pode ser o resultado de transtornos mentais ou alienação da sociedade. Tomás de Aquino também considerou virtuosa a segunda hipótese de morar sozinho; ele a chamou de excelente natural. A terceira hipótese, que ele chamou de mala fortuna, era para alguém que se isolou acidentalmente. Essa classificação relacionada à solidão foi classificada em uma das três possibilidades: ou por má sorte, caso em que o indivíduo vivia sozinho sem querer; ou devido a algum outro evento infeliz e alienação da sociedade; ou por causa de uma deficiência espiritual ou falta de razão, que resultou em isolamento longe de seus semelhantes.

Muitos pensadores modernos como Rousseau, Locke, Leibnitz, Vico, Spinoza e Hobbes acreditam que o contrato é o fundamento da sociabilidade. Eles afirmam que as pessoas formaram uma sociedade devido a um acordo entre suas mentes. Este acordo hipotético é chamado de contrato e é pensado como um acordo voluntário entre indivíduos.

Independentemente da razão pela qual um homem escolhe viver em sociedade, uma semelhança entre suas ideias é a necessidade instintiva de formar laços sociais que se afastam da natureza.

O HOMEM COMO UM ANIMAL POLÍTICO

Simplificando, muitos consideram a política como o domínio de homens com poder ou influência sobre um país. Essa perspectiva imprecisa leva as pessoas a verem a política como um lugar pobre e desagradável, cheio de indivíduos de mente baixa. Na realidade, a política é sobre a busca de direitos e a busca de um mundo justo. Trata-se de buscar um mundo moral e ético no qual os cidadãos possam exercer suas virtudes. O principal objetivo da política é capacitar as pessoas para perseguir esses objetivos. Devido à forma como o público em geral vê a política, Sócrates e Platão viam a política como a única forma de construir uma sociedade com um objetivo comum. Isso os levou a considerar valiosa sua adoração ao poder político. E eles usaram essa crença para provar que substituir aulas aos sábados - devido a um surto de gripe - estava errado. Além disso, o voto era considerado uma obrigação e não uma escolha. Consequentemente, muitas pessoas acharam isso humilhante.

Aristóteles acreditava que o homem é um animal político. Ele considera a política a arte de viver de acordo com a ética, e viver como um animal de linguagem. Na política, a pessoa é capaz de florescer como um ser racional.

O homem é naturalmente inclinado a viver como um ser político. Homero, o poeta da *Ilíada*, afirma isso em sua afirmação de que o homem não faz parte naturalmente de sistemas sociais e lares (*Ilíada* IX 63). Ele considera as pessoas sem um lugar para chamar de lar ou linhagem familiar como fora do mundo natural. Pessoas naturalmente inclinadas para a vida social geralmente preferem a guerra; eles exibem características semelhantes às dos insetos da colônia. Somente os humanos usam a fala. Eles são os únicos animais que possuem linguagem. Se um animal está sentindo dor ou sentindo prazer, ele expressará essas emoções através de seu tom de voz.

Da mesma forma, cores e sons indicam experiências positivas ou negativas em outros animais. Eles são uma indicação de seu bem-estar geral e indicam que a natureza não faz nada em vão. O homem é a única criatura com um senso de bem e mal, justo e injusto. Eles também têm um senso de certo e errado, que nenhum outro animal tem. A associação dessas ideias que as pessoas compartilham em comum constitui a família e o estado.

Devemos sempre nos esforçar para sermos participantes informados em nosso discurso público. Assim, podemos trabalhar por melhores condições de vida e igualdade de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas gravitam naturalmente em torno da necessidade de formar comunidades. Esse instinto pode variar de positivo a negativo, mas, no final das contas, é um impulso negativo. Cada membro de uma cidade naturalmente se considera um cidadão devido à formação da cidade. Por causa disso, os membros da comunidade incluem, crianças, mulheres e homens. Nenhuma dessas pessoas pode se considerar igual porque todas são desiguais de alguma forma. Todos os participantes de uma cidade são considerados cidadãos, que desempenham funções únicas dentro de sua autoridade.

Cada cidade é uma forma de associação que serve a uma boa causa específica. As pessoas só trabalham para objetivos que consideram positivos, porque seu trabalho só existe para um propósito. As cidades evoluem através das atitudes positivas de um bom político. As

peçoas que se imitam aproximam seus respectivos Estados da compreensão mútua. Como os imitadores podem levar a mudanças positivas, qualquer mudança positiva em um Estado é benéfica, mesmo que seja para ganho pessoal.

Aristóteles acredita que a democracia é prejudicada pelo fato de que as pessoas não são motivadas a participar da política. Em vez disso, muitos cidadãos optam por ser bons homens ou bons cidadãos e seguem políticas por meio de regimes bem organizados.

Um líder assume o papel de um artista que se preocupa com seu trabalho melhorando-o continuamente. Como as pessoas possuem a capacidade de se comunicar, o sucesso de um líder na política depende de sua comunicação, pensamento e ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **A Política**. Introdução de Ivan Lins. Trad. de Nestor Chaves Silveira. Rio de Janeiro: Tecnoprint. Clássicos de Bolso, 1965.

_____. **Política**. Trad. e notas de Antonio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Veja, 1998.

CASSIN, Bárbara. **Aristóteles e o Lógos: contos da fenomenologia comum**. Trad. de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1999.

HENRIQUE, Mendo Castro. **Introdução à Política de Aristóteles**. Lisboa: Edição Bilingue, 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A Teoria Linguística em Aristóteles**. São Paulo: Alfa. n. 25, 1981.

A RAIZ HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: EXPLORANDO OS FUNDAMENTOS DO EAD NAS CARTAS DOS FILÓSOFOS GREGOS E DOS APÓSTOLOS DE CRISTO

Raphael Bispo Milhomens
Ana Carolina de Souza Ferreira

Resumo:

A Educação a Distância (EaD) tem raízes profundas na antiguidade, remontando aos filósofos gregos e aos apóstolos de Cristo, cujas cartas e diálogos escritos são precursoras de abordagens modernas. No capítulo sobre a antiguidade clássica, destaca-se personagens como Homero, Sócrates, Platão e Aristóteles que utilizavam correspondências para transcender barreiras geográficas, estabelecendo um legado de ensino remoto. As cartas dos apóstolos destacam a contribuição fundamental dessas epístolas para a EaD. Autores como Anderson (2008) e Habermas (2011) enfatizam como as cartas de Paulo, por exemplo, eram uma forma primitiva de ensino a distância, disseminando doutrinas cristãs e orientações pastorais para comunidades distantes. Ao explorar "Reflexos no Panorama Educacional Contemporâneo", autores como Garrison (2000) e Siemens (2005) evidenciam como as práticas antigas continuam a influenciar a EaD moderna. A dialética dos filósofos gregos ecoa em ambientes virtuais de aprendizagem, enquanto a construção social do conhecimento, ressaltada por Moore (2013), destaca a interação ativa dos alunos, alinhando-se com as práticas colaborativas antigas. A jornada histórica pela EaD revela uma continuidade notável entre o passado e o presente. A palavra escrita, diálogo e interação social, fundamentais nas práticas antigas, permanecem fundamentais em ambientes virtuais contemporâneos. Este resumo destaca a adaptabilidade da EaD, um fenômeno que não apenas aprende com o passado, mas incorpora suas lições para moldar um futuro global e acessível de aprendizado. A EaD, enraizada na história e moldada por acadêmicos modernos, continua a evoluir, inspirando uma abordagem inovadora e resiliente para os desafios educacionais contemporâneos.

Palavras-chave: Educação a Distância. Diálogo. Inovação. Desafios Educacionais

INTRODUÇÃO

Buscamos com este artigo dar luz às origens ancestrais da Educação a Distância (EaD), mergulhando nas Cartas dos Filósofos Gregos e dos Apóstolos de Cristo. Este exame cuidadoso revela como as sementes da EaD foram semeadas em períodos remotos, transcendendo barreiras temporais e desempenhando um papel seminal na evolução da educação ao longo dos séculos.

No âmago desta investigação estão os filósofos gregos, cujas cartas e diálogos representam não apenas a expressão de pensamentos profundos, mas também um método de disseminação do conhecimento à distância. Como salienta Anderson (2011), a prática dos filósofos gregos de dialogar por meio da escrita inaugurou uma tradição colaborativa que ressoa nos ambientes virtuais de aprendizagem contemporâneos. Essa abordagem da logística, iniciada por pensadores como Platão, estabeleceu os alicerces para uma modalidade de educação que transcende as limitações geográficas desde tempos imemoriais.

As Cartas dos Apóstolos de Cristo, por sua vez, representam uma contribuição significativa para a história da EaD. Este capítulo introdutório busca iluminar as raízes profundas da EaD nas práticas dos filósofos gregos e apóstolos de Cristo, destacando como essas figuras históricas fundamentaram uma abordagem educacional que antecipa as formas modernas de aprendizado à distância. Ao transcender as fronteiras cronológicas, este estudo oferece um insight crítico sobre a continuidade e a resiliência da EaD ao longo da história.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

A noção de aprendizado a distância encontra eco nas tradições pedagógicas das civilizações antigas. Os filósofos gregos, notavelmente Sócrates, Platão e Aristóteles, frequentemente utilizavam correspondências escritas para compartilhar suas ideias e instruções com discípulos distantes. A carta, nesse contexto, emergiu como um veículo essencial para a disseminação do conhecimento, possibilitando que o ensinamento transcenda as barreiras geográficas. Conforme Aristóteles escreveu em sua "Ética a Nicômaco": *"Amigos devem ser distantes quando estão ausentes, mas próximos em seus corações"*.

Em seu clássico livro História da Educação: da antiguidade aos nossos dias, Manacorda(2010) fala sobre a Educação na Grécia e diz

que ao se falar na Grécia, só se pode começar com Homero, “o educador de toda a Grécia”, como dizia Platão. É ele, aliás, que sugere a distinção entre o “dizer” e o “fazer” que propusemos quase como critério interpretativo de toda a história da educação.

Homero, o reverenciado poeta da Grécia Antiga, desempenhou um papel substancial como educador, embora essa faceta muitas vezes seja subestimada. Suas epopeias, notadamente "Ilíada" e "Odisseia", exerceram uma influência profunda na formação cultural e educacional da Grécia Antiga.

No contexto da transmissão oral, Homero, ao se apresentar como rapsodo, desempenhava uma função educacional crucial. A obra "Homeric Questions" de Gregory Nagy destaca como a performance oral de Homero em festivais e eventos públicos proporciona uma ampla difusão das narrativas épicas, tornando-as acessíveis a um público diversificado. Essa prática de recitação oral não apenas perpetua a tradição mitológica, mas também servia como um meio de educação cultural, apresentando os valores fundamentais da sociedade grega (Nagy, 2021).

A Educação a Distância (EaD) não é uma inovação puramente moderna; suas origens podem ser rastreadas até a antiguidade clássica, onde as práticas de ensino remoto eram influenciadas pelos filósofos gregos e suas correspondências escritas. Conforme afirma Moran (2002), "A aprendizagem a distância é tão antiga quanto a educação", e sua ancestralidade encontra solo fértil nas trocas de conhecimento registradas nas cartas dessas antigas mentes filosóficas.

Segundo Peters (1994), os filósofos gregos Sócrates, Platão e Aristóteles eram conhecidos por seus diálogos escritos, que permitiam a disseminação do conhecimento para além das fronteiras geográficas de suas escolas. Aristóteles, por exemplo, escreveu uma série de cartas para seu discípulo Alexandre, o Grande, nas quais discutia filosofia, política e ética. Essas cartas, nas palavras de Peters (1994), "constituíram uma forma primitiva de educação a distância, permitindo que o conhecimento fosse transferido de um local para outro por meio da escrita".

As cartas de Platão também desempenharam um papel vital na disseminação de suas ideias. De acordo com Moore e Kearsley (2013), as correspondências de Platão foram um meio pelo qual suas teorias filosóficas foram transmitidas para discípulos e filósofos distantes. A "Carta Sétima" de Platão, por exemplo, é considerada um documento crucial para a compreensão de sua filosofia política. Como aponta Moore e Kearsley (1996), através dessas cartas, Platão pôde estender sua

influência educacional a muitos que não poderiam estudar pessoalmente sob sua orientação direta.

Essa abordagem educacional à distância também ecoou nas tradições religiosas antigas. Os apóstolos de Cristo, em suas epístolas, deixaram um legado duradouro para a EaD. Segundo Moore e Kearsley (2007), as cartas de Paulo de Tarso e outros apóstolos eram um meio de instrução religiosa para comunidades distantes e emergentes. As cartas de Paulo, como a "Primeira Epístola aos Coríntios", além de transmitir preceitos morais e teológicos, também refletiam o uso da comunicação escrita como uma forma de ensinamento à distância.

Tais práticas, ancoradas nas trocas de correspondências e cartas, estabeleceram um paradigma inicial de aprendizado remoto que, em muitos aspectos, prefigura as modalidades contemporâneas de EaD. Moran (2002) enfatiza que "a educação a distância começou como correspondência" e que, ao longo da história, as cartas foram um meio crucial para a transmissão de conhecimento em diferentes contextos culturais e sociais.

A CONTRIBUIÇÃO DAS CARTAS DOS APÓSTOLOS DE CRISTO

No contexto religioso, as cartas dos apóstolos de Cristo também desempenharam um papel significativo na formação da EaD. Paulo de Tarso, por exemplo, notabilizou-se por suas epístolas que disseminavam doutrinas cristãs e orientações pastorais. A Primeira Epístola aos Coríntios, por exemplo, abordou questões morais e teológicas, extrapolando as fronteiras geográficas das comunidades cristãs.

A proposta pedagógica paulina, nesse sentido, contribuiu para a formação do homem cristão e subsidiou a formação do modelo de homem ocidental. Em seus escritos, Paulo de Tarso delineou uma identidade para Cristo, estabelecendo-o como referencial e modelo de homem perfeito a ser imitado (SILVA, 2016, p.20).

A influência da Educação a Distância (EaD) nas tradições religiosas da antiguidade é particularmente evidente nas cartas escritas pelos apóstolos de Cristo. Essas epístolas, muitas das quais agora constituem parte do Novo Testamento, desempenharam um papel crucial na disseminação das doutrinas cristãs e no estabelecimento de orientações pastorais para as comunidades distantes. A análise dessas cartas revela como a EaD, em seu sentido mais rudimentar, era empregada para nutrir a fé e instruir os crentes em um contexto de aprendizado remoto.

Nas palavras de Peters (2009, p. 29):

As primeiras experiências em educação a distância foram singulares e isoladas. No entanto, já eram de profunda importância para as pessoas implicadas, porque o conteúdo era a religião e a controvérsia religiosa, que eram levadas muito a sério naquela época. Estou me referindo aqui a São Paulo, que escreveu suas famosas epístolas a fim de ensinar às comunidades cristãs da Ásia Menor como viver como cristãs em um ambiente desfavorável. Ele usou as tecnologias da escrita e dos meios de transporte a fim de fazer seu trabalho missionário sem ser forçado a viajar. Isso já era claramente uma substituição da pregação e do ensino face a face por pregação e ensino assíncronos e mediados. E foi uma abordagem baseada na tecnologia, ainda que 'pré-industrial'. (PETERS, 2009, p. 29).

As epístolas paulinas são exemplos primordiais da adoção da EaD na disseminação da mensagem cristã. A Primeira Epístola aos Coríntios, escrita por Paulo de Tarso, é particularmente relevante nesse contexto. Observamos que Paulo utiliza essa correspondência para abordar uma série de questões morais, teológicas e litúrgicas que afetam a comunidade coríntia. Podemos sugerir que Paulo estava, de fato, engajado em um processo de ensino à distância, guiando os crentes de Corinto através das complexidades da fé cristã.

Podemos verificar na Epístola Paulina em I Coríntios 6, 1-8 que diz que:

¹ Se algum de vocês tem queixa contra outro irmão, como ousa apresentar a causa para ser julgada pelos ímpios, em vez de levá-la aos santos?

Onde vocês não sabem que os santos hão de julgar o mundo? Se vocês hão de julgar o mundo, acaso não são capazes de julgar as causas de menor importância?

³ Vocês não sabem que haveremos de julgar os anjos? Quanto mais as coisas desta vida!

⁴ Portanto, se vocês têm questões relativas às coisas desta vida, designe para juízes os que são da igreja, mesmo que sejam os menos importantes.

⁵ Digo isso para envergonhá-los. Acaso não há entre vocês al-

guém suficientemente sábio para julgar uma causa entre irmãos?

⁶ Mas, ao invés disso, um irmão vai ao tribunal contra outro irmão, e isso diante de descrentes!

⁷ O fato de haver litígios entre vocês já significa uma completa derrota. Por que não preferem sofrer a injustiça? Por que não preferem sofrer o prejuízo?

⁸ Em vez disso vocês mesmos causam injustiças e prejuízos, e isso contra irmãos! (BÍBLIA, 2023).

A análise de Habermas (2011) também lança luz sobre a natureza educativa das epístolas paulinas. Ele argumenta que essas cartas eram veículos de instrução, não apenas no sentido espiritual, mas também em termos de ética e prática. Habermas (2011) enfatiza que as cartas representam um tipo de "ensino por correspondência", onde Paulo compartilhava conhecimento e exortações para comunidades que ele não podia alcançar fisicamente. Ele destaca como Paulo, em suas epístolas, demonstrava o compromisso com a formação intelectual e espiritual à distância.

Conforme Barbaglio (1989, p.50):

A variedade das situações e a multiplicidade dos problemas enfrentados, porém, não o impediram de desenvolver um aprofundamento teológico unitário da fé cristã. Isso foi possível porque ele se deixou constantemente guiar por uma precisa intuição de fundo. Ou seja: Jesus De Nazaré, crucificado e ressuscitado, é o único e definitivo caminho de salvação para todos os homens (BARBAGLIO, 1989 p.50).

Além das cartas paulinas, as epístolas gerais também contribuíram para a tradição da EaD na esfera religiosa. Como observado por Brown (2004), a Epístola de Tiago, por exemplo, direcionou-se às "doze tribos dispersas", uma expressão que alude à diáspora judaica. Brown (2004) argumenta que a utilização dessa terminologia implica uma intenção de alcançar uma audiência geograficamente diversa, transformando a correspondência em um meio de ensinamento translocal.

As cartas dos apóstolos de Cristo, portanto, podem ser vistas como precursoras da EaD, já que demonstram a aplicação da comunicação escrita à distância para transmitir conhecimento, ética e espiritualidade. Esses documentos ressoam com as noções modernas de apren-

dizado remoto, apesar das diferenças contextuais substanciais. Assim, a contribuição das epístolas na construção do fundamento histórico da EaD é indiscutível.

A influência das cartas dos apóstolos de Cristo na formação da Educação a Distância (EaD) na antiguidade também pode ser observada através de uma análise sociocultural mais abrangente. Como argumenta Freire (2000), a natureza dialógica e comunicativa das epístolas reflete a pedagogia do diálogo, que é central na EaD contemporânea. Freire (2000) enfatiza que o ato de escrever cartas envolve uma relação interativa entre o emissor e o receptor, onde o conhecimento é compartilhado e construído conjuntamente, mesmo que à distância.

A importância das cartas como instrumentos educacionais é destacada por Freire (2000) ao explorar o conceito de "palavra", que, para ele, é mais do que um mero transmissor de informações. A palavra carrega consigo o poder de engendrar reflexão, desencadear conscientização e incitar ação. Sob essa perspectiva, as epístolas dos apóstolos podem ser consideradas como manifestações primitivas da "palavra" que estimula o aprendizado e o crescimento espiritual, mesmo quando a comunicação ocorre através de um meio distante.

A abordagem comunicativa das epístolas também ressoa com as teorias da aprendizagem construtivista. Vygotsky (1978) propôs que a interação social e a comunicação desempenham um papel fundamental na construção do conhecimento. Nesse contexto, as cartas dos apóstolos podem ser interpretadas como meios pelos quais o conhecimento e a fé são construídos através da troca de ideias e interpretações entre os crentes dispersos.

O papel das cartas como veículos de ensino e conexão transcende as barreiras do tempo e do espaço. As "epístolas paulinas", independentemente do contexto cultural e histórico, ilustram a capacidade da comunicação escrita para transcender distâncias geográficas e culturais. Ao fazer isso, as epístolas dos apóstolos de Cristo deixaram um legado duradouro na maneira como as práticas de ensino à distância evoluíram e se enraizaram na sociedade humana.

REFLEXOS NO PANORAMA EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO

A influência das práticas educacionais da antiguidade clássica e das tradições religiosas nas atuais modalidades de EaD é inegável. A capacidade das cartas para transcender distâncias físicas e difundir

conhecimento sustentou a evolução da EaD ao longo dos séculos. As tecnologias de comunicação modernas, tais como rádio, televisão e, posteriormente, a internet, intensificaram a acessibilidade e a eficácia da EaD. Contudo, é crucial reconhecer que as bases dessa modalidade educacional foram estabelecidas por meio da comunicação escrita à distância de figuras históricas proeminentes.

A influência histórica das cartas dos filósofos gregos e dos apóstolos de Cristo na Educação a Distância (EaD) reverbera de maneira notável no panorama educacional contemporâneo. Essas práticas antigas de ensino à distância lançaram as bases para abordagens pedagógicas que transcendem as barreiras do tempo e da tecnologia. A análise dos reflexos dessas origens na EaD moderna destaca a resiliência e a relevância dessas práticas ancestrais.

Conforme argumenta Garrison (2000), a abordagem das cartas dos filósofos gregos, que buscava envolver os alunos em diálogos escritos, encontra paralelos nas discussões assíncronas e colaborativas dos ambientes virtuais de aprendizagem contemporâneos.

O conceito de "diálogo escrito", segundo Garrison (2000), se alinha com o princípio de construção de significado coletivo, onde os estudantes participam ativamente da construção de conhecimento através da comunicação textual. Esse modelo silogístico das cartas antigas encontra correspondência nas discussões em fóruns de aprendizagem online, onde os estudantes compartilham perspectivas e ideias.

Além disso, a abordagem da EaD contemporânea muitas vezes abraça a aprendizagem construtivista, que enfatiza a importância da interação social e do diálogo na construção do conhecimento. Como afirma Siemens (2005), o "conhecimento não está contido em nenhum indivíduo, mas é distribuído em toda a comunidade". Essa concepção está alinhada com a filosofia subjacente às cartas dos filósofos gregos, onde o aprendizado ocorria através do compartilhamento colaborativo de ideias por meio da comunicação escrita.

Na era moderna, a influência das epístolas dos apóstolos na EaD contemporânea também é perceptível. Como ressalta Moore (2013), às abordagens educacionais baseadas na construção social do conhecimento destacam a importância da interação e do engajamento do aluno no processo de aprendizado. Essa ênfase na participação ativa e na construção conjunta do entendimento está enraizada na tradição das epístolas, onde o conhecimento espiritual era compartilhado, debatido e elaborado entre os crentes.

Outra conexão entre as práticas antigas e modernas de EaD re-

side na ênfase na comunicação textual como meio de instrução. De que a escrita continua sendo uma ferramenta central na EaD, mesmo com o advento de tecnologias multimídia. Tendo a "palavra escrita" permanecendo como vital para a expressão precisa e elaboração de ideias complexas, refletindo a importância da comunicação escrita nas tradições das cartas dos filósofos gregos e dos apóstolos de Cristo. Assim como para Sayers(2023) onde “a leitura e o seu complemento, a escrita, deve ser o elemento fundamental de todo o processo educacional.”

CONCLUSÃO

Ao explorar as origens históricas da Educação a Distância (EaD), percebemos como as práticas de ensino à distância estabelecidas pelos filósofos gregos e pelos apóstolos de Cristo reverberam de maneira notável no panorama educacional contemporâneo. Essas raízes ancestrais lançaram os fundamentos para abordagens pedagógicas que, mesmo em tempos de avanços tecnológicos exponenciais, ainda mantêm relevância e pertinência. Cada capítulo desse artigo analisa e ressalta as conexões e reflexos dessas origens ao longo das eras, reafirmando a natureza atemporal da EaD.

Vivemos em uma era onde o acesso ao conhecimento é relativamente fácil imediato e acessível. Falamos em aldeia global, era da informação, época de mudanças e porque não sociedade digital. Em meio a esse complexo emaranhado de informações, onde tudo se transforma de forma rápida e mutante, qual seria o real papel da educação? Morin (2011) fala que o “principal dever da educação é de armar cada um para o combate vital para a lucidez”.

As práticas dos filósofos gregos encontram ressonância em palavras de Anderson (2008). Ele destaca que, por meio dos diálogos escritos, esses filósofos iniciaram um legado de interação textual que ecoa na natureza colaborativa dos ambientes virtuais de aprendizagem contemporâneos. Essa continuidade na abordagem da logística, que transcende os séculos, é um lembrete da durabilidade da comunicação escrita na construção do conhecimento.

As conexões entre as práticas antigas e modernas de EaD são enquadradas pelo conceito de "construção social do conhecimento", conforme delineado por Moore (2013). Essa perspectiva destaca como as abordagens educacionais baseadas na interação e no engajamento do aluno ecoam nas epístolas dos apóstolos, onde o conhecimento espiritual era compartilhado e debatido entre os crentes distantes.

Fica claro que a história da EaD é uma narrativa que atravessa épocas e culturas, incorporando práticas pedagógicas inovadoras que resistem ao teste do tempo. As origens da EaD, enraizadas nas práticas dos filósofos gregos e nos ensinamentos dos apóstolos de Cristo, moldaram a trajetória da educação à distância até o cenário educacional contemporâneo. Essa jornada histórica é uma lembrança poderosa de que, enquanto a tecnologia avança, os princípios fundamentais do ensino e da aprendizagem continuam a ser orientadores essenciais na evolução da EaD.

Nesse sentido, a jornada pela história da Educação a Distância nos leva a contemplar a profunda continuidade entre o passado e o presente educacional. O diálogo escrito dos filósofos gregos, as correspondências dos apóstolos de Cristo e as práticas colaborativas que permeiam essas tradições históricas ecoam nas abordagens modernas de aprendizado online, fóruns de discussão e interações virtuais.

As vozes desses pensadores e líderes antigos ecoam por meio das obras de estudiosos contemporâneos. As análises de Garrison (2000), que conectam as práticas filosóficas antigas com os ambientes virtuais colaborativos e de Moore (2013), que exploram a construção social do conhecimento, fornecem uma lente contemporânea para entender a evolução da EaD.

Esses estudos refletem a ideia de que a EaD é um fenômeno que transcende as fronteiras do tempo e do espaço. Ao investigar as origens da EaD, encontramos um fio condutor que conecta as práticas de ensino e aprendizagem de diferentes eras, reforçando a resiliência e a adaptabilidade da educação em um mundo em constante mudança.

A evolução da Educação a Distância, portanto, é um testemunho da continuidade e da inovação simultâneas. O passado não apenas lança luz sobre o presente, mas também inspira a forma como abordamos o futuro da aprendizagem. Ao compreendermos e valorizarmos as bases históricas da EaD, estamos preparados para enfrentar os desafios educacionais modernos com um profundo senso de continuidade e propósito, enquanto avançamos em direção a um horizonte de aprendizado global e acessível.

A afirmativa de que os primórdios da Educação a Distância encontram raízes nas práticas dos filósofos gregos e das figuras religiosas da antiguidade é corroborada pela influência significativa das cartas e correspondências em suas atividades de ensino e difusão de conhecimento. Através de uma análise interdisciplinar, é possível discernir os ecos dessas práticas ancestrais no panorama educacional contemporâneo.

neo, reforçando a ideia de que a EaD é uma manifestação moderna de uma abordagem pedagógica intrinsecamente enraizada na história humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, R. S. (2008). Pauline Correspondence. In E. M. Dowley (Ed.), *The New International Dictionary of the Christian Church* (p. 801). Zondervan.

ANDERSON, T. (Ed.) (2011). **Theory and practice of online learning**. (2.^a ed.). Edmonton: Athabasca University Press.

BARBAGLIO, Giuseppe. **As Cartas de Paulo** (I). Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Loyola, 1989.

BÍBLIA, N. T. Coríntios. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3^a Edição. São Paulo - SP: Editora NVI, 2023.

BROWN, Raymond Edward. **Introdução ao Novo Testamento**, trad. Paulo F. Valério. São Paulo: Paulinas, 2004 – Coleção Bíblia e História. Série Maior, 1135 pp.

FREIRE, Paulo. (2000). **Pedagogia do Oprimido**.

HABERMAS, G. R. (2011). **The Historical Jesus: Ancient Evidence for the Life of Christ**. Thomas Nelson.

MANACORDA, Mario Alhiguiero. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13^a edição. São Paulo: Cortez 2010.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **A educação a distância: uma visão integrada**. Tradução de Roberto Galman. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MORAN, M. (2002). **O que é educação a distância**. In Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica (pp. 11-27). Papirus Editora.

Morin, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ªed.rev - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. 2011.

NAGY, Gregory. Tradução SANTOS, Rafael Rocca dos. **Questões homéricas** (Estudos). EDITORA PERSPECTIVA. 1ª EDIÇÃO – 2021.

PETERS, O. (1994). **Distance education and industrial production: A comparative interpretation in outline**. UBC Press.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição: tendências e desafios**. Tradução de Leila Ferreira de Sousa Mendes. 2ª reimp. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2009.

SAYERS, Dorothy L. **As ferramentas perdidas da aprendizagem**. Campinas-SP. Kírion; 1ª edição 2023.

SILVA, Roseli Gall do Amaral da. **A formação da identidade cristã: o diálogo entre o epicurismo e o cristianismo primitivo tendo o amor como instrumento formativo**. 281 f. Tese (Doutorado em Educação e Estudos Clássicos) –Universidade Estadual de Maringá e Universidade de Coimbra. Orientadores: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo e Prof. Dr. Alexandre Guilherme Barroso de Matos Franco de Sá). Maringá/Coimbra, 2016.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores / Mind in society: the development of higher psychological processes** . São Paulo; Martins Fontes; 6 ed; 2003. 191 p.

MARKETING ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA ADMINISTRAÇÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Raphael Bispo Milhomens
Fátima Tailana Ribeiro Moreira

Resumo:

Este artigo aborda a relevância do marketing estratégico como uma ferramenta fundamental na administração de instituições de ensino superior. Como Kotler (2016) observou, as mudanças no cenário educacional e a crescente concorrência entre as instituições destacam a importância de uma abordagem estratégica de marketing para atender às demandas dos estudantes, manter a pertinência acadêmica e alcançar as metas institucionais. Nosso objetivo principal é identificar práticas de marketing eficazes, compreender seu potencial de aprimoramento na gestão educacional e avaliar seu impacto na captação, retenção e satisfação de estudantes. Para alcançar esses objetivos, realizamos uma revisão da literatura, com o propósito de fundamentar as estratégias de marketing em princípios teóricos sólidos. Além disso, conduzimos uma pesquisa de campo envolvendo gestores de instituições de ensino, gestores de polos de educação a distância, coordenadores e professores de cursos, a fim de coletar dados de instituições educacionais que implementaram com êxito estratégias de marketing. Os resultados desta pesquisa destacam a eficácia de diversas estratégias de marketing, incluindo branding institucional, segmentação de mercado e engajamento comunitário, no aumento da captação de estudantes, na melhoria da reputação da instituição e na ampliação da satisfação dos discentes. Em conformidade com Kotler (2016), este estudo sustenta que o marketing estratégico desempenha um papel crítico na administração eficiente de instituições de ensino superior. A integração eficaz do marketing nas práticas de gestão, como observado por Scott (2019), pode resultar em melhores desempenhos acadêmicos e financeiros, fortalecendo, assim, a competitividade das instituições.

Palavras-chave: Marketing; Gestão; Instituição de Ensino Superior; Administração.

INTRODUÇÃO

A administração de instituições de ensino superior enfrenta atualmente desafios significativos devido às mudanças no cenário educacional e à crescente concorrência entre as instituições. Kotler (2016) observou que "as dinâmicas do ambiente educacional têm evoluído de maneira significativa, com a concorrência entre as instituições acadêmicas tornando-se cada vez mais intensa". Esta evolução tem destacado a necessidade premente de adotar uma abordagem estratégica de marketing na gestão dessas instituições.

Um dos desafios mais prementes enfrentados pelas instituições de ensino superior é a captação e retenção de alunos. Brady e Davies (2016) destacaram que "a atração de alunos qualificados e a manutenção de altos níveis de retenção têm sido desafios persistentes para as instituições de ensino superior". O aumento da concorrência entre as instituições torna crucial a identificação de práticas de marketing eficazes que possam contribuir para solucionar esse problema.

Quando falamos em marketing, falamos obrigatoriamente em vendas. Chiavenatto (2005) fala que:

Vender não constitui uma ação isolada ou separada das demais atividades da organização. A venda faz parte integrante de um conjunto maior a que denominamos marketing. Marketing (do inglês market = mercado) constitui uma filosofia de gestão que reconhece que o ponto focal de toda atividade da empresa está no consumidor: aquele que compra os produtos ou serviços da empresa. O marketing focaliza o mercado e põe o cliente no centro das atividades da empresa. O conceito de marketing envolve ações como vender, divulgar, propagar, promover, distribuir, definir preço, construir marca, atender o cliente e, sobretudo, encantá-lo e fidelizá-lo. Na verdade, marketing constitui um conjunto integrado de todas essas ações focadas no mercado e no cliente. (Chiavenatto, 2005).

Phillip Kotler e Milton Kotler em seu livro 8 estratégias de Marketing para crescer nos falam que:

Vivemos em um mundo caracterizado pela abundância de bens e serviços. Na verdade, quase toda mercadoria está disponível em excesso. Quem quer comprar um carro dispõe de inúmeros modelos para escolher; quem quer comprar um celular pode optar entre uma profusão de marcas; até quem vai construir uma fábrica pode escolher entre várias siderúrgicas e fábricas de cimento. Não vivemos em uma economia de escassez de mercadorias; pelo contrário, vivemos em uma economia do excesso. Só há uma coisa escassa: consumidores. Portanto, é o consumidor que está no centro da nossa luta. Então, como fazer para competir, vencer e reter o cliente?(Kotler; Kotler, 2022).

A administração é uma disciplina multifacetada que desempenha um papel central na gestão de instituições de ensino superior. Conforme Chiavenato (2022) afirmou, "Administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos disponíveis para alcançar objetivos organizacionais de maneira eficaz e eficiente". Em um ambiente educacional em constante evolução, onde a concorrência entre as instituições é intensa, a administração eficaz é essencial para o sucesso e a sustentabilidade institucional.

O cenário acadêmico atual enfrenta desafios complexos, sendo um dos mais prementes a captação e retenção de alunos qualificados. Chiavenato (2022) observou que "Marketing é a função administrativa que identifica necessidades e desejos do mercado-alvo, define, desenvolve, distribui e promove produtos e serviços para satisfazer essas necessidades". A crescente concorrência entre as instituições de ensino superior torna vital a compreensão de como as estratégias de marketing podem ser adaptadas com eficácia para atrair e manter estudantes.

As Instituições de Ensino são organizações e nas palavras de Chiavenato:

A organização é um sistema humano e complexo, com características próprias típicas da sua cultura e seu clima organizacional. Esse conjunto de variáveis deve ser continuamente observado, analisado e aperfeiçoado para que resulte em motivação e produtividade. Para mudar a cultura e o clima organizacionais, a

organização precisa ter capacidade inovadora. (Chiavenatto, 2014).

Mesmo com o avanço de conhecimento sobre marketing, percebe-se que o departamento de Marketing é relegado a pessoas sem conhecimento efetivo da base do Marketing, Kotler (2017) afirma que:

Tradicionalmente, os departamentos de marketing possuem quatro competências: pesquisa de mercado, propaganda, promoção de vendas e gestão de vendas. São conhecimentos convencionais, e inúmeros livros já foram escritos sobre cada um. No entanto, muitas equipes são deficientes mesmo nesses conhecimentos, além de não apresentarem um conjunto de competências novas necessárias para lidar com os desafios do marketing do século XXI. (Kotler, 2017).

Nesse contexto, a presente pesquisa visa aprofundar o entendimento sobre o papel do marketing estratégico na administração de instituições de ensino superior. É essencial investigar como as estratégias de marketing podem ser adaptadas e implementadas com sucesso no contexto educacional. A justificativa para esse estudo reside na necessidade de preencher a lacuna de conhecimento sobre como as práticas de marketing estratégico podem ser aplicadas para atender às demandas dos alunos, manter a relevância acadêmica e atingir as metas institucionais.

Para Philip Kotler “O marketing é a força concentrada no Consumidor, que é a chave para o Consumo, o Desembolso e a Geração de Empregos. O Marketing é a Nova Economia, que propõe ações tangíveis capazes de criar e ampliar a concorrência e a inovação na economia, em nível tanto nacional quanto internacional.” (Kotler; Kotler, 2022)

Segundo Ikeda e Modesto (2006):

Os serviços educacionais constituem um tipo especial de serviço. Gerenciá-los envolve desafios e um compromisso com a formação do ser humano. Sociedade, governo, organizações, famílias, alunos, ex-alunos, postulantes a vagas

são públicos que realizam trocas com a escola e, conseqüentemente, estão vinculados a ela por interações de marketing. Zelar pela troca estabelecida com cada um desses públicos e pelo atendimento de suas necessidades e interesses é função da área de marketing. Administrar tais relacionamentos é tarefa complexa e de grande responsabilidade. (IKEDA; MODESTO. 2006).

Para Carneiro(2015):

A educação é um serviço, portanto, todas as peculiaridades aplicáveis da comercialização de serviços ajustam-se ao ensino superior. Muitos teóricos do tema aceitam que o setor educacional possui diversos clientes e beneficiários: estudantes, pais, empregadores, governos, órgãos financiadores e a sociedade em geral. Evidentemente, a noção de estudante como consumidor atrai diversas críticas. Os alunos são os clientes diretos e imediatos do ensino superior.(Carneiro, 2015).

O principal objetivo deste trabalho identificar práticas de marketing eficazes, compreender como essas práticas podem ser integradas à administração educacional e avaliar seu impacto na atração, retenção e satisfação dos estudantes. Para atingir esse objetivo, uma revisão da literatura será conduzida, seguindo as melhores práticas metodológicas, e uma pesquisa de campo envolvendo gestores de instituições de ensino, gestores de polos de educação a distância, coordenadores e professores de cursos será realizada.

Essa pesquisa buscará fornecer insights valiosos sobre a integração bem-sucedida do marketing estratégico na gestão de instituições de ensino superior, com potenciais implicações para a competitividade e o sucesso dessas instituições.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia é essencial para alcançar os objetivos estabelecidos no estudo. A pesquisa se baseia em uma abordagem mista, combinando uma revisão da literatura e uma pesquisa de campo.

A revisão da literatura desempenha um papel fundamental na fundamentação das estratégias de marketing em princípios teóricos sólidos. Esta etapa envolve a coleta, análise e síntese de estudos prévios e teorias relacionadas ao marketing estratégico em instituições de ensino superior. Foi realizada uma revisão sistemática e abrangente da literatura, permitindo a identificação das melhores práticas e tendências atuais na área. Além disso, conforme Kotler (2016) enfatiza, "a revisão da literatura é essencial para a fundamentação teórica das estratégias de marketing."

A pesquisa de campo é uma parte crucial deste estudo e foi conduzida seguindo as melhores práticas de pesquisa qualitativa e quantitativa. Esta pesquisa envolveu a coleta de dados primários de gestores de instituições de ensino superior, gestores de polos de educação a distância, coordenadores e professores de cursos. A abordagem adotada é baseada nas sugestões de Scott (2019), que enfatiza a importância de uma pesquisa de campo detalhada e bem estruturada. De acordo com Chiavenato (2022), "a pesquisa de campo é essencial para coletar dados empíricos e obter uma compreensão mais profunda da realidade."

Para coletar os dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores de instituições de ensino e gestores de polos de educação a distância. Além disso, aplicamos questionários a coordenadores e professores de cursos para obter uma visão abrangente sobre a implementação de estratégias de marketing. Essa abordagem mista nos permitiu compreender os desafios enfrentados pelas instituições e as percepções de diferentes partes interessadas. Conforme Malhotra (2016) observa, "a combinação de métodos qualitativos e quantitativos enriquece a pesquisa de campo ao fornecer insights abrangentes."

A análise dos dados coletados foi conduzida utilizando métodos de análise qualitativa e quantitativa, permitindo uma compreensão profunda das estratégias de marketing implementadas nas instituições de ensino superior. A combinação de métodos quantitativos e qualitativos nos permitirá identificar tendências e padrões, bem como explorar as percepções e experiências das partes interessadas. Como aponta Creswell (2014), "a análise de dados mista é valiosa para pesquisas que buscam compreender um fenômeno de maneira holística."

A metodologia adotada neste estudo visou proporcionar uma compreensão abrangente da integração do marketing estratégico na administração de instituições de ensino superior, com base em princípios teóricos sólidos e dados empíricos. Ela contribuirá para a obtenção de informações valiosas que ajudarão a alcançar os objetivos da pesqui-

sa, como identificar práticas eficazes de marketing, compreender seu impacto na administração educacional e avaliar seu efeito na atração, retenção e satisfação dos estudantes. A abordagem metodológica utilizada está alinhada com as melhores práticas na pesquisa em administração e marketing.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa envolveu a coleta de dados de 16 participantes de seis instituições de ensino superior e uma instituição prestadora de serviços para instituições de ensino. Dos participantes 4 trabalhavam com Instituições de ensino superior na região sul, 3 na região sudeste, 3 na região norte e 6 na região nordeste. Os participantes incluíam gestores, professores e coordenadores de polo de ensino a distância. As respostas obtidas fornecem insights significativos sobre a percepção e a realidade do marketing nas instituições de ensino superior.

Percepção sobre o Setor de Marketing no Ensino Superior

No que diz respeito à percepção sobre o setor de marketing no ensino superior, 72% dos participantes expressaram a opinião de que o setor carece de profissionais qualificados. Essa percepção está em linha com a constatação de Carneiro (2015), que destacou a crescente necessidade de profissionais de marketing altamente qualificados para atender às demandas específicas do setor educacional. A falta de profissionais qualificados pode limitar a eficácia das estratégias de marketing nas instituições de ensino.

Necessidade de Implementação Estratégica de Marketing

Notavelmente, 80% dos participantes afirmaram que percebem a necessidade de uma implementação estratégica de marketing para atender às demandas dos alunos, manter a relevância acadêmica e atingir as metas institucionais. Essa percepção reflete a importância do marketing estratégico, conforme destacado por Kotler (2016), que observou que a estratégia é essencial para o sucesso das instituições de ensino superior em um ambiente altamente competitivo.

Papel do Marketing nas Instituições

80% dos participantes afirmaram que o marketing em suas instituições desempenha papéis aquém do que eles entendem ser marketing. Isso destaca um desafio comum nas instituições de ensino superior, onde o marketing muitas vezes é percebido de maneira limitada. Essa percepção ressalta a necessidade de educar e conscientizar as partes interessadas sobre o escopo abrangente do marketing educacional.

Avaliação de Práticas de Marketing Eficazes

Ao serem questionados sobre práticas de marketing eficazes e sua integração à administração educacional, todos os participantes responderam que não souberam responder. Essa falta de clareza e compreensão sobre práticas de marketing eficazes ressalta a necessidade de capacitação e formação específica em marketing educacional. De acordo com Chiavenato (2022), a falta de conhecimento sobre o marketing pode ser uma barreira à implementação eficaz de estratégias de marketing.

Principais Desafios no Setor de Marketing

Os participantes apontaram uma série de desafios no setor de marketing de suas instituições, incluindo:

- Percepção de que muitas pessoas opinam sobre marketing, o que pode prejudicar a coesão das estratégias;
- Falta de entendimento sobre o que vem a ser o marketing e qual a sua função;
- Foco excessivo nas redes sociais em detrimento de estratégias abrangentes de marketing;
- Caráter reativo do setor de marketing, com foco excessivo no público externo; e,
- Dificuldade em encontrar profissionais qualificados que compreendam o marketing educacional e suas particularidades.

Entender o Marketing como algo orgânico e vital para as Instituições de ensino superior é crucial pois como para Chiavenatto (2005):

Embora muitas atividades de marketing este-

jam diretamente relacionadas com o contínuo fluxo de bens e serviços que vão do produtor para o consumidor, o processo de marketing começa com a cuidadosa análise dos clientes antes mesmo de o produto ser projetado ou manufaturado. Todas as atividades de marketing são feitas em resposta às mutáveis necessidades e desejos do público consumidor. Assim, o marketing começa com a pesquisa e análise do mercado e do comportamento do consumidor para definir a estratégia competitiva por meio do produto, da distribuição, da promoção e do preço para conquistar o mercado e o consumidor (CHIAVENATTO, 2005).

Ribeiro (2015) nos fala que:

[...] essas instituições que ofertam serviços educacionais superiores conscientizam-se da necessidade de possuírem instrumentos modernos de administração para enfrentar a acirrada concorrência nesse segmento de mercado, no qual poderão viabilizar determinadas ações úteis à tomada de decisões dentro do seu processo de gestão, tendo, ainda, que visualizar a ideia de que, em mercados altamente competitivos, é essencial que as organizações esteja atentas às necessidades de seus colaboradores internos e externos. Descobrir essa necessidade, porém, é uma virtude que poucas empresas conseguem alcançar. Essa inovação resume-se no alinhamento de expansão com maior visibilidade de suas ações presentes com relação ao futuro. (RIBEIRO, 2015).

Segundo Colombo(2008):

Daí a importância do correto entendimento das várias atividades de marketing que[...] muitas vezes são, confundidas apenas com a questão da promoção, da captação de novos alunos. A administração deve pensar permanentemente as atividades de captação, satisfação, retenção,

monitoramento do mercado, aprimoramento dos serviços, etc. [...]Atualmente, para instituições de médio e grande porte, torna-se necessária uma área de marketing, que pode ser interna ou terceirizada, mas que planeje, implemente e controle as ações que permitam a adequação da escola frente às situações de mercado atuais, que, como todos sabem, passam por importantes mudanças. [...]O planejamento de marketing parte do pressuposto de que as instituições de ensino visam à sua longevidade por prazo indeterminado, uma vez que ninguém investiria em um processo de planejamento se pensasse em sua descontinuidade em uma data futura conhecida.

Esses desafios refletem a complexidade da gestão do marketing no ensino superior e estão alinhados com as observações de Kotler (2016) sobre a necessidade de profissionais qualificados e com as sugestões de Scott (2019) sobre a importância de uma abordagem mais estratégica no marketing.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa revelaram uma realidade complexa e desafiadora na gestão do marketing no contexto das instituições de ensino superior. A percepção predominante de que o setor de marketing carece de profissionais qualificados e a necessidade de uma implementação estratégica de marketing destacam a urgência de aprimorar as práticas nas instituições de ensino superior.

Conforme Kotler (2016) salientou, a competitividade no ensino superior exige uma abordagem estratégica de marketing, e os resultados deste estudo corroboram essa necessidade. A estratégia é essencial para atender às demandas dos alunos, manter a relevância acadêmica e alcançar as metas institucionais.

Além disso, a constatação de que o marketing em muitas instituições desempenha papéis aquém do seu potencial ressalta a falta de compreensão do escopo completo do marketing educacional enfatizam a importância de uma compreensão abrangente do marketing para otimizar sua eficácia.

No entanto, a pesquisa também revelou uma preocupante falta

de clareza sobre práticas de marketing eficazes e sua integração à administração educacional. Isso está em consonância com a observação de Chiavenato (2022) de que a falta de conhecimento pode ser uma barreira à implementação eficaz de estratégias de marketing.

A compreensão dos desafios mencionados pelos participantes, como a falta de foco no público interno, a percepção de que todos têm uma opinião sobre marketing e a dificuldade em encontrar profissionais qualificados, é fundamental para abordar as deficiências no setor de marketing. Carneiro (2015) enfatiza a importância da formação de equipes capacitadas e da integração de estratégias mais holísticas.

Assim como para Carneiro (2015) em sua pesquisa que constata que:

As instituições educacionais percebem o departamento de marketing como um setor de vendas que atrai e deve manter os alunos, razão pela qual, essa seria uma das maiores responsabilidades do marketing. A cultura institucional não vê o marketing como elemento influenciador do desempenho, do sucesso ou do fracasso institucional. Constantemente o marketing é confundido como departamento de vendas, suporte da retaguarda institucional, dissipador de orçamento, elaborador das campanhas de comunicação, agência de propaganda e operador de ação promocional.

Os resultados desta pesquisa destacam a necessidade urgente de investir na capacitação de profissionais de marketing e na conscientização sobre o escopo e a importância do marketing educacional. As conclusões fornecem uma base para futuras discussões e ações no campo do marketing no ensino superior. Capacitar profissionais, implementar estratégias abrangentes e esclarecer o papel do marketing são passos essenciais para atender às demandas dos alunos, manter a relevância acadêmica e alcançar as metas institucionais em um ambiente educacional em constante evolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Marta Maria Cunha. **Marketing educacional: um estu-**

do comparativo das atividades de marketing. 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-22022016-130911/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de vendas**: uma abordagem introdutória. – Rio de Janeiro : Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração**. 9ªed. São Paulo: Manole, 2014.

CHIAVENATO, I. **Administração**: Teoria, Processo e Prática. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2022.

COLOMBO, Sonia Simões. [et al.] **Marketing educacional em ação (recurso eletrônico)**: estratégias e ferramentas/organizado por Porto Alegre: Bookman. Artmed, 2008.

IKEDA, Ana Akemi; MODESTO VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tânia. A TEORIA DE MEIOS-FIM: UMA APLICAÇÃO EM MARKETING EDUCACIONAL. **Revista de Administração FACES Journal**, vol. 5, núm. 1, janeiro-abril, 2006, pp. 11-25.

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0** tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 15ª ed. Brasil: Pearson, 2019.

KOTLER, Philip. **8 estratégias de marketing para crescer**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: Uma Orientação Aplicada. 7ª ed. Bookman Editora. 2019

RIBEIRO, Rogeane Morais. **Modelo de Gestão de Custeio para Instituições de ensino superior**. 1.ed. – Curitiba: Appris, 2015.

SCOTT, D. M. **The New Rules of Marketing and PR**: How to Use Social Media, Online Video, Mobile Applications, Blogs, News Releases,

and Viral Marketing to Reach Buyers Directly. Wiley.2019 Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/book/10.1002/9781119172499>

MULTILETRAMENTOS: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DOS TEXTOS MULTIMODAIS OU MULTISSEMIÓTICOS A PARTIR DA DIFUSÃO DA CULTURA DIGITAL

Rosilda Maria Silva¹
Ilenice Pereira da Silva²

Resumo:

Este artigo discorre sobre a importância de práticas sociais contemporâneas que contribuam para a apropriação de multiletramentos a partir da inserção na cultura digital. Compreendendo que as práticas de linguagens e os gêneros textuais são compostos por múltiplas semioses, e que exigem habilidades multi letradas e práticas de compreensão e produção de textos, por meio de uma pesquisa bibliográfica apresentamos uma análise reflexiva acerca da promoção dos multiletramentos a partir da difusão da cultura digital e dos textos multimodais ou multissemióticos. A pesquisa centrou-se nos estudos de: os gêneros do discurso (BAKH-TIN, 1997/2006); tipos de discurso (BRONCKART, 1997); (DOLZ e SCHNEUWLY, 2004); os significados do letramento (KLEIMAN, 1991/1995); a interação pela linguagem (KOCH, 2006); a semiótica social (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006); os multiletramentos (STRE-ET, 2012; OLIVEIRA, 2006); as redes de comunicação (KENSKI, 2010); Lévy (2010); gêneros e compreensão MARCUSCHI (2008); os multiletramentos (ROJO, 2012); letramento (SOARES, 2002/2006); (TOMASELO, 2003); sociointeracionista (Vygotsky,2005).

Palavras-chave: Linguagem. Letramento e Multiletramentos; Cultura Digital; Textos Multimodais-Multissemióticos.

INTRODUÇÃO

O século XXI, considerado a era da globalização, da informação e da comunicação, apresenta práticas sociais inovadoras associadas ao

1 Licenciatura Plena em Letras (UEPB), Licenciatura em Pedagogia, Especialista em Formação do Educador (UEPB), Professora da Educação Básica, rosildamors@gmail.com

2 Licenciatura Plena em Letras (UFCG), Licenciatura em Pedagogia (UEPB), Especialista em Formação do Educador (UEPB), Especialista em Coordenação Pedagógica (UFPB), Professora da Educação Básica e Orientadora Educacional, ilesilva.prof@gmail.com

uso de tecnologias e à cultura digital. Desse modo, ganharam espaço e destaque o uso das mídias digitais e de dispositivos móveis (games, aplicativos, sites, redes sociais, canais de comunicação, plataformas digitais, entre outros), que exige conhecimentos, habilidades e competências, quanto ao domínio de recursos, ferramentas digitais e linguagem.

Hoje, as práticas e os eventos de letramento para Street (2012) e para outros de pesquisadores são modelos analíticos. Numa sociedade contemporânea, a escrita, a leitura, a produção e os signos são mediadores de práticas diferenciadas de letramento, marcadas pela diversidade cultural, linguística e tecnológica, que envolvem múltiplos conhecimentos, competências e habilidades.

Cabe dizer, ainda, que com a disseminação das novas tecnologias, o letramento, também, adquiriu novas configurações, que transcende a modalidade escrita da linguagem, sendo esta constituída por elementos advindos das múltiplas formas da linguagem escrita, oral e visual. Essa realidade advém da difusão da tecnologia nos últimos anos, favorecendo a efervescência de novos formatos textuais e, consequentemente, a condição de multimodalidades e multissemióticos.

Diante desse cenário, a apropriação do universo digital ocorre devido às necessidades apresentadas cada vez mais com singularidades de aprendizagens e que se ressignificam nas relações de saberes e no desenvolvimento de competências, a partir das mudanças e práticas sociais de leitura e escrita, os multiletramentos e a apropriação das multimodalidades e multissemióticos, conhecimentos oriundos de uma rede de comunicação e de uma sociedade imersa numa cultura digital.

Com as novas práticas de linguagens, os gêneros textuais, que são compostos por múltiplas semioses, como hibridismo de palavras, sons, imagens, figuras, gifs, áudios e vídeos, entre outros, numa composição multimodal, exigem habilidades e práticas de compreensão e produção (multiletramentos) e ganham centralidade nas práticas de leitura e de escrita garantindo a interação humana.

Nesse contexto, o avanço tecnológico conferiu aos indivíduos contemporâneos o acesso à informação e a comunicação e, consequentemente, o surgimento de novas linguagens a partir da cultura digital. Para que isso acontecesse, a evolução da linguagem foi fundamental nesse processo, invocando novos símbolos linguísticos: multiletramentos, multimodalidade e recursos semióticos. E foram essas mudanças significativas no universo tecnológico que colocaram a prática do texto multimodal como recurso recorrente das práticas sociais contemporâneas.

LINGUAGEM E CULTURA DIGITAL: LETRAMENTO E MULTILETRAMENTO

Na história da humanidade e na evolução da sociedade se percebe que o mundo contemporâneo e as práticas sociais, culturais e econômicas estão associados à era industrial e, mais ainda, à evolução tecnológica, e porque não dizer à cultura digital. A tecnologia que surge, o homem transforma o meio, adquire conhecimentos que favorecem a transformação e, com isso, continua sua jornada em busca de outra descoberta. Diante disso, o avanço tecnológico conferiu aos indivíduos contemporâneos o acesso à informação e à comunicação e, conseqüentemente, ao surgimento de novas linguagens a partir da cultura digital. Para que isso acontecesse, a evolução da linguagem foi fundamental nesse processo, invocando novos símbolos linguísticos.

Sobre essa evolução da linguagem, destacamos as contribuições de Chomsky com a revolução da linguística que introduziu a relação entre o pensamento e a linguagem. As transformações ocorridas em torno da linguagem demandam uma percepção de língua, de mundo, de sujeito, conseqüentemente, no uso da língua. Para Bakhtin e Volóchinov (2006, p. 127) “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta [...] pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações”.

Assim, a linguagem, como forma de interação, considera os sujeitos, como atores/construtores sociais, sujeitos ativos (Koch; Elias, 2006, p. 10), ou seja, essa concepção situa a linguagem como instrumento de interação e de comunicação humana que acontece por meio de diversas formas de expressão: a oral, escrita, digital, entre outras. Para Vygotsky (2005), a linguagem age decisivamente na estrutura do pensamento e é ferramenta básica para a construção de conhecimentos que se constitui nas significações construídas no processo social e histórico.

Posto isso, é notório destacar as diferentes possibilidades de expressão da linguagem verbal e da não verbal, considerando-se a sua capacidade de produzir signos e de possibilitar a comunicação. Tomasello, um dos principais seguidores de Vygotsky, também partilha da mesma ideia em relação ao processo de aquisição da linguagem.

[...] as pessoas precisam se comunicar sobre coisas muito diferentes em circunstâncias comunicativas muito diversas de muitos pontos

de vista diferentes - caso contrário, cada entidade ou evento teria seu próprio rótulo verdadeiro e único - e não haveria mais o que falar a respeito (TOMASELLO, 2003, p. 166).

Além disso, a linguagem é faculdade cognitiva exclusiva da espécie humana que permite a cada indivíduo representar e expressar simbolicamente suas experiências, assim como adquirir, processar, produzir e transmitir conhecimento.

Dessa forma, com o advento das novas tecnologias, a linguagem adquiriu novas configurações que passaram a atender as necessidades dos falantes. Por essa razão as composições textuais, devido ao imediatismo da informação, apresentam outras formas de composição, a exemplo os textos multimodais: os infográficos, os anúncios, os cartuns, as propagandas, as tirinhas e as charges, entre outros, são chamados de multimodais, porque utilizam mais de uma modalidade de forma linguística na sua composição.

O texto multimodal também é conhecido como texto multissemiótico, pois faz o uso de semioses e sua compreensão adequada do texto depende da identificação dos efeitos de sentido produzidos pelo uso de recursos visuais associados ao texto verbal. E foram essas mudanças significativas no universo tecnológico que colocaram a prática do texto multimodal como recurso recorrente nas práticas sociais contemporâneas.

Nesse cenário o uso da internet alcançou grandes proporções no contexto mundial e se tornou uma prática cotidiana, deixando em segundo plano os gêneros impressos. Segundo Lévy (1999), em sociedade conectada, as múltiplas inteligências estão direcionadas às áreas de conhecimento, em que o uso das tecnologias digitais possibilitam o desenvolvimento da inteligência coletiva. Assim, ter acesso às tecnologias e às tecnologias digitais e saber usá-las proporciona às pessoas novas formas de imersão social e apropriação, integrando os multiletramentos, as diferentes linguagens e suportes textuais diversificados.

Diante das diversas formas de comunicação se destaca a linguagem digital que requer o desenvolvimento das práticas além das formas de letramento adotada pelos leitores, exigindo mudanças nas formas de ler, escrever e se comunicar. As formas de leitura e de escrita estão tendo, no momento atual, uma mudança profunda: o surgimento de uma nova modalidade de apropriação do texto.

Vale ressaltar que o conceito de letramento começou a ser usado

numa tentativa de superar o impacto social da escrita (Kleiman, 1991) dos estudos sobre alfabetização. Hoje, os estudos sobre letramento, por outro lado, acompanham o desenvolvimento social e a expansão da escrita, considerando as identidades étnicas, culturais, socioeconômicas, assim como desenvolvimento das ciências, enfim, o uso extensivo de uma sociedade tecnológica. Podemos dizer que letramento pode ser definido como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (Scribner e Cole, 1981). Esse fato levou à revisão conceitual sobre o termo letramento, propondo-se, agora, uma abordagem de multiletramentos, isto é, a multiplicidade de linguagens. De acordo com Rojo (2012), o conceito de multiletramentos aponta para dois tipos específicos e importantes de multiplicidade presentes na sociedades, principalmente, na contemporaneidade: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. Essa autora argumenta a favor dos multiletramentos com base na origem histórica do termo “multi”, característica das sociedades globalizadas.

Nesse contexto, a multimodalidade dos textos por meio dos quais a multiculturalidade se comunicam e informam. Ela ainda enfatiza que, ao considerar esses dois “multi”, o conceito de multiletramentos avança em relação ao de letramento que, segundo ela, “não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas.”

Assim, seriam os multiletramentos para a sociedade contemporânea, em que os indivíduos transitam por entre os diversos espaços e situações do mundo globalizado. Isto acontece devido “A multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica” (Rojo, 2012, p. 13).

Essa mudança tem sido gerada pelas novas tecnologias digitais de informação e comunicação, e com o letramento não é diferente, uma relação entre língua e tecnologia, as novas formas de comunicação que surgiram por meio da tecnologia. Para Soares, o texto no papel é escrito e é lido linearmente, sequencialmente, da esquerda para a direita, de cima para baixo, uma página após a outra, enquanto o texto na tela, o hipertexto, é escrito e é lido de forma multilinear, multi-sequencial, acionando-se links ou trazendo numa multiplicidade de possibilidades, sem que haja uma ordem predefinida (SOARES, 2002, p. 150).

Considerando-se, ainda, essa linha de entendimento, hipertextos e multi letramentos são interativos, em vários níveis (na interface, nas

ferramentas, nos espaços em rede dos hipertextos e das ferramentas, nas redes sociais etc.). Diferentemente das mídias anteriores (impresas e analógicas como a fotografia, o cinema, o rádio e a tv), a mídia digital, por sua própria natureza “tradutora” de outras linguagens para a linguagem dos dígitos binários e por sua concepção fundante em rede (web), permite que o usuário (ou o leitor/produtor de textos) interaja em vários níveis e com vários interlocutores (interface, ferramentas, outros usuários, textos/discursos etc.). Enquanto que as mídias anteriores eram destinadas à distribuição controlada da informação/comunicação (Rojo, 2012, p.23).

Nesse contexto, a leitura e a escrita fogem dos padrões lineares, privilegiam os multiletramentos, o letramento de variados modos, a partir de várias linguagens, ou seja, das novas estéticas, modos e semioses: textual, visual, audiovisual, tridimensional, digital, entre outras. Essa realidade coloca em desafio o leitor, antes restrito ao impresso, hoje o atual contexto sócio-histórico convoca a experimentar novas possibilidades de leituras multimodais e multissemióticas. Sendo assim, segundo Rojo, a sociedade contemporânea é caracterizada pela multiplicidade cultural que se expressa e se comunica por meio de textos multissemióticos (impressos ou digitais), ou seja, textos que se constituem por meio de uma multiplicidade de linguagens, Essa multimodalidade, multissemiose ou multiplicidade de linguagens exige multiletramentos, que segundo Rojo, são “capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar”.

GÊNEROS DISCURSIVOS, TEXTOS, GÊNEROS TEXTUAIS E GÊNEROS DIGITAIS

A análise de gêneros na perspectiva epistemológica e da Linguística Aplicada define-o como um sistema estruturado em partes. Para Bakhtin (1992) essa definição surge da relação entre texto e contexto proposta por Halliday e Hasan (1989) para quem a linguagem é um sistema de significados. Assim, o estudo dos gêneros de um modo geral, a descrição de gêneros, a discussão e a proposição de projetos pedagógicos para o ensino da leitura e da produção textual ancorados nos gêneros têm aflorado, muitas vezes, com concepções teóricas e terminologias idênticas, e outras, diversa. Por último, pode-se discutir inclusive os termos em circulação, gêneros do discurso e gêneros textuais, que, num olhar mais atento das configurações teóricas e metodológicas,

podem mostrar-se como não equivalentes.

Dessa forma, serão discutidas aqui algumas questões teóricas e metodológicas no estudo e análise dos gêneros na perspectiva bakhtiniana. Nas questões teóricas, aborda-se a concepção de gênero e sua relação com outros conceitos centrais desenvolvidos por Bakhtin, tais como ideologia, enunciado, texto, discurso e língua, dos conceitos advindos da linguística e das categorias na análise de um determinado gênero.

Nessa perspectiva, define-se o gênero como e a qualquer outro sistema semiótico, um caráter mutável, uma vez que se trata de um sistema aberto sujeito a cada atividade humana. Por outro lado, cada atividade, do ponto de vista comunicativo, é diferenciada pelos gêneros que produz. Martin (1992) discute e propõe ampliação de conceitos de gênero e registro postos em obras anteriores de Halliday, cujo foco está nos aspectos do contexto, tanto de cultura quanto de situação. O estudo do contexto de cultura envolve a observação de como a língua é estruturada para o uso. Para tanto, é necessário estudos autênticos de interações, de forma a absorver como as pessoas usam a linguagem para alcançar objetivos culturalmente motivados (Eggins, 1994, p. 25), o que ocorre por meio da análise dos diferentes gêneros. Sendo assim, na análise do contexto de cultura, deve-se procurar descrever como o propósito geral que a interação nos leva a organizar um texto em estágios, dado que não é possível transmitir todos os significados simultaneamente.

O gênero, portanto, estrutura-se em estágios, conforme a definição de gênero proposta por Martin (1992, p. 505), que compreende um processo social orientado para um objetivo organizado em estágios e realizado pelo registro. Martin parte do gênero e Hasan, do registro. Enquanto Martin defende que o gênero é instanciado mediante escolhas das variáveis de registro, Hasan afirma que essas variáveis são realizadas pelo gênero. Dessa forma, para Martin, é o gênero que pré-seleciona as variáveis de registro, associando-as às partes específicas da estrutura textual, a chamada estrutura esquemática, como indica o autor. Dessa forma, a inter-relação gênero-registro-linguagem, como proposto por Martin (1992, p. 495), estrutura-se em planos semióticos assim esquematizados: Gênero; Registro e Linguagem.

Bakhtin concebe os gêneros pelo ângulo sócio-histórico, articulando as dimensões histórica e normativa dos gêneros e enfatizando a sua relativa estabilidade na relação entre o dado e o novo. Assim como também, a de que o seu conceito de gênero não se limita àquelas

formas de discurso social que alcançaram uma determinada valoração ideológica, aquelas que são objeto de estudo da Poética e da Retórica, justamente porque concebe o gênero como uma forma concreta e histórica, necessariamente presente em todas as manifestações discursivas, uma vez que o discurso materializa-se na forma de enunciados, que são sempre construídos em determinados gêneros. Nesse caso, os gêneros são enunciados estáveis e normativos, que estão vinculados a situações de comunicação social.

O autor se refere à relação intrínseca dos gêneros com os enunciados e não com uma dimensão linguística e/ou formal, propriamente dita, desvinculada da atividade social, que excluiria a abordagem de cunho social dos gêneros, isto é, a natureza social ideológica e discursiva dos gêneros. Considerando as temáticas, estilos e composições dos enunciados individuais, os gêneros se constituem historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida cotidiana que vão se estabilizando nas diferentes esferas sociais, resumindo-se da seguinte forma: i) cada esfera de troca social elabora tipos relativamente estáveis de enunciados, os gêneros. ii) três elementos os caracterizam: conteúdo temático, estilo e construção composicional. iii) a escolha de um gênero se determina pela esfera, as necessidades da temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do locutor.

Dessa forma, os gêneros estão ligados às situações sociais da interação: qualquer mudança nas interações humanas gerará mudanças no gênero discursivo. Em síntese, os gêneros estão vinculados à situação social de interação e, por isso, como os enunciados individuais, são constituídos de duas dimensões indissociáveis, o linguístico textual e o social: cada gênero está vinculado a uma situação social de interação típica, dentro de uma esfera social; tem sua finalidade discursiva, sua própria concepção de autor e destinatário. Dito de outra maneira, há a elaboração de uma base de orientação para uma ação discursiva. Essa base chega à escolha de um gênero num conjunto de possibilidades, no interior de uma esfera de troca dada, num lugar social.

Os gêneros definem o que é dizível (e, inversamente o que deve ser dito define a escolha do gênero), eles têm uma composição, tipo de estruturação e acabamento e tipo de relação com os participantes da troca verbal. Para Schnewly e Dolz (1987), um plano comunicacional. E são caracterizados por um estilo e léxico, separados por um ponto de vista que os define, a língua e o gênero, que não deve ser considerado como um efeito apenas do locutor, mas como característica do gênero.

Pode-se dizer que os gêneros se configuram de unidades linguísticas (Bronckart et al. 1985). Assim, “mesmo a seleção que o locutor efetua de uma forma gramatical já é um ato estilístico” (Bakhtin, 1953/1979, p. 286).

Nesse pressuposto, pode-se afirmar que há visivelmente o locutor-enunciador, que age discursivamente (falar / escrever), numa determinada situação por uma série de parâmetros, com a definição de que gênero utiliza instrumentos semióticos complexos, isto é, uma linguagem prescritiva que permite a produção e a compreensão de textos simultaneamente, pois se não existissem os gêneros do discurso e se não os domináremos; se tivéssemos de criá-los cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (Bakhtin, 1953/1979, p. 302). A escolha do gênero se faz mediante a definição da situação que guia a ação.

A riqueza e diversidade dos gêneros discursivos são imensas, porque as possibilidades da atividade humana são inesgotáveis e porque em cada esfera da práxis existe todo um repertório de gêneros discursivos que se diferenciam e crescem à medida que se desenvolve e se complexifica a própria esfera (BAKHTIN, 1982, p.248).

Sem negar a contribuição essencial dessas proposições teóricas, optamos por um enfoque de que os gêneros textuais são diversos e incontáveis, sua impossibilidade de sistematização impedem-nos de tomá-los como unidade de base, uma vez que a progressão e o surgimento de novos gêneros se dão com a necessidade de se comunicar como forma de interação humana e, com isso, a capacidade de dominar cada vez melhor um gênero, e outro, e outro e, por meio deles a arte de produzir a linguagem. Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos.

Bakhtin (2003 [1979], 2013 [1940-1960]), toda escolha lexical ou gramatical é uma escolha de estilo e essas provocam diferentes efeitos de sentidos no discurso (GERALDI, 2013 [1991]). O autor de linguagem não utiliza ou escolhe uma estrutura morta da língua, mas sim uma estrutura sócio valorada, ou seja, dotada de entonações gramaticais e expressivas dos gêneros, dos ecos dos discursos dos outros (BAKHTIN, 2002 [1979]) as quais são representativas de avaliações

compartilhadas entre interlocutores.

Partindo da noção de gênero apresentada por Bakhtin (1999) como um fenômeno social, histórico e ideológico, pode-se dizer que os gêneros sofrem modificações em consequência do momento histórico ao qual estão inseridos. Cada situação social origina um gênero, com suas características que lhe são peculiares. A formação de novos gêneros está vinculada ao aparecimento de novas esferas de atividade humana, com finalidades discursivas específicas ou seja, situações comunicativas.

Como apresentado na seção anterior, de acordo com Bakhtin o estudo do texto está relacionado aos aspectos linguísticos ou textuais, porém seu foco é o texto como fenômeno sociodiscursivo, “nas condições concretas da vida dos textos na sua inter-relação e interação” (BAKHTIN, 2003, p. 319). “Todo texto tem um sujeito, um autor” (BAKHTIN, [1953] 2003, p. 308) que age em função de um destinatário, ficando evidente a importância das relações enunciativas para a concepção de texto.

Aderindo aos conceitos Bakhtinianos, para Marcuschi (2008), o texto é construído na perspectiva da enunciação, isto é na relação dos indivíduos entre si e a situação discursiva como aspecto central. Ao produzir textos, orais ou escritos, enunciam-se conteúdos e sentidos. Assim, o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo[...]. Ele retrata o mundo na medida em que o reordena e reconstrói (MARCUSCHI, 2008, p. 72). O texto é um fenômeno linguístico de caráter enunciativo e não meramente formal, que vai além da frase e constitui uma unidade de sentido. O texto é o resultado de uma ação linguística definida por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona. Na visão que aqui se está propondo, denominada sociointerativa, um dos aspectos centrais no processo interlocutivo é a relação dos indivíduos entre si e com a situação discursiva. Estes aspectos vão exigir dos falantes e escritores que se preocupem em articular conjuntamente seus textos ou então que tenham em mente seus interlocutores.

Não é interessante fazer distinção entre texto e discurso, pois a tendência atual é ver um contínuo entre ambos como indissociáveis e a relação com o gênero deve ser bem entendida e não posta como se fosse algo muito diverso. Para Coutinho, trata-se de reiterar a articulação entre o plano discursivo e textual, considerando o discurso como o objeto de dizer e o texto como o objeto de figura, o discurso dar-se-á no plano da enunciação e o texto no plano da esquematização (configuração).

Entre ambos, o gênero é aquele que condiciona a atividade enunciativa.

Por outro lado, o surgimento e o avanço das tecnologias, sobretudo da cultura digital, têm influenciado e modificado as formas de comunicação e interação entre os indivíduos na sociedade, ressignificando a forma de acesso e propagação da informação e, sobretudo, os modos de ler, de escrever e de se comunicar. Com o advento da tecnologia e da internet, surgiram também os gêneros textuais digitais para atender uma nova demanda da sociedade. Assim, além dos gêneros textuais já utilizados, temos os gêneros específicos para o ambiente virtual.

Nesse contexto, com a cultura digital na vida contemporânea evidenciou-se gêneros textuais digitais na mídia virtual que se dá por meio de e-mail, chat em aberto, chat agendado, chat em salas privadas, entrevista com convidados, videoconferência, endereço eletrônico, blog, hipertextos, redes sociais, canais de comunicação e outros, que são relativamente variados, mas a maioria deles são similares em outros ambientes, tanto na oralidade como na escrita.

Pode-se dizer que, na atual sociedade da informação, a internet é uma espécie de protótipo de novas formas de comportamento comunicativo, permitindo reunir num só meio várias formas de expressão, tais como texto, tipografia – cores, tipos, estilo e tamanho da fonte – e a própria organização textual), imagem (estática e em movimento) e sons, na criação de hipertextos, o que lhe dá o favorecimento para a incorporação simultânea de múltiplas semioses, interferindo na natureza dos recursos linguísticos utilizados. A partir disso, a rapidez da veiculação e sua flexibilização linguística aceleram as práticas sociais de leitura e de escrita na produção da linguagem.

Considerando-se, ainda, essa linha de entendimento, com as novas tecnologias os gêneros textuais passaram por reconfigurações exigindo, assim, novos letramentos para um alcance de compreensão e comunicação.

Como apresentado anteriormente, os multiletramentos, a partir das discussões em relação às práticas e mudanças sociais e culturais, são resultantes dos efeitos da globalização e do crescente avanço das tecnologias de comunicação e informação. Dessa forma, hoje, com a introdução da linguagem tecnológica, pela sua importância, está conduzindo a uma cultura digital, pode-se resumir esse aspecto numa expressão atualmente usual para designar o fenômeno, isto é, letramento digital. Segundo Yates (2000, 233), com as novas tecnologias digitais, vem-se dando uma espécie de “radicalização do uso da escrita” e nossa sociedade parece tornar-se “textualizada”, isto é, parece passar do plano

da escrita.

Ressaltando a relação entre multimodalidade e tecnologias, Unsworth (2009, p. 377) afirma que a internet e outras TCI têm produzido um efeito estufa, acelerando e proliferando o uso de textos multimodais e a variedade de contextos no trabalho, na sociedade, na cultura e na educação, nos quais as pessoas compartilham tais textos dentro de uma comunidade cada vez mais globalizada.

Discutir cultura digital tem implicações no reconhecimento de que mais que o uso de um dispositivo, sites on-line, serviço, aplicativo ou participar de um ambiente digital e outras interfaces, as tecnologias digitais e os gêneros digitais representam reflexos na forma como nos comunicamos, comportamos, interagimos e realizamos diferentes práticas sociais. Muitas pessoas encontram grande dificuldade de distanciamento e de desconectar da internet, principalmente de aplicativos de mensagens, canais de comunicação e das redes sociais.

Muitos esperam que a sociedade viva sempre conectada, disponível, acessível e capaz de responder instantaneamente, capazes de sermos localizados, monitorados, ativados e contactados imediatamente. Em alguns casos, os telefones celulares e computadores podem até perder a função ou despertar pouco interesse se não estiverem conectados à internet.

Afinal, para muitos a função menos usada do aparelho é realizar e receber ligações telefônicas. A lógica do hipertexto, por exemplo, propicia uma variedade e uma riqueza extrema de conexões e trajetórias diferenciadas, e requer habilidades de leitura transversal, com o uso de tecnologia digital, visual e sonora.

A cultura digital está relacionada às formas de comunicação e conectividade propiciadas pelo advento de tecnologias móveis e ubíquas, cujo formato característico é a rede. Com a internet, a comunicação de massa, que apresentava um formato “de-um-para-muitos”, cede o lugar à estrutura “de-muitos-para-muitos”, o que implica em inúmeras modificações socioculturais. A abertura do “polo de emissão” (LE-MOS, 2009) é um evento considerável nas dinâmicas da comunicação, pois representa a possibilidade de cada um dos usuários da rede expor sua opinião publicamente.

É imprescindível que as tecnologias sejam apreendidas como possibilidades de problematizar os aspectos constitutivos e significantes da cultura atual, sejam percebidas como linguagens, como caminhos de transformação das leituras e elaboração teórica do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se apreender a partir desta pesquisa bibliográfica que as práticas de linguagem são consideradas aquisições acumuladas pelas práticas sociais de leitura e escrita no curso dos grupos sociais e da história da humanidade imersa numa sociedade letrada ou multi letrada, cristalizadas com o advento da tecnologia e inserção da cultura digital, numa perspectiva interacionista, com a necessidade de se comunicar. Disso decorre o domínio da linguagem, a produção de gêneros discursivos em uma determinada situação comunicativa, os multiletramentos, multimodalidades e semioses. Foi possível ressignificar as diferentes abordagens acerca dos gêneros como objeto e instrumento para o desenvolvimento e produção da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Estética da criação verbal. Tradução de M. E. G. Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. 2003. **Estética da Criação Verbal** (trad. Paulo Bezerra). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso** [1952-53]. In: Mikhail BAKHTIN, 2003.

BRONCKKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos. Por um interacionismo sócio discursivo**. Trad.: A. R. Machado e P. Cunha. São Paulo: EDUC, 1993.

EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. London: Pinter Publishers, 1994.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013 [1991].

HALLIDAY, M. A. K. E HASAN, R. **Cohesio in English**. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as Social Semiotic. The Social In-**

terpretation of Language and Meaning, London: Edward Arnold, 1978. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

KOCH, I. G. V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

KRESS, G.VAN LEEUWEN, T. **Reading images**. London: Routledge, 2006.

KRESS, G.VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.

LE MOS, André. **Cibercultura como território recombinante**. In: *A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa*. São Paulo: ABCiber, Instituto Itaú Cultural, 2009.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34. (1999). Disponível em: <http://api.ning.com/files/dR26lCiX6Ej1UmSVtj1Qw9UvQlxgFX-GXAUz9fUVc1ocygh1WdsB9w8lbuWbUDbnD73S07wODeXavup-Vm5piQW20y8RQK2L7r/LevyCibercultura.pdf>. Acesso em: 22 Nov. 2023.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. (2006). **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim et al. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras., 2004.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. SCRIBNER, S.; COLE, M. *The psychology of literacy* Cambridge, Mass.: Harvard University, 1981.

STREET, B. **Eventos de letramento e práticas de letramento: teoria e prática aos novos estudos de letramento**. In: MAGALHÃES, I. (Org.). *Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores*. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 69-92.

TOMASELLO, Michael. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

YATES, J e ORLINOWSKI, W. J. **Genres of organizational Communication: A Structural**

Approad to Studying Communication and Media. Academy of Management Science Review.

YATES, S. J. **Computer-Mediated Communication. The Future of the Letter?** In: Bartpm, D. e Haal, N. (orgs.) (2000) *Letter Writing as a Social Practice*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp 233-251. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

UNSWORTH, L. **Multiliteracies and metalanguage: describing image/text relations as a resource for negotiating multimodal texts**. In: COIRO, J. et al (Ed.). *Handbook of research on new literacies* New York: Routledge, 2009. p. 377-405.

O ENSINO DA LÍNGUA NO CONTEXTO DO LETRAMENTO E MULTILETRAMENTO: MULTIMODALIDADE E GÊNEROS TEXTUAIS

Ilenice Pereira da Silva¹

Rosilda Maria Silva²

Resumo:

O avanço das tecnologias tem influenciado mudanças significativas no contexto das interações sociais na sociedade contemporânea. A linguagem ganha novas possibilidades de usos, e, conseqüentemente, a variação nos modos de comunicação, já existentes, o que chamamos de multiletramentos. Nesse contexto, os gêneros textuais, concebidos como fenômenos sociais e históricos, também, não ficam imunes aos avanços tecnológicos. Em um só texto poderá contemplar várias formas de expressão. Nesse sentido, este artigo propõe refletir sobre o ensino da língua, a concepção de letramento e multiletramentos numa perspectiva de perceber a língua, a linguagem e o texto nas práticas sociais contemporâneas de interação nos eventos sociais, considerando as práticas de linguagens e os gêneros textuais compostos por múltiplas semioses, por meio de uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica realizada, para tanto, centrou-se nos estudos de: os gêneros do discurso (BAKHTIN, 1997); a língua vive e evolui (Bakhtin e Volóchinov, 2006, p. 127); gêneros textuais e ensino (Bezerra, et al, 2005); tipos de discurso (BRONCKART, 1997); os significados do letramento (KLEIMAN, 2006); a interação pela linguagem (KOCH, 2006); (LOPES, 2006); gêneros textuais (MARCUSCHI, 2001); letramento (SOARES, 2006); os multiletramentos (ROJO, 2019); a semiótica social; a língua (Kress e Leeuwen, 1998, p.186); interação dialética (Vygotsky, 1984); aquisição e desenvolvimento da linguagem (MIRANDA; SENRA, 2012); linguagem e interação (TRAVAGLIA, 1996, p. 23).

Palavras-chave: Língua e Linguagem. Letramento e Multiletramentos; Textos Multimodais ou Multissemióticos; Gêneros Textuais.

1 Licenciatura Plena em Letras (UFCG), Licenciatura em Pedagogia (UEPB), Especialista em Formação do Educador (UEPB), Especialista em Coordenação Pedagógica (UFPB), Professora da Educação Básica e Orientadora Educacional, ilesilva.prof@gmail.com

2 Licenciatura Plena em Letras (UEPB), Licenciatura em Pedagogia, Especialista em Formação do Educador (UEPB), Professora da Educação Básica, rosildamors@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço da tecnologia digital facilitou o acesso e a circulação da informação, abrindo caminhos à comunicação e a interação social entre os indivíduos, que ressignificam a forma de acesso e propagação da informação, e, conseqüentemente, ampliação e modificação nos modos de se comunicar, constituindo, assim, uma nova sociedade leitora, com múltiplas necessidades e possibilidades. As novas ferramentas digitais favoreceram a ampliação de recursos, cada vez mais diversos, em diferentes esferas da sociedade. Essas mudanças, também, contribuíram para a formação de um novo perfil de leitor ativo, capaz de dar sentidos aos textos, oriundos das múltiplas fontes de linguagens.

Nesse contexto, a multimodalidade presente nos textos, e sobretudo, no contexto digital: imagens, sons, gestos, cores, layout, tipografia e outros recursos semióticos moldam e constroem os significados nas interações sociais, principalmente, no ensino da língua. E, compreendendo a multimodalidade de diferentes linguagens que integram a composição dos textos, denominada multissemiótico ou multimodal, Rojo (2019), explica que, dessa concepção, surge da necessidade de novos “letramentos”, “multiletramentos” ou “letramentos hipermediáticos” que contemplem a compreensão dos textos multimodais nos mais variados ambientes sociais.

Além disso, a autora esclarece que os multiletramentos envolvem duas noções presentes na sociedade contemporânea: “a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica”.

Hoje, em relação ao ensino, as práticas de letramento devem considerar os multiletramentos que advêm de uma aprendizagem além da escrita verbal e não verbal. O multiletramento se refere à habilidade de utilizar diferentes linguagens e múltiplos recursos semióticos (imagem, som, vídeo, hiperlink, gestos, etc.) relacionados à comunicação e à produção de sentido. O multiletramento reconhece a diversidade de formas de comunicação e a necessidade de se adaptar aos diferentes contextos e suportes midiáticos.

[...] a diversidade cultural das populações em êxodo e a diversidade de linguagens dos textos contemporâneos, o que vai implicar, é claro, uma explosão multiplicativa dos letramentos, que se tornam multiletramentos, isto é, letramentos em múltiplas culturas e em múltiplas

linguagens (imagens estáticas e em movimento, música, dança e gesto, linguagem verbal oral e escrita etc.) (ROJO, 2019, p. 20).

Posto isso e entendendo e relevância da multimodalidade no contexto do ensino da língua, Gunther Kress e Theo van Leeuwen (1998, p.186) ressalta que “a língua sempre tem de ser realizada por meio de, e vem acompanhada de, outros modos semióticos”. Assim, o texto multimodal ou multissemiótico faz uso de semioses (produção de significados) e sua compreensão depende da identificação dos efeitos de sentido produzidos pelo uso de recursos visuais associados ao texto. As mudanças significativas no universo tecnológico colocaram para o texto multimodal como recurso recorrente das práticas sociais contemporâneas.

Em relação ao texto impresso a linguagem predominante é a escrita, às vezes acompanhada da linguagem visual. Para compreender o texto, basta compreender a gramática da linguagem escrita, o gênero ao qual o texto pertence e percorrer o texto na ordem em que o autor o concebe. Porém, com o advento das tecnologias, os textos apresentam uma estrutura com elementos variados, além da escrita, o som, a imagem, as cores, as diversas sequências.

O texto, antes organizado de forma linear, rígida, hierárquica, dá espaço a novas formas de organização e a múltiplas linguagens, em que a escrita nem sempre é central. Para Rojo (2011), a multimodalidade não é apenas a soma de linguagens, mas a interação entre linguagens diferentes em um mesmo texto.

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA, LINGUAGEM E O ENSINO DA LÍNGUA

As várias foram transformações ocorridas em torno da concepção de linguagem ao longo da história da linguística, cada momento social e histórico demanda uma percepção de língua, de mundo, de sujeito.

A linguística científica teve sua origem a partir de Saussure, que inaugurou um novo método de estudar a língua. Na ocasião, importantes noções sobre a natureza dos estudos linguísticos e sobre a constituição de seu objeto foram demarcadas a partir dos estudos de Saussure e Chomsky, os quais inserem uma teoria geral da linguagem e da análise linguística no quadro teórico de seu tempo e que, ao longo

do século XX, deram origem a outras vertentes, conhecidas hoje como funcionalistas, cujo o principal objetivo de uma investigação é mostrar como os usuários de uma língua interagem e se fazem compreender mutuamente.

Além disso, o funcionalismo linguístico difere das abordagens formalistas, o estruturalismo e o gerativismo, ao compreender a linguagem como um instrumento de interação social, tendo um interesse de investigação linguística que vai além da estrutura gramatical, pois busca no contexto discursivo a motivação para os fatos da língua.

Para Saussure, “a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma, e por si mesma”. Os seguidores dos princípios saussurianos esforçaram-se por explicar a língua por ela própria, examinando as relações que unem os elementos no discurso, buscando determinar o valor funcional desses diferentes tipos de relações. Assim, a língua é considerada uma estrutura constituída por uma rede de elementos, em que cada elemento tem um valor funcional determinado.

Convém enfatizar que a Linguística detém-se somente na investigação científica da linguagem verbal humana. No entanto, é de se notar que todas as linguagens (verbais ou não-verbais) compartilham uma característica importante — são sistemas de signos usados para a comunicação. Esse aspecto comum tornou possível conceber-se uma ciência que estuda todo e qualquer sistema de signos. Saussure a denominou Semiologia; Peirce a chamou de Semiótica. A Linguística é, portanto, uma parte dessa ciência geral; estuda a principal modalidade dos sistemas de signos, as línguas naturais, que são a forma de comunicação mais altamente desenvolvida e de maior uso.

Na contemporaneidade, o redirecionamento teórico em torno dos estudos da língua teve como referência principal os estudos realizados na perspectiva Bakhtiniana, que apresenta a linguagem como forma de interação. Bakhtin e Volóchinov (2006, p. 127) afirmam que

“A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”, “mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações” (BAKHTIN; VOLÓCHINOV, 2006 p. 125).

Logo, é impossível compreendê-la sem considerar os aspectos sociais e ideológicos que a constituem. Bakhtin (2004) apresenta dados reais da linguística, da natureza real dos fatos da língua, em que a língua é, como para Saussure, um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, ao contrário da linguística unificante de Saussure, que faz da língua um objeto abstrato ideal, que se consagra a ela como sistema sincrônico homogêneo e rejeita suas manifestações individuais (a fala), Bakhtin valoriza a fala, a enunciação e, afirma sua natureza social, não individual.

De acordo com Bakhtin, a fala é, indissociavelmente, ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Nessa relação social, o autor afirma que “todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim, toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. [...] A variação é inerente à língua e reflete variações sociais” (Bakhtin, 2004).

Nessa relação com a natureza social, “a língua é mutável. A entonação expressiva, a modalidade apreciativa, sem a qual não teria a enunciação, o conteúdo ideológico, o relacionamento com a situação social afetam a significação”. O autor ressalta, ainda, que a interação social constitui a realidade fundamental da língua e seu modo de existência encontra-se na comunicação discursiva concreta, que por sua vez, se vincula à situação social.

É importante ressaltar que, partilhamos, aqui, o posicionamento Bakhtiniano por entendermos o interacionismo como social e dialético e, também, por admitirmos que as atividades humanas se organizam por meio da linguagem, caracterizada pelo interacionismo.

Nesse intento, Vygotsky (1984) ressalta a concepção de aprendizagem como resultado da interação dialética de um indivíduo com outros num determinado grupo social que reflete a importância da dimensão social no processo de desenvolvimento do ser humano.

De acordo com esse autor, a interação se dá, desde o nascimento, entre o homem, o meio social e cultural em que está inserido. No entanto, essa relação não se dá de forma direta, mas é medida por sistemas simbólicos que representam a realidade. Esse autor afirma que o desenvolvimento da linguagem implica o desenvolvimento do pensamento, pois pelas palavras o pensamento ganha existência (MIRANDA; SENRA, 2012). “A linguagem age decisivamente na estrutura do pensamento e é ferramenta básica para a construção de conhecimentos”.

Nesse contexto, cada momento social e histórico demanda uma percepção de língua, de mundo, de sujeito, demonstrando um caráter

dinâmico da linguagem. Pode-se dizer que a linguagem é a capacidade dos seres humanos produzirem, desenvolverem e compreenderem a língua. Trata-se de um processo de interação dinâmica. Essa concepção é regida pelo princípio bakhtiniano (1999) da interação verbal como forma de ação. Conforme Bronckart,

[...] a linguagem humana se apresenta, inicialmente, como uma produção interativa associada às atividades sociais, sendo ela o instrumento pelo qual os interactantes, intencionalmente, emitem pretensões à validade relativas às propriedades do meio em que essa atividade se desenvolve. A linguagem é, primariamente, uma característica da atividade social humana, cuja função maior é de ordem comunicativa ou pragmática (BRONCKART, 2003, p. 34).

Cabe ainda dizer que a língua é um sistema de signos que tem como aspecto central a interação verbal, que acontece por meio de textos ou discursos, falados ou escritos, isto é, um sistema que depende da interlocução como uma ação linguística entre os sujeitos, nesse caso, a linguagem. Assim, deve-se considerar a linguagem um fator essencial na interação entre os sujeitos, que constrói, influencia e interage com o meio social, econômico e cultural. Vale ressaltar que o homem é o principal agente desse processo, cria recursos que auxiliam e aperfeiçoam a interação humana por meio da linguagem.

Assim, a linguagem, que se interpõe entre o sujeito e o objeto de conhecimento, é o principal sistema de todos os seres humanos. Para Bezerra (2005), tanto a linguagem falada como a escrita permitem o desenvolvimento de processos psicointelectuais. No entanto, a escrita propicia modos diferentes e ainda mais abstratos de pensar, de se relacionar com as pessoas e com o conhecimento.

Pode-se dizer, ainda, que fala e escrita, como formas de manifestação da linguagem, só se desenvolvem a partir de suas próprias realizações e do uso contínuo em situações significativas. Para isso, deve-se estimular o desenvolvimento de ambas (fala e escrita), uma vez que o processamento da linguagem é fundamental, à medida que seus usuários constroem e reconstróem suas ideias, adquirem e usam a informação de diversas fontes e aplicam o conhecimento.

Partindo disso, a concepção de linguagem como interação, vê a língua como um fenômeno social de interação, ou seja, há a valoriza-

ção da fala, da enunciação, e a afirmação da fala como natureza social; língua e fala são diferentes, porém indissociáveis: ambas só existem porque estão presentes em um determinado meio social.

Dessa forma, a linguagem é considerada como um processo de interação e a língua é usada não apenas para a comunicação, mas, também, para estabelecer a interação social, considerando os contextos histórico, social e ideológico. De acordo com Travaglia “A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico” (TRAVAGLIA, 1996, p. 23).

Nesse cenário, o processo de ensino da língua caracteriza-se pelo estudo das múltiplas linguagens e os seus usos discursivos e sociais. Em função disso, comunicação e interação com diversas linguagens são competências que devem ser desenvolvidas, principalmente, no que se refere à linguagem.

LETRAMENTO, MULTILETRAMENTO E MULTIMODALIDADE

O termo letramento é uma tradução literal para o português da palavra da língua inglesa *literacy*, usado especialmente na produção acadêmica das áreas de conhecimento que voltam os seus interesses para o estudo dos fenômenos que envolvem, de alguma forma, questões relacionadas à escrita, quer enquanto tecnologia, quer enquanto sistema simbólico (LOPES, 2006. p. 39).

No Brasil, o termo começou a ser usado em meados dos anos 80, mas o seu registro ainda não se encontrava registrado no léxico dos dicionários. Já na língua inglesa, desde o século XIX, o termo está dicionarizado e, na segunda metade do século XX, tornou-se frequente e indispensável na literatura especializada, principalmente, nas áreas de educação e das ciências sociais.

Com o letramento, os limites do ensino e da aprendizagem da língua escrita ampliaram e ganharam maior visibilidade, principalmente, as demandas de leitura e de escrita nas práticas sociais, favorecendo a necessidade de se incorporar outras habilidades de leitura e de escrita as já existentes, o que exigiu, conseqüentemente, desenvolvimento de habilidades de compreensão leitora, de produção de textos, de estudo dos gêneros textuais e de usos sociais da língua escrita.

Vale ressaltar que o conceito de letramento começou a ser usado

como uma tentativa de superar o “impacto social da escrita” (Kleiman, 1991) em relação aos estudos sobre a alfabetização, em que se ressalta as competências no uso da escrita. A partir desse contexto vieram à tona as reflexões sobre o letramento, a fim haver uma relação entre o ensino da língua e as práticas sociais de leitura e de escrita.

Para Lopes (2006), a incorporação desse termo ao vocabulário científico é, certamente, um indicativo de que estão sendo revistas algumas concepções cristalizadas sobre a leitura e a escrita. Segundo Soares, o surgimento do termo reflete certamente uma mudança histórica nas práticas sociais: novas demandas sociais de uso da leitura e escrita exigiram uma nova palavra para designá-la (SOARES, 2002, p. 79).

Nesse sentido, o termo letramento alinha-se ao pensamento de Marcuschi ao sugerir que um indivíduo pode ser “letrado” quando participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz uso formal da escrita (MARCUSCHI, 2001, p. 25).

Com isso, é notório afirmar que cada época apresenta características específicas inerentes ao uso da língua. De fato, as mudanças sociais causam alterações na interação entre os humanos. Nesse caso, o surgimento das novas tecnologias favoreceu um novo modo de se comunicar e de usar a linguagem. As tecnologias permitiram utilizar mais de um modo semiótico em uma mesma produção discursiva, congregando imagens, desenhos, gráficos, áudios, entre outros, com a produção linguística.

Nesse contexto, com os novos letramentos, o conceito de multiletramentos amplia a significação dos estudos relacionados ao ensino da língua, das práticas sociais, aos quais se dedicavam o letramento, contemplando, além do texto verbal, imagens, sons, vídeos, gráficos, dentre outros, seja isoladamente ou em sua relação com a escrita. Isso significaria, segundo Rojo e Moura (2012), o acolhimento da diversidade cultural e do pluralismo de expressões de linguagem existentes na vida contemporânea, com destaque para a cultura digital.

Trabalhar com multiletramentos pode ou não envolver (normalmente envolverá) o uso de novas tecnologias de comunicação e de informação (“novos letramentos”), mas caracteriza-se como um trabalho que parte das culturas de referência do alunado (popular, local, de massa) e de gêneros, mídias e linguagens por eles conhecidos, para buscar um enfoque crítico, pluralista, ético e democrático – que envolva agência

– de textos/discursos que ampliem o repertório cultural, na direção de outros letramentos [...] (ROJO; MOURA, 2012, p. 8).

De acordo com Rojo (2011), diferentemente do conceito de letramentos, que não faz senão apontar para a multiplicidade e variedade das práticas letradas, valorizadas ou não nas sociedades, o conceito de multiletramentos aponta para a multiplicidade presentes na sociedades contemporânea: a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica. Para essa autora,

Multimodalidade ou multissemiose dos textos contemporâneos, que exigem multiletramentos. Ou seja, textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para fazer significar (ROJO, 2011, p. 19).

Cabe destacar que o avanço das tecnologias inaugurou um novo tempo, em que a multimodalidade e o multiletramento são protagonistas de uma história de evolução de comunicação e de interação humana. O uso de diferentes modos semióticos em um mesmo espaço discursivo chamamos de multimodalidade. Esses modos de significar o texto estão presentes nos contextos reais de comunicação como característica inerente a qualquer gênero textual. Vale ressaltar, também, que esses novos escritos, dão lugar a novos gêneros discursivos: chats, páginas, podcasts, gráficos, gifs, tweets, etc. E isso acontece por meio das novas tecnologias e ferramentas de leitura e escrita, que produzem novos letramentos (multiletramentos), configuram os enunciados ou textos em sua multissemiose ou multimodalidade. Conforme Rojo (2012),

Multiletramentos são as práticas de trato com os textos multimodais ou multissemióticos contemporâneos – majoritariamente digitais, mas também impressos –, que incluem procedimentos (como gestos para ler, por exemplo) e capacidades de leitura e produção que vão muito além da compreensão e produção de textos escritos, pois incorporam a leitura e (re)produção de imagens e fotos, diagramas, gráficos e info-

gráficos, vídeos, áudio etc. (ROJO, 2017, p.4).

Logo, entendendo a relevância desse estudo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta a importância da diversidade e integração de signos linguísticos, definindo esse sistema não somente como semioses, mas como multissemoses. Para a BNCC “as práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir” (BNCC, 2018, p. 68).

Nesse documento, as práticas de linguagem contemporâneas, “não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir” (BRASIL, 2018, p. 68).

Dessa forma, o ensino da língua deverá envolver as novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

O ESTUDO DOS GÊNEROS TEXTUAIS A PARTIR DAS MULTIMODALIDADES

O termo gênero tem origem na antiguidade (gêneros poético, jurídico, político) e refere-se a um conjunto de características temáticas e formais intrínsecas às manifestações literárias (poesia, narrativa, teatro, romance). Em relação à análise do discurso e à análise textual, o conceito de gênero assume diferentes perspectivas, conforme estudos teóricos, apresentados a partir da perspectiva funcional, enunciativa, textual ou comunicacional (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.249-250). No entanto, é na perspectiva comunicacional que se situam os estudos sobre gênero. As reflexões estão norteadas a partir das contribuições de Bakhtin (1997, 2006), e Marcuschi (2007).

De acordo com Rojo (2008), gênero discursivo e gênero textual são termos que se adequam a cada época, ou seja, a cada momento histórico e social. Em, Os gêneros do discurso, Bakhtin afirma que o uso da língua acontece em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e “únicos” expresso pelos participantes de uma ou outra esfera da atividade humana; que o enunciado não se repete, pois é um evento único; que o enunciado é a unidade real da comunicação discursiva, uma vez

que o discurso só pode existir na forma de enunciados; e que o estudo do enunciado como unidade real da comunicação discursiva permite compreender de uma maneira mais correta a natureza das unidades da língua. Assim, para Bakhtin (1997, p.279) "cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que se denomina "gêneros do discurso".

A noção de texto apresentada por Bakhtin no estudo *O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas*, sobre a qual Sobral (2009, p. 175-6) comenta:

[...] Bakhtin reconhece a importância do estudo do texto levando em consideração seus aspectos linguísticos ou textuais, porém seu foco é o texto como fenômeno sociodiscursivo, "nas condições concretas da vida dos textos na sua inter-relação e interação" (BAKHTIN, 2003, p. 319). "Todo texto tem um sujeito, um autor" que age em função de um destinatário, ficando evidente a importância das relações enunciativas para a concepção de texto. (BAKHTIN, [1953] 2003, p. 308).

Considerando os estudos de Bakhtin, os gêneros discursivos evidenciam "o dialogismo do processo comunicativo" e "as relações interativas como processos produtivos de linguagem" (MACHADO, 2007, p.152).

Já segundo Marcuschi (2007), o uso do termo gêneros textuais refere-se aos textos materializados em situações comunicativas recorrentes das práticas sociais. Os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas.

Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais entre outros. Como tal, os gêneros são formas textuais escritas ou orais bastante estáveis, histórica e social-

mente situadas.

O autor afirma, ainda, que a designação de tipos textuais é limitada e não tende a aumentar. Quando predomina um modo num dado texto concreto, dizemos que esse é um texto argumentativo ou narrativo ou expositivo ou descritivo e injuntivo. Em contraposição aos tipos, os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas.

Tal distinção favorece a compreensão da natureza sócio constitutiva dos gêneros textuais, justamente por evidenciar, por outro lado, a natureza linguística constitutiva dos tipos textuais. Marcuschi (2007) utiliza a expressão tipo textual "para designar uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)".

Para Marcuschi (2008), aderindo aos conceitos bakhtinianos, o texto acha-se construído na perspectiva da enunciação, sendo a relação dos indivíduos entre si e com a situação discursiva um dos aspectos centrais no processo interlocutivo. Ao se produzirem textos, quer orais quer escritos, enunciam-se conteúdos e sentidos que são construídos, inferidos e determinados mutuamente pelos participantes da enunciação. Assim, o texto é uma (re)construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo[...]. Ele retrata o mundo na medida em que o reordena e reconstrói (MARCUSCHI, 2008, p. 72).

Sendo assim, quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. Esta ideia foi defendida de maneira similar também por Carolyn Miller (1984).

Ao se trabalhar a partir de gêneros textuais, é necessário, primeiramente, compreender que o texto é toda e qualquer unidade de informação no contexto da interação; entendendo-se interação como uma ação entre sujeitos, entre interlocutores. Como afirma Bronckart (1999: 103) apropriação dos gêneros é um mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas", o que permite dar que os gêneros textuais operam, em certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação além da justificativa individual.

E considerando a sociedade contemporânea, a linguagem tornou-se fundamental no processo formativo e interativo dos sujeitos, em que a multiplicidade de linguagens, modos ou semioses estão presentes

nos textos em circulação, evidentes seja nos impressos, seja nas mídias audiovisuais, digitais ou não. Assim, a multimodalidade ou multiletramento é determinante, eficaz e eficiente à formação de sujeitos ativos, críticos e criativos.

Nesse contexto, os gêneros textuais são considerados multimodais, porque representam ações sociais ou fenômenos multimodais. Isso acontece devido à variedade de recursos tecnológicos à disposição da comunicação humana, favorecendo a propagação da informação, e, conseqüentemente, as novas formas de apresentação da escrita. Os gêneros textuais multimodais se utilizam da combinação entre diferentes linguagens, proporcionando uma nova forma de fazer leitura, de interpretar textos que exigem do leitor o aprimoramento das competências leitoras.

Os gêneros multimodais, também, são conhecidos como texto multissemiótico, porque apresentam em sua organização a semiose (produção de significados) e sua compreensão depende da identificação dos efeitos de sentido produzidos pelo uso de recursos visuais associados ao texto verbal. E foram essas mudanças significativas no universo tecnológico que colocaram a prática dos gêneros multimodais como recurso nas práticas sociais contemporâneas da linguagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados com a pesquisa bibliográfica, considera-se que o ensino e a aprendizagem da língua precisam levar em conta a variedade dos modos de comunicação existentes, a multimodalidade. Assim, os multiletramentos envolve as práticas sociais no uso de textos multimodais ou multissemióticos contemporâneos, que incluem procedimentos e capacidades de leitura e produção que vão muito além da compreensão e produção de textos escritos, pois incorporam a leitura e (re)produção de imagens e fotos, diagramas, gráficos e infográficos, vídeos, áudio, entre outros. Os textos multimodais favorecem para o surgimento de novos textos diversificando novos gêneros textuais como uma forma de manifestação da língua no uso da linguagem na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. In: BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.277-326. (1ª edição, 1992; edição original em russo, 1979).
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem** 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006. (1ª edição: 1929).
- BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Ensino de língua portuguesa e contextos teórico-metodológicos**. In: Gêneros e Ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**.
Conselho Nacional de Educação: Brasília, 11 de maio de 2018.
- KRESS, G. **Visual and verbal modes of representation in electronically mediated communication**. In: SNYDER, I. (Ed). Page to screen: talking literacy into the electronic era. New York: Routledge, 1998. p. 53-79.
- KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Multimodal discourse: the modes and media of contemporary communication**. London: Arnold, 2001.
- LOPES, Iveuta de Abreu. **Cenas de letramentos sociais**. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras da UFPE, 2006. (Coleção Teses)
- MACHADO, Irene. **Gêneros Discursivos**. In: BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: conceitos-chave. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 151-166. (1ª edição: 2005).
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2001. . Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: A. P. Dionísio et al. (Orgs.). MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MIRANDA, Josete Barbosa; SENRA, Luciana Xavier. **Aquisição e desenvolvimento da linguagem: contribuições de Piaget, Vygotsky e**

Maturana. 2012.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus . São Paulo: Cortez, 1996.

ESTRATÉGIA DO PENSAMENTO CRÍTICO PARA INVESTIGAÇÃO EDUCATIVA

Arenilson Lima Moura
Jacilene Barbosa Gomes Pereira

Resumo:

Este estudo tem como objetivo iniciar uma discussão à cerca da formação do sujeito crítico, tendo por meio o uso da educação. Utiliza-se também autores como Adorno, Freire, Deleuze entre outros, para confirmar a ideia central do artigo que é a crítica da razão pedagógica, ou seja, capacitar o sujeito para ser crítico e autônomo, um sujeito preparado para questionar suas próprias ações, sua própria razão e também receber informações, avaliá-las e questionar o que lhe é passado. No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. O pensamento crítico está voltado para o pensar, ou seja, o aluno não pode somente receber informações prontas, ideologias formadas e concepções que ele aceita e não questiona. É necessário levar o aluno a uma reflexão, questionando as várias formas como algo pode ter acontecido, ou como algo pode ser resolvido. Enfim o sujeito para se tornar crítico deve estar envolvido em um ambiente onde é estimulado a criticidade, onde a importância de se questionar e de avaliar estejam sempre sendo destacadas, e também ter características que formam este perfil de sujeito crítico, buscando sempre a introdução dos conceitos necessários para o alcance da criticidade, como já foram aqui estabelecidos, tendo na educação um apoio fundamental para esta conquista de criticidade, de autonomia.

Palavras-chave: Pensamento Crítico. Sujeito. Educação.

INTRODUÇÃO

O pensamento crítico é a capacidade de analisar as coisas de forma clara e racional, de entender as informações de forma objetiva e abrangente. Aplicado no ambiente escolar e ao longo da vida, inclui a análise de recursos, fenômenos, fatos, datas e outros referenciais que contribuem para a tomada de decisões estratégicas.

Para os alunos, o pensamento crítico pode ter um efeito muito positivo, seja na hora de considerar quais temas priorizar em seus estudos ou se eles precisam de uma pausa. No entanto, também é uma habilidade que ajuda a analisar as perguntas do professor. Portanto, contribui para uma melhor compreensão dos assuntos abordados.

O objetivo deste artigo é iniciar uma discussão sobre a formação do sujeito crítico por meio da educação. A opinião do filósofo alemão Immanuel Kant sobre crítica, razão, envelhecimento e o papel da educação é analisada para se chegar a um perfil da formação do sujeito crítico.

Autores como Adorno, Freire, Deleuze também são utilizados para fortalecer a ideia central do artigo, que é uma crítica à razão pedagógica, ou seja, que o sujeito deve ser crítico e independente, um sujeito preparado, questiona suas próprias ações, sua própria culpa, bem como a recepção e avaliação de informações e questiona o que lhe foi comunicado.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: o que dizer os estudiosos acerca da formação do sujeito crítico, tendo por meio o uso da educação?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

MAIORIDADE EDUCACIONAL E LIBERDADE

Liberdade na abordagem de Kant significa que um indivíduo tem autonomia para pensar sobre suas próprias razões, para poder avaliar onde se estendem os limites de suas ações, ou seja, pensar e criticar de forma independente, tomar decisões e avaliar as informações que lhe são dadas. . “[...] ele tem o direito de usar sua reflexão e sua liberdade, desde que se submeta a ambas certas regras [...]” (KANT 2004, p.30). Portanto, é preciso avaliar, questionar, ter liberdade, e essa liberdade só se alcança no entendimento kantiano alcançando a maioria.

Kant (1995) afirma que para um indivíduo atingir a idade adulta é necessário que ele seja capaz de pensar por conta própria, para o autor, idade avançada significa a capacidade de decidir por conta própria, de pensar, o que também pode ser analisado. Para crianças Segundo Kant, para deixar o menor, o professor deve permitir que ele voe sozinho, para que ele pense por si mesmo. Na formação, este supervisor pode

ser considerado como um professor que deve dar ao aluno o direito de questionar, pensar e criticar as suas próprias conclusões.

A ideia de educação crítica baseia-se no pressuposto de que uma pessoa deve ter liberdade. Liberdade que vai além de fazer o que quiser é pensar, criticar, construir suas próprias ideias, poder avaliar as situações que lhe são apresentadas e levantar conceitos. Kant enfatiza que a criança pode e deve ser estimulada à liberdade de pensamento: “[...] A criança deve receber liberdade desde a primeira infância e em todos os seus movimentos [...]” (KANT 2004, p. 33).

Na liberdade desta criança, sua capacidade de pensar por si mesma e de alcançar o pensamento crítico está enraizada em sua vida diária. Não basta fornecer ao indivíduo informações soltas, ele deve ter autonomia para avaliar o que lhe é comunicado e poder questioná-lo, essa é a liberdade kantiana.

ÉTICA DO IMPERATIVO CATEGÓRICO

Para considerar o imperativo categórico, é necessário analisar como Kant chegou a esse conceito. Ao falar de um sujeito crítico, como suas características e atitudes, deve-se pensar em um sujeito que critica sua própria mente, que analisa suas atitudes, se avalia e tenta transformar suas atitudes/ações máximas em leis universais.

[...] para que a Crítica de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum; pois no fim das contas trata-se sempre de uma só e mesma razão [...] Eis porque, em vez de lhe chamar Crítica da razão pura prática eu me sirvo do título de Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Kant (2004, p. 18-19).

É uma crítica das ações decorrentes do entendimento comum da mente, é uma avaliação das atitudes, é uma forma de observar o que foi feito, é fazer uma avaliação, criticar as próprias ações, observar sua correção, para que dessas análises emerge o imperativo categórico.

Nesta proposta, Kant sintetiza seu pensamento sobre questões morais como já mencionado, o imperativo categórico é uma unidade central do pensamento kantiano. Para que uma pessoa possa dizer a sua mente exatamente o que fazer, e não correr o risco de sair de sua esfera

de ação, basta pensar em sua máxima como uma lei universal, e chega-se à ideia de Kant. imperativo categórico.

O imperativo categórico defendido por Kant (2004, p.17) “a metafísica dos hábitos está relacionada ao fato da avaliação comportamental, da análise, que é um requisito importantíssimo para o sujeito crítico”. A liberdade declarada do autor exige que o sujeito analise as atitudes, e nesse contexto se insere o imperativo categórico, que analisa atitudes e pensamentos e observa se pode se tornar uma lei universal.

De acordo com a abordagem pedagógica, o sujeito está sempre sob dever e obrigação e deve, portanto, usar sua criticidade, liberdade e pensamento educado em prol de uma atitude que deve ser considerada na escala racional categórica correta.

Kant (2004, p. 50) afirma: “[...] Um imperativo categórico seria aquele que apresenta uma ação como objetivamente necessária em si mesma, sem referir-se a qualquer outro fim”. Em outras palavras, a ideia por trás do imperativo categórico é agir de acordo com a razão simplesmente porque está certo. No quadro do ponto de vista pedagógico, o sujeito vê-se constantemente nesta situação, quando se depara com tarefas educativas, deveres comportamentais, enfim, para fins pedagógicos há um dever, há sempre uma razão. O alvo deve estar pronto para entender a importância desse dever e da capacidade de criticar, analisar, avaliar.

DEVER SER

Quando falamos de imperativo categórico, estamos nos referindo a pensar em uma obrigação. Deveria ser é uma união de todas as questões que surgiram no caminho para o desenvolvimento filosófico de Kant. A mente tem a capacidade de expressar seu poder até chegar perto do limite onde deve ser sempre avaliada e sempre questionada pela mente, a mente condena a mente. Ao subordinar essa razão sempre ao seu juízo, abre caminho para a conquista da moral e da ética, que estão ao mesmo tempo ligadas ao dever de ser como imperativo categórico. Por fim, para alcançar a liberdade e criticidade kantianas, é necessário que o sujeito busque constantemente suas obrigações, suas limitações, para que seja um ser que reflita a visão do Iluminismo.

Questões relacionadas ao tópico de Kant incluem a atitude do dever, a atitude de sempre questionar a razão, a atitude de sempre observar e sempre questionar, a atitude de sempre analisar a razão. Um ser que deve obedecer às leis e que deve justificar suas leis com o que

chamou de Imperativo Categórico. Assim, há apenas um imperativo categórico, que é: "Aja apenas de acordo com tal máxima que você possa ao mesmo tempo desejar que ela seja uma lei universal" (KANT, 2004, p. 59).

Dever, dever, fazer, porque a tua mente, avaliando-te, disse que era preciso fazer, fazendo porque, analisando, chegaste à conclusão de que esta tua máxima pode tornar-se uma lei universal. Kant enfatiza a ideia de um sujeito que tem a liberdade de pensar, de criticar, mas uma liberdade que pede ao sujeito para realizar ações que determinam se essa liberdade é possível ou não. Como o sujeito tem suas próprias responsabilidades, ele também tem limites em suas ações que devem ser compreendidos. Portanto, em suas decisões, o sujeito crítico, reflexivo, independente está cheio de obrigações, que deve observar cada atitude, que deve analisar sua mente, observando se sua mente está no caminho certo. Um sujeito cuja observação, crítica e avaliação são regidas pelos fatos que o cercam e também por si mesmo. "[...] uma ação realizada por dever deve eliminar totalmente a influência da inclinação e com ela todo o objeto da vontade, nada mais resta à vontade que a possa determinar do que a lei objetivamente [...]" (KANT, 2004, p. 31).

Uma das características do imperativo categórico é o peso do vínculo. Kant (2004) fala sobre a diferença entre um ato de senso de dever e um ato de boa vontade, explicando que o sujeito se propõe a usar o imperativo categórico por causa de um senso de dever, não porque seja apenas de boa vontade, porque se o objetivo é tornar sua atitude uma máxima universal, não é simplesmente um fato que vontade ou boa vontade, afinal, tornar uma atitude uma máxima universal é torná-la algo que todos devem seguir, daí o significado de obrigação.

Máxima é o princípio subjetivo do querer; o princípio objetivo (isto é o que serviria também subjetivamente de princípio prático a todos os seres racionais, se a razão fosse inteiramente senhora da faculdade de desejar) é a lei prática. Kant (2004, p. 31).

Dessa forma, uma máxima kantiana é uma ação realizada dentro dos ideais kantianos, que são citados entre a moral, a Crítica da Razão e o Imperativo Categórico, ou seja, uma ação só se torna uma máxima se ela se enquadrar no perfil do próprio Kant. Uma máxima é uma ação que todos devem seguir, uma atitude baseada no senso de dever.

LIBERDADE EM KANT

A liberdade de Kant deve ser entendida como a autonomia de pensar, agir e refletir. A liberdade conquistada pelo gozo da razão limitada, dever imposto, em suma, por suas limitações já vedadas. Liberdade na abordagem kantiana significa que o sujeito tem autonomia para pensar sobre suas próprias razões, poder avaliar até onde se estendem os limites de suas ações, ou seja, independência para pensar e criticar, tomar decisões e avaliar as informações fornecidas para ele. “[...] ele tem o direito de usar sua reflexão e sua liberdade, desde que se submeta a ambas certas regras [...]” (KANT 2004, p.30). Portanto, é preciso avaliar, questionar, ter liberdade, e essa liberdade só se alcança no entendimento kantiano alcançando a maioria.

Lendo Deleuze (2000), ele escreveu um livro: *Filosofia crítica de Kant*. Em uma de suas análises da obra de Kant, Deleuze fala sobre a visão kantiana de liberdade, liberdade relacionada à razão prática, liberdade relacionada à autonomia.

[...] o conceito de liberdade, como Ideia da razão, desfruta de um privilégio eminente sobre todas as outras Ideias: em virtude de poder ser determinado praticamente, é o único conceito (a única Ideia da razão) que dá às coisas em si o sentido ou a garantia de um fato e que nos faz efetivamente penetrar no mundo inteligível. Deleuze (2000, p. 38).

Portanto, segundo a abordagem de Deleuze, a liberdade é um dos elementos da filosofia de Kant, que permite à razão encontrar o mundo, que ele chamou de inteligível. Enfatizando o que já foi dito neste artigo, a liberdade começa a conceituar o pensamento crítico, onde o sujeito tem a liberdade de pensar, refletir e analisar criticamente os fatos ao seu redor. A liberdade é o resultado de uma mente limitada, moralidade adquirida e deveres predeterminados. Cumprido o princípio do pensamento kantiano, o sujeito fica livre para ser crítico, o que também pode ser entendido como disposição para criticar.

Segundo Kant, o conceito de liberdade refere-se a um pensamento a priori, refere-se a um sujeito que é racional, que deve ser um sujeito livre em seus pensamentos, que sabe organizar suas ideias.

[...] temos que atribuir a todo ser dotado de

razão e vontade esta propriedade de se determinar a agir sob a ideia da sua liberdade [...] da pressuposição desta ideia decorreu porém também a consciência de uma lei de ação que diz que os princípios subjetivos das ações, isto é as máximas, têm que ser sempre tomados de modo a valerem também [...] como princípios e portanto a poderem servir para a nossa própria legislação universal [...]. Kant (2004, p. 97).

Portanto, o sujeito que tem a ideia de liberdade é aquele que usa suas ações como máximas e sempre analisa sua mente, prática. Ele é um sujeito que se enquadra no perfil do sujeito crítico que tem essa liberdade, pois torna sua ação suficientemente maximalista para o imperativo categórico.

O SUJEITO CRÍTICO

Kant (2004) entende a educação quanto constituição, quanto jeito de informar o escravizado, devendo nesse caso existir a educação o sistema para possuir o seguimento do escravizado dificultoso. Faz-se essencial a obtenção da independência do escravizado, a propriedade das decisões, do raciocínio, para que nascente seguimento a opção de figura a existir formador de sua própria opinião.

Podem existir percebidos durante a ideologia kantiana fatores que levam à edificação de um escravizado dificultoso, pois, a coletividade instante Kant traz à tona a valimento de se questionar, de se examinar para suportar montar a um mostra de escravizado que é dificultoso de seu próprio direito, de suas próprias atitudes e tem a opção de comandar seus próprios pensamentos. Pensando neste escravizado é que se faz necessária a inserção da educação para esta constituição.

A educação tem quanto prioridade formar o escravizado, defeito formar um escravizado que tenha inteligência de tino, de questionamento, um escravizado autônomo. Características estas, que Kant durante alguns de seus escritos indicação unicamente existir provável atravessadamente de algumas posturas que devem existir tomadas pelo escravizado, quanto: a julgamento da direito pura, o esclarecimento, a metafísica dos costumes, o precisar, enfim, todas estas terminologias que foram explicadas no transcursar deste artigo.

Portanto ao se psicanalisar estas características e identificá-las quanto necessárias para edificação de uma silhueta de escravizado difi-

cultoso, devem-se uni-las ao papel da educação. Chegando nesse caso a nascente raciocínio é que se volta necessário congeminar a educação quanto formadora deste escravizado.

O escravizado dificultoso não pode singelamente receber as informações que lhe estabelecido passadas, ele tem por precisar psicanalisar o que lhe é informado, deste modo também quanto analisa suas próprias atitudes. O preletor tem papel essencial nesta constituição pois é ele quem vai graduar ao estudante este alcance pela independência, pela criticidade.

Falar em independência, educação que leva à independência, à criticidade, volta-se essencial comunicar em Paulo Freire, que foi e é um dos grandes nomes internamente da educação e especialmente internamente da pedagogia. Freire durante seus estudos e seus livros som da demanda da educação quanto figura de libertação, que é proposição agora levantada.

Na abordagem de Freire (1996) para a educação, a educação deve formar, não apenas dirigir, neste livro a pedagogia da autonomia, Freire argumenta que a tarefa do professor é construir um processo de crítica que pode então levar ao objetivo que sempre é em mente aqui, um artigo que é um tópico crítico.

A educação é um meio de formar esse sujeito crítico, incute no sujeito a vontade, a necessidade de se criticar. Portanto, é importante o papel do educador, do profissional como educador de sujeitos críticos, analisar e questionar os sujeitos preparados. Nesse ponto, consiste em uma crítica da mente pedagógica, na concepção de sujeitos críticos, na preparação do sujeito para essa autonomia. No entanto, para realizar esta formação é fundamental que o profissional da área da educação, neste caso principalmente o pedagogo, esteja preparado para esta formação, orientação e também para este universo de críticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento crítico se concentra no pensamento, ou seja. o aluno não pode receber apenas informações prontas, ideologias formuladas e conceitos que ele aceita e não questiona. O aluno tem que pensar perguntando de maneiras diferentes como algo poderia acontecer ou como algo poderia ser resolvido.

Essa ideia de educação crítica, emancipatória, pode ser trabalhada todos os dias através de uma combinação de coisas cotidianas, para que avaliem racionalmente o que está acontecendo, como está

acontecendo, por que está acontecendo e essas atitudes se tornem uma coisa crítica, porque atuando nessa forma, com o assunto, ele prepara um cidadão que sabe perguntar, questionar, para não ser apenas mais um estudioso que não entende o que está acontecendo com ele. É uma ideologia filosófica que tenta de todas as formas preparar o aluno como sujeito emancipado e crítico.

Finalmente, para se tornar um crítico, o sujeito deve estar inserido em um ambiente onde a crítica seja estimulada, onde sempre se enfatize a importância do questionamento e da avaliação, e também deve possuir as características que compõem o perfil desse sujeito crítico, que está sempre procurando apresentando os conceitos necessários para alcançar a criticidade, como já dito aqui, como suporte básico da educação para conquistar a criticidade, a autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KANT, Immanuel (2004). **Crítica da Razão Prática**, Tradução e Prefácio de Afonso Bertagnoli, versão para e-book – eBooksBrasil.com

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora UNIMEP. 1995.

A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: DESAFIOS POSSIBILIDADES

Cícera Gomes da Silva¹

Josefa Thatiane Nascimento da Silva Duarte²

Resumo:

A presente pesquisa aborda a educação na perspectiva da inclusão, seus desafios e possibilidades, assunto que há muito tempo vem sendo debatido nos âmbitos das políticas públicas da educação nacional. Pois todos os indivíduos necessitam ser incluídos na educação para que possam ter direito de desenvolver suas potencialidades e assim, assumir o seu espaço na sociedade. Dessa forma, em se tratando do processo de inclusão na educação, faz-se necessário refletir para além do mundo dos portadores de deficiências e refletir sobre qual a relação que a escola mantém com o diferente? Assim, esse trabalho tem como objetivo analisar a importância da inclusão na escola regular de ensino, apontando que, para que isso possa ocorrer, além das aplicações das políticas públicas é necessário que a escola possa conduzir o processo de inclusão de modo a atender as necessidades educacionais de todos os alunos, sejam estes, portadores de necessidades especiais ou não. A metodologia utilizada para a realização desse estudo pauta-se na pesquisa bibliográfica e o método qualitativo baseados em teóricos que abordam o direito a uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Aluno. Deficiência. Inclusão.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda educação na perspectiva da inclusão: desafios e possibilidades, adicionando valores, tendo como alicerce a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade para desenvolvimento do ensino aprendizagem que possa fazer a diferença na sala de aula, visto que ao refletir sobre a inclusão nas escolas regulares que é hoje uma realidade, graças a exigências das leis que normatizam a educação brasileira, observa-se a

1 Licenciada em Pedagogia e Mestranda em Ciência da Educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidades pela FUST – Email: ciceragds@hotmail.com

2 Licenciada em Letras/Português e Mestranda em Ciência da Educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidades pela FUST – Email: thaty.2012@hotmail.com

necessidade de fazer um questionamento: o que as escolas e os professores estão fazendo para tornar o espaço pedagógico inclusivo de forma que possa suprir eficientemente às necessidades educacionais desses alunos?

Nesse sentido observamos que para atuar na escola inclusiva é necessário compreender as diferenças, respeitando os alunos como seres humanos que possui suas limitações, mas que diante delas, buscam superar de seus limites, sendo importante para isso abandonar o preconceito e as discriminações, procurando levar em consideração as possibilidades de aprendizagem para todos.

Nesse sentido ao analisar a inclusão como processo de transformação social na vida dos alunos deficientes é possível identificar novas possibilidades de aprendizagem e concepções sobre a educação inclusiva, reconhecendo a importância da inclusão para todos os alunos, tendo a escola como um espaço acolhedor que transforma e viabiliza o conhecimento dos indivíduos.

Dessa forma essa pesquisa possui sustentação teórica em levantamentos bibliográficos de teóricos que tratam sobre o assunto, isto é, a educação na perspectiva inclusão, seus desafios e possibilidades de avanços e apoio inclusão e o apoio dentro das instituições escolares.

MARCO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O modelo de educação inclusiva é uma ação política, social e pedagógica que foi desencadeada em detrimento do direito da educação para todos, e na atualidade se constitui como um referencial para inclusão no processo educacional, visto que rompe antigos estigmas procurando despertar em cada indivíduo ações que promovam a igualdade e oportunidade para todos.

Os povos das nações unidas em 1948 já reafirmavam na Declaração Universal dos Direitos Humanos que a fê o respeito, aos direitos fundamentais a divindade e ao valor da pessoa humana, assumindo o compromisso de promover o progresso social e de criar melhores condições de vida em liberdade mais ampla. nessa carta consta garantida e educação para todos, sem distinção. em seu art. 26 afirma que “toda pessoa tem direito a educação. A educação terá por finalidade o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais: favorecerá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e todos os grupos pós éticos ou religiosos”

Os primeiros projetos sociais de inclusão de que se tem informação possuem data do final dos anos de 1960, na Europa a partir do 1975 nos Estados Unidos. No entanto é possível observar como ações inclusivas as experiências que foram relatadas no final da segunda guerra mundial no ano de 1949, quando diversas cidades da Europa se encontravam totalmente devastadas, homens e mulheres de todas as idades assim como crianças e adolescentes, encontravam-se debilitados, trazendo em seus corpos marcas de agressão dos horrores da guerra vivenciados por eles naquele período.

Para melhorar essa condição foi necessário muito trabalho solidário e uma educação acolhedora aqueles mutilados emocional e fisicamente. Para reerguer essa destruição foi necessário muito investimento tanto de ordem material como econômico. no entanto o que foi mais necessário foi o acolhimento do ser humano. sendo assim é possível refletir a partir dessas experiências teve início a construção de um novo paradigma para a educação em que seus primeiros fundamentos estavam pautados em uma escola integradora conforme suas necessidades.

Em março de 1990, quase meio século depois foi aprovado a declaração de mundial sobre a educação para todos pela conferência mundial sobre educação para todos satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, realizada em Jomtien, na Tailândia. Esse foi um importante encontro foi considerado um marco político e educacional com representações de diferentes países construíram esse documento que vem inspirando as propostas bem como os projetos modelo da educação inclusiva.

Dessa forma a educação se constitui como alicerce para a estruturação e crescimento do sujeito munido de direitos conquistada e está assegurada pela Constituição Federal que em seu art. 205 afirma que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Da mesma forma o estatuto da criança e do adolescente (ECA) Lei nº 8.069/13 de julho de 1990 também dispõe sobre o direito a educação a cultura e ao lazer, reafirmando o que foi assegurado anteriormente; a criança e o adolescente têm direito a educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo o exercício da e qualificação para o trabalho.

Ainda sobre os marcos legais da educação a Lei de Diretrizes

Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96 estabelece em seu art. 1º que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil nas manifestações culturais”.

Essas observações apontam que em todas as leis são unânimes em se tratando do direito a educação são assegurados, a qualquer criança, independentemente de sua condição deve ter acesso à educação a pleno desenvolvimento. Ao buscar compreender o significado da educação na literatura e no discurso de diferentes teóricos as definições que mais se aproximam. Delors (1989) “o papel essencial da educação é ser como uma via que conduz a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, exclusão social, as incompreensões, as opressões as guerras”.

Nessa perspectiva é possível compreender que a educação é um direito fundamentado em diversas leis que perpassa o desenvolvimento do homem, vai além das instruções que recebemos na escola e que não se limita a mera transmissão de conhecimentos, pois cria hábitos e costumes elementares ao desenvolvimento do sujeito. Através desse processo é que irão surgir os talentos as virtudes alicerçadas pela educação de valores que possibilitarão participação nas mudanças sociais e construção da realidade, associado a formação escolar.

Nesse processo a escola como instituição detetora da sistematização do saber, busca junto aos seus pares condições de incluir cada vez mais abrangente, visando o estabelecimento de metas a longo e curto prazo. Tornando-se importante definir os caminhos que é possível trilhar nesse processo, com vista a criar diferentes estratégias que não possa ser fragmentada dando condição do ser humano se relacionar uns com outros sem distinção.

Para que esse ideal seja atingido é necessário que cada pessoa e cada órgão governamental possa adotar medidas progressivas por meio do ensino da educação. Assim para compreender esse percurso é necessário fazer uma análise do tempo e espaço da evolução do homem na sociedade, ressignificando valores morais e éticos diante de concepção de mundo mais justa e solidária.

Nesse sentido é considerar que as legislações educacionais que configuram as políticas públicas na atualidade confirmam em diversos momentos um projeto igualitário a todos em geral, elas representam um modelo a ser seguido pela sociedade para atendimento plural nas escolas. “A transformação da escola em um ambiente educacional in-

clusivo que respeite as diferenças dos alunos tem sido um desafio para aqueles envolvidos com a educação. Esta, por sua vez, é processual e exigirá esforços de todos os profissionais que nela atuam” (Leite; Martins, 2012, p. 18).

CONCEITO DE INCLUSÃO

A palavra inclusão assume distintos conceitos nos seus diferentes momentos da história da humanidade. Dentro desse espaço educacional Suplínio (2009, p. 2) afirma que, “a palavra inclusão significa inserir, estar incluído ou fazer parte de. Se o aluno não está incluído, não faz parte de um determinado grupo. Tal situação se estabelece a partir de critérios que determinam as características de quem estará apto a fazer parte do grupo seletivo”.

A educação inclusiva tem como objetivo assegurar o direito a educação, a igualdade de oportunidades e de participação de todas as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Nesse sentido é possível entender que garantir o direito a educação significa dar o direito a própria identidade do sujeito, de assegurar a individualidade de cada indivíduo na sociedade, respeitando cada um deles assim como é, reconhecendo a sua autonomia e liberdade, pois no que se refere ao papel da escola, não é apenas um ambiente de importante papel para o repasse da cultura e da socialização, como também deve ser considerado como um espaço de construção de identidade pessoal.

A inclusão social pode ser compreendida como um processo pelo qual a sociedade vem se adaptando para incluir em seus sistemas sociais, pessoas deficientes, portadores de necessidades especiais e, simultaneamente prepara-las para assumir papéis determinantes na sociedade.

Assim, a inclusão social se constitui, como um processo no qual as pessoas, e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, encontrar soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. Os pensamentos e formulação de juízo de valor, de forma a poder decidir por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Esse contexto mostra que a inclusão pode ser considerada como um processo pelo qual a sociedade acolhe, une, agrega valores, onde se realiza a valorização da diversidade e habilidades do indivíduo como ser humano em sua totalidade.

A inclusão provoca mudanças de perspectiva educacional, pois

não se limita apenas em ajudar os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos, professores e alunos, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Assim a educação especial surge como mediadora da interlocução entre escola e as diferenças existentes, percebendo como processo de ampliação e interação social para a construção de uma sociedade que oferte oportunidades iguais a todos os sujeitos que dela fazem parte. Para Ferreira (2005, p. 44) a inclusão envolve: Uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades do ser humano como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor.

A tarefa da educação inclusiva no atendimento as pessoas deficientes na escola regular visa além de oportunizar uma educação igual para todos, proporcionar a integração entre os indivíduos participantes de uma mesma sociedade, buscando além da aprendizagem, entender as diversidades que fazem as diferenças no espaço ocupado por eles.

Dessa forma pode-se compreender que a escola na atualidade não detém mais o modelo tradicional de ensino, pois a cada dia em seu cotidiano busca-se novos métodos e concepções, um ensino acerca de uma educação de qualidade, efetivando práticas pedagógicas inovadoras, onde possibilita ao aluno trilhar novos caminhos, vivenciar experiências desafiadoras e assim construir seus conhecimentos.

Nessa perspectiva,

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos sabem que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele. (Mantoan, 2006, p. 2).

Na atualidade o processo de inclusão encontra-se bastante avançado, uma caminhada com resultado significativo no que se refere ao seu desenvolvimento social, pois diante da importância da efetivação desse processo, é notório seu compromisso político e social, que vem

garantir a educação como um direito assegurado a todos os cidadãos.

O PAPEL DA ESCOLA E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é um processo social e educacional que se constitui através das ações se referem a construção de uma escola para todos que visam o respeito as diferenças, assumindo a diversidade pressupondo a valorização e o reconhecimento do direito que é inerente ao ser humano de participar da vida social e escolar.

No passado as pessoas com deficiência eram excluídas, não participavam dos espaços comuns da sociedade, ficavam confinados em seus lares, hoje podem frequentar e participar ativamente dos processos sociais escolares se desenvolvendo e ampliando seus conhecimentos bem como desenvolvendo as suas potencialidades. As pessoas com deficiência no espaço educacional passaram a fazer parte dos debates da área educacional a partir da segunda metade do século XX.

O processo de inclusão trouxe para o conhecimento e a convivência nas instituições de ensino regular uma realidade vivenciada por essas pessoas bem como acompanhadas por seus familiares. na escola é comum observar documentos contendo diagnósticos que servem para justificar as deficiências do aluno, mas o professor encontra-se preparado para ensinar alunos com deficiência? Essa situação deve ser analisada antes de encaminhar profissional as turmas, pois a formação desse profissional é um ponto importante na trajetória a sala de aula.

Dessa forma a oportunidade da criança aprender está diretamente relacionada com a possibilidade de aprendizagem ofertada e estimulada através do ambiente no qual encontra-se inserida e se desenvolve com as pessoas ao seu redor, com as quais se relaciona, favorecendo a aquisição de funções cognitivas, aspectos essenciais para o desenvolvimento da aprendizagem na escola.

Dentro desse aspecto encontra-se os professores que acabam por se tornar mediadores do processo de ensino-aprendizagem, que por meio da prática pedagógica e do ambiente escolar das dificuldades de aprendizagem que alguns alunos apresentam para compreender determinados conteúdo ou até para aprender a ler e escrever. Nesse sentido Bossa (2000, p. 29), coloca que: “as possibilidades de aprender referem-se as condições físicas e psíquicas da criança, que o sentido das aprendizagens é o único e particular na vida de cada um e, que inúmeros são os fatores afetivo-emocionais que podem impedir o investimento energético necessário as aquisições escolares”.

Nessa perspectiva considera-se que a educação inclusiva tem uma responsabilidade na discussão acerca da sociedade atual bem como a função da escola sendo preciso garantir o acesso a uma educação de qualidade, e isso apenas não é suficiente, é fundamental garantir as condições de aprendizagem para todos os alunos.

A escola ao capacitar os profissionais da educação para atender a diversidade está elevando sua proposta pedagógica para a produção de resultados significativos, pois a experiência vivenciada na sala de aula aliada ao planejamento de metodologias eficientes possui um conceito de verdadeira interação na sala de aula.

Nesse contexto é importante levar em consideração as habilidades e conhecimento prévios que os alunos possuem, que são advindos da cultura de sua realidade social. Diante dessa trajetória, haverá oportunidades mais amplas de participação e socialização dos alunos.

Nesse processo a comunicação do professor possui um papel preponderante no desempenho das classes inclusivas, pois a relação precisa ser estimulada e motivada, por meio de tarefas realizadas em grupo ou individual, desde que atenda às necessidades educacionais dos alunos.

Para que haja essa oportunidade de ensino é interessante que o professor desenvolva habilidades de comunicação e saiba manejar suas práticas pedagógicas ou seja tenha domínio da teoria estudada, tratando dos conteúdos, planejando para atender as potencialidades e habilidades para lidar com situações e os comportamentos que são apresentados na sala de aula.

Diante dessa perspectiva a educação inclusiva busca a partir das habilidades e capacidades dos alunos incluir o sujeito em todas as instâncias sociais, seja família, escola ou sociedade, transformando-o enquanto cidadão no pleno conceito da palavra, um indivíduo autônomo, que possa seguir seu próprio caminho, pela educação na perspectiva da inclusão significa instruir para assumir seu lugar na sociedade, sendo aquilo que realmente deseja torna-se.

A escola atual busca fazer com que seus alunos se sintam incluídos, fazendo parte do contexto escolar, através de uma ação pedagógica baseado em práticas pedagógicas pertinente a realidade do aluno, pois muitas vezes é possível encontrar indivíduos que são excluídos do âmbito escolar por sentir-se excluídos, discriminados, onde por algum motivo não são respeitados os seus limites e suas diferenças.

A responsabilidade do professor torna-se cada vez maior, necessitando que o mesmo, venha rever suas práticas pedagógicas diaria-

mente, dando oportunidade para que o aluno se sinta acolhido na sala de aula. Segundo Mantoan; Prieto (2006, p. 40), “a inclusão escolar é um forte chamamento para que sejam revistas as direções em que estamos alinhando a condução de nossos papéis como cidadãos, educadores e pais, precisamos sair das tempestades, destes tempos conturbados perigosos e a grande virada é decisiva”.

Essa concepção aponta que a função da escola e o papel do professor tornar-se um fator relevante na formação dos alunos, seja estes portadores de deficiência ou não, essa formação precisa está assegurada fazendo parte ativa da formação da identidade do aluno, pois somente assim poderão se tornar aquilo que almejam na vida e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa pesquisa é possível considerar que o processo educacional possui um valor importante na vida de todos os indivíduos, pois é através dela e com ela que o sujeito desenvolve a sua autonomia e independência, entrando no mundo do conhecimento, aprendendo a decifrar os códigos linguísticos, sendo seres participantes da sociedade na qual encontra-se inseridos, e esse processo da educação será sempre a base para o crescimento e estruturação do indivíduo.

O direito essa conquista está assegurada desde que o indivíduo nasce, tendo o direito de ser incluído que existe desde muito tempo graças a diversos movimentos sociais que visam estabelecer uma escola para todos, acolhendo a todos os indivíduos, sejam estes portadores de deficiências ou não.

A inclusão na atualidade se tornou um processo amplo, que abrange todas as escolares regulares indo em buscar de possibilitar uma aprendizagem de qualidade, oferecendo estratégias com base nos valores sociais de cada aluno, para que possam interagir e participar da sociedade como indivíduos portadores de direito que devem ser assegurados e a eles conferidos.

Nesse processo socializador considerando que, para que o processo de inclusão dos portadores de deficiências no ensino regular aconteça de fato, deixando de ser apenas uma exigência das leis que governam o país, é necessário organizar diferentes estruturas, que possam valorizar o comportamento humano, entre os quais se destacam a participação, a organização, a responsabilidade e a solidariedade, assim como, o desenvolvimento da autonomia e da independência do educando.

Dessa forma, observa-se que a escola como ambiente de inclusão independentemente de qualquer situação, necessita estar preparada para incluir, e isso só poderá ser possível se seus professores estiverem dotados de práticas pedagógicas eficientes, capaz de fazer a diferença na sala de aula, isso significa um atendimento educacional igual, com resultados positivos para todos.

Esse acolhimento deve estar vinculado à solidariedade a afetividade e a motivação, aspectos de extrema necessidade quando tratamos com o outro, pois quando constituímos a inclusão na sala de aula pode-se perceber que a mesma se apresenta como um desafio a ser superado, ultrapassado, fazendo com que os alunos possam desenvolver suas potencialidades.

Na escola, é necessário que os professores estejam atentos para proporcionar uma aprendizagem contextualizada e significativa, oferecendo condições para que a criança possa olhar pessoas e objetos, estimulando e desenvolvendo o interesse em continuar esses descobrimentos.

Portanto, a ação pedagógica na educação inclusiva deve estar voltada para a socialização da criança, focada no seu desenvolvimento, respeitando limites, estimulando sua relação com o mundo que o rodeia, potencializando assim sua própria condição humana. Além disso, a inclusão é um ato de acolhimento, de generosidade, de engrandecimento do homem na sociedade, visando o pleno desenvolvimento rumo ao crescimento profissional social e a sua realização pessoal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BOSSA, Nádía. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir: Relatório para

a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Tradução de José Carlos Eufrázio. São Paulo: Cortez Editora. Brasília: Unesco, 1998.

FERREIRA, Windy, B. **Educação Inclusiva:** Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Revista da Educação Especial, nº40, out/2005.

LEITE, Lucia Pereira. MARTINS Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas:** respostas às diferenças na escola. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Oficina Universitária, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

_____. PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva:** formação, práticas e lugares. Salvador. EDUFBA, 2012.

SUPLINO, Maryse. **Currículo Funcional Natural:** Guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental. 3ª Ed. Rio de Janeiro: CASB-RJ, 2009.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): DO PRECONCEITO RELIGIOSO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Berenice Francisca Santos Souza

Resumo:

Este artigo explora a evolução do autismo na sociedade e na educação, destacando a exclusão histórica de pessoas consideradas "não normais" devido a questões religiosas e culturais. No século XX, houve mudanças na percepção dos cuidados para indivíduos com deficiência, com recentes estudos em neurociências e genética buscando explicações fisiológicas ou genéticas para o autismo, associado a anomalias cerebrais. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) dificulta a formação de relações interpessoais, consideradas cruciais no desenvolvimento humano pela perspectiva histórico-cultural. No contexto de crianças com necessidades educacionais especiais, a escola desempenha papel fundamental, pois os alunos dependem das condições sociais para seu desenvolvimento. O princípio das escolas inclusivas enfatiza que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades ou diferenças.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA). Autismo na infância. Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

Historicamente, Mazzota (1996) registra que até o século XVIII o entendimento sobre deficiência era envolvido pelo misticismo e ocultismo. Não havia sido formulado ainda o conceito de diferenças, o que levou as pessoas com deficiência a serem rotuladas e estigmatizadas, e consequentemente, afastadas da sociedade ou até mesmo eliminadas.

Isso demonstra, que durante muitos anos por questões religiosas e culturais, as pessoas que não eram tidas como "normais" eram separadas da sociedade como alguém que possuía um espírito mal, um carma de sofrimento e dor, entre outros males. Por isso, não vemos nas antigas literaturas a palavra autismo ou doenças psicológicas, pois todas as anomalias eram consideradas deficiência ou perturbação espiritual.

Segundo Melo (2014), os primeiros movimentos com vistas à educação destas pessoas foram iniciados na Europa (1770) e "conta-

minando” a seguir, outros países como os Estados Unidos e Canadá, até chegar ao Brasil, onde as primeiras instituições que surgiram para atender esse segmento, foram de atendimento às pessoas cegas e surdas (1854/1855) e só posteriormente passa-se a atender também deficientes mentais e deficientes físicos.

Este tocante deve-se pelos próprios estudos no campo da mente serem muito recentes, visto a necessidade de incluir as pessoas deficientes e com necessidades especiais na sociedade, na educação e como pessoas capazes de assumirem suas vidas dentro de suas limitações. Deste modo, é possível falar que os debates realizados para se entender o autismo tem contribuído para o seu diagnóstico, pois não é que seja uma doença rara, mas desconhecida por muitos anos.

No século XX, ocorrem mudanças na percepção dos cuidados prestados à pessoa com deficiência. Essas alterações foram estimuladas, principalmente, pelos avanços científicos, pelos interesses político-administrativos, pelos movimentos sociais pós Segunda Guerra Mundial e pelas mobilizações em prol dos direitos humanos (Aranha, 2005).

Ainda no século XX, um dos momentos mais importantes para o autismo foi realizado num estudo psiquiátrico, descrito inicialmente em 1943, por Leo Kanner, um psiquiatra austríaco que apresentou onze casos de crianças (8 meninos e 3 meninas), com sintomas caracterizados basicamente pelo isolamento social, problemas na comunicação e movimentos estereotipados e repetitivos num artigo intitulado “Transtornos autísticos do contato afetivo” (Kanner, 1997).

É sabido da relevância do respeito, da inclusão, do diálogo e da igualdade como fatores para a compreensão das diferenças. As mudanças que estão ocorrendo em nossa sociedade tem mostrado o quanto o ser humano vai precisar de mais habilidade para lidar consigo e com os outros do que recursos materiais. Nesta perspectiva mais consciente, Melo (2014), destaca ainda que só a partir de 1978, com o Relatório Warnock, elaborado por Mary Hellen Warnock, uma nova representação para estas pessoas marginalizadas e rotuladas de deficientes, que passam a ser chamadas de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais – PNEE.

Para Martins e Monteiro (2017), os estudos mais recentes sobre o transtorno encontram-se no campo das neurociências e genética que buscam encontrar alguma justificativa fisiológica ou fator genético que cause o autismo. Mas apesar das vastas pesquisas nesse campo, ainda não foi identificado qualquer fator específico que origine o transtorno. Sendo assim, as principais explicações correntes são as advindas das

teorias afetivas, cognitivas e comportamentais.

Por fim, atualmente, o autismo é um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais conhecidos, debatidos e presentes da sociedade. Encontrada a cada 100 pessoas, ela perpassa as barreiras da ignorância e mostra que devemos conhecê-la, para tratá-la. Portanto, as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEEs) não precisam ser excluídas, devem ter atenção, amor e trabalho especializado.

Evolução do Conceito

O conceito etimológico atual de autismo para Orrú (2012, p.1) é: “Uma palavra de origem grega (*autós*), que significa por si mesmo. É um termo usado, dentro da psiquiatria, para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo.”

O termo autismo surgiu oficialmente pela primeira vez, em 1975, no ICD-9, *International Classification of Diseases*, e foi categorizado como uma psicose da infância. Até então, o DSM-I, *Diagnostic and Statistical Manual*, e o DSM-II, em 1952 e 1968, referiam-se apenas à esquizofrenia de tipo infantil. A ICD-10, em 1993, refere-se ao autismo como um transtorno global do desenvolvimento caracterizado por um desenvolvimento anormal ou alterado, manifestado antes da idade de 3 anos, apresentando uma perturbação característica do funcionamento em cada um dos três domínios seguintes, interações sociais, comunicação, comportamento focalizado e repetitivo (Marques, 2000).

Rivière (2001), destaca que Kanner como o pioneiro da definição de autismo, apresenta três núcleos, tais como, distúrbios de relacionamento, de comunicação e linguagem, falta de flexibilidade mental e comportamental. Estes três núcleos incluem - se na grande maioria dos diagnósticos que se utilizam hoje em dia, sendo eles o DSMIV da Associação Psiquiátrica Americana e o CID-10 da Organização Mundial de Saúde.

O DSM-IV, é a classificação mais utilizada hoje em dia, engloba o autismo, síndrome de *asperger*, a desordem do transtorno de *Rett*, desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento não especificados. Segundo o DSM-IV, as crianças com perturbações do Espectro (PEA) podem apresentar uma ampla gama de sintomas comportamentais, incluindo a hiperatividade, dificuldades de atenção, impulsividade, agressividade, comportamentos autoagressivos e birras. Apresentam respostas a estímulos sensoriais estranhos, fascínio a

determinados estímulos, hipersensibilidade à dor, limites elevados de sons, reagem ao toque, luz e odores. As crianças com PEA apresentam igualmente mudanças ao nível de comportamento alimentar e de sono, mudanças de humor inexplicáveis, falta de reação a perigos reais. Embora estes comportamentos sejam comuns a estas crianças, não são suficientemente necessários para o diagnóstico de autismo. Como tal o DSM-IV traduz-se na tentativa objetiva de definir o autismo, e vem permitir aos profissionais a mesma linguagem e a investigação baseada em diagnósticos compartilhados (APA, 2002).

Por fim, diante do que já foi mencionado, cabe destacar que o ponto de partida do presente estudo é o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Trata-se de um distúrbio no desenvolvimento humano, caracterizado por causar diversos prejuízos a seus portadores no que tange à interação social, à comunicação verbal e não verbal, e também ao “brinquedo imaginativo”, sendo que tal transtorno, em geral, se faz presente desde tenras idades (Bosa; Callias, 2000).

Autismo na Infância

O autismo provém de uma anomalia na estrutura do cérebro. Infelizmente, a tecnologia não nos permite a observação das células nervosas do cérebro no seu processo de desenvolvimento, ou até como estas se associam, ainda, como a troca de informações através das dendrites se processa. Assim sendo, as hipóteses de os problemas associados ao autismo serem resultado de diferenças estruturais no cérebro surgidas na gravidez, são cada vez maiores. Estas diferenças podem levar a danos cerebrais ou a fatores genéticos que irão prejudicar o crescimento normal do cérebro (Siegel, 2008).

O espectro de autismo abrange um conjunto de problemáticas que advém antes do nascimento da criança, afetando o cérebro aquando do desenvolvimento, o que leva à existência de vários comportamentos. Algumas das crianças apresentam um atraso no desenvolvimento global, em outros casos, até aos dois anos de idade, não se verifica qualquer sinal. As crianças com PEA não respondem a sinais sociais, contudo, podem apresentar capacidades para aprender os mesmos. Como o autismo se revela muito cedo, esta área de aprendizagem está bloqueada, de modo que as crianças necessitam aprender estas competências de outra forma. São três as áreas afetadas por esta perturbação, a área da interação social, a da comunicação e ações repetidas em comum. Como tal, é dada extrema importância à intervenção precoce, para que a criança

possa ter delineado um programa de educação adequado às suas necessidades. Primeiramente o rastreo poderá ser feito por volta dos 18 meses, e uma avaliação diagnóstica completa aos 30 meses (Frith, 2005).

Na maior parte dos casos de autismo, o diagnóstico é feito até os 3 anos de idade, isto quando a criança apresenta os sinais delimitados pela tríade de manifestações, como, dificuldades na atenção, na comunicação verbal e comportamentos estereotipados. Estudos recentes indicam também, que alguns sinais precoces de autismo, se podem observar nas crianças com menos de 2 anos, antes de surgir a linguagem verbal. São estes sinais que se evidenciam quando as crianças comportam dificuldades na comunicação pré-verbal e nos estados sócio-afetivos. (Siegel, 2008).

Quanto mais cedo o diagnóstico se efetuar, mais precocemente se poderá intervir, com a possibilidade desta intervenção ter um impacto importantíssimo no desenvolvimento da criança e na sua família. (Siegel, 2008).

Monteiro et al. (2017), particularmente, afirma que o aumento dos diagnósticos do autismo e a intervenção precoce no tratamento dos indivíduos com TEA permitem, mais recentemente, chegar a uma compreensão satisfatória do assunto. Nesse caso, épocas que têm sido descritas como de mudança de paradigmas, ou de surgimento de comportamentos sociais outros, os quais poderiam, por sinal, estar guiando o mundo para novas formas de conceber a compreensão diagnóstica, e de incorporar maneiras hodiernas de reconhecer as diferenças e de respeitá-las, tanto dentro dos diversos ambientes sociais.

Autismo Na Educação Inclusiva

No caso das crianças com necessidades educacionais especiais a escola tem um papel fundamental, uma vez que os alunos com deficiência dependem das condições concretas oferecidas pelo grupo social que podem ser adequadas ou não, para o seu desenvolvimento. Conforme apontado por Vigotski (1997), não é o déficit em si que vai traçar o destino da criança, mas sim os modos como a deficiência é significada, como suas ações são interpretadas pelo outro e que experiências concretas lhe são oferecidas.

Os alunos com transtornos globais de desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restritas, estereotipadas e repetitivas. (BRASIL, 2008, p.15).

A Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que institui os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, no seu artigo 3º - Parágrafo único estabelece que: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”. Carneiro (2011, p. 29), define Educação Inclusiva como um conjunto de processos educacionais decorrente da execução de políticas articuladas impeditivas de qualquer forma de segregação e de isolamento. Essas políticas buscam alargar o acesso à escola regular, ampliar a participação e assegurar a permanência de todos os alunos nela, independentemente de suas particularidades. O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem [...] adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades.

Cunha (2013, p.49) aborda a questão da rotina para facilitar a inclusão social, estabelecendo regras e horários na vida da criança com autismo, pois cada espaço social possui suas próprias regras. O autor também ressalta que às vezes as regras precisam ser quebradas, caso estas estiverem sendo prejudiciais ao aprendente. Ele afirma que “nessa relação, quem primeiro aprende é o professor e quem primeiro ensina é o aluno”.

METODOLOGIA

A pesquisa para conhecer sobre “o transtorno do espectro autista (tea): do preconceito religioso a educação inclusiva”, é do tipo bibliográfica, que segundo Severino (2007):

“É aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.” (Severino, 2007, p. 106).

Para concretizar esta pesquisa, foi realizado levantamentos de

dados através de livros, revistas e fontes da internet, como artigos, monografias e livros online, onde esses recursos permitirão conhecer melhor sobre evolução do conceito autismo, autismo na infância, inclusão de pessoas com espectro autista na educação.

Baseada nas informações obtidas, o passo seguinte foi a leitura das fontes de pesquisa, visando conhecer de maneira aprofundada sobre a temática para a posteriori ser feito o artigo.

Por fim, foi realizadas as considerações finais, onde fala do trabalho como um todo e de seus impactos sociais e educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aspecto nuclear do transtorno autista é a dificuldade em estabelecer relações interpessoais, o que na perspectiva histórico-cultural é considerado central para o desenvolvimento do sujeito. Contrastando com os programas desenvolvidos por outras perspectivas teóricas, as propostas fundamentadas nos estudos de Vigotski enfatizam a necessidade de investir nas possibilidades de interações sociais para garantir a superação das dificuldades de relacionamento com os outros do grupo social.

Na fase inicial, onde a criança é inserida no âmbito escolar a primeira coisa é saber organizar as crianças no desenvolvimento das creches para depois seguir adiante em suas fases de escola, lembrando que é de fundamental importância a observação em todos os aspectos da criança para poder saber definir o seu real diagnóstico.

Compreende-se que o autismo, pode ser de vários níveis, é colocado em muitas informações importantes que são mito ou verdade. No momento é esclarecido que nem todos que tem autismo são gênios, que essas crianças que tem autismo nem sempre são carinhosos, mas isso não deve ser levado em conta por causa dos seus pais, às vezes simplesmente por sua própria natureza. Salienta-se ainda, a importância do cuidado da criança e da interação com os pais, colegas e os que os cercam fazem muita diferença para interagir com todos que convivem com eles e assim serem bem desenvolvidos já na fase adulta.

Deste modo, conclui-se que os avanços da medicina propiciou a melhoria da educação inclusiva, mostrando que o autismo precisa ser enxergado em todas as esferas e com atenção especial de todos agentes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Apesar da relação social não ser o forte do indivíduo com autismo, é preciso trabalhar a interação e cumplicidade entre os alunos, além da relação familiar ser

de extrema importância no desenvolvimento do autista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA. (2002). **DSM-IV-TR**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto escola viva**: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. v.1.

BOSA, C.; CALLIAS, M. **Autismo**: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 167-177, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **TEA**: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares. Disponível em: www.gov.br. Acesso em: 14 Jun. 2023.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns**: possibilidades e limitações. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola**: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

FRITH, Uta. (2005). **Autism Explaining the enigma**. Malden: Oxford: Editor Blackwell Publishing.

KANNER, L. (1997). **Os distúrbios autísticos do contato afetivo**. Em P. S. Rocha (Org.). *Autismos*, São Paulo: Escuta, 111-170.

MARQUES, C. (2000). **Perturbações do espectro do Autismo** – Ensaio de uma Intervenção Construtivista Desenvolvimentista com Mães. Quarteto.

MARTINS, Alessandra Dilair Formagio; MONTEIRO, Maria Inês Baccellar. **Alunos autistas: análise das possibilidades de interação social no contexto pedagógico.** Psicologia Escolar e Educacional, [s.l.], v. 21, n. 2, p.215-224, ago. 2017. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539201702121108>. Acesso em: 12 jun. 2023.

MELO, Kilma Gouveia de. **O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM AUTISMO, NA SALA DO ENSINO REGULAR:** das concepções às práticas das suas professoras e profissionais de apoio. 2014. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias., Lisboa, 2014.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação:** interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2012.

RIVIÉRE, A. (2001). **Autismo – Orientaciones para la intervención educativa.** Editorial Trotta.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** Cortez. 23a ed. Pág. 106, 2007. São Paulo.

SIEGEL, B. (2008). **O mundo da criança com autismo – compreender e tratar perturbações do espectro do autismo.** Porto Editora, Lda.

ENFOQUE TEÓRICOS E PRÁTICAS DA APRENDIZAGEM

Erinéia Cabral Trindade¹

Resumo:

O artigo tem como intuito abordar através das leituras bibliográficas de artigos científicos a sistematização no ensino aprendizagem, as novas práticas de ensino, podendo ser apresentados em ambientes trabalhista e educacionais. São inúmeros os fatos em que a Ciência Tecnologia, Teoria e Prática da Aprendizagem estão presentes. Os modelos tecnológicos transformaram muita coisa, no entanto pode-se investigar se realmente abrangem toda e qualquer ambiente? Qual sua importância? Com base neste tema buscou-se leituras de artigos científicos que abordam o eixo temático, apropriou-se das citações de alguns teóricos que se relaciona nesta linha de investigação.

Palavras-chave: Tecnologia. Educação. Ciência. Teoria e prática.

INTRODUÇÃO

Visando uma sociedade altamente globalizada, onde prevalece poder socioeconômico e político, fez-se necessário refletir e levou-se em consideração ao ensino aprendizagem, pesou-se altamente nas vantagens de um espaço cultural da CTS. Como seria uma sociedade desprovida de tal subsídio, em que a competitividade é prevalece. Qual seria então as possibilidades de uma educação de qualidade. O foco maior neste artigo é abordar que atualmente, não há como viver sem a Ciência e Tecnologia, uma nova teoria e prática do ensino aprendizagem embasado em leituras de artigos teóricos. Ressalta-se Ciência Tecnologia aos meios Educacionais, e as Teorias e Prática, sistematização que ocorrem nos ambientes educacionais em variados lugares de estados e municípios. Também ressalta os artifícios aos meios tecnológicos que fornece grandes avanços nas políticas educacionais. Os impactos que as tecnologias trouxeram com sua chegada. A importância da Ciência Tecnologia ao ensino aprendizagem como Teoria e Prática para um novo ensino, em todo e qualquer ambiente, logo inovação ao ensino aprendi-

1 Graduada em Letras pela-UEA Universidade do Estado do Amazonas. Mestrando em Ciências da Educação- FICS. Professora do Ensino Médio. Em escola Indígena. Barreirinha- Am- erineia2.trindade@gmail.com

zagem e finaliza com as abordagens de conclusão.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA E SEUS IMPACTOS

Em bora várias mudanças que a sociedade sofreu com o surgimento das tecnologias. No início logicamente houve um impacto, mas a trabalhista, foi a qual mais sofreu com as mudanças, por haver as substituições entre ser humano e as máquinas, eletrônicas computacionais. Foi evidente esse impacto, isto porque as sociedades no geral não estavam habituadas, com as novas realizações das tecnologias.

Sendo por tanto uma nova técnica de aprendizado, que surgia para revolucionar e suprir com a necessidade do mundo global futuramente, causando um grande impacto, não apenas nos ambientes industriais, como também na educação. No que se refere, mesmo com todos esses conflitos, não podemos denunciar estas inovações que nasceram com as novas tecnologias.

A ciência e a Prática Teórica da Aprendizagem está sempre em evolução, afinal é isto o seu papel, e cada tempo ela nos apresenta novas funções superativa, que necessariamente induz o ser humano a ir ao seu encontro, de fato que os torna-os cativo neste espaço, de maneira inseparável.

A educação em CTS – tem como objetivo conquistar a independência crítica do cidadão. Propõe-se a projetar a aprendizagem relacionada ao contexto do mundo real, através da problematização de fatos do cotidiano do estudante e sua relação com o conhecimento científico. (Cerutt 2017, p. 15).

Oferecendo-as mais deslumbrante ao mundo contemporâneo, proporcionando inúmeros dispositivos e tecnicamente modernos. “Em termos sociais o estudo celebra o princípio da igualdade de oportunidades para todos [...]abrindo-lhes novas oportunidades no mercado de trabalho. ” (Sousa 2012, p.10). Perante esta citação a tecnologia veio para a fins de inovação.

Por outro lado, não podemos, de maneira alguma nos tornarmos iludidos tanto a ponto que o ser humano venha se prejudicar, mas estar ciente dos artifícios de maneira que compreenda e entenda que por traz desta (maravilhas que a ciência nos apresenta), a no entanto um interesse que estão incumbidos as questões sócio-políticas.

Segundo Mattar 2012, estas tecnologias educacionais, tem um enfoque muito além, pois através dela se recriam novas ferramentas, necessária ao uso em do ensino aprendizagem. Segundo uma pesquisa realizada por (Bento 2012). Ele afirma, que no mundo tecnológico através de redes sociais é possível também usar essas das ferramentas em benefício ao ensino educação.

Desde a criação do grupo, os membros compartilham informações sobre a rotina do curso: datas de apresentação de trabalhos, formatos para apresentação de trabalhos, material para pesquisa aos trabalhos solicitados em sala de aula, divulgação de eventos do curso e da instituição, mudança de endereço de e-mail, oportunidades de estágio e felicitações. (Bento, 2012, p. 76).

O autor dissemina nomeadamente quais as finalidades que a Ciência e Tecnologia teve para com a sociedade. Padula, nos define da seguinte forma: “As tecnologias facilitam a pesquisa de conteúdo, que não fica restrito àquele colocado pelo professor ou existente na biblioteca local.” (Padula, 2012, p.31). Ambos autores falam ao mesmo contexto. Despertando não apenas as inibe curiosidade no desenvolvimento científico como também, aspecto de interesse sócio econômico educacionais, muito contribuiu com a sociedade, no que de respeito ao ensino aprendizagem.

TECNOLOGIA E CIÊNCIA UMA NOVA ADESÃO NA TEORIA E PRÁTICA DE ENSINO

A tecnologia estar presente em todos os fatores e ambientes rurais e inclusive em terras de reservas indígenas. Com tudo na educação não é diferente, de maneira que os últimos anos a tecnologia, surge ganhando novas técnicas de ensino aprendizagem. “A tecnologia da informação tem introduzido alterações substanciais no modo de vida das pessoas e das organizações. ” (Sousa,2012, p.11). Sousa assegura que a tecnologia surgiu com intuito de formar e organizar a sociedade. O autor afirma que estas ferramentas tem uma contribuição de suma importância, na produção e formação da qualificação do ser humano.

A inserção de computadores nas escolas proporcionou aos alunos (surdos e ouvintes) uma

ferramenta de auxílio na educação, sendo utilizados softwares específicos para aprendizagem, Internet e conhecimento de informática. (Sousa, 2012, p. 11.).

O autor aborda importância da tecnologia inclusive na inclusão escolar. Que segundo o autor a implantação de máquinas de computadores em salas de aula, era apenas um auxiliar, que tornou-se a ferramenta fundamental nas escolas que adotaram a inclusão de aluno com deficiência. Certamente a comunicação está altamente tecnológica, não há como intervir, na contemporaneidade. Resta lembrar que estas propostas estão dentro do programa, das exigências do caráter positivo, das técnicas conforme o planejamento que se opõem dos níveis de ensino, bem como considerar direitos de igualdade, transparências, tratamento e opiniões.

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma abordagem bibliográfica de artigos teóricos que se encaixa no eixo temático. Para falar deste tema fez-se leituras de artigos e teóricos que abordam este assunto. No primeiro momento fez-se leituras de artigos relacionado para aprofundar-se nas abordagens teóricas. Diante das leituras e das abordagens teóricas, colocou-se os elementos do ponto de vista de cada artigo teórico que discutem sobre as ciência e tecnologia.

ANÁLISE DOS DADOS

Foram lidos 11 artigos teóricos, tendo como principais teóricos 6 artigos que compõem no corpo da pesquisa, e, 5 artigos teóricos que usou-se como apoio de pesquisa nas leituras dos artigos científicos e elaboração da fonte da pesquisa. No segundo momento partiu-se, então para elaboração do artigo tendo como apoio (Associação Brasileira de Tecnologia Educacional 2012), é uma revista que contém vários artigos que discute a ciência e tecnologia na educação nos diversos e variados contextos do ensino aprendizagem. (Sousa 2012. A importância da tecnologia inclusive na inclusão escolar. (Padula 2012), adverte neste contexto sobre tecnologia de informação.

O surgimento das novas tecnologias vai de encontro a necessidade de fatores socioeconômico, é um subsídio existente no desen-

volvimento a uma economia. (Santos 2012), ressalta a aprendizagem na educação. (Pinheiro 2007), salienta sobre a ciência, e tecnologia no ensino médio. (Balbachevsky 2011), políticas de ciência e tecnologia e inovação.

Baseou-se também em (Mattar, 2012) fala da tecnologia como uma nova perspectiva. Pois o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem acarretado nas diversas transformações da sociedade contemporânea. (Bento 2012), inclusive fala da tecnologia do uso do (facebook) com alunos graduandos, na elaboração de estudos em grupos. (Bazzo 2007) também tem uma grande contribuição quando aborda em um de seus artigos: Ciência, Tecnologia e Sociedade: a elevância do enfoque para o contexto do ensino médio; Ciência, e Educação.

O desenvolvimento tem que estar a serviço da sociedade e não sociedade está submetida a tecnologia para o desenvolvimento da vida de todos. (Cerutt 2017), que salienta um dos conceitos da Ciências e da Tecnologia e Sociedade é deles para eles, a serviço deles, estratégias de desenvolvimento para vida em sociedade ou para se mesmo. Com isso usou se também como referencias (FUHR CÂNDIDA) aborda Educação e Seus Impactos no Século XXI, tem um enfoque nos desafios da Educação na era digital. Ainda em seu trabalho aborda: (O Dilúvio Digital e Seus Impactos na Educação 4.0 e na Indústria 4.0). Enfatiza os impactos das tecnologias digitais Educação e nas Indústrias.

Grandes teóricos que contribuíram no trabalho de leituras, para produção deste artigo científico. Portanto os grandes avanços tecnológicos podem desenvolver uma grande parte de determinados país, modificando, vários fatores, fator políticos, sócio cultural e sócio econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para meios afins, a Ciência e Tecnologia e Teoria da Aprendizagem, não cessa suas produções científicas para alcançar um nível altíssimo desenvolvimento da sociedade. Na busca por melhoria tecnológica os governos adotam medidas sistemáticas, elaboradas como forma de estratégia para despontar um desenvolvimento muito mais adequado para seu perfeito avanço. Pois Ciência Tecnologia e Teoria e Prática da aprendizagem estão ligada, no que se refere tem uma importância grandiosa na sociedade, em especial a sociedade brasileira, oportunizando seus habitantes de maneira ampla. Vem crescendo a cada nível na produção de informação, faz ser nos ambientes de trabalhos, empresarias, comercialização, quanto também, nas políticas a educacionais. Para

tanto a Ciência Tecnologia e Teoria e Prática de Ensino tem sua fundamental impotência, em toda e qualquer termo de abordagens temática e sociedade cultural. Nos dias afins em que vivemos, já não é possível, se trabalhar com a ausência da Ciência Tecnologia, Teoria Prática de Ensino, a CTS vinculou-se ao cotidiano das pessoas, de maneira que é impossível avançar sem esta tecnologia, há uma necessidade grandiosa desta ferramenta. A CTS, ganhou seu espaço, quebrando fronteira, entre aluno e professor, dando uma visão muito além que qualquer espaço de sala de aula, facilitando com isso a criatividade de pensar, agir, qualificar para o meio social e profissional, derrubou barreiras entre sociedades, abrindo o intercâmbio mundial, esse é o espaço que a contemporaneidade vive. As inovações de tecnologias dão a flexibilidade aos meios de pesquisas, permitido amplamente o intercâmbio com eficiências nas novas metodologias de ensino aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Marcelino Maria Cristina UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK COM GRADUANDOS: TECNOLOGIA, **Revista da Associação Brasileira**, 2012.

BALBACHEVSKY, Elizabeth: POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: as respostas da comunidade científica, **Caderno CRH**, Salvador, v. 24. n. 63, p.503-518, 2011.

CERUTT, Diotele Marcante Lati M418c CTS – **Ciência, tecnologia e sociedade**/ Diotele Marcante: UEPG/ NUTEAD, 2017.

FUHR, Cândida Regina. O DILUVIO DIGITAL E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO 4. 0 E NA INDÚSTRIA 4.0, Grupos de Trabalhos: **Temas emergentes da Educação Básica e da Educação Superior**. p. 188, 200.

EDUCAÇÃO 4.0 E SEUS IMPACTOS NO SÉCULO XXI: Flórida Cristian University – FCU - reginacf@sinos.net.

MATTAR, João. TECNOLOGIA EDUCACIONAL DE UMA PERS-

PECTIVA MULTI E INTERDISCIPLINAR; **Revista da Associação Brasileira**, 2012.

PADULA, Roberto Sanches EXPERIÊNCIA NO USO DA TI NA DISCIPLINA DE TI EM UM CURSO DE ADMINISTRAÇÃO; **Revista da Associação Brasileira**, 2012.

SOUSA, Gilcifran Vieira de: A APLICABILIDADE DE AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE APRENDIZAGEM PARA OS SURDOS; **Revista da Associação Brasileira**, 2012.

PINHEIRO, Nilcéia Aparecida Maciel, Rosemari Monteiro Castilho Foggatto Silveira, Walter BAZZO Antonio Bazzo. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: A RELEVÂNCIA DO ENFOQUE CTS PARA O CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO; **Ciência, e Educação**, V 13, n. 1, p. 71-84, 2007.

SANTOS, Lucina Aparecida. PERSONALIZAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DESIGN EDUCACIONAL EM CURSOS MASSIVOS DE EAD; 2012. **Revista da Associação Brasileira**, 2012.

BRINCAR E A ESCOLA: UM OLHAR PARA SUA APLICAÇÃO EM ESCOLA PÚBLICA

Ivany da Costa Almeida¹
Maria Edwiges Tavares²

Resumo:

Este resumo verifica como jogos e brincadeiras são utilizadas no ambiente escolar, para isso foi direcionado-se para uma escola pública de ensino fundamental no estado do Amazonas. A metodologia empregada foi pautada na abordagem qualitativa, com a realização de entrevista com a diretora da escola e a utilização de fotografias para examinar como as brincadeiras são utilizadas no ambiente escolar. Ao cabo da pesquisa identificou-se que as brincadeiras tem um papel recreativo na escola, mesmo a escola tendo em seu espaço físico de uma sala de multimeios, os brinquedos utilizados são poucos para o quantitativo de alunos, os brinquedos não são de escolha da escola e sim da secretaria de educação o que acarreta em diversas dificuldades para sua utilização, como: melhoria de ensino e aprendizagem e recreação.

Palavras-chave: Brincar. Educação. Aprendizagem. Escola.

Abstract:

This summary checks how games are used in the school environment, for this purpose it was directed to a public school in the state of Amazonas. The methodology used was based on a qualitative approach, with an interview with the school director and the use of photographs to examine how games are used in the school environment. At the end of the research, it was identified that games have a recreational role at school, even though the school has a multimedia room in its physical space, the toys used are few for the number of students, the toys are not chosen by the school, but rather from the education department, which leads to several difficulties in its use, such as: improving teaching and learning

1 Psicóloga (UNAMA), Pedagoga (Faculdade ÚNICA), Especialista em Saúde Pública (UFAM) e Educação Inclusiva (Faculdade Kurios), Mestre em Ciências da Educação (FICS). Professora da Rede Estadual de Ensino- SEDUC/AM. E-mail:ivanyalmeida7@gmail.com

2 Professora na Rede Estadual de Ensino – SEDUC/AM. Graduada em Normal Superior. Pós-Graduada em Didática do Ensino Superior e Gestão Escolar. E-mail: profmaria2v@gmail.com

and recreation.

Keywords: Playng. Education. Learning. School.

INTRODUÇÃO

Brincar é também uma das formas de socialização que se propõe na escola, pois brincando as crianças aprendem a conviver em sociedade. É por meio das brincadeiras que a criança absorve estímulos do mundo exterior e constrói seu próprio pensamento.

Não obstante, muitos educadores ainda desconhecem os verdadeiros benefícios da utilização das brincadeiras para o desenvolvimento dos alunos.

É nesse contexto que os jogos e as brincadeiras ganham espaço como ferramentas ideais na facilitação da aprendizagem, uma vez que propõe estímulo ao interesse do aluno. É por meio do brincar que a criança exterioriza o que aprendeu e é no brincar que ela organiza suas ideias, demonstrando suas apreensões a respeito do mundo e das pessoas, decorrendo para o desenvolvimento da criança e muitos outros aspectos.

Rocha (2005) analisa que os jogos e brincadeiras partem de uma motivação humana, seja por inclinações biológicas ou por questões históricas culturais, no qual esta última está relacionada ao prazer.

Nesse sentido esta pesquisa tomou como objetivo como jogos e brincadeiras são utilizadas no ambiente escolar, uma vez que promovem novos métodos de ensino e aprendizagem devem fazer parte do cotidiano escolar.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada está pautada na abordagem qualitativa, com a realização de entrevista com a diretora da escola, e utilização retirada de fotografias. Para isso foi selecionada uma escola pública de ensino fundamental da rede estadual do estado do Amazonas a fim de verificar como jogos e brincadeiras são utilizadas no ambiente escolar. A escola em questão é uma escola de ensino fundamental e tem 200 alunos divididos nos turnos matutino e vespertino, com o corpo docente formado por 9 professores, e em sua estrutura física, possui 9 salas de aula, área de recreação, refeitório e uma sala de multimeios.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU RESULTADO E DISCUSSÃO

Para Fontana (1997) toda a criança tem necessidade de brincar, mas há uma concepção dominante de que na escola deve haver uma separação entre brincar e as tarefas escolares. Há outro ponto de vista que mostra que a brincadeira está condicionada apenas a hora do recreio, assim a brincadeira é vista como “pura diversão”. Porém, existe outro ponto de vista que brincando se aprende, isso significa que métodos educacionais que valorizam brincadeiras evitam a distinção entre brincadeiras e as tarefas escolares.

A brincadeira se faz presente na escola nas mais variadas situações e sob as mais diversas formas. Muitas também são as concepções sobre o seu lugar e a sua importância na prática pedagógica. (Fontana, 1997 p. 119)

Já Machado (2001, p. 37), declara que o brincar é “[...] um grande canal para o aprendizado, senão o único canal para verdadeiros processos cognitivos”. Esses são adquiridos desde a infância e estão relacionados a habilidades cerebrais/mentais como o pensamento, raciocínio, abstração, memória, etc., e essenciais para o conhecimento sobre o mundo, conseqüentemente, para a aprendizagem.

Fontana (1997) contribui também a inferir que brincar sem dúvida é uma forma de aprender e muito mais do isso. E na escola, a brincadeira não envolve apenas a atividade cognitiva, pois envolve a criança toda, e também porque que é uma prática social, uma atividade simbólica e uma forma de interação.

Portanto, os jogos e as brincadeiras são de suma importância no processo de ensino-aprendizagem da criança, uma vez que, enquanto brinca, amplia sua visão de mundo.

Sobre isso Kishimoto (2001, p. 67), declara que, “Toda experiência resgatada através das brincadeiras contribuirá para o crescimento da criança no seu modo de ver e atuar no mundo”.

Para que a aprendizagem seja significativa, deve-se sempre respeitar sempre o princípio do interesse, pelo quais as atividades propostas devem reunir dois ingredientes: ser motivadoras e interessantes, elementos que devem ser considerados em seu amplo e profundo sentido. A escola, portanto, deverá aproximar da criança o que for interessante, fomentar seu interesse

para que não diminua. Para tanto, deverá proporcionar situações motivadoras que deslanchem sua atividade: jogo, movimento, linguagem, diversão, situações que enriqueçam os seus sentidos, que lhe ajudem a explorar, descobrir. (GARÓFONO; CAVEDA, 2005, p 80).

É através do brincar que a criança se desenvolve plenamente, sendo assim, desenvolve o seu intelecto e a sua personalidade.

Hoje o brincar nas escolas está ausente, não havendo uma proposta pedagógica que incorpore o lúdico como eixo do trabalho infantil. [...] É rara a escola que investe neste aprendizado. A escola simplesmente esqueceu a brincadeira. (MALUF, 2003 p. 28).

Direcionando-se para a pesquisa na escola foi levantado que a escola dispõe de jogos e brinquedos educativos como estratégia didática, que em alguns casos são utilizados como um dos métodos de aprendizagem, além das aulas expositivas. Mas segundo a direção da escola, esses jogos e brinquedos que já vêm prontos em caixas, sendo todos adquiridos pela secretaria de educação (SEDUC/AM) e repassados para a escola.

O que demonstra que o corpo docente e pedagógico da escola não tem poder de escolha conforme as suas próprias demandas. E que apenas utilizam o que lhes é repassado que também é em pouca quantidade e procuram adaptar aos alunos da escola. Muitos desses jogos são utilizados por professores da educação inclusiva e na sala de recursos com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem. O acesso aos jogos por outros professores e alunos se dá de maneira restrita, o que pode ser considerado um entrave à aplicação de outros métodos de ensino para alunos.

Os brinquedos estão na sala de multimeios são utilizados em momentos pontuais com os alunos, porém devido à reduzida quantidade de brinquedos os alunos precisam revezar para utiliza-los, além de demandar aos professores esforços para se direcionar a diversos tipos de jogos e brincadeiras.

Esse também é um fator que prejudica o planejamento dos professores que desejam incluir em suas aulas brinquedos educativos para todos os alunos da turma, pois as aulas ficam repartidas em grupos de

alunos, no qual alguns ficam com determinados brinquedos/jogos, e outros alunos e outros brinquedos/jogos embora com a mesma finalidade.

Além dos poucos jogos/brinquedos, também foi verificado quais os tipos de brinquedos utilizados e suas finalidades. Todos os jogos têm finalidades educativas voltadas para a matemática ou para a língua portuguesa.

Imagem 1: Brinquedos e Jogos disponibilizados na escola na sala de multimeios.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

É na sala de multimeios onde se encontram os brinquedos e jogos utilizados na escola. A criação da sala recursos está em acordo com a legislação brasileira, no qual na Lei de Diretrizes e Bases da Educação trata da questão da didática em sala de aula para a melhoria do ensino e aprendizagem.

Os jogos e brinquedos disponíveis ajudam a desenvolver habilidades sensoriais, visuais e de memória, podendo em alguns casos serem realizados em grupo ou individualmente.

Os professores ficam limitados a apenas esses brinquedos e jogos, o que faz com que, em caso seja necessário a utilização de algo específico ou direcionado a determinado aluno. Todavia, os professores também não apresentam quaisquer outros métodos para a confecção de jogos para os alunos. Utilizam apenas o que está disponível e aplicam jogos em grupos de conhecimento popular para os alunos, direcionando isso para o ensino de algum conteúdo do currículo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido que jogos e brincadeiras facilitam o processo de aprendizagem do aluno com problemas de aprendizagem quando professores levam em consideração vários aspectos: as diferenças individuais de cada aluno, pois cada criança é única em sua essência; estabelecem

relação de significado entre as atividades escolhidas com a necessidade individual de cada criança; utiliza metodologias flexíveis, e adequadas para orientar o conteúdo e facilitar a compreensão e o aprendizado, sendo a seleção de materiais adaptáveis.

Em relação à utilização de jogos e das brincadeiras como facilitadores da aprendizagem, os professores acreditavam na possibilidade de os mesmos interferirem significativamente na aprendizagem do aluno, considerando que a criança já tem em sua essência o brincar. No entanto, apresentaram dificuldade em utilizá-los em sala de aula, por vários aspectos: a sala pequena, a não ser com a ajuda da professora de educação física.

A formação dos professores diante de uma proposta em utilizar jogos e brincadeiras como facilitadores da aprendizagem precisa ser contemplada através de cursos, especializações, reflexões teóricas, a fim de orientá-los quanto ao desenvolvimento do trabalho com os alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, em especial, o aluno com disgrafia. Criando, recriando sua proposta pedagógica, criando e recriando estratégias que assegurem situações estimuladoras e eficazes, a fim de proporcionar ao aluno oportunidades de se expressar, emitir suas opiniões, seus anseios, descobertas e dúvidas. E ainda, valorizá-lo enquanto ser ativo de todo o processo de aprendizagem, de busca do conhecimento e participante na construção de sua personalidade.

Um aspecto muito importante a ser considerado, e que foi comprovado durante a pesquisa, é que várias foram as contribuições dos jogos e das brincadeiras, facilitando: a superação de limites, o crescimento da autoestima, a autonomia para tomar decisões, a interação entre professor-aluno, o envolvimento do professor, o estímulo ao raciocínio e a aprendizagem, apesar da falta de prática em utilizar os jogos e as brincadeiras em sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTANA, R. M.N.C. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Livraria Saraiva, 1997.

GARÓFANO, V. V.; CAVEDA, J.L.C. O jogo no currículo da educação infantil. In: MURCIA, J.A.M. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KISHIMOTO, T. M. Bruner e a Brincadeira. In: KISHIMOTO, T. M. O **Brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. M.(org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, M. M. **O brinquedo-sucata e a criança - A importância do brincar, atividades e materiais**. 5ª edição. São Paulo, SP: Loyola, 2003.

MALUF, A.C.M. **Brincar: prazer e aprendizado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

ROCHA, M.S.P.M.L. **Não Brinco Mais: a (des)construção do brincar no cotidiano educacional**. 2ª Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

PENSANDO A PRODUÇÃO DO APLICATIVO “TURISTA CAMPINA” COMO FACILITADOR DO TURISMO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB: UM ESTUDO DE CASO

Jessica Kaline Vieira Santos¹

Resumo:

A pesquisa aqui evidenciada aborda as experiências com a elaboração de um protótipo de aplicativo criado por alunos do 6º ano do Ensino Fundamental II, batizado por eles de “Turista Campina”. A ideia de utilização e de desenvolvimento desse aplicativo partiu das indagações do grupo ao se depararem com um problema recorrente em Campina Grande – PB: a dificuldade de acesso aos museus e locais de turismo na cidade. A proposta do aplicativo na visão dos alunos é de reunir os locais de visitação na cidade com informações sobre os seus horários de acesso, o seu endereço, bem como informações pertinentes sobre os locais, para facilitar o turismo na cidade e para direcionar os visitantes a esses locais de visitação.

Palavras-chave: Iniciação científica. Campina Grande. Ensino de História.

Abstract:

This research highlights the approach to experiences with the development of an App prototype created by students in the 6th year of Elementary School II, named by them “Turista Campina”. The idea of using and developing this App came from the group's inquiries when they came across a recurring problem in Campina Grande – PB: the difficulty of accessing museums and tourism sites in the city. The purpose of this App in the students' view is to bring together visiting places in the city with information about their access times, their address, as well as pertinent information about the locations, to facilitate tourism in the city and to direct visitors to the city . these visiting places.

Keywords: Scientific Initiation. Campina Grande. History Teaching.

¹ Possui doutorado pelo programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, é mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG e Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. jessicakalinevierasantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

A cidade de Campina Grande localizada a cerca de 130 km do litoral Paraibano, de acordo com o censo do IBGE tem uma população estimada em 419 mil habitantes e com IDH 0,720. É considerada um dos principais pólos industriais e educacionais do Nordeste já que conta com Campus da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e também com um campus do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, além de diversas Universidades particulares.

Entretanto, não é apenas pelo seu potencial econômico e educacional que a cidade se destaca, Campina Grande é “famosa” internacionalmente pelo que ficou conhecido como o Maior São Joao do Mundo, que atrai milhares de turistas no mes de junho todos os anos.

O potencial turistico da cidade também se destaca pela realização de outros eventos culturais como os encontros religiosos, que são tradição na cidade e contam com ampla divulgação e visitação em outras épocas do ano.

Entre eles podemos destacar o Encontro da Nova Consciência e o Encontro para a Consciência Cristã, ambos realizados durante o periodo de carnaval, além do Festival de Inverno da cidade que é um dos mais antigos da região nordeste com mais de 40 anos de existência.

Outro grande atrativo é a disposição de museus abertos à visitaçãem Campina Grande. De acordo a dissertação de Mestrado de Renata Carlos de Oliveira Gonçalves (2020) existem na cidade cerca de 11 instituições museológicas e 1 memorial, dados retirados da plataforma MuseusBr que no momento de elaboração deste artigo encontra-se com instabilidade.

Destacam-se entre essas instituições o Museu de Arte Popular da Paraíba – MAAP, obra projetada pelo escritório de Oscar Niemeyer localizada às margens do Açude Velho e popularmente conhecido como Museus dos 3 Pandeiros. O Museu do SESI Digital, também as margens do Açude Velho, inaugurado em homenagem aos 150 anos da cidade em 2017. O Museu do Algoodão, localizado onde funcionou a antiga estação ferroviária da cidade tombado pelo IPHAEP no ano de 2001.

Também evidenciamos a presença do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande também tombado pelo IPHAEP em 2001 e localizado no centro da cidade na Avenida Floriano Peixoto, onde já foi a Câmara municipal da cidade, a antiga cadeia pública, e nele também funcionou durante algum tempo a estação telegráfica. O local passou a

funcionar como museu em 1980. Além desses, outros museus estão a disposição de turistas e moradores da cidade para visitação.

Apesar da vasta diversidade de museus na cidade, o que se observa   que os museus da cidade tem uma maior visibilidade e maior numero de visitação apenas em datas das quais a cidade   tomada por turistas como no periodo de realização do “Maior São João do Mundo”, por exemplo.

Na maior parte do ano, as visitações aos museus são realizadas em sua maioria pelo moradores da cidade, o que significa um numero menor de visitações. Além disso, mesmo com a diversidade de museus na cidade, parte dos habitantes as vezes não tem conhecimento dos acervos ou das exposições do qual esses espaços dispõem.

Foi o caso de um grupo de cerca de 12 alunos do 6 o ano do Fundamental II da Escola Sesi Prata (Campina Grande – PB) em 2022. Os alunos que por ocasião de um evento científico da escola trouxeram problemáticas que incluíam a cidade e a disciplina de H storia verificaram que apesar da grande quantidade disponível de museus para visitação na cidade, acabaram nunca tendo contato com esses locais.

Alguns dos alunos apesar de em algumas ocasiões já terem visitado alguns dos espaços da cidade não sabiam da quantidade de museus que a cidade dispõe, fato que ficou claro a partir das pesquisas que os mesmos realizaram nos meios virtuais e também em conversas com a professora Jessica Santos, professora de H storia da Instituic o.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo   apresentar os resultado desse processo de análise e desenvolvimento de um protótipo de aplicativo que foi idealizado por esse grupo de alunos sob minha supervisão no ano de 2022 na Escola Sesi Paraíba – Unidade Sesi Prata. Nele poderemos observar as etapas de elaboração do Projeto, o periodo em que ele foi desenvolvido e quais os resultados que obtivemos com a produção do projeto de iniciação científica por parte doa alunos do 6 o da instituic o.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento de um pensamento que articule a produção científica e a educação básica constituem desafios constantes na vida de qualquer professor. No caso do Brasil, a prática de Iniciação Científica tem seus inicios na década de 1950, quando foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma das principais agências de fomento de pesquisas no país.

O CNPq, financia pesquisas de pós graduação e graduação, bem como direciona experiências de Iniciação Científica para alunos do Ensino Médio e para o Ensino Fundamental. As propostas mais específicas para o Ensino Fundamental foram criadas pelo CNPq a partir de 2008 com a ampliação do Programa Iniciação Científica Júnior.

O programa antes voltado para alunos do Ensino Médio da rede pública que com a ampliação passou a atender os alunos dos 6º aos 9º ano do Ensino Fundamental. É a partir dessas normativas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que a educação básica passou por incluir as propostas para que os alunos possam articular o pensamento crítico na construção do conhecimento.

Em um sentido mais amplo, as propostas de Iniciação Científica possibilitam ao aluno outras formas de relacionamento com a escola e com os saberes que a circulam, de acordo com o que afirmam Cassiani; Silveira (2016) no texto “Iniciação Científica no ensino fundamental: a escola e seu lugar problematizador das relações entre ciência, tecnologia e sociedade” a iniciação científica possibilita aos alunos:

Uma relação outra com a escola e os saberes que circulam nela e fora dela. Distantes do objetivo centrado exclusivamente para a formação de jovens cientistas, transitam por um complexo caminho de formação humana em conexão com ideias de emancipação e cidadania. (Cassiani; Silveira, 2016).

Ou seja, a Iniciação Científica no ensino fundamental para além de se voltar exclusivamente para a formação de jovens cientistas tem como objetivos a formação humana do aluno, com ideias que buscam articular a cidadania e a emancipação dos mesmos. A atuação da Iniciação Científica junto à educação básica visa articular conhecimentos que podem ser observados na vida prática dos alunos.

Para o Professor Doutor em Educação Celso João Ferreti no texto “Mudanças no âmbito do trabalho, juventude e escolhas profissionais” a produção do conhecimento científico, deve ajudar os alunos a:

Entender que tal produção é guiada por interesses de diversas naturezas, e não apenas pela valorização do conhecimento em si mesmo. Interesses econômicos, políticos, sociais alimentam a produção de determinados conhecimen-

tos e desestimulam a de outros. (Ferreti, 2010, p. 105).

Nesse sentido, visando a resolução prática de uma problemática comum aos alunos do 6º ano do ensino fundamental II, da comunidade e que afeta o turismo da cidade de Campina Grande é que o projeto “Pensando a produção do aplicativo “Turista Campina” como facilitador do turismo na cidade de Campina Grande-PB” foi desenvolvido.

A ELABORAÇÃO DO PROJETO CIENTÍFICO

Dentro do calendário anual da Escola Sesi Prata em Campina Grande – constam diversos eventos do qual os alunos devem ser estimulados a participar, entre eles está uma Mostra de Iniciação Científica que visa estabelecer o contato dos alunos com a Iniciação Científica por meio de projetos ainda no Ensino Fundamental. Nesse sentido, os alunos em pequenos grupos, direcionados, sob a supervisão de professores orientadores desenvolvem soluções a partir de problemas vivenciados na comunidade.

O projeto orientado pela Professora Doutora Jessica Kaline Vieira Santos pôde ser executado a partir de etapas, conforme a seguir:

Etapa 1: Os alunos foram estimulados a pensar na problemática relacionada à sua comunidade (cidade, estado ou país) tentando fazer recortes precisos a cerca do tema que pensaram fazendo conexão com a disciplina de História, já que se tratava de um projeto embrionário de iniciação científica.

Etapa 2: Após alguns dias os alunos no segundo encontro trouxeram os problemas relacionados à disciplina e a cidade, entraram em consenso que deveriam buscar soluções práticas para o desenvolvimento do turismo na região.

Etapa 3: Na terceira etapa de produção do conhecimento científico os alunos buscaram a partir do auxílio do professor orientador, fazer a leitura de textos que pudessem evidenciar o turismo na cidade de Campina Grande – PB. A professora auxiliou na distribuição de artigos científicos que buscavam esclarecer a temática.

Etapa 4: Após a leitura, os alunos passaram a pesquisar os locais de visitação, a pesquisa se deu tanto nos meios virtuais como a partir das experiências pessoais de visitação.

Etapa 5: Com os locais de visitação, os alunos pensaram na

elaboração do aplicativo, no nome que dariam ao mesmo e também puderam esboçar visualmente o protótipo, primeiro manualmente, depois de forma virtual a partir de plataformas de edição de imagem.

Etapa 6: A última etapa foi a elaboração do projeto em Banner e a apresentação dos resultados da pesquisa para a comunidade escolar.

Ou seja, no caso do projeto intitulado “Pensando a produção do aplicativo “Turista Campina” como facilitador do turismo na cidade de Campina Grande-PB”, o grupo de alunos do 6º ano do ensino fundamental II puderam pensar problemáticas associadas a História e a cidade de Campina Grande – PB, e nesse sentido propuseram reflexões sobre o turismo da cidade e sobre a visitação dos museus, alegando que não havia um local (site, aplicativo, cartilha ou guia) que dispusesse de todas as informa es necessárias de forma reunida para acesso facilitado não são aos turistas mas também ao público da cidade e das cidades circunvizinhas.

Como resultado do trabalho, os alunos puderam apresentar a comunidade escolar por meio de banner o trabalho desenvolvido na elabora o do protótipo, reunindo informa es e disponibilizando graficamente como o aplicativo funcionaria se fosse desenvolvido na prática.

MATERIAIS E RECURSOS

Para elabora o do projeto os alunos utilizaram para suas pesquisas computadores com internet, estabelecendo buscas sobre os locais que podem ser visitados na cidade, os horários de visita o, endereços, se há taxa para visita o, dentre outras informa es para o público em geral. Além disso, manusearam softwares de edi o gratuitos disponíveis em rede do qual puderam esboçar imagens que simulam o protótipo do aplicativo em funcionamento.

O uso da tecnologia e dos recursos disponibilizados na internet possibilitaram a intera o dos alunos com a problemática, bem como o acesso a bibliografías que puderam auxiliar nos questionamentos que levaram ao conhecimento científico.

Assim, como afirmam os autores Silva & Nicodem (2015):

As tecnologias estão cada vez mais inseridas em nosso contexto diário. No âmbito educacional   preciso prioriz la como um recurso que pode contribuir para uma maior vincula o entre ensino e aprendizagem.(Silva; Nicodem,

2015, p. 2).

Ou seja, para os autores a tecnologias são recursos que contribuem para articulação entre ensino e aprendizagem.

No caso da elaboração do projeto de Iniciação Científica abordado por esse artigo, o uso da internet e das tecnologias foi fundamental no processo criativo dos alunos e na realização dos protótipos dos aplicativos, inicialmente idealizados e esboçados em papel e depois passados para plataformas de edição de vídeos e imagens.

JUSTIFICATIVA DOS ALUNOS À PROPOSTA DO PROTÓTIPO

A justificativa encontrada para os alunos na elaboração do projeto e do protótipo esteve ligada à problemática da visitação dos Museus da Cidade de Campina Grande, os alunos destacaram que apesar da relevância turística da cidade, ela ainda carece de recursos ou mecanismos que facilitem e auxiliem e informem a população e os turistas sobre os locais de visitação da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, o desenvolvimento da Iniciação Científica nos Anos Finais do Ensino Fundamental II, possibilita aos alunos formas de construir o conhecimento e desenvolver habilidades que se ligam a resolução prática de pequenos problemas enfrentados pela própria comunidade escolar.

Apesar de ainda constituir um desafio aos professores para a aplicação prática, a iniciação científica no Ensino de História pode ser utilizada como metodologia que proporciona aos alunos a aplicação prática dos conteúdos, levando-os a aprender de forma significativa e a construir um aprendizado que possa ser aplicado em sua vida cotidiana.

No caso apresentado nesse artigo, a proposta elaborada pelos alunos, apesar de não se concretizar na prática com o desenvolvimento do aplicativo (que constituiria o produto final) sinaliza a possibilidade de articulação de um pensamento elaborado e direcionado a partir dos processos que envolvem as etapas da produção científica.

Mesmo que de uma forma mais simples do que a aplicada nas universidades nos cursos de graduação e pós graduação, a aplicação dos métodos de Iniciação científica nos levaram a reconhecer que o pensa-

mento científico se abordado ainda na educação básica leva os alunos a se tornarem protagonistas no desenvolvimento de soluções cotidianas e até mesmo mais complexas que podem ser aprofundadas a longo prazo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRETTI, C. J. **Mudanças no âmbito do trabalho, juventude e escolhas profissionais.** In: Ferreira, C. A. (Org.) et alii. *Juventude e iniciação científica: políticas públicas para o ensino médio.* Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GONÇALVES, Renata Carlos de Oliveira et al. **O museu como ambiente educativo: um estudo em Campina Grande-PB.** 2020.

PELÁ, Cleuza. **INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II UM CAMINHO DE PESQUISA.**

PINZAN, Mariele Eloísa; LIMA, Aline Pereira. **Iniciação Científica na educação básica: uma possibilidade de democratização da produção científica.** ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, v. 9, 2014.

SILVEIRA, José Carlos da; CASSIANI, Suzani. **Iniciação Científica no ensino fundamental: a escola e seu lugar problematizador das relações entre ciência, tecnologia e sociedade.** SENSOS-E REVISTA MULTIMÉDIA DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO, v. 3, p. 1, 2016.

Endereços eletrônicos:

IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>.

Prefeitura de Campina Grande: <https://campinagrande.pb.gov.br/historia/>.

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Ranusa de Kacia Freire Gomes
Rubervania Aparecida Freire Gomes

Resumo:

O presente trabalho aborda a avaliação da aprendizagem numa perspectiva de emancipação individual e coletiva do sujeito, apresentando de forma sintética, os seguimentos legítimos e democráticos que norteiam o processo avaliativo no contexto escolar, considerando o princípio da avaliação instituída na legislação vigente, como ponto de partida de nosso estudo, fundamentando este trabalho na ideologia de diferentes estudiosos da área que concebem a avaliação da aprendizagem como sendo algo imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino, com o intuito de trazer à tona a importância política e social de se vivenciar um salutar processo de fortalecimento das bases democráticas da educação. Evidenciamos, neste estudo, a necessidade de desenvolver dentro do contexto educacional, uma proposta avaliativa baseada na mediação, de fazer com que os envolvidos no processo educativo sejam protagonistas da sua aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Aprendizagem. Legislação. Protagonismo.

INTRODUÇÃO

A política educacional brasileira, através da Constituição de 1988 avançou quando preconizou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada em conjunto com a sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o mercado formal de trabalho. A educação vem permeada de transformações, principalmente no processo educativo, de modo que o instrumento fundamental para fornecer informações sobre o processo de ensino e aprendizagem, tanto para o docente e a equipe escolar conheçam e analisem e repensem nas estratégias quanto para o educando, pois ele é um dos maiores interessados no acompanhamento de processo de aprendizagem.

A metodologia de ensino deverá estar voltada para práticas de-

mocráticas capazes de promover a participação de todos os segmentos envolvidos no processo educativo, na busca pela construção de uma sociedade mais participativa. o ato de ensinar exige reflexão sobre a realidade, carregando com ele todos os elementos que o compõem; desde o planejamento das aulas, passando pela execução dessas ações e pelo monitoramento dos conhecimentos mobilizados e apreendidos ou não, pelo replanejamento de ações para avançar, retroceder ou remodelar, até os novos momentos de observação, que assim como os anteriores, buscam o replanejamento, que podem incluir novas proposições mais desafiadoras, refletindo positivamente no clima educacional e aprendizagens dos educandos. A verificação da aprendizagem através do ato avaliativo consiste acompanhar se eles estão sendo realmente atingidos, buscando ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção de seu saber. Sendo assim, a avaliação assume um sentido orientador, cooperativo e interativo. Haydt ressalta que:

A educação: não mudou apenas os métodos de ensino, que se tornaram ativos, mas incluir também a concepção de avaliação. Antes, ela tinha um caráter seletivo, uma vez que era vista apenas como uma forma de classificar e promover o aluno de uma série pra outra ou de um grau para outro. Atualmente, a avaliação assume novas funções, pois é um meio de diagnosticar e de verificar em que medida os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem estão sendo atingidos (Haydt, 1988, p.14).

Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem fornecerá subsídios para o professor na tomada de decisão do trabalho pedagógico, promovendo reflexão sobre os progresso e dificuldades e possibilita ações proativas, buscando ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção de seu saber. Sendo assim, a avaliação possibilita ao aluno êxito na aprendizagem, como também proporciona ao professor a reflexão sobre sua metodologia de ensino, aperfeiçoando assim a sua prática pedagógica.

Assim, buscando enfatizar a avaliação educacional democrática como meio eficaz da promoção da autonomia e participação ativa do professor e aluno, assim como, a relevância da sua contribuição para a melhoria do processo de ensino aprendizagem, o artigo estará dividido em capítulos no desenvolvimento, além da introdução, resumo e consi-

derações finais, assim distribuídos:

No capítulo 1, aborda-se a história da avaliação no contexto educacional e marcos legais, enfatizando a importância do processo avaliativo na escola e sua legitimidade, na descentralização do poder, com a função de dinamizar e estimular o processo de participação dos sujeitos educativos.

No capítulo 2, destaca-se a avaliação escolar como instrumento para transformação e emancipação individual e coletiva do cidadão, mostrando a construção de uma prática inovadora do contexto educacional.

No capítulo 3, enfoca-se a importância do processo avaliativo no contexto democrático, enfatizando a grande relevância como instrumento de reflexão da ação, bem como sua contribuição para o aprendizado.

Quanto às considerações finais, daremos ênfase, de forma sucinta, à conclusão desse trabalho, buscando mostrar as informações sobre a avaliação educacional democrática que busca viabilizar condições para a construção do processo de ensino e aprendizagem.

1 HISTORICIZANDO A AVALIAÇÃO

A terminologia avaliar vem do latim *a + valere*, cujo significado é atribuir valor e mérito ao objeto em estudo. A “Avaliação da Aprendizagem” é atribuída originalmente a Ralph Tyler (1930), educador norte-americano. Já se afirmava então que “O processo de avaliação servia para determinar em que medida os objetivos educacionais estavam sendo alcançados, porém a prática continuou a ser baseada em provas e exames” (LUCKESI, 1996, p. 170), embora admitamos que, em certas circunstâncias, tais instrumentos são os mais adequados. No início de 1960, nos Estados Unidos, surgiram inúmeros modelos de avaliação. No Brasil, apenas a partir de 1970, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases, Lei 5692/71, houve grande avanço em relação ao tema, especialmente por meio de pesquisas que buscavam melhor qualidade de ensino e processos avaliativos mais justos e coerentes com os objetivos.

Segundo Hoffman (2012, p. 13): “o termo avaliação [...], refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado”. Portanto, o processo de avaliação no contexto escolar não pode ser associado pela lógica da mensuração, que é o ato de avaliar ao de “medir” os conhecimentos

adquiridos pelos alunos, mas é um meio para ajudar professor e aluno a construírem caminhos para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, de modo que não deve ser utilizada como um fim em si mesma ou como punição para o estudante. Libâneo (2012, p. 264), ao se referir sobre o avaliar, diz que:

Avaliar, como parte de um projeto educativo, é diferente de medir. Medida refere-se à aferição, expressa em notas, conceitos ou menções, do aprendizado pretendido. Na tradição e no cotidiano das escolas, a medição tem sido mais valorizada do que a avaliação – tanto que muitos alunos estudam para tirar nota, e não para aprender. Avaliar, por sua vez, reflete determinada concepção de educação, do papel do professor e do que é conhecimento (LIBÂNEO, 2012, p. 264).

A avaliação tem função diretiva, ou seja, tem a capacidade de estabelecer a direção do processo de aprendizagem, sendo um instrumento imprescindível à verificação do aprendizado efetivamente realizado pelo aluno, ao mesmo tempo que forneçam subsídios ao trabalho docente, direcionando o esforço empreendido no processo de ensino e aprendizagem.

Para Vasconcellos (1998), a avaliação é um processo abrangente da existência humana que implica reflexão sobre a prática, no sentido de diagnosticar seus avanços e dificuldades e, a partir dos resultados, planejar tomadas de decisão sobre as atividades didáticas posteriores. Nesse contexto, a avaliação deveria acompanhar o aluno em seu processo de crescimento, contribuindo como instrumento facilitador da aprendizagem.

2 PARADIGMAS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

No contexto escolar, a temática avaliação da aprendizagem tem tido grande relevância nos grandes debates, bem como criação e implementação políticas públicas, principalmente na escola pública que muitas vezes interioriza uma prática avaliativa pautada no conservadorismo e tradicionalismo. De acordo com observações feitas por Luckesi (2002), o modelo mais comum em nossas escolas é o “tradicional”, marcado pela preocupação com a objetividade dos resultados e dos ins-

trumentos de avaliação; a ênfase na avaliação do conhecimento; a preocupação maior é com aprovação/reprovação; há pouca participação dos sujeitos envolvidos; a ênfase está na avaliação do resultado demonstrado pelo aluno. Outro modelo, pouco presente nas escolas atuais é o “democrático e participativo”, no qual ocorre a valorização dos aspectos qualitativos da avaliação; preocupação não apenas com avaliação do produto, mas de todo processo educacional; há participação dos sujeitos envolvidos; a avaliação está focalizada mais no sucesso escolar do que com a reprovação em si; preocupa-se com a avaliação de todos os segmentos do processo educativo e não apenas com o aluno. De acordo com Luckesi:

A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento (LUCKESI, 1995, p.166).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, retrata, em seus Artigos 24, Inciso V, diz: “A verificação do rendimento escolar observará o seguinte item:

a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre o de eventuais provas finais; A LDB indica, portanto, o modelo democrático e participativo, como o que deve ser utilizado na Educação Básica.

b) Avaliação processual e formativa permite acompanhar o desenvolvimento do aluno, no processo ensino e aprendizagem de forma contínua, sistemática, observando o dia a dia e possibilitando um levantamento mais consistente de aspectos a serem revistos e/ou replanejados.

A avaliação faz parte do processo didático de ensino e aprendizagem, por isso não deve ser deixada para etapas finais do processo. Ela deve anteceder, mas acompanhar e suceder o trabalho pedagógico. Nesse caminho fornecerá subsídios para tomadas de decisão que direcionarão os rumos daquele trabalho pedagógico, capaz de dar suporte ao processo de ensino e aprendizagem, no sentido de contribuir para

o planejamento de ações que possibilitem ajudar o aluno a prosseguir, com êxito, no seu processo educacional. Nesse sentido, Luckesi esclarece:

O julgamento de valor que teria a função de possibilitar uma tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um ser humano histórico num padrão determinado. Tais classificações são registradas e transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas, vindo a configurar-se nas médias. A avaliação, com a função diagnóstica, não se constitui em um instrumento estático e frenador do processo de crescimento. Ela se constitui num momento dialético do processo de avançar no desenvolvimento, revelando em que estágio se está e a distância em relação à perspectiva que se almeja atingir. (LUCKESI, 2000, p. 54).

No processo ensino e aprendizagem, a avaliação pode ter a função diagnóstica, formativa ou somativa. A função diagnóstica antecede a elaboração de um projeto, de mais uma unidade ou de uma aula. Ela fornecerá dados sobre o contexto em que o trabalho pedagógico irá se realizar, bem como sobre os sujeitos que participarão desse trabalho. A função formativa: ajuda a captar os avanços e as dificuldades que forem se manifestando ao longo do processo educacional, ainda em tempo de tomar providências para afastar as dificuldades. Pode informar constantemente o que está acontecendo. Os resultados dessa função podem mostrar a necessidade de rever nossos planos, fazer mudanças em decisões tomadas anteriormente. A função somativa: acontece ao final de um trabalho desenvolvido (unidade, bimestre, semestre...). Aqui preocupa-se com o resultado final, o produto alcançado.

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA SALA DE AULA

A avaliação da aprendizagem não deve ser vista apenas como um aspecto legal, mas como um instrumento de tomada de decisão coletiva, proporcionando a todos envolvidos no processo a reflexão e ação desse processo. Nesse sentido, refletir não pode ser confundido com o ato de pensar, pois a reflexão é bem mais que isso. Acontece de uma forma individual (subjativa) a fim de buscar uma resposta ao problema

de uma forma geral (objetiva) (SAVIANI, 2000, p.79) A “medida” limita-se a constatação da realidade, por meio da obtenção de dados e informações. Para termos a avaliação no sentido que defendemos aqui, necessitamos de instrumentos de coleta e registro. A escolha e a construção desses instrumentos devem ser orientadas pelos objetivos que pretendemos alcançar, explicitados no Projeto Político Pedagógico da escola, visando maior coerência para atingir os objetivos do mesmo. Como ressalta Zabala (1998, p. 195):

De habitualmente, quando se fala de avaliação se pensa, de forma prioritária ou mesmo exclusiva, nos resultados obtidos pelos alunos. Hoje em dia, este continua sendo o principal alvo de qualquer aproximação ao fato avaliador. Os professores, as administrações, os pais e os próprios alunos se referem à avaliação como o instrumento ou processo para avaliar o grau de alcance, de cada menino e menina, em relação a determinados objetivos previstos nos diversos níveis escolares (1998, p.195).

A avaliação deve promover a inclusão do aluno, visando garantir um ensino significativo a partir da mediação do professor, contribuindo para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, assim como no processo de construção do caráter, da consciência e da cidadania, passando pela produção do conhecimento, fazendo com que o aluno compreenda o mundo em que vive, para usufruir dele, mas sobretudo que esteja preparado para transformá-lo.

Portanto, a avaliação da aprendizagem é um instrumento pedagógico para auxiliar o professor possibilita avaliar seu trabalho, o alcance dos objetivos propostos, possibilitando a autocompreensão, poderá também, através da avaliação, verificar o quanto o seu trabalho está sendo deficiente. O aluno, por sua vez, poderá estar permanentemente descobrindo em que nível de aprendizagem se encontra, dentro de sua atividade escolar, adquirindo consciência do seu limite e necessidades de avanço. Ela não pode ser vista como punição na prática educativa, mas um ato de amor e inclusão.

4 AVALIAÇÕES EXTERNAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA MELHORIA DA APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação educacional brasileiro é um instrumento que está assumindo uma posição de destaque no contexto educacional. Os resultados nas avaliações em larga contribuem positivamente para as escolas como diagnóstico contínuo e dinâmico, torna-se um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, identificar seus avanços e fragilidades, sendo ponto de partida para análise coletiva e redirecionamento da prática pedagógica. Mediante as dificuldades encontradas, a partir dos resultados obtidos pela instituição de ensino, faz-se necessário a implementação de estratégias metodológicas que promovam motivação aos avanços significativos. Pensando assim e de acordo com Luckesi:

[...] avaliação pode ser caracterizada como uma forma deajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. (Luckesi, 2002, p.33).

A educação escolar possibilita ao sujeito ser crítico, compreender a realidade e as dificuldades locais e globais. É preciso estabelecer metas educacionais capazes de oferecer um padrão de qualidade que possa garantir “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB - art. 2º).

Sendo assim, a melhoria na qualidade de ensino requer políticas públicas com ações desenvolvidas pelo Estado com o envolvimento de compromissos de todos, ações que possibilitem o desenvolvimento cultural e social os integrantes do processo educativo.

Desta forma, Hoffmann destaca:

O processo avaliativo não deve estar centrado no entendimento imediato pelo aluno das noções em estudo, ou no entendimento de todos em tempos equivalentes. Essencialmente, por que não há paradas ou retrocessos nos cami-

nhos da aprendizagem. Todos os aprendizes estão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos. O olhar do professor precisará abranger a diversidade de traçados, provocando-os a progredir sempre (HOFFMANN, 2001, p. 47).

A avaliação da aprendizagem possibilita o diagnóstico para possíveis intervenções diante dos resultados alcançados, a escola buscará coletivamente vivenciar ações proativas para melhoria dos resultados, tomando como princípios a realidade dos estudantes. As decisões devem levar em consideração o conjunto de atores que faz parte da instituição e, que merece ser ouvido e respeitado. Contudo, estes precisam ser convidados e estimulados a participar, a opinar, a sugerir para que se decida pelo bem de todos ou da maioria.

Nesse sentido, professor deve utilizar técnicas diversas e instrumentos variados na avaliação da aprendizagem dos estudantes, é um o processo de ação/reflexão/ação, não é um instrumento pronto e acabado, faz-se necessário buscar os subsídios que respaldem durante seu trabalho educativo, buscando o caminho a ser percorrido, que permite diagnosticar o começo, o durante e o fim de todo o processo avaliativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esse trabalho foi muito enriquecedor, uma vez que proporcionou aprendizagens significativas em relação ao tema Avaliação da Aprendizagem no Contexto Educacional.

Conforme abordado no decorrer do trabalho, fica evidente que, a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo que buscar diagnosticar as dificuldades do aluno e, de posse desse conhecimento, o professor intervém com ações proativas de forma a propiciar a superação das mesmas. Nessa ação educativa, ele tem um importante papel como mediador no processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem tem como princípio a melhoria e eficiência da qualidade do ensino. A visibilidade desta realidade, apenas será possível, quando superarmos as práticas autoritárias que permeiam as práticas educativas, e estas serem substituídas por processos de participação coletiva, que favoreçam o desenvolvimento humano, oferecendo novas possibilidades de olhares e ações educativas.

Para finalizar, não poderia deixar de apoiar-se nas sábias palavras do mestre Haydt, quando afirma que:

Não é apenas no início do período letivo que se realiza a avaliação diagnóstica. No início de cada unidade de ensino, é recomendável que o professor verifique quais as informações que seus alunos já têm sobre o assunto, e que habilidades apresentam para dominar o conteúdo. Isso facilita o desenvolvimento da unidade e ajuda a garantir a eficácia do processo ensino – aprendizagem (HAYDT, 2000, p. 20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, 1996.

Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi- 10 ed. **rev. e ampl.** São Paulo: Cortez, 2012.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1988.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. – Porto Alegre: Meditação, 2012.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

HELMAN, C. G. **Cultura, saúde e doença**. Tradução: Ane Rose Bolner. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HERÉDIA, V. B. M., Migrações Internacionais, O caso dos Senegaleses no Sul do Brasil. Caxias do Sul, RS: Belas Letras, 2015.

TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO: O USO DAS TICS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Solange Diniz de Oliveira¹
Juliana Nascimento de Almeida²

Resumo:

O presente estudo, enfatiza o quanto nossa sociedade passou por diversas transformações logo após o momento pandêmico, no qual fomos acometidos entre 2020 e 2023. Um vírus que afetou vários âmbitos e principalmente a Educação, ocasionando aos docentes a resignificarem seus conhecimentos tecnológicos e aplicá-los em sala de aula, e assim tornar atrativa essa interação através das telas. No entanto, existiram muitas resistências por parte de alguns profissionais para se adaptarem às novas mudanças, visto que as formações curriculares não inserem em suas disciplinas, conteúdos relacionados ao tecnológico. Dessa forma, o trabalho tem como objetivo geral: relatar como o uso das TICs, pode melhorar no processo de ensino e aprendizagem, alinhando as atividades e como pode ser desenvolvido estratégias e contribuições para que o aluno desenvolva interesse pelos conteúdos abordados. Mostrar o quanto a tecnologia tem se tornado uma aliada, quando agregamos o ensino as suas ferramentas e potencializando as possibilidades de pesquisa e informação acerca do que está sendo estudado. Além de aproveitar a oportunidade de que os alunos imbuídos na esfera digital, ao utilizarem o uso das TICs no seu cotidiano escolar, poderá interagir, utilizar de recursos na leitura e escrita, aprender através de games a pontuar seus exercícios e despertar sua capacidade cognitiva. O trabalho fundamenta-se nos pressupostos abordados por Lévy (1999), Ribeiro (2020) e no PCN (1998). O objetivo desse trabalho, visa explorar o uso das Tics , a partir de abordagens pedagógicas inspiradas em teorias educacionais e tecnológicas.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Aprendizagem. Tics.

1 Graduada em Letras- Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba, Pós-graduanda em Literatura e Cultura. Graduanda em Psicopedagogia e Psicocomunidade pela Unifatecie (PR) e Mestranda em Ciências da Educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidade pela FUST University.

2 Mestranda em Ciências da Educação. Especialista do Programa de Pós-graduação(Lato Sensu) em Estudos de História Local- Sociedade, Educação e Cultura na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Possui Graduação no curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atua como monitora no Núcleo de pesquisa e extensão em História Local(NUPEHL) Da Universidade Estadual da Paraíba. Graduanda em Pedagogia pela Unifatecie (PR).

INTRODUÇÃO

Os cursos de formação para professores nas faculdades deveriam incluir, em seus currículos, disciplinas referentes ao uso das tecnologias na educação, bem como suas ferramentas e competências digitais. Se assim fosse, não teria ocasionado tanta surpresa ou impacto quando fomos acometidos pela pandemia do coronavírus, que teve na educação uma das áreas mais afetadas. No entanto, na ausência dessa formação especializada, professores, gestores e reitores tiveram de se reinventar nas práticas educativas, procurando meios e recursos para que as aulas, paralisadas em virtude do isolamento social, continuassem de maneira remota.

Um fator determinante, para a maioria dos professores, seria como se adaptar a essas novas formas de ensino remoto, aprendendo a lidar com aplicativos, tecnologias da informação e comunicação (TICs) e uma nova escola, propensa a mudança, para conquistar o aluno em uma sala virtual – abandonando o campo físico (escola) e o contato com o estudante no dia a dia para sanar dúvidas e questionamentos, por exemplo.

Foi iniciado uma caminhada que estaria fora do cotidiano das lousas, do giz, do contato pessoal e da euforia dos discentes nos intervalos das aulas. Mergulhamos em outro espaço, o ciberespaço, e, inseridos nessa nova realidade, os planejamentos escolares tiveram de se adequarem a uma outra maneira de ensinar. O uso do celular, por exemplo, até então proibido em sala de aula, sob pena de distrair o estudante, conquistou um novo significado. O aparelho tornou-se um aliado do ensino e um meio de comunicação para as aulas remotas.

Nesse cenário, em que o contato com o mundo digital tornou-se mais próximo, alguns professores, devido à falta da implementação de políticas públicas para uma formação continuada atrelada ao arcabouço tecnológico e ao receio de não saber manusear as ferramentas digitais, agregando-as aos conteúdos escolares, sentiram-se incapazes de efetuar essas práticas e ficam preocupados com essa interação com seus alunos.

Diante dessa situação, surgia ainda um outro agravante, relacionado ao próprio discente e à sua realidade. Em muitas casas, existia apenas um celular ou um computador para a demanda de aulas, o que tornava inviável a dedicação com qualidade quando se tinha várias pessoas que precisavam utilizar o mesmo recurso.

Outro problema pertinente à falta de aprendizagem do aluno foi

a ausência desse aparato digital dentro das próprias escolas, devido à falta de computadores e de acesso à internet de qualidade, resultando em um desserviço à formação do estudante. É o que nos assevera Ribeiro (2020, p. 26): “a questão da acessibilidade das salas adequadas, dos equipamentos e dos modos de utilização é central e impacta o modo como podemos ensinar e aprender na cultura digital”.

Contudo, vale ressaltar que os alunos do século XXI nascem e crescem imbuídos nessa esfera digital, que os torna nativos digitais, e propensos a habilidades e à eficiência no trato tecnológico. Nessa vertente, poderíamos incorporar as TICs e utilizá-las como recursos pedagógicos para desenvolver e diversificar as estratégias de ensino, gerando novos conhecimentos e possibilitando-os por meio dos gêneros orais e escritos. Como nos reiteram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1998, p. 23-24), em

[...] necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. A compreensão oral e escrita, bem como a produção oral e escrita de textos pertencentes a diversos gêneros, supõem o desenvolvimento de diversas capacidades que devem ser enfocadas nas situações de ensino. (PCN, 1998, p. 23-24).

Sendo assim, abordar os gêneros em sala de aula, além de potencializar a participação do aluno, oferece recursos para um aprendizado significativo e instiga o estudante a produzir. Posto isso, podemos desenvolver um planejamento alinhando as TICs ao gênero digital (blog), para uma melhor didática acerca dos gêneros orais e escritos, promovendo essa interação e transmitindo a importância da educação digital no sentido de reinvenção e de inovação no processo ensino-aprendizagem.

São notórios os benefícios que o uso de tecnologias pode trazer para a educação, realizando essa mediação com o alunado, com o intuito de promover o desempenho escolar, e sinalizando como as ferramentas digitais podem se tornar aliadas na construção desse aprendizado. É importante considerar que o estudante, munido de práticas no manuseio tecnológico e de maestria ao lidar com o celular, o computador e uma

gama de recursos disponíveis em aplicativos, depende do professor, no âmbito escolar, para a realização de novas mediações referentes às TICs, criando oportunidades para essa interação.

Entretanto, para que o professor coloque em prática o uso das TICs, é preciso desconstruir a ideia de que uma sequência didática voltada para essas tecnologias irá representar muito trabalho e demanda para efetuar o ensino.

Também é necessário e apropriado que os gestores tenham consciência do quanto esses recursos, implantados em seus planejamentos pedagógicos, encaminharão seus estudantes para uma formação que os torne cidadãos críticos e reflexivos, capazes de opinar acerca de diferentes temáticas e proficientes na escrita e na oralidade.

Portanto, compreendemos que vivemos novos tempos na educação, que o espaço foi modificado e que cabe ao professor se apossar desse momento para tornar sua aula dinâmica, agradável, atrativa e interativa, estabelecendo contato com o discente e conhecendo seu perfil. Sendo assim, podemos promover a diversidade e inclusão às novas e diferentes formas de comunicação, atreladas ao meio tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento escolar e cognitivo.

O panorama apresentado antes da pandemia nas salas de aula em relação às TICs, por parte dos professores, era de resistência e falta de conhecimento e informações quanto às novas tecnologias. Devido a essa vertente, achamos que podemos contribuir para um aprofundamento nos estudos em relação ao uso das tecnologias da informação e comunicação, realizando uma mediação com os gêneros escritos, digitais e orais. Isso possibilitaria meios e planejamentos para intervenção e contribuição para que o aluno, mesmo a distância, torne-se protagonista da aula e tenha as ferramentas digitais inseridas na construção de seu conhecimento. É o que nos aponta Elisa Ribeiro (2020), a fim de nos atentar sobre a relevância de se trabalhar com as tecnologias da informação e comunicação.

[...] se o adolescente resolver se valer das proclamações multimodais e das diversas linguagens que o digital pode combinar, certamente suas aulas ficarão muito mais interessantes. E se, melhor ainda ele(a) dividir com os(as) alunos(as) o protagonismo e lhes permitir participar como criadores, certamente as aulas serão mais envolventes ainda. (Ribeiro, 2020, p. 41).

As competências digitais proporcionam novos caminhos para um aperfeiçoamento do processo educacional, inserindo o professor e contribuindo para seu ingresso e avanço na cultura digital. Em suma, a espacialidade e a temporalidade da relação de aprendizagem foram modificadas e, dentro desse novo cenário educacional, a utilização das TICs em sala de aula pode contribuir para o processo de aprendizado. No entanto, dúvidas e questionamentos norteiam os professores na realização de suas sequências didáticas, no tocante a essas tecnologias e suas ferramentas digitais.

Devido a essas incertezas, em específico, quando levamos para a sala de aula o gênero digital (blog) alinhado aos gêneros orais e escritos é suficiente para haver através desse processo, um ensino aprendizagem, que torne o aluno proficiente e interaja em conjunto na construção do conhecimento. Comumente haverá professores dispostos a agregar a sua formação novas contribuições para que seu desejo de aprender e curiosidade seja instruído e capacitado e a partir disso seu método de ensino será ressignificado e no seu planejamento as tecnologias da informação e comunicação não será uma barreira para que se promova o aprendizado.

As TICs como um elo para integrar e promover a comunicação

As TICs são recursos tecnológicos integrados entre si, que promovem, por meio das funções de hardware e software, a comunicação para os processos de ensino e aprendizagem. Sendo assim, diante do momento pandêmico e com a adesão das aulas ao ensino remoto, é viável alinharmos nossas práticas à tecnologia, em uma busca por não perder o contato com o aluno do outro lado da tela.

No entanto, dúvidas e questionamentos norteiam os professores na realização de suas sequências didáticas, no tocante a essas tecnologias e suas ferramentas digitais.

Como manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transação de conhecimento? Não se trata aqui de usar as tecnologias a qualquer custo, mas sim de acompanhar consciente e deliberadamente uma mudança de civilização que questiona profundamente as formas institucionais, as mentalidades e a cultura dos sistemas educacionais tradicionais

e sobretudo os papéis de professor e aluno. (Lévy, 1999, p. 172).

Com essa citação, o autor manifesta o posicionamento acerca das tecnologias para o ensino, e enfatiza o quanto é necessário questionarmos as nossas práticas em sala de aula. Aquele modelo de escola com carteiras enfileiradas, no mesmo estilo do século XIX, com professores à frente do quadro, denotando autoritarismo, e com janelas de difícil acesso para não ocasionar distração, está migrando para o virtual. Nesse campo em que se tem de lidar com 40 alunos, todos querendo falar ao mesmo tempo, tendo outros entretenimentos em casa e achando a aula entediante, o docente tem a missão de planejar uma aula que chame a atenção e desperte o interesse dos estudantes. Trata-se de uma tarefa difícil, porém, se recriarmos nossas metodologias, obtaremos excelentes resultados e esta não será uma missão impossível.

Estamos vivenciando uma nova realidade no campo educacional. Se pretendo tornar minha aula atrativa e dinâmica, tenho de inovar no meu planejamento e tornar real uma sequência didática que privilegie o aluno como protagonista da sala, contribuindo para sua formação. Nessa interação, é preciso possibilitar a inclusão e se reinventar no modo de aplicar essas novas tecnologias para um ensino eficiente e proativo no ciberespaço que estamos ocupando. A isso Lévy (1998) acrescenta: “Cada grande inovação em informática abriu a possibilidade de novas relações entre homens e computadores” (Lévy, 1998, p. 33).

Porém, cabe ao professor manifestar o desejo de capacitação e a curiosidade de saber como renovar seu perfil profissional e de mediador. Se atentarmos para as TICs, incluídas em nossos currículos, é notório que falaremos a mesma linguagem do aluno, que é considerado um “nativo digital” – desde que tenha nascido e crescido cercado de aparatos tecnológicos e digitais a sua volta. Feito isso, conhecendo a realidade do aluno, haverá um intensificador planejamento voltado para a aprendizagem como centro. E nessa vertente podemos trabalhar essas competências digitais em diferentes situações. É o que Elisa Ribeiro nos afirma:

[...] a interação é também nativamente multissemiótica, pelas propiciações (olhar a escrita correta) da ferramenta digital que pode combinar qualquer mídia/linguagem em suas produções/transmissões; áudio (fala ou música), imagem estática (foto, desenho ou diagrama escrito).

Imagem em movimento (vídeos, filmes clipes).
(Ribeiro, 2020, p. 41).

Desse modo, existem infinitas possibilidades de inserir as TICs na aula, agregando-as aos gêneros orais, digitais e escritos, proporcionando novas formas de acesso à informação, bem como novas maneiras de ler e escrever, gerando novos letramentos. Como nos relata Bakhtin (2016, p. 41): “Quanto mais dominamos os gêneros, maior é a desenvoltura com que os empregamos e mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade”.

Assim, conseqüentemente, teremos aulas dinâmicas, colaborativas e de interação, pois o aluno tem curiosidade quando algo mais o desperta, para além do ensino tradicional. Envolvê-lo, como protagonista da aula, nos processos de escrita e oralidade, contribuirá para sua formação, tornando-o um leitor proficiente. Podemos afirmar, respaldados nas palavras de Ribeiro, que “se pensarmos em uma pedagogia dos vínculos, cada escola poderia usar diferentes mídias e tecnologias para produzir coletivamente, discutir e refletir na escola sobre diferentes temáticas e questões” (Ribeiro, 2020, p. 24).

Parante isso, os cenários escolares são outros, e quando houver oportunidades de sistematizar as tecnologias e suas ferramentas digitais no processo de ensino- aprendizagem, façamos, imbuídos do propósito de uma educação que respeita as diversidades, a inclusão e o conhecimento para todos. A partir dessa visão, Lévy (1999, p. 170) comenta que “a aprendizagem a distância foi durante muito tempo o “estepe” do ensino, em breve irá tornar-se, senão a norma, ao menos a ponta de lança”.

É esse contexto que, amiúde, vêm atravessando os professores, tornando-se conhecedores de um território digital nunca antes navegado nos processos educacionais, planejando videoaulas, sequências didáticas e aulas remotas, percebendo que os obstáculos e os desafios enfrentados a cada dia estão sendo superados. Se alguns docentes ainda encontram resistências às novas tecnologias, esperamos sua renição a esse campo vasto e de infinitas possibilidades para a educação.

Consideramos que, num planejamento voltado para as TICs, é necessária uma atenção especial, principalmente, para a identidade do aluno e a realidade que o cerca. Ao pensarmos nessa vertente, estamos trazendo conhecimentos prévios por parte desse alunado, o que irá fornecer informações e, nessa premissa, contribuir para pesquisar como o uso das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) contribuem para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, estamos diante de um novo cenário escolar, e temos a missão de capacitar nossos alunos para a sociedade e, envolvidos nessa assertiva, conduzi-los para o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e habilidades, tornando-os cidadãos críticos e participativos. Quando o professor tem essa perspectiva na elaboração de suas sequências, está inserindo conteúdos voltados a essa aprendizagem e ao desenvolvimento escolar, contribuindo para a formação de seus alunos.

Contudo, estamos vivenciando uma nova era digital, e a cada dia novas ferramentas surgem no intuito de possibilitar ao aluno outra forma de interação com o conhecimento que vem sendo trabalhado em sala de aula. As tecnologias da informação e comunicação possibilitam um campo vasto de atividades para serem desenvolvidas, que vão desde jogos, blogs e atividades em grupos para realizar dinâmicas até aplicativos que desenvolvem mapas mentais, conteúdos, idiomas e programas de áudio publicados por meio de mídias digitais – podcasts e vídeos.

E podemos desenvolvê-las por meio do celular, do tablete, do computador, da televisão e da câmera fotográfica, facilitando essas mediações e informações e despertando no aluno o interesse para as novas tecnologias inseridas nos processos de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto durante esse trabalho, é necessário e de grande significância o uso das novas tecnologias aplicadas em sala de aula, e a forma como será didaticamente transmitida para os alunos.

Sendo assim, é pertinente enfatizar que após o momento pandêmico que vivenciamos nos alertou para novas nuances e ressignificações no âmbito educacional, que os docentes tiveram que se adaptar às tecnologias e acima de tudo como trazer o conteúdo e a metodologia alinhados a formação dos discentes.

Mas como esperar desses profissionais clareza e conhecimento do uso digital, visto que as universidades não contém em sua grade curricular disciplinas para formação ao trato digital. E assim quando fomos acometidos pelo surto pandêmico, tivemos que mostrar força e empenho para não perder nossos empregos, como também não deixar nossos alunos sem aula.

Entretanto o desafio estava apenas começando, pois como chamar a atenção de uma classe inteira on-line e sem querer ligar a câmera para vermos como estão. Lições que não eram realizadas com muitas desculpas e menos interesse na sala de aula virtual, e dessa forma fo-

mos vencendo a cada dia, essa modalidade e superando os desafios que foram lançados.

No entanto, o ensino EAD era visto como algo preconceituoso e que não seria viável para um estudo com eficiência. Mas é nitido o quanto isso foi desmitificado e tem um olhar diferente diante disso, até porque nossos alunos são adeptos de telas, celulares e computadores, e o ideal é transformar essa tecnologia em aliada ao ensino.

Essas instituições que conseguem superar e dominar o campo das tecnologias no âmbito educacional, garantem uma interação maior em suas aulas que se tornam mais atrativas. Pois através dos gêneros textuais podemos trabalhar alinhados ao uso das TICs e assim otimizar o aproveitamento escolar.

Assim, estamos diante de uma nova sala de aula, com perspectivas de cada docente imbuído na tarefa de se comprometer com seu aluno, aplicar atividades com aplicativos virtuais de aprendizagem e atrair o olhar desse discente como também despertar a curiosidade e o interesse pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

RIBEIRO, E. A.; VECCHIO, M. M. P. **Tecnologias digitais e escola: reflexões no projeto aula aberta durante a pandemia**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

SEVERINO, J. A. **A metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

A RESSIGNIFICAÇÃO DO CURRÍCULO ESCOLAR NO COMBATE À SEGREGAÇÃO SOCIAL E INCENTIVO À PLURALIDADE CULTURAL

Giovana Matildes Silva Alexandre¹

Mauriceia Soares de Lima Brito²

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo, discutir a importância do currículo para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Logicamente, por ser este um artefato cultural e político, não se trata de algo simples, faz-se necessário uma reflexão acerca do viés ideológico, assim como toda uma intencionalidade que permeia o currículo oculto. Este, embora não se apresente claramente, atende aos interesses de um determinado grupo social e, a cada momento que padroniza o ensino, funciona como artefato cultural e social da classe dominante. Nesse sentido, ao reforçar os valores desse grupo, promove a segregação escolar e, conseqüentemente social dos indivíduos que por não sentirem -se representados na escola, estudar torna-se um desafio que em diversas situações culmina com a evasão escolar ou uma aprendizagem vazia de significado. Para combater essas ideologias, é fundamental ressignificar o currículo, através de práticas que incentivem a pluralidade cultural e social dos educandos. É através da desconstrução de valores que promovem a homogeneidade e incentivo à identidade individual e cultural dos indivíduos que o ensino será efetivamente uma ferramenta de mudança e combate às desigualdades.

Palavras-chave: Currículo. Segregação. Ressignificação. Pluralidade.

1 INTRODUÇÃO

Quando se voltam olhares no sentido de pensar o currículo dentro da instituição escolar, nota-se que a organização curricular presente na maioria das instituições de ensino, encontra-se pautada no modelo tradicional que contempla uma visão de mundo que atende apenas os interesses de um determinado grupo social, tornando o ensino homogêneo e padronizado onde não há espaço à pluralidade, contribuindo dessa forma para a exclusão social dentro e fora da sala de aula.

1 Mestrando em Ciências da Educação – FCS – Assunción-PY

2 Mestrando em Ciências da Educação – FCS – Assunción-PY

Essas considerações demonstram o quanto é relevante estudar, compreender e analisar o currículo. Sob esse viés, o presente artigo tem por objetivo, discutir a importância do currículo para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Logicamente, por ser este um artefato cultural e político, não se trata de algo simples, todavia é necessário refletir acerca do currículo oculto e, sobretudo desconstruir valores que o permeiam, para que a sala de aula seja o espaço da diversidade.

O presente trabalho está dividido em três tópicos. O primeiro retrata a importância do currículo para direcionar e definir as atividades desenvolvidas no ambiente escolar. Contudo para que isso ocorra, é necessário a elaboração de uma organização curricular comprometida com a realidade objetiva, levando em consideração as necessidades e anseios daqueles a quem se destina o processo de ensino-aprendizagem.

A segunda parte, aborda a ideologia que encontra -se recôndita no currículo neutro, reforçando valores da classe dominante, promovendo a segregação escolar e, conseqüentemente social dos indivíduos que por não sentirem -se representados na escola, estudar torna-se um desafio que em diversas situações culmina com a evasão escolar ou uma aprendizagem vazia de significado.

A terceira e última parte, discorre acerca da ressignificação do currículo baseada na pluralidade social como ferramenta indispensável na luta contra um ensino excludente e elitista que não favorece a diversidade, característica indubitável de uma sala de aula. É através do fortalecimento da identidade individual e cultural do aluno que o currículo cumpre verdadeiramente sua função: educar pela diferença para reduzir a desigualdade.

2 A IMPORTÂNCIA DO CURRÍCULO

Em qualquer sociedade moderna há uma infinidade de formas de aprendizado que compõem nossas vidas e todos os nossos dias. Esse tipo de conhecimento está estritamente relacionado ao saber empírico adquirido no cotidiano. Todavia, quando trata-se da aquisição de conhecimento sistematizado, a escola tem um papel preponderante nesse processo, e conseqüentemente o currículo. É através deste que as escolas ou qualquer instituição de ensino configuram suas metas básicas em estratégias de ensino, ou seja, caberá ao currículo definir e direcionar aquilo que será ou não aprendido, moldando os sujeitos que adentram nos espaços escolares e preparando-os para exercerem um determinado papel na sociedade.

“O currículo é o que tem atrás toda educação transformando suas metas básicas em estratégias de ensino. Tratá-lo como algo dado ou uma realidade objetiva e não como um processo no qual podemos realizar cortes transversais e ver como está configurado num dado momento não seria mais que legitimar de antemão a opção estabelecida nos currículos vigentes, fixando-a como indiscutível. O relativismo e a provisionalidade histórica devem ser uma perspectiva nestas afirmações” Lundgren (1981, p. 40 *apud* SACRISTÁN, 2000).

Esse argumento ressalta a relevância do currículo para a construção de uma educação transformadora que promova a formação de sujeitos críticos e atuantes em sua realidade. Não obstante, o autor destaca que para que isso ocorra é necessário a elaboração de um currículo comprometido com a realidade objetiva, levando em consideração as necessidades e anseios daqueles a quem se destina o processo de ensino-aprendizagem. O planejamento educacional onde o currículo é apenas um recorte de modelos tradicionais e ultrapassados está fadado ao fracasso, pois não é possível conceber uma educação para a mudança dissociada de uma escola que ao construir o seu currículo não atribua o real valor à cultura social dos educandos. De acordo com (Bahbha, 1998, p.63 *apud* JÚNIOR, 2016, p. 86).

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto de conhecimento empírico – enquanto a diferença cultural é o processo de enunciação da cultura como ‘conhecível’, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade.

É importante acrescentar que o currículo enquanto conjunto de ações que serão selecionadas, organizadas e desenvolvidas pela escola

é o que chamamos currículo formal. Contudo, cabe salientar que este encontra-se intimamente relacionado ao artefato cultural e social do público alvo a quem se destina. Não é possível construir um currículo sem priorizar a diversidade cultural, social e econômica dos alunos, pois esse olhar a sua realidade faz-se necessário à construção da sua identidade pessoal e ressignifica os saberes que possuem, o que é indispensável em uma educação comprometida com a mudança. Todavia, o currículo centrado na difença cultural e comprometido com a diversidade ainda é algo distante de nossa realidade, pois o currículo escolar presente em boa parte das escolas brasileiras é o tradicional, que além de retrógrado funciona como difusor do capital cultural da classe dominante, ou seja, não há qualquer neutralidade. Tudo aquilo que aprende-se e, sobretudo o que não se aprende é intencionalmente planejado. É o que denomina-se currículo oculto.

3 O CURRÍCULO OCULTO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL

Inicialmente, é relevante destacar que o currículo não é neutro. Há toda uma intencionalidade em sua estrutura que funciona como mecanismo de reprodução cultural voltado aos interesses daqueles que detêm o capital econômico e por conseguinte, seus valores são reproduzidos no ambiente escolar. Embora o currículo oculto não se constitua em uma teoria propriamente dita, este se faz presente de forma marcante no cotidiano escolar através de práticas excludentes que reforçam comportamentos individualistas e competitivos onde “os mais aptos” obterão sucesso. Nesse contexto da individualidade e meritocracia, nada pode ser mais desigual que o ensino, pois sendo a escola o local onde são criados e aprendidos novos significados, as relações sociais e conteúdos estudados não atendem as necessidades da maioria dos alunos que não reconhecem nessas práticas qualquer significado com sua realidade e anseios. Para Silva (2007, p. 35), esse processo ocorre de maneira que:

A escola não atua pela inculcação da cultura dominante às crianças e jovens das classes dominantes, mas, ao contrário, por um mecanismo que acaba por funcionar como mecanismo de exclusão. O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender

esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo, nesse código [...]. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável.

Nessa perspectiva, a educação atua como responsável pela exclusão social, uma vez que são eliminados do processo aqueles que não se adaptam ou não conseguem compreender a linguagem trabalhada no ambiente escolar. Nesse contexto, as crianças pertencentes a um grupo social dominante, chegam à escola com uma bagagem cultural semelhante aquilo que é proposto no ensino escolar, ou seja, através dos seus conhecimentos prévios, terá êxito no processo ensino/aprendizagem. Por outro lado, os alunos que não se reconhecem enquanto sujeitos pertencentes àquela escola, e suas práticas em nada se assemelham ao seu cotidiano, tendem a sentirem-se inadequados e adaptar-se a essa realidade constitui-se um grande obstáculo que muitas vezes culmina com um ensino irrelevante às suas necessidades reais ou à evasão escolar. “É importante trazer ao debate que a natureza do currículo oculto está presente, mas não explicitada, no ensino e na formação do cidadão. Por meio das experiências e da sistemática com que se trabalha no currículo oculto, os valores culturais, econômicos e políticos são camuflados e aparecem sutilmente na organização curricular.” (SOUZA E ARAÚJO, 2013).

Indubitavelmente, a educação é algo intencional, e é por intermédio do currículo que os valores da elite são transmitidos através do currículo oculto, que de forma implícita, promove a segregação escolar, e conseqüentemente a segregação social à medida que suas práticas atendem ao aparelho ideológico do Estado, através da reprodução cultural que não dá espaço às diferenças socioeconômicas dos alunos e reduz ou aniquila qualquer chance daqueles menos favorecidos de tornarem-se sujeitos de sua aprendizagem.

4 O CURRÍCULO NA PERSPECTIVA DA PLURALIDADE SOCIAL

Para (Silva, 2007). Educar significa introduzir a cunha da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o igual e o idêntico, um mundo parado, um mundo morto. A instigante indagação feita por Silva, traz uma reflexão acerca do currículo como prática cultural significativa que constrói-se e reconstrói-se em consonância com

as demandas educacionais de um ensino que promova a igualdade de oportunidades a partir da valorização das diferenças dos educandos. Nesse sentido, a ressignificação do currículo baseado na pluralidade social é de suma importância, pois mudar a ótica que conduz os saberes escolares que determina aquilo que deve ou não ser estudado, significa abrir espaço à diversidade cultural que faz parte do cotidiano escolar. Educar baseado nas diferenças e no fortalecimento da identidade dos indivíduos é dar à escola o seu verdadeiro papel: transformação. Para MOREIRA E CANDAU (2003, p.161):

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui um grande desafio que está chamado a enfrentar.

As escolas e os currículos são artefatos culturalmente constituídos a partir de interesses políticos e ideológicos que utilizam o viés da padronização e da individualidade com o intuito de neutralizar os conflitos sociais que adentram o espaço escolar. Silenciar, não questioná-los ou soucioná-los. Dessa forma, percebe-se o quão complexo e desafiador é a construção de um currículo voltado à pluralidade social, pois, colocá-lo em prática constitui uma luta social que envolve toda comunidade escolar, sobretudo os professores que têm na sala de aula, em maior ou menor escala, a oportunidade de a partir da diferença, combater a exclusão social em todos os aspectos. Assim, é fundamental habilitar o educador para trabalhar com questões sociais, culturais e pedagógicas que contribuam na formação integral do aluno.

Nos dizeres de ARROYO (2007), “vem crescendo as sensibilidades para com o currículo das escolas, porque percebemos que a organização curricular afeta a organização de nosso trabalho e do trabalho dos educandos”. Sob a perspectiva assumida a organização curricular que objetiva o fortalecimento da identidade do aluno através de suas práticas escolares, requer antes de tudo que haja um olhar especial à construção da identidade profissional dos professores, uma vez que a partir do fortalecimento desta, os trabalhadores atuantes na educação, sintam-se aptos e sensibilizados em fazer da sala de aula um espaço plural e de ressignificação dos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as teorias apresentadas no presente texto, compreendemos a relevância do currículo para a consolidação dos objetos do ensino. É a partir deste, enquanto conjunto de ações que os conteúdos serão, selecionados, organizados e colocados em prática a fim de promover uma educação comprometida com as necessidades dos educandos, a posteriori necessidade dos indivíduos enquanto cidadãos, ou seja, a importância do currículo em nossa vida perpassa o ambiente escolar.

Todavia, cabe destacar o significado político do currículo. Ele não é neutro. Há toda uma intencionalidade que faz -se presente em suas práticas ou, sobretudo na ausência destas. É o que denominamos currículo oculto, composto de ideologias que propagam o capital cultural que atende aos interesses da classe dominante, funcionando como mecanismo de exclusão escolar e conseqüentemente, exclusão social. Ou seja, a escola que em suas práticas, não questione e combata esse tipo de ensino contribui para a segregação dentro e fora do espaço escolar, pois um ensino que não se organiza na perspectiva da diferença, corrobora com a reprodução das desigualdades sociais.

Portanto, a desconstrução de valores que propiciam os interesses de um determinado grupo social, apenas acontece quando o currículo escolar é pautado na pluralidade cultural dos alunos. Quando o fazer pedagógico está centrado nas diferenças e no fortalecimento das identidades individuais e coletivas, a aprendizagem torna-se significativa para o aluno, que reconhece nesse espaço uma extensão de sua realidade, assim consegue aprender novos conhecimentos, associando-os com sua realidade e dando-lhes novas significações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. (2007). **Educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Indagações sobre currículo Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 17-52.

JUNIOR, Carlos Borges. **Apontamentos teóricos sobre os estudos culturais**. Livrodigitais. Disponível em: https://livrodigital.uniasselvi.com.br/PED66_teorias_e_praticasdo_curriculo/unidade2.html?topico=1 Acesso em 30 de setembro 2022.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Currículo, conhecimento e cultura. Indagações sobre o currículo.** In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2003, p.17-48.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2 ed: Belo Horizonte: Autêntica, 2007

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart (org). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, J. R. M.; ARAUJO, A. C. U. **A Dimensão oculta do currículo no ensino da Língua Portuguesa na EJA: Estudo de caso.** Espaço do currículo, v.6, n.3, p.536- 548, Setembro a Dezembro de 2013.

AUTONOMIA DO ALUNO DE EAD NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Sandra Maria Falcão

Resumo:

O presente trabalho apresentar uma análise sobre a Educação a Distância como uma modalidade de ensino relevante. Bem como suas novas possibilidades de interação e aprendizagem por uso das novas tecnologias, trazendo uma reflexão sobre autonomia por parte dos alunos e também uma reflexão sobre o papel do professor nessa modalidade de ensino. Tem como objetivo principal, refletir a importância da autonomia do aluno no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância. É uma pesquisa de cunho bibliográfico que procura explorar meios diversos, em especial, livros e artigos com esse tema. Assim como observa-se neste estudo, a vivência em cursos EAD o aprendizado do aluno é muito mais significativo quando o professor-tutor apresenta competências fundamentais para o exercício de suas funções, como: conhecimentos pertinentes ao conteúdo do curso; habilidade no uso de tecnologias de informática; comunicação oral e escrita; atitudes de flexibilidade, facilidade no relacionamento interpessoal e postura ética.

Palavras-chave: Educação-a-Distância. Autonomia. Aprendizagem. Aluno.

Abstract:

This paper presents an analysis on distance education as a relevant teaching modality. As well as its new possibilities of interaction and learning through the use of new technologies, bringing a reflection on the autonomy of students and also a reflection on the role of the teacher in this modality of teaching. Its main objective is to reflect the importance of student autonomy in the teaching and learning process in distance education. It is a bibliographical research that seeks to explore various means, especially books and articles with this theme. As observed in this study, the experience in EAD courses The student's learning is much more significant when the teacher-tutor presents fundamental competencies for the exercise of its functions, such as: knowledge pertinent to the content of the course; Ability to use computer technologies; Oral and written communication; Attitudes of flexibility, ease in interp relationship

Keywords: Distance education. Autonomy. Learning. Student.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância sofreu grandes transformações ao longo da história. Teve sua explosão com a chegada da internet. Hoje é uma modalidade muito utilizada em diversos níveis de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino complexa, pois envolve dimensões que transcendem a questão educacional. Antigamente era uma modalidade voltada apenas para aqueles que não tinham acesso a escola como uma forma de profissionalização. Com o passar dos anos e a exclusão das classes menos favorecidas passou a ser ofertada em outros níveis de ensino.

Este trabalho pretende mostrar a evolução da modalidade de Educação a Distância e a maneira como a autonomia influencia no processo de ensino aprendizagem dessa modalidade.

O que motivou a fazer essa pesquisa foi entender que o desenvolvimento de uma nação depende da qualidade da educação de seu povo. Ou seja, o nosso país só irá se desenvolver através de uma educação de qualidade para todos.

O artigo tem como objetivo geral refletir a importância da autonomia do aluno no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância. E como objetivos específicos mostrar a evolução da Educação a Distância; compreender o que é autonomia e qual a sua relevância para educação; perceber como se dá o processo de ensino e aprendizagem.

O presente trabalho é uma pesquisa de cunho bibliográfico que procura explorar meios diversos, em especial, livros e artigos com esse tema. O material é suficiente para entendermos a Educação a Distância no nosso país e refletirmos sobre o ensino de EAD e sua relevância. É resultado de pesquisa de interesse pessoal de cunho qualitativo na qual se utiliza o método dedutivo.

1. Educação a Distância Conceitos e História

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que vem ganhando relevância no mundo atual. Sua existência data de tempos remotos. Com o crescimento dessa modalidade de ensino nos últimos anos vem ocorrendo debates e discussões a cerca da qualidade dessa formação acadêmica. Esta seção procura explicitar algumas definições

e conceitos que abrangem o termo "Educação a Distância" além de um breve histórico dessa modalidade de ensino.

A Educação a Distância (EAD) é uma modalidade de ensino que permite atingir um grande número de pessoas. Ela só atinge esse grande número de pessoas por não ser uma modalidade tradicional. Abrangendo pessoas que não têm condições de comparecer diariamente na instituição de ensino dando ao educando uma nova possibilidade de se apropriar dos conteúdos transmitidos aos alunos da educação tradicional.

Desta maneira, a educação a distância pode ser concebida como um sistema aberto que é composto por “mecanismos de participação e descentralização flexíveis, com regras de controle discutidas pela comunidade e decisões tomadas por grupos interdisciplinares” (MORAES, 1997, p. 68).

A educação a distância contribui para ampliar as oportunidades de trabalho e a aprendizagem, uma vez que se constitui em uma alternativa para formação profissional e educacional. Rompendo dessa forma com os paradigmas tradicionais porque exige novas formas de ensinar e aprender, em permanente relação com os outros.

1.1 Conceitos e Definições de Educação a Distância

A Educação a distância ficou conhecida por muito tempo como um processo educacional que ocorria sem a presença do professor, onde todo o material de instrução era enviado por correio e que o aluno estudava de forma individual e autônoma utilizando o material recebido.

O Ministério da Educação define que a Educação a Distância:

É a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior (disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823:o-que-é-educacao-a-distancia>; acesso em 05 dez. 2018).

Lei nº 9.394, de 20/10/1996 (estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) em seu artigo 1º definiu a educação à distância como:

“[...] é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”

Segundo Moram, 2002 Educação a distância é o processo de ensinoaprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporariamente.

Holmberg (1985), autor que coloca como base dos fundamentos da EAD a teoria da interação e da comunicação, define-a dizendo que:

A expressão “educação à distância” cobre as distintas formas de estudo em todos os níveis que não se encontram sob a contínua e imediata supervisão dos tutores, presentes com seus alunos na sala de aula, mas, não obstante, se beneficiam do planejamento, orientação e acompanhamento de uma organização tutorial.

Já Moore e Kearsley (1996) referem-se a essa modalidade não como educação, mas sim como ensino, dizendo que:

O ensino a distância é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o aluno se possa realizar mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas.

Os diversos conceitos da EAD acabam gerando discussões dos pesquisadores da área em torno de termos como: educação, distância, ensino, tempo entre outros que estão nas definições e conceitos. O que faz com que essa modalidade seja muitas vezes criticada por não existir um consenso entre os pesquisadores e estudiosos dessa modalidade que algumas vezes não é conceituada como modalidade e sim como

método.

1.2 Breve Histórico da Educação a Distância no Mundo

A Educação a Distância existe desde de tempos remotos. Podemos afirmar que o apóstolo Paulo utilizou essa modalidade quando enviou suas cartas as primeiras igrejas da Ásia para propagação das doutrinas cristãs. Possivelmente estas experiências se repetiram outras vezes e outros períodos ao longo da história na Grécia, Roma e Egito.

Mas o marco inicial foi com agricultores europeus em 1856 utilizaram correspondências para aprender melhores técnicas para plantar e manejar os animais. Para entendermos a Educação a Distância (EAD) é preciso conhecer a sua historia, sua evolução e seus desafios no Brasil e no mundo.

O EAD não é um fenômeno novo, é um modo de ensinar e de aprender individualmente, que existe há pelo menos mais de cem anos (Moore e Kearsley, 1996). Antes da novas tecnologias os educadores usam a imprensa e os serviços postais (correspondências).

Contudo, apesar de existirem indícios de que a educação a distância pode ter sido utilizada nas epístolas bíblicas (Século I d.C) denominadas de cartas de São Paulo enviadas para os cristãos da Ásia Menor, pode ser considerada parte dessa modalidade (GOUVÊA; OLIVEIRA, 2006).

No século XV, na Alemanha Gutemberg inventou a imprensa tecnologia que possibilitou difundir ideias e deu acesso maior aos livros com a invenção dos “tipos moveis, chapas de metal que imprimiam em papel combinações das 26 letras”.

BASTOS, CARDOSO; SABBATINI (2000) também consideram que, modernamente, a origem da EAD se encontra nos cursos por correspondência, que tiveram início no final do século XVIII e atingiram seu desenvolvimento no século seguinte.

Muitos países fizeram uso dessa modalidade de ensino que começou primeiramente na Europa na Suécia, Reino Unido e Espanha e fora dela nos Estados Unidos. No início do século XX, outros países como África do Sul, Austrália, Alemanha, Noruega França e Canada vivenciaram experiências na modalidade de EAD.

Porém, a institucionalização da educação a distância somente ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, quando em 1856, na Alemanha, é “criada a primeira escola de línguas por correspondência” (SARAIVA, 1996, p. 18) para o ensino do francês pelos professores

Charles Tous-Saine e Gustav Laugenschied, que eram patrocinados pela *Sociedade de Línguas Modernas* (ALVES, 2011). A *University of London*, em 1858 foi a primeira universidade a oferecer cursos a distância.

Nos anos seguinte muita universidades proporcionaram cursos nessa modalidade de ensino como em 1873, em Boston, nos Estados Unidos onde foi fundada a *Society to Encourage Study at Home* por Anna Eliot Ticknor que pretendia promover o estudos no ambiente doméstico. Anda tiveram em 1891, a Wisconsin University com cursos por correspondência em serviços de extensão universitária. Em 1892 *University of Chicago*, criou Divisão de Ensino por Correspondência para a preparação de professores. Tudo isso foi considerado EAD uma vez que o leitor podia levar o material e estudar em casa com autonomia. “A comunicação educativa com o objetivo de provocar a aprendizagem em discípulos fisicamente distantes encontra suas origens no intercâmbio de mensagens escritas desde a Antiguidade” (SARAIVA, 1996, p. 18).

Foi somente no século XX que ocorreu a difusão para outros países do uso da modalidade de Educação a Distância. Em 1922 inicia-se o ensino por correspondência na antiga União Soviética.

Em 1928, no Reino Unido a British Broadcasting Corporation (BBC), começa a promover educação para adultos através do rádio. Essa tecnologia passa a ser copiada em diversos países. Nessa época surgem novas tecnologias que influenciam os meios de comunicação de massa como o Código Morse, telefone e posteriormente a televisão.

O mundo pós Segunda Guerra Mundial exige novas dinâmicas sociais e os avanços científicos e tecnológicos precisam de novas profissões e ocupações. Como o número de professores era insuficiente para atender a população a EAD foi uma opção para atender o contingente de pessoas que pretendia se qualificar para o mercado de trabalho. Assim Open University surge neste período, com a participação da BBC, especialmente para uso do rádio e da emergente televisão.

Também foi na metade do século XX que essa modalidade começou a se fortalecer e começa a ganhar importância como modalidade de ensino.

Na Argentina, em 1960, o Ministério de Cultura e Educação cria a Tele Escola Primária, que visava integrar os materiais impressos à tutoria e à televisão. No final dessa década, em 1969, foi

criada a Fundação Open University, na Inglaterra (ALVES, 2011; GOUVEA; OLIVEIRA, 2006, VASCONCELOS, 2010).

Houve outros fatores que contribuíram na consolidação internacional da Educação a Distância como por exemplo a criação de diversas universidades em diversos países como Portugal, Espanha, Inglaterra, Índia entre outros.

Segundo Maia e Mattar (2007) a segunda geração tem como característica a utilização de novas mídias, como televisão, rádio, fitas de áudio, vídeo, telefone e também a criação das universidades abertas de ensino a distância. Peters (2009) caracteriza a segunda geração inicialmente pelo uso de dois meios de comunicação: rádio e televisão. Depois de algum tempo houve a introdução dos vídeos e das fitas cassetes.

Peters (2009) salienta que as universidades autônomas foram criadas, pois os governos a partir delas poderiam implementar suas políticas educacionais. Algumas universidades aceitavam alunos que não estavam qualificados e esses aspectos mudaram o cenário da Educação a Distância. Ele afirma que a Educação a Distância a partir desse momento passou a ser caracterizada como um ensino que possibilitava acesso à educação para grupos maiores de adultos.

As novas tecnologias contribuíram muito para EAD de forma que ela agora se caracteriza como online, pois, a partir da internet surgiram os ambientes virtuais da aprendizagem e também associações de instituições de ensino a distância. A internet facilitou a comunicação entre o professor (facilitador) e o educando contribuindo dessa forma para o sucesso da EAD.

1.3 Educação a Distância no Brasil

Segundo Alves, 2009 mesmo antes de 1900 existiam anúncios em jornais de circulação no Rio de Janeiro que ofereciam cursos profissionalizantes por correspondência. Tratava-se de iniciativas isoladas, pois eram cursos de datilografia ministrados por professores particulares. Em 1904, com a instalação das Escolas Internacionais, tem-se um marco de referência oficial. Tratava-se de unidades de ensino estruturadas que eram filiais de uma organização norte-americana. Os cursos sempre eram voltados para pessoas que buscavam empregos principalmente nos setores de serviços e comércio. Naturalmente o ensino era por correspondência e os materiais didáticos enviados pelos correios

que utilizavam as ferrovias para transporte (p. 9).

Algumas experiências são desenvolvidas, com uso de material impresso e rádio, tecnologias disponíveis à época nas primeiras décadas do século XX. Criada em 1923 a Radio Sociedade do Rio de Janeiro é uma das primeiras iniciativas de EDA que se tem notícia. Essa rádio foi incorporada ao Ministério da Educação em

1936 e oferecia cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia.

Segundo Alves, 2011 diz que em 1934, Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes. E em 1937, segundo Maia e Mattar (2007) surgiu o Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Lopes e Faria (2013) afirmam que a segunda fase da Educação a Distância no Brasil foi confirmada com a criação de alguns Institutos na metade do século XX, e outras organizações.

A Educação a Distância passou então a ser utilizada para tornar o conhecimento acessível às pessoas que residiam em áreas isoladas ou não tinham condições de cursar o ensino regular no período normal.

Em 1947, foi fundada a Universidade do Ar (UNAR) pelo Serviço Social de Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e por emissoras associadas. A partir de 1950 a UNAR já estava presente em 318 localidades e as aulas acontecia através de uma rede de emissoras entre elas a Rádio Tupi.

A UNAR ofertava cursos comerciais radiofônicos e os materiais que os alunos utilizavam eram apostilas e monitores. As atividades da UNAR foram encerradas em 1961 (MAIA; MATTAR, 2007). Para Lopes e Faria (2013) através da Universidade do Ar a Educação a Distância sofreu uma expansão, devido à utilização do rádio em seu método de ensino, tendo em vista que o rádio possui uma grande abrangência e isso fez com que um maior número de pessoas tivesse acesso aos cursos. Outro projeto importante foi o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que estava associado ao governo federal. Ele tinha alcance nacional por utilizar o rádio. Beluzo e Toniosso (2015) destacam que o MOBRAL possuía metas, como:

[...] erradicar o analfabetismo, integrar os analfabetos na sociedade, dar oportunidades a eles através da educação, buscando assim, benefi-

cios para a população menos favorecida economicamente e principalmente a alfabetização funcional, com a aquisição de técnicas elementares de leitura, escrita e cálculos matemáticos (BELUZO; TONIOSSO, 2015, p. 200).

A partir de 1960 a EAD cresceu de forma intensa pelo fato de utilizar televisão. Em 1967 o Código Brasileiro de Telecomunicações impôs a transmissão de programas educativos tanto pelas emissoras de rádio quanto para as transmissões educativas (ALVES, 2009).

Um fato positivo, segundo Alves (2009), foi a criação de alguns programas como os telecurursos, hoje denominado Telecurso 2000 pela Fundação Roberto Marinho, os cursos tiveram êxito e são oferecidos até hoje pela instituição.

Em 1996 é oficializado a Educação a Distância no Brasil com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.393, 20 de dezembro de 1996 – essa lei foi normatizada por tais decretos: Decreto n. 2.494 (1998), Decreto n. 2561 (1998) e pela Portaria Ministerial n. 301 (1998) (MAIA; MATTAR, 2007).

Em 1990 houve um retrocesso na EAD pois, as emissoras foram exoneradas de exibir programas educativos.

Três organizações foram determinantes na história da Educação a Distância no Brasil, são elas: a Associação Brasileira de Teleducção - ABT, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação - IPAE e a Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED (ALVES, 2009).

Assim percebemos que a Educação a Distância a parti de 1990 tem um grande crescimento expandindo essa modalidade em diversos níveis de ensino. Embora essa modalidade de ensino traga contribuições para democratizar a educação brasileira também apresenta grandes desafios e problemas que devem ser analisados para que possa contribuir com a democratização social do conhecimento.

2. Autonomia na Educação a Distância

O conceito de autonomia vem sendo construído ao longo da história no contexto de diferentes características que configuram a sociedade como: políticas, econômicas e culturais.

Autonomia é a palavra de ordem na EAD, caracterizando a necessidade da independência e a atitude investigativa por parte dos alunos.

1.4 Conceito de Autonomia

De origem grega, o significado da palavra autonomia é “o caráter do que dá si mesmo sua lei, do que obedecer a sua própria lei”. (RUSS, 2003, p. 23). Como o professor e aluno não estão juntos fisicamente, os alunos precisam ter autocontrole e auto direção diante das atividades propostas.

Não pode-se dessa forma entender a autonomia como algo absoluto e infindável e nem sinônimo de autossuficiência.

Ferrater Mora (1965) define autonomia como uma realidade que é regida por uma lei própria. Ainda sugere dois sentidos para o termo autonomia: o sentido ontológico se refere a certas esferas da realidade que são autônomas em relação às outras, por exemplo, a realidade orgânica é distinta da inorgânica, o sentido ético se refere a uma lei moral que tem em si seu fundamento e a razão da própria lei. O último sentido de autonomia foi desenvolvido por Kant. Segundo Abbagnano (1962,

p. 93), é bastante usada a expressão “princípio autônomo” no sentido de que o princípio tenha em si, ou coloque por si mesmo, a sua validade ou a regra de sua ação. Dewey (1916, p. 353) definiu o conceito de atividade autônoma, afirmando que crianças e adultos precisam ser deixados sozinhos, ou seja, “[...] por meio das próprias observações dos alunos, de suas reflexões, formulação e sugestões, terão condições de ampliar aquilo que já é conhecido”.

Semanticamente, a palavra “autonomia” vem do grego, formada pelo adjetivo *autos* – que significa “o mesmo”, “ele mesmo” e “por si mesmo” – e pela palavra *nomos* – que significa “compartilhamento”, “lei do compartilhar”, “instituição”, “uso”, “lei”, “convenção”. Neste sentido, autonomia significa propriamente a competência humana em “dar-se suas próprias leis” (SEGRE; SILVA; SCHRANM, 2005).

Entendemos que existem muitos conceitos para autonomia mais todos eles de certa forma convergem numa mesma direção quando diz que cada ser humano faz suas próprias regras.

1.5 Conceito de Autonomia na E.A.D

Autonomia é um tema difícil de conceituar para aprendizagem por uma gama de fatores que concorrem para sua efetividade na E.A.D.

Para E.A.D. é necessário a formação de alunos autônomos para torna-los críticos, flexível, reflexivo e inovador.

Na Educação a Distancia a reformulação dos papéis dos profes-

sores e alunos nos processos de ensino e de aprendizagem. Nos dizeres de Moran: “o professor se torna um supervisor, um animador, um incentivador dos alunos na instigante aventura do conhecimento” (Moran, 2009).

Buscando autores para definir autonomia encontramos Preti (2000) que compreendamos dessa forma que uma pessoa com autonomia na educação é aquela que é capaz de conduzir sua formação tendo seus objetivos e intuítos como base, tornado dessa maneira o educando sujeito da sua formação decidindo os caminhos a serem seguidos.

Ter autonomia significa ser “autoridade”, isto é, ter força para falar em próprio nome, poder professor (daí o sentido de ser “professor”) um credo, um pensamento, ter o que ensinar a outrem, ser possuidor de uma mensagem a ser proferida. Em outras palavras, é ser autor da própria fala e do próprio agir. (PRETI, 2000, p. 132).

A autonomia não nasce com o indivíduo ela vai sendo construída ao longo da vida mediante a participação e compromisso ético-profissionais. Assim a participação é fundamental na construção da autonomia.

Por mais que seja individual o processo da autonomia a sua construção é uma tarefa tanto pessoal quanto coletiva.

Os primeiros teóricos a incorporar o conceito de autonomia em uma teoria de EAD foram Moore e Kearsle (2007), que a associaram a termos como a independência e autonomia. De acordo com Moore (apud BERNATH; VIDAL, 2007, p. 4):

[...] usando o constructo, podemos conceber cursos para diferentes graus de autonomia, variando o diálogo e a estrutura e, do ponto de vista da investigação, podemos explorar e testar muitas interações dentro e entre essas variáveis.

Ao “pé da letra” a palavra autonomia, segundo Ferreira (1983), é a:

1. Faculdade de se governar por si mesmo. 2. Direito ou faculdade de se reger (uma nação) por leis próprias. 3. Liberdade ou independência moral ou intelectual. 4. Distância máxima que um veículo, um avião ou um navio pode

percorrer sem se reabastecer de combustível.
5. Et. Propriedade pela qual o homem pretende poder escolher as leis que regem a sua conduta.
(FERREIRA, 1983, p. 163).

Assim na E.A.D é necessário incentivar o educando a desenvolver a sua autonomia para garantir a execução e condução da sua aprendizagem.

3. PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A EAD é uma modalidade de ensino que apesar da sua infraestrutura e tecnologia sofre muitos preconceitos principalmente pela distancia física entre professores e alunos. Mas é inegável importância do professor dentro do processo de ensino e aprendizagem, sua função como mediador do conhecimento e a forma como os conteúdos abstratos trabalhados em sala de aula tornam-se interessantes ao serem explorados pela EAD.

3.1 Conceitos de Ensino e Aprendizagem

Para compreendermos os conceitos de processo ensino e aprendizagem é necessário ter em mente as diferentes épocas onde esses conceitos se desenvolveram assim como entender as mudanças ao longo da história de produção do saber humano.

Hoje, o conceito de ensino-aprendizagem deve ser amplamente discutido e aplicado, visto que cada situação pode ser uma situação de ensino-aprendizagem e somente aqueles que não apresentam atitudes de constante abertura é que não aprendem ou não ensinam em todas as situações (PILETTI, 1986).

O processo ensino-aprendizagem nada mais é do que um complexo sistema de interações comportamentais entre professores e alunos. Eles não são independentes e nem estáticos ou fixos.

Segundo Libâneo, 1994 aprender é o processo de assimilação de qualquer forma de conhecimento, desde o mais simples onde a criança aprende a manipular os brinquedos, aprende a fazer contas, lidar com as coisas, nadar, andar de bicicleta etc., até processos mais complexos onde uma pessoa aprende a escolher uma profissão, lidar com as outras. Dessa forma as pessoas estão sempre aprendendo.

Mas para haver aprendizagem é necessário um processo de assimilação onde o aluno orientado pelo professor compreende, reflete e aplica os conhecimentos aprendidos.

Segundo Libâneo (1994, p. 90) “a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende.” Ele mesmo concluiu que é algo bem diferente disso “é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente do professor e a atividade dos alunos.” Dessa forma podemos perceber que “O ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos.”

O processo de ensino, segundo Karger, Follmann e Schmitt (2014) só se concretiza quando o aluno aprende e a didática é a sistematização dos conhecimentos e experiência humana, sendo que a aprendizagem é uma atividade praticada pelo aluno que visa à apropriação de métodos, conceitos e instrumentos cognitivos, necessitando da intervenção do professor através da mediação didática, ou seja, uma intervenção intencional na formação.

Dessa forma entendemos que o processo de ensino-aprendizagem precisa da orientação do professor ou orientador que direcione o educando para que este possa assimilar.

3.2 Ensino Aprendizagem na Educação a Distância

Atualmente com EAD percebe-se uma mudança na interação entre alunos e tutores. Ele deixa de ser um mero repassador de conhecimento e passa a ser um orientador da construção do conhecimento do aluno. Assim ele age como parceiro e facilitador do aluno.

De acordo com Belloni (2003, p.81), “em EAD como na aprendizagem aberta e autônoma da educação do futuro, o professor deverá tornar-se parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento”, isto é, em atividades de pesquisa e na busca da inovação pedagógica. Para Costa (2007),

A própria modalidade E.A.D traz em seu bojo a noção de deslocamento espacial e temporal para professores e estudantes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, bem como a estrutura do design instrucional que estará orientada para este binômio.

A modalidade E.A.D o processo de ensino-aprendizagem tem foco no aluno ou seja, o aluno é o centro do processo pedagógico.

De acordo com Costa (2007), “em um curso superior na modalidade a distância, em outro ponto remoto se encontra a tutoria, responsável pela mediação do processo ensino-aprendizagem”. Este tutor fornece uma ponte entre os professores e os estudantes.

Assim, compreende-se, como explicita Freire (2005), que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que ele ocorra. Compreendemos dessa forma que o conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e mundo. E que o aluno EAD precisa que o conteúdo seja trabalhado, refletido e reelaborado pelos alunos com suporte do material impresso, suporte de tecnologias interativas e das praticas pedagógicas.

Por isso, é relevante a observação feita por Lévy (1999, p.36):

Atualmente, a maior parte dos programas computacionais desempenham um papel de tecnologia intelectual, ou seja, eles reorganizam, de uma forma ou de outra, a visão de mundo de seus usuários e modificam seus reflexos mentais. As redes informáticas modificam circuitos de comunicação e de decisão nas organizações. Na medida em que a informatização avança, certas funções são eliminadas, novas habilidades aparecem, a ecologia cognitiva se transforma. O que equivale a dizer que engenheiros do conhecimento e promotores da evolução socio-técnica das organizações serão tão necessários quanto especialistas em máquinas.

Martins (2002, p. 28), constata que existe uma mudança de atitude em relação à participação e ao compromisso do aluno e do professor, que são encarados como parceiros idôneos do processo de aprendizagem, propiciando, por isso, trocas individuais e a construção de grupos que interagem, pesquisam e criam produtos, ao mesmo tempo em que ampliam seus conhecimentos.

É papel do tutor “fazer apreender”.

Assim essa modalidade de ensino a EAD deve possibilitar a participação do aluno em todas as dimensões educativas.

CONCLUSÃO

Na E.A.D, a função é despertar no sujeito a necessidade do estabelecimento de novos modos de contato e expressão com o mundo, não sendo mais um mero consumidor das produções, e, sim, como autor e produtor.

O processo de ensino aprendizagem tanto na modalidade E.A.D como na presencial deve contribuir com formação humana dos alunos, fornecendo bases para criação de valores fundamentais que os orientem nas suas escolhas para construir sua autonomia.

É provável que na E.A.D o aluno se isole por não ter professor fisicamente de maneira constante. Não realizando dessa maneira interação com o professor e outros alunos e isso compromete a sua aprendizagem.

Na Educação a Distância é fundamental a independência nos estudos pois, somente terão bom aproveitamento aqueles alunos que conseguirem serem gestores do seu tempo e praticarem hábitos propícios de estudos.

Para aprender é necessário ter disciplina, ou seja, o aluno deve ser responsável e deve interagir com outros alunos já que preciso compartilhar saberes e experiências. Dessa forma entendemos que para o aluno ser autônomo ele deve ter habilidades que propiciem a autoaprendizagem. Caso isso não ocorra a autonomia não existe ou será parcial o que torna difícil a atuação desse aluno na modalidade de EAD.

A autonomia no contexto da aprendizagem em EAD seria a liberdade de quem aprende por meio da mediação pela tecnologia, como veículo e forma de interação. O aluno de EAD deve torna-se um pesquisador, sujeito do seu processo de conhecimento, aquele que busca e elabora informações convertendo-as em conhecimento, conhecimento que eles se interessem.

Portanto é fundamental que os alunos EAD elaborem e também vivencie seus conhecimentos e para isso eles precisam partirem de suas experiências e a elas retornarem em forma de transformação de sua realidade. Assim a autonomia no

processo ensino aprendizagem é fundamental, pois somente um aluno autônomo é capaz de desejar o saber, o diálogo, e a reflexão o que viabiliza a apropriação do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1962.

ALVES, J. R. M. **A história da EaD no mundo**. In: LITTO, F.; FORMIGA, M. (orgs.). Educação a distância: O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. Disponível em: <http://cesumar.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051978/pages/_1>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ALVES, L.. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância - RA-ABED: São Paulo, Artigo 7, V.10, 2011, p.83-92.

BASTOS; CARDOSO; SABBATINI. **Uma visão geral da educação à distância**. Acesso em: <http://www.edumed.net/cursos/edu002>. 2000.

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 3. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

BELUZO, M. F.; TONIOSSO, J. P. **O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade, Bebedouro-SP, 2 (1):196-209, 2015. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/0604_2015200716.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2018.

BERNATH, U.; VIDAL, M. The theories and the theorists: why theory is important for research, with Boerje Holmberg, Michael Graham Moore, Otto Peters. **Distances et Savoirs**, London, v. 5, n. 3, p. 427-458, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional**: nº 9394/96. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

COSTA, Celso José. Modelos de Educação superior a distância e implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Florianópolis, SC, v. 15, n. 2, maio/ago. 2007.

DEWEY, John. **Democracy and education**. New York: MacMillan Company, 1916.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia** – Vol. 1 Buenos Aires: Sudamericana, 1965.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. 15. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 43^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, C. I. **Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. Rio de Janeiro, RJ: Vieira e Lent, 2006.

HOLMBERG, B. **Educación a distancia: situación y perspectivas**. Buenos Aires: Kapeluz, 1985.

KARGER, Mariane; FOLLMANN, Raquel Maira; SCHMITT, Sílvia Letícia. **A importância da didática na formação dos professores**. VI Fórum Internacional de Pedagogia. Santa Maria, RS, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. São Paulo : Editora 34, 1999. LIBÂNEO, J. C. **A avaliação escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, L. F.; FARIA, A. A. **O que e o quem da EaD: história e fundamentos**. 1.ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <<http://cesumar.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788582127228/pages/2>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:<http://cesumar.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576051572/pages/_1>. Acesso em: 05 dez. 2018.

MARTINS, A. M. **Autonomia da escola: a (ex)ensão do tema nas políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOORE, M & KEARSLEY, Grey. **Distance Education: A System**

View Madsworth Publishing Company ITP. Na International Thomson Publishing Company: 1996.

MOORE, M & KEARSLE, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson, 2007.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997.

MORAN, J.M. Questões controversas na legislação atual da educação à distância. In: OLIVEIRA, F.B.O. **Desafios da educação: contribuições estratégicas para o ensino superior**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. Atualizado em: 2002. Acesso em: 07 dez. 2018. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>

PETERS, O. **A Educação a Distância em Transição: Tendências e Desafios**. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

PRETI, O. (Org.). **Educação a distância: construindo significados**. Cuiabá: NEAD/IE UFMT; Brasília: Plano, 2000.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. São Paulo: Ática, 1986.

RUSS, Jacqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Ed. Scipione, 2003.

SARAIVA, T. **Educação a distância no Brasil: lições da história**. Em Aberto, v. 16, n.70, abr./jun., p. 17-27, 1996.

SEGRE, M.; SILVA, F. L.; SCHRAMM, F. R. **O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia**. Portal do Médico, 2005. Disponível em: <http://www.portaldomedico.org.br/revista/bio1v6/conthistorico.htm>. Acesso em: 30 set. 2006.

VASCONCELOS, S. P. G. **Educação a distância: histórico e perspectivas**. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. Rio de

Janeiro, RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiifelin/19.htm>>. Acesso em 25 de nov. de 2018.

PLANEJAMENTO, PROJETO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO CURRICULAR: Ferramentas Indispensáveis na Orientação da Prática Docente/Discente

Jane Rodrigues Batista
Edileuza Pimentel Gonzaga

Resumo:

O presente artigo faz uma análise a partir dos métodos educacionais, visando o desempenho dos educandos no processo de aprendizagem, tendo em vista a importância que estes instrumentos representam para uma ação educativa calcada no aprendizado, consolidando a realidade social dos estudantes na atualidade. De modo, que partiremos da estrutura de Planejamento de projetos de trabalho, com objetivo de enfatizar suas características interdisciplinar e a relação com o processo de formação docente/discente e, também verificar de que forma o planejamento pedagógico pode evitar o retrocesso na educação, para tanto, se utilizou o método qualitativo, por meio da leitura, tomando como base teórica, autores de ilibado conhecimento no assunto, tais como: Pimenta (2009), Farias (2011), Libâneo (1991), entre outros.

Palavras-chave: Planejamento. Docente\discente. Ensino-aprendizado.

INTRODUÇÃO

Pimenta (2009) salienta, que a reflexão didática tem como ponto de partida, o compromisso com a transformação social, entendida como a busca de práticas pedagógicas que tornem o ensino eficiente para a maioria da população, rompendo com uma prática profissional individualista. Nesse sentido, a Didática analisa, ensaia, experimenta, promove o trabalho comum de docentes e conhecedores da educação.

O professor ao planejar as atividades didáticas a serem aplicadas aos alunos, deve ter como objetivo, orientar, dando suporte para que esses educandos tenham atitudes e entendimentos reflexivos, garantindo assim, um melhor aprendizado.

Ao professor, também cabe a função de mediador dessa aprendizagem, trabalhando conteúdos que possam ser relacionados com o

cotidiano e o conhecimento trazido por estes. Uma vez que, a profissão árdua do magistério exige do profissional em educação, preparação que não se limita apenas no curso de formação, este, serve como sistematização do conhecimento a partir da realidade do ensino-aprendizagem estabelecendo finalidades e condições de trabalhos realizados conforme as ferramentas adequadas para uma boa qualificação, tanto do educando, quanto do educador com o intuito de efetivar o saber, partindo da teoria em consonância com a prática, afim desse, ter uma “práxis transformadora”.

Pois, de acordo com BRASIL (1998), ao professor cabe planejar, implementar e dirigir as atividades didáticas, com o objetivo de desencadear, apoiar e orientar o esforço de ação e reflexão do aluno, procurando garantir aprendizagem eficaz. Cabe também assumir o papel de informante [...] dos alunos e de suas possibilidades de aprendizagem. (BRASIL, 1998, p. 22).

Essas considerações são essenciais para uma investigação dos problemas que o Projeto Político-Pedagógico acarreta, enquanto, meio para o desenvolvimento da aprendizagem, e a relação estabelecida entre o professor como mediador no processo de ensinagem do aluno, com a finalidade de que este desenvolva sua autonomia.

REVISÃO TEÓRICA

Toda forma de instrução envolve o docente, e este por si só não constrói saberes, mais envolve um conjunto de pessoas na construção das estratégias de ensino-aprendizagem que possibilitará trabalhar diferentes formas de ensinagem. De modo que ele, irá apropriar-se de uma Didática que o auxilie no seu desempenho, colaborando para que o ensino se concretize, assim, estes métodos pedagógicos definirão os caminhos a percorrer na sua profissão junto à comunidade.

Farias (2011), define o Planejamento Pedagógico como de fundamental importância para alcançar objetivos que envolvam o trabalho do educador e de seus colaboradores:

Trata-se de um conhecimento pedagógico fundamental à ação do professor e que extrapola o caráter aplicado. Seu estudo abrange a problematização, o entendimento e a sistematização de questões relacionadas à docência, articulando objetivos, conteúdos, metodologias e avaliação do ensino à reflexão sobre a identidade pro-

fissional, a dimensão à prática educativa, entre outras pautas. Dizemos, pois, que a Didática é teoria e prática do ensino, conjugando fins e meios, propósitos e ações, objetivos, conteúdo e forma. (Farias, 2011, p. 18).

O professor quando se propõe ao trabalho docente deve estar preparado para vários desafios que serão encontrados, e um deles está relacionado com o objetivo das atividades a serem desenvolvidas, uma vez que nesta ação encontram-se pessoas/estudantes com quem estas serão realizadas, portanto, deverá estar num contexto que possa aprimorar o conhecimento de todas as partes envolvidas neste método de ensinagem, os conteúdos devem ser selecionados, organizados e estudados, em seguida, serem expostos de forma clara e de acordo com cada necessidade.

Anastasiou (2005), vem nos questionar sobre “qual o objetivo do trabalho docente?”

Não se trata apenas de um conteúdo, mais de um processo que envolve um conjunto de pessoas na construção de saberes, seja por adoção, seja por contradição. [...] Nisso, o professor deverá ser um verdadeiro estrategista o que justifica a adoção do termo estratégia, no sentido de estudar, selecionar, organizar e propor as melhores ferramentas facilitadoras para que os estudantes se apropriem de conhecimento (Anastasiou, 2005, p. 69).

No cenário atual, onde se busca aquisições para novas competências num panorama de imprevisibilidade e com grandes mudanças pelas quais estamos passando, tem levado os educandários a repensarem os seus planejamentos, de forma que alcance os mais variados ambientes, pois, a escola deve estar bem-organizada para enfrentar as inseguranças provenientes do mundo globalizado, provocadas pela revolução tecnológica que traz em sua bagagem significativas informações num ritmo acelerado.

Tardif (1991), destaca o saber curricular e sua representação nesta atual conjectura;

O saber curricular representa o *corpus* de saber organizado pelos programas escolares, isto é,

corresponde “aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos, a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais que definiu e selecionou como modelo da cultura erudita e de formação na cultura erudita. (Tardif, Lessard; Lahaye, 1991, p. 220).

De tal modo, que as mudanças que o homem traz consigo, para a educação é o ponto primordial, pois toda transformação é adquirida através do conhecimento e desta forma, busca-se cada vez mais ações que possam levá-lo ao patamar desejado, porém sua insatisfação com o que falta a ser compreendido acelera ainda mais o seu descontentamento, fazendo-se necessário uma pesquisa constante pelo desconhecido, afim de melhorar e aprimorar o crescimento tanto individual quanto coletivo, e com isso, a investigação não cessa, dando ênfase a contínuas averiguações, com o intuito de chegar ao topo da compreensão.

Diante deste conjunto de inquietações, a Universidade Luterana do Brasil, ressalta que;

O homem não é um ser que se contente com o que tem, ele está sempre buscando algo mais, procura e tenta ressignificar seus parâmetros. [...] A educação exige do educador projetos e, como tal, o seu compromisso em relação à formação do indivíduo integral (Ulbra, 2009, p. 39, 40).

Quando o assunto é educação, não se pode deixar de fora a comunidade, visto que ela é a maior conhecedora das necessidades dos seus educandos, desta forma, deve-se estar presente no que tange o planejamento, para que os mesmos não se tornem um amontoado de coisas fora do contexto dos alunos que são os principais interessados nos conteúdos destes planejamentos, ou seja, para que o aluno tenha um bom aproveitamento das matérias, faz se necessário que tudo esteja em conformidade com suas realidades.

Claro que, quando se pensam as questões educacionais, muitas vezes se parte da não-inserção da comunidade específica nas discussões sobre planejamento. Nesse sentido, todos os planos e modelos teóricos de ensino e educação são maravilhosos ou, poderíamos dizer, quase

perfeitos. Agora, no segundo passo, quando se observam as realidades concretas, identifica-se, por vezes, um grande abismo entre o que se planeja e o que se executa. Essas distâncias não auxiliam na formação de uma pessoa comprometida com a sua realidade. (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2009, p. 42).

É fato que, para compreendermos os acontecimentos da época atual é imprescindível conhecermos os nossos ancestrais, pois é sabido, que não existe presente sem passado, e não tem como se preparar para o futuro sem viver a atualidade, e nisto está incluso a educação, já que a partir destes entendimentos podemos nos aprimorar nos estudos da contemporaneidade e tentar construir uma educação com maior e melhor qualidade para nossos educandos, preparando-os para um futuro promissor.

Veiga (2003) destaca:

A consolidação da educação básica e superior como componente da educação escolar e como direito de todos os cidadãos é um objetivo não somente do governo, mas de toda a sociedade brasileira. Portanto, além de garantir as condições de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos nesses componentes educacionais, é preciso construir um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população. (Veiga, 2003, p. 268).

Nesta perspectiva, é importante situarmos o professor como profissional que busca compreender a formação humana num processo histórico-social, por meio do qual os indivíduos tomam consciência de si e das relações nas quais são sujeitos. Também é função do professor, nessa abordagem, ser pesquisador, orientador, mediador de aprendizagem, propiciando condições para se estabelecer reciprocidade intelectual, cooperação e uma relação com o aluno pautada no respeito.

Sendo assim, Farias (2011) menciona:

Ultrapassar o discurso do reconhecimento das mútuas relações em planejamento educacional,

institucional e de ensino, nos parece fundamental para a constituição de uma prática que possibilite a escola e os professores atuarem com autonomia no delineamento de seu trabalho. ultrapassando uma obrigação, faz-se necessário entender e participar do planejamento em seus diferentes níveis com o direito que deve ser conquistado. (Farias, 2011, p. 117).

Para a autora, o educador deve, pois ser um facilitador da aprendizagem, aceitar o aluno como ele é, e procurar compreender o lado emocional do educando. Pode-se mencionar que nas práticas docentes estão contidos elementos extremamente importantes, tais como a problematização, soluções para o ensino e de tal modo melhorar a qualidade de aprendizagem dos discentes.

Libâneo (1991) ressalta que:

Os métodos de uma pedagogia crítico-social dos conteúdos não partem, então, de um saber artificial, depositado a partir de fora, nem do saber espontâneo, mas de uma relação direta com a experiência do aluno, confrontada com o saber e relaciona a prática vivida pelos alunos com os conteúdos propostos pelo professor, momento em que se dará a "ruptura" em relação à experiência pouco elaborada. Tal ruptura apenas é possível com a introdução explícita, pelo professor dos elementos novos de análise a serem aplicados criticamente à prática do aluno. (Libâneo, 1991, p.14).

Dessa forma, para se tornar um bom estrategista dos métodos da pedagogia, deve-se saber quais os objetivos se pretendem alcançar no processo de ensinagem dos discentes, no entanto vale ressaltar que o aluno é o grande responsável pelo que deve ou não aprender porque o processo de aprendizagem é específico de cada um. Mesmo com algum grau de dificuldade o educando interessado em aprender, procura se inteirar do assunto, prestando atenção, tirando dúvidas com o docente nos conteúdos e materiais trabalhados em sala ou fora dela, ou mesmo com os colegas.

Zimring (2010) salienta que:

Acredito que um bom facilitador de aprendizagem deve gastar a maior parte do seu tempo de preparação tornando disponíveis os recursos para os jovens com quem trabalha. Em grande parte, com todas as crianças, mas, excepcionalmente, com crianças brilhantes, *não é necessário ensiná-las*, mas elas precisam de recursos que possam alimentar os seus interesses. Para fornecer essas oportunidades, é preciso muita imaginação, reflexão e trabalho. (Zimring, 2010, p. 73).

Neste sentido, devemos possibilitar uma ação educativa calcada em interesses, necessidades e potencialidades tanto do aluno quanto do professor, bem como na construção do conhecimento, e, na utilização das tecnologias a favor da educação para que faça parte do cotidiano dos filhos/alunos e professores, evitando seu uso em algo indevido.

Para Farias (2011), o planejamento busca prever e sanar as dificuldades do docente e discente;

[...] o planejamento é uma ação reflexiva, viva contínua. Uma atividade constante, permeada por um processo de avaliação e revisão sobre o que somos, fazemos e precisamos realizar para atingir nossos objetivos. É um ato decisório, portanto, político, pois nos exige escolhas, opções metodológicas e teóricas. Também é ético, uma vez que põem em questão ideais, valores, crenças e projetos que alimentam nossas práticas. Com planejamento, esperamos prever ações e condições; racionalizar tempos e meios; fugir do imprevisto e da rotina; assegurar unidade, coerência, continuidade e sentido ao nosso trabalho (Farias, 2011, p. 111).

Desse modo, ensinar é algo muito importante na vida do ser humano, pois é através deste que se alcança os resultados possíveis à interação e ao convívio que não estão atrelados apenas à educação escolar, mas à instrução familiar, haja vista ser na família que se adquire os primeiros ensinamentos, então cabe a ela as principais orientações ou preparação para a vida, tanto familiar, escolar e conhecimento de mundo.

E para sabermos que homem queremos formar,

necessariamente, precisamos conhecer teorias e práticas educativas e pedagógicas que já marcaram época. Precisamos conhecer os modelos pedagógicos do passado, para compreender as ações dos nossos tempos, buscando traçar referências que orientem nossas ações pedagógicas futuras. (UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL, 2009, p. 9).

Como menciona Libâneo, [...] “se o objetivo é privilegiar a aquisição do saber, e de um saber vinculado às realidades sociais, é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos. (Libâneo, 1991, p. 14).

O autor deixa claro a responsabilidade de cada profissional da educação em planejar e fazer da ação educativa um momento de reflexão sobre as práticas pedagógicas que vão além de uma sala de aula. Construindo também personalidades pensantes e atuantes em uma sociedade consciente de seus direitos e deveres.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), foram abordados temas relevantes para as Instituições de Ensino:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em toda as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da academia. (BRASIL, 1998, p. 6).

O fato do ser humano viver em comunidade, tendo em vista direitos e deveres e, como tal deve obedecer às regras, uma das quais, está relacionada a ética, em todo lugar e em qualquer profissão, ela é fator primordial, pois estabelece valores e virtudes e tudo depende de como o homem se comportará diante dela, a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi, e, é, muito importante para que a teoria e a

prática se mesclam, com o intuito de apresentar um bom resultado, na perspectiva escolar. Uma vez que, não é fácil, aplicar o que está no papel, na prática em sala de aula. Mas, os obstáculos não impedem de se realizar um bom trabalho docente.

Estas dificuldades ajudam e fortalecem os educandários para o crescimento e desenvolvimento do corpo docente, fazendo-os crescer, pois leva os professores em busca de formação continuada e aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, acredita-se que contribui de alguma maneira na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Sendo que, a partir das experiências vivenciadas, pode-se esperar uma base que promova os trabalhadores da educação, os quais convivem com a realidade escolar dos educandos. Apontando para as direções a serem seguidas, com objetivos a serem alcançados, pois são educadores em constante aprendizado. Também depende dos docentes essa transformação, buscando enriquecer os conhecimentos através de experiências que os coloque dentro desses fatores, envolvendo o ambiente escolar e a sociedade em geral.

Os resultados desta pesquisa mostram que ainda tem muito a ser feito para evitar que as crianças, os jovens e os adultos sejam submetidos as práticas educacionais anacrônicas, e, se não houver conscientização das Instituições escolares e governamentais para este assunto, que além de sério, é de fundamental importância para o desempenho educacional dos discentes, no que tange o ensino-aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANASTASIOU. Léa das Graças Camargo, Leonir Pessate Alves, Orgs. **processo de ensinagem na universidade: pressuposto para a estratégias de trabalho em aula/** 5 ed. – Joinville, SC; UNIVILLE, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa** – Brasília: MEC/SEF.1998.

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental.** Material para o professor, acessado em: <basenacionalcomum.mec.org.br>. Acesso em: 20 agosto. 2021.

FARIAS. Isabel Maria Sabino de, ... [et al.]. **Didática e docência:**

aprendendo a profissão/ – 3. Ed., nova ortografia – Brasília: Liber Livro, 2011.

Fundamentos da educação/ Organizada pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA, - Curitiba: Editora: Ibpx, 2009.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o Trabalho Científico:** Elaboração e Formatação. Explicação das Normas da ABNT – 14. ed. – Porto Alegre: s.n., 2008.

Lei de Diretrizes e Bases DA Educação Nacional: Lei 9394/96. S/D.

http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me004370.pdf_12h50.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar.** In: _____. Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1992. cap 1. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAehikAH/libaneo>>. Acesso em 15agosto2021.

PIMENTA, Selma Garrido, Maria do Socorro Lucena Lima. **O Estágio e Docência;** revisão técnica José Cerchi Fusari. - 4 ed. – São Paulo. Cortez, 2009.

_____. (Coleção docência em formação). Serie Saberes Pedagógicos -5 ed. – São Paulo Cortez, 2010.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas/ Claude Lessard; Tradução de João Batista Kreuch. – Petropolis, RJ: Vozes, 2008.

VEIGAS. Ilma Passos Alencastro. **Cad. Cedes, Campinas**, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

Zimring, Fred. Carl Rogers / Fred Zimring; tradução e organização: Marco Antônio Lorieri. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

A DISGRAFIA EM SALA DE AULA: UM OLHAR PARA A REALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA

Ivany da Costa Almeida¹
Maria Edwiges Tavares²

Resumo:

Este artigo tem por objetivo verificar como a escola pública e seus professores vivenciam os distúrbios de aprendizagem, como a disgrafia. Para isso foi metodologia empregada consistiu na abordagem qualitativa, com técnica de coleta de dados pautada em entrevista semiestruturada e o uso de fotografias, o lócus de pesquisa selecionado foi uma escola pública da rede estadual de ensino no estado do Amazonas. Foram entrevistadas 3 professoras, com formação em pedagogia que atuam no ensino fundamental. Ao final a pesquisa coloca-se que as professoras conhecem conceitualmente os distúrbios de aprendizagem mas não sabem como enfrenta-lo em sala de aula, a escola em questão dispõe de poucos recursos metodológicos e pedagógicos para serem utilizados para alunos com disgrafia, além de limitações no espaço físico e acesso a recursos didáticos que possam contribuir para o melhor desenvolvimento dos alunos com distúrbios de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação. Disgrafia. Professor.

INTRODUÇÃO

O presente artigo verifica como a escola pública e seus professores vivenciam os distúrbios de aprendizagem, como a disgrafia. Tendo como ponto de partida a abordagem da legislação brasileira para a educação, no caso a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e posteriormente os distúrbios de aprendizagem com ênfase no distúrbio da escrita, que no caso foi selecionado a disgrafia.

É importante ressaltar que os alunos com distúrbios de aprendizagem precisam ser atendidos pelas escolas públicas e particulares,

1 Psicóloga (UNAMA), Pedagoga (Faculdade ÚNICA), Especialista em Saúde Pública (UFAM) e Educação Inclusiva (Faculdade Kurios), Mestra em Ciências da Educação (FICS). E-mail: ivany@gmail.com

2 Doutora em Letras (UFPB); Mestre em Linguagem e Ensino Educação (UFCEG). Especialista em Literatura e Interculturalidade (UEPB); Bacharel em Jornalismo (UEPB). Professora da Rede Municipal de Campina Grande.

e para isso o processo de ensino e aprendizagem das escolas precisam estar aptos a atender a esses alunos com metodologias e recursos didáticos inovadores.

Ademais, um dos motivos de para se debruçar sobre esse tema esta relacionado a relacionado aos problema vivenciados no ambiente escolar, no caso nas sala de aula, no qual alguns alunos apresentam alguns tipo de distúrbio de muitas vezes são ignorados pelos professores, além disso a própria infraestrutura da escola não dar suporte para que esses distúrbios possam ser trabalhos a fim da melhoria do progresso escolar do aluno.

Desse modo, para atingir o objetivo a metodologia empregada consistiu em uma pesquisa de abordagem qualitativa, o lócus de estudo selecionado foi uma escola pública da rede estadual de ensino do estado do Amazonas, que atende alunos do ensino fundamental. A técnica de coleta de dados através da realização de entrevista semi estruturada. A entrevista foi aplicada com três professoras com a formação em pedagogia, além disso foram utilizadas fotografias para demonstrar a realidade vivenciada por alunos e professores no ambiente escolar.

As respostas das professoras foram transcritas e apreciadas criticamente, e também foram realizadas diversas ponderações aos registros fotograficos que mostram a realidade da sala de aula da escola e os seus métodos de ensino.

Isto posto, este artigo esta dividido em quatro seções. Além desta introdução, a seção dois apresenta um breve panorama da legislação brasileira e posteriormente se direciona aos distúrbios de aprendizagem: disGRAFIA e como é seu comportamento no ambiente escolar. A seção três traz a análise das entrevistas e a realidade vivenciada no lócus de pesquisa. E as considerações finais encerram o artigo na quarta seção.

OS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM (DISGRAFIA) NO AMBIENTE ESCOLAR

Para a melhor compreensão sobre os distúrbios de aprendizagem no ambiente escolar, o embasamento teórico esta dividido em duas partes. A primeira traz breve panorama sobre a legislação brasileira para educação e a segunda sobre o distúrbio de aprendizagem.

Diante disso, atenta-se para a legislação sobre a educação no Brasil, para isso serão verificadas: Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) que é principal aporte normativo para o ensino no país.

Quanto a isso, atenta-se primeiramente para a Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Brasileira (LDB), que o principal norteador de quaisquer atividades educacionais no país para o ensino fundamental e médio. No corpo da LDB, encontra-se alguns artigos que embasam. Dentre os quais temos:

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional
Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

IX - garantia de padrão de qualidade. (grifo nosso).

Logo no início da LDB observa-se que a educação é um dever e precisa ser efetivado de forma conjunta: estado, escola e família e alunos, conforme o artigo 2º. Já no artigo 3º ao tratar do ensino coloca uma série de demandas para a escola e professores, vez que o ensino precisa ser aplicado de forma plural e integradora, assim como o profissional da educação precisa ser valorizado e também qualificado para garantir uma educação de qualidade.

Quanto aos direitos da educação e quem é educado, a legislação coloca um grande desafio para as escolas e os educadores. Um desses desafios esta em manter o aluno na idade e período certo na escola, para que ele seja capaz de aprender e se desenvolver intelectualmente e socialmente.

Ademais a LDB e sua atualização também insere a questão em torno da educação especializada para alunos com transtornos ou deficiências, sendo tal questão aplicada especificamente para as escolas públicas, que tem o papel de garantir o direito de educação de qualidade

para esse aluno.

Além disso há um ênfase ao material didático e a qualidade de ensino no qual os mesmos precisam dar suporte para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem para os alunos igualmente e atendendo as demandas individuais de cada aluno. O que coloca a escola e o professor em constante processo de atualização pedagógica e ao mesmo tempo no desenvolvimento de novas habilidades para atender aos alunos, em especial na rede pública. Visto que as escolas públicas não podem selecionar alunos, mas tem a obrigação de atender com qualidade as suas demandas que lhe é imputada.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

O papel do professor/educador/docente é colocado em destaque na LDB. Tanto que no artigo 13 dentre as atribuições dos professores está o zelo pela aprendizagem do aluno e a criação de estratégias para a recuperação de menor rendimento. Para que isso ocorra de forma plena ou ao menos adequada é necessário que o professor, além de atentar para a didática em sala de aula, também seja capaz de identificar problemas de aprendizagem por parte dos alunos e ajudar a saná-lo ou melhorar suas habilidades.

Seção III

Do Ensino Fundamental

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

No que tange ao ensino fundamental, a o destaque para o aprendizado pleno: leitura, escrita e cálculo. E dentro desse campo onde pode-se ser encontrado os problemas como dislexia, disgrafia e discalculia, no qual o professor precisa ser atento para identificar esses distúrbios de aprendizagem e atuar no desenvolvimento do aluno.

Após essa breve apreciação da legislação, chegamos aos: 1) Distúrbios de Aprendizagem (DA) que se colocam como desafios no ambiente escolar para professores, pais e alunos já que isto está relacionado a promoção de uma educação inclusiva e ao atendimento as demandas da específicas nas escolas; E a 2) A escrita como uma das etapas da educação que permeiam toda a vida indivíduo.

O termo distúrbio de aprendizagem significa uma perturbação ou alteração no comportamento habitual do indivíduo utilizado para o uso de acepções. Mas para profissionais da área da medicina, psicologia e pedagogia, os distúrbios são problemas ou dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, sendo esses distúrbios podem ser de origem biológica, neurológica, intelectual, psicológica, socioeconômica e que se apresentam no ambiente escolar.

É importante frisar que, questões em torno dos distúrbios de aprendizagem não são recentes, pois por volta de 1800, com o regime capitalista já em pleno vigor, alguns estudiosos buscavam entender por que algumas pessoas que eram aparentemente normais e sem problemas tinham dificuldade de aprender.

O termo “distúrbios de aprendizagem” (DA) surgiu somente em estudos após a década de 1960. E a partir de então se passou a definir os distúrbios de aprendizagem específicos, dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação – a recebe, a integra, a retém e a exprime – tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. (Sobreiro, et.alli, 2021)

Assim estudos sobre esse tema passam a ser publicados com o intuito de alertar professores e pedagogos para os múltiplos fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem prejudicando-o gravemente. Por isso é muito importante que os professores conheçam e saibam identificar esses distúrbios tanto em seus alunos, como em si mesmos, em suas salas de aula, no ambiente educacional e social escolar.

Muitas vezes o termo “distúrbios de aprendizagem” é utilizado de forma inadequada, por motivo de pouco conhecimento sobre o assunto. Embora este venha sendo bastante estudado, as informações obtidas [nesses estudos] penetram no âmbito educacional de forma lenta. (Diniz, 2013 p.96)

Passando a questão da escrita, Fontana (1997) infere que a linguagem escrita e falada é um sistema simbólico criado pelo homem para a sua comunicação. E que no caso da escrita a mesma é utilizada para diversas relações na sociedade. O autor complementa que vivemos em um mundo orientado para a escrita, porém a escrita é raramente objeto de estudo ou de atenção por parte pesquisadores. Pois há por costume de ver a escrita relacionada ao processo de alfabetização de crianças nas escolas, já que no ambiente escolar é que as crianças passam a ter contato mais frequente com a escrita e a instrumentos para o desenvolvimento gráfico.

Após essas breves colocações, a atenção direciona-se para a questão da disgrafia como um dos distúrbios de aprendizagem no campo da escrita.

Sobre isso, no entanto, agrupam-se todos os distúrbios de aprendizagem, quer sejam intrínsecos ao indivíduo ou relacionados com fatores externos, precisam de uma metodologia de ensino adequada. Porém, para descrever apenas as que, por possuírem definições exclusivas, causas próprias e características muito particulares, são comumente consideradas “dificuldades de aprendizagem específicas”, ou seja, a Dislexia, a Disgrafia, a Disortografia e a Discalculia. (Tereso, 2012).

Tapanol (1980) coloca que disgrafia é enquadrada como uma das dificuldades associadas aos distúrbios cerebrais mínimos (DCM). No qual a autora coloca que a disgrafia é a dificuldade da utilização dos símbolos gráficos para exprimir ideias. Caracteriza-se pelo traçado irregular das letras e pela má distribuição das palavras no papel. “A criança consegue copiar um texto, porém quando o mesmo texto é ditado ou então quando esse texto é uma dissertação surgem sérios problemas na escrita” (TAPANOL, 1980 p.131).

Pois certos distúrbios de aprendizagem ocorrem somente na forma escrita, porém outras formas de comportamento verbal permanecem intactas.

Johnson (1987) classifica a disgrafia como uma desordem resultante de um distúrbio de integração visual-motora. Porém a autora ressalta que a criança com disgrafia não tem defeito visual e tampouco motor. Na disgrafia a criança vê o que quer escreve, mas não consegue idealizar o plano motor, logo, a capacidade para copiar que diferencia a disgrafia de outros distúrbios de aprendizagem.

José e Coelho (2003) também definem como a dificuldade em passar para a escrita o estímulo visual da palavra impressa, caracteriza-se pelo lento traçado das letras, que em geral são ilegíveis. E os auto-

res acrescentam que a criança com disgrafia não é portadora de defeito visual, motor, nem tampouco de qualquer comprometimento intelectual ou neurológico.

Já Morais (2006), define a disgrafia como distúrbio na qualidade do traçado gráfico, sendo que, essa deficiência, não deve ter como causa um “déficit” intelectual e/ou neurológico. Porém, a disgrafia não está associada a nenhum tipo de comprometimento intelectual, são crianças que apresentam escrita ilegível ou demasiadamente lenta, o que lhes impede um desenvolvimento normal da escolaridade.

E o autor ainda acrescenta dizendo que a disgrafia é também chamada de “letra feia”, sendo a consequência desta, a dificuldade em recordar a grafia correta para representar um determinado som, ouvido ou elaborado mentalmente. Nesse sentido a criança escreve devagar, retocando cada letra, realizando de forma inadequadas uniões entre as letras ou, montando-as com o objetivo de esconder os erros ortográficos, porém a há outras características listadas pelo autor sobre a disgrafia, tais como: má organização da página, má organização das letras, erros de formas e proporções.

Assim, a disgrafia é caracterizada por problemas com a linguagem escrita, que dificulta a comunicação de ideias e de conhecimentos através desse específico canal de comunicação. Sendo os disgráficos, com frequência, experimentam, em diferentes graus, sensações de insegurança e desequilíbrio com relação a gravidade desde a infância.

E dentro desse contexto que o ambiente escolar se coloca com um campo onde ocorrem as pressões e expectativas quanto a aprendizagem. Assim, é necessário que pais e professores estejam atentos e ao mesmo tempo cientes que da capacidade motora das crianças para que não exijam resultados além daqueles que elas podem oferecer.

E quanto aos distúrbios da linguagem escrita, Johnson (1987) ressalta que o professor precisa considerar muitos níveis de funcionamento, incluindo a coordenação visual-motora, memória visual, leitura, soletração, sintaxe e capacidade de formulação.

Por isso o estudo das causas da disgrafia é complexo, pois são muitos fatores que podem levar a uma escrita alterada. A disgrafia de modo geral é classificada junto à dislexia ou aos problemas de déficit de atenção e do aprendizado, e por isso, grande parte dos estudos sobre esse problema é proveniente das áreas de neurociências e da medicina.

Porém, vem se agregando a essas pesquisas, profissionais das áreas da psicologia, psicopedagogia, pedagogia, licenciaturas em letras (língua portuguesa) e matemática, uma vez que as primeiras percepções

sobre esse distúrbio apresentam-se no ambiente escolar e nos anos iniciais de aprendizado.

Segundo Oliveira (2019), o professor alfabetizador, ou seja, aquele que atua em séries do início do ensino fundamental, precisa ter noção sobre o que é a disgrafia. Pois caso não entenda sobre o que vem a ser a disgrafia, isso pode acarretar em problemas no aprendizado, tais como: o aluno não consegue acompanhar o desenvolvimento da turma, os alunos tendem a ser julgados como alunos preguiçosos, não caprichosos e com a letra feia. E para tentar solucionar problemas com a disgrafia, o autor sugere atividades com o enfoque na psicomotricidade.

A disgrafia no ambiente escolar demanda de uma série de ações para ajudar um aluno disgráfico. E isso não é uma tarefa simples e fácil de ser realizada, já que as ações para ajudar um aluno disgráfico passam por meios de intervenção no ambiente escolar com a aplicação de métodos e técnicas para os alunos.

Além de requerer do professor características como concentração, determinação, capacitação e motivação, pois o aluno ao entrar em contato com atividades pedagógicas perceberá que compreende pouco ou nada do que está escrito naquele papel, quadro ou livro, desta forma, pode ficar desmotivado e achar que o problema é apenas consigo mesmo. Por este motivo é essencial para que haja um tempo determinado para ajudar esse aluno, porque o nível de sua dificuldade e compreensão de escrita é maior que as das outras crianças. (Nascimento, 2021).

É importante observar se a escola tem meios de identificar os distúrbios de aprendizagem como a disgrafia, o papel do professor é muito importante, para que possa encontrar quais os fatores que levam a tal distúrbio. (Tapanol, 1980).

- Obter o maior número de dados possível a respeito da criança;
- Estabelecer as causas desse seu modo diferente de agir;
- Fazer diagnóstico e um prognóstico da evolução desses comportamentos perturbados ou a incapacidade de aprender;
- Tentar controlá-los ou mesmo alterá-los, preveni-los e ainda, se possível remediá-los.

Para ajudar a esse aluno existem algumas orientações e procedimentos que podem ser adotados. Uma das maneiras de ajudar o aluno disgráfico é adotando um horário e local para que o educador organize e ensine este aluno. Também é possível planejar aulas e atividades específicas para esse aluno, proporcionando assim, uma possível melhora da dificuldade. O professor além de planejar aulas individuais para alguns alunos, ao organizá-las de maneira mais atrativa e dinâmica, ao utilizar

jogos específicos que acompanham letras e o uso aparelhos como celulares, computadores entre outros (Nascimento, 2021).

COMO A DISGRAFIA É ENFRENTADA PELA ESCOLA E OS PROFESSORES?

A escola selecionada para a pesquisa apresenta-se, como grande parte das escolas públicas brasileiras, com salas aula de forma retangular, onde as cadeiras são enfileiradas e os alunos ficam alinhados um atrás do outro para assistirem as aulas, que em sua grande maioria são expositivas do conteúdo obrigatório, com base no currículo escolar.

Imagem 1: Fotografias da Estrutura da Escola.

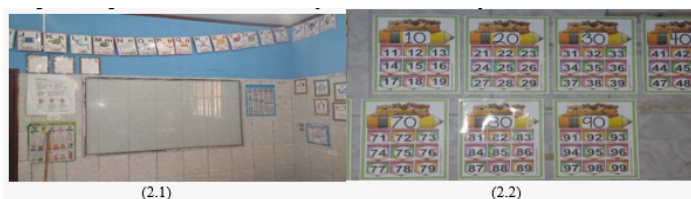


Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

A imagem 1, apresenta a fotografia que mostra como é a sala de aula para os alunos de séries iniciais. A estrutura física das salas tem sua construção em concreto e com aparelho de ar condicionado, o que gera um maior conforto para os alunos, já que esta escola esta localizada na região amazônica, que é uma região quente e úmida no norte do Brasil.

Quanto aos recursos de aprendizagem observa-se a que a mesma dispõem de quadro branco e também de recursos visuais como imagens de forma permanente fixados nas paredes para uma melhor assimilação do conteúdo a ser ensinado e aprendido pelos alunos. Esses materiais didáticos fixados nas paredes das salas com números e letras, no qual são utilizados papel sulfite (A4), cartolinas e papel 40kg que têm diversas imagens de letras e números que são fixadas nas paredes. O que demonstram que o processo de ensino e aprendizagem é fortemente pautado em processos de visualização e memorização

Imagem 2: Fotografias dos Recursos Didáticos Aplicados em Sala de Aula para o Ensino de Letras e Números.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A imagem 2 traz as fotografias de como esses recursos visuais com papeis, figuras e ilustrações para o ensino da língua portuguesa: sílabas e palavras e de matemática: números e operações aritméticas. No qual se apresentam as letras, sílabas e palavras que são de fácil assimilação nas séries iniciais. Há a visualização das letras e figuras de forma bastante colorida ou com personagens que os alunos conhecem da literatura mundial, fazendo a relação das letras iniciais com o nome da personagem.

Este método empregado é o mais usual nas escolas públicas, devido ao baixo custo, tempo de uso e de fácil produção, o que reduz o trabalho dos professores além da aula expositiva.

Ainda sobre as fotografias, elas mostram como processa parte do ensino da língua portuguesa com ilustração de figuras que apresentam como destaque as letras iniciais das palavras, assim como podem ser elaboradas frases. Também são fixados papeis para as operações matemáticas que também mantem o mesmo método de ensino: papéis fixados na parede, coloridos.

Esse levantamento da estrutura da escola, mostra que os métodos de ensino são padronizados e se comportam como uma “cartilha ou regra” para o processo de ensino e aprendizagem.

Passando a entrevista com as professoras, estas foram questionadas: 1) Você observa em sala de aula alunos com problemas de escrita e leitura? A resposta das três professoras foi que: *Sim, e que isso é algo muito comum nas escolas, em especial no ensino fundamental que é quando as crianças estão começando a escrever de forma mais organizada.*

Pelo fato de terem respondido *Sim*, então quais são esses problemas? A esse questionamento, as professoras também apresentaram as

mesmas respostas: “*Os alunos ainda não sabem escrever direito, então fazem letras grandes, fora da linha e da pauta e ainda não conseguem identificar as letras tão facilmente... é um processo de aprendizagem que com o passar dos meses e na escola isso fica melhor.*”

As respostas das professoras mostram que todas conseguem identificar problemas com grafia das crianças, porém ainda não conseguem designar esses problemas, e creem que os problemas com a escrita, grafia e caligrafia são melhoradas e aperfeiçoadas com os alunos na escola, sendo treinados a repetirem palavras e números que são constantemente apresentados na sala de aula.

O segundo questionamento foi: 2) Você conhece o termo disgrafia? Ao serem questionadas sobre o termo, observou-se que as professoras sentiram-se assustadas com o questionamento e também pelo motivo de estar sendo abordado esse tema. Mas responderam a questão:

Conheço o termo, até já li sobre o assunto, mas nunca me interessei em aprofundar porque não tenho tempo. (Professora 1)

Também já li, mas das leituras feitas pouco compreendi, a linguagem do texto era muito técnica, difícil de entender. (Professora 2)

Já vi algo sobre isso na minha graduação, mas lembro pouco sobre o assunto. Nós na escola estamos despreparados para lidar com tal dificuldade. Precisamos de um profissional experiente, que nos oriente como trabalhar com essas crianças. (Professora 3).

As respostas ao questionamento 2, mostram que nos cursos voltados para área da educação, em especial a licenciatura em pedagogia tem colocado em suas grades curriculares a questão da educação inclusiva quanto ao processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar.

Todavia a educação inclusiva ainda é tratado como um conteúdo transversal ou complementar durante o curso. O que rebate efetivamente nas atividades práticas dos profissionais da educação quanto de sua atuação em sala de aula. Uma vez que não aprofundam o tema ou não desenvolvem atividades complementares sobre os diversos aspectos da educação inclusiva poucas vezes têm a chance de identificá-lo e saber abordar e processar essas novas demandas.

Em complemento a pergunta 2, já que todas conheciam o termo, logo foram questionadas se sabiam apontar as causas e consequências?

Esse complemento também causou bastante espanto nas professoras, isso foi observado no desconforto e até mesmo ao procurarem fugir das respostas, mesmo assim deram as seguintes respostas:

Eu não me lembro bem... faz um bom tempo que eu não estudo isso.... como eu já te disse.... É... a disgrafia é causada por algum problema cognitivo que a criança não consegue escrever direito, faz uma letra toda feia. Mas se ela fizer caligrafia todos os dias ela melhora. (Professora 1)

Eu sei que isso é um problema associado há algum problema neurológico ou cognitivo. Eu não me lembro bem do conceito....mas é algo que a criança tem e prejudica ela quando ela vai escrever.... é só isso que eu lembro. (Professora 2)

O que eu lembro sobre a disgrafia é um problema... uma dificuldade de escrita. E algo associado a dislexia que afeta algumas crianças e isso atrapalha o seu desenvolvimento escolar. Esse problema é não muito comum, poucas crianças tem isso.... eu nunca tive um aluno assim. Nem sei agora como eu poderia ajudar uma aluno com esse tipo de problema. (Professora 3).

As respostas apresentadas pelos professores, revelam que não há conhecimento teórico sobre o assunto, os professores sabem apenas o trivial sobre o tema – além do desinteresse em prestar estas informações.

No entanto, compreender sobre a dificuldade apresentada pelo aluno em sala de aula é de fundamental importância ao professor, visto que nas dificuldades apresentadas pelo aluno, está envolvido também aquele que ensina. Portanto, o problema de aprendizagem deve ser diagnosticado, prevenindo e curado, a partir do vínculo estabelecido entre ambos.

As respostas proferidas pelos professores no início do processo da entrevista, já confirma a primeira hipótese desta pesquisa. No qual há a falta de conhecimento sobre distúrbio da disgrafia, e que esse desconhecimento acarreta em diversos problemas no cotidiano da sala como a qualidade o aprendizado pelo aluno e a intervenção do professor.

Sobre isso Jonhson (1984) pondera que o professor deve ser atento e observar constantemente seus alunos e registrando quaisquer

anormalidades em seu comportamento escolar.

O processo de aprendizagem sofre interferência de vários fatores: intelectual, emocional, psicológico, físico e social. “Ao educador cabe detectar as dificuldades de aprendizagem que aparecem em sala de aula e investigar as causas de forma ampla, que abranja os aspectos, orgânicos, neurológicos, mentais, psicológicos adicionados à problemática ambiental em que a criança vive”. (José, Coelho, 2003, p.23)

O desconhecimento sobre o distúrbio da disgrafia implica também nas adaptações curriculares, necessárias, para o atendimento das crianças que apresentam tal dificuldade. Então, refletir sobre a ação da prática é necessário, pois a ação-reflexão-ação e o aprender fazendo são princípios pedagógicos, por isso, a participação do professor na construção do conhecimento, constitui-se um importante princípio com a finalidade de valorizar sua vivência investigativa e o aperfeiçoamento de sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final e ao cabo desta pesquisa algumas ponderações precisam ser feitas quanto a realidade escolar e o papel dos professores quanto aos distúrbios de aprendizagem.

No caso desta pesquisa, que trata do aluno com dificuldade com a escrita, como é o caso do aluno com disgrafia, e sendo esta definida por estudiosos como a dificuldade para o traçado gráfico quando o aluno não consegue passar para a escrita o estímulo visual da palavra impressa, caracterizando-se pelo lento traçado das letras, que em geral são ilegíveis. Ao professor cabe, conhecer as causas, as características, e as consequências.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o professor ao perceber qualquer comportamento não adaptado pelo aluno, faça registros apontando as suas características, em que momentos acontecem, qual a frequência dos mesmos.

No que tange a nossa pesquisa percebemos que essa responsabilidade não pode ser direcionada apenas à escola e ao professor. No processo de aprendizagem, a função do professor é o de estimulador, de facilitador da construção do conhecimento. Sendo assim, deve levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, assim como, o conhecimento de suas preferências de aprendizagem, criando assim, estratégias que facilitem a aprendizagem do aluno, como o reforço positivo da caligrafia.

Dessa forma, o conhecimento do professor das suas próprias preferências de aprendizagem e a de seus alunos deve refletir no planejamento das atividades pedagógicas e na orientação para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem.

Alunos disgráficos estão presentes no cotidiano escolar e precisam ser ajudados de forma que se sintam protegidos e à vontade; que a escola realmente cumpra o seu papel mediador no aprendizado da leitura e da escrita de maneira prazerosa; buscando subsídios para que essa dificuldade não seja vista como um problema sem solução. É preciso que a escola trabalhe de forma a incentivar cada vez mais o aluno a aprender e sentir-se sujeito desse processo. Para ajudar a solucionar esse problema são necessárias atividades que envolvam o brincar e que ajudem a desenvolver a coordenação motora ampla, fina e direcionando a coordenação viso-motora, organização espacial buscando sempre envolver a família para que esse processo seja estendido a sua casa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9394/96. Disponível em: Acesso em: 23/02/2022.

DINIZ, M.M.F. **Dificuldades de Aprendizagem**: análise conceitual. MINERVINO, C.A.S.M.; NOBREGA, J.N. (Org.) **Aprendizagem e Emoção**: estudos na infância e na adolescência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

FONTANA, R. M.N.C. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Livraria Saraiva, 1997.

JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. **Problemas de Aprendizagem**. 12.ed. São Paulo: Editora Ática. 2003.

JOHNSON, D.J. **Distúrbios de Aprendizagem**: princípios e práticas educacionais. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

MORAIS, A. M. P. **Distúrbios da Aprendizagem**: uma abordagem psicopedagógica. 12ª Edição. São Paulo: EDICON. 2006.

NASCIMENTO, J.S. **Dificuldades de Aprendizagem na Escrita**: re-

flexões sobre a disgrafia e a disortografia. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Delmiro Gouveia, 2021.

OLIVEIRA, S.F. Disgrafia. **Pedagogia em Ação**. Belo Horizonte, v.12, n. 2 (2 sem. 2019)

SOBREIRA.A.A. et.alli. Transtornos de Aprendizagem: uma revisão de literatura sobre a disgrafia e discalculia. In: SANTOS JUNIOR, S. A. et.al. (Org.) **Metodologias Ativas e Ensino Híbrido: potencialidades e desafios**. Campina Grande: Editora Amplla, 2021.

TARNOPOL, L. (Edt.). **Crianças com distúrbios de aprendizagem: diagnóstico, mediação, educação**. São Paulo: Edart, 1980.

TERESO, D.T. **Dislexia, Disgrafia, Disortografia e Discalculia. Conferência: Perspectivas Sociológicas e Educacionais em estudos: as marcas das dialogicidades luso-brasileiras**. Junho 2012, Braga.

PERSPECTIVAS E DISCUSSÕES TEMÁTICAS SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Isa Mara Pimentel
Valmir Campos Gil

Resumo:

O presente artigo tem por finalidade discutir práticas pedagógicas e conceitos relacionados a educação ambiental com relevância a determinações sociais e políticas. Contextualizar a ideia da criação de conceitos e definições e dos princípios básicos. Objetiva ainda argumentar citações que preservação dos recursos relacionados a um desenvolvimento distorcido e acrítico. Nessa perspectiva demonstrar a fragilidade desse discurso diante de uma efetiva conscientização, revelando a desordem das ações que ocorrem dentro de um processo ecológico determinista, com pouca atenção à esfera educativa. A interseção entre pedagogia e meio ambiente visa promover a conscientização, a compreensão e a ação em prol da sustentabilidade e da preservação do planeta, incorporando princípios e práticas ambientalmente responsáveis no processo de ensino e aprendizagem. Das propostas curriculares atuais, bem como a legislação vigente, o que priorizam por conceder uma grande relevância à temática.

Palavras-chave: educação ambiental, meio ambiente, práticas educacionais ambientais

INTRODUÇÃO

Atualmente, tem-se intensificado temáticas sobre questões ambientais – educação ambiental, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade. No entanto, há um grande questionamento em torno do que realmente temos feito pelo meio ambiente? Quais ações e atitudes estão sendo fortalecidas diante de notáveis problemas ambientais que só tendem a aumentar? Quais estudos já realizados sobre as práticas pedagógicas e educação ambiental, vigoraram ou estão sendo solidificados? Uma vez que desde os primórdios da história humana o processo evolutivo do homem se beneficia através de mecanismos de interação e exploração, satisfazendo suas necessidades, mas de que forma demonstra um sentimento de respeito a essa

natureza?

Há muitas discussões e divulgações em volta dos termos – meio ambiente e educação ambiental – em diversos espaços públicos tais como as instituições de ensino superior público e privado, nas escolas públicas e seus diferentes níveis e modalidades de ensino e outras repartições com a intenção de promover uma amplitude que envolva tais questionamentos. Diante disso, percebe-se, em alguns momentos, ausência de formas claras e específicas que atendam o que é proposto nas políticas de ensino e aprendizagem.

O estudo de Carolina Mandarinini Dias, discute sobre os primeiros trabalhos acadêmicos relacionados à questão das práticas pedagógicas de educação ambiental, como os marcos iniciais de todo esse processo a partir do século XIX, com uma certa preocupação da demarcação de áreas protegidas, onde em 1872 foi registrado nos Estados Unidos com a criação do Parque Nacional Elison, que se tornou um ponto turístico relevante. No Brasil em 1939, tem a criação do Parque Nacional do Iguaçu e em 1947 na Suíça ocorreu a Fundação da União Internacional para a Conservação da Natureza.

Da década de sessenta, houve a primeira grande conferência de educação na Grã Bretanha o objetivo trabalhar a emergência do conceito de educação ambiental. Ainda no ano de 1965, neste mesmo contexto, ocorreu um congresso nacional brasileiro onde havia um congresso preocupado com a criação do Código Florestal Brasileiro e que implicaria num avanço na proteção das florestas e conservação habitats naturais.

Quando se pensa em projetos ambientais ou práticas ambientais, se pensa na definição do conceito de educação ambiental, no processo histórico de educação ambiental, num contexto mais amplo. Toda prática em torno de projetos ambientais tem relação direta com uma concepção de educação ambiental e conseqüentemente com a concepção de ecologia.

TEORIZANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Num contexto mais amplo, o conceito de educação ambiental e a própria história da educação ambiental começou a ser direcionada por diversos projetos apresentando uma concepção de educação ambiental.

Em 1981 o Brasil institui a Política Nacional do Meio Ambiente por meio da Lei nº 6.938/81

que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formação e aplicação, e dá outras providências. Essa é a mais relevante norma ambiental depois da Constituição Federal da 1988, pela qual foi recepcionada, considerando que traçou toda a sistemática das políticas públicas brasileiras para o meio ambiente. Os vinte e seis princípios contidos na Declaração de Estocolmo de 1972 foram, na sua totalidade, encampados pelo art. 225 da CF. Esses princípios têm por escopo dar efetividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à sadia qualidade de vida do homem.

Consequentemente com a concepção da ecologia, é que o termo educação ambiental começou a aparecer. No final da década de sessenta do século XIX, surgiu a emergência do conceito de ecologia e neste contexto a preocupação com a criação de áreas nacionais protegidos onde o primeiro mapa importante,

Rachel Carson, 1962, publicou o livro *Primavera Silenciosa*, sendo um dos responsáveis pela explosão de um movimento ambientalista radical, totalmente transformado, mais enérgico, sensível e de base social mais ampla. Primeira vez que um livro provou cientificamente os efeitos negativos da ação desordenada do homem sobre a natureza, um alerta sobre a má utilização dos pesticidas e inseticidas e seus impactos sobre o meio ambiente e sobre o próprio Homem (...).

A Constituição Federal em seu Artigo 225: inciso VI determina: “Administração Pública deverá promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A Legislação brasileira: lei 9.795: abril de 1999, estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, onde,

“Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a co-

letividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltados para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A educação ambiental insere-se na própria teia da aprendizagem e assume um papel estratégico nesse processo, e, parafraseando Reigota, podemos dizer que:

A educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas. (REIGOTA, 1998, p.43).

No Brasil, a Educação Ambiental tornou-se Lei em 27 de abril de 1999, referida pelo nº 9.795:

Um componente fundamental para a reflexão de um modelo de sociedade mais sustentável é a Educação Ambiental, indispensável para se exercer a plena cidadania em união com a conservação do ambiente em busca da qualidade de vida. Daí a importância de trabalhá-la desde cedo no ensino fundamental, sendo integrada ao currículo de forma a promover uma melhor aprendizagem e despertar a sensibilização do alunado, contextualizando com a sua realidade na formação do cidadão crítico e participativo. (BRASIL, 2004).

Trata-se de uma teoria que orienta uma prática a partir da alteração dos princípios que ordenaram e legitimaram a racionalidade teórica e instrumental da modernidade. É uma racionalidade que integra o pensamento e os valores, a razão e o sentido; as diferenças e as diversidades, a cultura, e a natureza. (CAPARRÓS, 2010).

REPENSANDO O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir do século XXI surgiu uma nova forma de educar que foi além da mera transmissão do conhecimento, levando o professor a repensar sua forma de compreender o processo de ensino e aprendizagem, sobretudo quando se trata da Educação Ambiental na escola. A esse respeito, Torales afirma que:

Em relação ao processo de inserção ou potencialização da Educação Ambiental na escola, a função mediadora dos professores constitui-se em uma tarefa de grande complexidade, já que a ação não se dá de forma ‘unidirecional (ter somente os alunos como meta), senão de forma multidirecional, relacionando tanto os alunos como os professores, diretores e o restante dos funcionários’. (TORALES, 2006, p. 55).

Segundo Imbernón (2011, p.7) *“a instituição educativa evoluiu no decorrer do século XX, mas o fez sem romper as linhas diretrizes que lhe foram atribuídas em sua origem: centralista, transmissora, seletiva, individualista”*.

Com base nesta afirmativa, para romper com a origem tradicionalista da educação e superar antigos paradigmas dentro da escola, é necessária uma nova perspectiva educativa, não só por parte do professor, mas também de todos os envolvidos no âmbito escolar (diretor, pedagogo, entre outros), para que, assim, o processo educativo transcenda a sala de aula. Para que haja essa possível mudança de paradigma, Imbernón afirma que:

A instituição que educa deve deixar de ser ‘um lugar’ exclusivo em que aprende apenas o básico (as quatro operações, socialização, uma profissão) e se reproduz o conhecimento dominante, para assumir que precisa ser também uma manifestação de vida em toda sua complexidade, em toda sua rede de relações e dispositivos com uma comunidade, para revelar um modo institucional de conhecer e, portanto, de ensinar o mundo e todas as suas manifestações. (IMBERNÓN, 2011, p. 8).

Quando se fala na formação de educadores ambientais, a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), a partir de 2012, afirma que:

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País. Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental. (BRASIL, 2012, p.3).

A Educação Ambiental é uma prática pedagógica, por essa razão a motivação pela busca de novos conhecimentos e entendimentos é imprescindível para a realização das práticas ambientais.

Conforme Loureiro, Layrargues e Castro:

Educação Ambiental é uma prática dialogada com a questão ambiental. E no sensu[sic] comum, essa prática visa à mudança de valores, atitudes e comportamentos para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixe de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos. Uma relação em que agora a natureza não seja mais compreendida apenas como um 'recurso natural' passível de apropriação a qualquer custo para usufruto humano. (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2009, apud OLIVEIRA, SAHEB; RODRIGUES, 2020).

Segundo Reigota (1998), a educação ambiental deve estar presente em todos os espaços que educam o cidadão e a cidadã. Nas escolas, nos parques e reservas ecológicas, nas associações de bairros, nos meios de comunicação em massa, etc.

Não se trata apenas de reduzir impactos, de mitigar ou minimizar estragos, mas de propor uma

mudança na forma como vemos o mundo, a nós mesmo e as nossas relações com os demais seres vivos do planeta, sejam estes humanos ou não. Para isso, precisamos mudar valores, atitudes e comportamentos individuais e coletivos. E a educação – especialmente a educação ambiental está sendo convocada a participar desta discussão. (BRASIL,2010 p.9).

Toda produção de conhecimento intermediada entre homem e natureza, é considerada cultural. Essa cultura sem ética, irracional e de estilo de vida comprometedor que o homem possui hoje precisa ser mudada.

A Educação Ambiental apresenta-se com a finalidade de preparar profissionais com novas mentalidades e valores socioambientais, capazes de compreender as complexas inter-relações e motivados a exercer ações reflexivas e críticas. (MORALES, 2009, p.23).

Acredita-se que as mudanças de atitude são necessárias mesmo que de forma individual, e sirva de exemplo para as gerações futuras. Espinheira (2007) afirma que isso ocorre por meio da educação, e assim nos tornaremos verdadeiros humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas considerações finais, evidenciamos que é urgente repensar nossa sabedoria – de como estamos vivendo no mundo e como estamos lidando com a natureza; como está nossa relação com a natureza. O que o Estado está fazendo ou providenciando em termos de amenizar o poder destruidor contra a natureza. Coerentemente qual o nosso posicionamento diante das atrocidades visíveis. Qual a responsabilidade ética que diz respeito a própria ação humana.

“Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Essa revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e

de desejo.” ou seja: de subjetividade.

Finalizamos, utilizando as palavras de Arne Naess: “*o cuidado flui naturalmente se o “eu” é ampliado e aprofundado de modo que a proteção da natureza livre seja sentida e concebida como a proteção de nós mesmos*” (ARNENAESS, citado por FOX, 1990, p. 217).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Braga Lovatto, Patrícia; Nascimento Altemburg, Shirley; Casalinho, Hélivio; Lobo.

Eduardo Alexis. **ECOLOGIA PROFUNDA: O DESPERTAR PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPLEXA** Redes. Revista do Desenvolvimento. Regional, vol. 16, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 122-137 Universidade de Santa Cruz do Sul Santa Cruz do Sul, Brasil.

BRASIL. Série Cadernos pedagógicos. **Educação Ambiental**. Programa Mais Educação. Brasília: MEC, [2010?]. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/pme/educacao_ambiental.pdf. Acesso em: 07 set. 2017.

Educar, Curitiba, n.18, p.201-218. 2001. Editora da UFPR.

REDES, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 122 – 137, set/dez 2011.

TORALES, Marília Andrade. A práxis da Educação Ambiental como processo de decisão pedagógica: um estudo biográfico com professoras de educação infantil na Galiza (Espanha) e no Rio Grande do Sul (Brasil).2006. 566f. Tese (Doutorado Interuniversitário em Educação Ambiental). Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, 2006. Disponível em:<https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/9496/b20101545.pdf;jsessionid=C7515A62A165F66230B-2DA5928D6112B?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2017.

GESTÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: HISTÓRICO E ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

Diego Ferreira da Silva¹

Luciana Maria Barreto Barbosa²

Resumo:

É dever de todo cidadão ajudar na preservação do meio ambiente e conhecer seus direitos e deveres no que diz respeito a temática, garantindo sua sobrevivência e a vida das futuras gerações no planeta. Para isso, existem leis e documentos que asseguram suas devidas aplicabilidades nas esferas pública e privada. Deste modo, o presente artigo tem como objetivo, discorrer sobre a Educação Ambiental e Cidadania, correlacionando-os à um pensamento sustentável objetivando uma clareza de direitos e deveres que diz respeito a todos e a preservação da natureza, colaborando com informações claras e objetivas que ajudarão a qual-quer que seja repensar suas atitudes.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Sustentabilidade. Normas Ambientais.

INTRODUÇÃO

A Gestão Ambiental é conceituada como o processo de gerenciar, administrar, organizar, planejar e pensar no processo eficiente, do ponto de vista das técnicas pessoais e do ambiente. Do qual são retirados os recursos para serem transformados em produtos à venda no mercado. Para Nilson (1998, p.134), “a Gestão Ambiental é definida como um processo que envolve planejamento organização e orienta as empresas a alcançarem metas ambientais específicas”.

Para Carvalho (2002, p.51), “Educação Ambiental poderia ser

1 Mestrando em Ciências da Educação – Florida University of Science and Theology – FUST. Pós-graduado em Ensino de Ciências pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. Licenciado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão – UNIVISA. E-mail: diegoofr@live.com.

2 Mestranda em Ciências da Educação – Florida University of Science and Theology – FUST. Pós-graduada em Educação Básica pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. E-mail: lucianabarreto03@hotmail.com.

aplicada nas mais diferentes situações, podendo oferecer soluções simples e práticas para problemas bastante elementares relacionados a sobrevivência humana”.

A partir dos anos de 1980, o Brasil passou a organizar os processos ambientais e a fazer parte das discussões acadêmicas referentes às questões ambientais. São transformadas em competências legais, por meio da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Em 1981, foram criados o Sistema Nacional do meio ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Em 1990, foi criado o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), os quais seguem algumas subdivisões: Gestão de resíduos sólidos, emissão atmosférica e mercado de créditos de carbono, gestão de recursos hídricos, matriz energética sustentável, estudos de aspectos e impactos ambientais. Além disso, para que haja uma melhoria no processo de gestão ambiental, existem propostas que contribuem, para o planejamento deste sistema. Conheceremos algumas melhorias contínuas no processo: Análise crítica pela administração, verificações e ações corretivas, implementação e operação, planejamento e política ambiental.

NORMAS E LEGISLAÇÃO

De forma geral, foram criadas ferramentas de gestão para que regulassem as empresas tais como: a ISO, a Certificação ou o Selo Verde, sendo estas, controladoras dos empreendimentos de grande porte. A ISO 14000, por exemplo, é formada por várias normas e responsável por tratar dos principais requisitos para as empresas identificarem, controlarem e monitorarem seus aspectos ambientais, através de um sistema de gestão ambiental (Milagre, 2008). Sendo elas: ISO 14004 – que complementa a ISO 14001, promovendo diretrizes adicionais para implantação de um sistema de gestão ambiental; ISO14006 - normas para ecodesign; ISO normas que tratam de selos ambientais; ISO14031 - guia para avaliação de desempenho ambiental; ISO 14033 - diretrizes e exemplos para compilar e comunicar informações ambientais quantitativas; ISO14040 - conjunto de normas para conduzir análises de ciclo de vida de produtos e serviços; ISO14045 - requisitos para análises de ecoeficiência e a ISO14063, que trata de comunicação ambiental por parte das empresas (ISO,S.d). Além destas, já existem outras normas em desenvolvimento que pouco a pouco vão aprimorando o sistema de gestão e monitoramento.

Após a criação do (SGA) houveram mudanças produtivas de

comercialização e consumo como também uma construção de procedimentos sistemáticos para gerenciar e controlar as ações do meio ambiente, minimizando os impactos ambientais causados pelos processos produtivos. Portanto, é necessária uma preocupação com o meio ambiente e a forma correta de como explorar seus recursos garantindo a vida aos seres vivos. Como afirma a Constituição Federal de 1988, no artigo 225. O ambiente equilibrado como um direito é um bem de uso comum da população.

"Para garantir esse princípio, a própria Constituição impõe algumas incumbências que apontam para a preservação e restauração dos processos ecológicos, proteção da fauna e da flora, e a educação ambiental como instrumento de conscientização" (Quintas, 2006).

Atualmente, a Gestão Ambiental está associada a gestão empresarial baseada no conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu em 1987, com a publicação do relatório de Brundtland. No ano de 1982, no Rio de Janeiro foi divulgado mundialmente através da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O termo passou a fazer parte do mundo empresariado no mesmo ano.

As Empresas Norte Americanas adotaram os conceitos de responsabilidade social nas décadas de 1970 e 1980, alguns autores definiram seus próprios conceitos. Destacaremos os conceitos de três autores: Johnson, (1971, p.27) definiu como empresa responsável "uma organização em que a administração realiza um balanço dentre os seus diversos interesses, levando em conta a maximização dos lucros e também os interesses dos empregados, fornecedores, comunidade local e da nação". Carrol (1979) ampliou este conceito, incluindo as expectativas que a sociedade tem sobre a organização em relação aos aspectos econômicos legais e éticos (Busch e Ribeiro ,2009).

A sustentabilidade se faz necessário no planeta de forma urgente, garantindo o equilíbrio e a vida no planeta. Portanto, as empresas abrangem essa necessidade em três dimensões: Ambiental, Social e Econômica. A sustentabilidade econômica pressupõe que os processos produtivos sejam viáveis considerando a rentabilidade financeira. Referente ao fator social, a empresa deve preocupar-se em proporcionar melhores condições de trabalho aos seus colaboradores, buscando contemplar a diversidade social e cultural. O aspecto ambiental deve se guiar pela ecoeficiência de seus processos produtivos buscando uma

produção mais limpa e condições para o desenvolvimento ambiental, organizacional, adotando uma postura responsabilidade ambiental. “Atingir o equilíbrio entre as três dimensões é o mais importante”. (Dias; Marques, 2013, p. 29).

Sistema de Gestão Ambiental

A Sustentabilidade está inclusa neste sistema e não deve ser desenvolvida apenas em empresas e sim, em todos os âmbitos sociais, culturais rurais e ambientais, pois se a sociedade obtiver a conscientização de seus hábitos de conservação e preservação hoje, os impactos ambientais diminuirão no futuro. Estamos vivendo os problemas de décadas anteriores que a população as empresas e outras não tiveram a responsabilidade como deve ser. Mesmo com as leis que regulam controlam a exploração dos recursos naturais ainda ocorre exploração e degradação errônea. É preocupante as atitudes da espécie humana que se preocupa apenas no ter. A sociedade capitalista exige uma produção exagerada e a população atende os desejos deste mercado, resultando em problemas ambientais, como: escassez dos recursos, poluição, aquecimento global, extinção das espécies, entre outros.

No que diz respeito a esse tópico, existe um Sistema de Produção Enxuta que foi desenvolvido no Japão desde 1950. Dois engenheiros Eiji Toyoda e Taiichi Ohno visitaram os Estados Unidos e criaram um novo sistema de produção. Segundo Elias Magalhães (2003, p.46), “a Produção Enxuta é também conhecida atualmente como sistema Toyota de produção, e seu principal objetivo é produzir sem desperdício”. Este tipo de produção demonstra maior aplicabilidade em indústrias ao qual o processo de produção é desenvolvido em lotes por processos repetitivos e contribui para o Sistema de Produção Mais Limpa.

O mundo está em constante mudanças e, contudo, o que está ao nosso redor também sofre transformações. A ação predadora do homem com relação aos ambientes gera problemas ambientais. Percebemos a ação humana devastadora na fauna e flora, portanto, vivemos hoje um desequilíbrio nos ecossistemas causando extinção de algumas espécies de animais e vegetais e sofremos com as mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global. Para que tenhamos um equilíbrio a longo prazo, é fundamental que haja a interação do sistema vivo com o meio e a auto regulação. A exploração dos recursos naturais acontece ao longo de toda existência da humanidade. Antes era em pequena escala hoje em proporção gigantesca.

O Sistema de Produção Mais Limpa (P+L) defende a redução de custos de produção, incentiva a inovação dos Sistemas de organização da produção e otimização dos processos industriais. Pois, tudo que é produzido em uma empresa volta para a natureza, por isso é fundamental utilizar uma metodologia e planejamento que englobe todos os ciclos de vida dos produtos. Em 2001 a norma ISO14040 conceituou internacionalmente a avaliação como ciclo da vida como: “A compilação e avaliação das entradas e saídas e dos impactos ambientais potenciais de um sistema de produto ao longo de seu ciclo de vida, desde da aquisição da matéria prima ou geração de recursos naturais à disposição final” (Hinz; Valentina; Franco, p.93, 2006).

Com o crescimento populacional e as necessidades de subsistência passou-se a exigir quantidades cada vez maiores de recursos. No século XVIII as indústrias se expandiram rapidamente e a infraestrutura das cidades não acompanharam esta expansão, conseqüentemente surgiram vários problemas a população como, as epidemias que fizeram milhares de vítimas. Por isso, é fundamental o conhecimento sobre a degradação da natureza, o processo histórico, contextualização e grupo empresarial. Sobre a degradação da natureza Loureiro (2004, p.37) ressalta que:

“Quando qualificamos uma ação danosa ao equilíbrio ecossistêmico, precisamos ter clareza da ação a que estamos nos referindo, realizada por quem, com os quais interesses, dentro de que código de valores, para podermos compreender efetivamente o que significa o humano na natureza e sabermos qualificar dimensionar o tipo de relação e de impacto que ocasionamos no planeta”.

Um grande problema ambiental que impacta o meio a longo prazo é a poluição. A qual deve ser evitada em todos os ambientes sociais. A Lei nº 6.938/81 do art 3º, inciso III sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, define poluição como: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: A) prejudiquem a saúde, a segurança; B) criem condições adversas as atividades sociais econômicas; C) afetem desfavoravelmente a biota; D) afetem condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; E) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Acidentes Ambientais Classificação e Gerenciamento

Os acidentes ambientais afetam direta ou indiretamente, a segurança saúde e causam impactos ao meio. Eles são classificados de duas formas: Desastres Naturais causados por fenômenos da natureza que não tem intervenção do homem - exemplo: terremotos, maremotos, furacões etc. E Desastres Tecnológicos: aqueles que ocorrem pelas atividades desenvolvidas pelo homem tais como: acidentes nucleares, vazamentos durante manipulação de substâncias químicas. Abaixo destacamos alguns principais acidentes tecnológicos ocorrido nas últimas décadas.

Tabela 1: Acidentes tecnológicos ocorrido nas últimas décadas.

DATA	LOCAL	EVENTO
5/1956	Minamata (Japão)	Despejo de resíduos químicos.
1976	Seveso (Itália)	Contaminação de solos e rios por toxinas.
4/1984	Chernobyl (URSS)	Explosão e incêndio no reator.
12/1984	Bopal (Índia)	Vazamento de gás tóxico.
3/ 1989	Alasca	Vazamento de Petróleo.
3/ 2003	Cataguases (Brasil)	Vazamento de rejeitos químicos.

Fonte: Elaboração dos próprios autores/2023.

Criação de Conferências para o Meio Ambiente

A primeira conferência foi a das Nações Unidas realizada em Estocolmo na Suécia em 1972 esta reuniu representantes de 113 países. Segundo Ferreira (1998 p.125), “esse encontro enfatizou os aspectos técnicos da contaminação ambiental devido á acelerada industrialização e urbanização na relação entre o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais. Refletindo um discurso hegemônico de cunho reformista”. Após este encontro foi constituída a declaração de Estocolmo que expressa a convicção de que “tanto as gerações presentes como as futuras tenham reconhecido como direito fundamental a vida num ambiente sadio e não degradado”.

Em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Este foi criado para que trabalhando em conjunto com os membros do sistema das nações unidas desenvolvesse atividades ambientais que melhorasse o entrosamento entre cientistas autoridades governamentais, empresários, parlamentares, engenheiros e economistas na busca de um equilíbrio entre interesses nacionais e o bem global.

Neste mesmo ano, a UNESCO realizou a oficina Internacional de Belgrado com objetivo de criar conceitos globais de Educação Ambientais. O Programa Internacional de Educação Ambiental PIEA considerou que a educação ambiental deve ser: continuada, multidisciplinar integrada as diferenças regionais; e voltada para os interesses nacionais. Outro documento elaborado nesta oficina foi a carta de Belgrado. Esta fala sobre a necessidade de se pensar em conjunto os problemas como a fome, o analfabetismo, a poluição e exploração e a dominação.

No ano de 1976 aconteceu a Conferência de Chosica no Peru, envolvendo todos os países da América Latina onde foi inovado o conceito de Educação Ambiental.

Outra Conferência Intergovernamental de Educação ambiental de TBILISI ocorreu em 1977, em parceria entre a UNESCO e o PNUMA. Nesta foi elaborada definições, objetivos, princípios e estratégias que norteiam a educação ambiental até os dias atuais. Esta definiu valores e classificação de conceitos com objetivo de desenvolver habilidades e modificar atitudes em relação ao meio para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos e suas culturas.

Em 1998, o Ministério da Educação e Desporto produziu um documento A Implantação da Educação Ambiental no Brasil. Se destacou, em uma das seções as principais características da EA sob a ótica de TBILISI. São sete pontos que traduzem o espírito da Conferência. (Brasil,1998, p.18-19): 1- Processo dinâmico integrativo; 2-Transformador; 3-Participativo; 4-Abrangente; 5-Globalizador; 6- Permanente; 7-Contextualizadora.

Em 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento (UNCED) apresentou um documento denominado OUR COMMON FUTURE, mais conhecido por “Relatório Brundtland”. Este diz que “o desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. É importante frisar que o conceito de desenvolvimento sustentável foi criado a partir deste relatório.

Outra Conferência importantíssima foi a Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio de Janeiro 1992 nesta conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi debatido a importância da Educação Ambiental para o início de um novo modelo de desenvolvimento que favorecesse tanto o crescimento econômico quanto a preservação do meio ambiente denominado desenvolvimento sustentável. A agenda 21 traz estratégias de sobrevivência para o século XXI, ela apresenta compromissos e intenções para a preservação e melhoria da qualidade ambiental visando um planeta sustentável e garantindo a vida na terra. Após esta conferência houve um crescimento de interesse mundial pelo futuro do planeta. Durante esta conferência foi realizado um fórum global dando ênfase as ações não formais da EA. Explica o compromisso da sociedade civil para a construção de um modelo mais humano reconhecendo os direitos humanos na perspectiva de gênero importância das diferenças e o direito à vida.

Educação Ambiental nas Escolas de Umbuzeiro-PB

A Educação Ambiental nas escolas deve ser desenvolvida por meio de ações simbólicas e reflexivas sobre os problemas de contextualização referente ao tema. A escola deve formar o estudante em sua integralidade. Portanto, faz-se necessário que a educação ambiental faça parte do currículo escolar. Muitas instituições escolares desenvolvem projetos voltados a sustentabilidade, reciclagem, entre outros.

Percebemos esta falta de conscientização quando em anos anteriores a secretária de Educação Lucy Duarte ornamentava as praças da cidade utilizando jarros e plantas. No período noturno alguns jovens quebravam os jarros e arrancavam as plantas. Por isso, a realização de ações simples de forma gradativa gera as transformações maiores.

Nesse sentido, percebemos uma grande preocupação e incentivo do município de Umbuzeiro-PB com relação a Preservação Ambiental e a Reciclagem. Este ano, o município realizou uma ação intersetorial sobre o meio ambiente em parceria com a coordenadoria de políticas públicas para a juventude, Núcleo de Cidadania do Adolescente, Secretaria de Educação, Secretaria de Trabalho e Assistência Social e Secretaria do Meio Ambiente. Visando contribuir com as diversas comunidades escolares, bem como a população em geral. Acerca da temática houve a ministração de palestras em várias escolas municipais e estadual, abordando os temas: A cidade que temos e a cidade que queremos, Alimentação saudável e Desperdício de alimentos. Dia 09 de junho de

2023.Temas: A importância dos 3 R's para o município e a cidade que temos e queremos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sustentabilidade se faz necessário no planeta de forma urgente, garantindo o equilíbrio e a vida no planeta. Desse modo, a Gestão Ambiental está associada a gestão empresarial baseada no conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu em 1987 diante dos problemas ambientais vivenciados no planeta devido à exploração exagerada e descontrolada dos recursos naturais. Dessa forma, foram criadas Conferências, Leis e Normas para discutir e buscar soluções que salve o planeta. A Educação Ambiental nas escolas precisa ser desenvolvida por meio de ações simbólicas e reflexivas sobre os problemas de contextualização referente ao tema. A escola deve formar o estudante em sua integralidade. Diante destas esperamos que haja maior conscientização por parte dos jovens. Pois, alguns ainda não compreendem a importância de preservar.

É fundamental integrar estas ações e interação no ambiente local como o município vem desenvolvendo, pois, a educação ambiental inicia localmente, regionalmente e conseqüentemente global. Como afirma René Jules Dubos (1990, p.94):

“É importante procurar interagir as discussões afim de perceber algumas interações entre questões locais, regionais e globais, com o objetivo de não perdermos o sentido do que fazemos, isso possibilita que pensemos globalmente, mas que nossas ações sejam locais”.

Todos precisam se engajar nessa causa. Por isso, a realização de ações simples de forma gradativa gerará as transformações maiores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSCH,S.E.,;RIBEIRO,H. **Responsabilidade socioambiental empresarial:** revisão da literatura sobre conceitos,Interfacehs-Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente,São Paulo,-v.4,n.2,p.1-25.mai./ago.2009.

CARROL ,A. **Three Dimensional conceptual model of corporate performance.** Academy of Management Review, v.4,1979.p.497-505.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **O ambiental como valor substantivo:** uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel; SATO, Michèle. Textos recolhidos em Educação Ambiental: de uma América à outra. Montreal: Publications ERE-UQQAM, 2002. t. 1. p. 85-90.

DIAS, L. S.; MARQUES,M.D. **Responsabilidade social das organizações empresariais diante do desenvolvimento sustentável.** Fórum Ambiental da Alta Paulista, v.9.n.110,p.67-75,2013.

ELIAS, S. J. B.; MAGALHÃES, L. C. **Contribuição de produção enxuta para obtenção da produção mais limpa.**In ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXIII,2003, Ouro Preto,p.1-8.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental:** sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998. 154p.

HINZ,R.T.P.;VALENTINA,L.V.D.;FRANCO,A.P.**Sustentabilidade ambiental das organizações através da produção mais limpa ou pela avaliação do ciclo de vida.** Estudos Tecnológicos,v.2,n.2.p. 91-98,jul./dez.2006.

JOHNSON, Harold. **Business in Contemporary Society:** framework and issues,Wadsworth pub.Co,1971.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.

NILSSON, W.R. **Services instead of products:** experiences from energy markets examples from sweden. In:MEYER-KRAHMER,(Ed.),Innovation and sustainable development: lessons for innovation policies. Heidelberg:Physica-Verlag.1998.

QUINTAS, J.S. **Introdução a gestão ambiental pública.** Brasília:I-BAMA, 2006.

CONTRIBUIÇÕES DAS TIC PARA GERAR RESERVA COGNITIVA EM ADULTOS ACIMA DE 50 ANOS COM BAIXA ESCOLARIDADE

Nilce de Oliveira Lima¹

Resumo:

A baixa escolaridade da população madura no Brasil, que inclui pessoas acima dos 50 anos, é um índice ainda muito alto e preocupante para uma sociedade que atualmente está conseguindo envelhecer em larga escala. O fator idade associado a escolaridade pode influenciar muito na qualidade de vida de um adulto maduro, pois irá diminuir seu desempenho mental, podendo proporcionar o aparecimento do declínio cognitivo-DC levando esse adulto a desenvolver possíveis demências de forma precoce. O cérebro humano precisa sempre estar sendo estimulado para ter reservas cognitivas, e a educação tem um papel de grande importância neste processo independente da idade. Para ajudar os adultos que por alguns motivos não avançaram no sistema educacional, a andragogia aparece como um modelo pedagógico para ajudar o adulto a ser reinserido no processo de ensino-aprendizagem de forma continuada. A andragogia busca apoio nas Tecnologias da informação e comunicação-TIC para motivar o adulto no processo de aprendizagem, deixando-o mais independente de um educador. METODOLOGIA: O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico que busca acompanhar e analisar casos de 10 (dez) adultos acima dos 50 anos, participantes de um programa de estimulação neuropsicológica com o intuito de gerar reserva cognitiva através do uso de TIC, porém neste resumo será apresentado apenas a revisão integrativa do estudo. O programa acredita que quanto mais o cérebro estiver sendo estimulado, mais reserva cognitiva essas pessoas irão adquirir diminuindo os possíveis impactos provocados pela idade. OBJETIVO: é acompanhar e verificar se durante esses 3 anos do programa, se esses adultos obtiveram alguma melhora. CONCLUSÕES: O presente estudo ainda está em andamento, pois o programa é uma proposta a longo prazo. Entretanto, pode-se considerar que esses adultos obtiveram algumas possíveis melhorias a nível cognitivo e comportamental.

1 Graduada em Psicologia pela UniFSA-PI; Dda. em Ciências da Educação pela UniLisboa-PT; Mestre em Inovação Pedagógica pela Uma-PT; Especialista em Neuropsicologia pelo CRP-21; Esp. em Gerontologia e Saúde do Idoso pela UniFASEC; MBA em Gestão Estratégica de IES-UniFasec; . E-mail: nilce.neuropsicologa@gmail.com.

Palavras-chave: Reserva cognitiva- Andragogia- TIC – Baixa escolaridade.

Abstract:

The low educational level of the mature population in Brazil, which included people over 50 years old, is still a very high and worrying rate for a society that is currently managing to age on a large scale. The age factor associated with education can greatly influence the quality of life of a mature adult, as it will reduce their mental performance, which can lead to the appearance of cognitive decline - CD, which can lead this adult to develop possible dementias at an early stage. The human brain always needs to be stimulated to have cognitive reserves, and education plays a hugely important role in people's lives, regardless of age. To help adults who, for some reasons, have not advanced in the educational system, andragogy appears as a pedagogical model to help adults to be reinserted into the teaching-learning process on an ongoing basis. Andragogy seeks support in information and communication technologies - ICT to motivate adults in the learning process, making them more independent of an educator. The present study is a qualitative research of an ethnographic nature that seeks to follow a group of 10 (ten) adults over 50 years of age, participating in a neuropsychological stimulation program with the aim of generating cognitive reserve through the use of ICT. The program believes that the more the brain is stimulated, the more cognitive reserve these people will acquire, reducing the possible impacts caused by age. The objective is to monitor and verify whether these adults have achieved any improvement during these 3 years of the program. The present is still in progress, as the program is a long-term proposal. However, it can be considered that these adults obtained some possible improvements at a cognitive and behavioral level.

Keywords: Cognitive reserve- Andragogy- ICT – Low education.

INTRODUÇÃO

O presente resumo busca abordar sobre as contribuições das TIC para gerar reserva cognitiva em adultos com baixa escolaridade. A reserva cognitiva (RC) é uma abordagem que há décadas vem sendo citada em várias pesquisas, sendo este um tema muito associado ao envelhecimento populacional. A RC trata-se de um constructo que bus-

ca explicar a capacidade do cérebro compensar degenerações causadas pela idade ou ainda neuropatias (LANDENBERG ET AL,2019, p..42). Há muito tempo a neurociência busca quebrar a visão reducionista e preconceituosa de que o “papagaio velho, não consegue falar”. Essa visão errônea limitou por décadas os adultos com baixa escolaridade a acreditarem que não tinham mais idade para aprender, com isso aumentava-se não só o índice de baixa escolaridade de uma sociedade, mas também a contribuição para possíveis problemas no processo de envelhecimento.

A importância de estimular o cérebro na idade adulta é uma preocupação que vem ganhando destaque desde a década de 70. A China, na década de 80 criou o programa *aprendizagem vitalícia*, conseguindo comprovar que o ser humano tem disposição e capacidade para aprender em qualquer idade, ainda que seja na velhice. (Papalia, 2013, p.519). Outros países também já investem em reserva cognitiva (RC) dos adultos, como é o caso da França, que possui uma alta população idosa a nível mundial. E foi na França a criação das primeiras universidades abertas para *peessoas maduras*, acima de 50 anos, com esse tipo de programa tanto gerava reserva cognitiva para evitar doenças degenerativas, como também estimulava a produção de uma economia de longevidade.

Todavia, o envelhecimento populacional é um fenômeno a nível mundial e, ultimamente, está presente na população brasileira, estimando que até 2025, o Brasil seja o sexto país mais velho do mundo (LIMA, et al, 2022, p.220). Esse aumento da perspectiva de vida dos brasileiros gera algumas preocupações, pois segundo o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE, 5,6% da população em 2022, de 15 ou mais anos, não sabem ler e escrever, totalizando 9,6 milhões de pessoas. Sendo que, a população com 60 anos ou mais é de 16% (IBGE, 2023). A baixa escolaridade dos países emergentes, gera uma preocupação em várias áreas da sociedade. Com relação ao Brasil, a situação da baixa escolaridade é tão preocupante que em 2007 o Banco Mundial fez um estudo sobre o declínio do BIP por ano, deixando um declínio de 0,5% na economia, por gerações. Porém, essa baixa escolaridade não prejudica apenas a economia de um país, mas também fator saúde pública, pois a falta da reserva cognitiva (RC) leva ao desenvolvimento de demências precoces, pois o cérebro foi pouco estimulado ao longo dos anos, sem gerar novas concepções, por falta de novas aprendizagens. Fatores como escolaridade, ocupação e lazer são considerados como importantes e estão associados a uma maior capacidade de Reserva

Cognitiva-RC (Stern e Cols, 2018 apud Anias, 2021, p.3).

Várias são as formas que o ser humano pode estimular seu cérebro para gerar reservas cognitivas para o futuro. Com o avanço das novas tecnologias da informação, vários aplicativos e plataformas foram sendo criados, alguns intencionalmente e outros propositalmente para ajudar no processo de aprendizagem das pessoas adultas. As plataformas EAD hoje é uma das formas mais rápidas e acessíveis para as pessoas adultas conseguirem continuar seus estudos, assim como aplicativos de estimulação cognitivas e de interação sociais, também servem para contribuir para estimular o cérebro, criando novas concepções neuronais, gerando assim novas aprendizagens e consequentemente, reserva cognitiva.

O presente resumo é referente à primeira parte do estudo proposto, limitando no presente momento apenas a expor uma revisão integrativa da pesquisa em andamento. A segunda parte, da pesquisa trata de uma qualitativa com foco em na etnografia.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atender o objetivo proposto nesta produção fez-se uso da pesquisa qualitativa, através de um estudo de caso etnográfico com 10 (dez) adultos acima de 50 anos com queixa de declínio cognitivo que participam do programa neuropsicológico com uso de TIC para melhorar a cognição. A pesquisa teve início em 2020 e ainda está em curso.

A escolha pela abordagem qualitativa se deu, pois, a mesma no campo das Ciências Sociais, responde a questões muito particulares, que de acordo com o nível da realidade não dá para simplesmente qualificar (MINAYO,2007, p.21). Já a escolha pela Etnografia, se deu pela possibilidade da pesquisa etnográfica tem como principal característica, a possibilidade do contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, possibilitando a reconstrução dos processos e as relações que configuram a experiência do grupo a ser estudado (ANDRÉ,2014,p.41). Também, a etnografia é uma boa opção de pesquisa quando se trata do campo que envolve a educação, que é o caso da andragogia, que se preocupa com o aprendizado da pessoa adulta. Portanto, o estudo de caso etnográfico ajuda a retratar um problema educacional em toda a sua complexidade individual e social (STAKE,1988, p.254 apud ANDRÉ 2014, p.50).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

ANDRAGOGIA E TIC

Quando falamos de andragogia e tecnologia parece ser algo contemporâneo, porém a andragogia surge ainda em 1933 com Alexander Vapp que já fazia uso das tecnologias para trabalhar na educação de adultos, e mais tarde americano Malcolm Knowles se torna o precursor da andragogia, criando um modelo andragógico pragmática (SANTOS, 2016). Malcolm Knowles se tornou um dos teóricos mais conhecidos sobre estudos entre a pedagogia e a andragogia.

Andragogia, de acordo com o pensamento de Apostolico (2012) surge como uma maneira simplificada para ensinar o adulto de forma que eles aprendam com mais autonomia, sendo o professor um facilitador dessa aprendizagem. Portanto, a andragogia não é uma proposta engessada de educação para adultos. A mesma lembra muito os preceitos da Inovação Pedagógica, que busca promover uma mudança na mentalidade do educador, propondo que ele seja apenas o mediador desse processo de aprendizagem, enquanto o adulto se torna o protagonista.

As TIC por sua vez devem contribuir para que o aprendizado dos adultos seja concluído com mais facilidade, pois a utilização de plataformas de estudos em EAD e apps de estimulação cerebral e sociais mais atrativos, ajudam nessa construção da reserva cognitiva. Lembrando que, esse processo precisa ser algo prazeroso para o adulto, pois quanto mais ele estiver envolvido com a ferramenta, mais desejo em aprender ele terá. E isso já é comprovado nos estudos de memória emocional, que nos ajuda no processo de aprendizagem em reter as informações como algo prazeroso ou aversivo/ estressante, como diz Juster e Ruetti (2014) “ la memoria emocional es el resultado del almacenamiento de la información que estuvo acompañada por factores activantes oestressantes a través de los cuales pudo fijarse con más facilidad”. Sendo assim, a andragogia busca ajudar o adulto no processo de aprendizagem buscando sempre a motivação e a autonomia como combustível.

A IMPORTÂNCIA DA RESERVA COGNITIVA PARA ADULTOS COM BAIXA ESCOLARIDADE

A reserva cognitiva pode ser entendida como um constructo cerebral ou ainda uma manutenção das funções cerebrais a despeito de

danos neurológicos ou sintomas de demências ou declínios cognitivos (STERN,2002, GDJA ET AL, 2020 aput HAMDAN E SANTOS, 2023, p.5). Essa capacidade de compensação pode ser estimulada através de várias formas. Um exemplo disso é a proposta escolar de aprendizagem bilíngue, pois algumas pesquisas já constataram que pessoas bilíngues ao sofrer algum impacto ou acidente na rede neural conseguiram realizar a compensação de danos neurológicos. Isso acontece, pois devido ao aprendizado de línguas trabalhar a plasticidade neuronal, estimulando novas conexões gerando reserva cognitiva que os ajudará ao longo dos anos, principalmente na vida adulta, gerando um processo de envelhecimento bem-sucedido.

A cognição precisa ser estimulada ao longo da sua vida, nela está presente a memória, atenção, funções executivas, cognição social, aprendizagem e linguagem (STERNBERG, 2009). A cognição, portanto, é o conjunto de todos esses processos. A dificuldade em um desses processos provoca o chamado declínio ou comprometimento cognitivo. Sendo assim, a baixa escolaridade se torna preocupante no processo do envelhecimento populacional, necessitando desse assunto de uma atenção maior e mais incentivo para políticas públicas voltadas para melhorar a escolaridade dos adultos.

CONCLUSÃO

O cérebro humano precisa de constante estimulação durante todas as fases da vida. Os anos escolares tem uma grande contribuição nesse processo de estimulação cognitiva. A baixa escolaridade de um indivíduo contribui para danos na cognição antes da idade esperada, pois lhe faltará reserva cognitiva.

O estudo em andamento apresentado busca estimular adultos maduros de baixa escolaridade, os quais já apresentavam declínio cognitivo, necessitando produzir reserva cognitiva para diminuir os impactos causados com o aumento da idade.

Até o presente momento, pode-se concluir baseado nos estudos de revisão integrativa, juntamente com acompanhamento dos participantes, que a estimulação cognitiva utilizada através do uso de tecnologias e comunicação- TIC vem proporcionando melhoras significativas a esses adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANIAS, Laís S. **Reserva Cognitiva**: uma revisão sistemática da literatura. UFRBA 2021

APOSTOLICO, Cimara. **Andragogia**: um olhar para o aluno adulto. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, São Paulo, n. 9, p. 121-130, July 2012

ANDRE, Marli ELiza, D.A. **Etnografia da prática escolar**. 18 ed. Papirus, 2012

HAMDAN, Amer C, SANTOS, Lusa T. **Reserva cognitiva e envelhecimento bem-sucedido**: uma revisão integrativa da literatura , 2023
DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5976>

JUSTEL, Nadia; RUETTI, Eliana. **Memoria emocional em adultos mayores**: evaluación del recuerdo de estímulos negativos, 2014, pp 107-119

LANDENBERGER, Thais., CARDOSO, Nicolas. de Oamila., OLIVEIRA, C. R. de, & ARGIMON, Irani. I. L. **Instrumentos de medida de reserva cognitiva – uma revisão sistemática**. Psicologia: Teoria e Prática, 21(2), 41-57, 2019.

LIMA, Nilce. **Os impactos neuropsicológicos do isolamento social no período da pandemia na vida dos idosos com demência de Alzheimer**: um estudo comparativo de casos na cidade Teresina-PI. in Longevidade : caminhada para o envelhecimento / organização Welyton Paraíba da Silva Sousa , Maria Aurelina Machado de Oliveira , Nilce de Oliveira Lima. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Innovate : Consultorias, Mentorias e Publicações, 2022. pp. 220-247

MINAYO, Maria Cecília, S. **Pesquisa Social**: Teoria, metodo e criatividade. 26 ed, Vozes editora, 2007

PAPALIA, DIANE E. **Desenvolvimento humano**. Artes médicas sul. 2013.

STEMBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. 7 ed, Cengage, 2009.

SANTOS, Wendel S. **Educar pessoas jovens, adultas e idosas com o uso das novas TICs.2016.** NAMID/UFPB- <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica>

ENTRE O PROGRESSO E A MEMÓRIA: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE IMPACTOS NO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ITABAIANA-PB (1980-2016)

Itamara Weskla Barbosa Alves de Brito¹

Resumo:

A pesquisa em questão tem como objeto a cidade de Itabaiana-PB, onde será analisado os seus patrimônios culturais e como a expansão urbana os impactou. O problema proposto tem como referência a pergunta guia: Como a modernização da cidade de Itabaiana impactou seu patrimônio cultural? Itabaiana é situada no agreste paraibano, a uma média de 80 km da capital, João Pessoa e com proximidade relativa do estado de Pernambuco. Logo, ao falar da cidade de Itabaiana, compreende que o recorte espacial se trata da cidade em si. Por ser uma cidade com grande influência comercial no contexto geográfico, as questões tomadas como norteadoras para o estabelecimento desta proposta, perpassam essencialmente sobre a inexistência de investimento e manutenção do patrimônio de Itabaiana, resultando diretamente na vulnerabilidade dos lugares de memória que ainda subsistem na cidade.

Palavras-chave: Patrimônio. Memória. Cidades.

1 INTRODUÇÃO

O recorte temporal remete ao período entre o primeiro decreto de tombamento estabelecido no município de Itabaiana-PB (1980), até o plano de salvaguarda, documento estabelecido a fim de preservar uma ampla área do centro da cidade, e onde constam alguns pontos de interesses históricos (2016).

Trata-se do Plano de Salvaguarda dos Bens Arquitetônicos e Urbanísticos de Interesse Histórico e Cultural de Itabaiana-PB, elaborado em 2016, por populares com o apoio de um Arquiteto e Urbanista, e formalizado pelo IPHAEP um ano mais tarde.

A salvaguarda do bem registrado, para o IPHAN, deve ser compreendida como “um processo no qual os detentores estarão mobilizados com o Iphan e parceiros para identificar com maior profundidade

¹ Mestra em Formação de Professores pela UEPB. Graduada em História pela UEPB. E-mail: marawbabs@gmail.com.

a situação na qual o bem cultural se encontra” (IPHAN, 2017, p. 13).

Os patrimônios da cidade que são baseados essencialmente no Decreto-Lei 25/1937, é o Coreto, localizado na Praça Álvaro Machado, que dispõe de um decreto municipal acerca de seu tombamento, e que delimita o recorte temporal desta pesquisa, o de Nº 8.660, de 26 de agosto de 1980 e a Estação Ferroviária de Itabaiana, a partir do decreto Decreto nº 22.082, de 03/08/2001.

Como justificativa, este trabalho busca apresentar a história dos marcos patrimoniais da cidade, a fim de estimular o coletivo a entender a importância de Itabaiana no contexto regional. Busca-se que a sociedade itabaianense seja estimulada a conhecer mais sobre a cidade e, por consequência, seja levada a preservar o patrimônio cultural dela.

2. Patrimônio e resistências: Itabaiana entre resgates de memória

Percebe-se que diante dos processos contemporâneos de conflitos de memória, este trabalho se ajusta na busca e no interesse de reivindicar o papel do Estado diante do dever de regate aos esquecimentos já ocorridos, bem como o registro de memória do patrimônio urbano.

O recorte temporal pressupõe o período em que foi sentido o “luto da ruptura”, segundo Peixoto (2003), onde destaca-se que “qualquer consciência patrimonial se manifesta a partir do trauma da ruptura, sendo uma reação ao risco de desaparecimento, mas que carrega consigo o objetivo de promover a regeneração” (PEIXOTO, 2003, p. 213). Dessa forma, é importante ressaltar que:

O luto, em sentido metafórico, se transposto para o domínio grupal, funda as relações sociais numa memória colectiva: a dos antepassados e dos espaços comuns. A consciência patrimonial não deixa de ser um indicador desse estado de luto. Mas é mais que isso. Num processo fortemente identitário, como é o da formação de uma consciência patrimonial, a identidade não é o factor mais relevante. O factor mais significativo é a assimilação colectiva da mudança e a consciência patrimonial, que ajuda a promover essa assimilação (PEIXOTO, 2003, p. 213-214).

Sabemos que o patrimônio cultural de uma cidade conta sobre sua história e auxilia na formação da identidade dos habitantes desse local. No entanto, mesmo sendo uma cidade que teve/tem importância em sua região, o patrimônio de Itabaiana é negligenciado e vive em constante ameaça de deixar de existir.

Dentre um dos poucos trabalhos acadêmicos que tem como tema Itabaiana e o patrimônio desta, no mais recente, que foi um levantamento *in loco* das fachadas de edificações da cidade, feita por estudantes de arquitetura em parceria com o grupo de pesquisa LABHIS (Laboratório de História da UFCG), eles perceberam que “ao se observar as ruas da cidade, é notória a presença gritante de modificações no patrimônio, que descaracterizam seu estilo original e desconversam com seu entorno” (RÉGIS; PEREIRA, 2020, p. 282).

Então percebemos a importância entender que a cidade faz parte de um conjunto regional mais amplo e que carrega uma série de representações e significados em sua história local, possibilitando que a pesquisa se desenvolva dentro de um desdobramento exógeno e, também, endógeno, ou seja: ao passo que foca em alguns aspectos ligados a significação do patrimônio na sociedade itabaianense, entende-se que esta faz parte de um contexto econômico, social, político e cultural mais amplo e abrangente.

Um dos exemplos sobre os registros encontrados acerca da cidade de Itabaiana, que estimula uma busca pela preservação dela, um dos mais importantes, encontra-se relatado no livro de Sabiniano Maia. Trata-se do cemitério indígena, descoberto em 1890, onde se realizava a feira de gado da cidade (um dos pontos principais de comércio), e foram encontradas ossadas humanas postas em jarras (MAIA, 2015). Segundo o autor, “a cidade não deu a importância merecida ao achado” e vinte anos depois pesquisadores se depararam e constataram “restos dessas antiguidades expostas à chuva e ao sol” (MAIA, 2015, p. 61).

Outro fato memorável e de imenso orgulho à história itabaianense, refere-se que em janeiro de 1901, a cidade de Itabaiana-PB, recebe a primeira locomotiva, pertencente à “Estrada de Ferro Recife ao Limoeiro” (mais tarde sob a administração da “The Great Western of Brazil Railway”), fazendo a ligação férrea entre Pernambuco e Paraíba (porém não, ainda, entre as capitais), “trazendo um alarde de festa tão grande e marcante”, como bem lembra o memorialista Sabiniano Maia ao escrever suas histórias e memórias sobre a cidade. Ele relata que, ainda menino, ouvira “por diversas vezes os mais antigos moradores, contarem orgulhosos os detalhes” da chegada do trem na cidade

(MAIA, 2015, p. 161).

Itabaiana foi, dessa forma, por um tempo relevante, importante local de passagem da ferrovia Great Western. E junto a ela, é notável a chegada de ícones modernos, como o telégrafo, o telefone, os jornais, entre outros, que alimentam assim, como afirma Aranha, “o imaginário do trem como ícone moderno indispensável à vida cotidiana” (ARANHA, 2005, p. 105). Ainda segundo Aranha (2005), ao parafrasear Maia (1977),

As primeiras experiências com energia elétrica remontam ao ano de 1912, sendo levadas a efeito em Itabaiana e na capital do Estado em 9 e 15 de março, respectivamente, sendo motivo de orgulho para o itabaianenses o fato de sua cidade contar com a decantada novidade seis dias antes da capital (ARANHA, 2005, apud MAIA, 1977, p. 98).

Igualmente se passou com o abastecimento de água: “Itabaiana inaugurou a sua água em 1911 e, a Capital do Estado em 1912” (MAIA, 2015, p. 237). As ligações férreas entre a capital e o sertão deu mais amplitude à cidade influenciando diretamente o ciclo de urbanização.

Ainda no século XX, como nos aponta a literatura, essa cidade se consolidou como uma das mais importantes no seio Paraibano, passando por um processo de modernização e enriquecimento com a chegada de ícones modernos. Essa modernização reflete diretamente na construção do patrimônio arquitetônico encontrado na cidade. Possuindo uma rica pluralidade de estilos arquitetônicos que transcendem desde a arquitetura vernacular até ao estilo moderno emergente entre os anos 30 e 90 (RÊGIS; PEREIRA, 2020, p. 279).

Ressalta-se que “em função de obter o símbolo de cidade do progresso”, o vice-presidente do Estado residiu por um período na cidade, fato apontado pelo também memorialista Romualdo Rodrigues Palhano (2014). De acordo com o recorte do jornal, “O Município, Anno I, nº 03, página 3, Itabayanna, domingo, 07 de junho de 1908”, e anexado ao livro de Palhano (2014), um visitante teceu o seguinte elogio:

Bella cidade da terra parahybana... Edificada n'uma grande planície, à margem de um rio de águas límpidas e serenas, gosando as delícias de um clima europeu, o aspecto de Itabayanna agrada ao primeiro lance de vista e logo empolga a atenção do visitante. As suas ruas largas

e extensas, assim com uns ares de avenidas, primam antes de tudo por uma limpeza digna de nota, provando a evidência que os dirigentes da terra cuidam zelosamente da saúde pública, tão descurada por ahi além (PALHANO, 2014, p.65).

A cidade também faz parte da “área da várzea” citada nos romances memorialísticos pelo escritor paraibano, José Lins do Rego, onde este ressalta com afeto, na sua narrativa, vivências na cidade. Ora sobre a feira, ora sobre o percurso de trem para estudar na escola, situada nesse mesmo local; deixando-se perceber a importância deste município, também, para as relações cotidianas circunvizinhas.

A partir do exposto, torna-se claro a importância do debate que perpassa o patrimônio e como o progresso vem resultando na relação da memória social da cidade. Tal qual entender como o funcionamento da gestão patrimonial na cidade pode enfatizar e resguardar os lugares de memória dela.

Dessa forma, pode-se pensar com mais amplitude a preservação patrimonial, para que se possa realçar ainda mais a “função social maior” que este tem. Nas palavras de Chuva (2014), “a função social a que nos referimos é a da preservação do patrimônio cultural da nação. Trata-se, então, do interesse coletivo, que deve sobrepor-se ao interesse individual de dispor livremente de sua propriedade” (CHUVA, 2014, p. 208).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, ao abordar o tema do resgate da memória de uma cidade, este artigo aponta, ainda, discussões bibliográficas sobre as fontes disponíveis para a pesquisa historiográfica sobre Itabaiana – PB. A obtenção de informações provenientes de obras literárias, como aquelas de Sabiniano Maia (2015) e Romualdo Palhano (2014), proporcionou um embasamento teórico significativo, apesar de seus recortes temporais amplos. Além disso, a colaboração de um patrimonialista local, através do seu acervo fotográfico digitalizado e a referência ao plano de salvaguarda constituíram elementos valiosos para o desenvolvimento do trabalho.

A cidade em si se revelou como uma fonte histórica viva, conforme a perspicaz observação de Barthes (2001), que destaca a cidade como um discurso e uma linguagem. A abordagem metodológica in-

corporou a utilização de documentos, jornais, fotos e literatura, oferecendo uma construção historiográfica robusta. A análise dialógica entre jornais, obras literárias e fotografias permitira uma compreensão mais profunda dos impactos visíveis ao longo do tempo.

A ausência ou presença de documentos oficiais, conforme a visão de Le Febvre (1984), levanta questões pertinentes à pesquisa, destacando a importância de abordar a história mesmo na ausência de documentos escritos. As fotografias, como destacado por Kossoy (2020) e Mauad (2012), desempenham um papel crucial, congelando momentos da cultura material e fornecendo evidências visuais para análises em diversas disciplinas.

Finalmente, a condução discursiva adotara a perspectiva da historiografia cultural, buscando visualizar as representações do passado através de discursos e imagens que refletem a expressão da sociedade. Ao compreender os efeitos da expansão urbana sobre o patrimônio cultural de Itabaiana, este artigo destaca a capacidade da cidade de se reinventar, reestruturando-se e enfatizando sua importância regional. Assim, as permanências e ausências na memória social são problematizadas, ressaltando a relevância da cidade no contexto histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5. ed., 2. reimpr. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____ **História E Memória**. Tradução Bernardo Leitão (et al.). Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana: sua história, suas memórias**. 3ª ed. – Itabaiana, 2015.

MAUAD, Ana Maria. **História e Fotografia**. In. Novos domínios da História / organizadores Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas. – Rio de Janeiro: Elsevier, p. 263-281, 2012.

PALHANO, Romualdo Rodrigues. **ITABAYANNA** – Entre fatos e fotos / Romualdo Rodrigues Palhano. – João Pessoa: Sal da Terra, 2014.

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: Trem de ferro, Luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)**. In A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultura. – 2 ed. João Pessoa: Idéia, 2005.

_____. **Cidade e História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 6 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2021.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**/ Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. **Revista – São Paulo: Brasiliense**, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1).

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre et al. **O poder simbólico**. 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**; tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: Estudos avançados, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Arte e comunicação. Lisboa/Portugal. 2014.

CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural no Brasil: práticas e instituições**. In.: Patrimônio cultural. V. 1. / Claudia Baeta Leal, Luciano dos Santos Teixeira, Márcia Chuva. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ,

2014.

_____. **O ofício do historiador:** sobre ética e patrimônio cultural. IN: Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN / Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência. – Rio de Janeiro; IPHAN, Copedoc, 2008.

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados:** patrimônio cultural do Brasil. Apoio e fomento/ coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. – Brasília: IPHAN, 2017.

NEVES, Joana. **História local e construção da identidade social.** Saeculum, p. 13-27, Jan./Dez./1997.

NOGUEIRA, Antônio. **O campo do patrimônio cultural e a história:** itinerários conceituais e práticas de preservação. Antíteses, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul. - dez. 2014.

NORA, Pierre. **Entre história e memória:** a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, 10, 7-28, 1993.

PEIXOTO, Paula. Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. **Sociologia Revista da Faculdade de letras da Universidade do Porto.** v. 13. 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidade, espaço e tempo:** reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. Pelotas, v. 2, n. 4. p. 09-17. 2005.

_____. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista brasileira de História,** v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. **História & história cultural.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

RÉGIS, Nycole de Araújo; PEREIRA, Charles Andrade. Itabaiana: uma análise dos efeitos da carência de conscientização patrimonial como ameaça à memória edificada. **Pluralidade de temas e aportes**

teórico-metodológicos na pesquisa em história [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR, p. 279-283. Atena, 2020.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação Patrimonial e construção de identidades:** diálogos, dilemas e interfaces. Rev. CPC, São Paulo, n. 27 especial, p.133-148, jan./jul.2019.

A FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA: UMA PERCEPÇÃO DO SENSÍVEL NA CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Ítalo Pereira de Sousa¹

Resumo:

Este analisar a potencialidade do uso das fotografias como fonte histórica. As fotografias surgem como uma técnica de captura de uma representação da realidade, que congela em determinadas temporalidades, tornando-se assim, um objeto de registro do passado. O uso da fotografia como fonte histórica vem sendo, ao longo do tempo, discutido pela historiografia, existem historiadores que discordam e outros que concordam, estes primeiros, citam a subjetividade da fotografia como uma desvantagem, que acaba tornando-a uma fonte não tão sólida. Dessa forma, a discussão proposta nesse trabalho foi elaborada com um embasamento teórico pautado em autores que colaboram na sustentação da fotografia como fonte histórica, tendo em vista que se trata de uma representação do real. Por fim, espera-se gerar uma colaboração para a discussão sobre fontes históricas dentro do campo de pesquisas acadêmicas.

Palavras-chave: Fotografia. Fonte Histórica. História.

1 INTRODUÇÃO

Ao se buscar realizar uma pesquisa científica, necessita-se de fontes para sustentar o estudo que está sendo realizado, ou seja, as fontes legitimam o que é dito na escrita de trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, as pesquisas na área da História também não são diferentes.

A escrita da História, por muito tempo, não aceitou o uso de fotografias como fontes históricas pelo fato de não se enquadrarem como documentos oficiais. Anterior a *Escola dos Annales*, a historiografia buscava se sustentar, principalmente, em fontes escritas oriundas de documentos oficiais, o que limitava bastante o trabalho do historiador. Se temia cair na subjetividade e a História enquanto ciência, não podia ser subjetiva. No entanto, o que impede um documento oficial de também

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: italops.wow@gmail.com.

ter subjetividades? Assim como a fotografia, os documentos oficiais estão repletos de intencionalidades daqueles que o construíram. Sendo assim, cabe ao historiador analisar e captar essas intenções, assim como utilizá-las como parte da sua crítica à fonte.

Dessa forma, quando um historiador realiza sua pesquisa, precisa analisar detalhadamente as suas fontes, interpretá-las e fazer os seus questionamentos às fontes para só assim tomá-las como fonte válida ou não. No caso das fotografias, que será o objeto em discussão nesse artigo, muitos questionamentos devem ser feitos. Quando foi feita? Por quê? Quais as intenções do fotógrafo por trás da fotografia? Todas essas perguntas fazem parte do inquirimento que o historiador faz a sua fonte fotográfica.

Esse artigo tem como objetivo analisar a potencialidade do uso das fotografias como fonte histórica. Para tornar possível esse objetivo, será realizado uma discussão teórica com autores que trabalham com o tema, assim como outros que irão reforçar o que será discutido adiante. Espera-se que com o término da discussão seja gerada uma boa contribuição para a discussão acadêmica sobre fontes historiográficas para além dos documentos oficiais.

2 A fotografia: recortes e representações do passado

Símbolos, signos, representações e até mesmo o imaginário pode ser compreendido em algumas fotografias. Dessa maneira, a fotografia pode ser utilizada como uma ferramenta para o estudo da paisagem, através de análises de imagens de várias temporalidades, o historiador conseguirá captar alguns aspectos culturais de determinado espaço.

As fotografias ressaltam detalhes e nuances que nos permitem analisar um determinado contexto histórico - “congelado” em um momento - tornando-se um item com uma particularidade única, que é a de representar a realidade quando a imagem foi capturada, resultando em uma importante ferramenta para o estudo da história cultural. Ana Mauad (2012) aponta que:

É importante considerar a fotografia simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento (Le Goff, 1985). No primeiro caso, considera-se a fotografia a marca de uma materialidade passada, que nos informa sobre determinados aspectos desse passado, como condições de vida, moda, infraestrutura

urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Como documento e monumento, a fotografia informa e também conforma visões de mundo. (MAUAD, 2012. p. 264)

É interessante observar na citação o peso simbólico que a autora traz para a fotografia. Ao ser vista como monumento, a fotografia se torna um símbolo imagético perene a ser levado para o futuro. De certa forma, as fotografias apreendem a imagem captada quando o dispositivo fotográfico é acionado, eternizando aquele momento específico.

Logicamente, a durabilidade da fonte irá demandar um zelo daquele que a detém, no entanto, com as tecnologias das quais temos acesso na contemporaneidade, as fotografias e fontes digitalizadas tem um grau mais elevado de perenidade. Todavia, ainda dependem de um dispositivo a ser armazenado ou de um servidor para sustentar o sistema de nuvem

A partir do poder de representação do ambiente captado que a fotografia possui, elas se tornam importantes fontes para a análise dos aspectos da paisagem cultural da cidade. É importante ter em mente também que a ao comparar fotografias que foram capturadas no mesmo espaço, mas com temporalidades diferentes, é possível detectar uma parcela das mudanças ocorridas em seu espaço, portanto, na sua paisagem.

Nesse sentido, a fotografia ao ser comparada em um espaço de temporalidades distintas, evidencia a chegada do novo em determinado espaço. O novo não irá substituir por completo o velho, mas irão coexistir. Milton Santos traz que:

Tanto o novo como o velho são dados permanentes da história; acotovelam-se em todas as situações. Mas se os elementos de uma dada situação trabalham em conjunto, é o novo que aparece como dotado de maior eficácia. [...] O novo nem sempre é desejado pela estrutura hegemônica da sociedade. Para esta, há o novo que convém e o que não convém. O novo pode ser recusado se traz uma ruptura que pode retirar a hegemonia das mãos de quem a detém. Por exemplo, quando se descobriu o petróleo,

os proprietários de carvão resistiram a ele. Desfazer-se de um aparato produtivo tornado envelhecido e inadequado significa, frequentemente, desfazer-se dos próprios padrões; e estes resistem. (SANTOS, 2021, p. 106-107).

A partir dessa técnica de comparação, também se torna possível ter um entendimento das mudanças ocorridas também no cotidiano do espaço representado. Quando se observa, por exemplo, a remoção de um conjunto habitacional para o surgimento de um shopping center, é possível compreender que o fluxo de pessoas naquele determinado espaço veio a aumentar, assim como as atividades comerciais. Acerca das mudanças e seus impactos, Milton Santos aponta que:

A chegada do novo causa um choque. Quando uma variável se introduz num lugar, ela muda as relações preexistentes e estabelece outras. Todo o lugar muda. Por exemplo, quando se constrói um hotel com quatrocentos lugares, muda todo o lugar e não apenas o setor hoteleiro. (SANTOS, 2021. p. 107).

Ainda de acordo com o autor, o novo não chega igualmente em todos os lugares e, caso chegue, será em momentos diferentes. Um desses lugares em específico será o marco zero da chegada de determinado artefato novo, suas demais aparições serão marcos de atraso em relação ao marco zero.

As situações se diferem bastante ao se analisar vários espaços que vão se modificando ao longo do tempo. Por exemplo, quando a modernidade chega em uma cidade, modifica parte de sua paisagem e, conseqüentemente, altera o cotidiano do local. Tal situação é compreendida através do tempo, ou do movimento, como aponta Milton Santos:

Cada situação é diferente da outra, como já dissemos. Nenhuma situação reproduz outra, mas é sempre composta de pares dialéticos. Só podemos compreender a situação através do movimento. E movimento é um outro nome para o tempo. As diversas variáveis têm múltiplas dimensões, apresentam as mais diversas vertentes. Uma mesma variável apresenta o novo e o velho, existe nela uma luta contínua entre esses

dois agentes. Muitas vezes o novo expulsa logo o velho, às vezes este resiste por muito tempo. Essa resistência não depende só dessa variável velha, mas do conjunto das variáveis, da combinação que existem entre elas. É essa relação contextual que vai estabelecer como se dará a luta entre o novo e o velho. Aliás, o novo não é obrigatoriamente o interno, nem obrigatoriamente o externo é o novo absoluto. (SANTOS, 2021. p. 107-108).

Sendo assim, a fotografia surge como uma fonte documental que demonstra essa coexistência entre o novo e o velho nos espaços através de uma imagem. A representação imagética da fotografia torna possível ao espectador vislumbrar com seus próprios olhos a luta entre o novo e o velho em determinados espaços da cidade. Essa luta não precisa ser necessariamente violenta, com um desses tentando se sobressair a todo custo, ela pode ser silenciosa, mas ainda assim, existe nem que seja em pequenos fatores.

Uma paisagem composta por um cenário simples e bastante comum: prédios antigos em uma rua asfaltada. Independentemente do que mais tenha na paisagem, apenas esses dois fatores já evidenciam uma coexistência entre o velho e o novo.

Dito isso, podemos afirmar que a fotografia consegue captar a herança cultural do espaço citadino, com seus aspectos novos e velhos, e eternizá-la em uma imagem, seja ela digital ou impressa.

Esse artefato nos traz um recorte do tempo que foi eternizado ao ser capturado pelo fotógrafo, constituindo assim um fragmento da história do determinado lugar captado pelas lentes do profissional, Boris Kossoy (2005) aponta que:

Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente. Se, por um lado, este artefato nos oferece indícios quanto aos elementos constitutivos (assunto, fotógrafo, tecnologia) que lhe deram origem, por outro o registro visual nele contido reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado. O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão

(o registro visual nele contido), constitui uma fonte histórica. (KOSSOY, 2020. p. 49).

Resíduo do passado. Interessante observar a fotografia dessa maneira. Assim como os gregos são estudados pelas ruínas de suas cidades e esculturas deixadas ao longo de sua história, a sociedade contemporânea pode ser estudada através das fotografias produzidas. Cada uma dessas sociedades utilizou das técnicas que se tinha na época, para produzirem suas marcas, que com o passar do tempo, tornam-se resíduos do passado.

Dessa maneira, percebe-se o potencial da fotografia como fonte histórica a partir dos elementos que tal artefato abriga. Dependendo de como o historiador observa determinada imagem fotográfica, torna-se possível (re)criar e (re)interpretar o real, ou seja, a interpretação da imagem captada pela fotografia irá depender de como o historiador observa essa representação do real, Márcio Sônego (2010) nos aponta que:

Cabe ressaltar que a fotografia abriga desejos e construções de sentidos e de significados, e através de interesses e escolhas permite (re)criar e (re)interpretar o real. Como definiu Bourdieu (1965) pensando nos diferentes usos sociais dos documentos imagéticos no mundo moderno-contemporâneo, as fotografias refletem visualmente valores ideológicos, idealizações e sistemas estéticos e éticos de grupos sociais. Assim, o uso das imagens fotográficas como documento em pesquisas se tornou evidente. As fotografias de família, as imagens sociais que falam das cidades e de seus espaços físicos, os costumes de épocas em que não estávamos presentes mas que nos interessam, os móveis, as roupas, os tipos de moradia e as estruturas políticas, econômicas e sociais são partes da história da humanidade que, desde períodos muito remotos, são registradas em forma de imagem, seja na reprodução em desenho, gravura, pintura e escultura ou, a partir do final do século XVIII e início do XIX, com a imagem fotográfica. (SÔNEGO, 2010. p. 118).

Dessa maneira, entende-se as fontes imagéticas trazem um grau

de detalhes bastante elevado. O grande diferencial da imagem como fonte histórica é que ela abre o espaço para o potencial lúdico do historiador. Logicamente que o pesquisador em questão, tendo ao seu dispor as ferramentas historiográficas que ele domina, isso irá evitar que ele exceda a ludicidade ao ponto de chegar ao irreal.

Nesse sentido, como dito por Sônego (2010), a fotografia permite que o real seja (re)criado e (re)imaginado. Para os mais céticos e positivistas, essa pode ser uma fonte perigosa ou até duvidosa. No entanto, com tudo o que já foi dito até aqui, se entende que toda fonte histórica pode ser (re)interpretada, sendo assim, cabe a academia analisar cada pesquisa a ser produzida para evitar que ocorram revisionismos nocivos para a historiografia.

A fotografia apresenta uma ampla pluralidade de usos. As imagens da cidade capturadas pela máquina fotográfica permitem perceber os seus aspectos congelados no tempo e fazer com que essas características sirvam para a posteridade, para diversos usos, seja o estudo científico ou para inspiração artística. A própria fotografia, parte das artes visuais, fascina aqueles que a analisam e buscam entender as suas particularidades. Severino Cabral Filho (2009) nos diz que:

O que seriam das cidades sem suas imagens? Como as sucessivas gerações imaginariam o seu passado se não fossem pelos registros visuais e literários dos seus predecessores? As imagens fotográficas fascina assim como fascina as imagens literárias. (CABRAL FILHO, 2009. p. 15).

A citação de Cabral Filho faz recordar a famosa frase do filósofo chinês, Confúcio: “Uma imagem vale mais do que mil palavras.”. As imagens são um forte meio de comunicação e, assim como afirmou o autor citado, fascina. Esse teor encantador da fotografia reside no poder de fidelidade de representação do real que ela traz consigo.

Como dito anteriormente, a fotografia congela o tempo e a imagem naquele momento exato que o dispositivo fotográfico foi ativado, quase como capturasse, naquele momento, uma pequena parcela de um universo paralelo.

Nesse poder de captura é concedida o estatuto de perenidade daquele momento que agora é representado na imagem e é exatamente nesse poder de representar o “para sempre” que se constitui o fascínio gerado pela fotografia.

Além do fascínio, a paisagem cultural da cidade percebida através da fotografia nos oferece uma pluralidade de perspectivas na área de estudo das cidades assim como na da história cultural desse espaço urbano a ser compreendido através das imagens ofertadas nas fotografias.

Peter Burke (2017) faz um bom diálogo com Paul Valéry sobre um questionamento acerca da utilização de imagens em pesquisas de história, o autor ressalta a indagação: “Poderia tal e tal fato, como foi narrado, ter sido fotografado?” (VALERY apud BURKE, 2017. p. 36). É interessante pensar em tal forma de representação dos fatos, a fotografia enquanto imagem representa um fato que se tornou inerte no momento em que foi capturado pelo diafragma da câmera fotográfica.

Levando em consideração que a história trabalha com as representações dos fatos, ao trabalhar com fotografia para a escrita de história, se trabalha com a escrita da representação de um fato através da representação de um fato em imagem. Isso pode assustar o pesquisador, ao entrar tão profundamente no campo das representações, as evidências precisam ser percebidas de maneira mais precisas para que não ocorra equívocos ao interpretar imagens com o olhar de historiador.

Burke (2017) aponta que o pesquisador deve, se possível, compreender o que o fotógrafo quis expressar através da imagem, a interpretação de uma fotografia é uma análise tão detalhada como as análises iconográficas das obras de arte. No entanto, assim como aponta o autor, o historiador deve ir além da iconografia e perceber os detalhes impressos no contexto da imagem para assim perceber o seu peso enquanto evidência histórica.

Em sua narrativa, Burke (2017) evoca Roland Barthes com o que ele chama de “efeito realidade”, deixado pela fotografia, onde o autor explica que:

No caso de antigas fotografias de cidades, por exemplo, especialmente quando elas são ampliadas para preencher uma parede, o espectador pode experimentar uma vívida sensação de que poderia entrar na fotografia e caminhar por aquelas ruas. (BARTHES, 1968 apud BURKE, 2017. p. 36).

O cotidiano passa a ser objeto de estudo de alguns fotógrafos, que passam a defender a ideia de objetividade que a fotografia traz em sua reprodução da paisagem capturada. Essa objetividade seria docu-

mental. Segundo Burke (2017):

A ideia de objetividade, apresentada pelos primeiros fotógrafos, era sustentada pelo argumento de que os próprios objetos deixam vestígios na chapa fotográfica quando ela é exposta à luz, de tal forma que a imagem resultante não é o trabalho de mãos humanas, mas sim do “lápiz da natureza”. Quanto à expressão “fotografia documental”, passou a ser utilizada na década de 1930 nos Estados Unidos (logo após a expressão “filme documentário”), para referir a cenas do cotidiano de pessoas comuns, especialmente os pobres; como, por exemplo, através das lentes de Jacob Riis (1849-1914), Dorothea Lange (1895-1965) e Lewis Hine (1874-1940), que estudou sociologia na Universidade de Colúmbia e denominava seu trabalho de “Fotografia Social”. (BURKE, 2017. p. 36-37).

É interessante perceber que o autor utiliza o verbo no pretérito: “era sustentada”. Nesse sentido, cabe ressaltar que esse argumento apresentado acima, de maneira isolado não legitima a fotografia enquanto documento, todavia, no momento em elas passam a ser contextualizadas, inserindo na análise um contexto social da época e o do próprio motivo daquela fotografia existir, essa imagem passa a ser um documento a ser problematizado pelos olhos da História. A fotografia ganha a alcunha de fonte e documento de pesquisa.

O contexto dado pelo historiador ocorre através da sua apreensão de sentidos contidos na fotografia. Todo o questionamento feito a fonte, quando cruzado com outras fontes e somado às ferramentas historiográficas dominadas pelo historiador, faz com que a fonte se torne rica em detalhes a serem problematizados.

É importante salientar também que na colocação de Burke (2017), ele cita que a visão era de objetividade, todavia, é possível afirmar que a fotografia também se encontra no campo da subjetividade, é onde entra a competência técnica do historiador para perceber esses aspectos sensíveis. Nesse sentido, Pesavento (2007) nos traz que:

Nessa medida, o mundo do sensível é talvez difícil de ser quantificado, mas é fundamental que

seja avaliado pela História Cultural. Ele incide justo sobre as formas de valorizar, classificar o mundo ou de reagir diante de determinadas situações e personagens sociais. Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos. (PESAVENTO, 2007. p. 58-59).

Sendo assim, quando possível, pretende-se captar as representações sensíveis impressas nas fontes, sejam as fotografias ou qualquer outro tipo de fonte em questão, tornando assim, a análise mais detalhada dos documentos.

De certa forma, ao se analisar a fotografia, já se aciona o sensível. Quando uma fotografia é encarada, é preciso formular o imaginário dos homens que produziram aquela imagem, tentar perceber o que buscavam representar em seu tempo e compreender o que, de fato, a fotografia representa. Nesse momento, a técnica utilizada por aquele que analisa a imagem, pode gerar diversas representações, com diversas sensibilidades apreendidas.

As intencionalidades do fotógrafo também devem ser ponderadas ao se analisar fotografias, uma vez que, quando se captura uma imagem com uma câmera, todos buscam registrar um momento que possui um significado. Logicamente que a fotografia não vem com esse significado estampado, nesse caso, cabe ao historiador inquirir a sua fonte para tentar extrair esse importante detalhe. Contextos políticos, busca de representar determinados valores. Por exemplo: um fotógrafo realiza a captura de uma fotografia em um ponto turístico da cidade, em que enaltece determinadas estruturas urbanas, valorizadas pelo ângulo e pela iluminação do momento, logicamente que aquele que vê irá perceber que a fotografia representa um engrandecimento da cidade, que pode ser ligado a fatores políticos ou econômicos. A omissão também ocorre com frequência em fotografias, pois toda fotografia carrega uma intencionalidade, dessa forma, o fotógrafo busca omitir tudo aquilo que vai de encontro da sua intenção.

As representações e sensibilidades fornecidas pela fotografia

são plurais, no entanto, o pesquisador deve atentar-se para qual daquelas percebidas vem a ser mais relevante para sua pesquisa. A análise dos documentos, quando feita de maneira contextualizada e atentando-se para os registros sensíveis das fontes, torna possível apreender o cotidiano de determinada época. Ao cruzar uma fotografia com um jornal, por exemplo, e atentar-se para o contexto histórico de ambos, é possível captar uma emulação do cotidiano que se deseja.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fotografias, enquanto fontes históricas, desempenham um papel inestimável na reconstrução e compreensão do passado. Elas transcendem as palavras, oferecendo um olhar direto e tangível para os momentos que moldaram nossa história. Contudo, é crucial reconhecer que as fotografias não são meros reflexos objetivos da realidade; são testemunhas carregadas de interpretação, intenção e contexto.

Ao longo deste artigo, foi possível perceber o potencial da fotografia como representação da história. Elas não apenas documentam eventos, mas também capturam as sensibilidades e visões de mundo dos fotógrafos e das sociedades em que foram produzidas. Cada imagem é um artefato carregado de nuances, onde a história se entrelaça com a subjetividade do olhar que a capturou. Nesse sentido, a análise crítica e a contextualização rigorosa emergem como pilares fundamentais ao utilizar fotografias como fontes históricas. O historiador deve considerar não apenas o que está visível na imagem, mas também os elementos subjetivos: as intenções do fotógrafo, o contexto histórico e as possíveis lacunas ou distorções presentes na representação visual.

A evolução da técnica fotográfica continua progredindo. Surgem assim, questões relacionadas à autenticidade e manipulação de imagens e, por outro lado, inovações tecnológicas que possibilitam análises mais aprofundadas e o acesso a vastos arquivos digitais. Dessa forma, assim como a técnica fotográfica está em constante evolução, as metodologias da história também usufruem dessas novas técnicas que surgem em nossa sociedade e que acabam por possibilitar para os historiadores, novas ferramentas para desvendar as narrativas contidas nas fotografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência

histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e História. Campina Grande: Editora UFCG, 2009.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum. **História e Fotografia**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 263-281.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53. Jun 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SÔNEGO, Márcio. **A fotografia como fonte histórica**. *Historiæ*, Rio Grande, vol. 1, n. 2. 2010. p. 113-120.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA CIDADE DE PENEDO ALAGOAS: COMO AS CONQUISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA FOI IMPORTANTE PARA A REALIDADE ATUAL

José Ronildo da Silva Torres

Resumo:

Ser mãe de uma menina autista “aflorou” em mim um desejo muito forte de aprender mais sobre essa condição, me fazendo buscar conhecimento sobre essa nova realidade. Além dessa experiência pessoal, um objetivo comum que tivemos em desenvolver esse trabalho foi a necessidade de conhecer profundamente a temática para a nossa prática docente. Conforme fomos nos aprofundando sobre o assunto, surgiu a curiosidade de saber um pouco sobre a trajetória histórica dos deficientes no Brasil e a inclusão educacional das pessoas diagnosticadas com Transtornos do Espectros Autista – TEA no contexto atual, tendo como referência as ações de inclusão realizadas na rede escolar do município de Penedo-Alagoas. Essa pesquisa torna-se crucial para preencher parte dessas lacunas, objetivando compreender a trajetória percorrida até chegar nas conquistas dos direitos dos autistas a educação, como está sendo o processo de inclusão desses alunos e como as escolas estão se adequando para atender esses alunos. Esta pesquisa foi realizada através de buscas na internet, através de entrevistas com profissionais envolvidos na educação especial e visita a sala de atendimento educacional especializado da escola municipal de educação básica Santa Luzia. A campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais foi uma das ações que trouxe as ações positivas para beneficiar os autistas. Sem dúvidas a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar representa uma grande conquista, visto que proporciona aos indivíduos nessas condições a oportunidade de melhor convívio em sociedade, participar de atividades escolares, ter oportunidade de crescer profissionalmente e na vida social.

Palavras-chave: Autistas. Deficiência. Educação.

INTRODUÇÃO

Ser mãe de uma menina autista “aflorou” em mim um desejo muito forte de aprender mais sobre essa condição, me fazendo buscar

conhecimento sobre essa nova realidade que havia surgido na minha vida, através de fontes confiáveis na internet, dos relatos de especialistas, de experiências de outras mães, etc. Procurei assim destruir meus temores que já tomavam conta de mim diante do diagnóstico. Entre as angustias que me afligia estavam: Como incluir minha filha na escola? Como seria o convívio com as outras crianças e funcionários da escola, será que a escola está preparada para recebe-la, será que iria sofrer bullying? Foi através dessas inquietações que fui me aprofundando sobre o assunto e percebendo que a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar está cada vez mais possível, através da adaptação dos espaços e preparo dos profissionais envolvidos. Segundo Souza (2021):

“O processo de inclusão escolar tem como foco inserir sem qualquer distinção todas e qualquer criança e adolescente bem como diferentes graus de comprometimento social e cognitivo em ambientes escolares e em salas regulares e comum, cuja finalidade maior é diminuir os preconceitos e garantir a socialização do indivíduo com desenvolvimento atípico para que usufruam de todos os ambientes da sociedade”.

Além dessa experiência pessoal, um objetivo comum que tivemos em desenvolver esse trabalho foi a necessidade de conhecer profundamente a temática para a nossa prática docente, visto que, como professores estamos diariamente lidando com alunos de perfis variadas. Com a inclusão cada vez maior de alunos com deficiência no contexto escolar é necessário estarmos preparados para conseguir ajuda-los, assim, focamos no Transtorno do Aspecto Autista – TEA para aprimorar nossos conhecimentos, visto que é uma das deficiências de maior predominância.

Conforme fomos nos aprofundando sobre o assunto, surgiu a curiosidade de saber um pouco sobre a trajetória histórica dos deficientes no Brasil e a inclusão educacional das pessoas diagnosticadas com Transtornos do Espectros Autista – TEA no contexto atual, tendo como referência as ações de inclusão realizadas na rede escolar do município de Penedo, cidade localizada no estado de alagoas.

Apesar de grandes avanços estarem ocorrendo para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar, ainda são poucos os estudos voltados para as políticas públicas na educação especial. Ao

entrar, por exemplo, na página Domínio público (www.dominiopublico.gov.br), é possível localizar 41 obras que abordam o autismo, sendo que apenas 2 traz informações sobre as políticas educacionais voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência. Esses dois trabalhos são: Os estudos de Serra (2004) e Lazzeri (2010).

Destarte, essa pesquisa torna-se crucial para preencher parte dessas lacunas, objetivando compreender a trajetória percorrida até chegar nas conquistas dos direitos dos autistas a educação, como está sendo o processo de inclusão desses alunos e como as escolas estão se adequando para atender esses alunos. Assim, a realização desse estudo justifica-se por ser importante para trazer mais informação sobre esse transtorno e mostrar o quanto o trabalho voltado para a educação inclusiva está trazendo melhorias para os alunos nessa condição.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada através de buscas na internet sobre a história dos deficientes no Brasil, os desafios até a conquista dos direitos e sobre as políticas públicas voltadas para os alunos autistas. Além disso, foi realizada entrevistas com profissionais envolvidos na educação especial (coordenadora da educação especial, professora da sala de recursos, professora auxiliar da educação especial e cuidadora da educação especial), por meio de gravação de áudios e aplicação de questionários cuja entrevista se deu de forma aberta, deixando os entrevistados livre para falar e por fim a visita a sala de recursos da escola municipal de educação básica Santa Luzia, onde foi possível listar os itens que dispõem a sala de recursos da instituição e fazer registros fotográficos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Educação Inclusiva no Contexto Atual

A educação inclusiva vem nos últimos anos ganhando cada vez mais espaço no ambiente escolar. A exemplo dessa realidade encontramos na cidade de Penedo, localizada no estado de Alagoas. Em entrevista realizada com a Coordenadora da Educação especial Isabel Calheiros Trajano, ocorrida no dia 02 de abril, dia mundial de Conscientização do Autismo ela afirmou que:

“Atualmente temos 77 alunos autistas matriculados na rede, que vai desde a educação infantil até o ensino fundamental. Das 29 unidades escolares que nós temos, 25 têm crianças ou alunos autistas. Esse

número a cada dia aumenta. Isso se deve também a questão de as escolas conscientizar as famílias por ter mais acesso a informação”.

Ela ainda acrescenta que o número de matrículas de alunos com deficiência vem tendo um aumento expressivo nesse ano de 2023, chegando a registrar até o mês de maio quase 50% de alunos com deficiência matriculados na rede de ensino municipal, inclusive alunos provenientes de escolas particulares. Com esse aumento, todos os candidatos para trabalhar na educação especial (cuidadores e professores auxiliares) aprovados no processo seletivo da educação, realizado esse ano foram convocados, porém, ainda é preciso contratar mais profissionais. Com esse aumento no número de alunos, as escolas tiveram que se adequar as necessidades deles, investindo em cursos de capacitação para os profissionais que estão envolvidos com esse público, salas de recursos equipadas, ônibus adaptados para cadeirantes, etc.

2.2 Atendimento Educacional Especializado - AEE

O atendimento educacional especializado –AEE possibilita a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que permitam derrubar barreiras que dificultem a aprendizagem dos alunos. Completa ou suplementa a formação dos discentes promovendo a autonomia e independência tanto no contexto escolar como fora dela. Esses atendimentos são realizados em salas de recursos, tanto na escola como fora dela.

O AEE surgiu com a implantação da Política Nacional da Educação – PNEE no ano de 2008, que consiste em um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos para auxiliar os alunos, considerando suas necessidades específicas. (SEESP/MEC,2008).

Conforme esclarece Silmara Rodrigue Santos, professora da sala de recursos da escola municipal de Educação Básica Santa Luzia:

“A escola oferta apoio pedagógico na sala de aula, dando suporte e diversos procedimentos implementados para os educadores com a finalidade de atingir seus objetivos de ensino. Eles envolvem métodos, técnicas e práticas explorando como os meios para acessar, produzir e expressar o seu conhecimento. Os alunos vêm no contraturno, sendo inseridas atividades sócio emocionais, atividades lúdicas, atividades que desenvolva a autoestima, o comportamento, a interação para que possa conviver em um ambiente social”.

A sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE da supracitada escola apresenta diversos materiais (Tabela 1), entre eles:

Tabela 1: Alguns dos materiais da sala de AEE da escola Municipal Santa Luzia.

MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE
BLOC SLIM	1	ENCAIXE AS LETRAS DE LIBRAS	1
JOTLPLAY	1	LOTO LEITURA EM BRAILE	1
FORMAS GEOMÉTRICAS DE MADEIRA	4	JOGO DE PÉS E MÃOS EMBORRACHADO E FORMAS GEOMÉTRICAS.	1
TELAS PADRÃO	10	ESQUEMA CORPORAL FEMININO E MASCULINO	1
TAPETE SENSORIAL COM 5 PEÇAS	1	LIVROS DE HISTORIA	30
CAIXA TÁTIL	1	LIVROS DE ESCREVER E APAGAR	2
JOGOS DE MEMORIA: ANIMAIS, COLETIVO, SILABAS.	3	BOLA DE ISOPOR.	1
DOMINO DOS ANIMAIS	1	BOLA DE FUTSAL	1
JOGO DO ALFABETO DE A-Z	1	CONTROLE	11
MINI MONTANHA RUSSA	1	GLOBO	1
ALFABETO EMBORRACHADO	1	BOCA DE PALHAÇO	1
ADAPTADORES	2	CAVALETES	2
FACILITADORES DORSAL MULTIUSO	2	PRANCHA PORTATIL DE MDF	1
DOMINO DE FRASES	1	INSTRUMENTOS MUSICAIS DIVERSOS	9
TAGRAM	1	BANDINHA COM PANELA	1
MATERIAL DOURADO	1	INSTRUMENTOS EM BRAILLE	3
ALINHAVOS NUMERAIS	1		
CAIXA DE NUMEROS (164 PEÇAS)	1		
ABACO DE 4 VARETAS	1		

Conforme visto na tabela acima a sala de AEE possui bastante recursos para serem trabalhados com os alunos, além disso o espaço é amplo e arejado, possibilitando comodidade e bem-estar para os discentes da educação especial. Abaixo segue algumas imagens dos recursos disponíveis da sala de recursos da escola.



Figura 1: Materiais da sala de recursos da Escola Municipal Santa Luzia

Segundo a cuidadora da educação especial Marcia Rodrigues, que dá suporte a uma criança autista, a sala de AEE é muito importante, pois possui ferramentas didáticas que contribui muito para o desenvolvimento das crianças. Além disso, ela ainda acrescenta que o aluno que ela está acompanhando gosta muito de ir para lá, pois além dos jogos a sala também tem um computador, no qual os professores poderão acessar páginas com jogos didáticos, exibir filmes, documentários, etc, para os alunos. Várias oficinas também são promovidas na sala de recursos, principalmente quando é período de datas comemorativas como: Dia das mães, dia do livro, dia do índio, dia da arvore, etc.

Apesar desse resultado satisfatório da inclusão de alunos com

deficiência no ambiente escolar atualmente, ao fazermos uma análise da trajetória da educação especial até chegar aqui constatamos que o caminho foi bastante árduo.

Como visto no exemplo acima, diversas adequações estão sendo feitas nas escolas para atender com equidade os alunos, dando condições ao público da educação especial condições de aprendizagem e bem-estar no ambiente escolar. Apesar dessas conquistas, a trajetória até chegar a esse patamar não foi fácil, como veremos no tópico seguinte.

2.3 Trajetória histórica das pessoas com deficiência, com ênfase no autismo

A Constituição Federal de 1988 expõe como um dos seus objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art 3º inciso IV). No seu artigo 206, Inciso I, estabelece como um dos princípios para o ensino a “Igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, garantindo como um dos deveres do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208).

Na década de 1990 a Declaração Mundial de Educação para todos e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Ainda no ano de 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial, na qual orienta a integração instrucional que condiciona o acesso ao ensino regular os alunos que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”.

No ano de 1999, o decreto nº3.298 que regulamenta a lei nº7.853/89. Define a educação especial como sendo uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Conforme expõe a Resolução CNE/CEB nº2/2001, no artigo 2º:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualida-

de para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Em 2003, o Ministério da Educação – MEC criou um programa intitulado “Educação inclusiva: Direito a diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos a escolarização do atendimento educacional especializado.

Ao nos debruçarmos sobre os estudos já realizados sobre o autismo, percebemos o quanto a falta de informação e até mesmo ignorância trouxe muito sofrimento tanto para as crianças quanto para os pais, sobretudo para as mães. Segundo Belisário e Cunha, até a década de 1960 “ O autismo foi considerado um transtorno causado pela incapacidade da mãe e ou/pai de oferecer o afeto necessário durante a criação dos filhos”. Assim, pesava sob a mãe o julgamento de ser culpada pela criança ser autista, acarretando forte abalo emocional nas genitoras. Conforme os estudos foram avançando esse mito de que as mães eram culpadas foi caindo por terra, pois diversos estudos passaram a ser realizados afim de identificar o funcionamento cerebral, descrevendo os sintomas que identificam tal condição, também chamado de tríade de sintomas: Alterações na sociabilidade, comunicação/linguagem e padrão alterado de comportamento.

O termo autismo foi citado pela primeira vez em 1911 em um artigo do pesquisador suíço Eugen Bleuler. Entre os grupos esquizofrênicos estudados está o autismo. Segundo seus relatos, os indivíduos autistas pertencentes a esse grupo não conseguem se socializar com outras pessoas.

Kanner (1943) publicou em seu artigo científico intitulado “ Distúrbios autísticos do contato afetivo” descrições comportamentais de onze crianças entre 2 e 11 anos (três meninas e 8 meninos), no qual identificou que as mesmas apresentavam comportamentos como: Falta de reciprocidade, dificuldade de acomodação no colo materno, isolamento, preferência por objetos, entre outros.

No ano seguinte (1944) Asperger descreveu o chamado autismo leve, cujo predomínio era em indivíduos do sexo masculino. Apesar dos importantes descobertos apresentados por Asperger, apenas em 1994 as características descobertas por ele entraram no DSM. No DSM V (2013), o autismo foi descrito como um transtorno espectral, onde os seus sintomas podem estar presentes em quaisquer condições e pessoas.

Quanto ao direito a educação, a Campanha Nacional de Educa-

ção e Reabilitação de deficientes mentais (CADEME), instituída pelo Ministério da Educação e Cultura, pelo decreto 48.961 de 1960 foi uma importante ação que gerou resultados preciosos. A CADEME objetiva promover no Brasil, a educação, treinamento, reabilitação, e assistência educacional as crianças autistas e outros deficientes.

A partir da década de 1980, foram criadas as primeiras associações de pais e amigos dos autistas (AMA). Após muitas lutas travadas pela AMA e por profissionais engajados na causa, vieram muitos resultados positivos no final de 2012, quando foi sancionado a lei nº12.764 de 27 de dezembro de 2012, intitulada lei Berenice Piana, nome de uma mãe de autista, que se empenhou pela causa autista. A supracitada lei institui a “Política Nacional de Proteção dos direitos da pessoa com TEA. Essa mesma lei em seu artigo 5º permite ao Ministério da Educação – MEC, punir por meio da aplicação de multas o gestor escolar que negar a matrícula de aluno autista. (BRASIL, decreto nº8.368,2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar representa uma grande conquista, visto que proporciona aos indivíduos nessas condições a oportunidade de melhor convívio em sociedade, participar de atividades escolares, ter oportunidade de crescerem profissionalmente e na vida social. Assim, trabalhos como os desenvolvidos por Maria Montessori e Berenice Piana foram fundamentais para a conquista dos direitos dessa parcela da população. Com a lei 12.764, de 2012 (Lei Berenice Piana), as pessoas dentro do espectro foram incluídas no grupo dos deficientes, tendo os mesmos direitos assegurados, inclusive a educação com atendimento especializado.

Apesar de tantos avanços e conquistas dos autistas, sobretudo o direito a frequentar o ambiente escolar, nota-se que muitos professores ainda estão despreparados para lidar com o público alvo da educação especial, sendo necessário a qualificação desses profissionais através de cursos e bastante leitura, afim de prepararem-se para acolher em suas aulas esses alunos, pois essa é uma realidade que veio para ficar, sendo necessário que o professor, assim como todos da comunidade escolar estejam engajados em dar o melhor de si para o bem estar dos alunos da educação especial.

REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: Acesso em: 09 de junho de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014.** Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: Acesso em: 09 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: **revista da educação especial**, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DOMINIO PUBLICO. **Autismo.** Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>>. Acesso em: 07 de junho de 2023.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência. Disponível em: Acesso em: 07 de junho de 2023.

FILHO. José Ferreira Belisário; CUNHA. Patrícia. **A educação inclusiva na perspectiva da inclusão escolar:** Transtornos globais do desenvolvimento. Brasília. 2010.

SOUZA, Nadia de Olivriira Lobo Souza. **Políticas públicas para inclusão de alunos com TEA na rede municipal de ensino de Irandu-
ba**- AM. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p.34246-34255 apr 2021.

UNICEF. **Declaração Mundial sobre educação para todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>> Acesso em: 09 de junho de 2023.

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA – A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ÂMBITO DA CIBERCULTURA

Dayellen da Costa Jacinto¹

Resumo:

Nos anos 2000 em plena disseminação em massa das plataformas digitais, uma ramificação da violência de gênero ganhou notoriedade, a pornografia de vingança, caracterizada pela exposição de fotos e vídeos íntimos da vítima em redes sociais ou sites de pornografia. Considerando estes aspectos, o objetivo desta pesquisa é compreender como a pornografia de vingança está inserida na CiberCultura como mecanismo de dominação masculina, para responder este objetivo, esta pesquisa se consiste em um estudo de abordagem qualitativa, a partir da metodologia de revisão bibliográfica, assim foi realizado um levantamento de materiais bibliográficos que contemplassem as problemáticas em torno da dominação masculina e a violência de gênero.

Palavras-chave: Pornografia de Vingança. CiberCultura. Dominação Masculina.

INTRODUÇÃO

A pornografia está inserida na expressão da CiberCultura e abrange a interação da humanidade com as plataformas digitais de comunicação e informação, e ação social, entretanto, no mundo digital surge em meados dos anos 2000, uma nova ramificação da violência de gênero, denominada pornografia de vingança, como uma forma de subalternizar a mulher por meio da exposição de fotos e vídeos íntimos em redes sociais e sites da indústria pornográfica. (Guimarães; Dresch, 2014).

Sendo assim, o objetivo deste estudo é compreender a pornografia de vingança inserida na CiberCultura como mecanismo de dominação masculina. Para tal, esta pesquisa é de metodologia qualitativa, e trata-se de uma revisão bibliográfica, para corresponder ao objetivo do presente estudo foram analisadas produções acadêmicas com foco na violência de gênero, violência simbólica, dominação masculina e na

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e mestranda em Educação Sexual pela Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP. E-mail: day.costajacinto@gmail.com.

indústria cultural.

Esta pesquisa está dividida em três seções, sendo estes: “Os Percausos da Violência de Gênero e a Violência Simbólica”; “A Pornografia de Vingança: CiberCultura e Industria Cultural”; e por fim: “Considerações Finais”.

OS PERCAUSOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

Os estudos feitos sobre a violência de gênero demonstram que as principais vítimas dessa categoria de violência física ou psíquica são direcionadas à mulher. No século XX, a partir dos anos 80 diversos estudos foram realizados para tentar explicar a opressão e discriminação direcionadas a mulher.

Primeiramente é necessário compreender que a palavra “sexo” é insuficiente para a compreensão dos papéis atribuídos a homens e mulheres, enquanto “gênero” remonta à análise de refutar a proposta da diferença entre os sexos biológicos, basicamente o aspecto de gênero se refere a construção histórico-cultural e política, pode-se ainda compreender gênero como uma categoria de subordinação, considerando que as relações sociais tendem a exercer determinada relação de poder, como aponta Joan Scott sobre seus estudos sobre Gênero: uma categoria útil para análise histórica (1998, p. 21):

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças nas organizações das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único.

A dominação se dá do homem em relação à mulher, considerando os períodos históricos com a consolidação do patriarcado, evidenciando as desigualdades entre homens e mulheres:

A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no

casamento: para ela o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se "cede", se "cai", suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se infringe ao seu vencedor há admiração (Beauvoir, 1967, p. 112).

De acordo com Beauvoir (1967), a diferença entre homens e mulheres é uma estrutura sociológica que evidencia o predomínio masculino em relação a mulher, com a prevalência da dominação patriarcal com a finalidade de destacar a superioridade social do homem na sociedade, onde os homens seriam naturalmente dotados de atributos físicos e mentais superiores a partir de uma desigualdade biológica:

[...] A mulher sempre foi, senão a escrava do homem, ao menos a sua vassala; os dois sexos nunca partilham o mundo em condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado "handicap". Em quase nenhum país o seu estatuto legal é idêntico ao do homem e, muitas vezes, este último a prejudica consideravelmente. Mesmo quando os direitos lhes são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontre nos costumes sua expressão concreta. (Beauvoir, 1967, p. 138).

Beauvoir (1967) inclui ao debate trazendo as questões de gênero ao âmbito social e histórico, desnaturalização as relações de gênero, a partir de uma visão sócio-histórica, e evidencia a dominação masculina, Bourdieu neste âmbito vê a subjugação da mulher por meio dos valores patriarcais que se constituíram a partir de condições históricas que evidenciam uma estrutura estruturante que abrange inconscientemente mediante a um simbolismo religioso e culturalmente reproduzido.

A dominação masculina parte da oposição entre os sexos em opostos, onde o homem e seus significantes se revelam de forma positiva na sociedade enquanto as mulheres seriam a significação negativa, onde as diferenças biológicas partem de uma construção de base dominativa legitimando a naturalização do androcentrismo, no qual a ordem social é uma máquina simbólica para evidenciar a dominação masculina, está subjugação é incorporando socialmente a submissão da

mulher, fazendo com que esse modelo social passe a ser conivente de forma inconsciente como sujeito subordinado, a partir da formação do “*habitus*”:

As aptidões consideradas masculinas são produto de um trabalho social de nomeação e inculcação, ao término do qual uma identidade social instituída por uma dessas ‘linhas de demarcação mística’, conhecida e reconhecida por modos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada. (Bourdieu, 2014, p. 63).

Nesse sentido, a violência simbólica adentra as estruturas sociais de modo “invisível” por meio da reprodução simbólica, em que os conjuntos de valores são incorporados aos sujeitos ao longo da vida, agravando a violência institucional contra a mulher. (Beavouir, 1967; Bourdieu, 2014).

O conceito de violência pode ser qualificado de múltiplas formas, e valores sociais, portanto, não há um conceito único de violência, pois é atribuído a diversos significados, nesse sentido, a violência é atribuída por meio do sistema de valores a uma dada agressão determinada pela sociedade. (Buzzi, 2015).

A violência de gênero é um conjunto de violências que evidenciam o poder masculino, e abrange aspectos físicos, psicológicos, econômicos, sexuais e de discriminação cultural, em que há comprometimento da segurança, dignidade, liberdade e integridade. (Buzzi, 2015).

Está modalidade de violência remonta de séculos de opressão em relação a condição da mulher, é necessário salientar que a violência não se enquadra somente em aspectos físicos, as agressões são múltiplas: violação sexual, maltrato físico e dependência econômica, ocorrem também violência psíquica e pôr fim a morte. (Buzzi, 2015).

A violência se inicia quando se reprime condições privadas do indivíduo, a violência de gênero parte do princípio da dominação de um determinado gênero sobre outro, e da mesma forma por uma conduta patriarcal em relacionamentos afetivos, a mesma violação do direito individual ocorre. (Beavouir, 1967; Bourdieu, 2014; Buzzi, 2015). Tem se um princípio de que a solução de conflitos em relacionamentos pode ser resolvida com uma situação que envolva violência:

Se a relação sexual se mostra como uma relação social de dominação, é porque ela está construída através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e porque este princípio cria, organiza, expressa e dirige o desejo - o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, e, última instância, como reconhecimento erotizado da dominação. (Bourdieu, 2014, p. 31).

A violência de gênero é facilmente direcionada a dominação do homem perante a mulher, até décadas atrás a consciência científica sobre a sexualidade da mulher partia de um ser sem libido, a consequência são abusos por parte de companheiros íntimos e independentes do meio de violência às vítimas apresentam problemas psicológicos. (Rodríguez, 2018).

É importante ressaltar que todas essas formas de violência vivenciada por estes grupos se agravam nos aspectos da saúde desses indivíduos como físico, emocional e psíquico, apresentam transtornos familiares e dificuldades na socialização e sobre como denunciar está forma de violência. (Rodríguez, 2018).

Está violência, portanto, se sustenta em diversas esferas, porém é possível se pautar nas análises iniciais para se compreender os seus possíveis fatores, onde sua origem se pauta a partir da perspectiva da manutenção da dominação de gênero. (Guimarães; Dresch, 2014; Rodríguez, 2018).

Por meio de uma perspectiva patriarcal pode-se compreender o poder e soberania do homem sobre as mulheres na esfera privada, onde é evidenciada a naturalização desta modalidade específica de violência de gênero, ocorrendo a coisificação da mulher enquanto sujeito social, pois tem-se a ideia de que a mulher na sociedade é um sujeito sem corpo próprio, à margem da sociedade, onde a vontade do homem se sobressai a qualquer outra, pois é emergido a partir de uma pessoa que é entendida como superior, experiente e que discorre de uma relação íntima com a vítima. (Rodríguez, 2018).

É importante salientar que a violência de gênero não se centra unicamente na violação dos corpos, e sim em uma sequência desencadeada de violências, e é realizado uma série de interpretações acerca do

ocorrido com uma única finalidade naturalizada: culpabilizar a vítima em detrimento da violência de outrem, colocando a mulher desde sua infância a uma relação de subordinação onde a finalidade da violência se constitui como um dos mecanismos de coesão e sujeição a dominação masculina social, pois tem-se a ideia de que o melhor mecanismo de coesão e manutenção de uma supremacia social é utilizando da violência com os novos como modelos para uma construção daquilo que se é esperado socialmente. (Buzzi, 2015; Rodriguez, 2018).

PORNOGRAFIA DE VINGANÇA: CIBER CULTURA E INDÚSTRIA CULTURAL

A expansão do mercado de entretenimento fez com que a pornografia faça parte da cultura, a cultura refere-se a um conjunto de experiências, conhecimentos e valores passados por entre povos, sendo considerada uma somatória de práticas vivenciadas por determinados grupos, em um determinado período: “Assim, a cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. (Santos, 1983).

A Indústria Cultural promove através da massificação cultural a formação de consciência coletiva nos indivíduos da sociedade, sendo através dos produtos inseridos neste processo, que representam denominadores de classes, utilizados pelo capitalismo como maneira de perpetuar a sua ideologia dominante, através do falseamento da realidade. (Hokheimer; Adorno, 2002).

Desta maneira, através da Indústria cultural, é possível manter os sujeitos alienados, sendo possível a perpetuação das classes dívidas em sujeitos dominante e sujeitos dominados: “[...] é preciso considerar seis tipos de eras culturais no processo de evolução da humanidade: a cultura oral, a cultura escrita, a cultura impressa, a cultura de massas, a cultura das mídias e a cultura digital. (Kensi, 2012, p. 96).

. De acordo com Adorno (1962), o intuito da Indústria Cultural é camuflar as forças das classes, instituindo através da massificação da Indústria Cultural um único poder de dominação e disseminação de uma cultura voltada a submissão dos indivíduos.

De forma que a Indústria Cultural é voltada a tornar o homem um mero instrumento de trabalho e consumo, se tornando assim este sujeito em objeto, que mesmo em seu momento de lazer se torna extensão do trabalho. (Hokheimer; Adorno, 2002).

Assim, de acordo com Weber (1998) a indústria cultural cria

meios de anular o potencial crítico da cultura, ao criar ilusoriamente um ideal de liberdade e felicidade através de sua mercantilização, de modo que está se reduz a simples valor de troca, deixando de tornar-se uma reflexão crítica sobre a condição humana da existência dos homens, que vivem para servi aos propósitos da perpetuação do status quo, por intermédio da acomodação e do conformismo.

Nesse sentido, a pornografia de vingança é a disseminação de conteúdos privados sem a autorização, por meio de fotos e vídeos pela internet com conteúdo de sexo e nudez com o fim de ridicularizar a vítima a expondo socialmente a intimidade da pessoa, gravados com ou sem consentimento:

À mulher é dada muitas vezes uma educação severa que, juntamente com o sentimento de culpa, formam nela uma barreira poderosa. A valorização da virgindade, ao mesmo tempo em que nos dias de hoje o sexo é anunciado, vendido, reverenciado, criam em sua cabeça uma dicotomia difícil de ser compreendida. Se por um lado, esperam que ela ‘se preserve’ para a ‘pessoa certa’, por outro, ditam que em sua primeira noite deve demonstrar (dissimular) uma vasta experiência sexual. (Buzzi, 2015, p. 23).

E possui o objetivo de humilhar a vítima a expondo no término do relacionamento, que passam a ser rechaçadas na internet por meio de humilhações, intimidações e assediadas, o perfil da vítima deste crime é geralmente composta por mulheres. (Buzzi, 2015; Rodriguez, 2018).

A pornografia de vingança ganhou força a partir dos anos 2000, onde um novo gênero pornográfico começou a se espalhar, baseado no realismo, nomeado como “*realcore pornography*”, o gênero abordava fotos e vídeos de ex-casais compartilhadas pelos companheiros das vítimas, passando a existir sites específicos para abordar este gênero, que se misturava a pornografia tradicional. (Rodriguez, 2018).

Recentemente houve um significativo aumento dos casos em que mulheres têm vídeos e/ou fotos íntimas divulgados na rede mundial de computadores – internet - por parceiros ou ex-parceiros que, na maioria dos casos, não se conformam com o fim do romance ou término do relacionamento. Em seus atos de violação,

objetivam atingir a integridade moral e psíquica da mulher. Em suas percepções de mundo, a exposição da mulher em atos de natureza sexual servirá para denegri-la socialmente e, considerando que a sociedade ainda exige da mulher – e não do homem – uma postura sexual mais pudica, contida e moralmente adequada aos padrões sociais e religiosos dominantes, o autor da exposição alcança, com bastante facilidade, o seu intento. (Guimarães; Dresch, 2014, p.8).

A primeira condenação por disseminação de vídeos íntimos na internet ocorreu em 2010, Joshua Ashby de vinte anos, foi condenado após divulgar material pornográfico de sua ex-namorada no *Facebook*, mas foi apenas em 2013 em que ocorreu a primeira proposta de lei que tipificasse a pornografia de vingança como um crime grave, gerando penas de até cinco anos em regime fechado, entretanto a proposta foi adiada. No ano seguinte Israel se tornou o primeiro país a criminalizar a pornografia de vingança como crime com penas de até cinco anos de prisão. (Buzzi, 2015; Rodriguez, 2018).

A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada ao casamento: para ela, o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é a falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se cede, se cai, suscita o desprezo; ao passo que até na censura que se inflige ao seu vencedor há admiração. (Beauvoir, 1970, p. 112).

Devido a crescente exposição do material pornográfico não consensual na internet, a pornografia de vingança avançou na mídia, impulsionada por discussões do movimento feminista fazendo com que redes sociais alterassem sua política de privacidade proibindo a publicação de fotos íntimas.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como

naturais. O que pode levar a uma espécie de auto-depreciação ou até de autodesprezo sistemáticos, principalmente visíveis, como vimos acima, na representação que as mulheres cabilas fazem de seu sexo como algo deficiente, feio ou até repulsivo (ou, em nosso universo, na visão que inúmeras mulheres têm do seu próprio corpo, quando não conforme aos cânones estéticos impostos pela moda), e de maneira mais geral, em sua adesão a uma imagem desvalorizada da mulher. A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes [...], resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (Bourdieu, 2014, p. 64).

Na Organização das Nações Unidas (ONU) foi formulada a Declaração para a Eliminação da Violência Contra Mulheres que aborda que: “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte em, ou é passível de resultar em, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico”. (Buzzi, 2015; Rodriguez, 2018).

No Brasil a Lei Carolina Dieckman foi sancionada em 2012, e foi à primeira lei no Código Penal Brasileiro a tipificar crimes cibernéticos, e a punição é de três a um ano de prisão. A lei se baseou no caso da atriz Carolina Dieckmann onde um hacker após invadir o computador da atriz teve acesso a fotos íntimas e passou a ameaçar a atriz pedindo dinheiro em troca da não divulgação das fotos. (Buzzi, 2015; Rodriguez, 2018).

O perfil abordado pela mídia é geralmente com foco na mulher vítima da violência, este comportamento leva a uma exposição e culpabilização da vítima, onde seus comportamentos tornam-se centro de debates como forma de justificar a divulgação não consensual da inti-

midade da vítima:

A pornografia de vingança, portanto, enquanto violência de gênero, é a clara retomada da autoridade masculina sobre o corpo e a autonomia da mulher, ou seja, o homem resgatando seu poder perdido (devido ao término de um relacionamento, por exemplo), para reafirmar o corpo feminino enquanto subordinado seu. (BUZZI, 2015, p. 44).

Portanto, a pornografia de vingança é uma violência que reconfigura o poder masculino sobre a mulher, em que há a necessidade de expor o corpo feminino como forma de subjugá-lo, por meio da culpabilização das vítimas, em uma sociedade que repudia o prazer feminino e que se cultua a virgindade e o resguardo sexual das mulheres.

METODOLOGIA

A ciência é a sistematização de conhecimentos correlacionados de forma lógica por determinados fenômenos que serão estudados. A ciência possui: Objetivo; Função e Objeto. E é com este método que o homem e o universo são estudados e compreendidos, dando origem ao surgimento de vários ramos de estudo, e de diferentes metodologias.

Dessa forma, a definição de pesquisa, de acordo com Gil (2002), é a do procedimento racional que possui como objetivo a resolução de problemas os quais são previamente elaborados. A pesquisa é formulada quando é necessário informações para responder problemas que possuem poucos materiais a respeito, e é elaborada a partir dos conhecimentos já disponíveis, por meio de técnicas e métodos científicos.

Sendo assim, está pesquisa trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão de bibliográfica, pois a revisão bibliográfica é uma das fases mais importantes para a elaboração de uma pesquisa, envolve a fundamentação teórica utilizada para analisar o problema de pesquisa ou hipótese. Assim como a revisão bibliográfica é formulada do levantamento de materiais bibliográficos que já foram publicados acerca de dado tema, desta maneira, esta metodologia de pesquisa auxilia no processo de conhecer matérias que discorram sobre o tema a ser pesquisado, o que já foi abordado em pesquisas anteriores, e as opiniões convergentes e divergentes dos autores em relação ao problema de pesquisa. (Silva, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo constatou a pornografia de vingança surge em um momento de grandes inovações no ramo da tecnologia, com a ampla divulgação de informações, mas entre estas está um ambiente mais propício para a perpetuação da violência contra a mulher, neste sentido, a pornografia de vingança apesar de abranger uma nova área da comunicação utiliza-se de um aparato histórico patriarcal de submissão da mulher, com um longo arco de violência, e atua como hostilizante ao modelo de comportamento exigido a mulher, de forma disfarçada de direito à liberdade sexual, sendo assim mais uma estratégia de limitação sexual e comportamental da mulher, de modo que a liberdade sexual quando exercida pela mulher é tida como vulgar.

É necessário ressaltar sobre o papel da educação vinculando-a à questões legislativas e ao currículo escolar, como também atentar-se aos cursos de formação de professores, pois de acordo com Louro (1997) é relevante refletir sobre as normas reguladoras que normatizam sujeitos, e os acionam para se identificar como homens e mulheres, portanto, para formar profissionais preparados para as diferenças em sala de aula de forma crítica e reflexiva, é necessário que o currículo seja organizado desde a educação infantil para a compreensão da diversidade e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. **Sociologia**. São Paulo: Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1996.

ADORNO, Theodor. Sobre Indústria Cultural [1962]. In: Cohn, Gabriel. **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: EDUSP, 1971.

ADORNO, Theodor; HOKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeiada Livro, 1980.

_____. **O segundo sexo – Fatos e mitos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ber-

trand Brasil, 2014.

BUZZI, Vitória Machado. **Pornografia de vingança: contexto histórico-social e abordagem no direito brasileiro**. 2015. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa** /Antônio Carlos Gil. - 4. ed. -São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Bárbara Linhares; DRESCH, Márcia Leardini. **Violação dos Direitos à Intimidade e à Privacidade como Formas de Violência de Gênero**. Percurso. Curitiba, v1, n. 14, 2014.

KENSI, Vani. **Cultura digital**. São Paulo: Verbeta, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

RODRIGUEZ, Liziane da Silva. **Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo**. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de Mário Moraes. São Paulo: Martin Claret, 1998.

SÍNODO DE DORT: UM JULGAMENTO DE CARTAS MARCADAS?

Francisco Samuel de Sousa e Silva¹
Raphael Bispo Milhomens²

Resumo:

No cenário protestante existem muitas celeumas sobre divergências doutrinárias e, indubitavelmente na seara soteriológica as disputas entre arminianos e calvistas já resistiu à séculos, de modo que a problematização que ensejou a presente pesquisa é se o Sínodo de Dort foi ou não um julgamento de cartas marcadas? Assim, o objetivo geral é investigar se o Sínodo de Dort, que representa um divisor de águas nesse campo de disputas soteriológica, foi investigar se este julgamento foi ou não um julgamento de cartas marcadas. A justificativa para a presente pesquisa se faz pertinente e urgente, haja vista que os defensores de cada das linhas soteriológica têm crescido significativamente, assim a questão entre arminianos – Igrejas Pentecostais, Neopentecostais e algumas Batistas – e calvinistas – As igrejas Prebisterianas e algumas Batistas – já não se restringem as quatro paredes dos templos, mas tem influenciado as suas respectivas membrasias, incluindo em sua maioria, leigos. A metodologia utilizada para este feito foi um pesquisa qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica a partir de teóricos, como, Banzoli (2014); Bryson (2018); Maia (2015); Mariano (2015); Oliveira (2018); Rodrigues (2015) e S.J, J (1996). A partir desta pesquisa conclui-se então, que o Sínodo de Dort não concedeu o devido direito de defesa e resposta no processo e que o julgamento isso já tinha o resultado definido antes mesmo de começar e ademais não se sustentou a acusação falaciosa dos que tentaram acusar o Arminianismo de Semipelagianismo.

Palavras-chave: Sínodo de Dort. Arminianismo. Calvinismo. Soteriologia. Teologia.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discorrer, ainda que de forma panorâ-

1 Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: samicks2@yahoo.com.br

2 Mestre em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos - SP, raphael.i9var@gmail.com

mica, sobre o Sínodo de Dort que fora realizado na Holanda, a priori, para discutir e debater sobre divergências teológicas, em particular no âmbito soteriológico, entre calvinistas e os discípulos de Jacó Armínio, que no processo ficaram conhecido como remonstrantes³; todavia, na prática no sínodo de Dort, já fora marcado com o resultado já decidido.

O Sínodo de Dort contemplou o período de 13 de novembro de 1618 até meados de maio de 1619, conforme registra Rodrigues (2015: 75):

O Sínodo de Dort se reuniu na cidade de Dort (atual Dordrecht), Holanda, durante sete meses (13 de novembro de 1618 a 9 de maio de 1619). Sua convocação foi feita pelo estadista geral da Holanda para discutir a controvérsia arminianas. Neste sínodo foram realizadas oitenta sessões.

O sínodo de Dort foi composto pela presença de teólogos calvinistas e arminianos e com a presença de 27 representantes de igrejas estrangeiras. O sínodo era composto de 84 membros e 18 comissários seculares. Dos 84 membros, 58 eram holandeses, oriundos dos sínodos das províncias, e os demais (26) eram estrangeiros.

Para os calvinistas, no Sínodo de Dort todos teriam direito a voto, ou seja, deveria ser imparcial, mas na prática os remonstrantes tiveram sua participação dificultada quando não totalmente ceceada pelos calvinistas. O Sínodo de Dort não fora marcado para discutir ideias e questões sobre as divergências sobre os calvinistas e os remonstrantes, mas simplesmente para impor o pensamento calvinista amparado pelo poder político.

O que se tem comprovado nos registros históricos sobre o referido sínodo é que na prática ele fora realizado simplesmente para legitimar e dá aparência de idoneidade a um julgamento que já havia sido decidido pelos representantes da ala calvinista.

Pois o que se viu após o Sínodo de Dort foi uma evidência desse fato ao ser os professores e teólogos ligados ao ensino ou defesa do arminianismo perseguidos de forma indiscriminada.

3 Remonstrance significa "protesto". Esse foi o título do documento que rejeitando tanto o supralapsarianismo de Beza e Gomarus, como o infralapsarianismo, apresentava os chamados Cinco Artigos Arminianos, possivelmente escritos por Simon Episcópio, proeminente líder dos seguidores de Armínio. Outro candidato à autoria do Remonstrance é João Uyttenbogaert (1557-1644) líder político dos (RODRIGUES, 2015, p. 61).

2. O SÍNODO DE DORT E SUAS MOTIVAÇÕES

No presente trabalho, visa-se fazer uma breve diacronia do Sínodo de Dort, de modo que no momento não se aprofundará no contexto sócio-político que antecedeu ao Sínodo de Dort, mas deve-se registrar que os calvinistas só deliberaram realizar o Sínodo quando estavam

certo de que tinha o apoio político necessário para fazer valer os seus interesses.

Partindo desse pressuposto, o Sínodo de Dort fora marcado com a intenção de discutir as ideias apresentados pelos remonstrantes após a morte de Jacó Armínio. Dort seria então, na apreensão calvinista, uma forma de retificar os erros dos remonstrantes. Carl Bangs mostra a sua dimensão para os calvinistas apresentando as seguintes palavras comumente ditas: "O Calvinismo chegou, Arminius quase o arruinou, o Sínodo de Dort o restaurou" (RODRIGUES, 2015, 75).

Assim, o Sínodo de Dort, mas que uma interpretação histórica possui suas acepções teológicas, pois dependendo do ponto de vista do observador, ele terá interpretações distintas, pois para os calvinistas, o Sínodo foi, dentre outras coisas, uma providência de Deus para proteger a unidade da igreja:

Para o calvinista De Jong, o Sínodo de Dort pode ser avaliado de três maneiras: "alguns o consideram como um fenômeno temporário do cenário da história holandesa. Para outros, trata-se do trunfo temporário de um sistema teológico severo e inflexível sobre pessoas amantes da liberdade que precisavam ser sufocadas, pois ameaçavam (supostamente) a unidade nacional. Para outros, ainda, o Sínodo foi um ato do Senhor de toda a história que mostrou favor ao país protegendo sua unidade política e a integridade confessional da Igreja." (RODRIGUES, 2015, p. 76).

O Sínodo de Dort, em tese, para discutir se as ideias de Jacó Armínio, representadas pelos remonstrantes estava de acordo com a Confissão Belga e com o Catecismo de Heidelberg, bem como, dirimir as perturbações, no prisma calvinista, causadas pelos remonstrantes.

Considerando esses fatos é que se pode compreender por que

os calvinistas só realizaram o Sínodo quando tiveram certeza do poder político, pois assim, estaria seguro de que se houvessem quaisquer mudanças na Confissão Belga ou no Catecismo de Heidelberg, se daria dentro do seu controle e de acordo com seus interesses. Assim, pode-se apreender desse evento, que como ocorreu em outras questões relacionadas a disputas religiosas, estas não se restringiam apenas aos clérigos, mas sempre tinha a participação, influência, direta ou indireta dos políticos da época.

3. OS PONTOS APRESENTADOS PELOS REMONSTRANTES

Após a morte de Jacó Armínio, os discípulos deram continuidade aos estudos e ensinamentos dele e, sua causa passou a ser liderada por Johannes Uitenbogaard e Simon Episcopius. Em 1610, sob a liderança de Uitenbogaard, os arminianos se reuniram e elaboraram uma representação (*remonstrance* - por isso são conhecidos até hoje como os remonstrantes). Nela os arminianos atacavam algumas doutrinas calvinistas e estabeleceram 5 (cinco) artigos com suas próprias posições:

1. A eleição está condicionada à previsão da fé.
2. Expição universal (Cristo morreu por todos os homens e por cada homem, de forma que ele conquistou reconciliação e perdão para todos por sua morte na cruz, mas só os que exercem a fé podem gozar desse benefício).
3. Necessária a regeneração para que alguém seja salvo (aparentemente, uma visão perfeitamente ortodoxa, mas mais tarde ficou claro que a visão deles era tal que negava fortemente a depravação da natureza humana).
4. A possibilidade de resistir à graça.
5. A incerteza quanto à perseverança dos crentes (mais tarde eles deixaram claro que não criam de forma alguma na garantia da perseverança).

Os artigos supracitados foram assinados por 46 ministros arminianos e, estão embasados em cinco pontos que assim foram de forma didática sintetizados por Rodrigues (2015: 64):

artigo	Descrição
1	Deus decretou salvar aqueles que irão crer em Jesus Cristo e perseverar na fé, deixando no pecado os incrédulos para serem condenados.
2	Jesus Cristo morreu por todos os homens, proporcionando redenção se alguém crer nele.
3	O homem está num estado de pecado, incapaz de si mesmo fazer qualquer coisa verdadeiramente boa, mas necessita ser nascido de novo.
4	O homem não pode sem a graça de Deus realizar qualquer obra boa ou ação, mas essa graça pode ser resistida.
5	Crentes têm poder para perseverar, mas se eles podem apostatar-se, isso deve ser mais particularmente determinado pelas Sagradas Escrituras.

Fonte: (RODRIGUES, 2015, p. 64).

Todos os cinco pontos são relevantes, mas um dos que mais gerou controvérsias e embates entre os calvinistas e o remonstrantes foi a questão em torno da depravação total. No presente trabalho será usado como referência de estudo da Remonstrância, não que os outros pontos sejam menos relevantes, mas apenas considerando os objetivos deste trabalho.

A celeuma entre os arminianos e calvinistas já se inicia na própria conceituação, pois os calvinistas compreende o termo “total” como uma categoria absoluta de intensidade enquanto para os arminianos a ideia apreendida é a de extensidade.⁴

“O fato desta doutrina ser chamada depravação total faz com que muitos pensem que o homem é tão mal quando poderia ser, e isso em razão do uso da palavra total. Mas a ideia de total é de extensidade e não de intensidade, ou seja, o homem é totalmente depravado no sentido de que todo o seu ser e todas as áreas de sua vida são afetadas pelo pecado. Arminio, por exemplo, chamava esta de doutrina de inabilidade total” (MARIANO, 2015, pp. 21-22).

Os calvinistas mais radicais, e nesses casos em particular desprovidos de argumentos fundamentados, alegam que os arminianos não creem na depravação total do homem, conforme se pode assevera Banzili (2014b, p. 14):

“Embora alguns calvinistas, queiram se colocar como os únicos defensores da depravação total e acusem os arminianos de semipelagianismo (acusação essa que já foi refutada no capítulo 1 do Volume 1 deste livro). Arminio e os primeiros remonstrantes creram na depravação total e

na plena necessidade da graça de uma forma tão incisiva e enfática quanto qualquer calvinista de seus tempos”.

De modo que, a alegação de que os arminianos não creem na depravação total se converte em argumento imprecendente e até mesmo em má fé entre aqueles que ainda insistem em defender tal falácia.⁵

Devido a queda de Adão e Eva o pecado passou para toda a humanidade (Rm 5.12)⁶ e de modo que todos pecaram (Rm 3.23a)⁷. Faz-se oportuno também apresentar algumas concepções do que viria a ser o pecado. Para Maia (2015: p. 40): “O pecado como ato é a transgressão voluntária de uma lei de Deus. Pode ser uma comissão ou uma omissão proposital e pode ser expresso em ação, palavra ou pensamento”.

De forma sucinta e panorâmica essas são as apresentações do que é e sobretudo do que não é depravação total no Arminianismo Clássico, mas como já mencionado, arminianos e calvinistas divergem quanto a forma, mas ambos creem tanto na depravação total quanto no conseqüente pecado original, mas existiam grupos, mesmo entre os cristãos, que as negavam, conforme se apresentará a seguir.

Esse trabalho converter-se-á, a posteriori, em uma oportunidade de aprofundamento dos tópicos apresentados pelos remonstrantes ao perscrutar os outros quatro pontos, além dessa breve análise da depravação total.

4. CONCLUSÃO

Após essa breve análise do Sínodo de Dort, pode-se apreender algumas questões, primeira, é que os calvinista não venceram o Sínodo de Dort, pois não houve sequer um embate, porque ao ser amparado pelas lideranças políticas, eles simplesmente impuseram seus deliberações sobre os remonstrantes.

Também não se sustentaram as alegações dos calvinistas que acusavam os arminianos de pelagianos ou semipelagianos devidos as controvérsias em torno da depravação total.

5 A título de revisão, lembre-se que a depravação Calvinista não se trata realmente de quão depravado é o não-regenerado ou de *como ele se comporta*, mas do que a Depravação Total tem feito a ele. Calvinisticamente falando, a doutrina diz que o homem não pode crer no Evangelho enquanto estiver neste estado” (BRYSON, 2018, p. 63).

6 Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado veio a morte, assim também a morte passou a toda a humanidade, porque todos pecaram (NAA)

7 Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus (NAA).

Pois no Arminianismo Clássico, já no artigo III da Remonstrância, tem-se a declaração de que o homem não possui a fé salvadora em si mesmo, sendo carente da proveniente graça de Deus:

“O homem não possui fé salvadora em si mesmo, nem no poder do seu livre-arbítrio, visto que, em seu estado de apostasia e de pecado, não pode, de si mesmo, pensar, querer ou fazer algo de bom (que seja verdadeiramente bom tal como, primeiramente, a fé salvífica); mas, é necessário que Deus, em Cristo, pelo seu Espírito Santo, regenere-o e renove-o no intelecto, nas emoções, na vontade e em todos os seus poderes, a fim de que ele possa corretamente entender, meditar, querer e prosseguir no que é verdadeiramente bom, como está escrito em João 15.15: “porque sem mim nada podereis fazer” (OLIVEIRA, 2018, pp. 39-40).

Pelágio considerava que o homem foi criado bom por Deus e, que essa natureza seria imutável; logo ainda que não negasse a queda no Éden, ele considerava que as consequências daquele pecado inicial se restringiram a Adão e a Eva, não existindo pecado original:⁸

Pelágio não abre mão da sua tese de toda a natureza criada é boa e imutável, existindo na pessoa uma humana força volitiva própria, que garante a possibilidade para não pecar, visto que na humanidade não existe uma inclinação para o pecado decorrente do evento edênico (OLIVEIRA, 2016, 45).

O ser humano, antes da queda no Edén tinha a capacidade de não pecar, após a queda se torna cativo do pecado e doravante o que lhe resta é a incapacidade não pecar e estaria definitivamente condenado se não fora a misericordiosa graça de Deus: “Somente a graça divina irá libertar estava vontade cativa, capacitando-a a responder favoravelmente à oferta de salvação feita pelo Senhor Jesus Cristo” (MAIA, 2015, p. 48). Para Santo Agostinho é a graça de Deus é a ponte que permite ao

⁸ “Não há o conceito de pecado original e apenas Adão foi afetado; portanto, o homem não está propenso a pecar, sendo livre para escolher a Deus ou rejeitá-lo. Ele pode fazer coisas boas por conta própria, sem que a graça o capacite, uma vez que não possui natureza pecaminosa” (OLIVEIRA, 2018, pp. 35-36).

homem perdido a possibilidade através o abismo do pecado e retornar para casa:

“Ó Deus tão bom, que se passa no homem, para que se regozije mais com a salvação de uma alma desesperada e agora livre, livre do perigo de um grande perigo, do que se ele sempre tivesse conservado a esperança acerca dela e se fosse maior o perigo? Mas também, Vós, o Pai misericordioso, sentis mais gozo “por um só penitente, do que por noventa e nove justos, que não precisam da perinitência” (Agostinho, 1996, p. 206).

Conclui-se então, a partir das análises e estudos bibliográficos que o Sínodo de Dort não concedeu aos arminianos um genuíno direito de defesa, mas que o referido Sínodo fora realizado apenas lá legitimar uma decisão que já havia sido tomado previamente, a saber, condenar o arminianismo e seus seguidores e defensores.

Ademais, considerando o exposto na presente pesquisa também se pode constatar que não se sustenta a acusação falaciosa dos calvinistas que tentaram – e ainda tentam - acusar o Arminianismo de Pelagianismo ou Semipelagianismo, haja vista existirem diferenças abismais entre essas concepções:

“A diferença entre Arminianismo e as formas de pelagianismo é total, enquanto a diferença entre Arminianismo e calvinismo neste aspecto é *mínima*, pois ambos creem no pecado original, ambos creem na depravação herdada, ambos creem na depravação total, ambos creem que Deus inicia a salvação, ambos creem que Deus precisa estender a graça ao homem perdido, e o único ponto em que calvinista e arminianos divergem é no *modus operandi* dessa graça – se ela é resistível (arminianismo) ou irresistível (calvinismo)” (BANZOLI, 2014, p. 29).

Por fim, História do Cristianismo tem desvelado a cada dia a verdade sobre essa controvérsia que envolve arminianismo e calvinismo, sobretudo no Brasil, pois durante muitas décadas o material soteriológicos comercializado e distribuído no país era majoritariamente

calvinista, mas nos últimos esse contexto tem mudado e hoje temos uma significativa bibliografia arminiana em língua portuguesa o que tem dinamizado e ampliado os estudos teológicos sobre os arminianismo nas igrejas, em particular nas igrejas pentecostais, dentre as quais de destaca as Assembleias de Deus no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANZOLI, Lucas. **Calvinismo ou Arminianismo: quem está com a razão?** Vol. I. 1.ed. São Paulo: Clube de Autores, 2014

BANZOLI, Lucas. **Calvinismo ou Arminianismo: quem está com a razão?** Vol. II. 1.ed. São Paulo: Clube de Autores, 2014b

BÍBLIA SAGRADA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. Edição Revista e Atualizada no Brasil. 3ª.ed. (Nova Almeida Atualizada). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017

BRYSON, George L. **Os cinco pontos do Calvinismo: “pesados e achados em falta”.** 1.ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2018

MAIA, Carlos Kleber. **Depravação total.** 1.ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015

MARIANO, Wellington. **O que é Teologia.** 1.ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2015

OLIVEIRA, Jamieson. **Arminianismo puro & simples: uma introdução histórico-teológica.** 1.ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2018

OLIVEIRA, Ivan de. **FACTS: os cinco pontos do Arminianismo.** 1.ed. São Paulo: Editora Reflexão, 2016b

RODRIGUES, Zwinglio. **Uma introdução ao Arminianismo Clássico: história, doutrinas e fundamentação bíblica.** Macéio: Editora Cultural, 2015

A HOMOSSEXUALIDADE E O PROTESTANTISMO HISTÓRICO

Dayellen da Costa Jacinto¹

Resumo:

Considerando o papel da igreja como matriz formadora e institucionalizadora do sujeito, esta pesquisa possui como objetivo, compreender a relação entre homossexualidade e protestantismo histórico, dessa forma foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo, onde buscou-se por meio da pesquisa bibliográfica materiais que abordassem a temática. Esta pesquisa concluiu que embora historicamente o protestantismo tenha sido utilizado como mantenedor das coerções biopolíticas em torno das sexualidades, há movimento de resistência, onde as sexualidades desviantes como a homossexualidade podem existir e resistir e assim protestar sua fé.

Palavras-chave: Homossexualidade. Protestantismo. Sexualidade.

Abstract:

Considering the role of the church as a formative and institutionalizing matrix of the subject, this research aims to understand the relationship between homosexuality and historical Protestantism, thus a qualitative research was carried out, where materials that addressed the theme. This research concluded that although historically Protestantism has been used to maintain biopolitical coercions around sexualities, there is a movement of resistance, where deviant sexualities such as homosexuality can exist and resist and thus protest their faith.

Keywords: Homosexuality. Protestantism. Sexuality.

INTRODUÇÃO

A reforma protestante como acontecimento no segmento religioso causou impactos nas organizações políticas, sociais, econômicas e culturais, baseada nas noventas e cinco meses de Martinho Lutero,

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e mestranda em Educação Sexual pela Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP. E-mail: day.costajacinto@gmail.com

como um protesto contra a Igreja Católica, diversos países da Europa tiveram apreço pelo protesto que resultou em um rompimento da igreja cristã ocidental, assim considera-se que a religião protestante possui bases e abrange diversas camadas da sociedade atual.

Compreendendo a religião como uma das instituições sociais socializadora do sujeito, o objetivo deste estudo é compreender a relação entre a homossexualidade e o protestantismo histórico, para a elaboração desta pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura de caráter qualitativo, buscando responder o objetivo desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa em produções acadêmicas que relacionassem o protestantismo e a homossexualidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Para conceituar conhecimento científico é necessário à compreensão de que desde a Antiguidade até o mundo contemporâneo, houve o desenvolvimento de diversos tipos de conhecimento, em áreas diferentes. Há dois tipos de conhecimentos, o conhecimento popular, transmitido de geração por geração, utilizado por meio da imitação e na educação informal. e o conhecimento científico, o qual o aprendizado é realizado por meio de um treinamento com procedimentos científicos, com o objetivo de compreender o por que, e como os fenômenos acontecem. (Lakatos, 2003)

Desta forma, as motivações que levam a realização de pesquisas podem ser divididas em dois grupos: por motivos intelectuais, e por motivos práticos. A ordem intelectual se refere a pesquisas que se desenvolvem a partir da premissa pelo desejo do conhecimento, enquanto a de ordem prática ocorre devido ao desejo de realizar algo de forma eficaz, no caso da presente pesquisa visou-se responder ao objetivo de compreender a relação entre a homossexualidade e o protestantismo histórico, sendo assim, está pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica. (Lakatos, 2003)

Para sistematizar o processo da pesquisa bibliográfica foi necessário construir uma organização lógica em relação ao tema da pesquisa, assim foi necessário identificar as informações que já foram publicadas a respeito do tema, organizando-as através de índices de autores, assuntos ou palavras-chave. (Silva, 2005).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O Cristianismo espalhou-se em Roma a partir do século I, vindo a se tornar a religião oficial do Império Romano no século V, utilizando do poderio militar para perpetuar seus dogmas, e sob influência do Cristianismo a família monogâmica deu-se origem no estabelecimento da sociedade de classes, partindo da individualização e do estabelecimento da sociedade privada, neste sentido, não era mais papel do conjunto a criação de crianças, estabelecendo assim, a nuclearidade da família.

Esta transição fez com que as relações poligâmicas fossem substituídas em detrimento do poder da propriedade privada, onde às mulheres foram incumbidas a atividades que não gerassem lucro, e assim o homem passaria a ser o provedor. (Lessa, 2012).

A visão do Cristianismo sobre o corpo se mostra de forma a entender que corpo mostra natureza pecaminosa do homem, dessa forma, seria de responsabilidade da alma do homem como um instituto celestial a dominação do corpo e dos seus desejos da carne e do pecado, a concretização do ato pecaminoso da carne que representa o corpo, é a sexualidade e o sexo que nele se expressa, Seguindo o apóstolo Paulo, o desenvolvimento da sexualidade sendo exclusiva ao casamento com a finalidade da procriação, nesse sentido, o Cristianismo tem um aporte histórico com tendências a sucumbir as práticas sexuais, e o desejo. (Foucault, 1983; Barreto; Oliveira Filho, 2012).

[...] segundo círculos cada vez mais estreitos, o projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber, nele, daquilo que ele próprio ignora, tudo isso foi possível desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanentes a tal discurso (FOUCAULT, 1980, p. 68-69).

Sendo assim por meio da categorização a orientação heterossexual passou a ser tida como a natural aos olhos da sociedade e também da religião, visto que no seu cerne estaria condicionada aos fins de reprodução, quanto ao homossexual, esse passou a ser visto como uma prática que feria os bons costumes da sociedade e moral religiosa e seus

costumes, sendo então indivíduos que poderiam sofrer as repressões e violência da sociedade para então poder se adequar as normas que foram estabelecidas e naturalizadas como sendo um destino imutável dos homens e mulheres. (Barreto; Oliveira Filho, 2012).

O Protestantismo praticado no Brasil tem características próprias, da interpretação do relacionamento homossexual, e esses valores têm como base a Bíblia. Embora exista uma pequena diferença de pensamento entre as denominações quanto ao posicionamento civil do homossexual, na sociedade, do ponto de vista teológico o protestantismo brasileiro se mostra irredutível em aceitar em seus quadros homossexuais como membros. Contudo mesmo com a prática do homossexualismo sendo condenada pela igreja, existe uma parcela de homossexuais que desejam congregar nas igrejas protestantes sem ocultar sua opção sexual.

[...] aceitar que os homossexuais mantenham uniões matrimoniais, na mesma legalidade civil e religiosa que pessoas heterossexuais se revela como uma atitude de afronta, aos grupos mas conservadores, intransigentes e tradicionais da sociedade e dentro dos elementos mais tradicionais de contribuem para a formação social, encontram-se as religiões. (Gomes; Fontes Neto, 2010, p. 464).

O sexo reprodutivo monogâmico, visto como necessário a manutenção da espécie e da família, é aquele controlado destinado apenas a perpetuação, onde o sujeito masculino procura a mulher como parte de seu patrimônio, para que essa sirva ao sistema de conservação tradicional imposto por uma cultura, cuja a influencia e massivamente difundida e naturalizadas pelas instituições. (Lessa, 2012).

A laicização do Estado e a secularização culminaram na queda do poder militar vinculados ao Catolicismo e ao Protestantismo, com o sexo deixando a visão centrada na reprodução, mas visando também o prazer do casal. Com o surgimento dos movimentos sociais, na atualidade ha seguimentos religiosos protestantes que aceitam homossexuais como membros da igreja, e há igrejas que celebram o casamento religioso entre pessoas do mesmo sexo, mas por muito tempo a única forma de aceitação de homossexuais era por meio da conversão sexual. As práticas sexuais obedecem ao tempo histórico e ao território onde ela se localiza, dessa forma nossa atual cultura não pode julgar imoral

uma determinada atividade sexual pertencente a outro habitus cultural e temporal, pois cada povo em sua determinada cronologia tem a sua forma de relacionar com a sexualidade. As expressões do sexo biológico, as formas de relações sexuais, bem como a consciência sexual são socialmente e historicamente específicas e devem se diferenciar de acordo com as relações sociais de gênero, classe, etnicidade, idade etc. (Colling; Tedeschi, 2019, p. 670).

Muitos desses costumes ainda estão arraigados em nossa sociedade, contextualizar o passado e o futuro permite compreender qual foi a raiz e momentos que levaram a instituição de determinado pensamentos e moralidades. Dessa forma, partimos da concepção de sexualidade é intrínseca ao ser humano, se conceitua como todas as sensações percepções, desejos e experiências que produzimos e experimentamos ao longo da vida, pois: “[...] a noção de sexualidade tem sido usada para descrever as experiências sexuais entre seres humanos de diferentes culturas. (Colling; Tedeschi, 2019, p. 669).

[...] aceitar que os homossexuais mantenham uniões matrimoniais, na mesma legalidade civil e religiosa que pessoas heterossexuais se revela como uma atitude de afronta, aos grupos mas conservadores, intransigentes e tradicionais da sociedade e dentro dos elementos mais tradicionais de contribuem para a formação social, encontram-se as religiões. (Gomes; Fontes Neto, 2010, p. 467).

Dentre as transformações que foram elaboradas e classificadas pela civilização ao longo do seu percurso de se fazer humano esta a transformação do corpo, e da sexualidade humana. O corpo na sociedade passa por construções histórica e condicionadas a visão moral e cultural de acordo com visões estabelecidas por instituições de poder vigentes em determinado espaço tempo, sendo assim podemos partir da premissa que por muito tempo a igreja ocupou um lugar central de poder na sociedade, e varias das suas representações foram naturalizadas nos contextos sociais de normalização.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa conclui que a política, a religião, a cultura e sociedade delimitam por meio de categorias uma verdade e uma moral a

seguida sobre o quer seria certo ou errado em relação a maneira como os sujeitos arquitetam seus prazeres e afetivas. Historicamente o Protestantismo teve a tendência a condenar a homossexualidade, inicialmente como pecado e posteriormente evoluindo a doença sob influência de demônios ora ou barram a participação de homossexuais no ambiente religioso. Apesar do aparato histórico de embate, considera-se que na atualidade, têm surgido uns novos segmentos, o das igrejas inclusivas onde homossexuais participam ativamente dos cargos da igreja, e até igrejas que celebram o matrimônio religioso entre pessoas do mesmo sexo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, M. C. R.; OLIVEIRA FILHO, J. E. **A inclusão de homossexuais no protestantismo**. São Paulo: Rev. Brasileira de História & Ciências Sociais, 2012.

COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. UFDG, 2019.

GOMES, T. C; FONTES NETO; J. A. **O movimento homossexual e o protestantismo brasileiro e as raízes de uma dualidade**. São Paulo: Colóquio de História, 2010.

FOUCAULT, M. **L' impossible prison, recherches sur le systeme pénitentiaire au, XIX siècle**. Paris, Éd. du Seuil. 1983.

FUNAN, P. P. **Grécia e Roma**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** Instituto Lukács, São Paulo, 2012.

LOYOLA, M. A. (Org). **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.

SANTOS JÚNIOR, P. J; ROSA, A. L. **Experiência religiosa: da Re-**

forma Protestante ao avivamento pentecostal. Florianópolis: Encontros Teológicos, 2016.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

ULLMAN, R. A. **Amor e sexo na Grécia Antiga**. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2005.

USSEL, J; V. **Repressão sexual**. Rio de Janeiro Campus, 1980.

A CONTRIBUIÇÃO DAS TIC NA PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM INTERGERACIONAL

Nilce de Oliveira Lima¹
Francisca Meire do N. Moreira²

Resumo:

O presente trabalho faz uma abordagem sobre a contribuição das TIC na promoção da aprendizagem intergeracional, sendo este um assunto de grande relevância para o contexto social no qual estamos inseridos. Os estudos das relações entre as gerações, ou seja, intergeracionalidade vêm ganhando espaço entre acadêmicos e pesquisadores. Esse interesse justifica-se pelo o aumento de expectativa de vida das pessoas, não só no Brasil, mas no mundo, a população está cada vez mais envelhecendo. Portanto o objetivo desta pesquisa é verificar como as TIC favorecem e promovem a aprendizagem entre as gerações. Para atender ao objetivo proposto a pesquisa fará uso da abordagem qualitativa, onde buscou-se fazer um levantamento bibliográfico sobre esta temática, tendo como base alguns documentos legais, como os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os documentos da Organização Mundial de Saúde que trata sobre a pessoa idosa e alguns autores que dispõe sobre o assunto. Assim, através da análise deste documento e de alguns autores de referências, percebeu-se que, faz-se necessário criar políticas públicas que busquem trabalhar a intergeracionalidade, pois a população está envelhecendo e precisa ser incluída na sociedade, sendo, portanto, necessário pensar em um processo de envelhecimento saudável. Pois, a forma como o envelhecimento é influenciada por uma série de fatores, incluindo as relações entre as gerações.

Palavras-chave: Aprendizagem Integral. Envelhecimento. Pessoa Idosa.

1 Graduada em Psicologia pela UniFSA-PI; Dda. em Ciências da Educação pela UniLisboa-PT; Mestre em Inovação Pedagógica pela UMA-PT; Especialista em Neuropsicologia pelo CRP-21; Esp. em Gerontologia e Saúde do Idoso pela UniFASEC; MBA em Gestão Estratégica de IES-UniFasec; . E-mail: nilce.neuropsicologa@gmail.com

2 Graduada em biologia pela UVA-Ce, doutoranda em educação pela Universidade de Lisboa- PT; Especialista em Avaliação Educacional pela UniFASEC; Mestre em Ciências da Educação pela Universidade da Madeira UMA/PT. E-mail:meiremoreira-prof@gmail.com

Abstract:

This paper looks at the contribution of ICT in promoting intergenerational learning, a subject of great relevance to the social context in which we live. Studies into relations between the generations, intergenerationality, have been gaining ground among academics and researchers. This interest is justified by the increase in people's life expectancy, not only in Brazil, but worldwide, as the population is getting older. The aim of this research is therefore to see how ICT favors and promotes learning between the generations. In order to meet the proposed objective, the research will make use of a qualitative approach, in which a bibliographical survey was carried out on this subject, based on some legal documents, such as data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the documents of the World Health Organization that deal with the elderly and some authors who deal with the subject. Thus, through the analysis of this document and some reference authors, we realized that it is necessary to create public policies that seek to work on intergenerationality, because the population is aging and needs to be included in society, and it is therefore necessary to think about a healthy aging process. The way in which people age is influenced by a number of factors, including relations between the generations.

Keywords: Integral Learning. Ageing. Older People.

INTRODUÇÃO

O presente resumo aborda sobre a contribuição das TIC na promoção da aprendizagem intergeracional. Sabe-se que o envelhecimento é um processo natural do desenvolvimento humano, sendo ele a última fase do desenvolvimento. A expectativa de vida da população vem crescendo ao longo dos anos, tornando-se, portanto, um fenômeno mundial (OMS, 2005).

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, apresentou dados mostrando que a população brasileira deverá parar de crescer a partir do ano 2047, aumentando o número de pessoas idosas (IBGE, 2016). Com isso, a população idosa será maior que a população jovem, havendo um crescimento na pirâmide etária.

Por um lado, o fator envelhecimento nos reflete um aumento da qualidade de vida de uma população, por outro um desafio de novas adequações socioemocionais e econômicas. As pessoas com o aumento

da idade continuam em grupos, buscando a troca de experiências com pares. Porém, com o avanço tecnológico o adulto envelhecido precisa diversificar seus contatos sociais para que possa ser inserido no mundo tecnológico, o qual hoje pode ser um fator excludente ou incluyente das pessoas da geração analógica.

Baseado nesta realidade, escolheu-se desenvolver esta pesquisa sobre o uso das TIC como facilitadora de um processo de aprendizagem intergeracional, pois, através da mesma pode acontecer um aprendizado integrativo e mútuo entre as mais diversas gerações. Visto que, as TIC são utilizadas constantemente para potencializar a aprendizagem dos indivíduos, funcionando como ferramentas facilitadoras do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, acredita-se que através do uso das mesmas exista este diálogo intergeracional.

Portanto, o questionamento desta pesquisa é: até que ponto as TIC favorecem e promovem a aprendizagem intergeracional? Para responder a este questionamento tem-se o objetivo da pesquisa que é: verificar como as TIC favorecem e promovem a aprendizagem entre as gerações. Assim, para atingir este objetivo será realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, e de base bibliográfica.

Acredita-se que esta pesquisa seja relevante para toda a comunidade científica, por tratar-se de um tema atual e necessário, visto que, a população brasileira está envelhecendo a cada dia. O trabalho ainda se faz relevante para a construção do conhecimento acadêmico, para as instituições que trabalham com intergeracionalidade e para os novos pesquisadores da temática.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa apresenta metodologia de caráter teórico. A mesma foi feita através da sistematização de leituras que abordam sobre as TIC e sobre a intergeracionalidade. Também nos respaldamos em alguns documentos legais, tais como os documentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Esta pesquisa também se embasou nas ideias de autores como: Poltroniero et al (2015), Camilo (2014), Pinto, (2004), Fonseca (2007), Sabbag (2007). As pesquisas foram feitas tanto em sites através de artigos eletrônicos quanto em livros físicos. Após o término das leituras, iniciou-se a escrita da pesquisa, pautando-se impreterivelmente nas ideias adquiridas e buscando atender ao objetivo do trabalho, é veri-

ficar como as TIC podem colaborar com o processo de aprendizagem intergeracional.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Aprendizagem Intergeracional

Falar de intergeracionalidade nos remete a possibilidade de incluir socialmente pessoas de gerações anteriores a se adequarem ao paradigma atual. Apesar da Europa ser o continente com a maior população de idosos, mas foi nos Estados Unidos que originou as práticas intergeracionais, por volta ainda da década de 60, Sally Newman começa a falar sobre o tema da intergeracionalidade, como uma forma de diminuir diferenças sociais entre as gerações. Já na Europa, somente há uma década passou-se a falar sobre as possíveis este assunto.

Conversando com Poltroniero et al (2015,297) entende-se que as gerações foram construídas ao longo do processo histórico de cada sociedade, de forma que as relações entre elas precisam ser refeitas, constantemente. Sendo assim, a maneira que as relações intergeracionais são estabelecidas vão determinar novos comportamentos sociais. Sendo assim, de acordo com o autor, é provável que a geração atual quando envelhecer tenha menos problema na aceitação de novas tecnologias que a geração da década de 30, 40.

Quando se fala em intergeracionalidade, remete-se à troca de experiência entre os mais velhos e os mais novos, e não apenas no que diz respeito ao resgate das memórias do passado, mas a possíveis aprendizados de comportamentos e hábitos da geração atual.

Neste contexto, Camilo (2014, p.245) ver a intergeracionalidade com uma parte intrínseca da construção da sociedade, sendo que a mesma assume diferentes contornos na história da humanidade, ora tencionando, ora pacificando estas relações em vários campos como, família, Estado, políticas e escola.

Educar uma sociedade a ser solidária entre as gerações traz muitos benefícios principalmente aos idosos, pois promove novos aprendizados, muito das vezes de maneira informal, pois o encontro entre as gerações envolvidas, podem ser de forma continuada e também afetiva, como é o caso de avós e netos.

As TIC e as gerações

O termo, Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), pode-se afirmar que é o resultado da fusão entre telecomunicações, informática, e as mídias eletrônicas (PINTO, 2004). Este termo surgiu aproximadamente há dez anos, em substituição da palavra informática. Sendo que o objetivo primordial da tecnologia de informação e comunicação, a partir desta nomenclatura, não era mais somente gerir informação, mas sim conhecimento. Isso provocou uma nova ruptura, devido aos estudos relacionados à inteligência artificial ligado à cognição (SABBAG,2007).

Fonseca (2007) afirma que as TIC foram propagadoras das transformações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, tornando-se assim, elemento fundamental da sociedade contemporânea. As TIC “trouxeram facilidade de acesso à informação, nomeadamente pelo aumento da capacidade de armazenamento, pela velocidade de processamento e pela compatibilidade entre os sistemas” (SILVA, 2001). Esses aspectos facilitam o processo de aprendizagem, sendo possível associar som, imagem e texto, garantindo um potencial a mais na aquisição do conhecimento.

Porém embora as TIC venham cada vez mais ganhando espaço, as gerações acima de 50 anos de idade nem sempre possuem um bom relacionamento com as TIC, ficando muitas vezes à margem das informações ou dependendo das gerações mais novas, dessa forma existe uma espécie de exclusão entre as gerações.

É neste contexto que vem a necessidade de relações e interação entre as pessoas de diferentes idades, o que é importante para a aproximar as gerações mais velhas do uso das TIC, pois estas desempenham um papel significativo neste contexto tendo o potencial de facilitar as trocas de informações e experiência entre ela, promovendo assim a inclusão digital tão necessária na atualidade (SILVA, 2001).

CONCLUSÃO

Ao final da pesquisa foi possível concluir que, as gerações mais antigas em sua maioria têm muita dificuldade de fazer o uso das TIC como aliada do seu processo de aprendizagem, enquanto as gerações novas têm uma facilidade enorme em lidar com as Tecnologias de Informação e Comunicação. Portanto o uso destas ferramentas entre as gerações é uma necessidade para a construção da aprendizagem entre

ambas, fomentando assim a troca de experiência entre as gerações, ou seja, a intergeracionalidade. Portanto, faz-se necessário criar políticas públicas que busquem trabalhar a intergeracionalidade, visto que, de acordo com o IBGE a população brasileira a cada dia está aumentando sua expectativa de vida e precisa ser incluída na sociedade. É preciso pensar em um processo de envelhecimento saudável. Pois, a maneira como o envelhecimento acontece e pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo as relações entre as gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMILO, C. **As possibilidades de atenção da educação física na educação de jovens adultos para a relação intergeracional na educação em direitos humanos.** Motrivivencia. V-26, N 43, p.245-261. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-80422014v26n43p.245> 2014.

FONSECA, F. C. **História da computação: O Caminho do Pensamento e da Tecnologia.** PortoAlegre: EDIPUCRS. 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 30 outubro, 2023. Disponível em<: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=298965&view=detalhes>>. Ace.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília (DF): Organização Pan Americana de Saúde.2005.

PAPALIA, D. **Desenvolvimento Humano.** 12 ed. Rio Grande do Sul: Artmed. 2013.

POLTRONIE, C. de F., COSTA, D. G. SCOSTA, J. S., & SOARES, S. Os desafios da construção da intergeracionalidade no tempo do capital. **Revista Kairós Gerontologia**, 18(4), pp. 289-309. ISSN e 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP 2015.

SABBAG P. Y. **Espirais do Conhecimento ativando indivíduos, grupos e organizações.** SP: Saraiva. 2007.

SILVA, M. Sala de aula interativa: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO**. Campo Grande. Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande: CBC.2001

TEMA: O LUGAR DA CRIANÇA COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Katja Leandra Cruz Santos Vieira¹

Resumo:

O presente artigo científico traz uma abordagem inclusiva de pessoas que apresentam problemas e necessidades especiais, no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência, deve ser levado em conta alguns requisitos básicos para auxílio e direcionamento às necessidades de pessoas especiais. Para tanto, vamos citar leis que atendem cidadãos com especialidades e a força dessas legislações para quem delas precisa. Como a família deve se colocar diante das necessidades de seus familiares e tratar também a necessidade de um novo olhar da comunidade escolar e educadores nesse novo contexto. Os educadores precisam ser direcionados e capacitados para uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Inclusão. Leis. Capacitação.

INTRODUÇÃO

Em tempos pós moderno, falar de pessoas com necessidades especiais, de certo modo nos leva a pensar que o cuidado não deve ser direcionado apenas para aqueles que são “iguais”, precisamos olhar de forma diferenciada para as necessidades de cada um, pois cada pessoa possui sua individualidade. Os padrões da humanidade declaram que precisamos ser perfeitos ou aparentemente, pois o diferente muitas vezes sofre rejeição até mesmo dentro de casa. Quando essa criança começa frequentar o ambiente escolar, os desafios se tornam ainda maiores, portanto, entender que todas as crianças são muito especiais, mas algumas precisam de um apoio, de um olhar e de uma atenção especial de um acompanhamento e acima de tudo muito carinho também é papel da escola, do professor e de todos os envolvidos no processo de aprendizagem.

¹ Graduada em Teologia, STBNB, (2005); Graduada em História, FINOM, (2012); Pós-Graduada em História da Cultura Afro Brasileira, FACE, (2013); Graduada em Serviço Social, Estácio de Sá, (2016); Pós-Graduada em Gestão de Pessoas, UCAM, (2014). Mestranda em Ciências da educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidade. FUST UNIVERSITY, (2023)

A política das minorias como sempre não tem muita abertura para aqueles que supostamente detém o poder em mãos para resolver as situações. Por muito tempo, famílias de pessoas com deficiência não tinham conhecimento de seus direitos e não lutavam por eles. Onde muitas vezes tinham medo do preconceito contra seus filhos “deficientes” e em outras situações, aceitaram as desculpas das instituições de ensino que colocam dificuldades para atendimento especial dessas crianças. E na maioria dos casos os problemas progrediram para graves, devido à falta de acompanhamento de profissionais nas áreas a serem desenvolvidas.

Conhecer o caminho que se percorre, traz segurança no caminho rumo às práticas inclusivas educacionais. A família e todos os envolvidos no processo devem estar cientes que cada um tem seu papel na vida dessa pessoa com necessidades especiais e o quanto antes se buscar o diagnóstico, mais cedo será trabalhado as habilidades que poderá levar a uma melhor qualidade de vida tanto da criança e ao mesmo tempo da família, a qual obterá conhecimentos para contribuir de modo significativo com a criança. Como afirma,

O diagnóstico e o processo de educação de crianças com Transtorno do Espectro Autista devem ser precoces e intensivos no sentido de melhorar a qualidade de vida. Considera-se a plasticidade do cérebro de uma criança para fazer as intervenções. É importante aproveitar os pontos fortes do autista uma vez que essa pode fazer a diferença na vida da criança e da família. Contribuir para o desenvolvimento da criança, explorando suas habilidades depende da participação de todos os que convivem com a criança. (LIMA, 2023, p. 14-15).

Na atualidade, percebemos uma abertura para tratar melhor esses assuntos, tanto na mídia e de modo geral pois as pessoas passaram a se encorajar e lutarem pelos seus familiares na proporção que passaram a ter conhecimento. Conhecer as leis para muitas pessoas não é nada fácil, devido ao emaranhado de dificuldades que o próprio sistema nos coloca no dia a dia na busca por conquistas.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Aqui no Brasil, já na Constituição de 1824 trouxe para os cidadãos brasileiros o acesso a educação primária e de forma gratuita para todos, ao mesmo tempo que é estabelecida a relação entre educação e cidadania. Contudo, a designação de cidadão excluía as mulheres e os trabalhadores. No ano de 1879 no município do Rio de Janeiro, a educação passou a ser obrigatória para todos os jovens, de ambos os sexos, dos sete aos quatorze anos. Contudo, a partir da Constituição de 1934, a educação passou a ser compreendida como um direito gratuito e obrigatório, tendo sua responsabilidade dividida entre a família e o Estado. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 4024/61) capítulo terceiro traz referência à educação de portadores de necessidades especiais: Art. 88 - A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de ensino, a fim de integrá-lo na comunidade. Essa medida buscou regulamentar algumas campanhas feitas no final da década de 1950, nomeadamente, para surdos, cegos e pessoas com questões da mente. Durante um longo período, a educação especial foi desenvolvida em instituições privadas com o apoio do governo.

A Constituição federal de 1988, estabelece “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, ainda, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). Dentro desse contexto, entende-se que essa garantia de educação como direito de todos sem nenhuma exceção, independente de qual seja a necessidade ou a deficiência desse cidadão. A “igualdade de condições de acesso” significa não negar a esses alunos o direito de aprendizagem, assim como é concedido aos demais, deve ser para com aqueles que apresentam dificuldades, sejam elas quais forem.

Deve-se considerar a importância das escolas como espaço para atuação profissional de saúde, visando à promoção de saúde e a prevenção das doenças. Recomenda-se a implementação de Programas de Prevenção da Audição em

todas as regiões do País, visando prevenir ou identificar precocemente a perda auditiva e seus efeitos deletérios na qualidade de vida dos escolares. Aconselha-se, ainda, promover a saúde auditiva em crianças, professores, familiares e comunidade, além de viabilizar mudanças positivas no ambiente escolar tornando-o mais saudável. (FRANÇA; BAGAROLHO, 2019, p. 82.).

Leis que atendem crianças com especialidade dentro do contexto escolar e favorecem esse público que por muito tempo foi desfavorecido, uma delas é a Lei nº 7.853/89 que define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. A pena para o infrator pode variar de um a quatro anos de prisão, mais multa. Por muito tempo, familiares de pessoas com deficiência, por não conhecerem seus direitos e principalmente dos seus filhos aceitaram as desculpas dos diretores de escola e instituições de ensino, onde se recusaram a dar assistência tanto no que diz respeito ao ensino e muitas vezes ao acesso básico a profissionais que dessem assistência a essas crianças, adolescentes e jovens, a fim de que algumas de suas deficiências não progrediram para quadro ainda piores, hoje com o acesso às tecnologias digitais e a facilidade ao conhecimento muito do que foi perdido entrou em pauta nas discussões em todos os âmbitos, onde é tratado sobre deficiência e pessoas com necessidades especiais.

A Lei nº 10.098 de 19/12/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e outras e dá outras providências essa lei obriga departamentos públicos e privados a construir seus projetos baseados em necessidades ou de forma a incluir pessoas sejam elas criança ou adulto das mais diversas necessidades especiais.

Nesse sentido, a Lei 13146 de 6/07/2015 institui a lei Brasileira que garante os direitos da pessoa com deficiência. O estatuto da pessoa com deficiência destina-se a assegurar e promover em condições de igualdade e exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão e cidadania, essa lei dá direito a todas as pessoas com deficiência de exercerem seus direitos e aos órgãos competentes de cumprir o que a lei manda a igualdade de direitos e a Liberdade deve ser respeitada pois estamos diante de cida-

dãos dotados de necessidades especiais e que anseiam em romper suas dificuldades e conquistar seus direitos antes desconhecidos e desrespeitados. Como afirma Pedro Menezes:

A educação especial é compreendida como uma modalidade de ensino e um instrumento de inclusão de alunos. Alunos portadores de necessidades especiais podem ter acesso a serviços voltados às suas especificidades. Muitos são os desafios da inclusão escolar. Dessa forma, algumas ferramentas são criadas para superar o desafio de educar a todos de forma integral e efetiva e reduzir o número de excluídos e marginalizados pelos sistemas educativos. A ideia é possibilitar a convivência de todos de maneira igualitária, respeitando as diferenças entre os indivíduos. Com isso, não se deve criar espaços completamente separados que possam servir como forma de segregação e exclusão dos portadores de necessidades especiais.

Desenvolver a capacidade de compreender as diferenças nesse contexto atual, é algo de fundamental importância para se exercer a profissão como professor nesse cenário onde tem aparecido muitas deficiências no contexto escolar. Partindo desse pressuposto, diante dos atendimentos que temos realizado em escolas do município ao qual temos desenvolvido trabalho como assistente social, percebemos que a escola está como quem não sabe o que fazer, diante daquele aluno que se apresenta como “diferente”, mesmo assim no contexto local, visualizamos um pequeno esforço em “tentar” realizar atividades que voltem para as necessidades especiais dos alunos com dificuldade de aprendizagem. Porém nesse mesmo contexto, surgem diversas situações no contexto escolar, várias deficiências e síndromes onde para muitos ainda é desconhecido. Para compreendermos melhor o contexto trabalhado, citaremos algumas doenças e síndromes abaixo:

O “Autismo”, que é chamado de Transtorno do Espectro Autista surgiu de forma grande nas escolas, crianças que antes eram tidas como “mongolóide” ou “retardadas” começaram a ser vistas de outras formas e com o surgimento de Centros de Atendimento Especializados e profissionais capacitados as descobertas têm sido de forma regular e famílias tem se beneficiado com tais acompanhamentos.

Segundo Cunha, p. 20, 2019

A lei 12.764/12 caracteriza a síndrome como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada pela dificuldade de comunicação verbal e não verbal, reciprocidade social e dificuldades para desenvolver e manter relações apropriadas a seu nível de desenvolvimento.

Essa inclusão das pessoas com deficiência valoriza aqueles que de certo modo não se sentem valorizados dentro do seu universo de dificuldades especiais. Percebendo algumas crianças especiais e suas respectivas famílias notamos o quão desafiador tem sido para as famílias que possuem pessoas com necessidades especiais, fazer valer as conquistas descritas na lei, pois afinal ela deve ser respeitada e cumprida.

Quando pensamos em educação especial, o que nos vem automaticamente na mente? Como responder a tantos anseios em amenizar essas deficiências e dificuldades desses alunos? Desse modo, podemos pensar em estratégias que nos leve a passar por esse caminho de “novas descobertas e estratégias” que venham nortear o fazer pedagógico satisfatório e nesse sentido, relacionar as práticas pedagógicas de forma inclusiva e igualitária, mesmo quando for difícil, quando o sistema não for tão acessível, porém quando o motor impulsor for o amor, o fazer não será um sacrifício e sim um método com finalidade e principalmente com resultados.

Qualquer reflexão sobre o futuro da educação e da formação de professores deverá atentar para os movimentos e as interações afetivas nos espaços de aprendizagem, que reorganizam a relação com o saber por meio de interesses e dos desejos do aprendente. Não somente isso, mas deve-se atentar também para a condição do docente de prazer e bem-estar, pois o professor deve amar o que faz. (Cunha, 2019, p. 115).

No contexto escolar, percebemos que são incontáveis as vezes que professores, coordenadores, direção e demais funcionários da escola, ao se deparar com crianças e jovens com deficiência, expressam a tão famosa frase “eu não sei o que fazer”. Realmente o medo do novo, do “diferente”, ou seja, a pouca e mesmo a falta de habilidades e conhecimento de práticas pedagógicas, levam professores a se desorientar quanto ao método a ser utilizado na sala de aula.

CAPACITAR PROFESSORES, UMA NECESSIDADE ATUAL

Conhecer as necessidades especiais das crianças à nossa volta é de suma importância para podermos trabalhar com cada uma delas individualmente. Trabalhando com crianças “diferentes e especiais” no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) e visualizando os atendimentos de cada profissional multifuncional, perceberemos o quanto precisamos levar a sério as dificuldades que nos são apresentadas. Existem diversos tipos de necessidades especiais e uma necessidade enorme de capacitar profissionais da educação para trabalhar de modo a incluir e isso não tem sido uma tarefa fácil.

Sabemos que, por ser uma temática atual e de suma importância para sociedade educacional, o termo inclusão não é apenas objeto de estudos e pesquisas sobre alunos com necessidades educativas especiais, com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, mas é um aspecto que ultrapassa conceitos referentes somente a colocação da criança na escola. A inclusão requer a quebra de cristalizações educacionais que fazem com que tantas pessoas sejam deixadas à margem do conhecimento escolar por apresentarem características que, muitas vezes, destoam daquilo que convencionalmente se tem como normal, acomodado, cristalizado. (DRAGO; 2019, p. 21).

Perceber cada necessidade não é uma tarefa fácil para o professor, pois ele será o primeiro no ambiente escolar a obter contato com esse aluno. Dentro da questão proposta aqui, deve ser pensado como preparar o professor para essa nova demanda? Como preparar os coordenadores para essa nova percepção do diferente? Ou seria necessário formar uma coordenação específica para esse público especial, com uma visão inclusiva e igualitária, com uma proposta totalmente voltada para as minorias e as necessidades de cada deficiência e necessidade especial. A demanda que envolve cada uma necessidade, deve ser um fator de conhecimento primordial para os envolvidos na aprendizagem do aluno especial. Ao que parece no sistema de ensino, que esse esforço é pouco estimulado e por isso, existe um longa caminhada rumo a esse entendimento.

Existem em nossas salas de aula alunos que apresentam diversos tipos de síndromes: síndrome de Rett, de Down, de Crouzon, de Williams, de Asperger, de Kabuki, de Noonan, de Edwards e outras. Cada uma delas possui sua especificidade e o professor necessita ser bem orientado para receber esses alunos e direcionar cada um da melhor maneira possível.

Para que ocorram mudanças e que a escola se torne verdadeiramente inclusiva, é preciso acreditar que todas as crianças podem aprender e que todas as crianças podem aprender e que todas devem ter acesso igualitário a um currículo básico diversificado e uma educação de qualidade. Para que isso aconteça, são necessárias adaptações curriculares, e que essas adaptações proponham formar possibilidades educacionais de agir diante das dificuldades de aprendizagem dos alunos e tem como finalidade auxiliar a ação dos professores. O currículo, assim entendido, compõe um conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios, procedimentos de avaliações, atividades e metodologias para atender às diferenças individuais dos alunos. (DRAGO, 2019, p. 181).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver ideias e práticas voltadas para as diferenças, nos leva a entender que cada universo humano é único, independente do contexto social que cada um vive. Perceber as necessidades especiais dos alunos, está inteiramente ligado a sensibilidade e o olhar humanizado. Valle e Connor, p. 13, 2014. “*Desse modo, como educamos os alunos com deficiência, tem tudo a ver como compreendemos as deficiências*”.

Voltar o olhar para pessoas com deficiência é uma prova de amor e cuidado, cada pessoa possui uma história e um meio de convívio social, o que de fato deve ser visto dentro desse contexto, como afirma Valle e Connor, p. 13, 2014, “*às deficiências são vistas, principalmente, através de lentes sociais, como uma série de respostas históricas culturais e sociais à diferença humana*”.

Buscar conhecimento é um dos caminhos encontrado para diminuir as barreiras das quando as dificuldades são postas, uma delas seria

o encaminhamento a profissionais multidisciplinares, pois o professor por mais que ele consiga ser sensível a necessidade, não está dentro da sua competência algumas ações. Como afirma Cunha, pg. 09, 2018, “o professor não tem por ofício o diagnóstico, mas a avaliação e o ensino. Para tal, precisa identificar os transtornos conhecendo seus sintomas para traçar estratégias educacionais”.

Por isso, o professor deve estar sempre atualizado sobre as necessidades dos alunos com deficiência, pois cada caso é um caso. Cada situação vai requerer um planejamento diferente e uma preparação pedagógica dentro da situação vivenciada do aluno.

O conhecimento derruba barreiras e faz com que pessoas que antes não tinham acesso, hoje possam construir possibilidades rumo ao conhecimento. Saber enxergar o outro como um ser humano total, não é tarefa fácil, mas para o “bom educador” será uma tarefa prazerosa. Quando notamos que as pessoas podem evoluir, mesmo que umas em menor grau, percebemos o quanto vale a pena conhecer as estratégias de chegar o quanto mais perto ao universo da pessoa com deficiência seja ela qual for.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7ª edição, Rio de Janeiro, Wak Editora, 2018.

Cunha, Eugênio. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 8ª edição. Rio de Janeiro, Editora Wak, 2019.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira;... [et al.]. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DRAGO, Rogério. **Síndromes: conhecer, planejar e incluir**. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Wak, 2019.

ELIAS, Janete de O. **Prática de ensino 1: volume único**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

FRANÇA; BAGAROLHO; Denise Maria Vaz Romano; Maria Ferna-

da. Surdez: **A importância do diagnóstico para o desenvolvimento do surdo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak editora, 2019.

GUEDES, Adrienne Ogêda... [et al.]. **Prática de ensino 5**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

LAVINAS, Lena; VEIGA, Alinne. **Desafios do modelo brasileiro de inclusão digital pela escola**. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.149, pp.542-569. ISSN 0100-1574.

LIMA, Joyce. **O mundo de Ben (M)**: um universo autista. 1ª edição. Varzea Paulista, SP: INDE, 2023.

MATTOS, Joy Costa; TUTTMAN, Malvina Tania; GUIMARÃES, Nilci da Silva. **Prática de ensino 2**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MENEZES, Pedro. <https://www.todamateria.com.br/inclusao-escolar-conceito-desafios/> Acesso dia 07 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. **Métodos e técnicas de avaliação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. V. 1.

PABIS, Nelsi Antonia. **Escola, currículo e avaliação**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

PEREIRA, Adriana Soares. **Didática**. Santa Maria: UFSM, 2019.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. **Fundamentos da educação 4**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. **Fundamentos da educação 4**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos. **Didática**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.2

O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

Katja Leandra Cruz Santos Vieira¹

Resumo:

O presente artigo científico traz uma abordagem no que diz respeito ao uso das novas tecnologias no contexto educacional, do mesmo modo tratando a importância dessas ferramentas e dos benefícios da utilização de novas tecnologias para a aprendizagem do aluno em sala de aula. Abordando o desafio que é para o professor incorporar essas novas tecnologias em suas aulas e ao mesmo tempo a necessidade de capacitar professores, a fim de que apliquem seus conhecimentos em sala de aula. O estudo trata que deve haver uma ligação entre alunos, professores e instituições de ensino no intuito da busca de sucesso na utilização de novas tecnologias, a fim de haja um bom desenvolvimento e melhorem qualidade do ensino que é ofertado no dia a dia para o nosso aluno.

Palavras-chave: Tecnologias. Ferramentas. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Falar de tecnologia como uma ferramenta na educação, é de suma importância pois precisamos dar respostas aos anseios que tanto tem movido essa geração no que diz respeito ao aprendizado direcionado por meio da tecnologia como meio de alcançar alunos nas mais diversas regiões do Brasil e do mundo.

A tecnologia tem em seu papel fundamental diminuir barreiras e levar a lugares diversos por meio de sua utilização uma aprendizagem eficaz e contínua. No atual momento que estamos vivendo hoje, percebemos com essa geração que tudo é imediato e na hora que se quer, as novas tecnologias tem se mostrado necessárias para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de nossos alunos, como uma ferramenta de suma importância nesse novo cenário educacional. Como bem afirma (AZEVEDO. 2017, p. 13):

¹ Graduada em Teologia, STBNB, (2005); Graduada em História, FINOM, (2012); Pós-Graduada em História da Cultura Afro Brasileira, FACE, (2013); Graduada em Serviço Social, Estácio de Sá, (2016); Pós-Graduada em Gestão de Pessoas, UCAM, (2014). Mestranda em Ciências da educação, Desenvolvimento Humano e Religiosidade. FUST UNIVERSITY, (2023)

A Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC1) vem sendo utilizada de maneira significativa no processo educacional pelo fato da globalização exigir que a informação seja disseminada de maneira ágil e moderna. Desta forma, o computador torna-se uma ferramenta primordial para a inserção e participação efetiva no processo mundial. A utilização deste recurso tecnológico possui destaque como ferramenta pedagógica que auxilia no processo de construção do conhecimento dos alunos. (AZEVEDO, 2017, p. 13).

Um bom exemplo a respeito do presente tema, quando estamos em sala de aula, muitos alunos quando possuem dúvidas sobre algum assunto, seja de cunho acadêmico ou outro qualquer, a busca pela internet é instantânea, pois já estamos no automático, as respostas rápidas e as consultas ao assistente de informações do google, por isso essa ferramenta por muitas vezes nos leva a dar respostas instantâneas, a essa geração tão imediatista e cheia de pressa. Isso muitas vezes não é bem-vindo, quando bem utilizado, no sentido de fontes confiáveis.

Vivemos em um mundo globalizado onde as mudanças são rotineiras, estas mudanças fazem reflexo na didática educativa que, por sua vez, passa a requerer novos recursos que facilitem e melhorem o processo educacional, passando a ser um diferencial para o desenvolvimento das aulas e atividades acadêmicas. Desse modo, é perceptível a necessidade de adequações didáticas de ensino-aprendizagem que alcancem tais expectativas, criando condições que permitam interligações com o processo educacional e a evolução de recursos tecnológicos como meios para alcançar uma aprendizagem diferenciada e significativa. AZEVEDO, 2017, p. 16).

Portanto, os educadores precisam ser bem preparados e orientados a usarem essas ferramentas de modo a contribuir com uma aprendizagem mais rica para os educandos. Professores bem preparados certamente desenvolverão trabalhos mais significativos e relevantes, por isso capacitação para os educandos é de suma importância.

DIFICULDADES DO PROFESSOR COM RECURSOS TECNOLÓGICOS

Para falarmos sobre essas dificuldades que o professor tem com essa utilização desses recursos é de grande importância lembrar de onde e quando uma boa parcela dos professores que estão em sala de aula, aprenderam suas metodologias de ensino.

De certo que esse tema nos traz a tona muito da nossa história, pois nossos recursos principais eram o quadro negro, o giz, o papel mimeografado. Os educadores passaram a ter acesso ao computador e notebooks e tiveram que se desdobrar pra conseguir manusear essas ferramentas.

Utilizar ferramentas tecnológicas nas escolas não é uma tarefa fácil, porém algo necessário para dar maior envolvimento nas aulas e qualificar as metodologias que são utilizadas na sala de aula.

Aprimorar a escola e seus conteúdos, reduzir os índices de fracasso escolar, reprofissionalizar o professor para modificar a forma de ensinar e de aprender, de modo a que crianças e jovens possam adquirir um novo tipo de conhecimento, dirigido à solução de problemas com criatividade e espírito crítico, são alguns dos argumentos dos que defendem a disseminação das tecnologias de informação e comunicação – TICs – nas escolas para revolucionar o ensino e, assim, renová-lo. Ou, no limite, refundá-lo. (LAVINAS; VEIGA, 2013, p. 545).

Dentro desse contexto, entendemos que para os educadores, a não ser uma parcela bem pequena, tem muitas dificuldades com o uso de novas metodologias, até aquelas mais simples, até porque a geração mais antiga não tem essas metodologias como algo necessário na sala de aula, preferem a utilização do método simples mesmo.

Para muitos educadores as novas tecnologias atrapalham e são um empecilho para uma aprendizagem efetiva dos alunos, segundo alguns professores, essas tecnologias são muito acessíveis e a toda hora para os alunos, faz com que o mesmo não tenha interesse em buscar o conhecimento de maneira mais sólida.

Nos dias atuais falar em mudanças no contexto da educação, é sobretudo importante considerarmos o avanço das novas tecnologias.

Ela tem mudado o comportamento das pessoas de modo geral nas últimas décadas e vem crescendo a sua utilização entre os estudantes de diversas idades. Na sala de aula, muitas vezes, nos deparamos com um encontro de gerações totalmente diferentes: educadores que não conviveram em um contexto de tecnologia e ao mesmo tempo trabalhando em turmas de alunos que já nasceram em um mundo voltado para a tecnologia e isso é totalmente desafiador.

Para tanto não podemos ignorar a tecnologia e impedir a entrada dela nas salas de aula, mas levar em conta seus benefícios rumo a aprendizagem dos estudantes é sobremodo importante. Daí surge uma demanda, também no sentido de formar professores, a fim de que tenham condições de oferecer aos alunos aulas mais atrativas e que venham voltar o olhar para os anseios do alunado. Para o educador atual, esse momento é de grande necessidade para entender as novas tecnologias e estudar como elas podem ser utilizadas no contexto educacional. A qualificação de nossos educadores é de fundamental importância para que o mesmo possa atuar utilizando as inovações e recursos tecnológicos, no intuito de transformar de modo muito significativo as metodologias educacionais que são utilizadas na sala de aula. Portanto, é muito relevante que o professor seja alvo de formações continuadas, para colaborar de modo efetivo e eficaz na formação de seus alunos.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NA SALA DE AULA

Como bem é notado em nosso cotidiano, seja em qual ambiente for, a tecnologia nos leva muito rapidamente há lugares que nunca antes foi imaginado, ao mesmo tempo, alcançamos aprendizagem que antes não seria possível a não ser por meio de recursos tecnológicos. Portanto, hoje essa modalidade como a educação a distância, chegou pra ficar e trazer conhecimento e aprendizagem a milhares de alunos em todos os cantos dessa terra, pois com o passar do tempo percebe-se que a distância das universidades, não necessariamente precisa ser a distância entre o aluno e a aprendizagem, pois por meio de ferramentas como google meet, Microsoft teams, zoho meeting e outros, podemos ter acesso às universidades e ao conhecimento que ali é produzido.

No entanto, a utilização pelos professores das novas tecnologias em suas aulas deve apontar para a formação de um indivíduo capaz de pensar por si próprio e de produzir conhecimento. As tecnologias devem ser vistas como recursos

mediadores, que estimulem o aluno a pensar de forma independente, a pensar sobre sua forma de pensar e aprender a aprender. (MORAIS *et al*, 2021, p. 3).

A palavra central no que diz respeito às novas tecnologias em sala de aula, é a *mediação*, pois podemos entender como um instrumento que possibilita uma aprendizagem voltada pela busca de crescimento e não como algo pronto. O aluno precisa utilizar essas ferramentas como apoio e não como principal produto de conhecimento, o que de fato pode acontecer por vezes em sala de aula, pois essa geração atual vive um momento muito imediatista nessa geração.

Devemos olhar para as novas tecnologias com olhar diferente e estimular o seu uso, pois diante desse novo cenário educacional, a escola também precisa estar ciente do seu papel nesse processo. Enriquecer as aulas é de fundamental importância a fim de chamar a atenção desse aluno tão imerso nesse universo tecnológico.

Precisamos de meios diversos que nos forneça informações que possam contribuir com aquilo que já possuímos ou que estamos em construção, para daí por diante gerar um conhecimento sólido e consciente e não um conhecimento vulnerável e sem bases. Dessa forma, o conhecimento será construído não somente pelo uso das tecnologias, mas por outros meios “tradicionais” que sempre foram utilizados em sala de aula.

O espaço educativo escolar deveria ser constituído de ambientes de troca de saberes e construção de reflexões e práticas transformadoras. No entanto, os alunos, muitas vezes, não encontram um ambiente em que possam discutir suas idéias e participar do ato de aprender, mutuamente. Um dos problemas mais debatidos quando se fala em escola e os jovens de hoje é justamente o distanciamento que há entre a cultura escolar e a cultura da juventude. Os conteúdos e conceitos aprendidos em sala de aula muitas vezes não fazem sentido para estes jovens que almejam um futuro que na maioria das vezes não está ligado ou relacionado com o que vêem nas salas de aula. (SOUZA; MOITA; CARVALHO; EDUEPB, 2011, p. 25).

A escola precisa falar a linguagem do jovem, mas ao mesmo tempo não pode esquecer de quem ela é na prática. Esse distanciamento do conteúdo com a prática e a vida do aluno, torna aquilo que é ensinado na sala de aula, muito longe da realidade e muitas vezes torna-se de difícil entendimento para os alunos, podendo provocar dificuldades na aprendizagem, entre outros. Desse modo, uma aprendizagem voltada somente para o professor torna-se cada vez mais desestimulante para o aluno, pois os mesmos têm demonstrado que querem participar do processo de geração de conhecimento, dando suas opiniões, sugestões, como contribuição para uma aprendizagem em sala de aula.

Essa geração atual muito influenciada pelas novas tecnologias requer dos seus professores, conhecimento em áreas que antes não eram conhecidas e se quer foram ensinadas, tudo isso é de certo modo muito novo para essa geração de educadores. Dessa forma, como afirma Cunha, p. 52, 2021:

Apesar das relações sociais terem sofrido mudanças sensíveis nos últimos tempos, é visível na escola o modelo de ensino preconizado há muitos anos, pois o docente de hoje foi o docente de ontem. Talvez esse foi o maior motivo para sua permanência nos dias atuais: ensina-se ainda da forma que se aprendeu.

Portanto, o educador desse novo tempo deve estar inteiramente ligado ao momento atual, pois o mesmo não deve acomodar-se com a aprendizagem recebida de anos atrás e buscar conhecer novos caminhos, a fim de contribuir de modo significativo com seus discentes em sala de aula. Colocar-se no lugar de eterno aprendiz, faz do professor que realmente ama o faz, um profissional diferente dos demais profissionais. Quando o educador traz algo novo e atraente ao aluno, o caminho que se leva para chegar ao objetivo pretendido é muito melhor e mais curto, pois é nesse momento que o aluno se sente importante na construção conjunta da aprendizagem. Como afirma, (SOUZA; MOITA; CARVALHO; EDUEPB, p. 179, 2011):

Nesse sentido, ressaltamos que uma prática pedagógica inovadora condizente com as exigências da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, com as necessidades de aprendizagem dos alunos, envolve (re) significar o ensinar e

o aprender promovendo uma mudança paradigmática no sentido de estabelecer uma relação horizontalizada entre seus atores.

Vimos de uma geração onde o professor sempre foi o centro e o detentor do conhecimento, o aluno como mero expectador e alguém que estava ali para absorver o conhecimento e não como participante do processo. Mudar um sistema não é nada fácil, porém para o professor que um dia buscou conhecer novas tecnologias e percepções diferentes do que tem sido propagado é uma tarefa árdua e carregada de grandes desafios. Para Cunha, p. 52, 2021:

Para refletir um pouco sobre novas interfaces constritivas da aprendizagem e do ensino, lembrando da forma como nossos pais e avós aprendiam: o professor era o centro das ações... Era superior ao aluno e detinha o conhecimento. À frente do professor, em carteiras enfileiradas, sentavam-se meninas e meninos uniformizados que deveriam estar silentes e atenciosos ao seu falar.

Com o passar dos tempos e a utilização das novas tecnologias cada vez mais ganhando força na sala de aula, percebeu-se que aquela figura do professor como o único responsável por transmitir conhecimento, já não estava mais condizente com a nova proposta vivenciada no dia a dia dos alunos. Desse modo, foi se dissipando e abrindo um leque de possibilidades, ao modo que foi dando espaço aos novos métodos e conhecimentos diversos provenientes desse novo momento vivido pela humanidade.

A figura do professor como orientador e condutor desse processo educacional, deve estar sempre sendo valorizado em nossas escolas, porém ele não deve ser o único, para que a aprendizagem não seja cômoda e uma via única, mas uma via de mão dupla, onde a aprendizagem ocorra em todos os níveis. Portanto, tona-se de fundamental importância alunos participativos e ativos rumo a uma aprendizagem construtora de novos saberes seja em que ambiente estiver.

Na educação contemporânea o professor não é visto como a fonte de todo o conhecimento e o conhecimento não é um objeto, algo que possa

ser transmitido do professor para o aluno. Contudo, ainda hoje, em muitas escolas, predomina a comunicação vertical, o professor é o detentor do saber absoluto, agindo como um transmissor de conhecimento e não permitindo que o aluno discuta suas ideias e traga novas informações para a sala de aula. Muitos professores não levam em conta a experiência que os alunos já trazem consigo e não estimulam a discussão sobre o que eles aprendem em casa, na rua, na TV, no rádio, revistas e Internet. (SOUZA; MOITA; CARVALHO; EDUEPB, 2011, p.24).

O professor que faz da sua aula uma fonte de aprendizagem e leva seus alunos a serem participativos e contribuírem com seus posicionamentos, traz para a sala de aula estímulos e contribui com uma aprendizagem significativa e forte para seus discentes. O modelo que era proposto onde o professor deveria ser o detentor do saber, foi abrindo espaço para aquele que orienta e contribui, o que de certo modo, trouxe um novo olhar para a importância do aluno na sala de aula e sua cosmovisão do mundo foi valorizada e ampliada para o nível da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já falamos anteriormente, a educação precisa caminhar junto com saberes e conhecimentos diversos. Aquilo que trazemos ao longo da vida é importante e vale a pena valorizar, porém não podemos ficar mergulhados em um só visão e não buscarmos novos conhecimentos, pois nosso aluno está sedento de uma aprendizagem sólida, o que muitas vezes tem deixado a desejar. Para o educador que aprendeu nas técnicas mais “antigas” não será fácil a adequação e aprendizagem de novos métodos tecnológicos, porém o professor sempre teve a referência de inovador e alguém que surpreende. Daí ignorar a pedagogia aprendida não é o caminho, mas o professor comprometido com a aprendizagem vai além e busca meios e métodos de aprendizagem para que esse aluno alcance os objetivos que lhe são propostos.

De certo a tecnologia traz novas possibilidades para o aluno e também para o professor em sala de aula, pois vem trazendo junto, um mundo de possibilidades rumo a novas metodologias e recursos que podem ser utilizadas em sala de aula. O professor bem preparado peda-

gologicamente e tecnologicamente buscará cada dia aulas mais atrativas para seus alunos, de modo que os mesmos corresponderão aquilo que lhe será oferecido em sala de aula. O aluno dessa geração mudou e não cabe ao professor ficar para trás e somente observar as mudanças. Assim o mesmo deve estar buscando interagir e responder a essas inquietações dentro do contexto escolar.

Dessa forma, a oferta de uma educação de qualidade para os alunos é cada vez maior e o professor bem preparado traz consigo, ferramentas que possam aproximar alunos a outras fontes de conhecimento e aprendizagem. Educadores muito diferente de outras profissões, como ouvimos “professor forma outras profissões” daí a necessidade de ser referência é constante e ao mesmo tempo que aprendemos e crescemos, isso reflete significativamente na vida do nosso aluno.

É certo que dificuldades foram e serão enfrentadas ao longo do processo educacional, porém não podemos perder de vista aquilo que é inerente à profissão de educador, os *desafios* e eles deverão ser rompidos ao longo da estrada rumo a busca do conhecimento.

Portanto, as dificuldades serão vencidas no dia a dia, em sala de aula, na medida que nossos educadores forem bem instruídos e os educandos recebem uma educação de qualidade, pois tudo isso acarretará benefícios para a educação como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Alison Lopes. **O uso da tecnologia e sua relação com o ensino na modernidade- Diagnóstico e intervenção**. UFP, Paraíba, 2017.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas Pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7ª edição, Rio de Janeiro, Wak Editora, 2018.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira;... [et al.]. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELIAS, Janete de O. **Prática de ensino 1: volume único**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

GUEDES, Adrienne Ogêda... [et al.]. **Prática de ensino 5: volume úni-**

co. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

LAVINAS, Lena e VEIGA, Alinne. **Desafios do modelo brasileiro de inclusão digital pela escola**. Cad. Pesqui. [online]. 2013, vol.43, n.149, pp.542-569. ISSN 0100-1574.

MATTOS, Joy Costa; TUTTMAN, Malvina Tania; GUIMARÃES, Nilci da Silva. **Prática de ensino 2**: volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2008.

MORAIS ET AL, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes. **O uso de ferramenta de interação Web nos cursos de Licenciaturas do Instituto Federal do Piauí**: um estudo de caso na disciplina de Tecnologias na Educação, BJD, Curitiba, 2021.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; GAMA, Zacarias Jaegger. **Métodos e técnicas de avaliação**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014. V. 1.

PABIS, Nelsi Antonia. **Escola, currículo e avaliação**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2012.

PEREIRA, Adriana Soares. **Didática**. Santa Maria: UFSM, 2019.

SANTOS, Ana Lúcia Cardoso dos. **Didática**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2013. V.2.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. **Fundamentos da educação 4**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

SILVEIRA, Cláudio de Carvalho; ...[et al.]. **Fundamentos da educação 4**. v. 2. Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2007.

SOUZA, MOITA, CARVALHO. Robson Pequeno de; Filomena M. C. da S. C.; Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias digitais na educação**. EDUEPB, Campina Grande-PB, 2011.

CURRÍCULO E A EDUCAÇÃO

Uytalo Gomes Soares¹

Resumo:

O presente artigo vem com uma abordagem simples e clara, com tema muito recorrente nos meios dos estudos da educação, que é o tema currículo, e ao desdobramento do artigo vem com uma explanação da sua importância pra sociedade como meio viabilizem-te e formador de uma sociedade e de sua cultura de formação, como meio de incentivo ao mercado de trabalho e de suas atitudes, como serão condicionados sejam de forma direta ou não, o currículo e capaz de trazer novos modos e de modificar os existentes, como também pode ser forma de se induzir a certos comportamentos e de se adequar a realidades distintas, como trabalhar de forma integral e sua convivência social de forma organizada, o currículo e capaz de integrar conhecimentos já previamente a um meio de trabalho que futuramente poderá ser o meio de subsistência do individuo, como meio de interesse de classes dominantes, o currículo e o manual de assistência do professor como a ser seguindo e modificado como ser fizer necessário, se adequando ao meio social em que se encontra.

Palavras-chave: Conceito de Educação Curricular. Dificuldades do Método. Comparabilidade dos Sistemas de Educação. Alteridade. Eticidade.

INTRODUÇÃO

O tema em questão é de fundamental importância para o véis educacional, como forma de protagonismo instituidora de conhecimentos culturais e de sapiência a ser seguida como um manual de requisitos de saberes a serem passados para uma futura nação e sociedade a ser propulsora dos meios adquiridos na educação em geral como meio superveniente ai interligações de raciocínio e meios sociais, como uma forma filosófica de transmissão em massa de cultura de conhecimento, sejam de forma induzida ou de forma continuada do conhecimento já propagado familiarmente e regionalizado, como também vemos o currículo educacional como forma socialmente, de razão classista aonde os

conceitos de condicionamentos sociais e práticos vem com uma imposição das classes dominantes da região ou da nação em que se discute políticas públicas e culturais. O estudo vem com uma abordagem dos principais pontos em questão sobre a sua importância na imposição dos saberes requerido pelo meio social em razão da sua importância das classes dominantes e como se faz tal meio de inserção dos mesmos de como é redigido o currículo educacional.

REVISÃO DA LITERATURA

O Currículo tende a se moldar constantemente aos novos desafios e transformações no globo terrestre temos que ressignificar o que venha a ser necessário, pois quando se tratando de currículo não estamos apenas tratando de modos e maneiras que venhamos a seguir como referencial de conteúdos mais vai muito além de ser somente isso o currículo faz parte integralmente da cultura de um povo como um todo e um meio formador da cultura de uma comunidade.

Grundy (1987, p. 5) assegura que: “o currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas”.

O fato mais relevante e que através da educação que se forma uma nação, e por meio do currículo que se impõe o que necessariamente será constituindo os saberes dos novos cidadãos, de uma determinada sociedade, como um todo o currículo nos remete a uma formação da construção cultural, como sendo um meio formador e dissimulador de práticas educativas que influenciam na construção cultural de um determinado povo ou nação, por meio do currículo que se influencia os modos e formas de comportamentos dos cidadãos de foram educados pelo currículo proposto aos mesmos.

(Rule (1973, p. 41), num exame histórico da literatura especializada norte-americana, a partir de mais de uma centena de definições, encontra os seguintes grupos de significados: a) um grande grupo delas relacionado com a concepção do

currículo como experiência, o currículo como guiada experiência que o aluno obtém na escola, como conjunto de responsabilidades da escola para promover uma série de experiências, sejam estas as que proporcionam consciente e intencionalmente, ou experiências de aprendizagem planejadas, dirigidas ou sob supervisão da escola, ideadas e executadas ou oferecidas pela escola para obter determinadas mudanças nos alunos, ou, ainda, experiências que a escola utiliza com a finalidade de alcançar determinados objetivos; b) outras concepções: o currículo como definição de conteúdos da educação, como planos ou propostas, especificação de objetivos, reflexo da herança cultural, como mudança de conduta, programa da escola que contém conteúdos e atividades, soma de aprendizagens ou resultados ou todas as experiências que a criança pode obter.

O currículo seve como aio para o professor, por meio dele que se obtém a direção dos conteúdos a serem passados, e todo informação e formação cultura, tendo como base dos objetivos a serem alcançados, e transmitidos e viabilizados e implantados os planos e propostas curriculares, por meio do qual molda a mente para um determinado fim, muitas vezes determinados por a elite, como forma de induzir futuros profissionais ao mercado de trabalho, de forma que venha a atender seus interesses e objetivos, tornando os capazes de suprir as necessidades advindas por suas indústrias e propriedades, como viés de mão de obra qualificada e condicionada ao tipo de trabalho proposto e imposto, por meio da educação se constrói uma cultura seja ela critica e participativa, ou seja, ela compreensiva e conformada.

Pois bem o currículo vem como uma totalidade de acepções, às vezes parciais e também contraditórias entre sim, dirigidas por um determinado contexto politico, científico, filosófico e cultural, como um conjunto de matérias a serem superados pelos estudantes e compreendidos, onde toda forma de conhecimentos supracitados e imposto ao seu arcabouço de conhecimento moldando sua mente a situação pretendida e imposta.

O currículo – diz lundgren (1981) – é o que está por trás de toda a educação, transformando suas

metas básicas em estratégias de ensino. Tratá-lo como algo dado ou uma realidade objetiva e não como um processo no qual podemos realizar cortes transversais e ver como está configurado num dado momento não seria mais que legitimar de antemão a opção estabelecida nos currículos vigente, fixando-a como indiscutível. O relativismo e a provisionalidade histórica devem ser uma perspectiva nestas afirmações. Apple (1986, p. 66) afirma que: “[...] o conhecimento aberto e encoberto que se encontra nas situações escolares e os princípios de seleção, organização e avaliação deste conhecimento são uma seleção, regida pelo valor, de um universo muito mais amplo de conhecimentos e princípios de seleção possíveis”.

O contexto curricular traz um mais que uma proposta de conhecimentos a serem transmitidos, mais traz uma gama de conhecimentos que estabelecem ao logo dos anos e vem fazendo parte do contexto histórico de um povo, uma nação regida pelo ditames educacionais de forma direta e objetiva como forma de organizar e avaliar não exatamente o que se esta aprendendo no momento mais sim o que vai ficar estabelecido para a vida do individuo como um ser integrante a sociedade, e ele irá se estabelecer e se fixar com seus dados conhecimentos educacionais e se congratula de conhecimentos de mundo selecionados os que se equipararem ao que li foi impregnando na sua educação.

Bernstein (1980, p. 47), um dos mais genuínos representantes desta corrente sociológica, expressa a importância desta nova ênfase afirmando que

As formas através das quais a sociedade seleciona, classifica, distribui, transmite e avalia o conhecimento educativo considerado público refletem a distribuição do poder e dos princípios de controle social. [...] O currículo define o que se considera o conhecimento válido, as formas pedagógicas, o que se pondera como a sua transmissão válida, e a avaliação define o que se considera como realização válida de tal conhecimento. (BERNSTEIN, 1980, p. 47).

O currículo vem como um meio de imposição social econômico,

como forma de interesses de classes sociais, de certa forma a condição financeira influencia e muito no currículo, e relativamente é imposta pelas classes dominantes, devemos levar em codireção a condições sociais antes de elaboramos um currículo, fatos consideráveis se pensam nos elementos de materiais disponíveis os recursos necessários. Nei sempre será possível a determinadas sociedades mais carentes, sendo também uma invenção social pela qual se colocam crenças e valores sociais impostos pelas classes sociais dominantes ficando como instancia criadora de conhecimentos favoráveis ao seu viés econômico, é interacionista de classe.

Conclusão

Por meio da pesquisa do currículo em transformação e em constante aperfeiçoamento, pode compreender um pouco mais sobre sua importância na educação e construção de uma sociedade como um manual de instruções que ditam tudo passo a passo, como solucionar possíveis problemas e futuros meios de como intervir ou como criar pessoas para determinadas citações e circunstancias, de como é importante a construção de um currículo para educação é de como e importante uma boa elaboração de um bom currículo, e de como ele influencia todo o futuro de uma sociedade é de como podemos através do currículo induzir de forma indireta ou ate mesmo diretamente no rumo da vida dos indivíduos, como meio pratico e viável ao futuro cidadão em formação, que o currículo tem muito importância na cultura da sociedade, pois o mesmo pode deixar de correlacionar uma cultura e fazer com que ela venha a cair nos esquecimento, como também formar uma nova cultura, como base no novos indivíduos em formação, como por exemplo podemos citar a cultura das redes globalizadas das redes sociais que vem cada dia se destacando cada dia mais e mais, como o currículo tem que se modificar constantemente as transformações que vem acontecendo devidos aos implementos tecnológicos que vem surgindo de forma supreendentemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bernstein. **O Currículo Uma Reflexão Sobre a Prática**. 3.ed. 1980

Dicionário Michaelis online. Disponível <https://michaelis.uol.com.br/>

busca? Acessado em 06 de set. de 2021.

GRUNDY, S. **Curriculum**, The Falmer Press. 1987.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a sua prática**. Trad. de Ernani F. da Fonseca Rosa. 3 ed. Penso. Porto Alegre, 2017.

Rule (1973 apud Sacristán 2000) **reflexo da herança cultural**. p. 14.

EVASÃO NO ENSINO A DISTÂNCIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PERÍODO DA PANDEMIA

Giovana Barbosa Cavalcante

Resumo:

Considerando que a evasão é uma preocupação para as Instituições de Ensino Superior, há vários anos, questionamos o mesmo no período da pandemia e pós, pontuando os desafios e possibilidades. A qual foi realizada na Universidade Estadual da Paraíba, em Campina Grande - PB, nos cursos de graduação Licenciatura em Geografia e o Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, os quais foram ministrados durante todo período pandêmico. Como o propósito de descobrir como se deu a evasão sob o olhar dos tutores, realizou-se uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, através de questionário com questões abertas e fechadas pela plataforma do google forms, com os tutores dos dois cursos na modalidade a distância administrado pela Pró-reitora de Ensino Médio, Técnico e Educação a distância (PROE-AD). Os resultados indicaram que a evasão tanto na educação presencial e EaD é 43,98%. conforme estudos e colocações dos tutores, a qual perpassa por vários motivos. Devido a pandemia os tutores tomaram como estratégia para minimizar a evasão faz uso do WhatsApp, como uma maneira de criar vínculo com o aluno e assim solicitar as atividades e incentivá-lo a continuar no curso. O após pandemia e as variantes do vírus da covid 19, as questões da evasão permanecem nos cursos à distância, mas acreditamos que gestores, professores, tutores e alunos estão empenhados e engajados para que a aprendizagem ocorra em qualquer modalidade de ensino seja ela presencial ou a distância.

Palavras-chave: Pandemia. Educação à Distância. Evasão. Universidade.

Abstract:

Considering that dropout rates have been a concern for Higher Education Institutions, for several years now, we have questioned the same during the pandemic period and after, highlighting the challenges and possibilities. Which was carried out at the State University of Paraíba, in Campina Grande - PB, in the undergraduate courses Degree in Geography and the Bachelor's Degree in Public Administration in distance

learning, which were taught throughout the pandemic period. With the purpose of discovering how evasion occurred under the tutors' eyes, qualitative-quantitative research was carried out, through a questionnaire with open and closed questions using the Google Forms platform, with the tutors of the two courses in the modality distance administered by the Dean of Secondary, Technical and Distance Education (PRO-EAD). The results indicated that dropout rates in both face-to-face education and distance learning are 43.98%. according to studies and comments from tutors, which occurs for several reasons. Due to the pandemic, tutors used WhatsApp as a strategy to minimize dropouts, as a way to create a bond with the student and thus request activities and encourage them to continue on the course. After the pandemic and the variants of the covid 19 virus, the issue of dropout remains in distance learning courses, but we believe that managers, teachers, tutors and students are committed and engaged so that learning takes place in any teaching modality, be it face-to-face or at a distance.

Keywords: Pandemic. Distance Education. Dropout, University.

INTRODUÇÃO

A evasão não é um fenômeno apenas dos cursos presenciais, mas também dos cursos da modalidade à distância (EAD). Segundo o Censo EAD do Brasil realizado em 2016, o fenômeno da evasão é apontado como o maior obstáculo enfrentado pelas instituições que oferecem cursos nessa modalidade, o que representa uma grande preocupação para as instituições que oferece esta modalidade como para aqueles que pretendem ofertar.

A evasão de alunos é um fenômeno complexo comum às instituições de ensino no mundo contemporâneo. A evasão estudantil no ensino superior é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais (SILVA FILHO et al, 2007).

O modelo de EaD no Brasil vem ganhando lugar de destaque e tendo maior credibilidade de acordo com o Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância (AbraEAD, 2017), cerca de 2,5 milhões de pessoas estudam por meio da EaD. Nesse dado, não estão sendo levados em consideração os cursos livres de línguas, disciplinas a distância de cursos presenciais, etc. Nos últimos três anos, o número de instituições que ofertam cursos a distância no Brasil cresceu 54,8%.

Considera-se um grande crescimento, uma vez que vem aumentando significativamente.

Não podemos negar que os cursos à distância, surgem como ferramenta de desenvolvimento de competências humanas para o trabalho, visto que o mercado de trabalho está cada vez informatizados e necessita de trabalhadores que detenham o conceito teórico e pratica da área que se encontram inseridos.

A proliferação dos cursos em EAD, Costa (2013), Mendonça (2020), nos proporciona a oportunidade de termos, mas pessoas com um curso superior, muitos deste não tem como frequentar um curso presencial e esta modalidade está fazendo a diferença. Nem por isso, esta modalidade é perfeita, surgem também dificuldades e o problemas que variam de acordo com a região, o estado e a localidade, um deste problema que podemos citar é a questão como a evasão. São poucos os artigos científicos que investigam os fatores que influenciam na decisão do aluno em desistir de um curso na modalidade de EaD. Como já sabemos as causas que proporcionam a evasão são inúmeras, podendo ser interno e externo. Interno quando estes problemas estão relacionados ao próprio aluno e externo referente à instituição de ensino.

Nos dias atuais, a questão da pandemia agravou o índice de evasão nos cursos em EAD e as instituições de ensino privado foram as que mais sentiram devido o desemprego ocasionado pelo Covid -19. Sendo assim, os alunos não tinham condições de pagar as mensalidades, ou seja, a perda de receita. Já nas instituições públicas são os recursos investidos sem o devido retorno.

A Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, onde deteremos os nossos olhares como pesquisadores, objetivando analisar as causas da evasão em dois cursos na modalidade à distância, no período da pandemia, ao olhar dos tutores, buscando identificar a compreensão, a visão dos mesmos sobre evasão e o quantitativo dos alunos evadidos nos sistemas da UEPB, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Sistema Universidade Aberta do Brasil (SISUAB).

Os cursos de licenciatura em geografia e bacharelado de administração público-alvo de nossa investigação, iniciaram suas atividades no segundo semestre de 2018 e estiveram em plena atividade acadêmica antes, durante e após pandemia, encaixando perfeitamente com o tema deste artigo “evasão no ensino a distância: desafios e possibilidades no período da pandemia”. Para alcançar tal objetivos o tutor assume um papel primordial, visto que o mesmo dá suporte ao aluno, tirando

dúvidas, corrigindo atividades, produzindo conteúdos extras, realizando fóruns de interação, entre outras coisas e principalmente motivando os alunos para que não desistam do curso.

O tutor é um profissional que basicamente dá suporte ao aluno e está, mas próximo do mesmo, assim sendo queremos identificar junto ao tutor a compreensão de evasão, levantar a quantidade de alunos evadidos antes durante e após pandemia, realizar uma comparação os dados dos tutores com o do sistema da CAPES e UEPB, finalizando com a análise os dados recolhido e comparar com as hipóteses colocadas.

A evasão de alunos é um fenômeno complexo, comum às instituições de ensino no mundo contemporâneo. Exatamente por isto, sua complexidade e abrangência vêm sendo, nos últimos anos, objeto de estudos e análises, especialmente nos países do Primeiro Mundo. Tais estudos têm demonstrado não só a universalidade do fenômeno como a relativa homogeneidade de seu comportamento em determinadas áreas do saber, apesar das diferenças entre as instituições de ensino e das peculiaridades sócio-econômico-culturais de cada país.

Na EaD existe uma preocupação muito maior frente a evasão, devido ao modulo de ensino, segundo o anuário estatístico da AbraEAD (2017), por oferecer a oportunidade de estudo no ambiente doméstico, social ou profissional, e ainda por permitir que o aluno escolha os horários em que vai estudar, na EaD geralmente possui mais estímulos concorrenciais (filhos, mulher, barulho de televisão e da vizinhança entre outros) e depende de forma bem mais direta de algumas aptidões do aluno, como capacidade de organização e de concentração para os estudos.

Não são todos os alunos que estão preparados para o ensino a distância, apesar de acharem que é um ensino fácil, o que é um engano. Muitos não têm maturidade para este tipo de estudo, deixar de lado todos os problemas externos para se dedicarem aos estudos, criando um habito de um horário para estudo e realização de atividades.

Muitos alunos tendem a evadir dos cursos na modalidade a distância por não estarem adequados e preparados para quebrar paradigmas educacionais. Para Peters (2004, p. 48), uma “mudança de paradigma na educação” poderia significar que na educação certos modelos ou padrões não existem mais porque novos modelos e padrões que diferem dos antigos de modo marcante os substituíram. Mediante tais colocações o tutor assume o papel de facilitador do aluno, pois é a ele que o aluno deverá recorrer, e para este profissional atender às expectativas precisa estar capacitado para a função desempenhada.

Todas colocações acima serviram como base para a dissertação sobre evasão no ensino a distância: desafios e possibilidades no período da pandemia nos cursos de modalidade a distância nos cursos de administração pública e geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a qual contará com 07 (sete) capítulos, os capítulos I, II e III teremos a fundamentação teórica onde abordaremos a Trajetória da Educação a Distância (abordando o surgimentos da EAD no Brasil e a Andragogia e Heutagonia como metodologia que vem dando respaldo ao ensino a distância), A Conceituação de Educação a Distância (sobre as instituições de ensino superior em EAD e o perfil e competências dos tutores que lidam diretamente com o aluno) e conceito de evasão (contaremos com informação sobre a evasão nas instituições de ensino superior presencial e a distância).

No capítulo IV, teremos A Relação dos alunos de EAD com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (que contará com informações sobre o perfil do aluno e o *moodle* como ambiente virtual de aprendizagem dos alunos), no V capítulo A Aprendizagem dos Alunos Através do Moodle (o como ocorre essa aprendizagem e o material didático disponível), o VI a Delimitação da instituição UEPB, a demarcação demográfica e a infraestrutura da instituição e finalizando com o VII capítulo A Análise e Discussão dos dados, onde divulgaremos os resultados alcançados após instrumento de investigação.

Dentro desta perspectiva, a relevância dessa pesquisa reside na possibilidade de colaborar com as ações empreendidas pelos atores da EAD, a fim de combater a evasão nos cursos e realizar com eficiência a função de ofertar um ensino superior com qualidade, já que os números indicam aumento considerável do quantitativo dos cursos superiores em todo país. Expectativa primordial é de que os dados analisados possam promover modificação, alteração, acréscimo, exclusão capazes de servir de alternativas para implementação de ações cuja meta seja a garantia de que a EAD faça parte de projeto institucional, competente e eficaz, de expansão do ensino superior.

MATERIAL E MÉTODOS

especificamente na Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância (PROEAD) que é responsável pelo acompanhamento das atividades e ações administrativas e pedagógicas das escolas técnicas e agrícolas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Escola Agrícola Assis Chateaubriand no campus II (Lagoa Seca) e Escola

Agrotécnica do Cajueiro no campus IV (Catolé do Rocha).

Atua também no oferecimento de cursos na modalidade a distância dentro UEPB, cuja captação de recursos para a oferta de novos cursos e novas turmas é proveniente dos editais abertos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), órgãos vinculados ao Ministério da Educação (MEC). Além de representar a UAB, nos últimos anos a PROEAD tem coordenado os editais do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

A partir dessas atribuições basilares, a PROEAD vem ao longo dos anos buscando parcerias com o Governo do Estado da Paraíba para o oferecimento de novos cursos de graduação e especialização na modalidade a distância que visem a formação inicial e continuada dos professores da rede de ensino. Assim como parcerias com outros órgãos do Estado voltados para o fortalecimento e valorização dos servidores públicos, como é o caso dos diálogos com as Secretaria do Estado da Educação (SEE/PB), Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana (SEMDH) e Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)

Atualmente contamos com cerca aproximadamente de 3.000 alunos, distribuídos em 06 curso Administração Pública, Filosofia, Geografia, História, Licenciatura em Letras dupla Habilitação Português/Espanhol, Pedagogia. Esses cursos tiveram início nos anos 2022 e 2023, os cursos da UAB estão no terceiro período, o da FAPESQ no primeiro período e no PARFOR turmas no primeiro ou segundo período e de superior de Tecnólogo em Gestão Pública não houve matrícula pois encerrou em 2022.2 esteles dois alunos ficaram com pendencia no TCC e concluirão agora no primeiro semestre de 2023.1.

Nos deteremos nos Cursos de Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Administração Pública que tiveram início em 2018.2 turmas e concluíram em 2022.2 em EAD, visto que a pesquisa se dará sobre a evasão no ensino a distância: Desafios e possibilidades no período da pandemia, os dois cursos citados estiveram no epicentro desta pandemia, que nos dará subsídios para a nossa pesquisa.

Pesquisaremos, através de leituras em trabalhos publicados na internet, elencando quais os possíveis motivos que levam os alunos de um curso na modalidade EaD a um número elevado da evasão, propondo ideias e experiências já existentes, aos profissionais de tutorias, relacionando-as estratégias que o levarão a contribuir para a possível minimização da evasão.

O desenvolvimento desta pesquisa ocorreu junto aos tutores dos cursos de licenciatura em Geografia e o bacharelado em Administração Pública da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Diante dessa perspectiva este estudo possibilita aos tutores participantes da pesquisa tornarem-se sujeitos da mesma. Os nossos olhares se deterão na problemática da evasão sob ótica dos tutores dos cursos de geografia e Administração Pública, que iniciaram no segundo semestre de 2018, ambos estavam em pleno funcionamento durante a pandemia, os referidos cursos exercem uma parceria com a CAPES, portanto são regulamentados pelo MEC.

Para Nunes (2011, p.5): "a evasão é um problema resultante de um conjunto de vários fatores que influenciam na decisão de alguém quanto à permanência ou não em algo dentro de contextos sociais e educacionais."

Estaremos focando nos tutores dos cursos, em dados obtidos pelo sistema da CAPES/Sisuab, controle acadêmico da UEPB e o moodle. O curso de geografia conta com 07 (sete) tutores e Administração Pública (10) tutores, totalizando 17 (dezessete). Pois estes estão bem próximo ao aluno, assumindo o papel de mediador entre professor, material didático e aluno. Objetivando minimizar as dificuldades na questão da aprendizagem com também da evasão.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo, ambas importantíssimas para análise do objetivo proposto, pois cremos que em educação não podemos somente nos ter em aspectos quantitativos, o que nós confirma Bittencourt, (2014):

Numa época como a nossa, em que só é teoria o cifrável, aquilo que pode ser transformado em dados, contabilizando e despojado de identidade própria, em função da inquestionável estatificação (sic), propor encontramos com a substância do peculiar, o fatal da experiência, a pesquisa do relato anônimo, parece ser em si mesmo algo arriscado, já que implica uma experiência viva de deciframento do outra, das relações, da realidade, e inclusive de um mesmo (Bittencourt, 2014, p. 478).

Tivemos como principal fonte de coleta de dados um questionário objetivo com dez (10) perguntas para análise, utilizamos o for-

mulário digital do google (Google forms), o mesmo constou com as duas primeiras questões relacionadas a identificação, as três (03) seguintes sobre a experiência como tutor, educação básica e superior, os próximos três (03) o quantitativo de alunos em 2018, 2020 e 2022 e as demais sobre o que entendiam de evasão e estratégias utilizadas para minimizar a evasão. Nesse processo de coleta e organização de dados iremos confrontar se a realidade sobre a evasão no ensino a distância na UEPB comunga com o levantamento bibliográficos realizados onde vários estudiosos colocam o alto índice no percentual de evadidos nas IES seja pública ou privada, os motivos que são predominantes na evasão dos cursos EaD, a atuação dos tutores neste processo e quais as estratégias e características básicas que são utilizadas na redução dos índices de evasão pelos envolvidos na modalidade.

Analisar a questão da evasão durante todo período pandemia, levamos a questionar quais os desafios e possibilidades enfrentas pelos Tutores, no processo de ensino e aprendizagem junto aos alunos na tentativa de diminuir a evasão na Universidade Estadual da Paraíba nos cursos da modalidade a distância. Sabemos que a problemática da evasão já acontecia mesmo antes da pandemia, a pergunta é será que aumentou: porque e as causas e as ações realizadas pelos tutores na tentativa de minimizar as evasões.

A referida pesquisa tem a funcionalidade de difundir os dados sobre a evasão como ponto negativo, mas demonstrar que o ensino a distância, através do seu um ambiente virtual de aprendizado é uma espaço para aprendizagem e para apoiar o processo de educação a distância, bem como apresentar o conceito e história da educação a distância no Brasil, e a posição da Legislação brasileira para esta modalidade de ensino; explicar o ambiente virtual de aprendizagem Moodle, também são postas evidenciadas neste trabalho.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dados que obtivemos foram retirados do formulário virtual, que elaboramos no google forms, na realização da pesquisa contamos com um universo de 17 (dezesete) tutores, sendo 10 (dez) do curso de administração pública e 07 (sete) de geografia. Responderam ao questionário 13 tutores, perfazendo um total de aproximadamente 77%, e todos concordaram com o termo de consentimento para o desenvolvimento do mesmo, o que nos proporcionará uma excelente resposta

a pesquisa quantitativo e qualitativo para análise do estudo proposto quanto a evasão no ensino a distância dos referidos cursos da UEPB e os desafios e possibilidade no período da pandemia da covid 19.

Iniciamos nossa pesquisa com perguntas, mas genéricas como: nome onde todos responderam, qual curso eram tutores onde obtivemos o resultado de 69,2% de Administração Pública e 30,8% de Geografia, sobre o gênero onde 53,8% feminino e 46,2% masculino, que conforme o censo EAD 2020 o feminino predomina entre os tutores, sabemos que para lecionar no ensino superior nos cursos de licenciatura não existe uma predominância de gênero. Apesar de sabermos que na relação de tutores da UEPB temos homossexuais, tais afirmações se confirmam nos perfis dos mesmos em diversas redes sociais, tal colocações nos levaria a uma análise sobre a questão de gênero, o qual não é nosso foco, mas abre margem para uma excelente discussão acerca do assunto. A EAD possibilita à mulher conciliar suas atividades laborais como lecionar em uma escola de rede pública, exercer a tutoria onde a carga horária presencia é de 20 horas semanais, juntamente com as atividades de casa, com o cuidado dos filhos e outras rotinas domésticas. Isto não quer dizer que os 46,2% dos homens não assume essa tripla jornada de trabalho.

O total de tutores dos cursos de Licenciatura em Geografia e Bacharelado em Administração são respectivamente 07 e 10 tutores, apenas 13 responderam o questionário 30,8% corresponde aos 06 tutores de Geografia e 69,2% aos 07 tutores de administração pública.

Quando questionamos sobre a atuação dos tutores (as) tanto educação básica e superior, observa-se que a maioria 53,8% atuaram por 5 anos ou mais no ensino básico (Professores da 1ª ao 9ª séries) enquanto 41,7% que atuaram na educação superior entre um 1 a 2 anos. As questões que são o ponto máximo da nossa pesquisa que será retratada em números e percentuais sobre os quantitativos de evadidos está nas questões de número 07 (sete) ao 11 (onze), estas informações é com base nos apontamentos dos tutores que acompanharam os alunos no período de 2018, 2020 e 2022, ou seja, quatro anos tempo mínimo para a conclusão do curso e qual ocorreu durante todo o processo pandêmico.

Observamos que 2018 a 2022 os números de alunos vai diminuindo, dando indícios da evasão, não podemos direcionara está diminuição apenas a questão da evasão, pois no percalço podemos ter questões como falecimento, abandono e transferência de curso. Nos sistemas da UEPB, não consta nenhum falecimento de alunos na modalidade a distância no período da pandemia, informação relevante já de por dia

eram anunciados os números de mortes por dia, por abandonaram e por transferidos por terem passado no curso presencial, neste o curso a distância torn-se trampolim.

A evasão nos referidos cursos é de 43,98% no geral, correspondente ao período de 2018 a 2023, a qual é bastante significativa, que se confirmam com os dados estatísticos da Abra EAD (2020), quanto ao percentual de evasão, que se perpetua com ou sem pandemia. Como um dos objetivos é analisar a evasão nos três sistemas que dão suporte a EAD da UEPB, constatamos que no controle acadêmico da UEPB, nos de anos 2018 a 2022, a evasão que totaliza 41,94%, no AVA, temos o percentual de evadidos de 43,43% e SISUAB da CAPES o percentual de 39% discrepância entre os sistemas da UEPB (Acadêmico, AVA), o que nos leva a questionar: Será que os tutores esqueceram de comunicar a desistência de alguns alunos? Ou eles acham que os sistemas se atualizariam automaticamente? Visto que no controle acadêmico da UEPB, realiza o abandono o aluno que não cursam dois (02) semestres consecutivos.

Buscando resposta para os questionamentos acima, descobrimos que existe uma pessoa responsável para alimentar o sistema SISUAB, para que isto aconteça é necessário que o tutor comunique a desistência do aluno e como o mesmo é ligado ao Sistema de Geração de bolsa (SGB/CAPES), onde um dos critérios para o pagamento das bolsas de tutores é ter no mínimo 18 alunos conforme portaria da CAPES e detectamos tutores com menos de 18 alunos.

Hipoteticamente podemos dizer que os tutores não informam a desistência dos alunos com medo de perderem a bolsa no valor R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais), que foi ajustada em fevereiro de 2023, após 10 anos, creio que esse valor influencie bastante na questão de não comunicar as desistências dos alunos, pois todos os tutores têm experiência em educação básica e superior.

No âmbito acadêmico, a tutoria tem o propósito de auxiliar o discente a integrar conhecimentos e experiências dos âmbitos educacionais e profissionais, que se concretiza mediante a atenção personalizada a um indivíduo, ou a um grupo reduzido, por parte de professores ou mestres competentes formados para a função tutorial. Os tutores da UEPB comprovam suas experiências em ensino básico e superior conforme documentos arquivados na instituição.

De acordo com o Projeto de Geografia a Distância UEPB (2018)

A tutoria baseia-se num modelo generalista que

dará acompanhamento ao aluno durante todo o processo de formação. Ele é responsável pelo sistema de mediação entre o aluno, o material didático e o professor, na busca de uma comunicação cada vez mais ativa e personalizada, respeitando-se a autonomia da aprendizagem. O tutor, respeitando a autonomia da aprendizagem de cada aluno, estará sempre orientando, dirigindo e supervisionando o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Portanto, deve possuir certas qualidades, capacidades ou aptidões. (UEPB, 2018, p. 8).

Exercer a função de tutor ultrapassa os critérios da portaria da CAPES e dos requisitos que consta no projeto da UEPB, muitas vezes os conhecimentos e as experiências didáticas não são suficientes para esta missão, o mesmo assume o papel de professor, educador e psicólogo, numa perspectiva do aluno prosseguir no curso no qual está inserido.

Como estamos analisando a evasão sob o olhar dos tutores, nesta perspectiva evidencia-se o que vários autores colocam sobre a questão da evasão quer seja presencial ou a distância. A evasão está relacionada a diversos fatores, os quais estão divididos em dois internos e externos. Os fatores internos são ligados ao curso, e podem ser classificados em: infraestrutura, corpo docente e a assistência socioeducacional. Os fatores externos relacionam-se ao aluno, tais como: vocação, aspectos socioeconômicos e problemas de ordem pessoal. Neste último as questões de ordem psicológica contaram bastante neste período de pandemia, devido ao número de violência contra mulheres, a questão da síndrome do pânico, depressões e ansiedade, dificultando a concentração para os estudos em EAD, na qual se faz necessário uma concentração e uma disciplina constante para a realização dos estudos.

Mediante tais colocações evidencia-se que as instituições de ensino superior, estão caminhando em passos lentos no que diz respeito a evasão em toda e qualquer modalidade, mas fica certo de que os fatores externos não dependem das instituições, mas do próprio aluno. Mesmo as instituições disponibilizando equipes de várias áreas para dar apoio as estudantes sejam de cunho financeira, social e Psicológico, nos deparamos com a evasão.

Em alguns casos os tutores Oliveira (2008) e Bortolozzo (2009), tiveram que exercer os papéis dos profissionais da área de Assistentes Sociais e Psicólogos. Isto nos leva a refletir a compreensão

deles sobre a evasão, levantando o questionário, para obtenção de respostas e desta maneira, tendo a visão da complexidade do tema.

Mediante as colocações dos tutores, fica claro o conhecimento dos mesmos sobre o conceito de evasão, observamos que alguns tutores definiram claramente o conceito de evasão

Evasão é a desistência do curso por algum motivo pessoal do discente em relação ao curso ou outra perspectiva. (Tutor 1)

O desligamento do curso, sem uma devida justificativa. (Tutor 2)

Evasão é a desistência do aluno do curso por algum motivo pessoal do mesmo. (Tutor 5)

O conceito de evasão colocados por estes três tutores demonstrar a o conhecimento dos mesmo sobre a problemática da evasão e deixa subtendido de atuam em sala de aula e sempre estão se capacitando, com o objetivo de diminuir está estatística da evasão. Reconhecer as origens desta deficiência estrutural é o primeiro passo para construir um ensino a distância de qualidade em escala nacional.

Como respalda SANTOS (2006), MEC (2007) e FAVERO (2006) o conceito parte do mais simples ao genérico, desde a desistência definitiva do curso independente da etapa aos diversos problemas socioeconômicos a saída do curso de origem, desconsiderando a modalidade, levando em consideração o que nunca realizaram alguma atividade propostas, os que foram deixando no decorrer do curso, como também a troca de cursos é considerada como evasão.

Apesar de conhecermos os conceitos, as causas e as experiências dos tutores em educação básica e superior, quanto ao ensino e aprendizagem, o índice de evasão não diminui. Desta maneira, buscamos identificar as estratégias utilizadas para minimizar essa problemática, a qual é bastante emblemática, para não dizer complicada pois as variáveis são inúmeras.

Apesar das colocações acima e mediante os depoimentos dos tutores, mesmo antes da pandemia, para manter um vínculo com os alunos, em sua maioria criaram um grupo do *Whatsapp* possibilitando uma comunicação mais rápida e eficaz, ou seja, tal estratégia possibilita a cobrança de atividades e trabalhos, como também passam a ter um

relacionamento, mas próximo aumentando assim a autoestima do aluno para que não desista do curso. Mesmo com tanta dedicação e empenho, com ou sem pandemia se confirma a evasão em quase 50%.

O curso em EAD, causa um grande impacto em nossa região quando a formação de professores nas cidades mais longínquas no Estado da Paraíba, muitos professores estão em sala de aula sem nenhuma formação, apesar deste número está diminuindo e esta modalidade está contribuindo com esta realidade, um exemplo é a parceria com o governo do estado, na qualificação dos seus professores principalmente em busca da primeira licenciatura, com também para aqueles que estão ministrando aulas de disciplina que não condiz com sua formação, são mais de 2.000 alunos nos cursos de licenciatura oferecidas pela UEPB em parceria com o Governo Estadual.

CONCLUSÃO

A pesquisa confirma a leitura feita por diversos estudiosos sobre a questão da evasão nas instituições de ensino superior, seja privado ou público, presencial ou a distância, a evasão corre devido as grandes dificuldades em seu processo de ensino aprendizagem como, o acesso à Internet, Tecnologias de Informação e Comunicação e fatores institucionais como grandes responsáveis para a evasão antes, durante e pós pandemia. Crê-se que esses fatores persistem como motivos para evasão, mas entende-se com esse estudo, que há outros fatores que estão envolvidos para esse desfecho no período de pandemia. Nos quais pode citar as questões socioeconômicas e psicológicas, que ultrapassam a barreira do físico e administrativos das instituições envolvidas no processo do ensino na modalidade a distância.

Apesar da pandemia, a UEPB manifestou-se pela continuidade das ofertas dos cursos nas modalidades a distância, pois parar com as atividades ocasionariam impactos financeiros, prorrogação do tempo de conclusão dos cursos e criaria impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem, resultando em um percentual maior na evasão escolar.

De acordo com leituras realizadas e colocações de tutores dos Cursos de Geografia e Administração Pública em EAD da UEPB o problema da evasão em instituições de ensino público e gratuito, perpassa por vários motivos, o aluno que não se adapta ao ambiente virtual, falta de acesso à internet, problemas pessoais, não consegue conciliar trabalho e faculdade, não se adapta a dinâmica do curso, não tem co-

nhecimento sobre tecnologias de informação e comunicação, falta de apoio institucional, falta de comunicação entre tutor, coordenação e aluno, prazos muitos apertados para entrega de atividades. Por isso os tutores tomaram como estratégia o uso do whatsapp uma maneira de criar vínculo com o aluno e assim cobrar as atividades e incentivá-lo a continuar no curso. Essa interação, segundo Oliveira (2008), contribui para que o aluno consiga reduzir os problemas com a timidez e o distanciamento que são fatores que podem levar o aluno a desistir do curso; logo, por meio dessa interação, o tutor contribui com a redução da evasão discente

Após o ápice da pandemia e o retorno as atividades presenciais, onde na EAD algumas das suas atividades são presencias (seminários e provas) para os alunos, as dificuldades permanecem, mas as instituições, os gestores, professores, tutores e alunos estão empenhados e engajados para que a aprendizagem ocorra em qualquer modalidade de ensino seja ela presencial ou a distância. Sabemos que a desigualdade social e econômica existe, e neste período houve uma grande disparidade, mas no momento temos que trabalhar para que todos façam parte dessa nova era, onde aprendemos com os erros na busca de uma democracia onde todos possam ter seus direitos garantidos, principalmente o da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABED. **Censo EAD.br**: Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2018. ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância. Curitiba: intersaberes, 2019.

ABRAEAD - **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância** - [Anuário]. (2018). São Paulo, SP: Instituto Monitor.

BITTENCOURT, i. M.; Mercado, L. P. L. (2014), pg 478. **Evasão nos cursos na modalidade de educação a distância**: estudo de caso do Curso Piloto de Administração da UFAL/UAB. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., 22 (83), 465-504. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n83/a09v22n83.pdf>.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato, BARROS, Gilian Cristina e MOURA, Leda Maria Corrêa. **Quem é e o que faz o professor-tutor**.

IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. p. 6160 – 6171. PUCPR, 2009. ARLINI, A. L. e TARCIA, R. M. L. **Contribuições didáticas para o uso das tecnologias de educação a distância no ensino presencial.** IN: ARLINI, A. L. e TARCIA, R. M. L. 20% a distância e agora? orientações práticas para o uso da tecnologia de educação a distância no ensino presencial. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

COSTA, Maria Luisa Furlan. **Educação a distância no Brasil.** Maringá: Eduem, 2013.

FAVERO, Rute Vera Maria. **Dialogar ou evadir: Eis a questão! Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância.** 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MEC/INEP. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2007.** Brasília-DF. 2009. Disponível em : Acesso em: 7 jun 2022.

MENDONÇA, J. R. C. de; *et al.* **Políticas públicas para o Ensino Superior a Distância: um exame do papel da Universidade Aberta do Brasil.** v. 28, n. 106, pp. 156-177, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801899>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

OLIVEIRA, Aline Virginia Brito de. Contribuições da tutoria no ensino aprendizagem dos professores cursistas do proformação. In: Martins, Carolina Z. e Terçariol, Adriana A. e Lima. Percepções do tutor: a evasão de um curso de administração na modalidade a distância. Ver. **Eletrônica Pesquiseduca**, santos, v.07, n.14 . p´470-497, jul.dez.2015 – Disponível em: file:///home/usuario/Downloads/unisantos_seer,+Artigo+08.pdf.

PETERS, O. **A Estrutura Didática da Educação a Distância.** São Paulo: Olho d’Água, 1973.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa. São Paulo.** v. 37 nº. 132 set./dez. 2007.

UNIVERSDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. **Projeto do Curso de Licenciatura em Geografia a distância.** Coordenação Institucional de

Programas Especiais – CIPE. Campina Grande: UEPB, 2018.

O SEXISMO NOS JOGOS DIGITAIS E O PAPEL DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AS DESIGUALDADES

Dayellen da Costa Jacinto¹

Resumo:

Considerando o papel da educação como matriz formadora e institucionalizadora do sujeito, esta pesquisa possui como objetivo, compreender a relação entre educação, sexismo e jogos midiáticos, dessa forma foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo, onde se buscou por meio da pesquisa bibliográfica materiais que abordassem a temática. Esta pesquisa concluiu que embora historicamente a educação tenha sido utilizada como mantenedor das coerções em torno das sexualidades, há movimento de resistência.

Palavras-chave: Educação. Sexismo. Jogos Midiáticos.

Abstract:

Considering the role of education as a formative and institutionalizing matrix of the subject, this research aims to understand the relationship between education, sexism and media games. In this way, a qualitative research was carried out, where material that was sought through bibliographical research address the topic. This research concluded that although education has historically been used to maintain coercion around sexualities, there is a movement of resistance.

Keywords: Education. Sexism. Digital games.

INTRODUÇÃO

Os jogos digitais no mundo contemporâneo têm ganhado ênfase desde a Quarta Revolução Industrial, sendo os jogos um produto da mídia, possuem um impacto importante na sociedade, pois auxiliam no processo de naturalização, exclusão e pertencimento, e frequentemente os setores marginalizados são pouco retratados na sociedade. (Luz, 2010; Bristot, Pozzebon; Frigo, 2017).

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP e mestranda em Educação Sexual pela Universidade Júlio de Mesquita Filho - UNESP. E-mail: day.costajacinto@gmail.com.

Considerando que as narrativas de jogos digitais podem representar as relações de poder na sociedade, a partir da representação da mulher, este projeto busca refletir acerca do sexismo no mundo dos games sob a ótica da alfabetização midiática. o objetivo deste estudo é compreender a relação entre o sexismo, nos jogos digitais e o papel da educação como crítica e transformadora social, para a elaboração desta pesquisa, foi realizada uma revisão de literatura de caráter qualitativo, buscando responder o objetivo desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa em produções acadêmicas que relacionassem sexismo, jogos digitais e a educação.

MATERIAL E MÉTODOS

Para conceituar conhecimento científico é necessário à compreensão de que desde a Antiguidade até o mundo contemporâneo, houve o desenvolvimento de diversos tipos de conhecimento, em áreas diferentes. Há dois tipos de conhecimentos, o conhecimento popular, transmitido de geração por geração, utilizado por meio da imitação e na educação informal. e o conhecimento científico, o qual o aprendizado é realizado por meio de um treinamento com procedimentos científicos, com o objetivo de compreender o por que, e como os fenômenos acontecem. (Lakatos, 2003)

Desta forma, as motivações que levam a realização de pesquisas podem ser divididas em dois grupos: por motivos intelectuais, e por motivos práticos. A ordem intelectual se refere a pesquisas que se desenvolvem a partir da premissa pelo desejo do conhecimento, enquanto a de ordem prática ocorre devido ao desejo de realizar algo de forma eficaz, no caso da presente pesquisa visou-se responder ao objetivo de compreender a relação entre o sexismo, educação, e jogos midiáticos, sendo assim, está pesquisa é de cunho qualitativo, realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica. (Lakatos, 2003)

Para sistematizar o processo da pesquisa bibliográfica foi necessário construir uma organização lógica em relação ao tema da pesquisa, assim foi necessário identificar as informações que já foram publicadas a respeito do tema, organizando-as através de índices de autores, assuntos ou palavras-chave. (Silva, 2005).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os games surgiram por volta da década de sessenta, e desde en-

tão a indústria dos games tem forte ênfase no mercado de entretenimento, em 2016 o mercado chegou a faturar mais de noventa bilhões de dólares, já no Brasil segundo a revista Exame (2019) o mercado de games pode subir até 5,3% em 2022. (Luz, 2010; Bristot, Pozzebon; Frigo, 2017).

Sendo a América Latina a segunda região com maior índice de arrecadação no mundo, os games atraem público de diversas faixas etárias, mas o público-alvo é o gênero masculino. As indústrias de produção de games geralmente trabalham com franquias sólidas no mercado variando a jogabilidade, quanto à temática há poucas variações. (Luz, 2010; Bristot, Pozzebon; Frigo, 2017).

Muitos desses costumes ainda estão arraigados em nossa sociedade, contextualizar o passado e o futuro permite compreender qual foi à raiz e momentos que levaram a instituição de determinados pensamentos e moralidades. (Colling; Tedeschi, 2019, p. 669).

A representação da mulher está inserida na expressão da Cyber-Cultura e abrange a interação da humanidade com as plataformas digitais de comunicação e informação, e ação social. A diferença entre homens e mulheres é uma estrutura sociológica que evidencia o predomínio masculino em relação à mulher, com a prevalência da dominação patriarcal com a finalidade de destacar a superioridade social do homem na sociedade, onde os homens seriam naturalmente dotados de atributos físicos e mentais superiores a partir de uma desigualdade biológica:

As questões de gênero ao âmbito social e histórico, desnaturalizam as relações de gênero, a partir de uma visão sócio-histórica, evidencia a dominação masculina, Bourdieu neste âmbito vê a subjugação da mulher por meio dos valores patriarcais que se constituíram a partir de condições históricas que evidenciam uma estrutura estruturante que abrange inconscientemente mediante a um simbolismo religioso e culturalmente reproduzido.

Ser macho não significa somente ter êxito econômico. Ao macho estão sempre associados valores como tais como força, razão, coragem. Logo, os raquíticos, os afetivos, os tímidos são solicitados impositivamente a se comportarem de forma contrária às suas inclinações. São, pois, obrigados a castrarem certas qualidades por serem consideradas femininas, por conseguinte, negativas para um homem.

Está violência, portanto, se sustenta em diversas esferas, porém é possível se pautar nas análises iniciais para se compreender os seus possíveis fatores, onde sua origem se pauta a partir da perspectiva da manutenção da dominação de gênero. (Guimarães; Dresch, 2014; Ro-

driguez, 2018).

Por meio de uma perspectiva patriarcal pode-se compreender o poder e soberania do homem sobre as mulheres, ocorrendo a coisificação da mulher enquanto sujeito social, pois tem-se a ideia de que a mulher na sociedade é um sujeito sem corpo próprio, à margem da sociedade, onde a vontade do homem se sobressai a qualquer outra, pois é emergido a partir de uma pessoa que é entendida como superior, experiente e que discorre de uma relação íntima com a vítima. (Rodríguez, 2018).

Assim o capital cultural condiciona e estrutura a ideologia dominante por meio da violência simbólica, assim a educação escolar possui o compromisso político, histórico e social em compreender as relações de poder de modo crítico e como elas interferem na função social da educação, assim é importante que o professor possua a consciência de que ele possui a possibilidade de construir e consolidar valores democráticos. (Freire, 1997).

Nada disso é fácil mas isso tudo constitui uma das frentes da luta maior de transformação profunda da sociedade brasileira. Os educadores progressistas precisam convencer - se de que não são puros ensinantes - isso não existe - puros especialistas da docência. Nós somos militantes políticos porque somos professores e professoras. Nossa tarefa não se esgota no ensino da matemática, da geografia, da sintaxe, da história. Implicando a seriedade e a competência com que ensinemos esses conteúdos, nossa tarefa exige o nosso compromisso e engajamento em favor da superação das injustiças sociais (Freire, 1997, p. 54).

Neste âmbito, o papel do professor é compreender e atuar de modo comprometido com a competência técnica que envolve o desempenho da práxis pedagógica no sentido do conhecimento científico, metodológico, político e social. Pois, a educação é um ato político e dotado de construções históricas que perpetuam uma ideologia dominante na sociedade, por isto é necessário o compromisso do educador na função de formar cidadãos críticos e atuantes em sua realidade social. (Freire, 1997).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa conclui que o mercado explora as possibilidades de ideologias e construção de valores, pois se compõem a partir da história e das práticas sociais da humanidade. Nesse sentido, os jogos digitais em suas narrativas podem desenhar modelos de representações conceituais, por apresentarem elementos da vida social e de modelos de comportamentos cognitivos.

O corpo na sociedade passa por construções históricas e condicionadas a visão moral e cultural de acordo com visões estabelecidas por instituições de poder vigentes em determinado espaço tempo, sendo assim podemos partir da premissa que por muito tempo a ótica sexista ocupou um lugar central de poder na sociedade, e varias das suas representações foram naturalizadas nos contextos sociais de normalização.

Portanto, cabe salientar a importância do professor sobre os conhecimentos historicamente acumulados na sociedade, assim como abordar temas em sala de aula, com a finalidade de reduzir desigualdades sociais, e assim garantir direitos, e condições de convivência social, dessa forma, é necessário que o trabalho na educação no combate ao sexismo, seja feito por meio de uma luta coletiva, entre a escola, a família e a sociedade, de modo a reconstruir uma sociedade mais justa socialmente, economicamente, e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. 2014. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRISTOT, Paula Casagrande; POZZEBON, Eliane; FRIGO, Luciana Bolan. **A representatividade das mulheres nos games**. Curitiba: Proceedings of SBGames, 2017.

COLLING, A. M; TEDESCHI, L. A. **Dicionário crítico de gênero**. UFDG, 2019.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

GUIMARÃES, Bárbara Linhares; DRESCH, Márcia Leardini. **Viola-**

ção dos Direitos à Intimidade e à Privacidade como Formas de Violência de Gênero. Percurso. Curitiba, v1, n. 14, 2014.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUZ, Alan Richard da. **Videogame: história, linguagem e expressão gráfica.** São Paulo: Blucher, 2010.

RODRIGUEZ, Liziane da Silva. (1983). **Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo.** 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 2018.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica,** 1990.

RODRIGUEZ, Liziane da Silva. **Pornografia de vingança: vulnerabilidades femininas e poder punitivo.** 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais. Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: GARANTINDO ÉTICA, PRIVACIDADE E EQUIDADE

Daniela Duarte Cordeiro¹

Resumo:

O presente artigo apresenta o cenário atual acerca da regulamentação da inteligência artificial em diversas partes do mundo, sendo urgente a discussão voltada à sua aplicabilidade ao contexto educacional. Uma vez que a inteligência artificial se integra cada vez mais na educação, a necessidade de regulamentação torna-se imperativa para salvaguardar princípios éticos, proteger a privacidade dos alunos e promover a equidade e universalidade do acesso ao aprendizado, atendendo à literalidade dos comandos constitucionais pertinentes.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Educação. Regulamentação. Garantias.

INTRODUÇÃO

Há tempos que convivemos com a tecnologia para aprimoramento do conhecimento. O uso de tecnologia pode remeter o aluno a um ambiente fora da sala de aula convencional, enriquecendo a forma de aprender. A tecnologia na educação sempre foi um ponto de discussão acerca de sua implantação e efetiva utilização no ambiente acadêmico.

O uso da tecnologia na educação oferece uma série de benefícios significativos, transformando o modo como os alunos aprendem e os educadores ensinam. A incorporação de ferramentas tecnológicas proporciona uma abordagem mais dinâmica e interativa ao processo educacional, estimulando a participação ativa dos alunos.

Plataformas online e recursos digitais oferecem acesso a uma ampla gama de informações, permitindo a personalização do aprendizado para atender às necessidades individuais dos estudantes. Além disso, a tecnologia facilita a colaboração entre alunos, independentemente da localização geográfica, promovendo um ambiente de aprendizado glo-

¹ Mestrado em Legal Studies – Ambra University – EUA, Consultora em Direito Público, Pesquisadora, Procuradora Municipal, dcordeiro_ss@hotmail.com

bal e conectado.

O uso de dispositivos e softwares educacionais também prepara os alunos para as demandas da sociedade digital, desenvolvendo habilidades essenciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e competência digital.

Todavia, nos últimos tempos vemos um avanço significativo no uso da inteligência artificial (IA) na educação, em especial na educação superior, o que de plano já tem demonstrado ser muito promissor para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.

No entanto, também existem desafios a serem superados para garantir uma implementação eficaz e ética da IA na educação, atentando-se aos desafios relacionados à privacidade, ética e equidade.

Nesse contexto, buscamos a compreensão da temática como objetivo geral, tendo como escopo, nesta oportunidade, verificar a viabilidade da aplicação da IA no cenário educacional, desde que sejam regulamentadas por lei as balizas necessárias para sua aplicabilidade de forma ética, com respeito aos ditames constitucionais mínimos relacionados à centralidade da pessoa humana.

No capítulo 1 abordaremos, de forma breve, o cenário atual de proposições acerca da regulamentação da IA em diversos países do mundo. No capítulo 2, será realizada uma contextualização da inteligência artificial na educação superior. Na sequência, no capítulo 3 serão apresentadas as garantias mínimas para a utilização da inteligência artificial na educação, buscando uma reflexão acerca da responsabilidade advinda do uso da IA e dos desafios de sua aplicação no cenário educacional, sem a regulamentação necessária e específica.

REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO MUNDIAL

A regulamentação da inteligência artificial (IA) varia de país para país e ainda está em desenvolvimento em muitas partes do mundo. Alguns países têm adotado abordagens mais proativas para regulamentar a IA, enquanto outros estão em estágios iniciais de discussão e elaboração de regulamentações específicas.

A União Europeia tem sido uma das regiões mais ativas na regulamentação da IA. Em abril de 2021, a União Europeia propôs o Regulamento sobre Inteligência Artificial, que visa estabelecer regras claras e harmonizadas para o uso da IA em todos os países pertencentes ao

bloco. O regulamento abrange diferentes tipos de IA, como as de alto risco, como sistemas de reconhecimento facial em tempo real, e as de baixo risco, como chatbots. Ele estabelece requisitos específicos para a transparência, supervisão humana, qualidade dos dados e avaliação de riscos, entre outros aspectos.

Outros países, como Canadá e Singapura, também estão desenvolvendo estratégias e políticas para regulamentar a IA. O Canadá lançou a Estratégia de IA em 2017, que inclui a criação de um Conselho Consultivo em IA e a promoção de pesquisa e desenvolvimento éticos. Já Singapura lançou o Marco de Governança da IA em 2019, que visa promover o uso ético e responsável da IA no país.

Nos Estados Unidos, a regulamentação da IA tem sido mais fragmentada, com diferentes abordagens em nível estadual e federal. No entanto, em abril de 2021, a Comissão Federal de Comércio (FTC) dos Estados Unidos emitiu um relatório que recomenda a regulamentação da IA para abordar questões como privacidade, discriminação e transparência.

Além desses exemplos, outros países, como China, Japão e Austrália, também estão desenvolvendo políticas e estratégias para regulamentar a IA.

No Brasil, a regulamentação da IA é tratada no Projeto de Lei nº 2.338/2023 que estabelece normas gerais de caráter nacional para o desenvolvimento, implementação e uso responsável de sistemas de IA, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais e garantir a implementação de sistemas seguros e confiáveis, em benefício da pessoa humana, do regime democrático e do desenvolvimento científico e tecnológico.

É importante ressaltar que a regulamentação da IA é um desafio complexo, pois envolve questões éticas, legais, sociais e econômicas. A definição de critérios claros para determinar o que é considerado IA de alto risco, por exemplo, pode ser um desafio. Além disso, a regulamentação deve equilibrar a promoção da inovação e o desenvolvimento da IA com a proteção dos direitos e valores fundamentais.

À medida que a IA continua a se desenvolver e ser adotada em diferentes setores, é provável que a regulamentação da IA se torne cada vez mais importante e complexa. A colaboração internacional e o compartilhamento de melhores práticas podem desempenhar um papel importante na criação de um ambiente regulatório eficaz e ético para a IA em todo o mundo.

REGULAMENTAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL

No Brasil, diante da relevância da questão, foram recentemente apresentadas algumas proposições legislativas, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, com o objetivo de estabelecer balizas para o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de inteligência artificial no Brasil.

Nesse cenário, destacaram-se o Projeto de Lei nº 5.051/2019, de autoria do Senador Styvenson Valentim, que estabelece os princípios para o uso da Inteligência Artificial no Brasil; o Projeto de Lei nº 21/2020, do Deputado Federal Eduardo Bismarck, que estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil (foi aprovado pela Câmara dos Deputados); e o Projeto de Lei nº 872/2021, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial.

Tendo por escopo buscar uma regulamentação mais completa e com maior tecnicidade, os três projetos de lei citados, passaram, desde fevereiro de 2022, a tramitar conjuntamente no Senado Federal, sendo ainda instituída a Comissão de Juristas destinada a subsidiar a elaboração de minuta de substitutivo a esses projetos.

Composta por notórios juristas, a comissão teve como membros grandes especialistas nos ramos do direito civil e do direito digital. A referida Comissão realizou uma série de audiências públicas, além de seminário internacional, ouvindo mais de setenta especialistas sobre a matéria, representantes de diversos segmentos da sociedade civil organizada, governo, academia e setor privado.

Por derradeiro, analisado o cenário normativo sobre a regulamentação da inteligência artificial em mais de trinta países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 6 de dezembro de 2022, a Comissão de Juristas apresentou seu relatório final, juntamente com anteprojeto de lei para regulamentação da inteligência artificial.

Nasce assim o Projeto de Lei nº 2.338/202, buscando, primordialmente, conciliar, na disciplina legal, a proteção de direitos e liberdades fundamentais, a valorização do trabalho e da dignidade da pessoa humana e a inovação tecnológica representada pela inteligência artificial.

A normativa apresentada, traz em seu bojo um caráter protetivo dúplice. De um lado, estabelece direitos para proteção da pessoa natural,

parte vulnerável, impactada diuturnamente por sistemas de inteligência artificial, tratando, desde a recomendação de conteúdo e direcionamento de publicidade divulgadas pela internet até da análise de crédito e o uso de dados para formação de determinadas políticas públicas. De outra banda, pretende a normativa tratar da governança, fiscalização e supervisão da IA, de forma institucional, de modo a criar condições de previsibilidade acerca da sua interpretação e, em última análise, segurança jurídica para inovação e o desenvolvimento tecnológico.

O que vemos de marcante no projeto de lei em estudo é a preocupação dos parlamentares em trazer à baila o foco na centralidade humana. Em recente audiência pública no Senado Federal, ficou evidente que os envolvidos na discussão da matéria, pretendem que o projeto de lei de regulamentação do uso de inteligência artificial deve se pautar em princípios como a igualdade de direitos e na não descriminalização e na centralidade no elemento humano.

Na visão da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial no Brasil (CTIA), frisa-se ainda como desafio (SENADO FEDERAL, 2023):

“a elaboração de uma norma equilibrada capaz de oferecer segurança jurídica sem implicar limitações para o desenvolvimento da educação, da tecnologia e na criação de novos negócios no país”.

GARANTIAS PARA A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO

A regulamentação da IA para uso na educação é um tópico crucial, pois busca estabelecer diretrizes éticas, garantir a privacidade dos alunos e promover práticas justas. Embora as regulamentações específicas possam variar entre países e regiões, existem alguns princípios e áreas comuns que devem ser universalmente considerados.

ÉTICA

A ética, aqui entendida como um conjunto de valores, de princípios universais que regem as relações das pessoas do ponto de vista do bem e do mal, está presente em todas as relações humanas. Em uma sociedade se existe um sentimento ético igualitário, esta pode se manter

em equilíbrio por mais tempo. Acaso a ética não esteja erigida a condição de sustentáculo de uma dada sociedade a ruptura é medida que logo irá se impor.

Quando tratamos de aplicação de mecanismos tecnológicos para desenvolvimento e aprimoramento da educação, premente seja feita uma avaliação de impacto ético, sendo este entendido como um processo dinâmico e contínuo que deve ser incorporado desde as fases iniciais do desenvolvimento da IA, na sua implementação e na entrega de seus resultados. Importante salientar que esta avaliação do impacto ético da IA nas relações educacionais deve ser feita de forma harmônica entre as diversas partes envolvidas, como por exemplo, os desenvolvedores, os legisladores e a comunidade afetada, para que essa avaliação esteja mais próxima da sua completude e justiça.

A avaliação do impacto ético da IA no cenário educacional é extremamente recomendável para que seja possível vislumbrar de antemão quais os possíveis riscos e consequências deletérias do uso da ferramenta tecnológica. Indispensável que seja definido, de forma clara, quem é o responsável pela tomada de decisão feita através de um algoritmo, sendo, a partir daí estabelecidos mecanismos eficazes para responsabilização em caso de erros ou consequências indesejadas.

Deve ser compreendido como os algoritmos tomam as decisões, para então se definir quem serão os responsáveis por eventuais danos causados aos usuários. Esse processo traz em seu bojo a ideia de que a confiança dos usuários será maior se houver, antes da inserção da IA no cotidiano educacional, a previsibilidade, a transparência e a explicabilidade da ferramenta.

O impacto social da IA também deve ser compreendido e analisado de forma minuciosa, a fim de avaliar como a automação afeta o emprego, as relações sociais e a distribuição de recursos em um determinado grupo.

Por todo o exposto, o impacto ético no uso da IA não é apenas uma questão técnica, mas uma consideração abrangente que envolve valores, princípios e responsabilidades. Ao abordar essas considerações éticas desde as fases iniciais do desenvolvimento da IA, podemos assegurar que essa tecnologia inovadora seja utilizada de maneira ética, beneficiando a sociedade como um todo.

PRIVACIDADE

Todo ser humano deve ter garantido o respeito à sua intimidade,

à vida privada, à sua imagem, inclusive o direito à privacidade é direito fundamental estampado na Constituição Federal (artigo 5º, X), que visa proteger os indivíduos das interferências não autorizadas em sua vida pessoal e no uso das suas informações.

Quando falamos de aplicação da IA na educação nos deparamos com informações que são manuseadas a todo o instante. E não falamos de qualquer informação, mas de informações sensíveis que dizem respeito à intimidade, portanto, à privacidade de uma pessoa ou de um grupo.

Controlar o uso e a divulgação de informações pessoais, demonstrando quem a elas pode ter acesso e uso, é uma tarefa demasiadamente árdua que demanda total atenção e melhoria contínua para proteger os direitos de privacidade.

No mais, já existe em nosso ordenamento jurídico a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o escopo de proteger os direitos fundamentais à liberdade e à privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

Dessa forma, a par das normas existentes, as regulamentações acerca da privacidade e da proteção dos dados das pessoas envolvidas na aplicação da IA no contexto educacional devem garantir que os dados dos alunos possam ser coletados, armazenados e utilizados de forma ética, garantindo, ao fim e ao cabo, segurança ao usuário.

A privacidade e a proteção de dados são temas críticos quando se trata de IA. O manuseio inadequado de informações sensíveis pode resultar em violações de privacidade e colocar em risco a segurança dos usuários, devendo, portanto, a regulamentação da matéria ser esculpida, no sentido, de prever o máximo de situações concretas possíveis.

EQUIDADE

Notório que toda legislação está enraizada de lacunas, que muitas vezes, não conseguem ser preenchidas pelo simples fato de que não é possível ao legislador prever todas as situações fáticas que pode se envolver um indivíduo.

Levando-se em consideração que as mudanças ocorridas na sociedade diuturnamente são tão velozes, não é crível que o legislador possa regulamentar todas as situações fáticas que surgem. Sem dúvida, que as mudanças na sociedade, ainda mais envolvida no uso da IA, ocorrem em uma velocidade que supera a lei.

Assim, para o direito a equidade é prevista como mecanismo de integração da lei, para que diante do caso concreto possa ser aplicada a regulamentação existente e outros princípios que visam alcançar uma satisfação maior do indivíduo, reforçando, assim, a ideia de justiça.

A equidade surge para dar flexibilidade à regulamentação que não consegue ser universal (embora, seja criada para tal) e muito menos consegue prever todas as minúcias e brechas existentes em uma situação específica.

Na aplicação da IA fica evidente a necessidade de que a regulamentação do seu uso seja feita de forma a contribuir parara a promoção da equidade e da inclusão. Ainda mais no cenário educacional, onde estão envolvidos valores que envolvem sentimentos de cunho extremamente pessoal, é crucial garantir que a IA na educação não contribua para disparidades existentes no sistema educacional.

As regulamentações devem incluir salvaguardas para prevenir a discriminação e assegurar que todos os alunos tenham oportunidades equitativas.

No mais, os algoritmos não devem perpetuar preconceitos ou discriminação. Se os dados usados para treinar modelos de IA são tendenciosos, a IA pode perpetuar ou amplificar preconceitos existentes. A busca pela equidade e imparcialidade deve ser uma prioridade, assegurando que a tecnologia beneficie a todos os seus usuários diretos ou indiretos.

As soluções de IA devem ser projetadas e implementadas de maneira a contribuir para o bem-estar social e a equidade, evitando impactos negativos no público que vai alcançar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que vimos até aqui não esgota, nem pretende esgotar o assunto em testilha, demandando ainda muita discussão acerca do real impacto da utilização da IA no cotidiano, assim como na educação.

Já sabemos que IA pode ser aplicada na educação superior, como já vem sendo, proporcionando benefícios significativos para estudantes e professores. O que resta descobrir é como isso afeta e afetará as partes envolvidas e como a regulamentação estatal, por meio de normas em sentido estrito, podem contribuir para coibir os excessos causados pelo uso inadequado da tecnologia.

Este tema abrange não apenas a necessidade crítica de regu-

lamentação, mas também destaca a importância da colaboração entre diferentes partes interessadas para criar regulamentações flexíveis, eficazes e adaptáveis às mudanças rápidas na tecnologia e na educação. Ao focar nesses aspectos, as regulamentações podem ajudar a moldar um futuro em que a IA na educação seja ética, transparente e equitativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.709. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2338. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial**. Senado Federal, Brasília, Distrito Federal, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

BRASIL. Senado Federal, Brasília, Distrito Federal, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/10/26/regulamentacao-da-ia-exige-foco-na-centralidade-humana-aponta-debate>.

DE SANCTIS, Fausto M. **Inteligência Artificial e Direito**: Fausto Martin De Sanctis. São Paulo: Almedina, 2020.

DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto; SOUZA, Carlos Affonso Pereira de Souza et al. **Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal**. Pensar, Fortaleza, v. 23, nº 4. 2018.

GABRIEL, Martha. **Você, Eu e os Robôs**: pequeno manual do mundo digital. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

STEIBEL, Fabro. et al. **Possibilidades e Potenciais da utilização da Inteligência Artificial**. In: MULHOLLAND, Caitlin. et al. *Inteligência*

Artificial e Direito. 2. Ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA FUNDAMENTOS E PARADIGMAS

Edilene Silva dos Reis¹
Jeovanildo Bezerra e Bezerra²

Resumo:

O presente artigo aborda os fundamentos e paradigmas da educação contemporânea, com o objetivo de ressaltar sobre a importância dessas bases e modelos seguidas no ensino aprendizagem atualmente, assim pensar na educação contemporânea é analisar os caminhos percorridos no século XX por alguns estudiosos que com grande empenho desenvolveram grandes teorias como behaviorismo, cognitivismo, a teoria motivacional de Maslow e pedagogia do amor de Pestalozzi que são de grande relevância para educação. Para tanto a fundamentação teórica foi uma metodologia de cunho bibliográfica e qualitativa, pois parte também da experiência vivenciada na prática didático pedagógica.

Palavras-chave: Behavior-Cognitivismo-Pestalozzi-Maslow

INTRODUÇÃO

A educação é transformadora e serve de base para a vida. Uma base que necessita de alicerces resistentes, que amparem o educador nos momentos mais complexos do processo de ensino. Pensando nisso no século XX, vários teóricos da educação começaram suas pesquisas não somente para embasá-la, mas também para compreender mais sobre esse processo que por se tratar de ser humano é complexo e diferente para cada pessoa.

Nessa perspectiva, o condutivismo: Behavior, com o objetivo de analisar e mostrar o método a partir do comportamento humano por meio do reforço ou punição. A teoria de Maslow que compartilhava

1 Mestranda em Ciências da Educação na Faculdade Interamericana de Ciências Sociais- FICS. Pós-Graduada em Língua Portuguesa e Literatura pela UNIASSEL-VI. Graduada em LETRAS-Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas- UEA

2 Mestrando em Ciências da Educação na Faculdade Interamericana de Ciências Sociais- FICS. Pós-Graduado em Educação Infantil e Ensino Fundamental pela FACULDADE KURIOS. Graduado em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA

em parte do behaviorismo, tratando a motivação não apenas como estímulo, mas principalmente na valorização do ser para que esse sujeito pudesse progredir a partir desses ditos reforçamentos.

Abordar as adversidades humanas nos leva a também refletir um pouco da pedagogia do amor de Pestalozzi, uma análise que parte do educar por meio do amor, visto que segundo o referente autor “o amor é o fundamento eterno da educação”. A teoria cognitivista que ressalta o estudo sobre a consciência e a mente como alavanque para o desenvolvimento humano.

Portanto, ao pensar em educação contemporânea é perpassar por várias teorias, fundamentos e paradigmas que são preponderantes no processo de ensino aprendizagem. Delimitar em Condutivismo: Behavior, teoria motivacional de Maslow, cognitivismo, e a teoria de Johann Heinrich Pestalozzi tem como objetivo refletir sobre cada uma, sobre os conceitos e princípios seguidos por elas. Assim tentar abordar como as teorias se atrelam no cotidiano da educação contemporânea.

O trabalho a seguir será organizado em resumo, introdução, e os seguintes tópicos: Behavior, Cognitivismo, teoria de Maslow e pedagogia do amor de Pestalozzi, conclusão e referências.

CONDUTIVISMO: BEHAVIOR, TEORIA DE MASLOW

Conduzir o sujeito, para mostrar como a partir do exterior do ser, pode-se modelar este como ideal, ou conduta humano como premissa para o seu desenvolvimento, o contexto externo como fonte de ação sobre o desempenho do sujeito. Como o homem aprende? O behaviorismo nasce para mostrar como o homem é modelado a partir do seu comportamento.

Nessa perspectiva, segundo Pereira (2021) dois conceitos clássicos são destacados o reforço e a punição, o primeiro o reforçamento é o que faz o comportamento aumentar de frequência, conforme estar progredindo, ou seja, o estímulo que faz o ser se esforce cada vez mais, já o segundo a punição que faz com que o comportamento diminua, ou seja, o castigo serve para que o ser não continue com o mau comportamento.

Nessa linha de pensamento, Watson apud Pereira (2021) afirma que é possível moldar doze crianças sadias, bem constituídas, a partir da espécie de mundo como premissa para educa-las, garantindo que as transformaria em especialistas em qualquer área pretendida, como por exemplo, médico, comerciante, advogado, ou até mesmo pedinte ou

ladrão, independentemente das suas heranças genéticas dentre outras como, suas eventuais capacidades, disposições, habilidades, idoneidades.

Dessa maneira, sob ótica behaviorista surge a motivação ou como afirma (Sancho et al., 2002 apud Gomes, Quelhas 2003) De forma geral, costuma-se definir o termo motivação para apresentar as forças externas ou internas que atuam sobre as pessoas e que desencadeiam e dirigem a sua conduta. A conduta humana por meio das forças externas, uma motivação para o desenvolvimento pessoal ou profissional.

Segundo Bergamini apud Gomes e Quelhas, 1997; id., 1982; id. In: Bergamini & Coda, 1997, p. 69-93; Rodrigues, 1973) “A teoria behaviorista interpreta os comportamentos humanos como sendo respostas provocadas por estímulos externos, as quais podem ser condicionadas por reforços positivos e negativos. Pressupõe o automatismo do comportamento. A interpretação do sujeito a partir da conduta, os estímulos externos são de certa forma uma subordinação, os reforços positivos e negativos implicam no desempenho.

Ademais Castanõn (2007, p.52) sobre o:

Behaviorismo, pesava a acusação de difundir uma imagem de ser humano meramente reativo, semelhante à “uma coisa passiva perdida, sem responsabilidade por seu próprio comportamento” (De Carvalho, 1990, p. 33). Assim, o Behaviorismo veria o homem como um conjunto de respostas a estímulos, ou seja, uma coleção de hábitos independentes. Frick (1973), por exemplo, era um dos que acusava o Behaviorismo de haver buscado criar uma visão limitada do homem como máquina. A oposição do Humanismo ao Behaviorismo pode ser sintetizada em quatro pontos.

Nessa perspectiva, realmente o homem é condicionado a reagir conforme a situação, isso muitas vezes o coloca não como o sujeito ativo e complexo, mas como um agente passivo somente a reações.

Para retratar sobre Maslow e sua teoria da motivação, primeiro é ressaltar um pouco de sua biografia segundo Sampaio (2009, p.6):

Abraham Maslow é norte-americano, psicólogo formado em Universidade de Wisconsin, estudou Gestalt em New York, Psicanálise

com Kardiner, Erich Fromm e Karen Horney e Antropologia com Ruth Benedict, Margareth Mead e Ralph Linton. Foi assistente de Thorndike e, como todo psicólogo de sua época, teve sua formação marcada pela Escola Behaviorista, da qual se tornou crítico. Sofreu, também, influências dos pensamentos de Gordon Allport, Murray e Carl Rogers. Como se pode ver, trata-se de um autor que passou pelas chamadas grandes escolas da Psicologia (Escola Comportamental, Psicanálise e Humanismo) e pelas contribuições norte-americanas à Antropologia.

Um grande filósofo que mostrou por meio das suas pesquisas as questões significativas na área do desenvolvimento humano. Assim segundo Sampaio (2009, p.6) “seus estudos sobre motivação humana tinham em vista o desenvolvimento de uma teoria que pudesse servir de base para a compreensão do homem inserido na sociedade, e não se aplica facilmente quando reduzida ao aspecto da vida laboral”.

O homem e a sociedade estão interligados em uma relação ciclo viciosa, em todas as instâncias, não somente para desempenho das funções trabalhistas.

Ainda na perspectiva de Maslow (1954, apud Sampaio, 2009, p.6):

Nós sabemos que o dado fundamental da Psicologia não é uma contração muscular, nem um reflexo, nem uma sensação elementar, nem um neurônio, nem mesmo uma partícula observável do comportamento visível. É uma unidade muito maior, e mais e mais psicólogos pensam que é no mínimo tão amplo como uma unidade de ajustamento ou ato de adaptação, que necessariamente envolve um organismo, uma situação e um objetivo ou propósito”.

Para Maslow a psicologia é bem maior, abrange um campo mais amplo que engloba mais mecanismos e finalidades. Sua teoria também ressalta a qualidade do indivíduo desse modo destaca Maslow (1943, 1954, apud Sampaio, 2009, p.7):

O indivíduo é um todo integrado e organizado.

Por consequência, não se pode falar da motivação de um órgão (a boca, o estômago ou a genitália), mas apenas da motivação da pessoa como um todo. Com essa afirmação, Maslow afasta seu conceito de motivação do conceito de pulsão freudiano.

Assim Maslow não apenas aborda sobre a organização do ser, mas também sobre o que é motivação, uma das premissas do seu estudo, uma motivação como em um todo, satisfazendo a pessoa em todos os sentidos.

A contribuição de Maslow segundo Murrell (2009, apud Sampayo, 1977, p.80) consiste em:

Análise do contraponto com a teoria psicanalítica: - “A contribuição de Maslow foi ignorar a dicotomia e ordenar as necessidades numa hierarquia de prepotência, colocando as necessidades biológicas como aquelas que tinham de ser satisfeitas primeiro, antes de quaisquer outras necessidades mais elevadas poderem receber qualquer atenção”.

Ao retratar a condição humana desconstrói a ideia que as necessidades biológicas devem ser atendidas em primeira mão. Existem precisões mais urgentes, o indivíduo é mais complexo e exigente.

Nesse aspecto, apesar de aparentemente caminharem em congruência behaviorismo e teoria motivacional de Maslow ao analisar constata-se uma divergência aos modos operandi, por exemplo, o Behavior é estudo onde o ser é conduzido, por meio do comportamento é modelado, um molde que também se desenvolve através da motivação ou da punição condicionada ao corpo. Já a motivação abordada em Maslow renegada as necessidades biológicas, enfatizando o indivíduo como um ser organizado e uma psicologia que abrange mais que sistemas fisiológicos uma psicologia que atende as pessoas em um modo geral.

PEDAGOGIA DO AMOR DE JOHANN HEINRICH PESTALOZZI

O amor a educação nunca foi tão representativo com na con-

temporaneidade, pois com todos percalços e adversidade que advindos principalmente ao ensino aprendizagem nas escolas públicas, exigem um profissional que realmente ame à docência.

Nesse ponto de vista, Pestalozzi era o filósofo visionário que já no século XIX, pregava o amor a educação, sendo ele a essência e o único meio capaz de levar o indivíduo à plena realização moral.

Uma breve biografia Pereira (2021) Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827) nasceu em Zurique, Suíça, de origem pobre, casa=escola: 1775 a 1780, 1805: Instituto de Yverdon, o melhor caminho para tocar a divindade presente na alma humana é através do amor.”

Para uma pessoa que nasceu e conviveu as mazelas de uma vida pobre, sabe que dentro desse contexto para sobressair-se somente por meio da educação. Por isso afirma Soertard (2010, p.39) “Pestalozzi acreditava que a educação devia ser o principal meio das reformas sociais, ela consistia em desenvolver moral, mental, e físico da natureza da criança e de todas as crianças, independentemente de suas condições sociais.

Uma reforma que nasce por meio da educação é uma das melhores revoluções, pois não nada melhor que o desenvolvimento pleno do ser humano, ou seja, uma educação igualitária e de direito, visto que é independente de condições sociais.

Para Pestalozzi o desenvolvimento da criança era fundamental nessa perspectiva defendia segundo Soertard (2010, p. 40):

O método de toda educação consiste em um princípio muito simples: seguir a natureza. O professor é um jardineiro, cuja tarefa consiste em providenciar as condições para que as condições para que a planta se desenvolva, pois o seu crescimento está dentro dela mesma. O educador não acrescenta nada à criança, apenas vigia para que seu crescimento não seja prejudicado, mas siga o curso de sua própria lei.

O desenvolvimento do ser é nato, mas precisa de uma orientação e nesse momento entra o papel do professor, em um procedimento que segundo Soertard (2010, p. 35) para Pestalozzi “é um processo que devia seguir a natureza, a liberdade, a bondade inata do ser humano, unindo mente, coração e mãos”.

No Brasil houve também uma repercussão das teorias desse grande estudioso assim contribui Zanatta apud Soertard (2005, p. 180) :

As ideias pedagógicas de Pestalozzi, introduzidas no Brasil por Rui Barbosa, demarcam a corrente pedagógica tradicional, denominada pedagogia intuitiva. Seu aspecto característico é oferecer, na medida do possível, dados dos sentidos, ou empregando um vocabulário pedagógico, valendo-se do concreto.

A pedagogia intuitiva, um desenvolvimento a partir dos sentidos. Assim Soertard (2010, p. 35) “em um processo em que os educandos desenvolvem a capacidade de percepção e observação, mais do que a pura aquisição de conhecimento”. Desse modo, o docente é como um jardineiro mesmo, pois rega e observa o crescimento da planta. Visto que, o desenvolvimento pertence ao ser.

Portanto, ao retratar a pedagogia do amor de Pestalozzi, primeiro é preciso saber um pouco da biografia desse teórico, saber sobre a teoria defendida, e o método utilizado por ele. Para ressaltar a importância que Pestalozzi teve e ainda tem para a educação, tendo como premissa a igualdade e que somente por ela a educação pode-se ter uma reforma almejando o desenvolvimento significativo para todos que fazem parte da sociedade.

COGNITIVISMO

Cognitivismo é uma teoria que estuda a consciência e a mente. Surge para confrontar as ideias behavioristas, segundo Munhoz apud Castanõn (2007, p.337) “Em objeção aos métodos behavioristas e psicanalíticos utilizados, surge o cognitivismo”. A consciência como máquina do desenvolvimento humano ou ainda sob a luz da análise de Castanõn (2007, p.54) “No Cognitivismo, a consciência não é o fantasma na máquina de Gilbert Ryle (1949), ela é a dona da máquina”. Desse modo temos a consciência como fator imprescindível e o cognitivismo reflete a parte humana desse ser, por isso Castanõn (2007, p. 51) ressaltar “O Cognitivismo defende uma imagem de ser humano plenamente compatível com a defendida pela tradição humanista ocidental e o movimento da Psicologia Humanista norte-americana”.

Nessa perspectiva, cognitivismo e humanismo se entrelaçam, pois os conceitos e princípios tratam a questão humana. Assim Castanõn (2007, p.51):

O Cognitivism defende que o ser humano é: consciente, ativo, movido por causas e razões, orientado a metas, um processador de informação, tem seus processos cognitivos governados por regras, possui um inconsciente cognitivo, constrói as regras que coordenam sua cognição, possui tendências inatas, reage a significados atribuídos, tem emoções que atuam por meio da cognição, é epistemicamente motivado e constituído de mente e corpo que interagem e se influenciam mutuamente.

O homem é movido pela consciência, refleti e agi, a racionalidade humana lhe dá essa possibilidade de conscientização, reflexão e ação. Pois não basta apenas saber, mas também e principalmente fazer.

Ao relacionar o cognitivism ao humanismo porquê? Por que um vai ao encontro do outro, ou seja, como afirma Castanõn (2007, p.53):

A Psicologia Humanista defendia uma visão de ser humano baseada nos seguintes pressupostos, enunciados pelo histórico artigo de James Bugental (1963), “Humanistic Psychology: A New Breakthrough”: a) uma pessoa é mais que a soma de suas partes, b) nós somos afetados por nossas relações com outras pessoas, c) o ser humano é consciente, d) o ser humano possui livre-arbítrio, e) o ser humano tem intencionalidade. Assim que publicado, este artigo foi adotado como declaração da primeira associação deste movimento, a American Association for Humanistic Psychology (AAHP), o que indica sua representatividade.

Mais uma vez, tratar o ser humano é considerá-lo como consciente, ser livre-arbítrio cheio de intenções. O homem que tem conhecimento do bem e da verdade, e age de acordo com seus ideais. Assim entramos em mais uma das premissas sobre o indivíduo, segundo os pensamentos de Castanõn (2007, p. 55):

O ser humano é orientado a metas – O caráter agente do ser humano pode ser representado cognitivamente pelo conceito de metas, e dessa

maneira abordado conceitualmente por meio da linguagem da cibernética e do conceito de feedback. É idéia central do Cognitivismo que o comportamento humano não pode ser adequadamente descrito, previsto ou compreendido em termos de estímulo-resposta e, portanto, pressões ambientais. Todo o comportamento humano é prospectivo e visa atingir metas por planos e estratégias de ação consciente.

Por tratar-se de ser humano, o homem em si é complexo, por isso não há fórmula ou como descreve-lo, pois a diferença é o ponto mais positivo do ser, pois como afirma a teoria os opostos se atraem.

Portanto, abordar a teoria cognitivista é atrelar ao humanismo por suas concepções e arcabouços, destacando o ser humano como centro e dotado de consciência, e que por isso se sobressai aos demais, pois sua racionalidade seguiu a partir da consciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação contemporânea é reflexo das teorias passadas, os fundamentos e os paradigmas servem como orientação para o docente, que na prática utiliza várias dessas bases para desenvolver o trabalho didático pedagógico.

Uma educação que perpassa primeiramente pela complexidade de trabalhar com o ser humano. Assim teremos que pensar nesse educando a partir de seu contexto, cultura, momento histórico. Pensar também em como atrair a atenção aos estudos em um mundo tecnológico e com ferramentas que estão à disposição de todos.

Abordar de forma sucinta sobre o condutivismo: Behavior, a teoria de Maslow, pedagogia do amor de Pestalozzi e o cognitivismo, é para ressaltar as suas respectivas preponderâncias que transcenderam os tempos e são as bases para a educação desde os primórdios e até a contemporaneidade.

Os fundamentos que nunca saíram e nem sairão da moda no que compete a educação. Uma vez que, ao tratar-se da didática pedagógica de um docente ainda se utiliza do estímulo resposta para que seu discente se esforce cada vez mais desenvolvendo o ensino aprendizagem por meio do reforçamento dentro da perspectiva do behaviorismo, mas seguindo ao encontro da teoria da motivação de Maslow que valoriza o ser humano e destaca como um sujeito que precisa dessa motivação

para ter um desenvolvimento progressivo.

Também utilizando de uma pedagogia do amor a educação o qual muitas vezes é o único estímulo para continuar a prática da docência, dentro de uma respectiva teoria da cognição onde o conhecimento está dentro da consciência e da mente, ressaltando ainda a criança como o sujeito principal dentro da educação. Nessa maneira o docente é somente o sujeito que rega e estimula a percepção e a observação assim o ciclo de conhecimento é mais efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTANÕN, Gustavo A. **O cognitivismo é um humanismo**. Psicologia Argumento. Curitiba, v. 25, n. 48 p. 51-64, jan./mar. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19907/19205>

_____. **O que é Cognitivismo?** Fundamentos filosóficos. São Paulo: EPU. 141 p.

GOLEMAN, Daniel. **Inteligência Emocional**. Editora Objetiva, 1996.

GOMES E QUELHAS, Alcindo Arcenio Pinheiro Gomes, Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas. **A MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL**. Universidade Federal de Santa Catarina www.producaoonline.inf.br ISSN 1676 - 1901 / Vol. 3/ Num. 3/ Setembro de 2003.

MIGUEZ, Eloisa M. **Educação em busca de sentido**: Pedagogia inspirada em Viktor Franklin. Editora Paulus, 2015.

MUNHOZ Carneiro, Adriana Castanõn, Gustavo (2007). **O que é cognitivismo?** Fundamentos filosóficos. São Paulo: EPU. 141 p. *Psico-USF*, vol. 12, núm. 2, dezembro, 2007, pp. 337-338 Universidade São Francisco São Paulo, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036067023>.

PEREIRA, Lopes Auricélia. **Fundamentos e paradigmas contempo-**

râneos da educação. Auricélia Lopes Pereira. Faculdade Interamericana de Ciências Sociais-FICS. Pós-Graduação em Scriptu Sensu em Ciências da Educação- Antropus educacional-2021.

SÁ, Renato Aparecido Cezario de e SACHETE, Suzan Beatriz. **Teorias motivacionais versus qualidade de vida no trabalho.** Trabalho de conclusão de Curso. Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha. Disponível em [https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1435/TC% 20 univem. Pdf?sequence =1&is Allowed=y](https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1435/TC%20univem.Pdf?sequence=1&isAllowed=y).

SAMPAIO, J.R. O Maslow desconhecido: uma revisão de seus principais trabalhos sobre motivação. **Revista de Administração da USP**, São Paulo, v.44, n. 1, jan/fev/mar 2009.

SANGE, Peter. **A quinta disciplina** - Arte e prática da organização que aprende. Editora: Best Seller; 38ª edição, 2013.

SOËTARD, Michel. Johann Pestalozzi/Michel Soëtard; traduções: Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes, Ciriello Mazzetto; organização: João Luis Gasparin, Martha Aparecida Santana Marcondes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Fábio Júnior Marques Pereira¹

Rodrigo Pontes de Mello²

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da formação continuada como espaço para a capacitação do professor com as novas tecnologias.

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. A sociedade exige dos profissionais da educação uma adaptação cada vez mais rápida e constante de acordo com as novidades que surgem no universo tecnológico e como também os métodos necessários para o aprendizado básico da sua formação. Essas transformações seriam a utilização da informática como subsidio nas suas aulas. Por isso se exige tanto que o professor, além de dominar os conteúdos de sua formação profissional, tenha a apropriação sobre como utilizar adequadamente estas novas tecnologias em sala de aula. Hoje se entendemos que a internet tornou-se uma das maiores ferramentas que auxiliam na busca do conhecimento humano, visto que lá encontramos diversas informações que levam o ser humano a desenvolver o seu intelecto.

Palavras-chave: Ambiente Organizacional. Motivação. Gestores.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à internet é um dos requisitos mais relevantes para a superação de desigualdades em uma sociedade que se encontra em processo de estruturação em torno da internet. A desigualdade no seu acesso é denominada infoexclusão, que engloba as dificuldades de acesso às tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) entre as pessoas com

1 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

2 Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Especialista em Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professor em duas instituições de Ensino Superior em Campina Grande – PB. Sócio fundador da “Anima Clínica de Psicologia”.

necessidades especiais ou em situações de maior vulnerabilidade. Uma forma de tentar reduzir essa desigualdade é a redução dos custos de conexão e facilidades em seu acesso, pois assim a interação das pessoas no mundo virtual será mais abrangente e o acesso a sites de pesquisa, pagamentos no internet banking, faz com que os indivíduos se tornem mais ativos e autônomos no ciberespaço.

Com o passar dos anos, o mundo vem se modernizando e a tecnologia vem tomando cada vez mais espaço em nosso cotidiano, seja na nossa vida pessoal, no trabalho, ou até mesmo na escola. Com isso, o eixo dessa pesquisa visa compreender como tais tecnologias podem tornar os alunos cada vez mais motivados, como poderá despertar o interesse e o desejo de aprender e quer mais e mais o conhecimento. A tecnologia se bem empregada em sala de aula pode tornar esse ambiente muito mais prazeroso.

Dessa forma, este estudo é de suma importância, pois acarretará em benefícios tanto para os professores que poderão ter acesso a um novo método de ensino, que possa ser eficaz e trazer bons resultados em sala de, como também, para os próprios alunos que poderão aprender de uma forma mais atualizada, lúdica, divertida e passando a ser mais motivados com o uso da tecnologia em sala de aula.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a importância da formação continuada como espaço para a capacitação do professor com as novas tecnologias.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: qual a importância da formação continuada como espaço para a capacitação do professor com as novas tecnologias?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

2. HISTÓRIA DAS MÍDIAS

O termo mídia significa de forma vasta, todos os meios de comunicação e expressão: veículos que utilizamos para divulgar conteúdos de publicidade ou propaganda, e a palavra propaganda abrange um conjunto dos meios de comunicação, que podem ser: jornais, revistas, televisão, internet e rádio.

A comunicação sempre esteve presente em

todos os momentos de evolução humana. A primeira manifestação de comunicação do homem: a Arte Rupestre - arte em rochas foi na Idade da Pedra. No período Paleolítico, as pinturas nas paredes das cavernas deixam claro o antigo desejo e necessidade do ser humano pelo ato de comunicar-se. A palavra comunicação, de acordo com Martino, vem do latim *communicatio* do qual distinguimos três elementos: uma raiz *munis*, que significa estar encarregado de que acrescido ao sufixo *co*, o qual expressa simultaneidade, reunião, temos a idéia de uma atividade realizada conjuntamente completada pela terminação *tio* que por sua vez reforça a idéia de atividade (MARTINO, 2005 p. 12-13).

O desenvolvimento do ser humano está sempre em crescimento, portanto o número de informações aumentou consideravelmente, dessa forma a maneira de disseminar as informações também evoluiu. No século VI a. C, a fabricação do papel por chineses trouxe o interesse pela cultura. Mas apenas com a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1438, a propagação da informação teve um grande salto.

A primeira tecnologia moderna de massa, pode ser a impressora tipográfica de Gutemberg, que foi inventada no século XV. A invenção de Gutemberg facilitou mudanças e transformações na vida de muitas pessoas, pois foi com ela que surgiram jornais e livros impressos consideravelmente mais acessíveis do que pergaminhos e livros manuscritos.

Surgem, pois, as primeiras impressões da humanidade: as gazetas, com informações úteis sobre a atualidade; os pasquins, folhetos com notícias sobre desgraças alheias e os libelos, folhas de caráter opinativo. A partir da combinação destes três tipos de impressos resultaria, no século XVII, um gênero chamado jornalismo (FERRARETTO, 2001, p. 89).

Com o surgimento dos livros, o conhecimento passa a ser divulgado a distância e a qualquer momento, em qualquer lugar. O livro passa a ser o primeiro recurso ou tecnologia de ensino a distância.

Em 1753, Benjamim Franklin descobriu a eletricidade, o que deu início a duas gran-

des descobertas: o telégrafo e o telefone. Em 1894, surge a radiotelegrafia, com Oliver Lodge. Evidenciando assim, a possibilidade de transmitir e receber ondas eletromagnéticas. Tempos depois, viria o rádio. De acordo com Ferraretto: Sarnoff inventou o conceito do meio de comunicação rádio, Conrad lançou as bases da emissora comercial. Caberia, nessa linha de raciocínio, a Guglielmo Marconi o pioneirismo em termos de indústria eletro-eletrônica. (FERRARETTO, 2001, p. 89).

Em 1753 surge a eletricidade com Benjamin Franklin, e as invenções do telégrafo e telefone. Logo constata-se a invenção do rádio, que se transforma em grande meio de comunicação. Com o advento dos rádios e logo sua massificação aparece o termo comunicação de massa, e informações começam a ser divulgadas e a estar disponíveis para grande parte da população.

Em 1923 surge o tubo iconoscópio, dando surgimento a televisão eletrônica, e com a Marinha Americana, com o auxílio da Universidade de Harvard, aparecendo então o primeiro computador. Contudo a grande revolução nos meios de comunicação ocorre com o surgimento dos computadores. Nos anos 50, a descoberta dos semicondutores impulsionou o surgimento dos computadores que conhecemos hoje. Desde então os computadores estão cada vez mais modernos, velozes e com capacidade de memória maior. Se tornando hoje o aparelho eletrônico mais essencial na vida moderna.

Com o avanço dos computadores surge a Internet. Que é considerada a rede das redes de comunicação. A Internet permite a comunicação mundial e o compartilhamento de informações com alta velocidade com pessoas em sua rua ou ao redor do mundo. Uma grande vantagem da Internet, é que esta é uma ferramenta que proporciona o acesso a uma grande quantidade de informações que está disponível em todo o mundo.

Neste espaço todos têm a palavra, mesmo os mais tímidos que possam eventualmente ter mais dificuldade a falar em público terão aqui a oportunidade de demonstrar o seu interesse e mérito. Ergue-se assim uma pequena comunidade, cria-se uma proximidade entre professor e alunos, mas também entre os próprios alunos.

(BALTAZAR E AGUADED, 2005, p. 3).

A partir do aparecimento da internet, surgem então diversas novas maneiras de comunicação: video-conferência, chat online, blogs, fotologs. Todas estas ferramentas auxiliam o processo ensino aprendizagem se usados de maneira correta e significativa para os alunos.

3. O USO DAS TECNOLOGIAS

As pessoas da atualidade, nascem e crescem sobre os signos das novas tecnologias, assim, o que para nós é novidade, para eles faz parte do cotidiano, em casa, nos bancos, nos joguinhos. Entretanto, não podem ser consideradas nesta situação somente coisas boas, pois em uma sociedade tão desigual, infelizmente, nem todos tem acesso a ela, ao contrário, o que vemos reforçar é uma minoria detentora dessa tecnologia e uma maioria discriminada e afastada do acesso a ela.

O problema em se ter uma maioria sem acesso a tecnologia se agrava ainda mais quando percebemos que tudo conspira para que nos tornemos cada vez mais dependentes da tecnologia. Com certeza, não há como retroceder. Fazemos parte da sociedade informática, onde as informações são transmitidas em abundância e rapidez, novas profissões surgem a cada momento. Em consequência, ao lado das grandes mudanças (sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.), provocadas pelas novas invenções tecnológicas sentindo a necessidade que o homem tem de aprender a lidar com essas tecnologias, a se adaptar a elas e ser capaz de, convivendo com elas, construir e adquirir conhecimento para que sejam capazes de compreender, manejar e relacionar-se com elas.

É preciso destacar, entretanto que o uso dos recursos tecnológicos na educação, não deve apresentar-se apenas como máquinas altamente desenvolvidas, que facilitam em grande parte o trabalho educacional principalmente o burocrático, mas é necessário que aconteça uma mudança de paradigmas com relação às práticas pedagógicas, caso contrário não será novidade a substituição da máquina de escrever pelo computador.

É preciso ter claro que os recursos tecnológicos,

[...] se usados com inteligência, espírito crítico e orientação, tem grande potencial para contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança porque propiciam habilidades men-

tais diferentes das desenvolvidas pela leitura e escrita (MORAN, 2009).

Assim, o computador e toda essa tecnologia devem ser utilizados como meio e não como fim do processo de ensino-aprendizagem. Eles devem ser mais uma ferramenta que ajudará o aluno a construir seu futuro. É preciso compreender a necessidade de um aprendizado contínuo e que à educação permanente deveria ser um dever social como é hoje a escola obrigatória.

Frente a todas essas exigências e necessidades imaginamos que o indivíduo deva ser educado para viver este “futuro – presente”, de modo a fazer com que sua sociedade faça uso da tecnologia como um bem a serviço do progresso cidadão e do desenvolvimento democrático, sem se esquecer do caráter humanístico que envolve as relações entre as instituições entre os indivíduos (SILVA, 2011).

Tais preocupações se refletem na forma de organizar o processo educacional, em termos de sua compreensão entendimento em meios ao desenvolvimento tecnológico.

As novas tecnologias, portanto, criam novas possibilidades de desenvolvimento tecnológico, além de determinarem estratégias de instrução diferentes às tradicionais. O uso destas em educação implica que os papéis da escola, do professor e do aluno se modifiquem, no sentido de que todos eles devam assumir que os processos de ensino e aprendizagem se centram na forma como os sujeitos ordenam e estruturam suas interpretações da realidade, de maneira ativa e progressiva, levando em conta também seus processos psicológicos.

Belloni (2008) pondera que, assim, as características dos conteúdos, as estratégias didáticas empregadas, os processos de comunicação entre docentes e alunos, os objetivos e as formas de avaliação devem ser interpretados como instrumentos de apoio, que por sua vez dinamizam a própria modalidade e fortalecem a educação permanente.

O uso de novas tecnologias é um processo inevitável, e sua implementação requer um planejamento adequado, dependendo das possibilidades de recursos humanos e financeiros com que contem as instituições educativas.

O treinamento de habilidades para o trabalho e o uso de novas tecnologias implica em dotar os profissionais da educação de mecanismos de compreensão de que essas novas tecnologias propiciam mudanças na relação do indivíduo com o tempo e com o espaço. Isso se justifica pela compreensão de que os tempos tradicionais no ciclo vital

das pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem com suporte tecnológico sofrem um processo radical de transformação, associado a uma descontextualização espacial dessas atividades (MARTINO, 2005).

A primeira das grandes esperanças quanto aos meios eletrônicos relativamente à educação é a aquisição de competências que permitem o desenvolvimento do indivíduo num entorno tecnológico constantemente em evolução, pelo acesso a uma quantidade cada vez maior de informações, em múltiplos suportes e formatos. Representam, portanto, eixos transversais, nos quais se aposta como fundamentais para apoiar o desenvolvimento integral dos alunos.

O professor sozinho não será capaz de resolver o problema, ele necessita de auxílio. Professores, escola, comunidade e alunos têm que trabalhar juntos na construção de uma alfabetização tecnológica que busque uma verdadeira democratização, em termos de acesso aos conhecimentos (MARTINO, 2005).

As novas tecnologias já tomaram conta dos ambientes sociais, fazendo-se presentes nas mais diversas áreas, o que gera nos trabalhadores a necessidade de dominá-las para garantir sua atuação no mercado de trabalho. Neste sentido, a inserção das tecnologias no ambiente escolar se torna indispensável, pois o grande objetivo dos bancos escolares é preparar as pessoas para a vida em sociedade, o que inclui sua atuação como profissional.

4 FORMAÇÃO CONTINUADA COMO ESPAÇO PARA A CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR COM AS NOVAS TECNOLOGIAS

Há muito tempo se fala que é necessário o professor está sempre em constante busca para o aprimoramento das suas metodologias de ensino. Para isso foi criado o termo formação continuada que é o processo educacional vivenciado pelo profissional ao longo de sua carreira, sob esse aspecto destacamos:

O termo formação tem merecido ampla adjetivação e conotações, partindo das que, tomando por referência um menor ou maior grau de formalidade e o momento cronológico em que ocorrem, a caracterizam como: inicial: decorrente de processo de duração determinada,

definida pela legislação vigente, incluído nos cursos de graduação e, portanto, pré-serviço; continuada/continua: resultante de processo formal, desenvolvido por meio de cursos de curta ou longa duração, con-comitante à atuação profissional, ou seja, em serviço. O marco distintivo dessas nomeações situa-se, portanto, na obtenção de habilitação específica que possibilite o ingresso e/ou permanência qualificados no mundo do trabalho, diferenciando, dessa forma, a preparação para a prática do exercício profissional autônomo (FREIRE, 2009, p.17-18).

No momento atual a formação do professor tem sido colocada em foco. Está cada vez mais claro que é preciso ir além da formação inicial, faz-se necessário que estes profissionais estejam em busca constante pelo saber através das formações continuadas e principalmente buscar o que a literatura contempla com o termo autoformação (FREIRE, 2009). Considerando que este termo significa que é formação que o indivíduo é responsável por si mesmo sem ter a ajuda de terceiros, ou seja a aprendizagem depende exclusivamente dele.

Freire (2009, p. 18) destaca a autoformação como:

[...] resultante de diferentes situações nas quais o indivíduo, pensando e gerindo a própria formação, torna-se sujeito e objeto de seu desenvolvimento intelectual, afetivo, político, histórico, ético e moral. [...] a distingue da formação continuada/contínua, pois a autoformação demanda do indivíduo a capacidade de governar por si mesmo o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Neste ponto entra a formação tecnológica do professor. Este tipo de formação não encontra-se no período em que ele está construindo o seu conhecimento para ingressar no mercado de trabalho, e pode-se dizer que é um tipo de formação continuada mas que depende exclusivamente do profissional ir atrás de buscar a sua aprendizagem.

Com a sociedade em um contínuo processo tecnológico faz-se necessário que o professor passe a ser também um profissional capaz de atuar com essas ferramentas, como diz Freire (2009, p. 20): “geran-

do um processo reconhecidamente inacabável, em desenvolvimento ao longo da vida e, portanto, em permanente evolução”.

A sociedade exige dos profissionais da educação uma adaptação cada vez mais rápida e constante de acordo com as novidades que surgem no universo tecnológico e como também os métodos necessários para o aprendizado básico da sua formação. Essas transformações seriam a utilização da informática como subsidio nas suas aulas.

Todo esse aparato tecnológico jamais substituirá a presença do professor, conforme afirma Boer (2012, p. 4) elas devem ser vistas como ferramentas facilitadoras nos processos de ensino-aprendizagem e fazer parte dos recursos didáticos da escola atual. Por isso se exige tanto que o professor, além de dominar os conteúdos de sua formação profissional, tenha a apropriação sobre como utilizar adequadamente estas novas tecnologias em sala de aula. Hoje se entendemos que a internet tornou-se uma das maiores ferramentas que auxiliam na busca do conhecimento humano, visto que lá encontramos diversas informações que levam o ser humano a desenvolver o seu intelecto.

Boer et al. (2012) argumenta que a internet tornou-se em poucos anos, o maior repositório de informações e conhecimentos possíveis uma hiper-mega-super-biblioteca. Com isso conclui-se que a internet é o maior meio de comunicação existente.

Nesta perspectiva, a introdução das novas tecnologias no âmbito educacional é apontada por Perrenoud (2000) como uma das competências necessárias para ensinar na atualidade. Com isso faz-se necessário que o professor tenha um bom senso ao introduzir estas ferramentas em sua metodologia. Para isso é preciso ter conhecimento sobre como utilizar essas ferramentas e como elas podem ajudar no desenvolvimento intelectual do educando.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de informatização da sociedade, que já atinge o Brasil, caminha com espantosa rapidez e parece irreversível. Temos a responsabilidade de oferecer a melhor preparação possível aos nossos alunos, inclusive aos da rede pública, para que eles possam viver e atuar numa sociedade informatizada. Numa sociedade altamente informatizada, como a nossa em parte já o é, o conhecimento – por contato e experiências do computador será um componente essencial da formação geral e até profissional de cada indivíduo. Não há como pretender que a educação, que se ocupa da formação geral e profissionalizante dos alu-

nos, possa ficar alheia a esse fato, mesmo dentro do quadro de carências que assola a educação no Brasil.

Chaves (2011) acrescenta ainda que, a escola tem que preparar cidadãos familiarizados com os mais básicos desenvolvimentos tecnológicos, de forma que possam participar do processo de geração e desenvolvimento tecnológico que o país passa.

Hoje, não se admite mais que as escolas permaneçam com uso de metodologias que não atendam as perspectivas do mundo globalizado, que não proporcione e desperte o interesse do aluno para o uso das novas tecnologias como instrumento de construção do saber. As TICS não vem substituir o professor, mas auxiliá-lo no desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAZAR, N. ; AGUADED, I. **Weblogs como recurso tecnológico numa nova educação.** In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO. 4., 2005, Aveiro. Actas..Aveiro: Congresso da Associação Portuguesa de Ciência da Comunicação, 2005.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância.** Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

BOER, W. A. **Adequações curriculares na área da deficiência intelectual: análise de uma realidade.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2012.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica.** 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Comunicação: troca cultural?** Ed. Paulus, 2005.

MORAN, J. M., **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Coleção Papirus Educação, Editora Papirus, Campinas, 16. ed., 2009.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Ângela Carrancho da. Educação e Tecnologia: entre o discurso e a prática. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, vol.19, n.72, pp. 527-554, jul./set. 2011.

TECENDO OLHARES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES, COMPETÊNCIAS DIGITAIS E AS POLÍTICAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO: UM RECORTE À LUZ DA LEGISLAÇÃO

Gercimar Martins Cabral Costa¹

Resumo:

O presente artigo propõe-se a apresentar e trazer para debate novos olhares acerca da formação de professores e a formação continuada a par da legislação vigente, e questionar, de forma significativa, como está inserido as competências digitais nessas formações? É evidente que o Século XXI perpassa por um avanço significativo no que concerne as tecnologias digitais, e estas podem ser incorporadas de forma substancial dentro da educação para promover uma aprendizagem mais eficaz. O objetivo foi verificar e analisar a importância das competências digitais dentro da formação de professores e formação continuada, de forma a estimular a aprendizagem constante e aprimorar o avanço da educação para um mundo globalizado. Optou-se pela pesquisa bibliográfica, por meio de revisão da literatura, apropriando-se de artigos científicos e as Leis vigentes, para fundamentar a importância das novas competências digitais no cenário educacional. Os resultados obtidos fundamentam um novo olhar para a importância de conhecer e aplicar uma interrelação entre os aspectos formativos (teóricos), e a prática desenvolvida por professores na educação básica, articulando assim, o ensino superior como ponto chave dessa formação. Conclui-se com a evidência da conexão e importância das competências digitais na formação de professores, sendo estes, mediadores do processo formativo da atual geração, estimulando o (re)pensar educacional a par de novas metodologias de ensino com uso dos recursos tecnológicos.

Palavras-chave: BNCC. BNC-Formação. Cultura digital. Ensino.

INTRODUÇÃO

A educação é a chave balizadora para o futuro, bem como a realização do presente, todavia, é evidente que esta não é fator preponde-

¹ Mestre em Educação (UFU), Especialista em Letramento Informacional (UFG), Especialista em Inovação em Mídias Interativas (UFG), Licenciado em Pedagogia (UEG). E-mail: gercimarmartins@gmail.com

rante e colaborativa no que tange a premissa pela qualidade de aplicação. Nos últimos anos, tem sido notório os debates quanto a formação de professores, agentes chaves propulsores para essa transformação.

As bases norteadoras da educação têm o papel essencial em promover um arcabouço teórico, que possibilite aos professores a capacidade de executar em sua prática cotidiana. Neste viés, é primordial que os professores precisam ter “responsabilidade e autonomia sobre o seu fazer pedagógico”. (SILVA; ORTIGÃO, 2020, p. 97).

No que concerne a fundamentação da qualidade da educação, é notório que esta não se realize de forma perspicaz, integrada ou efetiva, todavia, para tal compreensão, é preciso evidenciar que este cenário condiz-se com a preparação (formação) dos professores.

Subjacente a essa ideia, torna-se fundamental compreender a importância e o contexto em que a formação de professores é realizada, bem como a forma que é inserido as competências digitais, complementando-se com as políticas nacionais de educação.

No tocante a esta formação, evidencia-se a importância do desenvolver de novas competências, sendo as digitais, essenciais, e presentes no Século XXI, momento este, em que os estudantes fazem-se presentes em salas de aulas para seu processo de aprendizagem, sendo o professor, mediador destes.

Este artigo propõe-se apresentar elementos fundamentais para nortear esse processo de formação, bem como estimular campos de debates para a aplicação prática do que concerne a legislação vigente, corroborando com estudos que salientam a importância da formação e do contexto que os professores estão a desempenhar em suas atividades docentes.

MATERIAL E MÉTODOS

A presente investigação originou-se predominantemente em uma abordagem da revisão da literatura e análise das leis vigentes pertinentes ao tema em questão. Inicialmente, foi conduzida uma revisão sistemática da literatura, abrangendo uma ampla gama de fontes acadêmicas, artigos científicos e publicações relevantes (FONSECA, 2002; SEVERINO, 2007). Esse levantamento bibliográfico permitiu uma compreensão aprofundada das teorias, conceitos e descobertas já existentes sobre o assunto, fornecendo uma base sólida para a construção do arcabouço teórico do artigo.

Paralelamente, a pesquisa dedicou-se à análise minuciosa das

leis e regulamentos vigentes relacionados aos temas de referência, visando incorporar uma perspectiva sólida e atualizada ao trabalho. Além disso, a metodologia contemplou uma abordagem comparativa entre as diversas perspectivas teóricas e as disposições legais identificadas.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A evolução faz-se presente no cotidiano de todo indivíduo, não sendo diferente, dentro do contexto educacional, desta forma, evidencia os aspectos metodológicos e de formação como propulsores para o (re) pensar da formação (inicial e continuada) dos profissionais que fazem a educação acontecer.

Segundo Tiroli e Jesus (2022, p. 2) “a formação de professores é fundamental para a Educação [...] deve ocupar o epicentro das pesquisas, discussões e reflexões do campo educacional”.

O autor ainda salienta que:

A formação de professores não pode ser condicionada ou subjugada a interesses específicos de setores da sociedade. O professor, como agente transformador da realidade posta, necessita de uma formação profundamente crítica, teórica, cultural e científica, em uma perspectiva independente, autônoma, plural e democrática. (TIROLI; JESUS, 2022, p. 2).

Nóvoa e Viera (2017, p. 21) apontam “a separação de mundos”, em que Dourado (2015, p. 316) salientava “a necessária articulação entre educação básica e superior”. Subjacente a essas afirmações, é notório que os dois mundos, educação superior e educação básica estejam interligados em suas ações de formação, fator preponderante, em que o Professor em formação, tenha a sua base teórica/conceitual da graduação, e possa experienciar a prática no campo de atuação a atuar após sua formação.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) por exemplo, foi estruturada em 10 competências, tendo uma delas, um conjunto que articula a importância da Cultura Digital, que habilitam os estudantes a:

compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas

práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 9).

Conforme a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, foi definido as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, bem como instituído a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

Consoante a Resolução, é notório observar os pontos em destaque a seguir:

Art. 6º A política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC, tem como princípios relevantes:

[...]

II - a valorização da profissão docente, que inclui o reconhecimento e o fortalecimento dos saberes e práticas específicas de tal profissão;

[...]

VIII - a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente [...]

[...]

Art. 8º Os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

[...]

II - o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC [...]

[...]

IV - emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo;

[...]

Subjacente aos pontos elencados da Resolução, é evidente o (re) pensar no que tange a importância da formação do professor, bem como a sua formação no contexto do mundo contemporâneo, expresso na especificidade da inovação tecnológica no contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Rodrigues, Pereira e Mohr (2021, p. 20) “a ideia desse texto regulatório é a de fazer com que os professores desenvolvam competências para que possibilitem o desenvolvimento de competências por parte dos estudantes”.

No que concerne a referida resolução, é possível observar o termo “competência” como elemento chave de sua caracterização, dentre as competências de seu anexo, algumas que evidenciam a importância das competências digitais na formação do professor, a saber:

Quadro 1 - Abordagens de "Tecnologia" na Resolução n 2, de 20 de dezembro de 2019.

DIMENSÃO / COMPETÊNCIA	ABORDAGEM
COMPETÊNCIAS GERAIS DOCENTES	2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas. 5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.
1. DIMENSÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL	1.3.3 Conhecer o desenvolvimento tecnológico mundial, conectando-o aos objetos de conhecimento, além de fazer uso crítico de recursos e informações. 2.1.5 Realizar a curadoria educacional, utilizar as tecnologias digitais, os conteúdos virtuais e outros recursos tecnológicos e incorporá-los à prática pedagógica, para potencializar e transformar as experiências de aprendizagem dos estudantes e estimular uma atitude investigativa.
2. DIMENSÃO DA PRÁTICA PROFISSIONAL	2.3.5 Fazer uso de sistemas de monitoramento, registro e acompanhamento das aprendizagens utilizando os recursos tecnológicos disponíveis. 2.4.5 Usar as tecnologias apropriadas nas práticas de ensino.
3. DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL	3.2.3 Conhecer, entender e dar valor positivo às diferentes identidades e necessidades dos estudantes, bem como ser capaz de utilizar os recursos tecnológicos como recurso pedagógico para garantir a inclusão, o desenvolvimento das competências da BNCC e as aprendizagens dos objetos de conhecimento para todos os estudantes.

	3.2.4 Atentar nas diferentes formas de violência física e simbólica, bem como nas discriminações étnico-racial praticadas nas escolas e nos ambientes digitais, além de promover o uso ético, seguro e responsável das tecnologias digitais.
	3.3.2 Trabalhar coletivamente, participar das comunidades de aprendizagem e incentivar o uso dos recursos tecnológicos para compartilhamento das experiências profissionais.
	3.4.3 Saber comunicar-se com todos os interlocutores: colegas, pais, famílias e comunidade, utilizando os diferentes recursos, inclusive as tecnologias da informação e comunicação.

Fonte: Brasil (2019).

Seguindo esse contexto, conforme o disposto na Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, foi instituído a Política Nacional de Educação Digital (PNED), tendo essa alterado as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003.

Consoante a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, apresenta em seu teor:

Art. 1º [...]

§ 2º A PNED apresenta os seguintes eixos estruturantes e objetivos:

I - Inclusão Digital;

II - Educação Digital Escolar;

III - Capacitação e Especialização Digital;

IV - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Consoante ao disposto na Lei, percebe-se a interrelação entre esta e Resolução nº 2 de 2019, podendo ainda, com base na Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, salientar:

Art. 3º O eixo Educação Digital Escolar tem como objetivo garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais.

§ 2º O eixo Educação Digital Escolar deve estar em consonância com a base nacional comum curricular e com outras diretrizes curriculares específicas.

Art. 4º O eixo Capacitação e Especialização Digital objetiva capacitar a população brasileira em idade ativa, fornecendo-lhe oportunidades para o desenvolvimento de competências digitais para a plena inserção no mundo do trabalho.

Art. 5º O eixo Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação tem como objetivo desenvolver e promover TICs acessíveis e inclusivas.

Segundo Dourado (2016) a formação continuada, como política pública, precisa constantemente assegurar o bem comum dos profissionais envolvidas no processo. Todavia, nos últimos anos tem sido notório que “os programas de formação continuada passam a não fazer sentido, sendo, dessa forma, suspensos e/ou extintos [...]”. (OLIVEIRA; SOUZA; PERUCCI, 2018, p. 69).

É inerente observar que neste cenário, instituições públicas e privadas têm externado certo questionamento, por um lado, por prever aumento de custos e de outro, a necessidade do aumento de docentes. (ANADON; GONÇALVES, 2018, p. 45).

Para Ximenes e Melo (2022, p. 743), é extremamente importante “pensar na formação e no trabalho docente a partir das relações de conflitos, resistências e conciliações com a política pública educacional”.

Nesta seara, surgem novos desafios, visto que “[...] muitas ações precisarão ser desenvolvidas pelas instituições formativas, tanto no Ensino Superior, como na Educação Básica, para que, de fato, as orientações e normatizações ali contidas ganhem materialidade”. (VOLSI, 2016, p. 1518).

É evidente compreender que a formação de professores “acaba por traduzir como possível”, dessa forma, sendo “uma pedagogia treinante, em que a formação cultural do futuro professor se expressa como capacidade de reação adequada aos indicadores, aos parâmetros, aos objetivos previamente definidos, com foco em problemas práticos de uma prática social mediada”. (GIARETA; ZILIANI; SILVA, 2023, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É oportuno analisar neste viés, a interrelação entre a BNCC (2018), a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, bem como a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, ao atenuarem para a realidade do atual cenário que é realidade tanto na formação dos professores, e na formação que estes aplicam na educação básica ou outra.

Neste artigo, expressa-se de forma objetiva, clara e direta, o fato de pontos inerentes ao contexto do uso das tecnologias na educação, de forma a propor apresentar a importância e real necessidade de contemplar este campo de estudo.

Esta pesquisa visa abrir novos caminhos para debates acerca do tema em tela, de forma a propor cada vez mais, a análise desse viés, bem como aos estudos que apresentem possibilidades, oportunidades e desafios, sendo este artigo, um ponto propulsor para o despertar de novos aprofundamentos científicos, e conseqüentemente, ser um balizador para o avanço da prática pedagógica, desde a formação teórico à aplicação prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANADON, S.B.; GONÇALVES, S.R.V. Uma ponte para o Futuro: (des) continuidades nas políticas de formação de professores. **Momento: diálogos em educação**, v. 27, n. 2, p. 35-57, maio/ago., 2018. E-ISSN 2316-3100. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8181>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum** - Educação é a base, Brasília, MEC-SE-SEB, CNE, CONSED, UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2-de-20-de-dezembro->

-de-2019-*-242332819. Acesso em: 23 nov. 2023.

DOURADO, L. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 299-324, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hBsH9krxptsF3Fzc8vSLDzr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

DOURADO, L.F. Formação de profissionais do magistério da educação básica: novas diretrizes e perspectivas. **Comunicação & Educação**, São Paulo, Ano XXI, n. 1. jan./jun.2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/110712/112709>. Acesso em: 11 out. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIARETA, P. F.; ZILIANI, A. C. M.; SILVA, L. A. da. A BNC-formação e a formação docente em cursos de licenciatura na Universidade Brasileira: a formação do professor intelectual em disputa. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 9, n. 00, p. e023031, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8670364>. Acesso em: 22 nov. 2023.

NÓVOA, A.; VIEIRA, P. Um alfabeto da formação de professores (A teacher education alphabet). **Crítica Educativa**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 21–49, 2017. Disponível em: <https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/217>. Acesso em: 22 nov. 2023.

OLIVEIRA, R.; SOUZA, W.M.; PERUCCI, L.S. Política de formação de professores nas últimas décadas no Brasil: avanços, desafios, possibilidades e retrocessos. **Roteiro**, Joaçaba, v. 43, n. esp., p. 47-76, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/16491>. Acesso em: 28 out. 2023.

RODRIGUES, L. Z.; PEREIRA, B.; MOHR, A. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p.

e35617, 1–39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. A. P.; ORTIGÃO, M. I. R. O curso de Pedagogia e os retrocessos na legislação educacional: uma ofensiva às possibilidades de formação crítica. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 55, p. 95-116, set./dez. 2020.

TIROLI, L. G.; DE JESUS, A. R. Tensões e embates na formação docente: perspectivas históricas e análise crítica da BNC-Formação e BNC-Formação continuada. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–24, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.20732.066. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20732>. Acesso em: 28 out. 2023.

VOLSI, M.E.F. Políticas para formação de professores da educação básica em nível superior: em discussão as novas Diretrizes Nacionais para a Formação dos Profissionais do Magistério. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24., 2016, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2016. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_6/6-015.pdf. Acesso em: 28 out. 2023.

XIMENES, P. DE A. S.; MELO, G. F. BNC - Formação de Professores: da completa subordinação das políticas educacionais à BNCC ao caminho da resistência propositiva. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 265, p. 739–763, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/sXS7mctjLMxVBr9LSYNhJpp>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PRÁTICAS AMBIENTAIS NA EDUCAÇÃO

Uytalo Gomes Soares¹

Resumo:

O tema em questão vem com uma temática de grande importância pelo seu impacto na vida de todos os seres vivos do planeta, vem com uma abordagem clara e direta, tratando de tema muito recorrente e rotineiro, mais com uma visão voltada a fatores educacionais de implicação na prevenção e no retardo e ate na correção dos fatores degradantes e dispensáveis ao meio ambiente, procurando soluções eficazes e práticas, traçado com um fundo de pesquisas ao longo da historia da humanidade e suas conquistas, no âmbito principalmente evolutivo, da introdução da maquinas e suas tecnologias e seus agravos aos meios ambiente como sistema capitalista e interesseiro de classe, sem a devida preocupação com os efeitos colaterais ao meio ambiente, e o que isso poderia causar ao ecossistema do planeta, sem contar as vidas que dependem da flora terrestre como meio de subsistência pra vida dos mesmos causando uma diminuição da fauna, e, por conseguinte um extinção das descobertas de novidades que poderia vim a somar aos recursos tecnológicos, como forma de facilitar a vida humana, como também ensino ao campo da medicina, que se tem evoluído bastante com estudos de membros da fauna terrestre.

Palavras-chave: Educação e Meio Ambiente. Saúde Ambiental. Sistemas Educacional e Meio Ambiente. Alteridade Ambiental. Vida Ambiental.

INTRODUÇÃO

O tema em questão vem com abordagem, muito importante para a continuidade da sobrevivência da fauna e flora, como forma de inserir-nos nos paramentos curriculares como proposta instrutiva de educação ambiental, capacitando cidadãos para uma vida sem degradação ambiental, e que incentive a restauração do meio ambiente, por uma sociedade mais equilibrada para os cuidados ambientais, e entender que por meio da natureza que tiramos nossa subsistência, e por ela que a ciência vem crescendo no ramo das descobertas científicas, principal-

1

Mestrando em Ciências da Educação-FICS- Asunción-PY

mente no ramo da medicina, com meio de tratamentos mais eficazes e baratos, o artigo trata também dos meios causadores da degradação ambiental seu avanço ao longo da história da humanidade principalmente na época da revolução industrial, como tudo se agravou e o desinteresse dos senhores das indústrias com a degradação do meio ambiente e seus efeitos nocivos para vida do planeta e de seus moradores. Como retardar esse processo destrutivo e como recupera nosso meio ambiente junto com todo seu ecossistema.

REVISÃO DA LITERATURA

Quando falamos de meio ambiente, já nos remete vários pensamentos vem à tona, como a poluição, a extinção de espécies muitas vezes não foram descobertas ou estudadas, poluição dos mares e rios a degradação da camada de ozônio e o aumento da temperatura global e surgimentos de doenças decorrentes da falta estrutural de um meio ambiente ecologicamente efetivo, que sem ele ficamos desprotegidos e confinados aos riscos do desconhecido que isso possa nos trazer como catástrofes e muito mais, mas será que há uma solução pra tudo isso que esta acontecendo na esfera terrestre, e tem uma causa de tudo isso, toda essa destruição que subitamente poderá nos levar-nos a total extinção.

O saber ambiental problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado, para constituir um campo de conhecimento teórico e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza. Este conhecimento não se esgota na extensão dos paradigmas da ecologia para compreender a dinâmica dos processos socioambientais, nem se limita a um componente ecológico nos paradigmas atuais do conhecimento (LEFF, 2015 p. 145).

Sim tudo isso tem uma causa, e tem formas de refrear sim porem basta ter também uma conscientização sobre o assunto em pauta, toda essa destruição planetária começou com aumento populacional do mundo, e sem duvidas o surgimento das indústrias como principais meio de poluentes, com sua produção em alta escala deixa dejetos em alta esca-

la, ocasionando, excesso de poluentes, tanto na camada de ozônio como nos rios e mares, os senhores industriais preocupados com seus lucros esquecem que o mundo depende dos sistemas terrestres ambientais para sua continuidade no mundo, pouco se importam com isso pois não tiveram uma educação voltada pra se ter uma visão mais holística das possibilidades de coexistência de vida na terra, deixando claro a evidencia de que temos que ressignificar a educação e voltar seus viés educacional para o meio ambiente como sendo uma necessidade humana.

Segundo Saviani (1986), esse processo permite ao educando sair de uma visão sincrética (caótica) da totalidade da realidade vivenciada, para uma visão sintética (totalidade elaborada) pela mediação da análise. Esse método que pode tanto servir ao processo científico quanto ao processo de ensino estará consubstanciado na concepção dialética.

Pois bem, temos a concepção da necessidade de uma educação previamente voltada às questões ambientais e que traga uma visão futura aos membros da sociedade, como meio de retardar a continuidade da degradação ambiental por meio da conscientização, é se criar uma sociedade que cobre por mais recursos de preservação e de restauração do meio ambiente, pois a falta dessa consciência vai nos remeter ao futuro escasso de recursos, como a matéria prima utilizada nas tais indústrias que tanto se utilizam delas, é quando acabar o que farão, essa é uma necessidade de serem repensadas as formas de utilização da natureza.

Sustentabilidade é a característica ou condição de Sustentável; Sustentável, por sua vez, é qualidade daquilo que se pode sustentar; consoante isso, Sustentar é criar e oferecer condições para que uma atividade tenha continuidade, garantir recursos materiais para a sobrevivência de uma nação, de uma sociedade (Michaelis, 2016, p. 3).

Talvez a palavra sustentabilidade seja muito repercutida nas mídias, mas será mesmo que estamos entendendo realmente do que se trata a sustentabilidade, e qual sua real função em relação a consciência que ela nos remete realmente, o fato de se sustentar de algum modo, como isso ocorre se não temos mais de onde retirar de tanto que já foi

retirado e já se encontra escasso, porém se utilizado da forma correta e respeitando o tempo de regeneração da natureza, isso seria totalmente diferente, não estaríamos passando por catástrofes e o aquecimento global de forma tão agressiva.

O conceito de Desenvolvimento, na economia significa crescimento econômico de um país ou região, acompanhado por alterações na estrutura política e social, que resulta em melhoria do padrão de vida da população, enquanto que para a Ecologia é sinônimo de Sucessão, mudança gradual entre tipos de comunidades ou ecossistemas transitórios que envolvem modificações na composição das espécies vegetais e animais. Dados um período de tempo suficiente e uma falta de interrupções repetidas, a sucessão conduz finalmente a uma comunidade estável (Michaelis, 2016, p. 3).

Como foi dito anteriormente faz necessário um período de descanso para que a própria natureza se regenere e produza mais meios de subsistência, para que não venham a faltar posteriormente, isso traz uma série de casos que poderiam acontecer devido à degradação usual do ambiente sem determinar tempo de recuperação necessária ao meio, providos de uma comunidade consciente e ativa aos meios preservativos necessários, sendo o principal beneficiário com tal atitude, pois o homem mesmo sendo o principal, predador da natureza ele é o mais necessitado dos seus meios de subsistência, mas porém não só os meios industriais são tidos como degradantes muito antes deles já terem estado em atividade já existiam outras formas de degradação ambiental tal como a agricultura.

Na pré-história o australiano Gordon Childe batizou de Revolução Neolítica (ou revolução agrícola) o momento de transição do nomadismo para o sedentarismo, quando o homem passa a domesticar os animais e dominar as técnicas de plantio. Este movimento marca o início das cidades, o aumento da capacidade de produção humana em ofícios que não eram necessariamente voltados para a produção de alimentos, surgiu com as primeiras cidades e

com isso, também, os primeiros impactos ambientais (Pereira, 2009, p. 4).

Com a implementação da agricultura trouxe benefícios, pois passaram produzir seus próprios alimentos, facilitou, pois os mesmos não precisariam sair pra procurar os alimentos, eles mesmo cultivando pegariam em suas hortas, viram que era bom e foram ampliando e expandindo suas produções e com isso aumentando seus resíduos, trazendo desde então problemas ao meio ambiente com excesso de dejetos na natureza contaminada rios, despovoando habitares, e mais adiante com advento das químicas agrícolas, surgiu os pesticidas e agrotóxicos, trazendo mais e mais efeitos colaterais ao meio ambiente e ocasionando a morte de muitos animais e peixes, e não somente eles mais também trazendo prejuízos diretos ao homem, sugeriram diversas doenças por alimentos contaminados.

A priori a mais viável seria o crescimento em conhecimento dos sistemas ambientais e como mantê-los bem.

Crescer significa 'aumentar naturalmente em tamanho pela adição de material através de assimilação ou acréscimo'. Desenvolver-se significa 'expandir ou realizar os potenciais de; trazer gradualmente a um estado mais completo, maior, ou melhor'[...] O termo desenvolvimento sustentável, portanto, faz sentido para a economia, mas apenas se entendido como desenvolvimento sem crescimento – a melhoria qualitativa de uma base econômica física que é mantida num estado estacionário pelo transumo de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema. Atualmente, o termo desenvolvimento sustentável é usado como um sinônimo para o oximoro crescimento sustentável. Ele precisa ser salvo dessa perdição (Daly, 2004, p. 198).

Portanto se afere que o crescimento sustentável nos remete ao uma nova forma de se propor suas atividade sem trazer prejuízos a nosso abitar natural, que é nosso maior meio de subsistência natural, isso nos remete ao um crescimento de forma consciente e sem efeitos colaterais ao meio ambiente como um todo, sendo de forma que o mesmo vai crescer em seus empreendimentos e vai também crescer nos empre-

endimentos de preservação e restauração ao meio ambiente, juntamente com uma consciência renovada e voltada as coisas necessárias, para a preservação da natureza, com fim de benefício próprio de forma global.

CONCLUSÃO

Por meios da pesquisa em sim, tive uma ressignificação dos meus conhecimentos de degradação ambiental e de como podemos intensificar o bom senso de preservação e conservação ambiental, de como podemos da nossa contribuição à sociedade como educadores e cidadãos de bem, e consciente da necessidade com o cuidado com meio ambiente, e que sem duvidas a atividade fabril e responsável pela maior parte da degradação ambiental, porem não e a única culpada por isso, todos temos culpa, todos tem obrigação em cuidar da natureza, e deveríamos cobrar por meios e soluções ecológicas para o meio ambiente, como já sabemos da sua importância pra vida humana é de toda fauna terrestre, necessita da subsistência da natureza, e por meio de atitudes viáveis e eficazes seriam minimizados os fatores degradantes, e poderiam inserir outros fatores restauradores como pressupostos de reconstrução da flora terrestre, e fato relevante a necessidade da boa convivência ecológica e do equilíbrio entre os moradores do nosso planeta e ao uso adequando dos recursos da nossa biosfera.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENRIQUE, Leff. (1998, apud CARVALHO, 2006, p. 145): (LEFF, 2015 p. 145), Educação ambiental em tempos de transição paradigmática: entrelaçando saberes “disciplinados”; Educação Ambiental; Publicação nesta coleção;02/Abr/2014.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1986; Publicado 2003-05-22. Michaelis. (2016). Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos.

Pereira, J. V. I. (2009). **Sustentabilidade**: diferentes perspectivas, um objetivo comum. Economia Global e Gestão, 14(1), 115-126.

(Daly, 2004, p-198) Herman E. **Economía, ecología e ética**: Ensayos hacia una economía en estado estacionario. México: Fondo de cultura económica, 1989.

TRAJETÓRIA HISTÓRICO EMPÍRICA DA PSICOPEDAGOGIA: UMA REVISÃO DA LITERATURA

José Ronildo da Silva Torres¹

Resumo:

A essência do trabalho psicopedagógico tem aporte em diversas teorias, bem como atua em várias áreas, e desta forma deve possuir enfoque multidisciplinar em muitas áreas, podendo trabalhar tanto no âmbito educacional, quanto no âmbito hospitalar, assistencial e empresarial, pois o foco dessa profissão é estabelecer estratégias para intervir, visando para melhorar o desempenho social do indivíduo, tanto em relação ao aprendizado e rendimento quanto as relações com a sociedade. Portanto assim, o objetivo geral deste estudo foi realizar uma análise bibliográfica integrativa nas literaturas recomendadas e devidas bases de dados, sobre a importância e contexto histórico da Psicopedagogia Institucional e Clínica, e de forma específica, identificar as possíveis teorias norteadoras da psicopedagogia, de forma a interligar as diversas áreas teóricas atuantes, que abrangem a área psicopedagógica e discutir acerca das teorias produtivas e eficazes atualmente, identificando as que melhor se encaixam na práxis cotidiana profissional. Desta forma, utilizando a literatura acadêmica como base, observa-se que tais teorias norteadoras atuantes na psicopedagogia se sustentam em três vertentes subsidiárias da psicologia: Behaviorismo, o Humanismo e o materialismo, a ser discutidas no âmbito dos resultados e discussão. Foram encontrados nas margens de pesquisa dos bancos de dados das plataformas descritas na metodologia, os seguintes artigos: 53 artigos na CAPES, 28 artigos na SCIELO, e 88 artigos na LILACS, e tais artigos evidenciam a importância da trajetória histórico-empírica das teorias norteadoras sobre o ofício e desempenho psicopedagógico Institucional e Clínico na educação e comunidade.

Palavras-chave: Ensino. Psicopedagogia. Educação Especial.

¹ Graduado em Pedagogia, Graduação em Direito (Bacharel), Graduação em Letras/Inglês, Graduação em Letras: Português/Espanhol, Pós Graduação em Administração Educacional com habilitação em Coordenação, Orientação e Gestão Escolar; Docência do Ensino Superior, Educação a distância, Gestão e tutoria EAD; Inspeção Escolar e Orientação Escolar; Linguagens e Práticas sociais, Mestre em Educação, Administração e comunicação.

INTRODUÇÃO

Com a influência das vertentes teóricas Behaviorista e Humanista, a psicologia voltada pra a educação, popular psicopedagogia, surgiu no Brasil em meados de 1960 e 1970, como um estímulo a uma resposta essencial, desde a influência das correntes Behaviorista, que tem o estímulo como resposta essencial, se propondo a atender o ser que deve aprender, ou seja, o proposto era ajudar pessoas com dificuldades e problemas de aprendizagem, usando diversas formas de atuação baseadas em ações e preventivas, que podem ser desempenhadas tanto por instituições clínicas públicas quanto de atendimento individualizado, buscando uma proposta assertiva nos conflitos relacionados ao ensino aprendizagem, utilizando técnicas de trabalho a ser desenvolvidas individualmente ou em grupo, resgatando essa vontade de assimilação e aprendizagem, observando os fatores contribuintes ou não contribuintes para o bom desempenho de aprendizagem, tendo atualmente como alicerce, três teorias fundamentadas principais, que são psicanálise, associacionismo e construtivismo (MARTINI, 1994, p.3; BOSSA, 2011, p.48; ABP, 2023).

O vínculo é a base fundamental da psicanálise, portanto a criação desse vínculo é necessária para a efetivação da aprendizagem. De acordo com o associacionismo, deve-se centrar na valorização, voltada essencialmente para o tecnicismo, onde prevalece o elemento externo sobre o elemento cognitivo. Por outro lado, de acordo com o construtivismo, as relações sociais se tornam essenciais para o desenvolvimento cognitivo, orientando o sujeito na construção de conhecimento (MARTINI, 1994. p. 4).

Dessa forma, percebe-se que a psicopedagogia tem como papel essencial focar no âmbito interdisciplinar, abrangendo áreas como Pedagogia, Psicanálise, Psicologia, Epistemologia, Linguística e Neuropsicologia. Porém, é necessário compreender que tais áreas se tornam apenas norteadoras para as práticas psicopedagógicas, não devendo ser utilizadas de forma isolada, pois como o indivíduo é um ser social complexo e, portanto, necessita de abordagens e técnicas diversas para atingir o grau de integração de forma eficiente e satisfatória tanto para ele, quanto para a comunidade (DELABETHA; DA COSTA, 2014).

Observa-se que quando o ser humano recebe conhecimentos, acaba sendo incluído coordenadamente em ambientes culturais e simbólicos e se integra na comunidade. E no âmbito educacional, cabe a escola o dever de mediadora dessa inclusão do sujeito, não se limitando

apenas a transmitir conhecimento, mesmo que a criança, ao chegar na escola já possua certa bagagem de saberes, provenientes das vivências em seu meio, que podem ajudar ou atrapalhar o desenvolvimento do sujeito. Sendo assim, aos 7 anos, quando o sujeito ingressa na comunidade escolar, acaba levando junto suas vivências e traços culturais, experiências familiares, que influenciam diretamente na plenitude de sua aprendizagem, pois, de certa forma, se sua história anterior a escola transcorre sem interferências os problemas, o superego da criança se encontra estruturado, deslocando sua capacidade cognitiva de resposta, mais conhecida como pulsão, a objetos socialmente valorizados, estando apta e pronta para a sublimação. Desta forma, a escola tem função importante, ao mesmo tempo em que se beneficia desse mecanismo, fornecendo as bases necessárias, colocando ao dispor da criança ferramentas necessárias para desenvolver sua pulsão, administrando bem ou mal esse mecanismo pulsional infantil. Portanto, se tudo correu bem no desenvolvimento primário da criança, o seu saber, ou epistemofilia, estará devidamente estruturado (BOSSA, 2011).

É nas dificuldades que podem acontecer no desenvolvimento primário infantil que o psicopedagogo encontra sua base, de forma que possa definir se há obstáculos que impedem o sujeito de aprender e oportunizar possíveis meios de intervir adequadamente na resolução do problema. Por isso, é importante que o psicólogo entenda como a aprendizagem acontece, partindo de teorias da psicologia como norteadoras no auxílio do entendimento de determinadas questões (DELABETHA, DA COSTA, 2014)

A psicopedagogia tende a se dividir em duas áreas, a institucional e clínica, e atuar tanto no ambiente escolar (sala de recursos), quanto em ambientes diversos, como hospital, setor empresarial, organizações assistenciais, dentre outros, porém, o foco deste estudo se encontra apenas no contexto educacional, tendo como objeto de estudo o ambiente escolar, onde a psicopedagogia tende a atuar como metodologia preventiva, antecipando os problemas que podem ocorrer na aprendizagem, contribuindo para o combate ao fracasso escolar, ou seja, a psicopedagogia nessa vertente de atuação visa analisar atentamente as várias possibilidades de construção do conhecimento, valorizando o universo imenso de informações que envolvem a vida escolar (OLIVEIRA, 2009).

Desta forma, o objetivo deste estudo de forma geral, foi realizar uma análise bibliográfica integrativa nas literaturas recomendadas e devidas bases de dados, sobre a importância e contexto histórico da

Psicopedagogia Institucional e Clínica, e de forma específica, identificar as possíveis teorias norteadoras da psicopedagogia, interligando as diversas áreas de conhecimento que abrangem a área psicopedagógica e discutir acerca das teorias produtivas e eficazes atualmente, identificando as que melhor se encaixam na práxis cotidiana profissional.

A justificativa deste estudo se baseia na premissa de que atualmente, as escolas de educação básica e até universidades de nível superior precisam, por força de lei, atender a diversidade e singularidade de públicos do alunado, e nessa heterogeneidade se englobam os portadores de necessidades especiais, e desta forma, o papel psicopedagógico é extremamente necessário, pois traz a confiança de que garantias como a inclusão ocorra, observando que não é suficiente atualmente para um aluno especial apenas frequentar a escola, devendo ser devidamente integrado ao ensino aprendizagem escolar, cabendo a instituição assegurar seus estudos por meio de estratégias de efetivação de seu conhecimento, como promoção da equidade. Do contrario, já se tem varias informações de exclusão dentro do ambiente escolar ao longo dos anos de discussão deste assunto. E como a escola se configura como um ambiente de conhecimento direcionado a todos, deve idubitavelmente promover a inclusão como um de seus aspectos intrinsecos (BOSSA, 2011; VERCELLI, 2012; RUBINSTEIN, 2017).

METODOLOGIA

Como mencionado anteriormente, o presente estudo se configura como revisão bibliográfica integrativa da literatura, Método que se caracteriza por reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um tema, de maneira sistemática e ordenada (PRODANOV, 2013).

Pretende-se responder à questão norteadora: Como surgiu a psicopedagogia e quais as principais teorias que nortearam sua trajetória no Brasil? Em seguida, as palavras-chave ?Ensino?, ?Psicopedagogia?, ?Educação Especial?, ?Teorias Filosóficas?, foram definidas a partir do vocabulário dos Descritores nas plataformas, por ser uma terminologia comum à pesquisa. Essas foram combinadas entre si, utilizando-se a conjunção de acréscimo AND nas bases de dados e bibliotecas eletrônicas: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO). A mesma estratégia de busca foi realizada em todas as bases de dados e bibliotecas eletrônicas.

Os critérios de inclusão dos artigos para análise foram: artigos de referência, sem critério de data, e os publicados até 2018, disponíveis na íntegra, nos idiomas: português, Inglês e espanhol, que tratavam sobre a temática do ensino educacional inclusivo e suas particularidades e repercussões históricas. Foram excluídas teses, dissertações, artigos de opinião, editoriais, outras revisões, artigos duplicados e publicações que não tratassem da temática. O período de coleta ocorreu nos meses de março a julho de 2023. Para a análise dos dados, foi construída uma análise que possibilitou reunir e sintetizar as informações-chave dos estudos. O instrumento de coleta reuniu as seguintes informações: título, autor/ano de publicação/país, objetivo, método, principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados nas margens de pesquisa dos bancos de dados das plataformas descritas na metodologia, os seguintes artigos: 53 artigos na CAPES, 28 artigos na SCIELO, e 88 artigos na LILACS. Os artigos analisados compreendem que, de acordo com as teorias norteadoras da psicologia, com destaque em behaviorismo, humanismo e materialismo histórico, é possível entender que no behaviorismo está representado o ensino tradicional, onde não é estimulado o desenvolvimento de senso crítico no aluno e o professor é reconhecido apenas como um instrutor, que promove uma relação verticalizada, ainda prevalente nos dias de hoje, e que é considerado pela maioria da elite educacional atual, um estilo arcaico de ensino, com duras críticas, que tendem a identificá-la como uma psicologia da mente vazia, tanto por se recusar a estudar a vida mental, quanto por defender que seu surgimento não evidencia potencialidades mentais inatas no indivíduo, compreendendo aspectos simples como associação entre reflexos automáticos e determinados estímulos do meio.

Em seus estudos, Watson, citado por Gonçalves (2007), define que qualquer comportamento humano ou animal (desde uma simples emoção a resolução de um complicado problema matemático) pode ser explicado pelo desencadeamento de associações simples entre estímulos e respostas. Ou seja, Watson se opõe vigorosamente aos defensores de teorias inatistas nesta premissa, indicando que a aprendizagem depende do potencial de inteligência com que nascemos, e que a aprendizagem depende do processo de maturação fisiológica.

Diante dessas afirmações, percebe-se que Watson desconsidera fatores importantes, colocando o ser humano como refém de seus ins-

tintos, e com condicionamento e estímulos pertinentes, qualquer problema poderia ser resolvido pelo sujeito. Desta forma, se houvesse a possibilidade de controlar tais estímulos em uma criança desde seu nascimento, poderia condiciona-la a qualquer tipo de opção, como escolas de carreira, hábitos alimentares dentre outras características comportamentais, sendo o meio um fator de influência do comportamento, e havendo esse controle, o comportamento desejado pode ser obtido.

Na teoria humanista, tem-se a premissa de deixar a criatividade do aluno livre, de forma a intensificara a aprendizagem. Tendo Carl Rogers como um dos principais teóricos do humanismo, entende-se por pessoa educada, aquela que aprendeu a aprender, se adaptar e mudar, pois nenhum conhecimento é seguro, e é só através do processo de busca do conhecimento que se adquire base para segurança. Essa abordagem enfatiza que o ensino deve ter o aluno como centro, e que, para isso, a atmosfera da sala de aula deve ter o estudante como figura central, confiando na potencialidade do aluno em relação ao ato de aprender, e deixando-o livre para aprender, escolher seus caminhos, problemas e aprendizagens. Pois, deve-se entender que o importante não é aprender certos conteúdos, mas a auto-realização, intensificando o ato de aprender a aprender. E é nessa linha de pensamento, que o professor deve esperar surgir do aluno o controle de ações geradoras de seu conhecimento, com a aprendizagem dependendo do aluno e de suas atitudes, e o professor atuando como fs facilitador (MOREIRA, 2009).

O indivíduo deve ser responsável pela capacidade de mudança, conforme afirma Moreira (2009) pois, as pessoas têm dentro de si a capacidade de descobrir os motivos de sua infelicidade e buscar a chave para mudança de vida, mas em algumas circunstancias esta capacidade pode estar latente, porem, dessa forma se exclui um fator importante, o social.

Por fim, deve-se levar em conta a linha de pensamento do materialismo, que surgiu emmeados dos anos 80 em oposição ao behaviorismo e humaismo, e segundo Neves (1991), essas três linhas fundamentais se tornam inflexíveis e acabam ignorando aspectos relevantes, como biológico, psicológico e social. Sendo ssim, o materialismo histórico tende a ilegitimar o presente, principalmente se desconsiderar o passado de acontecimentos políticos, econômicos e sociais, e conforme estudos corroboram, é impossível desatrelar a educação do processo histórico, pois História é a palavra chave de toda fundamentação e é por meio dela que se analisa o presente, ou seja, é conhecendo o passado que se compreende o momento vivido em que se estabelecem relações.

Ressaltando que -e necessário formar e não apenas informar, com a possibilidade de formar pessoas capazes de refletir, pensar, e fazer indagações, atos tão necessário para a vida plena em sociedade (BARROS; FRANCO 2016, p.4).

Deve-se destacar os conteúdos a ser aplicados aos alunos e o ensino deve concordar com essa linha de pensamento e realizado em uma sequência pré estabelecida, permitindo ao aluno chegar a uma resposta certa, e dentro da psicologia, qualquer teoria que defenda os fenômenos psíquicos tendo como base uma explicação teórica, a determinação dos elementos básicos, que são irredutíveis, seguindo a influência da física da época em que se via o átomo como elemento irredutível, indivisível (MAMEDE-NEVES, 2010).

Porém, o condicionamento continua como parte central do ensino e persiste a forma externa sobre a interna, e para Rubinstein (2017), esse é um ensino técnico e que não prioriza a cognição. Como alternativa a essa teoria, o autor apresenta uma opção teórica, baseada no construtivismo piagetiano, e salienta que a teoria não beneficia somente os conteúdos, pois sua prioridade está na construção do conhecimento, com a valorização das interações feitas no cotidiano. Ou seja, colocar o construtivismo como base teórica da psicopedagogia, não transfere somente o compromisso de aprender ao aluno e seu intelecto, mas age com um entendimento de que o conhecimento não pode ser apenas recebido, somente com instruções ou reconstruções do ensino. Sendo assim, percebe-se que as teorias influenciam diretamente nas concepções psicopedagógicas, pois devem ser consideradas também áreas de conhecimento responsáveis pela composição da psicopedagogia, que surge como uma união de várias áreas do conhecimento, como Filosofia, Neurologia, Sociologia, Linguística e a Psicanálise.

Segundo a área psicológica, indagações de piaget citam acerca do desenvolvimento, que as relações sociais são determinantes, pois junto com o meio, influenciam o sujeito, e as crianças aprendem a se comportar por meio da interação com os adultos, e a cada contato, surgem novos comportamentos, criando um nível de socialização que impacta de maneira significativa na identidade em construção do sujeito, sendo importante observar que esse nível de construção está relacionado a estágios de maturação, que por sua vez, influenciam o nível de socialização, com graus definidos por Piaget de zero para o recém-nascido, ao maior nível, definido quando a criança tem autonomia e discernimento suficientes para assimilar e reproduzir certos comportamentos (GOMEZ et al, 2010).

Segundo Piaget, para que haja socialização, devem haver dois requisitos básicos, como cooperação e coação, sendo a relação de cooperação dinâmica, pois gera possibilidades; e como o autor afirma, os caminhos, para aquele que se compromete em ser cooperativo com o outro, são muitos. Quanto à criança, as primeiras relações que estabelecem são as de coação entre pai, mãe, filhos, outros adultos, professor, e criança. Isso, pelo fato de que o infante é aquele que deverá ser educado e orientado pelo adulto, sendo essa fase obrigatória e necessária para se estabelecer o processo de socialização da criança, sendo a coação e a cooperação como condutas sociais (GOMEZ et al, 2010,p.1).

No tangente a atuação em instituições educacionais e clínica, a psicopedagogia institucional e clínica tem enfoque amplo e multidisciplinar, onde se utilizam várias áreas do conhecimento para basear sua avaliação e práxis dentro da pedagogia e demais áreas de atuação social, portanto, a avaliação psicopedagógica é um processo em que o psicopedagogo deve cumprir e têm que envolver diferentes atividades, e é nesse momento que decide quais serão as estratégias de intervenção. Na avaliação é feita uma análise sobre a aprendizagem do sujeito, tentando compreender como e quando começou o problema. Para fazer uma avaliação é preciso que sejam realizados alguns procedimentos como uma entrevista inicial, com o motivo da queixa, análise do material escolar, diversos modelos de atividades em diferentes disciplinas, testes que verificam o nível de desenvolvimento e sondagens (MORAES, 2010, p.4).

O psicopedagogo precisa estar atualizado e ciente de todos os problemas que possam servir de obstáculos, Gamba e Trento corroboram a ideia aos indicarem que: Para que o trabalho em uma clínica de Psicopedagogia seja realizado com sucesso, o envolvimento dos profissionais que ali atuam é de extrema importância. O psicopedagogo precisa estar atento às inúmeras possibilidades de intervenção, levando em conta as dificuldades apresentadas pelos clientes que buscam sua ajuda, bem como a própria disponibilidade frente a novos aprendizados demonstrados por este (2009, p.2). Ter ciência das possibilidades do aluno é o primeiro passo para que o psicopedagogo possa a refletir em intervir. A escolha do material de trabalho vai variar de acordo com as necessidades do sujeito, e a adaptação é feita constantemente (GAMBA e TRENTO, 2009).

O professor tem que assumir uma postura de renovação, ajudando nas estratégias propostas, segundo Vercelli: A Psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação

preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem, e é necessária a colaboração do professor, pois o psicopedagogo consegue ter uma visão ampla, fazendo um estudo sobre as necessidades daquele local e grupo, com a ajuda de todos da escola, e deve fazer seu trabalho de maneira que crie condições para que o aluno volte a ter prazer em aprender, auxiliando o professor nessa jornada, para auxiliar na geração desta integração (VERCELLI, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foram feitas considerações e abordagens acerca da psicopedagogia, voltada para as áreas institucional e clínica, com sua parte histórica, que surgiu como profissão entre a 1960 e 1970, áreas de atuação, linhas de seguimento teóricas e empíricas, baseada na formação do ser humano em contexto miscigenado de psicologia, sociologia, pedagogia e associações intelectuais, e possui um caráter multidisciplinar e voltado exclusivamente para a diversidade de cenários, visto que se alinha com áreas de estudo como Psicologia, Neurologia, Linguística e Psicanálise, e onde devem ser utilizadas estratégias originárias de todas essas áreas, possibilitando uma melhor interação social dentro de um contexto de relações sociais, podendo ser dentro da escola, instituições hospitalares, assistenciais.

Para que isso ocorra, deve-se focar em transformar a realidade em que se convive, pois é necessário se reorganizar o processo de ensino-aprendizagem, juntamente com o processo de relações sociais. É dever do profissional trazer a reflexão acerca da realidade local e incentivar inovação de metodologias educativas, assumindo uma postura investigativa, a fim de descobrir as causas dos problemas de aprendizagem apresentados na instituição em que se atua. Dentro da instituição, é necessário conhecer a realidade e as intenções do ambiente que se ocupa, permitindo a identificação de concepções de ensino adotadas, reconstruindo um projeto junto a equipe, buscando refletir e atuar na construção de um ambiente voltado para as melhores práticas de desenvolvimento e aprendizagem.

Desta forma, percebe-se que a aprendizagem deve ser realizada

em todas as áreas, e no âmbito escolar, além de se reformular a área pedagógica, voltada exclusivamente para o ensino-aprendizagem, deve-se focar atentamente no sujeito, para que se possa entender suas características e desempenho multidisciplinares, analisando-o como ser consciente e envolvido intrinsecamente na sociedade escolar e sendo influenciado diretamente pelas relações pessoais e cultura local. A atuação do psicopedagogo também tem destaque na intervenção, realizando a mediação entre o aluno e objetos de conhecimento, bem como pensar em estratégias de análise e intervenção voltadas para a estimulação da aprendizagem e desenvolvimento do aluno, prevenindo possíveis dificuldades e facilitando o processo de identificação e aporte para superar possíveis dificuldades. O que contribui significativamente para o processo educacional, pois na intenção de compreender, explicar e modificar, se consegue introduzir novos elementos, tornando possível a tão sonhada quebra de paradigmas estabelecidos pelos antepassados, que se encaixaram com o tempo e não se encaixam mais nos padrões da sociedade e do alunado moderno. O que se consegue dizer disso é o objetivo da educação atual, garantir uma identidade plena e realizada do estudante dentro do âmbito escolar, como um ensaio controlado do contexto social, permitindo a formação de seres capacitados e empenhados em transformar o mundo num lugar melhor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Documentos e referências:** código de ética do psicopedagogo. Disponível em: < http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html>. Acesso em: 18 maio 2023.

BARROS, M. S. F.; FRANCO, S. A. P. **Formação:** Educar a quem e de que forma? Uma análise dos métodos que embasam a prática pedagógica do professor. 2016. Disponível em: < <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2060.pdf> >. Acesso em 12 de maio de 2023.

BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.

DELABETHA, A.; DA COSTA, G. M. T. Psicopedagogia e suas áreas

as de atuação. **Revista de educação do IDEAU**. 2014. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/230_1.pdf >. Acesso em: 04 de junho de 2023.

GAMBA, A B; TRENTO, V. A. **O Projeto de trabalho como mediador de aprendizagem no espaço clínico**. 2009. Disponível em:<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3284_1745.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2023.

GOMEZ, L. P. S. et al. **A construção do individuo democrático a partir de uma perspectiva Piagetiana**. 2010. Disponível em: <<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/34778b4c9d38757c980ae70382f8d435.html> >. Acesso em 18 de junho de 2023.

GONÇALVES, S. **Teorias da aprendizagem, práticas de ensino**. 2007. Disponível em: <http://susgon.files.wordpress.com/2009/08/teorias_da_aprendizagem_praticas_de_ensino1.pdf>. Acesso em 04/06/2023. MAMEDE-NEVES, M. A. A aprendizagem vista pela ótica elementarista. 2010. Disponível em: <http://josecicero.wikispaces.com/file/view/CA_UNID3_APRENDIZAGEM_OTICA_ELEMENTARISTA.pdf >. Acesso em 08 de junho de 2023.

MARTINI, M. L. **Psicopedagogia: Algumas considerações teóricas e práticas**. 1994. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/psicopedagogia-N1-1999.pdf> >. Acesso em 08/06/2023.

MOREIRA, M. A. **Comportamentalismo, Construtivismo e Humanismo**. 2009. Disponível em:<<http://www.if.ufrgs.br/~moreira/Subsidios5.pdf>>. Acesso em 14 de maio de 2023.

MORAES, D. N. M. **Diagnóstico e avaliação psicopedagógica**. 2010. Disponível em: <http://www.ideau.com.br/bage/upload/artigos/art_28.pdf >. Acesso em 13 de julho de 2023.

OLIVEIRA, M. Â. C. **Psicopedagogia: a instituição educacional em foco**. Curitiba: IBPEX, 2009.

RUBINSTEIN, E. Psicopedagogia, psicopedagogo e a construção de sua identidade. **Revista psicopedagogia**. 2017. Disponível em: <

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v34n105/08.pdf>>.. Acesso em 14 de julho de 2023.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A TECNOLOGIA À SERVIÇO DA FORMAÇÃO DO SER HUMANO

Rogério Ferreira Terto¹
Teófilo Ferreira Terto Neto²

Resumo:

A educação a distância é a tecnologia à serviço da formação integral da pessoa humana. O presente trabalho foi estruturado em torno da pesquisa bibliográfica. Esse artigo científico visa abordar a identidade da EAD, partindo do pressuposto de que o ser humano é um projeto, que necessita de um apoio para a sua efetivação. Tal apoio é a teoria pedagógica, enquanto ciência da formação humana. Porém, abandonada em si mesma a educação não consegue cumprir plenamente o seu papel, requerendo meios e instrumentos que a auxiliem em tal empreitada. A prática tecnológica é esse grande instrumento que ajuda a educação no desenvolvimento integral das pessoas. A tecnologia é a aplicação prática do conhecimento científico, que deve visar a melhoria da vida das pessoas. Na EAD a teoria pedagógica e a prática tecnológica andam juntas, promovendo a melhor relação de ensino-aprendizagem que os tempos atuais exigem da educação. Isto é, uma educação democrática, crítica e inovadora.

Palavras-chave: EAD. Teoria Pedagógica. Prática tecnológica.

Abstract:

Distance education is technology at the service of the integral formation of the human person. The present work was structured around bibliographic research. This scientific article aims to address the identity of DE, based on the assumption that the human being is a project, which needs support for its realization. Such support is the pedagogical theory, as a science of human formation. However, abandoned in itself, education cannot fully fulfill its role, requiring means and instruments to assist in such an undertaking. Technological practice is this great instrument that helps education in the integral development of people. Technology is the practical application of scientific knowledge, which should aim at improving people's lives. In distance education, pedagogical theory and technological practice go hand in hand, promoting

1 Mestrando em Ciências da Educação – FICS – Assunción-PY.

2 Mestrando em Ciências da Educação – FICS – Assunción-PY.

the best teaching-learning relationship that current times demand from education. That is, a democratic, critical and innovative education.

Keywords: EAD. Pedagogical Theory. Technological practice.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como objetivo fazer uma análise da modalidade de educação a distância (EAD), no contexto da relação entre a teoria pedagógica e a prática tecnológica, apresentando suas contribuições para as ciências da educação.

A motivação para a presente pesquisa se deu diante da complexificação do mundo atual, que exige uma otimização do tempo e o encurtamento das distâncias espaciais, bem como a busca por maior capacitação pessoal e profissional. A educação a distância vem ao encontro desses anseios e propõe uma junção entre educação e tecnologia.

O objeto de estudo do presente trabalho parte do pressuposto de que o ser humano contemporâneo vive imerso no mundo da tecnologia. A educação como formação do ser humano deve atender as demandas de cada período histórico, pois do contrário não cumprirá de forma efetiva o seu papel. Nesse atual período histórico o ser humano vive imerso no mundo da tecnologia. A educação, dessa forma, necessita absorver a tecnologia para a inovação de suas teorias pedagógicas e não a negar, presa em um tradicionalismo estéril.

A metodologia utilizada para tal empreitada foi de caráter bibliográfico, a partir da imersão nos textos de autoridades sobre o presente assunto.

1. A TEORIA PEDAGÓGICA À SERVIÇO DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SER HUMANO

O ser humano, diferentemente dos demais animais, é classificado como um animal racional. Isto é, o ser do homem possui inúmeros elementos distintivos e peculiares que o colocam em uma situação específica. Dentre esses elementos distintivos, destacamos a capacidade de pensar e a capacidade de se comunicar.

A racionalidade humana nos coloca em um patamar de “superioridade”, em relação aos demais animais, pois nos faz “seres de dois mundos”. Ou seja, o ser humano tanto pertence biologicamente

ao mundo natural, como também ao mundo cultural. Segundo Aranha e Martins,

O mundo que resulta do pensar e do agir humanos não pode ser chamado de natural, pois se encontra modificado e ampliado por nós. Diferentemente dos outros animais, nós saímos do universo onde apenas a natureza atua e mergulhamos também na dimensão cultural (ARANHA; MARTINS, 2016, p. 39).

A natureza é tudo aquilo que independe do ser humano para existir, já a cultura é toda construção humana. Todos os animais irracionais estão instintivamente regidos pelas leis puramente naturais, mas o ser humano possui a capacidade de ultrapassar os limites da natureza e construir um mundo próprio, que é a cultura. Pela racionalidade o ser humano transcende a pura matéria e se coloca na ordem imaterial, o caracterizando como um ser livre.

A linguagem é a capacidade de se comunicar com outros seres. A comunicação entre os animais irracionais é de ordem instintiva, pois é regrada pelas leis naturais. Em contrapartida, a linguagem humana é de ordem simbólica, pois os seres humanos se comunicam a partir de símbolos, que, na realidade, são acordos e convenções. De acordo com Aranha e Martins,

A linguagem humana intervém como forma abstrata que nos permite reorganizar a experiência vivida em outro contexto, conferindo-lhe novo sentido. É pela palavra que nos situamos no tempo, para lembrar o que ocorreu no passado e poder vislumbrar o futuro. A linguagem, utilizando a representação simbólica e abstrata, nos possibilita agir sobre o mundo e transformá-lo. Portanto, esse tipo de representação é um divisor de águas entre a natureza dos homens e a dos animais. Somos seres que falamos, e a palavra encontra-se no limiar do universo humano. (ARANHA; MARTINS, 2016, p. 38).

É pela linguagem simbólica que o mundo da cultura vai se tornando cada vez mais humano, na atribuição de sentido à existência, distanciando os seres humanos dos animais irracionais.

Essa superioridade em relação aos animais irracionais comporta também uma inferioridade, que é a incompletude humana. Um gato nasce praticamente autônomo, necessitando de poucos meses para o alcance de uma autonomia plena. Já o ser humano passará toda a sua vida dependente de outras pessoas, sendo esse o fundamento da existência das sociedades. Na esteira de Rodrigues,

[...] esse enunciado nos convida a um diálogo com seu autor: por quê o homem é a única criatura que precisa ser educada? A proposição é uma assertiva sobre a educação e a sua relação com o ser humano é assumida como princípio fundante. Isto é: a Educação é necessária para que o Ser Homem seja constituído. O Homem não se define como tal no próprio ato de seu nascimento, pois nasce apenas como criatura biológica que carece se transformar, se re-criar como Ser Humano. Esse ser deverá incorporar uma natureza em tudo distinta das outras criaturas. Ao nascer não se encontra equipado nem preparado para orientar-se no processo de sua própria existência (Rodrigues, 2001, p. 9).

Além da dependência direta de outras pessoas, os seres humanos também possuem a responsabilidade de se construírem ao longo de suas vidas. Somos projeto de vida, e por sermos projeto que necessita de realização, a educação aqui encontra a sua finalidade.

A educação é uma produção cultural humana que tem por incumbência a perpetuação do próprio patrimônio cultural, da memória da sabedoria humana edificada ao longo da história. Como relata Saviani,

[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir este objetivo (SAVIANI, 2003, p. 13).

Todos os seres humanos necessitam do processo educacional para se reconhecerem como humanos. Porém, para que essa meta seja

atingida é essencial que as metodologias pedagógicas estejam alinhadas com as várias realidades que foram se apresentando ao longo da história.

Em cada período histórico foram surgindo necessidades específicas, que demandam estratégias acertadas, pois, do contrário, a educação não atingiria o seu objetivo de formação de pessoas.

Segundo Pinheiro,

[...] para a conquista de sua liberdade o processo educacional deve oportunizar condições necessárias para se lançar ao desconhecido com lucidez e autonomia, como uma pessoa capaz de escolher seus próprios caminhos, esses deveriam ser os princípios norteadores para sua construção no âmbito escolar, ou seja, a construção do processo humanizador do homem (PINHEIRO, 2013, p. 8).

Sem essa atitude de criar nas pessoas humanas o desejo de liberdade e de autonomia, bem como de fornecer os suportes necessários para tal empreitada, a educação se perde de seu norte humanizador. É nessa perspectiva de estar à serviço da construção da identidade do ser humano que a teoria pedagógica deve ser encarada.

Porém, a teoria pedagógica, como citado anteriormente, é um fruto histórico e sujeita às necessidades e inovações do tempo em que ela se encontra. Ela é em si mesma a matéria da formação humana, embora não autossuficiente. É preciso que ela esteja munida de uma boa metodologia, para que seus efeitos sejam sentidos com mais profundidade. A prática tecnológica se coloca, dessa forma, como um importante instrumento de auxílio à teoria pedagógica, na busca pelo constante desenvolvimento humano.

2. A PRÁTICA TECNOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A tecnologia, em sua identidade, é a aplicação prática do conhecimento científico. Porém, essa aplicação do conhecimento científico deve ser guiada por valores e princípios éticos, pois, do contrário, ela se volta contra o próprio ser humano. Segundo Arruda e Aranha,

[...] o poder da ciência e da tecnologia é am-

bíguo, já que pode estar a serviço do conjunto da humanidade ou restrito a apenas parte dela. Portanto, toda atividade técnica e científica deve indagar quais são os fins que orientam os meios utilizados, o que exige reflexões de caráter moral e político (ARRUDA; ARANHA, 2016, p. 305).

A mesma aplicação tecnológica do conhecimento científico pode trazer benefícios ou malefícios à vida humana. Por isso, a necessidade da presença da ética em seu meio.

De modo especial, a tecnologia nos dias atuais deslumbra a imaginação humana com toda a sua série de atrações, inovações, facilidades, que há algumas décadas atrás nem sequer podiam ser imaginadas como possíveis de existir. O aparato informacional e comunicacional de hoje em dia deve seu avanço às descobertas científicas no ramo da eletrônica, possibilitando o advento das redes de comunicação social. As redes sociais aproximaram quem estava distante e trouxe inúmeros benefícios, como a otimização de tempo e o encurtamento do espaço.

Em suma, toda tecnologia que se populariza a cada dia vem modificando os vários espaços sociais. Castells (1999, p. 22) diz que: “Um novo sistema de comunicação [...] tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura, como personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos”. Essa verdadeira revolução promovida pelos mais modernos sistemas de comunicação está digitalizando a educação, o aparato jurídico, os meios empresariais, os sistemas governamentais, enfim, todos os espaços públicos e privados que dão a sustentação ao edifício social.

Está mais do que evidente o fato de que sempre que a humanidade evolui em termos científicos e tecnológicos, o retrocesso se torna algo praticamente impossível. Isso acontece pela simples razão de que a ciência e a tecnologia intervêm de uma forma profunda na visão humana de sua própria identidade e de seu papel no mundo.

Porém, um detalhe chama a atenção: o mundo vive sob o domínio da globalização, que ratifica diariamente o poder do sistema político-econômico capitalista. Por mais popularizada que a tecnologia esteja em nosso planeta, mas uma imensa parcela se encontra marginalizada do acesso a tais meios. De acordo com Virgil,

[...] as tecnologias não podem ser ignoradas,

principalmente no que se refere às tecnologias de informação e comunicação. [...]. Contudo, influem não só na realidade representada pelo indivíduo, mas, à medida que se tornam mais especializadas e tecnicamente mais avançadas, estendem, de maneira tão ampla quanto a inovação que implicam, a sua influência dentro da sociedade, envolvendo, sobretudo, as finanças e a economia. Assim, ao mesmo tempo em que ganham importância, as tecnologias mais modernas se revelam uma fonte de urgência para aqueles não a detêm, frente a um mundo globalizado onde persiste a competitividade (VIRGIL, 2011, p. 20).

Se as tecnologias de informação e comunicação não podem, de forma alguma, serem ignoradas, sob a pena de exclusão social, imagine-se quando essas tecnologias estão a serviço de um direito humano fundamental, que é a educação.

Nos dias atuais uma parceria de grande importância está sendo construída, que é a utilização da prática tecnológica como grande meio de transmissão da teoria pedagógica na educação presencial, mas, principalmente, na educação à distância. A prática tecnológica se torna, desse modo, um essencial utensílio do desenvolvimento, ainda mais quando associado à educação, promovendo além das praticidades, que lhe são próprias, o barateamento dos custos educacionais. Em suma, é uma tecnologia inclusiva de garantia da universalização do direito à educação, do direito a ser formado como uma pessoa humana.

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: JUNÇÃO DA TEORIA PEDAGÓGICA À PRÁTICA TECNOLÓGICA

A educação à distância (EAD) une em si a prática tecnológica à teoria pedagógica de uma forma brilhante e inovadora. Ela vem responder os anseios de sociedades cada vez mais democrática e desejosa por mais qualificação profissional. Na perspectiva de Hermida,

A EAD não é nova, mas está crescendo exponencialmente devido ao surgimento da sociedade baseada em informação e da explosão do conhecimento. A sociedade demanda cada vez mais novas habilidades e conhecimentos por

parte da força produtiva, assim como novos “produtos” do sistema (novas profissões, interdisciplinariedade, etc.). Somente a educação presencial não dá mais conta dessa demanda. Diante da atual conjuntura, caracterizada por um mercado cada dia mais exigente com a qualificação profissional, e, por outro lado, pela “falta de tempo” que impera na luta cotidiana pela sobrevivência na sociedade capitalista, a EAD pode ser uma alternativa para contribuir com a democratização do ensino (HERMIDA, 2006, p. 3).

Nos meios educativos a abordagem acerca de habilidades, competências e conhecimentos se torna cada dia mais presente. Nos ambientes profissionais acontece o mesmo movimento de qualificação e inovação. A EAD começa a se apresentar como esse elemento que ao mesmo tempo que otimiza tempo, reduz distâncias espaciais e desigualdades sociais, bem como é, em si mesma, uma excelente estratégia de enfrentamento ao modelo predatório capitalista, não só no aspecto defensivo, mas no sentido de preparação humana para a vida.

Do ponto de vista da teoria do conhecimento, a EAD é, segundo Hermida,

O processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, onde professores e alunos ficam “separados” espacial e/ou temporalmente. Pode envolver atividades presenciais e outros momentos de “contatos” conjuntos, porém, conectados ou intermediados através de recursos tecnológicos (HERMIDA, 2006, p. 3).

A identidade da EAD passa pela junção da relação de ensino-aprendizagem educacional com o aparato tecnológico. É digno de nota o fato de que a tecnologia está como meio e não como fim da relação de ensino-aprendizagem. A finalidade dessa relação sempre passará pela mediação humana, pois apenas com o contato humano é que toda e qualquer pessoa se humaniza.

Porém, mesmo sendo meio, a EAD é de extrema importância, pois se estrutura em torno de 3 eixos, que são: autonomia, cooperação e afetividade.

A autonomia, segundo Hack (2011, p. 91), é “uma característi-

ca muito importante àquela pessoa que pretende gerenciar seu próprio estudo, mas ao mesmo tempo deseja trabalhar de forma cooperativa na construção do conhecimento a distância”. A autonomia é uma das maiores conquistas que a educação pode promover na vida de uma pessoa, pois um sujeito autônomo é um indivíduo que tem a posse de sua própria vida, regida pela criticidade diante dos fatos que a existência irá lhe apresentar.

A cooperação é uma consequência direta do sujeito autônomo, pois autonomia não significa a completude do indivíduo. Muito pelo contrário, o sujeito autônomo é um propagador de transformação. Ele é capaz de incentivar as outras pessoas a também serem autônomas. Essa é a essência da cooperação.

O ser humano só sobrevive por causa da cooperação, é agir e operar com o outro. O contrário também é verdadeiro. Sem um agir em comum de uma vivência marcada pelo individualismo o caos se instala. Toda a problemática atual da crise ambiental se dá pela negação de reconhecer a nossa “casa comum”, que é o planeta terra, partindo de um consumo desenfreado, na tentativa de alimentar o ego solitário, aumentando mais ainda o abismo de desigualdade social e econômica em que vivemos.

A afetividade fecha, assim, a explanação sobre a importância da EAD, que de acordo com Hack (2011, p. 99), é “fundamental as relações educativas baseadas na afetividade na EAD, pois assim o processo não parece tão distante e aproxima mais o educando, motivando a continuar o curso”. A afetividade na EAD vem preencher a lacuna da distância física. Todo ser humano necessita de afeto para um bom desenvolvimento pessoal profissional, e a educação como o lócus de formação humana exige a presença da mesma, consolidando os efeitos da autonomia e da cooperação.

Na EAD a teoria pedagógica e a prática tecnológica andam juntas, promovendo a melhor relação de ensino-aprendizagem que os tempos atuais exigem da educação. Isto é, uma educação democrática, crítica e inovadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação continuará sempre a deslumbrar as mentes mais brilhantes da história. Educação trabalha com pessoas humanas, sujeitas a inúmeros condicionamentos que a existência impõe. Mas aqui é que reside uma beleza que é desafio. Educação sempre será desafio e opor-

tunidade de crescimento.

A EAD é uma prova de que os desafios que as mudanças sociais provocam na estrutura da humanidade podem ser contornados e melhorados. Ao unir tecnologia e educação, a EAD promove um serviço de formação integral para os seres humanos, seres esses que estão em permanente formação de sua identidade.

Na EAD a teoria pedagógica e a prática tecnológica andam juntas, promovendo a melhor relação de ensino-aprendizagem que os tempos atuais exigem da educação. Isto é, uma educação democrática, crítica e inovadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A educação à distância**: história, concepções e perspectivas. Disponível em: <https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4919/art11_22e.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

PINHEIRO, Elaine Vieira et al. **Educação como construção humana**: papel da escola. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7281_4295.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

RODRIGUES, Neidson. **Educação**: da formação humana à construção do sujeito ético. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/MpfHN-QQRP5c4LBvN4pgPpwJ/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a natureza e a especificidade da educação**. Pedagogia histórico - crítica: primeiras aproximações. 8. ed. São Paulo: Autores associados, 2003.

VIRGIL, Johnny. **Síntese da relação da tecnologia com o ser huma-**

no e a sociedade. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44322>>. Acesso em: 20 de julho de 2021.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Ítalo de Sousa Moraes¹
Iza Amanda Peixoto Muniz²

Resumo:

Este trabalho realiza uma revisão de literatura com o objetivo de analisar a Educação Permanente em Saúde (EPS) como estratégia para promover a saúde mental no contexto brasileiro. A saúde mental é essencial para o bem-estar geral, tanto da população quanto dos profissionais de saúde. A EPS, como ferramenta de desenvolvimento profissional contínuo, desempenha um papel fundamental na capacitação de profissionais para lidar com desafios relacionados à saúde mental. A pesquisa contextualiza o tema, destaca a importância da promoção da saúde mental e explora conceitos-chave. Discute os desafios na implementação da EPS, analisa estudos que avaliam seus impactos e examina políticas de saúde relevantes. A justificativa para a escolha deste tema reside na crescente preocupação com a saúde mental da população e dos profissionais de saúde, bem como na importância da formação contínua dos profissionais para lidar com essas questões de forma eficaz. A conclusão destaca a relevância da EPS na promoção da saúde mental e sua contribuição para o aprimoramento do cuidado de saúde mental no Brasil.

Palavras-chave: Saúde Mental. Educação Permanente em Saúde. Promoção da Saúde

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental é um componente essencial do bem-estar humano e um dos pilares fundamentais da qualidade de vida. A promoção da saúde mental tem se tornado uma prioridade global, e o Brasil não é exceção a essa tendência. Nesse contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) emerge como uma estratégia relevante para a capacitação

1 Bacharel em Psicologia, Especialista em Docência do Ensino Superior, professor na Faculdade do Sertão Central no curso de Licenciatura em Pedagogia, Psicólogo Clínico na Secretária de Saúde de Milhã Ceará.

2 Bacharel em Enfermagem, Especialista em Educação Permanente em Saúde, em Obstetrícia e Saúde da Família, atualmente atua como enfermeira no Hospital Municipal de Milhã, Ceará.

de profissionais de saúde e a promoção da saúde mental da população.

A Educação Permanente em Saúde refere-se a um processo contínuo de aprendizagem e desenvolvimento profissional que visa atualizar e aprimorar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos profissionais de saúde ao longo de suas carreiras. No cenário da saúde mental, a EPS desempenha um papel crucial na formação de profissionais aptos a reconhecer, compreender e lidar com os desafios relacionados à saúde mental dos pacientes.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a Educação Permanente em Saúde como estratégia para a promoção da saúde mental no contexto brasileiro.

A escolha deste tema se justifica pela crescente preocupação com a saúde mental da população e dos profissionais de saúde, bem como pela importância da formação contínua e atualizada dos profissionais para lidar com essas questões de forma eficaz. A EPS surge como uma ferramenta relevante para capacitar os profissionais de saúde e contribuir para a promoção da saúde mental.

Além disso, este estudo busca fornecer insights e informações relevantes para gestores de saúde, formuladores de políticas públicas, profissionais da área da saúde e pesquisadores interessados na promoção da saúde mental no contexto brasileiro.

Diante do tema "A Educação Permanente em Saúde como estratégia para a promoção da saúde mental," o problema de pesquisa que orientará este trabalho é: Como a Educação Permanente em Saúde pode contribuir para a promoção da saúde mental no contexto da assistência à saúde no Brasil, considerando os desafios na sua implementação e os impactos dessa estratégia?

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Saúde Mental e Promoção da Saúde

A saúde mental é um componente fundamental do bem-estar humano, envolvendo aspectos emocionais, psicológicos e sociais da vida das pessoas. De acordo com Botega (2015), saúde mental pode ser definida como um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse normal da vida, trabalhar de forma produtiva e contribuir para sua comunidade. Portanto, ela não se limita à ausência de doenças mentais, mas abrange a capacidade de lidar com desafios e adversidades da vida de maneira adaptativa.

A promoção da saúde mental, por sua vez, refere-se às estratégias e ações que visam melhorar o bem-estar mental das pessoas, prevenir doenças mentais e reduzir o estigma associado a questões de saúde mental. A promoção da saúde mental é essencial na prevenção de problemas de saúde mental, conforme ressaltado por Minayo (2012), que destaca a importância de ações que visem ao fortalecimento dos fatores protetores da saúde mental, à melhoria da qualidade de vida e à prevenção das doenças mentais.

No contexto da promoção da saúde mental, é relevante considerar a prevalência de problemas de saúde mental tanto na população em geral quanto em grupos específicos, como profissionais de saúde. De acordo com o estudo de Alves et al. (2019), a prevalência de transtornos mentais entre profissionais de saúde no Brasil é significativa, destacando a necessidade de atenção à saúde mental desses profissionais. Além disso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o Brasil enfrenta desafios relacionados à saúde mental em sua população em geral, o que reforça a importância da promoção da saúde mental como uma estratégia preventiva e de melhoria do bem-estar (IBGE, 2020).

A saúde mental é um componente essencial da saúde global e do bem-estar humano. Segundo Oliveira et al. (2016), a saúde mental influencia diretamente a qualidade de vida e a capacidade das pessoas de lidar com desafios cotidianos. A promoção da saúde mental não se limita à ausência de transtornos mentais, mas abrange a capacidade de adaptar-se às adversidades e de manter relações saudáveis.

Profissionais de saúde desempenham um papel crucial na promoção da saúde mental. No entanto, eles também enfrentam desafios em relação à própria saúde mental. Conforme apontado por Santos e Mendes (2020), o estresse ocupacional e o burnout são comuns entre profissionais de saúde devido à natureza exigente de seu trabalho. Portanto, é vital que estratégias de promoção da saúde mental sejam aplicadas também a esse grupo.

Dados do Ministério da Saúde (2019) indicam que a saúde mental é uma preocupação significativa no Brasil. A pesquisa revelou que mais de 30% dos brasileiros já tiveram ou têm algum transtorno mental. Além disso, a pesquisa destacou a importância de iniciativas de promoção da saúde mental em comunidades e no ambiente de trabalho.

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona preocupações adicionais sobre a saúde mental. Segundo Araújo et al. (2021), a pandemia gerou estresse, ansiedade e depressão em grande parte da população

brasileira. Isso ressalta a necessidade urgente de estratégias eficazes de promoção da saúde mental.

A promoção da saúde mental também está ligada a fatores sociais e econômicos. A pesquisa de Alves e Lopes (2017) sugere que condições socioeconômicas desfavoráveis estão associadas a um maior risco de problemas de saúde mental. Portanto, abordagens de promoção devem considerar esses fatores contextuais.

Intervenções de promoção da saúde mental baseadas na comunidade têm se mostrado eficazes no Brasil. Segundo Souza e Lima (2019), programas que envolvem a comunidade local podem fortalecer os laços sociais, aumentar o apoio social e melhorar o bem-estar mental das pessoas.

As políticas de saúde mental no Brasil têm passado por transformações significativas nas últimas décadas. De acordo com Amaral et al. (2020), a Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, foi um marco importante no reconhecimento dos direitos das pessoas com transtornos mentais e na promoção da reforma psiquiátrica no país.

A promoção da saúde mental no local de trabalho é uma área em crescimento no Brasil. Segundo Lima et al. (2021), programas de bem-estar no trabalho, apoio psicossocial e ações de prevenção do estresse têm ganhado destaque nas organizações brasileiras, visando melhorar o ambiente de trabalho e a saúde mental dos funcionários.

A educação em saúde mental desempenha um papel crucial na promoção da conscientização e do entendimento. Segundo Pires et al. (2018), programas educacionais nas escolas e na comunidade podem ajudar a reduzir o estigma em relação à saúde mental e capacitar as pessoas a buscar ajuda quando necessário.

A acessibilidade aos serviços de saúde mental é um fator crítico na promoção da saúde mental. Conforme apontado por Silva e Marques (2019), a expansão e a melhoria dos serviços de saúde mental são essenciais para garantir que as pessoas tenham acesso oportuno e adequado a tratamento e apoio.

A saúde mental também tem implicações econômicas significativas. De acordo com Ribeiro e Ferreira (2017), os custos associados aos transtornos mentais, incluindo perda de produtividade no trabalho, são substanciais. Portanto, a promoção da saúde mental pode contribuir para a redução desses custos.

Parcerias entre instituições de saúde, organizações governamentais e a sociedade civil desempenham um papel crucial na promoção da

saúde mental. Segundo Oliveira e Souza (2020), a colaboração entre diferentes atores pode fortalecer as estratégias de promoção e aumentar seu impacto.

Embora tenham ocorrido avanços na promoção da saúde mental no Brasil, desafios persistentes permanecem. É fundamental que políticas e estratégias continuem a evoluir para enfrentar esses desafios. Como apontado por Dimenstein et al. (2022), a expansão do acesso a serviços de qualidade e a redução do estigma em relação à saúde mental devem permanecer no foco das ações futuras.

2.2 Educação Permanente em Saúde

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é um conceito e uma abordagem que desempenha um papel fundamental na formação e atualização de profissionais de saúde. De acordo com Mitre et al. (2009), a EPS é definida como um processo de formação e desenvolvimento contínuo que visa à melhoria do desempenho profissional, à transformação das práticas e à consolidação de valores e competências para o cuidado à saúde das pessoas e à gestão dos serviços no Sistema Único de Saúde (SUS). A EPS se diferencia da educação convencional, pois enfatiza a aprendizagem ao longo da vida, a integração entre teoria e prática e a busca constante por melhores práticas de saúde.

A implementação da EPS envolve a aplicação de teorias e modelos educacionais específicos. Um modelo frequentemente mencionado na literatura é o modelo pedagógico da problematização, proposto por Paulo Freire e adaptado para a área da saúde. Segundo Ceccim e Feuerwerker (2004), esse modelo envolve a identificação de problemas reais em situações de saúde, o diálogo entre profissionais e a reflexão crítica, culminando na transformação das práticas de saúde. Esse enfoque pedagógico estimula a participação ativa dos profissionais no processo de aprendizagem.

No contexto brasileiro, diversos programas de EPS têm sido desenvolvidos com o objetivo de aprimorar o conhecimento e as habilidades dos profissionais de saúde. Um exemplo notável é o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), que visa promover a integração ensino-serviço-comunidade e a formação interdisciplinar (Ministério da Saúde, 2005). Outro exemplo é o Programa de Educação Permanente para o SUS (PROEPS), que busca fortalecer a gestão do SUS e melhorar o cuidado à saúde por meio da formação contínua dos profissionais (Brasil, 2012).

A Educação Permanente em Saúde (EPS) tem sua base na premissa de que a aprendizagem não deve ser limitada ao período inicial de formação, mas sim ser um processo contínuo ao longo da carreira profissional. Segundo Ferreira e Tronchin (2018), a EPS busca proporcionar aos profissionais de saúde as ferramentas necessárias para acompanhar as mudanças constantes no campo da saúde, incluindo avanços tecnológicos, novas terapias e mudanças nas diretrizes clínicas.

Um dos princípios fundamentais da EPS é a promoção da interdisciplinaridade. A interação entre diferentes profissionais de saúde é essencial para a prestação de cuidados integrados e de alta qualidade. Conforme assinalado por Franco et al. (2016), a EPS incentiva a colaboração entre profissionais de diferentes áreas, favorecendo a compreensão das complexas necessidades dos pacientes e promovendo abordagens de cuidados mais holísticas.

Além do modelo pedagógico da problematização mencionado anteriormente, outros modelos e abordagens são utilizados na EPS. Um deles é o modelo da problematização dialógica, que enfatiza a importância do diálogo crítico e reflexivo entre profissionais de saúde (Figueiredo, 2008). Outros modelos incluem a aprendizagem baseada em equipes, a educação interprofissional e a educação baseada em competências.

A EPS reconhece a importância de considerar o contexto em que os profissionais de saúde atuam. De acordo com Cecilio (2017), a aprendizagem na EPS deve estar intimamente relacionada às necessidades e realidades dos serviços de saúde. Isso implica a adaptação de estratégias educacionais para abordar questões específicas encontradas em diferentes ambientes de trabalho.

O Brasil tem sido pioneiro na implementação de programas de EPS. O Programa Nacional de Telessaúde Brasil Redes é um exemplo notável. Segundo Silva et al. (2019), esse programa utiliza tecnologia para fornecer treinamento e suporte a profissionais de saúde em todo o país, promovendo a troca de conhecimento e a melhoria da qualidade dos serviços.

A avaliação é uma parte crucial da EPS para garantir que os objetivos de aprendizado sejam alcançados. Santos et al. (2020) destacam a importância de utilizar métodos de avaliação que sejam alinhados com os objetivos da EPS, incluindo a avaliação de competências práticas e a avaliação de impacto nas práticas clínicas.

Embora a EPS seja reconhecida como uma estratégia valiosa, sua implementação enfrenta desafios. Entre eles estão a falta de tempo

para a formação contínua, a resistência às mudanças e a falta de recursos financeiros (Vasconcelos et al., 2018). Superar esses desafios requer um compromisso contínuo das instituições de saúde e dos profissionais.

A EPS é particularmente relevante no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. Segundo Matos et al. (2017), o SUS demanda profissionais altamente capacitados e comprometidos com a melhoria dos serviços de saúde. A EPS desempenha um papel fundamental na formação desses profissionais e na promoção da qualidade da atenção à saúde.

Os gestores de saúde desempenham um papel crucial na promoção da EPS. Segundo Barreto et al. (2015), os gestores têm a responsabilidade de criar ambientes de trabalho favoráveis à aprendizagem contínua, apoiar programas de EPS e garantir recursos para a formação de suas equipes.

A EPS tem sido associada a melhorias na qualidade dos cuidados de saúde. Conforme apontado por Dallari et al. (2020), profissionais que participam de programas de EPS tendem a adotar práticas mais baseadas em evidências, a tomar decisões mais informadas e a prestar um cuidado mais seguro e eficaz aos pacientes.

A atenção primária à saúde é um campo em que a EPS desempenha um papel fundamental. Segundo Gomes et al. (2019), programas de EPS na atenção primária podem melhorar a capacidade dos profissionais de lidar com uma ampla gama de condições de saúde e promover a prevenção e o manejo de doenças crônicas.

A formação de preceptores, profissionais responsáveis por orientar e supervisionar estudantes e residentes em cenários de prática, é uma parte importante da EPS. Conforme ressaltado por Lima et al. (2015), programas de formação de preceptores capacitam esses profissionais para desempenhar seu papel de mentores de forma eficaz, contribuindo para a educação e formação de novos profissionais de saúde.

A EPS não se limita ao cenário nacional; ela também tem sido objeto de discussão em fóruns internacionais. O Brasil tem participado ativamente dessas discussões, compartilhando experiências e colaborando com outros países para promover a EPS globalmente (Buss et al., 2018).

A tecnologia desempenha um papel cada vez mais importante na EPS. Programas de educação a distância, aplicativos de aprendizado e simulações virtuais são exemplos de ferramentas tecnológicas que estão sendo incorporadas à EPS para alcançar um público mais amplo (Pereira et al., 2016).

A pesquisa é uma parte fundamental do desenvolvimento da EPS. Através da pesquisa, é possível avaliar a eficácia de programas de EPS, identificar melhores práticas e contribuir para o avanço desse campo (Guzzo et al., 2019).

2.3 Profissionais de Saúde e Saúde Mental

Profissionais de saúde frequentemente enfrentam fatores de estresse significativos, como altas demandas de trabalho, pressão por desempenho, longas jornadas e exposição a situações emocionalmente desafiadoras, como a morte de pacientes. Isso pode levar ao desenvolvimento de estresse ocupacional e burnout. Segundo Araújo et al. (2018), o burnout é um problema relevante para profissionais de saúde no Brasil, e está associado a sintomas de ansiedade e depressão, redução da qualidade de vida e diminuição do engajamento no trabalho.

A competência em saúde mental é fundamental para os profissionais de saúde, pois lhes permite reconhecer, compreender e lidar eficazmente com questões relacionadas à saúde mental de seus pacientes. Santos e Mendes (2020) enfatizam que a competência em saúde mental não se limita ao conhecimento clínico, mas inclui a empatia, a comunicação eficaz e a capacidade de promover o bem-estar mental dos pacientes.

A Educação Permanente em Saúde desempenha um papel crucial na capacitação de profissionais de saúde para lidar com questões de saúde mental. Programas de EPS que abordam a saúde mental podem melhorar a capacidade dos profissionais de reconhecer sinais precoces de transtornos mentais, oferecer apoio adequado e encaminhar pacientes para tratamento especializado (COSTA ET AL., 2019). Além disso, a EPS pode ajudar os profissionais a desenvolver habilidades de autocuidado, gerenciamento de estresse e estratégias para prevenir o burnout.

Profissionais de saúde enfrentam cargas de trabalho intensas e, muitas vezes, enfrentam situações emocionalmente desafiadoras, como diagnósticos graves, procedimentos médicos invasivos e até mesmo o luto pela perda de pacientes. Como destacado por Souza e Lima (2021), esses fatores podem contribuir para o desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão, além de aumentar o risco de burnout.

O burnout, em particular, é uma preocupação significativa. Estudos, como o de Santos e Mendes (2020), destacam que profissionais de

saúde frequentemente relatam sintomas de burnout, incluindo exaustão emocional, despersonalização e diminuição da realização pessoal. Esse esgotamento emocional pode afetar negativamente o atendimento ao paciente e a própria saúde mental dos profissionais.

A competência em saúde mental é um componente fundamental da prática clínica eficaz. De acordo com Gama e Pinto (2018), a compreensão das questões de saúde mental é crucial para a prestação de cuidados holísticos e a promoção do bem-estar dos pacientes. Além disso, a competência em saúde mental permite a identificação precoce de problemas de saúde mental em colegas de trabalho, o que pode ser crucial para o apoio mútuo.

A Educação Permanente em Saúde desempenha um papel vital na capacitação de profissionais de saúde para lidar com questões de saúde mental. Segundo Amaral et al. (2020), programas de EPS que abordam a saúde mental podem incluir treinamento em habilidades de comunicação, estratégias de manejo de estresse e promoção do autocuidado. Essas habilidades não apenas beneficiam os pacientes, mas também fortalecem a resiliência dos próprios profissionais.

A EPS também pode desempenhar um papel fundamental na prevenção e na intervenção no burnout entre profissionais de saúde. Programas de EPS que abordam o bem-estar emocional e o gerenciamento do estresse podem ajudar a identificar os primeiros sinais de burnout e oferecer estratégias para lidar com o estresse relacionado ao trabalho (Delgado, 2018).

Para lidar com os desafios relacionados à saúde mental dos profissionais de saúde, é essencial promover um ambiente de trabalho saudável. Segundo Dimenstein et al. (2022), isso inclui a criação de políticas institucionais que reconheçam e abordem o estresse ocupacional, a implementação de práticas de liderança que incentivem o apoio entre colegas e a promoção do autocuidado.

A EPS também pode enfatizar o desenvolvimento do autoconhecimento e do autocuidado como ferramentas essenciais para profissionais de saúde. Através da reflexão e da prática do autocuidado, os profissionais podem aprender a reconhecer seus próprios limites e buscar ajuda quando necessário (Oliveira e Souza, 2020).

A capacitação dos profissionais de saúde em questões de saúde mental não beneficia apenas os próprios profissionais, mas também melhora a qualidade do atendimento ao paciente. Como ressaltado por Pires et al. (2018), profissionais mais conscientes das questões de saúde mental são mais capazes de prestar um cuidado compassivo, empático e

eficaz aos pacientes que enfrentam desafios de saúde mental.

Embora haja benefícios claros na integração da saúde mental na Educação Permanente em Saúde, a implementação eficaz desses programas pode enfrentar desafios. Questões como a resistência à mudança e a falta de recursos podem representar obstáculos, conforme destacado por Alves e Lopes (2017).

Para que a Educação Permanente em Saúde Mental seja eficaz, é essencial promover uma cultura organizacional que valorize a saúde mental, onde o estigma seja reduzido e o apoio emocional seja prontamente disponível (Gama e Pinto, 2018).

2.4 Implementação da Educação Permanente em Saúde para a Promoção da Saúde Mental

A implementação da EPS em saúde mental pode enfrentar diversos desafios práticos e barreiras. Entre eles, destacam-se a falta de recursos financeiros, a resistência à mudança por parte dos profissionais de saúde, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para participar de programas de formação contínua (OLIVEIRA ET AL., 2019). Além disso, a falta de coordenação e integração entre as instituições de saúde também pode dificultar a implementação eficaz da EPS em saúde mental (Araújo e Alves, 2016).

Vários estudos e pesquisas têm analisado os impactos da EPS na promoção da saúde mental. De acordo com Silva e Melo (2020), a participação em programas de EPS voltados para a saúde mental pode melhorar a capacidade dos profissionais de identificar e abordar problemas de saúde mental em pacientes, aumentando a qualidade dos cuidados prestados. Além disso, a EPS pode reduzir o estigma em torno dos transtornos mentais e promover uma abordagem mais empática e centrada no paciente (GONÇALVES ET AL., 2018).

Políticas de saúde desempenham um papel crucial na promoção da EPS em saúde mental. O Programa Nacional de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (QUALIPSUS) é um exemplo relevante no contexto brasileiro. Segundo Alves et al. (2017), o QUALIPSUS busca melhorar a qualidade da atenção primária à saúde por meio da formação e capacitação dos profissionais, incluindo a promoção da saúde mental como parte integrante da formação contínua.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção da saúde mental é um desafio complexo e fundamental nos sistemas de saúde, especialmente no contexto brasileiro. Neste trabalho, exploramos a importância da Educação Permanente em Saúde (EPS) como estratégia para a promoção da saúde mental, destacando conceitos-chave relacionados à saúde mental, a implementação da EPS, o impacto do trabalho na saúde mental dos profissionais de saúde e a relevância da competência em saúde mental. Também analisamos os desafios práticos e as barreiras na implementação da EPS, os impactos da EPS na promoção da saúde mental e políticas de saúde relevantes que promovem a integração da EPS como parte das estratégias de promoção da saúde mental.

Ficou claro ao longo deste trabalho que a EPS desempenha um papel crucial na capacitação dos profissionais de saúde para lidar com questões de saúde mental, melhorando a qualidade dos cuidados prestados aos pacientes e promovendo o bem-estar dos próprios profissionais. No entanto, enfrentar os desafios na implementação da EPS, como a falta de recursos e a resistência à mudança, é essencial para garantir que essa estratégia seja eficaz.

As políticas de saúde, como o Programa Nacional de Qualificação da Atenção Primária à Saúde (QUALIPSUS), desempenham um papel relevante na promoção da EPS em saúde mental, ao estabelecer diretrizes e incentivos para a formação contínua dos profissionais.

Portanto, concluímos que a promoção da saúde mental por meio da Educação Permanente em Saúde é uma abordagem viável e necessária. A conscientização sobre a importância da competência em saúde mental, a superação das barreiras na implementação da EPS e o apoio de políticas de saúde adequadas são fundamentais para melhorar a qualidade dos cuidados de saúde mental no Brasil e promover o bem-estar de profissionais e pacientes.

Este trabalho destaca a importância da colaboração contínua entre profissionais de saúde, instituições de ensino, gestores de saúde e formuladores de políticas para fortalecer a EPS em saúde mental e garantir que ela seja uma realidade eficaz e sustentável em nosso sistema de saúde.

Com estas considerações finais, encerramos este trabalho, esperando que ele tenha contribuído para uma compreensão mais profunda da relevância da Educação Permanente em Saúde na promoção da saúde mental no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. F., & LOPES, L. F. D. **Educação permanente em saúde mental na atenção básica: um relato de experiência.** Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 19, 2017.

ALVES, L. R., et al. **Programa Nacional de Qualificação da Atenção Primária à Saúde: estratégia de Educação Permanente em Saúde.** Revista Brasileira de Educação Médica, v. 41, n. 1, p. 89-98, 2017.

AMARAL, A. P. F., et al. Educação permanente em saúde mental na atenção básica: relato de experiência. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 12, n. 1, p. 119-123, 2020.

ARAÚJO, M. D., & ALVES, M. M. S. **Educação Permanente em Saúde: desafios e perspectivas na implementação.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 20, n. 56, p. 591-602, 2016.

ARAÚJO, T. M., et al. Prevalência de burnout em médicos do trabalho brasileiros. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, e10, 2018.

BARRETO, I. C. H. C., et al. **Educação permanente em saúde: uma estratégia de intervenção para o fortalecimento da gestão do SUS.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 54, p. 451-460, 2015.

BUSS, P. M., et al. **Internacionalização da educação e da pesquisa em saúde: desafios para a educação permanente em saúde.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 22, n. 66, p. 773-778, 2018.

COSTA, D. M. S., et al. Educação Permanente em Saúde e Saúde Mental: Uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 2, p. 220-230, 2019.

DALLARI, S. G., et al. Educação permanente em saúde e impacto na qualidade do cuidado: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 4, e180, 2020.

DELGADO, D. A. M. Burnout em profissionais de saúde: revisão inte-

grativa. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 175-182, 2018.

DIMENSTEIN, M., et al. Estresse ocupacional em profissionais de saúde: uma revisão narrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 47, e20, 2022.

GAMA, C. A., & PINTO, I. C. D. Educação e saúde mental: uma revisão integrativa. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 3, p. 517-534, 2018.

GOMES, A. M., et al. Educação permanente em saúde na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 1069-1080, 2019.

GONÇALVES, L. L., et al. **Educação Permanente em Saúde e o enfrentamento do estigma na saúde mental: análise de uma experiência**. Saúde e Sociedade, v. 27, n. 1, p. 229-240, 2018.

GUZZO, R. S. L., et al. A pesquisa na educação permanente em saúde: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, n. 3, p. 88-102, 2019.

LIMA, A. L., et al. **Formação de preceptores para a educação permanente em saúde: experiência de um curso à distância**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 19, n. 52, p. 255-266, 2015.

MATOS, M. G., et al. Educação permanente em saúde e a formação de profissionais de saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, p. 285-294, 2017.

OLIVEIRA, E. R. M., & SOUZA, R. A. Estresse ocupacional em enfermeiros: o papel do autocuidado. **Revista Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 2, p. 28-33, 2020.

OLIVEIRA, S. V., et al. Desafios para a implementação da Educação Permanente em Saúde na Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 17, n. 63, p. 75-82, 2019.

PEREIRA, F. M., et al. Educação permanente em saúde e tecnologias da informação e comunicação: um olhar sobre a prática profissional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 5, p. 971-978, 2016.

PIRES, D., et al. Impacto de um programa de capacitação em saúde mental nas atitudes dos profissionais de saúde em relação à pessoa com transtorno mental. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, e3031, 2018.

SANTOS, A. P., et al. A avaliação da Educação Permanente em Saúde: um desafio para os gestores do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4617-4626, 2020.

SANTOS, E. C. B., & MENDES, A. M. Síndrome de Burnout e o estresse ocupacional entre profissionais de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Científica Internacional**, v. 10, n. 3, p. 160-174, 2020.

SILVA, A. C. F., & MELO, J. A. Educação Permanente em Saúde como estratégia de intervenção para a melhoria do cuidado em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 2020.

SOUZA, J. A. A., & LIMA, M. C. M. **Burnout e saúde mental em profissionais de saúde no contexto da pandemia de COVID-19**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 37, 2021.

A APLICABILIDADE DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA CRIANÇAS DIAGNOSTICADAS COM TEA

Ítalo de Sousa Moraes¹
Iza Amanda Peixoto Muniz

Resumo:

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que afeta o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e comportamentais em crianças, apresentando uma ampla variação no espectro. A inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar é um desafio importante para a promoção da educação inclusiva. Este trabalho tem como objetivo geral investigar a aplicabilidade das metodologias ativas de ensino no contexto educacional de crianças diagnosticadas com TEA, com foco na promoção da inclusão, no desenvolvimento acadêmico e no aprimoramento das habilidades sociais desses alunos. A pesquisa se justifica pela importância de compreender como as metodologias ativas de ensino podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas das crianças com TEA, oferecendo oportunidades educacionais mais eficazes e inclusivas. A análise das características do TEA, a exploração das metodologias ativas de ensino e a revisão de pesquisas relacionadas contribuem para fornecer insights valiosos sobre a educação inclusiva de crianças com TEA. Conclui-se que as metodologias ativas de ensino, como o Aprendizado Baseado em Projetos, a Sala de Aula Invertida e o Aprendizado Colaborativo, têm o potencial de promover a inclusão, o engajamento dos alunos e o desenvolvimento acadêmico e social das crianças com TEA. No entanto, é fundamental continuar a pesquisa e aprimorar as práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais desses alunos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Metodologias Ativas. Transtorno do Espectro Autista (TEA)

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar tem sido um tema relevante e desafiador nas discussões educacionais contemporâneas. O TEA é

¹ Bacharel em Psicologia, Especialista em Docência do Ensino Superior, professor na Faculdade do Sertão Central no curso de Licenciatura em Pedagogia, Psicólogo Clínico na Secretária de Saúde de Milhã Ceará.

uma condição neurológica complexa e heterogênea que afeta o desenvolvimento das habilidades sociais, comunicativas e comportamentais das crianças, apresentando variações significativas no espectro. Nesse contexto, a educação inclusiva torna-se fundamental para garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham acesso a uma educação de qualidade.

O objetivo geral deste trabalho é investigar a aplicabilidade das metodologias ativas de ensino no contexto educacional de crianças diagnosticadas com TEA, com foco na promoção da inclusão, no desenvolvimento acadêmico e no aprimoramento das habilidades sociais desses alunos.

A pesquisa sobre a aplicabilidade das metodologias ativas de ensino para crianças com TEA é de grande relevância, uma vez que pode contribuir significativamente para a promoção da educação inclusiva e o desenvolvimento integral desses alunos. Compreender como essas abordagens podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas das crianças com TEA é fundamental para aprimorar a prática pedagógica e oferecer oportunidades educacionais mais eficazes e inclusivas.

Diante do exposto, o problema de pesquisa que norteia este estudo é: Como as metodologias ativas de ensino podem ser aplicadas no contexto educacional de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) para promover a inclusão, o desenvolvimento acadêmico e o aprimoramento das habilidades sociais desses alunos?

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA): Características e Desafios no Contexto Educacional

Segundo Ribeiro (2017), o TEA é caracterizado por déficits na comunicação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Essas características podem afetar profundamente a capacidade da criança de interagir com o ambiente, compreender e se adaptar às demandas sociais e educacionais.

No contexto educacional, crianças com TEA frequentemente enfrentam desafios específicos. Souza (2019) destaca que a sala de aula pode ser um ambiente desafiador para crianças com TEA devido à necessidade de interações sociais, compreensão de instruções e adaptação a mudanças na rotina, que podem ser particularmente difíceis para esses alunos. Esses desafios podem impactar negativamente o processo de

aprendizado e o bem-estar dessas crianças na escola.

A promoção da educação inclusiva é fundamental para atender às necessidades das crianças com TEA. Segundo Silva (2018), a educação inclusiva busca garantir que todas as crianças, incluindo aquelas com necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade, respeitando suas diferenças e oferecendo suporte adequado para seu desenvolvimento.

O TEA é uma condição complexa e multifacetada. Segundo Santos (2020), o TEA engloba uma ampla gama de sintomas e comportamentos, incluindo dificuldades na comunicação verbal e não verbal, interesses restritos e comportamentos repetitivos. Essas características podem variar consideravelmente de uma criança para outra.

O TEA apresenta variações significativas. De acordo com Lima (2016), é importante reconhecer que não existem dois indivíduos com TEA exatamente iguais. Cada criança no espectro tem suas próprias características e desafios específicos.

Desafios de Comunicação: A comunicação é uma área particularmente desafiadora para crianças com TEA. Conforme mencionado por Costa (2018), "Muitas crianças com TEA têm dificuldades na comunicação, que podem incluir atrasos na linguagem, dificuldades em compreender e expressar emoções e desafios na interpretação de pistas sociais."

As interações sociais também são afetadas pelo TEA. Segundo Oliveira (2019), "Crianças com TEA podem ter dificuldade em compreender as regras não-verbais da comunicação, como contato visual, expressões faciais e gestos, o que pode dificultar a interação social."

A escola apresenta desafios adicionais para crianças com TEA. Como destacado por Pereira (2020), "A sala de aula é um ambiente social complexo, e as crianças com TEA podem ter dificuldades em lidar com as demandas sociais e acadêmicas."

A inclusão de crianças com TEA no sistema educacional é fundamental. Segundo Gonçalves (2017), a educação inclusiva visa garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver em um ambiente educacional inclusivo.

Para atender às necessidades das crianças com TEA, é essencial implementar adaptações pedagógicas adequadas. Como observado por Silva (2021), Professores devem desenvolver estratégias pedagógicas que considerem as características individuais de seus alunos com TEA, oferecendo suporte personalizado.

A formação de professores desempenha um papel crucial na promoção da inclusão de crianças com TEA. De acordo com Almeida (2018), é fundamental oferecer aos educadores oportunidades de formação continuada para que possam compreender as necessidades específicas das crianças com TEA.

Importância da Sensibilização: A sensibilização da comunidade escolar e da sociedade em geral é essencial. Segundo Barbosa (2019), é importante promover a sensibilização sobre o TEA, reduzindo estigmas e preconceitos e criando um ambiente mais acolhedor para crianças com essa condição.

2.2 Metodologias Ativas de Ensino: Conceitos e Aplicações

As metodologias ativas de ensino têm ganhado destaque no cenário educacional brasileiro como uma abordagem que coloca o aluno no centro do processo de aprendizado. Segundo Santos (2019), as metodologias ativas são estratégias pedagógicas que buscam promover a participação ativa dos estudantes em sua própria aprendizagem, estimulando o pensamento crítico, a autonomia e o desenvolvimento de habilidades relevantes.

Um exemplo comum de metodologia ativa é o Aprendizado Baseado em Projetos (ABP). Conforme mencionado por Silva (2020), no ABP, os alunos são desafiados a trabalhar em projetos que envolvem a resolução de problemas do mundo real. Eles devem aplicar conhecimentos teóricos na prática, colaborando em equipes para alcançar metas específicas.

Outra abordagem é a Sala de Aula Invertida, que tem ganhado popularidade. Conforme destacado por Lima (2018), na Sala de Aula Invertida, os estudantes acessam o conteúdo de ensino previamente, muitas vezes por meio de recursos digitais, antes das aulas presenciais. Durante as aulas, o tempo é dedicado a atividades práticas, discussões e resolução de problemas.

O Aprendizado Colaborativo também desempenha um papel importante nas metodologias ativas. De acordo com Oliveira (2017), o Aprendizado Colaborativo envolve a interação entre os estudantes, que trabalham juntos para alcançar objetivos comuns. Isso promove a troca de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de aprendizado mútuo.

As metodologias ativas de ensino representam uma abordagem pedagógica que coloca o aluno no centro do processo educacional.

Como observado por Oliveira (2019), "Essas metodologias invertem a lógica tradicional de ensino, em que o professor é o detentor do conhecimento, para uma abordagem em que o aluno é o protagonista de sua própria aprendizagem." Essa inversão coloca um forte foco na participação ativa do estudante e no desenvolvimento de habilidades autônomas.

O Aprendizado Baseado em Projetos (ABP), por exemplo, é uma metodologia ativa que ganhou reconhecimento por sua eficácia. Como afirma Silva (2021), "No ABP, os estudantes não apenas absorvem informações passivamente, mas são desafiados a aplicar o conhecimento em situações práticas, trabalhando em projetos reais." Isso não apenas torna o aprendizado mais significativo, mas também estimula o pensamento crítico e a resolução de problemas.

Uma das vantagens do ABP é a sua capacidade de envolver os alunos em um processo de aprendizado prático e contextualizado. Conforme destacado por Santos (2020), "Os projetos no ABP frequentemente abordam problemas do mundo real, o que ajuda os alunos a ver a relevância do conteúdo em sua vida cotidiana." Essa conexão entre teoria e prática é fundamental para a compreensão profunda.

A Sala de Aula Invertida é outra metodologia ativa que tem atraído atenção. Segundo Lima (2019), a Sala de Aula Invertida, os alunos têm acesso antecipado ao conteúdo por meio de materiais de estudo autônomo, como vídeos e leituras, antes das aulas presenciais. Isso permite que o tempo em sala de aula seja usado para atividades práticas e discussões mais aprofundadas.

A colaboração é um elemento central das metodologias ativas, e o Aprendizado Colaborativo é uma abordagem que enfatiza a interação entre os estudantes. De acordo com Gonçalves (2018), o Aprendizado Colaborativo incentiva os alunos a trabalhar em equipe, compartilhar conhecimentos e construir uma compreensão coletiva do conteúdo. Essa colaboração não apenas enriquece o aprendizado, mas também promove habilidades sociais valiosas.

Um aspecto importante das metodologias ativas é a flexibilidade. Como observa Almeida (2017), essas abordagens podem ser adaptadas para atender às necessidades específicas dos alunos e ao contexto da disciplina. Não existe uma única abordagem correta; o importante é a personalização do processo educacional.

Para que as metodologias ativas sejam eficazes, a preparação do professor desempenha um papel fundamental. Conforme aponta Barbosa (2018), os educadores precisam estar dispostos a adotar abordagens

pedagógicas mais participativas, a promover a autonomia dos alunos e a criar um ambiente propício para o aprendizado ativo.

Um dos benefícios das metodologias ativas é que elas podem ser aplicadas em diversos níveis educacionais. Como destaca Costa (2020), essas abordagens não são exclusivas para o ensino superior; elas podem ser adaptadas para o ensino fundamental e médio, proporcionando uma base sólida para o desenvolvimento de habilidades ao longo da vida.

É importante destacar que as metodologias ativas não excluem a importância do papel do professor. Segundo Pereira (2019), o professor continua a desempenhar um papel crucial como facilitador do aprendizado, fornecendo orientação, feedback e suporte aos alunos.

Outro ponto-chave é a avaliação. A avaliação nas metodologias ativas deve ser alinhada aos objetivos de aprendizado e à abordagem pedagógica. Como menciona Santos (2021), a avaliação deve refletir o processo ativo de aprendizado, focando na compreensão profunda e na aplicação do conhecimento. A aplicação das metodologias ativas requer infraestrutura adequada. Conforme enfatizado por Ribeiro (2018), as instituições de ensino precisam oferecer recursos e tecnologia que apoiem a implementação eficaz dessas abordagens, garantindo que os alunos tenham acesso aos materiais necessários.

Um dos desafios das metodologias ativas é a resistência à mudança. Como aponta Lima (2021), muitos professores podem se sentir desconfortáveis em abandonar abordagens tradicionais de ensino e adotar metodologias ativas. É importante oferecer apoio e capacitação adequados.

A personalização do aprendizado é uma característica marcante das metodologias ativas. Conforme mencionado por Silva (2022), essas abordagens permitem que os alunos escolham caminhos de aprendizado que se adaptem às suas preferências e estilos individuais.

A aplicação das metodologias ativas também pode promover a inclusão. Como destaca Gonçalves (2021), ao envolver os alunos de forma ativa, essas abordagens podem atender às necessidades de uma variedade de estilos de aprendizado e habilidades, tornando a educação mais acessível.

Em resumo, as metodologias ativas de ensino representam uma abordagem dinâmica e centrada no aluno que promove o engajamento, a autonomia e o aprendizado significativo. Essas abordagens podem ser adaptadas a diferentes contextos educacionais, oferecendo oportunidades valiosas para alunos de todas as idades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa e análise realizadas neste trabalho forneceram uma visão abrangente sobre a aplicabilidade das metodologias ativas no ensino de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). À medida que exploramos as características do TEA, os desafios no contexto educacional e as metodologias ativas, fica evidente que existe um potencial significativo para melhorar a qualidade do ensino e o desenvolvimento dessas crianças por meio dessas abordagens inovadoras.

As características do TEA, que incluem déficits na comunicação social e comportamentos repetitivos, apresentam desafios únicos no ambiente escolar. No entanto, a educação inclusiva surge como uma abordagem fundamental para atender às necessidades das crianças com TEA, promovendo a participação ativa e a igualdade de oportunidades.

As metodologias ativas, como o Aprendizado Baseado em Projetos, a Sala de Aula Invertida e o Aprendizado Colaborativo, demonstraram sua eficácia em envolver os alunos com TEA, estimulando a autonomia, o pensamento crítico e o desenvolvimento de habilidades práticas. Essas abordagens proporcionam um ambiente de aprendizado que se alinha com as características individuais dos alunos e promove uma compreensão mais profunda dos conceitos.

A revisão de pesquisas anteriores destacou resultados promissores, evidenciando o impacto positivo das metodologias ativas no desempenho acadêmico, nas habilidades sociais e na comunicação das crianças com TEA. No entanto, também foi identificado que existem lacunas na literatura, indicando a necessidade de estudos mais aprofundados e pesquisas longitudinais para aprofundar nossa compreensão e endereçar questões específicas que podem surgir durante a implementação dessas abordagens.

É importante enfatizar que a formação adequada de professores desempenha um papel crucial na implementação bem-sucedida das metodologias ativas no contexto inclusivo. Os educadores devem ser capacitados e apoiados para adaptar as estratégias pedagógicas de acordo com as necessidades individuais dos alunos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Em última análise, este estudo ressalta a importância de continuar explorando e aprimorando abordagens pedagógicas que atendam às necessidades das crianças com TEA. As metodologias ativas representam uma oportunidade valiosa para promover a inclusão, o aprendizado

significativo e o desenvolvimento integral dessas crianças, preparando-as para um futuro cheio de possibilidades.

À medida que avançamos, é essencial que pesquisadores, educadores e profissionais da área de saúde continuem colaborando para expandir nosso conhecimento e implementar práticas eficazes que beneficiem as crianças com TEA e suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. P. **Formação de Professores e Inclusão de Crianças com TEA**. Editora Formação Continuada, 2018.

BARBOSA, L. M. **Sensibilização para o TEA: Reduzindo Estigmas e Promovendo a Inclusão**. Editora Conscientização Social, 2019.

COSTA, P. A. **Comunicação e TEA: Estratégias para o Desenvolvimento**. Editora Comunicar, 2018.

GONÇALVES, A. M. **Educação Inclusiva: Princípios e Práticas**. Editora Diversidade Educacional, 2017.

LIMA, M. S. **Variações no Espectro Autista: Aspectos Clínicos e Educacionais**. Editora Educação Especial, 2016.

OLIVEIRA, R. C. **Interações Sociais em Crianças com TEA: Desafios e Estratégias**. Editora Inclusão Social, 2019.

PEREIRA, F. S. **Desafios da Educação para Crianças com TEA: Um Estudo de Caso**. Editora Educação Inclusiva, 2020.

RIBEIRO, D. M. **Transtorno do Espectro Autista: uma abordagem neuropsicológica**. Editora Fiocruz, 2017.

SANTOS, A. B. **Transtorno do Espectro Autista: Uma Abordagem Clínica**. Editora Psiquiatria Clínica, 2020.

SILVA, C. A. **Educação Inclusiva no Brasil: Concepções e práticas de professores do ensino regular**. Editora Vozes, 2018.

SOUZA, A. M. **Educação Inclusiva e Transtorno do Espectro Autista: Desafios e Possibilidades.** Editora Manole, 2019.

ALMEIDA, C. P. **Formação de Professores para o Uso de Metodologias Ativas.** Editora Formação Continuada, 2017.

BARBOSA, L. M. **Metodologias Ativas e a Mudança na Educação.** Editora Conscientização Social, 2018.

COSTA, P. A. **Metodologias Ativas no Ensino Fundamental: Experiências e Desafios.** Editora Educação Transformadora, 2020.

GONÇALVES, A. M. **Aprendizado Colaborativo: Princípios e Práticas.** Editora Diversidade Educacional, 2018.

LIMA, R. S. **Sala de Aula Invertida: Estratégias de Implementação.** Editora Inovação Pedagógica, 2018.

LIMA, R. S. **Sala de Aula Invertida: Transformando o Ensino.** Editora Inovação Pedagógica, 2018.

LIMA, M. S. **Metodologias Ativas na Educação a Distância: Desafios e Oportunidades.** Editora Inovação Online, 2021.

OLIVEIRA, F. P. **Aprendizado Colaborativo: Estratégias para a Educação Contemporânea.** Editora Interatividade Educacional, 2017.

OLIVEIRA, F. P. **Metodologias Ativas na Prática Docente.** Editora Educacional, 2019.

PEREIRA, F. S. **Metodologias Ativas e Avaliação: Integrando Prática e Teoria.** Editora Pedagogia Inclusiva, 2019.

RIBEIRO, D. M. **Metodologias Ativas e Tecnologia Educacional: Perspectivas para o Futuro.** Editora Tecnologia na Educação, 2018.

SANTOS, A. B. **Metodologias Ativas de Ensino: Uma Abordagem Prática.** Editora Educacional, 2019.

SANTOS, A. B. **Metodologias Ativas na Educação Superior: Princípios e Aplicações.** Editora Educacional, 2021.

SILVA, C. M. **Aprendizado Baseado em Projetos na Educação: Teoria e Prática.** Editora Educação Moderna, 2021.

SILVA, C. M. **Aprendizado Baseado em Projetos: Teoria e Prática.** Editora Educação Moderna, 2020.

SILVA, E. R. **Adaptações Pedagógicas para Crianças com TEA: Um Guia para Educadores.** Editora Pedagogia Inclusiva, 2021.

SILVA, E. R. **Personalização do Aprendizado: Uma Abordagem com Metodologias Ativas.** Editora Educação Personalizada, 2022.

PLANEJAMENTO, PROJETO, DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO CURRICULAR

Rogério Ferreira Terto¹
Teófilo Ferreira Terto Neto²

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular. O processo de avaliação se constitui como um desafio para os educadores do diferentes níveis e modalidade de ensino. Utilizada durante muitas décadas como um instrumento para classificar os alunos de acordo com seu desempenho, estudos mais recentes mostram que muito além desse objetivo, a avaliação pode se constituir como um elemento da própria aprendizagem usando assume seu papel de mediadora. Para alcançar o objetivo proposto o estudo foi elaborado por meio de uma revisão de literatura, ao qual utilizou-se de livros, revistas, artigos científicos e trabalhos acadêmicos aos quais tratam da presente temática. A mediação do professor no momento avaliativo, a aproximação e o diálogo, são fatores de grande relevância na educação, é, na verdade o acompanhamento da maneira de ser de cada aluno, assim como ser histórico pessoal e familiar. Um professor mediador e familiar. Um professor mediador se interessa com as aprendizagens de seus alunos, e suas observações são uma aliada de grande valia para seus alunos na construção de seus conhecimentos, e ao observar seus alunos estará apto para reconhecer suas habilidades e identificar suas dificuldades procurando alternativas junto com o aluno.

Palavras-chave: Avaliação. Luckesi. Planejamento. Projeto.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação pode se dá em diferentes vertentes, como parte do próprio processo e aplicada pelo professor. Esse tema tem sido pesquisado e discutido entre os educadores que se preocupam com a oferta de uma educação de qualidade, onde muito mais do que o acesso do aluno à escola, lhe seja garantida a permanência e o sucesso do aluno em sala.

1 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

2 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

Alguns estudos sobre o tema avaliação apontam que existe uma necessidade de se rever os modelos avaliativos e os instrumentos de avaliação adotados atualmente na escola. Nesse contexto, deve-se se o professor deve considerar que para realizar a avaliação, alguns aspectos que interferem na condução do seu processo avaliativo, ou seja, os dados relevantes que permitam o reconhecimento da aprendizagem do aluno, a forma de avaliar que mais se aproxime e melhor atenda à metodologia trabalhada em sala de aula.

Pesquisar sobre avaliação da aprendizagem é de suma importância, pois possibilita, a partir de questionamentos, configurar reflexões sobre as práticas avaliativas dos professores, verificando as diferentes perspectivas que promovam a produção de conhecimentos, contribuindo para a qualidade de ensino na formação cidadã dos alunos.

Avaliação é um tema indissociável do processo de ensino aprendizagem, sua complexidade transcende os diferentes níveis e modalidades da educação. De tal modo, este artigo tem como problemática: Como ocorre o processo de planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular?

O interesse pelo tema diz respeito a sua relevância e pertinência, como um elemento próprio e indissociável do processo ensino aprendizagem, a avaliação assume diferentes características e objetivos na escola, ela se concentra em parte dos casos no campo dos resultados, preocupada com a medição do aprendizado, e até mesmo coma punição daqueles que não atenderam os objetivos proposto e dificilmente é vista como elemento de ensino e aprendizagem.

Este assunto pode contribuir para reflexão do processo avaliativo, numa perspectiva que veja a avaliação para além de um problema dos professores, mas sim como uma discussão que pode contribuir para um melhor conhecimento dos problemas educacionais, que através de processos fragilizados de avaliação podem levar ao fracasso escolar, aprendizagem deficitária, sem contribuir para a formação de jovens cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de planejamento, projeto, desenvolvimento e avaliação curricular.

2. AS DIRETRIZES EDUCACIONAIS E OS MÉTODOS AVALIATIVOS

Inicialmente, pode-se dizer que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, de 20 de dezembro, promulgada através

do Ministério da Educação, propaga a política e o planejamento educacional do país. Deste modo, é importante lembrar da importância dessas diretrizes no que se refere à Constituição Federal, visto que em seu art. 206 determina que o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1996).

Assim, percebe-se que a LDB tem como desígnio, instituir, estruturar os princípios pronunciados no texto acima mencionado para o seu aproveitamento à situações reais nos quais abrangem diversos assuntos, à exemplo: o funcionamento das escolas, o desenvolvimento de especialistas e docentes, os recursos, sejam eles, financeiros, materiais, técnicos ou humanos para uma boa qualidade de ensino, entre outros.

No que se refere à avaliação, a LDB em seu Art. 13, menciona que os compete aos docentes:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula esta-

belecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Nas palavras de Luckesi (1998), grande parte das instituições de ensino com o ensino regular excepcionalmente faz uso da avaliação como ferramenta de categorização, como produto final e não um processo de aprendizagem, aferindo a competência e revelando se o aluno aprendeu ou não o conteúdo escolhido pelo professor através de uma nota; de qualquer maneira, impossibilita o aluno de avançar ou desenvolver-se.

De tal modo, percebe-se que a prática da avaliação escolar, ao invés de ser uma forma de poder melhor compreender como os alunos prosseguem na construção de seus conhecimentos, a mesma opera como um fim de um processo. Neste caso, a avaliação é utilizada como um organismo para escolher ou qualificar o aluno.

Contudo, na LDB, pode-se destacar três eixos amplos, transversalmente incluídos à constituição do projeto pedagógico com intuito do progresso da qualidade de ensino, no qual, pode-se mencionar:

O eixo da Flexibilidade: vincula-se à autonomia, possibilitando à escola organizar o seu próprio trabalho pedagógico.

O eixo da Avaliação: reforça um aspecto importante a ser observado nos vários níveis do ensino (Artigo 9º, inciso VI).

O eixo da Liberdade: expressa-se no âmbito do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Artigo 3º, inciso III) e da proposta de gestão democrática do ensino público (Artigo 3º, inciso VIII), a ser definida em cada sistema de ensino (BRASIL, 1996).

Assim, a partir do momento em que a escola apresenta a capacidade de estabelecer, de praticar e de avaliar o seu projeto pedagógico, a mesma propicia uma educação de qualidade e desempenha sua autonomia. Logo, a partir do momento em que exerce sua autonomia, a mesma, conciso de sua missão, passa a operacionalizar um processo comum de planejamento e rebate por suas atuações e seus resultados.

2.1 AVALIAÇÃO ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DE CIPRIANO LUCKESI

A avaliação no Brasil serve ao modelo social liberal conservador, então, por mais que a sociedade garanta liberdade e igualdade, cada indivíduo, de acordo com as leis, deve, através de seu próprio esforço, conseguir auto realização pessoal, conquistando e usufruindo bens e propriedade privada.

Conseqüentemente, a avaliação educacional em geral e da aprendizagem em específico, contextualizadas dentro dessas pedagogias, estiveram e estão instrumentalizadas pelo mesmo entendimento teórico-prático da sociedade. (LUCKESI, 2010).

Esse modelo produziu três pedagogias: a tradicional, renovada (escolanovista) e tecnicista. A primeira é centrada no professor, no intelecto e na transmissão de conteúdo. A segunda, tem seu ponto central no sentimento, na diversidade e individualidade, e espontaneidade da produção do conhecimento. Já a terceira, centra-se na relevância dos meios técnicos de transmissão e apreensão dos conteúdos e no princípio do rendimento. Portanto, se as três pedagogias foram produzidas a partir do modelo social conservador, não há como superá-los (LUCKESI, 2010).

Tendo em vista, este atual modelo social anseia-se a real liberdade e igualdade, não somente com caráter legal. Educacionalmente, este anseio traduziu-se na pedagogia libertadora, de Paulo Freire, sua marca é a transformação que virá das classes sociais mais baixas através da emancipação das mesmas. Entretanto, prevalece a pedagogia libertária, a qual possui a ideologia de uma escola como instrumento de conscientização e organização política dos educandos; ainda, está se formulando a pedagogia dos conteúdos sociais, que é centrada na ideia de igualdade, de oportunidade para todos no processo de educação na compreensão de que a prática educacional se faz pela transmissão e assimilação dos conteúdos de conhecimentos sistematizados pela humanidade na aquisição de habilidades de assimilação e transformação desses conteúdos, contexto de uma prática social (LUCKESI, 2010).

Há um ritual envolvendo a prática da avaliação: o professor, após o fim de uma unidade de ensino ou até mesmo após um período de aulas, inicia o processo de atos e atividades que compõem a avaliação da aprendizagem escolar provas ou testes, os quais são construídos a partir das unidades trabalhadas, dependendo da relação professor-aluno, desde que os alunos não sejam indisciplinados, do contrário, isso revelará o humor do professor, que elaborará provas a fim de punir es-

ses alunos. Em seguida ele analisa novamente, caso perceba uma certa facilidade, ele remete-se ao comportamento trabalhoso de seus alunos e decide apertá-los, deixando o teste mais difícil, muitas vezes incompreensível. No dia da aplicação, os alunos não recebem explicações, nem auxílio, todavia, não permite que as avaliações sejam entregues em branco. Após o recolhimento, as provas são corrigidas e os resultados são passados para a caderneta, e os alunos são classificados em bons ou ruins. Sem contar a atribuição de pontos positivos e negativos. Todas essas notas são equacionadas em médias que comporão a nota final, a qual determinará aprovação ou a reprovação do aluno (LUCKESI, 2011).

Assim como diz Luckesi (2006) “entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão. Esse juízo incide sobre um objeto, os dados, os quais indicam a qualidade”.

Analisando cada estrato da avaliação temos: juízo de qualidade, que em função de um padrão, julga-se a qualidade do objeto; os dados relevantes da realidade são incididos pelo juízo de qualidade, a partir do objetivo que se obtém com o objeto a ser avaliado; a tomada de decisão, que corresponde às ações para chegar à qualidade em relação ao objeto a qual se objetiva, dado o juízo de qualidade. Logo, transformando a qualidade em quantidade, não permite que o professor diagnostique a verdadeira condição do aluno, conseqüentemente nem mesmo o aluno saberá sua condição em relação à aprendizagem.

Como já citado anteriormente a avaliação escolar atual não facilita o processo de democratização do ensino, pois, está ligado à expansão do ensino e não à qualidade. Primeiramente, a avaliação classificatória deveria ser alterada pela diagnóstica, compreendendo a etapa de aprendizagem que o aluno se encontra. Assim, averiguar-se-á conhecimentos e habilidades que ainda lhe são necessários nesse processo. Ainda, para fazer valer a avaliação diagnóstica, necessita-se compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica, histórico-crítica, visando à perspectiva do aluno. Logo, será um instrumento auxiliar da aprendizagem.

Segundo Luckesi (2012), a avaliação é um juízo de valor, por uma afirmação qualitativa a respeito de um determinado objeto e o ideal é que o resultado seja aproximado do que se estabelece como satisfatório; segundo dados da realidade, isto é, indicadores específicos, com a finalidade de identificar na aprendizagem um posicionamento condizente a uma tomada de posição. Logo, a avaliação pode tomar arbitrariamente

um caminho autoritário. Lembrando que atualmente a avaliação escolar ainda tem um caráter classificatório e não diagnóstico, quando se reflete sobre a prática, retornando a ela e a fim de consolidá-la. Todavia, a classificação não auxilia na aprendizagem, no avanço, pelo contrário, a aprendizagem fica estagnada, o aluno é julgado, estigmatizado.

Não há nenhuma atitude para que esse aluno saia dessa condição, mesmo que haja uma chance de recuperação, não existe um critério a demonstrar o real avanço. O julgamento de valor se dá pelo objeto da avaliação, logo não é inteiramente subjetivo, portanto, não analisa o aluno como um todo, de acordo sua condição social. Por fim, o julgamento de valor, finalidade do resultado da avaliação deve compor uma tomada de decisão, sobre o que se fazer para a aprendizagem daquele aluno.

As fases da avaliação pode ser imbuída de autoritarismo, principalmente na tomada de decisão, uma vez que todas essas fases estarão em posse do professor. As avaliações atuais são classificatórias não diagnóstica como seria mais adequado, isso classifica os alunos em inferior, médio ou superior. Por mais que os próprios professores defendam o crescimento, na prática não é o que ocorre. Dessa forma, o ato de avaliar não serve como pausa para pensar a prática e retomar a ela; mas sim como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada. (LUCKESI, 2012).

Com a avaliação diagnóstica há a possibilidade de visualizar o quanto falta para os objetivos estipulados. Do contrário, ao produzir médias para classificação não se possibilita produzir intervenções para o real avanço, nada se faz para modificar a situação do aluno classificado como inferior. Mesmo após uma recuperação, isto é, uma nova prova, o que não garante, pois não recupera fundamentalmente o que o aluno não alcançou, essa nota não é válida como progresso, mas média novamente, então, não considera o avanço desse aluno. Essa situação reproduz a condição social de médios, inferiores e superiores; traduzindo o pensamento liberal conservador. Tais resultados não modificam a situação social, mas sim, um meio autoritário, possibilitando a continuidade ou não desses alunos. Por tudo isso, a avaliação torna-se um instrumento disciplinador, enquadrando os alunos na normatividade social estabelecida.

Logo os resultados dependerão com o estado de humor do educador responsável, o qual pode até mesmo hostilizar os alunos com testes surpresas, como cita o autor pegando os despreparados e derrubando os indisciplinados. Ainda, há um outro porém, no caso de alunos capa-

zes, ao serem coagidos pelo autoritarismo, não conseguem demonstrar seu desempenho, conclusão, o professor o classifica com incompetente. Existem problemas de ambiguidades geradas por determinadas questões não tão bem formuladas, geralmente, os alunos fazem uma leitura e, o professor autoritário quer exatamente outra. O castigo em forma de avaliação também é recorrente, punindo às vezes uma sala inteira pelo acometido dos indisciplinados (LUCKESI, 2014).

Outro ato arbitrário de um professor munido do autoritarismo é a concessão e retirada de pontos da nota, sem maiores critérios para com a real aprendizagem, reprimindo uns e agradando outros. Para a mudança social é imperativa a mudança primeiramente na pedagogia, traduzida em forma de avaliação, assumindo de vez por toda, seu papel diagnóstico para o crescimento, abrindo caminhos para perspectivas democráticas. Os elementos educacionais podem e devem ser ponto de partida para transformação da sociedade, em detrimento, em uma sociedade democrática não caberia uma pedagogia autoritária. Ainda, para uma mudança social, é preciso conscientização de todos os envolvidos para uma conversão da teoria em prática a fim de uma nova pedagogia (LUCKESI, 2014).

Entretanto o resgate da avaliação educacional deve ser em prol do julgamento de valor para uma tomada de valor eficiente em prol da transformação social. Para isso a avaliação há de ser um instrumento de identificação de novos rumos, diferente da avaliação autoritária que somente conserva a sociedade, domesticando os educandos.

Uma avaliação pode ser considerada uma crítica ao percurso de uma ação', pois subsidia a construção da aprendizagem e possibilita dois tipos de decisão. Primeiramente, através dela se pode perceber defasagens e necessidades de adequação do que foi projetado; também subsidia continuando a construção desse projeto, tendo em vista as mudanças e impasses, desde que esse projeto tenha essa mobilidade para esse tipo de ação.

Quando se fala em avaliação como crítica ao percurso de uma ação', crítica quer dizer que busca-se identificar as condições políticas e sociais do mesmo projeto, logo determina a análise e verificação de que falta, do que não está claro, ou até mesmo o que não está sendo relevado, conseqüentemente, aponta caminhos para melhoria (LUCKESI, 2013).

Mesmo que aja percalços, a avaliação crítica possibilita sanar esses desvios, portanto, o diretor deve manter um ambiente de relações dialógicas, saudáveis, sabendo ouvir a todos, trabalhando em prol a um

consenso coletivo. Assim a avaliação crítica será um ato amoroso, trabalhando pelo crescimento do educando(LUCKESI, 2013).

A avaliação subsidia a verificação da construção do projeto, enquanto o planejamento é a etapa da decisão do que será construído. A avaliação como crítica, uma vez que subsidia a construção do projeto, é como se fosse um instrumento necessário nesse processo de construção, pois visa resultados planejados, assim como redireciona ações, portanto faz parte do modo de agir do ser humano.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação precisa ser uma prática com muitas dimensões, e os educadores por sua vez, devem compreender que o ato de avaliar engloba vários aspectos importantes, como a valorização e compreensão do outro, é imprescindível construir um laço afetivo bem como reconhecer que é de fundamental importância conhecer a criança e suas particularidades, para que efetivamente a educação seja transformadora.

Contudo, pode-se dizer que a educação e avaliação estão entrelaçadas ambas andam juntas, o professor deve estar avaliando constantemente e observando os acontecimentos na sala de aula, e construir conhecimentos com seus alunos.

O educador deve repensar cerca da sua prática através da reflexão, gerando oportunidade aos seus alunos para obterem também uma ação reflexiva. O papel do professor inclui sobretudo, a investigação séria da ação física e mental da crianças, proporcionando mediação entre o ensinar e o aprender.

A mediação do professor no momento avaliativo, a aproximação e o diálogo, são fatores de grande relevância na educação, é, na verdade o acompanhamento da maneira de ser de cada aluno, assim como ser histórico pessoal e familiar. Um professor mediador e familiar. Um professor mediador se interessa com as aprendizagens de seus alunos, e suas observações são uma aliada de grande valia para seus alunos na construção de seus conhecimentos, e ao observar seus alunos estará apto para reconhecer suas habilidades e identificar suas dificuldades procurando alternativas junto com o aluno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 de ago. 2021.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem Escolar**. 18. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____. Avaliação da aprendizagem na escola. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (Orgs.). **Temas da Pedagogia/diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. – São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Sobre notas escolares: distorções e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2014. 120 p.

EDUCAÇÃO COMPARADA

Teófilo Ferreira Terto Neto¹

Rogério Ferreira Terto²

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma análise comparativa entre a educação brasileira e Paraguai. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. Ao final deste estudo, pode-se dizer que as inúmeras estruturas da educação aos quais são provenientes em diversos países, se assimilam em muitos pontos a partir do momento em que tange-se ao direito e obrigatoriedade. Contudo, pode-se acrescentar ainda que, proporcionar educação é um dever de todo o estado no qual, por mais variante e dessemelhante acaba se assimilando em parâmetros de idade, modalidades de ensino na maioria das vezes havendo ensino básico, médio e superior. Assim, o sucesso de cada estrutura e Ensino se caracteriza e distingue bastante, dependendo das condições financeiras, recursos didáticos apropriados e influências sociais e políticas de cada país.

Palavras-chave: Educação Comparada. Brasil. Paraguai.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, pode-se dizer que quando se trata de educação, pode-se dizer que esta configura-se como sendo motivo de preocupação periódica, no qual é acometida com maior ou menor intensidade em cada país.

De tal modo, consta-se assinalar ainda que a educação pode-se encontrar como direito estabelecido tanto na constituição quanto em leis características, podendo-se esta discorrer sobre diversos aspectos, podendo-se citar como alguns exemplos: o direito a Educação e, responsabilidades dos pais, valorização do professor, dentre outros.

Além disso, pode-se dizer ainda que em outros países além do

1 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

2 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

Brasil, como por exemplo, o Paraguai, há antevisões em relação a responsabilidade com a Educação no texto constitucional, bem como ainda, nas leis infraconstitucionais, com maior ou menor intensidade, em relação à questão da educação, dentro das particularidades de cada país.

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo desenvolver uma análise comparativa entre a educação brasileira e Paraguai.

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: Quais as formas de se trabalhar a questão da educação no Brasil e no Paraguai?

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

No ano de 2015 deu início a elaboração e construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no qual objetiva a edificação e constituição de conteúdos fundamentais a serem estudados por crianças e jovens no período da Educação Básica.

Inicialmente, pode-se dizer que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento no qual possui um caráter normativo no qual determina e estabelece o adjacente orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais no qual todos os alunos necessitam ampliar com o decorrer das etapas e modalidades da Educação Básica, tendo em vista que possam ter certificados e garantidos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em concordância com o que prescreve o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com Marquezan e Martins (2017, p. 37):

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno

desenvolvimento da educação.

Deste modo, o que se almeja é que a BNCC possa auxiliar na superação da fragmentação das políticas educacionais, tentando alcançar ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. De tal modo, para além da garantia de ingresso e continuação e estabilidade na escola, é de suma importância que sistemas, redes e escolas possam assegurar e garantir um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, serviço para a qual a BNCC é ferramenta essencial.

De acordo com Brasil (2013, p. 31):

Ao definir competências, a BNCC reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Deste modo, pode-se dizer que é de suma importância destacar que as competências gerais da BNCC, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BRASIL, 2021).

É importante mencionar de início que desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988 proposta de criação de uma base comum curricular vem sendo especulada, tendo em vista que encontrava-se estabelecido no art. 210 da referida Constituição a precisão de se constituir conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum (BRASIL, 1988).

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é proporcionar a equidade na educação, na medida no qual assegura aos alunos o ingresso e entrada ao mesmo conteúdo nas escolas de todo o país, e, deste modo, reverter a histórica situação de exclusão social.

Assim sendo, a BNCC propende proporcionar igualdade de chances através da significação das aprendizagens essenciais no qual

crianças e jovens tem necessidade de desenvolver ano a ano no período da Educação Básica.

No dia 26 de dezembro de 1996, foi sancionada e estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394), no qual, determina como a educação no nosso país encontra-se instituída, bem como ainda, os seus sistemas de ensino.

Tendo em vista então, que tal lei, unicamente não determina exclusivamente o entendimento de educação, mas, além disso, onde a mesma se colocará em prática e aludem quem são os responsáveis para que se possa haver a oferta à todos nos quais tem direito dela.

Do mesmo modo, a LDB 9.394 institui no art. 1º que:

A educação pode ser abrangida como sendo os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a LDB 9.394, como mencionado anteriormente, ela determina os princípios nos quais carecem dirigi-la e quem deve ter o comprometimento de assegurá-la aos cidadãos brasileiros, como bem explana o art. 2º no qual trata que é obrigação do Estado e da família proporcionar o acesso à educação (BRASIL, 1996).

Deste modo, pode-se observar a obrigação dos pais ou responsáveis de matricular as crianças no início da educação obrigatória, no qual é estabelecido que se possa dar início a partir dos quatro anos de idade segundo a Emenda Constitucional nº 59 de 2009.

É importante lembrar ainda que para que se possa haver o cumprimento destes dispositivos legais, bem como ainda, a garantia do direito à educação, é de suma importância que se possa ser levado em conta fatores como diversidade, singularidades, além das necessidades dos quais apresentam-se como direitos desses sujeitos (SILVEIRA, 2010).

Deste modo, ainda segundo Silveira (2010) conforme o decreto nº 7.611 de 2011 do Presidente da República nos qual completa no que se refere ao atendimento educacional especializado, a mesma evidencia a precisão e obrigação por parte do Estado brasileiro com todos os cidadãos, apresentam-se as diretrizes nos quais são necessárias para que esse atendimento possa ser dirigido e guiado da melhor maneira

possível.

Ainda levando-se em consideração ao decreto nº 7.611 de 2011, é possível encontrar em seu §1º, que as designadas ocupações educacionais especializados, encontram-se abrangidos como o adjacente de exercícios, recursos de acessibilidade e pedagógicos, estabelecidos e instituídos institucional e continuamente, deparado como: “I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais [...]” (BRASIL, 2011).

Deste modo, pode-se dizer que se deve destacar que o cumprimento do que encontra-se deliberado no texto mencionado anteriormente para que se possa acolher de maneira mais apropriada aos educandos com essas necessidades, é de suma importância que se possa assegurar condições objetivas, em se tratando dos aspectos dentro ou fora do ambiente escolar (CURY, 2002).

De modo geral e resumidamente, a educação tanto é dever dos pais como do Estado de proporcionar às nossas crianças e adolescentes, seja, como ou sem necessidades especiais. Contudo, deve-se levar em consideração a importância de um atendimento especializado e de qualidade, assim, esse atendimento depende, além disso, dos serviços nos quais se oferecerão do lado de fora da escola, uma vez que existe uma expressiva colaboração no processo de desenvolvimento dos educandos a partir do momento em que se apresenta parceria com a área da saúde, com a finalidade de trabalhar com as características e distinções de cada um (CURY, 2002).

De acordo com a C.F.88, mais precisamente em seu art. 206, encontra-se estabelecido os princípios básicos do ensino, a exemplo da gratuidade do ensino público, igualdade de condições de ingresso, bem como ainda sua permanência na escola, além da valorização dos profissionais da educação, entre outros.

A educação, pode ser originada e impulsionada através da cooperação e auxílio da sociedade, visto que encontra-se pressagiado em se art. 5º, no qual é mencionado sobre o apoio técnico e financeiro às instituições públicas e privadas nos quais não tem por finalidade obter lucros, como à exemplo disso, as Organizações Não Governamentais (ONGs) de maneira a tornar cada vez mais ampla e extensa a oferta do atendimento educacional em nosso país (SILVEIRA, 2010).

Em se tratando de educação especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em seu art. 58, explana a necessidade

preferencial dos portadores de necessidades especiais para que se possa obter uma vaga nas redes de ensino regular, e a partir do momento em que se houver a necessidade de apoio para consentir as indigências destes alunos. de tal modo, caso não seja possível agregar o aluno em classe comum, é de suma importância que o mesmo possa ser encaminhado para outras instituições de ensino regular, ou classes especializadas, tendo em vista as qualidades particulares e características do aluno (SILVEIRA, 2010).

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é visto em seu art. 59, que, permanece determinado que o sistema de ensino garantirá currículos, técnicas e recursos levando em consideração as necessidades e a conjuntura dos alunos que apresentem necessidades especiais, rapidez para que se possa findar em menor tempo, o programa escolar para superdotados e professores com especialização apropriada na instituição de ensino, bem como ainda, as vagas no mercado de trabalho e ingresso de modo igual ao benfeitorias de programas sociais disponibilizadas no ensino regular (CURY, 2002).

Assim, este atendimento tem como finalidade a complementação no que se refere a formação do aluno através de serviços, acessibilidade e táticas nos quais possam acabar com os obstáculos e empecilhos, fazendo com que o aluno possa ter um desenvolvimento significativo em sua aprendizagem, bem como ainda uma maior participação na sociedade em que vive.

3 O MODELO EDUCACIONAL PARAGUAIO

O Sistema de Educação, efeito é que se iniciou no ano de 1994, com a implementação da reforma educativa, como prioridade é melhorar a qualidade e a relevância educação e igualdade de oportunidades para todos. A educação paraguaia é legal da Constituição e da Lei Geral de Educação (REAL, 2009).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) regula, organiza e administra o Sistema Educacional Nacional, em coordenação com os departamentos governamentais. Sistema educacional do Paraguai inclui a educação em regime geral, o sistema de ensino tem atenção especial e outras formas de educação também (REAL, 2009).

Na educação o sistema internacional que vão desde educação infantil ao ensino superior, o Ministério da Educação a igreja administram o ensino primário, secundário e superior não-universitário (professor de Educação), o setor oficial e controla as aditividades do setor

privado. Em vez disso, o nível superior universidade, tanto públicas como privadas, é autônomo e é dirigido por suas respectivas reitoria (LAMARRA, 2004).

O Sistema de Educação Formal e Não Formal será orientada no sentido de atingir os seguintes objetivos gerais. Eles foram originalmente desenvolvidos no âmbito do Conselho Consultivo para a Reforma Educacional e sujeito a consulta nacional durante 1992 e 1993. A Educação Paraguaia segundo Lamarra (2004, p. 21), tem como objetivos:

- a) despertar e desenvolver as habilidades dos alunos para atingir a sua plenitude;
- b) Formar uma consciência ética dos estudantes para que tenham seus direitos cívicos e das responsabilidades com dignidade e honestidade;
- c) Para desenvolver os valores que promovam a conservação, proteção e recuperação do meio ambiente e cultura;
- d) Estimular a compreensão do papel da família como unidade fundamental da sociedade, especialmente considerando seus valores, direitos e responsabilidades;
- e) Desenvolver nos alunos a capacidade de aprender e sua atitude de pesquisa e atualização;
- f) Para desenvolver o espírito crítico dos cidadãos, como membros de uma sociedade multicultural e pluriética;
- g) Desenvolver e promover uma democracia participativa, que consiste de solidariedade, respeito mútuo, diálogo, cooperação e assistência social;
- h) Desenvolver nos alunos a capacidade de captar e internalizar os valores humanos básicos e agir em conformidade com eles;
- i) Para criar o espaço adequado e centros do ativismo social, que é projetado como uma experiência de si em suas próprias comunidades;
- j) Proporcionar aos alunos uma formação técnica em resposta às necessidades do trabalho e da evolução das circunstâncias da região e do mundo;
- k) Promover uma atitude positiva dos estudan-

tes, tendo em conta o multilinguismo Paraguai e tendem para a afirmação e desenvolvimento das duas línguas nacionais;

l) Promover oportunidades para os alunos a aprender a conhecer, apreciar e respeitar seu próprio corpo, e mantê-lo saudável e harmoniosamente desenvolvida;

m) Orientar os alunos na utilização dos tempos livres e a sua capacidade de brincar e divertir;

n) Incentivar os alunos a desenvolver a criatividade e o pensamento crítico e reflexivo (CUNHA, 2002).

Embebido nos princípios e valores consagrados na Constituição, na Filosofia e nos Propósitos da Educação e do Paraguai, define as expectativas de Educação permanentemente no Paraguai que irá orientar o processo educativo em diferentes níveis e modalidades (CUNHA, 2002).

A estrutura atual do Sistema Educativo foi ajustada nos anos de 1970-1973, com a finalidade essencial de se adaptar às novas exigências do processo de inovação educacional dentro de uma visão global. O sistema de ensino oferece cursos articulada entre os níveis de ensino primário, secundário e ensino superior. A estrutura do sistema de ensino é resumida da seguinte forma:

Educação Pré-Escolar

Não é obrigatório, inclui: o jardim de infância, creche e educação pré-escolar para crianças até seis anos e visa promover o seu desenvolvimento. O programa de educação pré-escolar é implementada através da ação conjunta dos ministérios: Educação e Cultura, da Saúde Pública e Bem-Estar Social, bem como outras instituições e fundações privadas. Este serviço está mais difundido nas áreas urbanas (CUNHA, 2002).

Educação Básica

É obrigatória e gratuita. Ele tem seis graus e é ensinado para as crianças dos 7-14 anos de idade, esses graus são divididos em dois ciclos: Primeiro ciclo: (1, 2 e 3.), seu currículo está estruturado em três áreas: Comunicação Social e Vida, Natureza, Saúde e do Trabalho e da Matemática. Segundo Ciclo: (4, 5 e 6.), sobre o ciclo anterior aprofunda conhecimentos nestes domínios, com um ensino mais sistemático e de

aprendizagem. Um sistema mais regular, para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino primário e para responder à demanda, especialmente nas zonas rurais (CUNHA, 2002).

Aceleração Escolar e Multigrade (multiseriada)

Também é oferecida uma alternativa chamada de Aceleração Escolar, destinada para estudantes que com atraso escolar referente à sua idade. É organizado em três ciclos de estudos envolvendo seis graus, desenvolvido sucessivamente em cada ciclo, o programa de dois graus. Não esquecendo de mencionar o Multigrade ou (multiseriada), onde se reúne crianças de classes diferentes em uma sala de aula, com um professor, sua grade é livre, dando oportunidade às crianças para regularizar seus estudos, em casos excepcionais de doença, problemas familiares, viagens, mudança de endereço, entre outros (AROCENA, 2004).

Educação Especial

Programa começou em 1956, considerando que a educação dos indivíduos excepcionais necessita de assistência técnica e educativa em curso. Oferece oportunidades educacionais para crianças e jovens com deficiências sensoriais, retardo mental, deficiência física, problemas de comunicação e dificuldades de aprendizagem. Seu objetivo é ajudar os estudantes a desenvolverem seu potencial e habilitá-los para a vida ativa. Ofertado em escolas e classes especiais diferenciais incorporados em escolas normais (AROCENA, 2004).

Educação Indígena

O recurso da educação oferecida às populações indígenas, é que os programas estudo são flexíveis e em conformidade com os requisitos de cada viés sócio-cultural, alguns deles com textos didáticos escritos em sua própria língua (AROCENA, 2004).

Ensino Médio

Visa à formação integral da participação ativa do adolescente na vida cívica e econômica do país. É composta por duas fases distintas, o primeiro deles é o Ciclo básico: três anos de conhecimentos gerais e sucursais comuns oferecidos pelo sistema. Tendem a desenvolver o potencial físico e intelectual e cultivar valores morais em adolescentes tornar-se útil e eficaz da sociedade. A segunda fase é o Ensino Médio Diversificado: Esta etapa continua o treinamento, a introdução de componentes de formação, de modo que o aluno pode, no final desta fase,

efetuar no local de trabalho ou prosseguir o ensino superior. Trata-se de três anos e tem as seguintes alternativas: Bacharel em Humanística Científica; Bacharel em Negócios; Escola Técnica Industrial de ensino médio (AROCENA, 2004).

O Bacharelado Humanístico-científicos oferece aos alunos uma preparação geral no campo da cultura e da ciência, de modo a fazer uma escolha profissional consciente e responsável para a sua futura carreira superior. Bacharel em negócios permite aos alunos a funcionar como um assistente profissional no comércio, indústria e administração pública. Técnico Industrial Ensino Médio oferece técnica de nível médio que pode ser incorporada no mercado de trabalho, principalmente nas atividades industriais. Técnico Bacharelado, o sistema oferece várias oportunidades de nível pós-escolar, formação profissional, as especialidades básicas e técnicas variadas de ensino. É importante notar que o Ministério da Agricultura e Pecuária oferecida através de suas escolas agrícolas e formação de nível pós-primário práticas rurais, para construir a procura de trabalho no ambiente agrícola (AROCENA, 2004).

Para, além disso, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através ANTELCO - Administração Nacional de Telecomunicações oferece o Bacharelado em Eletrônica Técnico. Ensino Superior: Incluem universitários e não universitários (AROCENA, 2004).

Educação de Jovens E Adultos

O Departamento de Alfabetização e Educação de Adultos no Paraguai, iniciou a suas atividades em 1957, que fizeram planos de ação de educação em conexão com programas de Desenvolvimento Comunitário, foi dito que era da Educação Básica o papel na promoção da educação para as massas da população, abordar a educação de crianças, jovens e adultos (homens e mulheres), que por qualquer motivo não frequentam a escola primária, ou frequentaram a escola por pouco tempo. O programa teve a finalidade imediata da educação de adultos através da formação comitês de bairro, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida comunidade no que se refere: Proteção da saúde, Melhoria da família e da economia da comunidade, Recreação saudável, O ensino de competências básicas, A educação moral e cívica. Participaram na realização dos seus objetivos, os educadores agrônomos, profissionais da saúde, assistentes sociais, professores de Alfabetização, Recreação e Supervisão da Educação Fundamental (LOMBARDO, 2009).

As atividades deste Departamento têm sido levados desde a sua

criação para as crianças através de escolas, adolescentes e adultos de ambos os sexos através de clubes sociais, com vista a desenvolvimento econômico e social das comunidades (LOMBARDO, 2009).

3.1 REALIDADE EDUCACIONAL DO PARAGUAI: TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E EVASÃO

Segundo dados da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) na educação infantil estão matriculados/as 151.063 crianças, das quais 99% correspondem à modalidade de ensino composto pelas etapas: Pré-escolar em casa para 79%, jardim de infância e Creche de 18% para 3% das que se inscreveram para esta modalidade (LOMBARDO, 2009).

O nível nacional está matriculado na pré-escola 119.128 crianças, com Central e Alto Paraná os departamentos com o maior número de inscritos/ as, em vez do Alto Paraguai, Ñeembucú boqueirón estão mostrando menor número de alunos matriculados/as. As instituições oficiais de gestão são responsáveis por 78,5% (93.537) do registro Pré-escolar.

Comportamento semelhante ocorre em todos os setores, exceto Boqueron, onde o maior número de matriculados / as se encontram no setor privado subsidiado, 52,5% (62.585) do total de pré-inscrição é nas áreas urbanas, este comportamento indica uma diferença pouco significativa no número de matrículas por região.

Acesso ao pré-escolar, tanto em casa quanto em nível departamental, praticamente existe quase uma igualdade por gênero, com uma pequena maioria em favor dos homens. A taxa de escolarização bruta mostra a capacidade do sistema de ensino inscrever-se na população em idade escolar correspondente ao nível do país a taxa bruta de escolarização para a Pré-escola de educação é de 83% (REAL, 2009).

Nos departamentos de Amambay, Ñeembucú, Itapúa, Boqueron, Central e Paraguarí Canindeyú taxam de escolarização bruta é inferior à média nacional e apenas Alto Paraguai, Assunção, em mais de 100%, isto pode ser devido ao grande número de matriculados / as com idade inferior ou superior a idade oficial estabelecida (LAMARRA, 2004).

A taxa de escolarização líquida é o percentual da população em idades especificadas para cada nível e que está matriculados/as no nível correspondente para idades. Essa taxa mostra que 67% das crianças que se inscreveram para o pré-escolar é idade adequada para esta etapa da educação infantil, ou seja, são cinco anos. Na maioria dos departamen-

tos da taxa de escolarização líquida está acima da média nacional, sendo Boquerón, que tem a menor taxa de matrículas (30%) (LAMARRA, 2004).

O nível nacional, 1% dos alunos como o pré-escolar está acima da idade da fixado para o estágio, ou seja, eles têm 7 anos ou mais, um comportamento semelhante ocorre em quase todos os departamentos da região oriental. Na Região Oeste, Pres. Hayes (4,5%) e Boqueron (5,8%) são aqueles com taxas elevadas (LAMARRA, 2004).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, pode-se dizer que as inúmeras estruturas da educação aos quais são provenientes em diversos países, se assimilam em muitos pontos a partir do momento em que tange-se ao direito e obrigatoriedade.

Contudo, pode-se acrescentar ainda que, proporcionar educação é um dever de todo o estado no qual, por mais variante e dessemelhante acaba se assimilando em parâmetros de idade, modalidades de ensino na maioria das vezes havendo ensino básico, médio e superior.

Assim, o sucesso de cada estrutura e Ensino se caracteriza e distingue bastante, dependendo das condições financeiras, recursos didáticos apropriados e influências sociais e políticas de cada país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROCENA, Rodrigo. **Las reformas de la educación superior y los problemas del desarrollo en América Latina**. Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 915 – 936. Especial, out. 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. A **universidade entre o Estado e o setor privado**: problemas e desafios. In: TRINDADE, H.; BLANQUER, J. (orgs.). Os desafios da educação na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 61-93.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAMARRA, Norberto. Hacia la convergência de los sistemas de educación superior en América Latina. **Revista Ibero-Americana de Educación**, Madri, n. 35, mayo-ago. 2004.

LOMBARDO, Jorge. **La universidad está dormida, y la sociedad necesita que despierte**. Entrevista a Dr. Luís Alberto Riart, viceministro de Educación. Ultimahora.com. 15, marzo de 2009.

MARQUEZAN, Fernanda Figueira; MARTINS, Michele Wohlmann. **Princípios norteadores da educação infantil**: o que dizem os projetos político-pedagógicos. Educação em Debate, Fortaleza, ano 39, nº 73 - jan./jun. 2017.

REAL, Giselle. **Impactos da expansão da educação superior na mobilidade estudantil**: o eixo Brasil-Paraguai. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2009.

SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da Aprendizagem**. Fortaleza: RDS, 2010.

AMBIENTE, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

Teófilo Ferreira Terto Neto¹

Rogério Ferreira Terto²

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a importância da educação ambiental na sala de aula. A aplicação e inserção da Educação Ambiental é tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas atuais, devido a sua reconhecida importância para a sensibilização e coexistência harmoniosa do ser humano com o seu ambiente. Por isso, é fundamental a sua inserção nas escolas como parte do curricular e da dinâmica da comunidade escolar, a fim de conscientizar as crianças e jovens par atitudes mais conscientes com as questões socioambientais, estando mais conectados com a certeza de que o homem e o meio ambiente estão interligados. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. A orientação sobre Educação ambiental é fundamental na resolução dos problemas de impactos ambientais, pois através dos conhecimentos adquiridos o homem torna-se mais consciente. Existem recursos técnicos para melhorar o Meio Ambiente, inclusive a questão do lixo, pois se cada um fizer a sua parte o mundo pode ser melhor. É preciso despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma nova consciência e novas atitudes quanto a sobrevivência do Planeta Terra. E a Escola é um espaço fundamental para orientações com alunos e comunidade sobre as questões ambientais.

Palavras-chave: Ambiente. Educação. Sala de aula.

1. INTRODUÇÃO

A aplicação e inserção da Educação Ambiental é tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas atuais, devido a sua reconhecida importância para a sensibilização e coexistência harmoniosa do ser humano com o seu ambiente.

1 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

2 Mestrando em Ciência da Educação –FICS – Assunción-PY

Por isso, é fundamental a sua inserção nas escolas como parte do curricular e da dinâmica da comunidade escolar, a fim de conscientizar as crianças e jovens par atitudes mais conscientes com as questões socioambientais, estando mais conectados com a certeza de que o homem e o meio ambiente estão interligados.

Essa conscientização precisa ser partir da dimensão local para o global. Nesse contexto, é importante que o aluno compreenda e perceba as fragilidades ambientais locais, que interferem no equilíbrio ambiental da sua comunidade. Negar essa necessidade ou aplicar a Educação Ambiental fora desse contexto torna-a pouco eficaz para a construção do saber crítico e reflexivo do aluno, sobre o que está ao seu redor.

O desenvolvimento e a prática da Educação Ambiental no Brasil têm esbarrado em graves problemas socioeconômicos, acrescidos da falta de materiais educativos adequados sobre Educação Ambiental (DIAS, 2010). A ênfase em estudos que tratem dos processos pedagógicos como estratégia para a formação de atitudes coerentes com a sustentabilidade é urgente como parte de políticas públicas educacionais. Essas políticas públicas devem estar pautadas nos princípios inerentes à Educação Ambiental, uma vez que ela sensibiliza o ser humano para o despertar da consciência ecológica e, conseqüentemente, faz com que o ser humano busque essas soluções (TALAMONI; SAMPAIO, 2008).

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo discutir sobre a importância da educação ambiental na sala de aula.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: qual a importância da educação ambiental na sala de aula.?

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ELOS E CONEXÕES ENTRE O MEIO AMBIENTE E OS SERES

A formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica é condição relevante para a construção social de uma prática político-pedagógica portadora de nova sensibilidade e postura ética, sintonizada com a dimensão ambiental (CARVALHO, 2017). É inegável os elos e as conexões entre o meio ambiente e os seres humanos e a importância de se fortalecer e manter em equilíbrio essa interrelação.

Ainda que haja consenso sobre essa necessidade, o ser humano segue usufruindo inconsequentemente os recursos naturais. Por isso, é emergente a importância da consciência ecológica que priorize e busque solucionar os elos fracos dessa relação predatória do ser humano com o seu ambiente.

A Educação ainda é um dos meios mais eficazes para fazer com que essa ideia de conexão entre meio e pessoas se torne a mais estreita e possível. Ela deve ser uma espécie de interface capaz de transformações expressivas e ser significativa: se fazer sentir, fazer sentido, e sensibilizar. Embora ainda não se tenham todas as respostas para o melhor caminho dessa relação, a educação do ser para vivência ambientalmente mais harmoniosa é a base para esperança em nossa capacidade de evolução socialmente mantendo o respeito pelo se deve cuidar.

A globalização e a forte crise cultural, socioambiental, predominante no início do Terceiro Milênio intensificaram os já graves problemas socioambientais de âmbito planetário, como o efeito estufa, a redução da biodiversidade, fome e desordens sociais, mostrando que é necessária a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Na busca por melhores condições de vida, acúmulo de capital e ampliação do consumo das classes sociais mais favorecidas, o ser humano vem se tornando em um ser egóico e consumista insaciável. Por conseguinte, o meio ambiente tem passado por grandes transformações, as quais têm impactado a vida de milhões de pessoas do planeta (LOURENÇO, 2018).

Nesse contexto, a inserção de práticas de Educação Ambiental no cotidiano é fundamental nos processos de sensibilização e mobilização das pessoas para que desenvolvam ações em prol da sustentabilidade. Especialmente para que se incorpore valores, atitudes e habilidades, para assumirem suas responsabilidades. A Educação Ambiental pode resgatar o ser integral, que percebe a revelância em respeitar cada elo dessa rede de conexidades entre os seres e todos os elementos abióticos da biosfera. Assim, o processo de Educação Ambiental é sem fim, gradual e contínuo, se renovando a cada nova geração de cidadãos que se inserem na dinâmica social a que faz parte. Caso contrário, essa educação não terá êxito.

O mundo urge por uma utopia e esperança que instigue as pessoas a seguirem firmes no desafio de serem capazes de imaginar outros mundos – mundos em que as sociedades estejam completamente sensibilizadas para com a importância da natureza em suas vidas e se vejam como parte delas. Nosso sistema opressor, excludente e gerador de

misérias humanas e destruidor da natureza não pode mais prosperar em nossa sociedade da Era da Informação, da Era da Tecnologia. Sonhos de uma sociedade mais ambiental e socialmente justa, que reverencie seus ancestrais, que entenda que das raízes de seus povos tradicionais, de suas periferias e de seu povo, emergem esperanças, terrenos férteis para novas alianças entre o homem e a natureza (LOUREIRO, 2019).

Nesse diapasão, a abordagem Educação Ambiental pode acontecer de maneira formal ou não-formal. Na primeira, ela é entendida como aquela que se desenvolvem de forma estruturadas dentro do sistema formal de ensino através de inclusão de termos, conceito e noções sobre o ambiente nos planos curriculares. Sendo, que por formal, entende-se que é um processo institucionalizado que ocorre nas unidades de ensino, públicas e privadas, englobando: educação básica, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, também na educação superior, na educação especial, na educação profissional e na educação de jovens e adultos (LEAL; TABARELLI; SILVA, 2018).

A Educação Ambiental não Formal é desenvolvida de forma semi-estruturadas dentro e fora do sistema do ensino através da actividade como: Palestra, seminários, acção de capacitação e demonstrativas (criação de clubes nas escolas, jornada de limpeza, plantio de arvores actividades culturais e desportivas), e programa comunitário (criação de associações, núcleo e comités). Ainda entende-se por educação ambiental não-formal as acções e práticas educativas voltadas à sensibilização da colectividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Entende-se que se caracteriza por sua realização fora da escola, envolvendo flexibilidade de métodos e de conteúdos e um público alvo muito variável em suas características: faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento da problemática ambiental, entre outros aspectos; a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e actividades vinculadas à educação ambiental não-formal (LEAL; TABARELLI; SILVA, 2018).

No contexto da Educação Ambiental, tem-se descrito a Educação Ambiental Crítica que se constitui, campo em disputa onde se evidencia a diversidade de vertentes que a compõe, desde as mais conservadoras às mais críticas. Essa diversidade é possível devido às distintas concepções das categorias de Educação e Ambiente elaboradas por diversos

autores que se apoiam nas mais variadas matrizes político-filosóficas, assim como, as propostas de mudança na realidade social e ambiental. A Educação Ambiental Crítica é fundamental para a renovação de uma sociedade ainda carente de sensibilização para o pensamento de que ela e o meio ambiente são partes um do outro.

Nesse processo, a escola deve imergir na conscientização do seu público jovem, a fim de formar uma nova sociedade cidadã. Essa nova sociedade deve reivindicar seu direito ao meio ambiente saudável, exigindo a elaboração de Políticas Públicas para a sensibilização ambiental:

Loureiro (2020, p. 22) bem elucida que:

Concretamente, a Educação Ambiental Crítica se insere no mesmo “bloco” ou é vista como sinônimo de outras denominações que aparecem com freqüência em textos e discursos (transformadora, popular, emancipatória e dialógica), estando muito próxima também de certas abordagens da denominada ecopedagogia. A sua “marca” principal está em afirmar que, por ser uma prática social como tudo aquilo que se refere à criação humana na história, a Educação Ambiental necessita vincular os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza. Reconhece, portanto, que nos relacionamos na natureza por mediações que são sociais, ou seja, por meio de dimensões que criamos na própria dinâmica de nossa espécie e que nos formam ao longo da vida (cultura, educação, classe social, instituições, família, gênero, etnia, nacionalidade etc).

Isso significa dizer que essa perspectiva crítica da educação ambiental pressupõe a existência de leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade, mas relações em movimento no tempo-espaço e características peculiares a cada formação social que devem ser permanentemente questionadas e superadas para que se construa uma nova sociedade vista como “sustentável” (LOUREIRO, 2020).

Infelizmente, o viés crítico da educação ambiental ainda está muito arraigado à concepção naturalista e impregnado na formação

dos estudantes, fato que dificulta a compreensão do Meio Ambiente, de forma a considerá-lo em sua multidimensionalidade. Contudo, é possível a transição de uma concepção ambiental mais reducionista para outra mais abrangente, a depender de como a Educação Ambiental é inserida, especialmente no ensino de Ciências, revelando também certa aproximação entre as representações de Meio Ambiente dos estudantes com a realidade vivenciada por eles, à medida que ocorre uma gradativa inserção do ser humano e de suas construções nesse meio (SILVA; PRUDÊNCIO; CAIAFA, 2018).

3. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TRANSDISCIPLINARIEDADE

Segundo Silva e Pessoa (2011), é importante que se tenha empenho em romper o pensamento existente na comunidade docente sobre as possibilidades de trabalhar transdisciplinaridade com educação ambiental, ao mesmo tempo em que lemos diariamente notícias sobre problemas ambientais novos ou de fluxo contínuo bem como a destruição dos mais diversos ambientes naturais e integrar estes assuntos no ambiente escolar e acadêmico com função de conscientizar, alertar e formar cidadãos que consigam enxergar o cuidado do meio ambiente em todo o ambiente escolar.

De acordo com a Constituição Federal, no artigo 225, fica obrigatório ao Poder Público a promoção a educação ambiental em todos os níveis de ensino bem como a conscientização popular para que o meio ambiente seja constantemente mantido em preservação. A construção educacional é estritamente necessária e emergente na sociedade sabendo que os eventos ecológicos que agredem o meio ambiente está diretamente ligada as más condutas que os humanos têm ao serem impactados pela comunidade capitalista e consumista gerando assim inúmeros malefícios ao meio ambiente (TAVARES et al. 2018).

É necessário que sejam elaborados e praticados projetos educacionais que venham contribuir e ressignificar os espaços sociais comum habitados, fazendo com que os seres humanos principalmente os que estão em fase escolar ampliem um aprendizado e percepção ativa, crítica e reflexiva sobre a importância com a qual cada um tem em manter o meio ambiente preservado (AIRES; SUANNO, 2017).

No ponto de vista aqui apresentada, a pedagogia se vincula à pedagogia ambiental e à didática complexa e transdisciplinar. Utilizando de abordagens como por exemplo: sustentabilidade, formação ecológi-

ca e criatividade na educação (AIRES; SUANNO, 2017).

4. MODALIDADES E FORMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A educação ambiental pode ser entendida de três formas, no sentido estrutural da aprendizagem: Formal, Informal e Capacitação.

Formal: conteúdos programáticos inseridos nos currículos dos ensinos fundamental e médio, especial e de jovens e adultos no intuito de levar desde cedo às crianças, adolescentes e adultos o ideário básico da preocupação com o meio ambiente, suas primeiras noções sobre os acontecimentos que podem favorecer ou prejudicar o equilíbrio do mesmo. Trabalhos de pesquisa e divulgação de trabalhos e pesquisas no ensino superior (graduação e pós-graduação).

Informal: trabalhos realizados com a sociedade civil para criar ou aumentar a consciência ambiental de uma dada população (de um país, estado, município, bairro, escolas etc). São trabalhos de educação do dia a dia sem preocupação com a formalidade do ensino, e sim para a efetividade da aprendizagem, visto que são questões que serão (ou pretende-se ser) aplicados imediatamente no dia-a-dia das pessoas que estão inseridas nestas populações, como campanhas e programas de televisão ou revistas, out-doors, cartazes, ou trabalho de ecoturismo.

Capacitação: aprendizagem técnica de atividades e conteúdos que irão dar suporte para as pessoas responsáveis pela EA formal ou informal. Trabalho de formação de multiplicadores de informação que irão ser os futuros professores da educação formal ou instrutores da educação informal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Educação ambiental é um tema complexo e envolve problemas políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais entre todas as nações e, a resolução do problema não é tão simples. No Brasil as preocupações ecológicas estão aumentadas, mas ainda não há uma ação política efetivamente evidente em termos de atitude.

A orientação sobre Educação ambiental é fundamental na resolução dos problemas de impactos ambientais, pois através dos conhecimentos adquiridos o homem torna-se mais consciente. Existem recursos técnicos para melhorar o Meio Ambiente, inclusive a questão do lixo, pois se cada um fizer a sua parte o mundo pode ser melhor.

É preciso despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma nova consciência e novas atitudes quanto a sobrevivência do Planeta Terra. E a Escola é um espaço fundamental para orientações com alunos e comunidade sobre as questões ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2017.

LEAL, Inara R.; TABARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Caatinga**. Canadá: Kobo Editors, 2018.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

_____. Instituto Tear. **Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios**. Disponível em: <www.institutotear.org.br>. Acesso em: out/2020.

LOURENÇO, Joaquim Carlos. **Educação Ambiental na Prática**. São Paulo: KWL, E-pub, 2018.

SILVA, Rodrigo da Luz; PRUDÊNCIO, Christiana Andréa Vianna; CAIAFA, Alessandra Nasser. **Contribuições da educação ambiental crítica para o processo de ensino e aprendizagem em ciências visando à formação cidadã**. 2018. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/1099>>. Acesso em: 28 de out/2021.

TALAMONI, Jandira L. B.; SAMPAIO, Aloísio C. **Educação Ambiental**. São Paulo: Escrituras/Universo, 2008.

ESCRAVISMO, CAPITAL HUMANO E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA: CONSEQUÊNCIAS DO SISTEMA ESCRAVOCRATA SOBRE O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO BRASILEIRO

– Breves reflexões sobre as consequências do regime escravocrata do Brasil do século XIX na formação do trabalhador brasileiro contemporâneo –

Sonir José Boaskevis¹

Resumo:

O Brasil se caracteriza por ser um país de sociedade extremamente desigual. Um relatório divulgado pelo IPEA² em 2020 destaca que este problema tem voltado à tona desde a depressão de 2014/2015 e se acentuou desde então. As raízes deste problema podem ser identificadas desde o processo de colonização, ainda no século XVI, aprofundando-se entre o século XVIII e XIX. Nestes quatro séculos, o sistema escravocrata se fortaleceu, formando uma estrutura econômica que separou a sociedade brasileira em grupos distintos: os afortunados membros de uma minoria financeiramente abastada, com recursos para custear boa educação aos seus filhos dentro e fora do Brasil e, outro grupo, majoritário, mestiço, iletrado, alijado de direitos civis básicos e condenados a reproduzir um sistema econômico de subsistência. As consequências deste regime de *apartheid* econômico-social podem ser interpretadas através de diversas abordagens teóricas que chegam praticamente à mesma conclusão: o crescimento econômico do Brasil, ao longo dos últimos 130 anos, foi boicotado, em boa parte, a partir de dentro.

Palavras-chave: Economia do Desenvolvimento. Educação. Industrialização. Capital Humano. Cidadania.

Abstract:

Brazil is characterized by being a country with an extremely unequal society. A report released by IPEA³ in 2020 highlights that this problem

1 Graduação em Gestão Financeira pela Faculdade FAETOS – Franca – SP; aluno de pós-graduação lato sensu em Inteligência e Gestão Estratégica; Inteligência Competitiva, e; MBA em Gestão do Capital Intelectual e Retenção de Talentos pela Faculdade Iguazu – Capanema – PR – email: prof.boaskeviz@gmail.com

2 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Governo Federal do Brasil Acessível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf

3 IPEA – Institute of Applied Economic Research – Federal Government of

has resurfaced since the depression of 2014/2015 and has been accentuated since then. The roots of this problem can be identified from the colonization process, still in the sixteenth century, deepening between the eighteenth and nineteenth centuries. In these four centuries, the slave system was strengthened, forming an economic structure that separated Brazilian society into distinct groups: the fortunate members of a financially wealthy minority, with resources to pay for a good education for their children inside and outside Brazil, and the another group, the majority, mestizo, illiterate, deprived of basic civil rights and condemned to reproduce an economic system of subsistence. The consequences of this regime of economic and social apartheid can be interpreted through various theoretical approaches that reach practically the same conclusion: Brazil's economic growth, over the last 130 years, has been boycotted, to a large extent, from within.

Keywords: Development Economics, Education, Industrialization, Human Capital, Citizenship.

1. INTRODUÇÃO

Muito já se tem falado sobre os problemas envolvendo a tríade *educação-cidadania-mercado* de trabalho no Brasil. Diversos artigos tratam sobre o tema, ora dando mais atenção ao um dos pontos em particular, ora buscando abordar todos ao mesmo tempo; alguns com grande profundidade analítica das consequências empíricas, outros com viés mais teórico; uns enfáticos e idealistas, contrastando com aqueles que procuram entender o contexto e apresentar soluções pragmáticas a longo prazo.

Porém, apesar de muitos discursos, papéis e tinta gastos para descrever, criticar e analisar a situação envolvendo a educação, a cidadania e a qualificação do trabalhador brasileiro, os avanços acerca deste problema teimam em rodar ao redor de si ou, quando muito, avançar pouco. O comportamento aparente tem indicado, ao longo das últimas cinco décadas, que o discurso tem servido mais como elemento de promoção para alguns grupos específicos, escondidos atrás de partidos políticos e sindicatos, mas sem realizar qualquer solução concreta para as questões mais pertinentes envolvendo o problema.

Brazil Accessible on: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10263/1/td_2593.pdf

O presente trabalho buscará discutir a questão da educação brasileira e da qualificação da mão-de-obra dos trabalhadores sob um prisma que tratará o problema usando uma abordagem sócio-histórica voltada a apontar algumas das raízes da questão: *por que o trabalhador brasileiro é tão mal qualificado em comparação aos seus similares dos países de economia mais avançada e quais as consequências disso para a economia nacional?*

Para tanto, serão usados como referenciais alguns dos principais nomes da teoria econômica como o clássico David Ricardo, a Teoria da Dependência do Dr. Fernando Henrique Cardoso e a Teoria do Capital Humano do Dr. Theodore Schultz, Prêmio Nobel de Economia. Suas contribuições são centrais para observar os motivos que levam o Brasil a se tornar um País de economia periférica, que aproveita mal seus potenciais e que apresenta características de economia escravocrata em pleno Século XXI.

Além dos referenciais teóricos nucleares, outros pesquisadores serão citados visando dar robustez metodológica ao trabalho, dialogando com pontos de vista e confrontando estas percepções à tábula dos números disponíveis. Neste sentido, a bibliografia básica do texto tenderá a servir, inclusive, como uma sugestão àqueles que, eventualmente, tenham interesse em se aproximar mais das questões levantadas neste curto texto introdutório.

2. Novas nações, velhos problemas: elite simbólica, poder, indústria e economia num País em formação

Com a ascensão de Napoleão Bonaparte ao trono da França em 1804 e sua conseqüente tentativa de fazer um embargo continental à Inglaterra, controlando as Coroas do restante da Europa pela força das armas, as terras ibéricas da América ficaram sem um poder central, fazendo eclodir uma cadeia de movimentos revolucionários regionais que redundaram na independência de diversos países latino-americanos. A única exceção a esta regra foi o Brasil. Por causa disso, o próprio imperador francês escreveu em suas memórias: *“Dom João foi o único que conseguiu me enganar”*⁴.

4 “A ideia de transferir a sede da corte para a mais rica e vasta colônia do império português não era nova. Ela teve início no século 17 com o padre Antônio Vieira, mas se concretizou com a ameaça napoleônica. A estratégia, detalha Lucia Bastos, “visava garantir a manutenção da dinastia de Bragança e impedir que ela caísse nas mãos dos franceses”, como aconteceu com os Bourbons na Espanha”. (Rádio RFI, publicado em 29. Mar.2021).

No Novo Mundo, planejava Dom João, a Coroa aguardaria a queda do regime napoleônico e poderia regressar à Europa com sua dinastia e seus domínios intactos.

A partir deste instante, há que se fazer um recorte temporal para ressaltar a importância que teve a chegada da Família Real ao Brasil, tanto para o campo educacional quanto para o setor industrial. De fato, é fácil a constatação de que as consequências da mudança da Corte para a América inauguram um novo período de projetos, políticas e ações que abriram espaço para caminhos diversos nestes setores e que serviram de base para a política educacional brasileira até o golpe da república, em 15 de novembro de 1889.

Documentos da época, hoje guardados parte no Brasil e a maior parte em Portugal, indicam que Dom João tinha em mente transformar as posses lusitanas na América em algo que figurasse semelhante àquilo que era Portugal em seu tempo, mostrando que, sob sua Coroa, a proposta projetada desde o início era de elevar as terras brasileiras à condição de Estado Nacional. Além disso, é nesta época que a educação brasileira passa a ganhar real atenção do *Estado*⁵.

Logo em sua chegada ao Brasil, Dom João decreta a abertura do curso de Medicina e Cirurgia, ligado ao Hospital Militar de Salvador, e passa a editar outras medidas que ampliariam imediatamente a *rede de ensino*⁶. A educação para ofícios e artes também recebeu algum incentivo neste período, com a criação dos cursos de Agricultura, De-

5 “Tratava-se de cursos que preparavam os funcionários públicos com as Academias Militar e de Marinha e cursos de Medicina, Cirurgia, Matemática, Agricultura e outros. Observa Cunha (1986, p. 76) que o núcleo do ensino superior nasceu com D. João VI e edificou-se tal como se tem até os nossos dias: “O ensino superior atual nasceu, assim, junto com o Estado Nacional, gerado por ele e para cumprir, predominantemente, as funções próprias deste”. Em Portugal, até a época de Pombal, e no Brasil, até a vinda da corte, o ensino era público e religioso (CUNHA, 1986, p. 79). Foi com D. João VI que passamos à secularização do ensino público.” (BOAVENTURA, p. 129 e 130).

6 Conforme os apontamentos de Edivaldo Boaventura (2009), “Tão logo chegou ao Brasil, na sua passagem pela Bahia, o Príncipe Regente abriu os portos às nações amigas e criou o curso de Medicina e Cirurgia junto ao Hospital Militar. A ação realizada atingiu os setores da economia, da política, da agricultura, com destaque para o ensino. Cursos que até então não existiam foram criados em área diversas. Com o curso médico, iniciou-se um período novo para o ensino superior público, pois até então só havia o ensino superior religioso. A propósito, Luiz Antônio Cunha (1986, p. 67), ao analisar o ensino superior no Império (1822 a 1889), observou que, em 1808, emergia o Estado Nacional e houve necessidade de imprimir mudanças no ensino superior que vinha do período colonial. Criaram-se “cursos e academias destinados a formar burocratas para o Estado e especialistas na produção de bens simbólicos, como subproduto, formar profissionais liberais.” (BOAVENTURA, p. 129)

senho, *Farmácia*⁷ e Química na Bahia (Salvador) e, no Rio de Janeiro, os programas de Botânica, Matemática e Música, além da instituição da Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Além destas, como lembra Fernando de Azevedo (1964), Dom João apressou-se em criar cursos de *engenharia militar e civil*⁸.

Além destas ações, Dom João também determinou que fosse elaborado o Projeto Sobre o Estabelecimento e Organização à Instrução Pública no Brasil que propunha realizar “uma ampla reorganização do ensino em quatro graus para a população, independentemente da condição de gênero, para que todos adquirissem os conhecimentos necessários ao desempenho de seus deveres e ao exercício de seus direitos” (VEIGA, p. 142, 1999). Mesmo que esta ideia jamais tenha sido plenamente *posta em prática*⁹, a partir daí, tornava-se evidente a ruptura do modelo proposto por Dom João com o sistema implantado pelo Marquês de Pombal.

Paralelamente a esta política, foram implementadas outras ao longo dos anos que se seguiram, sendo possível enumerar algumas delas, transformadas em Lei após o processo de independência do Brasil, ocorrido em 1822. Isso implica dizer, com algum grau de certeza, que tais propostas eram tão ousadas e de visão tão longeva que mesmo após o processo de Independência, Portugal ainda continuava a ser um referencial de primeira ordem para políticas públicas de *educação para os brasileiros*.¹⁰

7 O curso de Farmácia foi incorporado ao de Medicina em 1815, em Salvador. (BOAVENTURA, p. 133).

8 “Era preciso, antes de mais nada, prover à defesa militar da Colônia e formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares: duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental, criando-se em 1808 a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, com oito anos de cursos.” (AZEVEDO, p.562, 2004).

9 Para que a educação no Brasil se tornasse menos dispendiosa para o Estado, a Coroa optou por adotar o modelo de ensino mútuo, chamado de “método Lancaster” em Portugal. Este método consistia em compartilhar as responsabilidades de ensino entre o professor e seus monitores. Na prática, um só professor se tornava responsável por administrar as aulas de uma quantidade enorme de turmas, às vezes com centenas de alunos, simultaneamente. (Nota do Autor).

10 Pode-se reforçar esta afirmação evidenciando que, até 1836, a Coroa portuguesa já havia posto em prática diversas medidas visando ampliar o acesso de seus súditos à educação. Estas medidas serviram, também, como parâmetro para reformas no Brasil.

Vejamos algumas delas: uma política de ampliação do número de escolas de alfabetização para ambos os sexos (1822), a gratuidade do ensino (1826), a obrigatoriedade dos pais enviarem seus filhos maiores de 7 anos à escola (1835) e a criação de escolas normais e liceus públicos, tendo como meta formar futuros professores, quadros administrativos

Ainda durante o processo constitucional de 1823, Dom Pedro I, já coroado Imperador do Brasil, faz alusão às medidas adotadas por seu pai em Portugal e destaca seu empenho pessoal em realizar novas reformas para a educação brasileira: “*tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível. Porém, necessita-se de uma legislação especial*” (CHIZZOTTI, p. 31, 2001).

Com efeito, o reinado de Dom Pedro I foi marcado pela promulgação de diversas medidas relativas ao tema, como, na própria Constituição do Império, que determinava que “*a instrução primária deve ser gratuita a todos os cidadãos*” como direito civil e político *universal*¹¹. Apesar disso, é possível se afirmar que um dos entraves à ampliação do sistema educacional pretendido por Dom João e, posteriormente, pelo Imperador Dom Pedro I, residia na persistente vigência do sistema escravocrata no Brasil.

Segundo apontamentos feitos pelo Doutor Wilson Cano (2007), mesmo quando a Coroa brasileira começou a aumentar a pressão para restringir ao *tráfico negreiro*¹² da África, imediatamente após o processo de Independência, forçando os proprietários das grandes fazendas a investir em máquinas que reduzissem o uso do trabalho escravizado, não houve qualquer busca por qualificação técnica do *negro cativo*¹³:

para o serviço público e preparar estudantes para o ingresso em cursos superiores. (Nota do Autor).

11 Este princípio está exposto no Título 8º, Artigo 179, inciso XXXII da Constituição do Império de 1824. (Nota do Autor).

12 A questão do tráfico negreiro era debatida mesmo antes da vinda de Dom João e da Família Real para o Brasil. Segundo Peixoto Parron (2009), a relação econômica e política que os traficantes de escravos da África para terras brasileiras mantinham com a Coroa era de tal forma complexa que foram mantidas pressões para que o sistema de contrabando negreiro fosse mantido pelo maior tempo possível, gerando lucros para estes mercadores: “... em abril de 1823, José Bonifácio disse ao agente consular britânico radicado no Rio de Janeiro, Henry Chamberlain, que apenas a suspensão do comércio negreiro era factível no Brasil, mas não a abolição da escravidão. Conforme o letrado, se o Gabinete Imperial podia fazer frente às eventuais representações de alguns negociantes, por mais capitalizados que fossem, jamais conteriam a ira de quase todos os habitantes do País contra a emancipação dos escravos” (PARRON, pp. 46 e 47).

13 “A alta dos preços dos escravos, que vinha ocorrendo desde o início da década de 1830, acelera seu nível após 1850 (...) Esse aumento anormal de preços fez com que houvesse uma transferência de escravos antes alocados nos serviços urbanos, para a atividade do café. (...)

[A partir de 1870], o uso do arado já se torna maior e, graças à melhor topografia, parte desta lavoura pode introduzir a máquina carpeideira, que utilizando um homem e um animal, substituía, com vantagem, o trabalho de seis escravos (...) a introdução de novos equipamentos permitia uma considerável melhoria da qualidade e da apresentação do café, que resultava em melhorias equivalentes a 33% do preço recebido [no mercado externo]”. (CANO, p. 39).

Os argumentos de que o negro era “*naturalmente*” preparado para o trabalho duro das lavouras e jazidas de ouro, além de apresentar “*pouca capacidade intelectual*”, explica Cano, se tornaram uma espécie de mantra repetido exaustivamente pelos fazendeiros de café no Brasil, que passam a adotar uma tendência em crer que o simples fato de investirem em novas tecnologias bastaria para aumentar a produtividade e a lucratividade de suas lavouras e empreendimentos, sem a necessidade de aplicar recursos voltados à qualificação e treinamento para novas habilidades de seus trabalhadores, fossem eles escravizados ou livres. A educação, portanto, poderia continuar a ser um bem destinado a letrados burocratas, bacharéis e filósofos.

Corroborando os apontamentos de Cano, Boris Fausto destaca a realidade vivida pelo Brasil do último quartil do século XIX seguida da seguinte maneira:

Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetismo atingia 99.9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos somente as mulheres (...) apurou-se ainda que somente 16,85% da população entre seis e quinze anos frequentava escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no País. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar. (FAUSTO, p. 237, 1999).

Fica evidente, portanto, que persistia o fato de que “os filhos dos pobres negros não tinham a opção de educação, para eles o dever era se transformar em cidadãos úteis e produtivos nas lavouras, enquanto os filhos de elites eram ensinados por professores particulares”, como indica Viveiros (2006). No caso específico do Brasil, a má qualificação dos trabalhadores, inclusive da mão de obra do setor industrial ao longo de todo o século XX, recebe herança direta deste período e, mais precisamente ainda, do *sistema escravocrata*¹⁴, força motriz da economia

14 Não eram poucos os defensores do sistema escravocrata no Brasil e, sem sombra de dúvida, houve forte participação deste grupo social no patrocínio à publicidade e à trama que acabou por redundar no golpe de Estado de 1889 que pôs fim ao Império do Brasil..

nacional da época.

Em suma, é possível se afirmar que, embora o período de 1808 a 1889 tenha buscado reverter a crise educacional fundada pelas Reformas Pombalinas no século anterior, indicado maior interesse da Coroa em promover o acesso à educação elementar e fundar diversos centros de Ensino Superior, além de estabelecer determinações constitucionais de incentivo à ampliação da rede de educação básica nas Províncias, o Brasil ainda se manteve muito aquém de suas reais necessidades de qualificação técnica e científica de sua população.

3. Educação, sociedade e qualificação para o trabalho no Brasil do século XIX: uma questão que precisa ser olhada de frente

Longe de serem questões isoladas, tais problemas no desenvolvimento da educação brasileira durante o século XIX formaram um amálgama que gerou vícios. Estes vícios, por sua vez, produziram uma estrutura de *apartheid* econômico-social não formalizado que se retroalimenta, geração após geração, e que marca a realidade do país até os nossos dias.

É possível, por exemplo, se fazer a afirmação de que a economia baseada na escravidão produziu discursos de *autovalidação simbólica*¹⁵ – firmados em *pressupostos eugenistas*¹⁶ – que serviram para justificar

15 Neste sentido, recorre-se à descrição de interpretação dos espaços e das representações sociais dadas por Bourdieu: “Assim, as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu habitus como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição do mundo social. O habitus é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído. Em conseqüência, o habitus produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas enquanto tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social. Assim, o habitus implica não apenas um *sense one's place*, mas também um *sense of other's place*” (BOURDIEU, p. 158, 1986).

16 Valendo-se de argumentos racialistas e eugênicos seguia Oliveira Viana. Sociólogo e advogado, Viana procurava mostrar em seus textos que o Brasil deveria encontrar sua própria cultura e política, sem copiar nenhum modelo europeu e que, paralelamente a este movimento, o País precisava rejeitar qualquer forma de mestiçagem entre brancos e negros, sob pena de, segundo ele, perder as qualidades intelectuais dos primeiros e a força física bruta dos segundos:

“O latifúndio cafeeiro, como o latifúndio açucareiro, tem uma organização complexa e exige capitais enormes: pede também uma administração hábil, prudente e enérgica. É, como o engenho de açúcar, um rigoroso selecionador de capacidades. Só prosperam, com efeito, na cultura dos cafezais, as naturezas solidamente dotadas de aptidões organiza-

outras práticas que separaram os negros do restante da sociedade ao longo de décadas, gerando uma enorme muralha a dividir a massa de trabalhadores braçais analfabetos de um grupo minoritário, alfabetizado e apto a receber os maiores salários.

Outro ponto que pode ser destacado é o de que os grupos econômicos hegemônicos, notadamente aqueles ligados à agroexportação da época, sempre entenderam que a produtividade aumentaria segundo o grau de investimentos feitos em novas tecnologias, deixando de lado a qualificação do trabalhador, como se habilidades laborais pudessem ser conquistadas apenas de maneira empírica ou, de maneira mais jocosa, como se fosse possível a máquina ensinar ao trabalhador como operá-la a ponto de extrair dela suas melhores potencialidades e resultados.

O terceiro aspecto relevante nesta análise diz respeito à leitura deficiente e enviesada feita das teorias de David Ricardo, aplicadas à economia brasileira do século XIX. Para os defensores daquilo que se providenciou chamar de “*liberalismo econômico*” da época, bastaria que o Brasil mantivesse o foco e ampliasse seus investimentos na agroexportação para se tornar parte integrante e competitiva da economia internacional. Partindo desta premissa, afirmavam eles, a conclusão natural seria a de que desviar recursos para outras áreas – como oferecer linhas de financiamento ou incentivos fiscais para indústrias nascentes, por exemplo – não apenas seria oneroso como inoportuno.

Na prática, a união destes três pontos (eugenia simbólica; visão limitada sobre o uso de novas tecnologias, e; interpretação teórica parcial e deficiente da Economia Política) serviram para mobilizar um modelo de desenvolvimento econômico e social que descolou o Brasil de toda a esteira de avanços sobre a qual seguiram as economias centrais do mundo entre o final do século XIX e todo o século XX. Em síntese, é possível afirmar que o acesso à educação deste período ficou marcado por uma divisão de castas, onde:

- (1) no primeiro estamento havia educação teórica e formal, destinada a dar ilustração e conhecimento a um segmento composto por burocratas inseridos no corpus estatal e aos grupos

doras, afeitas à direção de grandes massas operárias e à concepção de grandes planos de conjunto. [Algo próprio de homens brancos]. O tipo social dela emergente é, por isso, um tipo social superior, tanto no ponto de vista das suas aptidões para a vida privada, como no ponto de vista das suas aptidões para a vida pública. Daí formar-se, nas regiões onde essa cultura se faz, a base fundamental da atividade econômica, uma elite de homens magnificamente providos de talentos políticos e capacidades administrativas.” (VIANA, 1933, p. 104).

agroexportadores ligados à estrutura econômica da Europa;

(2) em um setor intermediário os membros de uma economia composta por produtores rurais, servidores públicos de alto escalão, profissionais liberais bem sucedidos ou comerciantes de médio porte que podiam custear a educação de seus filhos nas principais capitais da época, e;

(3) no estamento mais baixo o restante da sociedade, que abrigava desde os pequenos mercadores e comerciantes locais até os negros escravizados.

De acordo com esta divisão, aos primeiros cabia o poder simbólico praticamente absoluto, conferido pelos diplomas universitários conquistados em sua larga maioria fora do Brasil; aos segundos um poder intermediário e geograficamente definido, mas ainda assim com algum conforto material, e; por fim, com alguma sorte, aos menos afortunados restava o conhecimento de operações matemáticas simples e o rigor do trabalho braçal.

4. Cardoso, Faletto e Schultz: Teoria da Dependência e Capital Humano para explicar a sociedade brasileira contemporânea

Partindo de uma abordagem inovadora, ora chamada de marxista ora de weberiana, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto discutirão, através da *Teoria da Dependência*¹⁷, as contradições e os conflitos inerentes à divisão do trabalho social em *escala internacional*¹⁸.

17 De acordo com a explicação de Martins, a Teoria da Dependência adotou a visão de que “os problemas que levavam a América Latina e a periferia ao atraso derivavam de heranças históricas, como a colonização, e decisões internas equivocadas que beneficiavam grupos parasitários em detrimento da nação (...) O enfoque da dependência colocou a questão sob outro prisma. Ele assinalava que o desenvolvimento do capitalismo havia estabelecido uma divisão internacional do trabalho hierarquizada constituída por classes e grupos sociais que se articulavam em seu interior (...) os países dependentes eram sujeitos aos monopólios tecnológicos que articulavam essa circulação e tendiam a ajustar seu aparato produtivo, comercial e financeiro a ela. As decisões estavam condicionadas pela economia mundial capitalista e as classes dominantes dos países dependentes respondiam positivamente a esses condicionamentos.” (Cf. MARTINS, pp. 17;18, 2004).

18 “... demos um papel mais relevante às opções ideológicas e às alternativas ao movimento da história abria em cada situação específica. Ao mesmo tempo, insistimos nas variações do modo de relacionamento das economias dos países periféricos com as

Partindo desta premissa, estes teóricos apresentavam uma tentativa de mostrar que o debate acerca da dicotomia “*países pobres X nações ricas*” continha imperfeições que negligenciavam uma outra forma de dominação geoeconômica, mais sutil, que sobrevivia a partir da associação de grupos econômicos instalados nos países de economia periférica com os maiores financiadores (bancos, rentistas particulares ou governos) ao redor do mundo, gerando por um lado, uma dependência dos primeiros em relação aos segundos, mas por outro uma associação pelo custeio do próprio progresso através da exploração absoluta do restante dos grupos sociais mais pobres.

Paralelamente à Teoria do Desenvolvimento de Prebisch e às Teorias da Dependência, ganhava atenção uma abordagem que não tinha em conta apenas as formas tradicionais de mensuração de produção e circulação do capital, mas reconhecia no volume de conhecimento técnico e científico incorporado à produção de bens e à prestação de serviços um ponto crucial de todo este processo.

A partir de observações empíricas, a *Teoria do Capital Humano*¹⁹ de Theodore Schultz, e outros pesquisadores posteriores, se defendia o conceito de que, assim como o trabalho, a terra e o capital financeiro, o capital humano também deveria ser entendido como *fator de produção em uma economia*.²⁰

economias desenvolvidas. Mostramos que estes distintos modos criavam teias de relações políticas e de interesse que, unindo setores dos dois tipos de economias – as desenvolvidas e as subdesenvolvidas – moldavam formas distintas de desenvolvimento político em cada país da região (...) Quebramos o simplismo de considerar todas as situações de dependência iguais e submetidas mecanicamente à ‘lógica do capital’ e porque ao descrever o que chamamos de ‘a nova dependência’ fez uma das primeiras caracterizações do que se designa hoje como ‘globalização’” (CARDOSO; FALETTTO, pp. 08;10, 2010).

19 “A importância do capital humano nas modernas abordagens sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico se verifica, por outro lado, na sua própria inclusão como um fator de produção. Essa aceção, entretanto, não implica sua incorporação imediata às costumeiras categorias de fatores de produção - capital, terra, trabalho e, recentemente, gestão empresarial e tecnologia. Isso porque, de acordo com o enquadramento e as definições de cada um desses fatores, a significação de capital humano não se restringe apenas a uma categoria: poderia ser capital, poderia ser trabalho ou, ainda, seguindo a concepção schultzeriana da abordagem do capital, deveria estar incluída em todos os fatores de produção.” (Cf. MORETTO, p. 71, 1997).

20 Ao comentar a abordagem de Schultz, Moretto destacará que “No final da década de 1940, T. W. Schultz (1973) iniciou uma investigação para verificar o papel das capacidades adquiridas pelos ganhos de produtividade não explicados. Para o autor, ficava cada vez mais evidente que os progressos científicos até então registrados não eram suficientes para explicar certos ganhos de produtividade. Por esse motivo, o conceito de capital, segundo ele, deveria ser ampliado já que o conceito tradicional¹⁰ mostrava-se inadequado para absorver a heterogeneidade envolvida no termo.

A justificativa principal do trabalho de Schultz, no decorrer do processo de consoli-

Schultz trará para o centro das discussões sobre desenvolvimento econômico o argumento de que o *conhecimento inerente aos trabalhadores*²¹ também deve ser encarado como elemento capaz de interferir diretamente no volume e na qualidade da produção, circulação e consumo de bens. Assim, destaca ele, *o capital humano deve ser encarado como uma espécie de investimento*²² tão relevante para a contabilidade geral sobre a geração de riquezas na *economia*²³ quanto é a aquisição de terras ou a implementação de novas tecnologias ao maquinário de uma indústria.

Vale ressaltar, todavia, que nenhuma destas teorias sequer haviam sido escritas no período que compreende as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. Elas servem, no entanto, para que haja melhor compreensão daquilo que vivia o Brasil tanto no setor econômico quanto no campo da educação:

(1) Os postulados econômicos giravam, majoritariamente, ao redor da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, sem levar em conta todo o seu arcabouço analítico e desdobramentos práticos;

(2) Assim sendo, o Brasil se inseria na economia mundial apostando na tese de “vocaçã

ção da teoria do capital humano, foi de que era necessária a utilização de uma nova abordagem na teoria econômica. Segundo o autor, ‘a classificação tripartida dos fatores de produção - terra, trabalho e capital - que adveio da economia clássica ainda prevalece a despeito de suas limitações ao analisar o crescimento econômico moderno’ (Schultz, T. W., 1973, p.13). Essa classificação seria ineficiente, pois, no seu entender, cada um desses fatores pode ser tomado como uma forma de capital (a heterogeneidade), o que tornaria inconsistente a suposição da análise clássica da homogeneidade do capital.” (Cf. MORETTO, pp. 72/73, 1997).

21 Dornbusch e Fischer, por exemplo, buscarão demonstrar a validade da Teoria do Capital Humano afirmando que: “... o trabalhador médio em países industrializados é muito mais produtivo do que o trabalhador médio em países em desenvolvimento. Em parte, isto se explica porque este trabalha com mais capital fixo. Mas também se explica pelo fato dele estar mais longe da educação e do treinamento. (...) O crescimento está limitado ao tempo em que os fatores de produção levam para se acumularem; a educação é fator de crescimento mais lento, mas também é o mais poderoso.” (BACHA, 1992, p. 282).

22 Citando Romer, Souza corroborará este entendimento ao afirmar que “(...) o ‘conhecimento’ aparece como um fator de produção, como o capital e o trabalho. E as sociedades precisam investir na obtenção de novos conhecimentos, como investem em capital fixo e na educação dos trabalhadores.” (ROMER op. cit. SOUZA, 1996, p. 297)..

23 “...a computação de todos os investimentos adicionais fornece uma explicação completa e consistente das alterações marginais no acervo de capital, das alterações marginais no acervo dos serviços produtivos advindos do capital e das alterações marginais observadas na renda e, em consequência, do crescimento.” (SCHULTZ, p.14, 1973)..

tural para a lavoura”, sem avaliar que o aprimoramento tecnológico dos parques industriais instalados nos países europeus tornava o tecido econômico internacional mais complexo, enquanto a produção nacional permanecia presa à produção e exportação de bens primários;

(3) Embora este modelo econômico fosse ainda vantajoso para os grupos agroexportadores e trouxesse dividendos tarifários para o Estado, a sociedade em geral pouco usufruía de qualquer benefício, ficando presa a uma estrutura de capital engessada que concentrava riquezas e não gerava bem-estar social, e;

(4) Por causa da baixa demanda por tecnologia, a economia brasileira tampouco precisava de uma massa de trabalhadores com alto lastro de conhecimento técnico. Os argumentos favoráveis a este entendimento defendiam o ponto de vista de que, para colher café, cortar cana-de-açúcar ou tanger gado um homem não precisava dominar leitura, escrita ou qualquer cálculo básico, bastava ter disposição física. A ampliação da oferta de educação formal e qualificação técnica para a população poderia continuar a ser, portanto, um *assunto secundário*.²⁴

Tomando por outro prisma, este conjunto de fatores demonstra que, mesmo o parque industrial brasileiro tendo apresentado crescimento nominal de 428,6% entre 1890 e 1910, dando um salto de 636 para 3362 unidades em funcionamento, o setor continuava a ser satélite ao complexo cafeeiro concentrado em São Paulo. Um dos exemplos de

24 Os índices de analfabetismo no Brasil sempre foram extremamente altos, se comparados com os países industrializados, como apontam os dados do IBGE segundo os levantamentos demográficos de 1900 a 1980, indicando que, mesmo com o processo de industrialização pelo qual o país passou a partir dos anos de 1930, as ações para escolarizar a população surtiram efeitos concretos apenas parcialmente.

No Mapa do Analfabetismo no Brasil, divulgado em 2003, o quadro geral aponta para uma lenta redução na proporção de analfabetos totais sobre a população em geral:

1900 – taxa de analfabetismo de 65,3%

1920 – taxa de analfabetismo de 65%

1940 – taxa de analfabetismo de 56,1%

1950 – taxa de analfabetismo de 50,6%

1960 – taxa de analfabetismo de 39,7%

1970 – taxa de analfabetismo de 33,7%

1980 – taxa de analfabetismo de 25,9% (Fonte: Ministério da Educação – INEP, p. 06).

indústria e infraestrutura dependentes do setor cafeeiro é apresentada por Cano²⁵.

5. CONCLUSÕES

Embora o conceito de “*doença holandesa*” só fosse efetivamente inaugurado no arcabouço teórico da Economia em 1982, a partir do modelo de Corden e Neary, é possível encontrar seus sintomas no Brasil ao longo de todo o período que vai do *início do século XVI até 1929*²⁶. De fato, no transcorrer destes 430 anos, a superabundância de produtos primários exportáveis, atrelada ao uso de mão de obra escravizada, inseriu o Brasil no mercado internacional de trocas de maneira precária e marginal, sem a capacidade de produzir infraestrutura econômica básica para a complexificação da teia de trocas domésticas e aumento do dinamismo ou ampliação de itens em sua pauta de comércio exterior.

É viável a conclusão, portanto, que tal situação somente se perpetuou por tanto tempo porque, à medida que um ciclo econômico entrava em colapso, outro ciclo, igualmente lucrativo, o substituiu em seguida, sustentando a crença de que a “*vocação econômica do Brasil*” estava inexoravelmente ligada à exploração e exportação de bens primários, suprimindo o restante do mundo com suas riquezas naturais pretensamente infinitas.

Tomando por empréstimo a teoria da dependência de Cardoso e Faletto, também é possível afirmar com um certo grau de segurança que a inserção do Brasil na economia mundial decorreu de um processo de escolhas feitas por grupos economicamente hegemônicos que

25 “... a evolução quantitativa e qualitativa da produção e do uso dessas máquinas se torna bastante evidente a partir do início da década de 1880, que é o período em que a questão do trabalho escravo mais se agrava, que se acelera a transição para o trabalho livre. Por exemplo, em 1885, é muito grande o número de patentes concedidas pelo governo a várias invenções e aperfeiçoamentos de máquinas e implementos para a agricultura e para o beneficiamento de café. Muitas dessas patentes efetivamente resultaram em produção de novos equipamentos (...) ... as ferrovias paulistas se constituíram numa das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro. Num primeiro plano cabe destacar sua atuação desbravadora da fronteira agrícola (...) além disso, ela exerceu um fundamental papel, ao rebaixar os custos da produção cafeeira, diminuindo os gastos com transporte, anteriormente feitos por tropas muars. (...) Máquinas de beneficiamento e ferrovias, as primeiras aumentando a produtividade e as últimas reduzindo os custos, resultavam, assim, em forte ampliação das margens de lucros.” (CANO, p. 41).

26 O Brasil passou por quatro grandes ciclos de acumulação econômica entre 1500 e 1930. Dadas suas características predatórias, nenhum destes ciclos: pau-brasil (1500 – 1530); cana-de-açúcar (1530 – 1750); do ouro (1750 – 1800), e; do café (1800 – 1930); foi capaz de consolidar qualquer estrutura de desenvolvimento econômico sustentável para o país nos anos seguintes (Nota do Autor).

se associaram aos agentes financeiros no exterior, para quem vendiam produtos primários e de quem compravam mão de obra escravizada, retroalimentando o sistema.

Apesar desta situação ter se mantido sob um véu de relativo equilíbrio desde a Revolução Industrial inglesa, as diferenças de circulação da moeda e o acúmulo de capital em favor dos países de economia industrializada ganharam, paulatinamente, maior evidência, demonstrando que o modelo agroexportador vigente no Brasil era vantajoso apenas aos cafeicultores, mas prejudicial a todo o restante da sociedade, como explica *Delfin Netto*²⁷.

No tocante à educação pública, é necessário se levar em conta que, além dos investimentos feitos pelo Estado permanecerem aquém do minimamente necessário, sua ação continuava restrita aos poucos centros urbanos existentes em um país de população *majoritariamente rural*²⁸. Dito de outra forma, as escolas existiam apenas para formar um pequeno contingente capacitado a atender as demandas burocráticas da iniciativa privada e do Estado, além da preparar os jovens da elite político-econômica de cada região, tendo como meta o diploma universitário no futuro. Mesmo atualmente, para a população de baixa renda, o acesso à formação teórica e técnica continua a ser *extremamente difi-*

27 “... o custo social da defesa do café foi muito superior ao que geralmente se estima, pois manteve no mercado os produtores menos eficientes e gerou inicialmente condições muito desfavoráveis ao desenvolvimento industrial. Posteriormente, a disparidade criada entre as taxas cambiais de exportação e de importação impediram uma distribuição eficiente dos fatores de produção.” (DELFIN NETTO op. cit. BACHA e GREENHILL, p. 51).

28 Dados do IBGE indicam que, segundo o primeiro censo demográfico feito no Brasil, em 1872, apenas 11,1% da população vivia em centros urbanos; este percentual aumenta para 12,4% em 1890 e passa para 17,3% no levantamento de 1900. (LOPES, p. 24).

*ci*²⁹ e, quando existe, apresenta características muito *precárias*³⁰, tanto físicas quanto de *material humano*³¹.

Como conclusão para estes apontamentos, pode-se dizer que as

29 Números divulgados pelo Censo Escolar 2021 do Ministério da Educação indicam que ainda há pouca oferta de matrículas para o ensino profissional em todo o Brasil, tanto na rede pública quanto particular. Merecem destaque para este artigo alguns desses índices:

(1) O Brasil possui, atualmente, um mercado de trabalho composto por 108,8 milhões de pessoas, mas as escolas profissionais do país contam com apenas 1,9 milhão de jovens matriculados ou, em outras palavras, o número de estudantes representa apenas 1,74% sobre o universo de demanda. Mesmo que todos estes estudantes sejam absorvidos pelo mercado de trabalho imediatamente após concluírem seus cursos, ainda assim haverá déficit de oferta de mão de obra qualificada;

(2) Entre os estudantes matriculados nestas unidades educacionais, 94,8% buscam sete ramos de aprendizado, com destaques para: gestão e negócios (26,8%); ambiente e saúde (26,4%); controle e processos industriais ou produção industrial (15,4%); informação e comunicação (12,6%); recursos naturais (6,5%); segurança (5,3%), e; infraestrutura (2,9%). (Fonte: Ministério da Educação – Censo Escolar 2021 - INEP - https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf).

30 Esta precariedade se mostrava tanto sob o ponto de vista de política pública quando da qualidade de ensino. Como política pública, há que se chamar a atenção para o fato de que, após o Golpe da República de 1889, entre os anos de 1891 e 1927 foram editados sete diferentes decretos modificando o sistema educacional brasileiros, alguns diretamente voltados para a formação profissional dos estudantes; no que tange à qualidade da educação, há que se ressaltar que nenhum destes decretos estabelecia um padrão mínimo de conhecimentos práticos e teóricos necessários, muito menos oferecia a condição aos estudantes de atingir grau profissional semelhante ao conferido aos bacharéis universitários:

“... as reformas, implantadas no Brasil para o Ensino Secundário e para a Educação Profissional, podem ser compreendidas como ações do Estado em uma perspectiva hegemônica. Trata-se de uma forma de localismo globalizado, no sentido ensejado por Boaventura Santos (2002), forjado por relações desiguais para escamotear os conflitos entre capital/trabalho e os sistemas de formação e qualificação da força de trabalho.” (LIMA, SILVA e SILVA, pp. 169 e 170)

31 Para o Ensino Médio, o Censo Escolar 2021 mostra que parte significativa do corpo docente não têm qualificação adequada para lecionar as disciplinas para as quais são destacados. As piores leituras foram: apenas 40,7% dos professores com formação e licenciatura em Sociologia; 46,6% dos professores de Inglês têm formação adequada na área; 52,4% dos professores de Filosofia têm licenciatura; 53,1% dos professores de Física estão plenamente habilitados para ensinar a disciplina; 66,6% dos professores que ensinam Química nas escolas têm licenciatura na área. Mesmo em Língua Portuguesa e Matemática os índices ainda indicam carência de formação adequada, mostrando que 77,4% e 78,9% dos professores destas disciplinas possuem licenciatura na área de atuação. (Ministério da Educação – Censo Escolar 2021 – INEP - https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf).

políticas econômicas voltadas à exploração em larga escala de produtos básicos destinados à exportação fizeram com que o Brasil entrasse em uma espiral viciosa que negligenciou todos os demais potenciais do país e de sua sociedade, ampliando o fosso de desigualdades sociais, reduzindo a praticamente nada a teia de trocas domésticas, desvalorizando a livre iniciativa de pequena e média escala e transferindo os benefícios da educação para um grupo minoritário de indivíduos.

Tais fatores geram um estado de despreparo que, atualmente, tem influenciado diretamente no desenvolvimento econômico nacional, posto que a maioria das empresas instaladas no país são de *pequeno e médio porte*³² e demandam mão de obra apta a operar em um campo de *múltiplas habilidades*³³, capaz de otimizar as operações necessárias ao seu crescimento. No entanto, como o sistema educacional não responde às necessidades básicas para a qualificação dos estudantes e tampouco é treinado um volume de jovens adequadamente capacitados para atividades profissionais, estas empresas têm seu desenvolvimento boicotado e muitas são obrigadas a fechar suas portas precocemente.

Neste sentido, a pesquisa realizada por Pinheiro (2004), que estudou a realidade das empresas que prestam serviço no ramo de infraestrutura elétrica e de telecomunicações na cidade do Rio de Janeiro, deve receber a devida atenção. Embora o trabalho pareça restrito, traz consigo uma leitura efetivamente clara sobre as reais circunstâncias enfrentada pela maioria das empresas brasileira no tocante à escassez de trabalhadores *devidamente qualificados*³⁴.

32 Levantamento do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – indica que, em 2022, estão em funcionamento no Brasil 8,9 milhões de empresas de micro e pequeno porte, que representam, juntas, 27% do PIB nacional (aproximadamente US\$ 434,4 bilhões); 52% dos empregos formais (cerca de 22,2 milhões de contratos assinados) e; 40% dos salários pagos no país (Fonte: SEBRAE - <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>).

33 A qualificação para o trabalho vai muito além da educação básica: "Todos dependerão de conhecimento e de educação além do mínimo. A educação básica será exigida com rigor e possivelmente habilidade em várias junções (...) como a competitividade empresarial dependerá mais das habilidades e dos conhecimentos atualizados dos funcionários - permanentes e temporários - será rigorosa a exigência de educação e treinamento. Empresas e instituições públicas ampliarão suas ofertas de treinamento, e as pessoas demandarão conhecimento para garantir sua empregabilidade"(MOTTA, p.22, 2000).

34 "Uma das principais dificuldades (...) que freou o desenvolvimento da empresa foi a qualificação da mão-de-obra. Cada novo projeto sempre foi caracterizado por enormes embaraços na obtenção de mão-de-obra qualificada com conseqüente redução na qualidade final dos serviços obtidos. As dificuldades enfrentadas trouxeram várias indagações a seus administradores, que começaram a se perguntar se elas seriam causadas

Sob a perspectiva do século XXI, é possível se afirmar também que houve incremento nas ferramentas estratégicas que determinam o sucesso ou a derrota das empresas e das nações dentro do jogo de xadrez econômico mundial, conferindo à educação, à qualificação técnica e às habilidades de cada indivíduo, os grandes *superativos*³⁵ do sistema de fluxo e reprodução do capital, tão o mais relevante quanto o próprio capital financeiro, a tecnologia, a terra e o clima. Isso é corroborado pelo Prêmio Nobel *Amartya Sen*³⁶.

Frente a todas estas evidências, reforça-se a conclusão de que o Brasil, em decorrência de seus cíclicos surtos de “*doença holandesa*”, acabou por abrir mão de criar as condições mínimas necessárias para se lançar como um jogador de primeira grandeza dentro do tabuleiro econômico mundial pós-Revolução Industrial.

Paralelamente a isto, o sistema educacional brasileiro se mostra incapaz de superar resultados aquém do desejável para a maioria da população e, quando forma capital humano adequadamente treinado, convive com o risco de perder esta vantagem para outros países através da “*fuga de cérebros*”³⁷.

Estes casos estão longe de serem isolados à realidade de alguns poucos países demandantes ou exportadores de trabalhadores qualifi-

pela deficiência nas estratégias utilizadas nos processos de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, ou se realmente a oferta de mão-de-obra era, de fato, despreparada para o que requeriam suas respectivas funções.” (PINHEIRO, p. 15, 2004).

35 “... o saber se toma uma mercadoria chave, a ser produzida e vendida. De fato, a disponibilidade de recursos tecnológicos e a facilidade de comunicação e transmissão de informações transformaram as relações sociais e o trabalho, e essa transformação é absolutamente irreversível. No entanto, não necessariamente podemos afirmar que estas transformações representarão melhoria nas relações de trabalho e de vida, especialmente quando falamos de países em desenvolvimento. É necessário que se disponha de mão-de-obra qualificada e devidamente treinada para que se possa garantir a ocupação dos postos de trabalho.” (PINHEIRO, p. 22, 2004).

36 “O primeiro ponto, e talvez o mais fundamental, é o fato de que a ignorância das letras e dos números é em si mesma uma forma de insegurança. A incapacidade de ler ou escrever, de contar ou se comunicar representa uma enorme privação.

[...] “a educação fundamental pode ser muito importante para ajudar as pessoas a conseguir uma ocupação lucrativa. Qualquer país que negligencie a educação tende a condenar o seu povo analfabeto a um acesso inadequado às oportunidades abertas pelo comércio global. A pessoa que não pode ler instruções, compreender as exigências da precisão e seguir especificações está em posição muito desvantajosa no que se refere à busca de um emprego no mundo globalizado contemporâneo.” (SEN, 2002).

37 “O termo ‘fuga de cérebros’ foi desenvolvido pela Real Sociedade Inglesa como referência ao êxodo de cientistas e tecnólogos do Reino Unido em direção aos Estados Unidos e ao Canadá. Atualmente, é mais comum usar o termo para falar da emigração dos indivíduos mais habilidosos de uma nação.” (GAVRILLOAIA, p. 267, 2020 – traduzido do inglês).

cados, constituindo um mercado marginal ou particularmente restrito. Ao contrário, como aponta Gavriloaia, a questão da “*fuga de cérebros*” ganha contextualização *global*³⁸ e indica uma tendência bastante clara de que o conhecimento se tornou a nova commodity nas trocas econômicas centro-periferia, como ponderavam Prebisch e Schultz.

Tal ato de negligência colocou o País, sob um apanhado geral, em uma situação subalterna às economias mais avançadas do mundo e, agora, esta realidade passa a cobrar seu mais alto preço: perder seu parco capital humano para os países que podem pagar melhor pelas inteligências e habilidades dos trabalhadores melhor qualificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de – **A Cultura Brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil 4ª. ed. – São Paulo, Editora Melhoramentos, 1964.

AURELIANO, Niara; SANTANA, Nara; DIONÍSIO, Pâmela - O “JE-NIPAPO”: Mancha Mongólica, Sabedoria Popular Nordestina e Identidade Racial na Mestiçagem - **Revista Humanidades e Inovação** - Palmas - TO - v.9, n.01, 2022 - pp. 255 – 270.

BAADE, Joel Haroldo e BONIN, Joel Cezar – **Pensamento Filosófico e Social no Brasil** – Ed. Uniasselvi – Centro Universitário Leonardo da Vinci, Indaial – SC, 2013.

BACHA, Edmar – 150 Anos de Café – In: Marcellino Martins & E. **Johnston**: 150 anos de café – Greenhill, R e Bacha, E. (org) São Paulo: Imprinta gráfica e editora, 1992. 391p – retrierved from: <https://edisciplinas.usp.br>

38 “(...) pretendemos compreender a magnitude do problema num contexto global (...). Por exemplo, as últimas estatísticas das Nações Unidas mostram que, em 2019, havia 272 milhões de migrantes em todo o mundo, o que representa cerca de 3,5% da população global, em comparação com 2,8% em 2000. Há vários aspectos que contribuíram para isso, como a falta de emprego, o subdesenvolvimento econômico, mas também os baixos salários, a sobreprodução e a subutilização de especialistas, a discriminação no emprego, a existência precária de mão de obra, a falta de cultura e de tradições científicas e as instituições burocráticas ineficientes ou o desejo de reconhecimento, todos eles levando ao aumento do número de emigrantes altamente qualificados nas últimas décadas.” (GRAVRILOAIA, p. 268, 2020).

BOAVENTURA, Edivaldo M. – Educação Brasileira no Período Joanino, A – in: **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência** [online]. Salvador – Ed. EDUFBA, Universidade Federal da Bahia – UFBA – Salvador – BA, 2009, pp. 129 a 141 – retrieved from: <https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf>.

BOURDIEU, Pièrre - **Espaço social e poder simbólico** - Texto francês da conferência pronunciada na Universidade de San Diego - Califórnia, em março de 1986 – retrieved from https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3935267/mod_resource/content/1/Espa%C3%A7o%20social%20e%20poder%20simb%C3%B3lico.pdf.

CANO, Wilson - **Raízes da concentração industrial em São Paulo** – 5ª Ed, Ed. Unicamp, UNICAMP – Campinas – SP, 2007, ISBN 978-85-86215-64-3 – retrieved from <https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Raizes-da-concentracao-industrial-em-Sao-Paulo.pdf>.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo – **Dependência e Desenvolvimento na América-Latina** – 9ª edição – Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy – Aulas Régias no Brasil, As – in: Stephanou, M. (Org.) – **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** – Petrópolis, Ed. Vozes, 2005 – pp. 179 a 191 – Vol. I – Séculos XVI – XVIII;

CARVALHO, José Murilo de - Cidadania no Brasil. **O longo Caminho**. 3ª ed., Rio de Janeiro – RJ, Ed. Civilização Brasileira, 2002 – retrieved from <https://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/CARVALHO-Jos%C3%A9-Murilo-de.-Cidadania-no-Brasil1.pdf>.

CHIZZOTI, Antônio – Constituinte de 1823 e a Educação, A – In: Fávoro, O. (Org.) – **Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 – 1988)** – 2ª Ed., Campinas, Editora Autores Associados, 2001 – pp. 31 a 54;

COSTA, Ricardo da - **Vida de Carlos Magno (c. 817-829) segundo Einhard (770-840)** - Trad.: Luciano VIANNA e Cassandra MOUTINHO – retrieved from <https://www.ricardocosta.com/traducoes/textos/vida-de-carlos-magno-c-817-829>.

COUTO, Joaquim Miguel - **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch - Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007 – retrieved from <https://www.scielo.br/j/ecos/a/3zSJ-j3KjR5SXWhBdXVdcRKL/?format=pdf&lang=pt>.

CURADO, Marcelo (2013). **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro** – in Scielo.br – Retrieved from <https://www.scielo.br/j/ecos/a/pcQmCCsX3myxmZS3H-d9DYZt/?format=pdf&lang=pt>.

DEL PRIORE, Mary - **Religião e religiosidade no Brasil Colonial**. 6ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997;

ENDLICH, Angela Maria – **Divisão Social do Trabalho: Breve paralelo de Clássicos – Comte, Durkheim, Weber e Marx** – Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá – PR – downloaded from: COMTE, DURKHEIM, WEBER E MARX - <https://periodicos.uem.br>.

FAUSTO, Boris – **História do Brasil** – São Paulo, Editora Edusp/FDE, 1999;

FERREIRA, Fernanda de Jesus - **ESCRAVIDÃO E PROGRESSO NO BRASIL: As Questões Raciais e Educacionais nas Obras de José de Alencar** - XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH (Anais), São Paulo - SP, julho 2011 – retrieved from http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300904110_ARQUIVO_TRABALHO-FINAL-ANPUH.pdf.

FERREIRA JÚNIOR, A.; BITTAR, M. – Casas de Be-a-bá e colégios jesuíticos no Brasil do Século XVI – **Revista Em aberto, Brasília**, V. 21, no. 78, pp. 33 – 58 – 2007.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961. v.1.

GAIOFATTO GONÇALVES, Nádía – **Constituição Histórica da Educação no Brasil** – Ed. Intersaberes, Curitiba – 2013.

GAVRILOAIA, George-Cristian - **The impact of the brain drain pro-**

cess on Romania: possible solutions in order to increase resilience - CES Working Papers – Volume XII, Issue 4, pp. 267 – 281, 2020 – retrieved from https://ceswp.uaic.ro/articles/CESWP2020_XII_GAV.pdf

GOLDMANN, Gustave; SWEETMAN, Arthur, e; WARMAN, Casey – **The Portability of New Immigrants’s Human Capital:** Language, Education and Occupational Matching – Queen’s University, Kingston – Ontario, 2011 – retrieved from https://www.econ.queensu.ca/sites/econ.queensu.ca/files/qed_wp_1271.pdf.

HERVIEU-LÉGER, Danièle; WILLAIME, Jean-Paul. **Sociologia e Religião:** Abordagens Clássicas - Aparecida, SP: Ed. Ideias & Letras, 2009.

JAIN, Sanjay; MAJUMDAR, Sumon; MUKAND, Sharun - Workers Without Borders? Culture, Migration and the Political Limits to Globalization - Queen’s Economics Department, Queen’s University – Kingston – Ontário, 2009 – retrieved from https://www.econ.queensu.ca/sites/econ.queensu.ca/files/qed_wp_1196.pdf.

KON, Anita - Sobre a Economia Política do Desenvolvimento e a Contribuição dos Serviços - **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 1 (105), pp. 130-146, janeiro-março/2007 – retrieved from <https://www.scielo.br/j/rep/a/btR7FYf63cSb5LJg5YKTRjP/?format=pdf&lang=pt>.

LAGO, Celso Frederico e MACIEL, Margareth de Fátima – **Tecnologia Utilizada na Educação pelos Padres Jesuítas no Brasil Colonial**, A – 2012 – Retrieved from <http://www.celso.lago.nom.br/tcc-me-celso-frederico-lago%20-%20FINAL.pdf>.

LIMA, SILVA e SILVA – Trajetória do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil – **Revista Holos**, Ano 33, vol. 03 - 2017, pp. 164 – 175, retrieved from <http://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/TRAJETORIA-DO-ENSINO-MEDIO-E-DA-EDUCACAO-PROFISSIONAL-NO-BRASIL.pdf>.

LOPES, Juarez Rubens Brandão – **Desenvolvimento e mudança social:** formação da sociedade urbano-industrial no Brasil [online] – Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro – RJ, 2008. O processo de urbanização – pp. 23-40, retrieved from <https://books.scielo.org/>

id/df6bv/pdf/lopes-9788599662823-03.pdf.

MARX, Karl – **O Capital: crítica da economia política** – Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Abril Cultural – Coleção Os Economistas, Livro primeiro, Volume I, Tomo 1, 1983.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - **Manifesto do Partido Comunista** - Ed Progresso, São Paulo – SP, 1987.

MORAIS, Renant Araújo de – **Ensino de Artes e Ofícios no Brasil Colônia**, O - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Uberaba – Retrieved from: <http://seer.mouralacerda.edu.br/index.php/plures/article/viewFile/256/177>.

MARTINS, Carlos Eduardo – **Dependência e Desenvolvimento no Moderno Sistema Mundial** – Ed. CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais – Buenos Aires – 2004 – retrieved from <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140310040949/DaRosa-Martins.pdf>.

MARTINS, Luciano - **A GÊNESE DE UMA INTELLIGENTSIA: Os Intelectuais e a Política no Brasil (1920 a 1940)** – ANPOCS - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anais) – Retrieved from http://anpocs.com/images/stories/RBCS/04/rbcs04_06.pdf.

MELLO, Pedro Carvalho de; KRETER, Ana Cecília de Medeiros N. – **Economia do Café no Século XIX**, A – Centro de Ensino Superior STRONG; Santo André – SP, 2022 – retrieved from: https://esags.edu.br/wp-content/uploads/2022/05/Livro_A-economia-do-cafe-no-seculo-XIX.pdf.

MOTTA, Paulo Roberto - **Transformação Organizacional: A teoria e a prática de inovar** – Ed. Qualitymark, Rio de Janeiro – RJ, 2.000.

MORETTO, Cleide Fátima – **Capital humano e a Ciência Econômica, O: Algumas Considerações** – Teoria de Evidência Econômica – Universidade de Passo Fundo (UPF) – Passo Fundo – RS, v. 5, n. 9, p. 67-80, maio 1997 – retrieved from http://cepeac.upf.br/download/rev_n09_1997_art4.pdf.

NABUCO, Joaquim – **Abolicionismo**, O – Editora do Senado Federal do Brasil, 212 p., Brasília, 2003 – retrieved from <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1078/667747.pdf?sequence=4&isAllowed=y>.

NICUIA, Eurico Jorge – **Papel do Escravo em Aristóteles e Hegel**, O – Dissertação de Mestrado em Filosofia – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2009 – retrieved from <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3472/1/000419782-Texto%2BCompleto-0.pdf>.

OLIVEIRA GARCIA, Sandra Regina de - **O FIO DA HISTÓRIA: A Gênese da Formação Profissional no Brasil** – Universidade Estadual de Londrina (UEL) – retrieved from https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/seminariointernacional/sandra_garcia_genese_form_profis.pdf.

PEIXOTO PARRO, Tâmis – **Política da Escravidão no Império do Brasil, A (1826 – 1865)** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP) – Programa de Pós-Graduação em História Social – São Paulo, 2009.

PINHEIRO, Ana Paula Gonçalves Varca – **Mão de Obra como Barreira ao Desenvolvimento Empresarial**, A (Dissertação de Mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 2004 – retrieved from <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace;community-lie/bitstream/handle/10438/8671/000370348.pdf?sequence=1>.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes – **Estudos Históricos** – Rio de Janeiro: Paris: Porto – 1876 (acervo de obras raras), Editora Senado Federal, 1980 – Brasília – DF.

ROCHA, Antônio Penalves – Observações de Jean-Baptiste Say Sobre a Escravidão, **As – Estudos Avançados**, no. 14, pp. 181 – 212 – (38) 2000 – retrieved from <https://www.scielo.br/j/ea/a/ZxtBnwD3BXTN-ZqmKvycTXZj/?lang=pt&format=pdf>.

SANSON, César - **O conceito de trabalho em Max Weber** – Repositório de aulas – Sociologia do Trabalho, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - <https://docente.ifrn.edu.br> - sociologia-do-

-trabalho.

SANTOS ROCHA, Maria Aparecida dos – **Educação Pública Antes da Independência**, A – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – História da Educação, Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação, 3ª Ed. – São Paulo, 2005 – Retrieved from: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/104/3/01d06t02.pdf>.

SILVA, Carlos Daniel da – **Educação Brasileira: As contradições deste processo histórico da colonização à república** – IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar; III Seminário Internacional de Representações Sociais, e; V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente – Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, 2015 – Retrieved from: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20026_9700.pdf.

SCHULTZ, Theodore William. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa** – Ed. Zahar, Rio de Janeiro: 1973.

SOUZA, Nali de Jesus de – **Crescimento Econômico**. In: _____, coord. Introdução à economia – São Paulo: Atlas, 1996, p. 273-310.

VEIGA, Cynthia Greive – **História da Educação** – São Paulo, Editora Ática – 2007.

VELOZO BARROSO, Bruna Lana Prado – **Atuação da Companhia de Jesus na América Portuguesa**, A – 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH – Brasil, 2019 – Retrieved from: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553046751_ARQUIVO_HISTORIASOCIALDAEDUCACAOPARAOENVIO.pdf.

VIANA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933;

VITORETTI, Regiani Aparecida – **Carlos Magno e as Propostas de Reforma Social e Educacional (Final do Século VIII e Início do Século IX)** – Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá – Maringá – PR, 2004 – retrieved from <http://www.ppe.uem.br/dissertacoes/2004/2004%20-%20Regiane%20Aparecida%20Vitoretti.pdf>.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; NORONHA, Olinda Maria – **História da educação: a escola no Brasil** – Ed. FTD, São Paulo - SP, 1994.

SOBRE O PROBLEMA DA HISTÓRIA NUMA REFLEXÃO AMERÍNDIA DE SUAS SOCIEDADES PRIMITIVAS

Matusalém Alves Oliveira¹

Washington Luiz Martins da Silva²

Resumo:

Esse artigo tem por objetivo analisar o discurso epistemológico da história, tanto no viés analítico de cronologia, bem como da possibilidade de se retomar as discussões iluministas sobre a existência ou não de um sentido da história. Parte-se do pressuposto do entendimento de que não existe história do passado pois todo constructo da humanidade se fez consequência temporal e se alguém conscientemente se ilude que pode ao menos materialmente, apagar a sua história é porque não se admite no seu mais amplo presente. A metodologia adotada é analítica dedutiva baseada em um contingente bibliográfico histórico e filosófico, demonstrando que toda história tem o seu começo e não se pode começá-la pelo seu final, demandando uma compreensão de que quando uma história se conjuga com a história das sociedades culmina no locus da aventura humana especificada pela visão heideggeriana do “ser” quando a expressão ‘sou’ se conecta com ‘junto a.. como algo de alguma coisa que, deste ou daquele modo o sujeito tem por familiar quando o ‘eu sou’ significa ‘morar junto a. A história assim, é a morada do homem. Como assegura sua plena realização em face da variabilidade da história, da diversidade de culturas, hábitos, costumes e comportamentos próprios às inúmeras sociedades ameríndias do Brasil.

1 Professor da Universidade Estadual da Paraíba, lotado no Departamento de História, Leciona no Curso de História (Pré-História e História Antiga Ocidental). Graduado em História e graduado em Arqueologia Bíblica. Especialista em Educação, Especialista em Psicanálise na Educação e Saúde e Especialista em Arqueologia e Especialista em Antropologia. Mestre em Teologia Histórica. Doutor em Psicanálise (UNIDERC) e Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)/ Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente coordenador do curso de licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

2 Professor Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa, Líder do Grupo de Pesquisa A Polissemia da Ação Humana. Doutor "Suma Cum Laude" em Filosofia pela Universidade de Barcelona possuindo, pela mesma universidade, Pós-Doutorado em Filosofia e Empresa, Diploma de Estudos Superiores Especializados, Estudos Avançados e Suficiência Investigadora em Ética e Política. Também tem Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona em Filosofia da Tecnologia, Historiografia das Ciências, Filosofia da Arte Contemporânea, além de Ética e Política. É Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, instituição onde realizou estudos superiores em Matemática, Mestrado e Especialização em Filosofia.

Palavras-chave: Educação. História. Epistemologia. Ameríndia, Brasil.

Abstract:

The aim of this article is to analyze the epistemological discourse of history, both from the analytical point of view of chronology and the possibility of returning to Enlightenment discussions about the existence or not of a sense of history. It is based on the assumption that there is no history of the past because every construct of humanity has been a temporal consequence and if someone consciously deludes themselves that they can, at least materially, erase their history, it is because they do not accept themselves in their broader present. The methodology adopted is deductive analytical based on a historical and philosophical bibliographic contingent, demonstrating that every story has its beginning and cannot be started by its end, demanding an understanding that when a story is combined with the history of societies, it culminates in the locus of the human adventure specified by the Heideggerian vision of "being" when the expression 'I am' is connected with 'together with... as something of something that, in this or that way, the subject is familiar with when 'I am' means 'living together with'. History is thus man's dwelling place. How does it ensure its full realization in the face of the variability of history, the diversity of cultures, habits, customs and behaviors typical of Brazil's countless Amerindian societies.

Keywords: Education. History. Epistemological. Amerindian. Brazil.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de analisar problemas sobre a epistemologia da família hominídea, da categoria homo e da espécie sapiens, de onde advieram o homo sapiens, devemos compreender inicialmente que a ciência da História nos remete a examinar a tensão existente entre o seu sentido: a análise da sua dupla face, a qual de um lado vem a pré-história e, após a invenção da escrita e da linguagem foi concebida como a contingente história.

Porém, margeando essa concepção cientificista, que segue o provérbio de São Tomé do “quero ver para crer”, ainda vem a depender do rigor da ciência, quando tudo deva ser comprovado por métodos pré-estabelecidos, desprezando categorias categorias como o imaginário

ou as transferências das transposições orais, tal qual se emana da Bíblia a expressão “no começo era o verbo”.

Desde os primórdios da civilização, a informação foi responsável pelo desenvolvimento humano e social. Atualmente, mais do que nunca, a capacidade de obter informação e gerar conhecimento é fator primordial na presente sociedade da informação, influenciando novas óticas de visão das ciências.

Por isso, o conceito relacional entre Educação e História vem sofrendo adaptações ao longo das transformações das sociedades. Para as antigas civilizações, antes mesmo da invenção da escrita, um indivíduo só era considerado "educado" quando conseguia demonstrar suas habilidades ao lidar com lanças, arcos, flechas, catapultas e outros artefatos do gênero. Martins (2005), por exemplo, defende que as raízes de todos esses eventos se remontam no começo das Civilizações antes dos egípcios. Do contrário, como as pirâmides egípcias, Maias, Aztecas, ou Incas, quando se fizeram em lugares tão distantes?

1 Pré-história e técnica

Segundo Munford (1994), há a seguinte cronologia histórico/tecnológica da família *hominida*, de raça homo e de categoria *sapiens*: IDADE EOTÉCNICA....madeira, água (fonte de energia), energia animal (agricultura); IDADE PALEOTÉCNICA....carvão, ferro, energia a vapor(História econômica, primeira revolução industrial, século XVIII como fronteira de transição muito complexa);IDADE BIOTÉCNICA....harmonia ecológica.

Assim, técnica e máquina, ainda que primitivas, existem de fato há muito tempo e é natural que os homens de épocas muito remotas tivessem sido forçados a meditar sobre problemas semelhantes. Há dois milênios e meio o sábio chinês Chuang Tse dizia quem faz seu trabalho com máquina termina com seu coração de máquina.

O “homem da pedra simplesmente escolhida” conquista o cio permanente, a linguagem, o fogo, o misticismo, a pedra atirada com a mão, a pedra atirada com a funda, cordas, tiras de couro, cordões, redes de dormir (oriundas daqueles que se fincaram na região que chamamos de Brasil), pedra atada na ponta de um pau, redes de pescar e caçar, armadilhas, lança, arpões, barcos de bambu, junco e couro, canais e represas, zarabatana, casas de pedra e barro, roldanas, trenós, usavam sal e mel.

Eis aí o que Morin (1979) chamou de junção epistemológica,

quando cada etapa não extinguiu a outra, mas conduziam-se em paralelo. E numa breve retrospectiva temos: 5 bilhões de anos – nascimento da Terra; 3 bilhões de anos – primeiro ser vivo; 2 bilhões de anos – primeiros fósseis; 500 a 800 mil anos – primeiros artefatos humanos; 15 a 25 mil anos – O homem nas Américas; 6200 anos – primeiro calendário egípcio; 3500 anos – Civilização da China.

Na mitologia grega, cuja era a ciência separatista põe como conhecimento do senso comum: Prometeu pagou seu atrevimento com o suplício; Dédalo, o construtor do labirinto, foi jogado dentro dele. Ícaro viu queimada suas asas. E para um grego, a posição antitecnológica resulta de uma posição necessária do humanismo. Alexandria cria brinquedos com o domínio do motor de combustão interna, mas não desenvolveu esse motor de forma produtiva porque a mão de obra era barata conquistando escravos.

Mesmo a técnica sendo advinda do homo *faber*, a evolução tecnológica não se restringe ao uso de novos equipamentos ou produtos, mas altera comportamentos, não só individual, mas grupal. Até chegar na comunicação que se tornou o paradigma cultural do século XX. Depois do telégrafo, da fotografia, do rádio, a televisão e a rede mundial de computadores, vão desde uma função de lazer até uma formativa.

O que percebemos é que o *homotecnologicus* levou ao avanço da tecnologia mudanças significativas no campo do conhecimento e da comunicação, principalmente, com o fenômeno da internet. Isso trouxe para as pessoas uma enorme capacidade de trocar informações e compartilhar dados. Segundo Borges (2000), a sociedade da informação, gradativamente, molda um novo indivíduo, onde a virtualização, cada vez mais presente no nosso cotidiano, cria relações, novos conhecimentos, novas maneiras de pensar e agir, ampliando assim as potencialidades humanas, mas, esquecendo os valores contributivos herdados pelo homem primitivo.

Quatro elementos em equilíbrio (ar, água, fogo e terra) com o corpo reuniam as condições ambientais para a bem-aventurança hominídea. Somos, então, pós-modernos e pré-socráticos ao mesmo tempo, perfazendo um humanismo tecnológico segundo a defesa de Mervin Kranzberg, criador, nos Estados Unidos dos anos 70 do século passado, da disciplina Filosofia da Tecnologia, obedecendo as seguintes leis: 1) A tecnologia nem é boa, nem é má. É neutra; 2) A invenção é filha da necessidade; 3) Nunca se pode estudar uma tecnologia em um pacote grande; 4) As decisões sobre tecnologia são feitas por determinados fatores não tecnológicos; 5) A tecnologia é um valor

da história e é exposta ao presente;6) A tecnologia é humana.

Eventos foram sucedidos na 2ª revolução científica e tecnológica para a energia elétrica, produtos químicos, surgimento do aço, do petróleo e meios de transporte e comunicação. Fragmentação, hierarquização, divisão técnica do trabalho.

A 3ª revolução científica e tecnológica nos levou ao plástico, energia solar, semicondutores, base microeletrônica, cibernética, tecnoletrônica, microbiologia, biotecnologia, engenharia genética, novas formas de energia, a robótica, a informática, a química fina, a produção de sintéticos, fibras óticas, chips. Acelera-se e aperfeiçoa-se os meios de transportes (revolução informacional), aumenta a velocidade e a descontinuidade do processo tecnológico e se transforma ciência e a tecnologia em matérias- prima.

No campo da reflexão otimista da História, lembremo-nos de Platão que defendia uma evolução linear da História. Por outro lado, Santo Agostinho, em *Civitas Dei*, apresentava sua concepção teológica da História. A partir da Idade Média, destacamos Bossuet com seu Discurso sobre a História Universal (1681), seguindo a Agostinho, via a Providência como chave do curso histórico como um guia, até o século VIII com Carlos Magno. Assim, os fatos históricos seriam provações impostas por Deus para mostrar a ineficiência do homem.

Jean Baptiste Vico, em 1725, encerra o ciclo da teologia histórica encarando o histórico como obra humana e não Providência. Assim, o pensador via um mundo histórico e o mundo das nações, defendendo as três idades, ou sejam: deuses, heróis e humanidade. Para ele o histórico tem seus ciclos, o que o faz ser o pioneiro da teoria cíclica da História, a partir da lei do *Corsi e Recorsi*, ou seja: retornos cíclicos. Muito embora o árabe Ibn- Khaldun(1352-1406) já defendia a tese de Vico.

Na fase do Humanismo, Montesquieu propunha um devir histórico nas condições geográficas, muito embora também Ibn- Khaldun, também já admitisse anteriormente. Mas foi Voltaire que criou a expressão filosofia da história em 1756 em seu ensaio *Espírito das Nações*.

De Carlos Magno até Luis XIII, numa posição mais racionalista, se substitui a Providência pela ideia de progresso: a história como desenvolvimento progressivo da razão; onde ciência, moral, direito, indústria, técnica e comércio. Nesses casos deve-se acabar com guerras e religiões, porque a história teve mais erros do que acertos. Assim, a história não gira em torno da civilização, sendo um crítico da visão ptolomaica da história e um defensor da visão copernicana da história e sendo também anticlerical.

Seguindo essa mesma visão temos o Turgot e Condorcet que perpassa da religião para a razão. Portanto, a perfeição do conhecimento e a felicidade geral seriam a meta da história. Com a humanidade livre sem escravos, sacerdotes e tiranos. Assemelham-se ao historicismo alemão de Herder ao romantismo alemão. Comte também vai defender para uma marcha fundamental do desenvolvimento humano alicerçada a uma idade positiva ou científica, sucessora da teologia substituindo a metafísica sucessora da teologia.

Herbert Spencer vai inaugurar o evolucionismo nas ciências sociais e, por outro lado, Hegel defenderia que no espírito estaria a origem do histórico que se desenvolveria pelo dialético. Cada fase nega a anterior. Há mudança. Nada seria fixo porque tudo é devir. A história seria a seqüência de mortes e de renascimentos, pois a morte anuncia nova vida: O histórico como progresso da consciência da liberdade.

Já Marx inverte a dialética hegeliana nas condições materiais de existência e não no espírito estaria a mola da história. Assim, para Hegel e Marx, o histórico se transforma. E o século XX abre com a concepção histórica de Burckmarudt em 1905 ao falar de continuidade da ciência histórica com o nacionalismo e o militarismo.

Com Nietzsche, o super-homem é um fator decisivo na história direcionando a compreensão que a História é governada pela lei do eterno retorno. Leopoldo Von Ranke indaga sobre a unidade de povos romanos germânicos.

Ratzel volta ao fator geográfico tendo os rios Nilo, Tigre, Eufrates, Ganges e o Mar Mediterrâneo nova Idade de Ouro.

E o século XX começa bem dizer em 1914 com as filosofias pessimistas da história que, nesse sentido Oswaldo Spengler pondera que no século XX se marca o início da era do desespero da civilização pessimista quanto ao destino do Ocidente.

Para Spengler temos a cultura relacionada tanto a grupo como a acasos. Os ciclos climáticos seriam símbolos primários, assim classificados: primavera, verão, outono e inverno. A primavera da cultura seria a sociedade rural numa fase do misto entre a religião e a agricultura. O verão da cultura destaca-se cronologicamente com o surgimento dos Burgos. Aparece os Burgos sem desaparecer a propriedade rural. O outono da cultura seria o urbanismo, racionalismo e ateísmo. Finalmente, o inverno da Cultura estaria localizado no surgimento das civilizações de Tebas, Alexandria, Roma, Paris, Londres e New York. Assim: Primavera: Egito. (3400-3000 A.C.) China (1700-1300 A.C.) Índia (1300-1200 A.C.) Grécia e Roma; E um Ocidente que perpassou um feudalismo

mo, Idade média com predomínio do nobre e do padre.

2 Natureza, História e espiritualidade dos primitivos até nós

Uma das discussões que devemos destacar seria analisar a diferença entre os mundos da natureza e da história. O primeiro que se constitui do que poderíamos chamar de ordem natural das coisas. Do autônomo que segue o seu curso independentemente. Das ações humanas e, por isso não carece se buscar um sentido seu. Já o mundo da história é universo criado pelo homem e talvez, por sua própria condição de algo construído e artificial. Não dá às pessoas condições, levando-as a um anseio de retorno à natureza. Premida pelo mal-estar da civilização aludido por apenas “eu sou”.

Remotamente, esta divisão se assenta na tradição bíblica. Que confere ao homem criado à imagem e semelhança de Deus. Um caráter de ser privilegiado. E diferenciado do mundo que o cerca. Modernamente se fundamenta no paradigma cartesiano. Que dividiu o mundo em coisa pensante e coisa extensa. E, principalmente, deu ao homem domínio ainda maior que o bíblico. Sobre as coisas que deveriam ser subjugadas, se postas a serviço do desenvolvimento humano.

Para Descartes, o homem só poderia conhecer a natureza. A história apenas poderia ser visualizada através das tradições e mitos. Vico, pelo contrário, acreditava que o homem somente poderia conhecer o que era fruto de seu Trabalho. Ou seja, a cultura, a história. Cabendo ao criador o conhecimento da natureza. O pensamento de Vico influenciou Hegel e Heidegger.

A fim de aclarar o Panorama deste divórcio homem versus natureza, tomado como coisa natural por nós, ocidentais, o pensamento de Karl Lowith e do historiador japonês Nishida, de formação oriental e ocidental. E de quem recebeu c como presente de despedida ao fugir do nazismo, um desenho assim descrito no posfácio de sua obra *O homem no centro da história*.

Mostra sobre papel branco. Um círculo negro vazio, acompanhado de uns caracteres. Que traduzido, literalmente, querem dizer: Lua é igual a coração, espírito. Solitário, círculos, 10000 coisas. É igual ao universo do ente. Esta série de palavras vem a significar mais ou menos o seguinte: Um espírito que chegou a ser perfeitamente circular e vazio ilumina tudo quanto existe como a luz solitária da lua cheia e o absorve. (Lowith,1998,p.400)

Para um ocidental, o mundo japonês pode parecer algo ao con-

trário: o modo de as pessoas se saudarem. A morte mais importante que o nascimento. O beijo em público ser considerado escandaloso. À maneira de carregar o guarda-chuva, tomando-o pela extremidade oposta ao cabo. De outras coisas mais, porém, o que de mais importante põe Lowith em evidência além da noção, de zen é a do vazio que tudo capta. Talvez, em oposição à noção de atualização do ser predominante no ocidente., é o fato de que para os japoneses, natureza, história, fluem com a mesma naturalidade. Os conceitos aqui no ocidente, preenche os compêndios inteiros. Como justiça e verdade, são lá simplesmente comparados em sua eminência. A eminência da flor de cerejeira, do Fujiyama, do mar sagrado que cerca o país sagrado, o Japão. A dureza do aço que penetra a couraça mais dura. E a verdadeira paz decorre do retorno das coisas, das mudanças, tidas como nefastas e devolvidas ao ser. Assim é, e não de outro modo.

Dois tradições fundamentam o pensamento do Ocidente :a antiguidade clássica e a judaico-cristã .Ressalta também o seu caráter nitidamente europeu. Evidencia que as condições na Antiguidade clássica, quer do cristianismo dos primeiros tempos, não mais vão ocorrer, sendo inútil um pretenso retorno às origens.

Põem-se aqui, talvez a questão central do conflito ideológico ocidental :sagrado ou profano; a fé ou a razão; Homero ou a Bíblia; Sócrates ou Cristo.

Vejamos alguns traços dessas duas vertentes: o Os gregos admiravam a beleza e a espontaneidade do mundo, a lei natural do pensamento e morte? A ideia de e ciclos que determinavam a vida numa circularidade semelhante ao caminho dos astros que no seu conceito descreviam órbitas circulares também sendo esta forma considerada perfeita.

Para os gregos, as mudanças históricas eram fruto do caso ao e como tal, sem sentido não cabendo buscar nas efemérides qualquer direcionamento porquê de alguma forma eram meras repetições de um mesmo drama. A inescapável decorrência circular, horizontal e cíclica.

A tradição clássica contemplava a pois a ideia de crescimento e decadência, enquanto a judaico cristã está estribada na fé, em trevas e a uma progressiva revelação que orientava para um mundo melhor. E a judaico cristã foi obra de profetas. Os gregos memoravam passado. Enquanto os judeus e cristãos visualizavam e davam um futuro, o historiador antigo perguntava de que modo aconteceu? Algo? Enquanto a nova postura interrogava, para onde vamos?

Foi inevitável, portanto, uma ruptura com os padrões clássicos.

O advento de Cristo, foi como que uma decolagem do cíclico para a salvação e desde então, o horizonte histórico do ocidente passou a ser escatológico, objetivando um progressivo, aperfeiçoamento até o Juízo Final.

Karl Lowith quem fala de uma bússola escatológica que levou o ocidente rumo a realização do Reino de Deus. Não estando mais os homens presos aos azares da sorte. E enfatiza que no sentimento cristão, apesar disso a secularização está por trás de importantes acontecimentos, como a Independência dos Estados Unidos, a Revolução francesa e a Revolução Russa. Fatos estes que, embora pareçam díspares, são, na verdade, uma forma secularizada da esperada bem-aventurança cristã.

A mudança de rumos da filosofia da história a partir dos séculos XVII e XVIII, porque antes predominava o entendimento do drama humano ter como gestor a Providência divina. Desde Santo Agostinho até Bossuet, partindo da criação do mundo, e conservava a ideia do pecado original, que explica as diversas etapas do rumo da salvação. De Abraão a Cristo, bem como o surgimento da Igreja e do poder político agregador com a missão de defender a Europa sobre a égide do clero. Esta concepção situa a Europa como centro do universo terreno. Nada se falando sobre as demais partes do mundo.

O pensamento escatológico é a doutrina que contempla os fins dos tempos. Foi a escatologia cristã que se constituíram em poderoso impulsionador da humanidade. Inevitavelmente foi a força motriz que espalhou a civilização europeia por todo mundo e despertou energias adormecidas no planeta conduzindo às transformações dos tempos modernos sobre a égide do cartesianismo.

Grandes correntes de pensamentos e teorias históricas, retomadas pelos que sucederam seus mestres são como que recicla culturas reprocessadas. A prática destas ideias retomadas torna segundo Lowith legítimas aos filhos bastardos da história. Estas, retomadas, suas práxis seriam a ação do homem no centro da história. Assim, os gregos rememoravam o passado; judeus e cristãos, antecipavam o futuro. O exemplo mais patente desta concepção do passado a partir e em direção ao futuro, é o Antigo Testamento no sentido e para efeito do Novo Testamento.

3 A pesquisa Arqueológica no Brasil sobre o Ameríndio

O Brasil foi um espaço de migrações advindas do homem da pedra lascada chegando pelo Estreito de Bering do norte da América. Os

sítios arqueológicos principalmente no norte-nordeste brasileiro e Centro Oeste, demonstram essa longitude de formação homínida e, depois de milhões de anos, deu-se o evento das grandes navegações e enfim a descoberta da costa sul-americana com Pedro Álvares Cabral em 1500.

Nos sítios históricos espalhados pelo Brasil consequência descobriram-se as numerosas espécies de fósseis. Após ausência de 10 milhões de anos a seleção natural voltou com reduzido poder de aceitação. Das espécies *Pitecantropus* e outros restou gênero homo que tem um milhão de anos uma real apoteose o homo sapiens tem apenas 100 mil anos a seleção sumiu de novo e surgirão novos valores na evolução por lingüística e a cultura são os climas que fizeram as raças, o homem continuar evoluindo embora a causa seja desconhecida.

todos os mamíferos atuais inclusive o Ornitorrinco saindo dos magos e pelo mesmo motivo originaram as gramíneas os arbustos e a grande o ramo dos mamíferos. Em oposição a seleção natural parou de agir sobre o homo em gestação por 10 milhões de anos e o acasalamento voltou A Química tem a limitação por estar presa à Tabela Periódica.

Mesmo com a possibilidade de pujança de sítios arqueológicos o mergulha em um mar de desvalorização da Arqueologia em que espalha poeira e causa arrepios para aqueles que de alguma forma estão envolvidos com a busca das origens dos indígenas do Brasil. Mal sabemos de nossos ancestrais porque repousamos pensamentos satíricos, com cunho malicioso e cheio de questionamentos salutares. Rodeia-se pelas universidades formalismos rigorosos em que muitas vezes não contribui para a reconstrução da nossa pré-história, face a propriamente ao deixar de lado suportes de apoio aos olhares de minorias preocupadas nesse desvendar.

A transmissão didática da filosofia da história é algo de que todo professor tem que se preocupar. É como uma pesquisa permanente que não necessita de projeto por escrito porque já está escrito no seu papel profissional que é de ensinar bem. No meu ponto de vista, a Filosofia não se pode ensinar, talvez somente aprender. Em sentido maiêutico, conhecer é sempre co-nascer bem próxima à palavra francesa *connasance* e a Filosofia da história se pode talvez somente aprender ou somente recordar, como Platão reporta no Fedro (275 a):

[...] não é, pois, um fármaco da memória o que tens falado, mas um simples recordatório. Aparência de sabedoria é o que proporcionas a teus alunos, e não verdade. Porque havendo ouvido muitas coisas sem apreendê-las, parecerá que

tens muitos conhecimentos, sendo, ao contrário, na maioria dos casos, totalmente ignorantes, e difíceis, portanto, de tratar porque têm acabado por converter-se em sábios aparentes em lugar de sábios de verdade. (PLATÃO, 1988, p.111).

Esta perspectiva nos conduz a uma situação aporética sobre o ensinar e o aprender: o aluno deve aprender algo que não é possível ensinar. Aporia relacionada com outra já afirmada no Menon (80d):

Se já conhecemos algo, não é necessário aprendê-lo; e se não conhecemos, não é possível aprendê-lo, justamente porque não sabemos o que temos que aprender. A solução da aporia seria que, na realidade, a ignorância só é o esquecido, e o aprender recordar. (PLATÃO, 1988, p. 300).

Platão acerta precisamente! A prática docente pode facilitar ou, pelo contrário, obstruir a expressão do pensamento dos alunos. É impossível nos tempos de hoje conviver com um modelo permanente de comunicação. E na História mais ainda porque, por fundação, ela tem de ser aberta para a provocação no discurso do combate pela crítica.

Se o acadêmico é o *teoréticus*, então representa o antidemocrático e, conseqüentemente, o aristocrático. Porque Platão funda a Academia para formar uma estirpe de homens públicos, uma elite de cidadãos que era um grupo por definição seletivo, que não devia se mestiçar porque nem todos eram merecedores do acesso à educação e a certas regalias. E o acadêmico sai de uma adoção meramente geográfica para tornar-se o milenar divisor de águas entre o teórico e o prático. Digo geográfica porque essa expressão é oriunda da posição do terreno onde Platão funda esse espaço instrucional, escolar porque havia matérias e currículos, funcionando bem próximo aos jardins do rico ateniense Academo: um espaço aristocrático, seletivo. Mas se o ponto de referência é a Escola de Platão, acadêmico quer dizer filosófico e estudar uma ciência de forma acadêmica deveria ser de maneira filosófica. Isso nos leva a compreender que um estudo sem filosofia não é acadêmico? Assim, o saber filosófico se reduz ao teórico e o saber prático vai significar a ação. No dizer de Aristóteles (Metafísica, 2, 993 d), preocupação com *scientia* e *veritas* ao mesmo tempo.

Também, pouco se comenta que as primeiras universidades que

já se preocupa com a arqueologia do Ocidente surgem em Bizâncio, 600 anos antes dos modelos medievais quando o Imperador Constantino estabelece a Universidade Imperial. Depois de algum tempo suspensa, a musicista e estudiosa da filosofia e da história, Atenais (Imperatriz Eudocia), convence o seu esposo Imperador Eudoxio II a retomar a ideia de Constantino.

Os equívocos, de que a pré-história se vê constantemente cercada, são mais fomentados pelo que fazemos nós outros mesmos, pelos professores de filosofia. Com efeito, nossa tarefa habitual – e justificada e até mesmo útil – consiste em proporcionar um certo conhecimento formativo das filosofias até agora surgidas, o que dá a aparência de ser isso a própria história: quando muito é apenas ciência histórica.

Não conformado apenas em um campo do pensar, isto é, em ver o objeto histórico somente no rumo de uma mera estética, nos jogamos no cenário de sujeitos em que constrói seu campo social, fornece os projetos políticos, faz aparecer a subjetividade do brasileiro em seu seio, troca de lugar com o coletivo fornecendo visões de angústia e passividade. De uma piada a extração do sério formador de opinião, deturpação alienante do lidar diariamente uns com os outros, com as coisas e com os problemas. Apática vontade brasileira de buscar esclarecimento e esclarecer os questionamentos da vida e as origens da sua cultura existencialmente essencial: o jeito piadético estará a serviço de nossa inautenticidade.

O abismo em que nos encontramos ao olhar os problemas e fingir que não são problemas, mas pura abstração do tempo que se pondo em movimento encontrará um meio de se resolver: “deixa como está pra ver como é que fica”. Nesta análise funcional do pensamento brasileiro, vemos dois graves problemas de uma investigação arqueológica ameríndia, pelo conformismo e ausência de poder crítico. O Brasil ainda não produz com entusiasmo a sua reconstrução histórica e muito menos vamos encontrar um propósito original de instituições, pois não temos atitude, não foi assumido o Brasil como principal instrumento de uma crítica em nossos termos, ou seja, de uma suposta realidade nacional, uma vez que ficamos presos aos palavrórios aridamente técnicos e estéril, vítimas de um discurso que não pensa, delira.

O interesse pela nossa história passeia sobre o narcisismo do intelectual e lhes traça a figura que se posta pelos centros acadêmicos e sociais, porque gostamos do brilho que envolve o orador com talento o suficiente para convencer plateias. Plateias impacientes e que gosta sempre do espetáculo, repudiamos o sujeito esforçado, pois é uma fi-

gura que quer, mas não pode chegar ao brilho, uma vez que lhe falta a rapidez mental e o jogo de palavras.

Nesta fascinação do intelectual para com o povo e do povo para com o intelectual é que se dá o jogo do saber cada vez inautêntico e mais distante, pois querer saber latim ou alemão é querer ser mais inteligente que o pobre coitado que mal domina sua língua nativa, a erudição fica por conta de uma cultura clássica: grego, romano; é preparado quem entende a mundanidade em Paris, Berlim, Nova Iorque. Nossa literatura e principalmente a filosofia são afetadas pela literatura e filosofia estrangeira: A Razão ornamental nos leva a abandonar tudo, esquecer aqui e fora daqui obras que importam, para correr atrás das últimas novidades. Nos conduz a querer aplicar aqui escolas estrangeiras – portanto estranhas – como se isso fosse possível sem nos cobrar um preço: o esquecimento do que somos.

Sobre o mito de nossa pré-história, destaquemos três pilstras fundamentais para que este mito venha ocorrer: a desconfiança com o sistema, a crença que a verdade poderia ser dada a partir de um mosaico de inúmeros pensadores historiadores e por último o espírito imaturo de sermos abertos, esclarecidos, não dogmáticos, de uma certa cordialidade à cultura alheia.

É neste ecletismo que deixamos de assumir um ponto de vista original. Há uma ilusão: a de que possamos, imparcialmente, usufruir benefícios das mais diversas reflexões estrangeiras, delas retirar o melhor.

Isso seria imaturo e causa de apatia para a reconstrução de nossa história, porque é preciso mover o moinho e caminhar com as próprias pernas, ou seja, lutar para construir um pensar e consequentemente uma história, uma memória, projetado de um passado para o futuro numa posição na existência do mundo verdadeiramente, porque se nada fizermos, corremos o risco de continuarmos a ser apenas um pois jovem que não sabe a que veio, nem o que tem a dizer. Por medo, omissão, covardia. E jamais inventaremos nossa posição, nada vindo a ser. Sem termos providenciado nossa exclusiva problematidade.

Um história em prol de acordar cada indivíduo, fazer com que nos reconheçamos, daí em diante nos comprometamos seriamente num diálogo cultural, social, político e filosófico, onde seja possível extrair uma identidade, peculiaridades nossas, pontos de vistas capazes de absorver a essência de uma realidade que nos pertença particularmente, se ele fosse fenomenológico faria uma redução eidética do que nos possibilita ser brasileiros, uma volta a nos mesmos, sem conceitos ou pré-

-conceitos epistemológicos ou de ciências que nos imponha um pensar, mas antes uma original essência de uma Razão própria e fundamental que nos conceba assim como somos: brasileiros.

Assim se sugere um projeto global de desvendar a nossa pré-história e história, sem fronteiras ou obstáculos significativos que impeça seu desenvolvimento e realização em benefício com a sociedade do planeta. É necessário ao mundo do saber o Brasil acompanhar esta tendência globalizante da história, pois ainda se encontra em uma encruzilhada onde ela tem que decidir que lado quer ficar: na construção de uma modernidade técnica, desenvolvida ao longo de duzentos anos, ou na construção de uma modernidade ética alternativa capaz de manter as similaridades da raça humana e de assegurar a todos o essencial do progresso científico e tecnológico.

Do grupo de “Luzia” até nós, o decurso histórico da evolução do homem brasileiro, preocupado com a velocidade social, pede reciprocidade constante, ferramentas alternativas para educar. A conexão com nossa história pode ficar cada vez mais dinâmica, com isso o mundo como um todo pode ficar mais próximo, mas também mais distante, próximo porque os mais atentos, com melhores condições de navegar pelo conhecimento por inúmeras vias, terão necessariamente mais aproximação do saber e conseqüentemente, maior acesso a investigação de nosso passado.

Portanto, o problema da nossa história arvora um pensar em que o brasileiro dê prioridade as suas origens, onde o raio de ação não encontra um centro ou barreiras circulares, mas antes flutua por todos os meios em prol de um único pensamento ou consenso: que o mundo é um só e que é preciso partilhar de seus recursos em benefício da humanidade.

Seja como for, o fato é que precisamos de investigações arqueológica, mas não de pensamento fechado, denso, sectário, visando apenas um aspecto do real ou do ideal, assim, não dá para pensar em Brasil como se o válido fosse pensar a partir desse Brasil. Mas antes partir de uma realidade que compunha a metafísica, uma ética existencial, uma política essencial, uma realidade em minuciosa investigação, traçar as idealidades num campo reflexivo da história, isso tendo sempre em mente que temos como pano de fundo estruturas, seja ela brasileira ou global.

A filosofia da história não é de uma nação só porque tal filósofo ou historiador pertencem a tal nação, mas antes ela é da humanidade, seja ela ocidental ou oriental, pois ela visa o universal ou o substancial

ou ainda o absoluto. Porém, não podemos cair na besteira de achar que é a partir de um complexo do todo que poderemos terminar último da verdade. Não é tornando complexo o entendimento que conquistaremos o ser que está por detrás de cada ente mundano, mas sim nos detalhas possuímos maior encontro com as coisas em si, não podemos cair na virtualidade do real dinâmico e veloz, nem no real da virtualidade dinâmica, pois temos que encontrar caminhos consistentes que nos possibilitem vias saudáveis para o conhecimento, seja americano, europeu, asiático ou brasileiro.

Não é necessariamente olhar a nossa história que vai tornar mais real ou mais segura nossa realidade, mas antes uma teoria geral que nos possibilite uma melhoria considerável na vida de cada um dos brasileiros, visando sempre o todo e o particular em detalhes na formação de uma opinião salutar, talvez uma criteriosa reflexão crítica no intuito de construir saídas possíveis dos problemas simples que hoje deturpam as vidas de milhões de pessoas em todo o mundo, seria mais interessante do que reivindicar o buscar simplesmente nossas origens originais sem propósitos, pois somente isso não nos serve mais nos valendo também hipóteses consistentes para introduzir o Brasil no cenário mundial do intelectualismo ou do pensamento válido universal.

CONCLUSÃO

Partindo da concepção que deve o pensamento histórico ser a fonte de uma nova construção cultural, fica evidente que a saída para tamanha problematizarão, seria uma construção arqueológica em vias de conceber seus fundamentos conceituais para determinar como seria possível encontrar uma maneira de possibilitar a construção de tal pensamento, em vez de cair em paradigmas de identidade ou na anarquia da globalização, se temos uma identidade no campo da filosofia da história ou em outros campos, e se tal afirmativa for verdade, ela por si só se firmará por verdade, não é do filósofo da história o papel de criar uma pré-história a sua maneira, mas antes de investigar criticamente se há uma filosofia existente em determinada região ou espaço de indivíduos ou comunidades.

Portanto, se não fazemos história e pré-história do Brasil não é porque não temos capacidades ou porque somos apáticos e não desejamos um pensar filosófico, isso é uma questão de possibilidade, hora ou outra irá surgir uma raiz indigenamente brasileira que fale a respeito do Ameríndio, mas assim como pode surgir em qualquer parte do mundo,

pois o material arqueológico é sua experiência de mundo, logo este material está em qualquer parte, sendo então possível construir ferramentas aqui também, mesmo que ela venha com formato acadêmico, citatório, influenciável, mas será feita por que a verdade não tem dono, nem identidade, muito menos fronteiras, ela simplesmente é. Basta um dia sabermos disso.

De acordo com a argumentação exposta, fica latente a necessidade de abrir áreas mais amplas, a fim de viabilizar a escavação de áreas mais profundas, ao menos onde há potencial para presença de sedimentos pleistocênicos. Esse potencial pode ser definido, entre outras coisas, por dados relacionados a estudos geoarqueológicos e em associação com outros sítios conhecidos na região.

Também propomos a reflexão crítica sobre a aplicação dos critérios científicos para validação das informações e sua relação com a discussão sobre processos de ocupação da América, incorporando dados de pesquisas vinculadas ao debate sobre a dinâmica de colonização de locais pouco ocupados e/ou pouco conhecidos e procurando trabalhar com enfoque essencialmente contextual, fundamentado em um diálogo entre escalas de análises distintas.

Além disso, sugerimos a incorporação de outros atores e discursos, para além daquele construído por arqueólogos, no intuito de inserir a discussão sobre o povoamento da América em um debate mais amplo sobre a história dos povos ameríndios

A Arqueologia fornece sistemas de interpretações que garantem a identidade, que permitem hoje entender o lugar no mundo, distinguem-se das imagens do mundo tradicionais não tanto pelo raio de ação mais restrito, como também pelo seu status possível de revisão.

Essas interpretações se alimentam, em parte, de uma apropriação, crítica da tradição, na qual a filosofia tem um papel mediador, que é ao mesmo tempo de interpretação e de reconstrução. Em lugar de uma sabedoria, capaz de integrar sinoticamente o conjunto dos conhecimentos humanos, apenas se conseguirá uma especialização estreita, de pouquíssimos poucos, que só interessará aos raros partidários.

Nesse âmbito, Deleuze e Guatarri (1997, p.13) definem o sentido da história como o “ato de se criar conceitos”; Bergson (1979, introdução), “visão do espírito pelo espírito”; Adorno e Horkheimer apud ABAGNANNO (2007), como busca da superação da razão subjetiva ou instrumental. Mas eu prefiro compreender a filosofia como mais próxima ao que pondera Merleau-Ponty, ou seja, o filósofo é aquele que está sempre em permanente revigorarão. Mas eu ainda sou mais direto

do que esse último, preferindo compreender a ciência histórica como a capacidade de saber dizer “não”. Também louvo a distinção que o médico Sponville faz ao destacar que o filósofo está sempre retornando ao passado, enquanto o cientista se fixa apenas no presente porque descarta as velhas teorias. Mesmo assim, é difícil superar o instrumentalismo da filosofia que já atua nos departamentos das universidades presas a Ordens e grupos seguindo, em certa medida, a mesma feição da raiz eclesial da filosofia brasileira na sua origem. Em resumo, o academicismo filosófico brasileiro, é o grande artífice da construção da verdadeira anti-história nas universidades, por incentivar o construto de acadêmicos obedientes, submissos e por vezes ornamentais, que por ser tão verdadeira sempre foi repudiada ou marginalizada quando o autor sugere que Machado de Assis teria mais a nos ensinar do que Emmanuel Kant, por exemplo.

A razão ocidental preferiu comentar pouco o que houve de mais puro nas Escolas gregas antes de Platão adotando esse como a grande “verdade” que deve ser seguida por toda artificialização do academicismo.

A centralidade do simbólico na cronologia histórica, que nas sociedades da informação tende a confundir-se com a confusão entre o real e o virtual, implica também uma reelaboração da relação entre o historiador e o arqueólogo – não só intelectual, senão fundamentalmente – do seu trabalho. Se estamos em uma sociedade de massas, difícil de alguém reconhecer, transferimos a consciência da nossa liberdade (Hegel) para o consumo, através da aquisição de bens pelos nossos salários. Ou seja, ninguém reconhecendo a nossa liberdade, fazemos nos reconhecer belo bem que compramos gerando a liberdade compulsiva do consumo. O mercado virtual da rede, embora voltado a uma sedução para histórias incompletas, sem strictu sensu, é democrático na medida em que todos têm acesso a todas as marcas produto e não a uma ideologização do consumo que não era democrática à medida em que impunha um limite de escolha de um produto que paradoxalmente contribuía para a ascensão do corporativismo, nato das sociedades fechadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOBERRO, R. **Textos de TecnoÉtica**. Filosofia e Pensamento. Girona, 2002.

ARISTÓTELES, Política. Madri, Centro de Estudos Constitucionales,1989.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____, **La era de la Información**. Madrid. Trotta, 1998.

CATALÁN, Miguel. **Códigos Éticos de Publicidad y Marketing**. Madrid: Ariel, 2000.

DINIZ, Esaú. **Ética e Deontologia dos Formadores**, Lisboa, FIACID, 1996.

GALBRAITH, Jonh Kennet. **La Sociedad opulenta**. Bracelona. Ariel, 1992.

_____, **La Cultura de la Satisfacción**,Madri,Ariel, 1997.

GUIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. São Paulo. Vozes, 1996.

HIMANEN, Pekka. **La Ética del Hacker**. Madrid: Contexto, 2001.

JAMESON, Frederic. **A Cultura do dinheiro**. Petrópolis, Editora Vozes.2001.

KÜNG, Hans. **Uma Ética Global para a Política e Economias Mundiais** Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

LEVI, Steven. **Hackers, héroes de la Revolución Informática**. Madrid: Planeta Agustín, 1984.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora DPQA, 2002.

Lowith. K. **El hombre em el centro de la história**, Barcelona, Ariel. 1998.

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

PLATÃO. **Diálogos**, in **Coleção Os Pensadores**, São Paulo, Abril, 1979.

MARTINS, Washington. **Repensar a Democracia, a Tecnologia e o Pluralismo**, Recife, Elógica- Livro Rápido, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnología**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, v.I.

RAYMOND, E. S. “La catedral y el bazar”, in **Revista de Occidente**. Madrid: nº 226, 2000.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2000

A AMÉRICA NA PERSPECTIVA DE SEUS PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS DA HISTÓRIA

Matusalém Alves Oliveira¹
Washington Luiz Martins da Silva²

Resumo:

Parte-se do pressuposto do entendimento de que não existe história do passado pois todo constructo da humanidade se fez consequência temporal e se alguém conscientemente se ilude que pode ao menos materialmente, apagar a sua história é porque não se admite no seu mais amplo presente. A metodologia adotada é analítica dedutiva baseada em um contingente bibliográfico histórico e filosófico

Palavras-chave: Educação, História, Epistemologia, Ameríndia, Brasil

Abstract:

It is based on the assumption that there is no history of the past because every construct of humanity has been a temporal consequence and if someone consciously deludes themselves that they can, at least materially, erase their history, it is because they do not accept themselves in their broader present. The methodology adopted is deductive analytical based on a historical and philosophical bibliographic contingente

Keywords: Education, History, Epistemological, Amerindian, Brazil.

1 Professor da Universidade Estadual da Paraíba, lotado no Departamento de História, Leciona no Curso de História (Pré-História e História Antiga Ocidental). Graduado em História e graduado em Arqueologia Bíblica. Especialista em Educação, Especialista em Psicanálise na Educação e Saúde e Especialista em Arqueologia e Especialista em Antropologia. Mestre em Teologia Histórica. Doutor em Psicanálise (UNIDERC) e Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)/ Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente coordenador do curso de licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

2 Professor Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa, Líder do Grupo de Pesquisa A Polissemia da Ação Humana. Doutor "Suma Cum Laude" em Filosofia pela Universidade de Barcelona possuindo, pela mesma universidade, Pós-Doutorado em Filosofia e Empresa, Diploma de Estudos Superiores Especializados, Estudos Avançados e Suficiência Investigadora em Ética e Política. Também tem Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona em Filosofia da Tecnologia, Historiografia das Ciências, Filosofia da Arte Contemporânea, além de Ética e Política. É Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, instituição onde realizou estudos superiores em Matemática, Mestrado e Especialização em Filosofia.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, a informação foi responsável pelo desenvolvimento humano e social. Atualmente, mais do que nunca, a capacidade de obter informação e gerar conhecimento é fator primordial na presente sociedade da informação, influenciando novas óticas de visão das ciências.

DESENVOLVIMENTO

Por isso, o conceito relacional entre Educação e História vem sofrendo adaptações ao longo das transformações das sociedades. Para as antigas civilizações, antes mesmo da invenção da escrita, um indivíduo só era considerado "educado" quando conseguia demonstrar suas habilidades ao lidar com lanças, arcos, flechas, catapultas e outros artefatos do gênero. Martins (2005), por exemplo, defende que as raízes de todos esses eventos se remontam no começo das Civilizações antes dos egípcios. Do contrário, como as pirâmides egípcias, Maias, Aztecas, ou Incas, quando se fizeram em lugares tão distantes?

Segundo Munford (1994), há a seguinte cronologia histórico/tecnológica da família homínida, de raça homo e de categoria sapiens: IDADE EOTÉCNICA....madeira, água (fonte de energia), energia animal (agricultura); IDADE PALEOTÉCNICA....carvão, ferro, energia a vapor(História econômica, primeira revolução industrial, século XVIII como fronteira de transição muito complexa);IDADE BIOTÉCNICA....harmonia ecológica.

Assim, técnica e máquina, ainda que primitivas, existem de fato há muito tempo e é natural que os homens de épocas muito remotas tivessem sido forçados a meditar sobre problemas semelhantes. Há dois milênios e meio o sábio chinês Chuang Tse dizia quem faz seu trabalho com máquina termina com seu coração de máquina.

O que percebemos é que o *homotecnológico* levou ao avanço da tecnologia mudanças significativas no campo do conhecimento e da comunicação, principalmente, com o fenômeno da internet. Isso trouxe para as pessoas uma enorme capacidade de trocar informações e compartilhar dados. Segundo Borges (2000), a sociedade da informação, gradativamente, molda um novo indivíduo, onde a virtualização, cada vez mais presente no nosso cotidiano, cria relações, novos conhecimentos, novas maneiras de pensar e agir, ampliando assim as potencialidades humanas, mas, esquecendo os valores contributivos herdados pelo

homem primitivo.

CONCLUSÃO

A centralidade do simbólico na cronologia histórica, que nas sociedades da informação tende a confundir-se com a confusão entre o real e o virtual, implica também uma reelaboração da relação entre o historiador e o arqueólogo – não só intelectual, senão fundamentalmente – do seu trabalho. Se estamos em uma sociedade de massas, difícil de alguém reconhecer, transferimos a consciência da nossa liberdade (Hegel) para o consumo, através da aquisição de bens pelos nossos salários. Ou seja, ninguém reconhecendo a nossa liberdade, fazemos nos reconhecer belo bem que compramos gerando a liberdade compulsiva do consumo. O mercado virtual da rede, embora voltado a uma sedução para histórias incompletas, sem strictu sensu, é democrático na medida em que todos têm acesso a todas as marcas produto e não a uma ideologização do consumo que não era democrática à medida em que impunha um limite de escolha de um produto que paradoxalmente contribuía para a ascensão do corporativismo, nato das sociedades fechadas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOBERRO, R. **Textos de TecnoÉtica**. Filosofia e Pensamento. Girona, 2002.

ARISTÓTELES, **Política**. Madri, Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos Meios às Mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____, **La era de la Información**. Madrid. Trotta, 1998.

CATALÁN, Miguel. **Códigos Éticos de Publicidad y Marketing**. Madrid: Ariel, 2000.

DINIZ, Esaú. **Ética e Deontologia dos Formadores**, Lisboa, FIA-CID, 1996.

GALBRAITH, Jonh Kennet. **La Sociedad opulenta**. Bracelona. Ariel, 1992.

_____, **La Cultura de la Satisfación**, Madri, Ariel, 1997.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HEIDeGGER, Martin. **Ser e Tempo**. São Paulo. Vozes, 1996.

HIMANEN, Pekka. **La Ética del Hacker**. Madrid: Contexto, 2001.

JAMESON, Frederic. **A Cultura do dinheiro**. Petrópolis, Editora Vozes. 2001.

KÜNG, Hans. **Uma Ética Global para a Política e Economias Mundiais** Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

LEVI, Steven. **Hackers, héroes de la Revolución Informática**. Madrid: Planeta Agustin, 1984.

LEVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. Rio de Janeiro: Editora DPQA, 2002.

Lowith. K. **El hombre em el centro de la história**, Barcelona, Arial. 1998,

LYOTARD, Jean-François. **O Pós-Moderno**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988.

PLATÃO. **Diálogos**, in **Coleção Os Pensadores**, São Paulo, Abril, 1979.

MARTINS, Washington, **Repensar a Democracia, a Tecnologia e o**

Pluralismo, Recife, Elógica- Livro Rápido, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de tecnología**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005,v.I.

RAYMOND, E. S. “La catedral y el bazar”, in **Revista de Occidente**. Madrid: nº 226, 2000.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

ALTERAÇÕES DIMENSIONAIS DA FACE E A CORRELAÇÃO COM O DISTÚRBO DA APNEIA OBSTRUTIVA DO SONO. UMA ANÁLISE NEUROCIENTÍFICA DA RESPIRAÇÃO E DA PSIQUE HUMANA

Leonardo Cavalcanti Bezerra dos Santos¹

Washington Luiz Martins da Silva²

Matusalém Alves Oliveira³

Resumo:

No campo da Neurociências, a Síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) costuma causar alterações sistêmicas graves como distúrbios metabólicos, obesidade, sonolência diurna, depressões nos adultos e hiperatividades em crianças, alterações neurológicas e psíquicas muitas vezes com transtornos psicossociais. O que se observa é o agravamento de problemas neuro psiquiátricos uma vez que o sono reparador está ausente. Estudos das dimensões faciais são importantes para que os profissionais de saúde possam inicialmente diagnosticar e investigar as causas das obstruções respiratórias. Este estudo tem como objetivo correlacionar as alterações dimensionais faciais, a SAOS e o impacto psicossocial destes. A partir de uma revisão na literatura, foram encontrados que existe uma correlação entre as alterações dimensionais da

1 Professor Titular, Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, sendo graduado, mestre e Doutor em Odontologia pela mesma Universidade. Atua nos temas da deformidade facial, ademais nos campos teórico-prático como Cirurgião Bucocomaxilo-facial do serviço de Extensão do Hospital das Clínicas da UFPE.

2 Professor Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa, Líder do Grupo de Pesquisa A Polissemia da Ação Humana. Doutor "Suma Cum Laude" em Filosofia pela Universidade de Barcelona possuindo, pela mesma universidade, Pós-Doutorado em Filosofia e Empresa, Diploma de Estudos Superiores Especializados, Estudos Avançados e Suficiência Investigadora em Ética e Política. Também tem Pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona em Filosofia da Tecnologia, Historiografia das Ciências, Filosofia da Arte Contemporânea, além de Ética e Política. É Professor aposentado da Universidade Federal de Pernambuco, instituição onde realizou estudos superiores em Matemática, Mestrado e Especialização em Filosofia.

3 Professor da Universidade Estadual da Paraíba, lotado no Departamento de História, Leciona no Curso de História (Pré-História e História Antiga Ocidental). Graduado em História e graduado em Arqueologia Bíblica. Especialista em Educação, Especialista em Psicanálise na Educação e Saúde e Especialista em Arqueologia e Especialista em Antropologia. Mestre em Teologia Histórica. Doutor em Psicanálise (UNIDERC) e Doutor em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)/ Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente coordenador do curso de licenciatura plena em História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

face e a SAOS, assim como o fator psíquico do paciente. O posicionamento dos maxilares é decisivo na indicação dos tratamentos para a apneia. E o uso de medicamentos indutores do sono é cada dia mais comum, entretanto, eles podem agravar o quadro de pacientes portadores de obstruções respiratórias. Conclui-se que se o paciente for portador da SAOS, independentemente de transtorno psíquico e/ou neurológico, o tratamento da deverá ser realizado o mais rápido possível.

Palavras-chave: Apneia do Sono, saúde, Neurociências, Transtorno escolar

Abstract:

In the area of Neuroscience, obstructive sleep apnea syndrome (OSAS) usually causes serious systemic changes such as metabolic disorders, obesity, daytime drowsiness, depression in adults and hyperactivity in children, neurological and psychological changes, often accompanied by psychosocial disorders. Or that worsening of neuropsychiatric problems is observed when restorative sound is absent. Studies of facial dimensions are important so that health professionals can diagnose and initially investigate the causes of respiratory obstructions. This study aims to correlate facial dimensional changes, OSAS and their psychosocial impact. From a literature review, we found that there is a correlation between dimensional changes in the face and OSAS, as well as the patient's psychological factors. The positioning of the jaws is decisive in recommending two treatments for apnea. The use of sleep-inducing medications is becoming more common every day, however, they can worsen the group of patients with respiratory obstructions. It is concluded that if the patient has OSA, regardless of psychological and/or neurological disorder, treatment must be carried out as quickly as possible.

Keywords: Sleep apnea, health, neuroscience, school disorder.

INTRODUÇÃO

Os campos da educação e da saúde se estabeleceram a partir das formações disciplinares que as legitimam e credenciam como áreas do conhecimento, conquistando, inquestionavelmente, grandes avanços teóricos nas últimas décadas. É incontestável a importância da formação qualificada em ambas as áreas para o bem-estar da sociedade e

para a sustentabilidade do desenvolvimento de uma nação. A condição Biopsicosociológica tanto do professor como do aluno em espaços escolares, incide também no distúrbio da apneia do sono, demonstrando prematuramente esgotamento, depressão, transtornos ... refletindo em baixa de desempenho e autoestima, sendo hoje analisada nos diversos campos da Neociência.

A aproximação entre as Áreas como objeto do conhecimento e da formação profissional é recente no Brasil. Em torno da implantação da Área de Saúde na década de 1970 houve esforços pela relação entre saúde e educação, mas somente nos últimos anos, mais especificamente a partir do ano de 2000 o trabalho de pós-graduação tem assumido os desafios da educação para os profissionais que atuam na área da saúde.

Existem mais de 100 distúrbios do sono, sendo a insônia e a apneia obstrutiva do sono os mais comuns. Outros distúrbios também podem estar presentes como a apneia central do sono, o bruxismo, o sonambulismo e o movimento periódico de pernas.

A apneia obstrutiva do sono (AOS) é um transtorno comum e potencialmente grave. A via aérea torna-se repetidamente bloqueada pelo relaxamento dos tecidos da faringe e da base da língua, limitando a quantidade de ar que atinge os pulmões.

Esses distúrbios do sono frequentemente estão associados a doenças cardiovasculares doença arterial coronariana, arritmias e hipertensão arterial, metabólicas como obesidade e resistência à insulina, alterações gastrointestinais como refluxo, psiquiátricas tipo depressão e ansiedade, neurológicas com alterações cognitivas, epilepsia, déficit de atenção, acidente vascular encefálico, dificuldades de memória e de aprendizado, além de um maior risco de acidentes. World Sleep Day , March (2022).

O diagnóstico é confirmado com o exame da Polissonografia, utilizando equipamentos portáteis tipo Stardust , que tem facilitado o uso por não necessitar de internamento, sendo realizado na residência do paciente. Entretanto existe um custo financeiro, que poderá limitar o seu uso mas não a sua indicação deverá fazer parte da investigação clínica quando indicado. Confirmado o diagnóstico qualquer custo no tratamento preventivo será menos oneroso que os custos resultantes de uma doença crônica e incapacitante.

Portanto a Polissonografia está indicada quando sinais clínicos de sonolência diurna no Adulto, hiperatividade nas crianças, respiradores orais.

Santos (2003) utilizou traçados cefalométricos de McNamara

utilizados em pacientes do serviço de Ortopedia Funcional dos Maxilares da UFPE. Correlacionou espaços aéreos superiores e inferiores aplicando método não paramétrico de Pearson, concluiu que o espaço aéreo estavam aumentados quando a maxila e a mandíbula estavam protruídos, e diminuía quando estavam retroposicionados, e quando a dimensão vertical anterior estava diminuída os espaços aéreos também diminuía.

O retrognatismo mandibular é sem dúvida que está mais fortemente associado a transtornos respiratórios.

Os benzodiazepínicos surgiram na década de 60 e são utilizados, principalmente, como ansiolíticos e hipnóticos, também com efeito anticonvulsivante e relaxante muscular. Em pacientes portadores de SAOS, o efeito negativo de benzodiazepínicos no controle da ventilação durante o sono, com piora de parâmetros respiratórios, já foi questionado. Diversos autores afirmam que o uso crônico de benzodiazepínicos ocorre após uso regular por 4 a 6 semanas, sendo encontrados na literatura autores que afirmam essa cronicidade a partir de 30 dias de uso. Alguns estudos demonstraram uma associação negativa entre a gravidade da SAOS e o uso de benzodiazepínicos; enquanto outros demonstraram que não há correlação entre estas variáveis. Além da possível correlação com o uso de hipnóticos, é apresentada a associação entre SAOS e algumas comorbidades neuropsiquiátricas, dentre elas a depressão. De fato, estudos epidemiológicos demonstraram que pacientes com diagnóstico de transtorno depressivo apresentam cinco vezes mais chance de desenvolver SAOS e que pacientes com diagnóstico de SAOS apresentavam prevalência significativamente maior de transtornos de humor, quando comparados a pacientes sem diagnóstico de SAOS. A Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono se estabelece, então, como um fator de risco para o desenvolvimento de depressão, Bottaro 2022.

Assim, a Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono (SAOS) caracteriza-se pela obstrução parcial ou completa da via aérea superior, de forma intermitente e recorrente. Decorre de colapsos da região faríngea, propiciando redução substancial do fluxo aéreo, determinando apneia ou hipopneia. Está associada a diversos sintomas e comorbidades, como sonolência excessiva diurna, déficit cognitivo, depressão, obesidade, redução da qualidade de vida, elevação dos riscos de acidentes laborais, de trânsito e de risco para doença vascular cardioencefálicas, entre outras. Pacientes acometidos queixam-se de má qualidade do sono, tornando-se candidatos ao uso de medicamentos hipnóticos.

Há estudos que relacionam a SAOS ao desenvolvimento de Brazilian Journal of Heal.

ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO

O diagnóstico diferencial entre o transtorno psíquico causado por traumas ou alterações neurológicas são muitas vezes confundidos com problemas da SAOS, e poderão estar associados. Por este motivo o diagnóstico inicial com a Polissonografia deverá ser indicado sempre que houver alguma suspeita, como deformidades faciais. Algumas vezes observamos que problemas psíquicos são valorizados e tratados com ansiolíticos que nos pacientes com Apneia obstrutiva do sono poderá agravar ainda mais o quadro respiratório. Uma vez que muitas dessas drogas costumam causar depressão respiratória, outras medidas deverão ser avaliadas até que o padrão do sono seja reestabelecido.

O fato é que uso de drogas indutoras do sono em sua maioria deprimem o sistema nervoso central. Por este motivo novas drogas ou métodos de tratamento devem ser estudados.

Como por exemplo a correção das deformidades ou uso de dispositivos que assegurem um sono seguro.

Métodos para o diagnóstico e tratamento deverão ser estudados para que maior número de pacientes seja beneficiado. Para atingir este objetivo faz se necessário equipes multidisciplinares que desenvolvam equipamentos que estimulem áreas musculares hipotônicas ou mesmo através de ondas cerebrais que induzam um sono seguro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas de natureza interdisciplinar exigem uma dimensão heurística que não somente reconhece cada Área envolvida, mas pressupõe avanços teóricos em várias áreas disciplinares. O pensamento interdisciplinar se constrói na relação com o disciplinar, sendo necessária uma visão crítica em relação a cada campo de conhecimento em particular. Como o trabalho interdisciplinar requer novos procedimentos e pesquisa, assim como esquemas de análise diferentes dos que lidam numa Área específica, é necessária certa flexibilidade do pesquisador, assim como uma capacidade de transitar em diferentes campos do saber. A capacidade heurística, a flexibilidade e o espírito crítico, inerentes à pesquisa interdisciplinar, são especialmente facilitados quando se tem a Neurociências como norteadora.

Os diversos desafios teóricos e metodológicos da pesquisa científica de natureza interdisciplinar, nas áreas da Educação e Saúde, encontram na Psicanálise um excelente meio de articulação entre as diferentes Áreas do saber. Sendo assim, o eixo principal de articulação no Mestrado Profissional em Educação e Saúde é a Psicanálise e sua relação direta com a educação e a saúde, cuja natureza interdisciplinar permite sustentar o debate plural e dialógico com os conhecimentos envolvidos e com as práticas profissionais trazidas pelo nosso público.

O diagnóstico morfológico da face poderá indicar um paciente com transtornos respiratórios graves e após a confirmação pela polissonografia o tratamento deverá ser iniciado o mais rápido possível. Pesquisas que envolvam novas drogas que induzam o sono sem causar depressão respiratórias deverão ser estudadas ou estímulos eletromagnéticos que induzam o sono deverão ser incentivadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bottaro, G. B. et al : Associação entre o uso de benzodiazepínicos e antidepressivos e a gravidade da Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono DOI:10.34119/bjhrv6n5-007 31/07/2023.

Panissa, C., Morawski, R., Tonietto, L., Silveira, V. S., Gulinelli, J. L., & Calcagnotto, T. (2018). Cirurgia ortognática para tratamento da síndrome de apneia obstrutiva do sono: relato de caso. **Revista Da Faculdade De Odontologia - UPF**, 22(3). <https://doi.org/10.5335/rfo.v22i3.7650>.

Santos, L.C.B.: **Avaliação dos espaços naso e oro-faríngeos e suas correlações com alterações dimensionais da face.** Dissertação Mestrado em Odontologia da UFPE, 2002.

Cristina S , Paulo Sérgio F. C , Nilvano A. A., Carla D.: Síndrome da apnéia e hipopnéia obstrutiva do sono: análise cefalométrica. **Rev Bras Otorrinolaringol.** V.71, n.3, 369-72, mai./jun. 2.

CAMPOSTRINI, D. D. A. et al. Síndrome da Apneia Obstrutiva do Sono e Doenças Cardiovasculares. **Revista Neurociências**, 22(1), 102–112, 2014 <https://doi.org/10.34024/rnc.2014.v22.8127> KERNER, N.A.; ROOSE, S.P. Obstructive Sleep Apnea is Linked to De-

pression and Cognitive Impairment: Evidence and Potential Mechanisms. *American Journal of Geriatric Psychiatry*, 24(6): 496–508. Jun 2016. doi:10.1016/j.jagp.2016.01.134. GUILLEMINAULT, Christian. Benzodiazepines, breathing and sleep. *The American Journal of Medicine*, 88(3A):25S-28S. Mar 1990. [https://doi.org/10.1016/0002-9343\(90\)90282-I](https://doi.org/10.1016/0002-9343(90)90282-I) ZANCANELLA, E. et al. Apneia obstrutiva do sono e ronco primário: diagnóstico. *Jornal Brasileiro de Otorrinolaringologia*, 80(1 Suppl 1):S1-16. Jan-Feb 2014. <https://doi.org/10.5935/1808-8694.2014S001> NETO, L. C. S. et al. Consequências individuais e socioeconômicas da síndrome da apneia obstrutiva do sono. *Arquivos Brasileiros de Ciências da Saúde*, 38(1):33-39, 2013. <http://dx.doi.org/10.7322/abcshs.v38i1.6> MIR, S. et al. Concomitant benzodiazepine and opioids decrease sleep apnoea risk in chronic pain patients. *European Respiratory Journal Open Research*, 25; 6(3):00093-2020. Ago 2020. doi: 10.1183/23120541.00093-2020. MCENTIRE, D.M. et al. Effect of sedative-hypnotics, anesthetics and analgesics on sleep architecture in obstructive sleep apnea. *Expert Review of Clinical Pharmacology*, 7(6):787- 806. Nov 2014 doi: 10.1586/17512433.2014.966815. BALDWIN, D. S. et al. Benzodiazepines: Risks and benefits. A reconsideration. *Journal of Psychopharmacology, England*, 27: 967, Set 2013. SALZMAN, C. Addiction to Benzodiazepines. *Psychiatry Quaterly*. 69, 251–261. Dez 1998. <https://doi.org/10.1023/A:1022125929946> PREVALÊNCIA DO USO DE PSICOTRÓPICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS. Barbacena, Mg: *Revista Médica de Minas Gerais*, v. 30, 2020. Disponível em: DOI: <http://www.dx.doi.org/10.5935/2238-3182.v30supl.4.09>. Acesso em: 17 nov. 2021. Mendelson WB, Garnett D, Gillin JC. Flurazepam-induced sleep apnea syndrome in a patient with insomnia and mild sleep-related respiratory changes. *The Journal of Nervous and Mental Disease*. 169(4):261-4. Abril 1981. doi: 10.1097/00005053-198104000-00012. PMID: 7217935.

GUILLEMINAULT, C.; DEMENT, W. C. 235 cases of excessive daytime sleepiness: Diagnosis and tentative classification. **Journal of the Neurological Sciences**, 31(1), 13-27, 1977.

[https://doi.org/10.1016/0022-510X\(77\)90003-X](https://doi.org/10.1016/0022-510X(77)90003-X). *Brazilian Journal of Health Review* ISSN: 2595-6825 19549 *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 6, n. 5, p.19539-19549, sep./oct., 2023 MILLMAN, R.P. et al. Depression as a manifestation of obstructive sleep

apnea: reversal with nasal continuous positive airway pressure. *Journal of Clinical Psychiatry*, 50:348-351. 1989 OHAYON, M.M. The effects of breathing-related sleep disorders on mood disturbances in the general population. *Journal of Clinical Psychiatry*, 64:1195-200, 2003. PHILIPS B.A. et al. Sleep-disordered breathing in healthy, aged persons: Fifth and final year follow-up. *Chest Journal*, 110:654-658, Set 1996. doi: 10.1378/chest.110.3.654. SOYKA M. Treatment of Benzodiazepine Dependence. *New England Journal of Medicine*. 376:1147-1157. Mar 2017. DOI: 10.1056/NEJMra1611832. WANG SH et al. Benzodiazepines Associated With Acute Respiratory Failure in Patients With Obstructive Sleep Apnea. *Frontiers in Pharmacology*, 7;9:1513, Jan 2019. doi: 10.3389/fphar.2018.01513. Mason M, Cates CJ, Smith I. Effects of opioid, hypnotic and sedating medications on sleepdisordered breathing in adults with obstructive sleep apnoea. *Cochrane Database Syst Rev*. 2015 Jul 14;(7):CD011090. doi: 10.1002/14651858.CD011090.pub2. PMID: 26171909. MORAIS, L. R. de; MAGALHÃES, A. C. A. de; COSTA, I. L.; RIBEIRO, I. P. de A.; RODRIGUES, I. de O.; COSTA, J. R. A. e; COELHO, L. R. P.; SILVA, L. R.; RODRIGUES, V. dos S. S. A relação entre a apneia do sono e doenças cardiovasculares / The relation between sleep apnea and cardiovascular diseases. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 4619–4635, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-050. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/25661> TEIXEIRA, C. de A. D.; MOURA, J. E. D.; REGALADO, T. F. S.; DE SOUZA, D. M. T.; DE SOUZA, J. F.; DE AZEVEDO, A. C.; CAMPOS, G. O.; DA SILVA, W. H. Principais distúrbios do sono na população idosa: uma revisão de literatura / Main sleep disorders in the elderly population: a literature review. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 2702–2709, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n2-116. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/835>

PRÉ-VESTIBULAR SOLIDÁRIO: AÇÃO DE EXTENSÃO E CIDADANIA

Fábio Alves Gomes¹

Matheus Gleydson do Nascimento Sales²

Resumo:

Desenvolvemos várias ações extensionistas, buscando desenvolver a extensão universitária enquanto prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais. Uma universidade que, voltada para a formação do profissional cidadão, se credencie cada vez mais junto a sociedade como espaço privilegiado de produção de conhecimentos significativos para a superação das desigualdades sociais existentes. Entre os projetos desenvolvidos está o Pré-Vestibular Solidário (PVS), criado em 2000, com o objetivo de atender vestibulandos carentes de Campina Grande e de cidades vizinhas. Atualmente o projeto atende uma demanda de mais de 350 alunos oriundos de escolas públicas ou bolsistas em escolas particulares, que concluíram ou estejam concluindo o ensino médio.

Palavras-chave: Enem. Educação. Cidadania. Extensão.

INTRODUÇÃO

O Programa Pré-Vestibular Solidário (PVS) objetiva contribuir para a construção de políticas sociais afirmativas, ao viabilizar a ampliação das condições de acesso e permanência à educação superior de jovens e adultos, oriundos de escolas públicas que já tenham concluído ou estejam concluindo o ensino médio.

Possibilitando ao público beneficiado a preparação para o ingresso a universidade e a capacidade de utilizar a educação em diversas áreas do conhecimento, tentando corrigir assim as distorções no ensino público.

Desenvolver o aprimoramento do aluno como pessoa humana, incluindo a formação ética e a autonomia intelectual, de modo a permitir que estes continuem aprendendo, de forma autônoma e crítica, em

1 Coordenador de Programas de Mestrado e Doutorado da Fust – Florida University of Science and Theology.

2 Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Editor Chefe da Editora Antropus. E-mail: matheusales100@gmail.com

níveis mais amplos do conhecimentos de estudos. Instigar nos participantes o desenvolvimento da capacidade de aprender, criar e formular conhecimento de maneira a desenvolver valores e competências que se coadunem com as exigências da sociedade contemporânea.

Oferecer a preparação e as orientações básicas para a integração dos alunos ao mundo do trabalho, com competência que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo.

Contribuindo assim para a ampliação da capacidade dos alunos de compreender criticamente as causas históricas que limitam o acesso à escola, aos benefícios e as decisões da sociedade em que vivem.

MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente é feita uma ampla divulgação do PVS/CG junto às instituições de ensino médio (escolas públicas de Campina Grande e cidades vizinhas), além da divulgação através das redes sociais do cursinho (facebook e twitter), rádios e emissoras de televisão da cidade. Seguidamente, procede-se as inscrições e o sorteio, em atendimento às regras do edital que é anualmente divulgado no site do PVS/CG.

Todas as atividades do PVS/CG configuram-se em sua maioria em trabalho voluntário de professores (alunos de graduação) da UFCG, UEPB - (06 bolsistas e 92 voluntários) e da pós-graduação da UFCG, distribuídos nas disciplinas de Biologia, Física, Geografia Geral e do Brasil, História Geral e do Brasil, Química, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira (Inglês/Espanhol) e Literatura Brasileira, sendo envolvidos ainda, profissionais qualificados do corpo de funcionários dessa instituição e membros da própria sociedade atendida pelo cursinho.

Os graduandos atuam como professores voluntários podendo colocar em prática os saberes adquiridos e realizar uma experiência docente, significativa para sua formação profissional, além de prestar serviços à comunidade. Segundo CANDAU (2000):

[...] Iniciativas desse tipo formam, de maneira gradativa, um marco importante na formação dos graduandos, ao mesmo tempo em que promove reflexões sobre o trabalho por eles desenvolvido em sala de aula e enseja a formação de sujeitos autônomos, capazes de compreender a realidade que os cerca e age. (Candau 2000, p.87).

Além da prática docente, os voluntários tem a oportunidade de desenvolver atividades de pesquisa, orientados por docentes da UFCG, e tutores da UniFatecie/CG, como por exemplo, os alunos graduandos de prática de ensino do curso de Letras da UFCG e UniFatecie/CG, ao tempo em que utilizam novas metodologias na construção do saber. Vale salientar que no âmbito do ensino de línguas e literatura, o trabalho com os instrutores voluntários foi realizado utilizando-se o que existe de mais avançado: “a leitura detida de textos, o estímulo á produção textual, sua constante escritura e reescritura, a análise de textos e obras integrais, abandonando o historicismo positivista” (BORDONI & AGUIAR, 1988; PINHEIRO, 2002).

Com base nesta perspectiva, o Pré-Vestibular Solidário busca oportunizar aos alunos condições mais competitivas para concorrer a vagas na universidade pública, gratuita e de qualidade, bem como a melhoria do ensino, uma vez que não contempla o repasse de “bizus” ou dicas de vestibular, mas o incentivo da leitura integral da nova metodologia crítica empregada pelo ENEM, contribuindo, dessa forma, para a emancipação desses estudantes.

Os alunos sorteados efetuam as matriculas no PVS/CG para assistir aulas de todas as disciplinas oferecidas (de Segunda á Sexta no horário compreendido das 18h30min ás 21h30min, salientamos também que aos sábados são oferecidos aos alunos aulas de reforço.), mesmo porque é uma exigência do novo método o ENEM ter o mínimo de conhecimento de todas as disciplinas com entendimento lógico e rápido. O projeto iniciou-se com 350 (trezentos e cinquenta) estudantes, posteriormente ampliando para 400 estudantes distribuídos em 7 salas com capacidade para 35/60 pessoas.

O conteúdo programático utilizado no projeto é o novo modelo implementado pelo ENEM, sendo trabalhando na mesma sequência. (conteúdo de todas as disciplinas em anexo).

No início de cada período letivo são realizadas duas oportunidades de capacitação didático-pedagógicas com os professores do PVS/CG com 45 horas cada uma. Além disso, uma prática constante no PVS/CG, durante a vigência de 2019, foi a realização de palestras envolvendo temas transversais e temas sugeridos nos manuais dos de metodologia do ENEM.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU RESULTADO E DISCUSSÃO

Baseados nas fichas de matriculas dos estudantes sorteados para o Projeto Pré-vestibular Solidário em 2019, podemos destacar: que em 5 dias de inscrições 2019, foram inscritos 856 estudantes, dos quais 400 (47%) estudantes foram selecionados mediante sorteio a fazerem parte do Projeto Pré-vestibular Solidário em Campina Grande.



Figura 1: Porcentagem de estudantes sorteados a participar do cursinho em Campina Grande em 2019. Fonte: PVS/CG.

Em 2019, foi possível fazer um “raio-x” dos municípios paraibanos atendidos pelo projeto, esse panorama geral é apresentado nos gráficos que se seguem, nele pode-se perceber que 33% (132 estudantes) dos sorteados são oriundo de 32 cidades do estado.

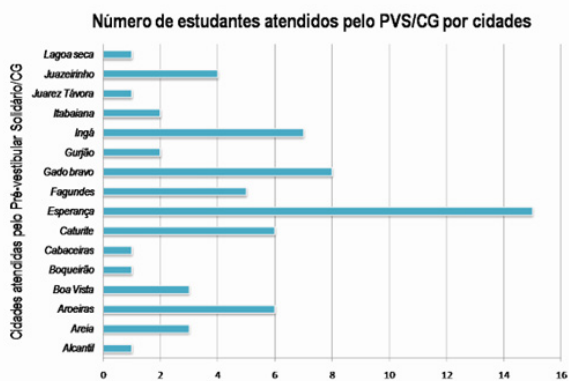


Gráfico 2: Número de estudantes atendidos pelo PVS/CG por cidades. Fonte: PVS/CG.

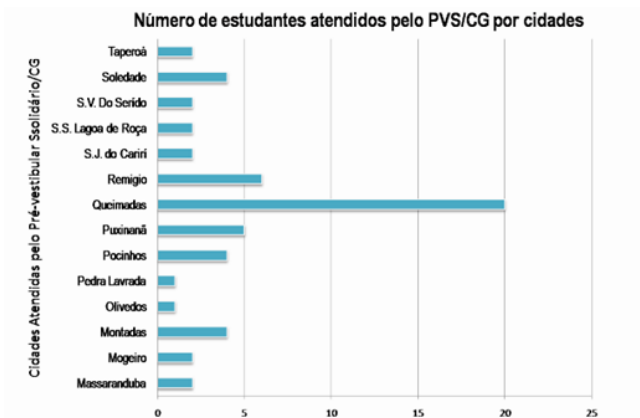


Gráfico 1: Número de estudantes atendidos pelo PVS/CG por cidades.

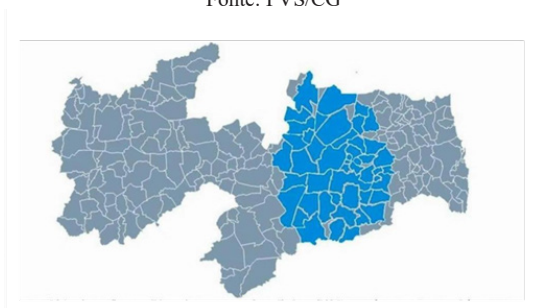
Fonte: PVS/CG.

Deve-se ressaltar que os gráficos acima não levam em conta Campina Grande. Os estudantes do Projeto Pré-vestibular Solidário oriundos de Campina Grande foram 268 estudantes que correspondem a (67%) do público total atendido em 2019.

Analisou-se também em 2019, o impacto da importância do cursinho no estado sobretudo no compartimento da Borborema, observe:

Figura 2: Municípios paraibanos atendidos pelo PVS/CG em 2019.

Fonte: PVS/CG



O perfil de idade dos estudantes selecionados ao cursinho, naquele ano, variou de 18-24 anos (63%) e de 25-34 anos (19%), onde a maioria são mulheres (68%) e homens (32%), como é possível observar:

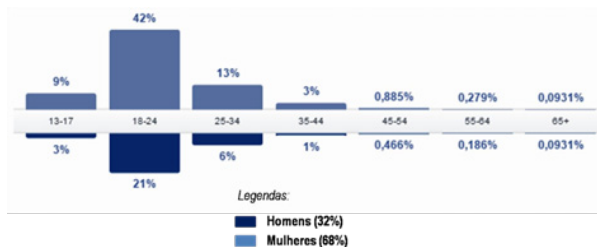
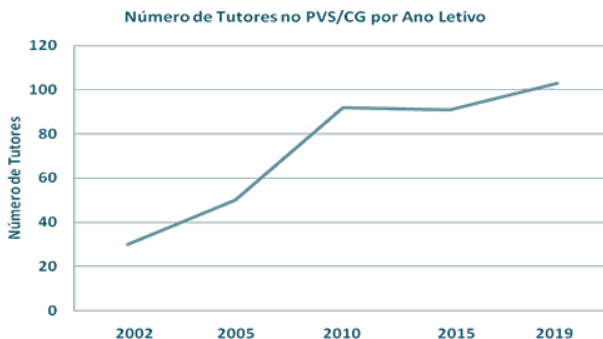


Figura 3: Perfil de idade dos estudantes selecionados ao PVS/CG em 2019.

Fonte: PVS/CG.

Outro fator importante observado nos últimos anos foi o número crescente de graduandos e pós-graduandos interessados em atuar como professores no cursinho, podemos acompanhar essa evolução a seguir:



O resultado do trabalho realizado em 2019, no PVS/CG, foram apresentados com entusiasmo através do gráfico a seguir que mostra os índices de aprovação dos nossos estudantes nas mais diferentes instituições de ensino superior do estado e instituições públicas.

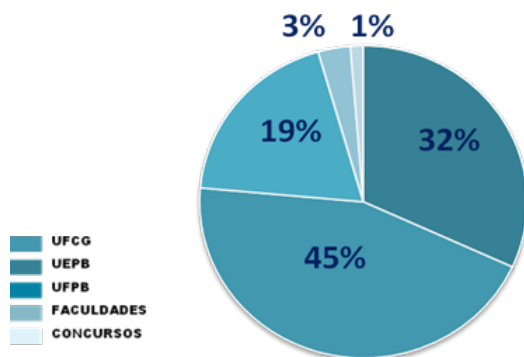


Gráfico 3: Evolução do número de estudantes do PVS/CG aprovados em instituições de ensino superior do estado e instituições públicas através de concursos. Fonte: PVS/CG

Durante os anos letivos houveram acompanhamentos da coordenação do PVS/CG, junto as equipes de professores voluntários, neste período o processo aconteceu de forma sistemática e contínua, resumidas da seguinte forma:

- Foram realizadas reuniões mensalmente com os professores a fim de constatar o encaminhamento dado as atividades propostas de cada disciplinas;
- Nas Reuniões mensais discutimos com os professores voluntários sobre as aulas realizadas, a questão da evasão ocorrida e as possíveis alternativas a serem desenvolvidas com vistas a minimizar o problema da evasão;
- Aconteceram também reuniões com o objetivo de se planeja aulas e simulados com os alunos.

Quanto a avaliação ao projeto podemos destacar que observou-se um desenvolvimento substancial em alguns professores do PVS, a partir da experiência que tiveram em sala de aula, tanto com relação a sua postura perante os alunos como ao seu desempenho acadêmico.

Quanto à interdisciplinaridade esta foi notável, sobretudo nas disciplinas, pois a nova metodologia que o ENEM exige, devido seu caráter ser mais inter-relacionado.

A repercussão acadêmica e social do projeto são notáveis, sobretudo pelos resultados alcançados e pela grande procura durante todo ano, além dos depoimentos de alguns alunos ao relatar que fazer parte desse projeto foi um marco que fez uma diferença em suas vidas, principalmente pelo preenchimento de lacunas existentes no ensino médio.

Alguns graduandos-professores que pretendem trabalhar como docentes, também comunicaram e testemunharam que o projeto teve importância ímpar em sua formação.

Visando uma maior integração e inclusão em nosso projeto e no que determina a **Lei Federal 13.535/2017**, são destinados 25 vagas para idosos e deficientes físicos no Pré vestibular Solidário na edição de 2020, com isso ficamos com o seguinte cenário:

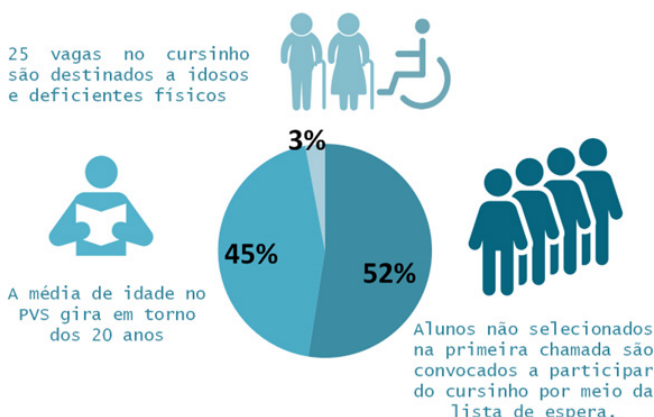


Figura 4: Perfil dos estudantes do Pré vestibular Solidário em 2020 de Campina Grande.
Fonte: PVS/CG

Em 2020, nossa turma especial (com estudantes idosos ou com deficiência física) correspondeu a 3 por cento dos nossos estudantes. Vale salientar que a idade média do nosso alunado fica em torno dos 20 anos.

[...] o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque como sujeito e permanecendo como sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser dialógico. (Bakhtin, 2003, p. 400).

CONCLUSÃO

O Projeto Pré-vestibular Solidário/CG contribuiu de forma significativa para a melhoria da educação na região e nos municípios vizinhos, pois vem contribuindo para o acesso ao ensino superior à população de baixa renda.

Outro resultado importante alcançado pelo projeto é que este proporcionou o retorno de pessoas que a muito haviam desistido dos estudos, com alguns casos de até vinte anos fora da escola. Também se verificou uma contribuição na formação dos acadêmicos, uma vez que estes tiveram a oportunidade de exercitar a prática docente de forma diferenciada, e serem inseridos no mercado de trabalho.

Além disso, o projeto implementou de forma sólida uma ação extensiva e de aproximação entre universidade, a educação básica e a comunidade pelas ações extensionistas que vem desenvolvendo com o apoio da extensão promovida pela Universidade Federal de Campina Grande.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Marli eí ai. **Pedagogias das diferenças na sala de aula**. 7.ed. Campinas: Papirus, 1999.

BENTO, Maria Aparecida Silva et ai. **Ação afirmativa e diversidade no trabalho: desafios e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CAUTELAR, Marilda. **Inclusão no trabalho: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

BORDONI, M. da G.; AGUIAR, V.T. **Literatura - formação do professor - alternativas metodológicas**. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

SEVERINO, A.J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 10.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DEMO, Pedro. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre – S: Mediação, 2004.

PINHEIRO, H. **Poesia da sala de aula**. 2ª.ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

PAULINO,G.; WALTY, I. **Teoria da literatura na escola**. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 23.ed. São Paulo: Ática, 2004.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO: O ENSINAR E O APRENDER NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Andrezo Correia dos Santos¹

Márcio Pedro da Silva²

Resumo:

O artigo apresenta a educação multicultural e se propõe a analisar, criticamente, os currículos monoculturais, em uma perspectiva que o conhecimento nutre a formação do sujeito, evidenciando a inclusão e ressignificando o conhecimento do ensinar - aprender. Apontando a educação e seu processo a uma dimensão de transcendência na educação em que não há limites para aprendizagem, tendo como objetivo geral do presente estudo é: argumentar o ensinar e o aprender na escola inclusiva, identificando os sujeitos excluídos e incluídos do processo de construção do conhecimento. Tendo como problemática os questionamentos Na educação do ensinar e aprender, quem são os incluídos e os excluídos no contexto social? Há práticas emergentes para uma educação inclusiva no cenário educacional brasileiro? Para o embasamento teórico buscamos os autores como Alves (2002; 2004; 2006; 2009), Moraes (2006) e Freire (2018; 1970; 1974).

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Formação docente

INTRODUÇÃO

O ensinar e aprender foi e continua sendo um grande desafio, para a profissão docente. As teorias do campo da educação que tem como sujeito principal o indivíduo, está a cada momento se refazendo no seu tempo histórico. O ensinamento e a aprendizagem não são elementos “quadrados” - “fixos” e sim são flexíveis quando se trata do

1 Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Institucional Clínica e Educação Especial - UNIFAVENI. Especialista no Ensino de Filosofia e Sociologia pela – UNIFAVENI. É Professor do fundamental e médio da rede privada de ensino da cidade de Maceió - AL. E-mail: andrezoerreia@gmail.com.

2 Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - UFAL. Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica – UNIFAVENI. É professor concursado do Estado de Alagoas - AL. E-mail: marcio.1fילו@gmail.com.

agente ente, pelo qual são dotadas de aptidões e capacidades singulares, que promove, portanto o desenvolvimento e aquisição cognitivas diversas de cada sujeito dentro de seu tempo e de sua natureza de aquisição – saber – aprender.

A escola no contexto do ensinar e aprender, sempre foi pauta de discursões - debates quando ao desenvolvimento ou fracasso do aprendiz, tendo em vista as realidade de cada chão escolar, ou a baixa qualidade do ensino ou falta de recursos para tal. É notória a concepção social que a escola transmite e socializa conhecimento existente de nossos antepassados como um fator cultural e essencial para a vida. Ainda na sociedade contemporânea a escolarização ou instituição escolar é resumida como uma maquina de alfabetização, como uma alfabetização bancária Freire (2018), em que a obediência prevalece, de modo em que a instituição e o docente faz uma analogia do aluno a um banco, no qual deposita conhecimento, sendo que a escola e seu ambiente vai além do processo de ensinar, ela contempla nuances profundas que leva o aluno a uma criticidade, otimização frente a aprendizagem.

O ambiente escola e seu processo de ensino aprendizagem na perspectiva freiriana, tem como base a formação do sujeito de forma integral, isto é, intelectual, física e moral, estabelecendo conexões com a realidade e sendo um agente transformador social. Entendendo que este processo integral acontece da infância a velhice.

É preciso pensar uma educação inclusiva que desenvolva com integridade o processo da criticidade e seus significados para transformação social, e a escola é este agente por excelência, que dispõe de um espaço de experiências cotidianas, de produção - construção do conhecimento. Deste modo o objetivo geral do presente estudo é argumentar o ensinar e o aprender na escola inclusiva, identificando os sujeitos excluídos e incluídos do processo de construção do conhecimento.

Assim segundo Saviani (1986, p.10), “A escola surge como um antidoto à ignorância,(...) seu papel é difundir a instrução, transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados logicamente” sem excluir as experiências de vidas e a dinâmica daqueles que as transmite, portanto para Saviani (1980, p.120), a educação “é uma atividade mediadora no seio da prática social.” é fazer mediações entre o conhecimento e seu papel pedagógico, como garantia de mudança socialmente pré-estabelecida. Neste interim Luckesi (1991), faz uma ressalva quanto ao desempenho e a mediação enquanto práxis pedagógica:

[...] o educador deve possuir conhecimentos e habilidades suficientes para poder auxiliar o educado no processo de elevação cultural. Deve ser suficientemente capacitado e habilitado para compreender o patamar do educando” (Luckesi, 1991, p.115).

Na perspectiva epistemológica do ensinar e aprender há os incluídos e os excluídos, daí fica latente a necessidade emergente de uma educação e ensino de qualidade e equidade gratuita para todos, como garante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN em seu artigo 3º, I. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; IV. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VIII. gestão democrática do ensino público, na forma da lei; IX. garantia de padrão de qualidade; X. igualdade valorização da experiência extra-escolar. É a partir da temática A construção do conhecimento: O ensinar e o aprender na perspectiva inclusiva, que surgem questões – problemas pertinentes que dará norte ao presente estudo. Na educação do ensinar e aprender, quem são os incluídos e os excluídos no contexto social? Há práticas emergentes para uma educação inclusiva no cenário educacional brasileiro?

Para o embasamento teórico desta pesquisa buscamos os autores como Alves (2002; 2004; 2006; 2009), Moraes (2006) e Freire (2018; 1970; 1974), os quais trazem estudos e reflexões latentes quanto ao ato do ensino-aprendizagem sua suas nuances inclusiva e libertadora.

DESENVOLVIMENTO

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINAR E O APRENDER PARA TODOS

Há várias formas didáticas de ensino, isso acompanha a forma de como proceder diante do ensino a diversidade, tendo em vista que somos sujeitos absolutamente diferentes um dos outros, quer seja nos fatores da subjetividade, sexualidade e etnia e do potencial intelectual que cada um traz consigo. É comum percebermos no campo do ensino uma homogeneidade para a educação em que visa uma universalização padrão de ensino, que agride a singularidade do aprendiz e sua forma diversa para aprendizagem. A diversidade no campo educacional ou a heterogeneidade ainda é vista como um percalço no que tange ao pla-

nejamento pedagógico.

O grande desafio do ensinar e aprender, é perceber que a diversidade no ensino é normal, e isso deve fazer parte constante do plano de ensino pedagógico voltado para aprendizagem, portanto ressignificar o plano educacional é dizer não a uma planejamento homogêneo e fechado. A escola, a educação necessita urgentemente de uma educação para a pluralidade -diversidade cultural no ensino. Gadotti (2000) aponta a Multiculturalidade no ensino como um fator positivo e coerente, pois,

A educação multicultural se propõe a analisar, criticamente, os currículos monoculturais atuais e procura formar criticamente os professores, para que mudem suas atitudes diante dos alunos mais pobres e elaborem estratégias instrucionais próprias para a educação das camadas populares, procurando, antes de mais nada, compreendê-las na totalidade de sua cultura e de sua visão de mundo. (GADOTTI. 2000, p. 56).

O ensinar e o aprender e sua diversidade, é um fator de suma importância, para os aprendizes, pois, nele nutre uma gama de conhecimentos que transcende a realidade e torna significativo como experiência do cotidiano, trazendo para sua formação uma ampla categoria do campo do conhecimento. Neste aspecto a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, assegura a toda comunidade civil a implantação de uma nova sociedade inclusiva em que os sujeitos com deficiência, quer seja intelectual, motora e física tenham a garantia de seu direito efetivo do ensino aprendizagem:

2. Isso requer planejamento e estratégias de desenho intersetoriais, interdisciplinares, interativos e que incluam todas as pessoas.
3. O desenho acessível e inclusivo de ambientes, produtos e serviços aumenta a eficiência, reduz a sobreposição, resulta em economia financeira e contribui para o desenvolvimento do capital cultural, econômico e social.
4. Todos os setores da sociedade recebem benefícios da inclusão e são responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos.

5. O Congresso enfatiza a importância do papel dos governos em assegurar, facilitar e monitorar a transparente implementação de políticas, programas e práticas.

6. O Congresso urge para que os princípios do desenho inclusivo sejam incorporados aos currículos de todos os programas de educação e treinamento.

7. As ações de seguimento deste Congresso deverão apoiar as parcerias contínuas e os compromissos orientados à solução celebrados entre governos, empregadores, trabalhadores e comunidade em todos os níveis.

(Declaração Internacional de Montreal Sobre Inclusão, 2001).

Os métodos - técnicas de ensino e aprendizagem devem favorecer a todos, pois para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 59 enfatiza que frente às necessidades especiais “I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades”. Assim todo o sujeito tem direito de aprender e de estar na escola independente de sua limitação. Contudo no processo do ensinar e aprender Alves (2016) nos alerta que:

No entanto cabe lembrar que a diversidade e a inclusão só serão legitimadas se houver estratégias de convivência humana e humanizadora e se houver uma comunidade e comunicação realmente vibrante, sustentada por uma teia de relações. Se a comunidade estiver fragmentada em grupos e em indivíduos isolados, a diversidade perderá, facilmente, tornar-se uma fonte de preconceitos e de atritos. (ALVES, 2016, p. 45).

Neste sentido a autora, evidência que, a diversidade em seu sentido amplo só enriquece toda a sociedade, estabelecendo o pensamento livre no âmbito da aprendizagem colocando em cheque até os erros, que dão sentido e ressignifica o conhecimento do ensinar - aprender. O conhecimento no âmbito educacional deve alargar o pensamento do sujeito e não restringir ou limitar, o conhecimento aqui é entendido em uma categoria que parte da imanência à transcendência em uma dimensão que não há limites para aprendizagem, pois Moraes (2011) aponta que:

O conhecimento já não pode continuar sendo trabalhado de maneira fragmentada, desconectado da realidade, sem sentido e significado para o sujeito aprendiz, a partir de um viés positivista, pois em vez de a escola ajuda-lo a superar barreiras, esse tipo de educação acaba criando outros impedimentos para o aprendizado do aluno em seus processos de emancipação e inclusão social. (MORAES, 2011, p. 142).

Assim a dialética da diversidade que se apresenta no ensinar e aprender exige que as unidades escolares apresente respostas consoante a inclusão da diversidade existente, para que o ensino aprendizagem chegue a todos com excelência como garante a constituição e a LDBEN, que traça um novo olhar para uma nova escola.

DE EDUCADOR - FACILITAR A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A formação docente é indispensável para um prática educativa a qual concerne em foco trabalhar com pessoas, e que este ofício requer peculiaridades próprias, como uma constante e permanente busca pelo saber e sua prática pedagógica dinâmica, que Pimenta (2010) em seu livro “*Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*”, chama a educação e a docência de um processo de humanização. Consoante ao pensamento da autora Selma Garrido Pimenta a pesquisadora Maria Teresa Eglér (2006), apresenta uma pedagogia dialógica e interativa que permeia para o aluno um processo motivacional na transdisciplinaridade do sujeito.

Ensinar significa atender as diferenças dos alunos, mas sem diferenciar o ensino para cada um, o que depende, entre outras condições, de abandonar um ensino transmissivo e adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional, de transferência unitária, individualizada e hierárquica do saber. (Eglér, 2006, p.49).

No que tange a construção do conhecimento a partir da docência Dewey (1976) conceitua a prática educativa a partir da experiência

cotidiana no espaço educativo, em uma continuidade que passa por a interação do aprender ao aprendido, da junção da teoria e da efetivação da prática, portanto a formação docente deve promover e subsidiar as bases teóricas-conhecimentos pedagógicos que atenda aos anseios da sociedade. O processo cognoscitivos ficam explícitos no educador – facilitador, que vai além do planejamento, objetivos e métodos a ser apresentados pelo docente, pois a práxis do ensinar à construção do conhecimento passam por questões socioemocionais e afetivas que regem condutas entre discente e docente.

Paulo Freire (1997) grande expoente na temática da educação em seu clássico “*Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*” apresenta o educador – facilitador como aquele que ensina, que transmite conhecimento e que sobretudo desperta a consciência do ser aprendiz de forma que possa compreender e intervir na realidade existente. Desta forma os alunos passam a fazer parte do todo da escola, isto é, são reconhecidos como sujeitos dotados de conhecimento, e que não há limites para aquisição da aprendizagem. Para que esta abertura transdisciplinar na aquisição do conhecimento Tardif (2008, p. 241) apresenta uma fala que diz: “o principal desafio para a formação de professores, nos próximos anos será o de abrir um espaço maior para os conhecimentos práticos dentro do próprio currículo”.

Nesse sentido o currículo por meio da ação pedagógica e dos conteúdos promove a ação docente sólida e uma rica consciência de transformação e aprendizagem. É na ação docente, na condição de educador –facilitador que segundo Young (2007,p.1297), o conhecimento científico sistemático dão condições fundantes para que o aluno conheça sua realidade social, e que com a aquisição deste conhecimento possa transcender sua condição socioeconômica, ter novas perspectivas e projetos. Outrossim para Demo (2000) diz que, o professor é aquele que transforma sua realidade a partir da educação – conhecimento, e que em seu dia a dia aprende a aprender.

ENSINAR E APRENDER: PRÁTICAS INCLUSIVAS

A educação e suas práticas inclusivas, são ações que integram um sistema de ensino pautado de estratégias e metodologias que atendam a diversidade. Que contemple um currículo aberto para todos. Glat (2004) descreve que há um desafio na educação inclusiva, que é ensinar um deficiente intelectual ou mental em sala de aula juntamente com os demais alunos, pois esta ação sai dos escritos e se faz imante concreto

em uma prática real . Tanto as escolas, com sua super lotação, quanto aos profissionais da educação não são preparados de forma emocional e efetiva para ensinar estes sujeitos com leveza e excelência, contudo cabe salientar que a educação e seu currículo têm avançando bastante no que tange a formação docente e suas especificidades educacionais para educação especial- inclusiva. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, define os princípios fundantes para uma escola Inclusiva:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola (UNESCO, 1994, p.11-12).

É fato que, espera-se que o professor tenha a resiliência, e desenvolva meios a partir do currículo que evidencie a aprendizagem do sujeito que possui algum tipo de “necessidades especiais”, portanto neste sentido a escola necessita e deve adaptar-se ao aluno dando-o condições para a aprendizagem dentro de um currículo flexível, para que a partir de tal, possa desenvolver seu potencial de igualdade condições. Nesta perspectiva no que trata da educação e seu caminho de esperança, Alves (2006), traz palavras de benquerenças como:

“Sonho com um mundo diferente. Um mundo no qual caibam muitos mundos diferentes. Um mundo no qual caibam infinitos mundos. Sonho com um mundo em que todas as diferenças sejam motivos de enriquecimento do tear cósmico, em que a diversidade seja o fio condutor da alegria, perseverança, criatividade, superação,

tenacidade, abraços fortes e muita amorosidade e cooperação”. (ALVES, 2006, p. 58).

Aqui a autora dimensiona, que, para a prática inclusiva venha acontecer, se faz necessário uma mobilização dos entes para uma abertura de múltiplas possibilidades de religação na e pela diversidade, com um olhar genuíno e multidimensional em uma faceta transdisciplinar que apresente na práxis uma estratégia de aprendizagem que integre a diversidade.

No Brasil há práticas emergentes que integra de forma específica à educação especial, são elas: O Plano Nacional de Educação- PNE, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Atendimento Educacional Especializado – AEE e outros. Entre os principais pontos, todas estas ações institui diretrizes nacionais para educação espacial voltada para todos, assegurando as condições necessárias (estrutura, acessibilidade e recursos pedagógicos) para uma educação de qualidade para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da construção do conhecimento estar conectado a educação e suas práticas de ensino e aprendizagem, e os valores vinculados a esta construção torna o sujeito um ente mais engajado e atento a sua identidade e causas sociais. A escola ou escolarização contemporânea está preocupada em um aluno ideal e homogêneo em que participa apenas do processo educacional bancário e conteudista. A vertente de ensino em que visa o aluno ideal é errônea - falha e não produz um sujeito de caráter e identidade.

A educação que traz em sua pedagogia questionamentos, indagações, pensamentos de ações transformadora, que trazem práxis sociais ao bem coletivo, a este sim, produz um processo de ensino de práticas pedagógicas que exercem um papel fundamental nas condições para ensino-aprendizagem – ensinar – aprender no qual contribui para a escola cumprir o seu real papel que é mediar e transmitir o conhecimento científico em uma vertente em que conduz o cidadão a uma criticidade e autonomia em seu modo de ser e pensar e sobretudo inferir frente a sociedade.

Aqui apresentamos a necessidade de novas diretrizes de práticas pedagógicas para o ensinar e o aprender em um viés inclusivo em que

não haja excluídos e sim incluídos, pois quando excluímos, segundo Alves (2006, p. 45), nós negamos o outro, deixamos de reconhecer a legitimidade e plenitude do outro, já quando incluímos tomamos a consciência de que o outro existe e que todos estão conectados no mesmo cosmo e tessitura da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria. Dolores. Fortes. **Favorecendo a Inclusão pelos caminhos do coração**. Rio de Janeiro: WAK, 2009.

ALVES, Maria. Dolores. Fortes. **Práticas de Aprendizagem integradoras e inclusivas**. Rio de Janeiro: WAK, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. **Declaração dos Direitos de Todos**. Brasília, 1990.

BRASIL. MEC. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**. Brasília, 1996.

DEMO, P. **Educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

EGLÉR, Maria Teresa. **Inclusão Escolar**: O que é? Por que? Como Fazer? – Mantoan- 2ª Ed.- São Paulo: Moderna, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1974.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo, Cortez, 1991.

MORAES, Maria Cândida. Contribuições para um pensamento do sul. In: MORIN, Edgard. et. Al. **Por um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento nacional 2011a.

PIMENTA, S. G. **Professor Reflexivo: construindo uma crítica**. In Pimenta & Ghedin (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez Ed, 2002. (1ª edição: junho de 2002; 2ª edição: novembro de 2002)

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre a Educação Inclusiva** – São Paulo: Summus, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **A filosofia da educação e o problema de inovação em Educação**. Inovação educacional no Brasil. São Paulo, Cortez, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo, Cortez, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1986.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

YOUNG, Michael. **Para que servem as escolas?** Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287- 1302, set./dez. 2007.

EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS DE UMA PRÁTICA EDUCATIVA INCLUSIVA

Andrezó Correia dos Santos¹
Márcio Pedro da Silva²

Resumo:

O presente artigo apresenta a educação como uma prática educativa e inclusiva, em que aborda as percepções históricas da educação e seu processo de ensino aprendizagem no decorrer do tempo, pautando a discursão da Educação especial e sua estrutura dentro de uma criticidade a atender a demanda, com fluidez e eficácia ao alunado que necessita de Atendimento educacional especializado. Sendo o objetivo central: Analisar os efeitos da aplicação (se há) das práticas didática-pedagógica inclusivas, para inserção de alunos com deficiência na rede pública, tendo como objetivos específicos investigar praticas inclusivas no meio educacional; verificar as estratégias didáticas pedagógicas para educação inclusiva e sua efetivação e trazendo as problemáticas: As prática da educação inclusiva é latente nas escolas públicas? As redes de ensino em suas práticas pedagógicas, estão preparadas para o acolhimento - ingresso de alunos com deficiências para a efetivação de ensinso aprendizagem a estes sujeitos? Tendo como contribuições os teóricos Freire, Alves, Mantoan.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Práticas educativas.

INTRODUÇÃO

A educação em cada momento histórico apresenta seus desafios e anseios frente a sociedade e suas mudanças. Sua organização e seus princípios fundamentais são efetivos, flexíveis e mutáveis no decorrer do tempo, acompanhado o crescimento e avanços naturais do percurso

1 Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Pós-Graduação Lato Sensu em Psicopedagogia Institucional, Clínica e Educação Especial - UNIFAVENI. Especialista no Ensino de Filosofia e Sociologia pela – UNIFAVENI. É Professor do fundamental e médio da rede privada de ensino da cidade de Maceió - AL. E-mail: andrezocorreia@gmail.com

2 Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - UFAL. Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica – UNIFAVENI. É professor concursado do Estado de Alagoas. E-mail: marcio.1filo@gmail.com

natural histórico dos fatos e acontecimentos. Assim a educação é um elemento que condiciona o fluxo da sociedade de uma organização ou reorganização a partir de seus fundamentos e concepções pedagógicas. Toda pedagogia e sua ação pedagógica, parte de uma teoria fundamentada nas relações de ensino e aprendizagem. Evidentemente que esta ação pedagógica não é a única verdade no campo do conhecimento, como fundamento e prática educativa no âmbito do ensino aprendizagem, e sim ela equaciona, como sinaliza Saviani (2005):

[...] se toda pedagogia é teoria da educação, nem toda teoria da educação é pedagogia. Na verdade o conceito de pedagogia se reporta a uma teoria que se estrutura a partir e em função da prática educativa. A pedagogia, como teoria da educação, busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral, ou, no caso específico da escola, a relação professor-aluno, orientando o processo de ensino e aprendizagem (SAVIANI, 2005, p. 1).

Aqui o autor aponta diretrizes que norteiam à atividade educativa consoante a relação com a comunidade - sociedade na qual estar inserida. Desta forma, é complexo e desconexo compreender o processo educacional e sua dinâmica a partir de apenas uma realidade, pois de micro a macro há uma dinâmica existente e um contexto educacional para cada realidade, pois para cada contexto no campo educativo existem interesses, conflitos e classes dominantes.

O grande viés da educação é organizar e possibilitar com equidade e qualidade o ensino e a aprendizagem para todos(as). O saber a ler, escrever, ver o mundo com a lente da criticidade e da intervenção da realidade existente, é o maior potencial que a educação favorece para um aprendiz, pois para Freire (1987), em *Pedagogia do oprimido* e *Pedagogia da autonomia* duas obras clássicas, diz que: a educação é essencialmente transformadora e libertadora, tornando o ser um ente inacabado, que estar sempre se construindo, sempre em formação. A educação leva o ser a conhecer a sua história e a realidade que o cerca, pois para Freire (1987, p. 73), ver a história, analisar o presente e projetar futuro é perceber que:

A educação problematizadora, que não é fixis-

mo reacionária, é futuridade revolucionária. Daí que seja profética e, como tal, esperançosa. Daí que corresponda à condição dos homens como seres históricos e à sua historicidade. Daí que se identifique com eles como seres mais além de si mesmos – como “projetos” –, como seres que caminham para frente, que olham para frente; como seres a quem o imobilismo ameaça de morte; para quem o olhar para trás não deve ser uma forma nostálgica de querer voltar, mas um modo de melhor conhecer o que está sendo, para melhor construir o futuro”. (FREIRE, 1987, p. 73).

Para Freire, a educação e todo o seu processo de construção é estar mergulhado na história e seu progresso em uma constante dinâmica de movimentos de um verdadeiro e nato devir, no espaço e tempo da história que se constrói e se desenvolve, em que “O ponto de partida deste movimento está nos homens” (FREIRE, 1987, p. 73), atingindo novos graus de complexidade e aprendizagem no âmbito educacional, consoante ao pensamento de Freire Alves (2009, p. 97-98), classifica esta dinâmica do conhecimento, em que a educação o professor não se faz sozinho, mas na relação com o outro.

A realização desse estudo evidenciou-se em decorrência de uma reflexão sobre “*a educação como fundamentos da ação educativa*”, em que trás elementos norteadores para uma prática da educação inclusiva, em que refletiremos sobre os impasses existente no meio da educação para a efetivação desta prática. O objetivo central deste estudo é Analisar os efeitos da aplicação (se há) das práticas didática-pedagógica inclusivas, para inserção de alunos com deficiência na rede pública ou privada, tendo como objetivos específicos investigar práticas inclusivas no meio educacional; verificar as estratégias didáticas pedagógicas para educação inclusiva e sua efetivação.

Tomando como ponto de partida o contexto educacional, surge o problema central a ser elucidado por este artigo, que é: A prática da educação inclusiva é latente nas escolas públicas ou privadas? As redes de ensino em suas praticas pedagógicas, estão preparadas para o acolhimento - ingresso de alunos com deficiências para a efetivação de ensinios aprendizagem a estes sujeitos?

Nesta tentativa, defenderemos um olhar para as práticas educacionais inclusivas, contudo cabe salientar, que esta pesquisa parte de

uma visão crítica recortada a partir da realidade que se apresenta no cenário educacional investigado. Como aporte teórico basilar, recorreremos aos teóricos como Freire (1987, 1980, 2003, 2005, 2006) Alves (2002; 2004; 2006; 2009), Mantoan (2013, 2015).

DESENVOLVIMENTO

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

No Brasil, o fortalecimento da inclusão da pessoa com necessidades especiais educativas se deu a partir da Declaração de Salamanca³ (1994). Esta declaração afirma que, nos programas de estudos as instituições devem estar adaptados para atender às necessidades e demandas das crianças, jovens, adultos e idosos e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções curriculares que se adequem a estes sujeitos com capacidade e interesses diferentes. Assim, as unidades de ensino devem oferecer programas de ensino flexíveis que venha, de fato, promover o ensino e aprendizagem de novos conhecimentos, tendo em vista a diversidade. Entretanto estes sujeitos se configuram como personagens centrais para o processo de formação e transformação dos valores na sociedade.

Apontando a cidade Maceió, capital alagoana, como exemplo parcial desta pesquisa no âmbito educação e inclusão, esta, por sua vez, tem sido e estar sendo uma temática de grande discursão frente às possibilidades no ato de ensinar e aprender frente aos sujeitos desta pesquisa. Aqui aponto o “*Guia de Educação Especial para a Inclusão na Rede Municipal de Ensino e Maceió: Princípios, Orientações e Práticas*”⁴

3 Conferencia Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca Espanha, reuniu representantes de 88 governos, dentre eles o Brasil e vinte cinco Organizações Internacionais que reafirmaram seu compromisso para com a educação para todos. Este documento é de fundamental importância, pois, traz uma visão nova de educação especial, pois possui outra concepção de criança em quanto educando. Neste documento marco para o Brasil todas as crianças passam a possuir, suas identidades, características, necessidades, interesses e habilidades únicas. UNESCO. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, Salamanca-Espanha 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 24 nov. 2023.

4 Este caderno (Guia de Educação Especial para a Inclusão na Rede Municipal de Ensino de Maceió: Princípios, Orientações e Práticas) foi lançado pela Editora Viva em 2016 pela Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED) o qual tem o intuito de servir como um guia de orientações à gestão escolar da Rede Municipal de Educação, seu uso influenciará de forma direta nas ações das escolas que possuem a modalidade de ensino Educação Especial. A proposta é oferecer o Atendimento Educa-

este Guia Norteador da Educação Municipal apresenta a educação inclusiva como uma oportunidade para a escola olhar para si mesma, analisar o que e como ensinar e, também, de buscar desenvolver ações educativas pautadas pelo convívio com a diferença, a aprendizagem como experiência relacional e participativa, que produzam sentido para o estudante, pois contempla a subjetividade, embora tenha sido construída no espaço coletivo da sala de aula.

Carvalho (2004, p.31), acentua que “a ideia de inclusão educacional propõe a ‘melhoria’ da resposta educativa da escola para todos, em qualquer das ofertas educacionais. Entretanto vale uma ressalva que o aluno – estudante é sujeito de direito e foco de toda ação educacional, por isso deve ter garantido o seu percurso de aprendizagem na educação básica regular, profissional e superior.

Calheiros e Fumes (2014) em “A Educação Especial em Maceió/Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado” apresentaram a história recente da Educação Especial no município de Maceió e o processo de implementação das salas de recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado junto aos alunos público-alvo da Educação Especial.

Educação Inclusiva de alunos com deficiência, neste seis anos retratam as vasta produção do meio acadêmico referente a temática em discurso. A respeito da discussão no Estado de Alagoas particularmente no Município de Maceió, Fumes e Calheiros (2014) entendem que temática Educação especial em Maceió é bastante recente, embora os autores enfatizam que há esforços para que a rede municipal de educação de Maceió se estruture e venha atender a demanda, com fluidez e eficácia ao alunado que necessita de Atendimento Especializado Educacional – AEE. É fato que na pesquisa de Fumes e Calheiros (2014), foram encontradas varias dificuldades: a precária estrutura arquitetônica dos espaços escolares e a ausência de profissionais habilitados, contudo estas dificuldades são consoantes com a realidade de Maceió, que, em seu contexto atual enfrentam sérios problemas, no âmbito educacional, econômico, social e sobretudo político.

Evidentemente, que a partir destas dificuldades exposta pela autora e o autor, surge à necessidade do Município de Maceió em viabilizar políticas com ações que promovam o desenvolvimento remoto e contínuo da Educação em parâmetros gerais, e em parâmetros espe-

cializado (AEE), às pessoas com alguma tipo de deficiência ou Necessidades Educacionais Especiais, no caso dos superdotadas em escolas de ensino regular da rede de todos os níveis de escolaridade, visando a integração e inclusão destas crianças com outras, no âmbito escolar.

cíficos da educação especial inclusiva, e também formação profissional especializada no Atendimento Especializado Educacional.

As escolas de educação regular, públicas e privadas, devem assegurar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência⁵ e em todas as atividades desenvolvidas no contexto escolar, que legitime a presença do aluno naquele ambiente. Mas não por mera presença do aluno no espaço escolar, e sim para que o aluno com deficiência possa integrar-se à escola de forma ativa.

Quanto à inserção do aluno com deficiências na escola regular, Aranha (2001) traz a discursão da seguinte forma.

Não adianta prover igualdade de oportunidades, se a sociedade não garantir o acesso da pessoa com deficiência a essas oportunidades. Muitos são os suportes necessários e possíveis de imediato. Outros, demandam maior planejamento a médio e longo prazos. Todos, entretanto, devem ser disponibilizados, caso se pretenda alcançar uma sociedade justa e democrática. Não há modelos prontos, nem receitas em manuais. A sociedade brasileira ainda precisa tornar sua prática consistente com seu discurso legal. Há que buscar soluções para a convivência na diversidade que a caracteriza, enriquece, dá sentido e significado. Há que efetivamente favorecer a convivência e a familiaridade com as pessoas com deficiência, derrubando as barreiras físicas, sociais, psicológicas e instrumentais que as impede de circular no espaço comum. (Aranha, 2001. p. 21).

Deste modo Aranha (2001) argumenta sobre um paradigma no qual a inclusão social e escolar da criança especial no Brasil, deve se um projeto a ser construído por todos: família, diferentes setores da vida pública e população leiga. Necessita, portanto, de planejamento, experimentação, de forma a se identificar o que precisa ser feito em cada campo da educação inclusiva contextualizada, para que assim possa garantir o acesso das pessoas com deficiência. Na mesma perspectiva Fumes e Calheiros (2014), além de apontar em relações coletivas para

5 Deficiências em seu sentido mais amplo, todas as limitações de aprendizagem ou de necessidades especiais.

uma transformação efetiva no âmbito educacional inclusivo, destacam também as transformações macrossociais, para uma inclusão e participação educacional do aluno com deficiência no círculo escolar.

CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação escolar rege em conformidade com a legislação nacional de maior escalão que a LDBEN - Lei de diretrizes de Base da educação Nacional, que organiza todo o processo educacional desde a educação básica, ensino médio à educação superior. Assim LDBEN, destina em seu capítulo V, exclusivamente a Educação Especial, na qual conceitua-a como uma modalidade de ensino transversal.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996).

A redação da LDBEN, e da Constituição Federativa do Brasil (1988, art. 205) assegura e dá direito ao ensino e aprendizagem de qualidade e com equidade a todos(as), além trazer de forma categórica os serviços de responsabilidade no que tange o conhecimento, como apoio total ao aprendizado especializado, tornando desta forma a educação como uma prática educativa e inclusiva, no processo da aprendizagem.

Desta forma a inclusão escolar deve ser compreendida a partir da concepção de que todo o ambiente escolar deve acolher toda e qualquer pessoa não sendo considerados aspectos de gênero, cor, raça, deficiência ou classe social. O espaço escolar é lugar de todos(as), lugar de ensino aprendizagem, neste aspecto Alves (2016), nos define inclu-

são dizendo:

Sabe-se que a inclusão se dá na e pela solidariedade, na e pela consciência da ação, na e pela compaixão, na e pela escuta sensível, no e pelo autoconhecimento, por que assim sendo, possibilitamo-nos também a compreensão do outro, tendo a consciência da nossa complexidade humana de nossa tessitura comum (ALVES, 2016, p.43).

A autora entende a inclusão como a única garantia de solidariedade cultural e intelectual para a humanidade, e a “os professores são elementos fundamental no ambiente de aprendizagem da criança” (UNICEF, 2013, p. 32). Neste interim Mantoan (2013, p.18) define que “[...] a educação é um direito humano, fundamental e, portanto, deve ser colocado à disposição de todos os seres humanos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes de ensino no que tange suas práticas pedagógicas, ainda estão aquém de alcançar um nível satisfatório de inclusão de forma integral, com resiliência, acolhimento, empatia e solidariedade com o outro. O acolhimento dos sujeitos no espaço escolar, independentes de sua posição social, potencialidade intelectual, sua condição física ou motora, deve sempre prevalecer e compreender que o sujeito é único e repleto de singularidades existenciais, portanto a empatia, a sensibilidade e a alteridade deve estar a frente deste processo e concepções educacionais.

É evidente e claro que há um desafio enorme da a educação e seus fundamentos estar alinhado aos anseios de uma escola inclusiva, em uma escola efetivamente para todos(as). As barreiras e os entraves são latentes, muitos dos sujeitos que necessita de acesso aos direitos garantidos por lei, são excluídos ou deixados para trás devido a um sistema educacional escasso e que desvaloriza seus profissionais – docente.

Desta forma, a educação e sua prática educativa, necessita de um processo que contemple a todos(as), no que tange ao ensino aprendizagem, como também que abrace a categoria docente com formação de viés inclusivo, e que com a empatia e a sensibilidade compreenda o outro como sujeito impar, com proposito de incluir – inserir e não excluir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. D. F. **De Professor a Educador: Caminhos da autoria: uma contribuição da psicopedagogia para ressignificação dos valores do professor.** São Paulo: UNISA, 2004.

_____. **Favorecendo a Inclusão pelos caminhos do coração.** Rio de Janeiro: WAK, 2009.

_____. **Práticas de Aprendizagem integradoras e Inclusivas: Auto-conhecimento e motivação.** Rio de Janeiro: WAK, 2016.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil: Senado Federal, 1996.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição Federativa do Brasil: prolongada em 5 outubro de 1988.** Diário Oficial da república federativa do brasil, Brasília, 1988. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> acesso em: 24 nov. 2023.

CALHEIROS, D. S.; FUMES, N. L. F. A educação especial em Maceió/ Alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília. Jun. 2014, vol.20, no.2, p.249-264.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2004.

FREIRE, Paulo. **Algumas reflexões em torno da utopia.** In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.). **Pedagogia dos Sonhos Possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001b.

_____. **Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a**

fazê-la melhor através da ação. BRANDÃO, Carlos (ORG.). Pesquisa Participante. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Educação como prática da liberdade.** 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da autonomia.** 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 36. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1987.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

_____. **O desafio das diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **O desafio das diferenças nas Escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 8.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **O papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital.** Palestra UENP Cornélio Procópio, em 8 de março de 2012. Disponível em : <<https://docplayer.com.br/6547484-O-papel-do-pedagogo-como-articulador-do-trabalho-pedagogico-na-sociedade-do-capital-1.html>> . Acesso em 24 nov. 2023.

A IMPORTÂNCIA DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES FRENTE A DIVERSIDADE CULTURAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA

Elizandra Oliveira Viana¹

Resumo:

O currículo significativo precisa desenvolver no indivíduo a capacidade do pensamento crítico, da reflexão e da reconstrução da própria gênese histórica do currículo, das teorias e da prática da profissão, reconhecendo que as escolhas são sempre carregadas de valores. A relevância do trabalho se justifica pela importância do tema e pelo fato de não existir ações direcionadas a problemática existente e sendo esta uma realidade no município de Tabatinga-AM, local de trabalho das pesquisadoras. Para alcançar o objetivo do trabalho serão realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema além de exploração das vivências pedagógicas das pesquisadoras. Ao final desta pesquisa espera-se compreender com mais clareza sobre a importância e necessidade das adaptações curriculares e também sensibilizar a parte da gestão escolar competente sobre a importância do tema.

Palavras-chave: Currículo. Diversidade Cultural. Tríplice Fronteira.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por título “A importância das adaptações curriculares frente à diversidade cultural na tríplice fronteira”. Nele trata-se de elucidar sobre as diferentes concepções acerca de sua construção e funções de implementação a fim de compreender a significância das adaptações deste para que seu fim seja efetivamente ampliar a compreensão de mundo e oportunizar novos horizontes aos cidadãos que se pretende formar.

Nesse sentido, os objetivos traçados foram elucidar diferentes concepções sobre o currículo escolar; identificar funções de implementação do currículo escolar na formação cidadã; compreender a signifi-

¹ Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Especialista em Biologia e Química, pela FAK e em Formação de Professores para Nível Superior, pela UNIP. Mestre em Ciências da Educação pela FICS. Mestrado em Políticas Públicas e Formação de Educadores. Universidade Aberta do Brasil, UAB, Brasil. E-mail: eliz.oliveira.viana77@gmail.com

cância das adaptações curriculares nas salas de aula da tríplice fronteira priorizando a diversidade cultural existente. Tais metas justificam-se na necessidade de elucidar sobre as peculiaridades do contexto escolar nessa área específica para que, conseqüentemente, possibilite-se construções curriculares contextualizadas que dialoguem direta e especificamente com os saberes científicos mas também com os locais afim de conceber uma formação social capaz de promover mudanças individuais e coletivas nos mais diversos âmbitos sociais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 CURRÍCULO E CONHECIMENTO NO ÂMBITO ESCOLAR

Currículo, termo proveniente da palavra de origem latina *Cur-rere*, refere-se ao percurso realizado ou carreira. Nesse sentido, no âmbito escolar representa um norte educacional que visa normatizar e sistematizar o processo educativo mediante parâmetros educacionais legais. Representa um significativo instrumento educacional pedagógico pensado e elaborado a partir da necessidade oriunda do processo de massificação da escolarização e dessa forma “o currículo representa a caminhada que o sujeito irá fazer ao longo de sua vida escolar, tanto em relação aos conteúdos apropriados quanto às atividades realizadas sob a sistematização da escola” (LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2012, p. 25).

A elaboração do currículo escolar surge então com o intuito de sistematizar conceitos e disciplinas escolares em meados dos anos 20 e 30 quando naquele recorte de tempo ocorriam significativas mudanças de cunho político-ideológico, econômico e social no contexto histórico brasileiro. Aqui, com a criação do INEP em 1938, objetivou-se desenvolver um currículo cujas bases direcionavam-se pelos moldes de Anísio Teixeira, educador e teórico idealizador de promissoras iniciativas, como ensino público e gratuito em todos os níveis de ensino no Brasil.

Considerando os diferentes interesses incutidos nessa nova proposta, tem sido tema de acalorados embates entre os diversos atores e autores nos mais diversos âmbitos sociais uma vez que, sua elaboração e implementação implicam diretamente no modelo econômico e social que se pretende para uma nação e dessa forma:

O currículo portanto, não pode ser entendido

e trabalhado como um simples conglomerado de disciplinas isoladas. É preciso transcender esse modelo reprodutivista de organização curricular para se adequar às necessidades da atual sociedade. ((LIMA; ZANLORENZI; PINHEIRO, 2012, p. 95)”.

Considerando-se, dessa maneira, que o currículo seja o cerne da aprendizagem e do fazer pedagógico e que a escola seja uma das mais promissoras vias de transformação social, esta precisa garantir que nesse processo os alunos e alunas tenham oportunidades reais e significativas de produção de conhecimentos que ampliem seus valores sociais, éticos e culturais que possibilitem orientações e novos horizontes no contexto real de suas vivências.

2.2 CURRÍCULO E CONHECIMENTO ESCOLAR: CONCEPÇÃO PLURAL

Refletir sobre o currículo escolar e os conhecimentos produzidos na escola perpassam necessariamente pelo que afirmam Fetzener e Souza (2012, p. 685, apud APPLE 1989), quando “entendemos os conhecimentos escolares como conhecimentos em disputa” faz-se mais claro o sentido mais amplo do aprender habilidades como calcular, escrever e ler não os esgotando como fim social, mas utilizá-los como ferramenta para compreender o próprio contexto social. Desta forma, “a escola pública faz sentido à medida que consiga realizar seu trabalho específico, de conhecimento e de ampliação de horizontes, de compreensão de mundo.” (SAMPAIO, 1998, p. 22)

Ao considerar-se o comprometimento do currículo com algum tipo de poder, uma vez que não há como considerá-lo neutro, torná-se imprescindível percebê-lo enquanto instrumento reprodutor de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional, como afirma Sacristam (2000, p. 15 -16):

O currículo é uma práxis, antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural

que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subtemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos de ensino. O currículo é uma prática em que se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam.

É nessa elaboração de propostas e modelos curriculares que são determinadas qual o cidadão e sociedade se quer construir, qual o fazer escolar, para quem o faz ou deixa de fazer. Nessa construção, são consideradas ou não o fazer pedagógico capaz de auxiliar as pessoas a compreender o contexto histórico e social em que estão inseridos, incluindo saberes locais e não científicos. Exemplificando, Martins (2004, p. 31-32) pontua:

No currículo descontextualizado não importa se há saberes; se há dores e há delícias; se há alegrias e belezas. A educação que continua sendo “enviada” por esta narrativa hegemônica, se esconde por traz de uma desculpa de universalidade dos conhecimentos que professa, e sequer pergunta a si própria sobre seus próprios enunciados, sobre seus próprios termos, sobre porque tais palavras e não outras, porque tais conceitos e não outros, porque tais autores, tais obras e não outras. Esta narrativa não se pergunta sobre os próprios preconceitos que distribui como sendo “universais”. Desde aí o que se pretende é, portanto, colocar em questão estes universais. O que está por trás da ideia de “Educação para a sobrevivência com o Semiárido” é, antes de qualquer coisa a defesa de uma contextualização da educação, do ensino, das metodologias, dos processos.

Quando o saber é contextualizado, as pessoas tornam-se capazes de compreender e atuar consciente e ativamente para transformar sua realidade. Oportuniza-se essa ressignificação do papel da escolar quando ocorre esse diálogo entre o concreto social e o conhecimento escolar, possibilidade que surge em um currículo que contemple a diferença e as

diversos saberes e, nesse caso específico, aliado a políticas públicas que visem uma educação comprometida com o princípio da sustentabilidade ecológica e sócio-econômica; situação que expõe claramente o viés político no fazer pedagógico.

2.3 SIGNIFICÂNCIA DO CURRÍCULO NA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Sendo o currículo é uma prática, um documento, discurso no qual se estabelece conversação, por assim dizer, entre agentes sociais, técnicos, alunos que reagem frente a ele, professores que o modelam, ou seja, há o que chamamos de diálogo entre todos os envolvidos no processo escolar.

O entendimento sobre currículo escolar adquire um novo sentido quando reconhecemos à atitude centralmente produtiva do currículo. Assim, o currículo é percebido como algo que se movimenta e ao se movimentar muda de “cara”. Estas mudanças produzem novos efeitos. Estes efeitos ajudam a construir os alunos e alunas e esta construção se aplica nos diferentes convívios dos diferentes grupos sociais. Estas convivências também terão efeitos sobre outros currículos que terão efeitos sobre outras pessoas. Ou seja: Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz. (SILVA, 1999, p. 194).

Direcionando nossos entendimentos para esta vertente compreendemos que o currículo precisa está atrelado à realidade para que este possa se inserir na situação e a situação se adequar ao currículo com o objetivo de um contínuo bônus educacional.

No que se refere à diversidade cultural encontrada nas salas de aula em regiões fronteiriças precisam ser flexibilizado de maneira muito delicada e atenciosa do ponto de vista educacional, pois sem esse olhar cuidadoso no que diz o currículo e a realidade imposta pela situação de tais regiões, o ensino se tornará obsoleto, inadequado, ineficiente para tais estudantes. Apple (1994, p. 59) argumenta que:

O currículo nunca é apenas um conjunto neutro de conhecimentos [...] Ele é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de

alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto de tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo.

O currículo é tema de grande relevância nos encontros e discussões educacionais, mas quanto à situação de como lidar com a questão da diversidade cultural nas salas de aulas, não são realizadas ações para nortear as profissões frente à situação. Veiga-Neto (1999) nos traz a contribuição da relevância da linguagem, relacionando-se com o que os professores dizem sobre o currículo escolar:

Ao invés de ser vista como a própria essência das coisas ou como representação das coisas, a linguagem passa a ser entendida como constituidora das coisas e, enquanto tal, como próprio objeto de conhecimento (VEIGA-NETO, 1999, p.100).

2.4 PROPOSIÇÕES DAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES FACE À DIVERSIDADE CULTURAL NAS SALAS DE AULA NA TRIPLICE FRONTEIRA

O grande desafio hoje no contexto escolar é reconhecer a diversidade como elemento inseparável da formação da identidade, como processo de pertencimento de seus educandos em grupo étnico cultural. Nessa perspectiva, trabalhar com diversidade cultural implica em conceituar o entendimento de cultura e diversidade.

Inicialmente, cultura é tudo aquilo que inclui o conhecimento sobre crenças, arte, moral, costumes e todos os outros hábitos adquiridos na vivência social pelo homem. Nesse sentido, Santos (1996, p. 84-86) nos conduz a uma análise ao afirmar; cultura é uma preocupação contemporânea que procura entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos as relações presentes e suas perspectivas de futuro.

No entanto, a cultura é uma herança de conjuntos de saberes dentro de um grupo social vigente, onde é repassada e vivenciada por todos que ali estão, ou seja, é entendida como modo de vida, enquanto integrante do grupo. Para contribuir com o entendimento de cultura, Morin (2001, p. 56) nos faz entender que:

A cultura é constituída pelo conjunto de saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

Convém destacar que o termo diversidade dá ênfase à variedade e coexistência de diferentes ideias, características ou elementos distintos entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. Segundo Gomes (2007, p.17) nos faz entender como pode ser vista e entendida a diversidade cultural:

Do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como construção histórica e social das diferenças. A construção das diferenças ultrapassa as características biológicas, observáveis a olho nu. As diferenças são também construídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto da relação de poder. Sendo assim, mesmo os aspectos tipicamente observáveis, que aprendemos a ver como diferente desde o nosso nascimento, só passaram a ser percebidos dessa forma, porque nós, seres humanos e sujeitos sociais, no contexto da cultura, assim os nomearam e identificaram.

Entendemos, portanto, que a diversidade cultural constitui junto à escola características fundamentais a construção das diferenças, já que a mesma provoca conflitos, tensões e resistências às mudanças de paradigmas. Nos dizeres de Gomes (2003, p.71,72) conseguimos refletir sobre a cultura entre duas visões.

- As diferenças são construídas culturalmente tornando-se empiricamente observáveis.
- As diferenças são construídas ao longo do

processo histórico, nas relações sócias e nas relações de poder. Muitas vezes, os grupos humanos tornam o outro diferente para fazê-lo inimigo, para dominá-lo.

Partindo desse pressuposto, que as atuais mudanças e as transformações políticas, sociais, econômicas culturais, ocorrem de forma constante, temos a necessidades de estarmos inserido nessas transformações, onde a necessidade da diversidade e as relações étnicas e culturais dos diferentes grupos deve esta pautada de políticas públicas vigentes, ou seja, reconhecer que a sociedade onde esse grupo pertence e multicultural, significa compreender a diversidade dos diferentes grupos e suas relações sociais e culturais.

Nesse contexto a escola tem a função educativa e a responsabilidade na construção de transmitir conhecimentos sistematizados, devido a enorme diversidade social, cultural existente no âmbito escolar. A escola e uma instituição social, construída por sujeitos sócio -culturais, e um espaço relevante na construção das relações democráticas da diversidade sem diferença, preconceito ou discriminação de um grupo social. Nessa perspectiva, expressa Gomes (2003, p.73) que:

A luta pelo direito as diferenças sempre esteve presente na história da humanidade e sempre esteve relacionada com a luta dos grupos e movimentos que colocam e continuam colocando em cheque um determinado tipo de poder, a imposição de um determinado padrão de política, de religião, de arte, de cultura.

A escola pode repensar suas práticas educativas e melhorar muito a maneira de tratar a diversidade cultural em seu meio, a mesma deve conhecer o público que atende como forma de valorizar as particularidades étnicas e culturais a partir da sua realidade de vida, experiências e saberes já existentes ou o ensino aprendizagem que possa entender o meio social e cultural em que esta inserido tornando sujeito critico e pensante. Os PCNs (1997, p.12), nos faz entender que:

Trata da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a da superação das discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária ainda que insuficiente, para caminhar na direção de uma sociedade mais

plenamente democrática. É um imperativo do trabalho educativo, voltado para a cidadania uma vez que tanto a desvalorização cultural traço bem característico de país colonizado quanto a discriminação são entraves à plenitude da cidadania para todos, portanto a própria nação.

Ao conseguirmos compreender a importância da valorização da diversidade cultural nas salas de aula, surge o questionamento bastante pertinente sobre o currículo. Será que este engloba questões neste sentido? Fazendo uma análise superficial já percebemos que não. Tais adaptações curriculares ficam a cargo dos docentes, que diariamente precisam usar do seu poder de adaptação e organizar e criar estratégias pedagógicas que contemplem todos os estudantes.

Em localizações de tríplice fronteira essa realidade se torna ainda mais peculiar pela amplitude da problemática. Os docentes não são preparados para com capacitações, contam apenas com suas experiências pedagógicas. No entanto, não existe embasamento legal para tais adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo é assunto constante nas discussões direcionadas as práticas educacionais mais frequentes, pois a ideia é que se obtenha estudantes voltados para uma cultura educativa mais preocupada com os processos do que com o produto, e nesse processo implicam as adaptações curriculares para cada público, considerando todo o contexto que envolve o estudante.

No que se refere às adaptações curriculares frente a diversidade cultural encontrada nas salas de aula, principalmente em regiões de tríplice fronteira, que reúne entre dois e três idiomas, além da língua indígena, muito pouco tem sido feito para contribuir com os professores que se deparam dia a dia com a problemática e que se valem dos seus conhecimentos pedagógicos para adaptar o currículo e promover a esses estudantes a mesma condição de aprendizado.

Assim, o que se tem observado que as adaptações curriculares são muito comentadas e pouco realizadas, se fazendo imprescindível que esta saia das discursões teóricas e sejam cada vez mais frequentes nas instituições escolares.

Para tanto, é necessário um período maior de dedicação ao currículo e suas adaptações ao longo do ano letivo, talvez a constituição

pedagógica municipal com tal incumbência muito contribuiria com o processo de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais, apresentação dos temas transversais e ética**. V. 08, Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

FETNER, A. R; SOUZA, M.E.V. Concepções de conhecimento escolar: potencialidades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n 03, p. 683-694, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Indagação sobre o Currículo: Diversidade e Currículo**. Org. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007.

_____. Nilma Lino. Educação e Diversidade Étnicocultural. In: Ramos, Adão Barros. (Coordenadores). **Diversidade na Educação: reflexões e experiências**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, Brasília, 2003.

MARTINS, Josemar. **Anotações em torno do conceito de Educação para Convivência com o Semi-árido**. In: **Educação para a convivência com o Semi-Árido Brasileiro: reflexões teórico-práticas**. Bahia: Juazeiro: Selo EditorialRESAB, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Michele Fernandes; ZANLORENZI, Claudia Maria Peckak; PINHEIRO, Luciana Ribeiro Alves. **A função do Currículo no Contexto Escolar**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

SACRISTAN, G.J. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed,2000.

SAMPAIO, M. de M.F. **Um gosto amargo de escola:** relações entre currículo, ensino e fracasso escolar. São Paulo, EDUC, 1998.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura.** (Coleção primeiros passos; 110) 12ª reimpr. da 16 ed. de 1996. Editora: Brasiliense. São Paulo, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo e identidade social:** territórios contestados. In. SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p.190-207.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Currículo e história:** uma conexão radical. In. COSTA, Marisa Vorraber. (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 93-104.

IMPACTOS AMBIENTAIS: OS ESTUDOS E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Elizandra Oliveira Viana¹

Resumo:

Já faz alguns anos que os temas ecologia, meio ambiente e manejo sustentável dos recursos naturais renováveis têm sido, frequentemente, citados e tratados nos mais variados espaços da sociedade, nas escolas. Arelado a tais temas estão os impactos ambientais, que tomam maiores proporções ao passar do tempo. A conscientização precisa ser trabalhada incessantemente haja vista que as agressões ao meio ambiente não cessam e os impactos ambientais estão cada vez mais visíveis, assim como suas consequências. Sendo assim, a produção acadêmica voltada à temática se faz necessária para que possam atingir grande quantidade de público multiplicador do conhecimento sobre os impactos ambientais. Para alcançar o objetivo esperado o estudo será embasado em pesquisas bibliográficas e vivências pedagógicas das pesquisadoras em seus locais de vivência. Busca-se ao final da elaboração deste estudo maior entendimento sobre os impactos ambientais.

Palavras-chave: Educação. Impactos ambientais. Meio ambiente.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo se apresenta com o título “**IMPACTOS AMBIENTAIS: OS ESTUDOS E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO**” e nele busca-se expor sobre a importância das relações entre do meio ambiente atrelado a educação contextualizando as temáticas para que haja maior entendimento e compreensão no dia a dia. Os impactos ambientais passam por um momento delicado, os índices de poluição, desmatamento e abandono pelo poder público tem sido mostrado continuamente nas mídias na tentativa de sensibilizar os agressores ambientais de que é preciso parar, pensar, modificar suas ações em prol da preservação.

¹ Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Especialista em Biologia e Química, pela FAK e em Formação de Professores para Nível Superior, pela UNIP. Mestre em Ciências da Educação pela FICS. E-mail: eliz.oliveira.viana77@gmail.com

A realização deste trabalho se justifica quando nos encontramos em um momento extremamente complicado e inquietante para a preservação ambiental mundial e local. O objetivo principal que tentaremos alcançar com a elaboração deste estudo é realizar um paralelo, uma conscientização sobre a contextualização da temática para a educação.

2. DESENVOLVIMENTO

No que se refere as questões ambientais, grandes são os desafios a serem pontuados e enfrentados, principalmente quando entrelaçamos ao fazer pedagógico. A conscientização ambiental entre os estudantes precisa ser melhor articulado e desenvolvido entre as populações estudantis mais jovens para que possamos alcançar maiores resultados.

2.1 Estudos ambientais

Face aos desafios ambientais impostos a esta e às gerações futuras, o mundo se mobiliza em várias frentes e de maneiras diversas na busca de caminhos para a superação dos desafios e preocupações que ainda não foram superados. Nesse sentido, o grupo de Referência da Década da Unesco tem como orientação básica cinco estratégias:

Estabelecer os princípios para uma grande aliança mundial pela sustentabilidade, governamental e não governamental; • concretamente, iniciar pela criação e acompanhamento dos trabalhos das comissões nacionais da Década; • criar centros de referência em diferentes partes do mundo para fomentar a discussão, a pesquisa e a intervenção na EDS; • estabelecer estreita ligação com outras iniciativas e décadas da ONU, tais como: Década da Alfabetização, Educação para Todos, HIV/Aids e os Objetivos do Milênio; • estabelecer uma estratégia de comunicação e informação fortemente ancorada nas novas tecnologias e, particularmente, na internet. (GADOTTI, 2007, p. 20).

Nessa vertente, estudos diversos são utilizados para análise da viabilidade ambiental de atividades humanas e empreendimentos e, ainda, para subsidiar as decisões dos órgãos ambientais competentes. Dessa forma, tornam-se valiosas oportunidades de trabalho para

profissionais que tenham interesse em agir na área do licenciamento ambiental. Nesse sentido, torna-se relevante mencionar que os estudos ambientais são definidos na Resolução CONAMA N° 237 de 1997, Artigo 1º, como:

Relatório ambiental preliminar, “todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.” (Diversidade e Gestão 1(1): 70-87. 2017).

No Brasil são realizados alguns estudos ambientais e, a Constituição brasileira de 1988 garante aos brasileiros o direito a um meio ambiente saudável e nesse sentido, o estudo de Impacto Ambiental surge como importante via de seguridade a esse direito, como é abaixo citado:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” “§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:” “IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade” (BRASIL, 1988).

Em um trabalho de verificação, ao observar se o empreendimento ou a atividade não é causa significativa na degradação ambiental, cabe ao órgão ambiental competente definir os estudos ambientais adequados ao processo de licenciamento. Nesse sentido, A Resolução CONAMA N° 01, de 1986, seu Artigo 2º, lista exemplos de atividades humanas e de empreendimentos e atividades que podem ter necessidade do EIA/RIMA para o seu eventual licenciamento, orientando e direcio-

nando a elaboração dos mesmos.

Também na CONAMA, Nº 279 de 2001, definiu-se o Relatório Ambiental Simplificado (RAS) referente aos estudos de aspectos ambientais relacionados à instalação, localização, operação e extensão de um empreendimento ou atividade, subsídio esse necessário para que a licença prévia requerida seja concedida. (CONAMA, 2001).

2.2 Impactos ambientais

Colocado de uma forma mais simples, os impactos ambientais referem-se às modificações que o ser humano faz no meio ambiente, sejam pela recarga e/ou pela inserção de elementos no meio (SANCHEZ, 2008). No entanto, apesar do ser humano ser dissociado do meio ambiente por alguns autores, para a maioria destes e a legislação brasileira não, e assim sendo, as alterações no meio socioeconômico causadas pelas atividades antrópicas devem constar nos processos de Avaliação de Impactos Ambientais (AIA).

No Artigo 1º da Resolução CONAMA Nº 01 de 1986 consta a seguinte definição dos impactos ambientais:

“qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais” (CONAMA, 1986).

Tratando sobre os impactos de forma mais específica, o que pode impactar negativamente o planeta inteiro é o impacto global dos poluentes atmosféricos. De acordo com Lora & Teixeira (2001), refere-se a um problema de significativa importância ocasionado pela utilização dos combustíveis fósseis devido ao efeito estufa, decorrente do aumento da temperatura média da Terra, efeito do acréscimo da concentração atmosférica de alguns gases, tais como o gás o metano

(CH₄), carbônico (CO₂), o óxido nitroso (N₂O), os clorofluorcarbonos (CFCs), dentre outros.

Quando o gás carbônico, em alta quantidade, junta-se a outros poluentes formam uma espécie de filtro na atmosfera, conseqüentemente a redução de temperatura que deveria ocorrer durante a noite, quando a Terra perde o calor recebido do sol durante o dia é prejudicado e o planeta acaba com sua temperatura média aumentada.

O setor de transporte ocasiona grande emissão de carbono a qual, no Brasil a correspondência é de 32% em decorrência da predominância do modo de transporte rodoviário e representa um elevado número quando comparada à média mundial. Nas questões climáticas é responsável pela emissão de 22% da emissão planetárias dos gases que atuam no efeito estufa, na qual a utilização de combustíveis fósseis é de praticamente 100%. (Ribeiro et al, 2000).

Quanto aos impactos regionais são aqueles que se pode observar à distância de sua fonte, como a chuva ácida, citada como um dos mais significativos (Mota, 2000). Ocorre que, em consequência dos regimes pluviais e das correntes aéreas, as nuvens ácidas podem percorrer para além de quilômetros de onde foram originadas pluviais e seus efeitos deletérios acabam indo a regiões onde normalmente os gases responsáveis por elas não são observados e o impacto provoca alterações profundas dos ambientes naturais, dos solos, das águas (acidificação dos rios e lagos), principalmente, da vegetação, além de promover a deterioração de monumentos históricos e na construção civil. (Ribeiro 2009)

Ocorrem também os impactos que prejudicam em muito a diversidade biológica. A poluição, por exemplo, causa alta na taxa de mortalidade de múltiplas espécies ao degradar e reduzir os habitats naturais em decorrência do aumento das áreas urbanas, da agropecuária e pela exploração de recursos naturais. Isto é citado dentre os problemas ambientais como a principal causa da extinção de espécies (VIANA; PINHEIRO, 1998; ALMEIDA et al., 2011).

Junto à diminuição está a fragmentação dos habitats, que ocasiona a fragilização e o isolamento de populações bióticas além do avanço do efeito de borda (VIANA; PINHEIRO, 1998; ALMEIDA et al., 2011). A construção de obras lineares como estradas e ferrovias e ainda a de dutos, são exemplos dos diversos empreendimentos que podem levar à fragmentação dos habitats naturais.

2.3 O processo de Avaliação de Impacto Ambiental

A avaliação de impactos ambientais (AIA) tem sido uma ferramenta eficaz na gestão ambiental auxiliando na melhoria da qualidade de vida humana e na prevenção da degradação ambiental. Vem sendo utilizada pelo mundo nas últimas décadas e viabiliza um conjunto de informações indispensáveis ao processo de definição de decisões sobre a viabilidade ambiental dos projetos. (SADLER; JAY et al., 2007).

Tem por objetivo a previsão, a identificação dos possíveis impactos ambientais, consequentes das atividades antrópicas, e a sistematização de medidas de eliminação ou redução dos impactos negativos. (PAVLICKOVA et al., 2009; GLASSON et al., 2012; MORGAN, 2012).

Em vias gerais de comparação, a AIA apresenta-se frágil em países diversificados, principalmente quando sua utilização ocorre apenas pra obter certificação e não como via de proteção ambiental e de sustentabilidade. O pioneirismo nos fundamentos do processo de AIA foi instituído nos Estados Unidos, por volta de 1969, após a criação da “National Environmental Policy of Act” (NEPA) pelo congresso (FOWLER e AGUIAR, 1993, p. 169; ROCHA et al., 2005, p. 148; MORGAN, 2012, p. 5; SÁNCHEZ, 2013, p. 40).

No Brasil, a política ambiental nacional é estabelecida e coordenada e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo criado através da Lei nº 6.938/81. Nela se institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e são determinados os instrumentos de gestão ambiental (art. 9º), inclusive “a avaliação de impactos ambientais” (inciso III) e “o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras” (inciso IV), regulamentado pelos decretos 88.351/83 e 99.274/90 (FOWLER e AGUIAR, 1993, p. 171; GLASSON et al., 2000, p. 194).

Neste país, o AIA deve ser desenvolvida em três etapas: previamente à implantação do empreendimento; durante a sua implantação e/ou operação; ao encerramento das atividades (SÁNCHEZ, 2013, p. 106). Sua meta é identificar os impactos ambientais sobre os meios físico, biótico e socioeconômico (STAMM, 2003, p. 30; MILARÉ, 2011, p. 465). Para cumprir esse objetivo, a AIA é formada por um conjunto de procedimentos sequenciais, interligados de forma lógica, permitindo que se faça um diagnóstico sistemático dos impactos ambientais, que ao final, servirá de subsídio para a tomada de decisão em relação a aprovação ou não de determinado projeto (MILARÉ, 2011, p. 465;

GLASSON et al., 2012, p. 4; SÁNCHEZ, 2013, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas relacionados às questões ambientais têm sido temas de muitos eventos, das mídias sociais, conferências voltadas à temática e são motivos de preocupação para muitos.

No entanto, se observa uma barreira muito significativa entre os interesses financeiros mundiais e a conscientização e sensibilização para os impactos ambientais e suas consequências atuais e futuras.

O maior entrave entre a preservação do meio ambiente está em conscientizar o indivíduo para a importância geral deste e não somente a financeira.

Se faz importante trabalhar nas escolas a conscientização de que ações voltadas ao ambiente precisam ser trabalhadas de maneira constante e de forma interdisciplinar, isso por que tais explanações são realizadas com mais frequência na semana do Meio Ambiente.

Entende-se que as exigências do cumprimento curricular é uma realidade, por isso a conscientização da equipe pedagógica se faz importante para questões como a ambiental e outras possam ser explanadas eficazmente.

Observa-se que a localização das escolas influencia nesse processo. Escolas construídas em ambientes com maior área verde, como as das zonas rurais, aproveitam melhor o ambiente direcionando para tais questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F.S.; GOMES, D.S.; QUEIROZ, J.M. **Estratégias para a conservação da diversidade biológica em florestas fragmentadas.** *Ambiência* (7)2: 367-382, 2011.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução CONAMA Nº 1, de 23 de janeiro de 1986. **Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental.** Disponível em:. Acessado em: 20 mai. 2022.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.** Disponível em: . Acessado em: 20 mai. 2022

GLASSON J, THERIVEL R, CHADWICK A. **Introduction to environmental impact assessment.** 4th ed. London: Oxford Brookes University; 2012.

LORA, E.S; TEIXEIRA, F.N. **Energia e meio ambiente.** Conservação de energia: eficiência energética de instalações e equipamentos. Itajubá, MG: FUPA, 2001, cap. 2, p.30-89.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente:** a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7. ed. rev., atual. e reform. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1647 p. MOREIRA, I. V. D. Avaliação de Impacto Ambiental – AIA. Rio de Janeiro, FEEMA, 1985.

MORGAN, R. K. **Environmental impact assessment:** the state of the art. Environment Impact Review, v. 3, n.1, p 5-14, 2012.

SANCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental:** conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

PAVLICKOVA K, KOZOVA M, MIKLOSOVICOVA A, ZARNOVICAN H, BARANCOK P, LUCIAK M. **Environmental impact assessment (In Slovak).** 1st ed. Bratislava: Comenius University in Bratislava; 2009.

SADLER, Barry. CANADIAN ENVIRONMENTAL ASSESSMENT AGENCY. **Environmental Assessment in a Changing World. Evaluating Practice to Improve Performance-final Report.** 1996. Disponível em: < http://www.ceaa.gc.ca/Content/2/B/7/2B7834CA-7D9A-410B-A4ED-FF78AB625BDB/iaia8_e.pdf>. Acesso em: 25/05/2022.

VIANA, V.M.; PINHEIRO, L.A.F.V. **Conservação da biodiversidade em fragmentos florestais.** Série Técnica IPEF 32(12): 25- 42, 1998. CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução CONAMA Nº 279, de 27 de junho de 2001. Disponível em: Acessado

em: 20 mai. 2022.

ROCHA, E.C.; CANTO, J.L.; PEREIRA, P.C. **Avaliação de impactos ambientais nos países do MERCOSUL.** *Ambiente & Sociedade*, v.8, n.2. 2005.

STAMM, H. R. **Método para Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) em projetos de grande porte:** Estudo de caso de uma usina termelétrica. 2003. Tese de Doutorado (Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003. Disponível em: Acesso em: 14/05/2022.

ALMEIDA, F.S.; GOMES, D.S.; QUEIROZ, J.M. **Estratégias para a conservação da diversidade biológica em florestas fragmentadas.** *Ambiência* (7)2: 367-382, 2011.

TEORIA E PRÁTICA DO CURRÍCULO

Dorivania Ferreira Cordeiro¹
Josivania Ferreira Terto²

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre as teorias e prática do currículo na prática docente. De tal modo, serão discutidos no decorrer deste estudo, os caminhos traçados na pesquisa, as motivações, as inquietações, os objetivos, a metodologia e os procedimentos que serão utilizados para responder as questões, os problemas levantados quanto à temática do currículo multicultural, seus desafios e perspectivas. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. Por último, compreendemos os saberes docentes como instrumentos decisivos na elaboração curricular e norteadores das práticas pedagógicas que dão materialidade, ritmo e sentido às práticas curriculares no território escolar.

Palavras-chave: Currículo. Prática Pedagógica. Docente.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem com principal finalidade apresentar os resultados de estudos teóricos acerca dos princípios que fundamentam a organização de um currículo multicultural, os saberes docentes (concepções e perspectivas) que perpassam na elaboração de um currículo multicultural e suas implicações na prática pedagógica.

Partimos, assim, do pressuposto de que a escola um ambiente onde transitam e se entrecruzam distintas identidades culturais, ou seja, um ambiente constituído de diversidades. contudo, e de suma importância que se possa ter uma maior compreensão acerca da diversidade como algo intrínseco ao dia-a-dia de práticas escolares, como característica efetiva nos processos categóricos na elaboração curricular. Do mesmo modo de constituir opções e estratégias didáticas e metodológicas para tratamentos das questões culturais pertencentes à escola.

1 E-mail: mimiadorivania@gmail.com

2 E-mail: josivaniaterto19@gmail.com

De tal modo, serão discutidos no decorrer deste estudo, os caminhos traçados na pesquisa, as motivações, as inquietações, os objetivos, a metodologia e os procedimentos que serão utilizados para responder as questões, os problemas levantados quanto à temática do currículo multicultural, seus desafios e perspectivas.

Em seguida, trilhamos no contexto teórico onde teve início as discussões referentes ao currículo escolar, especificamente, às ideias embaçadoras do currículo multicultural, as concepções de educação que acompanharam as discussões curriculares.

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo discutir sobre as teorias e prática do currículo na prática docente.

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: como são trabalhadas as teorias e prática do currículo na prática docente?

2. CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo é o enfoque principal do olhar da educação no espaço escolar/educacional. Seu caráter é meramente socializador, onde representa os interesses sociais e políticos independente de classe social, raça ou cor. Frente a contextualização deve-se ter clareza que é um instrumento cultural e social, onde se alicerça a vida social e democrática do país (MOREIRA, 2009).

Demonstrar o índice de desenvolvimento de desempenho dos (as) educandos (as) e pontuar o nível de qualidade da educação que temos e a que é adequada a formação dos educandos que tendo e que querem ter, visto que a formação deva ser sustentada por todos envolvidos no como fazer a educação, como: a sociedade, as políticas, a escola, o professor e os educandos.

Segundo Sacristan (2000, p. 12):

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente a experiência humana. É, antes de tudo um modo de organizar em série de práticas educativas.

Do ponto de vista de Silva (2008) o currículo é definido como experiência humana organizado para a prática educativa no qual pode se distinguir por meio dos objetivos e da forma expressada no programa da escola. Partindo do princípio da organização e sistematização adequada deve-se considerar as bases curriculares que são segundo Veiga (2002, p. 7) fundamentais tais como:

A sociedade, as políticas, a escola, o professor e o (a) aluno (a). Se não houver organização e relação desses critérios não haverá educação, pois os mesmos se tornam coadjuvantes no processo educativo. O currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.

Portanto questões de poder, tanto nas relações professor/alunos (as) e administração/professor, quanto em todas as relações nos quais permeiam o dia a dia da escola e fora dela, ou seja, envolva relações de classes sociais (classes dominantes/classes dominadas) e questões raciais, étnicos e de gênero, não se restringe a uma questão de conteúdos.

Na perspectiva de um currículo significativo, ouvir o professor e buscar entender suas concepções são elementos fundamentais para estruturar uma relação adequada entre o currículo e a ação pedagógica. O qual deva ter à consciência de que o currículo não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos (as). São construções e seleções dos conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas (SILVA, 2010).

Visto assim, o artigo 26 da Lei vigente LDB da Educação Nacional LDB nº 9.394, 20/12/1996 diz que:

Os currículos do ensino fundamental e médio deve ter uma Base Nacional Comum a ser complementada, em cada sistema e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da so-

cidade, da cultura, da economia e da clientela.

Sendo assim, o currículo não pode ser confundido com grade disciplinar ou reduzido exclusivamente a ela, não podemos confundir ressignificação curricular com mudança na grade disciplinar.

De acordo com Silva (2010, p. 4), é preciso ver o currículo como parte de uma luta mais ampla como busca das experiências e da teoria de forma a não:

[...] vulgarizar nos levar a pensar que a função da disciplina escolar seria somente a de simplificar para os alunos conhecimentos que não podem lhes ser apresentado na forma original. A partir dessa compreensão, de que conhecimento escolar e conhecimento científico são constituídos para a epistemologia distinta e que as transposições de um para o outro não são lineares.

De modo geral, temos que levar em conta as condições reais nas quais a proposta deve ser realizada, situada entre as interações, princípios e orientações gerais e da prática pedagógica. Neste aspecto a sua função é evitar os dois extremos as intenções e as práticas, buscando a compreender a atual função do currículo.

3. O CURRÍCULO MULTICULTURAL

O currículo multicultural surgiu desde então como uma crítica ao currículo unilateral, hegemônico, linear e homogeneizador constitutivo da realidade escolar como algo universal e, conseqüentemente, inquestionável. Influenciado pelo ideário pós-moderno, posiciona-se a favor de um currículo reconhecedor da pluralidade das identidades culturais que possibilite a compreensão das contradições e dos conflitos existentes no processo de construção da cultura (FERREIRA, 2011).

Questiona-se dessa forma a omissão de vozes muitas vezes ocultadas por interesses econômicos e políticos no decorrer da história, que também contribuíram para a construção do conhecimento, e pela configuração da sociedade atual através de movimentos sociais libertários, de emancipação política na tentativa gritante e árdua de se estabelecer como voz ativa nas decisões sociais e políticas. Trata-se, portanto, de um currículo de caráter inclusivo e emancipatório, traçado entre lutas e reivindicações. Ao entender que o currículo estabelece diferenças,

constrói hierarquias, produz identidades (PACHECO, 2005).

Percebemos que o mesmo atua ao estabelecer mecanismos de controle e manutenção ocultados através de estratégias didáticas e metodológicas aceitas como necessárias no cenário educacional.

No Brasil, a perspectiva multicultural como eixo organizativo do currículo escolar se materializa no documento emitido pelo Ministério da Educação (MEC)- Os Parâmetros Curriculares Nacionais. As temáticas transversais remetem à situação social atual do país, as necessidades de convivência e transformação, têm como objetivo proporcionar relações sociais e interpessoais pautadas em princípios éticos e democráticos, a fim de desenvolver atitudes de cidadania, contribuindo, assim, para uma educação crítica de teor político e social (FERREIRA, 2011).

Para isso perpassam as disciplinas, transitando entre os conteúdos diversos, contextualizando-os, ou seja, situando-os em realidades particulares. As questões culturais são contempladas nos PCN's através do tema transversal denominado Pluralidade cultural. Constitui, assim, a proposta curricular dos parâmetros quanto ao tratamento da diversidade cultural no país (FERREIRA, 2011).

Esta é, portanto, uma iniciativa fundamentada em uma perspectiva multicultural do ensino. Elencam como objetivos além da valorização às distintas manifestações culturais, a importância da diversidade como princípio organizativo da configuração social do país. No tocante à sua natureza de reafirmação cultural, o multiculturalismo representa um importante instrumento de luta política (SILVA, 2010).

Sua luta é travada na reafirmação das vozes ocultadas na história do conhecimento, das ideias e das conquistas sociais. Lutas de rompimentos de fronteiras, de demarcações, de delimitações culturais. Conduz seus objetivos em sentido contrário aos ideais modernos de conceber a identidade cultural como uma essência, como algo estático e impermeável (MOREIRA, 2009).

A padronização de maneiras interpretativas do mundo, a homogeneização das identidades constitutivas da cultura, a concepção de cultura como algo universal e de estrutura fixa, rígida e inflexível têm, como citado anteriormente, origens no pensamento moderno.

Devido à exaltação da razão, a racionalidade como padrão de excelência, o período das ideias modernas ignorou outras formas de pensamento não guiadas necessariamente pelo pensamento lógico racional, pelo cientificismo, pela exatidão matemática e pelo empirismo. Crenças, mitos, lendas, contos populares e formas míticas de interpretar

fenômenos naturais foram impiedosamente negados quanto à sua condição de cultura.

4. A ESCOLA E O CURRÍCULO MULTICULTURAL: UM TERRITÓRIO INABITADO?

O currículo, a organização dos conhecimentos, temas e atitudes, é um (a) instrumento/ferramenta escolar decisivo na introdução de tratamentos didáticos e procedimentos metodológicos referentes às questões culturais que permeiam a escola.

Suas intenções são produto dos saberes docentes e sua organização norteia a prática pedagógica. Percebemos, a partir disso, que seu plano, seus limites e possibilidades derivam da articulação entre saberes, realidade escolar e práticas docentes. A organização do currículo quanto à tomada de decisões, faz com que a escola se transforme em um campo de batalha de intenções e ideias contrastadas e contestadas, visto que o currículo é o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político (SILVA, 2001).

Espaço traçado entre ideias, intenções, vivências e perspectivas de ação não neutras, com um arcabouço político e social.

Os conteúdos de ensino que constituem parte do currículo, parcelado em disciplinas, expressam um objetivo formativo no contexto escolar, ou seja, apresentam uma intencionalidade social e política. Trata-se de um processo de decisão, seleção e classificação de conhecimentos ditos como válidos ou não para o alcance dos objetivos traçados pela escola. Dessa forma a política curricular, metamorfoseada em currículo, efetua, enfim, um processo de inclusão de certos saberes e de certos indivíduos, excluindo outros (SILVA, 2001).

Esse mecanismo de inclusão e exclusão de saberes edifica a natureza do currículo como instrumento de controle e dominação. O currículo materializado em documento reafirma e negligencia comportamentos, atitudes e conhecimentos, tecendo uma relação de subordinação do diferente ao hegemônico.

A escola, assim, exerce sua função ao organizar de forma sistêmica os tempos e espaços através do planejamento de práticas de ensino condizentes com as intenções que o currículo abarca.

Conforme Sacristán (2000, 150):

O que se ensina, se sugere ou se obriga a apren-

der, expressa os valores e funções que a escola defende num contexto social e histórico concreto. A escola como um território habitado por híbridas identidades culturais, campo sonoro de vozes formadoras dos discursos de reafirmação e/ou contestação de relações, constitui, desse modo, um ambiente favorável para identificar, reconhecer e compreender as diferenças existentes. Esse lugar de híbrida interação de identidades se configura, desse modo, num ambiente permeado por conflitos e contradições.

Conforme afirma Moreira (2009) a escola continue a ser vista como uma arena política e cultural na qual formas de experiências e de subjetividades são contestadas, mas também ativamente produzidas, o que a torna poderoso agente da luta a favor da transformação de condições de dominação e opressão.

Notamos, a partir da citação acima, que a escola, especificamente o currículo, como o campo onde são decididas as intenções do ensino, seus procedimentos e métodos, não possui neutralidade em seus planos e ações e sim contribui integralmente para a manutenção ou alteração de relações sociais. Para tanto, expressa suas intenções na organização curricular, no processo de seleção dos conteúdos e nas práticas educativas.

Ou seja, nas palavras de Gómes (1998, p. 14):

A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos/ as, paulatina, mas progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.

O docente, como o sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem, agente articulador dos saberes adquiridos na experiência, que vivencia e conhece a realidade cotidiana da escola tem participação decisiva no plano do currículo. Pelos motivos evidenciados, a figura do professor como construtor do currículo se faz necessária em virtude do seu grau de vivência nos processos escolares e na sua constante permanência no tempo-espaço escolar como sujeito que media processos de socialização e aprendizagem.

Sua então frequência no território escolar o faz reconhecer ações

discriminatórias, preconceituosas e diminutivas quanto ao campo cognitivo, social, econômico e cultural. Esse reconhecimento deverá impulsioná-lo a criar estratégias, mecanismos de ação para transformar as relações desiguais que se estabelecem nas escolas.

Portanto, sua participação na elaboração curricular é um fator decisivo na construção de atitudes de compreensão e, conseqüentemente, aceitação e respeito à diversidade cultural, uma vez que é preciso que seja sistemática e intencionalmente planejado para que sua carga de aparente neutralidade seja retirada de seu corpo a fim de torná-lo uma ferramenta de combate ao descaso com a diversidade tão inerente à sociedade e, especificamente, ao ambiente escolar.

Outrossim, como afirma Sacristán (2000, 152):

Um projeto curricular emancipador destinado aos membros de uma sociedade democrática e progressista, além de especificar os princípios de procedimento que permitem compreender a natureza construtiva do conhecimento e sugerir processos de ensino e aprendizagem em consonância com os mesmos, também deve necessariamente propor metas educacionais e blocos de conteúdos culturais que possam contribuir da melhor maneira possível com uma socialização crítica dos indivíduos.

As palavras utilizadas pelo autor indicam uma preocupação com a coerência entre os princípios contemplados na organização curricular como a compreensão do conhecimento em construção, seu movimento não-linear para com as práticas e os procedimentos de ensino, a elaboração das atividades e a abordagem dos conteúdos de ensino para que assim se desenvolva uma sociedade democrática e crítica.

Isso nos retorna ao enfoque e objetivo da pesquisa que consiste em compreender a relação entre os saberes docentes e a elaboração de um currículo multicultural, a congruência entre os saberes e as práticas docentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do percurso histórico que envolve o início das discussões teóricas acerca da perspectiva do currículo multicultural, procuramos analisar os fundamentos que sustentam os estudos multiculturais e

suas contribuições como princípios organizativos do currículo e como subsídios para práticas educativas pautadas em princípios emancipatórios e inclusivos.

Percebemos através da análise teórica realizada que o início da teorização de um currículo multicultural está ancorado nas teorias críticas e pós-críticas do currículo que o evidenciaram como mecanismo de reprodução das relações de poder, como instrumento de ação política e de prática social reafirmador de desigualdades, de ocultação da diversidade cultural como elemento vivo e constitutivo do contexto escolar através de uma aparente neutralidade atribuída aos processos de elaboração curricular.

Em seguida, evidenciamos que o processo de planejamento do currículo está intimamente relacionado aos saberes docentes, saberes que norteiam ou distanciam o currículo das práticas educativas. O docente foi identificado como o mediador dos processos educacionais e articulador dos saberes que organizam o currículo. Sua constante permanência no cotidiano escolar nos remete à sua essencial participação no plano do currículo, nas intenções curriculares.

A pesquisa pretende contribuir para repensar as relações entre organização curricular, saberes docentes e práticas educativas para que os princípios multiculturais de inclusão social e emancipação humana se concretizem nas práticas pedagógicas e se materializem nas relações estabelecidas na escola

Concluimos, então, através da pesquisa bibliográfica realizada, que o currículo não é constitui em um instrumento neutro, em um organizador de conteúdos, espaços e tempo, mas possui intencionalidades, teor político e ideológico, ou seja, estabelece mecanismo de reprodução e/ou transformação das relações de poder evidenciadas no território escolar.

Que o currículo multicultural pretende reverter a ideia de neutralidade e homogeneidade predominante nos espaços escolares pretende, nesse sentido, fazer com que o processo de construção da cultura seja compreendido através de seus conflitos e contradições, dentro de um contexto histórico de vozes silenciadas, de lutas por direitos.

Por último, compreendemos os saberes docentes como instrumentos decisivos na elaboração curricular e norteadores das práticas pedagógicas que dão materialidade, ritmo e sentido às práticas curriculares no território escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio Júnior; **Dicionário escolar da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2011.

GOMES, P. **Compreender e transformar a escola**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MOREIRA, A.F.B. **Currículos e programas no Brasil**. Campinas: Papirus, 2009.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Mônica Ribeiro. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VEIGA NETO, ALFREDO. **De Geometrias, Currículo e Diferenças** IN: Educação e Sociedade, Dossiê Diferenças-2002.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Dorivania Ferreira Cordeiro¹
Josivania Ferreira Terto²

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar viabilidade dos objetos de aprendizagem virtuais como recurso potencializador da ação pedagógica em sala de aula e sua importância na educação escolar. No que se refere à metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. No mundo moderno é inevitável a invasão das novas tecnologias de formação e comunicação, tanto no processo educativo, quanto na sociedade em geral. O processo educacional deve estar pronto para atender as novas exigências da população. Um dos desafios da educação tecnológica é levar os alunos a buscar informações significativas, buscando conteúdos importantes e úteis e, para que isso aconteça o supervisor escolar juntamente com o professor deve guiar e orientar os alunos nesse sentido.

Palavras-chave: Tecnologia. Escola. Educação.

1. INTRODUÇÃO

O bom profissional da educação deve estar acompanhado este desenvolvimento tecnológico aprendendo a utilizar destas máquinas e todos os seus benefícios. Um bom educador saberá também, usar estes avanços tecnológicos a seu favor oferecendo ao aluno uma aula mais interessante menos cansativa trazendo a atenção do aluno, seja para trabalhar em equipe utilizando o aparelho celular em mapas, pesquisas vídeos, quanto para assistir filmes, teatros que estimule o aluno a se prender diante da tela, com este complemento o aluno terá a oportunidade de ter uma aula dinâmica e prazerosa.

Como já vimos vale lembrar o quanto esta tecnologia traz benefícios na educação, porém também deixa questões para refletir, mesmo com todos os pontos positivos, existe ainda uma grande maioria de pro-

1 E-mail: mimiadorivania@gmail.com

2 E-mail: josivaniatero19@gmail.com

fissionais que não confia nestas tecnologias, acaba por não usar o vídeo, TV, negando-se a utilizar estas ferramentas.

Diante do que vimos até aqui, sabemos que os avanços tecnológicos são inúmeros e a cada dia será maior, que com este avanço também surge conflitos, citamos o uso do celular, TV e vídeo (cd, DVD) nas salas de aula e nos debatemos com as seguintes questões: será que estas tecnologias realmente são necessárias? Será que realmente ira enriquecer as aulas deste educador do século xv? Liberar ou proibir? São questões para se estudar e analisar, uma coisa é certa! Ciências, tecnologia e educação andam juntas, e a cada dia será maior o seu avanço, dificilmente um bom e atualizado profissional da área da educação conseguira ficar sem por em suas aulas, em sala de aula estes aparelhos como o a TV, vídeo (CD, DVD) e o tão temido e inimigo de muitos professores, o celular, dentro deste contexto deve-se encontrar um bom senso entre aluno e professor, esta tecnologia esta a nosso favor, o bom aluno, aquele que realmente quer aprender ira entender o significado desta tecnologia em sala de aula, afinal bons modos, valores vem de casa, o bom educador devera saber a diferença entre ter autoridade e ser autoritário.

Contudo, o presente estudo tem como objetivo geral analisar viabilidade dos objetos de aprendizagem virtuais como recurso potencializador da ação pedagógica em sala de aula e sua importância na educação escolar.

Cabe a estes educadores encontrar um bom senso dentro da sua realidade municipal, regional, respeitando as leis, que na maioria das vezes acaba por defender somente o aluno, concluindo nosso assunto fica claro dizer, o profissional aceitando ou não, o mundo esta cheio de novos avanços científicos, tecnológicos e a cada dia, a uma necessidade maior de usufruirmos destas tecnologias estamos rumo a um novo aprendizado e ficar para traz não será possível por muito mais tempo, cabe ao profissional da educação refletir o assunto e decidir aonde quer chegar.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: qual a viabilidade dos objetos de aprendizagem virtuais como recurso potencializador da ação pedagógica em sala de aula e sua importância na educação escolar?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

2 CONCEITOS DE TECNOLOGIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A tecnologia como ferramenta proporciona ao sujeito a construção de conhecimento preparando-o para saber, criar e desenvolver artefatos tecnológicos, interferindo no cotidiano. A arte técnica dedica-se à análise especulativa e crítico dos usos abusivos dos meios, instrumentos artes e ofícios. Também investiga os materiais e as condições em que foram usados pela sociedade com a função de transformar a realidade original em realidade virtual. Antigamente os gregos chamavam a técnica de aprender algum ofício ou arte de *techené*, considerada uma política neutra, pois não se pode dizer boa e nem ruim, mas parte de um processo de descoberta do homem na sociedade (DINIZ, 2001).

A tecnologia informacional requer novos hábitos, uma reforma na gestão de concepção de conhecimento transmitindo novas formas de simbolização e representação do conhecimento, no entanto autonomia, criatividade, reflexão e análises são imprescindíveis para interferir sobre a sociedade. O maior desafio está em criar conhecimento e conseguir manipular criativamente crítico excluindo os velhos vícios e erros dos sistemas que aperfeiçoam o péssimo.

A Tecnologia da Informação abrange os multiplicáveis recursos tecnológicos e computacionais para propagação da informação, reconhecidos como recursos de armazenamento, processamento e comunicação da informação, que são capazes de executar um conjunto de tarefas (BENTO; BELCHIOR, 2016).

São tecnologias relacionadas ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento de sistemas. Inclui todas as atividades desenvolvidas na sociedade por meio de recursos da informática. Como rede de transmissão, serviços de acessos públicos ou privados. Serviços empresariais de pequeno e grande porte, que dependem da tecnologia para alcançar seus objetivos e obterem maior rendimento. A tecnologia ocupa um lugar muito importante em diversas áreas como: finanças, planejamento de transportes, design, também como na imprensa, sistemas de rádio e televisão (BENTO; BELCHIOR, 2016).

A tecnologia também modificou as bibliotecas, centros de documentações, facilitou a formação de textos do banco de dados, edição, transmissão e envio de mensagens e arquivos etc. Existe ainda tecnologia da informação intelectual usada para lidar com técnicas de classificação. Um esquema que se pode incluir em um software. Essas tecnologias foram criadas quando começaram a formar as bibliotecas.

A comunicação é a troca de informação entre sujeitos ou objetos e inclui vários temas técnicos como telecomunicação, jornalismo, relações públicas, publicidade e outras. A comunicação feita através de conversas presenciais, gestos, mímicas ou virtuais, email, mensagens. A fala e a escrita que permite a interação com outras pessoas e a troca de alguma informação. O estudo desse campo é amplo e sua aplicação é bem maior. A informação é transmitida através de signos e símbolos, sendo reinterpretados pelo receptor (BENTO; CAVALCANTE, 2013).

A tecnologia é a execução do conhecimento científico para resultar-se na prática. Essas práticas resultaram em mudanças entre os seres humanos e a natureza. É um processo contínuo que a humanidade desenvolve, modificando gerando a sua qualidade de vida. O ser humano sempre teve a capacidade de criar instrumentos desde o mais antigo até o mais moderno, usando a técnica para melhorar e modificar produtos.

2.1 A LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO E A TECNOLOGIAS NA ESCOLA

Com as tecnologias ligando o mundo todo e, quando quase toda a população faz uso dela, tornou-se indispensável e tornou a vida das pessoas mais fácil. Tornou-se inegável que a tecnologia viesse a fazer parte do cotidiano escolar.

Os governantes e O Ministério de Educação e Cultura ciente da utilidade da tecnologia hoje e futuramente, achou por bem incorporá-la à educação. A LDB - Lei 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira abriu os caminhos para a era tecnológica na escola.

A escola é o lugar onde a aprendizagem acontece, nela todos estão reunidos para construir um ambiente de aprendizagem.

Nas palavras de Moraes (1993, p. 3):

Se a fragmentação representa a forma de organização que impera neste momento em nossa sociedade pós-moderna, a informática pode se encardar com uma nova forma extremamente interessante de institucionalizar a produção do conhecimento nas escolas. Pensar na formação do professor para exercitar uma adequada pedagogia dos meios, uma pedagogia para a modernidade, é pensar no amanhã, numa perspectiva moderna e própria de desenvolvimento, numa

educação capaz de manejar e de produzir conhecimento, fator principal das mudanças que se impõem nesta antevéspera do século 21. É desta forma seremos contemporâneos do futuro, construtores da ciência e participantes da reconstrução do mundo.

O avanço da tecnologia se relaciona diretamente com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes e também de todas as pessoas que se dispuseram a aprender a usar o computador, coisa corriqueira nos dias atuais, pois são raras as empresas e também outros segmentos empregatícios que não exigem o domínio da tecnologia, pelo menos no básico.

A tecnologia e conseqüentemente a informática passou a fazer parte do processo educacional nos anos 60, porém, foi somente a partir da década de 80, após a queda nos preços dos computadores, foi possível o ensino básico do uso do computador nas escolas.

Moraes (1997, p. 5) acrescenta que:

O papel relevante que as novas tecnologias da informação e da comunicação poderão desempenhar no sistema educacional depende de vários fatores. Além de uma infraestrutura adequada de comunicação, de modelos sistêmicos bem planejados e projetos teoricamente bem formulados, o sucesso de qualquer empreendimento nesta área depende, fundamentalmente, de investimentos significativos que deverão ser feitos na formação de recursos humanos, de decisões políticas apropriadas e oportunas, amparadas por forte desejo e capacidade de realização.

As novas tecnologias estão sendo tratadas como a solução para o restabelecimento de uma nova ordem na educação-ensino. O termo novas tecnologias significa um conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos que se aplicam a um determinado ramo de atividades.

Para os PCNs (1998, p. 98):

A incorporação das novas tecnologias só tem sentido se contribuir para a melhoria da qua-

lidade do ensino. A presença de aparato tecnológico na sala de aula não garante mudanças na forma de ensinar e aprender. A tecnologia deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa, crítica e criativa por parte de alunos e professores. Devido a grande diversidade regional e cultural do Brasil, com grandes desigualdades sociais, é impossível pensar em um modelo único de implantação da informática nas escolas. O computador vai permitir novas formas de trabalho, possibilitando a criação de ambientes de aprendizagem em que os alunos possam pesquisar fazer antecipações e simulações, confirmar ideais prévias, experimentar, criar soluções e construir novas formas de representação mental. O computador vai permitir ainda a interação com outros indivíduos e comunidades através da Internet.

A função do computador nas escolas torna proporções enormes quando se refere a questionamentos feitos em função da escola e do papel do professor. E a mudança de postura no aparato educacional que não deve ser a de ensinar, mas sim a de criar condições de aprendizagem.

Segundo os PCNs (1998) o desenvolvimento tecnológico acarretou inúmeras transformações na sociedade contemporânea, em particular nas duas últimas décadas. Cada vez mais a linguagem cultural inclui o uso de diversos recursos tecnológicos na produção de processos comunicativos. E a sociedade constrói com esses recursos novas maneiras de se expressar e de se relacionar. As tecnologias da comunicação são veículos de informações e possibilitam novas formas de ordenação da experiência humana.

Assim não se pode mais questionar o uso do computador em educação, também não se deve adotá-lo como a panaceia para os problemas educacionais.

2.2 A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

O uso da tecnologia na educação trouxe grandes mudanças no processo educacional, com a tecnologia vieram novas formas de se ensinar e de se aprender. O ensinar ficou mais criativo e proporcionou

ao educador buscar novos textos, mais interessantes que despertam o interesse do aluno.

Foi a partir II Guerra Mundial que se deu o uso da tecnologia educacional para treinamento de militares, onde paralelamente também foi utilizada no meio acadêmico nos EUA. A revolução tecnológica atingiu todos os segmentos da sociedade, no século XXI houve a expansão da tecnologia com ênfase na informática, no computador e consequentemente na internet. Atualmente, na sociedade em que vivemos o uso de técnicas e recursos tecnológicos, transformando o computador como um instrumento do processo de ensino e aprendizagem.

Conforme entendimento de Almeida (1987, p. 98):

O computador representa uma transformação no modo de pensar e educar. A ideia de fazer um mundo de produção de programas, certamente representa uma nova qualidade de educação que ao lado de outros objetivos e ao lado do desenvolvimento de outras habilidades constituem o todo da educação. A formação de estruturas cognitivas, desencadeadas e organizadas pelo uso papertiano do computador, não pode ser o objeto último nem o único do trabalho do educador embora seja dos mais importantes.

Assim, observa-se que as transformações trazidas pelo uso do computador e da internet na educação fez uma revolução do conceito e nas técnicas do que se conhecia sobre o que é ensinar. O professor e o aluno atualmente possuem uma ferramenta que dá a eles maiores condições de pesquisa, sem ter que utilizar as imensas enciclopédias, as quais muitas vezes já estão com o conteúdo ultrapassado.

Entre os benefícios do uso do computador na educação pode-se citar conforme assinala Tarja (2008, p. 125):

Dotam crianças e jovens com fontes de informação, ideias e ligações; abrem janelas de comunicação com o mundo, formando alunos, atualizando professores, ao mesmo tempo em que a interação entre todos se expande, sai da sala de aula e abrange o país e o mundo; provocar o aluno a buscar o conhecimento, a investigar, pesquisar de forma a confrontar o seu conhecimento prévio com o descoberto, estará

proporcionando a abertura de vários caminhos para o aluno chegar até a aprendizagem.

O uso do computador em sala de aula desperta o interesse do aluno, faz com que ele procure aprender mais e, pelo simples ato de procurar textos para elaborar uma pesquisa já é uma forma de aprendizagem.

De acordo com Tarja (2008, p. 127):

O aprender é um processo de mudança contínua; o indivíduo é um sujeito inacabado que está sempre aprendendo e se transformando. A sua transformação deve ir além de suas alterações internas, mas transcender externamente. Se o indivíduo consegue transformar, significa que ele conseguiu aprender e formulou um novo conhecimento a partir de suas interações biológicas, psicológicas e históricas, sociais e culturais.

Sabe-se que o ser humano desde que nasce esta sempre em processo de aprendizagem e, continua assim por toda a vida, assim, ao ingressar o computador como ferramenta na educação acontece mais um segmento na aquisição de novos saberes.

Para Santos (2004, p. 28):

Construir o conhecimento é colocar, de lado, a imitação cega e submissa, dando vida a indivíduos questionadores, críticos e pensadores. Incentivar as pesquisas, estimular para a criação do novo e estabelecer um pensamento crítico, é o alicerce para a construção do conhecimento. A educação não é, meramente, um conjunto transferido de saberes as pessoas. O saber não é algo imutável ou uma cópia acabada (Freire, 1996, p. 92). Assim, é necessário alcançar novos horizontes, romper as barreiras e transformar a realidade vivida; isto é construir o conhecimento.

A aprendizagem necessária na atualidade tem embasamento dinâmico, quando o aluno é sujeito do seu próprio aprendizado, pois, a aprendizagem só acontece quando o aluno teve oportunidade de formar

conceitos sólidos sobre o conteúdo que lhe foi transmitido e a partir dessa aprendizagem fazer uso da mesma na sua vida cotidiana como cidadão crítico e participativo.

Pereira (2007, p. 4) complementa que:

O avanço e o desenvolvimento tecnológico impulsionaram e estão transformando a maneira de ensinar e aprender. Além disso, o intenso ritmo do mundo globalizado e a complexidade crescente de tarefas que envolvem informação e tecnologia fazem com que o processo educativo não possa ser considerado uma atividade primordial. Dessa forma, afirma-se que a demanda educativa deixou de ser exclusivamente de uma faixa etária que frequenta as escolas para ser necessidade do público em geral que necessitam estar continuamente atualizados para competitivo mundo do trabalho.

Percebe-se que para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça é necessário que haja a interação professor e aluno, estando os dois em sintonia em todos os aspectos, sendo eles, fatores como o respeito, a cooperação e a amizade, só assim a aprendizagem irá se efetivar.

Diante desse cenário tecnológico fica claro, preciso e necessário que a educação renove seus conceitos de como ensinar e avaliar seus alunos, já que esta é considerada um dos meios de transformação da sociedade e o professor, o mediador desse processo.

Compreendeu-se a importância das novas tecnologias da informação e da comunicação no processo educacional. Possibilitando uma educação voltada pro mundo atual e globalizado tendo uma educação inovadora., onde nós estudantes, e futuros professores, podemos ter uma nova visão ao novo mundo educacional com facilidades tecnológicas, "transmitindo também e recebendo conhecimento". Com isso levando em conta a compreensão das possibilidades de atuação profissional, tendo o conhecimento humano nas diferentes formas, senso comum, científico, filosófico, entrelaçando numa rede de concepções de mundo e de vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo moderno é inevitável a invasão das novas tecnologias de formação e comunicação, tanto no processo educativo, quanto na sociedade em geral. A tecnologia como ferramenta de estudo e trabalho proporciona ao sujeito a construção de conhecimento preparando-o para saber, criar e desenvolver artefatos tecnológicos, interferindo no cotidiano.

O planejamento dos objetos tem como referência um sistema de técnicas que envolvem a análise, planejamento, desenvolvimento, implantação e avaliação.

Considerou-se que, o desenvolvimento das tecnologias provoca mudanças profundas na sociedade e a escola deve contribuir para formação de cidadãos criativos, críticos e que desenvolva suas atividades com autonomia. Compreendeu-se que os recursos tecnológicos oferecidos são amplamente qualificados e desenvolvidos para atender as necessidades dos alunos.

Percebeu-se que o uso das novas tecnologias também desenvolve uma característica tecnicista por envolver aprender, desenvolver, aperfeiçoar e produzir conhecimento, sendo que o computador é um equipamento tecnológico que permite a utilização de muitos meios de informação representados de mais variadas formas, inclusive possibilidades de simular aspectos da realidade.

Entendeu-se que as escolas deveriam ter uma estrutura adequada para receber esta nova metodologia, pois os desafios encontrados pelos professores e alunos são: condições socioeconômicas, dificuldades em trabalhar com esses aparelhos, carência de recursos, responsabilidade e desvalorização perante a própria sociedade.

Os objetivos alcançados neste estudo, foram sem dúvida, comprovar a viabilidade dos objetos de aprendizagem virtuais como recurso potencializador da ação pedagógica em sala de aula, sendo que o cenário deste trabalho foi à rede pública de ensino. A hipótese levantada foi se realmente é possível a aplicabilidade desse tipo de material na educação básica dentro das condições em que se encontra a escola pública.

Dentre elas, percebeu-se que o professor não possui acesso à máquina; o professor é resistente quanto ao seu uso; o professor não consegue ver utilização do computador para finalidades didáticas. Os docentes demonstraram que apesar da maioria concordar que as tecnologias podem ser utilizadas no contexto escolar, muitos deles possuem dificuldades em definir formas para o trabalho didático com uso de re-

cursos tecnológicos, em especial com objetos de aprendizagem virtuais.

Através dos estudos feitos, pode-se concluir que os recursos tecnológicos estão presentes em todo o mundo, de diversas formas e com variadas utilidades.

O processo educacional deve estar pronto para atender as novas exigências da população, ou seja, do seu público alvo, pois, estes já se encontram na era da informática, portanto, já possuem conhecimento do conteúdo contido na internet e muitos já fazem uso dela para pesquisas escolares.

Um dos desafios da educação tecnológica é levar os alunos a buscar informações significativas, buscando conteúdos importantes e uteis e, para que isso aconteça o supervisor escolar juntamente com o professor deve guiar e orientar os alunos nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth. **Informática e Formação de Professores**. Brasília: Parma, 2000.

BENTO, L.; BELCHIOR, G. Mídia e educação: o uso das tecnologias em sala de aula. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, v. 1, Ed. Especial, set./dez. 2016.

BENTO, M. C. M; CAVALCANTE, R. S. **Tecnologias móveis em educação**: o uso do celular na sala de aula. **ECCOM**, v. 4, n. 7, jan./jun.2013.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos**: Apresentação dos Temas Transversais. Brasília; MEC/SEF, 1998.

DINIZ, S. N. F. **O uso das novas tecnologias em sala de aula**. Universidade Federal de Santa Catarina, jun./2001.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1993.

MORAES, Maria Cândida. **Novas tendências para o uso das tecnologias da informação na educação**. Campinas: Papyrus, 1997.

PEREIRA, A. T. C.; SCHMITT, V.; DIAS, M. R. A C. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem**. In: PEREIRA, Alice T. Cybis. (orgs). AVA - Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2007.

SANTOS, E. H. **Metodologia para a Construção de uma Política de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica**. MEC: mimeo, 2004.

TARJA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. 8. ed. rev e amp. São Paulo: Érica: 2008. 198 p.

EDUCAÇÃO COMPARADA NO BRASIL

Fernanda Ferreira Terto de Luna¹

Josivania Ferreira Terto²

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo geral compreender e investigar os determinados fatores aos quais institui estreita relação com o ingresso à educação superior no Brasil. De tal modo, este estudo pretende evidenciar as iniquidades de natureza sociorregional aos quais passaram a favorecer o nascimento de comportamentos dessemelhantes na esfera da educação básica e, em última instância, redundado em caracterizados níveis de ingresso à educação superior. No que se refere à metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, e outros estudos aos quais abordam sobre esta problemática, aqui estudada. Portanto, vai além da ampliação da oferta de vagas e da concessão de subsídios e bolsas de estudos àqueles que conseguiriam transpor os diversos obstáculos interpostos na trajetória escolar e social da maioria dos jovens brasileiros.

Palavras-chave: Educação Comparada. Brasil. Educação Superior.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, pode-se dizer que o acesso à educação superior no Brasil é tido como sendo notoriamente restrito. Tal fato pode ser explicado não unicamente pelo passado escravista e também por meio da implantação tardia de cursos superiores no país, contudo além disso pela natureza e compreensão das políticas e ações retrogradadas à reversão ou mitigação desta situação.

Deste modo, o presente estudo tem como objetivo geral compreender e investigar os determinados fatores aos quais institui estreita relação com o ingresso à educação superior no Brasil.

De tal modo, este estudo pretende evidenciar as iniquidades de natureza sociorregional aos quais passaram a favorecer o nascimento de comportamentos

1 E-mail: fernandadeluna@hotmail.com

2 E-mail: josivaniaterto19@gmail.com

dessemelhantes na esfera da educação básica e, em última instância, redundado em caracterizados níveis de ingresso à educação superior.

Assim sendo, o presente estudo tem como problemática: quais os determinados fatores aos quais institui estreita relação com o ingresso à educação superior no Brasil?

No que se refere à metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, e outros estudos aos quais abordam sobre esta problemática, aqui estudada.

2. HISTÓRICO DO ENEM

Conforme Brasil (1996) no ano de 1998, na gestão do até então presidente, Fernando Henrique Cardoso, foi aplicada a primeira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no qual fazia parte de uma política de reestruturação do Ensino Médio, o qual deu início com a LDB, Lei 9.394.

Contudo, levando em consideração que tiveram embasamentos em confiabilidades e desenvolturas, bem como também, regularizadas em um discurso de interdisciplinaridade, o ENEM em sua primeira aplicação, apresentou-se como uma prova ao qual era constituída por 63 questões multidisciplinares. O exame nacional, de início, contou, com cerca de 151.221 inscritos e 115.575 participantes, deste modo, em relação a taxa de abstenção, pode-se dizer que esta foi de 26,5% dos inscritos, sendo a mesma aplicada em 184 municípios, abrangendo e compreendendo todas as capitais e municípios com densidade expressiva de matrículas no Ensino Médio, segundo deliberação e decisão sobreposta através da Portaria MEC 438/1998, no qual estabelece o mencionado Exame (INEP, 1998).

Entretanto, segundo Brasil (1996) a partir do momento em que fazemos um comparativo em relação ao número de inscritos do ano de 1998 com a edição de 2016, no qual contabilizou cerca de 8,6 milhões de inscrições (INEP, 2016), podemos perceber um aumento significativo, bem como ainda, é possível compreender o quanto a primeira edição foi limitada. Apesar disso, considera-se que o fato do total menor de participantes da primeira edição do ENEM pode ser esclarecido e ilustrado por sua aplicação se limitar e abreviar-se às capitais, bem como também, às grandes cidades, porém, além disso, através dos alvos esquametizados de início por meio da Portaria MEC 438/1998, ao qual

pode ser melhor observado a seguir:

Artigo 1º - Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos:

I – conferir ao cidadão parâmetro para auto avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;

II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;

III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;

IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio (BRASIL, 1998).

De tal modo, ao analisar a citação acima mencionada, pode-se perceber que segundo a Portaria MEC 438/1998, o primeiro ENEM operava como referência de auto avaliação do aluno ao qual encontrava-se em fase de conclusão da Educação Básica, bem como ainda, municiar documentos e elementos de parâmetros nacionais para o governo federal e Instituições de Ensino Superior (IES) no que se diz respeito à qualidade do Ensino Médio. De tal modo, pode-se dizer ainda que, as médias do ENEM proporcionavam um modo de avaliação singular e de rede, sem expansão de sua utilização para promoção e entrada ao Ensino Superior ou até mesmo outros programas e projetos oferecidos pelo governo, como viria a ser em seguida.

No ano de 2001, houve um crescimento significativo nas inscrições do ENEM, chegando a atingir pela primeira vez, o total de 1 milhão de inscritos, tendo em vista que neste ano houve a gratuidade do Exame para os alunos nos quais frequentaram todo o Ensino Médio em escolas da rede pública (INEP, 2017).

Já no anos de 2005, esse número teve um novo aumento, visto que neste ano chegou-se a marca de 3 milhões de inscritos, tendo em vista ainda que estes alunos encontravam-se vinculados à concepção do Programa Universidade para Todos (ProUni), no qual passou a ser vigorado através da medida provisória 213/04., bem como também, institucionalizado através Lei 11.096/05 no ano de 2004 (INEP, 2017).

Conforme Santos, Souza e Silva (2018) o MEC no ano de 2009, recomendou e sugeriu à Associação Nacional dos Dirigentes das Insti-

tuições Federais de Ensino Superior uma reestruturação do ENEM, ao qual o mesmo passaria a ter seu uso como sistema unificado de seleção para acesso e sendo este, porta de entrada para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Assim sendo, seria desempenhado através do ENEM sua função de redemocratizar o ingresso ao Ensino Superior. Com isso, passou-se a seguir a proposta mencionada anteriormente e o ENEM passou por uma reestruturação em seu núcleo de confiabilidades e disposições, tornando-se mais próximo das Diretrizes Curriculares Nacionais, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e também, dos currículos escolares, passando-se a ser uma ferramenta de reformulação curricular do Ensino Médio (SANTOS; SOUZA; SILVA, 2018).

Ainda de acordo com Santos, Souza e Silva (2018, p. 115):

Na premissa apresentada pela LDB, Lei 9.394/96, a escola deve educar o aluno para que possa alcançar os mais altos níveis de conhecimento, pautando-se na preparação para o mundo do trabalho e cidadania. Essa preparação deveria basear-se na contextualização (PCNs), porém, apesar disto, as avaliações de acesso ao Ensino Superior mantinham-se conteudistas. Assim, o aluno, ao término da Educação Básica, seria avaliado com base na capacidade de armazenar informações e encontrar a alternativa correta para questões isoladas em seu espaço disciplinar.

Contudo, é importante ainda lembrar que a base legal dessa reestruturação do ENEM passou a ser defendida por meio da Portaria MEC 109/09, tal qual apresentava-se consigo as consequentes modificações aos objetivos do Exame expostos e evidentes na Portaria 438/98:

II - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;
III - estruturar uma avaliação ao final da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes, pós-médios e à Educação Superior (BRASIL, 2009).

Assim, tendo em vista tais categorias, ficou explícito através da Portaria MEC 109/09 a finalidade de poder operar como avaliação final da Educação Básica, confiando e também esperando que seu núcleo de parâmetro, em união com a reestruturação na organização da prova do ENEM.

O exame no ano de 2017, passou por modificações concernente aos dias que tinha aplicação da prova, e com a consulta pública, no ano citado, foi possível aplicar a prova em dois domingos sucessivos, ou contínuos, no entanto, foi conservada a sua estrutura no que se diz respeito ao número de questões por área e a aplicação da redação (INEP, 2017).

3. O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR SEGUNDO A COR/ETNIA

O acesso à educação superior, segundo a variável étnica, também evidencia profundas desigualdades entre os jovens brasileiros. Jovens pardos e pretos têm desvantagem de 60% a 65% em relação a brancos, no que concerne ao acesso à educação superior, considerando-se para tanto os que frequentavam e aqueles que tiveram acesso a este nível de ensino (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Entretanto, as diferenças entre as taxas de frequência dos três grupos étnicos em tela variam em função da região em que residem, sendo que as maiores disparidades são encontradas nas regiões Sul e Sudeste. De modo contrário, Centro-Oeste e Norte respondem pelas menores diferenças nas taxas de frequência à educação superior.

Pode-se concluir que a situação de pretos e pardos difere significativamente em função da região em que residem. O Centro-Oeste se destaca como sendo a região com menor diferença entre estes e os brancos. Em um aparente paradoxo, encontram-se em situação mais desvantajosa os pretos e pardos residentes nas regiões mais ricas do país.

Também é bastante desigual o acesso à educação superior de cada grupo étnico, quando desagregado por faixas de renda. Contudo, em situação de extrema desigualdade de acesso à educação superior fica evidenciada quando se comparam as taxas de frequência de pretos com renda per capita de até 0,5 SM e de brancos com renda maior que 5 SMs. Neste caso, a diferença entre ambos amplia-se para 25 vezes (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

À medida que cresce a renda domiciliar per capita, amplia-se a razão entre as taxas de frequência líquida na educação superior de

pretos e pardos em relação à de brancos. Em que pese a ocorrência de tal aproximação, ainda assim se verifica que os pardos integrantes das duas faixas de renda mais elevadas encontravam-se em desvantagem da ordem de 20% em relação aos brancos pertencentes aos mesmos estratos de rendimentos (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

Por sua vez, a desvantagem de pretos em relação a brancos é ainda maior, variando de 67% no primeiro estrato de renda até 26% entre aqueles com renda domiciliar per capita maior que 3 SMs até o limite de 5 SMs (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013).

4. DEMANDA POTENCIAL E VAGAS OFERTADAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Apesar de a oferta de vagas na educação superior ter sido significativamente ampliada durante o período 2000-2010, ao ser desagregada pelas macrorregiões e, no interior destas, por capitais e cidades do interior, constata-se que as oportunidades de acesso a este nível de ensino ainda são bastante desiguais (MARQUES, 2018).

A primeira evidência que respalda tal afirmação refere-se à relação entre demanda potencial e ofertas de vagas. Tal como foi mencionado, considerou-se o contingente de jovens de 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio como proxy da demanda potencial por educação superior. Ainda que se reconheça o fato de que, em um contexto no qual predomina a oferta privada, a insuficiência de renda pode constituir fator limitante do acesso a este nível de ensino, parte-se da premissa de que todo jovem que tivesse concluído o ensino médio seria um potencial demandante (MARQUES, 2018).

As regiões Norte e Nordeste se encontravam em evidente desvantagem em relação às demais. A quantidade de demandantes potenciais por vaga ofertada no Nordeste era praticamente o dobro da existente no Centro-Oeste. Esta desigualdade é ampliada quando se comparam cidades do interior e capitais.

Nas cidades interioranas do Norte e Nordeste, havia mais de dez demandantes potenciais por vaga ofertada, mas, na região Sudeste, o índice se reduzia para quatro e não chegava a cinco nas outras duas regiões.

Considerando-se que a oferta deste nível de ensino é predominantemente privada, parece razoável supor que a renda da população estaria diretamente relacionada com a implantação de cursos e a consequente oferta de vagas em determinadas cidades e regiões.

No início do período sob análise, as regiões brasileiras que apresentavam menor renda per capita eram justamente aquelas com menor quantidade de vagas ofertadas pelo setor privado.

5. BREVE COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Apesar dos avanços obtidos em termos de ampliação do acesso à educação superior no período 2000-2010, o Brasil ainda se encontra distante do patamar médio alcançado pelos países ricos. Quando se tem por referência a América Latina, verifica-se que o atraso brasileiro, que tem raízes históricas, vem sendo reduzido (FREITAS, 2012).

Para efeito de comparação com os países da região, considera-se que a melhor referência para avaliar a evolução da situação brasileira seria o México, pois se trata de um país de grande dimensão populacional e com indicadores sociais semelhantes aos do Brasil.

No México, utiliza-se a taxa de matrículas bruta (TMB) como indicador de acesso à educação superior, que é obtida pela razão entre o total de matrículas e a população de 19 a 23 anos (FREITAS, 2012).

Desse modo, a TMB na educação superior mexicana correspondia a 30,9% em 2010/2011.6 No caso brasileiro, a taxa de frequência bruta (TFB) seria o indicador que mais se aproxima da TMB mexicana, mas aqui é calculada em relação à jovens de 18 a 24 anos e utiliza como numerador o total de pessoas que frequentam a educação superior, cujos dados provêm de uma única fonte, seja ela a PNAD, nos anos em que não é realizado o censo demográfico, ou o próprio censo (FREITAS, 2012).

Assim sendo, a TFB no Brasil, em 2010, correspondia a 29,8%. No caso de ser calculada a TMB mexicana com os dados brasileiros, o índice de acesso à educação superior seria de 32%, considerando-se apenas os cursos de graduação presenciais. Ao serem incluídos os cursos a distância, a TMB brasileira atingiria 37,5% (FREITAS, 2012).

Portanto, a partir da comparação desses indicadores de acesso à educação superior, pode-se afirmar que o Brasil teria avançado em ritmo mais acelerado que o México, ao longo da última década, tendo em vista que em 2000 este país apresentava taxa de matrícula bruta de 20,8%, enquanto no Brasil a TMB correspondia a 16,3%.

Essa evolução resulta de um conjunto de ações voltadas a ampliar o ingresso daqueles que lograram a conclusão da escolaridade básica, mais precisamente o Fies e o ProUni, assim como foi potencializada pela expressiva expansão do ensino médio ao longo dos anos de

1990, quando, então, a taxa média anual de crescimento das matrículas foi de 9,5%.

Em relação à natureza da oferta (pública ou privada), verifica-se que o Brasil se encontra em situação distinta da verificada na maioria dos países latino-americanos. De acordo com o relatório do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe, a participação do setor estatal no continente correspondia a 53% das matrículas, ao passo que no Brasil era de apenas 29% do total. Entre os dezenove países analisados, o Brasil figurava como o que tinha a menor proporção de matrículas em Instituições de Ensino Superior públicas.

De tal modo, pode-se dizer que, em que pese a baixa participação do setor estatal na oferta de vagas, foi possível ao país ampliar significativamente o acesso à educação superior pela via privada, mediante a concessão de subsídios, tais como a renúncia fiscal por meio do ProUni e os juros subsidiados do Fies.

6. CONCLUSÃO

Tendo-se em conta as características peculiares do sistema educacional brasileiro, em especial aquelas que se referem ao fluxo escolar na educação básica, entende-se que a taxa de frequência líquida na educação superior, adotada internacionalmente, não seria o indicador mais apropriado para mensurar o acesso à educação superior, uma vez que não incorpora aqueles que em algum momento frequentaram este nível de ensino havendo concluído ou não, bem como os que frequentam e que o fazem em idade acima da faixa etária considerada adequada.

Apesar de ter sido bastante tardia a implantação de cursos superiores no Brasil, inclusive em comparação com a maioria dos países latino-americanos, a expansão verificada nas duas últimas décadas fez o país avançar mais rapidamente que boa parte de seus vizinhos.

Como foi mencionado, parte significativa do contingente de matrículas passou a ser na modalidade a distância. É possível que, na ausência desta modalidade de ensino, a expansão da educação superior brasileira no período 2005-2009 tivesse sido bem menos expressiva.

Os resultados deste estudo também sugerem a existência de um certo represamento da demanda nas cidades do interior das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tendo em vista que a proporção de jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo é maior que a de vagas ofertadas nestas regiões. Este fato aponta para a necessidade de ampliar

a oferta nestas cidades, não só como forma de equalizar as oportunidades de acesso aos jovens aí residentes, mas também como forma de evitar sua migração para as capitais.

Por fim, pode-se afirmar que a ampliação do acesso à educação superior no Brasil, no sentido de transformá-la em um sistema de massas tal como define Trow (2000) e, assim atingir a meta de taxa de frequência líquida de 33% que integra o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação, dependerá em larga medida da melhoria do fluxo da educação básica, de modo a assegurar que uma proporção substancialmente maior de jovens brasileiros conclua este nível de ensino.

Portanto, vai além da ampliação da oferta de vagas e da concessão de subsídios e bolsas de estudos àqueles que conseguiriam transpor os diversos obstáculos interpostos na trajetória escolar e social da maioria dos jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. 01 de março de 2021.

_____. **Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998.** Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 01 de março de 2021.

_____. **Portaria INEP nº 109, de 27 de maio de 2009. Estabelece a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2009.** 2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=214657>. Acesso em: 01 de março de 2021.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Campinas: Autores Associados, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **ENEM 2016: resultado indi-**

vidual. 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2016/apresentacao_final_resultados_2016.pdf>. Acesso em: 01 de out. de 2021.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Exame Nacional do Ensino Médio**: Relatório Final 98. 1998. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsG-MAMkW1/document/id/494207>. Acesso em: 01 de março de 2021.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230098 2018.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; SOUZA, Francisco das Chagas Silva; SILVA, Francisco José Balduino da. **Exame Nacional do Ensino Médio**: considerações sobre a influência do ENEM na produção do currículo de história. *História & Ensino*, Londrina, v. 24, n. 1, p. 111-133, jan./jun. 2018.

FUNDAMENTOS E PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO

Josivania Ferreira Terto¹

Fernanda Ferreira Terto de Luna²

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a educação nos tempos atuais. No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. Como podemos perceber, o ensino passou por muitas transformações, e ainda passa hoje em dia, mas nenhuma outra transformação foi tão grande como o método construtivista. O método construtivista é um dos grandes métodos utilizados no Brasil porque é um método que realmente entende os processos de aprendizagem das crianças, visando não só se elas sabem ler e escrever, mas visa como um todo se elas entendem o que leem e escrevem. Muitos são os métodos que surgiram ao passar dos anos, e existem professores que utilizam aquele que acham melhor, mas acho que acima de tudo, temos que pensar em qual deles será o melhor para ensinarmos as nossas crianças.

Palavras-chave: Método Construtivista. Educação. Atualidade.

1. INTRODUÇÃO

Muitos são os métodos de ensino, tradicional, analítico, sintético e o mais revolucionário o construtivista, aonde cada um foca em um sentido diferente.

Muitas escolas e professores ao passar dos anos se baseavam-se no método tradicional, aonde as crianças “recebiam” as informações/conhecimentos, faziam exercícios, eram avaliadas e depois passava-se para o próximo conteúdo, fazendo assim o aluno por muitas vezes apenas decorar o que lhe foi passado.

Um dos métodos que surgiram depois de muitos anos é o construtivismo, aonde o aluno é visto como um ser pensante e por isso ele aprende. Todo o conhecimento que o aluno traz consigo é aproveitado,

1 E-mail: josivaniaterto19@gmail.com

2 E-mail: fernandadeluna@hotmail.com

nada é descartado, é tudo muito valioso já que a criança sozinha transformou imagens em conhecimento.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a educação nos tempos atuais.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: como se encontra a educação nos tempos atuais?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

2. MÉTODOS TRADICIONAIS

Antigamente, ensinar a ler e escrever era algo muito restrito, objetivo, aonde o professor somente passava seu conhecimento e a criança “aprendia” dessa forma. Se utilizavam cartilhas (métodos prontos) aonde a criança era avaliada e muitas vezes independentemente de ter aprendido ou não, se passava para o próximo conteúdo a ser estudado, o que era na época, algo correto, pois a maioria das crianças aprendiam dessa forma.

Nos anos 40 do século XX era considerado letrado e alfabetizado aquele que sabia assinar o seu próprio nome. Muito antes desse método mudar, o professor via seu aluno como uma “folha em branco” aonde todo o seu conhecimento seria passado ao aluno, que tinha como função ser um “receptor” de conhecimento, depois de fazer exercícios o mesmo era avaliado, fazendo assim o aluno muitas vezes apenas decorar o que lhe foi passado (FERREIRO, 2001).

O método tradicional é concentrado no professor que “vigia” seus alunos para ter certeza que o mesmo está fazendo o que lhe foi designado. Devido ao seu “método” de ensino, o método tradicional é mais conhecido por pedagogos como o “método da decoreba” já que o seu ponto “chave” é a decoração de conteúdo, além do mais o aluno mais decora do que aprende. Por isso muitos alunos acabam esquecendo o que lhe foi passado, pois depois de parar de usar o que foi decorado, pois seu cérebro acaba “apagando” as “informações”.

Esse método além de sobrecarregar o aluno, fazer a aula virar algo maçante, e muitas vezes o aluno não compreender nada do que lhe foi dito. Mas apesar de ser um método maçante, o método tradicional foi seguido há risca durante anos, por professores e escola que visavam na maioria das vezes em ter alunos lendo e escrevendo do que ter alunos

cientes do que liam e entendiam.

O uso do método tradicional foi mantido até o início da década de 80, quando começou a ser divulgada no Brasil as pesquisas de Emília Ferreiro (2001) que é umas das principais figuras ligadas ao Construtivismo junto de Jean Piaget.

2.1 MÉTODOS SINTÉTICO E ANALÍTICO

Os métodos sintético e analítico são dois métodos diferentes um do outro aonde cada um tem seu foco principal em algo completamente diferente do outro, e muitos professores usaram e ainda usam hoje em dia em sala de aula esses métodos, entendemos melhor o foco principal de cada um:

Sintético: Esse método se foca em ensinar a lê letra por letra, agregando pausas entre a leitura, fazendo assim a criança ficar cansada e acaba prejudicando o ritmo e a compreensão da leitura.

Analítico: Já o método analítico tem como foco fazer com que as crianças consigam entender o texto, e a produzi-los, mas também tem como foco ensinar a prestar a atenção no uso correto da pontuação. Estimulando o aluno a expor suas ideias e a sua leitura. É famoso por ajudar a criança no seu desenvolvimento e a organização dos seus pensamentos.

Cada um dos dois métodos citados acima é de grande importância pois como podemos notar, cada um tem seu foco em algo, mas nenhum outro método teve tanto impacto como o método construtivista.

2.2 MÉTODO CONSTRUTIVISTA

O construtivismo foi um estudo que foi iniciado por Jean Piaget e depois Emília Ferreiro deu continuidade há seus estudos, chegando ao Brasil com grande impacto já que o “método tradicional” via seu aluno como um “receptor” que com o passar do tempo aprenderia com os ensinamentos do seu professor, e no construtivismo o aluno já é visto como um ser pensante, já que tudo o que o mesmo trás para a sala de aula, toda a sua bagagem é válida. No construtivismo o aluno não aprende devido a escola, mas sim pela sua própria mente, pelo seu próprio mérito.

Um dos pontos principais é que o aprendiz constrói o seu conhecimento através de experiências vividas por si mesmo, e o professo tem como papel ser um desafiador, um criador de problemas, fazendo assim

o aluno transformar a informação, pensar sobre a mesma e quando conseguir assimilá-las ele terá finalmente entendido e entendendo ele terá aprendido de fato.

Um dos pontos do tradicionalismo que mais marcaram é que se entendia que a criança só sabia ler quando ela aprendia a entender o significado do que ela lia. Mas não é porque as crianças aprenderam a ler, escrever e entender o seu significado do que liam que elas já não sabiam ler.

Muito antes de serem capazes de ler, no sentido convencional do termo, as crianças. Tentam interpretar os diversos textos que encontram ao seu redor (livros, embalagens comerciais, cartazes e rua), títulos (anúncios de televisão, histórias em quadrinhos, etc.). (EMILIA FERREIRO, 2001).

Assim, sendo quebrado a regra de que toda criança é uma “tabua” rasa, aonde o professor vai lapidando a mesma. A escola e o professor servem para criar conflitos e fazer a criança entender as suas situações vividas.

2.3 OS QUATROS ESTÁGIOS PARA ALFABETIZAR

Segundo a teoria exposta de Emilia Ferreiro (1979, p. 12), todo aluno passa por quatro estágios até estarem de fato alfabetizados:

Pré-silábica: Aonde a criança não sabe/ consegue relacionar as letras com os sons reproduzidos;

Silábica: Entende a letra do seu jeito, e agrega valor de sílaba a cada uma;

Silábico-alfabética: Consegue misturar lógicas da fase anterior com a identificação de algumas sílabas;

Alfabética: Enfim, domina o valor das sílabas e das letras.

Segundo uma dedução de Piaget a criança que utiliza esquemas internos aprende porquê não ficam repetindo o que ouvem e sim utilizando seus próprios meios para conseguir aprender. A alfabetização segundo Emilia Ferreiro é uma forma de se apropriar das funções sociais da escrita. Por isso os desempenhos desiguais apresentados por crianças de classes sociais diferentes não mostram capacidades diferentes, ape-

nas mostram a quantidade de acesso que as crianças tiveram quando eram menores, nos seus primeiros anos de vida.

3. A EDUCAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

Ao analisarmos a história da Educação no Brasil, suas concepções teóricas e desafios, nos descortina uma visão mais profunda, e por consequência, a compreensão da realidade atual.

Em busca de explicações para as atitudes de alunos e professores no cotidiano escolar que acabam por refletir na opinião pública e na sociedade em geral, nota-se um sistema contraditório com políticas que precisam ser revistas e reestruturadas para um ajuste necessário ao momento em que vivemos.

De acordo com Demerval Saviani (2012) que divide as teorias da educação em dois grupos, teoria não-crítica e teoria crítica, sob o ponto de vista da primeira teoria, na qual a escola é vista como um instrumento de correção das distorções sociais, no caso dos jovens que reflete a realidade das escolas na atualidade, há falha, uma vez que, ao invés de "corrigir", a dinâmica escolar acaba acentuando as diferenças sociais, o que converge para a teoria crítica, que aponta acertadamente a escola como dependente da estrutura social, que produz e mantém seus estatutos, normas e práticas no ambiente escolar como espelho dos formatos e padrões sociais, cometendo assim as mesmas injustiças e desmandos, promovendo num ambiente que deveria ser democrático, equitativo, e sobretudo libertador, a limitação, o comodismo e o conformismo.

Dessa forma, a escola reforça o domínio de uma classe em detrimento de outra, legitimando a marginalização. Nas escolas públicas e privadas, o que existe são políticas propositalmente ineficazes, já que alunos que emergem dessa realidade não desenvolvem pensamentos críticos em questões relevantes como a política, e uma das questões elencadas é se os jovens de hoje saberão votar amanhã, se, além de não entenderem a importância e grandeza desse ato, nem se articulam em busca e defesa de seus direitos. Muitas vezes, nem sequer tem consciência de seus deveres mais elementares. Em contrapartida, os docentes pouco colaboram para despertar nos educandos esses valores e ideais, pôr os julgarem incapazes, desmotivados, e até alienados (VASCONCELLOS, 2011).

Porém, outras questões surgem para reflexões, como por exemplo nossa metodologia que parece ultrapassada, não alcançando as ne-

cessidades e expectativas dos alunos, a impressão que se tem é de estar na contramão, cada qual com objetivos diferentes.

Em análise às normas e matrizes do sistema educacional, notamos que há uma valorização de conteúdos e não do empírico, e que, ao não acompanhar a evolução dos estudos de conteúdo, o aluno é direcionado para uma "segunda chance", a recuperação, que até pela lógica é insuficiente, sendo apenas para mascarar resultados que contarão em estatísticas. Aprofundando mais as análises, nos deparamos com uma questão primordial - a avaliação e seus métodos. As (falsas) expectativas, as metas, as razões e a forma como avaliamos (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009).

Converter o desempenho de um aluno em número é anular seu aspecto humano e equipará-lo a máquina, a objeto inanimado. Acreditar que o indivíduo desenvolve seus potenciais por meio de conteúdos que não lhe fazem sentido, e por isso não despertam seu interesse, é limitar o processo educacional à mecanismos.

Por essa incoerência, o que temos atualmente é um quadro lastimável, em que submetidos a um sistema inadequado, de um lado docentes se valendo de concessões legais para se ausentarem do trabalho, as vezes sem formação e preparo suficientes para lidar com as diversidades, gerenciar conflitos, e do outro lado, nossos alunos, necessitando de um norte, de razões e motivações para serem melhores e diferentes (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009).

Conforme Vasconcellos (2011), a escola deve ser repensada em sua estrutura e função, pois o descrédito de hoje é fruto do desgaste do tempo, da falta de atualização. Talentos são abafados e até perdidos nas escolas todos os dias, simplesmente pela obrigação de se seguir um currículo, um cronograma.

O clima em que se dá a formação de nossos alunos é de total pressão, na qual se buscam notas para compor um boletim, às vezes somente razoáveis para serem documentadas. Na rede pública, normalmente os alunos procuram cumprir protocolos apenas para concluir o mais rápido possível essa fase, como se nunca mais fosse utilizar nada do que viu, fazendo questão de esquecer os conteúdos após as avaliações, ou seja, vivem sem expectativas. Na rede particular, não muito diferente, os alunos buscam cumprir protocolos também, mas para alcançarem patamares mais elevados, condicionados que são a buscar a formação superior sem mesmo refletir sobre ela (SILVA, 2017).

De um lado, os alunos que "não correspondem" na rede pública, por falta de investimento e iniciativa, são muitas vezes envolvidos pela

violência na escola e desgraçadamente levados à criminalidade no âmbito social, dado à realidade em que vivem. Do outro lado, os alunos da rede particular que igualmente "não correspondem" por razões diversas, são estimulados com investimentos particulares de suas famílias, para então alcançarem o que se espera deles, sem se atentarem para as causas do baixo rendimento escolar, que as vezes são reflexos de distúrbios dos mais variados, oriundos de carência afetiva.

Dentro dessa reflexão, entra a família, tão importante para a formação humana do jovem, e que podemos notar é quase unânime a reclamação e o sentimento de ausência em suas vidas.

Assuntos da Educação se tratados separadamente dos sociais e humanos recaem no equívoco. O indivíduo é um ser único conforme afirma Demerval Saviani, com suas especificidades e história particular, com suas experiências e sentimentos. Para reestruturar a escola é preciso levar em consideração esse aspecto.

Segundo Souza (2005), cuja linha de pensamento corresponde a não-crítica, a Escola só poderia ser ministrada pelo poder público, por ser a grande igualadora das condições entre os homens, e jamais por entidades particulares que prevalecem as desigualdades sociais.

Ainda sob a reflexão de Souza (2005), a escola ideal é a pública, universal, gratuita e eficiente, onde educar o povo é um dever (dinheiro público) e um interesse (cria e avigora a posse de liberdade). Mas, a escola real, é a escola do faz de conta, que apenas cumpre formalidades dispensáveis.

Demerval Saviani (2012) vai além quando afirma que não é suficiente caracterizar a marginalidade por fenômenos associados ao sentimento de rejeição, sendo marcada principalmente pela inadequação e desajustamento, e que a escola cumprirá seu papel equalizador quando inculcar nos indivíduos o sentimento de aceitação dos demais, não importando as diferenças e respeitando suas individualidades específicas.

Edgar Morin (2011) consolida seus pensamentos sobre a Educação afirmando que no futuro, deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana, situando o homem no mundo e colocando em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humana, integrando as ciências para a conquista da compreensão das interdependências que se multiplicam, e que tornou-se crucial para os seres humanos, e que deve ser uma das finalidades da educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, o ensino passou por muitas transformações, e ainda passa hoje em dia, mas nenhuma outra transformação foi tão grande como o método construtivista.

O método construtivista é um dos grandes métodos utilizados no Brasil porque é um método que realmente entende os processos de aprendizagem das crianças, visando não só se elas sabem ler e escrever, mas visa com um todo se elas entendem o que leem e escrevem.

Se preocupa em ter crianças letradas, alfabetizadas e de uma forma que faça o aluno aprender sem desmerecer o seu esforço e seu conhecimento já agregado desde os seus primeiros anos de vida.

Muitos são os métodos que surgiram ao passar dos anos, e existem professores que utilizam aquele que acham melhor, mas acho que acima de tudo, temos que pensar em qual deles será o melhor para ensinarmos as nossas crianças, para que sejam adolescentes que tenham prazer em estudar, em aprender, para que no futuro sejam adultos cientistas e pensantes, e que acima de tudo tenham tido o prazer de aprender por mérito próprio tendo ciência que precisou de um professor, mas que tudo o que ele aprendeu foi graças ao seu empenho, seu conhecimento próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas (Orgs)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Com todas as letras**. Trad. Maria Zilda da Cunha Lopes. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emilia. **Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño**. México: Siglo XXI, 1979.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. (1944). 11 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados,

2012.

SILVA, Gerson Pindaíba da. A Educação Infantil na Contemporaneidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Vol. 01. pp 527-539, Abril de 2017.

SOUZA, A. N. **Trajetórias de professores da Educação Profissional**. Pró-posições, v. 16, n. 3 (48) – set./dez. 2005.

VASCONCELLOS, C. S. **Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 9, p. 33-58, 2011.

GESTÃO, PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Josivania Ferreira Terto¹

Fernanda Ferreira Terto de Luna²

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo, compreender a importância do gestor pedagógico na escola. O gestor é de suma importância no acompanhamento do professor, onde são traçadas as metas que serão atingidas durante o ano letivo, quanto no decorrer das aulas, para que se tenha um bom resultado. No que se refere a metodologia empregada neste trabalho, pode-se dizer que foi a bibliográfica, utilizando-se como fontes de pesquisa artigos, revistas, sites de busca acadêmica, entre outros. Ao término deste trabalho foi possível observar que grande parte das atribuições exercidas pelo gestor pedagógico dentro da unidade escolar, tais como, resolver problemas de violência e indisciplina por parte dos alunos. A própria gestão por falta de funcionários pede para o gestor realizar tarefas que não são de sua competência e com isso acarreta novos problemas de organização pedagógica. O gestor tem como função trabalhar dentro do contexto pedagógico.

Palavras-chave: Gestor Pedagógico. Escola. Educação

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como principal finalidade abordar sobre gestão, planejamento e avaliação institucional.

Sabe-se que o gestor pedagógico vivencia e busca soluções para determinados tipos de problemas, como por exemplo, indisciplina, questões familiares, e de violência de alunos, tendo que deixar de exercer sua função pedagógica dentro da escola, tais empecilhos procedem não por eventualidade, entretanto, porque são dependentes e propiciados a aparecer, pelas próprias políticas públicas de educação, segurança e sociais.

Um dos motivos que podem acarretar problemas para a coordenação é a ausência da participação dos pais nas atividades escolares, tendo em vista que uma parcela dos pais matricula seus filhos na esco-

1 E-mail: josivaniaterto19@gmail.com

2 E-mail: fernandadeluna@hotmail.com

la, mas não acompanham o andamento do desempenho de seus filhos, deixando isso totalmente a cargo da escola, e deixando de cumprir seu papel que é de suma importância dentro de uma sociedade, o papel de família, que é a base de todo ser humano.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: qual a importância do gestor pedagógico na escola?

Um dos motivos que podem acarretar problemas para a coordenação é a ausência da participação dos pais nas atividades escolares, tendo em vista que uma parcela dos pais matricula seus filhos na escola, mas não acompanham o andamento do desempenho de seus filhos, deixando isso totalmente a cargo da escola, e deixando de cumprir seu papel que é de suma importância dentro de uma sociedade, o papel de família, que é a base de todo ser humano.

A ausência da participação da família na vida de uma criança acaba muitas vezes levando este a ficar sem uma identidade, sem saber quem ele é, e qual o seu papel dentro da escola e na sociedade.

Pode-se dizer ainda que o trabalho do gestor acaba sendo dificultado dentro da comunidade escolar também, muitas vezes pela própria gestão, que na maioria das vezes não delibera funções e centralizam em si todas as responsabilidades, não dando autonomia para o gestor fazer valer seu trabalho.

2. CARACTERÍSTICAS DO GESTOR E SEUS DESAFIOS

A coordenação pedagógica tem como característica o desenvolvimento de atividades de apoio pedagógico, dentro das unidades escolares, visando propiciar um bom desempenho de todos os envolvidos nas atividades pedagógicas. Portanto o gestor é de suma importância, pois irá articular as atividades e práticas pedagógica, além de estar constantemente avaliando se estas atividades estão realmente tendo êxito, e se não, encontrar os motivos ou causas dos problemas e procurar juntamente com os pares solucioná-los.

Os gestores encontram em seu cotidiano muitas dificuldades para desempenhar sua função dentro da unidade escolar: Uma das principais dificuldades é a concepção que seus pares têm a seu respeito, ao ver apenas os gestores como responsáveis por todas as demandas dentro da unidade escolar, e com isso os gestores ficam sem saber quem são ou quais são suas funções e até mesmo se sentem totalmente responsáveis pelo andamento da escola, e atribuindo somente para si a responsabilidade que é na verdade de todo o grupo escolar.

De acordo com Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos (2007, p. 79):

[...] muitos olhares são lançados sobre a identidade e função do gestor pedagógico na escola, não raras vezes pelos próprios pares e comunidade intra e extra-escolar caracterizando-o em modelos distintos e cobrando-lhe a determinação do sucesso da vida escolar e encaminhamentos pertinentes às problemáticas que se sucedem no cotidiano. Várias metáforas são construídas sintetizando o seu papel e função na escola com distintas rotulações ou imagens, dentre elas, a de Bom-bril (mil e uma utilidades), a de bombeiro (o responsável por apagar o fogo dos conflitos docentes e discentes), a de salvador da escola (o profissional que tem de responder pelo desempenho de professores na prática cotidiana e do aproveitamento dos alunos). Além destas metáforas, outras aparecem definindo-o como profissional que assume uma função de gerenciamento na escola, que atende pais, alunos, professores e também se responsabiliza pela maioria das emergências que lá ocorrem, isto é, como um personagem resolve tudo e que deve responder unidirecionalmente pela vida acadêmica da escola.

O autor cita que os gestores pedagógicos passam a ser responsáveis por tudo que acontece dentro da escola, esquecendo assim que dentro de qualquer unidade de trabalho, o êxito ou o fracasso não é responsabilidade somente de um indivíduo, mas de todo o grupo. Além disso, todos os pares devem saber qual sua função dentro do grupo e buscar colaborar com os demais para o bom funcionamento da unidade.

É muito comum ver gestores chamarem o diretor para resolver problemas, ou tomar decisões que seria de sua responsabilidade. Isto ocorre na maioria das vezes, não pôr o gestor não saber o que fazer, mas sim porque a direção escolar monopoliza todas as atribuições, não seguindo os princípios da gestão democrática.

A centralização das tomadas de decisões acaba por prejudicar os trabalhos pedagógicos, pois as ideias que serão apresentadas no cotidiano não são do grupo todo, mas de poucos. Porém dentro da escola

existe várias situações que necessitam de olhares e ideias diferentes para serem solucionadas ou até mesmo usadas para o bom andamento pedagógico. Entre todas as dificuldades encontradas pelos gestores no cotidiano, a maior é na realidade é a falta de sua formação inicial para o exercício desta função.

Segundo Alarcão (2008, p. 32):

Os atuais gestores de nossa rede de ensino, com raras exceções, não foram formados para tal atuação. Formaram-se professores em diversas áreas do conhecimento, participaram de processo seletivo na sua unidade de ensino e encontram-se nas escolas premidos pelas urgências do cotidiano, envolvidos em alguns projetos pedagógicos específicos ou atendendo a requisições pontuais da direção da escola.

Os gestores são escolhidos por seus pares em uma eleição e vão desempenhar suas funções, as quais na maioria das vezes ele não sabe quais são de verdade, e com isso muitas vezes acaba por deixar de realizar suas atribuições para fazer a de outros. Isso é muito comum, por exemplo, quando falta o agente de pátio o diretor geralmente pede para um dos gestores ficarem no pátio para fazer a função deste funcionário, levando com isso muitas vezes os gestores se sentirem sem importância real dentro da escola, pois vai cumprir a função de outro funcionário, e não cumpre a sua, como se esta não tivesse nenhuma importância para a escola.

A maioria dos gestores considera como maior empecilho ou seu trabalho, o tempo que gasta em tarefas burocráticas, e resolvendo problemas de indisciplina dos alunos e a falta dos professores, problemas que se potencializam mutuamente, uma vez que, quando o professor falta, há que se arrumar esquemas para a permanência dos alunos, e fazer valer e ter o dia letivo (GARRIDO, 2008).

Outro empecilho é a falta de participação dos pais e responsáveis na vida dos alunos, os quais são enviados para a escola, e geralmente só são acompanhados pelos professores e gestores, pois os pais na maioria das vezes consideram a escola e seus agentes os únicos responsáveis pela formação escolar de seus filhos. Geralmente quando os pais são solicitados a participarem de reuniões escolares, ou até mesmo em situações de indisciplina é muito comum que estes na sua grande maioria não compareçam (GARRIDO, 2008).

Para o trabalho dos gestores sejam desenvolvidos em sua plenitude, é necessária a participação efetiva de toda a comunidade escolar, com cada um de seus pares fazendo sua parte, e não somente isso, mas também colaborando para ajudar a solucionar as dificuldades dos demais. Com a participação dos pais e responsáveis juntamente com os profissionais da educação nas reuniões pedagógicas, é possível que todos exponham seus anseios e ideias, e juntos cheguem a um meio de solucionar os problemas, e com isso potencializar o trabalho educacional dentro da escola.

2.2 GESTOR PEDAGÓGICO: FUNÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Durante este curso foi possível observar quais as funções atribuídas para o gestor pedagógico sugerida pelas literaturas e pesquisas educacionais. Além disso também foi possível observar que algumas das práticas que são atribuídas para a função de coordenação são mitos que estão muito presentes dentro da cultura neoliberal presentes dentro da comunidade escolar, pode-se constatar também que a grande maioria dos gestores não sabe qual é sua real função que deve ser desenvolvida dentro da escola. Deste modo, Paulo Gomes Lima e Sandra Mendes dos Santos (2007) entendem a coordenação pedagógica como:

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional; c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo; d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (LIMA; SANTOS 2007. p. 79).

O gestor é de suma importância no acompanhamento do professor tanto na semana pedagógica, onde são traçadas as metas que serão atingidas durante o ano letivo, quanto no decorrer das aulas, onde o gestor estará acompanhando os resultados das aulas e analisando se

esses estão dentro do esperado, e se não, ele estará juntamente com esse professor buscando identificar e sanar os problemas para que se tenha um bom resultado.

Outra função do gestor pedagógico é subsidiar os professores dentro da formação continuada a estarem se atualizando, e com isso inovando e buscando superar os desafios que surgem no cotidiano escolar. O gestor tem grande importância dentro das reuniões pedagógicas, onde estará tratando dos problemas junto aos seus pares, e junto à comunidade escolar, ouvindo os problemas, e levando esses para um debate, onde são ouvidas as opiniões da comunidade e através dessas chegar a uma resolução para que os problemas que estão sendo enfrentados no dia a dia da escola sejam sanados (NOGUEIRA, 2008).

Além disso o gestor pode estar desenvolvendo ações em conjunto com o corpo docente para solucionar problemas que surgem dentro da escola, tais como a indisciplina, excesso de faltas dos alunos e até mesmo problemas de dificuldade no processo de ensino e aprendizagem. No decorrer desta especialização, foram abordados dois temas que tem tido grande repercussão na mídia e também na grande maioria das escolas brasileiras tanto públicas quanto privadas: A indisciplina em sala de aula e a violência escolar (NOGUEIRA, 2008).

Esses tem sido grandes problemas enfrentados por professores, gestores, diretores e até mesmo para a maioria dos estudantes. A indisciplina em sala de aula teve grande aumento nos últimos anos, principalmente nas escolas públicas brasileiras. A respeito disso Celso dos S. Vasconcellos (1997) enfatiza que:

Existem algumas reclamações por parte dos professores, reclamações essas que estão relacionadas a falta de interesse dos alunos, a falta de respeito nas relações humanas. Atualmente observamos várias mudanças no cenário educacional, uma delas é o avanço e o acesso tecnológico que a cada dia está mais presente em nosso cotidiano.

Nesse sentido é necessário que os professores se modernizem e não se limitem apenas ao uso do quadro e giz. Outro ponto muito importante em relação à indisciplina é a falta de acompanhamento dos pais no dia a dia dos alunos e quando acontece esse acompanhamento os pais muitas vezes se deparam com situação que não sabem nem como proceder.

É interessante ressaltar aqui que essa falta de procedimentos não surge apenas com famílias carentes, mas sim com toda estrutura de sociedade. Essa indisciplina tem causado grande desconforto e desânimo tanto nos profissionais da educação que se sentem impotentes frente esse problema quanto na maioria dos estudantes que vão para a escola em busca de novos conhecimentos, e acabam encontrando pessoas que vão à escola não com o objetivo de estudar, mas somente para atrapalhar as aulas e praticarem atos ilícitos (NOGUEIRA, 2008).

A violência escolar tem tido também grande aumento nas últimas décadas, e além disso tem tido grande repercussão nos meios de comunicação, o que pode acabar levando a banalização da violência dentro da escola e da sociedade. É comum vermos nos jornais televisivos e escritos notícias onde é mostrado alunos se agredindo dentro das escolas ou em seus arredores e na grande maioria das vezes essas agressões ocorrem por motivos banais, e podem levar a morte. A respeito disso Aída Maria Monteiro Silvia enfatiza:

Neste quadro, merece destacar que boa parte da população brasileira que sofreu alguma forma de agressão parece desconhecer as formas, os mecanismos de reparação ou encarar com descrédito as instituições públicas. A maioria não procura a justiça para reclamar a violação de seus direitos. Pesquisa recente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE mostra que metade da população pesquisada que declarou ter-se envolvido em algum conflito afirmou não ter ido à justiça, e que mais de 50% dentre essas pessoas afirmaram fazer justiça "por conta própria", o que de certa forma reforça a necessidade dessas pessoas de resolver seus problemas de modo individual e privado. Esta forma de tentar resolver ou reparar violações não contribui para o avanço da democracia, uma vez que são priorizados não os mecanismos de atendimento público, mas aqueles que atendem a parte da população (SILVIA, 2018, p. 2).

O aumento da violência e da indisciplina escolar acaba por aumentar os casos de desistência e de repetência, pois na grande maioria dos estudantes de escolas públicas a escola é vista como um meio de

ascensão social, que os possibilitara ter uma profissão melhor remunerada e com isso condições de vida melhor. Porém ao encontrarem uma escola com muita indisciplina e violência, o estudante acaba por se desmotivar em decorrência da situação da escola, que não supre suas necessidades sociais e pessoais (GARRIDO, 2008).

Dentro deste aspecto o gestor pedagógico tem um grande desafio a ser superado, pois ele terá que buscar junto aos profissionais da educação e a comunidade escolar meios de resolver tais problemas, analisando e encontrando o motivo destes, o que poderá possibilitar resolver estes problemas.

Com relação ao PPP (Projeto Político Pedagógico) pode-se dizer que ele é de suma importância para que a escola desenvolva suas atividades com qualidade e eficiência, pois é nele que estarão todas as metas a serem atingidas e os caminhos para serem trilhados. Esse projeto tem que ser desenvolvido pela comunidade escolar, intermediado pela coordenação pedagógica que irá buscar junto aos pares os problemas e os anseios da comunidade escolar, e com isso o desenvolver. O PPP não deve ser algo imutável, pronto e acabado, mas sim aberto a mudanças, pois podem surgir situações que no momento de seu desenvolvimento não existiam. A respeito disso Selma Garrido Pimenta (2018, p. 21) enfatiza:

O projeto político-pedagógico resulta da construção coletiva dos atores da Educação Escolar. Ele é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal professores/alunos/equipe pedagógica/pais e com os recursos de que dispõe. Esses elementos todos são mutáveis, modificam-se de ano para ano, no mesmo ano; de Escola para Escola, na mesma Escola. Por isso, o projeto não está pronto, mas em construção. Nele, a equipe vai depurando, explicitando, detalhando a inserção dessa Escola na transformação social.

O gestor pedagógico estará constantemente avaliando as atividades escolares, e constatando juntamente com a comunidade escolar se as metas traçadas dentro do PPP estão sendo alcançadas, e se não, identificando os motivos e buscando meios de os superarem. Com uma constante avaliação das atividades pedagógicas e identificação dos pro-

blemas que a escola está passando é possível se chegarem a uma educação de qualidade, que por sua vez estará formando cidadãos preparados para viverem em sociedade.

A coletividade dentro do trabalho pedagógico é de grande importância para a eficácia do ensino, pois com o envolvimento de toda a comunidade escolar e comprometimento de todos os membros dessa comunidade em realizarem suas atribuições nada deixará de ser realizado. Com essa coletividade o estudante estará se tornando um cidadão desde sua casa onde seus pais o estão educando, construindo a base do ser humano e o preparando para receber a educação escolar. Com isso esse aluno passa a se tornar um cidadão que sabe qual o seu lugar na sociedade, passando de um mero coadjuvante da sociedade à um ser transformador. A respeito disso Selma Garrido Pimenta ressalta que:

O resultado que a Escola pretende - contribuir para o processo de humanização do aluno-cidadão consciente de si no mundo, capaz de ler e interpretar o mundo no qual está e nele inserir-se criticamente para transformá-lo - não se consegue pelo trabalho parcelado e fragmentado da equipe escolar - à semelhança da produção de um carro, onde um grupo de operários aperta, cada um, um parafuso, sempre da mesma maneira, conforme o que foi concluído fora da linha de montagem -, mas sim com o trabalho coletivo. Neste há a contribuição de todos no todo e de todos no de cada um. A especialização de um não é somada à especialização de outro, mas ela colabora com e se nutre da especialização do outro, visando a e por causa de finalidades comuns (PIMENTA, 2018, p. 3).

Com essa participação coletiva da comunidade escolar, será possível realmente se ter uma gestão democrática, e com isso ter uma escola voltada a suprir as necessidades da comunidade escolar, tendo uma educação significativa para os estudantes, educação essa que será levada e usada em sua vida social e pessoal.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho foi possível observar que grande parte das atribuições exercidas pelo gestor pedagógico dentro da unidade

escolar, tais como, resolver problemas de violência e indisciplina por parte dos alunos, não é sua função.

Isso acaba ocorrendo por falta de conhecimento do próprio gestor que não está preparado, pois muitas vezes nem sabe qual é o seu papel, e a própria gestão por falta de funcionários pede para o gestor realizar tarefas que não são de sua competência e com isso acarreta novos problemas de organização pedagógica.

O gestor tem como função trabalhar dentro do contexto pedagógico, organizando e coordenando as atividades junto ao corpo docente em prol de uma educação de qualidade.

Portanto neste trabalho buscou-se apresentar alguns pontos que permeiam a vida profissional dos gestores pedagógicos e espera-se que este possa contribuir para que a função de gestor pedagógica possa ser melhor entendida.

Após o começo deste curso comecei a observar que minha prática está sendo modificada e acredito que todos os profissionais da educação deveriam procurar mais teorias para que suas práticas sejam reformuladas pelo menos para que estes profissionais possam ter vários olhares sobre a sua ação para a formação do cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. **A Formação do Professor Reflexivo**. In: ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARRIDO, E. **Espaço de Formação Continuada para o Professor-Gestor**. In: BRUNO, E. B. G., ALMEIDA, L. R., CHRISTOV, L. H. S. (orgs.) O gestor pedagógico e a formação docente. 9ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O Gestor Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. **Revista Educere et Educare**. Vol. 02. Nº04. 2007. P. 79.

NOGUEIRA, V.S. **O Papel do gestor pedagógico**. Colunista Brasil

Escola. 2008. Disponível em: <http://pedagogia.brasilecola.com/trabalho-docente/o-papel-gestor-pedagogico.htm>. Acessado em: 20 de abril 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidades de ensino**. SÃO PAULO: ÁTICA, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido. **Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

SILVIA, Aída Maria Monteiro. **A Violência na Escola: Percepção dos Alunos e Professores**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762> Acesso em: 05 de nov. 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Os Desafios da Indisciplina em Sala de Aula e na Escola**. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufmt/mod/data/view.php?id=1762>. Acesso em: 05 de nov. 2018.

MEIO AMBIENTE: EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

Fernanda Ferreira Terto de Luna¹
Josivania Ferreira Terto²

Resumo:

Este artigo discute a utilização da educação ambiental para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida humana, partindo do pressuposto de que dissecar a evolução por meio das ações de todos os personagens envolvidos é essencial para esse processo. Portanto, este estudo teve como objetivo primordial enfatizar a importância da utilização da educação ambiental para a conservação do meio ambiente e qualidade de vida nas cidades. Para atingir o objetivo proposto, este estudo baseou-se no viés de qualidade onde os métodos aceitos foram as revisões bibliográficas e textuais, essencialmente para apoiar todas as fases do trabalho científico. Desta forma, este estudo permitiu constatar que mudanças nos costumes, hábitos e práticas em relação às questões ambientais são fundamentais e que a educação ambiental é considerada o fator mais importante na construção de comunidades ecologicamente corretas da natureza.

Palavras-chave: Educação ambiental. Proteção. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A degradação do meio ambiente tem aumentado muito, ao mesmo tempo, seu ritmo acelerado devido ao aumento de sua destruição pelo homem, visando atender ou não suas necessidades imediatas. Os danos causados pelas ações humanas colocam a necessidade de buscar formas adequadas de desenvolvimento que respeitem as fragilidades e limitações naturais.

A educação ambiental torna-se uma prática necessária, inclusive nas condições escolares, para se tornar uma importante ferramenta de integração de novos modelos de desenvolvimento sustentável, visando o comportamento individual sensato na proteção do meio ambiente, atuando como duplicatas com suas comunidades, pois as ações individuais e coletivas podem contribuir para a conservação e conservação e

1 E-mail: fernandadeluna@hotmail.com

2 E-mail: josivaniarterto19@gmail.com

melhorar a qualidade de vida urbana.

Dessa forma, a educação ambiental tem uma proposta flexível, pois leva a desenvolver valores e atitudes que estão intimamente relacionados ao conhecimento cotidiano, desenvolver a conscientização e o compromisso de fazer mudanças possíveis, desde as perspectivas das minorias até a participação em massa (BRASIL, 1999).

Pensando nisso, o projeto foi desenvolvido com a certeza de que é preciso desvendar ideias e colocar barreiras às questões ambientais, tornando-se assim como objetivo principal focar na importância da utilização da educação ambiental para a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida nas cidades.

Esta pesquisa foi reconhecida como um processo metodológico: pesquisa bibliográfica - literatura, ensaios, dissertações e pesquisa em equipe e documental - com base nas normas, decisões, manuais e demais documentos necessários à realização de pesquisas científicas fundamentadas em sólidos fundamentos teóricos. Ressalta-se que a análise de todos esses dados foi feita em um viés crítico e científico geral, portanto, esta pesquisa não é apenas focada em conceitos teóricos, mas também contém conteúdo bastante sensível.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E SÓCIO-HISTÓRICOS

Mais do que nunca, justifica-se a necessidade de conservação e conservação da biodiversidade, pois é vital para a conservação da biodiversidade do ecossistema, além do uso racional de animais e plantas, pois “a população humana, mais do que qualquer outro ser humano, tem causado danos ao meio ambiente e, portanto, deve ser responsável por suas ações para correção e prevenção” (CAVALCANTI, 1997).

Os problemas ambientais têm consequências ocultas para muitas pessoas. Aquecimento global, falta de aterros sanitários, poluição do ar, são fatores que são ignorados em muitas cidades. E quando eles se agravam em qualquer cidade, como a poluição do ar, são tomadas medidas para reduzir o problema, o que permite que poucos passam por esse problema e até perdem a qualidade de vida. No entanto, para quem vive em cidades onde o ambiente continua muito bom, pode-se dizer que a preocupação com o meio ambiente torna-se uma questão de escolha para os ambientalistas. (BARROS, 2002).

Portanto, pensar em solucionar problemas que perturbam o equilíbrio local é uma ocorrência comum, mas levantar e implementar solu-

ções para esses problemas é um passo importante, que pode depender das necessidades das comunidades locais ou mesmo de ações individuais que querem unir a comunidade (BARROS, 2002).

Diante de muitos desafios futuros, a educação ambiental parece ser vital para a humanidade, como meio para um desenvolvimento humano harmonioso e duradouro, estratégias que possam envolver os atores e promover a flexibilidade que podem mudar os processos de uso e conservação devem ser implementadas. (CURRIE, 2005).

Nesse contexto, a educação ambiental é essencial para alcançar uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, pois desempenha um papel importante na formação do meio ambiente. É parte integrante de qualquer política de desenvolvimento e instrumento eficaz de cidadania (DIAS, 2004).

Em Grüm21 (1996) a degradação ambiental atingiu níveis sem precedentes e estamos vivendo uma crise ambiental sem precedentes redirecionando para ação humana em sua relação com seu meio ambiente, decorrente de tal situação, a educação ambiental, não apenas como uma necessidade, mas também como uma esperança.

A educação ambiental é a resposta para muitos problemas encontrados no dia a dia nas cidades, à medida que as atitudes mudam à medida que as pessoas adotarem novos comportamentos a população pode levar a resultados duradouros que ajudarão a evitar grandes problemas e afetar o meio ambiente. Santos afirmou que a educação ambiental é uma importante ferramenta de advocacia que buscam a consciência ambiental da população e podem levar a mudanças de atitudes e ações ecologicamente corretas destinadas a proteger e procurar melhorar a qualidade ambiental dos espaços urbanos (JACOB, 1999).

Para alcançar um ambiente bastante natural, além da contribuição do indivíduo para a proteção e qualidade do meio ambiente, também é necessário despertar nos indivíduos o desejo de participar da construção de sua nacionalidade, o que leva indivíduos e grupos a perceberem a importância da ação imediata para transmitir as necessidades ambientais. É necessário que uma pessoa tenha consciência dos problemas ambientais existentes e seja capaz de criar oportunidades de vida que permitam evidenciar as atitudes tomadas, refletindo valores e obrigações diante dos efeitos negativos de suas ações sobre o meio ambiente (LIMA, 2007).

Segundo Carvalho, o processo de educar um ambiente bem administrado deve ter como objetivo principal, auxiliar no desenvolvimento de uma consciência crítica no ser humano e, portanto, eles poderão se

posicionar no ambiente natural do mundo em que vivem, e estarão mais dispostos a participar da solução dos problemas ambientais.

No processo participativo, pode-se assumir o papel de fator-chave, trabalhando diligentemente no diagnóstico dos problemas locais e na busca de soluções preparadas como agente de transformação através do desenvolvimento de competências e construção de atitudes, com comportamentos positivos associados à aplicação da cidadania. A educação ambiental deve fortalecer as ações das pessoas, dotá-las de ferramentas para planejar, gerenciar e implementar suas próprias alternativas às políticas sociais vigentes, além disso reabilitar e criar soluções para melhorar as condições de vida urbana através do desenvolvimento de relações fortes e eficazes. (JACOB, 1999).

Com uma visão crítica da verdade e da consciência do indivíduo e da responsabilidade coletiva pela educação ambiental, podemos ser capazes de compreender muitas das mudanças que ocorrem em nosso meio, entender as interações humanas com a natureza e como viver em harmonia com elas. Deve-se conhecer e sentir-se parte da natureza e desenvolver a capacidade de reconhecer os danos causados a si mesmo e a sua responsabilidade no processo, bem como reconhecer a necessidade de cuidar melhor dela e buscar a igualdade com o meio ambiente, pois somente desta maneira será presente e futuras gerações” (LERÍPIO, 2001).

Dessa forma, a educação ambiental é importante para ajudar a educar as pessoas sobre o meio ambiente, como ele funciona, como elas dependem dele e como isso afeta diretamente e indiretamente, levando-os a participar ativamente de sua proteção e desenvolvimento. Gonçalves e Lima afirmam que há mais na educação ambiental para promover a conscientização e a uma mudança no comportamento de uma pessoa em suas relações cotidianas e individuais com a natureza e os recursos naturais, visando à criação de práticas ecologicamente corretas na esfera pública (MEDINA, 2009).

Nestes tempos em que a informação desempenha um papel importante, o ciberespaço, a multimídia, a internet, a educação para a cidadania representa oportunidades para motivar e sensibilizar as pessoas para transformarem as diferentes formas de participação na proteção da qualidade de vida. Nesse sentido, vale destacar que a educação ambiental assume cada vez mais um papel transformador, onde o compromisso com a cooperação individual torna-se um importante objetivo de promoção de um novo tipo de desenvolvimento - o desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2005).

Compreende-se, portanto, que a educação ambiental seja condição necessária para a mudança da imagem de crescente degradação socioambiental, mas ainda não é suficiente, o que, nas palavras de Tamaio (2000), torna-se mais uma necessária ferramenta de mediação de diferentes culturas, comportamentos e interesses grupos comunitários para criar a mudança desejada”. O educador tem um papel a desempenhar na elaboração de indicadores ambientais e deve saber utilizá-los como ferramentas de desenvolvimento social que privilegiam o conceito de natureza.

No novo milênio, a questão da sustentabilidade desempenha um papel importante na demonstração da magnitude do desenvolvimento e de outros mecanismos estabelecidos. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto humano no meio ambiente tem consequências cada vez mais complexas, tanto em quantidade quanto em qualidade. (TRISTÃO, 2002).

O desenvolvimento sustentável só pode ser entendido como um processo em que, por outro lado, os limites mais adequados estão relacionados à exploração de recursos, direção do desenvolvimento técnico e quadro institucional. Por outro lado, o crescimento deve enfatizar fatores de qualidade, especialmente aqueles relacionados à equidade, utilização de recursos - especialmente energia - e eliminação de resíduos e poluição (BARROS, 2002).

Além disso, a ênfase no desenvolvimento deve se concentrar na superação das mazelas sociais, necessidades básicas e mudanças nos padrões de uso, especialmente nos países desenvolvidos, a fim de manter e expandir os recursos básicos, especialmente a agricultura, energia, biótico, minerais, ar e água (BARROS, 2002).

Portanto, o conceito de sustentabilidade implica um aumento da base de que é necessário definir limites nas oportunidades de crescimento e definir um conjunto de planos que levem em conta a disponibilidade de coordenadores e parceiros sociais competentes e atuantes por meio de práticas educativas e o processo de discussão das informações, que reforça o senso de responsabilidade e um código de ética constitucional. Isso também significa que a política de desenvolvimento de uma sociedade sustentável não pode ignorar a magnitude das culturas ou relações de poder existentes, muito menos o reconhecimento das fronteiras ambientais, sob pena de manter um padrão de desenvolvimento perigoso. (RUSCHEINSKY, 2007).

Atualmente, o progresso em direção a uma sociedade sustentável está repleto de obstáculos, pois há pouca conscientização pública sobre

o impacto do modelo de desenvolvimento sustentável. Pode-se dizer que as causas subjacentes dos efeitos nocivos dos fatores ambientais são devidas centros comunitários, sistemas de informação e comunicação e valores socialmente aceitos. Isso significa, em particular, a necessidade de promover a plena participação do público nas discussões sobre seu futuro, como forma de estabelecer um conjunto de problemas, metas e soluções identificadas na comunidade (SORRENTINO, 1998).

A abordagem do design envolve a transformação do acesso à informação e a transformação da instituição que garante o acesso e a transparência na gestão. Há um desafio importante que precisa ser enfrentado, e ele se concentra na possibilidade de que os sistemas de informação e as instituições sociais possam ser os catalisadores de um processo que fortaleça as questões da construção sustentável da comunidade.

Por isso, é preciso criar todas as condições para simplificar o processo, fornecer dados, desenvolver e divulgar indicadores e tornar os processos transparentes por meio de processos com foco na educação ambiental que garantam a inovação no modo de vida e estimular uma consciência tranquila que põe em dúvida o atual modelo de desenvolvimento, caracterizado por sua brutalidade e pelo fortalecimento das desigualdades sociais e ambientais.

3. SUSTENTABILIDADE, MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O desafio colocado não é apenas a conscientização, mas a promoção de práticas que fortaleçam a independência e a legitimidade de atores sociais que trabalham explicitamente com uma perspectiva coesa, como é o caso das comunidades locais e das ONGs. Isso representa oportunidades para mudar processos existentes, violações de conceitos e regulamentações de vigilância, definindo novos relacionamentos com base nas negociações, contratos e gestão conjunta de programas e projetos, o que traz um novo sentido aos processos de construção e implantação de políticas ambientais. (VALDAMERI, 2004).

Portanto, trata-se de repensar o capital social e garantir a enormidade da entrega institucional e a criação de canais institucionais para possibilitar novas formas de coesão social. Os desafios de aumentar a participação estão intimamente ligados ao compromisso do governo local de construir espaços públicos e públicos de expressão e participação, onde o conflito é percebido e tratado como base fundamental para

a adequação dos diversos interesses em risco, aumentando as chances de as pessoas participarem ativamente dos processos decisórios como meio de tomada de decisão de fazer fortalecer sua cooperação no monitoramento e controle dos agentes de degradação ambiental (WARREN, 2007).

O momento atual exige que o público seja fortemente motivado e incentivado a ter um papel ativo, bem como seja capaz de questionar efetivamente a falta de ação governamental para implementar políticas que levem ao desenvolvimento sustentável e binomial no contexto do crescimento de dificuldades em promover a inclusão comunitária (WARREN, 2007).

Por isso, é importante fortalecer as organizações comunitárias e sociais, redistribuir recursos por meio de parcerias, informação e capacitação para aumentar a participação nas áreas de tomada de decisão pública e a construção de instituições orientadas para o desenvolvimento sustentável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas ambientais causados pela ação humana colocam a necessidade de buscar abordagens de desenvolvimento que sejam ecologicamente corretas. Há necessidade de maior esclarecimento dos procedimentos existentes, pois esta é a única forma de contribuir para a mudança de contexto. A socialização cotidiana deve permitir a participação de toda a comunidade na criação de práticas naturais fortes, a fim de estabelecer canais de comunicação com a realidade alcançando assim outros setores da sociedade.

A educação ambiental parece ser o método mais importante nesse processo. Porque através dele se pode desempenhar um papel importante, participando ativamente na identificação de problemas e resolução de problemas, remediação como agente de transformação por meio do desenvolvimento de habilidades e desenvolvimento de atitudes, por meio de bom comportamento, compatível com o uso da cidadania. Desta forma, este estudo mostra que a educação ambiental quando utilizada de forma adequada pode ser de grande ajuda para alcançarmos a sustentabilidade urbana.

O compromisso de cada cidadão com a comunidade em que está inserido é fundamental para que possamos atuar como um participante da comunidade, capaz de integrar as ações socioambientais de forma equilibrada, ética e justa. Pequenas mudanças de comportamento po-

dem contribuir para a redução da violência no ambiente. Elas surgem como um processo educativo de nacionalismo natural, que remete a uma nova forma de olhar a relação entre o homem e a natureza, baseada em uma nova moral, que reflete outros valores e uma forma diferente de ver o mundo e homens por meio do processo de reverter a consciência ou pelo menos tentar minimizar os efeitos que uma pessoa vem causando no meio ambiente.

As práticas sociais devem estar em vigor para garantir a sua preservação. No entanto, para produzir resultados, é necessário que toda a comunidade trabalhe em conjunto e participe da formação da mudança psicológica e, conseqüentemente, das práticas em relação ao problema ambiental. Essa conscientização não acontece da noite para o dia, mas por meio de uma educação ambiental contínua que garante o envolvimento e a participação de todos. Governos e formuladores de políticas podem ordenar reformas e novos métodos de educação ambiental, procurando estabelecer relações novas e produtivas entre alunos e professores, entre escola e comunidade e, conseqüentemente, entre o sistema educacional e a sociedade como um todo.

A educação ambiental surge como uma ferramenta de proteção ao meio ambiente e contribui para a aproximação com a natureza, garantindo uma melhor qualidade de vida para todos, pois tende a despertar nos indivíduos uma maior responsabilidade pelo seu ambiente. A busca da sustentabilidade ambiental também é importante para que isso tenha sucesso, é preciso utilizar projetos e programas bem elaborados e eficazes, que sejam capazes de criar recursos, em consonância com uma consciência política consistente de dados espaciais, leve em conta as rápidas mudanças locais, políticas, sociais e econômicas, para garantir um ambiente saudável com justiça social, igualdade, redução da pobreza e melhores condições de vida para todos os cidadãos.

Dito isto, leva-nos a pensar na necessidade de formar cidadãos mais conscientes, para desenvolver ecossistemas harmoniosos na área da visão crítica, que abre oportunidades de ação com base nos princípios do compromisso ambiental e na capacidade de estabelecer e aprimorar processos liberais é pautada pela justiça ambiental e social que afeta a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

Portanto, apesar dos obstáculos, conflitos e desafios que precisam ser enfrentados permanentemente, acreditamos que o pensamento e as contribuições deste trabalho podem abrir espaço para novas discussões e outras comunicações em prol de novos projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ambiente urbano e sustentabilidade: outros aspectos da meditação. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas comunitárias**. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

BARROS, Marlene Pagliaroni Becker de. **Aprendizagem ambiental: como sobreviver**. 2002. 116p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre educação ambiental, estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Diário Oficial, Brasília, DF, 28 de abril de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso maio de 2022.

CARVALHO, I. **O estabelecimento da natureza**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

CARVALHO, G. A. **Desenvolvimento, implantação e avaliação do sistema de educação ambiental no setor escolar de 1º e 2º anos**. Florianópolis, 2001. 131f. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/>>. Acesso: maio de 2022.

CURRIE, Karen. L. **Meio Ambiente: Interdisciplinaridade na Prática**. 6 ed. São Paulo: Papyrus Editora, 2005. 184p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação a Temática Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Global, 2002. 110p.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e procedimentos**. 9º. São Paulo: Gaia, 2004. 551p.

GIESTA, Nágila Capolíngua. **Histórias em quadrinhos: recursos para educação ambiental formal e informal**. Para: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). Educação Ambiental: muitos caminhos. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 157-167. 312p.

GRUM, Mauro. **Educação ética e ambiental: comunicação ne-**

cessária. Campinas: Papirus, 2015. 126p.

JACOB, P. **Cidade e meio ambiente**. São Paulo: Annablume, 1999.

_____, P. et al. (organizador). **Educação, meio ambiente e cidadania: pensamento e conhecimento**. São Paulo: SMA, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LINDO, Mário. **Contribuição para a Educação Ambiental na formação de professores**. 2005. 151p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação da Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LERÍPIO, Alexandre A. **GAIA - como gerenciar fatores ambientais e de impacto**. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LIMA, Cristiane Cavalcante; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. **Representações sociais da educação ambiental: uma perspectiva docente no campo da docência**. Manaus: Editora Universitária Federal do Amazonas, 2007. 88p.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental**. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 231p.

POLÍTICAS SOCIAIS E EXPANSÃO DO NACIONALISMO. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

RUSCHEINSKY, Aloísio; VARGAS, Sérgio Hiandui Nunes de. **Agroecologia e reforma agrária: uma integração possível e necessária**. Para: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.). **Educação Ambiental: abordagens muitos**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 127-141.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores sociais e ambientais**. Para: FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). **Métodos de integração: a criação de educadores ambientais e grupos de professores**. Brasília: MMA, Secretaria de Educação Ambiental: 2007. p. 23-34.

REIGOTA, M. **Desafios na educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. et al. (organizador). **Educação, meio ambiente e cidadania: pensamento e conhecimento**. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Salónica, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (organizador). **Educação, meio ambiente e cidadania: pensamento e conhecimento**. São Paulo: SMA.1998. página.27-32.

SANTOS, Maurício Takahashi dos. **Consciência ambiental e mudança de atitudes**. 2005. 135p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

TAMAIIO, I. **A mediação do professor na construção do conceito de natureza**. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) FE/Unicamp.

REDE DE RELACIONAMENTO: **definições de educação ambiental na formação de professores**. São Paulo, 2000. Tese (Doc.) Feusp.

TRISTÃO, M. A magnitude e os desafios da educação ambiental na sociedade da informação. Para: RUSHHEINSKY, A. (organizador). **Educação ambiental: muitos caminhos**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.169-173

VALDAMERI, Adelar José. **Educação Ambiental: Diagnóstico em Escolas Municipais**. 2004. 91p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Heitor. **Surgimento das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bilitoralismo preservacionista ao desenvolvimento do multissetorialismo**. estábulo. In: HOGAN, D. J. & VIEIRA, P.F (org.). **Desafios e desenvolvimento socioambiental sustentável**. Campinas, SP: UNICAMP, 1995. p. 73-102.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes sociais e movimentos**. Para:

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio (org.). **Métodos de integração:** a criação de educadores ambientais e grupos de professores. Brasília: MMA, Secretaria de Educação Ambiental: 2007. p. 325-332.

A ÉTICA E OS DESAFIOS EM FACE DA CONTEMPORANEIDADE

Diego Ferreira da Silva¹

Luciana Maria Barreto Barbosa²

Resumo:

O conceito de ética na contemporaneidade é bastante amplo e diferenciado, e está relacionado a valores, renúncia e bem estar pessoal e do outro. Existem três princípios fundamentais para se pensar em ética. Valls (2004) classifica-os em: liberdade, consciência e comportamento moral. Para Costa (1994), “entende-se a ética como um espelho da cultura propondo uma necessidade de análise da ética contemporânea para se entender os problemas sociais tais como violência e outros valores negativos que estão presentes na identidade do brasileiro, numa cultura individualista e extremamente competitiva”. A ética apresenta características próprias de acordo com cada período. A ética moderna e a pós moderna mantém o caráter de controle social. A ética está relacionada à cultura e a práxis da sociedade. Ambas estão interligadas para a formação do cidadão, que levando o contexto atual, vive de forma alienada ao sistema capitalista que utiliza dos valores que regem as relações entre o comportamento dos sujeitos. O presente artigo propõe uma reflexão sobre a crise moral e ética em face à suas relações com a sociedade contemporânea, com base em um estudo bibliográfico.

Palavras-chave: Ética. Moral. Sociedade. Cultura.

INTRODUÇÃO

Percebemos a importância da ética desde os primórdios até a atualidade. No debate contemporâneo a ética é compreendida como normas de nossa relação com os acontecimentos e são classificados em: ética da comunicação, bioética, ética dos direitos humanos, éticas dos

1 Mestrando em Ciências da Educação - Florida University of Science and Theology - FUST. Pós-graduado em Ensino de Ciências pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão - UNIVISA. Licenciado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão - UNIVISA. E-mail: diegooffr@live.com

2 Mestrando em Ciências da Educação - Florida University of Science and Theology - FUST. Pós-graduada em Educação Básica pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Licenciada. E-mail: lucianabarreto03@hotmail.com

negócios etc. O mundo atual é caracterizado pela pobreza de ideias coletivas pela ausência do bem que possa orientar a humanidade como um todo.

Dessa forma, o conceito de ética na contemporaneidade é bastante amplo e diferenciado, e está relacionado a valores, renúncia e bem estar pessoal e do outro. Ou seja, do nosso próximo como está contido na Sagrada Escritura o qual “devemos amar o próximo como a nós mesmos”. Cada teórico valoriza sua concepção de acordo com sua vivência.

Segundo Sanchez-Vasquez (2004), a ética é a teoria que estuda o comportamento moral dos homens em sociedade. Para Rodrigues (2002), a ética é aprimorar as atividades das pessoas na busca do bom, do justo e do adequado, pois, ela permeia praticamente todas as esferas da vida social, tomada como sustentáculo para elaboração de leis. Porém não pode ser resumida exclusivamente pelo direito ou pela legalidade.

Para Costa (1994), “entende-se a ética como um espelho da cultura propondo uma necessidade de análise da ética contemporânea para se entender os problemas sociais tais como violência e outros valores negativos que estão presentes na identidade do brasileiro, numa cultura individualista e extremamente competitiva”.

Existem três princípios fundamentais para se pensar em ética. Valls (2004) classifica-os em: liberdade, consciência e comportamento moral. A consciência refere-se à capacidade do indivíduo compreender os valores e identificar aquele que lhe parece mais adequado. A liberdade está ligada a possibilidade de fazer escolhas livres, dentro das possibilidades existentes, responsabilizando-se pelas consequências destas escolhas. Finalizando os três princípios, temos o comportamento moral, que é a capacidade de agir conforme a própria consciência transformando em ação suas concepções morais escolhidas e formadas da forma mais autônoma possível.

Sobre a Moral esta deve se voltar para o bem coletivo e controle das compulsões dos seres humanos. Pois, os valores e os Mandamentos da Lei de Deus e leis civis estão se tornando banais para grande parte da sociedade contemporânea. Percebemos esta realidade no momento em que os representantes do Congresso Nacional Brasileiro colocam em pauta a aprovação do aborto, impedindo que seres inocentes tenham seu direito de nascer e viver retirados.

A vida é um dom de Deus, pois, ninguém tem direito de tirá-la. É inaceitável pensar e agir desta forma. Freud afirma que o mal está na civilização e chama a atenção para a dificuldade de se honrar tal man-

damento: “Amar o próximo como a nós mesmos”.

Cultura x Práxis

A ética está relacionada à cultura e a práxis da sociedade. Ambas estão interligadas para a formação do cidadão, que levando o contexto atual, vive de forma alienada ao sistema capitalista que utiliza dos valores que regem as relações entre o comportamento dos sujeitos. Bauman (2002, p. 328) afirma que, “as ideias necessitam dos homens, que aplicam uma força prática”. Pois, a sociedade vive de forma alienada ao sistema capitalista que utiliza dos valores que regem as relações entre o comportamento dos sujeitos.

A cultura enquanto objeto, é denominada como classe dominante e manipulada que apresentam características do positivismo e visam ordenar a vida dos sujeitos a tentativa de conformá-los aos interesses das classes dominantes. Sendo assim, a cultura é mero objeto e oportunidade de controle social. Sobre a cultura, Bauman (2002, p.335) conceitua: “A cultura é sinônimo de existência humana específica, é um ousado movimento em busca da liberdade, para libertar-se para a criação”.

Ética Moderna x Ética Pós Moderna x Ética do Consumo

A ética apresenta características próprias de acordo com cada período. A ética moderna e a pós moderna mantém o caráter de controle social. A moderna é constituída por fundamentação da moralidade e da vida moral que se tornou realidade a partir da negação daquele que em tese foi o ideal, partindo dos princípios Estados- Nações e pela ação individual que se tornou referência por orientações heterônomas muitas vezes codificadas.

Outro sociólogo que conceitua a moral na modernidade é Durkheim, quando diz:

“A moral é uma construção social que o homem natural tem capacidade ética, porém, somente pelos esforços de socialização promovidos pela sociedade e que de pouco a pouco ele vai se transformando em um ser social logo ético. Ao entrar na sociedade ele se transforma em um ser moral regido pelas Leis do Estado Soberano.”

Com a Revolução industrial, as relações de trabalho se modifi-

caram. O trabalho ganha formulação particular voltado para a crítica a economia de Adam Smith, que considera o trabalho a mediação do homem com o mundo, como forma de resolver os problemas da sociedade. Nesta época conviver decentemente se fazia necessário, como também proporcionar trabalhos a todos para que os problemas de cada indivíduo, famílias fossem minimizados e consequentemente a sociedade industrial alcançaria os objetivos almejados.

O trabalho no período da industrialização era a garantia de sobrevivência e ordem social, uma reprodução sistemática da sociedade enquanto conjunto; o trabalho formava a identidade. Portanto, a ética no trabalho desempenhou um papel decisivo na criação da sociedade moderna e convocava os sujeitos a abraçar voluntariamente, com alegria e entusiasmo, o que surgia como necessidade básica. Segundo Bauman (1999, p. 37), “tratava-se de uma luta que os representantes da nova economia ajudados e amparados pelos legisladores do novo Estado faziam todo o possível para tornar inevitável”. Disto isto, o trabalho apresenta-se como produtivo e caracteristicamente humano. Contudo, foi manobrado de forma exploratória atendendo aos interesses industriais e dos Estados.

Os seres humanos que antes procurava liberdade e harmonia com seus instintos, hoje vive sozinho carregado de responsabilidade grandes demais para suas capacidades. Acreditam que não precisam de educação e disciplina para se tornarem seres morais. Para Bauman (1995, p. 22):

“Só a ética está em condições de formular aquilo que se deve fazer para fazer o bem em termos ideais. A ética é um código de leis que prescreve universalmente quer dizer para toda gente e a do momento o comportamento correto a observar, um código que separa de uma vez por todas em todos os casos o bem do mal”.

Quanto a ética de consumo, nota-se que a sociedade é consumista. Desse modo, a ética exige que os consumidores comprem e paguem pelos produtos desejados. Pois, muitas vezes nos deparamos com aqueles cidadãos que infringem as leis causando sérios problemas a sociedade e a si próprio. Portanto, o que falta nestas pessoas é consciência, responsabilidade no que diz respeito ao cumprimento dos seus deveres.

A transformação de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores não aconteceu de forma simples. Houveram

várias mudanças na sociedade para chegar a esta realidade atual da sociedade consumista. Os produtos cada vez mais inovadores disponíveis em lojas e sites despertam o desejo do consumidor em adquiri-los, e surge a contradição a falta de recursos financeiros para comprar. Assim, surgem os problemas emocionais, violências, entre outros. Uma das características da sociedade de consumo é que o consumidor age sozinho, de forma individual, porque a sensação do desejo é sempre privada e não existe comunicação. Como diz Bauman (1999, p.53), “o consumo coletivo não existe”.

Moralidade x Ética

Moralidade e Ética são dimensões interligadas que fazem parte das dimensões psicológicas do ser humano. A moralidade tem sido estudada pela psicologia desde p século XX. Sendo Jean Piaget um dos grandes pioneiros desta área. Nesse período, a crise dos valores apresentava índices elevados, principalmente referente a moral. Houveram pesquisas publicadas no livro “Crise de valores ou valores em crise?”, onde a autora afirma que “foi perceptível identificar um abandono dos valores morais” (La Taille &Menin, 2009).

Após o resultado de pesquisa realizada com os jovens por meio dos discursos espontâneos gravados pela mídia, verificamos que as respostas são voltadas para a desconfiança, medo de violência, corrupção falta de justiça. Todos esses problemas geram aos jovens vários tipos de medos. Medo de outrem, do desemprego, da natureza, da doença, dos acidentes, dentre outros. Desse modo, a ética na contemporaneidade apresenta uma cultura de vaidade ao qual o conceito tem sua origem nos adjetivos “vazio” e “vão”. É a cultura da superficialidade, onde as pessoas vivem para a vaidade, remetendo à aparência, pequenez, fraqueza e a ilusão. Para Blaise Pascal (1972), o vaidoso vive uma vida imaginária no pensamento dos outros.

Muitos autores apresentam indícios que provam que vivemos em uma cultura de vaidade. O primeiro deles é denominado sociedade do espetáculo; o segundo é o culto da celebridade; o terceiro é chamado de vencedores; o quarto relaciona-se ao anterior - o consumo, e o ultimo refere-se à violência - este afeta a sociedade de forma frequente reinando a ausência de paz, gerando grandes problemas para as famílias, estado e para o país. Levando alguns jovens admirarem a violência e considerar os violentos como heróis, exaltando-os.

Muitos adolescentes e jovens não se preocupam em obter valo-

res e sim demonstrar que tem poder, quer seja com ações não permitidas por lei. Estes pedem socorro, valorização e reconhecimento por parte da sociedade. Como afirma Luiz Fernando Soares, MV Bill e Celso Athayde (2005, p. 215):

“Na esquina apontando-nos a arma o menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização, pois há uma fome mais funda que a fome mais exigente e voraz que a fome física: A fome de sentido de valor: De reconhecimento e acolhimento, fome de ser sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza”.

Nota-se que a Cultura do Tédio é muito presente na vida desses jovens e adolescentes, que pensam e agem violentamente causando a falta de paz na sociedade. O Tédio e a Vaidade geram estes atos, pois, ambos trazem conseqüências que desencadeiam sofrimentos como: raiva, suicídio, desespero, vergonha etc. Estes buscam a felicidade a qualquer custo e quando não conseguem os bens materiais que desejam, ficam deprimidos. Em contraste, o índice de pessoas com depressão mundial é elevadíssimo. Segundo a Organização Mundial da Saúde há 121 milhões de pessoas acometidas pela depressão no planeta.

Sobre o suicídio, Christian Baudelot e Roger Establet alerta (2006, p. 7) que ele mata em torno de 100 pessoas por hora. Com efeito, segundo a Organização Mundial da Saúde, no ano de 2000 houve 815 mil suicídios, contra 510 mil mortes ocasionadas por crimes e 310 mil por guerras. Mais ainda: Baudelot e Establet (2006, p. 138) revelam que “a taxa de suicídios entre os jovens de 15 a 24 anos triplicou na segunda metade do século XX”.

Fica evidente que a cultura do tédio é danosa e precisa ser transformada. Pois, as conseqüências são desastrosas e desumanas, que a cada dia procura satisfazer o ego humano com coisas que não podem preencher seus vazios existências.

“Quando há uma unidade entre Eu e moralidade, juízo e conduta são diretamente e previsivelmente relacionados, e as ações são realizadas com segurança [...] Aqueles para quem a moralidade é central nas suas identidades pessoais devem ser mais fortemente motivados por

suas convicções e objetivos” (Colby & Damon, 1993, p. 151).

Ética Contemporânea, Informação e Conhecimento

Nesse sentido, podemos citar as instituições de ensino como um ambiente natural que preconiza os valores éticos e morais. Porém, este discurso evidencia mais teoria do que prática, pois, podemos facilmente citar os estudantes que vem de um contexto familiar desestruturado na qual os membros da família não se respeitam. Projetando assim, uma desconstrução dos bons costumes na vida do próximo.

O uso de informações de forma errônea apresentada em alguns meios de comunicação que não valorizam o diálogo/ debate democrático, tende a desprezar cada dia mais os valores e a ética. Portanto, se faz necessário que a escola desenvolva um trabalho voltado aos valores formando sujeitos éticos para conviverem bem em todos os ambientes sociais. Pois, acreditamos que a educação ainda transforma o mundo. Chauí nos alerta (200, p. 342):

“Hoje a palavra de ordem em toda a parte é o retorno a ética, ou a necessidade de ética”. [...] É como se a ética fosse uma coisa que se ganha, se guarda se perde, e se acha e não a ação intersubjetiva consciente e livre que se faz à medida que agimos e que existe somente por nossas ações”.

É um grande desafio para as escolas trabalhar a ética, tendo em vista uma sociedade antropocêntrica, e a modificação da ideia de que o poder do lucro só é saudável quando há o desenvolvimento de um trabalho voltado para a ética pessoal, política, profissional e moral. Dupas (2001, p. 123) afirma que “por moral, responsabilidade ou prudência é preciso buscar condições para que uma nova hegemonia mundial, que incluia, mas não se constanja ao capital, possa construir um mundo melhor, utilizando-se dos avanços da ciência em benefício da grande maioria de seus cidadãos”.

Para Romano (2004, p.41):

“A ética de um povo pode ser excelente, mas ela também pode ser horrenda, pois trata-se de um conjunto de hábitos, atitudes, pensamentos,

formas culturais adquiridas durante longo tempo. Uma ética não surge de repente, brotando do nada. A ética, deste modo, vai-se sedimentando na memória e na inteligência das pessoas, irradiando-se em atos, sem muitos esforços de reflexão. A ética é o que se tornou quase uma segunda natureza das pessoas, de modo que seus valores são assumidos automaticamente ou sem crítica.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, nota-se que a ética precisa ser urgentemente discutida e ganhar destaque em nossos debates e situações cotidianas, para que assim, a sociedade como um todo resgate seu senso de moralidade e juízo de valor. É válido afirmar que, muitos problemas enfrentados atualmente pelos seres humanos são consequências diretas refletidas por uma vida pautada no consumo de uma cultura marcada pelo egocentrismo e consumismo. Onde, limites parecem não existir e, as leis, direitos e deveres perdem força, dando lugar ao bel prazer a qualquer custo.

Comparato (2006) considera que a solidariedade seria o princípio ético capaz de complementar e aperfeiçoar a liberdade, a igualdade e a segurança, pois se estas colocam as pessoas diante umas das outras, a solidariedade poderia reuni-las no seio da mesma comunidade.

Em outras palavras, a concretização dos direitos humanos e do viver justo e democrático que visa o bem comum, só se dará, a partir do momento que estado e sociedade chegarem num consenso. Pessoas que participem efetivamente na sociedade e nas estruturas estatais podem ser consideradas cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicomaco**. Nova Cultural, São Paulo, coleção os pensadores, 1996.

BAUDELLOT, C; ESTABLET, R. **Suicide: I'envers de notre monde**. Paris, Seuil, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Cultura como práxis**. Barcelona: paidós, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Trabajo, consumismo y nuevos pobres**. Barcelona Gedisa 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **A vida fragmentada ensaios sobre a moral pós-moderna**. Lisboa: Relógio D'água 1995.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **Suicide: l'envers de notre monde**. Paris, Seuil, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Juarez de Oliveira (org). São Paulo: Saraiva 1998.

COMPARATO, Fábio K. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. 12 ed. São Paulo: Cortez 2007.

COSTA, Jurandir F. A. **Ética e o espelho da cultura**. 2 ed. Rio de Janeiro; Rocco, 1994.

DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder da Sociedade da Informação**. 2 ed. São Paulo: UNESP, 2001.

FREUD, Sigmund. **O Mal-Estar na Civilização**, tradução de José Otávio de Aguiar Abreu, Imago, Rio de Janeiro, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**, tradução de Artur Mourão, edições 70, Lisboa, 1994.

LA TAILLE, y. de MENIN, S. **Crise de valores ou valores em Crise**. Porto Alegre, Artmed, 2009.

NOGUSHI, N. **Seguro na Febem-SP: Universo Moral e Relações de Poder entre adolescente**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 2006.

PASCAL, B.. **Pensées**. Paris, Libraire Generale Française, 1972.

RODRIGUES Zita A.L. **Ética, educação e cidadania**. Florianópolis: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, 2002.

ROMANO, Roberto. **As faces da ética**. In: MIRANDA, Danilo S. (Org.). *Ética e cultura*. São Paulo: Perspectiva, SESC São Paulo, 2004. p.39-50.

SÁNCHEZ-VAZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 25 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

SOARES, L.MV BILL; ATAYDE C. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro, objetiva, 2005.

VALLS, Álvaro L .M. **O que é Ética?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO: FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Mauriceia Soares de Lima Brito¹
Giovana Matildes da Silva Alexandre²

Resumo:

O desenvolvimento do pensamento crítico deve fazer parte do currículo escolar e da formação do indivíduo. Pois, a escolar é a instituição onde esse pensamento ganha força e se expande de forma mais rápida e sólida. Porém, nem sempre a escola dá a atenção merecida a essa parte do currículo, pois, ela foca mais no conhecimento pronto dos livros didáticos e deixa de incentivar a formação crítica do aluno. E diante das mudanças sociais que estão acontecendo de forma muito rápida e das novas necessidades apresentadas pelos alunos para melhor se adaptarem a essas mudanças, a escola precisa trazer para o seu cotidiano a abordagem crítica. Por essa razão, o presente artigo tem por objetivo problematizar essa prática no ambiente escolar, focando na necessidade e possibilidade de ensinar buscando a formação crítica do aluno através do conhecimento elaborado, já que ela contribuirá para a formação pessoal e social, tornando o indivíduo um ser autônomo e responsável para o convívio pessoal e social, com maior capacidade de pesquisar, transformar e elaborar novos conhecimentos.

Palavras-chave: Pensamento crítico. Escola. Currículo. Aluno.

1. INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição que prepara para a vida pessoal, social e profissional. Por esses motivos sua formação deve ser completa. Para que essa formação aconteça é fundamental que a abordagem crítica faça parte do currículo escolar, na teoria e nas práticas pedagógicas.

Apesar da formação crítica ser muito importante na vida do indivíduo, observamos que ela não é tão presente no cotidiano escolar. A maioria dos profissionais dá prioridade ao conhecimento abordado no livro didático sem fazer uso de metodologias criativas e críticas.

Diante da realidade vigente, o presente artigo vem discutir essa

1 Mestrando em Ciências da Educação – FCS – Assunción-PY

2 Mestrando em Ciências da Educação – FCS – Assunción-PY

prática no ambiente escolar, ressaltando na necessidade e possibilidade do ensino focar na formação crítica do aluno.

O presente artigo está estruturado em duas partes: A primeira, aborda a problemática escolar, focando na ausência da abordagem crítica nas práticas pedagógicas em detrimento à abordagem do conhecimento pronto. Na segunda parte, o conhecimento se estrutura na importância e necessidade de se investir na formação crítica do aluno, mostrando que as rápidas mudanças sociais geram ainda mais a necessidade de se investir na educação inovadora, que tem como um dos seus objetivos, a formação do indivíduo por meio de atividades críticas e criativas.

2. SITUAÇÃO PROBLEMA: A ABORDAGEM CRÍTICA NO CONTEXTO ESCOLAR

A escola como mediadora do conhecimento, formadora de opinião, e principalmente como a instituição que tem a responsabilidade de favorecer a formação completa do indivíduo, ainda é negligente no processo de formação crítica do seu alunado. Por experiência vivenciada e não sugerida, observando as metodologias e ouvindo os relatos dos colegas professores e dos alunos, podemos afirmar que muitas escolas não têm como um dos seus objetivos a formação crítica dos seus alunos. Na teoria é bem provável que essa habilidade faça parte da filosofia das escolas, porém na prática pedagógica se valoriza a transmissão do conhecimento pronto dos livros didáticos, sem abrir espaço ou criar oportunidades para que o aluno possa contribuir para a construção de um conhecimento mais realista e sólido fazendo uso de suas experiências e vivências cotidianas.

Mas para tanto, ao invés de centrarem no conteúdo e na transmissão de informações “[...] exige-se que os professores através das suas práticas, recorrendo, nomeadamente, a estratégias adequadas, criem oportunidades de desenvolvimento do potencial de pensamento crítico dos alunos” (VIEIRA; TENREIRO-VIEIRA, 2015, p.36).

O conhecimento do livro didático é fundamental no processo de ensino aprendizagem, pois este é construído com base na ciência, que se estrutura em estudos, pesquisas e métodos. Porém, sua assimilação

ganha mais sentido e significado quando é associada ao conhecimento prévio do aluno. Para isso é fundamental o diálogo em sala de aula, considerando a visão, opinião e experiência de vida de cada um. Assim, além do conhecimento ganhar mais sentido, essa interação despertará o pensamento crítico do educando, pois, a criticidade em sala de aula só será desenvolvida através da interação entre os alunos e o professor. Como afirma, FISCHER, 2020, pg. 76): “O ser humano não foi criado para viver sozinho, ele necessita do outro no seu processo de formação.

Certamente, o conhecimento transmitido sem interação entre professor e aluno, é um conhecimento limitado, pautado numa única visão e opinião. Este não atende mais as necessidades de um público que vive em uma sociedade globalizada e cercada por mudanças. Quando a interação acontece além do conhecimento ser ampliado e diversificado, o pensamento crítico também é estimulado.

3. AS MUDANÇAS SOCIAIS E O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO CRÍTICA DO CIDADÃO

A sociedade contemporânea vem passando por mudanças que ocorrem de forma muito rápida. A tecnologia e a internet seguem ocupando o primeiro lugar nesse universo global de transformações. Novas formas de pensar, analisar, interpretar, produzir, criar, recriar, transformar, opinar e se posicionar, interferem diretamente na vida do indivíduo, e só uma formação crítica pode garantir a esse indivíduo meios para atuar de forma coerente e positiva no meio em que vive.

Neste cenário, a escola não deve ser apenas um lugar de transmissão de conhecimento pronto e acabado, as metodologias e práticas que favorecem o desenvolvimento da criticidade devem fazer parte do processo educativo, pois, segundo a BNCC, além de transmitir conhecimento, é responsabilidade da escola desenvolver um conjunto de competências para que o educando possa atuar de forma crítica na sociedade, fazendo uso da autonomia, responsabilidade, solidariedade, respeito e resiliência, sendo capaz de se adaptar aos desafios e seguir aprendendo ao longo da sua vida.

Sendo assim, a educação inovadora que valoriza a formação crítica, torna-se essencial para uma educação transformadora. O propósito desse tipo de educação é garantir o desenvolvimento pleno do aluno para que ele saiba planejar e transformar seu Projeto de Vida diante de qualquer situação social e econômica. “O objetivo do processo educativo deve ser o de ajudar-nos a formar melhores julgamentos a fim

de que possamos modificar nossas vidas de maneira mais criteriosa”. (LIPMAN, 2008, p. 34).

A escola é um ambiente que favorece a aprendizagem por meio da socialização, da exposição de ideias individuais e coletivas. Logo, torna-se fundamental o estímulo às práticas que favoreçam e valorizem o desenvolvimento da linguagem, pois é por meio desta que o aluno expressa seu pensamento crítico. Quanto mais ele for estimulado a falar, opinar, se posicionar, mais crítico se tornará.

Na atualidade, o desenvolvimento da razão e do pensamento crítico ocorre por intermédio da linguagem e interação entre indivíduos. A linguagem faz parte do currículo escolar e cada professor tem a sua interpretação — no processo de ensino-aprendizagem. (...) Logo, através da fala, o homem compartilha saberes e nessa partilha se desenvolve racionalmente. (FISCHER, 2020, p. 75).

Dessa forma, a escola tradicional, que ainda permanece com sua filosofia e práticas pedagógicas voltadas para transmitir informação, não atende mais aos anseios e necessidades dos alunos. Eles são oriundos de um universo cercado por muitas tecnologias e mudanças, por isso é necessário o diálogo, a investigação, a exposição, ou seja, é necessário estimular e trazer para o cotidiano escolar o conhecimento e a opinião do aluno para poder construir um conhecimento elaborado e crítico.

Por essa razão é fundamental que já na primeira infância, a escola estimule a criticidade das crianças, pois estas tendem a levar esse aprendizado para sua vida adolescente e por conseguinte adulta, usando esses conhecimentos na vida pessoal e social.

“Isso implica, dar oportunidades aos alunos de (re)construírem conhecimento, mobilizarem capacidades, ligadas a argumentação e a comunicação, tomada de decisões sobre questões que podem afetar tanto a sua vida em nível pessoal, social e/ou global (...)”. (PIRES, et al, 2018, p. 155);

Nessa perspectiva, quando a formação do pensamento crítico não ocorre na infância escolar, ela pode acontecer na adolescência e até

mesmo na fase adulta, uma vez que a criticidade pode ser construída em qualquer momento da vida do indivíduo. Entretanto, como mencionado anteriormente, quanto mais cedo essa formação acontecer, melhor será para o desenvolvimento e atuação do indivíduo em sociedade, porque sua capacidade de agir, criar e transformar será maior. Logicamente sua responsabilidade social também será potencializada. E isso é bastante importante, pois quanto mais pessoas responsáveis atuarem em sociedade, problemas sociais como: a desigualdade, a intolerância, o desrespeito, as injustiças, a criminalidade, entre outros, tendem a diminuir. E tudo isso é fundamental para a organização de uma sociedade mais harmoniosa, justa e igualitária.

Vale salientar que o pensamento crítico garante a pessoa a capacidade de opinar, refletir e buscar solução para os problemas. Pensar criticamente é ser capaz de não aceitar verdades já estabelecidas, é buscar novas verdades e acima de tudo não se deixar influenciar ou dominar pelo outro, mas buscar defender sua visão, é ser capaz de respeitar a opinião do outro, contudo sem jamais deixar de defender o seu ponto de vista. A pessoa crítica é livre, autônoma e segura diante de suas atitudes e palavras, não tem medo de opinar, questionar, concordar ou discordar diante de qualquer situação. Segundo REZENDE (1999, p. 106):

Pessoa crítica é a que tem posições independentes e refletidas, é capaz de pensar por si própria e não aceita como verdadeiro o simplesmente estabelecido por outros tal, mas só após o seu exame livre e fundamentado. Uma época esclarecida é aquela em que os homens atingem a sua maioria ou a capacidade não só de pensarem autonomamente, mas também de não se deixarem manipular e dominar.

Diante de tudo que foi exposto, percebe-se a necessidade das instituições de ensino, principalmente as de educação básica, de priorizar e investir na formação e preparação dos seus profissionais, através de estudos, pesquisas, investigação e diagnóstico da realidade educacional. Assim sendo, a partir desse pressuposto poder desenvolver atividades atrativas que incentivem e despertem o senso crítico nos alunos. Pois, pensar criticamente, além de ser uma necessidade do indivíduo, também favorecesse o convívio pessoal e social. Segundo FISCHER, (2020, p. 73):

As pessoas com maior criticidade tendem a ter a mente aberta para novidades e ideias diferentes, além de serem racionais, razoáveis e colaborativas. Elas entendem que para chegar à melhor solução, devem trabalhar em equipe e esquecer as diferenças e preconceitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a experiência vivenciada, embora a formação do pensamento crítico seja essencial para a formação do aluno, as metodologias de ensino ainda encontram -se voltadas para transmitir conhecimentos prontos, deixando de lado a formação crítica do aluno.

Mesmo as práticas tradicionais não atendendo mais as necessidades do aluno, ainda é muito comum a maioria dos profissionais da educação limitarem-se à metodologias ultrapassadas. Nosso alunado está inserido numa sociedade globalizada e marcada por mudanças que exigem uma educação participativa, onde a linguagem seja usada como ponte para a construção crítica do conhecimento.

Sendo a escola o ambiente adequado para a construção de novos saberes, as práticas pedagógicas mediadas pelo professor devem contemplar atividades que incentivem o diálogo e a interação em sala de aula, para que os alunos aprendam a opinar, se posicionar, sugerir e criar novas ideias, conceitos e aprendizagem, e a partir do conhecimento científico construir o conhecimento elaborado e crítico. Desta forma, a aprendizagem ganha mais significado e importância na sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília, 2017.

FISCHER, Ricardo Luís. **O Desenvolvimento do Pensamento Crítico por Meio da Razão na Educação de Jovens e Adultos**. Caderno Intersaberes - v. 9, n. 23 – 2020. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Artigos+sobre+o+pensamento+crítico>. Acesso em 08 de dezembro de 2022.

LIPMAN, M. **O pensar na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
PIRES, E. A. C. JUNIOR, E. J. H. MOREIRA, A. L. O. R. **O Desen-**

volvimento do Pensamento Crítico no Ensino de Ciências dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Uma Reflexão a Partir das Atividades Experimentais. **Revista Valore**, Volta Redonda, 3 (Edição Especial): pg. 152-164, 2018. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/150>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

REZENDE, Antônio. **Curso de Filosofia para professores e alunos dos cursos de segundo grau e graduação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VIEIRA, Rui Marques. TENREIRO-VIEIRA, Celina. **Práticas didático-pedagógicas de ciências: estratégias de ensino / aprendizagem promotoras do pensamento crítico**. 2015. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/viewFile/191/168>. Acesso em 08 de dezembro de 2022.

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO PLANEJAMENTO DE ENSINO: O CAMINHO PARA O SUCESSO ESCOLAR

Mauriceia Soares de Lima Brito¹
Giovana Matildes da Silva Alexandria²

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo apresentar a importância da organização e gestão do planejamento de ensino para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Sua organização e gestão favorece o sucesso da educação. Planejar é uma prática usada para qualquer área profissional, é algo fundamental e necessário para qualquer atividade cotidiana. Principalmente para o processo de ensino, já que a escola é a principal aliada da família no processo de preparação das crianças e jovens para a vida pessoal, social e profissional. O planejamento é o caminho que nos leva para a conquista dos objetivos desejados. Por isso, é fundamental antes de planejar, conhecer as características do público atendido, seus sonhos, habilidades e dificuldades. Para que isso aconteça, é fundamental buscar o envolvimento de todos que fazem parte do processo educativo. Além disso a seleção de conteúdos e as metodologias de ensino devem atender as necessidades do aluno. E a teoria deve estar diretamente conectada com a prática para que a aprendizagem aconteça de fato.

Palavras-chave: Planejamento. Organização. Gestão. Ensino.

1. INTRODUÇÃO

Se nas sociedades primitivas a prática de planejar já era bastante valorizada, hoje em dia, além de ser valorizada, essa prática tornou-se essencial na vida humana, pois é através de um bom planejamento que alcançamos os objetivos desejados, tanto na vida pessoal quanto na profissional.

O presente artigo tem por objetivo, apresentar a importância da organização e gestão do planejamento de ensino para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem. Logicamente, a arte de planejar não é simples, porém é necessária para um bom resultado no processo de ensino ou para outra atividade do dia a dia.

1 Mestrando em Ciências da Educação – FCS – Assunción-PY

2 Mestrando em Ciências da Educação – FCS – Assunción-PY

O presente trabalho está dividido em três tópicos. O primeiro retrata a importância do planejamento em todas as áreas da vida humana, principalmente na educação escolar. Pois, planejar é uma ação pensada e estruturada antes da sua prática. Essa estrutura de ideias antecipadas é o que possibilita o sucesso da ação.

Na segunda parte, está descrito como o planejamento deve ser pensado e praticado por todos os envolvidos. Pois, o diálogo entre escola e comunidade garante uma visão mais abrangente e particular do processo educativo. Dessa forma a possibilidade de conhecer o aluno e suas necessidades se amplia.

Na terceira e última parte, serão apresentados os desafios e a eficácia do planejamento. Uma vez que, a diversidade cultural, política, social e econômica interfere na nossa forma de pensar e agir, e o aluno reflete na escola toda essa diversidade que faz parte do seu cotidiano. Logicamente, a organização e gestão do plano de ensino deve levar em conta todos esses aspectos e procurar nas suas linhas e entrelinhas atender as necessidades individuais de cada um.

2. A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO

O planejamento é a etapa inicial e principal para se alcançar os objetivos de uma determinada ação. Ele é fundamental em qualquer atividade a ser realizada, pois é a partir deste que tomamos as decisões que irão nos orientar pelo caminho a ser trilhado. “O planejamento, portanto, é um conjunto de previsões e ações perfeitamente organizadas e ordenadas de forma que tudo possa se enquadrar ao seu modelo”. (FERNANDES pg. 89 e 90).

Planejar é uma ação que deve ser realizada por todas as áreas profissionais, visto que é a partir dele que o profissional consegue traçar metas e definir objetivos para se realizar uma determinada atividade, tornando-se o principal aliado para a obtenção do resultado desejado.

Quando se trata da educação escolar, sua prática revela-se tão ou até mais importante do que qualquer área da atuação profissional. Dado que se nas outras áreas, inclusive na vida pessoal, essa prática torna-se necessária, na educação escolar planejar é essencial. Principalmente, porque a escola é a principal aliada da família na educação dos filhos. “A perspectiva do planejamento não é privilégio de uma área profissional apenas, mas de várias; é um instrumento de trabalho e de ação, da própria vida e de outras profissões – como professores”. (SOUZA e SANTOS, 2019)

Quando se planeja, tem-se a possibilidade de definir: o que, como e quando fazer algo, vislumbrando através da teoria as possibilidades de colocar em prática ações estratégicas que passam garantir o sucesso da ação educativa. Além disso, também é possível avaliar o processo, fazer interferências e reajustar ou replanejar ações que por ventura possam dar erradas.

Convém destacar que o ato de estruturar teoricamente qualquer atividade, para depois colocar em prática favorece consideravelmente o sucesso da ação. Uma vez que, agir a partir de um projeto pensado e organizado, as chances de sucesso são enormes e mesmo que hajam falhas, os resultados são positivos e cabíveis de correção, se necessário.

3. ORGANIZANDO E ESTRUTURANDO O PLANEJAMENTO DE ENSINO

Inicialmente é fundamental definir o objeto do planejamento. Ou seja, é necessário definir o público para o qual se está planejando, suas características culturais, necessidades e dificuldades. A partir dessa etapa vem os objetivos, o que se deseja alcançar através do planejamento. Na sequência vem a seleção dos conteúdos, é através deles que se atinge os objetivos. Após definir os conteúdos é necessário pensar nas estratégias e ações para colocá-los em prática. As estratégias definem como trabalhar o conteúdo, e as ações são as práticas de execução definidas nas estratégias. Todas essas etapas devem fazer parte da estrutura e organização teórica do plano de ensino.

Na elaboração do planejamento de ensino é de suma importância a participação de todos envolvidos no processo. Toda a comunidade escolar deve participar. O envolvimento de todos possibilita uma visão mais ampla e inclusiva, já que é um momento de dar e receber sugestões, de trocar conhecimentos e experiências.

O planejamento participativo fundamenta-se numa concepção pedagógica, baseada nos pressupostos de uma educação emancipatória, integradora de conhecimentos, que concebe homens e mulheres como sujeitos ativos, produtores de sua história. Por meio do planejamento coletivo, é garantido o envolvimento de todos os sujeitos pertencentes à escola em todos os momentos do planejamento. Vale ressaltar que a participação também é estratégica, pois pode-

rá diminuir a resistência dos sujeitos ao processo de planejamento, uma vez que se envolverão em diálogos com seus pares. (Ministério da Educação, p. 93).

Para Vasconcelos “o sujeito da reflexão é também o sujeito da decisão, da ação, do usufruto”. Ou seja, o aluno não deve apenas receber o que foi planejado pela escola e pelo o professor, ele deve participar das decisões sobre o que está sendo planejado, afinal ele é o foco da aprendizagem, sendo assim, o mesmo deve ser o mais interessado no processo de seleção de conteúdos, recursos e metodologias de ensino.

Outro ponto importante: é necessário que a teoria tenha uma relação de harmonia e afinidade com a prática, pois, ambas devem estar conectadas para o sucesso dos resultados. Ou seja, a prática deve garantir a concretização dos objetivos teóricos, a partir das ações propostas no plano de ensino. Para isso, é fundamental que a seleção do currículo seja adequada a cada etapa do ensino e a realidade do aluno.

A definição e montagem desse currículo depende dos objetivos da aprendizagem que são definidos no planejamento, de acordo com a realidade e necessidade da comunidade escolar e dos órgãos que regulam a educação. “... a escola, ao planejar o currículo, deve considerar a realidade da comunidade escolar e as demandas da sociedade e das instâncias que regulamentam o sistema de ensino, como Ministério da Educação e Conselhos. “(FERNANDES, p. 88).

[...] a decisão da organização curricular por um ou outro tipo passa necessariamente pelo processo de planejamento. É a partir do planejamento que o projeto curricular é desenhado. Nele são feitas as previsões para a ação educativa, são tomadas as decisões sobre os objetivos educativos e sobre o tipo de ação que será realizada, dentre outros aspectos. Entretanto, o planejamento a ser realizado, as decisões a serem tomadas e o desenho a ser organizado estão relacionados tanto com a forma de conceber o currículo quanto com as relações entre teoria e prática (FERNANDES, p. 87).

Após traçar todas as ações, que por sinal devem estar conectadas aos objetivos, conteúdos e necessidades do aluno, começa a seleção de equipamento e materiais didáticos que serão necessários para colo-

car em prática todas as atividades que foram definidas no conjunto das ações planejadas. Para Padilha (2000) planejar é o processo racional que deve envolver a previsão de necessidades, empregando recursos materiais para se atingir os objetivos desejados dentro do prazo estabelecido.

Portanto, a parte material também é algo que deve ser considerada na hora de planejar, pois o planejamento deve considerar o que a escola deve disponibilizar em termos de recursos materiais para poder colocar em prática as ações planejadas.

4. OS DESAFIOS E A EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO

Mesmo apresentando-se diante de algumas dificuldades, a ação de planejar sempre fez parte da vida do homem, mesmo antes de existir a prática da escrita, o homem pré-histórico já estruturava mentalmente e colocava em prática suas ações cotidianas. Com o passar do tempo, ele foi desenvolvendo e aprimorando sua racionalidade, e consequentemente, a capacidade de planejar com eficiência foi aumentando, e com o surgimento da escrita, além de mentalizar, o homem passou a registrar por escrito seus planos para poder colocá-los em prática. Logicamente a medida que o homem desenvolve sua racionalidade, melhor ele se planeja. O fato é que quanto mais racionalidade existir nas ações planejadas, mais existem possibilidades de que as metas sejam atingidas. Já que sem dúvida, a razão humana é o fator principal para o desenvolvimento de qualquer ação, seja ela formal ou informal.

O homem, no seu dia a dia, organiza a sua vida pelo planejamento. Planejar é uma necessidade humana e faz parte da sua história; de maneira empírica ou científica, o homem sempre planeja suas ações, isto é, desde o período primitivo o homem planejava suas ações mesmo que de maneira informal; (SOUZA E SANTOS, 2019).

Nessa perspectiva, no processo ensino/aprendizagem o planejamento é de suma importância, pois além dos objetivos a serem alcançados, o professor necessita atender de forma coletiva e particular as necessidades de aprendizagem de cada aluno, e esse é um dos maiores desafios do processo de ensino. Pois, planejar para a diversidade exige do professor, conhecimento, empenho, compromisso e flexibilidade.

Diante da grande diversidade apresentada pelos nossos alunos,

só um bom planejamento mostrará as melhores estratégias para vencer os desafios e possibilitará uma aprendizagem significativa para todos. Além disso o planejamento não só garante a aprendizagem para o aluno, mas também colabora com o trabalho do professor. “Vale ressaltar que a tarefa de planejar não é fácil, porém é a partir dele que encontramos uma saída para alcançar mudanças significativas, que, no contexto escolar, facilitam a ação do professor em todos os níveis e modalidades de ensino”. (CONCEIÇÃO, et al. PG. 2, 2014)

Apesar se ser algo comum, o planejamento escolar não é tarefa simples, primeiramente porque não é algo pronto, acabado. Quando planejamos tomamos decisões importantes, prevemos o que será colocado em prática e como isso acontecerá. Além disso, a execução e os resultados do planejamento devem ser acompanhados passo a passo.

Esse acompanhamento garantirá que as falhas, ações sem sucesso e os pontos negativos sejam repensados. Ou seja, primeiramente planejamos, tomamos decisões, depois colocamos em prática as ações. Durante essa prática deve-se analisar os resultados, para identificar os erros e realizar as devidas correções através de um replanejamento. Isso possibilita avaliar o desempenho do aluno e as falhas na prática do professor.

O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação (LIBÂNEO, 2001)..” (LIBÂNEO, 2001, p. 221).

Assim sendo, é fundamental levar em conta o contexto cultural, econômico, político e social do público que está sendo atendido. As relações culturais, econômicas, políticas e sociais influenciam de forma significativa no processo de ensino aprendizagem. Pois, os envolvidos neste, são pessoas diferentes, caracterizadas por relações diversas. E como já foi mencionado anteriormente planejar para a diversidade exige muito da equipe que tem essa função e do professor. Além de saber exatamente para quem planejar é fundamental saber como atender as necessidades de todos.

À vista disso é essencial a participação da comunidade escolar nos planejamentos da unidade de ensino, pois é através do contato com o todo, que a escola conseguirá traçar o perfil do público que está atendendo e conseqüentemente, colaborará com o plano de ensino de cada professor.

Assim o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade a cada problemática do contexto social. Logo, a escola, os professores e os alunos são integrantes da dinâmica das relações sociais; tudo que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classe, o que significa que os elementos do planejamento escolar – objetivos, conteúdos, métodos – estão cheios de implicações sociais; por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão das nossas opções e ações. (SOUZA; SANTOS, 2019).

Pensar de forma detalhada a organização do planejamento, é relevante para uma gestão de sucesso, seu acompanhamento torna-se mais simples e os resultados mais prósperos. Segundo Souza, o planejamento é um guia para orientar o professor na sua prática escolar, tornando-se indispensável para a qualidade da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, percebemos que a ação de planejar sempre fez parte da vida humana. Desde dos primórdios o ser humano já estruturava, mesmo que de forma mental, suas atividades cotidianas. Ou seja, ele já planejava suas ações. Planejar é algo indispensável para o sucesso de qualquer ação prática.

No processo de ensino escolar não é diferente, o planejamento é indispensável, pois é através dele que o professor poderá visualizar possibilidades práticas para alcançar seus objetivos de ensino diante da diversidade de alunos que se encontram inseridos na escola.

Quando se planeja, busca-se caminhos, soluções, para os possíveis problemas que são encontrados no processo de ensino. Além disso, a prática do planejamento possibilita o diagnóstico de pontos positivos

e negativos na aprendizagem dos alunos e na prática pedagógica. Esse diagnóstico é importante, pois é a partir dele que o profissional consegue avaliar o aluno e sua prática docente, e a partir dessa avaliação, buscar diversificar sua metodologia dia após dia, para atender as necessidades dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Joecléa Silva. SANTOS, Joelma Felix. SOBRINHA, Maria do Carmo Araújo Moura. OLIVEIRA, Aparecida Rocha de Oliveira. **A importância do planejamento no contexto escolar**. Art. Publicado em dezembro de 2016. Disponível em <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/>. Acesso em 03 de agosto de 2022.

FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Currículos e Programas da EPCT**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão Escolar: teoria e prática**. 4. ed. Editora Alternativa, Goiânia, 2001.

PADILHA, Paulo R.: **Planejamento educacional: a visão do Plano Decenal de Educação para Todos 1993-2003**.1998. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

SOUZA, José Clécio Silva de; Santos, Mathéus Conceição. Planejamento escolar: um guia da prática docente. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº15, 6 de agosto de 2019. Disponível em :<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica-docente>. Acesso em 30 do 07 de 2022.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1995.

AS CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA À EDUCAÇÃO

Rosilene Pedro da Silva¹
Miriam Paulo da Silva Oliveira²

Resumo:

O artigo expõe a questão da tecnologia atrelada à educação, bem como as relações estabelecidas com as metodologias ativas no processo educativo, focalizando questões pertinentes ao processo formativo dos/as docentes. Os dados foram obtidos por intermédio de um questionário semiestruturado direcionado a duas professoras de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Vicência-PE. Para a produção da fundamentação teórica, tomamos como referência os conceitos básicos e teóricos de Cortella (2015), Fino (2007), Mattar (2017) e Oliveira (2007). Nas análises buscamos discutir questões inerentes à prática docente na atual conjuntura frente às novas plataformas digitais, visto que, a maioria dos/as professores/as não teve em sua formação inicial esse contato prático com as tecnologias. Portanto nossa pesquisa se caracteriza em pesquisa bibliográfica e de campo, pois há uma participação dos sujeitos, mesmo não estando no chão da escola por intermédio de uma entrevista virtual. No centro dessa discussão é válido salientar a importância da formação docente frente às novas tecnologias que se adentraram no âmbito escolar. Partindo desse princípio, os/as docentes precisam estar preparados/as para essa realidade na qual estamos imersos face às influências do mercado de trabalho que é um fator preponderante para os/as estudantes no desempenho de sua carreira profissional.

Palavras-chave: Educação. Tecnologia. Prática docente.

INTRODUÇÃO

Quando se remete às mudanças sociais e educacionais pelas quais estamos passando é difícil nos apropriarmos desses conceitos básicos e teóricos acerca da tecnologia na educação sem implementação

1 Mestrado em Ciências da Educación -UPAR, PY, Doutoranda pela FICS/ AN-TROPUS. Coordenadora Pedagógica de Anos Finais e EJA em Vicência/ PE, mirampaulo@gmail.com

2 Mestrado em Educação Profissional, Universidade de Pernambuco- UPE, Doutoranda pela FICS/ANTROPUS. Professora da Educação Infantil em Aliança e São Vicete Ferrer/PE, rosilenepalmeiras@hotmail.com

de uma política que priorize a formação docente, pois estamos diante de mudanças significativas no cenário educacional, tornando-se obsoleto vivenciar apenas conceitos e teorias que não contribuem efetivamente para a prática docente. No entanto, mesmo sob o crivo das mais veementes mudanças no âmbito educacional não podemos nos isentar e se tornar uma configuração que compõe o sistema, pois não podemos legitimar nossa função social sem analisar nossa participação tanto na teoria quanto na prática que se faz necessário para abertura de novos espaços de aprendizagem por intermédio das novas tecnologias.

Nossa pesquisa objetivou uma investigação suscita a partir de uma revisão de literatura atrelada a uma pesquisa de campo a respeito da utilização das novas tecnologias no âmbito escolar. Optamos por esse tipo de abordagem por se tratar de sujeitos que se encontram em situações opositoras, pois nem todos/as docentes dominam com propriedade as novas tecnologias. Em contrapartida, lidamos com estudantes nativos digitais que dominam com facilidade essas novas ferramentas. Portanto, nessa metodologia possibilitará uma compreensão diagnóstica da temática pesquisada por se tratar de objeto de um estudo que requer reflexão e um conhecimento dialético entre professores/as e estudantes.

Com o advento das tecnologias 2.0. 3.0 e 4.0 que essa última é onde a escola se encontra no momento, traz desenvolvimento industrial e tecnológico que impacta a escola de sobremaneira que ela tem que se reinventar, passando de um novo paradigma tradicional para imediatamente o tecnológico, do analógico para o mundo digital, e essa diferença de agir, pensar e comunicar as coisas é absurda, pois os nativos digitais já nasceram nesse mundo, e há a geração analógica que ainda estão aprendendo a lidar com esse mundo tecnológico que impactou a sociedade e consequentemente também a escola.

O SURGIMENTO DAS TECNOLOGIAS

As tecnologias surgem muito remotamente, onde os homens da caverna inventaram os primeiros instrumentos para se comunicar, para a sobrevivência, tudo o que temos hoje é fruto de tecnologias, que foram obviamente se aprimorando com o tempo e chegamos a esse patamar atualmente, devido a busca incessante do ser humano em todo o mundo, todas as gerações deixaram legado de tecnologias e informações para outrem. Afinal, de contas todos se beneficiam das tecnologias, mas existe ainda o fator social que impede muitos de ter acesso à tecnologia,

mesmo a mais básica. É o que denominamos de legado da humanidade. Primeiramente, vamos definir o que é tecnologia, e segundo o Mini-dicionário Houaiss e Villar.

(...s.f.) 1. Conjunto dos conhecimentos científicos, dos processos e métodos us. Na criação e utilização de bens e serviços Reunião (t. informação). 2. Técnica ou conjunto de técnicas de um domínio particular (as novas t. cirurgia) e tecnologia de ponta, loc. subst. Aquela que se utiliza de técnicas de última geração. (2009, p. 719).

D No período da Pedra Lascada ou também denominado de matéria prima, os seres humanos eram nômades, isto é, viviam se mudando de um lugar para outro, sobreviviam através da pesca, caça, raízes e frutos e se comunicavam por intermédio de desenhos nas cavernas. Onde eles escreviam, utilizando desenhos para se comunicar, para pegar uma fruta arremessava uma pedra ou outro objeto para obter o que queria. O lápis, o caderno, o livro e outros objetos inventados depois também são tecnologias.

Segundo pesquisas o ser humano foi se desenvolvendo em cada período para alcançar a tecnologia que temos hoje, sendo necessário aperfeiçoar o que se tinha e ir estudando cada vez mais para alcançar uma tecnologia de ponta que hoje o mundo vislumbra e utiliza para a melhoria em todas as áreas da vida da humanidade.

A historicidade se dá mediante cada época na linha da história da humanidade, dependendo onde está localizada em cada país e em seu continente, e ainda existe a divisão da sociedade oriental e ocidental. Portanto, bem complexa, pois além da cultura tem os credos, a religião, o sentimento de identidade e pertencimento dos seres que vivem em cada sociedade, e algumas delas transformam alguma coisa de suas culturas mediados à ciência e à tecnologia.

Após relembrar um pouco do surgimento, vale a pena indagar: por que a tecnologia é tão importante? O que ela tem e influencia no nosso cotidiano? São indagações que a juventude e até os/as adultos/as fazem. No entanto, conhecer sobre tecnologia é tão importante, quanto estudar Matemática, Língua Portuguesa e outras Ciências. Porque hoje é essencial conhecer e saber usar de forma consciente e de forma ética a internet e/ou as TCIs. Estudar através do uso das tecnologias é uma

necessidade e incorporar. Conforme Fino:

A inovação não reside tecnologia propriamente, dita, mas no que ela nos permite fazer com o auxílio. A tecnologia só será ferramenta a partir do momento em que permita fazer inovação pedagógica a partir do momento em que permita fazer coisas diferentes, quando abrir portas para territórios inesperados, que podem muito bem não ter nada a ver, sequer, com o currículo ou com a escola. (2007, p. 17).

A primeira revolução indústria acontece nos anos 40, a partir da Segunda Guerra Mundial, com as descobertas em eletrônica, como o primeiro computador e o transmissor, fonte da microeletrônica, no século XX, porém somente em meados dos anos 70 é que essas tecnologias passaram a se difundir mundialmente e trouxe muitos avanços e também apareceram outros problemas sociais.

Também na década de 40, mais precisamente ocorreu a 2ª Guerra Mundial e com ela surge novos modelos anatômicos e atômicos, inclusive a invenção da bomba atômica que foi um mal desnecessário, por ter sido criada com fins perigosos para a humanidade e ainda hoje vivemos iminente de um dos países guardarem esse tipo de artifício poderosíssimo, que pode por sua vez acabar com a humanidade.

A EDUCAÇÃO TRADICIONAL, OUTRAS CORRENTES E A EDUCAÇÃO 4.0 OU EDUCAÇÃO MAKER

A educação tradicional teve seu ápice por década e décadas, defendida por Comênio, era uma educação com respaldo rígido, teoria e prática bem definidas, no qual o professor detinha o poder de fala e de conhecimento na sala de aula, sempre o professor estava correto e convicto de seus ensinamentos, é considerado o pai da didática. E essa educação passava de professor para professor, os métodos era a exposição oral, estudo dirigido, questionários fechados e abertos, esse último quase que raramente. Sendo assim, a educação tradicional, segundo muitos especialistas em educação está com os dias contados, pois esse novo tempo advindo com a pandemia da COVID-19 desponta uma nova forma de fazer, acontecer a de educação, tanto presencial quanto de forma online, a esse modelo denominamos de ensino híbrido, que são as aulas síncronas e assíncronas. Mas, ainda abordando o ensino tradicional,

Freire denominava esse de ensino bancário, que consistia no ato de depositar o conhecimento na cabeça do estudante. Era uma crítica que ele fazia a esse modelo de abordar o ensino.

A Escola Nova também fez crítica ao modelo tradicional de abordar o ensino e a aprendizagem. Essa abordagem trazia o/a estudante como centro da formação, o/a professor/a ensinava, no entanto, o/a estudante era o centro de todo ensino, isso na década de 1970.

A Escola Humanista também criticava o modelo tradicional, e trazia no seu bojo o foco na questão humanística de como tratar o estudante, ser pensante e ver e criar as melhores condições para que todos pudessem aprender.

A Abordagem Construtivista ou sócio construtivista trazia em sua abordagem com alguns teóricos como Piaget, Vygotsky, Ferreiro e outros/as. Esses/as afirmam em suas teorias que os sujeitos aprendem com interação entre sujeito e objeto do conhecimento. E, Vygotsky ia mais além, afirmava nos seus estudos que a mediação do adulto ou de outra pessoa era muito importante para a aprendizagem, salientava ainda, que a cultura era fundamental para os indivíduos construírem conhecimento histórico e cultural. Essa teoria ia mais além dos muros da escola, abrangia a comunidade escolar e envolvia autonomia dos sujeitos num processo dinâmico de construir conhecimentos e saberes.

Com o advento das tecnologias 2.0. 3.0 e 4.0 que essa última é onde a escola se encontra no momento, traz desenvolvimento industrial e tecnológico que impacta a escola de sobremaneira que ela tem que se reinventar, passando de um novo paradigma tradicional para imediatamente o tecnológico, do analógico para o mundo digital, e essa diferença de agir, pensar e comunicar as coisas é absurda, pois os nativos digitais já nasceram nesse mundo, e há a geração analógica que ainda estão aprendendo a lidar com esse mundo tecnológico que impactou a sociedade e consequentemente também a escola. As informações nesse mundo digital são rápidas e o conhecimento é muito amplo, não dá para acompanhar, pois todo momento acontece e surgem novos estudos e pesquisas sobre diversos temas, para isso a escola precisa se atualizar sempre. Cortella ressalta há diferenças entre conhecimento e informação:

A internet, dentre as mídias contemporâneas, é a mais fantástica e estupenda ferramenta para o acesso à informação; no entanto, transformar informações em conhecimento exige, antes de tudo, critérios de escolha e relação, dado que o

conhecimento (ao contrário da informação) não é cumulativo, mas seletivo. (2015, p. 24).

A escola não é uma ilha cercada isolada, então de 2020 diante de uma nova situação a educação teve que se reinventar para alcançar seus objetivos e sua função social. Mas, nesse período as escolas, os/as docentes e estudantes tiveram que inventar e reinventar uma nova forma de se comunicar, de aprender, e as ferramentas digitais vieram para colaborar nesse tempo difícil da pandemia da COVID-19, e sabemos que mais de 50% dos/as estudantes no Brasil ficaram de fora desse mundo digital, sem oportunidade de participar de aulas assíncronas, é o que demonstram as pesquisas nacionais.

É claro que não se alcançou o que queriam os/as professores/as, mas fizeram o que era possível fazer em todas as modalidades de ensino, na Educação Infantil, na EJA e Anos Iniciais e Finais. Uns com mais intensidade, outros com menos, e um dos motivos foi a falta de acesso à internet. Um fator que foi difícil e injusto, pois a metade dos/as estudantes não tinha acesso, gerando dificuldades no acesso ao conhecimento. De quem é a culpa dos/as estudantes? Dos professores ou professoras? Da gestão escolar? Não queremos com isso procurar culpados/as, mas a partir dessas indagações afirmar que não é possível não pensar e fazer políticas públicas que atendam essas necessidades no cotidiano escolar e também dos/das estudantes, é dever do Estado Brasileiro, através do MEC/FNDE rever as políticas que assistam todos nesse novo modelo de educação que vem propondo o mundo digital e tecnológico. Não dá para ficar parados/as e ver a banda passar, é necessário fazer algo pelos/as estudantes das escolas públicas.

E o que é Educação Maker? O que podemos pensar sobre esse tipo de educação? Não é uma resposta tão simples assim. Mas podemos dizer que é a educação em que o/a estudante vai colocar a mão na massa. Diante disso, podemos destacar que nessa educação o/a estudante e a estudante tem que pensar, propor, ser desafiado o tempo todo para a resolução de situações- problemas nas mais diversas áreas do conhecimento, não é somente em matemática, mas na questão ambiental, na questão do lixo, na questão do preconceito, das questões amplas e também menores, mas que impactam a comunidade onde vive, pensamento artificial ou utilização da inteligência artificial, isso implica dizer que ele/ela vai colocar a mão na massa para se debruçar sobre as problemáticas reais e aliar ao conhecimento produzido na escola, e o professor/a é o/a mediador/a de todo esse processo de ensino e aprendizagem.

Inteligência artificial é um conceito bastante discutido na atualidade, e traz muita novidade para a educação. É uma nomenclatura nova para professores e professoras, gestores/as, então é uma inovação pensar e agir sob a ótica da inteligência artificial, também conhecida pela sigla (IA). Mas, vejamos o que diz os teóricos acerca dessa nova forma de ver e vivenciar a aprendizagem. Para Mattar:

Em projetos para criar máquinas pensantes ou uma IA paralela à nossa, trabalham cientistas de diferentes partes do mundo com formações diversas (Linguística, Psicologia, Filosofia, Ciência da Computação etc.) por meio de programas de computador. A IA Procura produzir comportamentos inteligentes, portanto, é essencial para ela desvelar a natureza da mente humana. Assim, a teoria da IA desenvolveu diversos modelos de nossa capacidade de raciocinar, enxergar, falar etc. (2017, p. 137).

Isso implica dizer que as novas tecnologias corroboram para um novo pensamento, uma nova forma de aprender, de interagir, daquele que se utilizava na lógica clássica, mas oferece uma nova dinâmica de aprender e de interagir com um grande número de fatores que seriam impossíveis de apreender sobre o papel. Então nesse modelo de projeto de educação, que traz a prática do ensino híbrido é necessário dar condições aos docentes e discentes para implementação desse novo modelo para utilização das metodologias ativas, sem formação e as mínimas condições se torna inviável. Esse projeto deve constar na nova reformulação dos projetos políticos pedagógicos.

É uma proposta ousada trazida pelas metodologias ativas, dentro da inteligência artificial que estão imersas no mundo das tecnologias. Esse processo educativo deve desafiar o educando a penetrar em níveis cada vez mais profundo e abrangente do conhecimento que segundo Araújo e Oliveira afirmam que:

Esta concepção de educação libertadora exige dialogicidade, ou seja, a leitura do mundo coletiva. E a partir dela que o nível de percepção dos educandos e as suas visões de mundo são organizadas. A realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando ao educando que a realidade local, exis-

tencial, possui relações com outras dimensões: regionais, nacional, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica que se interpenetram. (2006, p. 71).

Assim, esse processo exige muitos dos educadores e educandos no sentido de estarem sempre em busca de conhecimento e informação para percorrer um longo caminho proposto pelas metodologias ativas, ela também traz consigo a questão da autonomia dos e das estudantes para se tornarem protagonistas no processo de sua própria aprendizagem.

METODOLOGIA

Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa com foco no conteúdo. A metodologia é norteada pela pesquisa bibliográfica e de campo escutando, onde 06 (seis) docentes dos anos finais de uma escola pública de Vicência-PE, onde responderam 02(duas) questões sobre o que pensam sobre o ensino e a educação tecnológica através da mediação pedagógica na atualidade que os/as professores se reinventaram durante o período da pandemia. Conforme Lira:

A pesquisa qualificativa busca a explicação dos fatos e centra-se em números e tabelas, caracterizando-se, portando, pelo emprego da qualificação na coleta de informações por meio de técnicas estatísticas (percentual, médio, desvio-padrão coeficiente de correlação, análise de regressão etc.) (2014, p. 26).

Diante da pesquisa quantitativa, analisamos o ponto de vista dos professores/as através do questionário Google Forms, pelo fato de estarmos em ensino remoto e também com aulas presenciais, que denominamos de ensino híbrido, já que estamos vivendo um momento pandêmico desde 2020. Com o objetivo de buscar uma resposta para um problema do coletivo como pensam sobre as questões da contribuição da tecnologia para a educação diante dos novos desafios que a atualidade nessa sociedade a qual vivemos.

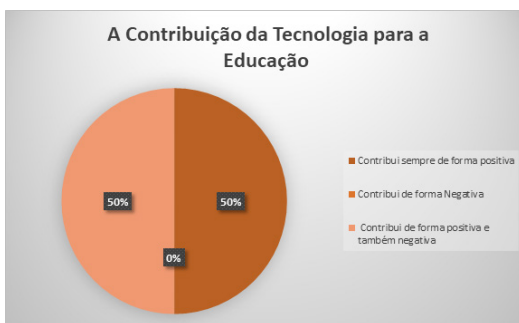
Nesse tipo de pesquisa ação, pelo viés da etnografia, é salutar escutar e ler a escrita do relato dos (as) professores (as), refletir sobre o que eles/as pensam sobre esse tempo de ensino não presencial, na pers-

pectiva dos atores que estão na ação direta e nas relações da contribuição da ciência e da tecnologia para a sociedade. Logo, esse artigo teve enfoque na pesquisa bibliográfica, de campo e na pesquisa ação, pois na área de ciência humana é muito importante esse tipo de abordagem.

ANÁLISE DOS DADOS

Refletimos a partir das repostas dos/as professores/as que responderam com responsabilidade sobre um conteúdo tão pouco discutido no cotidiano, e que cada um tem sua percepção de acordo com as experiências e que se pautam e que vivenciam ao longo da carreira docente. No primeiro gráfico analisamos o seguinte:

Gráfico 1



Diante do gráfico os/as docentes deram as suas respostas e vemos que a 50% concordam com a questão 1 onde eles justificaram. Compreendendo na sua dimensão que as tecnologias contribuem de forma positiva para a educação. É importante esse posicionamento dos professores e professoras, todos afirmam e reconhecem a relevância da tecnologia para a educação. Segundo os/as docentes a tecnologia vem a somar e colaborar com a educação, no sentido das novas ferramentas a serem utilizadas por professores/as e estudantes. Parte ou metade dos/as docentes vê como uma questão positiva e 50% vê como negativa, pois segundo a opinião desse último grupo concordam que muitos utilizam mal a tecnologia, e não para o bem.

A tecnologia existe para o bem da humanidade e esse conhecimento deve ser difundido para todos e todas, pois é um bem comum para todas as pessoas e o acesso não deve ser privilégio, mas sim um direito inviolável.

Na questão 2 veremos também numa tabela com as respostas dos docentes. Onde responderam se a tecnologia contribuiu nesse período vem contribuindo para a mediação pedagógica e quais ferramentas utilizaram mais e suas respectivas justificativas.

Quadro das Respostas dos Docentes	
Professor 1	Sim. A tecnologia contribuiu e muito nesse tempo difícil, vale ressaltar que muitos estudantes não tiveram acesso à internet.
Professor 2	Sim. As ferramentas digitais colaboraram conosco nesse tempo e acredito que deve continuar, mas tem que haver investimento para que todos os estudantes tenham acesso à internet, pois muitos alunos ficaram sem acesso, recebendo blocos de atividades.
Professor 3	Sim. Foi muito importante nesse tempo a tecnologia, ela contribui muito com o fazer pedagógico.
Professor 4	Sim. Foi uma ajuda importante nesse período, sem a tecnologia seria quase impossível a mediação pedagógica, apesar de muitos estudantes não ter acesso à internet.
Professor 5	Sim. Foi de muito valia, pois as ferramentas tecnológicas contribuíram e muito na mediação pedagógica, mas muitos alunos não tiveram acesso à internet.
Professor 6	Sim. Porque conseguimos mediar o processo de ensino através das ferramentas tecnológicas, porém muitos estudantes não tiveram acesso, e então tiveram que receber blocos de atividades.

Analisamos que mais uma vez a coerência e o pensamento crítico dos professores e professoras diante da complexidade que é se reinventar e acreditar na educação, e com mais uma aliada nossa que é as ferramentas tecnológicas em mundo globalizado, a escola teve sim uma função relevante, afirmando que é possível utilizar outras formas que dê mais autonomia aos/as estudantes de forma que ressignifique ao fazer pedagógico, de maneiras que os estudantes sejam os protagonistas dessa evolução na educação. Sabendo que somente iremos romper com a escola conteudista, quando abriremos mãos das velhas práticas e entrar em uma pedagogia que os/as estudantes sejam autônomos, pensem, coloquem a mão na massa, reelaborem, ressignifique os conhecimentos apreendidos na escola e coloquem em prática no seu cotidiano, então a escola estará cumprindo de fato a sua missão e a verdadeira função social a ela conferida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à utilização das novas tecnologias, percebemos que uma temática muito pertinente e, sobretudo atual. Atualmente, a tecnologia já pode ser considerada um componente didático, visto que, possibilita uma prática pautada para alcançar a aprendizagem dos/as estudantes. Enquanto docentes, é necessário que haja uma mudança no que tange à utilização das novas tecnologias, perpassando por conceitos prontos e passando a examinar esse conhecimento na prática, diferindo a teoria da prática. Neste sentido, a troca de experiências, dividindo as possíveis dificuldades em busca de novas alternativas contribuirá positivamente as angústias e os desafios encontrados no âmbito escolar.

É sabido que os/as estudantes são nativos digitais e a maioria dos/as docentes apresenta alguma dificuldade nas metodologias digitais, partindo desse princípio é necessário que os/as docentes busquem se atualizar, objetivando minimizar as possíveis dificuldades encontradas na sala de aula ao utilizar as plataformas digitais. Acreditamos que essa temática precisa ser pesquisada em muitos trabalhos acadêmicos, visto ficou perceptível neste período pandêmico que os/as professores/as não estão preparados/as para dominar as plataformas digitais com propriedade.

Em relação à tecnologia tecnológica constatamos que há muito o que se aprender e pôr em prática, pois é necessário um olhar pedagógico diferenciado, pois estamos lidando com novas abordagens didáticas e como tal precisamos dar uma importância especialmente diferenciada. Logo, é válido ressaltar que nossa pesquisa apresenta um caráter limitado por se tratar de um tema muito amplo e, sobretudo, complexo no que se refere à implementação de políticas públicas que atendam às necessidades dos/as professores/as.

No decorrer desta pesquisa buscamos abordar as novas metodologias digitais às quais os/as professores/as não têm domínio sobre o manuseio delas. Por intermédio das tecnologias novas perspectivas e diferentes abordagens de conhecimento nos são apresentadas o que nos remete a necessidade de estudar e pesquisar meios, formas e componentes que direcionem o fazer pedagógico, tornando-se profissionais qualificados, atualizados, críticos e, sobretudo, capazes de interagir com seus/suas estudantes que são nativos/as digitais.

Desta maneira, tanto os/as estudantes quanto os/as professores/as atuam de maneira profícua, vendo a realidade e transformando-a com o intuito de aprimorá-la para as futuras gerações.

A educação mediada pela tecnologia exerce uma função de suma importância para a formação docente, pois está se formando uma nova visão acerca da teoria e prática no que concerne às plataformas digitais e, posteriormente, à formação dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORTELLA, Mario Sergio. **Não nascemos prontos: Provoações filosóficas** / Mário Sérgio Cortella. 19. ed. – Petrópolis, RJ; Vozes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FINO, C.N. **O Futuro da Escola do Passado**. Souza. J.M. Fino, C.N. (Orgs). A Escola sob Suspeita. Porto: Assa, 2007. Pp.31-44.

HOUAISS. Antônio e Villar, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 3^a ed. Ver. E aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico** / Bruno Carneiro Lira. – Petrópolis, RJ: Vozes 2014.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para jovens do século XXI**. Rio de Janeiro: Novo Milênio, 2007.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. 4^a ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA E DAS TECNOLOGIAS PARA UMA SOCIEDADE INCLUSIVA

Miriam Paulo da Silva Oliveira¹
Rosilene Pedro da Silva²

Resumo:

O presente estudo objetiva adentrar as contribuições da ciência e das tecnologias para uma sociedade inclusiva. Logo a pesquisa se insere num quadro teórico embasado em Gadotti (2009), Kenski (2013). Metodologicamente, apresentamos algumas sugestões de como efetivar na prática as opções oferecidas pelas tecnologias, sobrepondo-se às limitações das famílias no que se refere aos seus aparelhos ao adentrarmos nessa nova prática, evidenciamos a ideia da reinvenção e que não podemos em pleno XXI seguir padrões fechados e sim buscar novas possibilidades. É válido salientar que as tecnologias apresentam diversos recursos e possibilidades que servem para facilitar os processos do âmbito escolar, visto que, são muitas tecnologias para aplicá-las de acordo com cada instituição de ensino. Portanto, essa é a alavanca para se compreender à vivência e manuseio das tecnologias educacionais, compreendendo sua aplicação e funcionalidade e, sobretudo, perceber qual atende com mais precisão a unidade de ensino. Para nossa coleta de dados, através do *Google Forms* entrevistamos 06 (seis) professoras da Ensino Fundamental, anos finais (EF) e buscamos analisar pontos e vista a respeito do conhecimento básico acerca das contribuições da ciência para sociedade, bem como a inserção das tecnologias como sendo um imenso desafio para a prática docente, ancorado nesse viés, percebemos que a necessidade de uma implementação de uma política na nossa sociedade para o âmbito educacional é urgente.

Palavras-chave: Ciência, Sociedade. Tecnologia. Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda um estudo descritivo e exploratório, o

1 Miriam Paulo da Silva Oliveira, Mestrado em Ciências da Educação-UPAP, PY, Doutoranda pela FICS/ANTROPUS, Coordenadora Pedagógica de Anos Finais e EJA em Vicência/ PE, mirampaulo@gmail.com

2 Rosilene Pedro da Silva, Mestrado em Educação Profissional, Universidade de Pernambuco- UPE, Doutoranda pela FICS, Professora da Educação Infantil em Aliança São Vicente Férrer/PE, rosilenepalmeiras@hotmail.com

qual objetivamos enfatizar conceitos básicos acerca da ciência, sociedade e tecnologia no contexto do século XXI. Tendo como ponto de partida um embasamento teórico e uma pesquisa com 5 (cinco) professores/as do Ensino Fundamental- (Anos Iniciais) na cidade de Vicência- PE. É importante ressaltar que tanto as tecnologias quanto a ciência contribui para o desenvolvimento do processo educativo no século XXI, tecendo a familiarização do ambiente, desenvolvimento de certas habilidades com muita destreza e mobilidade.

A interação da sociedade com a ciência e as tecnologias possibilita o desenvolvimento crítico e cognitivo, oportunizando os/as estudantes ao exercício pleno da cidadania. Diante do exposto, salientamos que a educação não pode caminhar solitária, é preciso a participação efetiva tanto da ciência quanto da tecnologia para que se atendam as demandas exigidas pela sociedade e por cada instituição de ensino, adaptando os/as estudantes para uma nova escola com equidade de direitos e deveres. Fica evidente a relevância da utilização das tecnologias educacionais, tornando os/as estudantes mais independentes e críticos. Por outro lado, os recursos tecnológicos utilizados na escola nem sempre alcançam a maioria dos/as estudantes, dificultando desta maneira a aprendizagem neste período pandêmico.

A sociedade é um conjunto de indivíduos que optam por ser regidos por leis, princípios da ética e da moral, não tem como viver de forma pacífica sem ter as mesmas normas, dentro dessa existência da sociedade, citamos quatro autores que abordaram o contrato social para viver em sociedade, então é a partir desse que surge o positivismo.

Através de um questionário pelo Google Forms, entrevistamos 06 (seis) professores/as, abordando a temática enfocada. Posteriormente, analisamos os dados coletados através da entrevista e fazemos um levantamento acerca das concepções dos/as professores/as como agente transformador da sociedade.

O SURGIMENTO DA SOCIEDADE

Primeiramente, vamos pensar e definir o que é sociedade, e segundo o Dicionário Brasileiro Globo, (2000) é, portanto:

(...s.f.) Reunião de pessoas que tem a mesma origem, os mesmos usos e as mesmas leis; estado social; corpo social; agremiação; associação, parceria, participação; que tem costumes, cultura e credo segundo a religiosidade, tem

ideias ou interesses comuns, ainda conjunto de pessoas de uma mesma esfera social. (Dicionário Brasileiro Globo, Fernandes, 2000, p. 352).

No período da Pedra Lascada ou também denominado de matéria prima, os seres humanos eram nômades, isto é, viviam se mudando de um lugar para outro, sobreviviam através da pesca, caça, raízes e frutos e se comunicavam por intermédio de desenhos nas cavernas.

O Período Paleolítico foi marcado pelas condições rústicas em que os homínídeos sobreviviam. Viveram no período da pré-história que se estendeu aproximadamente há mais de 2,5 milhões de anos atrás até 12 mil anos atrás. Os grupos de homínídeos e humanos viviam de maneira nômade e eram coletores e caçadores. Nesse período se registraram as pinturas rupestres, também produziam instrumentos como lanças, lâminas, ponta de flechas e martelos. Foi nesse período que o homem descobriu o fogo, enfim essas foram algumas heranças do homem da caverna para a sociedade de acordo com a arqueologia, ciência que estuda os costumes dos povos antigos.

Segundo o site: <https://www.educabrasil.com.br>, acessado em 23 de maio de 2021, às 20:01 depois desse período, a sociedade foi se desenvolvendo até os dias atuais. A sociedade, onde as pessoas inventaram as primeiras formas de se comunicar e assim foi se desenvolvendo o conceito de sociedade e sua organização que estão ligados literalmente a cultura de cada uma, definindo o modo de viver e de se organizar das pessoas.

A historicidade se dá mediante cada época na linha da história da humanidade, dependendo onde está localizada em cada país e em seu continente, e ainda existe a divisão da sociedade oriental e ocidental. Portanto, bem complexa, pois além da cultura, tem os credos, a religiosidade, o sentimento de identidade e pertencimento dos seres que vivem em cada sociedade, e algumas delas transformam alguma coisa de suas culturas mediados à ciência e à tecnologia.

Após relembrar um pouco da história, vale a pena se indagar: por que estudar a sociologia? O que ela tem em comum com a sociedade? São indagações que a juventude e até os/as adultos/as fazem. No entanto, estudar a sociedade é tão importante, quanto estudar Matemática, Língua Portuguesa e outras Ciências. Estudar a sociedade para compreendê-la, através de tais comportamentos e culturas, Segundo Oliveira:

A Sociologia estuda os fenômenos sociais. Ou seja, as relações que os indivíduos estabele-

cem entre eles e a natureza, gerando normas de comportamento, atitudes, formação de grupos e elaboração de ideias sobre os mesmos grupos. Estes são os objetos de estudo da Sociologia. (2007, p. 17).

Sendo a Sociologia esse estudo tão importante a todos os seres sociais e suas relações, é de suma relevância estudar essa ciência nas escolas, nas universidades, em curso de Especialização e Pós-graduação em Mestrado e/ou Doutorado. É tão importante, quanto qualquer outra, para então, entender de como se comporta a sociedade, as suas relações e os comportamentos da sociedade onde se vive, e assim vivermos em sociedade resguardado a cultura, os princípios e a moralidade, respeitando e tendo tolerância com a diversidade, é isso que torna uma sociedade inclusiva. Também oferecendo a todos e todas as oportunidades de igualdade, fraternidade e justiça social para todos/as.

Ainda, podemos delinear que a sociedade se estrutura a partir de leis, princípios e normas que a norteiam através do Direito Civil e Constitucional que é uma ciência indispensável para a sociedade, para que ela se estabeleça e seja boa para todas as pessoas, respeitando sempre a individualidade, partindo do princípio de que, o direito de um começa, quando o do outro termina, evitando sempre a intolerância que uma sociedade moderna exige, tendo muito mais empatia, compartilhamento, solidariedade seguindo os princípios morais e éticos.

A sociedade é um conjunto de indivíduos que optam por ser regidos por leis, princípios da ética e da moral, não tem como viver de forma pacífica sem ter as mesmas normas, dentro dessa existência da sociedade, citamos quatro autores que abordaram o contrato social para viver em sociedade, então é a partir desse que surge o positivismo, foi um momento em os grandes pensadores escreveram sobre os contratos sociais, tudo que era importante para reger as relações de vivências da sociedade, antes era o Jus naturalismo, eram as leis da natureza que regiam as pessoas e ou o conjunto da sociedade, com o positivismo se deu essa ideia de contrato social, em suas obras foram essenciais para o contrato social, são eles: Jean Jacques Rousseau, que escreveu o livro O contrato Social, que aborda de como esse conjunto de indivíduos podiam viver em vida social. Segundo Thomas Hobbes a importância de um estado forte para controlar as pessoas, leis positivadas, ele é o autor da frase que se não for assim, um homem pode devorar o outro, pois assim dizia ele que o “homem é o lobo do homem”. Já John Locke, que fala as leis sobre propriedade, para que o estado não tome todos os

bens, isso porque, com isso limitou o poder do monarca, e as leis foram criadas para limitar o poder do estado em detrimento das pessoas, é o absentéismo. O último autor é Montesquieu que fala da teoria da tripartição dos poderes, já é um pensamento mais avançado, moderno, onde divide os poderes, em executivo, legislativo e judiciário, para assim reger o conjunto das pessoas e atendendo os anseios desta sociedade moderna.

Com a complexidade na atualidade da convivência em sociedade são criados ordenamentos jurídicos para preservação de direitos, tais como: Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Código de defesa do Direito do Consumidor, Leis para os Crimes Cibernéticos, tudo isso atendendo o que está posto na Constituição de 1988 e o que não está, criam-se as Leis Complementares, chamadas de Emendas Constitucionais. Desta maneira, quanto mais tecnologia mais se busca algum código, leis para proteger os direitos coletivos e individuais, para que todos sejam protegidos em suas singularidades, é assim que se constrói uma sociedade justa e inclusiva.

A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA À SOCIEDADE

A ciência tem contribuído muito ao longo da trajetória da história da sociedade. Desde do período da Pedra Lascada o homem inventava muitas coisas para suprir as necessidades em todos os âmbitos, isso significa intuir que o ser humano está sempre em busca de algo novo. Ele inventou através da ciência muitas coisas para cada necessidade nasce uma ciência, como exemplo, para estudar a sociedade existe a sociologia, estudo do corpo humano a anatomia, para estudo da as relações humanas e a evolução a antropologia, para resolver problemas inventou a matemática, estudo do espaço físico, humano e político, a geografia, estudo dos fósseis a arqueologia, estudo dos astros, a astrologia, estudos e ordenamentos dos direitos civis e políticos é a ciência do direito, estudos das natureza a Ciência, para entender as interrogações do ser humano existe a filosofia, e para compreender a educação, existe a Ciência da Educação, e assim existem outras Ciências que contribuem de forma significativa para compreender esse universo, as pessoas e as relações, colaborando com pesquisas importantes em vários aspectos tão relevantes de uma sociedade que cada dia que passa fica ainda mais complexa, e assim vão aparecendo novos fenômenos que precisam de estudo, pesquisa e análise.

Toda sociedade é permeada por algo que é extremamente impor-

tante que é a cultura. Uma sociedade do passado e a de hoje é resultado de aspectos culturais. E esses aspectos devem ser respeitados e tratados em qualquer espaço onde existem relações com respeito à cultura do outro, a opinião do outro e assim em qualquer questão, o que é verdade para mim, pode ser que não seja para quem está ao meu lado, e essas diferenças são o que nos tornam indivíduos, que deve ser respeitado, assim em um ambiente social e a escola tem função primordial de trabalhar todos os conteúdos de forma que respeite os valores humanos de uma sociedade essencialmente cultural.

Ao pensar na Ciência, lembramos de toda sua trajetória dessa e contribuição para a sociedade. Desde os primórdios até os dias atuais a ciência contribuiu e contribui com a valorização da vida e a permanência dela em todo mundo. Agora, mais do que nunca a ciência nunca foi tão mencionada pelas pessoas do Brasil e do mundo, como pela ciência e sapiência do homem a descoberta da vacina em tão pouco tempo, os países do mundo competitivo começaram a desenvolver em alta performance e em estudo científico avançado e com auxílio da tecnologia que também é uma ciência, que colaborou bastante na eficiência e eficácia de uma vacina em tempo recorde. Mas, como o vírus vem se multando, ainda há muito que se estudar para aperfeiçoar os meios para neutralizar o vírus da COVID-19.

Então, ao longo da vida estudamos a ciência para resolução, sendo que uma contribui com a outra, a Matemática, a Física, a Química e outras contribuem para fazer experimentos de uma vacina por exemplo. Na educação também, precisamos que uma disciplina ou Componente Curricular, que se faça um trabalho interdisciplinar para que se estabeleça uma forma dinâmica do conhecimento que faça sentido para o/a estudante, pois, eles/as têm que comungar esse conhecimento para que os/as aprendentes possam usá-lo de maneira consciente e crítica na sua vivência e experiência do/no cotidiano.

A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA PARA A SOCIEDADE

A sociedade no século XXI está passando por muitas dificuldades, especificamente no âmbito da ciência e da educação, portanto precisamos manter a criação de espaços de discussão teórico-prático sobre políticas educacionais, formação docente e práticas educativas no âmbito da educação pública, de modo que os estudos desenvolvidos se constituam como um instrumento estratégico para subsidiar as redes

de ensino no planejamento educacional e, sobretudo, na formação de políticas públicas. É preciso dialogar sobre a garantia do direito à educação para todos/as, assumindo um lugar fundamental na propagação e na indução de políticas que impulsionem a melhoria da educação diante das incertezas de um contexto desafiador imposto pelas crises pelas quais nosso país está passando. O processo educativo deve desafiar o educando a penetrar em níveis cada vez mais profundos e abrangentes do saber: Araújo e Oliveira afirmam que:

Esta concepção de educação libertadora exige dialogicidade, ou seja, a leitura do mundo coletiva. E a partir dela que o nível de percepção dos educandos e as suas visões de mundo são organizadas. A realidade imediata vai sendo inserida em totalidades mais abrangentes, revelando ao educando que a realidade local, existencial, possui relações com outras dimensões: regionais, nacional, continentais, planetária e em diversas perspectivas: social, política, econômica que se interpenetram. (2006, p. 71).

As novas tecnologias não podem ser descartadas no contexto da sala de aula. Os tablets, os smartphones, a internet, os computadores entre outros recursos tecnológicos e plataformas digitais não podem mais ser encarados como inimigos do processo de ensino e aprendizagem e, sim como fontes potenciais que auxiliam o processo educativo. Portanto, as tecnologias chegaram às salas de aula para ficar, propondo atividades interativas e diferenciadas de maneira que instiguem e motivem os/as estudantes a se tornarem protagonistas em relação à construção do pensamento crítico no que se refere à aprendizagem.

O ambiente tecnológico para muitos/as professores/as tem sido um grande desafio, enquanto que os/as estudantes apresentam uma maior habilidade em interagir com as novas ferramentas tecnológicas, considerando-se nativos digitais. Logo, expandem-se inúmeras possibilidades em interagir com as possibilidades de diálogo entre professores/as e estudantes no processo de aprendizagem. Desta maneira é possível compreender e, sobretudo, descobrir as melhores plataformas para cada modalidade de ensino. Nesta época tecnológica, a pesquisa tem sido uma grande aliada do ensino e aprendizagem, os/as estudantes podem e precisam ser autônomos/as, mediante às necessidades e curiosidade com o intuito de enriquecer e dinamizar as aulas por intermédio das

novas tecnologias.

A função dos/as professores/as neste momento pandêmico é de mediador, orientando e auxiliando os/as estudantes a descobrir as informações reais, comparando diferentes fontes com o intuito de estabelecer um ponto de vista crítico e em conformidade com o desenvolvimento das habilidades tecnológicas. Portanto, é necessário estimular os/as estudantes no que se refere à expressão, suas percepções e, sobretudo, potencializar a realização das atividades.

As Tecnologias da Informação e Comunicação- TICs podem ampliar a realização de inúmeras atividades no cotidiano, especialmente no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem por intermédio de interação entre os/as professores/as e estudantes com o auxílio da tecnologia em diversas plataformas digitais em prol da educação. Cortella ressalta que há divergências entre conhecimento e informação:

A internet, dentre as mídias contemporâneas, é a mais fantástica e estupenda ferramenta para o acesso à informação; no entanto, transformar informações em conhecimento exige, antes de tudo, critérios de escolha e relação, dado que o conhecimento (ao contrário da informação) não é cumulativo, mas seletivo. (2015, p. 24).

A utilização das tecnologias é uma grande aliada para os/as estudantes, já que são considerados nativos digitais, dado que elas têm se tornado uma ferramenta assídua no cotidiano das famílias. Portanto, essa utilização tem proporcionado o desenvolvimento de novas estratégias para o processo de ensino e aprendizagem. Essa experiência com as tecnologias educacionais proporcionam uma vasta experiência de aprendizagem, especialmente para os/as professores/as que apresentaram dificuldades no manuseio dessas novas ferramentas, resultando em maior participação e interesse dos/as estudantes com práticas mais atrativas e motivadoras.

Há muito tempo as novas tecnologias estavam prestes a ingressar nos âmbitos educacionais, diante do momento pandêmico essa inserção apenas se antecipou implementação das tecnologias educacionais se tornou imprescindível, considerando a estrutura e funcionalidade da escola e tornando-se uma grande aliada para os/as professores/as no processo de ensino e aprendizagem. Gadotti ressalta que “o que se propõe na educação integral é integralidade, isto é, um princípio pedagógico, no qual o ensino da língua portuguesa e da matemática não está

separado da educação emocional e da formação da cidadania” (2009, p. 41). Entretanto, esses recursos precisam contemplar às necessidades dos/as estudantes, pois apesar de serem considerados nativos digitais, isto é, têm contato diariamente, eles/as precisam compreender a maneira correta de utilizar esses recursos com muita responsabilidade e, sobretudo, com senso crítico, pois ao falarmos em implementação de tecnologias no âmbito escolar refletirmos especialmente na adaptação do ambiente, atrelando a realidade de cada estudante.

É válido salientar que as tecnologias não se encerram apenas nisto, mas há diversos recursos e possibilidades que servem para adequar a prática pedagógica, facilitando os processos do âmbito escolar, visto que, são muitas tecnologias educacionais para aplicá-las bem de acordo com cada um/a dos estudantes. Portanto, essa é a alavanca para se compreender à vivência e manuseio das tecnologias educacionais, compreendendo sua aplicação e funcionalidade e, sobretudo, perceber qual atende com mais precisão a unidade de ensino.

METODOLOGIA

Essa pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa com foco no discurso do conteúdo. A metodologia é norteada pela pesquisa bibliográfica e de campo escutando 06 (seis) docentes dos anos finais de uma escola pública de Vicência-PE, onde responderam 03(três) questões sobre o que pensam sobre a sociedade atual, a importância da ciência e tecnologia para o avanço e desenvolvimento da sociedade. Conforme Lira:

A pesquisa qualificativa busca a explicação dos fatos e centra-se em números e tabelas, caracterizando-se, portanto, pelo emprego da qualificação na coleta de informações por meio de técnicas estatísticas (percentual, médio, desvio-padrão coeficiente de correlação, análise de regressão etc.) (2014, p. 26).

Diante da pesquisa quantitativa, analisamos o ponto de vista de ...professores/as através do questionário Google Forms, pelo fato de estarmos em ensino remoto, isto é, aulas não presenciais, pois estamos vivendo um momento pandêmico desde 2020. Com o objetivo de buscar uma resposta para um problema do coletivo como pensam sobre as questões de ciência e tecnologia na atualidade na sociedade a qual

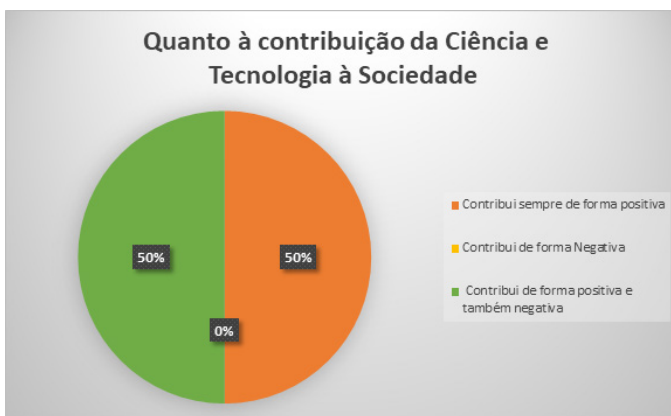
vivemos.

Nesse tipo de pesquisa ação, pelo viés da etnografia, é salutar escutar e ler a escrita do relato dos (as) professores (as), refletir sobre o que eles/as pensam sobre esse tempo de ensino não presencial, na perspectiva dos atores que estão na ação direta e nas relações da contribuição da ciência e da tecnologia para a sociedade. Logo, esse artigo teve enfoque na pesquisa bibliográfica, de campo e na pesquisa ação, pois na área de ciência humana é muito importante esse tipo de abordagem.

ANÁLISE DOS DADOS

Partimos das repostas dos/as professores/as que responderam com responsabilidade sobre um conteúdo tão pouco discutido no cotidiano, e que cada um tem sua percepção de acordo com as vivências, da cultura e dos credos e religiosidade que se pautam e que vivenciam. No primeiro gráfico analisamos o seguinte:

Gráfico 1



Diante do Gráfico os docentes deram as suas repostas e vemos que a 50% concordam com a questão 1 onde eles justificaram. Compreendendo na sua dimensão que a ciência e a tecnologia contribuem de forma positiva com a sociedade. É importante esse posicionamento dos professores e professoras, todos afirmam e reconhecem a relevância da ciência.

Quadro das justificativas dos Docentes

Professor 1	Sim, o avanço da Biotecnologia, na descoberta e tratamento de doenças, incluindo as de origem genética.
Professor 2	A sociedade infelizmente ainda usa a tecnologia de forma errada, muitos usam para outros fins malicioso
Professor 3	Ambas contribuírem das duas maneiras, pois vai depender de seu uso para que for determinada para algo bom ou ruim.
Professor 4	Que a ciência e a tecnologia contribuem muito para a formação do indivíduo.
Professor 5	Por se tratarem de processos que estão intimamente ligados às condições socioeconômica e políticas uma boa parte da população mundial ainda não usufruem dos bens e serviços proporcionados por um deles ou ambos.
Professor 6	A ciência e tecnologia está sempre em busca de melhorias para a sociedade, talvez nem toda possa contribuir positivamente, mas o intuito é de que venha ajudar a humanidade de alguma forma.

Diante dessas justificativas é notável que uma boa parte dos docentes concordam que a ciência e a tecnologia estão a favor do desenvolvimento da sociedade e da vida, é evidente que algumas pessoas utilizam principalmente a tecnologia de forma ofensiva, mas isso não tira o mérito que a tecnologia é boa e contribui significativamente à sociedade.

Essas respostas mostram o nível dos docentes que se posicionam de forma clara, objetiva e crítica, não demonstrando neutralidade, mas arguindo com coerência sobre esse tema tão debatido nos dias atuais.

Na questão 2 veremos também numa tabela as respostas

dos docentes.

Onde responderam se a ciência contribui para o desenvolvimento da sociedade com suas respectivas justificativas.

Quadro das Respostas dos Docentes

Professor 1	Sim, sem a Ciência, permanecemos no achismo.
Professor 2	Sim. Pois com ela conseguimos desenvolver mecanismos para a melhoria da sociedade
Professor 3	Sim. Porque, ela tem como suporte se formar o ser em diversas áreas do conhecimento.
Professor 4	Sim. Pois, trata-se de uma atividade humana que tem contribuído para inúmeras mudanças na sociedade, desde a modernidade até os dias atuais. A título de exemplo, a produção de vacinas contra doenças virais.
Professor 5	Sim. Já que possibilita avanços nos campos da saúde, alimentação, tecnologias, meio ambiente entre outros melhorando a qualidade de vida.
Professor 6	Sim. Pois com ela conseguimos desenvolver mecanismos para a melhoria da sociedade.

Vemos e analisamos que mais uma vez a coerência e o pensamento crítico dos professores e professoras diante da complexidade que é analisar o papel da ciência nas sociedades, podemos assim dizer, pela evolução da sociedade e da ciência e tecnologia. Desta forma, seguimos firmes acreditando na ciência e na tecnologia para consolidar uma sociedade para a inclusão e também justa e igualitária. Portanto, todos devem ter acesso ao poder da ciência e da tecnologia. Pois são conhecimentos que servem a todos e todas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreendemos que a educação no século XXI a sociedade passou por inúmeras transformações em várias se configurou em um trabalho cada vez mais árduo e, sobretudo, contextual. É notório que é incumbência dos/as professores/as o processo de ensinar em quaisquer modalidades que atuem. Quando se trata de educação não podemos esquecer de suas principais aliadas que são as tecnologias e a ciência, essa parceria consolida o processo educativo, abarcando a inclusão tecnológica a maioria dos componentes que formam o ambiente escolar.

No que concerne aos/a estudantes, é válido ressaltar que é necessário investimento financeiro para que tenham acesso à educação, sobrepujando suas reais dificuldades no âmbito das novas tecnologias. Em contrapartida, tanto os/as governadores/as quanto os/as dirigentes municipais, precisam implementar políticas públicas que contemplem os/as estudantes no que se refere ao auxílio tecnológico para a aprendizagem, pois eles/as não podem ser privados/as de seus direitos e as escolas têm essa incumbência e muitos/as não têm sido contemplados/ pela ausência do acesso às novas tecnologias em pleno século XXI.

No que tange a nossa pesquisa percebemos que essa responsabilidade não pode ser direcionada apenas à escola, mas ao Estado. Portanto, para que de fato haja êxito no processo de ensino e aprendizagem, faz-se necessário uma organização partindo do macro para o micro, racionalizando a utilização e, sobretudo, o acesso às novas tecnologias na educação. Desta maneira, a inserção das tecnologias na educação tem sido um grande passo à frente, uma vez que, os recursos tecnológicos se tornaram grandes aliados à educação.

A inacessibilidade de muitos/as estudantes tem se tornado uma grande problemática neste momento de pandemia, logo a atuação dos/as professores/as, da equipe pedagógica, da gestora das escolas buscam conhecer as necessidades dos/as estudantes, dificuldades por intermé-

dio de uma sensibilização e conscientização das famílias a partir dos contextos que a escola tem, objetivando garantir a permanência dos/as estudantes na escola mesma que seja por intermédio dos recursos tecnológicos utilizados.

A adaptação tanto dos/as professores/as quanto dos/as estudantes não foi nada fácil, pois a utilização das novas tecnologias na sala de aula por muito tempo foi considerada uma inimiga da educação. No entanto, atualmente tornou-se imprescindível para que a educação permaneça em cada família com o intuito de manter o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Logo, a mobilidade da educação continua no âmbito de cada família a partir das novas tecnologias como suporte imprescindível para manter a aprendizagem dos/as estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aprimorando-se com Paulo Freire em natureza e cultura. Organização: Patrícia Cristina de Aragão Araújo e Iolanda Carvalho de Oliveira – Recife, PE: Bagaço 2006.

CORTELLA, Mario Sergio. **Não nascemos prontos:** Provocações filosóficas / Mário Sérgio Cortella. 19. ed. – Petrópolis, RJ; Vozes, 2015.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário Brasileiro Globo.** 53ª. Ed; - São Paulo: Globo, 2000.

<https://www.educabrasil.com.br>, **O que é paleolítico?** Brasil e Escola. Acessado em 23 de maio de 2021, às 20:01.

LIRA, Bruno Carneiro. **O passo a passo do trabalho científico** / Bruno Carneiro Lira. – Petrópolis, RJ: Vozes 2014.

LEVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **Sociologia para jovens do século XXI.** Rio de Janeiro: Novo Milênio, 2007.

EDUCAÇÃO COMPARADA I

Josefa Vieira da Cunha Leite
Geilza Vieira da Cunha

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma análise comparativa entre a educação brasileira e Paraguai. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. Ao final deste estudo, pode-se dizer que as inúmeras estruturas da educação aos quais são provenientes em diversos países, se assimilam em muitos pontos a partir do momento em que se tange ao direito e obrigatoriedade. Contudo, pode-se acrescentar ainda que, proporcionar educação é um dever de todo o estado no qual, por mais variante e dessemelhante acaba se assimilando em parâmetros de idade, modalidades de ensino na maioria das vezes havendo ensino básico, médio e superior. Assim, o sucesso de cada estrutura e Ensino se caracteriza e distingue bastante, dependendo das condições financeiras, recursos didáticos apropriados e influências sociais e políticas de cada país.

Palavras-chave: Educação Comparada. Brasil. Paraguai.

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, pode-se dizer que quando se trata de educação, pode-se dizer que esta configura-se como sendo motivo de preocupação periódica, no qual é acometida com maior ou menor intensidade em cada país.

De tal modo, consta-se assinalar ainda que a educação pode-se encontrar como direito estabelecido tanto na constituição quanto em leis características, podendo-se esta discorrer sobre diversos aspectos, podendo-se citar como alguns exemplos: o direito a Educação e, responsabilidades dos pais, valorização do professor, dentre outros.

Além disso, pode-se dizer ainda que em outros países além do Brasil, como por exemplo, o Paraguai, há antevisões em relação a responsabilidade com a Educação no texto constitucional, bem como ain-

da, nas leis infraconstitucionais, com maior ou menor intensidade, em relação à questão da educação, dentro das particularidades de cada país.

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo desenvolver uma análise comparativa entre a educação brasileira e Paraguai.

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: Quais as formas de se trabalhar a questão da educação no Brasil e no Paraguai?

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

No ano de 2015 deu início a elaboração e construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no qual objetiva a edificação e constituição de conteúdos fundamentais a serem estudados por crianças e jovens no período da Educação Básica.

Inicialmente, pode-se dizer que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento no qual possui um caráter normativo no qual determina e estabelece o adjacente orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais no qual todos os alunos necessitam ampliar com o decorrer das etapas e modalidades da Educação Básica, tendo em vista que possam ter certificados e garantidos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em concordância com o que prescreve o Plano Nacional de Educação (PNE).

De acordo com Marquezan e Martins (2017, p. 37):

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Deste modo, o que se almeja é que a BNCC possa auxiliar na superação da fragmentação das políticas educacionais, tentando alcançar ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. De tal modo, para além da garantia de ingresso e continuação e estabilidade na escola, é de suma importância que sistemas, redes e escolas possam assegurar e garantir um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, serviço para o qual a BNCC é ferramenta essencial.

De acordo com Brasil (2013, p. 31):

Ao definir competências, a BNCC reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Deste modo, pode-se dizer que é de suma importância destacar que as competências gerais da BNCC, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BRASIL, 2021).

É importante mencionar de início que desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988 proposta de criação de uma base comum curricular vem sendo especulada, tendo em vista que se encontrava estabelecido no art. 210 da referida Constituição a precisão de se constituir conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum (BRASIL, 1988).

O principal objetivo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é proporcionar a equidade na educação, na medida na qual assegura aos alunos o ingresso e entrada ao mesmo conteúdo nas escolas de todo o país, e, deste modo, reverter a histórica situação de exclusão social.

Assim sendo, a BNCC propende proporcionar igualdade de chances através da significação das aprendizagens essenciais no qual crianças e jovens têm necessidade de desenvolver ano a ano no período da Educação Básica.

No dia 26 de dezembro de 1996, foi sancionada e estabelecida a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394), no qual, determina como a educação no nosso país encontra-se instituída, bem como ainda, os seus sistemas de ensino.

Tendo em vista então, que tal lei, unicamente não determina exclusivamente o entendimento de educação, mas, além disso, onde a mesma se colocará em prática e aludem quem são os responsáveis para que se possa haver a oferta à todos nos quais tem direito dela.

Do mesmo modo, a LDB 9.394 institui no art. 1º que:

A educação pode ser abrangida como sendo os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Ainda de acordo com a LDB 9.394, como mencionado anteriormente, ela determina os princípios nos quais carecem dirigi-la e quem deve ter o comprometimento de assegurá-la aos cidadãos brasileiros, como bem explana o art. 2º no qual trata que é obrigação do Estado e da família proporcionar o acesso à educação (BRASIL, 1996).

Deste modo, pode-se observar a obrigação dos pais ou responsáveis de matricular as crianças no início da educação obrigatória, no qual é estabelecido que se possa dar início a partir dos quatro anos de idade segundo a Emenda Constitucional nº 59 de 2009.

É importante lembrar ainda que para que se possa haver o cumprimento destes dispositivos legais, bem como ainda, a garantia do direito à educação, é de suma importância que se possa ser levado em conta fatores como diversidade, singularidades, além das necessidades dos quais apresentam-se como direitos desses sujeitos (SILVEIRA, 2010).

Deste modo, ainda segundo Silveira (2010) conforme o decreto nº 7.611 de 2011 do Presidente da República nos qual completa no que se refere ao atendimento educacional especializado, a mesma evidencia a precisão e obrigação por parte do Estado brasileiro com todos os cidadãos, apresentam-se as diretrizes nos quais são necessárias para que esse atendimento possa ser dirigido e guiado da melhor maneira possível.

Ainda levando-se em consideração ao decreto nº 7.611 de 2011,

é possível encontrar em seu §1º, que as designadas ocupações educacionais especializados, encontram-se abrangidos como o adjacente de exercícios, recursos de acessibilidade e pedagógicos, estabelecidos e instituídos institucional e continuamente, deparado como: “I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais [...]” (BRASIL, 2011).

Deste modo, pode-se dizer que se deve destacar que o cumprimento do que se encontra deliberado no texto mencionado anteriormente para que se possa acolher de maneira mais apropriada aos educandos com essas necessidades, é de suma importância que se possa assegurar condições objetivas, em se tratando dos aspectos dentro ou fora do ambiente escolar (CURY, 2002).

De modo geral e resumidamente, a educação tanto é dever dos pais como do Estado de proporcionar às nossas crianças e adolescentes, seja, como ou sem necessidades especiais. Contudo, deve-se levar em consideração a importância de um atendimento especializado e de qualidade, assim, esse atendimento depende, além disso, dos serviços nos quais se oferecerão do lado de fora da escola, uma vez que existe uma expressiva colaboração no processo de desenvolvimento dos educandos a partir do momento em que se apresenta parceria com a área da saúde, com a finalidade de trabalhar com as características e distinções de cada um (CURY, 2002).

De acordo com a C.F.88, mais precisamente em seu art. 206, encontra-se estabelecido os princípios básicos do ensino, a exemplo da gratuidade do ensino público, igualdade de condições de ingresso, bem como ainda sua permanência na escola, além da valorização dos profissionais da educação, entre outros.

A educação, pode ser originada e impulsionada através da cooperação e auxílio da sociedade, visto que se encontra pressagiado em se art. 5º, no qual é mencionado sobre o apoio técnico e financeiro às instituições públicas e privadas nos quais não tem por finalidade obter lucros, como à exemplo disso, as Organizações Não Governamentais (ONGs) de maneira a tornar cada vez mais ampla e extensa a oferta do atendimento educacional em nosso país (SILVEIRA, 2010).

Em se tratando de educação especial, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) em seu art. 58, explana a necessidade preferencial dos portadores de necessidades especiais para que se possa obter uma vaga nas redes de ensino regular, e a partir do momento

em que se houver a necessidade de apoio para consentir as indigências destes alunos. de tal modo, caso não seja possível agregar o aluno em classe comum, é de suma importância que o mesmo possa ser encaminhado para outras instituições de ensino regular, ou classes especializadas, tendo em vista as qualidades particulares e características do aluno (SILVEIRA, 2010).

Ainda de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é visto em seu art. 59, que, permanece determinado que o sistema de ensino garantirá currículos, técnicas e recursos levando em consideração as necessidades e a conjuntura dos alunos que apresentem necessidades especiais, rapidez para que se possa findar em menor tempo, o programa escolar para superdotados e professores com especialização apropriada na instituição de ensino, bem como ainda, as vagas no mercado de trabalho e ingresso de modo igual ao benfeitorias de programas sociais disponibilizadas no ensino regular (CURY, 2002).

Assim, este atendimento tem como finalidade a complementação no que se refere a formação do aluno através de serviços, acessibilidade e táticas nos quais possam acabar com os obstáculos e empecilhos, fazendo com que o aluno possa ter um desenvolvimento significativo em sua aprendizagem, bem como ainda uma maior participação na sociedade em que vive.

3. O MODELO EDUCACIONAL PARAGUAIO

O Sistema de Educação, efeito é que se iniciou no ano de 1994, com a implementação da reforma educativa, como prioridade é melhorar a qualidade e a relevância educação e igualdade de oportunidades para todos. A educação paraguaia é legal da Constituição e da Lei Geral de Educação (REAL, 2009).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) regula, organiza e administra o Sistema Educacional Nacional, em coordenação com os departamentos governamentais. Sistema educacional do Paraguai inclui a educação em regime geral, o sistema de ensino tem atenção especial e outras formas de educação também (REAL, 2009).

Na educação o sistema internacional que vão desde educação infantil ao ensino superior, o Ministério da Educação a igreja administra o ensino primário, secundário e superior não-universitário (professor de Educação), o setor oficial e controla as aditividades do setor privado. Em vez disso, o nível superior universidade, tanto públicas como privadas, é autônomo e é dirigido por suas respectivas reitorias

(LAMARRA, 2004).

O Sistema de Educação Formal e Não Formal será orientada no sentido de atingir os seguintes objetivos gerais. Eles foram originalmente desenvolvidos no âmbito do Conselho Consultivo para a Reforma Educacional e sujeito a consulta nacional durante 1992 e 1993. A Educação Paraguaia segundo Lamarra (2004, p. 21), tem como objetivos:

- a) despertar e desenvolver as habilidades dos alunos para atingir a sua plenitude;
- b) Formar uma consciência ética dos estudantes para que tenham seus direitos cívicos e das responsabilidades com dignidade e honestidade;
- c) Para desenvolver os valores que promovam a conservação, proteção e recuperação do meio ambiente e cultura;
- d) Estimular a compreensão do papel da família como unidade fundamental da sociedade, especialmente considerando seus valores, direitos e responsabilidades;
- e) Desenvolver nos alunos a capacidade de aprender e sua atitude de pesquisa e atualização;
- f) Para desenvolver o espírito crítico dos cidadãos, como membros de uma sociedade multicultural e pluriética;
- g) Desenvolver e promover uma democracia participativa, que consiste de solidariedade, respeito mútuo, diálogo, cooperação e assistência social;
- h) Desenvolver nos alunos a capacidade de captar e internalizar os valores humanos básicos e agir em conformidade com eles;
- i) Para criar o espaço adequado e centros do ativismo social, que é projetado como uma experiência de si em suas próprias comunidades;
- j) Proporcionar aos alunos uma formação técnica em resposta às necessidades do trabalho e da evolução das circunstâncias da região e do mundo;
- k) Promover uma atitude positiva dos estudantes, tendo em conta o multilinguismo Paraguai e tendem para a afirmação e desenvolvimento das duas línguas nacionais;

- l) Promover oportunidades para os alunos a aprender a conhecer, apreciar e respeitar seu próprio corpo, e mantê-lo saudável e harmoniosamente desenvolvida;
- m) Orientar os alunos na utilização dos tempos livres e a sua capacidade de brincar e divertir;
- n) Incentivar os alunos a desenvolver a criatividade e o pensamento crítico e reflexivo (CUNHA, 2002).

Embebido nos princípios e valores consagrados na Constituição, na Filosofia e nos Propósitos da Educação e do Paraguai, define as expectativas de Educação permanentemente no Paraguai que irá orientar o processo educativo em diferentes níveis e modalidades (CUNHA, 2002).

A estrutura atual do Sistema Educativo foi ajustada nos anos de 1970-1973, com a finalidade essencial de se adaptar às novas exigências do processo de inovação educacional dentro de uma visão global. O sistema de ensino oferece cursos articulada entre os níveis de ensino primário, secundário e ensino superior. A estrutura do sistema de ensino é resumida da seguinte forma:

Educação Pré-Escolar

Não é obrigatório, inclui: o jardim de infância, creche e educação pré-escolar para crianças até seis anos e visa promover o seu desenvolvimento. O programa de educação pré-escolar é implementado através da ação conjunta dos ministérios: Educação e Cultura, da Saúde Pública e Bem-Estar Social, bem como outras instituições e fundações privadas. Este serviço está mais difundido nas áreas urbanas (CUNHA, 2002).

Educação Básica

É obrigatória e gratuita. Ele tem seis graus e é ensinado para as crianças dos 7-14 anos de idade, esses graus são divididos em dois ciclos: Primeiro ciclo: (1, 2 e 3.), seu currículo está estruturado em três áreas: Comunicação Social e Vida, Natureza, Saúde e do Trabalho e da Matemática. Segundo Ciclo: (4, 5 e 6.), sobre o ciclo anterior aprofunda conhecimentos nestes domínios, com um ensino mais sistemático e de aprendizagem. Um sistema mais regular, para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino primário e para responder à demanda, especialmente nas zonas rurais (CUNHA, 2002).

Aceleração Escolar e Multigrade (multiseriada)

Também é oferecida uma alternativa chamada de Aceleração Escolar, destinada para estudantes que com atraso escolar referente à sua idade. É organizado em três ciclos de estudos envolvendo seis graus, desenvolvido sucessivamente em cada ciclo, o programa de dois graus. Não esquecendo de mencionar o Multigrade ou (multiseriada), onde se reúne crianças de classes diferentes em uma sala de aula, com um professor, sua grade é livre, dando oportunidade às crianças para regularizar seus estudos, em casos excepcionais de doença, problemas familiares, viagens, mudança de endereço, entre outros (AROCENA, 2004).

Educação Especial

Programa começou em 1956, considerando que a educação dos indivíduos excepcionais necessita de assistência técnica e educativa em curso. Oferece oportunidades educacionais para crianças e jovens com deficiências sensoriais, retardo mental, deficiência física, problemas de comunicação e dificuldades de aprendizagem. Seu objetivo é ajudar os estudantes a desenvolverem seu potencial e habilitá-los para a vida ativa. Ofertado em escolas e classes especiais diferenciais incorporados em escolas normais (AROCENA, 2004).

Educação Indígena

O recurso da educação oferecida às populações indígenas, é que os programas estudo são flexíveis e em conformidade com os requisitos de cada viés sócio-cultural, alguns deles com textos didáticos escritos em sua própria língua (AROCENA, 2004).

Ensino Médio

Visa à formação integral da participação ativa do adolescente na vida cívica e econômica do país. É composta por duas fases distintas, o primeiro deles é o Ciclo básico: três anos de conhecimentos gerais e sucursais comuns oferecidos pelo sistema. Tendem a desenvolver o potencial físico e intelectual e cultivar valores morais em adolescentes tornar-se útil e eficaz da sociedade. A segunda fase é o Ensino Médio Diversificado: Esta etapa continua o treinamento, a introdução de componentes de formação, de modo que o aluno pode, no final desta fase, efetuar no local de trabalho ou prosseguir o ensino superior. Trata-se de três anos e tem as seguintes alternativas: Bacharel em Humanística Científica; Bacharel em Negócios; Escola Técnica Industrial de ensino médio (AROCENA, 2004).

O Bacharelado Humanístico-científicos oferece aos alunos uma preparação geral no campo da cultura e da ciência, de modo a fazer uma escolha profissional consciente e responsável para a sua futura carreira superior. Bacharel em negócios permite aos alunos a funcionar como um assistente profissional no comércio, indústria e administração pública. Técnico Industrial Ensino Médio oferece técnica de nível médio que pode ser incorporada no mercado de trabalho, principalmente nas atividades industriais. Técnico Bacharelado, o sistema oferece várias oportunidades de nível pós-escolar, formação profissional, as especialidades básicas e técnicas variadas de ensino. É importante notar que o Ministério da Agricultura e Pecuária oferecida através de suas escolas agrícolas e formação de nível pós-primário práticas rurais, para construir a procura de trabalho no ambiente agrícola (AROCENA, 2004).

Para, além disso, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através ANTELCO - Administração Nacional de Telecomunicações oferece o Bacharelado em Eletrônica Técnico. Ensino Superior: Incluem universitários e não universitários (AROCENA, 2004).

Educação de Jovens E Adultos

O Departamento de Alfabetização e Educação de Adultos no Paraguai, iniciou a suas atividades em 1957, que fizeram planos de ação de educação em conexão com programas de Desenvolvimento Comunitário, foi dito que era da Educação Básica o papel na promoção da educação para as massas da população, abordar a educação de crianças, jovens e adultos (homens e mulheres), que por qualquer motivo não frequentam a escola primária, ou frequentaram a escola por pouco tempo. O programa teve a finalidade imediata da educação de adultos através da formação comitês de bairro, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida comunidade no que se refere: Proteção da saúde, Melhoria da família e da economia da comunidade, Recreação saudável, O ensino de competências básicas, A educação moral e cívica. Participaram na realização dos seus objetivos, os educadores agrônomos, profissionais da saúde, assistentes sociais, professores de Alfabetização, Recreação e Supervisão da Educação Fundamental (LOMBARDO, 2009).

As atividades deste Departamento têm sido levados desde a sua criação para as crianças através de escolas, adolescentes e adultos de ambos os sexos através de clubes sociais, com vista a desenvolvimento econômico e social das comunidades (LOMBARDO, 2009).

3.1 REALIDADE EDUCACIONAL DO PARAGUAI: TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E EVASÃO

Segundo dados da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) na educação infantil estão matriculados/as 151.063 crianças, das quais 99% correspondem à modalidade de ensino composto pelas etapas: Pré-escolar em casa para 79%, jardim de infância e Creche de 18% para 3% das que se inscreveram para esta modalidade (LOMBARDO, 2009).

O nível nacional está matriculado na pré-escola 119.128 crianças, com Central e Alto Paraná os departamentos com o maior número de inscritos/ as, em vez do Alto Paraguai, Ñeembucú boqueirón estão mostrando menor número de alunos matriculados/as. As instituições oficiais de gestão são responsáveis por 78,5% (93.537) do registro Pré-escolar.

Comportamento semelhante ocorre em todos os setores, exceto Boqueron, onde o maior número de matriculados / as se encontram no setor privado subsidiado, 52,5% (62.585) do total de pré-inscrição é nas áreas urbanas, este comportamento indica uma diferença pouco significativa no número de matrículas por região.

Acesso ao pré-escolar, tanto em casa quanto em nível departamental, praticamente existe quase uma igualdade por gênero, com uma pequena maioria em favor dos homens. A taxa de escolarização bruta mostra a capacidade do sistema de ensino inscrever-se na população em idade escolar correspondente ao nível do país a taxa bruta de escolarização para a Pré-escola de educação é de 83% (REAL, 2009).

Nos departamentos de Amambay, Ñeembucú, Itapúa, Boqueron, Central e Paraguarí Canindeyú taxam de escolarização bruta é inferior à média nacional e apenas Alto Paraguai, Assunção, em mais de 100%, isto pode ser devido ao grande número de matriculados / as com idade inferior ou superior a idade oficial estabelecida (LAMARRA, 2004).

A taxa de escolarização líquida é o percentual da população em idades especificadas para cada nível e que está matriculados/as no nível correspondente para idades. Essa taxa mostra que 67% das crianças que se inscreveram para o pré-escolar é idade adequada para esta etapa da educação infantil, ou seja, são cinco anos. Na maioria dos departamentos da taxa de escolarização líquida está acima da média nacional, sendo Boquerón, que tem a menor taxa de matrículas (30%) (LAMARRA, 2004).

O nível nacional, 1% dos alunos como o pré-escolar está acima

da idade da fixado para o estágio, ou seja, eles têm 7 anos ou mais, um comportamento semelhante ocorre em quase todos os departamentos da região oriental. Na Região Oeste, Pres. Hayes (4,5%) e Boqueron (5,8%) são aqueles com taxas elevadas (LAMARRA, 2004).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo, pode-se dizer que as inúmeras estruturas da educação aos quais são provenientes em diversos países, se assimilam em muitos pontos a partir do momento em que se tange ao direito e obrigatoriedade.

Contudo, pode-se acrescentar ainda que, proporcionar educação é um dever de todo o estado no qual, por mais variante e dessemelhante acaba se assimilando em parâmetros de idade, modalidades de ensino na maioria das vezes havendo ensino básico, médio e superior.

Assim, o sucesso de cada estrutura e Ensino se caracteriza e distingue bastante, dependendo das condições financeiras, recursos didáticos apropriados e influências sociais e políticas de cada país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AROCENA, Rodrigo. **Las reformas de la educación superior y los problemas del desarrollo en América Latina**. Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 915 – 936. Especial, out. 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. –

Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade entre o Estado e o setor privado**: problemas e desafios. In: TRINDADE, H.; BLANQUER, J. (orgs.). Os desafios da educação na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 61-93.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação Educacional Brasileira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAMARRA, Norberto. Hacia la convergência de los sistemas de educación superior en América Latina. **Revista Ibero-Americana de Educación**, Madri, n. 35, mayo-ago. 2004.

LOMBARDO, Jorge. **La universidad está dormida, y la sociedad necesita que despierte**. Entrevista a Dr. Luís Alberto Riart, viceministro de Educación. Ultimahora.com. 15, marzo de 2009.

MARQUEZAN, Fernanda Figueira; MARTINS, Michele Wohlmann. **Princípios norteadores da educação infantil**: o que dizem os projetos político-pedagógicos. Educação em Debate, Fortaleza, ano 39, nº 73 - jan./jun. 2017.

REAL, Giselle. **Impactos da expansão da educação superior na mobilidade estudantil**: o eixo Brasil-Paraguai. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 32, 2009, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2009.

SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da Aprendizagem**. Fortaleza: RDS, 2010.

FUNDAMENTOS E PARADIGMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO

Geilza Vieira da Cunha
Josefa Vieira da Cunha Leite

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a educação nos tempos atuais. No que se a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática. O método construtivista é um dos grandes métodos utilizados no Brasil porque é um método que realmente entende os processos de aprendizagem das crianças, visando não só se elas sabem ler e escrever, mas visa com um todo se elas entendem o que leem e escrevem. Muitos são os métodos que surgiram ao passar dos anos, e existem professores que utilizam aquele que acham melhor, mas acho que acima de tudo, temos que pensar em qual deles será o melhor para ensinarmos as nossas crianças, para que sejam adolescentes que tenham prazer em estudar, em aprender, para que no futuro sejam adultos cientes e pensantes, e que acima de tudo tenham tido o prazer de aprender por mérito próprio tendo ciência que precisou de um professor, mas que tudo o que ele aprendeu foi graças ao seu empenho, seu conhecimento próprio.

Palavras-chave: Método Construtivista. Educação. Atualidade.

1. INTRODUÇÃO

Muitos são os métodos de ensino, tradicional, analítico, sintético e o mais revolucionário o construtivista, aonde cada um foca em um sentido diferente.

Muitas escolas e professores ao passar dos anos se baseavam-se no método tradicional, onde as crianças “recebiam” as informações/conhecimentos, faziam exercícios, eram avaliadas e depois passava-se para o próximo conteúdo, fazendo assim o aluno por muitas vezes apenas decorar o que lhe foi passado.

Um dos métodos que surgiram depois de muitos anos é o construtivismo, onde o aluno é visto como um ser pensante e por isso ele aprende. Todo o conhecimento que o aluno traz consigo é aproveitado,

nada é descartado, é tudo muito valioso já que a criança sozinha transformou imagens em conhecimento.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a educação nos tempos atuais.

Deste modo, o desenvolver do presente estudo partiu da seguinte problemática: como se encontra a educação nos tempos atuais?

No que se refere a metodologia empregada neste estudo, pode-se dizer que a mesma se trata de uma revisão bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, e outros trabalhos acadêmicos que tratam desta problemática.

2. MÉTODOS TRADICIONAIS

Antigamente, ensinar a ler e escrever era algo muito restrito, objetivo, onde o professor somente passava seu conhecimento e a criança “aprendia” dessa forma. Se utilizavam cartilhas (métodos prontos) onde a criança era avaliada e muitas vezes independentemente de ter aprendido ou não, se passava para o próximo conteúdo a ser estudado, o que era na época, algo correto, pois a maioria das crianças aprendiam dessa forma.

Nos anos 40 do século XX era considerado letrado e alfabetizado aquele que sabia assinar o seu próprio nome. Muito antes desse método mudar, o professor via seu aluno como uma “folha em branco” aonde todo o seu conhecimento seria passado ao aluno, que tinha como função ser um “receptor” de conhecimento, depois de fazer exercícios o mesmo era avaliado, fazendo assim o aluno muitas vezes apenas decorar o que lhe foi passado (FERREIRO, 2001).

O método tradicional é concentrado no professor que “vigia” seus alunos para ter certeza de que o mesmo está fazendo o que lhe foi designado. Devido ao seu “método” de ensino, o método tradicional é mais conhecido por pedagogos como o “método da decoreba” já que o seu ponto “chave” é a decoração de conteúdo, além do mais o aluno mais decora do que aprende. Por isso muitos alunos acabam esquecendo o que lhe foi passado, pois depois de parar de usar o que foi decorado, pois seu cérebro acaba “apagando” as “informações”.

Esse método além de sobrecarregar o aluno, fazer a aula virar algo maçante, e muitas vezes o aluno não compreender nada do que lhe foi dito. Mas apesar de ser um método maçante, o método tradicional foi seguido há risca durante anos, por professores e escola que visavam na maioria das vezes em ter alunos lendo e escrevendo do que ter alunos

cientes do que liam e entendiam.

O uso do método tradicional foi mantido até o início da década de 80, quando começou a ser divulgada no Brasil as pesquisas de Emília Ferreiro (2001) que é umas das principais figuras ligadas ao Construtivismo junto de Jean Piaget.

2.1 MÉTODOS SINTÉTICO E ANALÍTICO

Os métodos sintético e analítico são dois métodos diferentes um do outro aonde cada um tem seu foco principal em algo completamente diferente do outro, e muitos professores usaram e ainda usam hoje em dia em sala de aula esses métodos, entendemos melhor o foco principal de cada um:

Sintético: Esse método se foca em ensinar a lê letra por letra, agregando pausas entre a leitura, fazendo assim a criança ficar cansada e acaba prejudicando o ritmo e a compreensão da leitura.

Analítico: Já o método analítico tem como foco fazer com que as crianças consigam entender o texto, e a produzi-los, mas também tem como foco ensinar a prestar a atenção no uso correto da pontuação. Estimulando o aluno a expor suas ideias e a sua leitura. É famoso por ajudar a criança no seu desenvolvimento e a organização dos seus pensamentos.

Cada um dos dois métodos citados acima é de grande importância pois como podemos notar, cada um tem seu foco em algo, mas nenhum outro método teve tanto impacto como o método construtivista.

2.2 MÉTODO CONSTRUTIVISTA

O construtivismo foi um estudo que foi iniciado por Jean Piaget e depois Emília Ferreiro deu continuidade há seus estudos, chegando ao Brasil com grande impacto já que o “método tradicional” via seu aluno como um “receptor” que com o passar do tempo aprenderia com os ensinamentos do seu professor, e no construtivismo o aluno já é visto como um ser pensante, já que tudo o que o mesmo trás para a sala de aula, toda a sua bagagem é válida. No construtivismo o aluno não aprende devido a escola, mas sim pela sua própria mente, pelo seu próprio mérito.

Um dos pontos principais é que o aprendiz constrói o seu conhecimento através de experiências vividas por si mesmo, e o professo tem como papel ser um desafiador, um criador de problemas, fazendo assim

o aluno transformar a informação, pensar sobre a mesma e quando conseguir assimilá-las ele terá finalmente entendido e entendendo ele terá aprendido de fato.

Um dos pontos do tradicionalismo que mais marcaram é que se entendia que a criança só sabia ler quando ela aprendia a entender o significado do que ela lia. Mas não é porque as crianças aprenderam a ler, escrever e entender o seu significado do que liam que elas já não sabiam ler.

Muito antes de serem capazes de ler, no sentido convencional do termo, as crianças. Tentam interpretar os diversos textos que encontram ao seu redor (livros, embalagens comerciais, cartazes e rua), títulos (anúncios de televisão, estórias em quadrinhos, etc.) . (EMÍLIA FERREIRO, 2001).

Assim, sendo quebrado a regra de que toda criança é uma “tabua” rasa, onde o professor vai lapidando a mesma. A escola e o professor servem para criar conflitos e fazer a criança entender as suas situações vividas.

2.3 OS QUATROS ESTÁGIOS PARA ALFABETIZAR

Segundo a teoria exposta de Emília Ferreiro (1979, p. 12), todo aluno passa por quatro estágios até estarem de fato alfabetizados:

Pré-silábica: Onde a criança não sabe/ consegue relacionar as letras com os sons reproduzidos;
Silábica: Entende a letra do seu jeito, e agrega valor de sílaba a cada uma; Silábico-alfabética: Consegue misturar lógicas da fase anterior com a identificação de algumas sílabas; Alfabética: Enfim, domina o valor das sílabas e das letras.

Segundo uma dedução de Piaget a criança que utiliza esquemas internos aprende porque não ficam repetindo o que ouvem e sim utilizando seus próprios meios para conseguir aprender. A alfabetização segundo Emília Ferreiro é uma forma de se apropriar das funções sociais da escrita. Por isso os desempenhos desiguais apresentados por crianças de classes sociais diferentes não mostram capacidades diferentes, apenas mostram a quantidade de acesso que as crianças tiveram quando eram menores, nos seus primeiros anos de vida.

3. A EDUCAÇÃO NOS DIAS ATUAIS

Ao analisarmos a história da Educação no Brasil, suas concepções teóricas e desafios, nos descortina uma visão mais profunda, e por consequência, a compreensão da realidade atual.

Em busca de explicações para as atitudes de alunos e professores no cotidiano escolar que acabam por refletir na opinião pública e na sociedade em geral, nota-se um sistema contraditório com políticas que precisam ser revistas e reestruturadas para um ajuste necessário ao momento em que vivemos.

De acordo com Demerval Saviani (2012) que divide as teorias da educação em dois grupos, teoria não-crítica e teoria crítica, sob o ponto de vista da primeira teoria, na qual a escola é vista como um instrumento de correção das distorções sociais, no caso dos jovens que reflete a realidade das escolas na atualidade, há falha, uma vez que, ao invés de "corrigir", a dinâmica escolar acaba acentuando as diferenças sociais, o que converge para a teoria crítica, que aponta acertadamente a escola como dependente da estrutura social, que produz e mantém seus estatutos, normas e práticas no ambiente escolar como espelho dos formatos e padrões sociais, cometendo assim as mesmas injustiças e desmandos, promovendo num ambiente que deveria ser democrático, equitativo, e sobretudo libertador, a limitação, o comodismo e o conformismo.

Dessa forma, a escola reforça o domínio de uma classe em detrimento de outra, legitimando a marginalização. Nas escolas públicas e privadas, o que existe são políticas propositalmente ineficazes, já que alunos que emergem dessa realidade não desenvolvem pensamentos críticos em questões relevantes como a política, e uma das questões elencadas é se os jovens de hoje saberão votar amanhã, se, além de não entenderem a importância e grandeza desse ato, nem se articulam em busca e defesa de seus direitos. Muitas vezes, nem sequer tem consciência de seus deveres mais elementares. Em contrapartida, os docentes pouco colaboram para despertar nos educandos esses valores e ideais, pôr os julgarem incapazes, desmotivados, e até alienados (VASCONCELLOS, 2011).

Porém, outras questões surgem para reflexões, como por exemplo nossa metodologia que parece ultrapassada, não alcançando as necessidades e expectativas dos alunos, a impressão que se tem é de estar na contramão, cada qual com objetivos diferentes.

Em análise às normas e matrizes do sistema educacional, no-

tamos que há uma valorização de conteúdos e não do empírico, e que, ao não acompanhar a evolução dos estudos de conteúdos, o aluno é direcionado para uma "segunda chance", a recuperação, que até pela lógica é insuficiente, sendo apenas para mascarar resultados que contarão em estatísticas. Aprofundando mais as análises, nos deparamos com uma questão primordial - a avaliação e seus métodos. As (falsas) expectativas, as metas, as razões e a forma como avaliamos (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009).

Converter o desempenho de um aluno em número é anular seu aspecto humano e equipará-lo a máquina, a objeto inanimado. Acreditar que o indivíduo desenvolve seus potenciais por meio de conteúdos que não lhe fazem sentido, e por isso não despertam seu interesse, é limitar o processo educacional à mecanismos.

Por essa incoerência, o que temos atualmente é um quadro lastimável, em que submetidos a um sistema inadequado, de um lado docentes se valendo de concessões legais para se ausentarem do trabalho, as vezes sem formação e preparo suficientes para lidar com as diversidades, gerenciar conflitos, e do outro lado, nossos alunos, necessitando de um norte, de razões e motivações para serem melhores e diferentes (FERREIRA; OLIVEIRA, 2009).

Conforme Vasconcellos (2011), a escola deve ser repensada em sua estrutura e função, pois o descrédito de hoje é fruto do desgaste do tempo, da falta de atualização. Talentos são abafados e até perdidos nas escolas todos os dias, simplesmente pela obrigação de se seguir um currículo, um cronograma.

O clima em que se dá a formação de nossos alunos é de total pressão, na qual se buscam notas para compor um boletim, às vezes somente razoáveis para serem documentadas. Na rede pública, normalmente os alunos procuram cumprir protocolos apenas para concluir o mais rápido possível essa fase, como se nunca mais fosse utilizar nada do que viu, fazendo questão de esquecer os conteúdos após as avaliações, ou seja, vivem sem expectativas. Na rede particular, não muito diferente, os alunos buscam cumprir protocolos também, mas para alcançarem patamares mais elevados, condicionados que são a buscar a formação superior sem mesmo refletir sobre ela (SILVA, 2017).

De um lado, os alunos que "não correspondem" na rede pública, por falta de investimento e iniciativa, são muitas vezes envolvidos pela violência na escola e desgraçadamente levados à criminalidade no âmbito social, dado à realidade em que vivem. Do outro lado, os alunos da rede particular que igualmente "não correspondem" por razões diver-

sas, são estimulados com investimentos particulares de suas famílias, para então alcançarem o que se espera deles, sem se atentarem para as causas do baixo rendimento escolar, que as vezes são reflexos de distúrbios dos mais variados, oriundos de carência afetiva.

Dentro dessa reflexão, entra a família, tão importante para a formação humana do jovem, e que podemos notar é quase unânime a reclamação e o sentimento de ausência em suas vidas.

Assuntos da Educação se tratados separadamente dos sociais e humanos recaem no equívoco. O indivíduo é um ser único conforme afirma Demerval Saviani, com suas especificidades e história particular, com suas experiências e sentimentos. Para reestruturar a escola é preciso levar em consideração esse aspecto.

Segundo Souza (2005), cuja linha de pensamento corresponde a não-crítica, a Escola só poderia ser ministrada pelo poder público, por ser a grande igualadora das condições entre os homens, e jamais por entidades particulares que prevalecem as desigualdades sociais.

Ainda sob a reflexão de Souza (2005), a escola ideal é a pública, universal, gratuita e eficiente, onde educar o povo é um dever (dinheiro público) e um interesse (cria e avigora a posse de liberdade). Mas, a escola real, é a escola do faz de conta, que apenas cumpre formalidades dispensáveis.

Demerval Saviani (2012) vai além quando afirma que não é suficiente caracterizar a marginalidade por fenômenos associados ao sentimento de rejeição, sendo marcada principalmente pela inadequação e desajustamento, e que a escola cumprirá seu papel equalizador quando inculcar nos indivíduos o sentimento de aceitação dos demais, não importando as diferenças e respeitando suas individualidades específicas.

Edgar Morin (2011) consolida seus pensamentos sobre a Educação afirmando que no futuro, deverá ser o ensino primeiro e universal, centrado na condição humana, situando o homem no mundo e colocando em evidência a multidimensionalidade e a complexidade humana, integrando as ciências para a conquista da compreensão das interdependências que se multiplicam, e que se tornou crucial para os seres humanos, e que deve ser uma das finalidades da educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, o ensino passou por muitas transformações, e ainda passa hoje em dia, mas nenhuma outra transformação foi tão grande como o método construtivista.

O método construtivista é um dos grandes métodos utilizados no Brasil porque é um método que realmente entende os processos de aprendizagem das crianças, visando não só se elas sabem ler e escrever, mas visa com um todo se elas entendem o que leem e escrevem.

Se preocupa em ter crianças letradas, alfabetizadas e de uma forma que faça o aluno aprender sem desmerecer o seu esforço e seu conhecimento já agregado desde os seus primeiros anos de vida.

Muitos são os métodos que surgiram ao passar dos anos, e existem professores que utilizam aquele que acham melhor, mas acho que acima de tudo, temos que pensar em qual deles será o melhor para ensinarmos as nossas crianças, para que sejam adolescentes que tenham prazer em estudar, em aprender, para que no futuro sejam adultos cientistas e pensantes, e que acima de tudo tenham tido o prazer de aprender por mérito próprio tendo ciência que precisou de um professor, mas que tudo o que ele aprendeu foi graças ao seu empenho, seu conhecimento próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Eliza Bartolozzi, OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Crise da escola e políticas educativas** (Orgs). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **Com todas as letras**. Trad. Maria Zilda da Cunha Lopes. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emilia. **Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño**. México: Siglo XXI, 1979.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. (1944). 11 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2012.

SILVA, Gerson Pindaíba da. A Educação Infantil na Contemporaneidade. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Vol. 01. pp 527-539, Abril de 2017.

SOUZA, A. N. Trajetórias de professores da Educação Profissional. **Pró-posições**, v. 16, n. 3 (48) – set./dez. 2005.

VASCONCELLOS, C. S. **Formação didática do educador contemporâneo: desafios e perspectivas.** In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de Formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, v. 9, p. 33-58, 2011.

TEORIA E PRÁTICA DO CURRÍCULO

Josefa Vieira da Cunha Leite

Geilza Vieira da Cunha

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre as teorias e prática do currículo na prática docente. A aprendizagem da competência, na situação escolar, desenvolve-se por meio de uma representação da situação de trabalho, caracterizada pelas propriedades reais e submetida às intervenções práticas necessárias. Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa. Contudo, pode-se dizer que a escolha do currículo não é um componente neutro, porém encontra-se perpetuado às relações de poder, além disso, conduz visões intencionais, entusiasmando a constituição de identidades individuais e sociais específicas. De tal modo, conclui-se que o currículo não é atemporal, pois o mesmo apresenta uma história atrelada a formas características e eventuais de organização da sociedade e da educação.

Palavras-chave: Currículo. Práticas Pedagógicas. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

Etimologicamente, a palavra currículo tem sua procedência do latim *curriculum*, no qual apresenta-se como definição, pista de corrida. A análise de tal termo pode expedir a compreensão de que currículo constitui uma difícil relação com identidade, tendo em vista que no curso dessa corrida, que é o currículo, revogamos por nos revolver o que somos (SILVA, 2007).

Com base nesse entendimento, é possível afirmar que o currículo vai muito além de conteúdos, processos ou estratégias escolares, tendo em vista que o que de fato importa impacto em relação aos alunos, desencadeando mudanças cumulativas, no qual se despontam, não naquilo no qual o sujeito tem capacidade de fazer em dada situação de aprendizagem, mas o que ele pode fazer como consequência do que aprendeu.

Santomé (1998) alerta que muitas instituições de ensino defendem estruturas curriculares fortemente disciplinares apoiadas na psicologia piagetiana, que ao identificar os quatro estágios do desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, aponta que, a partir dos doze anos, os jovens começam a utilizar conceitos abstratos e formas de raciocínio hipotético-dedutivo, superando, então, a fase anterior, das operações concretas.

Caberia, por conseguinte, aos próprios alunos a responsabilidade de dar significado às aprendizagens.

No entanto, Santomé (1998, p.38):

Utilizando a mesma base teórica piagetiana para sua argumentação, aponta que os indivíduos não assimilam qualquer informação que lhes é oferecida, isto só acontece quando tal informação ou conteúdo estabelece uma ligação com seus interesses e com o seu cabedal de conhecimentos já adquiridos. Somente as questões interessantes e motivadoras, que podem ser problemáticas ou instigantes para o indivíduo, têm a possibilidade de desencadear novas aprendizagens.

No entanto, a formação profissional tem passado a ser discutida de uma forma cartesiana, ou seja, a teoria desvinculada da prática e a prática como decorrência de uma consistente bagagem teórica.

Segundo Schön, esse tipo de formação não possibilita o desenvolvimento de profissionais criativos, no qual possam ser detentores de competências que lhes permitam dar conta das distintas demandas aos quais as práticas lhes conferem.

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo discutir sobre as teorias e prática do currículo na prática docente.

Em se tratando da problemática deste estudo, pode dizer que é a seguinte: como são trabalhadas as teorias e prática do currículo na prática docente?

Entretanto, para que se fosse possível alcançar os objetivos elencados neste estudo, foi empregado a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de livros, revistas, sites de pesquisa acadêmica como Scielo e Google acadêmico, como embasamento e fonte de pesquisa.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DO CURRÍCULO

O campo curricular brasileiro teve sua estrutura através do exemplo curricular americano, por meio de acordo entre os países, principalmente nos campos militares.

Para cada autor o currículo apresenta várias definições diferentes entre elas se destaca a afirmação de Sacristan (2000, p. 14):

O currículo como conjunto de conhecimentos e matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo-nível ou modalidade de ensino- É aceção mais clássica e desenvolvida; o currículo como um programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor; o currículo, também foi entendido, às vezes, como resultados pretendidos de aprendizagem[...].

Já de acordo com Saviani o currículo seria o conjunto de atividades desenvolvidas pela escola, ou seja, o currículo é tudo que a escola faz.

Segundo Moreira e Candau (2008, p. 12):

Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos educativamente por esse motivo, a palavra é usada para qualquer espaço destinado a educar pessoas. Nós, contudo, estamos empregando a palavra currículo apenas para nos referirmos às atividades organizadas por instituições escolares, ou seja, à escola.

No ano de 1549, os Jesuítas trouxeram um conteúdo para o Brasil baseado no Ratio Studiorum que traz consigo o significado, organização e plano de estudos, era um documento utilizado pelos Jesuítas com regras práticas sobre a ação pedagógica, a organização administrativa, entre outros assuntos. Mas mesmo assim o primeiro trabalho pedagógico do Brasil foi de Anchieta, que usou o idioma Tupi para falar com os nativos, já que os colonos já entendiam a língua falada ao longo da Costa Brasileira.

No final do século XIX notavam-se as mudanças para o início do século XX, foi adotado um método conhecido como lições das coisas, era muito intuitivo e era base de ensino principalmente em São Paulo. Esse método tinha como finalidade resolver os problemas de ensino. Ele estava relacionado aos materiais didáticos, aparelhos para suporte de aula, quadros negros, mapas e gravuras. Estes foram disseminados a partir das exposições universais (diversos países participavam com apresentações de materiais de suporte para o ensino).

Com movimento da escola nova (um movimento que defendia a educação ativista, o desenvolvimento da individualidade e da autonomia, destaque que se dava na capacidade do aluno em aplicar os conhecimentos em situações vividas e não apenas na acumulação de conhecimentos. No qual a utilização do método intuitivo ganhou força (ARANHA, 2006).

No período do Estado Novo, em 1937, houve uma preocupação com ensino profissionalizante, assim foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os educadores escolanistas estavam afastados, porém influenciado no pensamento pedagógico nacional, com crescimento do Inep (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, em 1938), a partir desse órgão, os estudos sobre o currículo começam a ser mais efetivos, pois este é o responsável pela revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, que tinham como objetivo discutir problemas educacionais (ARANHA, 2006).

O tecnicismo foi introduzido no Brasil no final de 1960, através de uma influência no pensamento pedagógico, especificamente no currículo, pela PABAE (Programa de Assistência Brasileira - Americana ao Ensino Elementar), criado em 1951, a partir de um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, com fins de melhorar a educação elementar brasileiro (ARANHA, 2006).

Estudar sobre o currículo é de suma importância para o educador, já que o sistema de ensino é construído a partir da organização e finalidades contidas na estrutura curricular.

Tratando-se de currículo o ensino brasileiro pouco avançou no aspecto de necessidades reais da população. Dessa forma, os objetivos contidos no currículo restringem conhecimentos reais sobre o cotidiano e a realidade da mesma.

Na organização curricular os educandos, serão, ou não convidados a participar da elaboração, a refletirem, analisar, a compreenderem, a relacionarem e a construir significados do mesmo. Dessa

forma, os educadores levarão as dificuldades relacionadas á criação e á estruturação curricular o que pede necessidades práticas de constantes avaliações e readequações (MOREIRA; CANDAU, 2008).

Para Dewey (1979), tal é a ordem intelectual que deveriam assumir as aulas, com participação efetiva dos alunos e do professor, este último não como detentor de todo o conhecimento, nem como aprendiz, mas como mediador e orientador da experiência partilhada por todo o grupo. Assim, no método denominado Método de Projetos, a preleção expositiva não seria completamente abolida, mas mantida para oferecer aos alunos as informações, nunca dogmáticas, que eles por si próprios não podem conseguir, mas que são imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades.

Atualmente essas propostas metodológicas têm sido ressignificadas e reinterpretadas, tendo assumido o patamar de uma concepção pedagógica. Trata-se da então denominada pedagogia de projetos que, por conta de sua abordagem filosófica e abrangência conceitual, já se distanciou dos métodos ativos que lhes deram origem. No entanto, os princípios básicos desses métodos ainda são compartilhados, tais como a importância conferida à atividade do aluno, tendo este como protagonista no processo de construção do conhecimento, a vinculação das atividades escolares com o contexto externo e a não-fragmentação do conhecimento SANTOMÉ, 1998).

Para Santomé (1998) atualmente, a delimitação dos campos de conhecimento tornase cada vez mais difícil, o que leva, muitas vezes, a se constituir um novo campo de conhecimento que abranja parcelas e interfaces de um ou mais campos, tal como pode ser verificado na bioquímica, na geofísica, agroquímica, hidrobiologia, psicopedagogia, etnomusicologia etc.

Essa tendência das especialidades mais tradicionais a estabelecer por reagrupamento ou redefinição novas áreas do conhecimento é um fenômeno recente, que tem se intensificado desde 1970. A partir dessa década, a interdisciplinaridade é tratada como uma panaceia epistemológica, capaz de curar todos os males que afligem a consciência científica contemporânea (Ibid, p.46).

3. CONCEITO DE DISCIPLINA SOB O ENFOQUE PEDAGÓGICO

Cabe, nesse momento, esclarecer o sentido do conceito de disciplina que, segundo Santomé (1998) é uma forma de organizar e de-

limitar um campo de trabalho, de concentrar o conteúdo, pesquisas e experiências, dentro de determinado ângulo de visão, oferecendo uma imagem particular da realidade.

Conforme Santomé 1998, p. 128):

No âmbito escolar, a opção por um currículo disciplinar ou integrado influencia efetivamente as posturas assumidas pelos professores que trabalham em uma mesma instituição, bem como os processos de interação na equipe. Uma escola que concebe projetos curriculares baseados na modularização disciplinar acaba por favorecer o isolamento profissional docente, ou seja, cada um dos professores pode optar por planejar e reacomodar suas propostas de atividades aos alunos sem que seja estabelecido algum grau de coordenação com os colegas responsáveis por outras disciplinas, com os quais compartilha consideráveis parcelas temáticas ou objetivos educacionais mais transversais.

Tal postura refratária à interdisciplinaridade é justificada na medida em que todos os professores dos diferentes níveis e modalidades de ensino construíram uma ideia a partir do que vivenciaram em sua passagem pelas instituições de ensino do que significa ser professor em uma estrutura e tradição dominadas pelo forte peso das disciplinas. Portanto, a reprodução de modelos disciplinares é decorrência da própria vivência nos bancos escolares.

Já Lück (2005, p.38) aborda o conceito de disciplina sob o enfoque pedagógico e estabelece correspondência do termo com atividade de ensino ou ensino de uma área da Ciência. No contexto pedagógico, o conhecimento já produzido sobre bases epistemológicas recebe novamente um tratamento analítico, linear e atomizador com o propósito de facilitar a aprendizagem.

Assim, ao ser duplamente atomizado, o conteúdo das disciplinas passa a valer por eles mesmos e não por sua contribuição ao indivíduo no processo de compreensão do mundo, da sua realidade e de posicionamento diante dos problemas vitais e sociais. As disciplinas assim conduzidas de forma isolada não atribuem o devido cuidado ao processo de apropriação crítica e inteligente do conhecimento e mais ainda da sua produção, uma vez que o ensino, de maneira geral, define sua centralidade na reprodução do conhecimento já produzido.

Como consequência, é apontado pela autora o fato de que o ensino deixa de formar cidadãos capazes de participar do processo de elaboração de novas ideias e conceitos, o que considera fundamental para o exercício da cidadania crítica e efetiva participação na sociedade contemporânea.

Outra correspondência estabelecida por Lück com o termo disciplina, ainda sob o enfoque pedagógico, diz respeito à ordem e organização do comportamento. O entendimento de disciplina no contexto escolar diz respeito, em muitos casos, com questões comportamentais. A atenção do aprendiz e a quietude mental são categorizadas como requisitos para apreensão dos conteúdos. Na contrapartida, considera-se aluno indisciplinado aquele que reconhece e questiona as ambiguidades e paradoxos do conhecimento ou que, não encontrando espaço para questionamentos, se desanima em relação ao objeto de estudo e passa a assumir posturas dispersivas.

Nesse caso, o aluno não foi considerado como indivíduo na sua integralidade e sim, tão-somente, em sua dimensão cognitiva, sem contemplar as expressões do domínio afetivo e psicomotor, associadas à atividade, justificando-se, portanto, o elevado caráter de passividade atribuído ao processo de ensino.

Para Fazenda (2006, p.42), a palavra de ordem do momento é interdisciplinaridade na educação. O que leva a equipe escolar a apontar de maneira reprovadora concepções unilaterais de educação. Muitos educadores já falam na mudança, chegam até a vislumbrar um futuro próximo mais integrado no âmbito educacional, porém, conservam na sua prática docente um patriarcado que enquadra, que rotula, que modula, que cerceia, que limita. Poucos são os que vivem a alteridade, porque sabem o quanto é caro o preço pago pela mudança.

No entanto, Fazenda (2006) faz um alerta aos profissionais de educação ao afirmar que um processo de intervenção em qualquer nível de ensino, que não parta do existente, que busque simplesmente uma ruptura com o passado de práticas já consolidadas, que desorganize o que está organizado, que não leve em consideração os conteúdos trabalhados e os projetos desenvolvidos, tende ao insucesso, pois provoca rupturas irreversíveis com o movimento natural da história.

4. SEPARAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO

Quando se trata de educação profissional, a questão da interdis-

ciplinaridade assume aspectos bastante particulares, que extrapolam as relações estabelecidas entre as disciplinas que compõem o currículo, o que Zarafian (2001) denomina de articulação entre conhecimentos e competências. Segundo o autor, é preciso construir mediações entre a situação escolar e a situação de trabalho.

A partir de dois questionamentos, é possível compreender quais as implicações existentes na relação escola e trabalho. Quando se questiona como articular, na aprendizagem dos saberes profissionais, atividade em situação escolar e atividade em situação de trabalho, parte-se do princípio de que é possível aprender coisas semelhantes nas duas situações, mas por vias diferentes e complementares. Por outro lado, quando se questiona como garantir dentro da relação estabelecida com o mundo do trabalho, que o indivíduo que esteja aprendendo seja realmente acompanhado, não fique isolado, deixado por sua própria conta, parte-se do princípio de que a orientação também se faz necessária no processo de aprendizagem dos saberes profissionais (ZARAFIAN, 2001).

Para a construção de mediações entre situação escolar e situação de trabalho é importante compreender que, tanto uma como a outra, são constituídas pelos mesmos elementos que engendram aprendizagens baseadas nas experiências e aprendizagens baseadas na assimilação direta de conceitos.

Ainda é possível afirmar que todas as ações de um campo determinado comportam sempre elementos de orientação, elementos de execução e elementos de controle. Os elementos de orientação dizem respeito à definição do objeto que deve ser atingido, à identificação da situação atual e à definição das estratégias a serem adotadas. Quanto aos elementos de execução é possível citar as ações de transformação efetiva da situação, como decorrência da orientação dada à ação. Já os elementos de controle podem ser categorizados como sendo a verificação da conformidade da execução, em relação ao objeto fixado, tanto no que se refere ao seu processo de desenvolvimento, quanto ao que se refere ao seu produto final (ZARAFIAN, 2001).

Uma ação em situação escolar não foge a esses princípios gerais: estabelece relação com uma atividade prática, na medida em que desencadeia sempre uma transformação, por meio de ações, de um objeto tangível, um produto ou, mais comumente, de um objeto intangível, uma situação ou um conhecimento. Assim, uma atividade, em situação escolar, é prática, no sentido pleno da palavra, da mesma maneira que, na contrapartida, a atividade em situação de trabalho cujo caráter práti-

co não se contesta mobiliza uma orientação intelectual.

Portanto, segundo Zarfian (2001), a separação entre teoria e prática não se equipara a uma separação entre situação escolar e situação de trabalho, mas, antes disso, a separação entre a teoria e a prática configura-se em uma distinção interna em cada uma dessas situações.

Ao fazer referência às situações escolares, Zarfian (2001) ressalta a importância da utilização prática do saber dispensado. Quando a aquisição do conhecimento se dá pela escuta e memorização, a única prática a que o aluno será instado será de repetição, ou seja, de enunciação e de restituição. De onde se conclui que, apropriado dessa forma, o saber mantém-se formal e muito apartado das possibilidades reais de mobilização nas situações profissionais.

É imprescindível, segundo o autor, que os alunos sejam submetidos às práticas que engendram conhecimentos relativos a um saber capaz de orientar uma ação profissional. No desenvolvimento de tais práticas, os conhecimentos profissionais de referência, construídos de maneira formalizada ganham importância. É possível recorrer a eles para extrair as propriedades relativas à situação-problema e a partir delas definir os procedimentos de execução apropriados.

A aprendizagem da competência, na situação escolar, desenvolve-se por meio de uma representação da situação de trabalho, caracterizada pelas propriedades reais e submetida às intervenções práticas necessárias. Os alunos, nessa condição, serão, então, avaliados não somente no que diz respeito à sua capacidade de reproduzir enunciados abstratos, mas, e acima de tudo, por seu domínio de situações-problema, construídas pedagogicamente.

Assim, Zarfian (2001, p. 27) apresenta o que ele próprio denomina de lições relativas à aprendizagem de competência:

Não existe formação escolar profissional de qualidade sem mobilização de verdadeiros saberes profissionais de referência, que serão utilizados para orientar as respostas que os alunos deverão dar a diferentes categorias de situações-problema, que trazem de maneira antecipada para dentro da escola verdadeiras situações de trabalho.

O indivíduo que aprende, aprende pouca coisa caso se limite a imitar. Ele só aprende no momento em que compreende as razões das escolhas que é levado a fazer, com ajuda de um professor orientador.

Situação escolar e situação de trabalho não se confundem. Entretanto, toda a atenção dos projetos pedagógicos deve estar no enriquecimento mútuo, no que diz respeito às categorias de problemas profissionais que o aluno deve ser capaz de resolver.

Kuenzer (in FERRETTI, 1999, p. 128):

Identifica o novo perfil do trabalhador, para todos os setores da economia. Trata-se de um indivíduo com capacidades intelectuais, que lhe permitem adaptar-se à produção flexível. Apresenta capacidade de comunicação por meio do domínio dos códigos e linguagens, resolve problemas práticos utilizando conhecimentos científicos, busca aperfeiçoar-se continuamente, assume posicionamento ético no enfrentamento de situações inusitadas e compromete-se com o trabalho de forma responsável, crítica e criativa.

A formação de profissionais competentes, entendidos como aqueles que sabem fazer bem o que é necessário, almejado e viável no âmbito de sua especialidade, tendo como meta a transformação da realidade em que atuam, encontra respaldo na metodologia embasada na solução de problemas identificados em contextos reais de vida e de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Diretrizes Curriculares é um documento obrigatório para a base escolar e os Parâmetros Curriculares Nacionais, instrumento auxiliar que caracteriza as necessidades da educação básica orientando as escolas no desenvolvimento das propostas pedagógicas.

A escola não deve ser somente usada para cumprir funções ou realizar papéis sociais, mas para difundir e exercitar a capacidade de reflexão, de trabalho não alienado do sujeito na sociedade, para que ele venha desenvolver inteiramente sua personalidade como cidadão, tornando-se mais pensante e crítico para que, possa saber até onde pode ir com suas próprias pernas, sem que seja um simples fantoche nas mãos de uma sociedade manipuladora de direitos.

Contudo, pode-se dizer que a escolha do currículo não é um componente neutro, porém encontra-se perpetuado às relações de po-

der, além disso, conduz visões intencionais, entusiasmando a constituição de identidades individuais e sociais específicas. De tal modo, conclui-se que o currículo não é atemporal, tendo em vista que o mesmo apresenta uma história atrelada a formas características e eventuais de organização da sociedade e da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed. rev e ampl. SP: Moderna, 2006.

DEWEY, John. **Democracia e Educação – Introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1979.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdisciplinaridade**. 11ª ed., Campinas: Papirus, 2006.

MOREIRA, A.F. e CANDAU, V.M. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Potro Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1998. SHOZO, Motoyama (Org.). **Educação técnica e tecnológica em questão. 25 anos do CEETEPS. Uma história vivida**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, CEETEPS, 1998.

SILVA, Tomáz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ZARAFIAN, Philippe. **Objetivo Competência: por uma nova lógica**. São Paulo: Atlas, 2001.

TEORIAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Geilza Vieira da Cunha
Josefa Vieira da Cunha Leite

Resumo:

Este estudo tem como objetivo investigar a utilização das tecnologias, como prática pedagógica em sala de aula. A tecnologia educativa vive também os processos de projeto, de execução e de avaliação, no marco de determinadas perspectivas históricas, sociais e culturais que são importantes em diversos ambientes. Contudo, a tecnologia, quando aplicada à educação, deve ser apropriada a esse ambiente, ou seja, deve ser adequada aos contextos, às situações e aos usuários concretos. Em relação à metodologia empregada neste artigo, pode-se dizer que foi a bibliográfica, utilizando-se de livros, artigos, revistas, e sites de busca acadêmica. Conclui-se que a escola não deve formar os alunos intelectualmente, mas globalmente. Deve-se ter o homem como um todo, formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, pois [...] ou a tecnologia está a serviço do homem, libertando-o, ou está a serviço de alguns, para escravizar outros, ou ainda, estaremos todos condenados a servi-la.

Palavras-chave: Vigotski. Piaget. Sujeito.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o intuito de desenvolver um estudo acerca da utilização das tecnologias, como prática pedagógica, transformando a sala de aula em um espaço prazeroso.

Sabe-se que atualmente no nosso país está cada vez mais difícil o processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a atuação situação no qual se encontra nossas instituições de ensino, falta de recursos, capacitação de professores e o principal, a motivação do aluno em sala de aula.

Com o passar dos anos, o mundo vem se modernizando e a tecnologia vem tomando cada vez mais espaço em nosso cotidiano, seja na nossa vida pessoal, no trabalho, ou até mesmo na escola.

Com isso, o eixo dessa pesquisa visa compreender como tais tecnologias podem tornar a criança mais motivada, como poderá despertar o interesse e o desejo de aprender e quer mais e mais o conhecimento.

A tecnologia se bem empregada em sala de aula pode tornar esse ambiente muito mais prazeroso e divertido para as crianças e adolescentes visto sua forma lúdica de aprendizagem.

Dessa forma, este estudo é de suma importância, pois acarretará benefícios tanto para os professores que poderão ter acesso a um novo método de ensino, que possa ser eficaz e trazer bons resultados em sala de aula, como também, para os próprios alunos que poderão aprender de uma forma mais atualizada, lúdica, divertida e passando a ser mais motivados com o uso da tecnologia em sala de aula.

A tecnologia educativa vive também os processos de projeto, de execução e de avaliação, no marco de determinadas perspectivas históricas, sociais e culturais que são importantes em diversos ambientes, tanto para os entornos presenciais como para os entornos virtuais de aprendizagem.

Contudo, a tecnologia, quando aplicada à educação, deve ser apropriada a esse ambiente, ou seja, deve ser adequada aos contextos, às situações e aos usuários concretos. Da mesma forma, deve também ser pertinente, do ponto de vista sociocultural. Assim, o presente artigo tem a seguinte problemática: Como a utilização das tecnologias, como prática pedagógica, pode transformar sala de aula em um espaço prazeroso?

O uso da tecnologia tem como finalidade aumentar o nível de conhecimento dos alunos, tornando o espaço escolar mais prazeroso e motivacional.

Este estudo tem como objetivo geral investigar a utilização das tecnologias como prática pedagógica, pode transformar sala de aula em um espaço prazeroso. Como objetivos específicos: compreender as dificuldades enfrentadas nas salas de aulas, que impedem os alunos a terem um maior aprendizado; investigar os conceitos relacionados à tecnologia na educação e verificar a utilização das tecnologias, como prática pedagógica.

De tal modo, o interesse da escolha do presente tema se deu com a necessidade de investigar a utilização das tecnologias, como prática pedagógica, para transformar a sala de aula em um espaço prazeroso, no qual pudesse colaborar na aprendizagem da criança, proporcionando a ela uma metodologia de ensino de forma lúdica e atrativa.

A contribuição da pesquisa em se tratando do aspecto social, trará ao alunado um maior motivação e desejo em querer buscar conhecimento e por consequência, uma maior aprendizagem, trabalhando além de tudo a inclusão de todos os alunos por meio da tecnologia.

Busca-se ainda, contribuir para o progresso nas ponderações e controvertes em relação às práticas pedagógicas concretizadas e atin-gidas em torno do ensino-aprendizagem na sala de aula, de tal modo, buscando um diagnóstico das propostas apresentadas e suas ações efe-tivas a esta prática.

2. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Etimologicamente a palavra educação provém do vocabulário latino educar e que significa orientar, nutrir, decidir, levando o indiví-duo de um ponto onde ele se encontra para outra que se deseja alcançar. Entende-se que a educação é uma prática social, que tem como objeti-vos preparar o indivíduo para a participação na sociedade.

Presencia-se a era das armas nucleares, da conquista espacial e dos bebês de proveta (tudo isso em nossa casa pela televisão via satéli-te), e vivemos a era digital, da clonagem, dos hackers, permitindo que a ciência e seus desdobramentos técnicos penetrem a vida cotidiana, desvelando alguns dos mistérios da natureza e criando outros, fazendo com que a religião assuma outras vertentes, às vezes inflexíveis para compreensão do mundo. Aqui paira um grande questionamento: neste mundo qual o papel da escola? Podemos entender que ela deve formar um indivíduo,

[...] na sua qualidade de pessoa humana, mais crítico e consciente para fazer a história do seu tempo com a possibilidade de construir novas tecnologias, fazer uso da crítica e da reflexão sobre a utilização de forma mais precisa e hu-mana, e ter as condições de ter, convivendo com outro, participando da sociedade em que vive transformar essa sociedade a em termos mais justos e humanos. Há momentos de co-nhecimento da tecnologia, e de sua relação com a ciência, da compreensão do binômio tecnoló-gico e progresso e suas repercussões nas rela-ções sociais. (GRINSPUN, 1999, p. 29).

Todos têm direito a conhecer e utilizar a tecnologia, pois ela faz parte da história do homem assim como a escola. A tecnologia não é mercadoria que se compra ou vende. Ela é um saber que se adquire pela educação teórica e prática e principalmente, pela pesquisa tecnológica.

Uma nação só adquirirá capacitação tecnológica se tiver um sistema de educação completo, incluindo ciências teóricas e aplicadas, e quando dispuser de pesquisa e órgãos financiadores das mesmas. (GRINSPUN, 1999, p. 12).

Assim fica visível o papel a ser assumido pela educação tecnológica, quer pela preparação de todo aquele que vive em sociedade em que a tecnologia se estabeleceu quer para formação de pessoal habilitado que a crie, desenvolva e opere (GRINSPUN, 1999, p. 13). Considerando as mudanças da sociedade, em termos de seus valores, costumes e paradigmas, a escola, necessariamente procura mudar seus paradigmas, deixando de ser tradicionalista tecnicista e decorativa.

A escola deve acompanhar as mudanças adequando-se às necessidades de seus alunos e da sociedade, considerando os recursos da mídia audiovisual, enquanto reflexo da rapidez do mundo moderno e eficaz, porque privilegia a imagem, o som, o movimento, além de ser prazerosa e envolvente, atrai os jovens pela mistura de linguagem, assuntos e conteúdos; e ainda expressão e significa o pluralismo das situações diárias, eles se identificam com os meios eletrônicos, pois esses respondem a sua sensibilidade (SAMPAIO; LEITE, 1999, p. 38 – 39).

Esta já constituiu em razão importante para presença das tecnologias dentro da escola, na intenção de formar cidadãos participativos, capazes de compreender e criticar sensivelmente tudo que lhe é exposto pela mídia. Obviamente, diante de um mundo tão prazeroso, interessante, envolvente e cheio de estímulos fica difícil da escola competir utilizando-se de seus métodos e práticas antigas e ultrapassadas.

A persistência em não inovar, em acreditar numa educação tradicional acaba por se constituir em umas das causas de alunos desinteressados, indisciplinados, mal-educados, sem cultura, estressada por ter que ficar de cinco a seis horas ouvindo, monotonamente um professor falar. Não se pode negar que a escola, desde os primórdios, sempre procurou acompanhar a evolução do homem, buscando suprir as necessidades sociais de cada época.

Espera-se, então, que a escola, criada e organizada para servir à era industrial “e reinvente”, a partir do desejo de mudar, de criar, próprio do ser humano, para fixar-se como instituição educacional, neste milênio, pois, o mundo se apresenta para nós como aberto a imensas possibilidades de inovações. O homem tem possibilidades de exercer sua criatividade como jamais antes sonhou. Novos mundos poderão e deverão ser criados pelo homem através da tecnologia. No umbral do milênio, o homem encontra-se em face da perspectiva de poder criar

quase ilimitadamente. Para não se alienar, para não se acomodar e para não perder sua humanidade, para usufruir deste novo horizonte que se descortina, é preciso espírito crítico com relação à própria tecnologia. (GRINSPUN, 1999, p. 121).

A comprovação da necessidade da mudança a partir da inserção da tecnologia na escola pode ser comprovada na própria Lei nº. 9394/96 das diretrizes e Bases da Educação Nacional, por referências explícitas e implícitas sobre tecnologia, tais como: O domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna (art. 35); O incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia (art. 43); A determinação de uma cultura profissional às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia (art. 39). Podemos encontrar, também, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) na área de Ciências Naturais referências sobre a tecnologia, no qual todo um bloco temático é reservado para os Recursos Tecnológicos.

Este bloco temático enfoca as transformações dos recursos materiais e energéticos em produtos necessários à vida humana, aparelhos, máquinas, instrumentos e processos que possibilitam essas transformações e as implicações sociais do desenvolvimento e do uso de tecnologias. (PCN, 1999, p. 54).

Mais adiante, encontramos neste mesmo documento, a justificativa para a existência deste bloco temático, assim apresentada:

Sua presença neste documento decorre da necessidade de formar alunos capacitados para compreender e utilizar recursos tecnológicos, cuja oferta e aplicação se ampliam significativamente na sociedade brasileira e mundial (PCN, 1999, p. 54).

Dessa forma como afirma Grinspun (1999) fica possível perceber a importância de tecnologia na educação seja uma análise teórica, seja uma proposta prática, não há como separar a tecnologia e suas estreitas relações com e na educação ou como enfatiza Grinspun (1999, p. 62):

[...] a educação como instrumento concreto de conhecimento científico e tecnológico e a compreensão das condições de produção deste conhecimento, forma, em vez de consumidores

acríticos da ciência e da tecnologia, cidadãos capazes do exercício da reflexão sobre a prática social e individual cotidiana da vida e do trabalho, articulada com as relações sociais mais amplas.

Um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento de uma Educação Tecnológica é o trabalho com formação da cidadania, que aqui refere-se à preservação dos direitos e ao cumprimento dos deveres do cidadão, tanto para com o outro, como para sua cidade, bairro, país... É lógico concluirmos então, que o cidadão ético desfruta de seus direitos e cumpre seus deveres! Dessa forma, é dever da escola despertar, desenvolver e preservar a ética e a cidadania de seus alunos, estimulando seu raciocínio lógico e crítico, a solidariedade, o respeito, a tolerância, o patriotismo; enfim, valores por vezes esquecidos em nossa sociedade (PIVA JR. 2014, p. 98).

É preciso, contudo, propiciar ao aluno os requisitos básicos para viver numa sociedade em constante transformação, preparando-se para os novos impactos tecnológicos, os novos instrumentos nas produções e relações sociais, para a preservação do meio ambiente, e para a assunção de uma posição politicamente correta, pois se o acesso às tecnologias pode causar ascensão pode também causar discriminação e exclusão no mundo do trabalho e nas relações sociais.

Alguns usuários da tecnologia “sabem” que “ela” existe para ser usada; outros “resistem” ao progresso com radical tecnofobia; por último, existem aqueles que apenas “esquecem” quem deve controlar a situação e se tornam verdadeiras marionetes (GRINSPUN, 1999, p. 138).

Em verdade a base da educação tecnológica está na:

Concepção de uma educação transformadora, progressista, que vai além de uma proposta de ensino na escola para aprofundar-se junto com o projeto político pedagógico dessa instituição que, por certo, nos dias atuais deve integrar as diferentes categorias do saber, fazer, ou do saber – fazer para uma grande categoria do saber – ser (GRINSPUN, 1999, p. 138).

Para que alcancemos estas etapas precisamos estar atentos e acreditar numa educação crítica que dê lugar tanto aos fundamentos básicos teóricos como à prática social que ela caracteriza. Educação é

esse misto de responsabilidade e de muita esperança na possibilidade de transformações na sociedade. (GRINSPUN, 1999, p. 64).

Para que nossas crianças não se tornem marionetes é necessário proporcionar aos alunos melhores condições de participação cultural, política e de reivindicação social. Prepará-los para o domínio dos instrumentos culturais, intelectuais, profissionais e políticos, para assim, formar cidadãos críticos, conscientes de sua realidade e aptos para o mercado de trabalho.

As instituições educativas estão entrando, decisivamente, no mundo da tecnologia e o potencial pedagógico dos meios tecnológicos interativos tem sido confirmado por inúmeros estudos, em todo o mundo, destacando especialmente a motivação dos estudantes que fracassam através do uso de métodos tradicionais, a redução da taxa desse fracasso, o estímulo da cognição, o gosto pela leitura e pela escrita e a adaptação às capacidades individuais, dentre outros (VYGOTSKY, 2001).

Um ambiente educacional multimídia se caracteriza, consoante já verificado, pela variedade de meios e de estratégias metodológicas que contém. O sentido educativo é distinto, o próprio aluno é quem vai construindo sua aprendizagem, assessorado pelo professor, como mediador, e pela tecnologia como instrumento de informação, expressão e criatividade. Pode-se afirmar, portanto, que os meios multimídia, por suas características, facilitam aos docentes a tarefa de atender à diversidade dos alunos.

No âmbito da educação, os avanços tecnológicos, como de resto em todo âmbito educativo, Medeiros e Araújo (2013) observa que os avanços tecnológicos modificam radicalmente os processos de ensino e aprendizagem, com a utilização de novos métodos e estratégias didáticas, aproveitam todas as potencialidades oferecidas por estes, dentre as quais elementos como imagens, interatividade, dinamismo e recursos infinitos, que podem ser utilizados ao máximo.

Acerca do professor, sugere o autor que é necessário que as opções que a tecnologia oferece ampliem o horizonte de possibilidades que tem e permitam ensinar de uma maneira melhor. Desta forma, deve considerar a tecnologia como um suporte ao ensino que possui grandes vantagens diante de outros meios, por seu alto nível de interação, não a vendo apenas como uma ferramenta de apoio, mas sim como aquela transformadora dos meios tradicionais de ensino, porque permite gerar processos mais dinâmicos e agradáveis, graças às suas capacidades gráficas, rapidez em cálculos numéricos e facilidades de manipulação e

dinamismo, dentre outras (VYGOTSKY, 2001).

Ponte comenta que se a informática deve ter um papel importante no enriquecimento do trabalho educativo, é indispensável que se tenha clareza de que espécie de educação se deseja promover e como se pode favorecer tal enfoque educativo. Portanto, é necessário incorporar a tecnologia nos processos de ensino e aprendizagem dentro de um planejamento estruturado, consistente com os diversos elementos do currículo e do trabalho educativo que se desenvolve dentro da sala de aula. Reforça que é fundamental, também, que a tecnologia seja incorporada somente quando se mostre mais eficaz ou mais eficiente que outros meios.

2.1 A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS, COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

O professor precisa ser alfabetizado tecnologicamente, para que, adquira uma visão crítica e um domínio autônomo em relação às tecnologias já existentes e aquelas presentes na sociedade, no sentido de também dominar e promover entre os alunos o domínio das tecnologias que fazem cada vez mais parte do cotidiano. (SAMPAIO E LEITE, 1999).

A tecnologia está mudando tão rápido, a competição global está forçando uma dramática redução nos tempos decorridos entre o surgimento de uma inovação, sua entrada no mercado, eliminando a oportunidade do sujeito compreender e acompanhar as novas tecnologias da informática e da comunicação. Atualmente, uma das soluções para a globalização dos mercados, são as associações.

Portanto, segundo Behar (2013), o conceito chave desta nova era é a colaboração/cooperação entre os sujeitos e a comunicação virtual, eliminando distâncias, aproximando as pessoas e aumentando a produtividade através de métodos cooperativos de trabalho virtual. Essa nova realidade redefine o perfil do sujeito deste fim de século.

É preciso formar profissionais que aprendam de forma não convencional e que saibam trabalhar cooperativamente para gerar soluções inovadoras e competitivas. O ensino convencional não tem dado condições aos sujeitos de se prepararem no tempo adequado a todas essas transformações. Mas a educação ainda está associada com treinamento, baseado fisicamente em instituições, restrito a cronogramas pré-definidos de cursos.

Essa estrutura implica em deslocamento de aprendizes e de professores, o que torna difícil, tanto o educando, quanto o educador, de

manter-se constantemente atualizado em relação às novas informações que acarretam novas relações e a geração contínua de conhecimentos.

Diante desse contexto, como a educação responde - ou deve responder - ao desafio de preparar o homem para este novo mundo onde a cooperação substitui a competição e o presencial é substituído pelo virtual, como modelos básicos nas relações entre os sujeitos e a aprendizagem? Esta é uma das questões para pensar em um novo modelo de formação/atualização profissional do indivíduo da nova era.

A escola, neste sentido, cabe forjar o novo sujeito que será capaz de participar ativa e criativamente deste processo, além de criticá-lo e refiná-lo com mais propriedade e conhecimento. Para tal, a educação precisa se reorganizar para incluir em seu processo educativo uma pedagogia integrada, metodologias contextualizadas, técnicas desafiantes e recursos criativos que permitam um novo paradigma educacional e relacional.

Mas os tempos mudaram, a realidade que hoje nos apresenta é outra e, começam a existir novas formas de analfabetismo, como o tecnológico, por exemplo, com isso reafirma-se, portanto, a importância de se utilizar os recursos tecnológicos dentro da educação, a necessidade de uma alfabetização tecnológica tanto por parte dos profissionais da educação para que saibam utilizar recursos tecnológicos, no processo de ensino, como por parte dos alunos que precisam dela para poder participarem efetivamente da sociedade. De nada adianta colocar computadores dentro da escola se não houver profissionais preparados para utilizá-los com os educandos.

O contato que os alunos terão com essas tecnologias na escola e diferenciará daquele que os meios de comunicação e a vida diária proporcionam. Será um contato orientado por um professor capaz de analisar criticamente essas tecnologias, criar situações e experiências a partir da realidade do aluno (hoje povoada pelas tecnologias), para, construindo e praticando novas propostas pedagógicas, auxiliá-lo na construção de conhecimento com vistas atuar nessa realidade de maneira crítica e criativa. (SAMPAIO; LEITE, 1999, p. 120).

Os cenários sociais, tecnológico, político e econômico têm sofrido grandes mudanças neste final de século promovendo o surgimento de novas atividades profissionais, ao mesmo tempo em que outras desaparecem ou são transformadas.

O crescimento exponencial do volume de informação, a geração de novos produtos, o advento de novas teorias ou a nova aplicação de teorias já largamente conhecidas, tem acarretado constantes reavalia-

ções do processo educacional.

As crianças, da atualidade, nascem e crescem sobre os signos das novas tecnologias, assim, o que para nós é novidade, para eles faz parte do cotidiano, em casa, nos bancos, nos joguinhos. Entretanto, não podem ser consideradas nesta situação somente coisas boas, pois em uma sociedade tão desigual, infelizmente, nem todos tem acesso a ela, ao contrário, o que vemos reforçar é uma minoria detentora dessa tecnologia e uma maioria discriminada e afastada do acesso a ela.

O problema em se ter uma maioria sem acesso a tecnologia se agrava ainda mais quando percebemos que tudo conspira para que nos tornemos cada vez mais dependentes da tecnologia. Com certeza, não há como retroceder. Fazemos parte da sociedade informática, onde as informações são transmitidas em abundância e rapidez, novas profissões surgem a cada momento. Em consequência, ao lado das grandes mudanças (sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.), provocadas pelas novas invenções tecnológicas sentindo a necessidade que o homem tem de aprender a lidar com essas tecnologias, a se adaptar a elas e ser capaz de, convivendo com elas, construir e adquirir conhecimento para que sejam capazes de compreender, manejar e relacionar-se com elas.

É preciso destacar, entretanto que o uso dos recursos tecnológicos na educação, não deve apresentar-se apenas como máquinas altamente desenvolvidas, que facilitam em grande parte o trabalho educacional principalmente o burocrático, mas é necessário que aconteça uma mudança de paradigmas com relação às práticas pedagógicas, caso contrário não será novidade a substituição da máquina de escrever pelo computador.

É preciso ter claro que os recursos tecnológicos,

[...] se usados com inteligência, espírito crítico e orientação, tem grande potencial para contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento da criança porque propiciam habilidades mentais diferentes das desenvolvidas pela leitura e escrita (SAMPAIO; LEITE, 1999, p. 64).

Assim, o computador e toda essa tecnologia devem ser utilizados como meio e não como fim do processo de ensino-aprendizagem. Eles devem ser mais uma ferramenta que ajudará o aluno a construir seu futuro. (PIVA, 2014, p. 143).

É preciso compreender a necessidade de um aprendizado contí-

nuo e que como afirma Schaff (1993) à educação permanente deveria ser um dever social como é hoje a escola obrigatória.

Frente a todas essas exigências e necessidades imaginamos que o indivíduo deva ser educado para viver este “futuro – presente”, de modo a fazer com que sua sociedade faça uso da tecnologia como um bem a serviço do progresso cidadão e do desenvolvimento democrático, sem se esquecer do caráter humanístico que envolve as relações entre as instituições entre os indivíduos (GRINSPUN, 1999).

Tais preocupações se refletem na forma de organizar o processo educacional, em termos de sua compreensão entendimento em meios ao desenvolvimento tecnológico.

Na atualidade é necessário que ela busque formas de inserção e participação mais efetiva sem desconsiderar questões relativas à educação não formal, entendida como aquela que acontece fora de ambientes escolares, seja através dos meios de comunicação de massa, seja de forma mais difusa no mundo do trabalho, no lazer, no lar e nas associações de cunho religioso ou comunitário como se pode perceber neste tipo de educação a tecnologia tem se infiltrado sem maiores resistência, ao contrário, é buscada, procurada e com toda certeza é a responsável pela promoção de grandes modificações no modo de ser, pensar e agir das pessoas. No entanto notamos que,

A escola, como instituição social especializada em educação, ainda não absorveu ou absorve lentamente, as tecnologias eletrônicas de comunicação e, deste modo, mudanças sociais (sem falar nas cognitivas), importantes, há muito ocorridas em outras esferas, começa agora a repercutir no campo da educação. (BELLONI, 2001, p. 17).

O professor sozinho não será capaz de resolver o problema, ele necessita de auxílio. Professores, escola, comunidade e alunos têm que trabalhar juntos na construção de uma alfabetização tecnológica que busque uma verdadeira democratização, em termos de acesso aos conhecimentos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando este trabalho, pode-se concluir que estamos em meio a uma grande mudança na educação, onde os professores podem motivar mais seus alunos através da informática educativa, deixando para trás velhas metodologias e aceitando a necessidade e importância da tecnologia para a educação. Para isso, será necessário que se comece a produzir mudanças e aceitar a informática educativa como facilitado-

ra do processo ensino-aprendizagem.

Essa mudança precisa ocorrer na formação dos professores para que se sintam mais seguros e preparados para enfrentarem tantas informações ao mesmo tempo. O professor sabe da necessidade e da importância da tecnologia para a educação, mas infelizmente ainda não descobriu como fazer para que ela se torne parte do processo de ensino e de aprendizagem, deixando assim de ser apenas uma forma de “descontrair a aula”. O professor não sabe ao certo quando, como e porque utilizar um recurso tecnológico, ou seja, sente-se perdido, em meio a um turbilhão de informações e inovações. Muitas vezes isso acontece, não por falta de interesse por parte deles, mas por se sentirem.

Não há dúvidas, aos professores, que os recursos tecnológicos se bem utilizados são excelentes para o processo de ensino e de aprendizagem, entretanto lhes falta alfabetização tecnológica. A alfabetização tecnológica deve ser um fator de trabalho e comunicação que aumente os limites de possibilidades na vida, auxiliando na formação de uma concepção própria de mundo através da interação com a informação e o conhecimento; formando um sujeito ativo e criador de cultura, enfim um meio de expressão e libertação.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96 em vários momentos faz alusão à Educação Tecnológica, entretanto esta não é a única condição para que faça parte do cotidiano escolar. Para que a educação tecnológica realmente aconteça é necessário que os educadores criem condições para interferir nestas transformações, na medida em que são responsáveis pelo futuro, pois:

Desta forma, percebe-se que a escola deve se adaptar, se abrir para o mundo, integrando seu ensino à tecnologia, deve explorá-la como instrumento indispensável de trabalho, fazendo parte do currículo escolar. O professor deve utilizar a tecnologia como instrumento pedagógico e objeto de estudo melhorando a qualidade do ensino e permitindo uma leitura crítica da tecnologia atual, mas para isso é preciso à formação de uma nova pedagogia, de novas formas de ensinar. Sendo responsável pelo ensino e sua qualidade o professor deve saber ler e manusear os aparelhos tecnológicos existentes na escola e na sociedade para que ensine seus alunos e dominá-los e interpretá-los. Desta forma:

Deve fazer parte também da formação de professores o desenvolvimento da necessidade, do compromisso com a educação, com o aluno e com seu trabalho; o pensamento crítico, a capacidade de análise crítica da realidade (de sua escola, de sua comunidade e do mundo) e a iniciativa de intervenção transformadora nesta realidade. Assim, o

professor alfabetizado tecnologicamente deve ser um profissional que eduque de acordo com a realidade do aluno. Pois se a tecnologia faz parte de sua vida fora da escola, deve também fazer parte dela dentro da escola, visando permitir-lhe uma participação social mais ativa.

Entretanto deve-se pensar que dessa forma o professor precisa entender que a tecnologia deve ajudar a construir no aluno uma maneira crítica de pensar, encarar o mundo e aprender a lidar com estas com estas como ferramentas de trabalho. E sendo assim, é fundamental não perder de vista que o papel primordial da tecnologia é servir ao homem. Então percebemos que a escola não deve formar os alunos intelectualmente, mas globalmente. Deve-se ter o homem como um todo, formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, pois ou a tecnologia está a serviço do homem, libertando-o, ou está a serviço de alguns, para escravizar outros, ou ainda, estaremos todos condenados a servi-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHAR, P. A. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BELLONI, Maria Luiza. Tecnologia e formação de professores: rumo a uma Pedagogia pós-moderna? In: **Revista Educação e Sociedade**, a. XIX, dez./2008, p. 74-79.

CONTE, Elaine; MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. **As Tecnologias na Educação**: uma questão somente técnica? *Educ. Real.*, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1191-1207, Dec. 2015.

FEITOSA, Douglas et al. Um estudo sobre o uso de tecnologias de informação no processo de ensino e aprendizagem. **Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Lisboa, v. 13, n. 4, p. 30-42, dez. 2014.

FERREIRA, M. J. M. A. **Novas tecnologias na sala de aula**. 2014. 121 páginas. Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares). Universidade Estadual da Paraíba. Sousa-PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6325/1/PDF%20-%20Maria%20Jos%-C3%A9%20Morais%20Abrantes%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 21 de nov. 2021.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **Educação Tecnológica**. In: GRINSPUN, Mírian Paura Sabrisa Zippin (org.). Educação Tecnológica: desafios e perspectivas. São Paulo, Ed. Cortez, p. 34. 1999.

LOPES, Priscila Malaquias Alves; MELO, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e. **O uso das tecnologias digitais em educação: seguindo um fenômeno em construção**. Psicol. educ., São Paulo, n. 38, p. 49-61, jun. 2014.

MEDEIROS, A. P. A.; ARAÚJO, S. K. **O uso de Ferramentas Tecnológicas na Sala de Aula**. XX EGEORN – Encontro estadual de Geografia. 2013.

MORAN, José Manoel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2014. 174 p.

PIVA JÚNIOR, Dilermano. **Sala de aula digital**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SAMPAIO, Marisa Narcizo; LEITE, Lígja Silva. **Alfabetização Tecnológica do Professor**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, 110p.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**. São Paulo, Unesp-Brasiliense, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICA INTERDISCIPLINAR: A ESCOLA COMO MEDIADORA NA CONSCIENTIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO ECOLOGICAMENTE SUSTENTÁVEL

Maria Eliene da Silva Rocha

Resumo:

O presente artigo mostra que a crise ambiental é causada pela ação humana devido ao uso exacerbado dos recursos naturais. Por meio da educação ambiental e estudos motivadores, participativos e conscientizantes através das escolas, podem-se criar paradigmas que possam minimizar os impactos causados pela intervenção inadequada do homem no meio ambiente. Sendo assim o objetivo deste artigo é conscientizar os educadores da importância de trabalhar a educação ambiental de forma interdisciplinar, integrando a temática em todas as disciplinas, facilitando uma maior possibilidade de entendimento aos educandos, para que esses através desse conhecimento, possam promover ações ambientalistas que sejam benéficas a todos os seres vivos do planeta terra.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Interdisciplinar. Meio Ambiente.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo promover reflexões sobre os fundamentos da educação para o desenvolvimento sustentável, olhando para o modelo pelo qual essas relações influenciam e precisam ser ainda mais influenciadas pelos processos educativos. Percebe-se que é necessária uma mudança geral no comportamento da sociedade. Porém, a questão ambiental trata do conjunto de temáticas relativas não só à proteção de vida no planeta, mas também à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades (BRASIL, 2001). Com isso, sabe-se que os sistemas vivos possuem praticamente infinita capacidade de auto - relação, o que lhes permite resistir e se adaptar as grandes variações ambientais, não conseguindo neutralizar os grandes impactos ambientais provocados pelo homem. Esses impactos são decorrentes da percepção inadequada em relação ao meio ambiente, haja vista que durante séculos houve predomínio de que os recursos ambientais seriam

inesgotáveis, e que a natureza depósito estará sempre ao nosso dispor. Hoje, percebe-se que não é bem assim, essa ideia ficou no passado, porém o presente pede urgência em cuidar e preservar do que ainda nos resta.

Assim, a educação ambiental, necessita de estratégias responsáveis para conscientizar os indivíduos de sua responsabilidade com o meio ambiente. As Conferências nacionais e Internacionais sobre Educação Ambiental orientam e recomendam que a EA não seja praticada somente nas escolas, mas que resgate e torne consciente toda a população mundial, que esses, são valores que precisam ser praticados por toda uma vida, pois não se tratam de assuntos relacionados ao atual momento, mas que vem acenando a longa data, e precisa ser repensado a cada dia de forma consciente atendendo as necessidades do presente sem prejudicar o futuro.

Os fatores que ameaçam o meio ambiente e comprometem a qualidade de vida são frutos de desrespeito e ignorância do ser humano, devido á percepção inadequada sobre o uso dos recursos naturais, e a desobediência às normas que tentam garantir a preservação dos ecossistemas. No entanto, os impactos ambientais gerados em consequência da relação não simbiótica do homem com a natureza requer novas atitudes, diante dos atos e comportamentos em relação ao meio ambiente. A educação ambiental é um processo pelo qual deve ocorrer desenvolvimento educacional e progressivo, de um senso de preocupação com o meio ambiente (DIAS, 1998). O ponto primordial para gerar mudanças nas escolas é a introdução de projetos ambientais capazes de se manterem tanto em termos de atividades práticas, quanto em buscar informações atuais a respeito da temática ambiental. Fazem-se necessários projetos de pesquisas que venham abranger a questão ambiental em relação ao ensino e o meio ambiente, conscientizando todos os envolvidos.

1. Consciência ambiental: importância do papel da educação para o desenvolvimento sustentável

Para que ocorra melhoria no meio ambiente é preciso ação em todos os aspectos da sociedade, onde se deve focalizar em uma educação para a construção do mundo ecologicamente equilibrado, o que requer responsabilidade individual e coletiva (SOUZA, 2007). Nesse caso a escola exerce um papel fundamental para formar cidadãos conscientes em preservar o meio ambiente.

Educar para a cidadania é uma das estratégias encontradas para

articulação entre projetos individuais e coletivos que visão a melhoria e mudanças de percepção ambiental. MACHADO (2000) afirma que:

“Educar para a cidadania significa promover os indivíduos de instrumentos para a plena realização desta participação motivada e competente desta simbiose entre interesses pessoais e sociais, desta disposição para sentir em si as dores do mundo.”

Percebe-se que o mundo está vivendo um momento especial de cuidados no que se refere ao meio ambiente. Todas as atenções estão voltadas para o desmatamento, incêndios florestais, mudanças climáticas, efeito estufa, camada de ozônio, enfim, tudo o que atinge direta ou indiretamente a biodiversidade do planeta. Sendo assim, é importante ressaltar que o homem está modificando o meio ambiente e neste momento deve buscar desenvolver a consciência e a sensibilização ambiental para o desenvolvimento de atitudes e condutas que favoreçam a preservação do ambiente. Assim é possível melhorar a percepção do nível das intervenções, quando se verifica que o ritmo natural dos fluxos no ambiente foi mudado, em função de necessidades humanas (BRASIL, 1998). Nesse sentido CARVALHO (2005) afirma que é direito de todo cidadão ter um ambiente sadio e é dever de todos preservá-lo. De modo geral para evitar a degradação ambiental serão necessárias medidas alternativas, conscientização do ser humano para a questão ambiental, afim de que se tenha um ambiente sustentável. Para tanto, cada indivíduo precisa estar consciente que a vida e a manutenção dependem de suas ações. A educação ambiental é um componente legalmente essencial e permanente da educação nacional, tendo por função o desenvolvimento e melhoria das questões ambientais (BRASIL, 2001). Ela surge dentro do contexto da utilização de forma inadequada dos bens coletivos da terra. Contudo é conceituada sob diversos pontos de vista. Para Dias (1998) a educação ambiental é conceituada como: “O processo que deve objetivar a formação de cidadãos, cujos conhecimentos acerca do ambiente biofísico e seus problemas associados possam alertá-los e habilitá-los a resolver seus problemas”. Dessa forma os autores acima citados ainda delimitam o conceito da Educação ambiental na formação de cidadãos em torno do ambiente biofísico e seus problemas. No entanto, focaliza a atenção para os graves problemas promovidos pela ação humana, devendo o homem como ser crítico e consciente, adquirir o respeito pelo meio ambiente e as relações inerentes à nature-

za. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001): “(...) a educação ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque implicam mudanças profundas e nada inócuas, a Educação Ambiental leva a mudança de comportamento pessoal e a atitude de cidadania, que podem ter fortes consequências sociais (BRASIL, 2001). Percebe-se que é nosso dever enquanto povo da terra declarar compromisso e responsabilidade uns com os outros e com a grande comunidade viva das gerações futuras, porque somos uma nação com destinos comuns. Dessa forma implica numa grande mudança do ser humano onde deve ocorrer uma grande viagem de cada indivíduo no seu universo interior e no universo que o cerca. Assim para corresponder a um processo educativo contínuo se faz necessário que, os indivíduos entendam a importância e os problemas voltados a natureza, com o intuito de buscar soluções através de processos educativos nas questões ambientais.

A educação ambiental é um dos eixos fundamentais para impulsionar os processos de prevenção da deterioração ambiental. É importante ressaltar que o papel da escola em relação ao meio ambiente não é apenas promover pequenos projetos, mas, de utilizar novos métodos propondo mudanças que visem a conscientização dos educandos em relação a reeducação aos cuidados de preservação do meio ambiente. Para que essa conscientização possa acontecer de forma positiva é necessário que a escola em sua missão como principal lugar de aprendizagem permanente possa trabalhar a questão ambiental estabelecendo uma intercomunicação com as disciplinas de forma interdisciplinar a fim de enriquecer a aprendizagem aos educandos. Portanto entende-se que a interdisciplinaridade é a efetiva interação de duas ou mais disciplinas integradas, diante da necessidade de compreender e apontar caminhos para a solução. Essa interação tende a contribuir para o avanço das fronteiras do conhecimento. Nesse propósito é fundamental trabalhar a educação ambiental de forma interdisciplinar, que segundo Plicas e Fertoni (2009) é a busca do equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, que como ferramenta da educação tem que desenvolver ligações com todas as disciplinas, em caráter interdisciplinar, como previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Freire (1996) defende a necessidade de pensar sobre o sistema educacional, buscando diretrizes e métodos que respondem à problemática nacional. É importante lembrar que uma instituição educativa tem por função aperfeiçoar a atividade instrutiva e informativa e comprometer com o processo avaliativo, ou seja, exercer o seu papel diante da

sociedade. Partindo desse pressuposto percebe-se que só haverá mudanças nesse processo de tratamento com as escolas públicas, quando os educadores perceberem qual é o seu papel educacional e romperem a resistência do comodismo que afeta todo o sistema ensino aprendizagem dos educandos em relação à temática ambiental. A abordagem das questões ambientais nas escolas merece ser destacadas a fim de que seja possível formar cidadãos críticos e conscientes com a responsabilidade de cuidar do planeta em que vive.

2. Integração sustentável entre homem e a natureza

A educação compreendida como prática social tende a auxiliar a sociedade na busca por desenvolvimento embasado no exercício da sustentabilidade. Assim, a educação tem sido entusiasmada a desenvolver novas práticas, que leve ao desenvolvimento com maior precisão, do conhecimento humano tendo em vista, a importância de se propor um modelo de educação voltada a um novo direcionamento do mundo não tão somente para o século XXI, mas, para a vida. De acordo com Freire (2006) “não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio”, desta forma, a educação ambiental não deve fazer parte de um vazio, deve ser questionadora e atuante na busca constante por um entendimento das relações entre homem, natureza e sociedade.

Para Almeida (2002):

A noção de sustentabilidade pode ser melhor entendida quando atribuímos um sentido amplo à palavra “sobrevivência”. O desafio da sobrevivência - luta pela vida - sempre dominou o ser humano. Inicialmente, no enfrentamento dos elementos naturais; e, mais tarde, sobretudo agora no século XXI, no enfrentamento das conseqüências trazidas pelo imenso poder de transformação desses elementos acumulado pelo homem. (Almeida, 2002, p. 28).

Pode-se afirmar que, a educação ambiental é importantíssima para além do que o pensamento comum a avalia. Porém, é no contexto da vivência da sociedade que ela precisa ser estudada, fazendo interação entre homem x natureza, já que a mesma, não é composta de forma isolada por seres isolados e sim por uma cadeia de relações interdependentes entre os elementos da natureza.

Para Guimarães (1995):

A educação ambiental vem sendo definida como eminentemente interdisciplinar orientada para a resolução de problemas sociais. É participativa, comunitária, criativa e valoriza a ação. É uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania. É transformadora de valores e atitudes através da construção de novos hábitos e conhecimentos, criadora de uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano\sociedade\natureza objetivando o equilíbrio local e global, como forma de obtenção da melhoria da qualidade de todos os níveis de vida.

Percebe-se que as práticas sociais neste cenário marcado pela degradação ambiental envolve total integração de sentido no requisito Educação Ambiental. Observa-se por este ângulo, que a questão ambiental se apresenta como uma das importantes propostas envolvendo sobre tudo atores do setor educacional.

Para Cortella: “Esse mundo que desejamos, de uma vida coletiva feliz, não é fantasioso, ele pode ter algo fantasiado, que é imaginado, aquilo que somos capazes de projetar como deseja de futuro que nos faça crescer. (Cortella, p. 24).” Porém, tudo isso será possível e realizável, basta que queiramos viver com qualidade de vida em um mundo melhor. Já que esse cuidado consegue mesmo, com o outro e para com o meio ambiente, deve ser zelado sempre, despertando em nós um dos princípios mais refinados ao longo da existência humana. Enquanto seguimos com essa busca por conscientização da construção de um mundo melhor, cada ser humano é convidado, no âmbito da sua existência, a analisar seu comportamento que de forma consciente ou inconscientemente, possa estar provocando algum tipo de impacto negativo ao meio ambiente.

Partindo dessa concepção, ensinar as práticas de cuidado e proteção ecológica, torna-se um dos papéis mais importantes para a educação no momento, para que os educandos possam ser cidadãos conscientes dos cuidados que devemos ter com a natureza.

Na perspectiva de Esteves (1998):

Observa que a educação ambiental deve se dirigir às pessoas de todas as idades e níveis so-

ciais, e que deve ser garantida pelos respectivos setores de educação formal e informal. No âmbito da educação formal, a educação ambiental deve abranger os diversos níveis de escolaridade, desde o pré-escolar até ao universitário.

Assim, a educação é posta como a mais importante ferramenta para os caminhos a serem trilhados a fim de atingir o desenvolvimento sustentável do mundo. O modelo econômico atual deve ser estruturado de forma a garantir e suprimir no mínimo o básico á sobrevivência de todos os indivíduos da espécie humana. Caso não se tenha essa garantia, há uma urgente necessidade de se refletir sobre a forma de consumo e a tendência desse modelo econômico frente aos limitados recursos naturais.

Porém, para que o desenvolvimento possa ser considerado sustentável e de sucesso, é preciso que haja reconhecimento, valorização dos trabalhos para em seguida desenvolver as potencialidades tanto naturais quanto humanas, e ainda locais, regionais para então migrar para a global, bem como, respeitar as diversidades culturais, étnicas e religiosas de cada povo, se fazendo saber que a educação por si só não resolverá todos os problemas ambientais tão pouco será suficientemente boa a ponto de mudar os rumos do planeta, mas, contribuirá em uma porcentagem considerável para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres de uma melhor superação dos problemas antes citado.

segundo Leff (2001):

Deve ser compreendido, nessa perspectiva a partir de um novo conceito que envolve uma visão de desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade (...) o ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica

e de ações práticas orientadas por uma utopia: A construção de um mundo sustentável, democrático, igualitário e diverso.

É notável que, a educação ambiental é um reconhecimento de valores e clarificação de conceitos. Porém, a mesma, não trata apenas da parte verde da questão ambiental, ela tem a relação entre os seres humanos e suas culturas que se estendem para bem mais que a cor verde, ela faz parte do nosso bem mais precioso que é qualidade de vida. A importância do ser humano se sentir pertencente a toda questão ambiental, porque ele vai ter que ter: habilidades, atitudes e competências voltadas para o desenvolvimento sustentável. O ser humano deve ter consciência de como manter o ambiente sem comprometer o futuro da humanidade no futuro. Conseguindo manter a vida do ser humano no ambiente em equilíbrio.

CONSIDERAÇÕES

Pensar a educação ambiental é pensar no bem comum de todos os seres existente no planeta. Assim a educação ambiental deve ser trabalhada nas escolas para que os educandos tenham consciência do seu papel de cuidador do meio ambiente. É notável que a crise ambiental é causada devido à ação humana. Portanto para minimizar os impactos no meio ambiente é necessário estudos motivadores, participativos e conscientizantes através das escolas, que possam criar paradigmas para minimizar os danos causados pela intervenção inadequada do homem com o meio ambiente. Sendo assim percebe-se que é necessário conscientizar os educadores da importância de trabalhar a educação ambiental de forma interdisciplinar, integrando a temática em todas as disciplinas, facilitando uma maior possibilidade de entendimento aos educandos, para que esses, através do conhecimento adquirido em sala de aula, possam promover ações ambientalistas que sejam benéficas a todos os seres vivos do planeta terra.

O que se precisa com urgência é conscientizar esta mesma sociedade que se espera muito dela, inclusive se espera que esta incorpore os princípios da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável. Sendo as comunidades que usufruem de uma concreta aplicação destes fundamentos, onde se valorizando o meio ambiente na realidade estar se valorizando a própria vida.

Com isso conclui-se que, ao se ter uma visão abrangente do meio

ambiente, no qual vivemos, entende-se que nós, seres humanos constituímos parte integrante do mesmo e nessa ótica de desenvolvimento sustentável fica evidente que se pode ter o progresso material com a preservação dos recursos e serviços ecossistêmicos por sucessivas gerações. A contribuição desse artigo é o de permitir a conscientização do que é o desenvolvimento sustentável através de uma perspectiva da Educação Ambiental e com isso a formulação de ideais, não somente para o bem estar humano, mas também para a sustentabilidade do meio com um olhar voltado para a emergência do momento e com a visão da construção de um saber que desde já, resinifica as concepções do progresso, do desenvolvimento e do crescimento sem limites, configurando uma nova racionalidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**: Nova Fronteira, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Meio Ambiente & Saúde. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Fundamental 3ª Ed. Brasília: 2001.

_____. **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Educação Ambiental. Ministério da Educação – MEC. Brasília, 2004.

CAMARGO, Ana Luíza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: dimensões e desafios. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M. **Hermenêutica e Educação Ambiental**: o educador como intérprete. In: FERRARO-JUNIOR, L. A. (Coord.) Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

CARVALHO, Isabel C. M. **Em Direção ao Mundo da Vida**: Interdisciplinaridade e Educação Ambiental. São Paulo: SEMA & IPÊ, 1998.

CORTELLA, M. S. **Educação, Convivência e ética – audácia e esperança** / Mário Sérgio Cortella. São Paulo : Cortez.

DIAS, Leci S. de Moura. **Interdisciplinaridade em tempo de diálogo**. In. DIAS, Genebaldo Freire. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global, 1994.

ESTEVES, Lídia Máximo. **Da teoria a prática: Educação ambiental com as crianças ou O fio da história**. Porto (Portugal): Porto, 1998.

FAZENDA, Ivani (Org.) **Práticas Interdisciplinares na Escola**. 10^a ed., São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários: A prática educativa**. São Paulo: Paz da Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GADOTTI, M (org.) **Paulo Freire, uma bibliografia**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, UNESCO. 1996.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Matilde Endlich Orth. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras, 2000.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2000.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. I Encontro de pesquisa em educação, IV Jornada de prática de ensino. XIII Semana de pedagogia da UEM: “Infância e práticas educativas”. Maringá, PR, 2007.

UNESCO. Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do plano internacional de implementação. Brasília: UNESCO, OREALC, 2005.

NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO: A ESCOLA ONTEM E HOJE O QUE MUDOU

Maria Eliene da Silva Rocha

Resumo:

O presente artigo aponta a importância do uso das novas tecnologias em sala de aula atualmente, como um instrumento indispensável, vista assim, é necessário destacar a importância de se propor um modelo de educação voltada para um novo direcionamento com uma nova visão de mundo não tão somente para o século XXI, mas, para a vida. Sendo assim, definir e consolidar este século como sendo o Século da Educação para o Desenvolvimento Tecnológico, dando destaque e tendo como áreas prioritárias o domínio e uso da tecnologia por meio da modalidade digital, a sociedade, o meio ambiente e a economia, com base nos aspectos culturais de cada país. Os valores repassados dos professores para os alunos, a manutenção, como um ideal, de um novo modelo de ensinar fundado na competência, no amor e na dedicação. Porém, os procedimentos metodológicos em sala de aula precisam ser repensados e reinventados para que possa garantir um ensino e aprendizagem com qualidade.

Palavras-chave: Educação.Desafios.Tecnologia.

1. INTRODUÇÃO

Perante a problemática existente nos dias atuais relacionadas ao uso das ferramentas tecnológicas como instrumento para fazer o ensino acontecer com ainda mais qualidade é preciso constatar a princípio que as últimas décadas foi um período de grande evolução na produção de conhecimento, com transformações consideráveis nas políticas educacional, na economia, nos diversos seguimento das sociedades do mundo, devido ao surgimento de inovações tecnológicas que possibilitaram a universalização da informação, permitindo saber, quase que instantaneamente, o que se passa em qualquer ponto da superfície do planeta. Neste contexto de mudanças em tempo recorde, a sociedade continuará dependente cada vez mais da educação institucionalizada, atuante, moderna e atualizada para socialização dos saberes a fim de tirar o indivíduo da condição de coadjuvante para protagonista, aquele que faz parte

e atua dentro do seu contexto, utilizando a tecnologia como aliada.

Vale salientar que os desafios são inúmeros, pois as ferramentas tecnológicas exige parâmetros de qualidade para atingir eficácia, porém as desigualdades de acesso dos nossos alunos as tecnologias é enorme, considerando que , nem toda criança tem computador, tablete ou até mesmo celular que garanta o acesso com sucesso a estes meios conectados a internet. Cabe aqui dizer que este trabalho ainda não estar tão perto de atingir a eficiência da aprendizagem, pelo menos em nosso país, mas é importante saber que ela a pouco tempo foi apenas vista como melhor saída para minimizar o atraso ao retorno das aulas presenciais, mas hoje, ela já estar instalada para ficar. Porém, afirma-se aqui que tecnologia e educação devem caminhar juntas, logo, o melhor lugar para que aconteça a educação escolar, é nos espaços de sala de aula, mas, fazendo bom uso com consciência da tecnologia, logico que tendo contato direto entre professor e aluno, pois, tendo esta conexão de exposições de ideias por meio do sentimento, que provoca uma sintonia imediata. Segundo Ivani Fazenda (2008). Aprender a pesquisar, fazendo pesquisa, é próprio de uma educação interdisciplinar, que segundo nossos dados deveria se ensinar desde o pré-escola. (p.10) Percebe-se que desde muito cedo, os meios tecnológicos devem fazer parte do nosso cenário educacional, que os próprios educadores buscam a pesquisa para ampliar num processo educacional porque os mesmos estão interligados fazendo uma ponte entre os saberes populares e os saberes acadêmicos, entre o que os alunos devem estudar e como deve ser introduzidos no âmbito familiar, como prazer de aprender, não como pressão para alunos e pais de alunos.

Claro que na educação atual buscam-se professores que possam desmistificar o processo de ensino – aprendizagem, modificador da sua prática pedagógica para melhorá-la sempre já que é importante aqui dizer que o ensino nunca mais voltará a ser o que era antes. Abrem-se um leque precedentes para novas formas de aprender x reaprender a aprender, que não se limita apenas entre quatro paredes e nos espaços de sala de aula, descobriu-se um mundo de novas oportunidades nas mãos de nossos alunos, o professor precisou experimentar novas ferramentas de ensinar e de avaliar os alunos e a estes entender que precisam de organização, manejo aos meios tecnológicos com eficácia, querer fazer, dedicação e planejamento para aprender em um mundo digital, com e sem a presença física do professor.

Seguindo as orientações indicadas por ALMEIDA (2000), CORTELLA (1999 – 2014), CURY (1995 – 1997 – 2006), DORIGONI

(2012), GAY (1989), GREEN (1982), FAZENDA (2008), MONTEIRO (2019), MORIN (2000), NÓVOA (1997), PEREIRA (2005-2009). Buscamos entender que existe determinadas condições que devem ser observadas, analisadas, avaliadas para atendermos nossa clientela com padrão de qualidade na educação quer seja esta usando as novas tecnológicas ou não.

1.1 O USO DAS TECNOLOGIAS NA SALA DE AULA E AS MUDANÇAS NA METODOLOGIA DO PROFESSOR

Pensar a escola de ontem e vivenciar a escola hoje é voltar a tempos não muito remotos assim. Onde o professor era considerado o dono de todo o saber e de toda a razão, ao aluno cabia apenas sentar de forma enfileirada para não atrapalhar os demais colegas e ao professor, obedecer a ordens, ouvir sem questionar, já que ao mesmo não era permitido opinar. Frequentes eram as punições tanto físicas quanto psicológica, ao aluno eram impostas regras, dentre estas a obediência, que lhes eram cobradas de forma muito severa, principalmente respeito ao professor, já que os mesmos já saiam de casa sobre ordens dos pais que não permitiam ser contrariados. Ao professor cabia o papel de ensinar, munido apenas de quadro negro e giz, seguindo os livros didáticos a risca, com conteúdos pré-determinados pelo regime político vigente.

Atualmente a escola tornou-se um ambiente livre e flexível. Ao aluno é permitido pensar, questionar, opinar e tomar decisões, ter contato de forma direta com informações em seu cotidiano, inclusive com os meios tecnológicos, que se tornou obrigatório no período pandêmico. O planejamento escolar é flexível podendo ser mudado em velocidade recorde, sempre que o professor ou o sistema julgar necessário é mutável e deve estar sempre aberto a mudanças diante do novo que grita por inovação constantemente.

Para Cortella:

A atitude de mudança é que responde a possibilidade do novo. Alias só quem não teme o novo (o novo não a novidade) é capaz de mudanças significativas. Outros, que ficam temendo novo ou só vão atrás de novidades entram num trans-torno da sua capacidade, inclusive de educação. (CORTELLA – 2014).

Cabe aqui dizer que, não se trata de mudar sempre, mas em fazer

dessa mudança inovação aos novos tempos. Há pouco tempo à família era em alguns casos, ausente no ambiente escolar, devido a muitas dessas famílias trabalharem fora de casa para ajudar no orçamento doméstico. Com a pandemia foi necessário que as famílias assumissem seu verdadeiro papel, entre estes, auxiliar os seus filhos no processo de ensino e aprendizagem. A escola tornou-se um ambiente totalmente virtual e a família sem poder retrucar assumiu seu verdadeiro papel, dando suas reais contribuições que agregaram valores na educação escolar e na convivência com seus filhos. Assim, ainda que o suporte de toda esta mudança fosse a internet, todo episódio não se restringiu a uma revolução digital, ouve também, uma transformação comportamental dos pais, docentes e discentes para não perder este elo entre pais e filhos, entre professor e aluno. A COVID-19 antecipou catastróficamente uns dez ou quinze anos do que iria acontecer de inovação tecnológica em sala de aula. Os professores tiveram que aprender a inovar em tempo recorde. Encarar a tecnologia a curtíssimo prazo em um ambiente que em um passado tão próximo que era proibido usar celular em sala de aula. Hoje, o celular tornou-se essencial, os professores precisaram aprender em tempo recorde a usar ferramentas digitais e ainda buscar os alunos para as aulas remotas. Nesse sentido foi feito um trabalho muito amplo de mobilização por parte dos professores para garantir o ensino e a aprendizagem de todos os envolvidos. Quer que fosse através de recursos tecnológicos midiáticos ou atividades impressas.

Segundo DORIGONI:

Os avanços tecnológicos se colocou presente em todos os setores da vida social, e na educação não poderia ser diferente, pois o impacto desse avanço se efetiva como processo social atingindo todas as instituições, invadindo a vida do homem no interior de sua casa, na rua onde mora, nas salas de aulas com os alunos, etc. Dessa forma os aparelhos tecnológicos dirigem suas atividades e condicionam seu pensar, seu agir, seu sentir, seu raciocínio e sua relação com as pessoas. (DORIGONI; SILVA, 2012, p.3).

Assim, os mestres professores seguem criando mecanismos de ação que os modernizam a cada dia. Dominados pela tecnologia segue a educação a qual em poucos anos o ensino será personalizado e os professores precisarão continuar esta busca por inovação para se preparar

cada dia mais dando continuidade a esta evolução que chegou ao período pandêmico. Infelizmente, ensinar tão somente por meio de livros didáticos não se tornou mais tão atrativo assim. Para alguns é prazeroso deleitar-se sobre livros e viver esta emoção que só a leitura transmite, para outros, preferem a praticidade do tudo quase pronto por alegar que o mundo segue em ritmo acelerado e opinam pelos meios digitais dos quais se tornam totalmente dependente. Para o futuro, estes apresentam inúmeras possibilidades para os professores, que precisaram a todo instante, estar se inovando, estudando, buscar atualizar-se, tudo isto como algo necessário, porém, a chegada da tecnologia no meio educacional exige que o professor esteja preparado para dominar o momento e ensinar, caso contrário não haverá espaço para este no mercado de trabalho no presente nem para o futuro.

De acordo com Monteiro (2019):

O professor dos dias atuais precisa ter: O perfil profissional necessário ao professor para que este atenda às demandas da chamada sociedade da informática, com base em habilidades e competências que lhe permitirão pôr a educação em sintonia com o mundo contemporâneo, marcado pela presença dos meios de comunicação de massa e pelas tecnologias digitais em rede. (MONTEIRO, 2019).

Baseado nesse contexto de transformação e de novas exigências em relação a prática docente, percebe-se o quanto a sociedade moderna e economicamente desenvolvida coloca a responsabilidade do meio trabalhista nas mãos do professor. As políticas educacionais são na verdade orientadas para atender na verdade as demandas econômicas dos países sob a orientação dos países desenvolvidos. Essa sociedade moderna não visa uma prática pedagógica diversificada, mas sim uma prática a partir das ferramentas tecnológicas. No Brasil, desenvolve-se uma expansão de interferência dos interesses privados na educação que financiam as práticas, no entanto o país passa a pressionar professores e alunos para que metas sejam atendidas. Assim as mudanças nas práticas educativas têm sido cada vez mais exigidas, não por uma diversidade de métodos, mas pela presença da tecnologia no método. Nesse sentido, é possível perceber a busca por uma educação digital, como relata o autor a seguir, ALMEIDA 2000:

As mudanças prementes não dizem respeito à adoção de métodos diversificados. Mas sim a atitude diante do conhecimento e da aprendizagem, bem como a uma nova concepção de homens do mundo e da sociedade. Isso significa que o professor terá papéis diferentes a desempenhar, o que torna necessários novos modos de formação que possam prepará-lo para o uso pedagógico do computador, assim como para refletir sobre a sua prática e durante a sua prática (...) (ALMEIDA, 2000, p.11).

É preciso trabalhar com a realidade do presente, mas com visão de futuro, já que as salas de aula terão funções diferentes para as gerações futuras, tudo isto desperta em nós o desejo de aprender mais para só assim conseguir fazer mais e melhor, com esse querer aguçado e na certeza de um futuro melhor, pois esta curiosidade que nos move, esta visão de futuro deverá sempre estar vinculada a um ciclo para promover a aprendizagem com uma formula mais avançada, pode-se aqui dizer que o nosso país tem de enfrentar desafios gigantescos para acertar o ensino por excelência, mas a ilhas de possibilidades ainda maiores que fará o professor e alunos pagarem um preço alto para atingir e não sucumbir a mediocridade generalizada, mas que o fará vencer mais este desafio, a ele imposto, até porque o progresso de uma nação depende em grande parte da qualidade de suas elites, e isto estar diretamente relacionada a qualidade do ensino oferecido a esta sociedade, que pode ser pública e de qualidade para aqueles alunos que desde a sua infância não tem condições de pagar pelos estudos, mas que, desde os anos iniciais devem receber o melhor ensino que as escolas poderem oferecer, fortalecendo a qualidade da educação as novas diretrizes pautando-os de acordo com as habilidades socioemocionais como solidariedade, empatia, ética e trabalho em equipe.

Assim esperamos que no futuro as pessoas sejam dotadas de novas competências para poder enfrentar o ritmo acelerado de constantes transformações, principalmente no meio educacional. É preciso desenvolver de forma mais aguçada o pensamento crítico, a aprendizagem adaptativa e a capacidade de análise e de interpretação como também a nossa inteligência fluida, designada como processo que percebe as relações, se adapta, formam conceitos, utilizam o raciocínio lógico sobre os acontecimentos, que desde então exige de nós não tão somente que se detenha conhecimento, mas que se tenha a capacidade de agir no ime-

diato, assumindo posturas que reformem nosso pensamento, tornando-nos conscientes de que as tecnologias a partir de então serão não mais vistas como ponto desligado da educação do futuro, mas como aliados a fins de promover a interação e novas metodologias de aprendizagem que só por meio das tecnologias poderá acontecer com condições mais favoráveis a aprendizagem, desta forma o ensino rompeu todos os limites da sala de aula e chegou a família como nunca visto antes. A cultura deste novo modelo de aprendizagem valoriza o espírito de busca pela inovação nos ambientes de ensino e aprendizagem, que por hora é fora dos espaços de sala de aula, a escola precisa e deve estimular a imaginação e a criatividade de seus alunos, visto que, enquanto a criatividade desenvolverá o campo da aprendizagem, a imaginação desenvolverá o campo da solução, da problematização que evoluirá para a construção. Processo estes que se completam, cabendo ao professor utilizar da tecnologia para enriquecer suas experiências e ideias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se sabe, a educação é um direito de todos, garantido pela constituição que sozinha ela não tem o poder de modificar a sociedade. Porém, o significado de civilização ficaria no esquecimento, silenciado, sem vez nem voz, visto que o indivíduo reconhece-se sujeito da coletividade quando é inserido num processo formativo, sobre tudo, com parâmetro de qualidade que só a educação traz consigo, pois, a mesma tem a função não tão somente de compartilhar informações, mas de constituir cidadãos críticos, autônomos com capacidade de desenvolver-se cognitivamente, historicamente, culturalmente, afetivamente e socialmente. Impactando mudanças na economia, na política e no quadro social em uma sociedade, ultrapassando os muros dos espaços escolares transformando a concepção pedagógica, visto que, o processo educativo estimula a participação dentro das esferas públicas, se estendendo pela vida, não é neutro, tão pouco imutável, muito pelo contrário, é nela que se aprende a produzir, construir, reconstruir, inovar, por se tratar de um espaço de realização humana. Nesta perspectiva constrói-se a relação entre educação x tecnologia, que não pode mais ser posta como base de interesses de poucos, sua ênfase deve ser propagada para a promoção e potencialização do acesso ao conhecimento, do desenvolvimento humano na atualidade, como também, da emancipação social de cada indivíduo. Assim, este estudo nos permite concluir que o elo entre educação e tecnologia é e continuará sendo parte do processo for-

mativo do ser humano sendo indissociável dos paradigmas emergentes que norteiam a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Informática e formação de professores**. Proinfo. V2 secretaria de Educação a distância. Brasília; Ministério da educação, 2000.

CORTELLA, Mario Sergio, **Educação, escola e docência – Novos tempos, novas atitudes** – São Paulo: Cortez, 2014.

_____, **A escola e o conhecimento**: Fundamentos epistemológicos e políticos. 2º edição. São Paulo. Cortez : Instituto Paulo Freire, 1999. Coleção prospectiva.

CURY, C. R. J. A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma reforma educacional? In: Cury, C. R. J. et al. (org.). **Medo à liberdade e compromisso democrático**: LDB e plano nacional de educação. São Paulo: Editora do Brasil, 1997.

_____, Carlos Roberto Jamil. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9.394/96. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____, J. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. 2. Ed. Portugal: Porto Editora, 1995.

GAY, P. (1989). **Freud**: uma vida para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras.

GREEN, A. (1982). **O discurso vivo**. Uma teoria psicanalítica do afeto. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

MONTEIRO, Silas Borges. **Coleção Encontro Nacional e Prática de Ensino: Diversidade e tecnologia digitais**, v.3 / Silas Borges Monteiro; Polyana Olini. (organizadores).Cuibá- MT: EdUFMT/ Editora Sustentável, 2019.

MORIN, Edgar, 1921- **Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (Org.). **Os professores e sua formação**. 3. Ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. **Subversão docente**: ou para além da “realidade do aluno”. In: MRECH, Leny Magalhães (Org.). O impacto da Psicanálise na educação. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

_____, Marcelo Ricardo. A autoridade docente interrogada. **Revista extraclasse**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p.14-32, 2009 a.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM ELO ENTRE O HOMEM E O MEIO AMBIENTE

Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza¹
Luana Ferreira do Nascimento²

Resumo:

O presente artigo – Educação Ambiental: Um elo entre o homem e o meio ambiente. Tem como objetivo principal compreender a Educação ambiental no contexto atual, analisando o arcabouço legal sobre a educação ambiental no Brasil, em especial a lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Refletindo sobre a importância da educação ambiental como prática pedagógica que possibilite a construção de uma nova consciência ambiental voltada para a integralidade da relação homem e meio ambiente. Em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e dos ecossistemas aponta a necessidade da mudança de hábitos e a internalização de novas práticas que contemplem as inter-relações do meio natural com o social e a produção de conhecimento.

Palavras-chave: Educação ambiental. Inter-relações, Prática educativa.

1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais complexos e evidentes, os impactos negativos que o homem provoca na natureza são visíveis: A poluição, a destruição de habitats, o acúmulo de resíduos sólidos e a diminuição rápida e progressiva da biodiversidade são apenas alguns dos exemplos dos problemas ambientais gerados pela ação do homem na atualidade.

Diante de tantas mudanças e de possíveis catástrofes causadas pela humanidade a educação ambiental surge como uma das formas de propagar pela sociedade o respeito na relação homem-natureza. Compreender que uma efetiva mudança de postura da sociedade deve caminhar na direção do conhecimento e de novas práticas sustentáveis. Nesse sentido a Educação Ambiental (EA) deve ser compreendida, como componente de uma cidadania abrangente, resultando em uma nova

1 Mestra em Ciências da Educação –UCSF- BUENOS AIRES – AR.

2 Doutora em Ciências da Educação–UCSF - BUENOS AIRES – AR.

forma de relação do ser humano com o meio ambiente.

Partindo desta compreensão Loureiro; Layrargues e Castro, (2009, p. 25-26) afirmam que a Educação Ambiental:

É uma prática dialogada com a questão ambiental. E no sensu comum, essa prática visa à mudança de valores, atitudes e comportamentos para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixe de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos. Uma relação em que agora a natureza não seja mais compreendida apenas como um ‘recurso natural’ passível de apropriação a qualquer custo para usufruto humano. (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2009, p. 25-26).

A necessidade de abordar o tema EA decorre da percepção sobre o nascente processo de reflexão acerca das práticas existentes e da necessidade premente de intervenção, e de ações diárias de cuidado com a natureza, resultando em novas práticas educativas onde se articulem natureza, técnica e cultura.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo principal compreender a Educação ambiental no contexto atual, analisando o arcabouço legal sobre a educação ambiental no Brasil, em especial a lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Refletindo sobre a importância da educação ambiental como prática pedagógica que possibilite a construção de uma nova consciência ambiental voltada para a integralidade da relação homem e meio ambiente.

Para isso foi realizado um estudo de cunho qualitativo e para entrelaçar o assunto abordado recorreremos a um preparo teórico baseado em teóricos e estudiosos que trouxeram a luz grandes contribuições e reflexões.

Para isso este trabalho está organizado em três seções, sendo a primeira apresentando a introdução; a segunda expõe uma reflexão teórica abordando o tema escolhido: Educação Ambiental: Um elo entre o homem e o meio ambiente; contemplando a educação ambiental a luz da legislação brasileira além de uma breve reflexão sobre a educação ambiental e a prática pedagógica. A terceira seção discorre acerca das considerações finais e referências bibliográficas.

Em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e dos ecossistemas aponta a necessidade da mudança de hábitos e a internalização de novas práticas que contemplem as inter-relações do meio natural com o social e a produção de conhecimento.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Federal brasileira assegura em seu artigo 225 a todos os seres humanos o direito e proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem coletivo, indicando ainda o dever de defesa deste meio para as presentes e futuras gerações.

De acordo com ARAUJO e NUNES, 2004, p. 32 Busca-se também por meio da Constituição Federal de 1988:

Primar pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a manutenção da qualidade sendo fundamental a observação voltada à proteção do meio ambiente enquanto espaço de vida humana, ou seja, onde o objeto da tutela é o homem na sua relação com o meio (ARAUJO; NUNES, 2004, p. 32).

A educação ambiental pode ser compreendida como uma das formas de propagar pela sociedade o respeito na relação homem-natureza, estimulando que uma efetiva mudança de postura da sociedade deve caminhar na direção do conhecimento e de novas práticas sustentáveis. Neste sentido a Educação Ambiental (EA) deve ser compreendida, como componente de uma cidadania abrangente, resultando em uma nova forma de relação do ser humano com o meio ambiente.

Com este propósito a lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999 Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia

qualidade de vida e sua sustentabilidade” (ART. 1º- LEI FEDERAL 9795/1999).

Assim a educação ambiental é responsabilidade de todos, já que se integra ao ambiente e ao social vislumbrando-se como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento da consciência crítica da sustentabilidade e da preservação.

Dentre os objetivos fundamentais da Política Nacional, consta no Art.5º inciso I (art. 5º- Lei Federal 9795/1999).

“O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”. Neste sentido a sociedade é confrontada a seguir na direção de uma consciência ecológica pautada na mudança de atitudes para a conservação e preservação do meio ambiente.

Assim evidenciando o caráter transversal da Educação Ambiental, Tavares (2013, p.83) afirma que:

A educação ambiental surge com a responsabilidade de provocar uma transformação da linearidade, disciplinaridade, dicotomia inerente das nossas práticas educativas e tem como desafio o rompimento com essa lógica. As discussões em âmbito nacional e internacional direcionam para que apenas por uma prática interdisciplinar, em que o meio ambiente seja entendido como um todo sem fronteiras, perpassando transversalmente todas as áreas do conhecimento, é que o objetivo da educação ambiental poderá ser vislumbrado. (TAVARES, 2013, p. 83).

Ante todo o exposto é indiscutível a necessidade da conscientização pública da proteção do meio ambiente como dever de todos.

Ainda na legislação, a educação é vista como uma das principais formas de atingir a consciência, já que é por meio da educação que o indivíduo e a coletividade constroem valores e saberes.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Segundo a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) A finalidade da Educação para o Ambiente consiste em:

"Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam". (UNESCO, 1975, p. 2).

Assim a educação devera buscar práticas reflexivas e fundamentadas no saber ambiental proporcionando uma racionalidade que estabeleça uma relação harmoniosa entre o homem e o meio ambiente.

No Brasil com o intuito de facilitar a compreensão e a implementação da educação ambiental como prática educativa integrada, contínua e interdisciplinar em todos os níveis e modalidades de ensino que compõem a educação básica foram criadas as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais Meio ambiente e Saúde:

Os conteúdos de Meio Ambiente serão integrados ao currículo através da transversalidade, pois serão tratados nas diversas áreas do conhecimento, de modo a impregnar toda a prática educativa e, ao mesmo tempo, criar uma visão global e abrangente da questão ambiental (PCN/MEIO AMBIENTE, 1997, p. 36).

E ainda nesse sentido, o Tema Transversal nos PCN, tem como função promover "uma visão ampla em que envolva não só os elementos naturais, mas também os elementos construídos e todos os aspectos sociais envolvidos na questão ambiental" (PCN/MEIO AMBIENTE, 1997, p.37).

A articulação educação e ambiente é essencial, visto que a educação permeia e media todas as relações sociais humanas. Assim a reflexão sobre as práticas sociais em um contexto marcado pela crescente crise ambiental aponta a necessidade da mudança de hábitos e a internalização de novas práticas que contemplem as inter-relações do meio natural com o social e a produção de conhecimento.

Segundo Jacobi (2003 p.192):

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizem para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevaletentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas. (JACOBI, 2003 p. 192).

A necessidade de abordar o tema EA decorre da percepção sobre o nascente processo de reflexão acerca das práticas existentes e da necessidade premente de intervenção, e de ações diárias de cuidado com a natureza, resultando em novas práticas educativas onde se articulem natureza, técnica e cultura.

Ainda de acordo com a lei 9.795/99 Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL,1999).

Araújo (2017,p.203) nos esclarece que:

A principal função da educação ambiental é contribuir para a formação de cidadão consciente, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que a escola, além de trabalhar as informações e conceitos, trabalhar com atitudes, formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de

procedimentos. Os conhecimentos adquiridos através da educação ambiental podem ser levados para qualquer ambiente em que o educando esteja inserido, como multiplicadores da ação ecológica, inclusive em seus lares e seus ambientes de ensino/aprendizagem. (ARAUJO 2017, p. 203).

Assim a educação e como conseguinte as escolas assumem um papel desafiador, o de formação de cidadãos plenos em cidadania e criticidade capazes de atuar e intervir em sua realidade socioambiental.

E neste sentido para que a Educação Ambiental seja fortalecida e vivenciada dentro de uma perspectiva de diálogo e troca de saberes, necessita que sejam fortalecidos o direito, o acesso a informação e a participação democrática, como também de espaços onde as decisões sejam tomadas mediante a participação de todos os setores da sociedade.

Jacobi (2003 p. 194):

A postura de dependência e de desresponsabilizarão da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental. (JACOBI, 2003, p. 194).

Assim o direito e o acesso a informação são imprescindíveis na motivação e na sensibilização dos cidadãos nos mais diversos lugares e espaços, e na era digital, a internet, a multimídia e o ciberespaço são importantes ferramentas para a apropriação e o fortalecimento de novas práticas, hábitos e atitudes que contribuam para uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibradas.

A implementação de programas de educação ambiental no ambiente escolar proporciona aos estudantes a aproximação e conexão com a natureza, fazendo com que estes percebam que são partes do meio ambiente e que podem fazer a diferença na melhoria das condições ambientais do planeta.

Sendo assim é essencial que as escolas incorporem em seus currículos projetos políticos pedagógicos conteúdos e ações que incentivem novas práticas que promovam o crescimento da consciência am-

biental e da importância do desenvolvimento sustentável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de uma constante reflexão sobre a problemática ambiental, é de suma importância para o fortalecimento de visões integradoras que estimulem um novo modo de compreender o contexto atual e a urgência da conservação ambiental.

A conscientização ambiental só será possível com a percepção e entendimento do real valor do meio ambiente natural em nossas vidas, quando houver a compreensão que a problemática ambiental é um assunto de responsabilidade comum a todos. E nesse contexto a sustentabilidade é uma preocupação crescente, uma vez que os recursos naturais estão cada vez mais ameaçados em consequência da ação humana.

Estimular o conhecimento sobre o meio ambiente, educar adultos e crianças sobre a necessidade de ações diárias de cuidado com a natureza, melhorar as relações com o meio em que se vive, inserir a temática da sustentabilidade num contexto mais amplo que o cuidado com o planeta devem ser atitudes contínuas para o futuro.

A Educação Ambiental deve e precisa ser vista como prioridade do Brasil e no mundo. A sociedade carece de entender seu papel de cidadão crítico e responsável pela vida da sua geração e das gerações futuras.

E neste sentido a educação é vista como uma das principais formas de atingir a consciência, já que é por meio da educação que o indivíduo e a coletividade além de promover a reconstrução dos sentidos e significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inaura Soares de. Educação Ambiental: Um Desafio Para a Sociedade Contemporânea. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 2, Vol. 16. pp 300-307, Março de 2017. ISSN: 2448-0959.

ARAÚJO, L. A. D.; NUNES JR, V. S. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: Constituição (planalto.gov.br) . Acesso em 16/10/2021.

_____. **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999**. Disponível em: L9795 (planalto.gov.br) Acesso em: 16/10/2021.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

- **PCN: Meio Ambiente e Saúde**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3a. ed. Brasília, 2001.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cad. Pesquisa, n. 118. São Paulo: Mar. 2003 p. 189-205,. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01005742003000100008&s-cript=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 13 out. 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pommier; CASTRO, Ronaldo Souza. **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009.

TAVARES, G.S. O que pensam os professores sobre a criação de uma disciplina de Educação Ambiental? **Revbea**. Rio Grande, V. 8, No 1, p.83-90, 2013.

NOVOS CONTEXTOS E CAMINHOS PARA O CURRÍCULO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza¹
Luana Ferreira do Nascimento²

Resumo:

O presente artigo – Novos contextos e caminhos para o currículo escolar em tempos de pandemia. Objetiva investigar quais os impactos da pandemia no ambiente educacional e conseqüentemente aos currículos. Buscando ampliar a compreensão da importância do papel social da escola diante do ensino a distância e a necessidade da adaptação curricular para a continuidade da aprendizagem. Para isso foi realizado um estudo de cunho qualitativo e para entrelaçar o assunto abordado recorreremos a um preparo teórico baseado em documentos legais e estudiosos que trouxeram a luz grandes contribuições. Para isso este trabalho está organizado em três seções, sendo a primeira apresentando a introdução; a segunda expõe uma reflexão teórica abordando o tema escolhido. A terceira seção discorre acerca das considerações finais e referências bibliográficas. A pandemia ocasionou enormes transformações no sistema educacional como um todo, provocando mudanças emergenciais e exigindo um novo olhar sobre a função social da escola, do currículo e metodologias.

Palavras-chave: Educação. Currículo. Pandemia.

1. INTRODUÇÃO

O advento da pandemia da Covid-19 acometeu a humanidade de uma maneira devastadora, em virtude desse contexto foram adotadas abruptamente medidas para tentar minimizar os problemas provocados pela pandemia dentre elas o isolamento social e o distanciamento. E neste cenário as instituições sociais foram afetadas dentre elas as escolas que tiveram suas atividades interrompidas e retomadas de forma remota e a distância.

A pandemia desenhou novos contornos do papel educativo das

1 Mestra em Ciências da Educação –UCSF- BUENOS AIRES – AR.

2 Doutora em Ciências da Educação–UCSF - BUENOS AIRES – AR.

instituições escolares, inúmeros desafios que vai desde a promoção de novas formas de acesso dos estudantes a cultura escolar de forma não presencial, a manter o compromisso social de se fazer presente na vida e na comunidade.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo principal investigar quais os impactos da pandemia no ambiente educacional e conseqüentemente aos currículos. Buscando ampliar a compreensão da importância do papel social da escola diante do ensino a distância e a necessidade da adaptação curricular para a continuidade da aprendizagem. Para isso foi realizado um estudo de cunho qualitativo e para entrelaçar o assunto abordado recorreremos a um preparo teórico baseado em documentos legais e estudiosos que trouxeram a luz grandes contribuições.

Para isso este trabalho está organizado em três seções, sendo a primeira apresentando a introdução; a segunda expõe uma reflexão teórica abordando o tema escolhido: Novos contextos e caminhos para o currículo escolar em tempos de pandemia. Contemplando o histórico da pandemia da COVID-19; os impactos no âmbito educacional e os novos contextos curriculares diante da pandemia. A terceira seção discorre acerca das considerações finais e referências bibliográficas.

O contexto da pandemia desenhou novos contornos do papel educativo das instituições escolares, inúmeros desafios que vai desde a promoção de novas formas de acesso dos estudantes a cultura escolar de forma não presencial, sendo necessários a adaptação curricular e um trabalho contínuo de análise e intervenções para que o ato de aprender seja contínuo e o conhecimento democratizado para todos.

2. HISTÓRICO DA PANDEMIA DA COVID-19

Na data de 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS), foi informada sobre inúmeros casos de infecções respiratórias graves (Pneumonia) na cidade milenar de Wuhan, no território da China. Identificada como uma nova linhagem de corona vírus nunca antes encontrada em seres humanos, este novo corona vírus nomeado de SARS-COV-2 causador da doença COVID-19.

A grande família coronavírus é conhecida desde os anos de 1960, causam doenças leves, do resfriado comum a doenças mais graves em animais e humanos e já causaram outras epidemias preocupantes, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (2012), H1N1 ou

gripe A (2009-2010) e a Gripe Espanhola (1918-1920) dentre outras.

Já em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020 a OMS declarou que a covid-19, causada pelo novo coronavírus, como um estado pandêmico global. “Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.”

Neste cenário dramático de disseminação global a OMS, recomendou medidas preventivas para a contenção do vírus e diminuição do contágio, diversos países inclusive o Brasil, adotaram o isolamento, a quarentena e o distanciamento social como principais medidas para tentar reduzir e minimizar o contágio pelo novo coronavírus.

De acordo com Aquino (2020, p. 226):

Alguns termos têm sido usados para se referir às ações de controle da epidemia de COVID-19. Esses termos não são novos e dizem respeito a medidas de saúde pública não farmacológicas, historicamente, consagradas para o controle de epidemias, em especial na ausência de vacinas e medicamentos antivirais. Destacam-se o isolamento, a quarentena, o distanciamento social e as medidas de contenção comunitárias. (AQUINO, 2020, p. 226).

Diante da pandemia e da imposição de medidas sanitárias tão drásticas, lacunas e desafios já existentes se agigantaram, evidenciando as diversidades sociais e econômicas do nosso país frente a uma realidade de distanciamento físico, temporal e espacial. Além do que a pandemia não trouxe apenas a COVID-19, mas também doenças advindas do isolamento social como o medo, ansiedade e depressão.

Sob este ponto de vista, vamos discorrer acerca dos impactos causados a educação e a comunidade escolar.

2.1. Os impactos da pandemia no âmbito educacional

Com a pandemia causada pelo novo corona vírus e mediante

a adoção de medidas sanitárias como o isolamento, a quarentena e o distanciamento social houve a interrupção e à suspensão das atividades presenciais de todas as etapas, níveis e modalidades de ensino com o fechamento de todas as instituições de ensino públicas ou privadas. Ribeiro e Clímaco (2020, p. 98) afirmam que:

Em todo o mundo, os sistemas educativos têm seus serviços suspensos, as creches e escolas foram fechadas e, nesse contexto, emerge a necessidade de se repensar a escola e os processos de aprendizagem digitais que parecem ser urgentes para o momento. RIBEIRO E CLÍMACO (2020, p. 98).

Com o intuito de minimizar os impactos educacionais ocasionados pela interrupção das aulas presenciais provocadas pelo fechamento abrupto das escolas, o Conselho Nacional de Educação (CNE), orientou a adoção da Educação a distância (EaD) durante o confinamento dos estudantes e profissionais da educação.

Moran (2002, p.01) conceitua a Educação a Distância como:

Processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet (MORAN, 2002, p. 01).

Neste entendimento a Educação a Distância é um processo de ensino-aprendizagem planejado no qual o conhecimento se dá por meio da mediação e interação entre professores e alunos em espaços e tempos distintos utilizando meios tecnológicos ou não.

Diante de todas as medidas de segurança e preservação da saúde coletiva de toda a comunidade escolar e com o propósito de garantir o direito universal à educação e o acesso à cultura escolar de milhões de estudantes, os métodos formais de ensino tiveram que ser repensados e reconfigurados para se adequarem a uma nova maneira de mediar o processo de ensino e aprendizagem.

Neste contexto de excepcionalidade o ensino remoto mediado por Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) emer-

ge como alternativa em substituição as aulas presenciais propiciando um novo ambiente de ensino, no qual a aprendizagem e as relações de interação entre alunos e professores pudessem ser mantidas e fortalecidas, viabilizando as atividades realizadas fora do ambiente formal de ensino.

E apesar da modalidade de ensino EaD ser uma estratégia voltada para a continuação da educação formal em tempos difíceis, o calendário escolar foi comprometido, devido à dificuldade da reposição integral das aulas, suspensas no período de pandemia, e retomadas remotamente e a distância, evidenciando a necessidade de repensar os conteúdos e conhecimentos adquiridos pelos estudantes.

A pandemia ocasionou enormes transformações no sistema educacional como um todo, provocando mudanças emergenciais e exigindo um novo olhar sobre a função social da escola, do currículo e metodologias, bem como nas responsabilidades dos governos e gestão frente às políticas educacionais.

2.2. Novos contextos curriculares diante da pandemia

O contexto da pandemia desenhou novos contornos do papel educativo das instituições escolares, inúmeros desafios que vai desde a promoção de novas formas de acesso dos estudantes a cultura escolar de forma não presencial, a manter o compromisso social de se fazer presente na vida e na comunidade.

Como afirma Feldmann, (2009, p.190):

A escola é uma instituição social que tem por finalidade garantir a educação de uma sociedade, assegurando os direitos e saberes por ele preferidos se perpetuem através das gerações. Nesse sentido, está diretamente comprometida com as questões culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas de uma sociedade e, como lugar de encontro de pessoas de uma determinada cultura, acaba por ser um representante legítimo das relações de poder que são veiculadas no entorno social. (FELDMANN, 2009, p. 190).

Neste sentido a escola carrega em si uma importância fundamental, pois mesmo não sendo o único espaço de construção do co-

nhecimento, é o local que mais se especializou ao longo da história nos processos e fazeres do educar. Assim a escola é um espaço de construção coletiva e permanente de conhecimento que se dá na interação e nas relações de ensino e aprendizagem, transgredindo o espaço físico ou muros da escola se fazendo presente no cotidiano da comunidade e da sociedade.

Além de tantos desafios enfrentados cotidianamente, o advento da pandemia obrigou a escola a repensar sua forma de se relacionar com a sociedade, remodelar seus espaços educativos e rever suas estratégias metodológicas. E este novo paradigma evidenciou a função social que a escola exerce na vida das famílias e da sociedade.

Diante das orientações para a adoção do ensino remoto em substituição das atividades presenciais no contexto da pandemia maximizou a necessidade de se manter o elo e comunicação entre a escola, a família e a comunidade.

Como pontua Campos e Defácio et al. (2020, p. 87):

A compreensão de que o contexto da pandemia é inédito e maximiza a necessidade de desenvolver afeto de forma remota conduz a escola a focar mais em processos de ensino e aprendizagem que levem em consideração o estado emocional das pessoas. Nesta perspectiva a escola persiste em continuar presente na vida dos estudantes e o ensino remoto, somando a outras ações de acolhimento, passa a ser uma das estratégias deste contato. (CAMPOS; DEFÁCIO et al., 2020, p. 87).

Desta forma o papel educativo da escola transcende o processo formal de ensino e aprendizagem e a construção do conhecimento se dá mediado pelo fortalecimento dos laços afetivos, mesmo que de forma remota.

Diante de tantos desafios impostos pela excepcionalidade da pandemia as Atividades de Ensino Remotas (AER) são compreendidas como uma estratégia emergencial e temporária para a oferta de atividades desenvolvidas e acompanhadas pelos docentes no quais a interação pode ocorrer de forma síncronas em tempo real e no mesmo ambiente virtual ou de forma assíncronas onde a interação entre professor e aluno ocorre em diferentes tempos, independentes de estarem conectados a ambientes virtuais.

Como é possível perceber a utilização das Atividades Especiais Remotas oportuniza a manutenção do vínculo dos estudantes com a escola, e viabilizam a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

No entanto, a modalidade de ensino remoto não possui currículo específico, e, portanto, os conteúdos curriculares devem ser adequados à nova realidade vigente, havendo a necessidade de flexibilizar e adaptar o currículo.

Como pontua Saviani (2008, p.16):

A adaptação curricular é entendida na legislação como ajustes e modificações no processo educacional, nas diferentes instâncias curriculares, em função de atender as demandas e /ou necessidades específicas dos estudantes, com o objetivo de favorecer ao máximo a construção do conhecimento e se obter êxito na aprendizagem e conclusão do curso. (SAVIANI, 2008, p.16).

A partir desta perspectiva a adaptação curricular oportuniza aos professores e estudantes a flexibilização de novos tempos para a construção e efetivação do conhecimento.

E neste novo cenário vivenciado pela educação a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) documento que visa normatizar e orientar o processo de ensino aprendizagem nacional nas redes pública e privada se agiganta por permear a construção do conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Além de referência obrigatória para a construção de todos os currículos pedagógicos desde o ensino Infantil, Fundamental I e II e Médio.

No entanto mesmo servindo de referência obrigatória para a elaboração dos currículos não pressupõem que estes devam ser iguais, mais sim que as aprendizagens essenciais sejam as mesmas para todos os alunos.

Como pontua Senhoras (2020, p.134):

Os impactos intertemporais da pandemia da COVID-19 sobre a educação são preocupantes pois reproduzem de modo ampliado assimetrias previamente existentes nas sociedades, de

modo que os atores econômicos privilegiados e com amplo acesso ao ensino privado e às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) conseguem minimizar os efeitos pandêmicos no curto prazo por meio da continuidade educacional via EAD em contraposição a atores econômicos mais vulneráveis (SENHORAS, 2020, p. 134).

Partindo desse pressuposto a BNCC surge como um farol importante para que seja alcançado o essencial a garantia do direito de aprender, independentemente de onde as crianças, adolescentes e jovens moram ou estudam, todos devem ter as mesmas oportunidades de desenvolver habilidades e conhecimentos, sobretudo nesse momento de pandemia no qual as desigualdades, fragilidades e vulnerabilidade social se evidenciam.

Mediante a análise do atual cenário o Conselho Nacional de Educação (CNE), sinalizou quatro pontos que poderão ser acarretados neste cenário, conforme exposto do Parecer nº 05/2020:

Dificuldade para reposição de forma presencial da integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, com o comprometimento ainda do calendário escolar de 2021 e, eventualmente, também de 2022; retrocessos do processo educacional e da aprendizagem aos estudantes submetidos a longo período sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento; danos estruturais e sociais para estudantes e famílias de baixa renda, como stress familiar e aumento da violência doméstica para as famílias, de modo geral; e abandono e aumento da evasão escolar (BRASIL, 2020).

Por fim, é inevitável que vivemos um momento de crises e rupturas as relações pessoais, afetivas, profissionais sofreram mudanças em virtude do isolamento social. A superação dos desafios impostos à educação são enormes sendo necessários a adaptação curricular e um trabalho contínuo de análise e intervenções para que o ato de aprender seja contínuo e o conhecimento democratizado para todos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos desafios causados pelo novo corona vírus a pandemia mostrou a sociedade a necessidade de repensarmos a função social da escola, do currículo e das metodologias.

Os estudos e pesquisas realizadas para a elaboração desse artigo apontaram que nossa realidade foi bruscamente alterada e nos leva a refletir sobre a reestruturação da educação e dos ambientes escolares.

O contexto da pandemia desenhou novos contornos do papel educativo das instituições escolares, inúmeros desafios que vão desde a promoção de novas formas de acesso dos estudantes a cultura escolar de forma não presencial, sendo necessários a adaptação curricular e um trabalho contínuo de análise e intervenções para que o ato de aprender seja contínuo e o conhecimento democratizado para todos.

Torna-se necessário propor novas formas de manter o vínculo do estudante com a escola, desta forma o papel educativo da escola transcende o processo formal de ensino e aprendizagem e a construção do conhecimento se dá mediado pelo fortalecimento dos laços afetivos, mesmo que de forma remota.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Estela ML et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2423-2446, 2020.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer n. 05, de 28 de abril de 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 08/06/2021.

BRASIL. **Decreto Federal nº. 5.622, de 20 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htmAcesso em 08 jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 27 de outubro de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada

de professores da educação básica e institui a base nacional comum para a formação continuada de professores da educação básica (BNC-Formação Continuada). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, n. 208, p. 103-106, 29 out. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/10/2020&jornal=515&pagina=103>. Acesso em: 13 maio 2021.

CAMPOS, Carolina; DEFACIO, Flavia; LIRA, Débora; SONNEMBER, Victória. **Educação e Coronavírus Reabertura das Escolas**. São Paulo: Instituto Unibanco, 2020.

FELDMANN, Marina Graziela. Formação de professores e cotidiano escolar. In: FELDMANN, Marina Graziela (Org.). **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora SENAC, 2009. Executivo, São Paulo, v. 130, n. 82, p. 1, 29 abr. 2020. Disponível em: http://diariooficial. Imprensa oficial.com.br/nav_v5/index.asp?c=4&e=20200429&p=1. Acessado em 05 de julho de 2021.

MORAN, José Manuel . **O que é a educação a distância**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP. 2002. Disponível em: Acesso em: 27 de maio 2022.

RIBEIRO, Márden de Pádua.; CLÍMACO, Fernanda Câmpera. **Impactos da pandemia na educação infantil**: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil? *Pedagogia em Ação*, Belo horizonte, v.13, n.1(1sem.2020) – ISSN 2175 – 7003

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**; primeiras aproximações. 10ª ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

SENHORAS, Eloi Martins. **“Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos”**. Boletim de Conjuntura (BOCA),vol. 2, n. 5,2020.

A UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS COMO FERRAMENTA PARA UMA EDUCAÇÃO IGUALITÁRIA

Elidiane Vicente¹

Jacileide Cabocla da Silva²

Resumo:

O presente artigo tece reflexões acerca da importância da utilização das novas tecnologias como ferramenta essencial no processo de ensino e aprendizagem. É sabível que a tecnologia desempenha funções bem distintas, isto é, de inclusão ou exclusão, dependendo da maneira em que a mesma seja direcionada aos/as estudantes. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é analisar as respectivas contribuições dessas tecnologias atrelada ao aprendizado dos/as estudantes a presente pesquisa é de cunho bibliográfico, respaldado em conceitos teóricos de autores renomados, abordando o investimento, a utilização dessas tecnologias na educação, seu desenvolvimento qualitativo, contribuindo para análise e, sobretudo, reflexão crítica sobre de que maneira essa infra estrutura tem sido vivenciada tanto pelos/as professores/as quanto pelos/as estudantes, objetivando a minimização de uma exclusão digital que tem sido uma real problemática no âmbito escolar. Logo, faz-se necessário direcionar as tecnologia como uma pedagogia que precisa estar presente nas escolas públicas numa perspectiva de educação qualitativa e igualitária

Palavras-chave: Tecnologia na Educação. Formação docente. Ensino híbrido.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho de pesquisa é resultado de uma pesquisa bibliográfica em obras de referências que dialogam com conceitos teóricos a respeito dessa temática, abordando seus avanços, entraves, bem como suas reais contribuições ao processo educativo. De acordo com Gil a

1 Elidiane, Mestra em Ciências da Educação-UPAP, PY. Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Básica- Anos Iniciais. Professora da Educação Infantil E-mail: elidiane.vicente@hotmail.com

2 Jacileide, Mestra em Ciências da Educação-UPAP, PY. Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação E-mail: Jacileidecaboclasilva@gmail.com

pesquisa bibliográfica [...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquele que poderia pesquisar diretamente (2008, p. 50).

A tecnologia objetiva sanar as necessidades humanas, a qual enfatizamos o âmbito educacional, pois é evidente que essa temática está estruturada numa perspectiva social, ou seja, busca a liberdade dos/as estudantes e docentes, bem como a valorização de ambos em seus respectivos contextos, visando uma possível transformação social.

É válido salientar que a tecnologia apesar de ser pouco utilizada é considerada tanto pela sociedade quanto pelas instituições educacionais como um pressuposto para a equidade na educação, uma vez que, é considerada como uma das alternativas para possíveis melhorias na qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

Abordamos a evolução tecnologia na educação, suas contribuições no campo educacional, ressaltando como a tecnologia pode ser aliada à educação de maneira benéfica e, por conseguinte, enfocamos a questão que apesar de não ser um termo novo, poucos profissionais da educação tem conhecimento do conceito e como se efetiva o ensino híbrido na prática. Então levantamos um breve histórico desse ensino, conceitos básicos e como os/as docentes e estudantes assumirá esse novo contexto no âmbito educacional.

A escola assume um grande compromisso tanto com os/as estudantes quanto com os/as docentes, pois ambos não estão preparados/as e nem dominam essa nova ferramenta de ensino que se faz preciso ser utilizada a partir do contexto pandêmico no qual nos encontramos.

Por fim, isso não nos garante um ensino e aprendizagem de qualidade, dado que, a maioria dos/as docentes apresentam dificuldades e até mesmo resistência no que se refere à utilização das novas tecnologias. Sabemos que as transformações são assíduas, entretanto, nem todos/as estão preparados/as para essas tais transformações.

Como problemática não podemos desconsiderar é que apesar dos/as estudantes serem nativos digitais nem todos/as têm acesso a essa tecnologia. Daí a razão da escolha dessa temática, pois a inserção da tecnologia é de suma importância no processo pedagógico da escola contemporânea, além de ser uma ferramenta essencial na formação dos/as estudantes e por intermédio desse estudo buscamos analisar a importância da utilização das novas tecnologias, refletir sobre quais metodologias devem ser utilizadas de acordo com a realidade de cada localidade, abordar os tipos de tecnologias mais utilizados e, sobretudo, os obstáculos que impossibilitam tanto o acesso quanto a utilização dessas

novas ferramentas como instrumento de suma relevância no processo de ensino e aprendizagem.

Educação e tecnologia permeiam o processo de ensino e aprendizagem e a escola precisa se impor de maneira que protagonize tanto sua ação quanto a dos/as estudantes, problematizando, mediando e, sobretudo, incentivando essa busca incessante pelo conhecimento, nas quais os/as estudantes se tornem protagonistas, construam e desenvolvam suas habilidades com o intuito de aplicá-las na construção de sua realidade social. Neste sentido, o estudo busca aprimorar as pesquisas a respeito da temática para subsidiar e incrementar novos estudos nesta perspectiva, pois não há um tema encerrado em si, mas que está sempre em grande mobilidade no âmbito educacional.

1. A EVOLUÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

É notório que nas últimas décadas aconteceu uma imensa mobilidade no que se refere ao conhecimento e, essa mobilização está atrelada ao fato da expansão das inúmeras inovações tecnológicas, possibilitando a universalização da informação. E, especificamente em 2020, nós docentes nos deparamos com uma mudança que não esperávamos, tornando-nos cada vez mais protagonistas e considerando a tecnologia neste momento como uma das nossas maiores aliadas. Lima (2007, p. 67) afirma que:

[...] nossas escolas, que visam contribuir para que os indivíduos participem ativa e criticamente da dinâmica social, podem e devem investir na nova eficiência e competência, baseadas numa lógica do virtualizante. (2007, p. 67).

Diante dessa afirmação percebemos que a tecnologia contribui para que esse dinamismo social aconteça e que os/as estudantes podem ser críticos e protagonistas dessa nova sociedade da informação que vem se consolidando a cada dia mais.

O aceleração tecnológico marcou o século XXI, especialmente no que se trata da informática, o computador e a internet. Nos dias atuais, estamos permeados pela utilização dessas metodologias tecnológicas e seus recursos. Portanto, o celular e o computador são considerados ferramentas essenciais que contribuem efetivamente no processo de ensino aprendizagem.

Os/as docentes precisam se adaptar a essa nova abordagem no chão da sala de aula, comprometendo-se e propondo a inserção de seus/suas estudantes nesta evolução tecnológica que a sociedade se encontra, pois como agentes transformadores precisam se emergir neste mundo digital para transmitir segurança e seriedade aos/as estudantes. Oliveira (2001, p. 101) afirma que:

Em uma perspectiva técnico-científica, tecnologia refere-se à forma específica da relação entre o ser humano e a matéria, no processo de trabalho, que envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria, com base em energia, conhecimento e informação.

A inserção da tecnologia precisa modificar positivamente a maneira de se ensinar, pois de outra maneira não haverá efeito significativo na educação, neste século os/as docentes precisam fazer uso das informações, objetivando direcionar os/as estudantes para a utilização das novas tecnologias com ética, reflexão e responsabilidade ambos, sintonizando-se com os desafios do novo século com suas mudanças. Portanto, é imprescindível refletir sobre tais mudanças que as novas tecnologias têm nos proporcionado e, sobretudo, buscar acompanhá-las de maneira proativa.

Para muitos essa época é considerada a era do saber, isto é, passamos a viver numa sociedade transformadora a qual atinge todos os indivíduos inseridos nela, modificando de maneira inesperada a vida de todos/as e os efeitos dessas mudanças promove uma revolução da informação tanto de maneira individual quanto coletiva. Logo, a sociedade passa por transições que exigem inovações em todos os aspectos, no entanto, enfatizamos a inserção e utilização das tecnologias. Soffner nos assegura que a tecnologia é:

[...] dimensão fundamental de mudança social, já que a evolução e a transformação das sociedades são construídas por meio da interação complexa de fatores culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (SOFFNER, 2014, p. 58).

Os computadores e, atualmente, os smartphones se tornaram instrumentos tecnológicos educativos, no entanto, a escola é desafiada para o preparo dos/as estudantes para o mercado de trabalho e a internet

pode ser uma aliada neste preparo quando bem orientados, isto é, discernir o que é útil a sua formação e o que não é. Neste sentido, a escola tem uma função basilar neste processo, visto que a internet está em todo o mundo e não apresenta apenas informações positivas, mas também negativa, daí a relevância do direcionamento do/a docente que fará os/as estudantes filtrar o que é confiável e aliado a sua aprendizagem, pois informação não quer dizer conhecimento. Pretto assevera que:

Esses equipamentos, e todos os sistemas a eles associados, são constituidores de culturas e, exatamente por isso, demandam olharmos a educação numa perspectiva plural, afastando a ideia de que educação, cultura, ciência e tecnologia possam ser pensadas enquanto mecanismos de mera transmissão de informações, o que implica pensar em processos que articulem todas essas áreas concomitantemente.(2011, p. 110-11).

Por isso percebemos que a evolução tecnológica obteve uma significativa reorganização no meio trabalhístico, buscando pessoas aptas para utilização e inserção nos sistemas operacionais da comunicação. Assim sendo, os/as que não estiverem preparados/as serão excluídos do mercado de trabalho, por isso é necessário acompanhar as transformações que são assíduas em todos os aspectos da sociedade contemporânea e a escola não está isenta dessas mudanças tão frequentes. Trigueiro afirma que a tecnologia: “[...] não é pura contemplação de formas e temas; não é algo neutro, isento de valores, mas um arranjo social, político e individual, de ações engajadas no mundo material (2009, p. 50)”.

Desta maneira, é necessário direcionar os/as docentes a essas respectivas, mudanças por intermédio de formações continuadas, potencializando sua competência e seus conhecimentos, bem como de seus/suas estudantes, contribuindo eficazmente para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e, sem dúvida, o computador representa atualmente um instrumento auxiliar na prática docente e, que posteriormente contribuirá para analisar e refletir sobre as problemáticas educacionais brasileira, dado que, as tecnologias estão cada vez mais presente e operante na sociedade, apresentando-nos uma função de suma importância no âmbito educacional e a formação docente servirá como ponto de partida para essa inserção tecnológica.

2. AS TECNOLOGIAS E A FORMAÇÃO DOCENTE

Por muitos anos vivemos numa cultura que se privilegiava apenas a escrita, mas no decorrer dos anos a sociedade passou a sentir necessidades mais amplas, ou seja, a produção humana como necessidade universal e das grandes civilizações e a escola tem sido uma das maiores precursoras dessa universalização das novas tecnologias. Evidentemente, não foi e nem tem sido nada fácil para as escolas, visto que, a maioria dos/as docentes em sua formação inicial não teve e ainda não tem esse contato para que os/as preparassem para a inserção e utilização dessas novas tecnologias em suas salas de aula.

Apesar dessa evolução social que a tecnologia nos proporciona, não estamos totalmente preparados/as para dominá-la como deveríamos, pois essa restrição vem desde nossa formação inicial. Portanto, faz-se necessário políticas públicas que ampliem a fruição dessa nova ferramenta para termos uma educação justa e igualitária na qual o conhecimento possa circular sem exclusões. A Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 205) aborda que a educação “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Usualmente, a escola tem encontrado muitas dificuldades em lidar com essa nova ferramenta como aliada no processo de ensino e aprendizagem. Não somos um país desconectado, no entanto, há muita resistência por parte dos/as docentes que não se preparam para lidar com essa nova realidade e/ou têm muitas dificuldades de adaptação. Outra problemática é a grande quantidade de estudantes que não tem acesso às novas ferramentas digitais, dificultando ainda mais o processo de aprendizagem. Portanto, a escola precisa ensinar cada dia com mais intencionalidade e objetividade, pois de um lado estão os/as docentes que não dominam a tecnologia e do outro os/as estudantes que não têm todo acesso necessário que garanta sua aprendizagem. Souza pressupõe que “com a mediação das ações pelo professor, que deve estar sempre aberto ao diálogo, os estudantes podem produzir conhecimento numa linguagem próxima de sua realidade (2011, p. 22).”

Na verdade, não estamos abordando uma temática nova, pois há muito tempo as tecnologias estão batendo em nossas portas, no entanto, fomos surpreendidos/as ao precisarmos utilizá-las como recurso pedagógico que sempre existiu, mas que não se vivenciava com assiduidade no âmbito escolar. Diante das atuais circunstâncias, fica nítido

que a partir desse momento, essa ferramenta permanecerá presente nas salas de aula como aliada da prática docente. Apesar de muitas discussões acerca dessa problemática a utilização das tecnologias não é um novo paradigma e precisa ser visto como o mais novo aliado à formação e prática docente.

A tecnologia da informação precisa fazer parte da formação continuada dos/as docentes, mesmo porque assim como os/as estudantes, muitos/as docentes não dispõem de um bom computador em sua residência. Ambos deviam ter acesso a essa ferramenta, uma vez que, tornou-se uma grande aliada da escola no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, mas isso não acontece na prática.

É necessário termos muita cautela para esse uso não se tornar destrutivo para os/as estudantes e docentes. Por isso é necessário a implementação de novas políticas públicas educacionais que viabilizem o acesso de todos/as a essa nova ferramenta, pois sabemos que até mesmo os/as docentes recém formados/as não tiveram esse preparo em sua formação, descentralizando dessa maneira o acesso às novas tecnologias, logo é necessário que se torne política pública para que haja equidade na educação. De acordo com Hargreaves:

A educação pública é vista como um sistema de baixo custo, funcionando a partir de professores pouco qualificados, mal pagos e sobrecarregados, cujo trabalho é manter a ordem, ensinar para as provas e seguir roteiros curriculares padronizados (2004, p. 18).

É urgente um significativo investimento em tecnologias, objetivando conectar tanto os/as docentes quanto os/as estudantes na sala de aula e/ou à distância. Nessa nova metodologia a troca de conhecimento entre professores/as e estudantes será mais constante e, sobretudo, democrático, pois há uma real e positiva contribuição no exercício da formação de sujeitos competentes, críticos e reflexivos.

Diante da nossa realidade atual não haverá educação qualitativa sem a inserção das novas tecnologias, pois dessa inserção depende a construção do conhecimento na sociedade inclusiva e diversa que compõe nosso país. Dessa maneira, faz-se necessário uma reflexão crítica no que se refere às reais funções dos/as docentes neste processo, priorizando uma formação consolidada para que eles/as se sintam capazes de utilizar com segurança essas novas tecnologias como aliadas ao desenvolvimento dos/as estudantes, tornando-se verdadeiros/as protagonistas

e não apenas meros transmissores/as e receptores/as do conhecimento.

Percebemos que surgiu uma nova maneira de se ensinar, dinamizando e, sobretudo, transformando o aprendizado. Essa transformação é positiva, pois novas competências como descobrir e criar estão sendo desenvolvidas e os/as docentes oferecem condições para que os/as estudantes possam apropriar-se desse processo e abstrair variados tipos de saberes, tornando-os/as livres na sua formação e conscientes da sua real função na sociedade, enquanto cidadão.

Essa nova prática pedagógica foi construída no âmbito escolar, reorganizando todo o processo de ensino e aprendizagem, objetivando a mobilidade da educação e sua ação humanizadora na nossa sociedade, pois não podemos deixar de pensar, idealizar e, sobretudo, sonhar por dias melhores em que todos/as estarão inclusos/as neste mundo dominado pela tecnologia.

A formação docente convencional que predominava deu lugar a superação, à novas posturas e às novas exigências desse mundo tecnológico. Essa ruptura foi necessária para a evolução do ensino de maneira contextual, o qual se adequasse à nova realidade e essa evolução tem exigido novos interesses e necessidades nesta busca incessante por recursos metodológicos que dêem conta desse desafio que foi imposto aos/as docentes dentro e fora do contexto escolar. Silva afirma que:

O acesso às novas tecnologias deve ocorrer de forma gradativa, onde o professor possibilite ao aluno inserção as novas tecnologias e, ao mesmo tempo ir adquirindo conhecimento na sociedade da informação (Silva, 2020, p. 9).

Os/as docentes compreendem que sua formação inicial não dá mais conta do contexto atual, partindo desse princípio, eles/as precisam trabalhar na construção e aperfeiçoamento dessa nova prática. No entanto, nem sempre os municípios oferecem condições para que essa prática inovadora se efetive. Essa missão não pode ser solitária, a participação e apoio dos gerentes municipais é de suma importância na construção desse processo, dessa maneira a educação e a tecnologia estão atreladas para que a essência da escola não se perca atrás de câmeras, vídeos, entre outros.

É sabível que a tecnologia é uma prática social e os/as docentes precisam se preparar ainda mais para essa inserção e o processo de formação continuada precisa relacionar a teoria à prática de maneira imediatista, pois o manuseio dos sistemas básicos de computadores para

muitos/as docentes ainda é um grande desafio, impossibilitando uma prática pedagógica efetiva que envolvam os/as estudantes e seus objetivos educacionais sejam obtidos, consolidando o processo de ensino e aprendizagem no qual o/a estudantes se tornem reais protagonistas.

3. O ENSINO HÍBRIDO COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL

Estamos vivenciando um momento de muitas transformações na educação. Neste sentido abordamos um novo modelo de ensino que envolve tanto o offline quanto o online, partindo desses pressupostos, a educação nacional vem buscando se inteirar e, sobretudo, se adaptar de maneira afetiva para esta nova prática pedagógica. Kenski nos assegura que “as tecnologias são tão antigas quanto a espécie humana na sociedade, foi a engenhosidade humana, em todos os tempos, que deu origem às mais diferenciadas tecnologias.” (2011, p. 15).

Na verdade, o ensino híbrido não é algo novo, pois é uma forte tendência há alguns anos, no entanto, apenas recentemente passou a ser utilizada na educação, objetivando alcançar as necessidades demandadas por intermédio da pandemia. Neste sentido, percebemos uma diversificação no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, o ensino presencial foi impossibilitado, versamos para a modalidade remota.

O ensino híbrido refere-se a uma metodologia de ensino a qual é composta por elementos diferentes, isto é, o ensino presencial e o digital (virtual). No entanto, ao se abordar o ensino híbrido as dúvidas são inúmeras acerca de que materiais e/ou ferramentas os/as professores/as podem utilizar e aplicar, contemplando esse modelo de ensino em sala de aula. Precisamos ser conscientes, enquanto, docentes que a potencialização da tecnologia não se efetiva de maneira isolada, portanto, faz-se necessário um trabalho educacional coletivo. Aranha assevera que: a educação “não pode ser compreendida fora de um contexto histórico-social concreto e, portanto, a prática social é o ponto de partida e o ponto de chegada da ação pedagógica. (2006, p. 32).”

O processo de ensino e aprendizagem é facilitado por intermédio dessas ferramentas digitais, mas é preciso que esses conteúdos se transformem em conhecimento. É válido salientar que o ensino híbrido pode acontecer mesmo sem internet, pois podemos avaliar as percepções dos/as estudantes por intermédio da gravação de vídeos e essa ação independe da internet, neste modelo de ensino descentraliza a

função dos/as docentes, tornando os/as estudantes mais autônomos e protagonistas do seu conhecimento.

Acreditamos que o ensino híbrido veio para ficar, pois estamos no segundo ano pandêmico e, conseqüentemente, acreditamos que ele será utilizado como alavanca na retomada das aulas presenciais. Não podemos esperar um modelo pronto e acabado neste modelo de ensino, pois sabemos que ele se encontra pautado e se interage em atividades presenciais e online. Não se trata apenas de atrelar o presencial ao online, mas requer a utilização das ferramentas digitais, objetivando o planejamento de atividades pedagógicas que se aproximem com propriedade das necessidades dos/as estudantes e, para que isso se efetive, os/as docentes precisam buscar dados e informações, objetivando personalizar o ensino.

A retomada das aulas presenciais está sendo de maneira gradual, pois as salas de aulas são bastante numerosas e não comportam todos/as em apenas um dia e/ou em uma semana. E o ensino híbrido veio para preencher essa lacuna, otimizar o tempo enquanto não podemos voltar à rotina escolar. Podemos considerar como principais funções do ensino híbrido partir da realidade de cada escola, incentivo à autonomia, o protagonismo dos/as estudantes e o replanejamento após as informações coletadas as aulas presenciais. Reis afirma que:

Os parâmetros curriculares nacionais propõem uma prática educativa que atenda às necessidades sociais, políticas e culturais da realidade brasileira, considerando os interesses e as motivações dos alunos, garantido as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos. (2011, p. 58).

Neste momento as habilidades prioritárias precisam ser consideradas a partir dos documentos vigentes com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o reorganizador Curricular e o Currículo de Pernambuco. O trabalho com essas habilidades precisa acontecer de maneira minuciosa, evidenciando a aprendizagem de cada estudante no que se refere às habilidades prioritárias. É válido, ressaltar que não há modelo pronto, cada unidade escolar vai vivenciá-lo esse novo modelo de ensino, considerando as particularidades dos/as estudantes.

O ensino híbrido não acontece sem a utilização das ferramentas digitais, mesmo que de forma presencial, portanto para vivenciar o ensino híbrido é necessário planejar pensando no/a estudante como

protagonista e o/a professor/a como mediador/a do processo de ensino e aprendizagem.

3.1 A Sala de Aula Invertida

A sala de aula invertida está diretamente atrelada ao ensino híbrido, que se caracteriza em fomentar o ensino presencial ao online. No ensino online o/a estudante não tem a mediação do/a professor/a, considerando seu ritmo e seu tempo. Já no offline o/a estudante se integra aos demais e há interação entre eles/as e os/as docentes. Percebemos que a cooperação para a construção de uma aprendizagem qualitativa e coletiva está presente neste modelo de ensino.

Em suma, a sala de aula invertida refere-se ao estudo dos conteúdos prévios dos/as estudantes que são disponibilizados pelos/as docentes. As ferramentas digitais utilizadas para a disponibilidade desses conteúdos previamente dependerão dos/as docentes, tais como vídeo aulas podcasts, textos, games, slides, entre outros. No entanto, esses materiais precisam desenvolver uma aprendizagem eficiente, emancipatória, reflexiva e crítica. De acordo com Kenski:

O uso criativo das tecnologias pode auxiliar os professores a transformar o isolamento, a indiferença e a alienação com que costumeiramente os alunos frequentam as salas de aula, em interesse e colaboração, por meio dos quais eles aprendam a aprender, a respeitar, a aceitar, a serem pessoas melhores e cidadãos participativos. (2011, p.103).

No entanto, a sala de aula invertida permite que os/as docente pensem e preparem com antecedência, ou seja, offline e disponibilizem aos/as estudantes para realizarem em suas casas. Essas atividades podem ser impressas como propostas de pesquisa e as escolas que não dispuserem de ferramentas digitais que sanem a necessidade dos/as estudantes podem enfatizar o modelo de prática pedagógica por intermédio de projetos, contribuindo para a valoração da pesquisa, pois todo processo de investigação está atrelado às tecnologias, assim como a gravação de um vídeo sobre o que foi estudado em casa e será aprofundado esse debate em sala de aula, tirando as possíveis dúvidas que venham a surgir relacionando às práticas. Sampaio e Leite consideram

que:

Para realizar a tarefa e relacionar o universo do aluno ao universo dos conteúdos escolares, e com isso contribuir para a formação básica do cidadão/trabalhador, o professor precisa também utilizar as tecnologias que hoje são parte integrante da vida cotidiana (2008, p.74).

Portanto, o protagonismo estudantil é bastante considerado neste modelo de ensino que se encontra atrelada ao ensino híbrido que é considerado um modelo promissor de ensino. Dessa maneira, os/as estudantes são mais estimulados na construção do conhecimento, bem como um ensino mais eficiente e instigante, não esquecendo que os momentos presenciais e digitais se complementam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de abordar a utilização das novas tecnologias no âmbito educacional e suas reais contribuições no processo de ensino e aprendizagem. Estruturamos nossa pesquisa transcrevendo de maneira crítica, e, sobretudo, reflexiva a respeito da evolução tecnológica e seus impactos positivos e negativos na sociedade.

A reflexão que enfatizou a tecnologia, considerou que tanto os/as docentes quanto os/as estudantes precisam se familiarizar com essa abordagem que vem sido uma das principais aliadas da educação nos dois últimos anos. E, por se tratar de uma rede mundial ampla é de suma importância analisar de maneira crítica o que é positivo ou não ao processo educativo. Partindo desses pressupostos, salientamos que a utilização das novas tecnologias na educação precisa ser direcionada e assistida por parte dos/as docentes, como forma de inclusão social, isto é, todos/as estudantes precisam ter essa acessibilidade de maneira igualitária. Sabemos que a tecnologia apresenta uma característica política, da mediação docente neste processo, ressaltando a reflexão e a criatividade.

Em suma, a problemática da utilização das novas tecnologias na educação supõe que a escola precisa ser ciente da relevância dessas tecnologias, integrando à busca de conhecimentos e da aplicação desses novos avanços tecnológicos no processo de ensino e aprendizagem,

objetivando a formação de sujeitos críticos, reflexivos e que se tornem capazes de aceitar e conviver com as transformações do meio em que vive, adaptando-se ao mercado de trabalho.

A tecnologia não pode propagar interesses da minoria, seu objetivo precisa ser estar direcionada para a potencialização e acessibilidade de todos/as ao conhecimento, ao desenvolvimento pessoal e intelectual dos indivíduos, à liberdade social que pode ser explicitada no que se refere à qualidade de vida de cada um/a dos/as envolvidos/as neste processo dinâmico que é a evolução tecnológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo Moderna, 2006.

BAZZO, Walter Antonio. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: e o contexto da Educação Tecnológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998. Disponível em: <http://editora.ufse.br/2016/07/05/ciencia-tecnologia-e-sociedade-e-o-contexto-da-educacao-tecnologica> >acesso em 22 de fev. de 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARGREAVES, Andy. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo da Informação**. Editora Papirus, Campinas, SP, 8ª edição, 2011.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico: a mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, pp.101-107, Nº18, Set/Dez, 2001.

PRETTO, Nelson de Luca. O desafio de educar na era digital: educações. **Revista Portuguesa de Educação**, 24(1), pp.95-118, 2001.

REIS, Teuler. **Educação e Cidadania**. Editora Wak, Rio de Janeiro,

2011.

SAMPAIO, Marisa Narcizo, LEITE, Lúgia Silva. **Educação Tecnológica do Professor**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2008.

SILVA, J. D. **Tecnologia e educação**: artefatos tecnológicos na dependência de mediadores transformadores. In: APASE, Ano XI nº26 – outubro de 2020.

SOFFNER, Renato Kraide. **Tecnologias sociais e práxis educativa**. Ver. educ. PVC -Camp. Campinar, (19(1): 57-67, jan./abr.,2014. Disponível em http://periodios.puc_campinas.edu.br/ser/index.php/reeducacao/article/view/Fil/2615/1893>acesso em 20 de fev. de 2021.

SOUZA.R. P. Filomena et. al. **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto. **Sociologia da Tecnologia**: Bio-prospecção e Legitimação. 2009.

PLANEJAMENTO ESCOLAR: INSTRUMENTO DE CONSOLIDAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Elidiane Vicente¹

Jaqueline Roberta Andrade Assis²

Resumo:

O presente trabalho apresenta uma reflexão acerca do planejamento escolar e sua importância na prática pedagógica do professor, assim como na aprendizagem por parte do aluno, trazendo à baila uma discussão do que é e como deve ser feito o planejamento de forma que ele cumpra o seu papel primordial enquanto instrumento facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Considerando-o como o alicerce, a base fundamental para a construção de uma educação transformadora e de uma aprendizagem significativa. O artigo se apresenta como pesquisa bibliográfica e embasa seus resultados em nomes como GANDIM (2011), LIBÂNEO (2003), LUCKESI (1996), OLIVEIRA (2007), VASCONCELOS (2000), VEIGA (2006), entre outros que discutem a tempos a relevância do tema. Destaque para a compreensão de que a clareza ao se planejar para um aluno real e ativo deve sempre ser priorizada. Concluindo que o planejamento permite direcionar e redirecionar as ações pedagógicas, possibilitando a construção, ao longo do processo caminhos diversos que consolidem a aprendizagem.

Palavras-chave: Planejamento. Professor. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A escola tem um papel fundamental na formação do ser humano e um dos instrumentos mais importantes para auxiliar o professor nessa missão é o planejamento escolar, que possibilitará uma organização metodológica do que será trabalhado diretamente com o aluno em sala de aula. No âmbito do seu desenvolvimento os discentes são os mais

1 Elidiane, Mestra em Ciências da Educação-UPAP, PY. Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Básica- Anos Iniciais. Professora da Educação Infantil E-mail: elidiane.vicente@hotmail.com

2 Jaqueline Roberta Andrade Assis, Mestra em Ciências da Educação-UPAP, PY. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Licenciada em Pedagogia. Bacharela em Comunicação Social/Jornalismo. Orientadora Pedagógica. E-mail: jaqueline10roberta@yahoo.com.br

beneficiados com a eficácia da execução do que foi planejado.

O planejamento, ou a ação de planejar, faz parte da vida de todo indivíduo, aquele que não mais planeja, corre o risco de realizar as coisas de forma mecânica, aleatória e improvisada, como consequência, sua ação não ter um sentido definido. Pensar e planejar são atos que agem concomitantemente, portanto não é responsabilidade apenas do professor, mas sim, de todos os profissionais que constituem a escola. Toda comunidade escolar necessita integrar-se visando os resultados positivos no processo ensino aprendizagem.

Desse modo, o presente artigo se apresenta como uma pesquisa bibliográfica apoiada em variados autores que discorrem sobre a temática e que contemplam a ideia de que planejar é um instrumento consolidador da aprendizagem e este trabalho se propõe a comprovar esse questionamento tão frequente no cotidiano educacional, para isso buscará refletir e discutir sobre tão relevante aspecto do processo de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, se propõe a mostrar também que a tarefa de planejar não é fácil, no entanto ela é possível, e que é à partir do planejamento que se encontrará soluções para os imprevistos do cotidiano educacional, pois ele é o norteador, o facilitador e consolidador do processo educativo.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

Planejar é um ato natural e inerente ao ser humano, pois lhe permite refletir, agir, avaliar, fazer e refazer sempre que necessário. De acordo com Vasconcelos (2000, p.59) “planejar é antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a serem realizadas, é agir de acordo com o previsto”, desse modo o planejamento deve ser a base, o alicerce na realização de toda e qualquer atividade humana. No contexto educacional ele se torna ferramenta essencial, ponto de partida no processo de ensino e aprendizagem.

Na educação o planejamento se apresenta em três modalidades. O Plano de escola seria o documento mais global da Unidade Escolar, nele se expressam as diretrizes da instituição de ensino e a relação que esta, através de seu Projeto Pedagógico, terá com os seus planos de ensino. O Plano de Ensino ou planejamento Escolar (como aqui será denominado) se apresenta como o diagnóstico e a previsão daquilo que o docente estima alcançar, é realizado preferencialmente, por bimes-

tre, podendo também ser realizado semestralmente ou anualmente, é um documento mais elaborado, onde constam os conteúdos, objetivos, metodologias e indicativas de avaliação que nortearão àquele período letivo. Por fim, o plano de aula que é um “recorte” diário do planejamento escolar, é a previsão do desenvolvimento do que será ministrado em uma aula, ou em conjunto específico de aulas.

Necessário ressaltar que todos os tipos de planejamento precisam resultar em um documento escrito que servirão, não apenas para arquivamento no estabelecimento de ensino, ou nos arquivos do professor, mas, e, sobretudo, para orientar as ações do docente possibilitando-o revisar, aprimorar e modificar seu planejamento de acordo com a realidade de sua turma. Todos os planos devem estar articulados entre si e o Projeto Político pedagógico (PPP) que reflete a proposta educacional geral da escola. Como afirma Libâneo, (2001, p. 255) (...) “é o documento mais global; expressa orientações gerais que sintetizam, de um lado, as ligações do projeto pedagógico da escola com os planos de ensino propriamente ditos”.

O planejamento escolar descreve em termos operacionais o que será feito em sala de aula, sempre objetivando a aprendizagem, é um norteador do processo ensino e aprendizagem, ele orienta o que será ministrado, como será ministrado e o que se espera alcançar do corpo estudantil, para isso não pode ser apenas teórico, deve ser prático, “vivo”, ativo e refletir a práxis do professor. Conforme atesta Libâneo.

“O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto à sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação”. (LIBÂNEO, 2013, p. 245).

É um trabalho coletivo e democrático. Coletivo, pois, deve ser realizado em parceria com a coordenação pedagógica da escola e democrático, porque precisa atender a todos os que para ele está sendo pensado, idealizado e produzido, os alunos e alunas, dessa forma, mesmo sendo um documento coletivo atenderá individualmente cada indivíduo encaminhando-o ao progresso educacional.

Por isso, ele é considerado um documento “aberto” e flexível e será mais eficiente à medida que se conhece seu público alvo, possibilitando assim, organizar sua prática pedagógica e a didática a ser aplicada de modos que as aulas alcancem a excelência na qualidade do seu desenvolvimento e desse modo, não caia na mecanização de repassar conteúdos e se disponha a ir além, a ir ao encontro das necessidades dos estudantes e considera-los como o centro do processo ensino e aprendizagem, o professor será o facilitador, um planejador e guia desse complexo processo.

Sobre esse aspecto, corrobora Oliveira (2007):

“(…) o ato de planejar exige aspectos básicos a serem considerados. Um primeiro aspecto é o conhecimento da realidade daquilo que se deseja planejar, quais as principais necessidades que precisam ser trabalhadas, para que o planejamento as evidencie faz-se necessário fazer um trabalho de sondagem da realidade daquilo que ele pretende planejar, para assim, traçar finalidades, metas ou objetivos daquilo que está mais urgente de se trabalhar”. (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Tal afirmação ratifica que a construção do planejamento mesmo começando antes do início das aulas precisa ser flexível o suficiente para se adaptar à turma que o professor irá lecionar. Assim sendo, apesar da formação inicial típica de início de ano letivo em que toda a equipe escolar coletivamente se planeja, é só com o conhecimento da realidade do alunado que o planejamento escolar ganha forma e será assertivo ao levar às heterogeneidades em consideração. Vale ressaltar que não é tarefa fácil, no entanto sem ele a aula poderá ficar como um “barco à deriva”. O planejar é um norteador, uma “bússola” e à partir de se encontram caminhos, que facilitam a ação docente e a aprendizagem discente.

Um professor munido de planejamento sólido e coerente com as diversidades de sua turma alcançará maiores resultados, desde a segurança com que tratará os conteúdos aplicados, até a multiplicidade de metodologias aplicadas e as variedades de avaliações. O alunado por sua vez, perceberá a segurança por parte do professor em tratar às diversidades e conseqüentemente participarão com mais intensidade do processo, os resultados virão como consequência do que fora traçado no

plano de ensino. Será de forma linear? Não, pois é sabido que diversos fatores comprometem a aprendizagem, entretanto com um plano bem estruturado e aberto as intemperes cotidianas serão possíveis alcançar resultados significativos, como afirma Gandim (2001, p. 27) “planejar é de fato, definir o que queremos alcançar; verificar a que distância, na prática estamos do ideal e decidir o que se vai fazer para encurtar essa distância.”

Novos e velhos desafios surgem e instigam o professor no fazer de sua rotina fazendo-o repensar sua prática e sua missão. Repensar principalmente se sua formação acadêmica ainda é suficiente para os novos tempos e se os caminhos, recursos e métodos que está utilizando são suficientes para atingir os objetivos propostos. Essa reflexão constante é imprescindível para a condução de sua prática, para que essa seja ativa e não estática, que não pare nos obstáculos e consiga encontrar novos caminhos para transpor os obstáculos, sobretudo na era digital em dos alunos que vivem mais em função da tela dos computadores e celulares, isto também tem que ser observado na sua pesquisa e no seu planejamento.

Conforme Veiga (2006):

Planejar o ensino significa pensar sobre algumas questões: por que, para que e como ensinar? Quem ensina? Quem aprende? Quais os resultados do ensino? Mas não é só. É preciso ir além, a fim de evidenciar as relações entre os processos sociais que repercutem no ato de ensinar. O planejamento do ensino não constitui apenas uma expressão técnica e linear. (VEIGA, 2006, p. 289).

Portanto, o professor ao planejar não pode conceber seu aluno como um ser estático, ele é sujeito ativo e construtor de sua própria aprendizagem, levar em conta também o tempo próprio de cada indivíduo em aprender, para isso, deverá procurar constantemente novas metodologias, que ofereçam melhores resultados e se adaptem à realidade da turma. Se o seu plano for um documento fechado, pronto e acabado favorecerá apenas uma parcela do todo, e, esse não é o objetivo de um bom planejamento. De acordo com Turra (1995):

“O professor, ao planejar o trabalho, deve estar familiarizado com o que pode pôr em prática,

de maneira que possa selecionar o que é melhor, adaptando tudo isto às necessidades e interesses de seus alunos. Na maioria das situações o professor dependerá de seus próprios recursos para elaborar seus planos de trabalho. Por isso, deverá estar bem informado dos requisitos técnicos para que possa planejar, independentemente, sem dificuldades (...) considerando que o ensino é o guia das situações de aprendizagem e que ajuda os estudantes a alcançarem os resultados desejados, a ação de planejá-lo é predominantemente importante para incrementar a eficiência da ação a ser desencadeada no âmbito escolar". (TURRA et alii, 1995, p. 20).

Ratifica-se assim a função do professor em toda e qualquer época, a de ser um motivador, mediador da aprendizagem a partir dos seus conhecimentos acadêmicos e empíricos, repassando conhecimentos significativos e práticos para a vida em sociedade. No entanto, mesmo consciente dessa premissa a sua real aplicabilidade por vezes se torna difícil frente aos desafios e assim, preparar uma aula sempre vai requerer todo um tempo e uma pesquisa que trará resultados valiosos para educador e educandos. O professor precisa ser um organizador, um mediador do conhecimento e um eterno pesquisador, o que lhe torna um aprendiz permanente, para então ser um organizador da aprendizagem dos seus alunos. A empatia pelo seu objeto de trabalho fará com que o educador se ponha no lugar de seu educando e veja o processo de ensino e aprendizagem por outras perspectivas, assim, o ensino não seguirá um fluxo unidirecional.

Logo, é necessário entender que planejar não é um ato burocrático e teórico, para elaboração de projetos ou atividades diferenciadas dentro de um cronograma predeterminado pela Unidade Educacional, mas sim um processo contínuo e permanente, reflexivo e analítico propenso a intervenções, mudanças e adaptações ao longo do percurso, uma vez que, ao se planejar não se pode apenas pensar no resultado final, o percurso até chegar nesse objetivo também deve ser muito bem aproveitado.

Desempenhar a profissão de professor sempre foi um desafio diário diante de tantos fatores externos e internos, entretanto, se há um planejamento alinhado a turma os desafios se tornam mais fáceis de serem superados. Planejar é, portanto, um processo ativo, pessoal, cheio

de obstáculos, mas não impossível. Nesse contexto, superar os desafios, resignificar conceitos e formação continuada são mecanismos necessários para a superação dos desafios contemporâneos. Uma atividade inacabada e sempre sujeita a reavaliações ao longo do caminho. Como afirma Libâneo (2001):

“Consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados desejados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.” (LIBÂNEO, 2001, p. 123).

Logo, o planejamento adequado compartilha sólidos conhecimentos e desenvolve métodos apropriados que propiciarão um ensino bem sucedido e conseqüentemente uma aprendizagem consolidada. Pode-se dizer que o processo de ensino, em relação a aprendizagem pode ser definido como uma série de atos realizados pelo educador com o propósito de repassar situações que dêem aos alunos possibilidades diversas de aprender. É o alicerce mais importante para a construção da tão almejada “educação corajosa, (...) de uma educação que leve o homem a uma nova postura de seu tempo e espaço.” (FREIRE, 2011, p. 122).

A concretização da educação de qualidade, com uma aprendizagem significativa e para a vida, de cidadãos aptos e conscientes é resultado de um planejamento sério e comprometido com a realidade de seu corpo estudantil, será fator preponderante para a consolidação da aprendizagem, reconhecer sempre as singularidades de cada cidadão. Por isso, os planejamentos prontos e as improvisações devem ser evitados, uma vez que esses não promovem mudanças, nem despertam novas atitudes e conseqüentemente não consolidam a aprendizagem.

(...) acompanhar as exigências do mundo moderno deverá alterar sua postura com os alunos, devendo passar a tratá-los como indivíduos responsáveis pelo próprio processo educativo. O docente precisa deixar de ser um repetidor de

receitas para empreender projetos pedagógicos, com simulações de problemas aproximados da realidade que desafiem os alunos a serem criativos autônomos e críticos. Deve desencadear atividades que gerem capacidade produtiva e instiguem o espírito de investigação. Ao planejar ações que demandam o raciocínio lógico, deve ter a sensibilidade de provocar a reflexão ética, o diálogo, o espírito de grupo e a plena vivência da cidadania consciente. (BEHRENS, 1996, p.47).

Tal citação corrobora com a prerrogativa maior do planejamento escolar de promover práticas educativas que consolidem verdadeiramente a aprendizagem, para isso se faz necessário reforçar que a reflexão da ação didática para que essa venha a agir, modificar e /ou intervir na realidade dos envolvidos, isso se concretizará quando o professor for além de conceitos e explicações, pensando e produzindo um planejamento articulado e transdisciplinar que confronte seus alunos com situações concretas e que ele próprio se desafie a resolver problemas e não apenas repetir conceitos e soluções prontos. Esse planejamento escolar não é apenas utopia, é possível e real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o indivíduo sabe aonde quer chegar e se planeja para chegar lá, os caminhos, por mais obstáculos que se apresentem, se tornam possíveis de se transpor, e, quando impossíveis de transpor se procuram e encontram outros caminhos, o que importa é que no final o objetivo será alcançado, isso só foi conquistado pois houve um planejamento para tudo que foi realizado. Levando em considerações o exemplo acima, pode-se dizer que na educação ele é perfeitamente aplicado, uma vez que o processo educacional só contemplará seu objetivo final da conquista da aprendizagem por parte do educando quando se segue um planejamento bem refletido, discutido, elaborado e coerente. Dessa forma ele é o alicerce, a base, a pedra fundamental da atividade educacional para educadores e educandos.

Diante de toda a pesquisa bibliográfica analisada e apresentada neste artigo fica certificado que é imprescindível planejar as ações didáticas antes de executá-las, para assim se obter sucesso. Entretanto, se constatou também que não é apenas planejar para preencher requisitos

das instituições escolares que fará o sucesso acontecer. O planejamento é trabalho contínuo, ativo, onde se planeja e se (re)planeja sempre que houver necessidade.

A afirmação de Luckesi (1992, p. 121) “planejar é um conjunto de ações coordenadas visando atingir os resultados de forma mais eficiente e econômica,” concluí com maestria as reflexões e discussões apresentadas ao longo do referencial teórico, corroborando assim, com a visão de que o planejamento é um instrumento valioso e consolidador do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRENS, Marilda. **FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA**. Curitiba. Champagnat, 1996.

FREIRE, P. **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

GANDIN, Danilo; Cruz Carlos H. Carrilho. **PLANEJAMENTO NA SALA DE AULA**. 11 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

LIBÂNEO, J.C. **ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR, TEORIA E PRÁTICA**. 4 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

_____. **DIDÁTICA**. São Paulo. Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano C. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR**. São Paulo. Cortez, 1996.

_____. **PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR. ARTICULAÇÃO E NECESSÁRIA DETERMINAÇÃO IDEOLÓGICA**. São Paulo, FDE, Série Ideias. 1992.

LUCK, H.A **APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ESCOLA**. *Revista Gestão em Rede*, nº 19, 2000.

OLIVEIRA, D.A. **O GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO:**

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. 7ª ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

VASCONCELOS, C. **PLANEJAMENTO: PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.** São Paulo, Libertad. 2000.

VEIGA, I.V (org). **LIÇÕES DE DIDÁTICA.** São Paulo, Papirus, 2006.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: AVANÇOS E ENTRAVES

Jacileide Cabocla da Silva¹
Jaqueline Roberta Andrade Assis²

Resumo:

O presente trabalho de pesquisa objetiva abordar reflexões teóricas acerca dos avanços da modalidade Educação à Distância, sua importância, bem como os entraves sofridos por este tipo de educação e que foram evidenciados pela pandemia da Covid-19, que valorizou a EaD, pondo-a no centro do processo educacional em todos os níveis da educação, especialmente no Ensino Superior. A modalidade foi debatida e analisada neste artigo o qual busca, evidenciar sua importância e seu crescimento nas últimas décadas em virtude dos avanços tecnológicos, do advento da internet e das necessidades do mundo globalizado. A metodologia utilizada nesta pesquisa é de cunho bibliográfico, por intermédio da apresentação de concepções teóricas com autores renomados como BELLONI (1999), MACHADO (2006), MORAN (2013), dentre outros/as que discorrem sobre a temática em estudo. Como resultado serão apontados caminhos para enfrentamento das dificuldades apresentadas ao longo do texto e que ainda separam o ensino presencial do ensino à distância. O objetivo de pesquisa de cunho bibliográfico buscou embasar conceitos básicos acerca da Educação à Distância e do processo de ensino e aprendizagem no que se refere à modalidade EaD, contribuindo para uma análise crítica e, sobretudo, reflexiva numa perspectiva de educação qualitativa, igualitária e emancipatória.

Palavras-chave: Educação à Distância. Avanços. Entraves.

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa aborda questões teóricas inerentes à

1 Jacileide, Mestra em Ciências da Educação-UPAP, PY. Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Básica- Anos Iniciais. E-mail: Jacileidecaboclasilva@gmail.com

2 Jaqueline Roberta Andrade Assis, Mestranda em Ciências da Educação-UPAP, PY. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Licenciada em Pedagogia. Bacharela em Comunicação Social/Jornalismo. Orientadora Pedagógica. E-mail: jaqueline10roberta@yahoo.com.br

educação à distância em tempos de pandemia: avanços e entraves, buscando abordar os efeitos causados pela pandemia na educação no Brasil e a importância da Educação à Distância (EaD) no processo educativo. Nessa perspectiva se percebe claramente as maiores fraquezas e entraves que a educação tem enfrentado nestes dois últimos anos e o quanto as mudanças na sociedade têm atingido a educação, pois os/as docentes precisam inovar e, sobretudo, transformar suas práticas pedagógicas para acompanhar o desenvolvimento social.

Em um país eminentemente desigual como o Brasil, nos mais variados aspectos, especialmente na educação é necessário refletir sobre EaD como uma nova perspectiva de ensino que busca a equidade educativa por intermédio de uma modalidade que consiga contemplar os/as estudantes no seu tempo e disponibilidade, portanto, essa modalidade de ensino busca amenizar a realidade dessa desigualdade social e, sobretudo, educacional, pois o Brasil é desigual em vários aspectos e isso impacta diretamente na educação.

A Educação à distância é uma modalidade de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) que com o passar dos anos foi se acentuando e abrangendo todas as áreas de conhecimento e, conseqüentemente, aumentando o número de estudantes que buscaram se adequar ao advento da tecnologia que realmente provocou mudanças em todos os aspectos da educação, bem como as questões socioemocionais, incluindo as mais diversas maneiras de fazer educação e nos modelos de ensinar e aprender.

O Ensino Remoto foi aderido apenas como um processo emergente, no entanto, prolongou-se por dois anos, passamos por muita inovação e reinvenção pedagógica, pois as novas tecnologias adentraram nas salas de aula para ficar, constituindo-se um desprendimento total das práticas tradicionais. Não é apenas um faz de conta para inovar parcialmente buscando soluções para o momento, pois a inovação pedagógica foi realmente necessária e representa uma ruptura de natureza cultural.

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico por intermédio de uma revisão de literatura na qual aborda de maneira clara as especificidades da Educação à Distância (EaD), bem como suas reais contribuições neste momento crítico de pandemia. É válido salientar que os fatores que fundamentam a EaD são bem distintos do Ensino Remoto, assim o presente estudo, apresenta uma abordagem qualitativa acerca da temática enfatizada neste trabalho, objetivando ampliar a leitura pelos/as docentes acerca da EaD que é uma modalidade de ensino séria e,

que neste momento pandêmico se acentuou bastante, tendo em vista, as necessidades do isolamento social.

O estudo relata uma acervo teórico o qual se dá pelo desenvolvimento de uma leitura bibliográfica sobre tecnologia, EaD, do ponto de vista do ensino e aprendizagem e, por fim as últimas considerações acerca da história da EaD atrelada à tecnológica e educacional. Algumas considerações acerca da historicidade da EaD serão apresentadas, enfatizando sua ascensão neste momento pandêmico, bem como a reflexão sobre os paradigmas que caracterizaram essa modalidade, diferenciando-a do Ensino remoto e sobre as projeções das possíveis mudanças no âmbito educacional. Esses novos paradigmas precisam ser considerados na inovação pedagógica, reconhecendo a relevância dessas mudanças no processo educativo.

Nessa perspectiva, serão relacionadas as postulações supracitadas aos desafios enfrentados pelos/as professores/as neste momento de incertezas e transformações, mediante os desafios enfrentados durante a pandemia da COVID-19, caracterizada como a pior crise sanitária do século e que demandou um cenário atual crítico que obrigou todos/as os/as profissionais da Educação a se reinventarem, dada a necessidade de manter o distanciamento social e de introduzir tecnologias para a mediação pedagógica. Durante muito tempo a utilização do celular na sala de aula foi razão para muitas desavenças entre professores/as e estudantes. No entanto, a inclusão desses dispositivos nas práticas educacionais permite que os/as estudantes acessem as plataformas utilizadas de maneira prática e efetiva. É necessário que os aplicativos sejam escolhidos de maneira que os/as estudantes tenham facilidade em acessá-lo, bem como se comunicar com os/as professores/as para as possíveis dúvidas.

1. Educação à Distância: Evolução e entraves na pandemia

A modalidade Educação a Distância EaD, não é tão recente no Brasil, ela data da década de 20 com a era do rádio, mas teve impulso à partir dos anos 40 com o pioneirismo dos cursos do Instituto Universal Brasileiro. Desde então foi ganhando força e adeptos, especialmente no âmbito do Ensino Superior e mais recentemente com cursos relacionados à formação continuada para profissionais de áreas diversas. Mas, o que seria de fato a EaD? De acordo com Moran, (1994), entende-se por educação à distância:

O processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias onde professores e alunos estão separados espacialmente e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão juntos fisicamente, mas podem estar conectados. (MORAN, 1994, p. 1).

Entretanto, a implementação da Educação a Distância não aconteceu de forma instantânea, ela é resultado de anos de planejamento, até chegar ao modelo atual, um desejo que emergiu nos primórdios da educação onde já se pensava em meios para modificar os tradicionais métodos de ensino que se baseavam em sala de aula física, professor e alunos. Surgiram assim, os programas educativos através do rádio, por correspondência e em seguida pela televisão, até chegar ao modelo atual através dos recursos tecnológicos que se consolidou com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação as TICs e da internet.

Desse modo, essa forma de ensino foi crescendo e se desenvolvendo ao longo das décadas, ganhando cada vez mais estudantes que acompanharam o advento tecnológico que provocaram e continuam provocando uma mudança radical não só na informática, mas em todas as relações sociais e humanas, incluindo as formas de fazer educação e nos modelos de ensinar e aprender. Faria e Salvadori afirmam que:

A EaD é uma modalidade de ensino que cada vez mais está se destacando no cenário atual, principalmente porque se adapta à diferentes realidades dos alunos que procuram formação mediante este meio. Não se trata de forma facilitada de conseguir títulos, muito menos de formação de baixa qualidade. Trata-se de um sistema que atende as necessidades de um público específico e está atingindo cada vez mais segmentos. Toda essa procura aumenta ainda mais a responsabilidade dos profissionais que atuam nesta modalidade educacional. (FARIA, SALVADORI, 2010, p. 16) .

Portanto, não se concebe mais a EaD como um complemento educacional, um apêndice às aulas presenciais, ela é uma modalidade educacional em vertiginoso crescimento que aconteceu concomitantemente ao advento das TICs e da internet, que foi também determinante para impulsionar as Universidades, inclusive as públicas a incluírem a

modalidade em seus currículos.

Na atual sociedade globalizada o estudo à distância se tornou ainda mais contemporâneo, pois educação já não é mais algo estático em que o conhecimento é adquirido de uma única forma, ela rompeu esse estigma e se apresenta como um processo ativo que reorganizou as formas de ensinar e de aprender.

Formas essas que ficaram muito mais visíveis na atual realidade, pois o mundo foi assolado desde 2020 pela pandemia do novo Coronavírus que obrigou as populações a se isolarem em quarentena dentro de suas casas, desencadeando assim, um novo cenário educacional em que a educação à distância se tornou a protagonista, mesmo sem planejamento prévio, pois o ensino remoto teve que ser colocado em prática em todos os níveis educacionais. No entanto, a introdução da EaD em outros níveis além do Ensino Superior já era uma realidade imaginada, mas ainda em teoria, de repente se tornou uma realidade na prática. Pois, há muito se vislumbrava essa introdução, corrobora com esse pensamento a afirmativa de Magnavita:

Definir a EaD a partir da sua adjetivação tem catalisado nossas reflexões em detrimento de sua essência. Questiona-se o termo “distância”, uma vez que ele não pode ser mais compreendido como distância puramente física ou geográfica. Somos convidados a pensar em processos educativos que ultrapassem as instituições de ensino mais tradicionais, ou em propostas que apresentem como possibilidade a criação de novos ambientes de aprendizagem, onde a relação presencial professor/aluno seja transcendida. O desafio nesse sentido será o de pensar modelos pedagógicos que sejam transgressores e reaplicáveis a qualquer situação de aprendizagem. (MAGNAVITA, 2003, p. 57).

Tal afirmativa leva ao entendimento de uma educação à distância que vai além de uma necessidade de diminuição geográfica, mas sim uma modalidade pensada, planejada e possível para todos os níveis de ensino, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, e demais cursos técnicos e profissionalizantes. Entretanto, pensar EaD, e fazer a mesma acontecer é tarefa ainda complexa e mesmo em pleno desenvolvimento ainda são perceptíveis os entraves que a impede de ser completamente eficaz. Especialmente na sua oferta, que necessita ser flexibilizada com

equidade para “atendimento de uma demanda de aprendizagem, contínua, com flexibilização do acesso, do ensino, da aprendizagem e da oferta.” (Belloni, 1999).

Contudo, é pertinente afirmar que, desde sempre, a Educação à Distância enfrenta inúmeras dificuldades, mas na atualidade de uma realidade pandêmica tudo ficou mais evidente. Por exemplo, os formatos mais tradicionais, que contam com professores/as em sala de aula, na modalidade presencial, são considerados/as pela maioria das pessoas como mais seguros ou confiáveis, embora sejam evidentes os avanços da EaD em termos de metodologias, tecnologias e qualidade de ensino haja vista que o ensino virtual exige uma autonomia e organização do docente e do estudante, a falta de base educacional e o nível socioeconômico impactam diretamente no aproveitamento dos conteúdos oferecidos via plataformas digitais.

A EaD tem o objetivo de minimizar a falta das aulas presenciais com o alongamento da quarentena quase em tempo indeterminado as escolas adotaram as aulas on-line. As aulas à distância para crianças e adolescentes não funcionam bem, pois leva-se em consideração a precariedade no uso de tecnologias aplicadas na Educação à Distância e a preocupação com a preparação dos/as estudantes que tenham hábitos presenciais, além de haver grande dificuldade de compreensão em novas ferramentas virtuais, estudantes não terem total acesso a essas formas de educação e tecnologia e a internet ainda é inacessível em diversos locais.

Preparar aula para ser ministrada a distância é bem diferente, as ferramentas são diferentes a didática não é a mesma de uma aula padrão; para os/as estudantes as aulas têm que ir muito além, manter a motivação dos/as estudantes é fundamental. As universidades não preparam os/as professores/as para essa realidade. Por sua vez, Moura (2019s/p) APUD, PENTEADO e COSTA (2021 s/p):

Analisou o processo de produção de videoaula na EaD com atenção para os dilemas, desafios e perspectivas em relação ao processo pedagógico. Os professores têm dificuldades: a organização e administração do tempo da aula e de utilização de slides; a adaptação com as câmeras; e sentimentos de nervosismo, ansiedade, preocupação, desconforto, indisposição e mal-estar (alguns vomitaram por fobia de câmeras filmadoras). (2019).

Pensar em EaD como uma nova realidade exige que comecemos a pensar na discrepância entre a sociedade, pois isso pode gerar o aumento da desigualdade social entre o ensino público e privado. O Brasil é um país desigual em vários aspectos e isso impacta diretamente na Educação, ficando ainda mais evidente quando falamos de EaD.

Dentre os desafios encontrados destacam-se a desigualdade em relação ao acesso à internet no Brasil e o despreparo de professores/as e estudantes para lidar com o ensino e o aprendizado remotos. As dificuldades e as limitações também podem estar associadas à natureza social, financeira e humana. MACHADO e PENHA (2019. P.407,408). Afirnam que:

É notável que os diversos recursos tecnológicos contribuem com a EaD, entretanto, não é possível garantir que todos os alunos do interior e de regiões mais remotas, obtenham uma formação suficiente, pois a objetividade e a falta de investimentos nesse setor podem se contrapor na trajetória acadêmica. Outro fator que gera desvantagem é a descontextualização do educador com a realidade, costumes e cultura do educando, gerando dificuldade na compreensão dos objetivos propostos pela disciplina. (2019. p. 407-408).

A sociedade se enquadrou num modelo no qual a relação entre as pessoas está fortemente mediado pela tecnologia, principalmente por conta da necessidade do isolamento social e as escolas tiveram que se adequar a este novo modelo de ensino. Se a sociedade está imersa em relações mediadas por tecnologias cabe à escola trazer essa relação para dentro do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, é importante salientar que se perdurar as aulas remotas como padrão é válido investir na infraestrutura de comunicação e de dados robusta e acessível permitindo que as pessoas tenham acesso à internet onde quer que estejam. Sendo assim, questiona-se a educação à distância e suas dificuldades em toda a sua dimensão. Em questão, com a pandemia do Coronavírus as escolas adotaram o modelo de Ensino Remoto que também enfrentam muitos entraves.

O Ensino Remoto preconiza a transmissão de aulas em tempo real, ou seja é a rotina de sala de aula em um ambiente virtual; diferentemente do EaD que concerne numa modalidade de educação mediada

por tecnologias de informação e comunicação, no mais os/as estudantes podem acessar suas aulas no momento que acharem oportuno.

Com o isolamento social e o fechamento das escolas por conta da pandemia COVID-19 acarretou a transferência parcial do ambiente escolar para o digital com a utilização de ferramentas acessadas pelos/as estudantes em seus domicílios, o que também deixou mais evidentes as desigualdades de acesso às Tecnologias de Informação para as camadas socioeconomicamente mais vulneráveis. Em Silva, Bezerra e Adrião (2020. p.4), vamos encontrar o seguinte esclarecimento:

[...] é possível relatar que o formato de ensino remoto emergencial revela uma realidade de alunos que encontram dificuldades na forma de acessar as aulas, pois são poucos os que têm acesso à internet e a um dispositivo móvel, sendo assim, tornando-se impossível eles terem a oportunidade de acompanhar o andamento das aulas. Por sua vez, os professores que vêm tendo uma “carga horária ainda mais pesada”, buscam alternativas para levar a esses alunos as atividades planejadas, e uma delas é que as escolas passaram a disponibilizar materiais impressos para esses alunos não ficarem atrasados em relação aos conteúdos programados pela instituição. (Silva, Bezerra e Adrião, 2020. p.4).

Muitos são os entraves encontrados pelos professores e alunos nesta nova modalidade de ensino. Visto que muitas famílias em vulnerabilidade social não dispõem de acesso a internet muito menos de aparelhos tecnológicos. Nas áreas rurais a situação se torna ainda mais precária pela falta de infraestrutura para o sinal chegar a lugares mais remotos.

Através da implementação de atividades de ensino remoto durante a pandemia COVID-19, tornou ainda mais evidente a importância da preparação dos professores para utilizar as tecnologias na mediação do aprendizado dos/as estudantes. Consequentemente impactou em sua interação com os alunos. Outra característica que dificulta a didática do/a professor (a) é o ato de avaliar de forma remota, pois nesse processo preconiza a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, em sentido amplo, a avaliação é um processo transversal às práticas educacionais. Sendo assim a forma e a falta de tais habilidades pode impactar na oferta de uma educação de qualidade. HERMIDA e

BONFIM utilizam-se da argumentação:

A EAD pode apresentar também algumas desvantagens por não contribuir com a socialização e interação presencial entre alunos e docentes, o que empobrece a troca afetiva direta de experiências, afinal educar requer afeto, diálogo, atenção. Seu sucesso depende de uma rigorosa elaboração de planejamentos que devem ser selecionados visando atender a uma diversidade de pessoas que farão uso dele, visto que estas possuem características e necessidades diferenciadas. A avaliação é outro ponto que merece uma ampla reflexão, pois os resultados obtidos são menos confiáveis do que na avaliação presencial. (2006. p. 178).

Essas dificuldades são enfrentadas em todo o mundo. Porém devemos investir na infraestrutura das redes para não haver desigualdade de classes no EaD, nesse sentido o ensino presencial pode se complementar com o ensino à distância, significando que um não deve eliminar o outro, sendo indispensáveis alguns ajustes para que os dois funcionem integrados e, por fimamente partimos para a nossa conclusão de pesquisa que se encerra por intermédio de um cunho teórico acerca da EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto trabalho de pesquisa fica perceptível que a inserção das tecnologias na educação escolar pode e precisa estar atrelada ao modelo de uma intervenção pedagógica que corroborem com as práticas estruturantes da escola do século XX. Nessa perspectiva, a tecnologia desempenha uma função essencial para o futuro da Educação. Este é um pensamento bastante importante neste momento atual de pandemia no Brasil e no mundo, pois foi preciso ressignificar a função da educação escolar e familiar.

Portanto se constata que a EaD vem se elegendo como mais importante, assim faz-se necessário a incrementação de políticas públicas que fomentem a prática docente, uma vez que, em sua formação inicial os/as professores/as não tiveram esse suporte no que se refere ao modo como estes podem utilizar diferentes tecnologias digitais em suas aulas, visando a construção de conhecimento de forma significativa para os/

as estudante. Isto, tendo-se em conta que, mesmo com o afastamento social, a mediação do/a professor/a no processo ensino e aprendizagem é possível. E, deste modo, urge que o professor/a precisa assumir a função de intermediar a construção do conhecimento dos/as estudantes.

Neste período pandêmico a tecnologia se tornou uma grande aliada da educação e como chave transformadora dos/as cidadãos é preciso mantê-la ativa, assim como mudanças nas práticas educacionais neste momento atípico de isolamento social e a escola mantém a união das pessoas e continua transformando as pessoas, reorganizando seus cronogramas e calendários. É sabível que o mundo da educação se encontra em constante transformação e, conseqüentemente mais tecnológico. Portanto, as práticas de ensino e aprendizagem, bem como as atualizações das práticas educativas são primordiais e esses recursos são excelentes maneiras para manter um vínculo entre professor/a e estudante, logo a atualização da tecnologia educacional é de suma eficácia para aperfeiçoar as estratégias e práticas de ensino, tornando-se a maior aliada ao processo educativo.

Logo, é válido salientar que a Educação à Distância é de suma importância para equidade educacional, apesar das inúmeras dificuldades que a educação vem enfrentando a EaD na atualidade tem atendido inúmeros/as estudantes em diversas áreas do conhecimento, mesmo diante de uma realidade pandêmica na qual tudo ficou mais difícil, pois as metodologias e formatos tradicionais de ensino, são considerados/as pela maioria das pessoas como mais seguros ou confiáveis, no entanto, são evidentes os avanços da EaD em termos de metodologias, tecnologias e qualidade de ensino que exige autonomia e organização docente. Uma vez que, nem todos/as estudantes têm uma boa base educacional e o nível socioeconômico impacta diretamente no aproveitamento dos conteúdos oferecidos via plataformas digitais.

Em todos os contextos do Brasil a educação é possível mesmo com todas as dificuldades enfrentadas neste período pandêmico, logo o ensino de qualidade garante uma aprendizagem mais significativa para os/as estudantes, participando do mundo com mais justiça social.

Os valores e princípios são fundamentais para o desenvolvimento dos/as estudantes, daí a autonomia, a responsabilidade e o respeito precisam estar atrelado à formação de cidadãos críticos para atuar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, preparando os indivíduos e tornando-os capazes de transformar as realidades do mundo que os rodeiam. Daí a real necessidade da implementação de políticas públicas que contemplem a formação continuada, pois o âmbito educa-

cional pós pandemia não será o mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, M. A. V.; ARAÚJO, R. W. A.; PINHEIRO, C. S. **Investigar/dialogar a respeito da educação básica pública em tempos de quarentena**. In: Encontro Nacional Perspectivas Do Ensino De História - Perspectivas Web 2020, 11. 2020, Ponta Grossa. Anais [...]. Ponta Grossa: ABEH, 2020. p. 1-11.

BELLONI, M. L. **Educação à Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

HERMIDA, J. F. BONFIM, C. R. S. A Educação À Distância: História, Concepções e Perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006 ISSN: 1676-2584.

MACHADO, E. P. PENHA, E. D. (2019). Educação a Distância. A utilização dos recursos tecnológicos como mediadores da aprendizagem. In **Educação, tecnologia e sociedade: novas abordagens educacionais** (pp.403-411). João pessoa, Brasil: Ideia.

MAGNAVITA, Cláudia. **Educação a Distância: Desafios Pedagógicos**. In: Alves, Lynn, Nova Cristiane (orgs) Educação e Tecnologia: Trilhando caminhos. Salvador: Editora da UNEB 2003.

MORAN, J. M. **“O que é Educação à Distância?”** In: Boletim de Educação a Distância. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2000. Disponível em: www.eca.usp.br/prof/moran acesso em 13/07/2021.

PENTEADO, R.Z. COSTA, B.C.G. Trabalho docente com videoaula em EaD: dificuldades de professores e desafios para a formação e a profissão docente. ARTIGO • **Educ. rev.** 37 • 2021 • <https://doi.org/10.1590/0102-4698236284>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/KxHNB8BpTrJZLbfnbVVTkkJ/?lang=pt>.

_____. **A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus 2013.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Jacileide Caboclo da Silva¹
Elidiane Vicente²

Resumo:

A presente pesquisa aborda reflexões teóricas acerca de como o processo avaliativo tem sido vivenciado no âmbito escolar, atrelando-a ao planejamento. Apresentamos algumas concepções teóricas com autores de renomes como Albuquerque (2006), Sacristán (2017), Luckesi (2002), Orso (2015), Souza e Santos (2019). A avaliação e o planejamento precisam ser ações concomitantes mesmo que desempenhem funções distintas estão atreladas às questões qualitativas que determinam se os/as estudantes atingiram ou não os objetivos propostos neste processo que muitas vezes se torna excludente, dependendo da maneira em que sejam direcionadas aos/as estudantes. Objetivamos com essa pesquisa de cunho bibliográfico, dimensionar mesmo que teoricamente as nuances da avaliação e do planejamento escolar, embasando-as ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Enfatizamos a importância do planejamento escolar, algumas concepções teóricas acerca da avaliação, bem como sua importância no processo educativo, sobrepondo-se o qualitativo sobre o quantitativo, pois dessa maneira estamos contribuindo para uma análise crítica e, sobretudo, reflexiva acerca da aprendizagem e de que maneira esse planejamento pode contribuir positivamente para a minimização de possíveis problemáticas que as atividades avaliativas podem atenuar aos/as estudantes. Portanto, é preciso considerar esses processos supracitados como uma prática que precisa ser vivenciada nas atividades escolares numa perspectiva de educação qualitativa, igualitária e emancipatória.

Palavras-chave: Avaliação. Planejamento. Ensino e Aprendizagem.

1 Jacileide, Mestra em Ciencias da Educación-UPAP, PY. Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. Professora da Educação Básica. . Professora da Educação Infantil: Jacileidecaboclasilva@gmail.com

2 Elidiane, Mestra em Ciencias da Educación-UPAP, PY. Especialista em Psicopedagogia. Licenciada em Pedagogia. Professora de Educação Básica- Anos Iniciais. Professora da Educação Infantil : E-mail: elidiane.vicente@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na educação dois elementos são indispensáveis para seu desenvolvimento: o planejamento e a avaliação. É perceptível afirmar que educação vem passando por transformações ao longo do tempo, essas transformações estão sendo desencadeadas principalmente pela forma e planejar e avaliar. Ações que caminham juntas em busca de êxito no contexto educacional.

O planejamento é primordial na atividade docente sem ele o educador/a não terá como embasar suas expectativas de ensino e fundamentar a aprendizagem. A administração de seus objetivos depende de sua atividade docente, pois para conseguir bons resultados é imprescindível planejar antecipadamente. Sua importância consiste no processo de estabelecer o elo entre a avaliação.

Neste contexto a avaliação é apontada como resultado de todo trabalho pedagógico. Pois é relevante, não se resume a aplicação de provas para atribuição de notas. Sua perspectiva qualitativa é de fundamental importância no processo de ensino aprendizagem. Para tanto, se propõe evidenciar que o planejar e avaliar estão inseridos no cotidiano do professor/a sendo base norteadora da prática pedagógica, são dois elementos que se contemplam e fundamentais para que a escola caminhe bem e se mantenha equilibrada. Conforme atesta Libâneo.

“O planejamento escolar é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos de sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto à sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas é também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação”. (LIBÂNEO, 2013, p. 245).

O presente estudo busca entender como essas ações são extremamente complexas e necessárias nas atividades escolares. Desse modo, este artigo pretende discorrer através de fundamentos bibliográficos a seguinte temática: Planejamento e Avaliação Escolar no Processo de Ensino e Aprendizagem.

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NO ÂMBITO ESCOLAR

O ato de planejar é de fundamental importância para a formação de cidadãos críticos e transformadores da sociedade a qual estamos inseridos. Todo planejamento possui teoria e prática, o planejar exige tomada de decisões e objetivos a se alcançar. O planejar é um processo em busca de equilíbrio ele não é um estanque, mas sim uma ação contínua e flexível em todo o seu processo. Segundo Gandin (1993, p 55), “a preocupação central do planejamento “é definir fins, buscar conceber visões globalizantes e de eficácia”.

O planejamento é uma ação docente que precisa estar vinculado não apenas ao ensino aprendizagem, mas também ao contexto social. O docente, a escola e os alunos fazem parte do grupo integrante das relações sociais. Conforme SOUZA e SANTOS:

O planejamento deve ter caráter político-social, ou seja, necessita se preocupar com questões com “para que”, “para quem” e “o que planejar”, que são questões que podem ser respondidas mediante diagnóstico da realidade. (2019, s/p).

No que concerne em planejamento no contexto escolar é necessário se iniciar por intermédio de estudo acerca da realidade, no entanto não é um trabalho simples, não pode ser feito sem um estudo prévio. A educação em sua complexidade não se limita a uma relação entre professor/a e estudante. É uma relação entre todos que fazem a escola em especial aos docentes e educandos enfatizando as condições e relações sociais de cada sociedade. Sobre isso, ORSO (2015, p. 266) aborda:

Numa sociedade em que o conhecimento também deixou de ser espontâneo e passou a ser uma necessidade social deliberada, não é mais possível fazer educação sem um planejamento detalhado e rigoroso dos passos a serem dados, das ações a serem realizadas, dos objetivos visados, das variáveis que interferem no processo, das estratégias a serem adotadas, considerando a sociedade que se tem e a que se quer construir. A vida social atual, com sua complexidade, requer planejamento. É através

dele que o homem organiza e disciplina sua ação, sua vida e a sociedade. (...) Então, por um lado, significa que o planejamento não garante por si só o êxito das ações, dos projetos. E, por outro, que precisa ser pensado de tal modo que permita fazer adequações durante seu próprio processo de implementação.

O planejamento precisa ser vivenciado nas unidades escolares de maneira detalhada e objetiva, pois media o processo avaliativo que contribui efetivamente para o processo de ensino e aprendizagem, atribuindo encorajamento, entusiasmo e, sobretudo, reorganização do planejamento e do processo avaliativo. Essas ações pressupõem um novo olhar ao planejamento, enfatizando os objetivos e estratégias adotadas para a condução de ações e projetos para implementação deles. Desta maneira, o/a professor/a compreende o planejamento como instrumento efetivo para o processo de aprendizagem escolar.

Portanto, o planejamento tem uma função primordial que vai muito além do ato de planejar por planejar, mas a partir do que é prioritário para a aprendizagem simples dos/as estudantes já conhecem. Através do planejamento, o/a professor/a analisa o nível dos/as estudantes, apropriando-se se necessário à aprendizagem dos estudantes, ressignificando avanço em relação às condições dos princípios que indica uma ação pedagógica está ou não atendendo às necessidades dos/as estudantes e, desta maneira o planejamento fornece subsídios necessários para as possíveis e necessárias intervenção do/a professor, motivando as criações de inovadoras como estratégias que garantam a apropriação dos conteúdos que ainda não foram satisfatoriamente apreendidos.

O ato de planejar é essencial, pois é a partir do planejamento que se considera na formação sócio educacional dos indivíduos de maneira crítica e reflexiva para que haja uma transformação futura da sociedade na qual fazem parte. É válido salientar que todo planejamento é tanto teórico quanto prático, portanto não se planeja sem objetividade, pois qualquer planejamento requer reflexão e autonomia para alcançar um efetivo desenvolvimento na aprendizagem, logo o ato de planejar se trata de uma ação reflexiva em busca de uma ação contínua e flexível em todo o processo.

Portanto, é sabível que não é necessário que o/a professor planeje as ações pedagógicas como atribuição para que haja avanço na aprendizagem, pressupondo novos desafios de aprendizagem aos/as estudantes. Logo, é necessário redefinir os objetivos, conciliando as

possíveis problemáticas concretas a curto e a longo prazo, envolvendo conteúdos prioritários.

CONCEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA AVALIAÇÃO

Planejar e avaliar são elementos essenciais na prática educativa, pois eles estão interligados no processo ensino e aprendizagem. Portanto, é preciso planejar para avaliar e avaliar para planejar, visto que, são perspectivas que não podem ser desvinculadas do contexto educacional. De acordo com Demo:

Assim, principalmente em avaliação é importante começar por pequenas tentativas, como um leque de opções aos professores, divulgando-se permanentemente os êxitos e as dificuldades enfrentadas para o coletivo da escola. (2010, p.114).

Quando se fala em avaliação se pensa nas temidas provas, na escola avaliação sempre se fez presente e necessária, como forma de “medir” o aprendizado dos/as estudantes. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 1996, essa visão mudou, passou-se a avaliar o/a estudante em outros aspectos, considerando todo o seu potencial diante do processo de ensino e aprendizagem, o seu envolvimento diante da educação, através da participação em sala, assiduidade, envolvimento nas atividades propostas, tarefas e trabalhos de casa e sala, bem como a responsabilidades com a entrega dos mesmos, ou seja avaliar não é apenas provas e notas, haja visto, que o processo avaliativo se dá através de ações positivas dos/as estudantes. Segundo Demo: “No que se refere à avaliação, principalmente, predomina o conservadorismo. Em primeiro lugar, porque reproduzem o modelo de avaliação classificatória ainda vigente em grande parte dos seus cursos de formação (2010, p. 100).”

É necessário que o/a professor/a tenha um outro olhar, uma nova perspectiva sobre o ato de avaliar, que haja o comprometimento de não apenas “dar notas”. A avaliação é algo complexo, não se resume apenas na parte pedagógica. A mensuração serve apenas para aquisição de dados que devem ser analisados a partir de uma perspectiva qualitativa.

A avaliação deve ser subsidiada como reorientação para uma aprendizagem significativa e conseqüentemente para a melhoria do sis-

tema de ensino. Diante disso, Luckesi afirma que:

Avaliar é o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação. (2002, p. 5).

Para que os/as estudantes avancem cada vez mais no nível de aprendizagem a avaliação precisa ser diagnóstica e não classificatória, pois ela visa a qualidade do ensino, esse tipo de avaliação é construtiva. Todo e quaisquer professores/as precisa a partir de um diagnóstico inicial de sua turma, para tanto, identificar o que os/as estudantes já sabem antes de começar o trabalho de mais um ano letivo é essencial para iniciar o planejamento docente.

A avaliação diagnóstica auxilia os/as professores/as a identificar as causas de dificuldades específicas dos/as estudantes na assimilação do conhecimento, tanto relacionadas ao desenvolvimento pessoal deles/as quanto à identificação de quais conteúdos do currículo apresentam necessidades de aprendizagem. Em síntese este tipo de avaliação permite focalizar as necessidades inerentes de cada estudante, torna-se primordial quando é realizada no início do ano letivo, pois permite conhecer melhor a realidade dos/as estudantes. Por isso Demo ressalta que:

O desafio das mudanças em avaliação, principalmente envolve o engajamento individual do professor. O professor, ao avaliar, interpreta o que vê do aluno, o que observa com base em

suas concepções individuais. Nenhuma avaliação é neutra, mas sempre subjetiva, atrelada aos conhecimentos, a emoção de quem avalia, porque é interpretação. (2010, p.119).

O grande desafio do/a professor/a é verificar o conhecimento prévio de cada discente de maneira subjetiva, constatando as condições necessárias para garantir a aprendizagem. Outrora, a referida avaliação funciona como uma análise do ensino na escola, visto que os resultados diagnósticos das turmas podem promover reflexões importantes para o replanejamento das propostas e atividades que precisam ser oferecidas a todos que fazem parte da entidade escolar.

Normalmente quando enfatizamos a avaliação há uma reflexão unânime, refutando os possíveis resultados alcançados pelos/as estudantes. Atualmente, não percebemos mudanças significativas neste sentido, pois eles/as permanecem sendo vistos/as como alvo avaliador. Portanto, é perceptível que o conceito de avaliação é o mesmo para os/as professores/as, pais, mães e/ou responsáveis e até mesmo os/as estudantes que a considera como um instrumento que determina seu índice de conhecimentos ou aprendizagem obtido por eles/as no âmbito escolar. Segundo Sacristán:

A avaliação para o diagnóstico e o controle democrático da qualidade do ensino e do currículo distribuído pode ser vista como uma ameaça para a autonomia das partes, especialmente dos professores, mas também é o recurso para evitar apatrimonialização de uma atividade e é necessária para o funcionamento de uma sociedade democrática. (2017, p. 313).

A avaliação sempre esteve atrelada às questões qualitativas que determinam se os/as estudantes atingiram ou não os objetivos propostos neste processo que muitas vezes se torna excludente. Por isso é necessário que essas questões sejam reavaliadas, pois a educação está em constante mobilidade e precisa atender as inquietudes dos/as que fazem parte do processo que são os/as professores/as e estudantes.

Não se pode limitar a aprendizagem dos/as estudantes apenas a uma mera atividade avaliativa, mas refletir acerca das múltiplas facetas que permeiam esse processo, pois a avaliação precisa ser contínua e processual. Há muitas proposições acerca da avaliação que precisam

ser consideradas por intermédio de reformas educacionais. Sacristán afirma que:

O ato de avaliação assim formalizado acaba na pressão de um juízo, uma nota, etc., que surge do fato de se pôr em funcionamento um ato de comparação entre o produto a ser avaliado e o modelo de referência. Qualquer ato de avaliação implicitamente supõe realizar todas essas operações, ainda que seja de uma forma bastante simplificada, rudimentar, automatizada, sem excessivo cuidado. (2017, p. 318).

Geralmente, os/as estudantes são avaliados/as de maneira individual, no entanto, não podemos descartar as atividades realizadas em grupo como avaliativas, diante disso há uma certa indeterminação do sujeito da avaliação, portanto percebemos que o processo avaliativo não é estático, pois há uma flexibilidade quanto aos sujeitos e até mesmo na intervenção do/a avaliador/a que se trata do/a professor/a. Infelizmente, nosso processo avaliativo é pautado evidencialmente na política de resultados obtidos pelos/as estudantes, caracterizando-se um processo tradicional. Logo, é necessário uma reflexão crítica acerca do que se pode e como se pode avaliar e como precisar os conhecimentos obtidos por intermédio dessa avaliação, partindo desse princípio Demo afirma que:

Os caminhos da mudança em avaliação não devem ser trilhados por caminhantes solitários. Para trilhar esses caminhos deve-se ter preparo e esses caminhos deve-se ter preparo e apoio. As experiências dos que já se puseram o caminho são essenciais para nos decidirmos a iniciar e para saber por onde seguir, mesmo que cada experiência seja diferente e única (2010, p. 116).

É evidente que os/as professores/as buscam incessantemente soluções para as problemáticas que circundam o processo de ensino e aprendizagem. No entanto, há inúmeros entraves que perpassa do currículo à avaliação escolar. Eles/as almejam que suas ações se tornem significativas e, sobretudo, eficientes, no entanto, nem sempre esses resultados dependem da atuação deles/as.

Muitas vezes essas questões estão imbricadas às estruturas organizacionais ou estruturais do processo educativo que se correlaciona à avaliação. Portanto é necessário uma abordagem estrutural que vise a solução de problemas, promovendo um diagnóstico analítico no qual haja a participação efetiva de todos/as professores/as e estudantes. Albuquerque afirma que: “O reconhecimento de que a avaliação é uma prática social, portanto é política, é uma estratégia de gestão de políticas e de processos educativos, nos alerta para a problematização necessária de suas funções latentes.” (2006, p.145).

Muitas vezes os procedimentos avaliativos não dependem apenas dos/as professores/as pois eles/as seguem uma hierarquia dos/as gestores/as que seguem também uma estrutura organizacional que determina como e o que será avaliado. Dessa maneira, podemos perceber que o processo avaliativo seguem regras e cumprimento de regulamentos, estabelecendo-se um sistema regulatório do funcionamento escolar que se encontra atrelado ao sistema de ensino e aprendizagem.

Os/as estudantes vivem na incerteza do seu crescimento no que se refere ao conhecimento, haja visto, que será uma avaliação que determina seu desenvolvimento cognitivo por intermédio de uma nota e/ou um conceito.

Essa organização clássica e tradicional não se enquadra mais aos perfis dos/as estudantes do século XXI, portanto é preciso uma unidade de pensamento crítico a respeito do processo avaliativo que acontece nas escolas de maneira mais excludente do que como oportunidade de crescimento e emancipação dos/as estudantes.

A importação de modelos prontos e acabados não é a solução para essa problemática, podem até ser adaptáveis ao contexto em foco é até funcionar mediante as transformações, objetivando bons resultados que é fundamental para a melhoria do processo avaliativo. Segundo Albuquerque:

A avaliação deve contribuir para qualificar qualquer que seja a ação: de decisão, de informação, de criticidade. Pois, a clareza das intenções, finalidades e estratégias de desenvolvimento permitem processos participativos mais amplos e democráticos (2006, p.149).

A qualidade da educação e do processo de ensino e aprendizagem está atrelada ao tipo de cultura que nela se desenvolve, à medida que se pressupõe um significado educativo por intermédios das práticas

e dos códigos que ressignificam o processo educativo para os/as estudantes de maneira prática, dinâmica e atrativa. Dessa maneira a escola precisa ser território de diferenças mais do que simplesmente diferenças culturais, isto é, o currículo e a avaliação escolar não podem ser meramente a presença ou não de determinadas culturas neste currículo, mas as lógicas estruturantes que os organizam e materializam. Albuquerque nos assegura que:

A avaliação, como ação política, precisa estar comprometida com a qualidade social, constituindo-se como prática educativa libertadora, combativa da exclusão, do sofrimento, dos preconceitos, das discriminações de raça, classe, gênero, religião entre outras, em favor dos excluídos e das excluídas, dos povos vitimados. (2006, p. 134).

É necessário uma reinvenção curricular, referenciando as identidades coletivas historicamente subalternizadas, rebatendo-o em várias dimensões inter-relacionadas. Pensar na construção de um currículo que contemplem a todos/as é um imenso desafio dialógico que busca estreitar as relações entre universidades-escola e as comunidades na construção da práxis de pesquisa, de ensino e de extensão que nos ensine a aceitar as diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante estudo bibliográfico acerca da temática deste artigo, pode-se afirmar as seguintes considerações.

Planejamento e avaliação devem estar atrelados um ao outro, sendo que o primeiro deve ser o alicerce na realização de qualquer atividade a ser desenvolvida, seja ela a curto, médio ou longo prazo, e no contexto educacional tem grande relevância no progresso das práticas pedagógicas, visando melhorias na educação como um todo. A segunda, entretanto, deve ser realizada cuidadosamente através de análise do processo de construção da aprendizagem, tendo como foco redimensionar, quando necessário, as propostas educacionais, servindo como um instrumento fundamental no desenvolvimento intelectual, moral e cível do/a aluno/a.

O ato de avaliar é de caráter organizacional e cultural, mesmo assim as escolas não devem se fundamentar apenas a isto, haja visto

que no século XXI, as instituições devem se desvincular de tipos de avaliação estigmatizadas apenas com inclusão de: notas e conceitos, as mesmas devem pressupor mudanças, todavia a avaliação precisa ser contínua e processual e buscar verificar se os resultados propostos foram alcançados e se houve progressos no aprendizado, quais os pontos negativos o educador deve investigar e quais concepções de desenvolvimento contribuem para a melhoria de um replanejamento reflexivo da ação educativa. Em questão a avaliação diagnóstica deve estar inclusa nesse processo.

As características de um bom planejamento estão na flexibilidade, coerência, objetividade e sequência. Planejar sem esses requisitos faz com que o/a professor/afique sem guia de orientação. Outrossim, esses requisitos faz com que o planejamento seja eficaz para se conseguir bom resultados. O planejar norteia o educador/a organizar seus planos quanto à ação didática tanto à aprendizagem dos estudantes. O planejamento é uma atividade primordial para se obter sucesso na educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Targélia de Souza. **Currículo e avaliação: uma articulação necessária- textos e contextos/** Targélia de Souza Albuquerque...[et.al.]. Recife- PE: Centro Paulo Freire: Bagaço, 2006. (Coleção Caminhos da Utopia; v. 2).

ANTUNES, Celso. **A Prática de Nossos Saberes/** Celso Antunes. 2. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2009.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** 7ª ed. Revisada- São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

DEMO, Pedro. **Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da aprendizagem, da avaliação/** Pedro Demo, Yves de La Taille e Jussara Hoffmann, - Porto Alegre: Mediação, 2010.

Dicionário Prático de Pedagogia/ Tânia Dias Queiroz, coordenadora. - 3ª ed.- São Paulo: Rideel, 2011.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** São Paulo:

Loyola, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, J.C. **DIDÁTICA**. São Paulo. Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. 2002. Disponível em: http://www.luckesi.com.br/textos/art_avaliacao/art_avaliacao_eccos_1.pdf

ORSO, Paulino José. Planejamento Escolar em Tempos de Precarização da Educação. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, nº 65, p.265-279, out 2015 – ISSN: 1676-2584.

SACRISTÁN, Gimeno José. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática/ José Gimeno Sacristán; tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa; revisão técnica: Maria da Graça Souza Horn. – 3ª ed. – Porto Alegre: Penso, 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. Metodologia do trabalho Científico. /Antonio Joaquim. Severino. - 23. **Rev. e atual.** -São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, José Clécio da Silva de, SANTOS, Mathéus Conceição. Planejamento escolar: um guia da prática docente. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 15, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/15/planejamento-escolar-um-guia-da-pratica-docente>

WERNECK, Hamilton. **Educar é sentir as pessoas**/Hamilton Werneck. - Aparecida, São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

EU, VOCÊ E A BIBLIOTECA: UM ADMIRÁVEL MUNDO “NOVO”

Luana Ferreira do Nascimento¹

Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza²

Resumo:

Tendo em vista uma necessidade de incentivar o retorno do uso da biblioteca nas escolas públicas, indagou-se a relevância de entender como se dá a construção da prática pedagógica nesse ambiente. Assim intitulou-se o trabalho: Eu, você e a biblioteca: Um admirável mundo “novo”. No intuito de construir uma nova perspectiva a cerca do uso didático dessa ferramenta no desenvolvimento da leitura e da escrita. Teve como objetivo geral discutir e valorizar o uso da biblioteca na escola e ainda entender a melhor forma de aplicar as técnicas em sala, vista na faculdade na efetiva realidade. Fomentar a cerca da relação aluno x biblioteca com o auxílio do professor. Pode-se compreender que a escola deve mostrar e disponibilizar todos os artifícios existentes na biblioteca, que o professor deve se capacitar a todo instante quanto ao lúdico nessa prática, dar de fato a aplicabilidade as teorias da faculdade e assim garantir os direitos de aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem. Lúdico. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado a relevância de uma boa prática nas bibliotecas escolares, tem uma concepção de que vive-se hoje em uma sociedade globalizada e cada vez mais complexa, onde as mudanças sociais acontecem freneticamente e sua característica que a define é a imprevisibilidade permanentes, o uso extremo de novas tecnologias e desenvolvendo a necessidade exacerbada de conhecimentos e que transmita às pessoas a necessária adaptação, criatividade e capacidade de criticar e ainda a capacidade de inovação e reação positiva frente ao inesperado. O desenvolvimento dessa sociedade que busca conhecimentos impõe-se, deste modo, no mundo globalizado em que vivemos.

Logo, vemos que a educação não é sinónimo de depósito de co-

1 Doutora em ciências da educação – USCF BUENOS AIRES. Mestre em Ciências da Educação - FICS

2 Mestre em Ciências da Educação – USCF BUENOS AIRES.

nhcimentos, como era trazida a alguns anos atrás, as metodologias não são mais aplicáveis diante do novo público. A educação compreende assim uma aprendizagem ativa e cooperativa, com reflexões sobre as informações recebidas. Daí decorre a necessidade da leitura reflexiva, independentemente do suporte em que o texto é transmitido, além dos interesses das crianças estarem mudando a todo instante.

Diante do tema abordado é importante salientar a importância do uso da biblioteca nas escolas e na vida dos educandos no decorrer do seu ano letivo. É preciso um planejamento de como incluir em aulas, ou até ter com eles momentos onde ali possamos tirar algo de melhor que existe dentro de cada um deles.

A biblioteca em si não é só uma sala cheia de livros é um espaço onde podemos conhecer histórias dos nossos antepassados que não chegamos a conhecer e assim a mesma nos proporciona viver e partilhar desses momentos com outras pessoas, nos leva a conhecer novos horizontes, portas abertas de conhecimento do mundo não só o nosso mas das pessoas que viveram antes de nós.

Por isso escolher esse tema tão rico para assim ser abordado e tentar incentivar o uso, a importância a ludicidade que poderá ser compartilhada dentro dela. O presente trabalho vem com o intuito de ressaltar a importância da leitura, colocando em prática os grandes desafios que os professores da educação básica em trilhar um longo período para decifrar códigos e conquistar neles o hábito de ler. Contando sempre com a ajuda dos pais em continuar o trabalho começando em sala de aula.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Discutindo leitura

A leitura é a porta de entrada para a compreensão do mundo e para buscar novos conhecimentos, é através dela que conhecemos e moldamos o que somos. Ela tem um papel indispensável na modelagem e evolução humana. De acordo com Orlandi (1998 p.59) “[...]quando lemos estamos produzindo sentidos (reproduzindo-os ou transformando-os)”. A leitura não é só um processo de decodificação de símbolos linguísticos mas também de fato, interpretar e compreender o que se lê e é também um processo interativo.

Há tempos pensou-se que leitura fosse uma decodificação de símbolos. Para o processo de aprendizagem de leitura, não basta apenas

reconhecer as palavras e junta-las, dando significado à palavra. Para que se consiga uma leitura sólida e prazerosa, é importante que a criança compreenda a função da leitura e, especialmente, o porquê de ela querer aprender.

É preciso fazer com que entendam o quão é importante saber ler. Além de proporcionar novas descobertas desenvolve também sua capacidade intelectual. Os primeiros contatos com a leitura é o que fará toda a diferença para as leituras futuras, tá aí o porquê de se ter todo um cuidado toda preparação e acolhimento para que haja uma curiosidade e uma vontade de querer mais, sempre mais.

Desta forma percebe-se que formam-se bom leitores caso o aluno enxergue a leitura com prazer, como um benefício em função de se próprio, capaz de torná-los cidadãos conscientes e competentes para nesta sociedade que tanto cobra de nós.

2.2 Como se da o processo de leitura

Quanto mais se ler mais simples se tornará a compreensão do que é lido, a leitura de se tornar um hábito do ser humano para com isso o mesmo ter uma melhor visão de mundo e de si próprio. É preciso ler por vontade própria não por imposição, pois assim a leitura se torna proveitosa e prazerosa, quanto a leitura por imposição se torna algo chato sem rendimento e sem motivação para as próximas, quando ela é obrigatória ou um dever há a possibilidade de afastamento. Para Machado (2002,p.14), “ninguém tem que ser obrigado a ler nada. Ler é um direito de cada cidadão, não é um dever.”

É preciso que haja estímulo para assim cativar cada vez mais leitores, nas escolas deve-se buscar meios de aguçar esse gostar de ler, é preciso mostrar que a leitura é algo que não se pode dispensar da vida cotidiana por isto precisamos tê-la como uma necessidade diária. Para Kleiman (2002, p.), o processo de leitura torna-se cada vez mais simples quando o leitor passa a ler continuamente, pois, assim ele passará a conhecer o léxico e a semântica do texto. Como nos afirma Jensen p. 58), “um jovem que não esteja exposto a novas palavras nunca desenvolverá no córtex auditivo as células que lhe permitam distinguir corretamente diferentes sons”, dessa forma, pessoas que são estimuladas terão um maior e melhor desenvolvimento cognitivo.

A leitura não é apenas decodificar símbolos linguísticos, mas sim interpretar e compreender o sentido do texto. Nesse processo de

compreensão e interpretação de leitura dos textos escritos estão envolvidos vários fatores como processo neurofisiológico que seria: ao ler um texto os olhos aprendem os signos por pacotes sendo normal pular algumas palavras sem que perca o sentido, tem o processo cognitivo que é o conhecimento prévio que o leitor já possui ao ler determinados textos, o processo afetivo que está relacionado com o sentido emocional, sentido racional e o sentido sensorial do leitor assim como, o processo simbólico e o processo argumentativo.

2.3 Conceito de biblioteca e o lúdico nesse processo de aprendizagem

O termo biblioteca se refere a um lugar físico destinado a abrigar uma organização de livros a fim de serem consultados pelos leitores. Neste sentido, uma biblioteca mantém toda uma forma de administração e de organização de modo que a informação contida seja de fácil acesso. Na atualidade, com o uso da informática, este tipo de administração tem facilitado enormemente graças à implementação de ferramentas informáticas.

É importante saber que a palavra biblioteca tem sua origem nos termos gregos *biblion* (livro) e *theka* (caixa), significando o móvel ou lugar onde se guardavam os livros. Devido ao grande avanço e poder digital a biblioteca vem perdendo seu espaço nas escolas e na vida do ser humano, os celulares, computadores, tablets entre outros artigos digitais estão invadindo de forma devastadora a nossa vida. Nas escolas as bibliotecas estão sendo cada vez mais escanteadas, tornando-se assim apenas uma sala esquecida.

Realmente a internet oferece um enorme banco de dados com ricas informações que em segundos podem ser acessadas. Com o passar do tempo os livros virtuais vem crescendo de forma significativa fazendo com que os livros da biblioteca fiquem esquecidos e isso é preocupante, pois estamos nos tornando pessoas acomodadas sem o hábito de ir em busca do que quer ler e isso também influencia em outras situações, estamos ficando cada vez mais dependentes desta facilidade que a internet nos oferece. Precisamos mudar este quadro nas escolas, buscando inovar de forma que atraia nossos alunos fazendo com que incentive e cativa nossos leitores, transformando estas bibliotecas em ambientes acolhedores onde os alunos sintam-se convidados à cada vez mais frequentar este ambiente, levando-os a sentir necessidade de ler, de ir a

biblioteca diariamente não apenas pra ler por ler, mas ler por prazer .

É preciso que as escolas garantam que os mesmo sintam-se motivados a aprender com prazer, é importante mostrar a importância da biblioteca e fazer com que entendam que ela é o lugar mais ideal para a formação de cidadãos críticos e capazes para lidar com as situações propostas perante a sociedade.

Na idade média, a biblioteca teve um papel fundamental em relação à preservação do conhecimento do passado. Na verdade, estas bibliotecas serviram de ponte entre a idade antiga e o início do renascimento, assim que as obras antigas foram sendo revalorizadas. É através dela que conhecemos as histórias passadas e assim será com nossas crianças, daqui a uns anos estarão conhecendo também. Nela podemos encontrar em abundância a ludicidade, que envolve a aprendizagem e a criança, fazendo com que o objeto seja ainda mais significativo.

Atividades lúdicas é compreendida diante dos jogos, brinquedos e de brincadeiras, no entanto para Almeida e Shigunov (2008) afirmam que as atividades lúdicas compreendem a brincadeira na qual refere ao comportamento espontâneo das crianças nas atividades desenvolvidas. Afirma, ainda, que o jogo que possuem regras, não deixam de ser brincadeiras e, para tanto, o brinquedo é o objeto da brincadeira.

A ludicidade na sala de aula não deve se prender apenas ao desenvolvimento dos jogos e das brincadeiras pois essas devem estar relacionadas diretamente aos conteúdos a todo momento. Segundo Afonso, Abade (2013, p.46), deve-se buscar constantemente estratégias atrativas e produtivas para poder trabalhar com o universo lúdico nos diferentes contextos educacionais e, assim, a grandeza da ludicidade atingirá a aprendizagem.

Se uma criança é capaz de transformar regras do jogo ou criar uma brincadeira diferente na escola, quando ela sai do espaço rotineiro de ensino, se sobrepõe como o autor de um jogo, criando assim uma experiência efetivamente lúdica que proporcionará momentos de satisfação, criatividade, enfim, fruição corporal. De acordo com o Coletivo de Autores (1992), quando uma criança joga, ela procede com um conceito nas suas ações, no que a leva a desenvolver sua vontade e consequentemente ao mesmo tempo se tornar consciente de suas escolhas e decisões. Logo, o jogo se concretiza como recurso básico diante das mudanças das necessidades e da consciência.

A ludicidade faz-se importante em todas as idades, por isso não deve ser pensada apenas como diversão, e sim como um fato que facilita a aprendizagem em todas as suas dimensões como pessoa psíquica,

social e física.

2.4 A influência da biblioteca na aquisição da leitura

A biblioteca tem um papel essencial além de possibilitar o acesso à leitura, disponibiliza o mundo através dos livros. É o local ideal para se desenvolver a criatividade o senso crítico e a imaginação, ela, é uma importante ferramenta no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. É importante que saibam fazer dela um instrumento de uso diário, de forma que leve os alunos a se interessarem por este ambiente e passem a enxergá-lo como umas das principais fontes de conhecimentos e oportunidades de descobrir horizontes jamais visto antes por eles.

Para isso, Silva (1999, p.112) afirma que:

A biblioteca escolar (...) deve se colocar como o cérebro da escola, ou seja, o local de onde partem movimentos básicos em direção a recriação ou criação do conhecimento, servindo os professores, alunos e comunidade. (SILVA, 1999, p.112).

Caso seja definida desta maneira, a biblioteca deixa de ser um complemento ou apêndice secundário de trabalho, transformando-se num recurso básico para as decisões curriculares, permitindo a atualização pedagógica dos professores, a aprendizagem significativa dos estudantes e a participação da comunidade em termos de indagações várias. Vemos em muitas escolas bibliotecas desativadas e precisamos renová-las passando a ser o ambiente escolar mais visitado por todos.

As equipes escolares precisam buscar métodos para mudar esta situação e começar a usá-la como forte aliada na aprendizagem dos educandos. É interessante que criem projetos onde envolvam os alunos, que desafiem eles a lerem, que há uma pontuação até mesmo uma premiação para a equipe vencedora, assim motiva e cativa de forma significativa no interesse dos mesmos pela leitura pela busca à biblioteca.

Segundo Durban, 2012 p.26, afirma que:

A biblioteca escolar é vista como “um contexto de aprendizagem onde, graças a interação com determinados recursos, processos de ensino e aprendizagem e práticas de leitura são facilita-

das.”(DURBAN, 2012 p. 26).

Na biblioteca o aluno além de ampliar seu repertório de leitura também pode vivenciar experiências, performances e descobertas, a partir de uma abordagem que favoreça esse tipo de trabalho, resta ao professor bem como ao gestor facilitar, possibilitar o acesso. Não podemos deixar de falar também da preparação do professor, é de grande importância que ele esteja sempre planejando estas aulas de forma dinâmica e atrativa onde os educando tenham voz e vez podendo expressar suas ideias e opiniões.

Segundo hillesheim e Fachin (1999) a biblioteca escolar deve se destacar como instrumento de apoio didático-pedagógico no processo ensino aprendizagem. Para isto é preciso que haja pessoas competentes para saber usa-la como uma importante aliada facilitadora para um processo de ensino aprendizagem.

2.5 Níveis de leitura Níveis de leitura e algumas estratégias de leitura

Conhecer as etapas de leitura é primordial para o trabalho do professor, visto que ele precisa desse embasamento teórico para galgar uma aprendizagem mais significativa e condizente com cada etapa e com os objetivos que se quer atingir, contudo, Segundo Elder & Paul (2003, pp. 9-11), pode-se considerar cinco níveis de leitura:

Primeiro nível – Leitura e análise oração a oração – O leitor consegue traduzir em palavras próprias o significado de cada oração. O leitor em fase inicial é capaz de ver apenas o que está escrito, fazendo o uso das frases apenas.

Segundo nível – Explicação do sentido de um parágrafo – O leitor indica a ideia principal de um parágrafo, tradu-lo em palavras próprias; exemplifica o seu significado, gera metáforas, ilustrações, diagramas e/ou gráficos. Nesta etapa o leitor já é capaz de ampliar os horizontes da compreensão, onde compreende parágrafos, fazendo ligações e representações alusivas ao que foi lido.

Terceiro nível – Análise da lógica do que se lê – O leitor questiona e busca mentalmente respostas sobre: propósitos, opiniões, suposições, inferências, fontes de informação, conceitos básicos do autor, bem como das implicações na vida que daí advêm. Aqui ele além de compreender, estabelece relações com o externo ao texto, buscando ló-

gicas com o q foi lido.

Quarto nível – Avaliação da lógica do que se lê – O leitor reflete sobre a clareza da intenção do autor, a confiança que o mesmo suscita, a precisão nos detalhes, a introdução de material irrelevante, a profundidade com que o tema é tratado, a multiplicidade das fontes de informação utilizadas, a constatação de contradições e o significado do tema.

Quinto nível – Representação – O leitor assume o papel do autor e consegue discursar como se fosse este. À medida que a criança cresce e vai praticando a leitura, o nível que vai atingindo, sobe, passando progressivamente do primeiro ao quinto. Ele é capaz de reescrever o texto fazendo as alterações e inferências, conforme conhecimentos prévios.

Por tanto ter uma organização na leitura também é necessário, logo, estratégias são necessárias para facilitar a utilização efetiva de textos, como nos mostra Mainards, 2008.

1- Estudar a história – Não é preciso que o aluno memorize a história, mas é necessário que a compreenda, que guarde as seqüências dos fatos e saiba como transmitir toda a emoção no momento exato, tornando-a apaixonante;

2- Sentir a história – Essa deve despertar a sensibilidade de quem a conta;

3- Ter domínio completo sobre o texto – O contador tem que estar seguro sobre o que vai contar;

4- Acreditar na história – O contador tem que fazer o ouvinte acreditar naquilo que está sendo contado, por mais irreal que pareça, tem que passar credibilidade;

5- Olhar a plateia – O olhar do contador é um vínculo fundamental de ligação entre o narrador e o público;

6- Falar com voz clara e agradável – Contar com naturalidade é contar sem afetação, de forma clara, audível e agradável, sem se impor a voz ou falar em falsetes;

7- Ser comedido nos gestos – Se enxergar em gestos sem objetivos, quando fizer um que seja necessário para melhor entender a história, tal gesto não será notado. (MAINARDS, 2008, p. 9).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho intitulado eu, você e a biblioteca: um admirável mundo novo, teve como objetivo conhecer a realidade escolar

, buscando compreender a influencia da ludicidade desenvolvida na biblioteca escolar ,viu-se que ela é muito importante para o desenvolvimento das crianças , visto que a ludicidade faz com que a criança represente a realidade de forma divertida , dando a oportunidade de expressar-se , tomar decisões interagir e ainda aprender .

Teve como objetivo relacionar a teoria vista na faculdade com a realidade encontrada nas escolas do nosso país, podendo assim fomentar aspectos teóricos práticos, buscando enriquecer os conhecimentos do pesquisador. Logo, entendeu-se que embora as escolas não ofereçam recursos físicos e estruturais , é possível construir uma prática inovadora, construtivista e que garanta aos educandos uma aprendizagem significativa .

Quanto a qualidade dessa aplicabilidade da ludicidade em particular nas bibliotecas, é necessária que haja mais formação ao professor da educação básica, para que o mesmo seja capaz de utilizar e manusear os recursos que há em uma biblioteca, que as aulas possam realmente serem lúdicas, com objetividade e não apenas como um cumprimento de horário, no qual os alunos saem iguais ou mais incompreendidos do antes de ir aquele ambiente. Que os planejamentos possam ser vivos e elaborados de acordo com as especificidades de seu público, mas com a excelência do dom de ensinar.

Quando se fala no lúdico na biblioteca, deve-se compreender primeiro a magnitude e grandiosidade dessa faixa etária, pelo fato de lá estar o momento de maior desenvolvimento do ser humano, lá onde tudo pode dar certo ou não. Quando se compreender isso, pode ter como relevante o lúdico, o qual nada mais é que deixar a criança ser criança, mas com um diferencial que é o direcionamento de um professor, ou seja, com objetivos estabelecidos em cada “brincadeira”, em cada “jogo”, todos eles voltados para o mesmo intuito, o do conhecimento, o do crescimento intelectual, social, cultural e emocional do indivíduo.

O jogo e as brincadeiras têm o papel fundamental na concretização dos resultados, no momento em que assumem um caráter instrumental, desenvolvem possibilitam a liberdade de expressão, tomada de decisões com mais pró eficiência. O transitar pelo dia a dia de forma compreendendo as regras sociais, permite a criança desenvolver a imaginação e conhecer a alegria. Ziraldo (1988, p. 27) diz que “a tônica da escola deveria ser a leitura, num trabalho que fizesse do hábito de ler uma coisa tão importante quanto respirar”.

O papel do professor vai além de deixar, vai além de permitir, o professor do ensino infantil tem que gostar daquele público, perceber

que as descobertas são constantes e ao mesmo tempo demorosas, mas prazerosa a cada momento, que sua dedicação nunca será em vão. O professor deve sempre levar em consideração o indivíduo, as disponibilidades de cada criança em aprender, ou seja, as suas individualidades, deve conhecer cada um ao seu máximo.

Quanto a vivência de sala de aula, notou-se que inicialmente a escola não tinha a visão de importância daquele espaço, não investia nada, nem tão pouco o arrumava, era usado como depósito. Mas a partir da vivência, puderam ver que ali era mais uma dependência da escola onde tudo poderia acontecer, ou seja mais um lugar para fugir da “sala” de aula, então sugeriu-se que fosse pintado as paredes com personagens e adquirido mais jogos e o acervo renovado, além de construir uma rotina de visita a biblioteca.

Enfim, o ambiente educacional deve estar rodeado de muito carinho, atenção, responsabilidades e aplicabilidade das metodologias, dinâmicas, jogos e as atividades diárias. Todos os agentes educacionais devem estar envolvidos e atrelados para a efetivação da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Maria Lúcia M.; ABADE, Flávia Lemos. **Jogos para pensar: Educação em Direitos Humanos e formação para a cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ALMEIDA, Anne. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. v. 12, 2008.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**, Cortez, 1992.

DOHME, Vânia. **Atividades Lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PAUL, Richard e ELDER, Linda. **Como leer un párrafo y más allá**

de **éste**. Fundación para el Pensamiento Crítico. 2003. Disponível em: www.criticalthinking.org. Acesso em: novembro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. Editora Olho D'Água, 10ª ed., p. 27-38.

JENSEN, Eric (2002): **O cérebro, a bioquímica e as aprendizagens – Um guia para pais e educadores**. Porto: ASA Editores II, S.A.

KLEIMAN, Angela. **Texto e Leitor: Aspectos Cognitivos da Leitura**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2002.

MACHADO, Ana Maria. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MAINARDES, Rita de Cássia Milléo. **A arte de contar histórias: Uma estratégia para a formação de leitores**, SEED, Paraná, 2008.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisas: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo. Atlas, 2007.

NÓVOA, Antônio (org.) **Os professores e a sua formação**. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1992, p.15-33.

ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**. Campinas: Editora Unicamp, 1998, p.55-59.

PAUL, Richard e ELDER, Linda (2003): **Como leer un párrafo y más allá de éste**. Fundación para el Pensamiento Crítico, www.criticalthinking.org [Consulta: Setembro de 2007].

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A produção da leitura na escola: pesquisas x propostas**. 2. ed. São Paulo: Ática: 2002.

_____. **De olhos abertos: reflexões sobre o desenvolvimento da leitura no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1999.

YUNES, Eliana. **Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados**. Curi-

tiba: Aymar, 2009.

ZIRALDO. A escola não está preparada para a mágica da leitura.
Nova Escola, (Fundcao Vítor Civita, n25, out. 1988.

O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA BRINCADEIRA

Luana Ferreira do Nascimento¹

Fabiana Gomes da Silva Cabral de Souza²

Resumo:

A ludicidade sempre é sugerida em métodos de ensino como um simples instrumento. No entanto, quando esses jogos são visto com olhares mais peculiar, com outros objetivos, as brincadeiras assumem um caráter de ludicidade de fato, de significância de conhecimentos, ou seja ela passa a ser usada para atingir os resultados com mais efetividade. O presente estudo tem como objetivos, contextualizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Conceituar o lúdico fazendo uma relação com a educação infantil, favorecendo assim a imersão das crianças nas diversas atividades. Refletir sobre a influência do lúdico para o desenvolvimento cognitivo. O presente trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica de autores renomados, que fizeram reflexões sobre o papel da ludicidade na aprendizagem da criança, como se dá o processo de aprendizagem, além de levar em consideração a prática pedagógica vivenciada pelo autor. Assim, concluiu-se que a criança deve brincar em todas as situações que ela for inserida, no campo educacional a criança deve ser exposta a situações engrandecedoras, com objetivos pré-estabelecidos, usando o lúdico com instrumento fundamental para tornar a aprendizagem prazerosa.

Palavras-chave: Lúdico. Ensino-aprendizagem. Crianças.

1. INTRODUÇÃO

Quando pensa-se na educação, logo compreende-se que ela tem o papel de formar pessoas críticas e criativas, que inventem e sem reinventem descobrindo e construindo seus próprios conhecimentos, não aceitando apenas o que lhes é apresentado. Sendo assim, é importante que os alunos sejam pró ativos sempre, que desde cedo as crianças descubram como fazer e sejam levadas a sempre tomar iniciativas.

Pensar em lúdico é pensar em estratégias de intervenções pedagógicas que favoreçam momentos significativos de aprendizagem, que

1 Doutora em ciências da educação – USCF BUENOS AIRES. Mestre em Ciências da Educação - FICS

2 Mestre em Ciências da Educação – USCF BUENOS AIRES.

levem de forma mais prazerosa o processo de ensino aprendizagem, como também pensar no valor atribuído a cada momento na atividade. A ludicidade como ciência também se fundamenta em outros pilares tais como os: sociológicos, pedagógicos, psicológicos e outros. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) no seu Art. 29, confere que “a Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 06 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” BRASIL (1996).

De acordo com as ideias do filósofo FREINET (1998), o conceito de brincar é de suma importância para o desenvolvimento físico, moral e cognitivo e os brinquedos que subsidiam estas atividades infantis despertam a curiosidade no novo, o tornando desafiador. Quase sempre o adulto tem extrema dificuldade em entender o brincar e entender sua necessidade para a criança, como forma de expressão e de produções de experiências, mesmo nas piores condições as brincadeiras estão presentes.

Diante de tais perspectivas o objetivo geral desse trabalho é verificar as formas de organização de ensino baseado em materiais lúdicos, que signifique levar a criança a aprender, a exercitar sua criatividade. Tem como objetivos específicos, contextualizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, conceituar o lúdico fazendo uma relação com a educação infantil, favorecendo assim a imersão das crianças nas diversas atividades além de refletir sobre a influência do lúdico para o desenvolvimento cognitivo a partir de um contexto real que favorecendo a aprendizagem significativa capaz de levar o aluno a interessar-se pela sala de aula de uma forma prazerosa. Cientes das suas dimensões e influências aborda-se a seguinte questão de pesquisa, como propor uma forma de organização baseada em materiais lúdicos e qual sua importância na educação infantil.

A temática se insere nesse debate como uma proposta de trabalho para melhorar o desenvolvimento da criança, fazendo com que ela crie uma consciência do seu próprio corpo, através dos movimentos, explorando aspectos como esquema e imagem corporal, coordenação global, equilíbrio, dominância lateral, orientação espacial, orientação temporal, percepção, limite, comunicação e expressão, corporeidade, afetividade, agressividade, postura, tônus, respiração e relaxação, facilitando de modo equilibrado o desenvolvimento dos aspectos cognitivos do indivíduo.

É importante que o professor esteja bem preparado e qualifica-

do, para atuar no processo de integração do pensamento à linguagem. Nesse sentido é o psicopedagogo que atua na relação entre a prática da Educação Infantil e o uso da ludicidade, contribuindo para o desenvolvimento do potencial da criança para alcançar sua autonomia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O lúdico e seus conceitos

O lúdico fundamenta-se basicamente em agradar a criança, trabalhando com o real, no concreto, tocando, montando e desmontando situações. Com a finalidade de favorecer o funcionamento da brincadeira onde é considerado importantíssimo, pois ajuda no desenvolvimento cognitivo, facilitando assim a aprendizagem e a interação entre os colegas. De acordo com Dohme:

As atividades lúdicas podem colocar o aluno em diversas situações, onde ele pesquisa e experimenta, fazendo com ele conheça suas habilidades e limitações, que exercite o diálogo, liderança seja solicitada ao exercício de valores ético e muitos outros desafios que permitirão vivências capazes de construir conhecimentos e atitudes. (DOHME, 2003, p, 113).

A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo[...] (ALMEIDA, 1995, P.11). o lúdico tem como papel trazer o mundo real de uma forma mais amena, para letrar o aluno, ou seja, leva a criança tomar atitudes diante das situações rotineiras aos adultos e de essencial importância aos futuros adultos.

A criança constrói sentidos vivenciando as fantasias, fazendo relações com a própria realidade. O lúdico inicia-se na infância, no ambiente escolar, junto ao seio da cultura infantil, costuma festejar com o brincar e suas modalidades ao delinear atividades que pretendam conduzir a criança para a descoberta de diferentes mundos, para se planejar num universo inexistente, mas conveniente para ela.

Um estado de bem-estar que é a exacerbação de nossa necessi-

dade de viver, de subir e de perdurar ao longo do tempo. Atinge a zona superior do nosso ser e só pode ser comparada à impressão que temos por uns instantes de participar de uma ordem superior cuja potência sobre-humana nos ilumina". (FREINET, 1998, p.304).

É preciso compreender a brincadeira como um meio para a aprendizagem e não como uma coisa vulgar, como uma diversão superficial ou passatempo, para tal é importante entender o uso de jogos como facilitadores nesses processos pedagógicos, dinâmicas e teatros como abordagens diferenciadas para qualquer conteúdo.

Com a expansão da Educação Infantil nos últimos anos tem se percebido avanços e retrocessos na prática pedagógica dos professores, contanto que se insere o papel da família e da sociedade, diante de uma oferta da Educação se deu inicialmente no contexto da família e depois repassado às instituições de ensino.

Segundo o Referencial Curricular Nacional (RCNEI) tais fatos históricos deram partida a um movimento da sociedade civil e de órgão governamentais para que o atendimento às crianças de zero a cinco anos fosse reconhecido na Constituição Federal de 1988. A partir de então a educação infantil e creches e pré-escolas passaram a ser ofertada ao menos do ponto de vista legal como um dever do estado e um direito da criança como diz o artigo 208 inciso IV (BRASIL, 1988, p.11). "A educação infantil, considerada a primeira etapa da educação básica (título V, capítulo II, seção II, art. 29), tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade".

Considerando a grande influência da educação infantil no contexto da escolarização formal, percebe-se que há um conjunto de esforços que se coloca não apenas tarefa da escola, mas também do educador, criar possibilidades e novas formas de aprendizado valorizando o lúdico como ferramenta indispensável na aprendizagem do sujeito.

Ainda segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) é necessário que haja um consenso sobre a importância de educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre as condições físicas, emocionais, afetivos, cognitivos e sociáveis da criança, considerando-a um ser completo e indivisível, o que aponta divergências exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos. (BRASIL, 1988).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil propõem que a aprendizagem nessa etapa seja dotada de condições que levem ao desempenho de capacidades linguísticas e mentais durante o tempo das atividades que estimulem a sua curiosidade diante do que

é visto na sala de aula, assim as crianças vivem um espaço coletivo e fortalecido de práticas pedagógicas diferenciadas.

Nesse contexto é importante destacar que a família tem uma grande importância na valorização do espaço escolar, ao proporcionar condições tanto para o brincar como no aprender, por conseguinte o acompanhamento das atividades propostas pelos professores.

Cada criança apresenta um ritmo e formas próprias de desenvolvimento, assim a psicomotricidade atua de diferentes formas no equilíbrio e no domínio do sujeito. Para que possa ser possível o estudo da psicomotricidade, houve a necessidade de recorrer a outra área do conhecimento especialmente as que estudavam o comportamento motor e desenvolvimento humano.

As concepções sobre aplicabilidade da psicomotricidade perpassam a perspectiva do cuidar na contemporaneidade, fazendo parte de um conjunto de fatores que possibilitam o desenvolvimento integral do sujeito com pretensão da sua autonomia intelectual. Essa autonomia intelectual pressupõe um trabalho docente de maior engajamento com implicações no seu planejamento, e uma avaliação coerente. Nesta perspectiva, podemos citar ainda Hoffman (2012, p.73) e salientar que:

O cenário da Educação Infantil deve se constituir em um ambiente de brincadeiras, alegre, desafiador, espontâneo, no sentido de favorecer a exploração livre dos objetos, da vivência de situação adequadas ao tempo da criança, no qual ela possa escolher brinquedos ou parceiros, num ritmo próprio, mesmo que diferente de outras, sem pressões ou expectativas dos adultos a serem cumpridas. Nesse espaço, o papel dos professores é o de ampará-las de conversar com elas, e dar-lhes todo afeto e orientação necessários, organizando e propondo ricas oportunidades de aprendizagem (HOFFMAN 2012, p.73).

Compreendemos que para construção de um ambiente de aprendizagem participativa e criativa é necessário que o professor construa uma relação harmoniosa com os estudantes de modo que não procure se impor de maneira autoritária e caminhe na edificação de relações horizontais, na perspectiva da construção do saber significativo colocando-se como mediador.

O lúdico tem sua origem latina “ludus” ou seja, “jogos” e “brincar”. Logo é neste brincar que se insere brincadeiras e divertimentos, onde essas situações favorecem a aprendizagem de cada indivíduo.

A inserção do lúdico na vida escolar das crianças é a melhor maneira, e também de longe a mais eficaz de transpassar pelo universo infantil para comprimir-lhe no mundo adulto, ou seja, mostrar-lhe nos-

sas regras e maneiras de convivências. O brincar, estimula no indivíduo o uso da memória, que organiza e amplia material para ser lembrado, esse processo será disposto pelo desenvolvimento gradativo da fala, que reformula a criança, levando-a a outro nível psíquico, e emocional.

A ludicidade faz-se importante em todas as idades, por isso não deve ser pensada apenas como diversão, e sim como um fato que facilita a aprendizagem em todas as suas dimensões como pessoa psíquica, social e física.

O lúdico fundamenta-se basicamente em agradar a criança, trabalhando com o real, no concreto, tocando, montando e desmontando situações. Com a finalidade de favorecer o funcionamento da brincadeira onde é considerado importantíssimo, pois ajuda no desenvolvimento cognitivo, facilitando assim a aprendizagem e a interação entre os colegas. De acordo com Dohme (2003):

As atividades lúdicas podem colocar o aluno em diversas situações, onde ele pesquisa e experimenta, fazendo com ele conheça suas habilidades e limitações, que exercite o diálogo, liderança seja solicitada ao exercício de valores ético e muitos outros desafios que permitirão vivências capazes de construir conhecimentos e atitudes. (DOHME, 2003, p, 113).

Pensando na educação que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo, a educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum tipo de conhecimento, (ALMEIDA, 1995, p.11). O lúdico tem como papel trazer o mundo real de uma forma mais amena, para letrar o aluno, ou seja, leva a criança tomar atitudes diante das situações rotineiras aos adultos e de essencial importância aos futuros adultos.

2.2 A importância da arte na educação infantil

A arte é uma cultura que está presente na vida do ser humano desde os tempos da pré-história, quando o homem pintava nas paredes das cavernas suas obras rupestres, como forma até mesmo de comunicação. O mundo da arte pode ser observado, compreendido e apreciado é através do conhecimento que o ser humano desenvolve sua imagi-

nação e criação adquirindo conhecimento, modificando sua realidade, aprendendo a conviver com seus semelhantes e respeitando as diferenças (AZEVEDO JUNIOR, 2007). Por isso é de extrema importância o uso da arte na educação infantil, pois ela proporciona o desenvolvimento da criança e que a mesma acrescente seus conhecimentos, habilidades e até mesmo descobrir suas potencialidades.

Através de sua arte a criança expõe seus medos, ansiedades, carência e até mesmo suas frustrações. Dessa forma a criança através da arte aprenderá a lidar com o diferente, ou seja, com as cores, imagens, expressões etc. A arte traz para a criança um conhecimento de imagem, que é tão importante para o lado emocional perceptivo e principalmente para o lado cognitivo da mesma, já que a criança necessita ser estimulada para que alcance novos saberes.

Ferraz e Fusari (1999, p.84). “Quando o educador sabe intermediar os conhecimentos, ele é capaz de incentivar a construção e habilidades: do ver, do observar, do ouvir, do sentir, do imaginar e do fazer da criança”. Compete ao professor ser um estimulador/ mediador onde o mesmo deverá facilitar o pensamento da criança sobre as imagens de forma crítica. Sendo assim o objetivo principal da arte na educação infantil é formar seres criativos sociáveis e reflexivos.

As artes visuais, ou seja, o desenho da criança deve ser aceito como uma forma de linguagem. Segundo Barbosa (1991, p.28) ” A arte deve ser uma fonte de alegria e prazer para a criança quando permite que organizem seus pensamentos e sentimentos presentes em suas atividades criadoras”. A arte deve ser feita para um momento de satisfação para ela, pois a arte também tem influência sobre a personalidade infantil, por isso essas atividades lúdicas acrescentam as possibilidades cognitivas, sociais e criadoras da criança.

A arte não pode ser usada como forma de descansar o professor, ou que seja feita apenas como uma atividade para complementar outra, ela tem como missão auxiliar a ação espontânea, simplificar a livre expressão e comunicação, para que com essa expressão haja uma contribuição para a formação intelectual, para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades das crianças, ao mesmo tempo que ela desenha a mesma conta sua história, suas fantasias, alegrias, medos e tristezas.

O desenho marca a infância de cada ser humano, pois através dele há a possibilidade de brincar, aprender, registrar e falar, no entanto, em cada estágio do desenvolvimento infantil e varia de acordo com a cultura, idade e a realidade da criança.

A ação do educador deve ser de dirigir o aprendizado e desen-

volvimento da escrita a partir do desenho, pois a criança pode expressar palavras através de desenhos antes mesmo de adquirir o ato de escrever, o professor pode criar situações em que sejam favorecidas ambas as competências, dessa forma, a criança não apenas poderá se expressar por meio das letras, mas também irá passar para o papel em forma de desenho tudo o que sente, o que pensa e ocasionalmente as suas ideias.

Quando a criança, lá pelos seus dezoito meses, pega ocasionalmente no lápis e descobre os seus registros no papel, vivencia corporalmente a ponta do lápis raspando na superfície. Mas, não é só o lápis no papel, é também qualquer marca impressa em qualquer superfície: o rastro da vareta na areia da praia, a marca de giz na lousa, os furinhos feitos com os dedos na massinha, a 8 impressão da mão cheia de tinta no papel, a marca dos dedos no vidro embaçado (VIARO 2003, p. 70).

Muitas vezes a criança logo na primeira vez que faz o rabisco com o lápis sobre o papel, não compreende de onde vem o traço se do lápis ou da sua própria mão. Com o passar do tempo a mesma irá adquirir o conhecimento de que aquele traço é graças ao material que a mesma utiliza. O indivíduo rabisca simplesmente por prazer, sendo que para ele o rabisco possui um sentido único e que todos devem compreender, por mais que não pareça claro para os demais que visualizarem o rabisco.

De acordo com Derdyck (2003, p.10):

A criança é um ser em contínuo movimento, este estado de eterna transformação física, perspectiva, psíquica, emocional e cognitiva, promove na criança um espírito curioso, atento, experimental. Vive em estado de encantamento diante das situações que a rodeiam, diante das pessoas.

Para que esse movimento que a criança realiza continuamente, torna-se necessária a intervenção do professor de maneira que este venha estimular a criatividade da criança e a utilize em favor do aprendizado, a formação do ser humano, não apenas profissional e educacional, mas como familiar, social e cultural tem sido deficitária e insuficiente para que o mesmo veja o quanto é importante para a criança o contato com o mundo visual e que ela pode apoderar-se desse mundo por meio de um simples desenho que faz.

Para a criança o desenho pode representar muitas coisas e a mesma exprime diversos sentimentos enquanto realiza essa ação, dessa for-

ma para ela a atividade exerce uma série de benefícios que a faz gostar tanto dessa atividade, no caso, vale destacar que o desenho é para a criança música, fala, dança, pensamento, enfim o mesmo é uma forma que o ser humano desde cedo encontra para entrar em contato com o mundo interior e exterior. Segundo Derdyck (2003, p.13) “A criança é um ser global, mescla suas manifestações expressivas: canta ao desenhar, pinta o corpo ao representar, dança enquanto canta, desenha enquanto ouve histórias, representa enquanto fala”.

Como uma forma de linguagem o desenho requer que a criança possua uma postura global, isto é, a ação exige autoconhecimento e uma apropriação do ambiente no qual é realizada a atividade. No entanto, mais do que uma linguagem e forma de aprendizado, a criança desenha para entreter-se, é como um jogo, porém nesse não há a necessidade de mais um indivíduo e não há regras para ele ser realizado.

A criança passa para o desenho o esquema corporal, ou seja, ela deseja ver a sua própria imagem no papel, o indivíduo em sua infância tem esse desejo, porém, há as crianças que ao invés do desenho preferem pintar, cantar, representar, construir, dançar, contar histórias, etc. No desenho, a criança passa por um processo existencial, pois ela ao terminar a obra decidirá o que irá ser feito com ela, ou seja, ela quer ter o poder de decisão, se ela rasga, guarda ou dar para alguém.

O autor do desenho pode interpretá-lo de diversas formas, sendo que a interpretação verbal do desenho pode se transformar de acordo com a necessidade ou vontade daquele que o fez, transformando-o em diversas histórias. A aquisição da linguagem proporciona uma nova relação do indivíduo com o mundo que o cerca, no entanto pode ainda representar o risco, o desenho e o rabisco em um personagem, tornando também o desenhista o intérprete de sua própria obra.

O aprendizado ocorre muitas vezes quando há o confronto das ideias já adquiridas com os pensamentos novos. Derdyck (2003, p.104) sobre tal afirmação comenta que: “Todo o raciocínio liga aquilo que acaba de aprender com o conhecimento já adquirido, dessa forma aprendemos o que antes era desconhecido”. Quando o sujeito se encontra na fase da alfabetização, ocorre um empobrecimento, pois o mesmo entrará em contato com a escrita e a leitura que lhe darão novos meios para satisfazer-se graficamente.

Segundo Fortuna (2003), é importante que o educador insira o brincar em um projeto educativo, com objetivos e metodologia definidos, o que supõe ter consciência da importância de sua ação em relação ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças. Ressalta-se que a

aprendizagem é o mais frequente motivo pelo qual o jogo é considerado importante para a educação, em que o brincar se torna realmente significativo com a ajuda dos seus educadores, que devem seguir o seu papel de auxiliares nesse processo, pois conforme considera Ramos (2002, p. 6), “nem tão largada que dispense o educador, dando margem às práticas educativas espontaneístas que sacralizam o ato de brincar, nem tão dirigida que deixa de serem brincadeiras.”, já que a intencionalidade do educador pode, por exemplo, estar na organização do espaço.

Segundo Velasco (1996, p. 78): brincando a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de estimular, e até mesmo de desenvolver as capacidades inatas podendo vir a ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca a vontade tem maiores possibilidades de se tornar um adulto equilibrado, consciente e afetuoso.

Kishimoto (1998) ressalta que o jogo, os brinquedos e as brincadeiras são termos que terminam se misturando. As diversas brincadeiras e jogos, faz-de-conta, jogos simbólicos, sensório motores, intelectuais, individuais, coletivos, dentre outros mostram as multiplicidades das categorias de jogos. 25 O jogo é uma atividade que contribui para o desenvolvimento da criatividade da criança tanto na criação como também na execução. Os jogos são importantes, pois envolvem regras como ocupação do espaço e a percepção do lugar.

Kishimoto (1993, p. 15) afirma: Os jogos têm diversas origens e culturas que são transmitidas pelos diferentes jogos e formas de jogar. Este tem função de construir e desenvolver uma convivência entre as crianças estabelecendo regras, critérios e sentidos, possibilitando assim, um convívio mais social e democracia, porque “enquanto manifestação espontânea da cultura popular, os jogos tradicionais têm a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolver formas de convivência social.

Atividades lúdicas é compreendida diante dos jogos, brinquedos e de brincadeiras, no entanto para Almeida e Shigunov (2008) afirmam que as atividades lúdicas compreendem a brincadeira na qual refere ao comportamento espontâneo das crianças nas atividades desenvolvidas. Afirma, ainda, que o jogo que possuem regras, não deixam de ser brincadeiras e, para tanto, o brinquedo é o objeto da brincadeira.

Se uma criança é capaz de transformar regras do jogo ou criar uma brincadeira diferente na escola, quando ela sai do espaço rotineiro de ensino, se sobrepõe como o autor de um jogo, criando assim uma experiência efetivamente lúdica que proporcionará momentos de satisfação, criatividade, enfim, fruição corporal. De acordo com o Coletivo

de Autores (1992), quando uma criança joga, ela procede com um conceito nas suas ações, no que a leva a desenvolver sua vontade e consequentemente ao mesmo tempo se tornar consciente de suas escolhas e decisões. Logo, o jogo se concretiza como recurso básico diante das mudanças das necessidades e da consciência.

Todavia, ainda ocorre em muitas escolas, o tratar a criança na Educação Infantil como se fosse adulto em miniatura. Não enaltecem as fantasias e as atividades psicomotoras específicas dessa etapa que é a infância. No todos os conceitos de ludicidade nesses ambientes educacionais estão extremamente ligada à instrumentalização apenas, visto que o processo ensino aprendizagem baseado na metodologia tradicional favorece o desenvolvimento da “consciência bancária”, assim denominada por Paulo Freire (1983, p. 38) que consiste em: O educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador. Educa-se para arquivar o que se deposita. Mas o curioso é que o arquivado é o próprio homem, que perde assim seu poder de criar, se faz menos homem, é uma peça. Com uma educação como essa ao invés de despertar a criança para suas habilidades, para uma nova perspectiva, aprisiona-se ela dentro de um mundo mecânico, rotineiro e sem significância para a mesma.

2.5 A Formação Do Educador Na Perspectiva Da Ludicidade

Compreendendo as nuances que envolvem a docência, não se pode dissociar a prática pedagógica da formação do educador, ou seja, se faz necessário refletir sobre as estratégias utilizadas na busca pelos objetivos a serem alcançados. Tais objetivos para serem estruturados e planejados, precisam necessariamente estar interligados com a formação do educador.

A formação do professor requer um contexto dinâmico, produtivo e de constante busca de reflexões do fazer pedagógico, cujos objetivos a serem alcançados e caminhos organizados nesta busca sejam claros. Assim se faz necessário que o educador encontre subsídios nos processos formativos, que o educador possa refletir e aprimorar sua prática, já que envolve a formação pedagógica em sua dimensão, em um contexto envolvendo o educando e não discutir apenas teorias, por vezes dissociadas da realidade vivenciada por tais educadores. Nóvoa (1992, p.3) enfatiza que:

O professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor. Urge por isso (re) encontrar espaços de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro de suas histórias de vida (NÓVOA, 1992, p. 3).

A formação do professor numa visão psicomotora envolve a compreensão conceitual e prática do desenvolvimento das crianças em diferentes níveis e estágios. Dessa forma, é preciso oferecer aos educadores contribuições concretas com objetivos e metodologias possíveis de serem trabalhadas em tais realidades, visto que necessitam refletir muito mais sobre o fazer pedagógico prazeroso, em que o brincar seja envolvido e contemplado na busca dos objetivos a serem alcançados.

2.6 Sugestão Para O Educador

Para refletir sobre tais abordagens e compreender a psicomotricidade na Educação Infantil, seguir de algumas dicas como um elemento estruturador da temática estudada, visando uma compreensão da aprendizagem significativa, a qual abrange não apenas conteúdos educacionais, mas o desenvolvimento integral do aluno, além de tratar sobre uma interação de forma saudável, de confiança e de estabilidade, para um desenvolvimento significativo da criança dentro da sala de aula.

Segundo Oliveira, (2001, p.79) pode-se entender características peculiares dos educadores que querem desenvolver bem os seus educandos:

Flexibilidade: ser flexível e humildemente aceitar sugestões das crianças e de outros adultos para mudar qualquer atitude ou programa. **Ter sendo de Humor:** em qualquer situação saber desvencilhar-se de imprevistos com diplomacia. As crianças não gostariam de “cara-brava” o dia inteiro. **Curiosidade:** que o educador aprenda a motivar as crianças para que trabalhem sua inesgotável fonte de curiosidade. Onde queiram saber, aprender, buscar soluções criativas, etc cada vez mais. **Juventude:** o educador deve ser jovem; entretanto é preferível uma pessoa com mais idade e espírito aberto a alguém precocemente envelhecido. **Respeito e Individualidade:** a aceitação de que cada criança tem seu próprio “jeitão”, características pessoais diferentes demonstram uma

capacidade do educador de amar as crianças como elas são e não como gostaríamos que fossem.

Voz: a altura e a entonação da voz do educador são importantes para uma criança ter confiança, respeito e não medo. Através da voz, é demonstrado o grau de motivação do educador. **Linguagem:** o uso de palavras e expressões deve ser compatível com o grau de conhecimento nas crianças. A comunicação deve ser clara, simples e não muito longa. Às vezes uma demonstração na prática vale mais do que muitas explicações verbais. **Sinceridade:** a sensibilidade e capacidade de observação das crianças não deixam escapar atitudes insinceras dos adultos. Seja sempre sincero nas suas ações verbais. **Atenção a Todos:** se você der atenção aos seus prediletos em excesso, despertará nos outros insegurança e ciúmes, acarretando desmotivação nas atividades. Dê atenção a todos indistintamente, assim gerará maior confiança e incentivo geral. **Paciência e Compreensão:** o mundo infantil é bem diferente do mundo adulto. Não veja a criança como “adulto inacabado”, pois ela é um ser completo, apenas com necessidades, capacidades, desejos, anseios, perspectivas e atitudes diferentes das dos outros. Aceite e compreenda isto, sem bloquear sua imaginação e suas ações.

Conduta: o adulto educador deve se preocupar principalmente com sua conduta e gestos diante das crianças, pois elas são irritadoras por excelência, e a imitação pode tornar-se hábito; sendo assim, todo cuidado é pouco.

Motivação: lembre-se de que se oferecer um desafio á criança e ele forem “muito fácil” ela se distrairá e fará outra coisa qualquer, assim como se for “muito difícil”. Ofereça a possibilidade de sucesso e ela terá a motivação.

Amor: conhecimento teórico é importante, mas amor e carinho espontâneo e sincero farão bem do que qualquer ensinamento do mundo. Não negue às crianças contato corporal e atenção (OLIVEIRA, (2001, p.79).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da referida pesquisa, foi possível constatar que a educação infantil necessita de um embasamento teórico para se sustentar, a professora desta faixa etária deve se propor a uma reciclagem constantemente, visando a melhoria de seu ensino, buscando atrelar a teoria a sua prática escolar, respeitando as competências e habilidades estabele-

cidas para cada idade como nos trata a BNCC, a qual dá grande ênfase a ludicidade nas aulas de educação infantil. Pode-se compreender a relevância de o professor planejar suas aulas, adaptá-las a seus alunos buscando a formação integral, que envolva os direitos éticos, a medida que possibilita equidade e aplicabilidade das unidades temáticas, políticos, quando a sua aula contempla uma organização e oportuniza a criança expressividade, cooperação e autonomia e estético, quando prepara esta criança para ser um agente social e cultural e além de tudo crítica.

A pesquisa nos mostra que a ludicidade não pode ser mais vista como um brincar por brincar, mas sim que ela tem finalidades muito importantes para o desenvolvimento cognitivo, físico, emocional, social e cultural da criança. Visto que a ludicidade é capaz de contextualizar os conteúdos a serem transmitidos e ainda de trazer as possibilidades da vida adulta, oportunizando ela de ser gente grande, resolver problemas e ainda criar as indagações, tendo a chance de voltar a sua pessoa real. Podendo fazendo fazer estas análises de dentro e de fora das perspectivas.

Quando se fala no lúdico na educação infantil, deve-se compreender primeiro a magnitude e grandiosidade dessa faixa etária, pelo fato de lá estar o momento de maior desenvolvimento do ser humano, lá onde tudo pode dar certo ou não. Quando se compreender isso, pode ter como relevante o lúdico, o qual nada mais é que deixar a criança ser criança, mas com um diferencial que é o direcionamento de um professor, ou seja, com objetivos estabelecidos em cada “brincadeira”, em cada “jogo”, todos eles voltados para o mesmo intuito, o do conhecimento, o do crescimento intelectual, social, cultural e emocional do indivíduo.

O jogo e as brincadeiras têm o papel fundamental na concretização dos resultados, no momento em que assumem um caráter instrumental, desenvolvem e possibilitam a liberdade de expressão, tomada de decisões com mais pró eficiência. O transitar pelo dia a dia de forma compreendendo as regras sociais, permite a criança desenvolver a imaginação e conhecer a alegria. O professor deve sempre levar em consideração o indivíduo, as disponibilidades de cada criança em aprender, ou seja, as suas individualidades, deve conhecer cada um ao seu máximo. Enfim, o ambiente educacional deve estar rodeado de muito carinho, atenção, responsabilidades e aplicabilidade das metodologias, dinâmicas, jogos e as atividades diárias. Todos os agentes educacionais devem estar envolvidos e atrelados para a efetivação da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.
- BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional: Lei n 9394/96**.
- DOHME, Vânia. **Atividades Lúdicas na educação: o caminho de tijolos amarelo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- DERDYK, Edith. **Pensamento e Ação no Magistério**. Formas de Pensar o Desenho. Desenvolvimento do Grafismo Infantil. Editora Scipione. 3ª Edição. 2003.
- FORTUNA, T. R. Jogo em aula: recurso permite repensar as relações de ensinoaprendizagem. **Revista do Professor**, Porto Alegre, v. 19, n. 75, p. 15-19, jul./set. 2003.
- FREINET, Célestin, **Pedagogia do Bom Senso**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SEBER, Maria da Glória. LUIZ, Vera Lúcia Freire de Freitas,(colaboradora). **Psicologia do Pré – Escolar . Uma Visão Construtivista**. Editora Moderna.1995.
- STAM, Robert. Bakhtin: **Da Teoria Literária à Cultura de Massa**. São Paulo: Ática, 2000. (Série Temas Literatura e Sociedade, v.20).
- RAMOS, T. El joc. Revista Infância: **Revista de La Asociación de Maestros Rosa Sensat**, Barcelona, 127: 6-14, jul./ago. 2002.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

VELASCO, Calcida Gonsalves. **Brincar:** o despertar psicomotor, Rio de Janeiro: Sprit, 1996.

SOARES, A. **Gêneros literários.** São Paulo: Ática, 1993.

O PROTAGONISMO DE UM PROJETO DE ATLETISMO / PARATLETISMO ESCOLAR: RELATANDO EXPERIÊNCIA DOS BENEFÍCIOS

Emerson Felipe da Silva

1. INTRODUÇÃO¹

Até que ponto um projeto esportivo e paradesportivo dentro de uma unidade de ensino, da educação escolar indígena, da etnia Potiguar da Paraíba, pode colher frutos aos membros da comunidade escolar em suas mais distintas vertentes.

Ao longo deste estaremos nos comprometendo em apresentar a experiência de um projeto escolar dispare, não apenas por incluir o desporto e o paradesporto de forma síncrona, mas, pelos benefícios físicos, mentais e sociais que estão presentes no estratagem do projeto que conseguiu obter resultados impressionantes dentro e fora da sala de aula.

O tema do projeto tencionou socializar como essa modalidade esportiva e paradesportiva, inclusive abrangendo discentes do ensino fundamental e ensino médio, presente dentro e fora do componente curricular Educação Física, através de uma metodologia que adotou ações lúdicas e competitivas, por serem modalidades consideradas super includentes, pode contribuir na promoção da saúde física e psíquica, qualidade de vida e desenvolvimento de inúmeras valências.

Está proposto enquanto objetivo deste promover a teoria e a prática inclusiva do atletismo e paratletismo escolar aprimorando o desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo na comunidade escolar, potencializando valores de respeito mútuo, ética, trabalho em equipe e superação, possibilitando o identificar de talentos que possam ser desenvolvidos nas inúmeras competições. Inconcusso pela pesquisa bibliográfica, tal qual, a revisão de literatura, trilhamos pela modalidade relato de experiência, possibilitando um estudo qualitativo.

No decorrer deste termos no capítulo inicial as motivações para inserção do projeto na Escola Indígena Cacique Domingos, situada na Aldeia Jaraguá em Rio Tinto-PB; no capítulo final os feitos e os números coletados nesse primeiro ano de projeto; as considerações finais que preconizam o iniciar desse projeto que vislumbra voos ainda mais altos; e, finalmente, as necessárias referências.

2. DEPREENDEDNDO AS MOTIVAÇÕES E JUSTIFICATIVAS PARA A INSERÇÃO DO PROJETO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Partindo do princípio que educação escolar é o processo educacional realizado em um sistema escolar de ensino, devendo ser desenvolvido em institutos e demais instituições legitimadas para exercê-la. Daí a proposição em concretizar trabalho com projetos escolares, sendo justamente um motivante a proporcionar certo ambiente favorável ao saber, sobretudo em Educação Física, quando ele está em conformidade com as unidades temáticas da BNCC.

Segundo RCNEI (2005, p. 331) “Os esportes, também nas escolas indígenas, deveriam ser praticados com menos ênfase nos seus aspectos competitivos e mais no seu caráter lúdico (de brincadeira) e de lazer”.

Quando cita a palavra esporte vem logo a cabeça competição, alto rendimento. Mas será que através do esporte não se pode aplicar ou vivenciar o lúdico? Pode sim, também, o lazer e o prazer junto ao esporte podem variar de indivíduo para indivíduo, tendo em vista que a competição para alguns é um tipo de lazer.

Dessa forma não devemos mensurar generalizadamente a ideia ou propósito contextual referente ao esporte, no sentido que a brincadeira possa ser um momento de lazer para alguns, mas para outros, a competição seria a melhor definição ou sinônimo para a brincadeira.

Ainda sobre a educação física escolar indígena segundo RCNEI (2005, p. 334):

O ensino da educação física deve permitir a articulação dos conhecimentos específicos da área com os conhecimentos indígenas tradicionais e com os conteúdos das outras disciplinas; as atividades físicas devem ser entendidas como objetos de conhecimento e de reflexão crítica.

Dado isso, numa ótica alicerçada pelos quatro pilares da educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser) onde estão de fato solidificados nos programas educacionais e projetos escolares, tencionamos fomentar junto ao alunado e comunidade escolar o desenvolvimento de habilidades e competências teórico-práticas do atletismo e paratletismo, pois, há aproximadamente dez anos atrás, em 2014, consideramos nosso pioneiro grande salto no

esporte, através do Mini Atletismo, proposta experienciada na academia e reproduzida ao educandário.

Então, após teoricamente remeter tal ideia junto aos educandos e comunidade escolar, observaremos na prática a absorção dos conteúdos relacionados ao atletismo e paratletismo que paralelamente a necessidade de treinar guerreiros, origem do atletismo no surgimento da civilização, estaremos formando cidadãos e estudantes empenhados: na educação escolar por ser a essencial condição para sua inscrição e participação; e, na prática dessas modalidades em suas múltiplas provas e contextos. Até porque os jogos de atletismo deram aos escolares e comunidade escolar a oportunidade de obter o maior dos benefícios da prática do atletismo e paratletismo, em termos de saúde, educação e autossatisfação.

Ciente que os feitos alcançados nos Jogos Escolares e Paraescolares da Paraíba 2022, como também, a iniciativa de construir uma associação esportiva e cultural para se filiar a FPBA (Federação Paraibana de Atletismo) conforme sempre esteve aparente, é algo que impulsiona esse presente projeto que trata exclusivamente do atletismo e paratletismo.

Destarte, enquanto esporte base: o atletismo e paratletismo pode representar para o desenvolvimento discente e da comunidade escolar um salto em todas as dimensões, seja física, motora, cognitiva, afetiva e social. Portanto, experienciar no contraturno, através de um calendário cotidiano, conceituado como planilha de treino, envolvendo a comunidade escolar e oportunizando a possibilidade da participação de renomados atletas e personalidade externas do aldeamento Jaraguá foi algo extremamente impulsionador.

Até porque ter direito ao esporte significa vivenciar o mundo esportivo, buscando nele a consciência corporal, melhor dizendo, a existencialidade da corporeidade, conquistando a oportunidade de presenciar e executar movimentos nas atividades ginásticas, nas modalidades esportivas, nas lutas, nas danças, todos esses componentes da história da Educação Física / Esportes. (PICCOLO, 2012, p. 31)

Nesse sentido nos apoiamos nas palavras de Pereira e Souza (2011) no tocante as questões como inclusão social, capital cultural e cidadania global que pudera se considerar integrante do rol temático ao que concerne à prática pedagógica, assim sendo, o professor como um ator social (ser político) e no desempenho de sua função social (um agente de mudança) interferindo na construção do processo histórico da humanidade.

Para conseguir os benefícios é imprescindível praticar os exercícios da Educação Física com regularidade, em sequência e quantidades adequadas, através da ginástica, jogos e desportos (TEIXEIRA, 2003).

A partir disso, o significado da atividade física para a sociedade altera-se sensivelmente. O que há pouco tempo era utilizado apenas para fins esportivos ou estéticos, atualmente o exercício físico torna-se indispensável à saúde e à qualidade de vida.

Considerando Nahas (2001, p. 34):

A aptidão física relacionada à saúde é, pois, a própria aptidão para a vida, pois inclui elementos considerados fundamentais para uma vida ativa, com menos riscos de doenças hipocinéticas (obesidade, problemas articulares e musculares, doenças cardiovasculares etc.) e perspectiva de uma vida mais longa e autônoma.

Então, acredita-se que pessoas de todas as idades, que estão de um modo geral inativa fisicamente, podem melhorar sua saúde e bem-estar ao praticar atividade física moderada regularmente. Graças à educação física na sociedade moderna, já podemos constatar que os praticantes melhoram a capacidade de atenção, concentração, tempo de reação e raciocínio lógico, pois quando o jovem pratica algum exercício físico ele não trabalha apenas o corpo, mas também a mente, portanto, reiteramos exaustivamente junto aos discentes a importância da prática do atletismo e paratletismo.

No capítulo seguinte poderemos encontrar como estas motivações aqui externadas conseguiram ser transformadas em feitos e números em dados sem precedentes na educação escolar indígena da Paraíba, pois, até porque esse pioneirismo é, momentaneamente, exclusividade da Escola Indígena Cacique Domingos.

3. AS FAÇANHAS EXTERNAS DOS ATLETAS / PARATLETAS E OS DADOS INTERNOS COLETADOS NO EDUCANDÁRIO

Contextualizar como foi o desenvolvimento do projeto, a receptividade dos estudantes com a dimensão escolhida, como foi o desenvolvimento das ações e os resultados alcançados é hiper salutar, pois, relatar tal experiência com ilustrações e números está em nossa

promessa.

Desenvolver um projeto de atletismo e paratletismo, em uma unidade de ensino da educação escolar indígena da Paraíba, requer uma abordagem sensível às particularidades culturais, sociais e educacionais dessa comunidade. Então, ciente que os escolares detêm um histórico de afinidade junto aos projetos e eventos esportivos e culturais desenvolvidos dentre e fora da aldeia Jaraguá preconizamos por iniciar apresentando a ideia contemplando os feitos alcançados anteriormente.

Após a preliminar receptividade e aprovação da liderança da aldeia, gestão escolar e coordenação pedagógica, já aos pioneiros dias do ano letivo foi o momento de apresentar aos discentes essa proposta que unificava os benefícios físicos, sociais e mentais através do protagonismo do atletismo e paratletismo escolar ao real cenário de possibilidades que poderíamos estar escancarando aos escolares e comunidade escolar através de treinos e competições que aconteceriam no decorrer de todo o ano letivo.

Então, respaldado em um calendário mensal de treinos, competições e ações que seriam desenvolvidas paulatinamente, convidamos todo e qualquer estudante e membro da comunidade indígena Potiguara da aldeia Jaraguá para se juntar em um projeto que objetivava voos significativos dentro e fora das pistas, campos e estradas, pois, além das conquistas pessoais e grupais em eventos e premiações, estava também arrolado o ideal de fundação de um associação com senso de pertencimento indígena Potiguara denominada XE POTIGUARA: TE'YIA SOSÉ.

Uma proposta ambiciosa de promover e possibilitar a inclusão e o acesso de crianças, adolescentes e jovens estudantes residentes em aldeamentos do povo Potiguara da Paraíba, preferencialmente da etnia Potiguara, as práticas esportivas, paradesportivas e culturais formais de maneira sistematizada e continuada, como instrumento educacional para disseminação de valores do esporte, respeito às regras, respeito ao outro, trabalho em equipe, superação, comprometimento, dentre outros.

Todavia, provavelmente, nem em nossos melhores sonhos estávamos aguardando colher resultados tão impressionantes e significativos, pois, simplesmente conseguimos ser a única escola indígena com atleta classificado no Paratletismo, pelo segundo ano consecutivo, para as Paralímpiadas Escolares que acontecerá em São Paulo dentre os dias 27 de novembro a 01 de dezembro; única escola indígena com atleta classificado no Atletismo para o JEBS (Jogos Escolares Brasileiro), ocorrido dentre os dias 28 a 30 de outubro em Brasília; a escola indíge-

na com maior delegação do atletismo na etapa estadual dos Jogos Escolares e Paraescolares da Paraíba; a única escola indígena com atletas convocados para o Troféu Norte-Nordeste Loterias Caixa de Atletismo Sub-16, realizado em Fortaleza-CE dentre os dias 08 a 10 de setembro; única escola indígena que participou e se destacou nos Campeonatos Paraibanos Loterias Caixa de Atletismo ocorridos em Campina Grande e João Pessoa; dentre outros. Além, logicamente, da cereja do bolo, que foi a oficialização primada e exarada da Associação XE POTIGUARA.

Antes mesmo do iniciar do ano letivo 2023, na segunda semana do mês de janeiro, conforme previamente acertado com a liderança da aldeia e equipe gestora, iniciamos os diálogos, exposições e atividade teóricas e práticas com os atletas que convidamos ao projeto devido conhecimento prévio.

Objetivando um macro entendimento estaremos concretizando esse relatório de forma cronológica, apresentando as ações, conquistas e feitos mensalmente proporcionando uma temporalidade necessária para o entendimento da evolução alcançada.

Apesar de pouco tempo para implementar a rotina do projeto, já no terceiro sábado do ano, dia 21 de janeiro, estivemos com cinco atletas inscritos e participando do Pentatlo Paraibano, primeiro evento do ano organizado pela FPBA (Federação Paraibana de Atletismo), onde obtivemos resultados expressivos em ambos naipes e categorias, com destaque para a dobradinha na categoria A feminino e, consequentemente, a premiação da bicicleta para a campeã Andryenne Vitória, atleta de 11 anos e estudante matriculada na turma do 6º ano.

Ilustrações 01 e 02 – Equipe; e Pódio com premiação. Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Arquivo do autor

Apenas uma semana após essas conquistas maravilhosas, dia 28 de janeiro, já estávamos embarcando com uma delegação ainda maior para a participação no Festival de Atletismo Irmãos Torres, realizado pela secretaria de esportes da Prefeitura de Jacaraú, onde obtivemos mais de uma dezena de pódio, mas, com destaque para a atleta Maria Eduarda, 14 anos de idade, disputando pela primeira vez em detrimento de uma tortuosa dificuldade para a confecção de sua documentação pessoal.

**Ilustrações 03 e 04 – Equipe; e, Pódio Feminino Sub-18.
Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

No dia 11 de março, a primeira competição oficial da FPBA ocorreu no município de Campina Grande, o Campeonato Paraibano Loterias Caixa de Atletismo Sub-20, assim como, o Festival de Atletismo Sub-16, e, lá estavam os atletas da escola supracitada.

O maior destaque da Cacique Domingos nesse campeonato coube a atleta Girlene Silva, 17 anos, medalha de ouro na prova dos 3000m feminino e medalha de bronze na prova dos 100m; já no Festival Sub-16 de Atletismo, a atleta Maria Eduarda brilhava novamente com uma medalha de ouro na prova dos 1000m e uma medalha de bronze na prova dos 250m.

**Ilustrações 05 e 06 – Equipe; e, Atletas medalhistas.
Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

O cenário das imagens abaixo é no estado de Alagoas, onde o paratleta Otávio Caio esteve disputando a maior competição paralímpica no Norte-Nordeste, entre os dias 28 a 30 de abril, os Jogos do Paradesporto de Alagoas, competição realizada nas cidades de Maceió e Pilar. Na oportunidade o paratleta T-20 / F-20 além de conseguir três medalhas de ouro nas três provas disputadas: 800m, 100m e salto em distância, alcançou sua melhor marca no salto em distância com 5,67.

Ilustrações 07 e 08 – Pódio; e, Otávio Caio. Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Arquivo do autor

Nos Jogos Escolares e Paraescolares da Paraíba, etapa regional, classificatória para a fase estadual, iniciado ainda em abril, além dos expressivos resultados nas modalidades esportivas: Badminton, Futsal, Handebol, Vôlei de Praia e Xadrez, em ambos os naipes e categorias, nas provas do Atletismo e Paratletismo, realizadas no dia 11 de maio, o educandário obteve o melhor resultado da história de uma escola indígena conseguindo 18 medalhas de ouro, 11 medalhas de prata e inúmeros índices para a etapa estadual.

**Ilustrações 09 e 10 – Equipe; e, Pódio de Maria Eduarda.
Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

Já no dia 14 de maio, o município de Rio Tinto parou para prestigiar a Corrida de Rua SESI RIO TINTO, evento organizado e realizado pela instituição citada que contou com a participação de 08 atletas e o profissional de educação física do educandário. Além das excelentes colocações de todos que participaram do evento, ainda pudemos comemorar ambos os primeiros lugares de Maria Eduarda, na categoria Feminino Sub-29; e, Otávio Caio, na categoria PCD (Pessoa com Deficiência).

E, antes do término do mês mariano, mais precisamente no dia 27 de maio, ainda participamos do Campeonato Paraibano de Atletismo Loterias Caixa Sub-18 e Festival de Atletismo Sub-14, mais um evento organizado pela FPBA.

Apesar das seis medalhas obtidas, sendo três no campeonato e três no festival, mais uma vez o destaque ficou por conta de Maria Eduarda, pois, nessa oportunidade competindo no Festival de Atletismo Sub-14 ela conseguiu as duas medalhas de ouro nas provas disputadas: 1000m e 75m.

**Ilustrações 11 e 12 – Equipe da Corrida; e, Pódio de Maria Eduarda.
Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

Chegando ao mês que encerra o primeiro semestre do ano, o terceiro final de semana foi aquele que envolveu parte da equipe, pois, no sábado dia 17 ocorreu no Vila Olímpica Parahyba, João Pessoa, o Festival Mini Atletismo Kids, onde estivemos representados por seis atletas; e, no domingo, dia 18, já estávamos em Natal – RN conduzindo os atletas Otávio Caio e Maria Eduarda, onde participaram respectivamente do Campeonato Estadual Loterias Caixa Sub-18 Norte Riograndense e Festival Escolar de Atletismo Getúlio Lopes RN Sub-16, realizados na Pista de Atletismo da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), com destaque para Maria Eduarda campeã na prova dos 1000m.

**Ilustrações 13 e 14 – Equipe do Festival Kids; e, Equipe Campeonato
Estadual RN. Paraíba – Rio Grande do Norte, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

Finalmente, no dia 21 de junho, ocorreram as disputas da etapa estadual do Paratletismo nos JEPPB, então, momento em que Otávio Caio brilhou conquistando medalha de ouro na prova do salto em distância e medalha de prata na prova dos 1500m, logo, sendo convocado para as Paralímpiadas Escolares (Etapa Regional I – Norte- Nordeste), que ocorreria em Belém-PA, dentre os dias 08 a 12 de agosto. Ainda se não bastasse, o mencionado paratleta concretizou a façanha, nesse mesmo dia, de ser medalhista de ouro em outra modalidade: Badminton, logo, sendo convocado para representar a Paraíba em São Paulo.

**Ilustrações 15 e 16 – Otávio: Salto em Distância e Badminton.
Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

O mês de julho, reservou aos paratletas selecionados do educandário fortes emoções, inicialmente em disputar os Jogos Paralímpicos da Paraíba, evento realizado pela SEJEL, ocorridos nos dias 14 a 16, na Vila Olímpica Parahyba. Na oportunidade, nosso único representante foi Otávio Caio conseguindo duas medalhas de ouro nas duas provas disputadas: 1500m e salto de distância.

Já no evento Conexão Paralímpica 2023, evento realizado pelo CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro) ocorrido entre dos 18 a 21 do mencionado mês, o educandário esteve representado por Otávio Caio e Vanderson da Silva, onde respectivamente conquistaram duas medalhas de ouro: salto em distância e 1500m; e, uma medalha de prata na prova dos 150m e uma medalha de bronze na prova dos 60m.

Ilustrações 17 e 18 – Pódio; e, Otávio Caio. Paraíba, Brasil, 2023

Fonte: Arquivo do autor

Já aos escolares apenas no dia 29 de julho, sábado de Santa Ana, ocorreu o Campeonato Paraibano Loterias Caixa Sub-16, onde os destaques ficaram com Maria Eduarda que garantiu a medalha de ouro nos 1000m e a medalha de bronze nos 250m; e, a dobradinha no pentatlo masculino, onde Kauê Wedson e Ezaquiel Silva estiveram no pódio com ouro e prata respectivamente.

Cabe salientar que os resultados de Maria Eduarda e Kauê Wedson renderam uma convocação para a disputa do Norte-Nordeste que seria disputado em Fortaleza-CE, logo, motivo de muito orgulho para toda a comunidade escolar indígena Potiguara da Aldeia Jaraguá.

**Ilustrações 19 e 20 – Equipe; e, Pódio de Maria Eduarda.
Paraíba, Brasil, 2023**

Fonte: Arquivo do autor

Dentre os dias 08 a 12 de agosto, ocorreu a Etapa Regional 01 (Norte / Nordeste) das Paralimpíadas Escolares, realizada em Belém-PA, conforme já mencionado, agora pelo segundo ano consecutivo o nosso, estudante do 7 ano, Otávio Caio esteve presente e conseguiu algumas façanhas, uma vez que além de haver sido, no ano anterior, o primeiro paratleta das escolas indígenas da Paraíba a conseguir participar de uma etapa regional e nacional, esse ano ele acumulou outros grandes feitos.

**Ilustrações 19 e 20 – Equipe; e, Pódio de Maria Eduarda.
Paraíba, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

Nos dias 08 a 10 desse corrente mês, ocorreu na capital cearense, Fortaleza, o Troféu Norte-Nordeste Loterias Caixa de Atletismo Sub-16, onde estivemos representados pelos atletas Maria Eduarda e Kauê Wedson na delegação da FPBA.

O destaque ficou por conta de Maria Eduarda, que mesmo com o sabor amargo de um quarto lugar na prova dos 1000m, uma vez que liderou praticamente 80% da prova, obteve sua melhor marca e serviu de lição aos próximos eventos que se avizinha.

Ilustração 23 – Atletas representando a Paraíba. Ceará, Brasil, 2023

Fonte: Arquivo do autor

Os dias 21 a 23 de setembro, ocorreu a Etapa Estadual dos JEPPB (cat. A), realizada em João Pessoa, a delegação da 14ª GRE estava representada por aproximadamente 50% de personagens desse educandário. Todavia, para não ser distinto das ocasiões mencionadas quis o destino que a atleta Maria Eduarda, mais uma vez, fosse o destaque do educandário, dessa vez além de outra vez conseguir duas medalhas de ouro nas provas dos 2000m e 800m, ainda sentenciou dois índices que asseguraram sua presença no JEBS (Jogos Escolares Brasileiros). Ainda no dia 23 de setembro, os nossos paratletas participaram, em mais uma oportunidade, do Festival Paralímpico, realizado pelo CPB, ocorreu no Instituto dos Cegos da Paraíba, e, foi a primeira oportunidade do Arthur Henrique, paratleta talentoso de apenas 7 anos.

Ilustrações 24 e 25 – Equipe; nos JEPPB; e, Festival Paralímpico. Paraíba, Brasil, 2023

Fonte: Arquivo do autor

O mês de outubro mal iniciara, e logo no seu terceiro dia, o sistema correio de comunicação, através do competente jornalista Serginho Montenegro, visitou a Aldeia Jaraguá, especificamente o treinamento de Maria Eduarda e Otávio Caio, onde construiu uma matéria veiculada no dia 19 de outubro nos programas Correio Esportes e Jornal da Correio, ressaltando os feitos desses jovens talentos indígenas Potiguara.

Ilustrações 26 e 27 – Otávio Caio e Maria Eduarda. Paraíba, Brasil, 2023



Fonte: Arquivo do autor

No domingo, dia 08 de outubro, ocorreu mais uma corrida de rua em Rio Tinto-PB, e, dessa vez não sendo diferente, a instituição de ensino preparou sua equipe e conquistou as seguintes colocações: KIDS FEMININO (ATÉ 08 ANOS) - 1 lugar: Ana Julia; 2 lugar: Laysa Maria. KIDS MASCULINO (ATÉ 08 ANOS) - 1 lugar: Arthur Henrique. KIDS FEMININO (09 até 11 ANOS) - 1 lugar: Aylla Ariely; 2 lugar: Andressa Lauane. KIDS MASCULINO (09 até 11 ANOS) - 1 lugar: Rauan Freitas. KIDS MASCULINO PCD (09 11 até ANOS) - 1 lugar: Vanderson de Oliveira. KIDS FEMININO (12 até 14 ANOS) - 1 lugar: Maria Eduarda; 6 lugar: Bruna Brito. KIDS FEMININO PCD (12 até 14 ANOS) - 1 lugar: Ketlin Vitória. KIDS MASCULINO (12 até ANOS) - 1 lugar: Iago Gomes; 2 lugar: Rialisson Lima. KIDS MASCULINO PCD (12 até 14 ANOS) - 1 lugar: Jean Lucas. MASCULINO (15 ATÉ 19 ANOS) - 7 lugar: Yratan Potiguara; 8 lugar: Kauê Wedson. MASCULINO PCD (15 ATÉ 19 ANOS) - 1 lugar: Otávio Caio.

Dentre os dias 13 a 15 de outubro, Recife-PE, foi o palco do Campeonato Brasileiro Interclubes Loterias Caixa de Atletismo Sub-16 de Atletismo, evento que reuniu 830 atletas e 140 clubes do país inteiro.

Dentre os dias 13 a 15 de outubro, Recife-PE, foi o palco do Campeonato Brasileiro Interclubes Loterias Caixa de Atletismo Sub-16 de Atletismo, evento que reuniu 830 atletas e 140 clubes do país inteiro.

Nessa oportunidade o educandário esteve representado por quatro atletas que são filiados na Equipe Porto de Cristo, Jacaraú, e, apesar da gigantesca concorrência e aprendizagem, cabe destacar que a atleta Maria Eduarda nas duas provas que disputou ficou em 12ª colocada, disputando com aproximadamente 50 concorrentes por prova.

**Ilustrações 28 e 29 – Equipes: Corrida e Campeonato.
Pernambuco, Brasil, 2023**

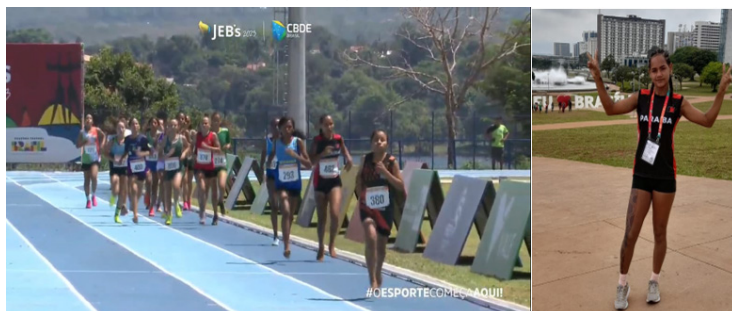


Fonte: Arquivo do autor

E, encerrando o mês de outubro, chegou finalmente à participação de Maria Eduarda no JEBS, ocorrida dentre os dias 27 a 31 de outubro, esse ano sendo realizado na capital federal. A atleta teve um desempenho satisfatório ficando em 10 colocado geral na prova dos 2000m, sendo a segunda melhor marca de atletas da região nordeste.

O JEBS, evento que reuniu cerca de seis mil atletas do país inteiro, foi, sem sombra de dúvidas, a maior experiência de um atleta escolar do nosso projeto nesse ano letivo 2023, pois, do paraescolar ainda teremos a cereja do bolo.

**Ilustrações 3 e 32 – Prova 200m; e, Maria Eduarda.
Brasília, Brasil, 2023**



Fonte: Arquivo do autor

Após esse legítimo arsenal de imagens e informações acredito que possa ser compreendido enquanto redundante ressaltar que proatividade, aprendizagem contínua, trabalho em equipe, comunicação assertiva, relacionamento interpessoal e resiliência são consideradas algumas das competências apreendidas ao longo dessa trajetória.

Enaltecemos aqui as parcerias desenvolvidas com o setor público, setor privado, projetos sociais, a liderança da aldeia e os profissionais da educação e funcionários do educandário que contribuem imensamente junto ao projeto.

Portanto, apesar de não ter como mensurar em dados momentaneamente, nas reuniões e planejamentos, diálogos com os profissionais da escola e contato aos familiares vislumbramos todas as benfeitorias possíveis que o Atletismo / Paratletismo tem concretizado não apenas no educandário, mas, sim, em toda a aldeia Jaraguá, pois, os estudantes sentem orgulho de estudarem na escola que oferta ações e oportunidades como as que aqui foram descritas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teecer algumas reflexões sobre as dificuldades que norteiam uma prática pedagógica desse porte é salutar, uma vez que não são poucas, porém, ressaltar que uma das prioridades do projeto que seria sua consolidação foi alcançada dentro e fora das marcas.

No tocante aos números e feitos observamos que os protagonistas estão satisfeitos e esperançosos, porém, provavelmente, o feito que mais trará retorno não foi concretizado nas pistas, mas, sim do campo

da burocracia, pois, com a construção da Associação Xe Potiguara, já regularizada em cartório e aguardando CNPJ, estaremos buscando mais parcerias, alçando vôos mais altos e, acima de tudo, teremos nossos atletas competindo com senso de pertencimento, mesmo sendo eternamente aos companheiros da Equipe Porto de Cristo, onde estivemos inserindo nossos atletas para as últimas disputas.

Enfim, observamos que foi recebido feedbacks e posicionamentos concretos dos professores frente ao nosso alunado que atua no projeto, pois, para participar e competir existe enquanto regras a assiduidade, a pontualidade, o bom comportamento e a desenvoltura em todos os componentes curriculares, então, já podem comemorar a melhora de muitos dos discentes, até porque o pedido de desconvocação para a Etapa Estadual dos JEPPB (categoria A) de três atletas repeliu em todo o educandário.



EDITORA
ANTROPUS

AS NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS
NA CONTEMPORANEIDADE

CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

"AS NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS NA CONTEMPORANEIDADE: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE" É UMA OBRA CATIVANTE QUE MERGULHA NAS COMPLEXIDADES DO MUNDO MODERNO, EXPLORANDO A INTERSEÇÃO ENTRE AS ÚLTIMAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS, OS AVANÇOS CIENTÍFICOS E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO E NA SOCIEDADE. ESTE LIVRO OFERECE UMA ANÁLISE PERSPICAZ DAS MUDANÇAS RADICAIS QUE AS TECNOLOGIAS EMERGENTES TROUXERAM PARA NOSSAS VIDAS DIÁRIAS, EXAMINANDO COMO ESSAS TRANSFORMAÇÕES AFETAM O APRENDIZADO, O CONHECIMENTO E OS PADRÕES SOCIAIS.

AO LONGO DOS ARTIGOS, OS AUTORES CONDUZEM OS LEITORES POR UM PASSEIO FASCINANTE PELOS HORIZONTES DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, REALIDADE DE SALA DE AULA, DESAFIOS DA DOCÊNCIA E OUTRAS VANGUARDAS TECNOLÓGICAS, DESTACANDO NÃO APENAS SUAS PROMESSAS EMPOLGANTES, MAS TAMBÉM OS DESAFIOS ÉTICOS E SOCIAIS QUE SURGEM. ALÉM DISSO, O LIVRO ABORDA A REVOLUÇÃO NA EDUCAÇÃO, DISCUTINDO COMO AS TECNOLOGIAS MODERNAS PODEM MOLDAR NOVAS ABORDAGENS PEDAGÓGICAS E FACILITAR O ACESSO AO CONHECIMENTO.



ESSA PUBLICAÇÃO FOI REALIZADO POR PESQUISADORES DO GRUPO DE PESQUISA A POSSESMA DA AÇÃO HUMANA - UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA DAS MÚLTIPLAS RELAÇÕES CONSTITUTIVAS DA CONDIÇÃO HUMANA (GPPAH).